RAÍZES AÇORIANAS

NO RIO GRANDE DO SUL/BRASIL

CASA DOS AÇORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA DE PORTO ALEGRE

RAÍZES AÇORIANAS
NO RIO GRANDE DO SUL/BRASIL

Véra Lucia Maciel Barroso
Organizadora

EVANGRAF / ISCMPA
Porto Alegre
2024

Copyright: dos autores
1ª edição: 2024

Direitos reservados desta edição
Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul

Participação especial
Edna Ribeiro de Ávila e Giovanna Adam Ferreira
(CHC Santa Casa de Porto Alegre)

Capa
A chegada dos casais açorianos.
Tela de Augusto Luís de Freitas, Roma, 1923.
Acervo do Instituto de Educação General Flores da Cunha

Os textos são de responsabilidade de seus autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R161 Raízes açorianas no Rio Grande do Sul/Brasil / organizadora Véra Lucia Maciel Barroso. – Porto Alegre : Evangraf : ISCMPA, 2024.
1400 p. : il.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5699-295-2

1. Açorianos - História - Rio Grande do Sul. 2. Açorianos - Genealogia. 3. Açorianos - Cultura - Rio Grande do Sul. I. Barroso, Véra Lucia Maciel. II. Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre.

CDU 325.14(469.9:816.5)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 8/10213)

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Ao Governo da Região Autônoma dos Açores,
através da Direção Regional das Comunidades,
pelo significativo apoio que permitiu
a integralidade desta publicação.

GOVERNO
DOS **AÇORES**

AGRADECIMENTO

Ao Centro Histórico-Cultural Santa Casa (CHC)
e à Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul
(CAERGS), que aliaram-se para a concretização desta
obra, de significativa importância para a afirmação
da forte participação dos açorianos nas trajetórias da
Misericórdia de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul.

CHC | CENTRO HISTÓRICO CULTURAL SANTA CASA PORTO ALEGRE

CAERGS
Casa dos Açores
do Estado do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

Prefácio
José Manuel Bolieiro 15

Apresentação
Véra Lucia Maciel Barroso 17

PARTE I - AÇORES: PASSADO E PRESENTE 20

Açores: o arquipélago das nossas raízes
José Andrade *21*

PARTE II - AÇORIANOS NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE 30

Açorianos e descendentes na Irmandade da Santa Casa de Porto Alegre
Diego de Leão Pufal *31*

A família Freitas Travassos e a Irmandade da Santa Casa de Porto Alegre
Diego de Leão Pufal *56*

Portugueses – continentais e ilhéus na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1850-1900)
Véra Lucia Maciel Barroso *69*

O açoriano João Baptista Soares da Silveira e Souza – da ilha de São Jorge – e a construção do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre
José Maciel Júnior (In Memoriam) *165*

O mausoléu da família Chaves Barcellos – de origem açoriana – no Cemitério da Santa Casa de Porto Alegre
Regina Zimmermann Guilherme *169*

Irmã Batista: religiosa franciscana de origem açoriana na Santa Casa de Porto Alegre
Ari Edemar Timm *179*

PARTE III - AÇORIANOS NO POVOAMENTO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL.....185

O Morgadio nos Açores e a vinda dos Ornellas para o Rio Grande do Sul – de Taquari para a fronteira: a origem de políticos gaúchos da história do Brasil
Paulo Estivalet Flores Pinto.....*186*

1750: princípio do povoamento do território de Rio Grande de São Pedro com os *Casais do Número*
Letícia Vieira Braga da Rosa.....*201*

Assinaturas de açorianos: apontamentos sobre habilidades gráficas (Campos de Viamão, 1753-1763)
Vanessa Gomes de Campos 219

A colonização da Freguesia de Santa Ana do Morro Grande em Viamão
Daniel Cristóvão Fraga da Silva *233*

Famílias açorianas em San Carlos (Uruguai) e Jaguarão (Brasil)
Letícia Vieira Braga da Rosa.....*245*

Risco e fortuna: açorianos rio-grandenses são levados a fundar São Carlos, no Uruguai, e retornam ao sul do Brasil
Rogério Gastal Xavier *276*

Povoando a fronteira: as freguesias açorianas criadas durante o governo de José Marcelino de Figueiredo (1769-1780)
Fábio Kühn *309*

Açorianos em desafios de fronteira
Blau Fabrício de Souza.....*330*

Presença açoriana em Viamão
Jaime de Abreu Rocha *336*

Sob um céu de esperanças: açorianos na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário (Rio Pardo/RS, segunda metade do século XVIII)
Cibele Caroline da Rosa *365*

Sesmeiros/estancieiros de origem açoriana, fundadores do município de Alegrete
Homero Corrêa Pires Dornelles.....*382*

Presença açoriana no município de Alegrete
Homero Corrêa Pires Dornelles.....*386*

Raízes açorianas em Caçapava do Sul
João Batista Oliveira Henriques *389*

Açorianos em Lagoa Vermelha
Pércio de Moraes Branco *403*

Glorinha: açorianos, alemães e negros: marcas que se sustentam
Célia Silva Jachemet *406*

PARTE IV - AÇORIANOS E DESCENDENTES DE AÇORIANOS NO RIO GRANDE DO SUL 414

Ascendência e descendência açoriana dos barões de Candiota
Jenny Maria Garcia Chagas *415*

Tristão José de Fraga: um ilustre parente açoriano viamonense
Valter Fraga Nunes *440*

O padre Thomé Luís de Souza: um ilustre filho de açoriano
Diego de Leão Pufal e Katia Maria Matusiak *445*

Um padre curador: o açoriano Antonio Homem de Oliveira
Paulo Roberto Staudt Moreira *453*

Padres açorianos no Rio Grande do Sul
Diego de Leão Pufal *465*

Uma fotógrafa açoriana em Porto Alegre no século XIX
Miguel Antônio de Oliveira Duarte *475*

Comendador Baptista: um capitalista açoriano em Porto Alegre
Leonor Carolina Baptista Schwartsmann *492*

O médico Israel Baptista Soares da Silveira e Souza – um descendente de açorianos: as possibilidades de pesquisa, através da sua tese de doutoramento
Angela Beatriz Pomatti e Gláucia de Lima Kulzer *501*

Tronco paterno açoriano do General Osório em Santo Antônio da Patrulha
Luciano Gomes Peixoto *504*

O patriarca açoriano de Cachoeira do Sul
Ione Maria Sanmartin Carlos, Maria Lucia Mór Castagnino e Mirian Regina Machado Ritzel *528*

Do Arquipélago dos Açores para o Rio Grande de São Pedro: ascendência e descendência de Manoel Teixeira e Adriana Maria Perpétua (São Gabriel)
Jenny Maria Garcia Chagas 536

Açorianos antepassados de Homero Dornelles (Alegrete), povoadores do Rio Grande do Sul e suas ilhas de origem
Homero Corrêa Pires Dornelles 568

Do Faial ao Rincão de São Miguel – Alegrete: origem açoriana da família Machado da Silveira
Thiago Araujo Vaucher 571

Dos Açores ao Arroio Grande: olhares sobre a presença açoriana na culturalidade da terra de Mauá
Anelize Carriconde, Franciéle Soares e Heron Moreira 581

A família Dutra: das origens nos Açores aos pampas do Cerrito gaúcho
Ana Rita Dutra Bretanha 598

Ilha Graciosa: presente na identidade açoriana da família Gil
Maria Helena Gil Peixoto e Rosa Maria Gil Gomes 609

Meus antepassados açorianos e sua movimentação pelo nosso território
Gislene Monticelli 612

As minhas raízes açorianas
Diego de Leão Pufal 629

Minhas *Evas* maternas eram açorianas
Diego de Leão Pufal 646

Minha ascendência materna açoriana
Justino Adriano Farias da Silva 657

Meus antepassados açorianos
Jaime de Abreu Rocha 664

Origens açorianas de famílias esquecidas: construção de identidade
João Pedro Moura Silveira de Avila 678

Minhas origens: dos Açores a São Lourenço do Sul
Anelda Pereira de Oliveira 711

Homenagem à tia-avó Justina, uma descendente açoriana no município de Guaíba
Enio Menezes de Souza *719*

Os 250 anos do povoamento açoriano no Rio Grande do Sul (2002) e as motivações para a pesquisa das origens açorianas da família Mostardeiro
Germano Mostardeiro Bonow *722*

As origens açorianas da família Mostardeiro
Germano Mostardeiro Bonow *725*

As açorianas povoaram com filhos o sul do Brasil
Sandra Maria Schmith Alves *743*

Elis Regina: descendente de açorianos?
Diego de Leão Pufal *751*

Árvore de costados de Nelson Coelho de Castro
Ernani Raupp Manganelli *759*

PARTE V - RAÍZES CULTURAIS AÇORIANAS NO RIO GRANDE DO SUL 773

O Marco Zero das raízes açorianas na fundação do município de Porto Alegre: Largo Açoriano, Ponte de Pedra e Monumento aos açorianos
Ricardo Ronchetti *774*

Gentes das Ilhas dos Açores no Rio Grande de São Pedro (século XVIII): ritos da vida cotidiana
Cleusa Maria Gomes Graebin *779*

Arqueologia no antigo Cemitério da Matriz de Porto Alegre: possibilidades de estudos sobre os lugares do descanso final de açorianos no século XVIII
Angela Maria Cappelletti *795*

O açoriano João Baptista Soares da Silveira e Souza e o Malakoff: o primeiro arranha-céu de Porto Alegre
Leonor Carolina Baptista Schwartsmann *811*

Os açorianos e seus remanescentes na região de Porto Alegre: apontamentos sobre as possibilidades de estudos arqueológicos
Alberto Tavares Duarte de Oliveira e Fernanda Bordin Tocchetto.... 823

A vila de Santo Amaro/RS – patrimônio nacional brasileiro
Luiz Fernando Rhoden..... 839

Ações de preservação do patrimônio da vila de Santo Amaro
Flávio Luiz Seibt 849

As raízes açorianas entre permanências culturais: a festa de Santo Amaro
Angelita da Rosa..... 852

A Irmandade da comunidade açoriana de Santo Amaro do Sul
Anajara Maria de Mello da Silva..... 861

Meu baú de guardados: quadrinhas açorianas da minha avó Honorina Saldanha
Gislene Monticelli..... 864

A Taquari dos açorianos: a contribuição dos primeiros colonizadores ao patrimônio cultural local
André Vanderlei da Silva..... 879

Fazenda da Tafona, Casa de Memória, também açoriana em Cachoeira do Sul: único bem do século XIX, situado na zona rural, tombado pelo Estado do Rio Grande do Sul
Maria Irtilia Vieira da Cunha Silva (Marô) 897

Traços de açorianidade na história e no patrimônio cultural da cidade de Jaguarão
Hilda Jaqueline de Fraga..... 904

A presença açoriana em Santa Cristina do Pinhal
Angelita Vargas Peixoto..... 921

Falares patrulhenses: memória afetiva e presença açoriana
Maria Eloisa da Costa..... 942

Festa do Divino – um legado açoriano em Santo Antônio da Patrulha – mudanças e permanências: registros de pesquisa
Maria Helena Gil Peixoto e Rosa Maria Gil Gomes..... 949

Cavalhadas em Santo Antônio da Patrulha
Ana Zenaide Gomes Ourique..... 972

Herança açoriana em Caraá: a arte de curar nos saberes tradicionais
Erotildes Fofonka Cunha *981*

Mulher açoriana no contexto das manifestações populares
Neusa Marli Bonna Secchi *991*

A Coberta d'Alma: costume de tradição açoriana
Marina Raymundo da Silva *995*

Coberta d'Alma: a fé que alimenta o rito
Paula Simon Ribeiro *999*

Coberta d'Alma em Vacaria
Léa Maria Pereira Ribeiro *1004*

Cantigas das Excelências e orações populares em Caraá e região
Santino Telmo Gomes *1007*

Ritos fúnebres em Bom Jesus
Lucila Maria Sgarbi Santos *1013*

Conhecer para preservar: cantorias de Terno de Reis, um legado açoriano
Cristina Maria de Oliveira *1020*

Velação de São Bom Jesus: Rincão do Herval – Santo Antônio da Patrulha
Ana Zenaide Gomes Ourique *1025*

A velação "da Santa" na Esquina dos Morros, Santo Antônio da Patrulha
Joelson Machado de Oliveira *1029*

Traços da influência açoriana nos Campos de Cima da Serra
Edgar Bueno Silveira *1031*

Manifestações culturais açorianas em São Francisco de Paula
Iva da Silva *1044*

Cambará do Sul: raízes açorianas
Anita Licks Carvalho, Elga Trindade Prestes, Gesmar Borges, Neiva Titoni Silva e Rosimeri Aparecida dos Santos *1048*

Vestígios da cultura açoriana nos sepultamentos do Cemitério Municipal Campo Bonito/Torres
Maria do Carmo Conforti Rodrigues *1052*

As raízes afro-açorianas de Mostardas
Jorge Amaro de Souza Borges *1059*

Manifestações populares de Tavares
Luiz Agnelo Chaves Martins *1077*

Ponto de Cultura Freguesias Litorâneas: escalas e ações em pesquisa-ação com manifestações do folclore da cultura popular no litoral do Rio Grande do Sul
José Fernando Almeida Costamilan e Daniel Godoy *1080*

Resgates pessoais da cultura açoriana na região de Torres, no Litoral Norte do RS: memórias afetivas e culinárias
Maria Luci de Mesquita Prestes *1101*

Lavadeiras de Arroio do Sal e dos Açores: águas e ofícios unindo nações
Marta Maria da Silva *1115*

Registros da cultura açoriana em Arroio do Sal
Juliana Mohr dos Santos *1118*

Registros históricos da reinvenção da Festa do Divino em Gravataí no ano de 2002
Jairton Ortiz da Cruz *1134*

Açorianidade norte-litorânea
Antonio Carlos Maciel Monteiro *1142*

Um olhar sobre as calçadas portuguesas de Porto Alegre
Alice Rigoni Jacques e Lucélia Adami Nunes *1147*

A trajetória de famílias açorianas e o caminho doce em Santo Antônio da Patrulha
Luciano Gomes Peixoto *1158*

Breves apontamentos sobre sabores viajantes: Açores/Brasil
Maria Eunice Maciel *1163*

A alegria de viver da centenária Francisca Salazar de Araujo e suas tradições açorianas
Dinorah Araújo *1177*

Açorianos – aspectos culturais como instrumentos de inclusão
Fabio Boni *1186*

A importância da imigração açoriana no Rio Grande do Sul para a formação da identidade do gaúcho
Rogério Pereira Bastos *1204*

Influências germânicas na cultura açoriana
Günter Weimer *1209*

PARTE VI - INSTITUIÇÕES, PROJETOS E DIFUSÃO DA AÇORIANIDADE..... 1227

Contribuição das instituições públicas e privadas para a açorianidade no Rio Grande do Sul
Lenora Horn Schneider *1228*

Memorial açoriano
Luiz Antônio Alves *1252*

Experiências sobre a cultura açoriana na região sul do Estado do Rio Grande do Sul
Regina Lucia Reis de Sá Britto Fiss *1257*

Catalogação e digitalização de documentação histórica: possibilidades de pesquisa da açorianidade em Jaguarão (Programa de Extensão Universitária)
Alexandre dos Santos Villas Bôas..... *1270*

Minha iluminada caminhada rumo à afroaçorianidade
Ivo Ladislau Janicsek..... *1280*

A cultura luso-açoriana como elemento da música litorânea
Mário Tressoldi..... *1306*

Azulejaria luso-açoriana – ícone do Atelier Graça e Arte: Santo Antônio da Patrulha
Maria da Graça Goulart Ourique..... *1314*

Casa Açoriana Antero de Quental aproximando Viamão, Porto Alegre e os Açores por meio da educação
Adriana Corrêa Soares, Carina Petry Armani, Conceição Benta dos Santos, Lucélia Adami Nunes e Viviane Procaska Bilo *1317*

À redescoberta das raízes: relações entre os Açores e a diáspora: caso do Rio Grande do Sul (1976-2016)
Célia Silva Jachemet..... *1328*

Açores em depoimento – viagens sob o olhar patrulhense
Maria Rosalva Oliveira Rocha *1343*

Açorianidade no Rio Grande do Sul: recursos cultural e turístico
Lenora Horn Schneider *1356*

PARTE VII - A CASA DOS AÇORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL 1377

Fragmentos da trajetória da Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS): da fundação ao tempo presente
Régis Albino Marques Gomes *1378*

A Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul no Conselho Mundial das Casas dos Açores
Viviane Peixoto Hunter *1391*

PREFÁCIO

A alma açoriana é do tamanho do mundo.

A Açorianidade mora em todo o lado. Mora na alma.

Extravasa as nove ilhas do Atlântico Norte e afirma-se onde quer que esteja um de nós, emigrante ou descendente.

Assim nasceu a Açorianidade, concebida por Vitorino Nemésio e vivenciada quotidianamente, para definir a nossa identidade sem fronteiras.

Por isso estamos na diáspora açoriana como somos.

Desde a primeira emigração para o Brasil, há quatro séculos, até à mais recente para o Canadá, há sete décadas, os Açores projetam e consolidam uma dimensão transatlântica, que nos orgulha e dignifica.

O povoamento açoriano do Brasil meridional, há mais de 270 anos, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, é disso um exemplo perene e evidente.

As marcas açóricas, que resistem e crescem em tantos municípios do território gaúcho, desde logo na própria capital estadual de Porto Alegre, além de testemunharem uma história de cumplicidade confirmam uma perspetiva de compromisso de identidade.

O Governo dos Açores acredita e aposta no potencial das comunidades açordescendentes do Rio Grande do Sul, designadamente, com a progressiva implantação de Centros Culturais Açorianos, em dezenas de cidades de povoamento açoriano.

A Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul, fundada por Régis Marques Gomes, e agora presidida por Viviane Peixoto Hunter, tem sido parceira determinante nesse esforço estratégico de aproximação mútua que marca duma história de 30 anos.

Do mesmo modo, o Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre associa-se e releva-se como parceiro indissociável desse resgate afirmativo da nossa Açorianidade.

Prova disso foi o encontro estadual de raízes açorianas, promovido pelas duas instituições em dezembro de 2022, no encerramento das

comemorações oficiais dos 270 anos do povoamento açoriano do Rio Grande do Sul.

Deste importante encontro, em que tive a honra de participar virtualmente e de fazer-me representar presencialmente pelo Diretor Regional das Comunidades, resulta a obra monumental que agora nasce nesta edição e-book.

Raízes Açorianas no Rio Grande do Sul/Brasil, organizada pela Professora Doutora Véra Lucia Maciel Barroso, coordenadora do Arquivo da Santa Casa de Porto Alegre e diretora do Departamento de História da Casa dos Açores, é uma distinta obra histórica e de referência obrigatória nesta nossa contemporaneidade.

Reúne mais de 100 trabalhos de pesquisa em mais de 1000 páginas de divulgação, estruturadas em sete sucessivas partes temáticas: "Açores: passado e presente", "Açorianos na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre", "Açorianos no povoamento dos municípios do Rio Grande do Sul", "Açorianos e descendentes de açorianos no Rio Grande do Sul", "Raízes culturais açorianas no Rio Grande do Sul", "Instituições, projetos e difusão da Açorianidade" e "A Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul".

Estão de parabéns todos os seus coautores, a coordenadora editorial e a entidade editora, por esta obra que prestigia e orgulha o legado açoriano no Sul do Brasil.

Em meu nome e comigo em nome da Açorianidade, muito obrigado por serem como são e por fazerem o que fazem.

Açores, novembro de 2023

José Manuel Bolieiro
Presidente do Governo Regional

APRESENTAÇÃO

O ano de 2022 motivou várias ações alusivas aos 270 anos da presença açoriana no Rio Grande do Sul, com o propósito, sobretudo, de motivar a produção do conhecimento e sua divulgação, para celebrar a efeméride. Para tanto, uniram-se em trabalho a Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS) e o Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre (CHC), com o significativo apoio do Governo Regional dos Açores, através da Direção Regional das Comunidades.

Merece destaque a realização do II Encontro Internacional de História e Genealogia Açoriana, em junho, com as presenças do genealogista Dr. Jorge Forjaz e do historiador Dr. Francisco Maduro Dias, ambos dos Açores, além de outros nomes de nosso cenário regional. Contou, também, com o prestígio do Diretor Regional das Comunidades, Dr. José Andrade. Na ocasião, foi lançado o Guia de Fontes Documentais para a História e a Genealogia Açoriana, obra que valoriza acervos de arquivos dos Açores, além de arquivos municipais e estaduais, públicos e privados do Rio Grande do Sul, com o objetivo de facilitar a pesquisa de interessados.

Em andamento, durante o ano, vinha sendo organizada uma outra obra de importância significativa, intitulada “Açorianos em Porto Alegre: história, genealogia e cultura”, reunindo autores do Rio Grande do Sul, do Brasil e dos Açores. Trata-se de uma publicação que revoluciona a historiografia de Porto Alegre no tocante ao papel dos açorianos no povoamento da capital. Não mais a representação que pairava no imaginário coletivo de que 60 casais teriam se fixado em seu espaço. A pesquisa genealógica inovadora comprova um número quatro vezes maior, informando-se seus nomes e sua movimentação. Sem dúvida, por aí se poderia enfeixar as contribuições de pesquisa para um ano de celebração.

Quando se projetava a data e a cerimônia para o lançamento do e-book dedicado a Porto Alegre, eis que o Conselheiro Régis Albino Marques Gomes instiga uma provocação? Que tal realizar um outro encontro que abrace em pesquisas a açorianidade do Rio Grande do Sul? O que acham de se realizar um Raízes dirigido ao nosso Estado, chamando os

pesquisadores para trazerem suas investigações realizadas na academia e fora dela, e os ativistas culturais para apresentarem suas ações em defesa das manifestações populares de base açoriana?

Diante da expertise em organizar eventos científicos, como coordenadora do Departamento de História, não poderia silenciar diante do desafio posto. Assim, uma ampla movimentação foi feita, para em dezembro realizar o Raízes Açorianas no Rio Grande do Sul, novamente aliançando a CAERGS com o CHC, resultando na difusão de 110 trabalhos.

A obra, em apresentação, reúne o conjunto dos textos entregues, abrangendo sete partes.

A primeira parte é dedicada aos Açores, abordando o passado e o presente, em texto apresentado pelo Diretor Regional das Comunidades, Dr. José Andrade, de forma objetiva e rica. Trata-se de um breve panorama que cenariza o Arquipélago dos Açores.

Açorianos na Santa Casa de Misericórdia é o título da segunda parte, contemplando cinco trabalhos, voltados a seus hospitais, ao cemitério e a personagens que transitaram por seus espaços.

De municípios não reconhecidos como de base açoriana, pesquisadores demonstraram com base em fontes documentais que para eles também se dirigiram e se fixaram ilhéus, redimensionando a identidade povoadora dos diversos quadrantes da geografia do Rio Grande do Sul. A eles se somaram outros tantos, com a ampliação de pesquisas, vindos de comunidades tradicionalmente conhecidas que acolheram originariamente famílias açorianas; essa é a terceira parte.

Igualmente foi gratificante verificar que pesquisadores avivaram ou descobriram ter ancestrais açorianos, para surpresa de muitos. Trata-se da quarte parte.

O maior número de trabalhos está na quinta parte, reunindo manifestações culturais de grande diversidade – um verdadeiro caleidoscópio – revelador da origem açoriana de muitas práticas populares que atravessaram o tempo, tendo como matriz a herança dos ilhéus que se fixaram no território do nosso Estado.

Na sequência, a sexta parte apresenta instituições, projetos, experiências e movimentos de afirmação da açorianidade visibilizados nas últimas décadas.

A última parte trata da Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul, desde sua criação até o tempo presente, bem como sua representação no Conselho Mundial das Casas dos Açores.

É visível a constatação da potência que essa obra expressa. Trata-se de uma publicação afirmativa do reconhecimento do papel que os açorianos desempenharam no povoamento do extremo-sul brasileiro, no século XVIII, sobretudo no processo da conquista territorial do Rio Grande do Sul para o seio do Brasil português.

Ela é resultado da motivação que o CHC Santa Casa de Porto Alegre e a Casa do Açores do Estado do Rio Grande do Sul empreenderam para finalizar com chave de ouro o ano de 2022, alusivo aos 270 anos do povoamento açoriano no Rio Grande do Sul. Para tanto, o aporte que viabilizou a editoração da obra foi generosamente concedido pelo Governo Regional dos Açores, através da Direção das Comunidades, juntamente com a adesão dos empreendedores desta publicação, o CHC Santa Casa e a CAERGS.

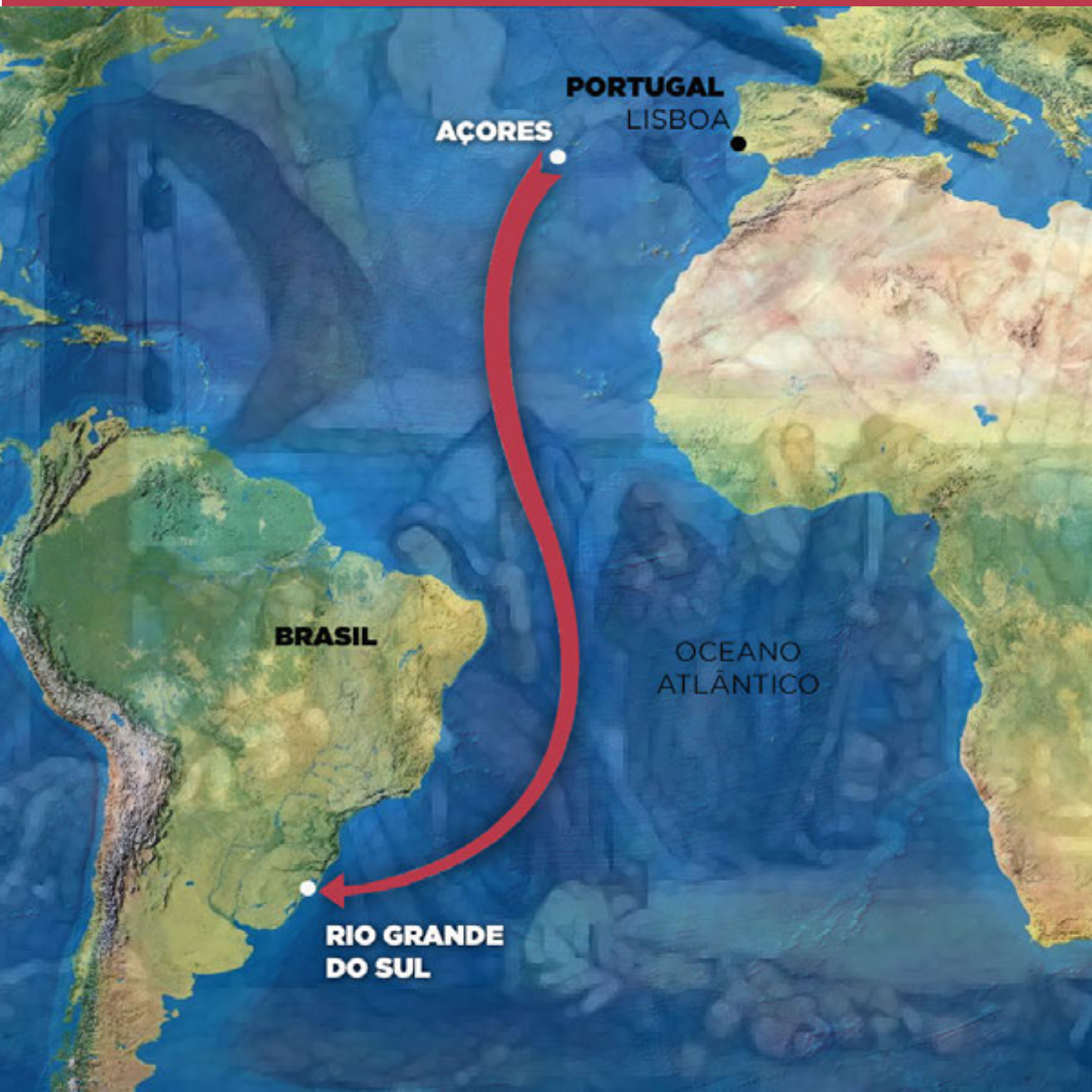
Ao Presidente do Governo Regional dos Açores, Dr. José Manuel Bolieiro, e ao Diretor Regional das Comunidades, Dr. José Andrade, registra-se o agradecimento pelo constante e generoso apoio e incentivo que emprestaram ao trabalho afirmativo realizado no Rio Grande do Sul, para a difusão do papel e das contribuições que os açorianos deram ao nosso Estado. Gratidão pela sensibilidade histórica!

Finalmente, que a presente publicação possa ser apreendida e divulgada amplamente, sem fronteiras, transpondo o oceano em abraço às ilhas de onde partiram muitos para fazer a América, cujo legado demarca a história e a cultura do Rio Grande do Sul.

Reconhecimento e gratidão!

Véra Lucia Maciel Barroso
Organizadora

PARTE I
AÇORES: PASSADO E PRESENTE



AÇORES: O ARQUIPÉLAGO DAS NOSSAS RAÍZES[1]

JOSÉ ANDRADE[2]

Antes de mais e acima de tudo, três palavras de saudação, de felicitação e de gratidão.

Saudação a todos os presentes, que tanto orgulham os Açores com esta comunhão representativa das raízes açorianas em diferentes geografias do Sul do Brasil.

Felicitação às entidades promotoras deste encontro estadual – o Centro Histórico Cultural Santa Casa de Porto Alegre e a Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul – que assim fecham, com chave de ouro, as comemorações dos 270 anos do povoamento açoriano deste Estado e dos 250 anos da fundação da sua capital.

Gratidão pela imensa honra do vosso convite para partilhar um conhecimento que vos trago do nosso arquipélago comum, no outro lado do Atlântico.

Venho falar-vos, despretenciosamente, do passado e do presente das nossas comuns ilhas açorianas.

A minha comunicação intitula-se "Açores: o Arquipélago das nossas Raízes" e está estruturada em duas partes historicamente consecutivas e complementares.

A primeira parte, do século XV ao século XVIII – de como nascemos nos Açores e crescemos no Brasil.

A segunda parte, do século XIX ao século XXI – de como nos desenvolvemos nas nove ilhas e nos afirmamos no Rio Grande do Sul.

Comecemos, então, pelo princípio.

1 Baseado na conferência de abertura do Encontro Raízes Açorianas do Estado do Rio Grande do Sul, realizado em Porto Alegre, a 2 de dezembro de 2022.

2 Diretor Regional das Comunidades do Governo dos Açores.

I – Do século XV ao século XVIII
De como nascemos nos Açores e crescemos no Brasil

As primeiras informações relativas ao arquipélago dos Açores remontam às viagens marítimas empreendidas pelos europeus ainda no século XIV, nomeadamente a partir de Portugal sob os reinados de D. Diniz e do seu sucessor, D. Afonso IV.

Sobre a primazia do descobrimento português destas ilhas que navegam no Atlântico Norte, a meio caminho entre o Velho Continente e o Novo Mundo, são geralmente consideradas duas datas iniciais de referência histórica: a viagem de Diogo de Silves em 1427 e/ou a segunda viagem de Gonçalo Velho, em 1432, que identifica a ilha de Santa Maria e a ilha de São Miguel.

A partir da segunda década do século XV, os Açores começam a ser regularmente visitados por expedições portuguesas.

Com início nas duas referidas ilhas do grupo oriental, mais próximas do continente português, o reconhecimento do arquipélago avançou rapidamente para as cinco ilhas do grupo central: Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial.

A carta régia de 1439 já refere a existência de sete ilhas açorianas.

As duas ilhas do grupo ocidental, Flores e Corvo, só depois de 1450 seriam alcançadas por marinheiros portugueses, como Diogo de Teive, quando as primeiras sete já albergavam uma razoável população residente.

Outra questão muito debatida é a atribuição do nome “Açores” a estas ilhas.

De entre as diferentes versões científicas, a mais conhecida atribui a toponímia à presença de aves identificadas pelos marinheiros portugueses como pertencentes àquela espécie.

Outra versão atribui a designação do arquipélago à devoção de Gonçalo Velho a Santa Maria dos Açores, padroeira da freguesia de Açores, em Celorico da Beira, no distrito da Guarda, do continente português.

E outra ainda aponta que “Açores” provém do nome “Azurro”, em italiano, que significa “Azul”, em português, como referência ao céu azul que fazia no dia em que primeiro se avistaram as ilhas.

Mas, independentemente da origem do nome, importava povoar as ilhas recém-descobertas.

É no período de Pedro de Portugal, regente na menoridade do rei

Afonso V, que se verifica o grande arranque do povoamento do arquipélago, conforme carta régia de 1439.

Tendo Gonçalo Velho sido nomeado capitão do donatário, o povoamento iniciou-se nesse mesmo ano pela ilha de Santa Maria, com famílias oriundas do Alentejo, do Algarve e da Estremadura.

Os povoadores chegariam à ilha de São Miguel só no ano de 1444.

As ilhas haviam sido doadas ao Infante D. Henrique "para que as povoasse", vindo este a ser assim o seu primeiro donatário.

O ano de 1450 é apontado como o do arranque do povoamento da ilha Terceira pelo flamengo Jácome de Bruges.

Quanto às demais ilhas, Faial e Pico, acredita-se terem sido povoadas antes de 1466, na sequência da doação feita ao flamengo Joss van Hurtere, que viria a dar o nome à cidade da Horta; a ilha Graciosa terá sido povoada antes de 1510, por via de Pedro Correia e Vasco Gil Sodré.

O povoamento de São Jorge, Flores e Corvo ficou a dever-se a Guilherme da Silveira, um flamengo que tinha ido para o Faial e que de lá saiu para se encarregar das três últimas ilhas até então desertas.

Assim, a partir da década de 1440, o povoamento das ilhas foi progredindo, primeiro lentamente e em pequenos povoados improvisados e isolados em ancoradouros junto à foz das ribeiras, depois em vilas cada vez mais consolidadas e institucionalizadas como concelhos.

Para além da agricultura, que fornecia o trigo para as praças portuguesas do Norte de África, e do recurso à pesca e à caça, a economia destas ilhas beneficiava inicialmente da exploração das madeiras, designadamente o cedro, a que se somava o pastel.

No século XVI, o estabelecimento da rota marítima para a Índia e Extremo Oriente, o descobrimento e início da colonização do Brasil e a expansão castelhana nas Américas tornariam o Arquipélago na "universal escala do mar ponente", como escreveu o nosso primeiro grande historiador Gaspar Frutuoso, nascido há 500 anos.

Nos finais do século XIX, a pressão populacional nos Açores e a expansão económica do Brasil levaram à emigração de muitos açorianos para este imenso país da América do Sul.

Esta movimentação humana não era, contudo, um fenómeno novo.

Desde 1619 que a colonização do estado autónomo do Maranhão, Pará e Ceará se tinha iniciado com a ida de centenas de casais açorianos, numa fuga à fome e à miséria. Ocupavam áreas em conformidade com os interesses portugueses para colonizar o interior.

Há registos nas datas de sesmarias de centenas de colonos açorianos, especialmente das ilhas de São Miguel, Santa Maria e Terceira, que receberam terras no interior do Ceará, Maranhão e Pará, desde 1680 até 1752.

Entretanto, a partir de 1748, é a própria Coroa que promove a emigração de açorianos para o Sul do Brasil. Primeiro para Santa Catarina, especialmente Nossa Senhora do Desterro, depois para São Pedro do Rio Grande, com destaque para Porto Alegre.

Mais do que movida por questões humanitárias, esta emigração era sobretudo ditada pela necessidade que Portugal sentia em ocupar efetivamente o território cobiçado pelas grandes potências europeias de então, como a Espanha, a Holanda e a França.

Os açorianos dispersaram-se também para o sul do Rio Grande do Sul e foram ainda mais além, chegando mesmo até Maldonado, onde fundaram a vila de San Carlos, no Uruguai, que completou 260 anos em 2023.

No Sul do Brasil, a herança cultural da primeira emigração açoriana, embora descontinuada, foi tão forte que resistiu por mais de dois séculos e persistiu para além da chegada significativa de italianos e alemães.

Esta emigração, caraterizada pela procura de zonas insulares e pela implantação de zonas urbanas viradas para o interior, prolongou-se ainda até ao século XIX.

Mas voltemos aos Açores, agora em pleno advento do liberalismo, para a segunda parte desta nossa modesta partilha.

II – Do século XIX ao século XXI
De como nos desenvolvemos nas nove ilhas e nos afirmamos no Rio Grande do Sul

A Constituição Portuguesa de 1822 introduziu na ordem jurídica o conceito de “Ilhas Adjacentes”, que permaneceu aplicado aos Açores até à entrada em vigor da Constituição Portuguesa de 1976, e que abriu caminho para a subdivisão distrital do arquipélago.

As nove ilhas ficariam assim repartidas por três distritos.

O Distrito de Ponta Delgada compreendia as ilhas de São Miguel e Santa Maria.

O Distrito de Angra agrupava as ilhas Terceira, Graciosa e São Jorge.

O Distrito da Horta envolvia as ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo.

A partir de meados do século XIX, verifica-se um vigoroso surto inovador no arquipélago, designadamente, na agricultura, na indústria e no comércio.

São introduzidas novas culturas, como o ananás, o chá, a espadana e o tabaco, em lugar de culturas tradicionais como a vinha e a laranja, devastadas por pragas nesse período.

Estes anos foram de algum progresso económico, com a introdução de novas tecnologias e o quebrar do isolamento secular das ilhas com a primeira ligação telegráfica, em 1893.

Administrativamente, as nove ilhas dos Açores estão divididas em 19 municípios com 155 freguesias e apresentam profundas diferenças de território e população. Mas cada uma com motivos suficientes para justificar uma visita.

A ilha de Santa Maria, com uma área de 97 quilómetros quadrados, tem 5.400 habitantes num único município, Vila do Porto, e cinco freguesias. Aqui vale a pena conhecer, por exemplo, a baía de São Lourenço ou a Praia Formosa.

A ilha de São Miguel tem 133 mil habitantes em 747 quilómetros quadrados e conta 64 freguesias agrupadas em seis municípios: Ponta Delgada, Ribeira Grande, Lagoa, Vila Franca do Campo, Povoação e Nordeste. As principais atrações turísticas da sua diversificada paisagem são as lagoas das Sete Cidades, a lagoa das Furnas ou a lagoa do Fogo, todas herdeiras de antigos vulcões.

A ilha Terceira tem 53 mil habitantes em 402 quilómetros quadrados, com 30 freguesias em dois municípios, Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. A cidade de Angra, onde se encontra sedeada a Diocese dos Açores, está classificada pela UNESCO como património mundial e bem merece uma visita ao seu centro histórico.

A ilha Graciosa tem 4 mil habitantes em 60 quilómetros quadrados, com quatro freguesias num único município, Santa Cruz. A Furna do Enxofre é a sua atração turística mais conhecida.

A ilha de São Jorge estende-se por uma área de 245 quilómetros quadrados e conta 8.300 habitantes nas 11 freguesias dos municípios de Velas e Calheta. Esta ilha é especialmente conhecida pelo afamado Queijo de São Jorge. A sua orla é toda recortada por inúmeras e belas fajãs.

A ilha do Pico ocupa uma área de 447 quilómetros quadrados, contando 13.800 habitantes em três municípios – Madalena, Lajes e São Roque – com 17 freguesias. É aqui que encontramos a montanha mais

alta de Portugal, com 2.351 metros, e alguns dos melhores vinhos portugueses.

A ilha do Faial conta 14.300 habitantes em 173 quilómetros quadrados, distribuídos pelas 13 freguesias do município da Horta. É de visita obrigatória o lugar dos Capelinhos, onde se deu a última erupção vulcânica dos Açores, em 1957, acentuando a emigração açoriana para a América do Norte.

A ilha das Flores tem 140 quilómetros quadrados com 3.400 habitantes distribuídos pelas 11 freguesias dos municípios de Santa Cruz e Lajes. Para além das quedas de água e das lagoas interiores, o seu lugar da Fajã Grande é o extremo ocidental da Europa, tornando o arquipélago mais perto da América.

A ilha do Corvo ocupa uma área de 17 quilómetros quadrados, com um único município, e conta apenas 384 habitantes, segundo o censo de 2021. O cimo da pequena ilha esconde a beleza surpreendente da lagoa do Caldeirão.

Em todas as ilhas tanto podemos encontrar marcas de tradição como provas de modernização.

As seculares festas em louvor do Divino Espírito Santo convivem com os mais diversos eventos de cultura contemporânea.

A tradicional atividade económica da agropecuária cruza-se agora com um desenvolvimento turístico sem precedentes.

Os açorianos respeitam o passado, mas apostam no futuro. No plano regional e no âmbito local.

Em cada uma das nove ilhas, o poder local está dividido em dois níveis distintos: cada concelho é gerido por uma câmara municipal, que é o órgão executivo, e por uma assembleia municipal, que é o órgão deliberativo.

Nas freguesias, o órgão executivo é a junta de freguesia e o órgão deliberativo é a assembleia de freguesia.

Todos estes órgãos são diretamente eleitos pela população residente em cada quatro anos.

No plano regional, na década de 1890, o arquipélago reclamava a “Livre administração dos Açores pelos açorianos”, e o decreto autonómico de 1895 concedeu a autonomia administrativa aos distritos açorianos.

A primeira metade do século XX é marcada pelo segundo movimento autonomista, que culmina com o Primeiro Congresso Açoriano, mas nada de significativo se alterou em termos políticos, durante o regime

repressivo do Estado Novo, até 1974.

Veio então a revolução militar de 25 de abril que instaurou o regime democrático em Portugal e perspetivou a autonomia política dos Açores.

As ilhas conhecem assim um período de grande efervescência política, incluindo as movimentações separatistas da Frente de Libertação dos Açores.

Daqui resulta, primeiro, a criação nacional da Junta Governativa dos Açores, que substituía os Governos Civis e as Juntas Gerais dos distritos autónomos açorianos, em 1975. Mas daqui resulta, sobretudo, a Constituição da República Portuguesa, aprovada em abril de 1976, que criou a Região Autónoma dos Açores, dotada de autonomia política e de órgãos de governo próprio.

Nesse mesmo ano, realiza-se a eleição da Assembleia Legislativa dos Açores, em junho, e a tomada de posse do primeiro Governo Regional, em setembro.

A Assembleia Legislativa e o Governo Regional são os órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores.

A Assembleia é o órgão representativo e legislativo da Região, competindo-lhe ainda a fiscalização da ação governativa. Reúne em plenário e em comissões. Sedeada na cidade da Horta e presidida pelo faialense Luís Garcia, a Assembleia Legislativa é composta por 57 deputados, eleitos de quatro em quatro anos, por sufrágio universal, direto e secreto, de acordo com o princípio da representação proporcional dos diferentes círculos eleitorais: São Miguel elege 20 deputados; Terceira, 20; Faial e Pico, quatro cada; São Jorge, Santa Maria, Flores e Graciosa, três cada; Corvo, dois. Há ainda um círculo regional de compensação, que elege cinco deputados.

Em resultado da composição parlamentar da 12ª legislatura, iniciada com as eleições regionais de 2020, PSD (Partido Social Democrata), CDS (Centro Democrático Social) e PPM (Partido Popular Monárquico) formaram governo, o 13º desde 1976 e o primeiro de coligação.

Até então, o Partido Social Democrata foi governo nos primeiros 20 anos e o Partido Socialista governou nos últimos 24.

Sedeado na cidade de Ponta Delgada e distribuído pelas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial, o atual governo de coligação é constituído por 10 departamentos com competências próprias: a Presidência do Governo, que inclui um Subsecretário Regional; a Vice-Presidência do Governo; a Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública;

a Secretaria Regional da Educação e dos Assuntos Culturais; a Secretaria Regional da Saúde e do Desporto; a Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural; a Secretaria Regional do Mar e das Pescas; a Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas; a Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas; a Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego.

A partir de 1976, sob a liderança política do presidente dos primeiros cinco governos regionais, João Bosco Mota Amaral, inicia-se um processo de rápida e profunda transformação da sociedade açoriana, caraterizado por dois desígnios estratégicos. Por um lado, a criação da unidade açoriana, face a quase um século e meio de divisão distrital. Por outro lado, a criação das infraestruturas necessárias ao desenvolvimento regional, com portos, aeroportos, estradas, escolas, hospitais.

O imenso esforço financeiro necessário para essa missão estruturante de recuperação histórica foi parcialmente coberto por importantes fontes de financiamento externo. Primeiro, as receitas geradas pelas contrapartidas decorrentes da utilização da base militar dos Estados Unidos na ilha Terceira; depois, os fundos comunitários a partir da adesão de Portugal, com as regiões autónomas dos Açores e da Madeira, em 1986, à então Comunidade Económica Europeia, atual União Europeia. Tudo isso, naturalmente, a par das transferências do Estado e das receitas próprias da Região.

Quase se pode afirmar que, com autonomia política e governo próprio, os Açores desenvolveram-se mais nos últimos 50 anos do que nos primeiro 500. Foi um esforço coletivo, liderado pelos sucessivos presidentes do Governo – Mota Amaral, Madruga da Costa, Carlos César, Vasco Cordeiro e, agora, José Manuel Bolieiro.

Todos os 13 governos compreenderam e concretizaram a ideia de que os Açores estão muito para além das nove ilhas.

Os Açores estão onde estiver um açoriano. E são muito mais os açorianos de sangue do que os açorianos de residência.

Somos menos de 250 mil habitantes nas nove ilhas, mas seremos porventura mais de dois milhões de açorianos e açor-descendentes, de sucessivas gerações, nas diferentes comunidades da diáspora açoriana, sobretudo na América do Norte e no Brasil.

Só no importante extremo sulista da grande nação brasileira, incluindo Santa Catarina e Rio Grande do Sul, são incontáveis os descendentes diretos dos povoadores açorianos. Por isso, o Governo dos Açores sem-

pre teve, e não podia deixar de ter, um departamento próprio na sua estrutura orgânica especialmente vocacionado para manter e desenvolver a relação das nossas ilhas com a nossa diáspora. Numa primeira fase, de 1976 a 1996, o Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas, sempre dirigido por Duarte Mendes. Numa segunda fase, desde há 25 anos, a Direção Regional das Comunidades, sucessivamente dirigida por Alzira Silva, Rita Dias, Graça Castanho e pelo meu antecessor Paulo Teves.

No caso da diáspora que aqui nos concentra, a expressão concreta da cooperação institucional entre o Governo dos Açores e o Rio Grande do Sul conhece três sucessivas fases históricas:

- Primeiro, ainda nos anos noventa, com a instalação de "Salas Açorianas" em diferentes municípios gaúchos, ao abrigo de um antigo protocolo celebrado entre o Instituto Cultural Português e o extinto Gabinete de Emigração do Governo dos Açores.

- Depois, em 2003, com a fundação da "Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul" e o consequente protocolo de cooperação que foi celebrado e é mantido pela Direção Regional das Comunidades.

- Agora, em 2023, com os futuros "Centros Culturais Açorianos" a instalar em diferentes cidades a partir dos protocolos assinados entre as Prefeituras Municipais, a Casa dos Açores e o Governo Regional.

Em nome de um passado comum e para um futuro ainda melhor, queremos atualizar e reforçar a relação da Região Autónoma dos Açores com a identidade açoriana do Rio Grande do Sul.

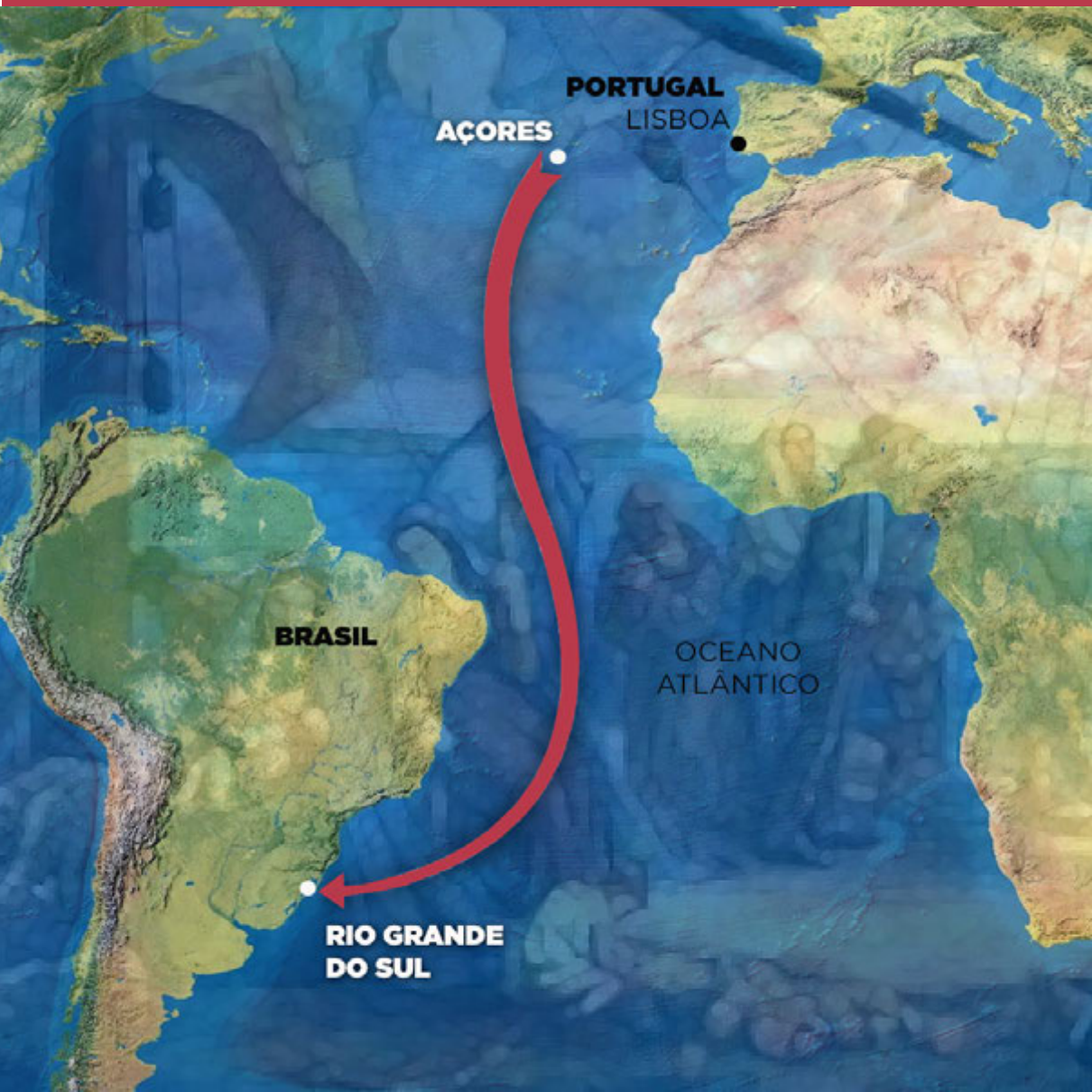
Sei que é essa também a vontade dos açor-descendentes ou amigos dos Açores que pesquisam e vivem a *A*çorianidade do lado de cá, como bem demonstra este Encontro Estadual de Raízes Açorianas.

Este ano evocativo da influência açoriana na fundação de Porto Alegre e no povoamento do Rio Grande do Sul é um passo importante nessa nossa caminhada comum e pode mesmo constituir um ponto de viragem determinante na vossa afirmação da nossa identidade e na vossa relação com a nossa realidade.

Por isso termino como comecei: agradecendo e enaltecendo a todos os presentes por celebrarem assim a *Açorianidade* no Sul do Brasil.

PARTE II

AÇORIANOS NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE



AÇORIANOS E DESCENDENTES NA IRMANDADE DA SANTA CASA DE PORTO ALEGRE

Diego de Leão Pufal[1]

A história da Santa Casa de Porto Alegre se deve muito à diáspora açoriana, ainda que, à primeira vista, assim não o pareça. Percursando-se os primórdios da Irmandade da Santa Casa e examinando-se a genealogia dos primeiros Irmãos que a ela se uniram nas quatro primeiras décadas de existência (1825-1871), chega-se àquela afirmação.

Inicia-se pelo irmão **Joaquim Francisco do Livramento**, idealizador da Santa Casa de Porto Alegre (FRANCO; STIGGER, 2003, p. 18), no início dos anos de 1800. Após, conforme a primeira ata da Santa Casa, de 24/1/1814,[2] foram escolhidos o Capitão-mor **José Francisco da Silveira Casado** como tesoureiro e João Coelho Neves como procurador das obras do Hospital. Na oportunidade, oficiaram ao Presidente da Província para que se elegesse a Mesa Administrativa da Santa Casa, seguindo as normas da Irmandade de Lisboa.

Com a aprovação pelo Governador, a 5/1/1815, a Câmara Municipal de Porto Alegre elegeu a primeira Mesa Administrativa,[3] composta pelo Marquês de Alegrete, Gen. Joaquim Xavier Curado, como Vice Provedor, e pelo Brigadeiro Miguel Lino de Moraes, como escrivão-secretário; pelo Capitão-mor de Ordenanças **José Francisco da Silveira Casado,** como tesoureiro; por João Coelho Neves, como escrivão da receita e despesa; pelo Ten. Manuel da Silva Lima, como mordomo-mor dos presos; pelo Desembargador Luís Corrêa Teixeira de Bragança, como enfermeiro-mor dos expostos; pelo Deputado Escrivão da Junta da Real Fazenda Antônio Caetano da Silva, como mordomo dos expostos; pelo Rev. Amaro de Souza Machado, como procurador dos presos; pelo Cel. **José Antônio da Silveira Casado**, como procurador dos expostos; por João Inácio Tei-

1 Genealogista. Sócio correspondente do IHGRGS, sócio do Colégio Brasileiro de Genealogia e do Instituto de Genealogia de Santa Catarina. Analista Jurídico do TJSC. Imbituba/SC.
2 CHC. Livro de Atas da Mesa Administrativa da Santa Casa, n. 1, p. 1-3.
3 CHC. Livro de Atas da Mesa Administrativa da Santa Casa, n. 1, p. 3v-4.

xeira, como procurador dos pobres, e por Luís Inácio Pereira de Abreu, como procurador das obras. Como *Irmãos de Meza* foram eleitos: o Dr. Ouvidor-geral, Corregedor da Comarca, Joaquim Bernardino de Senna Ribeiro da Costa; o Cônego, Vigário-Geral desta Capitania Antônio Vieira da Soledade; o Cônego honorário e Vigário Colado de Porto Alegre, José Inácio dos Santos Pereira; o Rev. Antônio José Martins Baião; o Brigadeiro Joaquim de Lima Álvares, o Cel. Ajudante de Ordens José Inácio da Silva; o Cel. Ajudante de Ordens João Maria Xavier de Britto; o Cel., Secretário do Governo, Vicente Ferrer da Silva Freire; o Ten. Cel. Ajudante de Ordens, Francisco da Silva Branco; o Ten. Cel. Ajudante de Ordens Lourenço Maria de Almeida Portugal; o Ten. Boaventura Delfim Pereira; o Deputado Intendente Manuel José de Alencastro; o Sargento-mor engenheiro João Freire de Carvalho; o Sargento-mor engenheiro Jacinto Desidério Cony; o Cap. **José Antônio de Azevedo**; o Dr. Físico-mor Júlio César Muzzi; o Cirurgião-mor Manuel Antônio Dias; o Cirurgião-mor Inácio Joaquim de Paiva; o Cirurgião-mor **Antônio Cabral de Mello**; José Antônio de Araújo Ribeiro; José Apolinário Pereira de Moraes; o alferes João Thomás de Menezes; o guarda-mor Antônio José de Oliveira Guimarães e João José de Oliveira Guimarães.

Em 15/11/1818, *na Casa de Hospital de Santa Casa de Misericórdia*,[4] deu-se a eleição do provedor, mordomo-mor dos presos e Irmãos de Mesa. O Conde da Figueira, o Cap. General José Maria Rita de Castelo Branco, então Governador da Capitania, foi eleito no lugar do Marques do Alegrete, como Provedor; para mordomo-mor dos presos, o Sargento-mor João Luís Teixeira, no lugar do cirurgião-mor Manuel Antônio Dias; para Irmãos da Mesa, o Sargento-mor João Bráulio de Azevedo; o Capitão José Leal de Azevedo; o Ten. **Manuel José de Leão** e Antônio José Pereira Machado, no lugar do Ten. Cel. Lourenço Maria de Almeida Portugal, do Ten. General João Vieira de Carvalho e do Sargento-mor João Luís Teixeira.

Os nomes em destaque, na gênese da Santa Casa de Porto Alegre, são filhos ou netos de açorianos ou nasceram em uma das nove ilhas, conforme segue.

- **Antônio Cabral de Mello**, Cirurgião-mor, nasceu a 19/9/1756 em Rio Grande/RS e casou-se a 24/9/1785 em Porto Alegre/RS com

4 CHC. Livro 1.o de Atas da Mesa Administrativa da Santa Casa, p. 7-8.

Maria Angélica de Figueiredo. Antônio foi filho de Manuel Cabral de Melo, natural de N. Sra. da Assunção, ilha de Santa Maria, e de Inácia de Jesus, natural da Horta, ilha do Faial.

- **Joaquim Francisco da Costa**, depois conhecido por Frei Joaquim Francisco do Livramento ou apenas Irmão Joaquim, foi batizado a 22/3/1761 no Desterro, hoje Florianópolis/SC, filho do Sargento-mor Tomás Francisco da Costa e de Mariana Jacinta da Vitória, ambos nascidos no ano de 1726, respectivamente na Horta e na Feteira, na ilha do Faial.
- **José Antônio da Silveira Casado**, Coronel, batizado a 22/1/1766 em Viamão/RS, filho de José Francisco da Silveira Casado, nascido em Santa Luzia, ilha do Faial, abaixo citado, e de Bibiana Josefa Bittencourt do Canto, natural de Angra, ilha Terceira.
- **José Antônio de Azevedo**, Comendador, nascido em 1774 em Campanha da Princesa/MG e falecido a 10/6/1831 em Porto Alegre, filho de João Antônio de Azevedo, de Vila Chã do Monte, Portugal, e de Inácia Antônia da Silveira, de São João de El Rei/MG e, por esta, neto materno de Cristóvão de Faria, de Alpiarça, Portugal, e de Esperança Josefa da Silveira, do Topo, ilha de São Jorge, Açores.
- **José Francisco da Silveira Casado**, Capitão-mor, nascido a 15/6/1734 em Santa Luzia, Faial, e falecido a 16/1/1825 em Porto Alegre. Fundador da Capela do Senhor dos Passos da Santa Casa de Porto Alegre, onde foi o primeiro ali a ser sepultado (PUFAL, 2015), filho de Francisco Pires Casado e Felipa Antônia da Silveira.
- **Manuel José de Leão**, Tenente, nascido entre 1759-1762 em Laguna/SC e falecido a 18/5/1834 em Porto Alegre, filho do cirurgião-mor João José de Leão, espanhol, e de Maria do Rosário, nascida em 1714 no Topo, ilha de São Jorge, Açores.

***

Apenas dois dos que alavancaram a Santa Casa de Porto Alegre, José Antônio de Azevedo e Manuel José de Leão, compuseram a sua Irmandade, cujo propósito era dar efetividade às Misericórdias (prover os enfermos, expostos, presos, incapazes e outros desvalidos, assim como os sepultamentos).

A Mesa Administrativa da Santa Casa, em 1821, adotou o Compromisso de Lisboa de 1818, para nortear o seu funcionamento, e permitiu o ingresso inicialmente de 200 Irmãos, como anotam Sérgio da Costa Franco e Ivo Stigger[5]:

> Em 18 de dezembro de 1821, em resolução da Mesa Administrativa, firmara-se a regra de que só seriam aceitos 200 irmãos selecionados com a devida prudência. Apesar de a Mesa exibir certa preocupação elitista, pode-se dizer que se tratava de uma sociedade relativamente aberta: na modesta Porto Alegre de 1822 não se recrutariam duzentos irmãos sem apelar para as camadas emergentes, de medianos recursos e modesta condição social. Em compromissos posteriores, tornou-se ilimitado o número de irmãos. É claro que as funções de maior destaque na Irmandade, estas sim, tocavam, a princípio, aos homens de fortuna.

O Compromisso em questão estabelecia vários requisitos. Dentre eles, que o candidato a Irmão tivesse renda, *bom entendimento*, isto é, tinha que saber ler e escrever e, ainda, fosse *abastado de fazenda, de maneira* que pudesse *acudir ao serviço da Irmandade, sem cair em necessidade*. Determinava ainda o pagamento de uma joia para ser aceito na Instituição.

Tais requisitos, por si só, já comprovam a questão elitista. O índice de analfabetismo era considerável naquele tempo e, em regra, quem tivesse instrução, teria que ter meios para custeá-la. O pagamento de determinado valor para o ingresso e a necessidade de ser abastado em bens, já afastava a pretensão de muitos candidatos a Irmão.

Por outro lado, quando os juramentos dos Irmãos se iniciaram em 1825, a imigração açoriana para o Rio Grande do Sul, apesar de constante, estava arrefecida. O grande número de açorianos vindos para o sul do Brasil deu-se no século XVIII e, passadas décadas, houve a estabilização do crítico cenário encontrado pelos primeiros, com a disputa de território entre Portugal e Espanha, depois das Guerras Guaraníticas, até a conquista das Missões.

A estabilidade política, social e econômica no Rio Grande do Sul, ao menos até a Revolução Farroupilha, permitiu também que muitos imigrantes, dentre eles alguns açorianos, e descendentes, encontrassem um equilíbrio. Em regra, quase todos imigrantes vindos dos Açores eram

5 FRANCO; STIGGER, p. 29.

pessoas de poucos recursos e muitos morreram sumamente pobres, como encontramos nos assentos de óbitos. Com raras exceções, notadamente no século XIX, alguns conseguiram amealhar recursos financeiros, situação que se modifica nas gerações seguintes.

Da análise da genealogia dos 747 Irmãos ingressos na Santa Casa de Porto Alegre, durante o período de 1825 a 1871 (PUFAL, 2013 e 2017), embora já decorridos mais de 70 anos da primeira leva da imigração açoriana para o Rio Grande do Sul (1752), extraem-se algumas curiosidades e conclusões.

Como adiantado, outros açorianos e descendentes se ligaram à Irmandade da Santa Casa em suas primeiras cinco décadas. Dentre os primeiros, há sete nascidos nas ilhas dos Açores:

- **Francisco José Furtado** natural da Ribeirinha, Ilha do Faial, prestou juramento em 2/3/1833, aos 57 anos, vivia de seu negócio e de seus prédios, filho de José Furtado de Mendonça e Joana Teresa. Casou-se com Clemência Maria da Conceição.
- **João Baptista Soares da Silveira e Souza** nasceu no Topo, Ilha de São Jorge, prestou juramento em 12/2/1852, aos 51 anos, vivia do rendimento de seus bens e de seus prédios, filho de Manuel Silveira Soares e Catarina de Jesus. Casou com Ana Joaquina de Jesus.
- **Joaquim de Bittencourt Lemos Maciel Brum** nasceu na Ilha do Faial, prestou juramento em 26/5/1826, aos 35 anos, vivia de seu negócio, filho de Raulino da Terra Brum da Silveira Corte Real e Luiza Delfina Brum Terra da Silveira. Casou-se com Maria Clara Barbosa de Menezes.
- **José Inácio Lourenço** natural da Vila do Porto, Ilha de Santa Maria, prestou juramento em 4/10/1830, aos 43 anos, vivia de seu negócio, filho de Antônio José Lourenço e Rita Quitéria. Casou-se com Maria Máxima Lourença.
- **José Maria da Silveira** (**Viana**) natural da Ilha do Faial, prestou juramento a 30/6/1828, aos 47 anos, vivia de seu negócio, filho de Matias Pereira e Genoveva Rosa. Casou-se com Antônia Rosa Viana.
- **Lourenço Machado** natural da ilha Terceira, prestou juramento em 11/3/1826, aos 40 anos, filho de Antônio Machado e Genoveva Bernardes. Casou-se com Maurícia do Nascimento.

- **Manuel de Freitas Leitão** natural de Angra, ilha Terceira, prestou juramento em 8/11/1831, aos 25 anos, vivia de seu negócio, filho de João de Freitas Leitão e Francisca de Jesus. Casou-se com Ana Vieira da Cunha.

***

Dentre os segundos, isto é, os descendentes de açorianos (filhos, netos e bisnetos), o número é considerável. Foram identificados 196 irmãos com antepassados vindos dos Açores e com algumas exceções não foi possível saber pormenores da ascendência de cada um, em especial aqueles vindos de outras províncias brasileiras.

Abaixo, a nominata em ordem alfabética pelo sobrenome do Irmão, com os dados que constam quando do juramento na Irmandade da Santa Casa e, assim, sem citar necessariamente os(as) respectivos(as) antepassado(s)/antepassada(s) açorianos(as) de cada um.[6]

- **Alencastro, Felipe José dos Passos de**, n. Porto Alegre/RS, 35 a., f. Felipe José dos Passos e Maria Manuela de Alencastro; c/c Faustina Cândida de Alencastro; v. seu negócio; j. 1º/7/1828.
- **Almeida Filho, Francisco Ferreira de**, n. Porto Alegre/RS, 28 a., f. Francisco Ferreira de Almeida e Maria Leocádia Pereira; c/c Antônia Pires de Almeida; empregado público, j. 1867.
- **Almeida, José Machado de**, n. RS, 40 a., f. João Machado de Almeida e Eufrásia Antônia; c/c Amália dos Santos, n. RS; v. negócio, j. 1º/1/1871.
- **Alves, José Pedro**, n. Porto Alegre/RS, 27 a., f. José Pedro Alves e Henriqueta Maria Alves; c/c Fermina de Souza Alves; comércio, com 3 filhos, j. 20/6/1868.
- **Amorim, João Afonso de Freitas**, n. Porto Alegre/RS, 30 a., f. João Afonso Vieira de Amorim e Joana Justiniana de Freitas; c/c Lísia do Valle, n. Porto Alegre/RS; empregado público, j. 10/1859.

6 Pelo volume de dados, optou-se por padronizar o rol, apresentando-se: o sobrenome e prenome do Irmão, o título, naturalidade, idade, filiação, nomes dos avós paternos e maternos, se mencionados, estado civil e, se casado, o nome da esposa, o modo de vida do Irmão e a data do juramento. Utilizaram-se as abreviaturas seguintes: "**a**." para "anos"; "**c/c**" para "casado com"; "**f.**" para "filho de"; "**fal**." para "falecido";"**j**." para "juramento em"; "**n**." para "nasceu em"; "**nats**." para "naturais";"**n.p.**" para "neto paterno"; "n.m." para neto materno, "**p**." para "página"; "**PT**" para "Portugal" e "**v**." para "vive de".

- **Araújo, Orestes Rodrigues de** (Padre), n. Triunfo/RS, 52 a., f. José Rodrigues Paulino e Lucrécia Rodrigues de Araújo; v. seu estado eclesiástico, j. 25/3/1838.
- **Araújo, Tomás José de**, n. RS, 47 a., f. Tomás José de Araújo e Rosa Perpétua de Araújo; c/c Dorotéia Ricarda de Araújo; agricultor, j. 1867.
- **Azevedo, Bernardino da Silva**, n. Porto Alegre/RS, 41 a., f. Joaquim Manuel de Azevedo e Teresa Joaquina da Silva; c/c Rosa dos Reis; do comércio, j. 12/12/1871.
- **Azevedo, José Antônio de** (Capitão), n. Campanha da Princesa/MG, 51 a., f. João Antônio de Azevedo e Inácia Antônia da Silveira; solteiro, v. seu negócio e rendimento de suas fazendas; fal. 10/6/1831, j. 15/10/1825.
- **Azevedo, Manuel Antônio de**, n. Porto Alegre/RS, 34 a., f. Manuel Rangel de Morais Azevedo e Teodora Joaquina de Mendonça; c/c Guiomar Inácia da Silva; v. sua escrita e demais bens; fal. 24/1/1842, j. 18/12/1830.
- **Bandeira, Luís da Fonseca**, n. Porto Alegre/RS, 34 a., f. Henrique Ennes Bandeira e Josefa Inácia as Chagas; v. seu emprego, j. 27/6/1847.
- **Barbosa, Bernardo José**, n. RS, 30 a., f. José Bernardino Barbosa e Ricarda da Maia; c/c Guilhermina Clarinda Barbosa, v. de seu negócio, j. 15/4/1855.
- **Barcellos, Antônio Chaves**, n. Pelotas/RS, 34 a., f. Joaquim Antônio de Barcellos e Marcolina Chaves Barcellos; c/c Manuela Gonçalves da Silva; v. de seu negócio, j. 23/3/1869.
- **Barcellos, Felisberto Antônio de**, n. RS, 48 a., f. Vicente José de Barcellos e Ana Maria de Jesus; c/c Maria Luiza, f. José Luís Nunes e Maria Caetana de Assunção; negociante, j. 1º/1/1862.
- **Barcellos, Vicente Trindade de**, n. RS, 31 a., f. Joaquim José de Barcellos e Ana Joaquina Alves; c/c Guiomar Machado; do comércio, j. 19/9/1867.
- **Barcelos Júnior, Vicente José de**, n. Viamão/RS, 33 a., f. Vicente José de Barcellos e Francisca Maria de Jesus; c/c Maria Luiza de Barcellos, f. Luís Pereira da Silva e Joaquina Inácia de Jesus; negociante, fal. 9/4/1892, j. 1º/1/1862.

- **Barcelos, Israel Rodrigues** (Doutor), n. Pelotas/RS, 23 a., f. Boaventura Rodrigues Barcelos e Cecília Rodrigues da Silva; c/c Maria Josefa da Silva Freire, f. coronel Vicente da Silva Freire e Rafaela Pinto Bandeira; v. empregado público, j. 11/10/1840.
- **Barros Júnior, José Pereira de**, n. Porto Alegre/RS, 29 a., f. José Pereira de Barros e Cândida Benvinda da Silva, c/c Sebastiana da Silva Barros; v. de seu negócio, j. 1868.
- **Bastos, Domingos José de Araújo**, n. Triunfo/RS, 33 a., f. capitão-mor Domingos José de Araújo Bastos e Mariana Antônia de Jesus; c/c Inácia Cândida Angélica de Azevedo; v. negócio e demais bens, j. 6/1/1834.
- **Bastos, Gabriel Martins**, n. Porto Alegre/RS, 43 a., f. capitão Antônio José Martins Bastos e Bárbara Inácia de Oliveira; v. seus negócios e de seus bens, j. 1º/7/1828.
- **Bittencourt, Estácio da Cunha**, n. Porto Alegre/RS, 21 a., f. Manuel da Cunha Bittencourt e Maria Bernardina dos Santos; solteiro, v. seu negócio; j. 13/6/1841.
- **Bittencourt, José Bernardino da Cunha** (Doutor) n. RS, 28 a., f. Manuel da Cunha Bittencourt e Maria Bernardina dos Santos; c/c Maria Júlia Alves Branco; médico, j. 1º/4/1855, fal. 24/11/1901.
- **Borges, Francisco Estácio**, n. Desterro/SC, 55 a., f. capitão Estácio Borges Bittencourt do Canto e Ana de Mello Azeredo Coutinho; c/c Maria Joaquina de Almeida, j. 18/4/1841.
- **Bormann, Feliciano Joaquim**, n. RS, 25 a., f. Guilherme Bormann e Ricarda Manuela de Moura, fal.; v. de seu negócio, j.14/1/1857, fal. 16/12/1906.
- **Brasil, Francisco de Assis**, n. Rio Pardo/RS, 35 a., f. José de Souza Brasil e Florinda Clara de Oliveira; c/c Joaquina Teodora Brasil, j. 22/7/1846.
- **Brito, Antônio de Sá e,** n. Porto Alegre/RS, 17 a., f. Francisco de Sá e Brito e Ana Joaquina de Oliveira; solteiro, v. escriturário da Junta Nacional, j. 1º/7/1828.
- **Brum, Manuel de Macedo** (Tenente-coronel) n. RS, 48 a., f. capitão-mor Manuel de Macedo Brum da Silveira e Ana Maria da Assunção; c/c Bernarda Pires de Macedo; fazendeiro, fal. 29/6/1884, j. 11/4/1861.

- **Caldeira, Joaquim Xavier**, n. SC, 53 a., f. José Cardoso Caldeira e Ana Inácia Francisca; v. seu negócio; j. 24/12/1831.
- **Câmara Júnior, Manuel José da**, n. Porto Alegre/RS, 50 a., f. Manuel José da Câmara e Prudência Maria de Jesus; c/c Leonor Carolina; empregado público aposentado, fal. 31/12/1868, j. 1º/1/1862.
- **Câmara, José Antônio Corrêa da**, (Tenente-coronel - Visconde de Pelotas) n. RS, 42 a., f. Antônio Fernandes Lima e Flora Corrêa da Câmara; c/c Maria Rita Pinheiro, f. dos Viscondes de São Leopoldo; militar, j. 1º/1/1867.
- **Câmara, José Antônio Telles da**, n. RS, 38 a., f. Antônio José Telles de Menezes e Gertrudes Maria Gago da Câmara; c/c Francisca de Macedo Couto e Telles; v. empregado público, j. 27/6/1847.
- **Câmara, Patrício Corrêa da** (Major), n. Rio Pardo/RS, 40 a., f. tenente-general Visconde de Pelotas e Viscondessa de Pelotas, n.p. Desembargador Gaspar José Corrêa da Câmara e Isabel de Bittencourt (n. Angra), n.m. tenente de dragões Francisco Pinto de Souza e Angélica Veloso da Fontoura; viúvo, v. soldo de sua patente, j. 6/1/1841.
- **Campos, Manuel José de** (Doutor), n. Porto Alegre/RS, 26 a., f. Manuel José de Campos (n. PT) e Francisca Joaquina de Jesus (n. ilha Terceira); solteiro, v. sua clínica, j. 11/10/1840.
- **Canto, Antônio Pires Bittencourt do**, n. RS, f. Capitão-mor Manuel José Pires da Silveira Casado e Rita Pires, j. 10/3/1844.
- **Cardoso, Carlos Francisco**, n. SC, 46 a., f. Francisco Antônio Cardoso (Major) e Ana Francisca da Costa; c/c Maria Altina de Menezes; capitão reformado, fal. 14/11/1876, j. 1º/1/1871.
- **Carvalho Neto, Manuel Joaquim de**, n. RS, 23 a., f. Antônio Joaquim de Carvalho e Catarina Barbara de Senna; casado, j. 10/3/1844.
- **Carvalho, Agostinho Pereira de**, n. Porto Alegre/RS, 23 a., f. Tomás Pereira de Carvalho (n. SC) e Ana Maria das Dores (n. Cananeia/SP), c/c Maria Delfina de Azevedo; v. seu negócio, j. 13/11/1831.
- **Carvalho, Bento Olinto de**, n. Porto Alegre/RS, 42 a., f. Brigadeiro Francisco Antônio Olinto de Carvalho, fal., e Maria Laura de Azevedo; c/c Ubaldina da Silva Olinto; empregado público, fal. 30/6/1910, j. 1867.

- **Carvalho, Felisberto Henrique de**, n. RS, 56 a., f. Luís Henrique de Carvalho e Maria Inácia Pereira; v. negócio, j. 27/12/1848.
- **Carvalho, Gaspar José de**, n. Rio Pardo/RS, 49 a., f. Francisco José de Carvalho e Maria Joaquina de Almeida; c/c Clara Tavares de Carvalho; v. seu ofício, j. 3/12/1831.
- **Carvalho, José Francisco de**, n. Rio Pardo/RS, 36 a., f. Francisco José de Carvalho e Maria Joaquina de Almeida; c/c Clemência Tavares de Carvalho, j. 3/12/1831.
- **Carvalho, Vicente José de**, n. Porto Alegre/RS, 43 a., f. Gaspar José de Carvalho e Gertrudes Joaquina do Nascimento; c/c Matilde de Oliveira Carvalho; negociante, j. 12/10/1866.
- **Carvalho, Vicente José Ferreira de**, n. Rio Pardo/RS, 40 a., f. Francisco José de Carvalho e Maria Joaquina de Almeida; c/c Matildes de Oliveira; v. seu negócio, j. 27/6/1847.
- **Casado, José Antônio da Silveira** (Alferes), n. Porto Alegre/RS, 22 a., f. Cel. Bibiano José Carneiro da Fontoura e Ana Bárbara Macedo da Fontoura; n.p. Cel. José Antônio da Silveira Casado e Maria Olaia Velosa da Fontoura; n.m. capitão-mor Manuel de Macedo Brum Silveira e Ana Maria da Assunção; solteiro, v. do soldo de sua patente, j. 3/1/1841.
- **Casado, Manuel Bento da Fontoura**, (Alferes) n. RS, 25 a., f. Capitão Inácio José da Silveira Casado e Francisca da Fontoura; solteiro, fazendeiro, j. 1º/12/1867.
- **Casado, Manuel José Pires da Silveira** (Capitão-mor), n. Porto Alegre/RS, 49 a., f. Capitão-mor Francisco da Silveira Casado e de Bibiana Josefa Bittencourt do Canto; c/c Rita de Mello Azeredo Coutinho; v. negócio e fazendas; Provedor da Santa Casa, j. 15/10/1825.
- **Castro, Bernardo Dias de** (Bacharel formado), n. RS, 27 a., f. Bernardo Dias de Castro e Isabel Alves Pereira; c/c Bibiana Brum Macedo da Fontoura, f. Cel. Bibiano José Carneiro da Fontoura e Ana Barbara Macedo da Fontoura; v. sua fazenda, j. 10/7/1842.
- **Castro, Fausto de Freitas e** (Doutor) n. Porto Alegre/RS, 23 a., f. Dr. Luiz de Freitas e Castro e Josefa Carolina de Menezes; solteiro, advogado, j. 19/9/1867.

- **Castro, João Capistrano de Miranda**, n. Florianópolis/SC, 33 a., f. Cap. Francisco Pedro de Miranda Castro e Rita Maria de Assunção; c/c Emília Flora de Castro Luz; v. suas letras, j. 18/11/1838.
- **Castro, João Dias de** (Doutor), n. Piratini/RS, 29 a., f. Bernardo Dias de Castro e Isabel Alves Pereira; c/c Josefa Machado e Castro, f. do capitão Manuel José Machado e Gertrudes Maria de Borba; v. empregado público, j. 23/10/1837.
- **Castro, Joaquim Augusto de Miranda e**, n. Porto Alegre/RS, 23 a., f. Dr. João Capistrano de Miranda e Castro e Emília Flora de Castro Luiz; c/c Fausta Lídia de Castro, n. RS; tenente do Corpo Policial, j. 1º/12/1871.
- **Castro, Joaquim Pedro de Miranda e** (Tenente) n. Porto Alegre/RS, 48 a., f. Francisco Pedro de Miranda e Castro e Rita Maria de Assunção, de SC; c/c Maria Altina da Silveira; negócio, j. 1867, fal. 7/7/1886.
- **Chagas, Sebastião Francisco de Oliveira** (Tenente-coronel) n. São Borja/RS, 45 a., f. Marechal Francisco Chagas Santos e Joana Matilde de Figueiredo; c/c Maria Avelina Fernandes; militar, fal. 22/2/1876, j. 11/8/1861.
- **Cidade, Antônio de Azambuja**, n. Triunfo/RS, 30 a., f. Cap. Francisco José Cidade e Helena Maria de Azambuja; c/c Rita Emília de Alencastro; v. de seus bens; j. 20/11/1826.
- **Corrêa, Antônio de Faria**, n. Porto Alegre/RS, 37 a., f. Francisco de Faria Corrêa e Teresa Rosa de Jesus; c/c Inácia Rodrigues de Faria; v. de seu negócio; j. 10/7/1842.
- **Coruja, Joaquim Antônio Pereira**, n. Porto Alegre/RS, 40 a., f. Francisco Manuel Pereira de Portugal e Felícia Maria da Silva; c/c Joaquina Cândida Pereira; j. 15/4/1855.
- **Costa Júnior, José Luiz da**, n. RS, 30 a., f. José Luiz da Costa e Mariana Eufrásia da Silveira Pires; solteiro, v. de seu negócio, j.14/1/1857.
- **Costa, Antônio José da**, n. Porto Alegre/RS, 45 a., f. Alexandre José da Costa (n. Braga) e Madalena Maria (n. Rio Grande), n.p. José da Costa e Úrsula Maria, n.m. Francisco Leal e Josefa Maria (nats. ilha do Pico); c/c Claudina Joaquina do Nascimento; v. ofício de marceneiro e demais bens, j. 11/12/1825.

- **Costa, Inácio João Cabral e** (Tenente-coronel), n. Porto Alegre/RS, 51 a., f. Ten. José Francisco de Faria e Costa (n. SC) e Florinda Cândida de Jesus Cabral (n. Rio Grande); c/c Felisberta Cabral da Silva Bandeira, f. Cap. Felisberto Pinto Bandeira e Ana Lemes da Silva; v. seus soldos, fal. 31/5/1846, j. 8/5/1842.
- **Costa, José de Souza**, n. SC, 43 a., f. José de Souza Costa e Luísa Rosa de Jesus; c/c Raquel Narcisa de Menezes; v. seu negócio, j. 27/10/1831.
- **Costa, José Luís da**, n. Florianópolis/SC, 40 a., f. Manuel Coelho da Costa e Ana Rosa de Jesus; c/c Felicidade Cândida da Silva (30 a.), f. Boaventura José Correia e Ana Maria; v. rendimento de suas fazendas de criação e agriculturas, j. 9/1/1842.
- **Costa, José Luís Vicente da**, n. Porto Alegre/RS, 40 a., f. ajudante Joaquim Luís Vicente da Costa e Mariana Eufrásia Quintanilha; c/c Severina Inácia Pires de Bittencourt; v. seus bens, fal. 5/11/1858, j. 1º/7/1828.
- **Cunha** Júnior**, João Antunes da**, n. Porto Alegre/RS, 18 a., f. João Antunes da Cunha (n. Guimarães, PT) e Constância Rosa Severina (n. Porto Alegre), n.p. João Antunes da Cunha e Joaquina Rita da Cunha, n.m. Francisco de Souza Severino e Rosa Flora Ludovina (nats. Porto Alegre); solteiro, v. escrivão ajudante do ofício de órfãos, j. 18/12/1842.
- **Cunha** Júnior**, João Marques da**, n. Porto Alegre/RS, 24 a., f. João Marques da Cunha e Maria Inácia de Jesus; solteiro, v. seu negócio, j. 3/1/1847.
- **Cunha, Antônio Luís da**, n. Rio Pardo/RS, 34 a., f. Manuel Luís da Cunha e Merenciana Joaquina de Menezes, j. 10/3/1844.
- **Dias, Custódio José**, n. RS, 51 a., f. José Joaquim Dias e Maria Tomásia do Nascimento; c/c Margarida Deolinda dos Santos; v. de seu negócio, j. 26/9/1856.
- **Duarte, José Francisco**, n. Rio Pardo/RS, 54 a., f. Lauriano José Duarte e Ana Faustina do Nascimento; c/c Leandra Maria de Jesus; v. advogado, j. 12/9/1830.
- **Duarte, José Gonçalves**, n. Porto Alegre/RS, 39 a., f. Antônio Gonçalves Pereira Duarte e Senhorinha Teixeira Duarte; c/c Maria

João dos Santos; empregado público, com filhos, j. 19/9/1867, fal. 30/9/1899.

- **Dutra Júnior, Joaquim Francisco**, n. RS, f. 24 a., f. Joaquim Francisco Dutra e Bibiana Antônia Dutra; solteiro, v. do comércio, depois Visconde de Cruz Alta, j. 14/1/1857.
- **Dutra, Antônio Cândido**, n. RS, 30 a., f. Joaquim Francisco Dutra e Bibiana Antônia Dutra; c/c Maria Amália Moojen; negociante, fal. 2/6/1900, j. 17/12/1868.
- **Dutra, José Antônio**, n. RS, 31 a., f. Joaquim Francisco Dutra e Bibiana Antônia Dutra; solteiro, v. de seu negócio, fal. 6/1859 no RJ, j. 14/1/1857.
- **Faria, José Vieira de**, n. Rio de Janeiro/RJ, 36 a., f. José Vieira de Faria e Joana do Nascimento dos Reis; c/c Maria José de Farias, f. Manuel José Machado e Faustina José; v. negócio, j. 28/12/1847.
- **Fernandes, Antônio Manuel**, n. RS, 22 a., f. Manuel Antônio Fernandes e Luiza Severina Lopes; solteiro, v. rendimentos e bens, fal. 7/8/1908, j. 20/1/1853.
- **Fernandes, Januário José**, n. RS, 41 a., f. Manuel Fernandes Chaves e Inácia Maria e Jesus; c/c Constança Carlota Ivo Fernandes (22 a.), f. Francisco Ivo Fernandes e Constança Perpétua de Farias; v. rendimento de seus bens, j. 10/9/1843.
- **Fernandes, João Rodrigues** (Doutor), n. Porto Alegre/RS, 33 a., f. João Luís Rodrigues (n. PT) e Ana Maurícia Fagundes de Oliveira (n. RS), j. 4/8/1844.
- **Ferreira, Antônio José Rodrigues Júnior**, n. Porto Alegre/RS, 26 a., f. Antônio José Rodrigues Ferreira e Maria Eufrásia da Silveira; solteiro, v. negociante, j. 12/1/1840.
- **Ferreira, João Damasceno**, n. SC, 43 a., f. José Joaquim Ferreira e Ana Joaquina da Trindade; c/c Maximilia Cristina Ferreira; v. seu negócio, j. 15/12/1847.
- **Ferreira, José Antônio Rodrigues**, n. Porto Alegre/RS, 25 a., f. Antônio José Rodrigues Ferreira e Maria Eufrásia da Silveira; solteiro, v. negociante; j. 12/1/1840.
- **Ferrugem, José Gonçalves Lopes**, n. Porto Alegre/RS, 28 a., f. Custódio Gonçalves Lopes e Maria Francisca Viana; n.p. Francisco

Pereira Viana e Maria Doroteia de Figueiredo; c/c Benedita Maria Carlina; v. empregado público, j. 12/7/1835.

- **Fioravante, Antônio Ângelo Cristino** (Doutor), n. Santo Antônio da Patrulha/RS, 30 a., f. Marcos Cristino Fioravanti (n. Sicília, Itália) e Emerenciana da Silveira Peixoto (n. RS); c/c Clara Fioravante; v. suas letras; j. 30/12/1843.
- **Flores Filho, Luís da Silva**, (Doutor) n. RS, 25 a., f. Dr. Luís da Silva Flores e Maria José Thompson; c/c Luísa Osório Nogueira; médico, fal. 15/2/1881, j. 20/6/1868.
- **Flores, Luís da Silva** (Dr. em Medicina), n. RS, 25 a., f. Tomás Francisco Flores e Francisca Rosa da Silva; c/c Maria da Glória Thompson; v. emprego no Hospital Militar, j. 10/7/1842.
- **Fontoura, Antônio Carneiro da**, n. RS, 29 a., f. Manuel Carvalho Duarte e Felisberta Carneiro da Maia; casado, negociante, j. 9/4/1856.
- **Fragoso, Alexandre Coelho**, n. Porto Alegre/RS, 21 a., f. Clementino Coelho Fragoso e Rita Joaquina Ferreira, c/c Emília Angélica Leite; v. rendimento de seus bens, j. 06/08/1843.
- **Furtado, Felizardo José Rodrigues**, n. Porto Alegre/RS, 35 a., f. José Manuel Felizardo e Gertrudes Francisca da Soledade; c/c Simplícia Marcelina Rodrigues; negociante, j. 1º/1/1868, fal. 24/10/1912.
- **Garcia, Francisco de Oliveira**, n. RS, 46 a., f. Manuel Vicente Garcia e Ana Joaquina de Oliveira; c/c Francisca Cândida de Oliveira, f. José Francisco Nunes (n. Faial, Açores) e Ana Joaquina de Oliveira (n. RS); comércio, j. 1º/1/1860, fal. 1º/1/1903.
- **Gomes Filho, José Pinto**, n. Porto Alegre/RS, 34 a., f. José Pinto Gomes e Joaquina Josefa; solteiro, v. de seu negócio, j. 1867.
- **Guerra, Joaquim Maria de Azevedo**, n. Porto Alegre/RS, 33 a., f. Joaquim José Leocádio Guerra (n. Lisboa, PT) e Eufrásia Joaquina de Azevedo (n. Triunfo); v. emprego público, j. 28/6/1846.
- **Jardim, Lourenço Lopes**, n. Porto Alegre/RS, 30 a., f. Manuel dos Santos Pereira Jardim e Gertrudes Maria da Conceição; c/c Maria Leopoldina de Abreu; v. seu negócio, j. 17/7/1846.
- **Jobim, Antônio Martins da Cruz**, n. Rio Pardo/RS, 32 a., f. José Martins da Cruz e Eugênia Rosa; c/c Ana Martins Brasil, f. José

de Souza Brasil e Florinda Clara de Oliveira; v. seu negócio, j. 10/7/1842.

- **Lara, José Antônio dos Santos**, n. Desterro (Florianópolis) /SC, 56 a., f. Antônio Francisco Lara e Mariana de Jesus; c/c Bernardina Alves dos Santos Robalo, f. Manuel dos Santos Robalo e Ana Alves da Porciúncula; v. ordenado de 1º escriturário da Junta da Fazenda, fal. 24/8/1849, j. 11/12/1825.
- **Leal, Francisco de Souza**, n. RS, 25 a., f. Francisco de Souza Leal e Robéria Maria Rafaela; c/c Alexandrina Rosa de Araújo Leal, f. Elias Francisco de Araújo e Claudina Rodrigues de Araújo; v. seu negócio, j. 10/4/1842.
- **Leal, José Antônio de Souza**, n. Rio de Janeiro/RJ, 51 a., f. Antônio de Souza Leal (n. ilha de São Jorge) e Vicência Rosa de Jesus (n. ilha do Faial), n.p. Antônio de Souza Leal e Maria Santa, n.m. João Pacheco da Silva e Francisca Inácia de Jesus; c/c Maria Joaquina da Conceição; v. rendimento de bens de raiz, j. 10/5/1826.
- **Leal, José Joaquim da Silva**, n. Cachoeira do Sul/RS, 28 a., f. José Joaquim da Silva e Inácia Maria da Conceição; solteiro, v. negociante, j. 31/1/1841.
- **Leal, Torquato de Souza**, n. RS, 27 a., f. Francisco de Souza Leal e Angélica Francisca de Campos; c/c Maria José da Silva, n. RS, f. capitão Manuel da Silva Machado e Josefa Francisca da Silva; solicitador de auditorias, fal. 27/8/1902, j. 13/9/1871.
- **Leão, Francisco José de**, n. RS, 32 a., f. Francisco José de Leão, fal., e Rosaura Luiza, do RS; solteiro, v. de negócio, j. 13/10/1857, r. de 14/1/1857, fal. 3/12/1906.
- **Leão, José Manuel de**, n. RS, 35 a., f. José Manuel de Leão e Mafalda Rita de Jesus; casado, guarda-livros, j. 1º/1/1868, fal. 26/6/1883.
- **Leão, Manuel José de** (Tenente), n. Laguna/SC, 64 a., f. João José de Leão e Maria do Rosário; c/c Bernardina Joaquina da Silva, v. negócio e rendimento de suas fazendas, j. 1º/1/1826.
- **Lemos, Manuel Martins da Silveira**, n. Rio Pardo/RS, 26 a., f. Antônio Martins da Silveira Lemos e Dorotéia Felícia de Souza, n.p. Manuel Martins e Helena Maria; solteiro, v. emprego público de Primeiras Letras, j. 20/10/1833.

- **Lima, Antônio Soares**, n. RS, 36 a., f. Manuel Soares Lima e Maria Querubina Ferreira; c/c Maria José de Andrade Lima; empregado na Santa Casa, j. 1º/12/1871.
- **Lima, Jacinto da Silva** (Doutor), n. Porto Alegre/RS, 25 a., f. Vicente da Silva Lima e Leocádia Joaquina de Lima; solteiro, v. suas letras, j. 27/1/1839.
- **Lima, Joaquim dos Santos Prado**, n. Rio Pardo/RS, 30 a., f. Cirurgião-mor Joaquim José do Prado e Joana Maria da Natividade; v. suas fazendas de criar, j. 11/8/1833.
- **Lima, Justino Vieira**, n. RS, 34 a., f. Manuel José Vieira Lima e Balbina Antônia de Lima; c/c Luísa Carolina Lima; empregado público, j. 11/1/1862.
- **Lima, Rafael José Pinheiro**, n. Porto Alegre/ RS, 21 a., f. Antônio José Pinheiro Lima e Maria Angélica Rangel; solteiro, v. seu negócio, j. 1º/7/1828.
- **Lisboa, Francisco Pereira da Silva**, n. RS, 25 a., f. Francisco Pereira da Silva Lisboa e Ana Maria de Borba; v. empregado, j. 4/3/1847.
- **Lopes, Hilário Gonçalves**, 30 a., f. Custódio Gonçalves Lopes e Maria Francisca Viana, n.p. Francisco Pereira Viana e Maria Doroteia de Figueiredo; c/c Miguelina de Mesquita Ferrugem; v. empregado público; j. 12/7/1835.
- **Lourenço, Antônio José**, n. Porto Alegre/RS, 24 a., f. Agostinho José Lourenço e Ana Rosa da Conceição; c/c Joaquina Lourença da Silva; v. empregado público, j. 23/12/1838.
- **Lourenço, Joaquim José**, n. Porto Alegre/RS, 35 a., f. Guarda-mor Agostinho José Lourenço e Ana Rosa da Conceição; c/c Antônia Genoveva de Oliveira; v. empregado público, tomou posse em 23/12/1838.
- **Machado, Antônio José Pereira**, n. Porto Alegre/RS, 48 a., f. Antônio José Pereira Machado e Isabel Francisca Jardim, solteiro, j. 9/4/1856.
- **Machado, João Pereira**, n. Porto Alegre/RS, 47 a., f. Antônio José Pereira Machado (n. PT) e Isabel Francisca Jardim (n. RS); solteiro, j. 9/4/1856.
- **Machado, Manuel José,** n. Florianópolis/SC, 51 a., f. Cap. Manuel José Machado e Maria Antônia da Encarnação; c/c Gertru-

des Maria de Borba; v. rendimentos de suas fazendas; fal. 1843, j. 4/10/1832.

- **Machado, Manuel José**, n. SC, 54 a., f. João Machado de Ávila e Floriana Rosa de Ávila; c/c Faustina José Machado, v. de seu negócio, j. 18/12/1853.
- **Machado, Rodolfo José**, n. Porto Alegre/RS, 33 a., f. Manuel José Machado e Faustina José Machado; viúvo, do comércio, fal. 9/6/1905, j. 19/9/1867.
- **Magalhães, Propício José de**, n. RS, 42 a., f. Martinho José de Magalhães Peixoto e Vicência Leal de Magalhães; c/c Henriqueta Propícia de Andrade; empregado público, j. 1868.
- **Meirelles, José Gonçalves** (Capitão) n. RS, 52 a., f. Leandro José Gomes e Ana Joaquina Gonçalves Meirelles; c/c Gabriela Vieira Braga; militar, j. 1º/12/1871.
- **Mello, Antônio Cabral de** (Cirurgião-mor), n. Rio Grande/ RS, 65 a., f. Manuel Cabral de Mello (n. Ilha S. Maria) e Inácia de Jesus (n. ilha do Faial); viúvo, j. 15/10/1825.
- **Melo, Francisco Xavier de** (Sargento-mor), n. Desterro/SC, 61 a., f. Cap. Matias Xavier de Melo e Jacinta Clara dos Serafins; n.p. Antônio de Espíndola da Veiga e Maria de Bittencourt, n.m. Pedro Correia de Melo e Felipa Maria (nats. Açores); c/c Maria Angélica da Conceição; v. seu negócio, j. 1º/7/1828.
- **Melo, João do Castro do Canto e** (Visconde de Castro e Brigadeiro), n. São Paulo/SP, 54 a., f. Visconde de Castro e Viscondessa de Castro, n.p. João de Castro Canto e Mello e Maria Benedita de Castro (nats. ilha Terceira), n.m. José Bonifácio Ribas e Ana de Toledo Ribas (nats. SP); viúvo, v. soldo de sua patente; fal. 11/9/1853, j. 6/1/1841.
- **Monteiro, Cláudio José**, n. RS, 30 a., f. Zeferino José Monteiro e Cesária Eufrásia Pereira; c/c Felicidade Coelho, v. de seu negócio, tomou posse em 28/01/1855, fal. 19/12/1901.
- **Monteiro, Estácio José**, n. RS, 29 a., f. Zeferino José Monteiro e Cesária Eufrásia Pereira; c/c Balbina da Fonseca Reis, após, c/c Miguelina Coelho, v. de seu negócio, j. 28/1/1855.
- **Monteiro, José Narciso**, n. RS, 39 a., f. Joaquim José Monteiro e Joaquina Josefa; n/c estado civil, do comércio, j. 19/9/1867, fal. 12/11/1889.

- **Moraes Júnior, Antônio José de** (Dr.) n. RS, 30 a., f. Antônio José de Moraes, Cirurgião-mor, e Constância Pacífica Fernandes; c/c Maria José de Almeida; v. de sua ciência, j. 28/1/1855.
- **Mugango, José Fernandes da Silva**, n. RS, 63 a., f. José Silveira Fernandes e Ana Maria da Trindade; v. rendimento de seus bens, j. 11/12/1848.
- **Netto, João Antônio da Silveira**, n. RS, 27 a., f. Joaquim Antônio Silveira e Maria Alexandrina da Silveira, do RS; c/c Clarinda da Silva Netto; v. de comércio, j. 14/1/1857, fal. 27/1/1870.
- **Netto, José Silveira**, n. RS, 34 a., f. Joaquim Antônio da Silveira e Maria Alexandrina da Silveira; c/c Maria Luísa Ferreira Netto; do comércio, j. 1868, fal. 23/1/1876.
- **Nunes, João José**, 41 a., f. Joaquim José Nunes e Maria Joaquina de Jesus; v. emprego público, j. 10/3/1844.
- **Oliveira, Antônio Francisco de**, n. RS, 26 a., f. Joaquim Francisco de Oliveira e Henriqueta Marinha da Silva; c/c Antônia Leopoldina Bandeira de Oliveira; v. de seu negócio, fal. 8/5/1890, j. 11/6/1854.
- **Oliveira, Antônio Teixeira**, n. RS, 46 a., f. Francisco Teixeira de Oliveira e Maria Joaquina de Souza; casado, j. 3/5/1847.
- **Oliveira, João Inácio de**, n. Porto Alegre/RS, 36 a., f. José Antônio Leão e Silvana Maria do Espírito Santo; c/c Célia Felicíssima da Costa (n. Rio Pardo); v. emprego de escriturário da Fazenda, j. 35/3/1838.
- **Oliveira, Luís Carlos de** (Ajudante), n. Porto Alegre/RS, 29 a., f. alferes José Carlos de Oliveira (n. Ceará) e Francisca Antônia de Jesus (n. Viamão); n.p. Dr. José Baltazar Auger de Saboia e Maria Jacinta da Assunção, n.m. Antônio Francisco Silveira e Maria de Jesus; c/c Joaquina Rosa de Oliveira; v. negócio, j. 25/5/1826.
- **Oliveira, Vasco Alves de**, n. Rio Pardo/RS, 29 a., f. Manuel Alves de Oliveira e Cândida Rosa de Oliveira; solteiro, v. empregado público, j. 8/8/1841.
- **Ourique, José Antônio Machado**, n. Rio Pardo/RS, 29 a., f. Cap. Manuel José Machado e Maria Antônia da Encarnação, n.p. Thomé Machado Ourique e Maria de Jesus, n.m. capitão Manuel da Cunha e Antônia da Encarnação; c/c Eugênia Rosa de Jesus; v. negócio, fal. 27/10/1853, j. 13/11/1825.

- **Paes, José de Azevedo**, n. Porto Alegre/RS, 29 a., f. José de Azevedo Paes (n. PT) e Mariana Joaquina Sobral (n. RJ); c/c Guiomar Ribeiro; negociante, j. 12/10/1866.
- **Paiva, Francisco dos Santos**, n. RS, 28 a., f. Luís dos Santos Paiva, fal., e Francisca Joaquina de Almeida; solteiro, do comércio, j. 14/1/1857, fal. 18/1/1914.
- **Paiva, Jerônimo dos Santos**, n. RS, f. Luís dos Santos Paiva e Francisca Joaquina de Almeida; solteiro, j. 18/3/1847.
- **Paiva, João dos Santos**, n. RS, 54 a., f. João dos Santos Paiva; c/c Cândida de Farias; negociante, pai de 7 filhos, j. 18/12/1868.
- **Paiva, Luís dos Santos** (Alferes do Batalhão da 2ª linha), n. Desterro/SC, 36 a., f. Licenciado José dos Santos Paiva e Rosa Maria de Jesus; c/c Francisca Joaquina de Almeida; v. negócio e demais bens, j. 25/11/1826.
- **Parreira, Manuel Gomes**, n. Brasil, 29 a., f. Francisco Gomes Parreira e Maria Gomes da Silveira; solteiro, proprietário, fal. 11/4/1897, j. 21/11/1852.
- **Pereira, Augusto Baptista da Silva**, n. Porto Alegre/RS, f. Barão de Gravataí e Baronesa de Gravataí; c/c Josefa Ferreira da Silva Pereira; negociante, j. 10/1859.
- **Pereira, Francisco Baptista da Silva**, n. RS, 22 a., f. Barão do Gravataí e Baronesa de Gravataí; solteiro, v. de seu negócio, j. 8/1/1854.
- **Pereira, Henrique Baptista da Silva**, n. RS, 28 a., f. Barão de Gravataí e Baronesa de Gravataí; c/c Maria Guimarães da Silva Pereira; negociante, j. 1868, fal. 26/5/1880.
- **Pereira, Joaquim José**, n. Desterro/SC, 53 a., f. Antônio Pereira de Medeiros e Maria Francisca da Conceição; c/c Angélica Inácia Pereira, f. José Inácio Teixeira e Severina Narcisa de Bittencourt; v. rendimento de suas fazendas, j. 7/2/1841.
- **Pereira, Manuel de Jesus** (Alferes), n. Desterro/SC, 58 a., f. José da Silva Pereira e Isabel Josefa de Jesus; c/c Francisca Carmela da Silva Pereira; v. seus bens, j. 1º/7/1828.
- **Pinto Filho, Sebastião Barreto Pereira** (Major da Guarda Nacional) n. RS, 35 a., f. cel. Sebastião Barreto Pereira Pinto e Rita Emília Rodrigues Barreto; c/c Maria Fortunata Barreto; negociante, j. 1º/12/1868.

- **Pinto Júnior, José Francisco dos Santos**, n. Porto Alegre/RS, 27 a., f. José Francisco dos Santos Pinto e Margarida Carolina dos Santos Pinto; c/c Clara das Chagas Araújo negociante, j. 1º/1/1867, p. fal. 6/7/1907.
- **Pinto, João Francisco de Souza**, n. Porto Alegre/RS, 34 a., f. Francisco Pinto de Souza e Bernardina Eufrásia de Miranda; solteiro, empregado público, j. 19/9/1867.
- **Pires, João Marcelino**, n. RS, 53 a., f. Manuel Marcelino Pires e Margarida Gomes de Lima; c/c Luiza Fausta de Almeida; proprietário, j. 17/11/1859.
- **Porto Filho, Manuel Ferreira**, n. RS, 51 a., f. Manuel Ferreira Porto e Maria Antônia Nunes Bemfica, v. do rendimento de seus bens, j. 10/11/1851, fal. 19/3/1867.
- **Porto, Francisco Ferreira**, n. RS, f. Manuel Ferreira Porto e Maria Antônia Bemfica; solteiro, comerciante, j. 6/11/1859, fal. 02/1884.
- **Porto, José Ferreira**, n. RS, 60 a., f. Manuel Ferreira Porto e Maria Antônia Nunes Bemfica; c/c Eugênia Marcondes Jobim; fazendeiro, j. 1868.
- **Prado, Antônio Peixoto do**, n. Porto Alegre/RS, 39 a., f. Antônio Peixoto do Prado (n. RJ) e Eufrásia Antônia de Oliveira (n. Porto Alegre), n.p. João Peixoto do Prado (n. PT) e Rosa Maria da Encarnação (n. RJ), n.m. José Carlos de Oliveira (n. PE) e Francisca Antônia da Conceição (n. Porto Alegre); j. 5/11/1843.
- **Prates, Fidêncio Nepomuceno**, (Doutor) n. RS, 34 a., f. Cap. Fidélis Nepomuceno de Carvalho Prates e Clara Florinda de Carvalho; solteiro, médico, j. 16/10/1853.
- **Prestes, Antônio Pereira**, n. RS, 32 a., f. Tertuliano Antônio Pereira e Fermiana Maria de Oliveira, fals.; solteiro, v. rendimento de seus bens, j. 25/11/1854.
- **Reis, Boaventura Augusto dos**, n. RS, 27 a., f. Felisberto Antônio dos Reis e Ana Justina dos Reis; solteiro, v. de seu negócio, fal. 19/12/1908, j. 15/4/1855.
- **Ribeiro, Antônio José Mendes**, n. RS, 25 a., f. Joaquim José Mendes Ribeiro e Josefina Antônia Mendes; solteiro, v. de comércio, fal. 20/10/1888, j. 3/2/1857.

- **Ribeiro, Victorino José**, n. Estreito/RS, f. Fernando Rodrigues Braga e Ana Teresa de Jesus; n.p. José Francisco Ribeiro e Rita Joaquina, n.m. capitão João Rodrigues da Cunha e Maria Caetana de Almeida; casado, v. seus bens; j. 1º/7/1828.
- **Rocha, Joaquim Vieira da** (Ten.), n. RS, 41 a., f. Manuel Vieira da Rocha (n. SC) e Dorothéa Maria de Jesus (n. RS); c/c Inácia Ferreira Rocha; v. de seu negócio, j. 1867, fal. 1/1/1885.
- **Rodrigues, Bernardo José** (Ajudante), n. Santo Antônio da Patrulha/RS, 31 a., f. Bernardo José Rodrigues (n. PT) e Francisca Antônia Nunes Bemfica (n. Santo Antônio da Patrulha); solteiro, v. seu negócio, j. 21/8/1826.
- **Rodrigues, Lauriano José**, n. Porto Alegre/RS, 41 a., f. Bernardo José Rodrigues e Francisca Antônia Nunes Bemfica; c/c Prudência Inácia Soares; comércio, j. 5/12/1859.
- **Rosa, Francisco José da**, n. Porto Alegre/RS, 30 a., f. Manuel José da Rosa e Maria Joaquina de Oliveira; solteiro, v. negócio; fal. 12/8/1858, j. 10/3/1826.
- **Rosa, Timóteo Pereira da** (Dr.) n. RS, 36 a., f. Luiz Pereira da Rosa e Fermina Antônia da Silveira; c/c Maria Francisca Pereira; advogado, fal. 16/7/1877, j. 1870.
- **Salgado, João Baptista Pereira**, n. RS, 38 a., f. Marcos Alves Pereira Salgado e Felícia Clementina de Ávila; c/c Ana Firmina Pires; empregado público, j. 1868.
- **Salgado, Joaquim Sabino Pires**, n. RS, 35 a., f. Antônio de Salles Salgado e Águeda Francelina Pires Salgado, fals.; c/c Gertrudes Idalina de Abreu; militar, j. 1870.
- **Salgado, Marcos Alves Pereira**, n. RS, 40 a., f. Marcos Alves Pereira Salgado e Felícia Clementina de Ávila; c/c Francisca de Lima Barcellos; empregado público, fal. 5/10/1901, com 2 filhos: Marcos e Joaquim, j. 1867.
- **Salles, José Luís Cardoso de**, n. Campanha/MG, 25 a., f. Cap. Antônio Luís Cardoso e Escolástica Vitória Rodrigues da Silveira; c/c Ana de Azevedo Martins; v. seu negócio, j. 24/1/1841.
- **Santos, Francisco Silveira dos**, n. Mostardas/RS, 45 a., f. Matias Silveira dos Santos (n. Topo, ilha de São Jorge) e Maria Francisca de Jesus (n. Mostardas), n.p. Antônio Alves Chaves e Francisca do

Rosário, n.m. João Moreira da Silva e Florência Francisca; solteiro, v. seu negócio; fal. 23/7/1875, j. 20/10/1833.

- **Silva Filho, Antônio Ribeiro da**, n. Porto Alegre/RS, 32 a., f. de Antônio Ribeiro da Silva e Felicidade Perpétua Pereira; c/c Francisco Bello Ribeiro da Silva; v. de seu negócio, fal. 13/7/1874, j.1867.
- **Silva, Cipriano Gonçalves da**, n. RS, 37 a., f. Comendador Manuel Gonçalves da Silva e Eulina Márcia Gonçalves; c/c Emília Pereira Gonçalves da Silva; fazendeiro, j. 1867.
- **Silva, Felisberto Pereira da**, (Doutor) n. Cachoeira do Sul/RS, 36 a., f. José Pereira da Silva e Ana Joaquina Soares Lima; c/c Emília Pereira da Silva; advogado e empregado público, j. 1º/12/1867, com filhos, fal. 5/6/1911, RJ.
- **Silva, Fernando Ferreira da**, n. Porto Alegre/RS, 48 a., f. Jacinto Ferreira da Silva e Maria do Carmo de Azevedo; c/c Maria Clara da Silva; empregado público, j. 7/1867, fal. 26/6/1888.
- **Silva, João Bernardo da**, n. Porto Alegre/RS, 48 a., f. João Bernardes da Silva (n. PT) e Jerônima Joaquina da Silva Quintanilha (n. ilha SC); solteiro, j. 18/4/1841.
- **Silva, João Manuel de Lima e** (Marechal de Campo) n. Porto Alegre/RS, 35 a., f. João Manuel de Lima e Silva e Maria Joaquina Corte Real; solteiro, militar, j. 1º/12/1869.
- **Silva, João Teixeira de Carvalho e**, n. Cachoeira do Sul/RS, 41 a., f. Gonçalo Teixeira de Carvalho, fal., e Maria Francisca de Loreto; viúvo, negociante, j. 26/8/1860.
- **Silva, José Ferreira da** (Capitão), n. Porto Alegre/RS, 36 a., f. Cap. João Ferreira da Silva e Maria Isabel de Azevedo; c/c Violante Joaquina da Silva; v. negócio, j. 1º/7/1828.
- **Silva, Justino José da**, n. RS, 43 a., f. Comendador José Francisco da Silva e Justiniana Maria da Silva; c/c Inês de Oliveira; v. de seu negócio, j. 1º/12/1867, fal. 10/7/1871.
- **Silva, Lino José da**, n. Laguna/SC, 56 a., f. Alexandre José da Silva (n. ilha Terceira) e Josefa de Jesus (n. Laguna/SC); c/c Rosa Joaquina de Jesus, f. José Rodrigues; v. ofício de calafate e outros rendimentos; j. 30/11/1833.

- **Silva, Sebastião Coutinho da**, n. Montevidéu, Uruguai, 33 a., f. Cel. Manuel Coutinho da Silva, e Ana Maria da Conceição; c/c Francisca Coutinho Tubino; empregado público, j. 11/1/1862.
- **Silveira, Ponciano Nunes da**, n. Osório/RS, 30 a., f. Manuel Nunes da Silveira e Maria Marques de Jesus; solteiro, v. seu negócio, j. 28/11/1841.
- **Soares, Casemiro Ferreira** (Tenente) n. RS, 41 a., f. Joaquim Ferreira de Oliveira Soares e Umbelina Joaquina de Jesus; c/c Luísa Gomes, f. Joaquim Gomes dos Santos Aldeia (n. PT) e Clara Fernandes Sobreira (n. RS); empregado público, j. 1867.
- **Souza, Antônio Peres de**, n. Porto Alegre/RS, 46 a., f. João Peres de Souza Coutinho e Ana Maria de Jesus, c/c Leonarda Antônia de Macedo, f. Felipe Álvares de Macedo e Antônia Faustina de Macedo; fal. 16/9/1832, j. 1º/7/1828.
- **Souza, Carlos Coelho de**, n. RS, 38 a., f. Antônio Coelho de Souza e Constância Joaquina Coelho; c/c Delfina Rosado; empregado público, j. 1º/12/1867.
- **Souza, Francisco das Chagas Martins Ávila e** (Padre Chagas), n. Rio Pardo/RS, 40 a., f. Antônio Martins da Silveira e Dorotéia Felícia de Souza; v. suas ordens, j. 1º/6/1828.
- **Souza, João Coelho de**, n. RS, 25 a., f. Antônio Coelho de Souza e Constança Coelho de Souza; solteiro, negociante, j. 1º/1/1861, fal. 14/10/1904.
- **Souza, Manuel Joaquim de Carvalho e**, n. RS, 25 a., f. Galdino Joaquim de Souza e Rosa Joaquina de Carvalho; v. seu negócio, j. 27/6/1847.
- **Souza, Thomé Luís de** (Arcipreste), n. Colônia, Uruguai, 73 a., f. cirurgião-mor Mateus de Souza (n. freg. São Pedro, ilha de São Miguel) e Josefa Maria (n. Colônia), n.p. Antônio de Souza e Joana Martins, n.m. Domingos Dias Chaves e Mariana de Jesus, j. 4/8/1844.
- **Teixeira, João Joaquim Fernandes**, n. Porto Alegre/RS, 25 a., f. Antônio Fernandes Teixeira e Inácia Rodrigues do Valle Teixeira; c/c Rafaela Fagundes do Nascimento; empregado público, j. 25/11/1863, fal. 25/9/1900.
- **Teixeira, João José**, n. RS, 33 a., f. Manuel José Teixeira (n. PT) e Luiza Cândida Teixeira (n. RS); viúvo, negociante, j. 1867.

- **Teixeira, Manuel Rodrigues**, n. Porto Alegre/RS, 40 a., f. Antônio Fernandes Teixeira e Inácia Rodrigues do Valle Teixeira; c/c Delfina Ferraz da Cruz; empregado público, fal. 29/7/1882, com filhos, j. 1867.
- **Telles, José Vicente da Silva**, n. RS, 25 a., f. Joaquim da Silva Telles de Queiroz e Maria Joaquina Amanda da Cunha Telles; solteiro, do comércio, j. 13/9/1871.
- **Travassos, Manuel José de Freitas**, natural do Rio de Janeiro/RJ, prestou juramento em 15/10/1825, aos 43 anos, vivia de seu negócio e reditos de suas fazendas e prédios, filho do capitão Miguel José de Freitas e Ana Rosa de Jesus, j. 15/10/1825.
- **Travassos Filho, Manuel José de Freitas** (Doutor), n. RS, 25 a., f. Manuel José de Freitas Travassos e Luiza Justiniana de Mascarenhas; c/c Francisca Machado de Freitas; v. seu emprego e rendimento de seus bens, j. 22/12/1837.
- **Travassos, João de Freitas**, n. Porto Alegre/RS, 29 a., f. Comendador Manuel José de Freitas Travassos e Bernardina Cândida dos Anjos; casado, negociante, j. 26/3/1857.
- **Travassos, Miguel Rocha Freitas**, n. Rio de Janeiro/RJ, 40 a., f. Miguel José de Freitas e Ana Joaquina do Monte; viúvo, empregado público, j. 17/2/1862.
- **Vargas Filho, Manuel Fialho de**, n. RS, 29 a., f. Manuel Fialho de Vargas e Maria Inácia de Jesus; c/c Maria Rita de Andrade, fazendeiro, j. 15/4/1855.
- **Vieira, José Inácio**, n. Porto Alegre/RS, 37 a., f. Inácio Manuel Vieira e Lauriana Rosa de Jesus; casado, v. do ensino das Primeiras Letras, j. 30/6/1828.

Portanto, tem-se, entre os primeiros irmãos ingressos na Irmandade da Santa Casa de Porto Alegre, de 1825 a 1871, o percentual equivalente a 27% (vinte e sete por cento) de açorianos ou descendentes. Esse montante se mostra considerável, por refletir necessariamente numa melhora da condição de vida dos imigrantes e seus descendentes, na miscigenação havida entre portugueses do continente e ilhéus e com outras etnias, e a ligação com as instituições locais.

Apesar disso, fato é que vários dos irmãos eram aparentados entre si, pois muitos deles, por exemplo, pertenciam ao mesmo ramo familiar,

mais precisamente das famílias Silveira Casado, Leão, Travassos, Fioravanti, Machado Ourique.

Ademais, dos 196 irmãos descendentes de açorianos, 20 deles nasceram em outras províncias brasileiras (13 em SC, 4 no RJ, 2 em MG e 1 em SP) e 2 deles no Uruguai. Esse número, ainda que tímido, demonstra, por um lado, que a imigração açoriana, como se sabe, não ficou restrita ao sul do Brasil, e, por outro lado, sinaliza que as migrações internas eram relativamente comuns, tanto entre estados, como entre cidades.

Por fim, há que destacar alguns desses irmãos, como Luís da Silva Flores, o Dr. Flores que dá nome à uma rua em Porto Alegre; Francisco das Chagas Martins Ávila e Souza, o Padre Chagas, que também dá nome a uma via conhecida na cidade; o Comendador Antônio Chaves Barcelos; o Major João Damasceno Ferreira e Francisco de Assis Brasil, patriarcas das conhecidas famílias Chaves Barcelos, Damasceno Ferreira e Assis Brasil, afora outros.

Referências

FRANCO, Sérgio da Costa; STTIGER, Ivo. *Santa Casa 200 anos:* caridade e ciência. Porto Alegre: ISCMPA, 2003.

PUFAL, Diego de Leão. A Irmandade da Santa Casa de Porto Alegre: primórdios, curiosidades e homens bons. In: *Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre:* Histórias Reveladas III. Porto Alegre: ISCMPA, 2013, p. 11-80.

PUFAL, Diego de Leão. O Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre antes de 1850. In: *Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre*: Histórias Reveladas IV. Porto Alegre: ISCMPA, 2015, p.147-197.

PUFAL, Diego de Leão. A Irmandade da Santa Casa de Porto Alegre: os irmãos ingressos de 1851 a 1871 – nominata, curiosidade e algumas análises. In*: Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre*: Histórias Reveladas V. Porto Alegre: ISCMPA, 2017, p. 13-50.

FONTES DOCUMENTAIS E ACERVOS

ARQUIVO HISTÓRICO MONSENHOR RUBEN NEIS – CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE (AHMRuN): habilitações de casamento; livros de batismos, casamentos e óbitos e acervo do genealogista Jorge Godofredo Felizardo.

ARQUIVO pessoal do autor.

CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA: livros de entrada de Irmãos, Livros de Compromissos e livros de Atas da Mesa Administrativa.

FAMILYSEARCH. Sítio da igreja mórmon. Igreja dos Santos dos Últimos Dias. Registros diversos, disponível em: https://familysearch.org/

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (IHGRGS): acervo do genealogista Moacyr Domingues.

A FAMÍLIA FREITAS TRAVASSOS E A IRMANDADE DA SANTA CASA DE PORTO ALEGRE

Diego de Leão Pufal[1]

A família *Freitas Travassos* tem sua origem com a vinda de **Miguel José de Freitas**, nascido a 31/7/1747 na freguesia de Vila Franca do Campo, ilha de São Miguel, Açores, onde foi batizado a 4/8/1747 na igreja de São Miguel, para o Brasil, e faleceu a 29/11/1832 em Porto Alegre/RS. Miguel foi filho de João da Rocha Freitas, da Lagoa, ilha de São Miguel, e de Teresa de São Miguel, da Ponta Garça, Vila Franca da Campo. O imigrante estabeleceu-se possivelmente na década de 1770 no Rio de Janeiro, onde se tornou capitão e, ao que parece, negociante de vários gêneros: carne, charque, couros, sebo, vinagre, vinho, sal e fazendas, conforme notícias extraídas do jornal *Gazeta do Rio de Janeiro* (edições dos anos de 1814 a 1822); foi vereador da Câmara de Magé/RJ e recebeu o hábito de Fidalgo da Ordem de Cristo no ano de 1811.

No ano de 1821, quando Miguel estava entre o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, publicou naquele mesmo jornal (edição n. 6) o anúncio seguinte:

> Miguel José de Freitas vende a sua fazenda situada ao pé da Villa de Magé, com boas terras, e muitos mattos virgens, engenho d´agoa para fazer farinha, cazas de vivenda, muito arvoredo de toda a qualidade; uma boa morada de cazas de sobrado, com bom quintal na mesma Villa, tudo sem pensão alguma; quem a quiser comprar dirija-se à rua do Ouvidor, à caza de José Caetano Travassos, onde achará o inventario de tudo que contém.

Miguel casou-se a primeira vez a 20/8/1776 na igreja da Candelária, na cidade do Rio de Janeiro, com Ana Rosa de Jesus, ali nascida, filha de Antônio Rodrigues Cabral e Felícia Rosa de Melo, ambos da ilha de

1 Genealogista. Sócio correspondente do IHGRGS, sócio do Colégio Brasileiro de Genealogia e do Instituto de Genealogia de Santa Catarina. Analista Jurídico do TJSC. Imbituba/SC.

São Miguel. Deste primeiro casamento de Miguel com Ana Rosa houve ao menos seis filhos: Manuel José, adiante tratado, Felícia, Donanciana Rosa de Freitas (casada com Francisco Luís da Costa Guimarães), Joaquina Rosa de Freitas (casada com João Teixeira Magalhães), Ana Felícia Rosa de Freitas e Bernardina Rosa de Freitas (casada com o capitão José Vaz de Souza), nascidos no Rio de Janeiro.

Miguel casou-se a segunda vez a 1º/5/1798 na cidade de Rio Grande/RS com Ana Joaquina do Monte, ali nascida a 6/11/1779, filha de Tomé José do Monte, de Olivença, Portugal, e Maria Joaquina dos Santos, de Rio Grande/RS. Deste segundo casamento de Miguel com Ana houve nove filhos: Maria Umbelina de Freitas (casada com Antônio Smith), Maria Angélica de Freitas (casada com Francisco de Sá e Brito), Elisiana Joaquina de Freitas, Delfina Joaquina de Freitas (casada com Miguel dos Reis), Donaciana Joaquina de Freitas, Miguel José da Rocha Freitas Travassos, Luísa Justiniana de Freitas (casada com Antônio Soares da Rocha), Francisca Joaquina de Freitas e Deolinda Joaquina de Jesus (casada com Francisco José Corrêa).

O capitão Manuel José de Freitas Travassos (Comendador Travassos)

O Capitão Manuel José de Freitas Travassos foi filho do Capitão Miguel José de Freitas e Ana Rosa de Jesus. Manuel nasceu a 6/1/1782, na cidade do Rio de Janeiro/RJ,[2] e foi batizado a 17 do mesmo mês na igreja da Candelária e faleceu a 6/1/1851 em Porto Alegre/RS.

Manuel, na década de 1800, já estava estabelecido no Rio Grande do Sul, onde foi fazendeiro e charqueador na zona de Taquari (COSTA FRANCO, 2000, p. 30). O mesmo historiador (1998, p. 407) escreveu que Manuel foi:

> Figura de destaque e influência no princípio da Vila de Porto Alegre, de cujo Auto de Criação foi um dos signatários, a 11/12/1810. Foi procurador da Câmara em 1812, ano em que aprece contribuindo para um socorro extraordinário às finanças municipais, com quantia das mais altas. Foi membro do Conselho Geral da Província, órgão que antecedeu à Assembleia Legislativa, e, em várias ocasiões, vereador municipal; em 1829, titular, em 1833, 1º suplente, e nova-

2 Embora quando tenha prestado juramento na Irmandade da Santa Casa de Porto Alegre, tenha declarado como nascido em Vila Franca do Campo, ilha de São Miguel, Açores, local de nascimento de seu pai.

> mente titular em 1837. Em 1830 (segundo ata de 31/3/1830, da Câmara Municipal) explorava fazenda e charqueada na freguesia de Taquari, possuindo ainda dois bergantins de transporte. Segundo o cronista Pereira Coruja, por ser proprietário de umas casas na antiga Rua Gen. Paranhos, deu origem à denominação setorial "Beco do Freitas", segmento daquela rua entre as ruas Riachuelo e Andrade Neves. Ao morrer, em 1851, era referido como Comendador Travasso [...].

No Processo dos Farrapos, publicado pelo Arquivo Nacional, anotou Aurélio Porto (1934, p. 373-374):

> [...] O comendador Manuel José de Freitas Travassos, que era proprietário, negociante por grosso e armador de diversas escunas e embarcações que navegam para o Rio de Janeiro e portos intermediários, teve um brigue-escuna dos seus, apresado pelos corsários. Abriu luta contra d. Diogo de Souza, conde do Rio Pardo, que foi o primeiro governador e capitão-geral do Rio Grande do Sul (1809-1814). Encontramos, na Biblioteca Nacional, uma interessante representação de Freitas Travassos, denunciando ao governo a prepotência desse capitão-general, documento precioso para o estudo social de uma época ainda desconhecida. Desse documento extratamos o seguinte período: "Fiquei privado, Senhor, do uso de uma bela chácara que possuía nos subúrbios daquela via Capital, em grande valor, tirando-me a maior parte do terreno por uma injusta medição que mandou fazer; a minha propriedade logo depois inteiramente arruinada pelo aterro que perto dela mandou fazer, ficou sem valor, servindo hoje de fundo receptáculo às águas que devem livrar a do Governador; os de outros passaram de um dia para outro, por meio de grandes valos, que mandara fazer, a mãos extranhas, ficando-lhes a triste consolação de serem companheiros na desgraça geral.
>
> Com insuportavel abuso da sua autoridade tem o mesmo Governador tomado vingança do malfadado Joaquim Manuel da Porciuncula, mandando acorrentar-lhe dois filhos de um genro, forçando-os a trabalhar assim entre os criminosos da mais abjeta condição, no aterro de um caminho de sua chacara, só porque aquele infeliz pai não lhe cedeu o direito de posses de sua sesmaria e ousou reclamara perante V. A. R., o notorio esbulho com que o dito Governador o privara da posse de seus campos que o mesmo Porciuncula ocu-

> pava há doze anos, o qual mandou V. A. R. restituir por Provisão do Desembargo do Paço, que apenas queria cumprir em parte; vivendo hoje por isso o miseravel esbulhado como foragido e ausente de sua casa com um filho seu de onze anos por não vir a ser vítima da furia daquele Governador. Tirou à Fazenda da Real Feitoria do Linho Canhamo terras que sempre foram tidas e defendidas como pertencentes à dita Feitoria e a de Manuel José de Leão o terreno que quiz para inteirar a sesmaria de uma légua de frente e três de fundos, que por motivos particulares concedeu a dona Maria Vellez. Privou o público da servidão das estradas públicas feitas pelo povo desde a fundação daquela capitania. [...]

Manuel tinha algumas propriedades, dentre elas uma chácara entre o Caminho Novo (atual Voluntários da Pátria) e a estrada dos Moinhos de Vento, tendo em 1846 oficiado à Câmara de Porto Alegre oferecendo parte do terreno para abrir uma nova estrada, conforme Anais do Arquivo Histórico do Município de Porto Alegre, volume II (1986, p. 210).

Foi, ainda, um dos primeiros a ingressar na Irmandade da Santa Casa de Porto Alegre, mais precisamente o de n. 14, e prestou juramento a 15/10/1825, quando disse ser Capitão, viúvo, com 43 anos de idade e viver de suas rendas como negociante (PUFAL, 2013). Assim como Manuel, muito de seus descendentes e colaterais integraram a Irmandade em questão. Foram eles: o seu meio-irmão **Miguel da Rocha Freitas Travassos** também integrou a Irmandade, prestou juramento a 17/2/1862, quando contava 40 anos, natural do Rio de Janeiro/RJ, viúvo e empregado público; o filho **Manuel José de Freitas Travassos Filho**, Doutor, depois Desembargador e Ministro, prestou juramento a 22/12/1837, do RS, 25 anos, casado, vivia de seu emprego e rendimento de seus bens, o qual foi Provedor da Santa Casa na década de 1850 por mais de uma ocasião; o filho **João de Freitas Travassos**, prestou juramento a 26/3/1857, natural de Porto Alegre/RS, com 29 anos, casado, negociante, o qual foi vereador em Porto Alegre; o neto **João Afonso Vieira de Amorim**, prestou juramento em 10/1859, de Porto Alegre, com 30 anos, casado, empregado público; os genros **José Machado de Almeida**, prestou juramento a 1º/1/1871, do RS, com 40 anos, vivia de seu negócio; **Antônio José da Costa Barbosa**, em 15/9/1844; **Domingos Martins Barbosa**, em 23/5/1848; **Manuel Gomes Coelho do Valle**, em 24/4/1849; **Antônio Pereira Prestes**, em 25/11/1854 (PUFAL, 2013 e 2015), e a neta, **Margarida**

Cândida da Fontoura Freitas, ingressou na Irmandade da Santa Casa[3] no ano de 1926, tinha 66 anos, do RS, professora de piano, viúva de Abel de Souza Leal.

Da análise da genealogia da família Freitas Travassos é possível verificar a verdadeira teia de parentesco e relações entre as famílias de muitos que integraram a Irmandade da Santa Casa nas quatro primeiras décadas (1825-1871). Além dos citados, relacionam-se outros: **Manuel José Machado**,[4] sogro do filho Manuel José de Freitas Travassos Filho, prestou juramento em 4/10/1832 e vivia do rendimento de seus bens, e **Francisco de Souza Leal**,[5] sogro da filha Margarida Cândida da Fontoura de Freitas, que prestou juramento a 11/7/1827.

A importância da família Freitas Travassos foi substancial à Irmandade da Santa Casa, pois perpassou gerações e séculos. Além de seus membros terem sido dos primeiros a ingressar na Instituição, permaneceram firmes ao seu propósito e, a exemplo de outras famílias, relacionaram-se entre si. Como já demonstrado nos artigos publicados nas várias obras *Histórias Reveladas*, fruto dos encontros promovidos pela Santa Casa, a Irmandade não era um fim em si mesma, pois havia toda uma questão social, política e econômica em seus bastidores.

As relações da família não ficaram adstritas à Irmandade da Santa Casa, pois também tinham fortes relações políticas e econômicas. Quanto às últimas, remete-se o leitor aos artigos "Com quem casar, a quem apadrinhar: notas de pesquisa sobre matrimônio e relações de compadrio na comunidade mercantil de Porto Alegre (primeira metade do século XIX)", de Gabriel Santos Berute, e "Assim como vive o Rei, vivem os vassalos": as práticas de Antigo Regime de Manuel José de Freitas Travassos na Madre de Deus de Porto Alegre", de Denize Terezinha Leal Freitas.

Manuel, como referido, faleceu no ano de 1851, e apenas foi encontrada uma sobrepartilha do ano de 1875,[6] cujos dados foram extraídos

3 CHC, Livro de entrada de irmãos n. 6, p. 350.

4 Outros Irmãos relacionados a Manuel José Machado: o genro, o Dr. Pedro Rodrigues Fernandes Chaves (Barão do Quaraí), prestou juramento a 23/10/1837; o genro, Dr. João Dias de Castro, Vice-Presidente da Província do RS, prestou juramento em 23/10/1837; o cunhado João José de Oliveira Guimarães, prestou juramento a 15/10/1825; o irmão, o Ten. José Antônio Machado Ourique, prestou juramento a 13/11/1825; o tio-avô o Tenente Manuel José de Leão, em 1º/1/1826 e os primos, José Manuel de Leão, em 1868, e Francisco José de Leão, em 14/1/1857.

5 Outros Irmãos relacionados a Francisco de Souza Leal, seus filhos: Francisco de Souza Leal Filho, prestou juramento a 10/4/1840; Torquato de Souza Leal, a 13/9/1871, e João Inácio Lourenço de Campos, a 31/3/1883.

6 APERS. Processo de inventário n. 500, do ano de 1875, autuado em Porto Alegre.

e a esses acrescidas outras informações retiradas dos livros da Igreja Católica de Porto Alegre. Com isso foi possível desenvolver um pouco de seu núcleo familiar:

1. Manuel José de Freitas Travassos nasceu a 6/1/1782, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, e faleceu a 6/1/1851 em Porto Alegre/RS. Casou-se a primeira vez a 8/11/1809 em Porto Alegre, com d. **Luísa Justiniana Mascarenhas**, nascida no Rio de Janeiro/RJ e falecida a 8/11/1820 em Porto Alegre, filha de Carlos da Costa Torres, de Portugal, e Joaquina Luísa Rosa, da Ilha do Faial, Açores. Manuel teve dois filhos (ilegítimos) com **Bernardina Cândida dos Anjos**, nascida a 1º/10/1796 em Triunfo/RS, filha de Jerônimo Francisco de Vargas e Vicência Maria da Conceição. E, a 15/1/1841, Manuel casou-se a terceira vez em Porto Alegre, quando reconheceram três filhos havidos antes do casamento, com **Maurícia Cândida da Fontoura**, nascida em 1809 em Cachoeira do Sul/RS e falecida a 1º/1/1889 em Porto Alegre/RS, filha de Antônio Adolfo da Fontoura ou Antônio Adolfo Charão e Graciana Maria Pacheco.

Filhos de Manuel com Luísa Justiniana:

2-1 **Maria Justiniana de Freitas** nasceu no Rio de Janeiro/RJ e faleceu a 31/7/1839 no RS. Casou-se a 15/1/1832 em Porto Alegre com **Antônio José da Costa Barbosa**, nascido em 1804 na cidade do Porto (São Mamede), Portugal, foi Irmão da Santa Casa de Porto Alegre, filho de José Martins da Costa e Marcelina Angélica dos Prazeres.

2-2 **Joaquina Justiniana de Freitas** nasceu a 27/6/1808 no Rio de Janeiro/RJ. Casou-se a 16/10/1825 em Porto Alegre/RS com **João Afonso Vieira de Amorim**, nascido em Meixedo, Viana do Castelo, Portugal, filho de João Afonso Vieira e Antônia Vieira do Amorim. O casal teve 4 filhos: Manuel Afonso de Freitas Amorim (Visconde de Santa Vitória), João Afonso Vieira Amorim, também irmão da Santa Casa, Maria José de Amorim e Joaquina de Freitas Amorim.

2-3 **Ana Joaquina Justiniana de Freitas** nasceu a 3/7/1810 em Porto Alegre e faleceu antes de 1875. Casou-se a 8/9/1825 em Porto Alegre/RS com **Domingos Martins Barbosa**, natural da cidade do Porto (São Mamede), Portugal, foi irmão da Santa Casa de Porto Alegre, era empregado público e vivia do rendimento de seus bens, filho de José Martins da Costa e Marcelina Angélica dos Prazeres. Pais ao menos de 10 filhos.

2-4 **Domiciana** ou **Donanciana Justiniana de Freitas** nasceu a 7/7/1811 em Porto Alegre/RS, onde se casou a 8/1/1835 com o Dr. **Manuel Gomes Coelho do Valle** (Dr. Valle, que dá nome à rua em Porto Alegre), nasceu em Arouca, Aveiro, Portugal e faleceu a 12/10/1852, foi bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, Juiz de Paz em São Leopoldo e Vice-cônsul de Portugal em Porto Alegre, onde também foi advogado. Foi Irmão da Santa Casa a partir de 1849, proprietário e advogado. Pais de 3 filhos.

2-5 Dr. **Manuel José de Freitas Travassos Filho**, adiante tratado.
2-6 **Luísa Justiniana de Freitas** nasceu a 20/6/1813 em Porto Alegre, onde se casou a primeira vez a 27/10/1827 com o Dr. **Manuel Antônio da Rocha Faria**, de Goiânia, e falecido a 15/5/1835, no RS, onde foi Juiz de Direito, filho de Manuel Gonçalves de Faria Cavalcanti e Maria da Conceição da Rocha. Luísa casou-se a segunda vez com o Desembargador **Joaquim Teixeira Peixoto de Abreu e Lima**, de Pernambuco. Houve filhos dos dois casamentos.
2-7 **José de Freitas Travassos** nasceu a 25/9/1816 em Porto Alegre e faleceu antes de seu pai.
2-8 **Pedro de Freitas Travassos** nasceu a 29/6/1817 em Porto Alegre, onde faleceu a 30/6/1817.
2-9 **Luís de Freitas Travassos** nasceu a 22/2/1818 em Porto Alegre, onde faleceu a 5/2/1819.
2-10 **Francisca Justiniana de Freitas** nasceu a 23/2/1820, em Porto Alegre, e faleceu em São João do Meriti/RJ. Casou-se com o comendador **Pedro Antônio Telles Barreto de Menezes**, de São João de Meriti/RJ, filho de Luís Teles Barreto de Menezes e Maria Rita Felicidade da Gama e Freitas.

Filhos de Manuel com Bernardina Cândida:

2-11 **João de Freitas Travassos** nasceu a 24/6/1827 em Porto Alegre/RS. Casou a primeira vez a 11/2/1856 na Estância da Vitória, em Rio Pardo/RS, com **Gertrudes Machado de Freitas**, sua sobrinha, filha do Dr. Manuel José de Freitas Travassos Filho e Francisca de Assis Machado. João foi vereador em Porto Alegre e também pertenceu à Irmandade da Santa Casa. João casou-se a segunda vez a 30/4/1860, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, com sua sobrinha e cunhada **Francisca Machado de Freitas**, nascida no RS.
2-12 **Albino de Freitas Travassos** nasceu a 27/6/1829 em Porto Alegre/RS, onde casou com **Maria Francisca de Oliveira**, filha de Francisco José Gregório e Maria Bernarda de Oliveira. Albino foi tenente e Promotor de Justiça em Taquari, com filhos.

Filhos de Manuel com Maurícia Cândida:

2-13 **Tristão de Freitas Travassos** nasceu a 1º/5/1834 em Porto Alegre e faleceu a 29/5/1860 em Porto Alegre, solteiro, Tenente da Guarda Nacional.
2-14 **Benjamin de Freitas Travassos** nasceu a 29/10/1835 em Porto Alegre, onde faleceu a 5/6/1837.
2-15 **Manuel de Freitas Travassos** nasceu a 14/9/1837 em Porto Alegre, onde faleceu a 14/11/1837.
2-16 **Amália de Freitas Travassos** nasceu a 29/9/1838 em Porto Alegre e faleceu antes de 1875. Casou-se com **José Machado de Almeida**, batizado a 5/6/1830 em São Borja/RS, filho do alferes João Machado de Almeida e Eufrásia Quitéria de Carvalho.
2-17 **Margarida Cândida da Fontoura Freitas** nasceu a 20/7/1840 em Porto Alegre, onde faleceu a 22/7/1916. Foi professora de piano e ingressou na

Irmandade da Santa Casa no ano de 1926. Casou-se ali a 21/8/1860 com **Abel de Souza Leal**, nascido a 7/4/1837 em Porto Alegre, filho de Francisco de Souza Leal e Robéria Maria Rafaela.

2-18 **Antônio de Freitas Travassos** nasceu a 1º/6/1841 em Porto Alegre e falecido antes de 1875, solteiro.

2-19 **Alzira Cândida da Fontoura Freitas** nasceu a 23/11/1842 em Porto Alegre, onde faleceu a 4/1/1904. Ali casou-se a 20/4/1871 com **Luís Henrique Moura de Azevedo**, nascido a 16/3/1848 em Porto Alegre e falecido em 1893 em Osório/RS, filho de Luís de Azevedo e Souza e Brígida Delfina Silva Carvalho.

2-20 **Fernando de Freitas Travassos** nasceu a 3/9/1844 em Porto Alegre, onde faleceu a 10/10/1913. Foi empregado público. Casou-se a 8/12/1876 em Porto Alegre com **Luísa Fagundes do Nascimento**, de Porto Alegre, filha de Francisco José do Nascimento e Joana ou Jônia Angélica Fagundes. Pais de seis filhos.

2-21 **Teresa Cândia da Fontoura Freitas** nasceu a 17/4/1846 em Porto Alegre, onde faleceu a 4/10/1850.

2-22 **Cristina de Freitas Travassos** nasceu a 22/7/1847 em Porto Alegre, onde faleceu a 27/8/1869. Casou-se a 1º/9/1862 em Porto Alegre, com **Manuel Gomes Ribeiro**, nascido em Porto Alegre, filho de Antônio Gomes Ribeiro e Eufrásia Gonçalves Ribeiro. Pais de 2 filhos: Maria e Alfredo Gomes Ribeiro.

2-5 **Manuel José de Freitas Travassos Filho (Ministro e Conselheiro Travassos)**

Manuel José de Freitas Travassos Filho nasceu a 8/6/1812 em Porto Alegre/RS e faleceu a 24/8/1885 em Niterói/RJ, filho de Manuel José de Freitas Travassos e de d. Luísa Justiniana.

Manuel estudou no Rio de Janeiro, no Seminário São José, e formou-se em Direito em 1834 pela Faculdade de São Paulo. Foi nomeado Procurador-fiscal da Tesouraria da Fazenda do Rio Grande do Sul em 1835 e, mais tarde, em 1838, Juiz de Direito. Em 1854 foi nomeado Desembargador da Relação da Corte e, no ano de 1875, Ministro do Supremo Tribunal da Justiça, equivalente ao atual Supremo Tribunal Federal. Ao lado disso, foi Deputado à Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul, mas não tomou posse. Exerceu outros cargos: Chefe de Polícia no RS, de 1837-1844; 3º Vice-Presidente da Província do RS (1841); 1º Vice-Presidente da Província do RJ (1870) e, após, Presidente da Província do RJ (1873-1874). Foi agraciado com o hábito da Ordem da Rosa; hábito do Cruzeiro, em 1841; comenda de Cristo, em 1845; título do Conselho, em 1875; foro de Moço da Imperial Câmara, em 1845; Guarda-Roupa em 1861 e Veador, em 1878. Foi, ainda, irmão da Santa Casa do Rio de Ja-

neiro e seu Provedor nos biênios 1877-1878 e 1878-1879, e ao Asilo de Santa Leopoldina, em Niterói, de que foi Provedor (LAGO, 1940, p. 106).

Antes de partir para o Rio de Janeiro, Manuel ingressou na Irmandade da Santa Casa de Porto Alegre a 22/12/1837, quando disse ser casado e viver de seu emprego e do rendimento de seus bens. Foi igualmente Provedor desta Santa Casa, por duas vezes na década de 1850, e foi autor dos apontamentos para a história da fundação do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, entregue à Mesa da Instituição no ano de 1859.[7]

Em sua homenagem, a Mesa da Santa Casa mandou fazer um retrato seu, existente no Centro Histórico-Cultural da Santa Casa, cujo quadro a óleo conta com os seguintes dizeres: *Ao Irmão Doutor Manoel José de Freitas Travassos, resolveo a Meza conjunta da Santa Caza de Mizericordia desta Cidade em sessão de 26 de Novembro de 1858, dar este publico e sincero testemunho do apreço e consideração em que tem os seus importantes serviços e dedicação em prol deste pio estabelecimento.*

Novamente reproduz-se uma pequena biografia de Manuel José de Freitas Travassos, da lavra do historiador de Porto Alegre, Dr. Sérgio da Costa Franco (1998, p. 407-408):

> Nasceu em Rio Grande em 1814 (sic) e faleceu no Rio de Janeiro a 24/8/1885. Bacharel em Direito, exerceu a magistratura em Rio Pardo, Rio Grande e em Porto Alegre, onde tomou posse na 2ª Vara Criminal em 1844, nela permanecendo até 1859. Dono de uma grande chácara no Bairro da Floresta, ao ser aberto o prolongamento da atual Av. Cristóvão Colombo, a nova via pública recebeu por alguns anos a designação de "Estrada do Freitas", assim como se chamava "Fonte do

Figura 1 – Manuel José de Freitas Travassos

Fonte: acervo do CHC.

7 TRAVASSOS, Manoel José de Freitas. Apontamentos para a história da fundação do Hospital da Santa Casa de Misericórdia da cidade de Porto Alegre, colligidos e oferecidos à Mesa da mesma Santa Casa em 1859. In: COLEHO JÚNIOR, José Antônio. *Relatorio da Santa Casa de Misericordia da Capital da Provincia do Rio Grande do Sul do ano de 1879*. Porto Alegre: Typografia do Deutsche Zeitung, 1879. Acervo do Arquivo do CHC.

Freitas" uma excelente vertente que existia em suas terras. Consoante registro da Câmara Municipal em 23/4/1859, o Doutor Manoel José de Freitas Travassos apresentou então suas despedidas ao Município, por haver sido nomeado Desembargador da Relação do Rio de Janeiro. Integrou mais tarde o Supremo Tribunal de Justiça e recebeu o título de Conselheiro do Império. É homenageado pela cidade na Rua Conselheiro Travassos, no bairro São Geraldo.

Manuel casou-se a 30/4/1835 em Porto Alegre/RS com **Francisca de Assis Machado**, nascida a 10/9/1821 em Rio Pardo/RS e falecida a 4/4/1883 em Porto Alegre, filha do capitão Manuel José Machado e Gertrudes Maria de Borba, neta paterna do capitão Manuel José Machado e Maria Antônia da Encarnação e neta materna do alferes Agostinho de Borba e Josefa Maria da Conceição, todos de origem açoriana.

O casal de Manuel e Francisca teve ao menos os filhos seguintes:

3-1 **Manuel José de Freitas Travassos** nasceu a 4/10/1836 em Porto Alegre, onde faleceu a 11/12/1841.
3-2 **Gertrudes Machado de Freitas** nasceu a 26/7/1838 em Porto Alegre e faleceu a 15/7/1859. Casou-se a 11/2/1856 na Estância da Vitória, em Rio Pardo/RS, com seu tio **João de Freitas Travassos**. Sem filhos.
3-3 **Ernesto de Freitas Travassos** nasceu a 30/10/1839 em Rio Grande/RS.
3-4 **Luísa Machado de Freitas** nasceu cerca de 1840 em Porto Alegre e faleceu em Niterói/RJ. Casou-se a 22/4/1858 em Porto Alegre/RS com o Doutor **Antônio Pereira Prestes**, nascido a 12/11/1821 em Porto Alegre e aí falecido a 18/1/1881. Foi bacharel formado pela Faculdade de São Paulo, jornalista e deputado provincial pelo RS, além de Irmão da Santa Casa de Porto Alegre, filho de Tertuliano Antônio Pereira e Firmiana Isabel de Oliveira. Pais de vários filhos, dentre eles: Antônio Pereira Prestes, nascido a 23/8/1869 em Porto Alegre, casado com Maria Leocádia de Almeida Felizardo, pais de Luís Carlos Prestes, político brasileiro.
3-5 **Ernesto de Freitas Travassos** nasceu a 30/12/1842 em Rio Grande/RS.
3-6 **Francisca Machado de Freitas** nasceu no RS e faleceu em 12/8/1905 no Rio de Janeiro/RJ. Casou-se a 30/4/1860, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, com o seu tio **João de Freitas Travassos**. Com geração.
3-7 Dr. **Galdino de Freitas Travassos** nasceu em 1849 no RS e faleceu a 22/11/1912 em Niterói/RJ, solteiro, advogado.
3-8 Dr. **Plínio de Freitas Travassos** nasceu a 3/8/1857 em Porto Alegre/RS. Casou-se a 11/3/1886 em Niterói/RJ com sua prima e sobrinha **Gertrudes de Freitas Travassos**, do RS, filha de João de Freitas Travassos e Francisca Machado de Freitas. Com geração.

***

O jornal *O Fluminense*, de Niterói/RJ, em sua edição 1133, de 26/8/1885, veiculou um obituário do *Sr. Conselheiro Freitas Travassos*, trazendo notas biográficas interessantes, que merecem ser reproduzidas:

> No carneiro n. 183, quadra F, do cemitério de Maruhy, repousam os restos mortais, do nobre cidadão, Sr. Conselheiro Manoel José de Freitas Travassos, um dos ornamentos da magistratura brasileira.
>
> Era natural da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, onde nasceu a 8 de Junho de 1812.
>
> Bacharelou-se em Direito, na Academia de S. Paulo, em 1836.
>
> Exerceu, na sua província natal, os lugares de procurador fiscal e juiz de Direito; foi desembargador da Relação da Côrte, onde exerceu os cargos de presidente e procurador da Corôa; ultimamente era ministro do Supremo Tribunal de Justiça.
>
> Como político, foi deputado geral e provincial pela sua província.
>
> Entrou em duas listas tríplices senatoriaes; exerceu o lugar de presidente d´esta província e 1º vice-presidente, prestando excelentes serviços.
>
> Em cargos honoríficos, teve os de moço da imperial camara, guarda-roupa e veador de S. M.
>
> Foi provedor da Santa Casa de Misericordia do Rio Grande do Sul; escrivão e provedor da Côrte e era actualmente provedor do Asylo de Santa Leopoldina.
>
> Era cavalleiro das ordens de Christo e Cruzeiro.
>
> Falleceu na noite de 23 para 24 do corrente, tendo se deitado com saúde.
>
> O enterro teve logar, ante-hontem, pelas 4 horas da tarde.
>
> O corpo foi conduzido em carro da casa imperial, seguido de vários criados do Paço, indo também um coche por parte da família.
>
> Comparecera, por parte de S. M. o Imperador, o Sr. Visconde do Bom Retiro e por parte de S. M. a Imperatriz, o Sr. conselheiro Olegario Herculano de Aquino e Castro.
>
> Tambem compareceu um conego por parte da capella imperial, encarregado da encomendação, bem como os Revmos. Vigários de S. João Baptista e de S. Lourenço.
>
> O préstito de carros foi grande, vendo-se nelle pessoas da mais alta jerarquia social, bem como representantes de todas as classes sociaes.

A redacção d´esta folha compareceu ao sahimento.

O Sr. conselheiro Travassos era um ancião respeitabilíssimo por todos os princípios.

Soube honrar todos os lugares que occupou, sendo o seu procedimento sempre de uma correção inexcedível.

A magistratura tinha nelle um modelo; o político um exemplar de firmeza de crenças; o cidadão um exemplo vivo do civismo.

N´uma face, porém, elle excedia a tudo: como chefe de família.

Imaginamos que haja quem tenha amor, dedicação e extremos pela família iguaes aos que tinha o falecido conselheiro; não admittimos, porem, que exista quem o possa exceder.

É por isso que deixa uma próle educada, na verdadeira accepção da palavra e digna de apparecer na sociedade.

Mas esse mesmo facto de sua abnegação pelos que existem no lar é a causa da pungente dôr que hoje devem estar sofrendo os seus filhos e parentes.

Sirva a vida honrada do ilustre morto de gloria da família e a sua memoria immaculada de lenitivo às suas dôres, para as quaes não há consolações.

Nossos pezames a toda a Exma. família, mas com especialidade aos nossos particulares amigos, Srs. Drs. Galdino e Plinio Travassos.

O Conselheiro Travassos chegou ao cargo equivalente hoje a de Ministro do Supremo Tribunal Federal, foi Provedor das Santas Casas de Porto Alegre e do Rio de Janeiro, e desempenhou tantas outras funções e cargos importantes. Foi neto de dois avós e bisneto de seis avós açorianos e, embora tenha feito muito pelo país, seu nome e memória foram esmaecidos com o tempo. Por isso é salutar rememorar um pouco de sua história, neste Raízes Açorianas, demonstrando-se um pouco da potencialidade da diáspora açoriana e os personagens que produziu.

Referências

ARQUIVO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE. *Anais do Arquivo Histórico do Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: 1986, v. II.

ARQUIVO NACIONAL. *Publicações do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1934, v. XXX.

BERUTE, Gabriel Santos. Com quem casar, a quem apadrinhar: notas de pesquisa sobre matrimônio e relações de compadrio na comunidade mercantil de Porto Alegre (primeira metade do século XIX). *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, ANPUH, 2013, disponível em http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364770467_ARQUIVO_GabrielBerute_textocompletoXXVIIANPUH.pdf

FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e espaços de Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937)*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre:* guia histórico. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

FREITAS, Denize Terezinha Leal. "Assim como vive o Rei, vivem os vassalos": as práticas de Antigo Regime de Manuel José de Freitas Travassos na Madre de Deus de Porto Alegre. *Revista Latino-Americana de História*, v. 3, n. 11, setembro de 2014. Disponível em https://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/421-375

LAGO, Laurênio. *Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal:* dados biográficos, 1828-1978. Rio de Janeiro: A Noite, 1940.

PUFAL, Diego de Leão. A Irmandade da Santa Casa de Porto Alegre: primórdios, curiosidades e homens bons. In: *Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre:* Histórias Reveladas III. Porto Alegre: ISCMPA, 2013, p. 11-80.

PUFAL, Diego de Leão. A Irmandade da Santa Casa de Porto Alegre: os irmãos ingressos de 1851 a 1871 – nominata, curiosidade e algumas análises. In*: Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre*: Histórias Reveladas V. Porto Alegre: ISCMPA, 2017, p. 13-50.

Fontes documentais e acervos

ARQUIVO HISTÓRICO MONSENHOR RUBEN NEIS – CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE (AHMRuN): habilitações de casamento; livros de batismos, casamentos e óbitos de Porto Alegre e Rio Pardo e Arquivo Pessoal do genealogista Jorge Godofredo Felizardo.

ARQUIVO NACIONAL – BRASIL: ordens honoríficas.

ARQUIVOS PESSOAIS de Diego de Leão Pufal e João Simões Lopes Filho.

BIBLIOTECA NACIONAL – HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA: jornais *A Gazeta do Rio de Janeiro*, várias edições, e *O Fluminense*, edição 1133/1885.

CENTRO DO CONHECIMENTO DOS AÇORES. Registros paroquiais de Vila Franca do Campo, Ilha de São Miguel. Disponível em http://www.culturacores.azores.gov.pt/cca/

CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA: livros de entrada de Irmãos, Livros de Compromissos, livro de sepultamentos e livros de atas.

FAMILYSEARCH. Sítio da Igreja Mórmon, Igreja dos Santos dos Últimos Dias. Registros diversos, disponível em: https://familysearch.org/

PORTUGUESES – CONTINENTAIS E ILHÉUS NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE (1850-1900)

Véra Lucia Maciel Barroso[1]

A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, inaugurada em 1º de janeiro de 1826 é o mais antigo hospital em funcionamento no Rio Grande do Sul, Estado do extremo meridional brasileiro.

Sua idealização está relacionada a um descendente de açorianos (do casal Tomás Francisco da Costa e Mariana Jacinta Vitória, naturais da ilha do Faial), nascido em Desterro, atual Florianópolis. Chamava-se Joaquim Francisco do Livramento. É também idealizador da Santa Casa da capital catarinense. Por sua intercessão foi pelo Aviso Real de 19 de outubro de 1803 criada a Santa Casa de Porto Alegre.

A trajetória da Instituição – Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (ISCMPA) – reveste-se de significativa importância pelos seus 220 anos de atuação, nas áreas da saúde e também de acolhimento aos mortos em seu Cemitério. Seu Centro Histórico-Cultural custodia um acervo rico em diversificada documentação, de natureza arquivística e museológica também.

Destaque-se que seu Cemitério, inaugurado em abril de 1850, constitui-se em verdadeiro "museu a céu aberto". Paralelamente à documentação em suporte de papel gerada com os registros de pacientes no Hospital, os registros de óbitos dos que faleceram na capital gaúcha e descansam no Cemitério da Santa Casa, constituem-se em fontes preciosas não só para a História da Medicina, como para a História Social e outras a que os pesquisadores e historiadores desejam se debruçar.

Eis que se traz aqui um inventário dos que compareceram ao Hospital identificados como açorianos, referente ao período de 1845 a 1873. Foram examinados posteriormente, os Livros de Porta até o ano de 1878

1 Socióloga e Drª em História. Historiógrafa e coordenadora do Arquivo Histórico do Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre.

e não estão indicados outros açorianos; como portugueses sim. Entretanto estão listados nos Livros de Óbitos todos os portugueses, continentais e insulares, que foram *sepultados* no Cemitério da Santa Casa entre 1850 e 1900.

Mas porque comparecem todos os lusos neste trabalho, indicados nos sepultamentos?

Ocorre que o período em trabalho, especialmente no que se refere aos óbitos, a contar de 1850, é já quase um século após a chegada oficial dos açorianos no século XVIII. Encontrar, pois, ilhéus na segunda metade do século XIX, constituiu uma grande surpresa.

E como, comprovadamente, nem todos os açorianos indicam sua origem, muitos deles comparecem registrados como portugueses, ficando a idéia de serem todos continentais. É o caso do açoriano João Baptista Soares da Silveira e Souza que no seu óbito consta Portugal como sua origem, encobrindo seu nascimento na ilha de São Jorge, nos Açores.

Igualmente, oferecer aos pesquisadores os nomes de todos os portugueses através dos seus óbitos contribui para a identificação da rede de parentesco que se lançou na América. Igualmente os que hoje vivem em Portugal (continente e ilhas) podem através deste trabalho recuperar os elos de sua família que deitou raízes em Porto Alegre, longe do seio familiar, e que por razões diversas tiveram que abandonar a pátria e nunca mais puderam retornar. Na capital gaúcha repousam seus restos mortais, sendo dado aqui o direito de saírem do anonimato. A história quer dar-lhes voz.

As possibilidades de análise que o levantamento a seguir exposto pode proporcionar são múltiplas, a todos, da academia ou fora dela. Ao indicar-se o gênero, a idade, a doença, a profissão (mesmo não constando em todos) e o local de sepultamento, pode-se dimensionar tanto a origem social como a condição de vida do falecido, etc. Para exemplificar, na coluna dos sepultamentos registram-se três de suas formas: Campo Santo – este, para os pobres e indigentes; Sepultura – para os que podiam pagar modestamente. Já as Catacumbas eram para os de melhor condição econômica. É interessante observar que muitas vezes é referido ser o sepultado, Irmão de uma das irmandades que existia na cidade. Os da de São Miguel e Almas, os mais abastados; já os de Santa Bárbara tinham condição mais modesta.

Enfim, os 22 códices (volumes manuscritos encadernados) de registros de óbitos levantados, relativos ao período proposto, renderam um

número representativo de portugueses, sendo destacados os que declararam ser açorianos.

Quanto aos quatro códices de pacientes acolhidos como doentes na Santa Casa, foram apenas colhidos os indicados como açorianos; os demais portugueses não foram compulsados.

Mas, os açorianos também estão presentes em outros fundos documentais do acervo arquivístico da Santa Casa, como na documentação relativa aos expostos. Registra-se apenas um exemplo. O açoriano da ilha de São Miguel, João da Costa do Canto, em 1862 pediu para casar com a exposta Maria Balbina, mas o casamento não se efetivou, conforme as atas da sessões da Mesa Administrativa da Santa Casa.

Para os que têm se debruçado no estudo da recuperação das sobrevivências açorianas em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul, em especial os genealogistas, este levantamento é um presente ofertado na condição de historiógrafa do Centro Histórico-Cultural da Santa Casa de Porto Alegre.

Este trabalho foi originalmente publicado na obra "Açorianos no Brasil", editado em 2002, pelo editor Frei Rovílio Costa, a quem os imigrantes de várias origens muito lhe devem, pois os tirou do anonimato, com sua vasta produção editorial, através da EST Edições.

Passados 20 anos, com as comemorações dos 270 anos do povoamento açoriano no Rio Grande do Sul, esta publicação, agora no formato e-book, oportuniza a difusão, sem fronteiras, das informações colhidas no acervo do Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, um rico celeiro para a pesquisa dirigida aos açorianos e a tantos europeus e outros estrangeiros que se dirigiram ao Rio Grande do Sul, desde o século XVIII até o tempo presente.

Reconhecer raízes é recuperar identidade como suporte para a dignidade dos sujeitos da história! Todos têm direito à memória!

Abreviaturas
a – ano/s
s – solteiro
c – casado
v – viúvo
in – inocente
Ig – ignorado
Est civ – estado civil
Aprox. – aproximadamente
Irm. – Irmandande

ISCMPA – Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre
ISB – Irmandade de Santa Bárbara
ISMA – Irmandade de São Miguel e Almas
Ben. Port. – Beneficência Portuguesa
HSP – Hospital São Pedro
N/C- nada consta
Sep. – sepultura
Cat. – catacumba
SMI – Sua Majestade Imperial
Sep. grátis – sepultado grátis
Sep. part. – sepultado particular
Sub. bras. – subdito brasileiro
Sepult. – sepultamento
Cond. partic – conduzido particular
Cond. sep. – conduzido e sepultado
Encom – encomendado
Trans. – transportado

Livros nºs 1, 3 e 4 de Matrícula Geral dos Enfermos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre/RS (1845 a 1873)

Livro Nº registro	Data entrada	Nome do paciente	Idade	Nacionalidade	Filiação	Profissão	Est Civ	Moléstia	Classe	Saída
1º N/C	08.03.1845	Raimundo José da Cunha	12 a	das Ilhas	Estevão José da Cunha	N/C	s	sífilis	pobre	22.03.1845
1º N/C		João ou Joaquim de Bitancurt Lemos	56 a	das Ilhas	N/C	N/C	v	gastrohepatite	pobre	07.06.1845
1º N/C	01.11.1845	Mathias Garcia da Rosa	94 a	das Ilhas	Mathias Garcia da Rosa	N/C	s	N/C	pensionista da casa	18.11.1845 faleceu
1º N/C	07.12.1845	Francisco Pereira Martins	24 a	da Ilha	Manoel Pereira	N/C	s	constipação	criado de SMI	11.12.1845
1º N/C	25.05.1846	João Gonçalves	56 a	das Ilhas	Manoel Gonçalves	N/C	s	abcesso	pobre	22.06.1846
1º N/C	20.08.1846	Joaquim José de Souza	25 a	das Ilhas	José de Souza Mello	marinheiro	s	parotites	marinheiro	19.09.1846
1º N/C	04.10.1846	Manoel José da Silva	50 a	das Ilhas	João José	N/C	s	reumatismo	pobre	23.10.1846
1º N/C	01.111846	Carlos Dias de Mello	20 a	das Ilhas	Manoel Dias	N/C	s	gastrite	pobre	21.01.1847
1º N/C	24.11.1846	João Gonçalves	78 a	das Ilhas	Francisco Gonçalves	N/C	s	afecção hemorroidal (sic)	pobre	22.12.1846

1º N/C	20.12.1846	Bernardino de Sênna	46 a	das Ilhas	Joaquim da Costa	N/C	c	contusão	pobre	31.12.1846
1º N/C	28.12.1846	João Rodrigues	74 a	das Ilhas	Francisco Gonçalves	N/C	s	N/C	N/C	N/C
1º N/C	24.01.1847	Francisco da Costa	30 a	das Ilhas	Bento José da Costa	N/C	s	blenorragia	pobre	22.02.1847
1º N/C	25.01.1847	João Pimentel	42 a	das Ilhas	Manoel da Silva Ropousa	N/C	s	blenorragia	pobre	14.02.1847
1º N/C	09.07.1847	Cristóvão Martins	55 a	da Ilha	João Martins	N/C	s	hepatite	da Marinha	28.07.1847
1º N?C	01.10.1847	Eugenia Roza de Jesus	80 a	Ilha do Fayal	pais incógnitos	N/C	s	reumatismo	pobre	20.10.1847
1º N/C	21.03.1848	Luiz Antonio Pires da Fonseca	22 a	da Ilha	Antonio de Mello	N/C	s	sifilis	particular	22.04.1848
1º N/C	23.11.1849	Antonio José de Mello	27 a	das Ilhas	pais incógnitos	marinheiro	c	contusão	marinheiro	26.11.1849
1º N/C	18.10.1850	José Pereira da Costa	40 a	Ilha Terceira	José Pereira da Costa	marinheiro	c	N/C	marinheiro	19.11.1850
1º N/C	28.06.1852	Francisco Joaquim de Moraes	38 a	Ilha Terceira	Damazio José da Silva	N/C	v	cego e alienação	pobre	15.07.1852
1º N/C	09.03.1853	João Alves de Miranda	27 a	Ilha de São Miguel	Antonio Alves de Miranda	N/C	s	diarréia	pobre	06.04.1853
3º 553	05.08.1866	Manoel José	60 a	Ilha Terceira	João Manoel	nenhuma profissão	s	úlcera na perna	pobre	02.08.1866 evadiu-se
3º 475	21.04.1866	Matheos Gonçalves Leonardo	72 a	Ilha Terceira	outro	nenhum	c	cistite crônica	pobre	24.04.1866 faleceu
3º 532	09.05.1867	Jozé Manoel da Cunha	22 a	Portugal/ São Miguel	Jozé Maria da Cunha	marinheiro	s	panarício	pobre	16.05.1867
3º 594	28.05.1867	Francisco Jozé Ferreira Coelho	38 a	Portugal/ ilha do Pico	outro	carpinteiro	c	abcesso no ventre	pobre	03.06.1867 faleceu de diarréia
3º 312	30.05.1868	João da Rocha Lima	40 a	Portugal/ ilha de São Miguel	João da Rocha Lima	serrador	v	anemia	pobre	28.06.1868
3º 582	20.10.1868	Jozé Borges Areãs	44 a	Ilha Terceira	Matheos Cardoso	pedreiro	s	gonorréia	pobre	05.11.1868
3º 268	19.05.1869	Jozé da Roza Martins	39 a	Ilha do Faial	Manoel da Roza Martins	lavrador	c	bexigas confluentes	particular	28.05.1869 faleceu
3º 348	20.07.1870	Augusto Toste Pires	23 a	Ilha Terceira	Antonio Pires	marinheiro	s	N/C	pobre	N/C
3º 634	18.12.1871	Antonio d`Aguiar	68 a	Portugal/ilha de São Miguel	Antonio d`Aguiar	nenhum	v	N/C	pobre	N/C

3º 651	30.12.1871	Manoel Tavares Franca	44 a	Ilha de São Miguel	Jozé Caetano Tavares	artesão	s	N/C	pobre	N/C
3º 83	01.02.1872	Manoel Ignacio da Silva	39 a	Ilha Terceira Portugal	Joaquim Jozé da Silva	marítimo	c	N/C	pobre	N/C
3º 533	09.09.1872	Manoel Ignacio da Silva	38 a	Ilha Terceira	Joaquim Jozé da Silva	marinheiro	c	N/C	pobre	N/C
3º 669	16.09.1872	Manoel Ignacio da Silva	38 a	Ilha Terceira	Joaquim Jozé da Silva	marítimo	c	N/C	pobre	N/C
4º 78	27.01.1873	Manoel José	60 a	Ilha Terceira	José Manoel	jornaleiro	s	embaraço gástrico	pobre	05.02.1873
4º 99	14.02.1873	Manoel Ignacio da Silva	38 a	Ilha Terceira	Joaquim José da Silva	marítimo	c	reumatismo	pobre	18.03.1873
4º 176	07.04.1873	João Dias Muniz	50 a	Portugal/ilha de São Miguel	Manoel Dias	pedreiro	s	ferida simples	pobre	23.06.1873

Observações: Entre 1845 e 1873, na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, registram-se 32 internações, alguns identificando-se *das Ilhas* e outros indicando a ilha de origem. Observa-se que alguns estiveram baixados mais de uma vez, conforme dados registrados. No livro nº 2, não constam registros de pacientes identificados como açorianos, ainda que vários pacientes tenham se identificado como portugueses.

Destaques: 1 pensionista da Santa Casa e 1 criado de Sua Majestade Imperial.

Livro n° 1 de Óbitos do Cemitério
da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre
Do óbito n° 1 (05.04.1850) ao de n° 1.743 (22.03.1853)

Nº	Nome	Idade	Est. civ.	Naturalidade	Profissão	Causa mortis	Data sepult.	Local sepult.
01	José Domingues Obs: 1º sepultamento no cemitério.	50 a	s	Portugal	prático do rio desta cidade para Rio Grande	febre amarela	05.04.1850	Extra muros
12	João Lisboa	34 a	s	Lisboa	marinheiro	hepatite	13.04.1850	Campo Santo Sep. 7
13	Serafim Martins Gomes	12 a	s	Portugal	caixeiro	sarampo	15.04.1850	Campo Santo Sep. 8
55	Manoel Gonçalves Ponilha	56 a	c	Portugal	N/C	dilatação do coração	28.05.1850	Cat. 176 1ª ordem

64	**Anna Joaquina de Souza**	**70 a**	**v**	**Ilhas dos Açores**	**N/C**	**inflamação**	**05.06.1850**	**Campo Santo Sep. 82**
1 112	Manoel Francisco Pereira das Neves	26 a	s	Portugal	marítimo	gastro meningites	04.07.1850	Campo Santo Sep. 154
126	Francisco José Peixoto	73 a	s	Portugal	dentista	desinteria	14.07.1850	Campo Santo Sep. 177
136	Antonio Lopes da Silva	50 a	s	Portugal	N/C	diarréia crônica	25.07.1850	Campo Santo Sep. 198
146	Manoel José Teixeira	50 a	c	Portugal sub. bras.	negociante	aneurisma	29.07.1850	Campo Santo Sep. 216
147	João da Rocha Brandão	35 a	c	Portugal	tanoeiro	pleuro pulmonia aguda	30.07.1850	Campo Santo Sep. 215
148	Vitorino José Pereira	55 a	s	Portugal	marítimo	ataque epilético	30.07.1850	Campo Santo Sep. 217
167	Joaquim de Oliveira	29 a	c	Portugal	canteiro	diarréia	08.08.1850	Campo Santo Sep. 234
184	João Manoel dos Santos	51 a	s	Portugal	N/C	diarréia	22.08.1850	Campo Santo Sep. 261
188	Manoel Coelho	80 a	v	Portugal	N/C	hidrotórax	23.08.1850	Campo Santo Sep. 265
201	Bento José Duarte	56 a	c	Lisboa	alfaiate	ataque hemorroidal	30.08.1850	Campo Santo Sep. 283
214	Antonio José Rodrigues Ferreira	75 a	v	Portugal sub. bras.	N/C	apoplexia	13.09.1850	Cat. 64 3ª ordem transp. 1° carro
273	João Marinho de Freitas	67 a	v	Portugal	N/C	lesão orgânica coração	12.10.1850	Cat. 72 3ª ordem da igreja, no 1° carro
278	**Matheus Gonsalves Leonardo**	**70 a**	**v**	**Ilha Terceira**	**N/C**	**sistite crônica**	**13.10.1850**	**Cat. 68 1ª ordem**
291	**Antonio Gonçalves**	**32 a**	**s**	**Ilha Terceira**	**carpinteiro**	**desinteria crônica**	**19.10.1850**	**Campo Santo Sep.392 conduz. e sep. grátis**
298	José Ferreira Cardoso	48 a	c	Portugal	N/C	afogado Rio Cai	22.10.1850	Sep. 400 4° carro
315	José Antonio Monteiro	40 a	s	Portugal	lavrador	crápula habitual	06.11.1850	Campo Santo Sep. 430 cond. e sep. grátis
316	Custodio José Pereira	55 a	c	Portugal sub. bras.	cirurgião	congestão cerebral	06.11.1850	Cat. 70 2ª ordem
322	**Emerenciana Sophia de Sá**	**64 a**	**v**	**Ilha Terceira**	**N/C**	**hidropsia**	**08.11.1850**	**Sep. 3 Entre Muros/ conduz. partic.**
336	Francisco de Paula e Souza	86 a	v	Lisboa sub. bras.	carpinteiro	hidroperi cardite	20.11.1850	Sep. 8 Entre Muros conduz. partic.
341	Francisco José Cardoso	32 a	s	Portugal	marítimo	desinteria	25.11.1850	Campo Santo Sep. grátis
346	José João da Silva	32 a	s	Portugal	caixeiro	febre belicosa	28.11.1850	Sep. 14 Entre Muros/ cond. partic.

378	Bernardino José Gonçalves	30 a	c	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	15.12.1850	Cat. 58 2ª ordem por ser Irmão
395	João Moreri	60 a	s	Lisboa	N/C	úlcera cancrosa	26.12.1850	Sep. 29 Entre Muros/ 4° carro
409	**Francisco José Moreira**	**25 a**	**c**	**das Ilhas**	**N/C**	**pneumonia**	**02.01.1851**	**Sep. 3 Entre Muros/ 4° carro**
416	Patrício Soares Corrêa	56 a	s	Portugal	N/C	anazarca	08.01.1851	Campo Santo Sep. 54 cond/sep. grátis
456	Francisco Valentim Pinto	60 a	s	Portugal	N/C	colite	01.02.1851	Sep. 578 Entre Muros
528	José Cruz	80 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	08.03.1851	Sep. 59 Entre Muros
570	João Cambrasia	45 a	c	Portugal	N/C	diarréia	25.03.1851	Campo Santo Sep..727 cond/ sep. grátis
596	Antonio Pedro Frazão de Lima	66 a	c	Portugal	N/C	tísica pulmonar	07.04.1851	Cat. 28 2ª ordem, carro grátis por ordem provedor
599	Florencio da Silveira Azeredo	55 a	s	Lisboa	negociante	diarréia	10.04.1851	Sep. 81 Entre Muros /4° carro
613	Manoel de Castro Loureiro	24 a	c	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	16.04.1851	Sep. 89 Entre Muros 2° carro
639	Jozé Marques Pereira	50 a	s	Portugal	marítimo	alienação mental	29.04.1851	Sep. 98 Entre Muros 2° carro
640	Manoel José da Costa	40 a	s	Portugal	N/C	tísica	29.04.1851	Campo Santo Sep. 809 2° carro
674	João Raimundo Marques	60 a	v	Lisboa	marítimo	hidropisia	12.05.1851	Sep. 111 Entre Muros 2° carro
724	Manoel José dos Santos	18 a	s	Portugal	carpinteiro	desinteria	10.06.1851	Sep. 134 Entre Muros 3° carro
728	Joaquim dos Santos Oliveira	22 a	s	Portugal	caixeiro	tísica	13.06.1851	Campo Santo Sep. 895 cond/sep. grátis
753	José da Silva Gomes	45 a	c	Portugal	proprietário	tísica	01.07.1851	Sep. 14 Entre Muros 2° carro
773	Antonio da Silva Gomes	81 a	v	Portugal	N/C	supressão de transpiração	12.07.1851	Campo Santo Sep. 942 cond/ sep. grátis
777	José Maia	45 a	s	Portugal	carpinteiro	hepatite aguda	13.07.1851	Sep. 161 Entre Muros 2° carro
804	Álvaro José d' Araujo	64 a	c	Portugal	empregado público	tuberculose pulmonar	02.08.1851	Cat. 52 2ªordem, grátis por ser irmão 1° carro
806	José Domingues	76 a	s	Portugal	tanoeiro	úlcera cancrosa	02.08.1851	Campo Santo Sep. 974 cond/sep. grátis
837	Manoel d' Almeida Sequeira	30 a	s	Portugal	N/C	desinteria	26.08.1851	Sep. 181 Entre Muros conduz. sep. grátis
840	Antonio Luis Moreira	68 a	v	Portugal (Valtar)	N/C	gastrite crônica	28.08.1851	Cat. 31 1ª ordem cond. 1°carro

846	Joaquina Maria da Conceição	33 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar	30.08.1851	Campo Santo Sep. 1021 cond/sep. grátis
848	Manoel Antonio de Azevedo	76 a	s	Portugal	padre	tísica dorsal	31.08.1851	Cat. 31/1ª ordem 1° carro
872	Manoel Rodrigues Lopes	71 a	c	Portugal	proprietário	hidro-peri cardite	18.09.1851	Cat. 32 3ª ordem 1° carro
877	Paulo José Rodrigues	58 a	s	Portugal	N/C	congestão cerebral	23.09.1851	Campo Santo Sep.1061 cond/sep. grátis
886	Manoel da Silva Braga	24 a	s	Portugal	caixeiro	suicídio voluntário	28.10.1851	Sep. 198 Entre Muros 3° carro
905	Simão José Ribeiro	57 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar	08.10.1851	Campo Santo Sep. 1985 cond/sep. grátis
909	Antonio José Pereira	50 a	c	Portugal	pescador	diarréia	11.10.1851	Campo Santo Sep. 1095 cond/sep. grátis
938	Domingos da Silva Paranhos	64 a	v	Portugal	N/C	diarréia	27.10.1851	Campo Santo Sep. 218 3° carro
941	Manoel Martins da Silva	80 a	v	Portugal	proprietário	chagas cancrosas	29.10.1851	Sep. 221 Entre Muros 2° carro
977	Francisco Thomaz da Cruz	53 a	N/C	Portugal	N/C	ataque do peito	25.11.1851	Campo Santo Sep. 1171 cond./sep. grátis
980	Antonio Carlos Palhares	53 a	s	Portugal	seriqueiro	consupção pulmonar	27.11.1851	Cat. 34/2ª ordem 1° carro
982	Jozé Joaquim Moreira	40 a	c	Portugal	carpinteiro	tétano	27.11.1851	Sep. 240 Entre Muros/2° carro
991	Jozé Antonio Marques	64 a	c	Portugal	marítimo	apóstema	03.12.1851	Campo Santo Sep. 1184 cond/sep. grátis
1009	José de Souza Pombal	40 a	c	Portugal	N/C	engplegia (sic)	17.12.1851	Campo Santo Sep. 1208 cond/sep.grátis
1014	João da Rocha	28 a	c	Portugal	N/C	alienação mental	19.12.1851	Sep. 250 Entre Muros 4° carro
1036	João José Gomes	47 a	c	Portugal	marinheiro	hidropsia	02.01.1852	Sep. 263 Entre Muros / da igreja 5° carro
1050	Luiz Antonio de Carvalho	30 a	s	Lisboa	negociante	desinteria	09.01.1852	Sep. 270 Entre Muros/da igreja 5° carro
1058	João Baptista Guimarães	80 a	N/C	Portugal	marítimo	desinteria	16.01.1852	Sep. 274 Entre Muros/da igreja 5° carro
1060	**Eufrasia Maria da Conceição**	**100 a**	**v**	**Ilhas de Portugal**	**N/C**	**velhice**	**17.01.1852**	**Campo Santo Sep. 1262 cond/sep. grátis**
1063	Francisco da Silva Fontes	60 a	s	Portugal	negócio	degolado	18.01.1852	Sep. 275 Entre Muros /da igreja 6° carro
1071	Francisco Ferreira Bastos	71 a	c	Portugal	proprietário	desinteria	21.01.1852	Sep. 279 Entre Muros /de casa 1° carro

1092	**José Ignacio Lourenço**	**72 a**	**c**	**Santa Maria, Freguesia N. Sra. d' Assumção**	**proprietário**	**hepato-enterocolite**	**08.02.1852**	**Cat. 80 2ª ordem Irmandade dos Passos, 1° carro**
1136	Antonio Machado de Miranda	50 a	s	Portugal	N/C	hidropsia	03.03.1852	Cat. 35 1ªordem / de casa 2° carro
1222	Antonio Fernando Teixeira c/c Ignacia Rodrigues do Valle[1]	64 a	c	Portugal/ Província Minho/ Freguesia Arcuzelo	foi comerciante e atualmente proprietário	lesão orgânica do coração	01.05.1852	Cat. 36 3ª ordem Encom. Igreja Senhor dos Passos
1236	Francisco José Lopes Guimarães	46 a	c	Portugal	negociante	Hidropsia ascites	12.05.1852	Sep. 342 da Irmandade dos Passos/ 1° carro
1241	Antonio Venancio da Rosa	60 a	s	Portugal sub. bras.	negociante	enterite aguda	13.05.1852	Sep. 342 Entre Muros /de casa 2° carro
1244	Antonio José de Miguéis	44 a	c	Portugal	empregado público	aneurisma coração	16.05.1852	Sep. 344 Entre Muros /igreja 5° carro
1282	Manoel José Lima[2]	62 a	c	Portugal sub. bras	negociante	gastro hepatite aguda	09.06.1852	Cat. 82 1ª ordem 1° carro. Encom. Igreja Rosário
1322	Maria Joaquina d' Oliveira[3]	22 a	c	Portugal	N/C	flebite gangrenosa	30.06.1852	Sep. 368 Entre Muros 2° carro
1345	Lourenço Junior de Castro[4]	63 a	v	Portugal sub. bras.	militar major	apoplexia	10.07.1852	Campo Santo Sep. 378 5°carro grátis
1356	Manoel José de Carvalho	59 a	s	Portugal	N/C	diarréia	14.07.1852	Campo Santo Sep. 1609 cond/sep.grátis 5° carro
1369	Antonio Moreira de Souza	2 a 6 m	-	Portugal	N/C	sarampo	20.07.1852	Campo Santo Sep. 1627
1370	Antonio José da Silva Guimarães, c.c. Mauricia Antonio d' Oliveira Bandeira[5]	80 a	c	Portugal sub. bras.	empregado público	inflamação	22.07.1852	Sep. 387 Entre Muros 1° carro
1381	Joaaquim Fernandes d' Oliveira[6]	23 a	s	Portugal	negociante	hepatointerite colite aguda	27.07.1852	Sep. 393 Entrre Muros terreno contribuintes/ 2° carro
1411	**Francisco do Rego[7]**	**90 a**	**s**	**Reino de Portugal/ilha Terceiral**	**N/C**	**gastro meningite**	**11.08.1852**	**Sep.480 Entre Muros 5° carro**
1455	Francisco da Silva Costa	30 a	s	Portugal	sem ofício	chegou moribundo na SC	30.08.1852	Campo Santo Sep. 1708 6° carro encom. depósito Sr. Passos
1527	Alexandre José dos Santos[8]	18 a	s	Portugal	N/C	febre tifóide	09.10.1852	Sep. 472 Entre Muros 6° carro

1529	Antonio José Godinho	42 a	s	Portugal	N/C	afecção dos rins e fígado	09.10.1852	Cat.21 1ª ordem
1533	Manoel Gomes Coelho do Valle[9]	56 a	c	Portugal	advogado e cônsul de S.M.F. rainha de Portugal	várias enfermidades	12.10.1852	Cat.82/ 3ª ordem destinadas aos irmãos da mesa 1° carro / encom. Capela N. S. Passos
1535	**Francisco Joaquim de Moraes**	**38 a**	**v**	**Ilha Terceira, nac. port.**	**N/C**	**alienação mental**	**15.10.1852**	**Campo Santo Sep. 1789 grátis por ser pobre**
1551	Alexandre José Coelho	28 a	s	Cabo Verde	marinheiro	congestão cerebral	30.10.1852	Campo Santo Sep. 810 6° carro
1571	José Ricardo[10]	60 a	v	Portugal	marítimo	hipertrofia do coração		Sep. 474 Entre Muros 2° carro
1597	Manoel Dutra de Farias[11]	mais de 100 a	c	Portugal	lavrador	velhice	05.12.1852	Sep. 489 Entre Muros 5° carro
1631	José Joaquim de Magalhães Saldanha	36 a	s	Portugal	militar	hidrotorax	20.12.1852	Campo Santo Sep. 1894 cond. partic.
1636	Agostinho da Silveira	55 a	c	Portugal	militar	gastrite	03.01.1853	Sep. 509 Entre Muros 6° carro
1669	Francisco Antonio Barbosa	50 a	s	Lisboa	N/C	pirose	19.01.1853	Campo Santo Sep. 1925
1679	Jozé da Cruz	72 a	s	Portugal	N/C	diarréia	22.01.1853	Campo Santo Sep. 1934 6° carro
1687	Antonio Joaquim d' Azevedo[12]	52 a	c	Freguesia São Mamede Portugal	N/C	tísica tuberculosa	28.01.1853	Sep. 530 Entre Muros 6° carro
1704	Costodio Pinto Coelho[13]	24 a	s	Portugal	caixeiro	tifo cerebral	05.02.1853	Sep. 540 Entre Muros 5° carro
1713	Manoel Pinto d'Oliveira	45 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar	21.02.1853	Sep. 543 Entre Muros 2° carro

Observações

Morador na sua chácara, subúrbio da cidade, pertencente à Freguesia N. S. do Rosário (1222).

[2] Morador na Rua da Alegria, Freguesia N. S. do Rosário e Irmão da Santa Casa (1282).

[3] Casada com Antonio da Silva Moreira, moradora na Rua da Praia, Freguesia N.Sra. Madre de Deus, onde foi encomendada (1322).

[4] Morador na Rua da Fonte, Freguesia N. S. Madre de Deus, onde foi encomendadno, devendo ser conduzido no carro dos pobres, gratuitamente, por terem apresentado atestado de pobreza (1345).

[5] Morador na Rua da Misericórdia, Freguesia N. S. do Rosário. Encomendado na Capela dos Passos (1370).

[6] Morador na Rua do Senhor dos Passos, Freguesia N. S. do Rosário, onde foi encomendado (1381).

[7] Morador nos subúrbios da cidade, Freguesia de N. S. do Rosário, onde foi encomendado (1411).

[8] Morador na Rua da Igreja, Freguesia N. S. Madre de Deus (1527).

[9] Natura da Vila d'Arouca, Prov. Beira, Bispado de Lamego (1533).

[10] Morador na Rua do Poço, Freguesia N. S.Madre de Deus (1571).

[11] Morador na Rua da Botabica, Freguesia N. S. Madre de Deus (1597).

[12] Morador na Rua da Praia, Freguesia N. S. Madre de Deus (1687).

[13] Morador no Beco do João Ignacio, Freguesia de N. S. Madre de Deus (1704).

O códice contém 1.743 registros de óbitos. Destes, 98 são portugueses; oito (8) se declararam açorianos.

Livro n° 2 de Óbitos do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre - Do óbito n° 1.744 (22.03.1853) ao de n° 3.534 (11.12.1855)

Nº	Nome	Idade	Est. civ.	Naciona lidade	Profissão	Causa mortis	Data sepult.	Local sepult.
1745	Antonio de Sequeira	48 a	c	Portugal	negociante	cancro	22.03.1853	Cat.18 2ª ordem 1°carro
1761	Manoel Francisco da Silva Motta	31 a prox.	s	Portugal	N/C	gastroenterites	01.04.1853	Sep. 564 Entre Muros 2° carro
1775	Joaquim Rodrigues da Silva	50 a	c	Portugal	pedreiro	N/C	18.04.1853	Sep. 569 Entre Muros 5° carro
1886	Francisco José da Silva	75 a	s	Portugal	N/C	abcesso no fígado	29.06.1853	Sep. 600 Entre Muros 1° carro
1892	Manoel da Costa Ferreira	50 a	c	Portugal	marítimo	seirro do piloro (sic)	02.07.1853	Sep. 604 Entre Muros 2° carro
1901	José Joaquim da Piedade	50 a	c	Portugal	fogueteiro	ferimento arma de fogo	10.07.1853	Sep. 609 Entre Muros 2° carro Igr. Madre Deus
1915	José Bernardes de Sá Miranda	76 a	c	Lisboa	N/C	erisipela nos escrotos	20.07.1853	Sep. 614 Entre Muros 2° carro Igr. N. Srª do Rosário
1919	Bernardo José Gonsalves	52 a	c	Portugal	marítimo	apoplexia cerebral	23.07.1853	Sep. 616 Entre Muros 2° carro
1927	João Luiz Teixeira	76 a	c	Portugal sub. bras.	major e proprietário	catarro pulmonar	29.07.1853	Sep. 620 1° carro encom. Capela dos Passos
1940	João da Costa Lima	51 a	s	Portugal	preso civil	himoptise	07.08.1853	Campo Santo Sep. 2241 cond. grátis
1943	Jozé Gomes dos Santos Dias	34 a	c	Portugal	N/C	hipertrofia do coração	08.08.1853	Sep. 628 Entre Muros 1° carro enc. Igr. Passos
1953	Joaquim José Fernandes	36 a	s	Portugal	ferreiro	N/C	14.08.1853	Sep. 32 Entre Muros 5° carro
1962	João Baptista da Silva Pereira (Barão do Gravataí)	56 a	c	Portugal sub. bras.	proprietário	hemorragia cerebral	19.08.1853	Cat. 77 3ª ordem encomendado Capela dos Passos

2023	Francisco Chavier Portugal	63 a	v	Portugal	N/C	N/C	29.09.1853	Sep. 2323 grátis
2028	Vicente Ferreira de Souza	35 a	s	Portugal	negociante	gastrohepatite	03.10.1853	Sep. 13 2ª ordem 1° carro
2054	Manoel Rodrigues Nunes	75 a	s	Portugal	N/C	gastroenterites	17.101853	Campo Santo Sep. 2353 cond/ sep. grátis
2098	**Genoveva Maxima da Silva**	**87 a**	**v**	**Ilhas portu-guesas**	**N/C**	**gastroenterites**	**18.11.1853**	**Sep. 691 Entre Muros**
2115	Manoel Gonsalves	74 a	s	Portugal	N/C	diarréia	24.11.1853	Campo Santo Sep. 2402 cond/ sep. grátis
2158	João Marques da Cunha	83 a	c	Portugal	N/C	apoplexia	18.12.1853	Sep. 714 Entre Muros
2164	José Antonio de Lima	80 a	c	Portugal	proprietário	apoplexia	25.12.1853	Sep. 718 Entre Muros 1° carro
2181	Veríssimo da Silva Rosa	72 a	c	Portugal sub. bras	cirurgião	diarréia	03.01.1854	Sep. 726 Entre Muros 2° carro
2185	Antonio Marmellada	50 a	s	Portugal	N/C	repentina mente	05.01.1854	Sep. 2475 cond/ sep. grátis
2209	José Joaquim Nunes	58 a	c	Portugal	marítimo	moléstia interior	16.01.1854	Sep. 742 Entre Muros 5° carro
2242	Francisco Antonio Rodrigues	71 a	c	Portugal sub. bras.	marítimo	ferimento arma de fogo	04.02.1854	Sep. 754 Entre Muros 2° carro
2244	Antonio Francisco Gomes	48 a	c	Portugal	canteiro	gastroenterites	05.02.1854	Campo Santo Sep. 2598
2292	Serafim Ribeiro	58 a	s	Portugal	N/C	diarréia	26.02.1854	Campo Santo Sep. 2574 cond/sep.grátis
2298	Agostinho Teixeira de Souza	72 a	c	Portugal	proprietário	apoplexia fulminante	01.03.1854	Sep. 785 Entre Muros
2326	Antonio Candido Gomes da Silva	60 a	c	Portugal	Comissário Geral	afecção nevrálgica	19.03.1854	Cat. 75 3ª ordem 1°carro
2330	Domingos Antonio de Freitas	60 a	s	Portugal	N/C	diabetes	21.03.1854	Campo Santo Sep. 2602 cond sep. grátis
2351	João Soares Bitancourt	34 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	02.04.1854	Campo Santo Sep. 2635 cond sep. grátis
2363	Joaquim Luiz da Silva	33 a	s	Portugal	marítimo	tuberculose pulmonar	09.04.1854	Campo Santo Sep. 2647 cond/ sep. grátis
2389	**Vicencia Rosa de Jesus**	**80 a**	**v**	**Ilha do Fayal**	**N/C**	**velhice**	**24.04.1854**	**Campo Santo Sep. 2678 cond/ sep. grátis**
2397	João Manoel Lopes	48 a	c	Galiza	N/C	N/C	28.04.1854	Sep. 825 Entre Muros 2° carro
2427	Joaquim Rodrigues da Silva	50 a	c	Portugal	N/C	desinteria	11.05.1854	Sep. 833 Entre Muros 5° carro
2430	Manoel Nunes	25 a	s	Portugal	marinheiro	bexigas confluentes	03.05.1854	Campo Santo Sep. 2718
2456	João Antonio d' Alcantara	56 a	c	Portugal	N/C	apoplexia	25.05.1854	Sep. 847 Entre Muros cond sep. grátis

2521	João Domingues	60 a	s	Portugal	N/C	diarréia	26.06.1854	Campo Santo sep. 2713 grátis cond. particul.
2547	Manoel José Paulo	60 a	s	Portugal	N/C	bronquite aguda	10.07.1854	Campo Santo Sep. 2942 cond/ sep. grátis
2568	Manoel Antonio Braga	74 a	s	Portugal	N/C	gastrohepatites crônica	22.07.1854	Sep. 869 cond/ sep. grátis
2572	Domingos Ferreira d' Oliveira Guimarães	19 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	23.07.1854	Cat. 26 3ª ordem 1° carro
2579	Joaquim Coelho da Silva	22 a	N/C	Portugal	N/C	bexigas confluentes	26.07.1854	Campo Santo Sep. 2878 cond/ sep. grátis
2580	José Fernandes da Costa	74 a	c	Portugal	marítimo	ataque apoplético	27.07.1854	Campo Santo Sep. 2874
2592	Pedro José Gomes d' Abreo	79 a	v	Portugal	empregado público	estrangusia	01.08.1854	Cat.10 1ª ordem 1° carro
2645	Gabriel Luiz Maxado	30 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	11.09.1854 (sic)	Campo Santo Sep. 2968 cond/ sep. grátis
2646	Manoel Marins Barroso	44 a	c	Portugal	N/C	astma	30.08.1854	Sep. 926 Entre Muros 2° carro
2663	Manoel José Tavares	20 a	s	Portugal	negócio	encontrado corpo no riacho/ degolação	07.09.1854	Campo Santo Sep. 2962 2° carro
2706	Bernardo José Sarmento de Souza	29 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	09.10.1854	Sep. 905 Entre Muros
2729	João José da Silva	64 a	c	Portugal	taman-queiro	gastrohepatite crônica	29.10.1854	Campo Santo Sep. 3107
2776	Manoel José Teixeira Pinto	34 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar	06.12.1854	Sep. 985 Entre Muros 2° carro
2809	João Rodrigues da Cunha	27 a	c	Portugal sub. bras.	N/C	lesão orgânica do coração	27.12.1854	Sep. 1 Entre Muros 5° carro
2849	José Ribeiro Batista	58 a	c	Portugal	N/C	diarréia	20.01.1855	Campo Santo Sep. 3149 cond/ sep. grátis
2860	Joaquim Moreira Junior	40 a	v	Portugal	N/C	peritoninte	29.01.1855	Sep. 26 Entre Muros 2° carro
2933	Francisco Vianna	40 a	N/C	Portugal	N/C	desinteria	20.03.1855	Sep. 64 Entre Muros 3° carro
3039	Manoel da Silva Só	63 a	c	Portugal sub. bras.	N/C	tísica ulcerosa	25.05.1855	Sep. 102 Entre Muros 1° carro
3045	José Mario de Souza	35 a	s	Portugal	médico homeopata	hepatite e lesão no coração	29.05.1855	Sep. 102 Entre Muros
3098	Vicente Paulo d' Oliveira Villas-Boas	65 a	c	Portugal	coronel do exército	catarro crônico	04.07.1855	Cat. 60 3ª ordem Irm. Passos 1° carro
3099	Antonio Gomes	20 a	s	Portugal	N/C	diarréia	05.07.1855	Campo Santo Sep. 3389 cond/ sep. grátis
3116	José Gonsalves de Figueiredo	46 a	s	Portugal	N/C	congestão cerebral	17.07.1855	Campo Santo sep. 3410 cond/ sep. grátis

3119	Manoel José dos Santos	60 a	v	Portugal	N/C	diarréia	18.07.1855	Campo Santo Sep. 3414 cond/ sep. grátis
3156	Manoel Pereira dos Santos	30 a	s	Portugal	N/C	congestão cerebral	06.08.1855	Sep. 146 Entre Muros 1° carro
3160	Joaquim Gonsalves dos Santos	56 a	s	Portugal	proprietário	catarro crônico da bexiga	09.08.1855	Sep. 146 Entre Muros 1° carro
3161	**Valerio José da Costa**	**75 a**	**v**	**Ilhas portu guesas**	**sapateiro**	**gastro enterites crônica**	**09.08.1855**	**Sep.149 Entre Muros/ cond. particular**
3163	Aldina Bernardo da Silva Albuquerque	83 a	v	Portugal	N/C	astma crônica	10.08.1855	Sep. 150 Entre Muros 2°carro
3169	Claudia José de Pinho	40 a	s	Portugal	N/C	gastroenterites aguda	12.08.1855	Sep. 155 Entre Muros 2° carro
3170	João Antonio Ferreira	38 a	c	Portugal	N/C	tísica pulmonar	12.08.1855	Sep. 156 Entre Muros cond. part.
3172	Pedro Antonio Martins	75 a	c	Portugal sub. bras.	proprietário	abcesso do fígado	13.08.1855	Cat. 60 2ªordem 1° carro
3175	Manoel Carvalho de Moura Bastos	40 a	c	Portugal	N/C	hepatites	15.08.1855	Sep. 159 Entre Muros 2° carro
3197	Silvestre Pereira	42 a	s	Portugal	marinheiro	*ilegível.....* vômica	25.08.1855	Campo Santo Sep. 3489 cond/ sep. grátis
3219	Antonio Carlos Correa	34 a	c	Portugal	N/C	consupção	08.09.1855	Cat. 58 2ªordem 1°carro
3241	Francisco Braga	50 a	c	Portugal	N/C	pneumonia	24.09.1855	Sep. 179 Entre Muros 1° carro
3271	Ernesto Eugenio Duarte e Silva	28 a	s	Portugal	N/C	eniplegia na Santa Casa	16.10.1855	Campo Santo Sep. 72 cond/ sep. grátis
3278	Marianna d ' Assumpção	55 a	v	Portugal	N/C	diarréia	20.10.1855	Sep. 80 Entre Muros cond/ sep. grátis
3287	Joaquim de Souza Neves	65 a	c	Portugal	N/C	hidropericardite	26.10.1855	Sep. 196 Entre Muros/cond. part.
3393	José Pedro da Silveira	50 a	c	Portugal	N/C	cólera morbus	06.12.1855	Sep. 227 Entre Muros
3405	José Francisco da Silva	70 a	N/C	Portugal	marítimo	cólera morbus	07.12.1855	Sep. 233 Entre Muros
3409	Antonio Maria de Castro	48 a	c	Portugal	marítimo	cólera morbus	07.12.1855	Sep. 230 Entre Muros
3410	Maria Julia do Canto	36 a	c	Portugal	N/C	cólera morbus	07.12.1855	Sep. 232 Entre Muros
3413	Manoel Joaquim d' Oliveira	59 a	N/C	Portugal	N/C	cólera morbus	07.12.1855	Sep. 235 Campo Santo
3457	José Antonio d' Araujo Ribeiro	93 a	v	Portugal sub. bras.	N/C	cólera morbus	09.12.1855	Cat. 51 1ª ordem
3463	Antonio José de Carvalho	24 a	s	Portugal	N/C	cólera morbus	10.12.1855	Sep. 245 Entre Muros
3524	Maria Dias de Souza	45 a	c	Portugal	N/C	cólera morbus	11.12.1855	Sep. 254 Entre Muros
3525	Francisco da Silva Braga	35 a	c	Portugal	N/C	cólera morbus	11.12.1855	Sep. 252 Entre Muros

]Obs.: O códice contém 2.790 registros de óbitos. Destes, 83 são de portugueses; três (3) se declararam açorianos.

Óbito 2788, de 09.12.1854: falecimento de João, exposto na casa de João Baptista Soares de Silva e Souza (açoriano da ilha de São Jorge). O exposto foi sepultado na Catacumba 5 da 3ª ordem e conduzido ao Cemitério no 1º carro. Faleceu com 12 dias de afectas.

Livro n° 3 de Óbitos do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre - Do óbito n° 3.535 (11.12.1855) ao de n° 5.522 (29.07.1858)

N°	Nome	Idade	Est. civ.	Naciona lidade	Profissão	Causa mortis	Data sepult.	Local sepult.
3535	Joaquim José da Silva Valladares	53 a	c	Portugal	N/C	cólera morbus	11.12.1855	Sep. 257 Entre Muros
3543	Innocencio Casemiro de Freitas	62 a	v	Portugal	N/C	cólera morbus	12.12.1855	Sep.253 Entre Muros
3564	Fortunato José Antunes Guimarães	38 a	c	Portugal	marítimo	cólera morbus	12.12.1855	Campo Santo Sep. 532
3566	José Francisco da Costa	Ig	s	Portugal	marítimo	cólera morbus	12.12.1855	Campo Santo Sep. 534
3571	Acacio Joaquim Correa	59 a	c	Portugal sub. bras.	proprietário	cólera morbus	12.12.1855	Cat. 52 2ª ordem
3578	Antonio Gomes do Valle Quaresma	22 a	s	Portugal	N/C	cólera morbus	12.12.1855	Cat.27 2ª ordem
3628	Manoel Martins de Souza	64 a	c	Portugal	N/C	cólera morbus	13.12.1855	Campo Santo Sep. 618
3630	Manoel Moreira Vieira	40 a	c	Portugal	N/C	cólera morbus	13.12.1855	Sep. 266 Entre Muros
3673	Joaquim Alves Maria Torres	20 a	ig	Portugal	ignora-se	cólera morbus	13.12.1855	Campo Santo Sep. 639
3723	Manoel Rodrigues Chaves	60 a	c	Portugal sub. bras.	N/C	cólera morbus	14.12.1855	Cat. 85 1ª ordem da Irmandade
3736	João Francisco Pereira Gomes	34 a	c	Portugal	professor 1ªs letras	cólera morbus	15.15.1855	Sep. 299 Entre Muros
3758	**Matheos Luiz Parreira**	**50 a prox.**	**N/C**	**Ilhas de Portugal**	**N/C**	**cólera morbus**	**15.12.1855**	**Campo Santo Sep. 911**
3766	Domingos dos Santos Oliveira	66 a	Ig	Portugal	N/C	cólera morbus	15.12.1855	Campo Santo Sep. 920
3796	Joaquim José Maria Parrot	55 a	v	Portugal	Capitão do Exército	cólera morbus	16.12.1855	Sep. 305 Entre Muros
3868	Maria José de Athaíde e Silva c/c Mal. Thomaz José da Silva	72 a	c	Portugal	N/C	cólera morbus	17.12.1855	Cat. 86 1ª ordem

3869	Manoel José Pinto	29 a	s	Portugal	N/C	cólera morbus	17.12.1855	Campo Santo Sep. 1795
3911	Joaquim Caetano Souto	60 a	c	Portugal	N/C	cólera morbus	18.12.1855	Sep. 240 Entre Muros
3957	Constantino (não consta sobrenome)	30 a	s	Portugal	N/C	cólera morbus	19.12.1855	Sep. 254 Entre Muros
4003	Thomaz José da Silva	72 a	c	Portugal	Mal. de Campo do Exército Brasileiro	cólera morbus	20.12.1855	Cat. 88 1ª ordem
4011	Francisco Fernandes Anjo	64 a	c	Portugal	Major do Império	cólera morbus	20.12.1855	Sep. 267 Entre Muros
4041	Luiz Ignacio Pereira d' Abreo	77 a	v	Portugal sub. bras.	proprietário	cólera morbus	21.12.1855	Cat. 87
4045	Joaquim d' Oliveira Maia Falcão	33 a	c	Portugal	comerciante	cólera morbus	14.12.1855	Cat. 41 2ª ordem
4046	José Pereira Coimbra	70 a	s	Portugal	proprietário	cólera morbus	18.12.1855	Cat. 87 1ª ordem
4055	Luiz do Nascimento de Jesus	60 a	v	Portugal	N/C	cólera morbus	21.12.1855	Sep. 281 Entre Muros
4060	Antonio Manoel Rodrigues	50 a	s	Portugal	marítimo	cólera morbus	21.12.1855	Sep. 277 Entre Muros
4096	Joaquim de Souza	50 a	s	Portugal	marítimo	cólera morbus	22.12.1855	Sep. 289 Entre Muros
4102	**José Homem Pamplona**	**48 a**	**lg**	**das Ilhas**	**N/C**	**cólera morbus**	**23.12.1855**	**Campo Santo Sep. 1227**
4124	Josefa Joaquina de Carvalho	76 a	s	Portugal	N/C	cólera morbus	24.12.1855	Sep. 305 Entre Muros
4137	Ignacio Vesceslao d' Azevedo	60 a	c	Portugal	N/C	cólera morbus	24.12.1855	Sep. 312 Entre Muros
4142	José Ignacio Gasconho	65 a	s	Portugal	lavrador	cólera morbus	24.12.1855	Sep. 312 Entre Muros
4144	José Antonio Ribeiro	25 a	c	Portugal	N/C	congestão cerebral	24.12.1855	Sep. 306 Entre Muros
4209	Manoel Correa d' Oliveira Figueiredo	50 a	c	Portugal	proprietário	cólera morbus	28.12.1855	Cat. 50 1ª ordem
4210	Thomaz d' Aquino Araujo	60 a	v	Portugal	proprietário	cólera morbus	28.12.1855	Cat. 50 2ª ordem
4233	Fracisco Pereira de Brito	40 a	s	Portugal	negociante	cólera morbus	29.12.1855	Cat. 26 2ª ordem
4257	Manoel José de Campos	72 a	c	Portugal	proprietário	cólera morbus	31.12.1855	Cat. 48 1ª ordem
4302	Joaquim José Bento	60 a	c	Portugal	N/C	anazarca	05.01.1856	Campo Santo Sep. 1556
4317	João Antunes	15 a	s	Portugal	caixeiro	cólera morbus	02.01.1856	Sep. 369 Entre Muros
4341	Bartholomeo Gomes da Silva	45 a	c	Portugal	alfaiate	cólera morbus	14.01.1856	Sep. 380 Entre Muros

4356	Luiz Antonio d' Almeida	45 a	c	Portugal	chapeleiro	cólera morbus	20.01.1856	Sep. 389 Entre Muros
4360	Masthias Pereira de Souza	60 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	20.01.1856	Campo Santo Sep. 1564
4367	Bernardo Pereira	60 a	s	Portugal	marinheiro	gastrite aguda	18.01.1856	Campo Santo Sep. 1569
4380	Antonio Bernardo de Carvalho	31 a	N/C	Portugal	tamanqueiro	congestão cerebral	28.01.1856	Sep. 397 Entre Muros
4401	João d' Almeida Freitas	40 a	c	Portugal	N/C	úlcera gangrenosa	09.02.1856	Sep. 405 Entre Muros
4416	Miguel dos Reis	48 a	c	Portugal	negociante	congestão cerebral	26.02.1856	Sep. 411 Entre Muros
4426	José do Porto	54 a	s	Portugal	N/C	abcesso no fígado	05.03.1856	Sep. 416 Entre Muros
4443	Francisco de Souza Leal	60 a	c	Portugal	distribuidor	hidro pericardite	23.03.1856	Cat. 62 1ª ordem da ISCMPA
4459	Joaquim José da Silva	62 a	c	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	05.04.1856	Sep. 156 Entre Muros
4466	Custodio dos Santos	43 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	11.04.1856	Campo Santo Sep. 1615
4475	Antonio da Costa Maia	56 a	c	Portugal sub. bras.	N/C	congestão cerebral	22.04.1856	Cat. 98 1ª ordem
4477	Manoel da Costa Dias	67 a	v	Portugal	N/C	diarréia	23.04.1856	Sep. 439 Entre Muros
4487	Antonio Gonsalves Carneiro	65 a	s	Portugal sub. bras.	proprietário	tísica pulmonar	11.04.1856	Campo Santo Sep.1615
4488	João Ferreira da Silva	30 a	c	Portugal	pedreiro	moléstias venérea	29.04.1856	Campo Santo Sep. 627
4511	Antonio Ferreira da Silva	30 a	s	Portugal	ferreiro	tuberculose pulmonar	20.05.1856	Campo Santo Sep. 1610
4539	Ricardo d' Oliveira Ramos	55 a	c	Portugal sub. bras.	relojoeiro	afogado	16.06.1856	Cat. 96 1ª ordem
4546	Sebastão Antonio Tavares	50 a	c	Portugal sub. bras.	negociante	hidropericardite	24.06.1856	Cat. 72 2ª ordem
4547	Manoel Francisco Ribeiro	55 a	N/C	Portugal sub. bras.	N/C	gangrena nos escrotos	25.06.1856	Campo Santo Sep. 1659
4573	Manoel Antonio da Costa Viana	90 a	v	Portugal	N/C	paralisia	15.07.1856	Sep. 473 Entre Muros
4574	Raimundo José Pereira	62 a	s	Portugal	N/C	encefalomazia	15.07.1856	Sep. 474 Entre Muros
4606	Francisco Soares de Macedo	30 a	lg	Portugal	N/C	hidropisia	22.08.1856	Sep. 491 Entre Muros
4630	Manoel da Costa Maia	32 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar	07.09.1856	Campo Santo Sep. 1756
4633	José dos Santos Telles de Menezes	76 a	c	Portugal sub. bras.	aposentado	cistite crônica	07.09.1856	Cat. 68 2ª ordem
4639	Antonio Manoel Gonsalves	42 a	c	Portugal	N/C	hipertrofia do coração	12.09.1856	Campo Santo Sep. 1740

4646	Antonio José da Silva	50 a	s	Portugal	comerciante	apoplexia cerebral	18.09.1856	Cat. 97 2ª ordem
4651	Maria Antonio Chonder (sic)	60 a	v	Portugal	N/C	pneumonia	20.09.1856	Sep. 510 Entre Muros
4690	Manoel Luis da Silva	50 a	c	Portugal	N/C	hidropisia	30.10.1856	Campo Santo Sep. 1824
4700	José Manoel de Pinho	36 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar	09.11.1856	Sep. 528 Entre Muros
4703	José Cordeiro	60 a	s	Portugal	N/C	moléstia orgânica do coração	13.11.1856	Sep. 531 Entre Muros
4704	Joaquim d' Oliveira	24 a	s	Portugal	carpinteiro	bronquite crônica	13.11.1856	Campo Santo Sep. 1835
4722	Sebastião Vieira Soares	36 a	s	Portugal	N/C	hepatite crônica	28.11.1856	Campo Santo Sep. 1851
4726	José Vieira da Cunha	53 a	v	Portugal sub. bras.	N/C	encefalo malaria	02.12.1856	Jazigo particular, onde está sepultada a esposa
4772	Thobias da Costa Dias	16 a	s	Portugal	caixeiro	febre tifóide	03.01.1857	Sep. 558 Entre Muros
4787	Salustiano José Nogueira	20 a	s	Portugal	taberneiro	bexigas	14.01.1857	Sep. 564 Entre Muros
4788	José Pereira Costa	60 a	s	Portugal	marinheiro	tuberculose pulmonar	14.01.1857	Campo Santo Sep. 1857
4795	Francisco Tavares Jordão	36 a	s	Portugal	chapeleiro	ascite	20.01.1857	Campo Santo Sep. 1921
4798	Manoel Moreira Magdalena	21 a	s	Portugal	carpinteiro	bexigas	27.01.1857	Campo Santo Sep. 1930
4803	João Caetano d ' Oliveira	49 a	s	Portugal	N/C	laringite crônica	02.02.1857	Sep. 570 entre muros
4826	Francisco Ferreira da Silva	45 a	c	Portugal	marítimo	desinteria	14.02.1857	Sep. 580 Entre Muros
4847	Luiz Francisco da Silva	66 a	c	Portugal	N/C	desinteria	02.03.1857	Sep. 589 Entre Muros
4859	João de Oliveira	26 a	s	Portugal	carpinteiro	diarréia	10.03.1857	Campo Santo Sep. 1985
4878	João das Neves Pinheiro	42 a	c	Portugal	negociante de fazendas	tísica pulmonar	21.03.1857	Sep. 1857 Entre Muros
4881	André Alves da Motta	60 a	s	Portugal	sapateiro	tísica laríngia	22.03.1857	Campo Santo Sep. 1997
4896	José Gomes d' Amorim	55 a	c	Portugal	N/C	laringite	30.03.1857	Campo Santo Sep.2012
4908	Elias Francisco Ferrugento	80 a	v	Portugal	N/C	debilidade	11.04.1857	Sep. 616 Entre Muros
4952	José Marques de Carvalho	48 a	c	Portugal	N/C	catarro pulmonar	12.05.1857	Sep. 634 Entre Muros
5003	Manoel Coitinho da Silva	82 a	N/C	Portugal sub. bras.	N/C	congestão cerebral	29.06.1857	Sep. 661 Entre Muros
5020	Joaquim Manoel Pereira	50 a	c	Portugal	N/C	gangrena na boca	09.07.1857	Sep. 670 Entre Muros
5030	José de tal	40 a	s	Portugal	N/C	encefalite	15.07.1857	Campo Santo Sep. 2137

5053	Pedro José de Melo	25 a	s	Portugal	caixeiro	tifo cerebral	06.08.1857	Sep. 684 Entre Muros
5108	José dos Santos Vidal	55 a	s	Portugal	empregado do comissariado	encefalomalácia	28.09.1857	Sep. 740 Entre Muros
5119	João Baptista Cordeiro	47 a	s	Portugal	N/C	hipertrofia do coração	06.10.1857	Campo Santo Sep.2233
5185	José Gomes Avelino	19 a	N/C	Portugal	caixeiro	afogado	27.11.1857	Sep. 757 Entre Muros
5225	Francisco Ignacio de Abreu (filho de João Lourenço)	45 a	s	Portugal	N/C	diarréia	25.11.1857	Campo Santo Sep. 2319
5226	Paulo Joaquim (filho de Antonio Maria)	58 a	s	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	26.11.1857	Campo Santo Sep. 2326
5244	Francisco Ferreira Lopes	44 a	c	Portugal	Tenente da Guarda Nacional	congestão cerebral	05.01.1858	Sep. 775 Entre Muros
5255	Joaquim Raymundo (filho de Manoel Gomes)	69 a	s	Portugal	fogueteiro	congestão cerebral	11.01.1858	Campo Santo Sep. 2339
5274	Thereza Joaquina de Carvalho	76 a	s	Portugal	N/C	várias enfermidades	26.02.1858	Sep. 788 Entre Muros
5287	João Jacintho	25 a	s	Portugal	marinheiro	apoplexia cerebral	03.02.1858	Campo Santo Sep. 2362
5293	João de Souza Pacheco Bitancurt (filho de Antonio Silveira)	28 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar	06.02.1858	Campo Santo Sep. 2369
5331	Antonio Diniz Ribeiro (filho de Alexandre Diniz Ribeiro)	72 a	s	Portugal	N/C	ictirícia	03.03.1858	Campo Santo Sep. 2395
5353	Manoel Antonio Ramos	60 a	s	Portugal	N/C	úlcera escorbútica	30.03.1858	Campo Santo Sep. 2419
5355	Belmiro Coelho Siabra	29 a	s	Portugal	N/C	tifo	31.03.1858	Sep. 835 Entre Muros
5410	Pedro Antonio Ferreira	22 a	s	Portugal	N/C	tétano	14.03.1858	Campo Santo Sep. 2449
5470	Antonio José Soares de Campos	82 a	c	Portugal	N/C	gastro entero colites	22.06.1858	Sep. 894 Entre Muros
5476	José Marques Ferreira	59 a	c	Portugal	sapateiro	heomotísia crônica	28.06.1858	Campo Santo Sep. 2517
5479	Manoel Maria Ricaldes Marques	81 a	c	Portugal	advogado	peripneumonia nata	30.06.1858	Cat. Irmãos SC 74 1ª ordem
5494	João Antonio Gonsalves	54 a	N/C	Portugal	N/C	desinteria	10.07.1858	Sep. 906 Entre Muros

Obs.: O códice contém 1.987 registros de óbitos. Destes, 106 são portugueses; dois (2) se declararam açorianos.

Livro n° 4 de Óbitos do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre - Do óbito n° 5.523 (27.07.1858) ao de n° 7.249 (18.07.1861) Mais 54 óbitos do ano de 1858, de cólera morbus

Nº	Nome	Idade	Est. Civ.	Naciona lidade	Profissão	Causa mortis	Data sepult.	Local de sepult.
5552	Manoel (filho de José Alvez ou Álvarez dos Santos Brito)	04 a	-	Portugal	-	anazarca	18.08.1858	Cat. 31 3ª ordem
5569	João Leite Ramos	93 a	v	Portugal sub. bras.	pedreiro	anazarca	26.08.1858	Sep. 934 Entre Muros
5573	Genoveva Roza	40 a	s	Portugal	N/C	erisipela	29.08.1858	Campo Santo Sep. 2596
5586	José Marques dos Santos	70 a	v	Portugal	N/C	pneumonia	12.09.1858	Sep. 942 Entre Muros
5625	Luiz do Patrocínio Martins	51 a	c	Portugal	N/C	tumores gangrenosos	07.10.1858	Cat. 38 2ª ordem
5628	José Maria Pereira	32 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	10.10.1858	Sep. 962 Entre Muros
5653	Manoel de Sá Bandeira	80 a	c	Portugal	N/C	hepatite	28.10.1858	Sep. 979 Entre Muros
5654	Felix José de Araujo	86 a	v	Portugal	N/C	ceptite	30.10.1858	Sep. 980 Entre Muros
5658	Antonio Joaquim de Almeida e Silva	62 a	s	Portugal	N/C	espasmo na SC	01.11.1858	Campo Santo Sep. 2666
5671	Antonio José da Silva	62 a	s	Portugal	N/C	tísica pumonar SC	07.11.1858	Campo Santo Sep. 2673
5699	Manoel Antonio da Cruz	40 a	c	Portugal	N/C	hidropisia	19.11.1858	Sep. 9 Entre Muros
5722	José Pedro Barboza	43 a	v	Portugal	N/C	tísica pulmonar SC	02.12.1858	Campo Santo Sep. 2702
5730	Joaquim de Souza	80 a	c	Portugal	N/C	reumatismo gotoso	06.12.1858	Sep. 27 dos Irmãos da SC
5735	Antonio Rodrigues Pereira Mello	30 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar na Santa Casa	09.12.1858	Campo Santo Sep. 2710
5742	Antonio Manoel (filho de Thomaz de Oliveira)	59 a	s	Portugal	N/C	gastrohepatite crônica	18.12.1858	Campo Santo Sep. 2713
5754	Antonio Manoel de Souza	40 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar	26.12.1858	Sep. 39 Entre Muros
5772	Antonio Joaquim Nunes	55 a	c	Portugal	fogueteiro	gastroenterites	09.01.1859	Sep. 48 Entre Muros
5789	Antonio Joaquim de Magalhães Ribeiro	30 a	s	Portugal	N/C	ataque apoplético	23.01.1859	Sep. 58 Entre Muros
5801	João Ferreira Arruda	60 a	v	Portugal	trabalhador	diarréia na Santa Casa	29.01.1859	Campo Santo Sep. 2758
5832	Jozé Manoel Gomes	40 a	c	Portugal	N/C	apoplexia fulminante	23.02.1859	Sep. 71 Entre Muros
5846	David Rodrigues do Nascimento	30 a	c	Portugal	carpinteiro da Ribeira	enpyma (sic)	02.03.1859	Sep. 79 Entre Muros

5882	José Gomes	80 a	s	Portugal	N/C	hipertrofia do coração complicada com infiltração de urinas	29.03.1859	Sep. 92 Entre Muros
5913	Sebastião José de Medeiros	27 a	s	Portugal	N/C	aneurisma da aorta	23.04.1859	Sep. 105 Entre Muros
5923	José da Costa Carvalho	50 a	s	Portugal	comerciante	tísica pulmonar	30.04.1859	Sep. 108 Entre Muros
5936	Manoel Gonçalves	52 a	s	Portugal	marinheiro	pneumonia crônica na Santa Casa	08.05.1859	Campo Santo Sep. 117
5942	Sebastião Maria Rodrigues	50 a	c	Portugal	marítimo	hemorragia pulmonar	10.05.1859	Sep. 116 Entre Muros
5960	João José de Santa Anna	56 a	v	Portugal	mestre carpinteiro	apoplexia	19.05.1859	Sep. 124 da ISCMPA
5979	Joaquim Antonio	97	v	Portugal	N/C	velhice na Santa Casa	31.05.1859	Campo Santo Sep. 155
5984	Maria Benedita	64 a	v	Portugal	N/C	desinteria	04.06.1859	Sep. 134 Entre Muros
6005	**José Fernandes da Silva Mugango**	**60 a**	**s**	**Ilha do Fayal / brasileiro**	**capitão e proprietário**	**caquexia reumática**	**24.06.1859**	**Cat. 73 1ª ordem dos Irmãos SC**
6034	Manoel Francisco da Costa	80 a	c	Portugal	N/C	apoplexia cerebral	11.07.1859	Campo Santo Sep. 203
6041	Francisco de Souza Brito	71 a	c	Portugal	proprietário	hidropisia cerebral	16.07.1959	Cat. 93 3ª ordem
6059	João Gonçalves Martins	24 a	c	Portugal	alfaiate	tísica pulmonar na Santa Casa	25.07.1859	Campo Santo Sep. 216
6066	João Porfirio de Lima Lisboa	50 a	c	Portugal	N/C	entero peritonite	30.07.1859	Sep. 176 Entre Muros
6086	Manoel Triste	90 a	s	Portugal	N/C	velhice	05.08.1859	Campo Santo Sep. 235
6121	Francisco Rabello de Figueiredo	82 a	c	Portugal	N/C	apoplexia cerebral fulminante	25.08.1859	Sep. 196 Entre Muros
6151	Antonio Imparador	70 a	c	Portugal	N/C	gastro hepatite	04.09.1859	Sep. 210 Entre Muros
6156	Diogo José Brochado	44 a	c	Portugal	comerciante	hidrotoxax	07.09.1859	Cat. 66 3ª ordem dos Irmãos SC
6196	José Correa Dias	60 a	s	Portugal	N/C	gastrohepatite na Santa Casa	29.09.1859	Campo Santo Sep. 332
6210	José Francisco dos Santos	18 a	s	Portugal	N/C	tifo	05.10.1859	Campo Santo Sep. 348
6211	**José Silveira Nunes**	**17 a**	**s**	**das Ilhas**	**N/C**	**tifo**	**05.10.1859**	**Sep. 240 Entre Muros**
6218	Antonio Joaquim Ferreira	18 a	s	Portugal	N/C	tifo	09.10.1859	Sep. 243 Entre Muros
6226	João Segundino da Rocha	40 a	s	Portugal	N/C	tísica laríngia	10.10.1859	Sep. 247 Entre Muros
6236	José Francisco Vaz Vianna	56 a	c	Portugal	empregado público	tísica pulmonar	18.10.1859	Em sepultura distinta dos contribuintes
6249	Antonio da Costa Pimenta	32 a	v	Portugal	N/C	abcesso ilhean (sic)	25.10.1859	Sep. 254 Entre Muros
6259	Estevão de Abreu	65 a	s	Portugal	N/C	apoplexia	01.11.1859	Sep. 259 Entre Muros

6282	**Antonio Jacintho de Almeida**	**40 a**	**s**	**das Ilhas**	**N/C**	**tísica pulmonar**	**18.11.1859**	**Cat. 92 3ª ordem**
6308	Antonio Felix Lopo	74 a	c	Portugal sub. bras.	major	seirro (sic) no estômago hidropisia	28.11.1859	Cat. 89 3ª ordem
6322	José Joaquim de Medeiros	47 a	c	Portugal	N/C	cancro na língua	06.12.1859	Sep. 292 Entre Muros
6343	Antonio Pinto Ferreira	40 a	s	Portugal	N/C	ascite	21.12.1859	Sep. 305 Entre Muros
6371	Manoel Antonio Pereira	56 a	v	Portugal	N/C	lesões consideráveis na cabeça	07.01.1860	Sep. 324 Entre Muros
6389	José Correa Tavares	27 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar na Santa Casa	16.01.1860	Campo Santo Sep. 491
6390	Maria José de Pinho	25 a	s	Portugal	N/C	de repente	17.01.1860	Sep. 336 Entre Muros
6443	Silverio Dias Torres	37 a	s	Portugal	N/C	ferida incisa	12.02.1860	Sep. 367 Entre Muros
6446	José Francisco da Silva	50 a	c	Portugal	N?C	aploplexia fulminante	16.02.1860	Sep. 521 Campo Santo
6450	José Antonio Sequeira (filho de Antonio Sequeira)	25 a	s	Portugal	marítimo	congestão na Santa Casa	16.02.1860	Campo Santo Sep. 525
6464	José Alves Monteiro	22 a	s	Portugal	carpinteiro	tétano traumático	22.02.1860	Sep. 375 Entre Muros
6484	Augusto Ramires	36 a	s	Portugal	N/C	alienação mental na Santa Casa	07.03.1860	Campo Santo Sep. 555
6490	Vicente de Mello (filho de Henrique de Mello)	74 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar na Santa Casa	10.03.1860	Campo Santo Sep. 561
6508	Florinda Roza	38 a	c	Portugal	N/C	tísica pulmonar na Santa Casa	21.03.1860	Campo Santo Sep. 575
6542	José Antonio de Medeiros	90 a	v	Portugal	proprietário	gastrite aguda	04.04.1860	Sep. 418 Entre Muros
6574	Leonardo José Alves	34 a	s	Portugal	comerciante	hidropericar dite e úlceras gangrenosas	22.04.1860	Sep. 431 Entre Muros
6581	José Alves dos Reis	31 a	s	Portugal	N/C	hidropericardite	25.04.1860	Campo Santo Sep. 435
6595	José Antonio da Silva	73 a	s	Portugal	N/C	desinteria	05.05.1860	Sep. 445 Entre Muros
6511	Antonio Alves de Almeida	51 a	c	Portugal	N/C	gastro hepatite crônica	14.05.1860	Campo Santo Sep. 643
6617	Ignacio José Machado	65 a	v	Portugal	comerciante em Rio Pardo	apoplexia	17.05.1860	Cat. 62 2ª ordem dos Irmãos SC
6640	José Gansalves Neves	58 a	s	Portugal	N/C	peritonite	30.05.1860	Cat. 19 2ª ordem
6652	Bernardina (filha de Theotonio Joaquim Ferreira)	22 a	s	Portugal	N/C	tifo	06.06.1860	Sep. 471 Entre Muros
6670	Joaquim Gonçalves Porto Maia	46 a	c	Portugal	N/C	hidropericardite	21.06.1860	Cat. 62 1ª ordem dos Irmãos da Santa Casa

6672	Henriques José Homem	40 a	c	Portugal	N/C	tísica pulmonar	23.06.1860	Cat. 12 2ª ordem
6684	Francisco André da Silva	84 a	s	Portugal	N/C	pneumonia crônica na Santa Casa	30.06.1860	Campo Santo Sep. 703
6698	João Luiz Rodrigues	45 a	v	Portugal	marítimo	tísica pulmonar na Santa Casa	09.07.1860	Campo Santo Sep. 712
6712	Joaquim Francisco Bragante	85 a	s	Portugal	N/C	bronquite crônica	15.07.1860	Sep. 501 Entre Muros
6721	Francisco Dias Forte	39 a	s	Portugal	N/C	lesão medilha (sic) espinhal	20.07.1860	Sep. 505 Entre Muros
6736	Joaquim José dos Santos	51 a	c	Portugal	capitão reformado	gangrena de um abcesso na região lombar	26.07.1860	Sep. 509 Entre Muros
6760	HerculanoAntonio dos Reis	60 a	s	Portugal	N/C	pneumonia crônica na SC	19.08.1860	Campo Santo Sep. 763
6810	Gertrudes Maria da Conceição	70 a	v	Portugal	N/C	gastro enterites	02.10.1860	Sep. 531 Entre Muros
6813	José Caetano Pereira	65 a	c	Portugal	N/C	febre tifóide na Santa Casa	04.10.1860	Sep. 534 Entre Muros
6820	Antonio José Vieira	30 a	c	Portugal	N/C	tifo	10.10.1860	Campo Santo Sep. 537
6852	**Maria Joaquina de Souza**	**60 a**	**v**	**Das ilhas**	**N/C**	**desinteria**	**06.11.1860**	**Sep. 554 Entre Muros**
6859	João Rodrigues Coelho	49 a	v	Portugal	N/C	diarréia na Santa Casa	11.11.1860	Campo Santo Sep. 860
6882	José Manoel Gonçalves Guimarães (filho de Manoel Gomes)	58 a	s	Portugal	N/C	hepatite crônica na Santa Casa	28.11.1860	Sep. 569 Entre Muros
6915	Antonio José Pedrozo	60 a	c	Portugal Brasileiro	N/C	empiena (sic)	14.12.1860	Cat. 97 2ª ordem
6938	Manoel Gonçalves Camacho	36 a	c	Portugal	N/C	enterites	25.12.1860	Sep. 595 Entre Muros
6948	José Bernardino Duraes Farias	30 a	c	Portugal	N/C	bexigas	01.01.1861	Sep. 598 Entre Muros
6970	João Fernandes Soares	59 a	c	Portugal	negociante	desinteria	17.01.1861	Sep. 606 Entre Muros
7037	Manoel Gervazio	36 a	s	Portugal	N/C	febre cerebral	05.03.1861	Sep. 634 Entre Muros
7038	José de Azevedo Paes	68 a	v	Portugal	N/C	gastroenterite aguda	06.03.1861	Sep. 636 Entre Muros
7097	Julio Maria do Canto	40 a	c	Portugal	N/C	tifo	11.04.1861	Sep. 666 Entre Muros
7106	José dos Santos Queiroz	36 a	s	Portugal	N/C	ataque cerebral fulminante	18.04.1861	Sep. 672 Entre Muros
7148	José Antonio da Silva	80 a	c	Portugal	N/C	hidropisia	16.05.1861	Campo Santo Sep. 77
7150	João José da Fonceca	41 a	s	Portugal	N/C	hidropisia	18.05.1861	Sep. 696 Entre Muros
7154	José da Rocha	49 a	c	PortugaL	N/C	seirro (sic) pelouro	19.05.1861	Sep. 697 Entre Muros
7166	José Faustino Pimenta	58 a	c	Portugal	N/C	diarreia na Santa Casa	27.05.1861	Campo Santo Sep. 90
7174	José Maia	lg	N/C	Portugal	N/C	apoplexia fulminante	04.06.1861	Campo Santo Sep. 103

7182	José Roberto de Carvalho	81 a	v	Portugal	N/C	reumatismo	08.06.1861	Cat. 96 2ª ordem
7207	Francisco da Costa	47 a	s	Portugal	N/C	lesão orgânica no coração SC	18.06.1861	Campo Santo Sep. 143
7209	Martinho Antonio dos Santos	48 a	c	Portugal	encarregado do Cemitério da SC	lesão orgânica do coração	18.06.1861	Sep. 727 Entre Muros
7229	Joaquim Domingues da Costa	30 a	c	Portugal	negociante	apoplexia	06.07.1861	Cat. 46 1ª ordem de Irmãos da SC
7240	Maria Joaquina Ferreira	41 a	c	Portugal	N/C	desinteria	13.07.1861	Sep. 745 Entre Muros
p.293v	Manoel José Pinto	29 a	s	Portugal	N/C	epidemia reinante	1858	N/C
p.296f	José Alves	17 a	s	Portugal	N/C	cólera morbus	1858	N/C

Obs.: O códice contém 1.726 registros de óbitos. Destes, 102 são portugueses; quatro (4) se declararam açorianos.

LIVRO Nº 5 DE ÓBITOS DO CEMITÉRIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE - Do óbito nº 7.250 (de 19.07.1861) ao de nº 9.348 (de 27.03.1865)

Nº	Nome	Idade	Est. civ.	Naciona lidade	Profissão	Causa mortis	Data sepult.	Local sepult.
7251	Miguel Dias Braga	68 a	s	Portugal	N/C	hidropisia	19.07.1861	Sep. 751 Entre Muros
7276	Luiza Maria de Jesus	70 a	c	Portugal	N/C	várias enfermidades	07.08.1861	Sep. 766 Entre Muros
7282	Maria da Conceição	22 a	s	Portugal	N/C	ictirícia preta na SC	10.08.1861	Campo Santo Sep. 186
7287	Manoel Ribeiro Carneiro	40 a	c	Portugal	N/C	aneurisma do coração	13.08.1861	Cat. 95 3ª ordem
7291	Francisco Gonçalves da Silva	80 a	v	Portugal	N/C	bronquite	15.08.1861	Sep. 772 Entre Muros
7300	Salustiano Severino dos Reis	70 a	v	Portugal	brigadeiro	ortopnéia paralítica	22.08.1861	Cat. 94 1ª ordem
7317	Manoel José Monteiro	25 a	c	Portugal	N/C	tifo	01.09.1861	Sep. 790 Entre Muros
7321	Manoel Joaquim do Amarante	60 a	s	Portugal	cabo reformado	tuberculose pulmonar	07.09.1861	Campo Santo Sep. 213
7360	Albino José da Cunha	30 a	s	Portugal	N/C	meningite aguda	03.10.1861	Sep. 815 Entre Muros
7365	Francisco Caetano	N/C	N/C	Portugal	marinheiro	de repente	06.10.1861	Campo Santo Sep. 243
7395	Antonio Machado Gomes	39 a	s	Portugal	N/C	afogado	29.10.1861	Sep. 834 Entre Muros
7396	Francisco Gomes	11 a	-	Portugal	-	afogado	29.10.1861	Sep. 833 Entre Muros

7398	Manoel Thomaz da Silva	26 a	s	Portugal	N/C	gastroenterite	30.10.1861	Sep. 835 Entre Muros
7413	Raphael da Costa (filho de Silvestre da Costa)	48 a	s	Portugal	canteiro	diarréia	08.11.1861	Sep. 841 Entre Muros
7503	Joaquim dos Santos Souza	N/C	N/C	Portugal	N/C	afogado	01.01.1862	Campo Santo Sep. 337
7543	Francisco Pinto de Souza	80 a	c	Portugal	N/C	tifo	20.01.1861	Cat. 93 2ª ordem
7544	Domingos Soares Maciel	55 a	c	Portugal	prático	hepatite aguda	21.01.1862	Sep. 907 Entre Muros
7596	Manoel Gonçalves Neto	48 a	c	Portugal	N/C	desinteria	24.02.1862	Sep. 929 Entre Muros
7618	Antonio de Figueiredo	70 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar	19.03.1862 (sic)	Campo Santo Sep. 423
7621	Joaquim Pereira de Miranda	53 a	c	Portugal	N/C	tísica pulmonar	11.03.1862	Cat. 13 2ª ordem
7640	José Thomaz Ferreira da Silva	47 a	c	Portugal	N/C	apoplexia fulminante	24.03.1862	Cat. 32 1ª ordem
7679	Manoel Fernandes	62 a	c	Portugal	N/C	pneumonia crônica	15.04.1862	Sepultura do quadro de benfeitores
7702	Manoel de Souza Gomes	66 a	c	Portugal	N/C	paralisia apoplética	29.04.1862	Cat. 30 2ª ordem
7711	Antonio Lopes Teixeira Bastos	22 a	s	Portugal	fogueteiro	explosão de pólvora	03.05.1862	Campo Santo Sep. 492
7716	Manoel Antonio da Cunha Vieira	49 a	v	Portugal	N/C	congestão cerebral	07.05.1862	Sep. 983 Entre Muros
7722	Antonio Martinho da Luz	37 a	c	Portugal	N/C	tísica	12.05.1862	Sep. 986 Entre Muros
7751	Damas José de Souza	57 a	c	Portugal	N/C	tísica pulmonar	31.05.1862	Sep. 1000 Entre Muros
7764	José Laurindo	26 a	s	Portugal	foguista	diarréia na Santa Casa	05.06.1862	Campo Santo Sep. 534
7786	Christovão Martins	85 a	s	Portugal	marítimo	tísica pulmonar na Santa Casa	21.06.1862	Campo Santo Sep. 555
7788	José Francisco Guimarães	50 a	c	Portugal	N/C	hidropericardite	23.06.1862	Sep. 14 Entre Muros
7803	Antonio Cabral de Medeiros	50 a	c	Portugal	N/C	gastrohepatite	07.07.1862	Sep. 21 Entre Muros
7818	Domingos Manoel de Pinho	39 a	v	Portugal	marceneiro	apoplexia	20.07.1862	Sep. 25 Entre Muros
7834	José Luiz Moreira	73 a	c	Portugal	N/C	bronquite crônica	27.07.1862	Sep. 23 Entre Muros

7839	João Ribeiro (filho de José Ribeiro)	30 a	c	Portugal	N/C	febre tifóide na Santa Casa	28.07.1862	Sep. 35 Entre Muros
7840	Manoel Pinto de Azevedo	58 a	c	Portugal/ brasileiro	capitão do Corpo Polícial	apoplexia adotiva	31.07.1862	Cat. 103 3ª ordem
7847	José Antonio Tavira	90 a	s	Portugal	correeiro	velhice na SC	06.08.1862	Campo Santo Sep. 613
7850	Manoel Pires dos Santos Jacuhy	40 a	c	Portugal	N/C	desinteria crônica	08.08.1862	Cat. 104 1ª ordem
7860	Antonio Maria Xavier de Souza	69 a	c	Portugal	ten. cel. reformado	tifo pulmonar	16.08.1862	Cat. 104 2ª ordem
7861	José Pereira da Silva	58 a	c	Portugal	N/C	ignora-se	20.08.1862	Sep. 47 Entre Muros
7880	José Fernandes dos Santos	21 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar	03.09.1862	Sep. 58 Entre Muros
7918	Christovão Alves de Souza	36 a	s	Portugal	marinheiro	diarréia na Santa Casa	30.09.1862	Campo Santo Sep. 672
7921	Domingos José de Azevedo	43 a	s	Portugal	carpinteiro	alienação mental	03.10.1862	Sep. 73 Entre Muros
7932	Antonio de Amorim Costa (filho de Domingos da Costa Souza Guimarães)	36 a	c	Portugal	N/C	diarréia na Santa Casa	13.10.1862	Sep. 81 Entre Muros
7960	Francisco Alves Monteiro	87 a	s	Portugal/ brasileiro	N/C	paralisia da velhice	03.11.1862	Cat. 89 3ª ordem
7968	Antonio Lopes	74 a	N/C	Portugal/ brasileiro	soldado reformado	delirium tremens	06.11.1862	Campo Santo Sep. 711
7978	Gaspar Ferreira Barbosa (filho deVicente Ferreira)	35 a	s	Portugal	ferreiro	diarréia na Santa Casa	10.11.1862	Campo Santo Sep. 710
8004	Antonio José das Neves	50 a	s	Portugal	N/C	ascite	28.11.1862	Sep. 114 Entre Muros
8019	Candido José da Rocha	61 a	c	Portugal	N/C	hipertrofia do coração	09.12.1862	Cat. 109 1ª ordem
8051	José Vieira Fernandes	55 a	c	Portugal	N/C	ulceração	31.12.1862	Sep. 135 Entre Muros
8132	Jacintho da Costa	43 a	s	Portugal	alfaiate	diarréia na Santa Casa	12.02.1863	Campo Santo Sep. 837
8184	Lourenço Gonçalves Lisboa	74 a	s	Portugal	N/C	diarréia na Santa Casa	21,03,1862	Campo Santo Sep. 876
8207	Manoel Dias	40 a	s	Portugal	N/C	encefalite	06.04.1863	Sep. 207 Entre Muros
8211	João Evangelista Cordeiro	65 a	v	Portugal	N/C	febre tifóide	07.04.1863	Sep. 209 Entre Muros

8215	Agostinho José Guedes	54 a	c	Portugal/ brasileiro	N/C	cancro	13.04.1863	Sep. 211 Entre Muros
8221	José de Oliveira Alegre	50 a	s	Portugal	sapateiro	aneurima	15.04.1863	Sep. 215 Entre Muros
8226	José de Almeida Gomes	60 a	c	Portugal	negociante	desinteria crônica	19.04.1983	Sep. 218 Entre Muros
8228	Francisco Antonio Gomes Carolo	28 a	c	Portugal	N/C	apoplexia fulminante	20.04.1863	Sep. 219 Entre Muros
8238	Francisco Paes da Silva Tavares	40 a	s	Portugal	padre	supressão exantemática	28.04.1863	Sep. 225 Entre Muros
8249	João Gomes da Silva	28 a	c	Portugal	sapateiro	tuberculose pulmonar	05.05.1863	Sep. 230 Entre Muros
8263	João Antonio da Roza	86 a	c	Portugal	carpinteiro	velhice	13.05.1863	Campo Santo Sep. 239
8278	Francisco Gonçalves Pedreira	82 a	s	Portugal	marinheiro	hidropisia	20.05.1863	Sep. 245 Entre Muros
8299	Antonio de Souza	45 a	s	Portugal	N/C	hidropisia	27.05.1863	Sep. 255 Entre Muros
8302	Antonio Gonçalves (filho de Manoel Gonçalves)	39 a	s	Portugal	marinheiro	peritonite traumática na Santa Casa	30.05.1863	Campo Santo Sep. 968
8326	Maria da Silva Pinho	83 a	v	Portugal	N/C	desinteria	13.06.1863	Sep. 269 Entre Muros
8339	Antonio Correa Vasques Recureita (sic)	62 a	c	Portugal/ brasileiro	N/C	pere-pneumonia	18.06.1863	Sep. 275 Entre Muros
8342	Manoel José Pereira de Castro	56 a	c	Portugal	N/C	febre nervosa	21.06.1863	Sep. 276 Entre Muros
8343	Joaquim José da Trindade	76 a	c	Portugal	N/C	cistite	24.06.1863	Sep. part. 999 Entre Muros
8363	Julião Ferreira Gomes	46 a	c	Portugal	N/C	apoplexia	03.07.1863	Sep. 284 Entre Muros
8366	Joaquim José da Silva	60 a	v	Portugal	N/C	aneurisma	05.07.1863	Sep. 286 Entre Muros
8367	José Ramos Chaves	50 a	s	Portugal	N/C	aneurisma	06.07.1863	Sep. 287 Entre Muros
8397	Antonio Joaquim de Caldas	30 a	s	Portugal	padeiro	contusões na cabeça e estran gulamento	25.07.1863	Sep. 302 Entre Muros
8398	Manoel Caetano Caldas Quintella	31 a	s	Portugal	padeiro	contusões na cabeça e estran gulamento	25.07.1863	Sep. 303 Entre Muros
8407	Damião Manoel de Pinho (filho de José Manoel de Pinho)	23 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar	02.08.1863	Sep. 309 Entre Muros
8438	Francisco Machado de Souza	32 a	c	Portugal	N/C	bexigas confluentes	18.08.1863	Sep. 322 Entre Muros

8456	José Pereira de Lima	28 a	s	Portugal	charuteiro	tísica pulmonar na Santa Casa	23.08.1863	Campo Santo Sep. 85
8471	Ignacio José Correa	86 a	c	Portugal	N/C	hidropisia	29.08.1863	Sep. 338 Entre Muros
8516	Thereza Deolinda de Jerás (sic)	26 a	s	Portugal	N/C	gastroentero colite	01.10.1863	Sep. 364 Entre Muros
8545	Maria de Santa Anna Franco	85 a	v	Portugal	N/C	velhice	16.10.1863	Sep. 380 Entre Muros
8631	Antonio Victor	69 a	c	Portugal	N/C	gastrohepatite	22.12.1863	Sep. 415 Entre Muros
8660	Antonio Rodrigues Chaves	78 a	v	Portugal	proprietário	apoplexia	04.12.1863	Cat. 115 1ª ordem
8681	José Francisco de Azevedo Quintão	50 a	c	Portugal	negociante	moléstias orgânicas do coração	11.12.1863	Cat. 113 2ª ordem
8688	José Caetano Ferraz	76 a	c	Portugal	N/C	congestão cerebral	17.12.1863	Cat. 58 1ª ordem
8702	Manoel Ribeiro de Melo	28 a	s	Portugal	N/C	gastrite aguda	26.12.1863	Sep. 447 Entre Muros
8712	Antonio da Rocha	20 a	s	Portugal	marinheiro	bexigas confluentes na Santa Casa	30.12.1863	Campo Santo Sep. 272
8718	João Antonio Capelani	71 a	v	Portugal	capitão reformado	moléstias orgânicas do coração	03.01.1864	Cat. 9 2ª ordem
8746	Antonio José da Costa	25 a	c	Portugal	N/C	parilisia complicada com enteroperitonite	17.01.1864	Sep. 465 Entre Muros
8753	Antonio José Pereira Teixeira	62 a	c	Portugal	N/C	pneumonia	19.01.1864	Sep. 468 Entre Muros
8785	Domingos José Lopes de Souza	23 a	s	Portugal	N/C	hidropisia	04.02.1864	Sep. 480 Entre Muros
8787	José Francisco da Silva	69 a	c	Portugal	comendador	gangrena e retura da bexiga	06.02.1864	Cat. 77 3ª ordem
8828	João José da Cruz	59 a	c	Portugal	N/C	hidropericardite	13.03.1864	Cat. 58 2ª ordem
8831	Luiz José Pinto	68 a	c	Portugal	N/C	moléstias orgânicas do coração	19.03.1864	Sep. 500 Entre Muros
8834	Manoel José Rodrigues Pereira	40 a	s	Portugal	N/C	asfixiado por submersão	19.03.1864	Sep. 502 Entre Muros
8847	Manoel Oliveira Grisostimo	35 a	s	Portugal	N/C	compressão e contusão cerebral, consequência de ferimentos com fratura da órbita	04.04.1864	Sep. 509 Entre Muros
8849	José dos Santos Oliveira	65 a	s	Lisboa	N/C	cancro na face, na Santa Casa	05.04.1864	Campo Santo Sep. 370

8871	Thereza Joaquina de Souza Andrade Lobo	78 a	v	Portugal	N/C	congestão cerebral	16.04.1864	Sep. 520 Entre Muros
8873	José Pereira da Silva	35 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar na Santa Casa	18.04.1864	Campo Santo
8933	Ignacio Couceiro	58 a	N/C	Galiza	N/C	apoplexia	30.05.1864	Campo Santo Sep. 442
8938	Andreza Rodrigues Coimbra	45 a	c	Portugal	N/C	tísica pulmonar	03.06.1864	Sep. 552 Entre Muros
8948	José Francisco de Almeida	37 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	19.06.1864	Cat. 118 2ª ordem
8971	Balthazar Pereira Guedes	65 a	v	Portugal	doutor em Medicina	úlcera mesentérica	02.07.1864	Sep. 568 Entre Muros
8974	Manoel Barbosa de Sá	44 a	s	Portugal	padeiro	apoplexia	07.07.1864	Sep. 570 Entre Muros
9010	Manoel Torres	lg	s	Portugal	N/C	hepatite	01.08.1864	Sep. 585 Entre Muros
9011	Silvestre Luiz	50 a	v	Portugal	N/C	tísica pulmonar	02.08.1864	Sep. 86 Entre Muros
9015	João Baptista de Carvalho	36 a	s	Portugal	N/C	lesão do coração	07.08.1864	Sep. 589 Entre Muros
9031	Jaime Pinto da Cunha	59 a	v	Portugal	N/C	anazarca	24.08.1864	Sep. 598 Entre Muros
9034	Domingos Gonçalves Leite	55 a	s	Portugal	N/C	ignora-se	24.08.1864	Sep. 597 Entre Muros
9038	Manoel Francisco das Neves	58 a	c	Portugal	N/C	cistite	26.08.1864	Campo Santo Sep. 520
9045	João José Alves de Souza	40 a	c	Portugal	N/C	pneumonia	04.09.1864	Sep. 605 Entre Muros
9075	Matheos Ribeiro de Magalhães	24 a	c	Portugal	charuteiro	tísica pulmonar na Santa Casa	02.10.1864	Campo Santo Sep. 552
9097	Antonio da Rocha	60 a	v	Portugal	N/C	hipertrofia do coração na SC	23.10.1864	Campo Santo Sep. 569
9118	Joaquim Rodrigues Lima	55 a	v	Portugal	marítimo	hipertrofia do coração na SC	08.11.1864	Sep. 639 Entre Muros
9128	Furtunato Antonio Fernandes Gigante	25 a	c	Portugal	N/C	tísica pulmonar	16.11.1867	Depositado na Capela do Cemitério
9141	Francisco Antonio da Silva	37 a	s	Portugal	N/C	hepatite	24.11.1864	Sep. 650 Entre Muros
9153	José Joaquim Coelho	42 a	c	Portugal	N/C	tísica pulmonar	04.12.1864	Sep. 656 Entre Muros
9175	Augusto José da Silva	49 a	c	Portugal	N/C	entero colite	18.12.1864	Sep. 667 Entre Muros
9180	José Maria Brochado	42 a	s	Portugal	N/C	aneurisma	23.12.1864	Sep. 670 Entre Muros
9186	José Alves da Cunha	79 a	c	Portugal/ brasileiro	cirurgião-mor da Brigada	hidropericardite	07.12.1864	Sep. 672 Entre Muros

9192	José Alves dos Santos Brito	44a	c	Portugal	N/C	úlcera intestinal	31.12.1864	Sep. 677 Entre Muros
9195	Thereza Roza Soares	50 a	s	Portugal	N/C	gastrohepatite	02.01.1865	Sep. 679 Entre Muros
9198	Francisco Leite Guedes	15 a	s	Portugal	N/C	hidropericardite	03.01.1865	Sep. 680 Entre Muros
9233	Wenceslao Joaquim de Souza Garcia	55 a	v	Portugal	N/C	diarréia na Santa Casa	23.01.1865	Sep. 700 Entre Muros
9249	Delfina Dutra de Farias	86 a	v	Portugal	N/C	velhice	04.02.1865	Sep. 790 Entre Muros
9278	Antonio Gonçalves	55 a	s	Portugal	N/C	gastro enterites na SC	20.02.1865	Campo Santo Sep. 690
9279	José Pinto Soares	46 a	c	Portugal	N/C	hipertrofia no coração na SC	21.02.1865	Campo Santo Sep. 701
9280	Thomé Bello (cor preta)	50 a	N/C	Cabo Verde	N/C	Úlcera cancrosa na SC	21.02.1865	Campo Santo Sep. 698
9295	Raymundo José de Freitas	72 a	c	Portugal	N/C	amolecimento cerebral na SC	28.02.1865	Campo Santo Sep. 713
9300	Francisco José das Neves	73 a	c	Portugal	N/C	cardite	04.03.1865	Sep. 728 Entre Muros
9346	José Antonio Machado	65 a	c	Portugal	N/C	úlcera gangrenosa	26.03.1865	Cat. 124 1ª ordem

Obs.: O Códice contém 2.098 registros de óbitos. Destes, 126 são portugueses. Nenhum infomou ser açoriano; um disse ser de Cabo Verde.

LIVRO Nº 6 DE ÓBITOS DO CEMITÉRIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE - Do óbito nº 9.349 (25.03.1865) ao de nº 11.135 (26.09.1866)

Nº	Nome	Idade	Est. civ.	Naciona lidade	Profissão	Causa mortis	Data sepult.	Local sepult.
9352	Gertrudes da Conceição Xavier Bragana	90 a	v	Portugal	N/C	velhice	28.03.1865	Cat. 129 2ª ordem
9361	Francisco da Silva Quintão	76 a	s	Portugal	cordoeiro	diarréia na Santa Casa	03.04.1865	Campo Santo Sep. 765
9375	Estulano Ignacio Pereira	100 a	c	Portugal	N/C	velhice	14.04.1865	Sep. 767 Entre Muros
9393	José Domingos da Silva	74 a	s	Portugal	N/C	diarréia na Santa Casa	23.04.1865	Campo Santo Sep. 780
9407	Antonio José da Silva	68 a	s	Portugal	N/C	enterites	27.04.1865	Cat. 125 1ª ordem
9423	Francisco Antonio de Almeida	65 a	s	Portugal	N/C	hidropisia	03.05.1865	Cat. 127 1ª ordem

9480	José da Costa Neves	20 a	s	Portugal	N/C	bexigas confluentes	03.06.1865	Sep. 812 Entre Muros
9490	José Dias de Souza	73 a	s	Portugal/ brasileiro	negociante	apoplexia cerebral	08.06.1865	Cat. 127 3ª ordem
9494	José de tal	N/C	N/C	Portugal	N/C	amolecimen-to cerebral	10.06.1865	Campo Santo Sep. 860
9502	Custodio José dos Santos	46 a	c	Portugal	marinheiro	diarréia na SC	13.06.1865	Campo Santo Sep. 867
9510	José dos Santos Minho	40 a	c	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	18.06.1865	Campo Santo Sep. 876
9518	José Ferreira dos Santos	40 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar na Santa Casa	22.06.1865	Campo Santo Sep. 184
9523	Antonio de Oliveira Gonçalves	35 a	s	Portugal	N/C	tísica	25.06.1865	Cat. 44 3ª ordem
9536	José Gomes Pereira Bastos	40 a	c	Portugal	N/C	apoplexia fulminante	29.06.1865	Cat. 42 3ª ordem
9547	José Fernandes da Costa	22 a	s	Portugal	N/C	bexigas confluentes	07.07.1865	Sep. 831 Entre Muros
9772	Antonio de Azevedo Lima	63 a	v	Portugal/ brasileiro	ten. cel. Guarda Nacional	carbúnculo	28.08.1865	Cat. 71 2ª ordem
9821	Antonio Fernandes da Silva	45 a	s	Portugal	N/C	apoplexia	03.09.1865	Sep. 890 Entre Muros
9878	José dos Santos Pereira	75 a	v	Portugal/ brasileiro	coronel de Linha	congestão cerebral	07.09.1865	Cat. 26 3ª ordem
10003	**Rosaura Candida da Silveira**	**86 a**	**s**	**Ilha dos Açores**	**N/C**	**gastrite**	**22.09.1865**	**Campo Santo Sep. 921**
10025	Joaquim Dias de Oliveira	70 a	v	Portugal	N/C	gastro hepatite	25.09.1865	Sep. 928 Entre Muros
10051	Manoel José da Silva	30 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar na Santa Casa	28.09.1965	Campo Santo Sep. 1438
10227	Joaquim Antonio de Andrade	30 a	c	Portugal	negociante	gangrena	17.10.1865	Cat. 31 1ª ordem
10250	João Pinto	49 a	c	Portugal	N/C	desinteria	19.10.1865	Campo Santo Sep. 1614
10305	Francisco Xavier Cardoso	35 a	s	Portugal	N/C	úlcera instestinal	25.10.1865	Campo Santo Sep. 1664
10376	Francisco da Silva (filho de Antonio da Silva)	34 a	s	Portugal	preso civil	úlcera escrupulosa	05.11.1865	Campo Santo Sep. 1726
10408	Victor de Castro da Conceição	36 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar na Santa Casa	11.11.1865	Campo Santo Sep. 1741
10412	Dionizio Euzebio	24 a	v	Portugal	N/C	tísica pulmonar na Santa Casa	12.11.1865	Sep. 17 Entre Muros
10419	João Alves Machado	46 a	s	Portugal	N/C	cistite	14.11.1865	Sep. 19 Entre Muros

10436	Mariano José Ferreira	48 a	c	Portugal	N/C	tísica	19.11.1865	Sep. 26 Entre Muros
10438	Joaquim Rodrigues Gomes	18 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar	20.11.1865	Sep. 27 Entre Muros
10459	João Marques	17 a	s	Portugal	N/C	tifo	23.11.1865	Sep. 34 Entre Muros
10462	Albina Roza da Conceição	30 a	c	Portugal	N/C	tísica pulmonar	25.11.1865	Sep. 35 Entre Muros
10474	Antonio Joaquim Guimarães	58 a	s	Portugal	N/C	catarro pulmonar	27.11.1865	Sep. 40 Entre Muros
10619	Joaquim José Mendes	60 a	c	Portugal	N/C	hérnia estrangulada	05.01.1866	Cat. 97 1ª ordem
10634	Manoel Gonçalves de Carvalho	80 a	c	Portugal	N/C	desinteria	08.01.1866	Sep. 26 Entre Muros
10699	**Josepha Narciza Luiz**	**67 a**	**v**	**Ilha do Fayal**	**N/C**	**laringite**	**02.02.1866**	**Cat. 96 1ª ordem**
10717	José Antonio Pereira de Araujo	50 a	v	Portugal	N/C	gastrite crônica	09.02.1866	Campo Santo Sep. 1983
10740	Joaquim Pereira Freitas	76 a	v	Portugal	N/C	paralisia	17.02.1866	Sep. 996 Entre Muros
10767	Manoel Domingos Moreira	52 a	c	Portugal	N/C	carbúnculo	02.03.1866	Cat. 14 1ª ordem
10768	Antonio Francisco da Silva	N/C	N/C	Portugal	marinheiro	afogado	01.03.1866	Campo Santo Sep. 27
10805	Francisco José da Cunha Vieira	60 a	N/C	Portugal/ brasileiro	N/C	desinteria	24.03.1866	Cat. 36 2ª ordem
10832	Guilherme Vaz de Agostinho	24 a	N/C	Portugal	marítimo	desastre	07.04.1866	Sep. 176 Entre Muros
10854	Manoel Gonçalves Carneiro	58 a	c	Portugal	N/C	anazarca	20.04.1866	Cat. 33 2ª ordem
10857	Antonio Ventura Fortuna	74 a	v	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	23.04.1866	Sep. 325 Entre Muros
10880	Maria Bebiana de Brito	65 a	s	Portugal	N/C	gastroentero colite	03.05.1866	Sep. 199 Entre Muros
10884	Maria de Assenção	32 a	c	Portugal	N/C	tuberculose mesentérica	04.05.1866	Sep. 203 Entre Muros
10926	Antonio Pedro Gonçalves de Mello	64 a	s	Portugal	N/C	de repente	24.05.1866	Sep. 219 Entre Muros
10942	Lauriano Antonio Dias	77 a	c	Portugal	N/C	angina bronquite	31.05.1866	Sep. 225 Entre Muros
10944	Antonio Pereira Ferreira	17 a	s	Portugal	N/C	tifo	31.05.1866	Sep. 226 Entre Muros

10993	José Antonio de Almeida	32 a	c	Portugal	N/C	apoplexia cerebral	23.06.1866	Sep. 249 Entre Muros
11004	José Francisco da Costa Moreira	48 a	c	Portugal	N/C	tumor interno no peito	02.07.1866	Cat. 132 1ª ordem
11007	José Barboza	83 a	-	Portugal	N/C	marasmo	03.07.1866	Sep.252 Entre Muros
11008	Antonio Alves do Valle Quaresma	21 a	N/C	Portugal	N/C	tísica pulmonar	03.07.1866	Cat. 95 2ª ordem
11010	Domingos José de Souza Guimarães	32 a	s	Portugal	N/C	tísica	06.07.1866	Sep. 253 Entre Muros
11042	Clemente José Pinto	56 a	c	Portugal	N/C	tísica pulmonar	24.07.1866	Sep. no quadro de benfeitores
11504	José Augusto de Freitas	34 a	c	Portugal	N/C	pneumonia crônica	28.07.188866	Sep. 271 Entre Muros
11078	João Cardoso da Silva Tocos	65 a	c	Portugal	N/C	meilite crônica	19.08.1886	Cat. 56. 2° ordem
11117	José Manoel da Silva	69 a	v	Portugal	N/C	erisipela geral	15.09.1866	Sep. 317 Entre Muros
11121	Manoel Rodrigues Pereira	31 a	s	Portugal	marinheiro	diarréia na Santa Casa	19.09.1866	Sep. 309 Entre Muros
11127	Felix Victor de Albuquerque dos Santos	40 a	c	Portugal	N/C	varvenoma	21.09.1866	Sep. 312 Entre Muros
11133	Luiz del Pinto	66 a	c	Portugal	N/C	amolecimento cerebral	25.09.1866	Sep. 316 Entre Muros

Obs.: O Códice contém 1.786 óbitos. Destes, 60 são portugueses; dois (2) se declararam açorianos.

LIVRO Nº 7 DE ÓBITOS DO CEMITÉRIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE- Do óbito nº 11.136 (28.09.1861) ao de nº 12.922 (08.05.1869)

Nº	Nome	Idade	Est. Civil.	Nacionalidade	Profissão	Causa mortis	Data Falec.	Local Sepultamento
11145	Manoel Antonio Fernandes	88 a	v	Portugal/ brasileiro	N/C	gastroenterites aguda	07.10.1866	Cat. 66 2ª ordem
11153	Domingos Antonio da Cunha Guimarães	44 a	c	Portugal	N/C	pneunomia	11.10.1866	Cat. 104 3ª ordem
11165	Luiz Antonio de Carvalho	73 a	s	Portugal	N/C	diarréia na Santa Casa	19.10.1866	Campo Santo Sep. 345

11179	José dos Santos Braga	56 a	c	Portugal	N/C	angina no peito	31.10.1866	Cat. 73 2ª ordem
11207	José da Costa Guerra	28 a	s	Portugal	N/C	abcesso no fígado	18.11.1866	Sep. 342 Entre Muros
11219	Manoel Gomes (filho de Antonio Gomes)	24 a	s	Portugal	marítimo	diarréia na Santa Casa	25.11.1866	Campo Santo Sep. 384
11257	José Luiz Esteves	48 a	c	Portugal	N/C	hidrotorax	18.12.1866	Sep. 374 Entre Muros
11302	Manoel de Azuren Costa	30 a	c	Portugal	N/C	tifo cerebal	11.01.1867	Sep. 395 Entre Muros
11312	Bento Francisco Pereira da Costa	46 a	c	Portugal	N/C	hemotemese (sic)	16.01.1867	Sep. 400 Entre Muros
11326	Antonio Lopes (filho de Antonio Lopes)	28 a	s	Portugal	N/C	fratura no terço inferior da coxa E e do maxilar inferior E	21.01.1867	Sep. 406 Entre Muros
11331	Manoel José da Silva	55 a	v	Portugal	N/C	úlcera na língua	24.01.1867	Campo Santo Sep. 446
11352	Maria José Alves da Costa Guimarães	42 a	s	Portugal	N/C	hemorragia pulmonar	02.02.1867	Sep. 422 Entre Muros
11421	Manoel Gomes da Silva	30 a	s	Portugal	N/C	desinteria	06.03.1867	Campo Santo Sep. 506
11445	Manoel Gonçalves Lomba	Ig	N/C	Portugal	N/C	cólera morbus	10.03.1867	Campo Santo Carneira 1
11468	Antonio José de Oliveira David	55 a	c	Portugal	N/C	gastroenterites	12.03.1867	Campo Santo Carneira 1
11490	Victorino (sem registro do sobrenome)	50 a	N/C	Portugal	patrão e dono do lanchão Flor do Rio Pardo	moléstia reinanate	14.03.1867	Sep. 483 Entre Muros
11501	Antonio dos Santos Maura	80 a	N/C	Portugal	N/C	cólera morbus	14.03.1867	Sep. 486 Entre Muros
11505	Miguel Moreira da Roza	50 a	c	Portugal	N/C	cólera morbus	15.03.1867	Sep. 487 Entre Muros
11555	Joaquim Marques Nogueira	75 a	s	Portugal	N/C	cólera morbus	18.03.1867	Sep. 500 Entre Muros
11574	Custodio Gonçalves da Silva	87 a	v	Portugal	N/C	tifo abdominal	20.03.1867	Cat. 135 2ª ordem
11583	Bernardino José da Costa	30 a	s	Portugal	N/C	gastroenterites	20.03.1867	Sep. 510 Entre Muros
11594	Antonio Teixeira Pinto	24 a	c	Portugal	N/C	cólera morbus	21.03.1867	Sep. 514 Entre Muros

11603	Rita Josepha Leocadia	36 a	c	Portugal	N/C	cólera morbus	23.03.1867	Sep. 521 Entre Muros
11631	Maria Pereira Rodrigues	32 a	s	Portugal	N/C	congestão cerebal	26.03.1867	Cat. 136 1ª ordem
11712	João Justiniano	40 a	N/C	Portugal	N/C	cólera morbus	15.04.1867	Sep. 554 Entre Muros
11716	Francisco Bonifacio A. Ferreira	63 a	s	Portugal	N/C	desinteria na Santa Casa	16.04.1867	Campo Santo Carneira 3
11724	Joaquim de Freitas Falcão	60 a	s	Portugal	N/C	paralisia	18.04.1867	Sep. 559 Entre Muros
11736	**Matheos Gonçalves**	**72 a**	**c**	**Ilha Terceira**	**N/C**	**inflamação na bexiga na SC**	**24.04.1867**	**Campo Santo Carneira 3**
11744	José Antonio Monteiro	30 a	s	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração na SC	28.04.1867	Campo Santo Sep. 513
11758	Antonio Gomes Cardoso	56 a	c	Portugal	N/C	afecção orgânica do coração	07.05.1867	Sep. 574 Entre Muros
11771	Manoel Joaquim Vidal	27 a	s	Portugal	N/C	hemorragia pulmonar	10.05.1867	Sep. 583 Entre Muros
11783	Manoel Joaquim da Costa Guimarães	34 a	c	Portugal	N/C	hepatoenterites	18.05.1867	Sep. 589 Entre Muros
11785	Manoel Antonio de Oliveira Paiva	76 a	c	Portugal	N/C	cólera	19.05.1867	Sep. 590 Entre Muros
11796	Manoel Antonio Pereira Bahia	30 a	c	Portugal	N/C	tísica pulmonar	26.05.1867	Sep. 597 Entre Muros
11812	Francisco José Ferreira Coelho	38 a	c	Portugal	N/C	diarréia na Santa Casa	03.06.1867	Campo Santo Sep. 560
11818	Antonio Gonçalves	22 a	s	Portugal	marinheiro	cólera morbus na Santa Casa	04.06.1867	Campo Santo Sep. 567
11821	Manoel Joaquim de Castro	99 a	c	Portugal	N/C	tísica pulmonar	06.06.1867	Campo Santo Sep. 572
11844	Francisco Antonio Nunes	98 a	v	Portugal	N/C	amolecimento do cérebro	24.06.1867	Sep. 625 Entre Muros
11855	Manoel Ferreira Coelho	70 a	c	Portugal	N/C	bronquite-hepatite	02.07.1867	Sep. 630 Entre Muros
11856	José Antonio Ribeiro Porto	54 a	v	Portugal	N/C	alienação mental	03.07.1867	Sep. 631 Entre Muros
11887	Manoel Domingos Mariz	70 a	s	Portugal	N/C	hidropericardite	23.07.1867	Sep. 648 Entre Muros
11900	Antonio dos Santos Silva	60 a	c	Portugal	N/C	aneurisma	03.08.1867	Sep. 655 Entre Muros
11983	Eugenio José de Freitas Guimarães	60 a	c	Portugal	N/C	erisipela	28.09.1867	Sep. 697 Entre Muros

11985	José da Silva Ribeiro	28 a	s	Portugal	N/C	tifo	28.09.1867	Sep. 198 Entre Muros
12000	Manoel Alves da Silva	53 a	s	Portugal	carpinteiro	pleurodinia	04.10.1867	Campo Santo Sep. 684
12011	Manoel dos Santos da Gama de Saldanha Obs: cor preta	46 a	s	Portugal	sapateiro	hepatite crônica	13.10.1867	Sep. 713 Entre Muros
12151	Joaquim José Ribeiro	57 a	s	Portugal	N/C	diarréia na Santa Casa	23.12.1867	Sep. 766 Entre Muros
12152	**Maria Roza Joaquina**	**60 a**	**v**	**Dos Açores**	**N/C**	**hidropisia**	**24.12.1867**	**Sep. 794 Entre Muros**
12174	Joaquim da Silva Barboza	33 a	c	Portugal	negociante	enteroperitonite aguda	05.01.1868	Cat. 173 1ª ordem
12229	Francisca Joaquina de Campos	80 a	v	Portugal	N/C	diarréia	04.02.1868	Sep. 636 Entre Muros
12234	Bonifacio Rodriges de Oliveira	60 a	c	Portugal	N/C	diarréia na Santa Casa	07.02.1868	Sep. 840 Entre Muros
12237	Manoel Ferreira	97 a	c	Lisboa	N/C	velhice	07.02.1868	Campo Santo Sep. 815
12245	Francisco José de Medeiros	37 a	c	Portugal	N/C	haemetemisis	11.02.1868	Sep. 848 Entre Muros
12255	Custodio Teixeira de Lemos	55 a	s	Portugal	N/C	hemiplegia	20.02.1868	Sep. 853 Entre Muros
12260	Antonio Luiz de Aguiar (filho de João Luiz de Aguiar)	42 a	N/C	Lisboa	carpinteiro preso civil	hipertrofia do coração	24.02.1868	Campo Santo Sep. 831
12271	Joaquim Gonçalves dos Santos	38 a	s	Portugal	N/C	congestão pulmonar	28.02.1868	Sep. 859 Entre Muros
12275	Manoel Marcellino da Cruz	54 a	s	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	03.03.1868	Sep. 863 Entre Muros
12284	José Gonçalves Viana	60 a	s	Portugal	N/C	ferida incisa	07.03.1868	Sep. 868 Entre Muros
12297	José Marques de Figueiredo	66 a	s	Portugal	N/C	tifo abdominal	22.03.1868	Cat. 144 2ª ordem
12302	José Joaquim da Silva Gomes Obs: Irmão nº 6 da ISMA	36 a	c	Portugal	N/C	hemoptises	24.03.1868	Cat. 173 2ª ordem, da ISMA
12307	Antonio Joaquim da Silva Maia	80 a	c	Portugal	doutor em leis	apoplexia	28.03.1868	Cat. 145 1ª ordem
12332	Felippe Fernando Porto	22 a	s	Portugal	N/C	tísica	09.04.1868	Sep. 895 Entre Muros

12365	Manoel André do Rego	45 a	s	Portugal	N/C	tifo na Santa Casa	03.05.1868	Campo Santo Sep. 914
12397	Maria da Purificação Brito Rodrigues	64 a	v	Portugal	N/C	congestão cerebral	05.06.1868	Sep. 923 Entre Muros
12407	José Lopes da Silva	80 a	s	Portugal	N/C	afecção tuberculosa pulmonar	15.06.1868	Sep. 925 Entre Muros
12428	Antonio Ribeiro Coelho	68 a	c	Lisboa	N/C	congestão cerebral	01.07.1868	Sep. 931 Entre Muros
12488	João José Vieira Obs: Irmão nº 6 da ISMA	73 a	c	Portugal/ brasileiro	capitão de navio	pneumonia	07.08.1868	Cat. 176 da ISMA
12491	Joaquim José Godinho Obs: Irmão nº 17 da ISMA	76 a	c	Portugal	N/C	hipertrofia do coração	09.08.1868	Cat. 174 da ISMA
12496	**Aurea Lauriana de Jesus**	**80 a**	**v**	**Das ilhas dos Açores**	**N/C**	**gastroenterites**	**12.08.1868**	**Sep. 963 Entre Muros**
12535	José Ferreira da Silva	40 a	v	Portugal	N/C	asthema	11.09.1868	Campo Santo Sep. 1047
12542	Janoario de Souza Neves	17 a	s	Portugal	N/C	vôlvulo	14.09.1868	Sep. 980 Entre Muros
12544	Guilherme José Lisboa	57 a	s	Portugal	N/C	gastrohepatite	14.09.1868	Campo Santo Sep. 1057
12545	Francisco Fernandes de Souza	81 a	v	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	15.09.1868	Campo Santo Sep. 1056
12548	Gaspar Mendes Pereira	68 a	s	Portugal	N/C	tifo	17.09.1868	Sep. 983 Entre Muros
12549	**João Antonio de Medeiros**	**94 a**	**v**	**Das ilhas**	**N/C**	**velhice**	**17.09.1868**	**Cat. 133 3ª ordem**
12576	José Rodrigues Pinto	50 a	c	Portugal	N/C	hipertrofia do coração na SC	06.10.1868	Campo Santo Sep. 1082
12611	Franxisco de Lemos Pinto	84 a	c	Portugal/ brasileiro	N/C	gastrite aguda	02.11.1868	Cat. 149 1ª ordem
12613	Francisco Baptista	44 a	c	Portugal	N/C	tísica pulmonar	06.11.1868	Sep. 13 Entre Muros
12616	Henriques José Corrêa da Silva Braga	53 a	c	Portugal	N/C	hipertrofia do coração	06.11.1868	Cat. 149 2ª ordem
12631	Gregorio José Fragoso	70 a	N/C	Portugal	N/C	contusões	17.11.1868	Sep. 23 Entre Muros
12643	Manoel Gonçalves Cruz Obs: Irmão nº 30 da ISMA	64 a	c	Portugal	N/C	hidropisia	28.11.1868	Cat. 178 2ª ordem da ISMA
12651	Luiz Antonio Rodrigues Principe	40 a	s	Portugal	N/C	diarréia na Santa Casa	04.12.1868	Sep. 30 Entre Muros

12674	Joaquim José da Silva Porto	70 a	c	Portugal	N/C	tísica pulmonar	17.12.1868	Sep. 42 Entre Muros
12677	Francisco José Moreira	72 a	v	Portugal	negociante	tifo	20.12.1868	Cat. 46 2ª ordem
12709	**Maria Bazilia da Silva Obs: Irmã nª 38 da I. São Miguel e Almas**	**114 a**	**s**	**De uma das ilhas portuguesas**	**N/C**	**velhice**	**10.01.1869**	**Cat. 179 2ª ordem da ISMA**
12725	José da Silva (filho de Antonio da Silva)	23 a	s	Portugal	pedreiro	feridas penetrantes no baixo ventre (na cadeia da cidade)	14.01.1869	Sep. 65 Entre Muros
12739	João Nunes da Silva	70 a	s	Portugal	N/C	pneumonia	25.01.1869	Sep. 73 Entre Muros
12755	João Borges	36 a	s	Portugal	marinheiro	congestão	04.02.1869	Sep. 80 Entre Muros
12787	José Luiz do Valle Obs: Irmão nº 43 da ISMA	46 a	c	Portugal	N/C	apoplexia cerebral	22.02.1869	Cat. 180 2ª ordem da ISMA
12802	Joaquim Alves Freixo	35 a	c	Portugal/ brasileiro	N/C	pleuropneumonia	01.03.1869	Sep. 104 Entre Muros
12806	Custodio de Souza e Silva	40 a	s	Portugal	N/C	cistite	06.03.1869	Sep. 107 Entre Muros
12865	Antonio Joaquim Ferreira Maia	50 a	v	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	08.04.1869	Sep. 139 Entre Muros
12908	José Soares Pinto Obs: Irmão nº 53 da ISMA	49 a	c	Portugal	N/C	amolecimento cerebral	30.04.1869	Cat. 182 1ª ordem da ISMA

Obs.: O Códice contém 1.787 registros de óbitos. Destes, 94 são portugueses; cinco (5) se declararam açorianos.

LIVRO Nº 8 DE ÓBITOS DO CEMITÉRIO DA SANTA CASA MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE - Do óbito nº 12.923 (09.05.1869) ao de nº 14.092 (15.01.1871)

Nº	Nome	Idade	Est. Civ	Nacionalidade	Profissão	Causa mortis	Data sepult.	Local de sepult.
12954	Daniel Fernandes Magalhães	35 a	c	Portugal	N/C	congestão cerebral SC	20.05.1869	Campo Santo Sep. 1282
12962	**José da Rosa Martins**	**39 a**	**c**	**Ilha do Fayal**	**N/C**	**bexigas confluentes**	**27.05.1869**	**Sep. 182 Entre Muros**
12981	João José de Barras	62 a	c	Portugal	N/C	pneumonia	06.06.1869	Sep. 195 Entre Muros
12995	Antonio Dias de Souza Obs: Irmão nº 58 da ISMA	64 a	s	Portugal	N/C	catarro pulmonar	15.06.1869	Cat. 183 1ª ordem da ISMA

13027	Manoel Ferreira Bastos	64 a	v	Portugal	N/C	pneumonia	01.07.1869	Sep. 216 Entre Muros
13032	José Pinto de Mattos	56 a	c	Portugal	N/C	congestão cerebral	02.07.1869	Sep. 221 Entre Muros
13034	José Custodio Gonçalves Moreira (filho de Mario Antonio Moreira)	30 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	02.07.1869	Sep. 222 Entre Muros
13056	Caetano de Freitas Paranhos Obs: Irmão nº 4 da ISB	68 a	c	Portugal	N/C	gastro -hepatite	13.07.1869	Sep. 234 da Irmandade de S. Bárbara
13063	João Gomes do Valle Quaresma	59 a	v	Portugal	N/C	pneumonia	19.07.1869	Sep. 235 Entre Muros
13067	Manoel Gonçalves Ferreira de Brito Obs: Irmão nº 64 da ISMA	70 a	c	Portugal	N/C	amolecimento cerebral	20-.07.1869	Cat. 183 3ª ordem da ISMA
13086	Francisco José da Costa Obs: Irmão nº 66 da ISMA	37 a	s	Portugal	negociante	hemoptise	30.07.1869	Cat. 185 2ª ordem da ISMA
13112	Germana (filha de João José Baptista)	05 a	-	Portugal	-	afecção verminosa	17.08.1869	Sep. 260 Entre Muros
13116	Francisco José Ferreira (filho de Francisco José Ferreira)	52 a	v	Portugal	N/C	febre perniciosa	21.08.1869	Sep. 261 Entre Muros
13129	Hermenegildo Francisco de Fonseca	36 a	c	Portugal	N/C	úlcera intestinal	09.08.1869	Sep. 169 Entre Muros
13131	Antonio Gomes Leal Obs: Irmão nº 71da ISMA	60 a	s	Portugal	N/C	apoplexia	31.08.1869	Cat. 184 3ª ordem da ISMA
13136	Manoel José da Silva	60 a	s	Portugal	N/C	hidropisia	05.09.1869	Sep. 273 Entre Muros
13144	Joaquim Fernandes de Almeida (filho de Antonio Ferreira de Almeida)	60 a	c	Portugal	N/C	anemia	14.09.1869	Sep. 277 Entre Muros
13152	Clara Delfina dos Santos Braga	42 a	v	Portugal	N/C	úlcera no estômago	24.09.1869	Cat. 73 2ª ordem
13183	Joaquim José Pinto	69 a	s	Portugal	major reformado	hemoptise	21.10.1869	Sep. 298 Entre Muros

13196	João Rodrigues Neves	80 a	v	Portugal	N/C	pneumonia na SC	30.10.1869	Campo Santo Sep. 1451
13205	José Alves Pinheiro	36 a	s	Portugal	N/C	meningo encefalite	05.11.1869	Cat. 153 2ª ordem
13.214	José Pinto Ribeiro de Avellar	64 a	s	Portugal	N/C	fístula	13.11.1869	Sep. 311 Entre Muros
13216	Domingos Moreira da Rosa Obs: Irmão nº 81 da ISMA	50 a	s	Portugal	N/C	diarréia	12.11.1869	Cat. 185 2ª ordem da ISMA
13250	José Alves Bastos Obs: Irmão nº 9 da ISB	69 a	c	Portugal	N/C	adeno-linfatite	01.12.1869	Sep. 332 da ISB
13.307	Manoel Antonio Napier de Araujo	42 a	v	Portugal	N/C	pneumonia	25.12.1869	Cat. 191 da ISMA
13367	Ludovico Enne Homen da Costa	70 a	c	Portugal/ brasileiro	tenente de Linha	gangrena senil	24.01.1870	Sep. 402 Entre Muros
13389	Antonio Rodrigues	23 a	s	Portugal	N/C	gastrohepatite na SC	05.02.1870	Campo Santo Sep. 1546
13411	Manoel Domingos da Costa	64 a	c	Portugal	N/C	hipertrofia do coração	14.02.1870	Cat. 11 1ª ordem
13421	José Maria Ramalho	72 a	c	Portugal/ brasileiro	N/C	congestão cardíaca	19.02.1870	Cat. 186 2ª ordem da ISMA
13434	Antonio Joaquim Ferreira Robalo	38 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	26.02.1870	Sep. 436 Entre Muros
13456	José Joaquim Leite de Castro	78 a	c	Portugal/ brasileiro	N/C	desinteria	08.03.1870	Cat. 159 2ª ordem
13465	Manoel Alves da Silva	39 a	v	Portugal	N/C	derramamento cerebral	11.03.1870	Sep. 452 Entre Muros
13490	Rodrigo Ribeiro de Almeida	48 a	s	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	23.03.1870	Cat. 187 3ª ordem
13500	Antonio José Meirelles Obs: Irmão 103 da ISMA	49 a	s	Portugal	N/C	de repente	28.03.1870	Cat. 189 da ISMA
13545	Manoel Joaquim de Souza Junqueira	81 a	c	Portugal/ brasileiro	N/C	paralisia	19.04.1870	Cat. 159 1ª ordem
13572	José Francisco da Silva Motta	31 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar	01.05.1870	Campo Santo Sep. 1642
13580	Carolina Amália de Castro	38 a	c	Portugal	N/C	anemia	07.05.1870	Sep. 517 Entre Muros
13606	João da Silva Maia	50 a	c	Portugal	N/C	tísica	19.05.1870	Sep. 528 da ISB

13618	Francisco José Alves Galvão	43 a	s	Portugal	N/C	encefalite	26.05.1870	Sep. 535 Entre Muros
13620	Joaquim Gomes dos Santos Aldea	58 a	c	Portugal	N/C	apoplexia cerebral	28.05.1870	Cat. 191 da ISMA
13628	Antonio Martins Louenço	72 a	s	Portugal	N/C	tifo	31.05.1870	Sep. 540 Entre Muros
13638	João Thomaz Cantuario Obs: Irmão nº 115 da ISMA	68 a	c	Ilha da Madeira/ brasileiro	N/C	embaraço cardíaco	08.06.1870	Cat. 192 2ªordem da ISMA
13648	Alexanda Loureiro da Fonseca Dias	35 a	c	Portugal	N/C	hidropisia	17.06.1870	Sep. 554 Entre Muros
13682	Francisco José dos Santos	70 a	s	Portugal	N/C	apoplexia cerebral	05.07.1870	Sep. 565 Entre Muros
13710	Clara da Costa Moreira	50 a	s	Portugal	N/C	hepatite crônica	17.07.1870	Cat. 194 3ª ordem
13750	José André da Silva	54 a	c	Portugal	N/C	tísica	02.08.1870	Cat. 194 1ª ordem
13817	Manoel Antonio Soares	76 a	c	Portugal	N/C	pneumonia	05.09.1870	Sep. 623 Entre Muros
13848	Caetano da Silva Porto Obs: Irmão nª 130 da ISMA	42 a	c	Portugal	N/C	paralisia	22.09.1870	Cat. 195 1ª ordem da ISMA
13861	Maria Joaquina da Cruz	76 a	v	Portugal	N/C	desinteria	25.09.1870	Cat. 195 2ª ordem
13869	Antonio José da Coita	21 a	s	Portugal	N/C	varíola confluentes	01.10.1870	Sep. 651 Entre Muros
13874	José Joaquim Ferreira da Rocha	46 a	v	Portugal	N/C	cancro	05.10.1870	Sep. 155 Entre Muros
13910	Joaquim Ferreira (filho de Antonio Fereira)	24 a	s	Portugal	N/C	tétano traumático	22.10.1870	Campo Santo Sep. 1849
13922	José Maria Rodrigues	60 a	c	Portugal/ brasileiro	N/C	hematemisis	28.10.1870	Sep. 668 Entre Muros
13926	Manoel da Rocha	62 a	s	Portugal	N/C	estreitamento válvula do coração	28.10.1870	Sep. 679 Entre Muros
13958	Antonio Rodrigues Fernandes	45 a	c	Portugal	N/C	consupção	16.11.1870	Cat. 91 2ª ordem
14008	José Maria da Piedade	38 a	c	Portugal	N/C	desinteria	09.12.1870	Sep. 718 Entre Muros
14036	Margarida Gomes Silva	50 a	v	Portugal	N/C	hemorragia	19.12.1870	Cat. 3 2ª ordem
14052	Antonio Alves Cordeiro	48 a	s	Portugal	N/C	hematemisis	25.12.1870	Sep. 743 Entre Muros

Obs.: O Códice contém 1.170 registros de óbitos. Destes 59 são portugueses; um (1) se declarou açoriano e um da ilha da Madeira.

LIVRO Nº 9 DE ÓBITOS DO CEMITÉRIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE - Do óbito nº 14.095 (15.01.1871) ao de nº 15.292 (18.08.1872)

Nº	Nome	Idade	Est. Civ.	Nacionalidade	Profissão	Causa mortis	Data sepult.	Local sepult.
14100	Libana do Nascimento de Jesus	44 a	c	Portugal	N/C	hepatite crônica	20.01.1871	Sep. 770 Entre Muros
14109	Manoel Marques dos Santos Obs: Irmão da ISMA	48 a	c	Portugal	N/C	apoplexia cerebral	25.01.1871	Sep. 773 Entre Muros
14127	João Henriques Marques	75 a	s	Portugal	N/C	meningite cerebral	01.02.1871	Cat. 91 3ª ordem
14148	Manoel de Oliveira Costa Bahia	38 a	s	Portugal	N/C	febre tifóide	09.02.1871	Sep. 792 Entre Muros
14211	Claudino José da Silva	20 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	10.03.1871	Sep. 828 Entre Muros
14212	José Antonio Ribeiro Alvares	46 a	c	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	10.03.1871	Sep. 827 Entre Muros
14232	José Francisco da Silva	98 a	c	Portugal	N/C	congestão cerebral	21.03.1871	Sep. 838 Entre Muros
14233	José Antonio Pinho	38 a	s	Portugal	N/C	apoplexia fulminante	22.03.1871	Sep. 839 Entre Muros
14236	Antonio Joaquim Dias Campos Obs: Irmão nº 159 da ISMA	30 a	s	Portugal	N/C	degenerência do baço	24.03.1871	Cat. 173 1ª ordem da ISMA
14337	Antonio Francisco da Silva Sauto	78 a	c	Portugal	N/C	apoplexia fulminante	24.03.1871	Cat. 161 3ª ordem
14249	Dionisio de Oliveiro Silveiro	68 a	c	Portugal	doutor	apoplexia fulminante	29.03.1871	Cat. 162 2ª ordem
14284	Antonio Ignacio da Silveira	73 a	s	Portugal	N/C	hepatite crônica	18.04.1871	Sep. 854 Entre Muros
14354	Joaquim Manoel dos Santos	13 a	s	Portugal	N/C	tifo	06.06.1871	Sep. 890 Entre Muros
14359	Maria José de Miranda Obs: Irmão nº 166 da ISMA	61 a	v	Portugal	N/C	bronco pneumonia	07.06.1871	Cat. 96 1ª ordem da ISMA
14399	Alvaro Martins de Castro (filho de Manoel Martins Ferreira	22 a	s	Portugal	N/C	hemoptises	25.06.1871	Sep. 907 Entre Muros
14417	José Francisco Serpa	55 a	c	Portugal	N/C	consumpção	06.07.1871	Sep. 914 Entre Muros
14425	José Joaquim da Rocha	72 a	c	Portugal	N/C	úlcera cangrosa	10.07.1871	Cat. 169 1ª ordem

14430	Domingos José Ribeiro Alvares	62 a	v	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	13.07.1871	Sep. 423 Entre Muros
14515	João da Cunha Lobo Barreto	76 a	c	Portugal	major	cistite	22.08.1871	Cat. 107 1ª ordem
14525	João José de Carvalho	62 a	s	Portugal	N/C	hidropisia	27.08.1871	Cat. 15 3ª ordem
14538	Antonio Guedes de Sá	69 a	c	Portugal	N/C	peritonite	04.09.1871	Sep. 970 Entre Muros
14565	Manoel de Oliveira Soares	31 a	c	Portugal	N/C	de repente	21.09.1871	Sep. 988 Entre Muros
14580	Luiz da Silva Santos	48 a	c	Portugal	N/C	consumpção na SC	27.09.1871	Campo Santo Sep. 1871
14596	José Vicente Ferreira	60 a	c	Portugal	N/C	bronquite	07.10.1871	Cat. 139 1ª ordem
14683	Antonio Joaquim da Silva	30 a	s	Portugal	N/C	desinteria	21.11.1871	Sep. 45 Entre Muros
14722	Antonio Fernandes dos Reis	82 a	c	Portugal	N/C	velhice	05.12.1871	Sep. 64 Entre Muros
14737	Gaspar José de Campos	38 a	c	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	11.12.1871	Sep. 75 Entre Muros
14756	Hipólito José Rodrigues	80 a	N/C	Portugal/ brasileiro	capitão reformado	tifo	18.12.1871	Sep. 86 Entre Muros
14770	Joaquim José de Souza Obs: Irmão nº 195 da ISMA	50 a	c	Portugal	N/C	hidropisia	24.12.1871	Cat. 175 2ª ordem da ISMA
14800	Antonio de Miranda Lopes	25 a	c	Portugal	N/C	tifo	07.01.1872	Sep. 114 Entre Muros
14802	José Francisco dos Santos	65 a	c	Portugal/ brasileiro	N/C	lesão orgânica do coração	10.01.1872	Cat. 131 1ª ordem
14807	Antonio José Correa Ramos	50 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar na SC	11.01.1872	Campo Santo Sep. 388
14842	Antonio Francisco da Silva	70 a	s	Portugal	N/C	apoplexia cerebral	22.01.1872	Cat. 200 1ª ordem
14958	Luiz Pereira da Silva Obs: Irmão nº 215 da ISMA	49 a	v	Portugal	N/C	carbúnculo	13.03.1872	Cat. 178 1ª Ordem ISMA
14965	Caetano José Antonio	52 a	v	Portugal	N/C	tísica pulmonar na SC	18.03.1872	Campo Santo Sep. 456
14985	Luiz Pinto de Souza	23 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar na SC	27.03.1872	Campo Santo Sep. 1872
15025	Antonio Thomaz Xavier	30 a	c	Portugal	N/C	úlcera intestinal	17.04.1872	Campo Santo Sep. 494
15033	Pedro Fernandes Teixeira	44 a	v	Portugal	N/C	desinteria	19.04.1872	Sep. 226 Entre Muros
15043	Antonio Henriques da Fonseca	65 a	c	Portugal	N/C	congestão cerebral	23.04.1872	Cat. 73 1ª ordem
15061	Bernardo José Fernandes Lima	42 a	c	Portugal	N/C	desinteria	20.04.1872	Sep. 240 Entre Muros

15073	Carlos Martins Vianna	70 a	v	Portugal	N/C	consumpção na Santa Casa	05.05.1872	Campo Santo Sep. 516
15142	Anna Emilia de Campo Ribeiro	68 a	v	Portugal	N/C	cálculos vericais	07.06.1872	Cat. 7 2ª ordem
15147	Francisco Ventura Perfeito	53 a	s	Portugal	N/C	derramento cerebral	08.06.1872	Cat. 8 2ª ordem
14150	José Pinto Bastos	66 a	s	Portugal	N/C	pneumonia	10.06.1872	Sep. 284 Entre Muros
14151	João Rodrigues de Oliveira Castro	36 a	s	Portugal	N/C	hipertrofia do coração	10.06.1872	Cat. 23 3ª ordem
14153	João de Oliveira Cacique	74 a	c	Portugal	N/C	pneumonia	11.06.1872	Sep. 287 Entre Muros
15203	Bernardo Antonio da Miranda	76 a	s	Portugal/ brasileiro	N/C	paralisia geral	08.07.1872	Sep. 309 Entre Muros
15205	José Vieira da Silva	34 a	s	Portugal	N/C	hepatite	09.07.1872	Sep. 311 Entre Muros
15233	Domingos José Nogueira	76 a	c	Portugal	N/C	válvulo	25.07.1872	Sep. 322 Entre Muros
15267	José Raposo de Faria	33 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar	08.08.1872	Sep. 338 Entre Muros
15.277	Miguel Francisco dos Santos Obs: Irmão nº 120 da ISB	32 a	c	Portugal	N/C	hemoptise	12.08.1872	Sep. 342 da ISB

Obs.: O Códice contém 1198 registros de óbitos. Destes, 51 são portugueses; nenhum se declarou açoriano.

LIVRO Nº 10 DE ÓBITOS DO CEMITÉRIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRIA DE PORTO ALEGRE - Do óbito nº 15.293 (18.08.1872) ao de nº 16.444 (19.12.1873)

Nº	Nome	Idade	Est Civ	Naciona lidade	Profissão	Causa mortis	Data sepult.	Local sepult.
15.295	Francisco Leite da Veiga Cabral Obs: Irmão nº 238 ISMA	68 a	N/C	Portugal	N/C	amolecimento cerebral	19.08.1872	Cat. 177 2ª ordem ISMA
15330	Paulino Antonio de Oliveira	52 a	s	Portugal	N/C	congestão cardíaca	07.09.1872	Sep. 367 Entre Muros
15361	Francisco José de Oliveira	55 a	c	Portugal	N/C	diarréia	22.09.1872	Sep. 383 Entre Muros
15372	João de Souza Pauperio Obs: Irmão nº 247 ISMA	52 a	c	Portugal	N/C	alienação mental	27.09.1872	Cat. 198 3ª ordem ISMA
15390	Ricardo Lopes de Souza	54 a	s	Portugal	N/C	ferimento do cérebro	30.09.1872	Sep. 395 Entre Muros
15393	Antonio Coelho Teixeira da Silva Obs: Irmão nº 249 da ISMA	42 a	c	Portugal	N/C	astma	02.10.1872	Cat. 200 2ª ordem da ISMA

15414	Henriques José Teixeira Guimarães Irmão nº 253 ISMA	27 a	s	Portugal	N/C	ferida penetrante do fígado	14.10.1872	Cat. 184 1ª ordem ISMA
15423	Manoel Fernandes da Cruz	27 a	s	Portugal	N/C	tísica	19.10.1872	Sep. 412 Entre Muros
15459	Francisco Joaquim de Oliveira	35 a	s	Portugal	negociante	apoplexia fulminante	04.11.1872	Cat. 110 3ª ordem
15463	Lopo Gonçalves Bastos Obs: foi Provedor da ISCMPA e sua residência/ solar é sede do Museu de Porto Alegre	72 a	c	Portugal/ brasileiro	negociante	ictirícia	06.11.1872	Cat. 48 1ª ordem
15467	Antonio Ribeiro da Silva	64a	v	Portugal/ brasileiro	negociante	apoplexia cerebral	08.11.1872	Cat. 68 1ª ordem
15483	Antonio Maria de Vasconcellos	39 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar na SC	12.11.1872	Campo Santo Sep. 701
15487	José Antonio Barreiros Obs: Irmão nº 257 da ISMA	63 a	v	Portugal/ brasileiro	N/C	hidropisia	13.11.1872	Cat. 205 1ª ordem ISMA
15498	João Manoel da Motta	32 a	s	Portugal	N/C	infiltração de urina	17.11.1872	Sep. 447 Entre Muros
15503	Gaspar Pereira Vianna	56 a	c	Portugal	N/C	hepatite crônica	19.11.1872	Sep. 451 Entre Muros
15516	Guilherme Francisco da Costa	28 a	c	Portugal	N/C	hepatopericardite	22.11.1872	Sep. 460 Entre Muros
15552	Antonio de Oliveira	36 a	s	Portugal	N/C	pleuro pneumonia	07.12.1872	Campo Santo Sep. 730
15556	José Francisco da Silva	64 a	v	Portugal	N/C	desinteria	10.12.1872	Sep. 482 Entre Muros
15561	José Alves da Silva Soares	30 a	c	Portugal	N/C	abcesso no fígado	11.12.1872	Sep. 486 Entre Muros
15566	Luiz Antonio de Almeida	21 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar na SC	14.12.1872	Campo Santo Sep. 733
15581	Lourenço da Costa Santos	28 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar na SC	23.12.1872	Sep. 499 Entre Muros
15588	José Dias da Silva	27 a	c	Portugal	mestre pedreiro	comoção cerebral	25.12.1872	Cat. 118 2ª ordem
15629	José Maria Alves	lg	s	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	05.01.1873	Campo Santo Sep. 766
15661	Antonio Alves Alfama	22 a	s	Portugal	pedreiro	diarréia na Santa Casa	20.01.1873	Sep. 537 Entre Muros
15665	Manoel da Costa Pinto	74 a	s	Portugal	N/C	velhice na Santa Casa	21.01.1873	Campo Santo Sep. 789
15750	Augusta Candida de Azevedo	29 a	c	Portugal	N/C	tísica pulmonar	18.02.1873	Sep. 588 Entre Muros
15758	José Amaro de Barros	56 a	s	Portugal	N/C	peritonites	20.02.1873	Cat. 116 2ª ordem
15764	Francisco Nunes Coimbra	73 a	c	Portugal/ brasileiro	N/C	marasmo	24.02.1873	Cat. 113 1ª ordem

15777	José Pedro da Silva Obs: Irmão nº 272 da ISMA	60 a	s	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	27.02.1873	Cat. 186 1ª ordem da ISMA
15809	Joaquim Ferreira da Silva Obs: Irmão nº 274 ISMA	70 a	s	Portugal	N/C	cistite	13.03.1873	Cat. 187 2ª ordem da ISMA
15815	Agostinho de Almeida Freitas	61 a	v	Portugal	N/C	congestão cerebral	16.03.1873	Cat. 202 2ª ordem
15850	Manoel Mendes do Rego	60 a	s	Portugal	N/C	hidropisia	30.03.1873	Cat. 143 2ª ordem
15898	Antonio de Aguiar	90 a	v	Ilha de São Miguel/ brasileiro	N/C	velhice	20.04.1873	Sep. 666 Entre Muros
15929	Elizio Antonio da Costa	30 a	s	Portugal	N/C	gastrite	04.05.1873	Sep. 681 Entre Muros
15948	Antonio Francisco dos Santos	50 a	c	Portugal	N/C	embaraço venticular	12.05.1873	Sep. 690 Entre Muros
15970	Antonio Pinto de Araujo Corrêa Obs: Irmão nº 283 da ISMA	80 a	c	Portugal/ brasileiro	brigadeiro de 1ª Linha	consumpção	20.05.1873	Cat. 204 2ª ordem da ISMA
15997	Domingos Francisco da Silva	39 a	c	Portugal	N/C	hemorragia pulmonar	05.06.1873	Cat. 107 2ª ordem
16010	Agostinho de Souza Ramos	35 a	s	Portugal	marinheiro	úlcera escorbútica	09.06.1873	Campo Santo Sep. 947
16042	José Maria de Almeida	60 a	c	Portugal	N/C	pneumonia	24.06.1874	Campo Santo Sep. 971
16047	Francisco Ignacio Fernandes	45 a	s	Portugal	N/C	volvus	26.06.1873	Sep. 737 Entre Muros
16053	Luiz Pereira da Cunha	96 a	s	Portugal	N/C	velhice	27.06.1873	Sep. 741 Entre Muros
16055	Francisco Rodrigues	56 a	s	Portugal	N/C	hepatite crônica na SC	27.06.1873	Campo Santo Sep. 978
16059	João Barbosa	27 a	s	Portugal	N/C	N/C causa, na SC	30.06.1873	Campo Santo Sep. 980
16061	Constantino José	84 a	s	Portugal	N/C	caquexia corbática	02.07.1873	Sep. 745 Entre Muros
16063	André Pilla Pinheiro Obs: Irmão nº 288 ISMA	63 a	c	Portugal	N/C	astema	03.07.1873	Cat. 202 2ª ordem da ISMA
16065	Luiz Francisco de Andrade	44 a	c	Portugal	N/C	anazarca	05.07.1873	Sep. 746 Entre Muros
16066	Clemente José da Rocha	86 a	N/C	Portugal	N/C	atonia	05.07.1983	Sep. 747 Entre Muros
16079	Manoel José Figueiró	72 a	v	Portugal	N/C	enterocolite	09.07.1873	Sep. 755 Entre Muros
16086	Bernardino Luiz Pereira Louzada	45 a	c	Portugal	N/C	apoplexia fulminante	12.07.1873	Sep. 760 Entre Muros

16094	Francisco Ferreira da Silva Limoeiro Obs: Irmão nº 167 da ISB	33 a	c	Portugal	N/C	estreitamento do ventrículo	14.07.1873	Sep. 766 da ISB
16108	Theodoro José Pereira	26 a	N/C	Portugal	N/C	apoplexia por submersão	21.07.1873	Sep. 772 Entre Muros
16165	José Francisco Leal Irmão nº 296 da ISMA	72 a	c	Portugal	N/C	desinteria	17.08.1873	Cast. 207 3ª ordem da ISMA
16190	Francisco Antonio da Costa	56 a	s	Portugal	N/C	hepatite	29.08.1873	Sep. 812 Entre Muros
16198	João Julio Carneiro Barboza	71 a	s	Portugal/ brasileiro	N/C	tísica pulmonar	03.09.1873	Sep. 815 Entre Muros
16207	João Urbano Correa de Mello	50 a	cas	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	08.09.1873	Cat. 157 2ª ordem
16210	João Ribeiro de Souza Moura	48 a	cas	Portugal	N/C	aneurisma	10.09.1873	Sep. 822 Entre Muros
16296	Manoel Pereira dos Santos	40 a	sol	Portugal	N/C	hipertrofia do coração	18.10.1873	Sep. 861 entre muros
16308	Bento Marques	44 a	c	Portugal	N/C	úlceras intestinais	28.10.1873	Sep. 866 Entre Muros
16312	João Antonio Rodrigues Junior	50 a	c	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	31.10.1873	Cat. 144 2ª ordem
16323	**Francisco Silveira de Azevedo**	**96**	**cas**	**Ilhas de Portugal**	**N/C**	**velhice**	**02.02.1873**	**Sep. 766 Entre Muros**
16326	Ana Amália da Costa	77 a	v	Portugal	N/C	amoleci-mento cerebral	04.11.1873	Cat. 22 3ª ordem
16351	José Gomes de Oliveira	50 a	c	Portugal	N/C	laringite ulcerosa	14.11.1873	Sep. 884 Entre Muros
16413	Joaquim José de Oliveira Castro Obs: Irmão nº 312 da ISMA	70 a	v	Portugal/ brasileiro	N/C	enterocistite	09.12.1873	Cat. 208 1ª ordem da ISMA
16419	Antonio Francisco da Silva	33 a	s	Portugal	N/C	congestão cerebral	13.12.1873	Cat. 104 3ª ordem
16422	Francisco Ray -mundo da Silva (filho de Antonio Joaquim da Silva)	53 a	s	Portugal	N/C	cancro na língua na Santa Casa	15.12.1873	Campo Santo Sep. 156

Obs.: O Códice contém 1.152 registros de óbitos. Destes, 65 são portugueses; dois (2) se declararam açorianos.

LIVRO Nº 11 DE ÓBITOS DO CEMITÉRIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE - Do óbito nº 16.445 (19.12.1873) ao de nº 17.635 (19.11.1874)

Nº	Nome	Idade	Est. Civ.	Naciona lidade	Profissão	Causa mortis	Data sepult.	Local sepult.
16496	Manoel Soares Homem Irmão nº 190 ISB	25 a	c	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	09.01.1874	Sep. 968 da ISB
16554	Feleciano José	25 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar	29.01.1874	Campo Santo Sep. 1201
16585	Bernardo José Soares	85 a	v	Portugal/ brasileiro	major reformado	tuberculose pulmonar	08.02.1874	Cat. 107 2ª ordem
16588	Gertrudes Luduvina	30 a	c	Portugal	N/C	febre tífica	10.02.1874	Sep. 13 Entre Muros
16589	João Dias Moniz (filho de Manoel Dias)	54 a	v	Portugal	N/C	diarréia na Santa Casa	10.02.1874	Campo Santo Sep. 1223
16683	Manoel Martins de Abreu e Castro Obs: Irmão nº 325 da ISMA	34 a	s	Portugal	N/C	espasmo	16.03.1874	Cat. 211 1ª ordem da ISMA
16715	Antonio Vieira de Faria Obs: Irmão nº 328 da ISMA	45 a	c	Portugal	N/C	marasmo	24.03.1874	Cat. 211 3ª ordem da ISMA
16759	Bento Manoel Vellero ou Velloro Obs: Irmão nº 203 da ISB	50 a	c	Portugal	N//C	por ferimento de arma branca	03.04.1874	Sep. 93 da ISB
16868	Maria Pereira Martins Obs: Irmão nº 337 da ISMA	56 a	s	Portugal	N/C	erisipela	29.04.1874	Cat. 181 2ª ordem da ISMA
16875	Luiz Brandão	34 a	c	Portugal	N/C	varíola confluentes na SC	30.04.1874	Campo Santo Sep. 1361
16892	Ventura dos Santos Braga	39 a	s	Portugal	N/C	Varíola	04.05.1874	Campo Santo Sep. 1371
16895	Francisco Victorio Cardia	52 a	c	Portugal/ brasileiro	N/C	sem assistência médica	04.05.1874	Sep. 160 Entre Muros
16938	João Caetano	18 a	s	Lisboa	N/C	tifo na Santa Casa	17.05.1874	Campo Santo Sep. 1403
16942	Antonio Marques de Almeida	48 a	c	Portugal	N/C	congestão cerebral	18.05.1874	Sep. 182 Entre Muros
16984	Antonio de Oliveira Faria	45 a	c	Portugal	N/C	hipertrofia do coração na SC	25.05.1874	Campo Santo Sep. 1439
17029	João da Costa Paiva	46 a	c	Portugal	N/C	hipertrofia do coração	02.06.1874	Sep. 217 Entre Muros
17031	Albino Corrêa de Miranda	40 a	s	Portugal	N/C	varíola	02.06.1874	Sep. 218 Entre Muros
17034	Antonio da Silva Martins	17 a	s	Portugal	N/C	tifo no Lazareto de Varíola nº 13	02.06.1874	Campo Santo Sep. 1468
17064	Antonio Domingues da Costa	30 a	s	Portugal	N/C	tifo cerebral	08.06.1874	Sep. 232 Entre Muros

17069	Manoel Marques Ferreira Obs: Irmão nº 345 da ISMA	77 a	v	Portugal	N/C	apoplexia cerebral	09.06.1874	Cat. 190 2ª ordem da ISMA
17147	Manoel Lopes Duarte	lg	lg	Portugal	N/C	apoplexia fulminante	24.06.1874	Campo Santo Sep. 1539
17157	Antonio Alves da Silva	67 a	s	Portugal/ brasileiro	N/C	hidropericardite	26.06.1874	Cat. 161 3ª ordem
17160	Maria Libania de Castilho Maia	89 a	v	Portugal	N/C	velhice	27.06.1874	Cat. 145 1ª ordem
17211	Serafim Lopes	32 a	c	Portugal	N/C	bexigas	09.07.1874	Sep. 297 Entre Muros
17246	José Antonio Marques	21 a	s	Portugal	N/C	varíola	19.07.1874	Sep. 313 Entre Muros
17265	Antonio Rodrigues Teixeira	50 a	c	Portugal	N/C	hemorragia pulmonar	25.07.1874	Sep. 324 Entre Muros
17316	Manoel de Souza Ferraz	59 a	v	Portugal	N/C	apoplexia cerebral na SC	07.08.1874	Sep. 352 da ISB
17319	Joaquim Caetano Pinto	65 a	c	Portugal	negociante	derramamento cerebral	08.08.1874	Sep. 357 Entre Muros
17386	José de Oliveira Santos	42 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar na Santa Casa	26.08.1874	Campo Santo Sep. 1683
17479	José Soares Nogueira	50 a	s	Portugal	N/C	congestão cerebral	27.09.1874	Campo Santo Sep. 1709
17481	José Pereira da Silva Porto	67 a	v	Portugal	N/C	asfixia por estrangulação	28.09.1874	Cat. 190 2ª ordem
17491	Sebastião José Teixeira de Carvalho	53 a	c	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	30.09.1874	Sep. 425 Entre Muros
17535	Joaquim Gomes de Oliveira	26 a	c	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	18.10.1874	Sep. 451 Entre Muros
17569	**Anna da Silveira Azevedo**	**85 a**	**c**	**Ilha do Fayal**	**N/C**	**gastro malária**	**26.10.1874**	**Sep. 463 Entre Muros**
17573	Joaquim Gonçalves	28 a	v	Portugal	alferes do 12º Batalhão de Infantaria	tuberculose pulmonar	27.10.1874	Sep. 464 Entre Muros
17588	Jacintho José de Oliveira Obs: Irmão nº 367 da ISMA	80 a	v	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	31.10.1874	Cat. 190 2ª ordem da ISMA
17628	João Monteiro de Lacerda	80 a	v	Portugal	major reformado	peritonite	15.11.1874	Sep. 190 Entre Muros

Obs.: O Códice contém 1.191 registros de óbitos. Destes, 37 são portugueses; um (1) declarou ser açoriano.

Óbito 17042 de Crecência (2 anos), filha de Felicidade, escrava do açoriano (mestre de obras) João Baptista Soares de Silveira e Souza.

LIVRO Nº 12 DE ÓBITOS DO CEMITÉRIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRIDA DE PORTO ALEGRE - Do óbito nº 17.636 (19.11.1874) ao de nº 18.874 (05.01.1876)

Nº	Nome	Idade	Est. Civ.	Naciona dade	Profissão	Causa mortis	Data sepult.	Local sepult.
17661	Francisco Tavares	43 a	c	Portugal	N/C	tifo	29.11.1874	Sep. 503 Entre Muros
17.689	Manoel Rodrigues Vianna	28 a	s	Portugal	N/C	gastroenterites	09.12.1874	Campo Santo Sep. 1828
17.711	José Carvalho de Miranda	90 a	c	Portugal	N/C	velhice	15.12.1874	Cat. 48 2ª ordem
17732	José Fernandes dos Santos Pereira	82 a	c	Portugal	tenente coronel	apoplexia fulminante	19.12.1874	Cat. 173 2ª ordem
17758	Domingos Martins Ribeiro	50 a	c	Portugal	N/C	apoplexia fulminante	28.12.1874	Cat. 2ª ordem ISMA nº 173
17793	Francisco Coelho Daniel	N/C	N/C	Portugal	marinheiro do Patacho bras. Lynec (sic)	asfixia por submersão	10.01.1875	Campo Santo Sep. 1877
18875	Antonio Ferreira Nunes	37 a	c	Portugal	marinheiro	cistite na SC	06.02.1875	Campo Santo Sep. 1912
18006	Antonio Caniceiro da Costa	30 a	s	Portugal	N/C	diarréia na SC	27.03.1875	Campo Santo Sep. 1977
18038	João José Ferreira da Silva	64 a	c	Portugal	N/C	congestão cerebral	09.04.1875	Sep. 674 Entre Muros
18039	Manoel Carneiro da Silva	38 a	c	Portugal	N/C	varíola	10.04.1875	Campo Santo Sep. 1986
18.064	Domingos Antonio da Araujo	60 a	N/C	Portugal	N/C	sem assistência médica	23.04.1875	Campo Santo Sep. 2
18082	João Correia Dias	40 a	c	Portugal	N/C	tísica pulmonar	29.04.1875	Sep. 695 Entre Muros
18093	José Francisco Pereira	60a	c	Portugal	N/C	apoplexia	04.05.1875	Campo Santo Sep. 16
18097	Izabel Narciza de Bittencourt c/c Antonio Felix de Bittencourt	46 a	c	Portugal	N/C	febre cerebral	05.05.1875	Cat. 175 1ª ordem ISMA
18104	Bernardo José Ferreira da Silva	60 a	c	Portugal	N/C	anemia	08.05.1875	Cat. 197 1ª ordem ISMA
18140	Francisco Marques	72 a	s	Portugal	N/C	gastrohepatocolite	25.05.1875	Cat. 172 1ª ordem ISMA
18141	Antonio Francisco Pereira dos Santos	55 a	c	Portugal	comendador	congestão cerebral	25.05.1875	Cat. 168 2ªordem
18166	Anna Roza Gomes de Carvalho Irmã nº 402 da ISMA	80 a	v	Portugal	N/C	tifo	07.06.1875	Cat. 195 1ª ordem da ISMA
18247	Marianna da Costa Moreira Irmã nº 408 da ISMA	90 a	v	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	02.07.1875	Sep. 9 da ISMA
18278	Joaquim de Almeida	68 a	s	Portugal	N/C	diarréia na SC	12.07.1875	Campo Santo Sep. 119

18296	Manoel Francisco Moreira	81 a	v	Portugal	N/C	decrepitude	18.07.1875	Sep. 786 Entre Muros
18309	Antonio José de Moraes	82 a	N/C	Portugal/ brasileiro	médico	gastro enterites	20.07.1875	Sep. 794 Entre Muros
18312	João Correa Fontes	40 a	s	Portugal	N/C	congestão cerebral	20.07.1875	Sep. 792 Entre Muros
18335	Francisco José Bello	60 a	c	Portugal	negociante e Cônsul de Portugal	congestão cerebral	27.07.1875	Cat. Contribuintes nº 166 1ª ordem
18364	José Domingues da Silva Marques	64 a	s	Portugal	N/C	aneurisma	04.08.1875	Cat. 34 1ª ordem
18407	Manoel Tavares da Silva	32 a	c	Portugal	N/C	apoplexia	16.08.1875	Sep. 805 Entre Muros
18432	Francisco Monteiro da Rocha Silva	57 a	c	Portugal	N/C	apoplexia	22.08.1875	Sep. 852 da ISB Irmão nº 283
18467	Manoel José da Silva Patacão	75 a	s	Portugal	N/C	consupção	08.09.1875	Sep. 872 Entre Muros
18593	José Francisco Tavares	60 a	s	Portugal	N/C	sem assistência médica	26.10.1875	Campo Santo Sep. 264
18597	Agostinho Coelho	50 a	v	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar SC	28.10.1875	Campo Santo Sep. 167
18610	José Gomes dos Santos	57 a	c	Portugal	N/C	obstrução do baço e fígado	01.11.1875	Sep. 944 Entre Muros
18615	Antonio Gonçalves dos Reis	35 a	s	Portugal	N/C	tísica	03.11.1875	Sep. 947 Entre Muros
18653	Manoel Luiz Corrêa	72 a	c	Portugal	N/C	hidropisia	16.11.1875	Cat. 96 2ª ordem
18682	João Martins de Mascarenhas	50 a	c	Portugal	N/C	ignora-se a moléstia	26.11.1875	Sep. 975 Entre Muros
18759	Felippe da Silva	50 a	s	Portugal	marinheiro	tifo	20.12.1875	Sep. 14 Entre Muros
18768	Firmino Coelho Gonçalves	40 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	21.12.1875	Sep. 19 Entre Muros
18777	Antonio da Silva Souza	58 a	v	Portugal	N/C	enterocolite	24.12.1875	Sep. 24 Entre Muros
18800	Francisco da Silva Mello	45 a	s	Portugal	N/C	hérnia estrangulada	31.12.1875	Sep. 35 Entre Muros
18803	Raymundo José Ferraz	60 a	s	Portugal	escrivão da Repartição do Cemitério	catarro vesical	02.01.1876	Cat. 23 3ª ordem Irmãos SC
18836	Antonio Fernandes de Almeida	30 a	s	Portugal	N/C	gastroenterites	12.01.1876	Sep. 52 Entre Muros
18862	Joaquim Monteiro	45 a	c	Portugal	N/C	tétano traumático	22.01.1876	Campo Santo Sep. 378
18864	Antonio de Souza Dias	60 a	c	Portugal	doutor	amolecimento cerebral	23.01.1876	Sep. 14 ISMA
18871	José da Fonseca, f. de Resendo da Fonseca	15 a	s	Portugal	N/C	tétano espontâneo	24.01.1876	Campo Santo Sep. 380

Obs.: O Códice contém 1.239 registros de óbitos. Destes, 43 são portugueses; nenhum se declarou açoriano.

LIVRO Nº 13 DE ÓBITOS DO CEMITÉRIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE - Do óbito nº 18.876 (25.01.1876) ao de nº 20.065 (16.03.1877)

Nº	Nome	Idade	Est. Civ.	Naciona lidade	Profissão	Causa mortis	Data sepult.	Local sepult.
18882	Joaquim de Oliveira Neto	41 a	c	Portugal	N/C	sem assistência médica	28.01.1876	Sep. 77 Entre Muros
18904	Joaquim Constantino da Rocha	25 a	c	Portugal	N/C	queimadura	03.02.1876	Sep. 88 Entre Muros
18915	José Nasciso Machado	70 a	v	Portugal	N/C	indução dos tecidos do estômago	05.02.1876	Sep. 317 arrendada
18987	Antonio Martins Leite	35 a	s	Portugal	N/C	tétano	03.03.1876	Cat. 182 1ª ordem da ISMA
19019	José dos Santos Viegas	89 a	v	Portugal	empregado público	cistite	15.03.1876	Sep. 440 arrendada
19083	Manoel Francisco Ribeiro	32 a	s	Portugal	N/C	febre tifóide	08.04.1876	Sep. 175 Entre Muros
19115	Pedro José Ferreira	75 a	c	Portugal	N/C	broncorréa	20.04.1876	Cat. 173 3ª ordem da ISMA
19116	Luíza Pereira Nunes	100 a	v	Portugal	N/C	congestão cerebral	20.04.1876	Sep. 191 Entre Muros
19118	Antonio Ferreira de Souza	58 a	c	Portugal	N/C	ascite	21.04.1876	Cat. 198 3ª ordem da ISMA
19195	Jeronimo da Rocha Barros Freire, morador Caminho Novo	26 a	s	Portugal	N/C	tifo pulmonar	14.05.1876	Sep. 233 Entre Muros
19196	José Ferreira Alves	70 a	s	Portugal	N/C	bronquite capilar	14.05.1876	Campo Santo Sep. 528
19199	João José Luiz	43 a	c	Portugal	N/C	pneumonia	16.05.1876	Cat. 183 3ª ordem da ISMA
19209	Manoel de Souza Sá	83 a	s	Portugal	N/C	infecção purulenta	19.05.1876	Sep. 239 Entre Muros
19228	Manoel Corrêa dos Santos	38 a	c	Portugal	N/C	tétano reumático na SC	25.05.1876	Campo Santo Sep. 541
19253	Cazemiro José Diogo	55 a	s	Portugal	N/C	inanição	04.06.1876	Campo Santo Sep. 56
19256	Antonio Paes da Silva	26 a	N/C	Portugal	N/C	marasmo na Ben. Port.	05.06.1876	Sep. 260 Entre Muros
19324	Atonio (sic) Gaio Saraiva	42 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	05.07.1876	Sep. 292 Entre Muros
19346	Manoel José	64 a	s	Portugal	N/C	de repente	13.07.1876	Campo Santo Sep. 603
19352	Bento da Motta Bastos	30 a	s	Portugal	pintor	N/C	14.07.1876	Campo Santo Sep. 604
19366	Antonio de Freitas Barreto Queiróz	78 a	s	Portugal	N/C	anemia	18.07.1876	Sep. 312 Entre Muros
19367	Manoel José do Nascimento	40 a	s	Portugal	N/C	asfixia por submersão	20.07.1876	Campo Santo Sep. 614
19376	Bernardino Carlos Ferreira Soares	48 a	s	Portugal	N/C	hemorragia	22.07.1876	Sep. 317 Entre Muros
19405	Manoel Antonio da Cruz	Ig	N/C	Portugal	carpinteiro	asfixia e ferimentos	05.08.1876	Sep. 330 Entre Muros

19406	Joaquim d'Almeida Vidal	lg	c	Portugal	carpinteiro	hemorragia e ferimentos	05.08.1876	Sep. 332 Entre Muros
19480	João Ferreira Pinto	44 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar	05.09.1876	Sep. 18 ISMA
19483	Joaquim de Souza Ferraz	49 a	c	Portugal	N/C	bronquite	06.09.1876	Sep. 370 da ISB
19562	Custódio José Ferreira	33 a	c	Portugal	N/C	laringite crônica	08.10.1876	Sep. 410 da ISB
19611	Pedro Pereira Nunes	39 a	c	Portugal	marceneiro	tuberculose pulmonar na SC	19.10.1876	Sep. 45 Entre Muros
19655	Antonio Moreira da Silva	38 a	s	Portugal	N/C	gastrohepatite	29.10.1876	Sep. 454 Entre Muros
19667	Antonio da Silva Porto	73 a	c	Portugal	N/C	hidropisia	02.11.1876	Sep. 461 Entre Muros
19765	Francisco Ferreira da Silva Vianna	46 a	c	Portugal	marítimo	congestão cerebral	02.12.1876	Sep. 513 Entre Muros
19776	Manoel Francisco	43 a	c	Portugal	N/C	hepatite na SC	05.12.1876	Campo Santo Sep. 813
19802	Antonio Affonso de Castro	53 a	c	Portugal	pedreiro	laringite	12.12.1876	Sep. 536 Entre Muros
19815	Francisco dos Santos Castro	61 a	c	Portugal	N/C	anazarca	15.12.1876	Cat. 207 3ª ordem ISMA
19902	Manoel José Monteiro	26 a	s	Portugal	negociante	tuberculose pulmonar na Ben. Port.	18.01.1877	Sep. 587 Entre Muros
19944	José Pinto Gomes	70 a	c	Portugal	negociante	amolecimento cerebral	05.02.1877	Catacumba 113 1ª ordem da SC
20035	Antonio Joaquim da Silvaa	58 a	s	Portugal	empregado	congestão cerebral	05.03.1877	Sep. 652 Entre Muros
20056	João José Pinto Braga	68 a	c	Portugal	negociante	hemofises	02.03.1877	Campo Santo Sep. 930

Obs.: O Códice contém 1.192 registros de óbitos. Destes, 38 são portugueses; nenhum se declarou açoriano.

LIVRO Nº 14 DE ÓBITOS DO CEMITÉRIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE - Do óbito nº 20.066 (16.03.1874) ao de nº 21.257 (24.05.1878)

Nº	Nome	Idade	Est civ	Nacionalidade	Profissão	Causa mortis	Data sepult.	Local sepult.
20115	José Patrício da Silveira Bitencourte	67 a	v	Pòrtugal	N/C	consumpção	26.03.1877	Cat. ISMAlmas 186/2ª ordem
20119	José Baptista, filho de João Ferreira Batista	12 a	menor	Portugal	N/C	febre tifóide	27.03.1877	Campo Santo Sep. 950
20127	Manoel Domingues da Silva	50 a	c	Portugal	N/C	sem assistência médica	31.03.1877	Sep. 697 Entre Muros
20149	Delfino Barboza	33 a	c	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	07.04.1877	Sep. 807 Entre Muros
20154	Joaquim Antonio Maria Carvalho	50 a	s	Portugal	marítimo	congestão cerebral	09.04.1877	Campo Santo Sep. 972
20180	João Felix	60 a	s	Portugal	N/C	diarréia na SC	18.04.1877	Campo Santo Sep. 987
20181	Domingos José Lopes	67 a	v	Portugal	N/C	úlcera do estômago	sem assist. médica	Cat. 98 1ª ordem

20186	Antonio de Lima Pinto	70 a	c	Portugal	N/C	cancro no estômago	19.04.1877	Sep. 727 Entre Muros
20218	Eloy José Fernandes Lima	56 a	c	Portugal	professor público	tumor ganglo-mamário	03.05.1877	Cat. 206 1ª ordem ISMA
20339	Francisco Fernandes Pinto	38 a	s	Portugal	negociante	congestão cerebral	07.06.1877	Sep. 797 Entre Muros
20345	Custódio de Freitas Guimarães	54 a	s	Portugal	N/C	aglobalia na SC	11.06.1877	Campo Santo Sep. 1065
20348	José Vianna	32 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	12.06.1877	Campo Santo Sep. 1067
20407	Bernardo Ferreira Gonçalves	64 a	c	Portugal	N/C	tifo	06.07.1877	Cat. SMAlmas 209/ 1ª ordem
20473	João José Vieira de Carvalho	43 a	s	Portugal	N/C	endocardite	06.08.1877	Sep. 842 Entre Muros
20519	Manoel do Pinho Farias	42 a	c	Portugal	N/C	sem assistência médica	31.08.1877	Sep. 162 Entre Muros
20522	Manoel Leite Vieira Guimarães	61 a	c	Portugal	N/C	congestão cerebral	01.09.1877	Cat. 26 1ª ordemDa SC
20554	Joaquim Maria	76 a	v	Portugal	N/C	cistite	11.09.1877	Sep. 878 Entre Muros
20573	José Pinheiro da Silva	40 a	c	Portugal	N/C	congestão cerebral	20.09.1877	Sep. 887 da ISB
20636	Albino José de Souza Ferraz	36 a	c	Portugal	N/C	marasmo	17.10.1877	Cat. 187 3ª ordemISMA
20637	Joaquim Bernardo Teixeira	44 a	c	Portugal	N/C	abcesso da laringe	18.10.1877	Sep. 920 Entre Muros
20659	Domingos da Costa Dias	72 a	s	Portugal	proprietário	febre tífica	27.10.1877	Cat. 118 3ª ordem da SC
20698	Antonio José da Silva	67 a	v	Portugal	N/C	uremia	12.11.1877	Sep. 954 Entre Muros
20751	Clemente José de Magalhães	42 a	c	Portugal	negociante	delirum tremens	04.12.1877	Sep. 981 Entre Muros
20753	Joaquim dos Reis	39 a	s	Portugal	marítimo	consumpção SC	04.12.1877	Campo Santo Sep. 1272
20769	Joaquim de Souza Neves	32 a	s	Portugal	negociante	hipertrofia do coração	10.12.1877	Cat. 28 1ª ordem Contribuintes
20836	Antonio Joaquim da Silva	15 a	s	Portugal	N/C	consumpção	01.01.1878	Campo Santo Sep. 300
20846	José Pereira da Motta Porto	70 a	c	Portugal	proprietário	hemorragia cerebral	03.01.1878	Cat. 20 1ª ordem Contribuintes
20940	Antonio José Soares	44 a	c	Portugal	negociante	abcesso do pulmão	28.01.1878	Sep. 83 da ISB
20948	Aurélio de Almeida Barandas	21 a	s	Portugal	N/C	despepsia	30.01.1878	Sep. 90 Entre Muros
20968	Joaquim José Ferreira Barbosa	78 a	v	Portugal	proprietário	afecção cardíaca	08.02.1878	Cat. 107 3ª ordem
21036	João Corrêa Tonda	56 a	c	Portugal	carpinteiro	agastroenterocolite	02.03.1878	Campo Santo Sep. 1381
21054	Antonio Dias da Silva	48 a	c	Portugal	marítimo	lesão orgânica no coração	10.03.1878	Cat. 112 3ª ordem da ISMA
21063	Joaquim Pinto	54 a	c	Portugal	N/C	febre perniciosa	13.03.1878	Cat. 192 1ª ordem da ISMA
21144	Antonio Rodrigues Talaia Júnior	31 a	c	Portugal	negociante	febre tífica	13.04.1878	Cat. 112 2ª ordem da SC
21156	João Fernandes de Almeida	52 a	c	Portugal	preso pobre	tuberculose pulmonar na cadeia	17.04.1878	Campo Santo Sep. 1433

21170	Manoel Pinto Rodrigues	43 a	c	Portugal	N/C	gastroentero colite na SC	23.04.1878	Campo santo Sep. 1442
21171	João Corrêa de Oliveira	83 a	v	Portugal	N/C	pleuro pneumonia	23.04.1878	Cat. 34 2ª ordem da SC
21180	Ignacia Rocha Margarida Esteves	48 a	c	Portugal	N/C	paralisia	26.04.1878	Sep. 113 Entre Muros
21183	José Domingues da Costa	45 a	s	Portugal	N/C	catarro sufocante	27.04.1878	Sep. 27 ISMA
21187	José Bernardes da Rocha	73 a	v	Portugal	N/C	septicemia	29.04.1878	Sep. 28 ISMA
21138	Bernardino Antonio de Barros	77 a	c	Portugal	N/C	pleuro pneumonia	17.05.1878	Sep. 1237 Entre Muros
21257	José da Costa Coimbra	81 a	v	Portugal	N/C	congestão cerebral	22.05.1878	Cat. 195 2ª ordem da ISMA

Obs.: O Códice contém 1.197 registros de óbitos. Destes, 42 são portugueses; nenhum se declarou açoriano.

LIVRO Nª 15 DE ÓBITOS DO CEMITÉRIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE - Do óbito nº 21.263 (24.05.1878) ao de nº 22.432 (31.05.1879)

Nº	Nome	Idade	Est. Civ.	Naciona lidade	Profissão	Causa mortis	Data sepult.	Local sepult.
21265	Joaquim Gonçalves Lima	16 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	24.05.1878	Campo Santo Sep. 1489
21290	Manoel José da Costa	36 a	s	Portugal	N/C	pneumonia	07.06.1878	Cat. 39 2ª ordem
21326	Serafim Ferreira da Silva	32 a	s	Portugal	negociante	desinteria crônica	22.06.1878	Cat. 193 2ª ordem da ISMA
21344	Gaspar Pires de Miranda	56 a	c	Portugal	N/C	insuficiência mitral	28.06.1878	Sep. 282 Entre Muros
21346	Francisco Joaquim Rodrigues	50 a	s	Portugal	N/C	congelação na Cadeia Civil	29.06.1878	Campo Santo Sep. 1525
21348	José Coelho	74 a	s	Portugal	N/C	septicemia	30.06.1878	Sep. 285 Entre Muros
21375	Manoel Joaquim do Canto	38 a	v	Portugal	N/C	apoplexia fulminante	08.07.1878	Sep. 295 da ISB
21399	Rodrigo José da Costa	37 a	v	Portugal	N/C	consumpção	15.07.1878	Sep. 302 Entre Muros
21450	Manoel Cardoso Machado	48 a	c	Portugal	pedreiro	peritonites	04.08.1878	Campo Santo Sep. 1588
21553	Gonçalves Pereira da Castro	32 a	c	Portugal	N/C	bexigas	07.09.1878	Sep. 360 Entre Muros
21707	Joaquim Pedro de Almeida	45 a	s	Portugal	N/C	hidropericardite Ben. Port.	21.10.1878	Sep. 431 Entre Muros

21721	José Gonçalves da Ponte	38 a	s	Portugal	N/C	enterocolite	24.10.1878	Sep. 438 da ISB
21754	Theodora Candida da Silva	68 a	c	Portugal	N/C	pneumonia	08.11.1878	Cat. 51 3ª ordem Contribuintes
21756	Maria Violanta	54 a	s	Portugal	N/C	apoplexia	09.11.1878	Sep. 453 Entre Muros
21837	José Caetano do Rozário	35 a	s	Portugal	N/C	febre tífica	04.11.1878	Sep. 497 Entre Muros
21844	José Alves Freire	47 a	N/C	Portugal	N/C	sem assistência médica	06.11.1878	Sep. 502 Entre Muros
21870	Maria José da Gama Filho	78 a	v	Portugal	N/C	gastroentero colite	15.12.1878	Cat. 194 1ª ordem da ISMA
21921	Custódia Candida Dias	80 a	v	Portugal	N/C	apoplexia	26.12.1878	Sep. 534 Entre Muros
21966	Luiz Antonio de Masedo	76 a	c	Portugal	N/C	gastrite	06.01.1879	Sep. São Miguel 402
21971	José Pereira da Silva	45 a	c	Portugal	N/C	laringite ulcerosa	08.01.1879	Cat. Contribuintes 92/3ª ordem
22012	José Corrêa de Mello	28 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar	21.01.1879	Sep. 572 Entre Muros
22020	José Machado Antunes	33 a	c	Portugal	N/C	mematimese (sic)	22.01.1879	Sep. 575 Entre Muros
22132	Luiz Pinto Torres Neves	64 a	s	Portugal	N/C	hipertrofia do coração	01.03.1879	Sep. 634 Entre Muros
22245	Joaquim da Silva	70 a	c	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	02.04.1879	Cat. 183 2ª ordem da ISMA
22266	Luiz Gonçalves Bastos	46 a	c	Portugal	N/C	hipertrofia do coração	09.04.1879	Cat. 177 2ª ordem da ISMA
22293	Joaquim José da Fonseca Souza Pinto	90 a	v	Portugal	N/C	velhice	17.04.1879	Sep. 703 Entre Muros
22327	Jacintho Gonçalves de Campos	25 a	s	Portugal	N/C	varíola no 2º distrito	28.04.1879	Cat. 129 2ª ordem Contribuintes
22328	Joaquim Luis Pereira	52 a	c	Portugal	N/C	cancro no estômago	28.04.1879	Sep. 719 Entre Muros
22337	Domingos Marques da Silva	33 a	c	Portugal	N/C	hepatite	03.05.1879	Cat. 212 1ª ordem da ISMA
22356	José Joaquim dos Santos Ferreira	78 a	c	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	09.05.1879	Cat. 147 1ª ordem da SC
22387	Manoel Ignacio da Silva	44 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar SC	16.05.1879	Campo Santo Sep. 31

Obs.: O Códice contém 1.170 registros de óbitos. Destes, 31 são portugueses; nenhum se declarou açoriano.

LIVRO Nº 16 DE ÓBITOS DO CEMITÉRIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE - Do óbito nº 22.433 (01.06.1879) ao de nº 25.292 (28.02.1882)

Nº	Nome	Idade	Est. Civ.	Naciona lidade	Profissão	Causa mortis	Data sepult.	Local sepult.
22448	Antonio Fernandes Loureiro	28 a	s	Portugal	N/C	anazarca na Santa Casa	08.06.1879	Campo Santo Sep. 64
22471	José Rodrigues do Rego	54 a	c	Portugal	N/C	uremia	15.06.1879	Cat. 191 3ª ordem da ISMA
22484	José Luis Barboza	28 a	c	Portugal	N/C	desinteria SC	20.06.1879	Campo Santo Sep. 81
22503	Bernardo José Lucas Leal	48 a	v	Portugal	N/C	menigite tuberculose SC	26.06.1879	Campo Santo Sep. 91
22523	Maria Amalia da Silva	89 a	v	Lisboa	N/C	velhice	04.07.1879	Sep. 810 Entre Muros
22580	Sebastião José Dias	59 a	c	Portugal	N/C	insificiência mental	24.07.2879	Sep. 46 ISMA
22614	Francisco Joaquim Rebello	76 a	c	Portugal	N/C	amolecimento cerebral	09.08.1879	Sep. 851 Entre Muros
22625	Vital Augusto Lisbôa	45 a	c	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	13.08.1879	Sep. 156 Entre Muros
22640	José Gomes de Andrade	19 a	s	Portugal	N/C	varíola	19.08.1879	Campo Santo Sep. 163
22669	Francisco dos Santos Corrêa	34 a	c	Portugal	N/C	tifo	30.08.1879	Campo Santo Sep. 172
22698	Thereza Eliza de Oliveira	70 a	v	Portugal	N/C	hipertrofia do coração	13.09.1879	Sep. 52 Entre Muros ISMA
22809	Joaquim Gonçalves Bastos	68 a	s	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	21.10.1879	Sep. 942 Entre Muros
22823	Antonio Gonçalves Pereira Duarte	78 a	c	Portugal	N/C	enterite adinâmica	26.10.1879	Cat. 42 1ª ordem dos Irmãos
22835	Antonio Pereira de Azevedo Gervão	70 a	v	Portugal	artista	tísica pulmonar	30.10.1879	Sep. 954 Entre Muros
22861	Joaquim José da Silva Cinco Paos	90 a	c	Portugal	N/C	insuficiência mental	08.11.1879	Cat. 39 1ªordem Carro da ISB
22869	José Gonçalves de Castro	34 a	s	Portugal	N/C	cancro na Santa Casa	10.11.1879	Campo Santo Sep. 251
22889	João de Oliveira da Silva	49 a	v	Portugal	N/C	bronquite	16.11.1879	Campo Santo Sep. 259
22934	Bernardo Augusto de Carvalho	50 a	c	Portugal	N/C	hidropericardite	30.11.1879	Sep. 9 Entre Muros
23044	João Faustino de Almeida	36 a	s	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	06.01.1880	Sep. 64 Entre Muros da ISB

23119	Manoel Doulart de Souza	41 a	c	Portugal	N/C	lesão cardíaca	22.01.1880	Sep. 109 Entre Muros
23133	Miguel Luciano Lopes	50 a	c	Portugal	N/C	angina do peito	26.01.1880	Sep. 57 J Entre Muros ISMA
23155	João das Neves	52 a	s	Portugal	N/C	paralisia brônquica SC	03.02.1880	Campo Santo Sep. 356
23186	Antônio Ferreira de Aguiar	62 a	s	Portugal	N/C	hidropericardia	13.02.1880	Sep. 55 Entre Muros ISMA
23346	Lucio Gonçalves de Lemos	48 a	s	Portugal	N/C	sem assistência médica	05.04.1880	Sep. 223 Entre Muros
23396	Antonio José Ferreira da Silva	55 a	c	Portugal	negoc. e comendador	marasmo	16.04.1880	Cat. 14 2ª ordem
23475	Joaquim Antonio Maria dos Santos	73 a	c	Portugal	N/C	marasmo	17.05.1880	Cat. 190 1ª ordem ISMA
23548	Francisco de Lima	68 a	v	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração na SC	19.06.1880	Campo Santo Sep. 527
23608	Joaquim Ribeiro dos Santos	46 a	s	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração na SC	13.07.1880	Campo Santo Sep. 563
23669	Joaquim Barbosa de Almeida	32 a	s	Portugal	preso	asfixia por submersão	01.08.1880	Campo Santo Sep. 592
23675	Francisco da Costa Medeiros	60 a	s	Portugal	N/C	bronquite capilar	03.08.1880	Sep. 362 Entre Muros
23693	José da Silva	53 a	c	Portugal	N/C	de repente	10.08.1880	Sep. 371 Entre Muros
23714	João Antonio Mendes Totta	90 a	v	Portugal	coronel	vomica	18.08.1880	Sep. 380 Entre Muros
23743	Manoel da Silva	41 a	c	Portugal	N/C	anemia cerebral	28.08.1880	Campo Santo Sep. 628
23753	Marianna Thereza de Lima	39 a	s	Portugal	N/C	ascite	02.09.1880	Sep. 393 Entre Muros
23757	Francisco José Domingues	34 a	c	Portugal	N/C	apoplexia pulmonar	04.09.1880	Cat. 12 3ª ordem dos Irmãos
23814	Clemente da Costa Dias	74 a	c	Portugal	N/C	uremia	26.09.1880	Sep. 67 da ISMA
23852	Francisco Pereira Rodrigues	31 a	c	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar SC	10.10.1880	Campo Santo Sep. 675
23863	Manoel Francisco do Nascimento	42 a	s	Portutal	N/C	tuberculose pulmonar	13.10.1880	Campo Santo Sep. 683
23883	Theodozio Gonçalves de Araujo	60 a	c	Portugal	N/C	tuberculose pulmomar	21.10.1880	Sep, 455 Entre Muros
23888	Manoel Pereira da Motta	76 a	v	Portugal	N/C	sem assistência médica	24.10.1880	Sep. 457 Entre Muros
23945	João Baptista Pinto	54 a	c	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	15.11.1880	Cat. 181 2ª ordem da ISMA

23.947	Candido Augusto Virgilino	78 a	c	Portugal	N/C	congestão cerebral	16.11.1880	Sep. 487 Entre Muros
23954	João Soares	48 a	c	Portugal	N/C	insuficiência mitral	21.11.1880	Cat. 209 1ª ordem da ISMA
24041	Julio Marques Cezar	60 a	c	Portugal	N/C	adinamia	21.12.1880	Sep. 530 Entre Muros da ISB
24062	José Duarte	24 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	27.12.1880	Campo Santo Sep. 773
24096	Eduardo Caetano da Silva	25 a	c	Portugal	N/C	tétano traumático	03.01.1880	Sep. 557 Entre Muros
24144	José Gomes Avelar	32 a	s	Portugal	N/C	hemorragia cerebral	17.01.1881	Sep. 585 Entre Muros
24159	José Carvalho de Miranda	73 a	v	Portugal	N/C	congestão cerebral	21.01.1881	Sep. 594 Entre Muros
24174	João Martins Lamego	85 a	c	Portugal	N/C	cirrose do fígado	25.01.1881	Sep. 602 Entre Muros
24193	Bernardino Rodrigues Teixeira	28 a	s	Portugal	N/C	delirium tremum	29.01.1881	Sep. 610 Entre Muros
24302	Francisco Caetano Ferraz	70 a	c	Portugal	N/C	desinteria	04.03.1881	Campo Santo Sep.869
24311	Antonio Gonçalves Salgeiro	28 a	s	Portugal	N/C	congestão pulmonar	06.03.1881	Campo Santo Sep. 668
24330	Joaquim da Silva Seveja	84 a	v	Portugal	N/C	paralisia dos bofes	11.03.1881	Sep.77 Entre Muros ISMA
24332	Nicolao de Oliveira Ramos	35 a	c	Portugal	N/C	repentinamente	11.03.1881	Sep. 681 Entre Muros
24352	José Bento Dias de Carvalho	68 a	c	Portugal	N/C	cistite purulenta	18.03.1881	Cat. 137 1ª ordem
24391	José Maria	60 a	s	Portugal	N/C	gastro-hepatoenterites	04.04.1881	Sep. 914 Entre Muros
24479	José da Costa	37 a	s	Portugal	N/C	anemia	03.05.1881	Sep. 746 Entre Muros
24492	Gertrudes Magna Dias	74 a	c	Portugal	N/C	pneumonia catarral	07.05.1881	Cat. 99 2ª ordem
24504	José Antonio Pereira Carneiro	70 a	v	Portugal	N/C	anemia na Ben. Port.	13.05.1881	Sep. 760 Entre Muros
24517	Silvestre Martins Pinheiro	32 a	v	Portugal	N/C	vólvulo	19.05.1881	Sep. 764 Entre Muros
24527	Elias José Soares	63 a	s	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	22.05.1881	Campo Santo Sep. 979
24537	José Pinto Barboza	25 a	c	Portugal	N/C	tifo cerebral	26.05.1881	Cat.75 1ª ordem da ISMA
24568	José Francisco de Lima	32 a	s	Portugal	N/C	morte natural	07.06.1881	Sep. 784 Entre Muros
24583	Joaquim Gomes Moreira	73 a	c	Portugal	N/C	catarro pulmonar	14.06.1881	Sep. 791 Entre Muros da ISB

24627	Zeferino da Silva Ramalho	23 a	s	Portugal	N/C	abcesso fígado Ben. Port.	27.06.1881	Sep. 806 Entre Muros
24670	Antonio José de Souza	64 a	s	Portugal	N/C	anemia	10.07.1881	Cat. 192 1ª ordem da ISMA
24698	Maria Carolina Dias	66 a	c	Portugal	N/C	desinteria	23.07.1881	Campo Santo Sep. 11067
24754	José Francisco dos Santos Pinto	78 a	c	Portugal	N/C	encefalite	16.08.1881	Cat. 177 1ª ordem da ISMA
24807	José Catharina	36 a	s	Portugal	N/C	congestão cardíaca	06.09.1881	Sep. 884 Entre Muros
24882	Manoel Alves de Arêas	24 a	s	Portugal	N/C	hepatiração pulmonar na SC	08.10.1881	Campo Santo Sep. 1166
24892	Abílio Corrêa de Oliveira	42 a	s	Portugal	marítimo	abcesso do fígado na SC	11.10.1881	Campo Santo Sep. 1169
24901	José de Almeida Lopes	62 a	v	Portugal	N/C	pneumonia	15.10.1881	Cat. 190 1ª ordem da ISMA
24937	Manoel Pereira Gomes	24 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar na Cadeia Civil	01.11.1881	Campo Santo Sep.1189
25022	Manoel Rodrigues	38 a	s	Portugal	N/C	abcesso do fígado na SC	05.12.1881	Campo Santo Sep. 1222
25089	Antonio Monteiro Guimarães	44 a	c	Portugal	N/C	anemia	28.12.1881	Sep. 19 Entre Muros
25108	Manoel Moura Gonçalves Bastos	32 a	s	Portugal	N/C	tuberculose	01.01.1882	Sep. 29N Entre Muros
25128	Luiz Ferreira da Silva	50 a	v	Portugal	N/C	abcesso	10.01.1882	Campo Santo Sep. 1268
25137	Joaquim Pacheco	34 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar na SC	11.01.1882	Campo Santo Sep. 1272
25222	Miguel Pinto Siqueira	44 a	s	Portugal	N/C	diarréia na SC	07.02.1882	Sep. 75 N 5ºQ
25231	José Alexandre de Oliveira	38 a	v	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	10.02.1882	Campo Santo Sep. 1319
25242	Antonio da Silva Bastos	14 a	s	Portugal	N/C	tifo abdominal	13.02.1882	Sep. 80 N da ISB
25276	Francisco José Filgueiros Gomes Leal	73 a	v	Portugal	tamanqueiro	tétano	23.02.1882	Campo Santo Sep. 1339

Obs.: O Códice contém 2.860 registros de óbitos. Destes, 82 são portugueses; nenhum se declarou açoriano.

LIVRO Nº 17 DE ÓBITOS DO CEMITÉRIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE - Do óbito nº25.101 (01.01.1882) ao de nº 26.837 (10.07.1882)

Nº	Nome	Idade	Est. Civ.	Naciona lidade	Profissão	Causa mortis	Data sepult.	Local sepult.
25.446	Bazílio Ferreira da Silva	38 a	c	Portugal	negociante	congestão cerebral	21.04.1882	Sep.1 Entre Muros da ISB
25473	Manoel Francisco Pinto	53 a	c	Portugal	N/C	marasmo	01.05.1882	Campo Santo Sep. 1425
25486	Domingos Joaquim Duarte	65 a	c	Portugal	N/C	apoplexia cerebral na SC	03.05.1882	Sep. 188 N 6º Q Entre Muros
25598	Joaquim Francisco Pereira (preto)	38 a	c	Cabo Verde	N/C	hepatite crônica	08.06.1882	Campo Santo Sep. 1464
25508	Amalia Anacleta Leal	90 a	s	Portugal	N/C	velhice	11.05.1882	Sep.199 N 6º Q Entre Muros
25663	João Baptista Tallone	56 a	v	Portugal	cônsul de Portugal	congestão cerebral	27.06.1882	Cat. 145 2ª ordem
25708	Manoel Thomás	30 a	s	Portugal	N/C	catarro pulmonar na SC	12.07.1882	Campo Santo Sep. 1517
25713	João Consul	60 a	s	Portugal	N/C	de repente	14.07.1882	Sep. 293 N 6º Q Entre Muros
25731	Antonio Alves Coimbra	52 a	c	Portugal	N/C	absorção purulenta SC	18.07.1882	Campo Santo Sep. 1525
25752	José Pereira da Cunha Guimarães	80 a	c	Portugal	N/C	congestão cerebral	25.07.1882	Sep.310 N 6º Q Entre Muros
25820	José da Rocha Fernandes	71 a	c	Portugal	N/C	pneumonia	17.08.1882	Cat. 34 2ª ordem
25853	José Fernandes Bugalho	52 a	s	Portugal	N/C	ascite	29.08.1882	Sep.351 N 6º Q Entre Muros
25912	Francisco Joaquim de Farias	43 a	c	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	21.09.1882	Sep. 377 N 3º Q
25924	João da Graça Corrêa	35 a	v	Portugal	N/C	envenenamento na SC	24.09.1882	Campo Santo Sep. 1624
25930	Francisco de Araujo	20 a	s	Portugal	N/C	ferimento de arma de fogo	25.09.1882	Campo Santo Sep. 1625
26058	Procopio de Almeida	40 a	c	Portugal	N/C	sem assistência médica	02.11.1882	Sep. 433 N 6º Q Entre Muros
26071	Christiano Frederico Buys	80 a	c	Portugal	tenente coronel	marasmo senil	09.11.1882	Sep. 277 4º Q Entre Muros
26171	José Leite Guedes	20 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	11.12.1882	Sep. 22 2º Q Entre Muros
26173	Luiz Rocha	42 a	s	Portugal	N/C	apoplexia pulmonar SC	13.12.1882	Campo Santo Sep. 1724
26236	José Augusto Ferreira da Silva	40 a	v	Portugal	N/C	repentinamente	05.01.1883	Cat. 145 2ª ordem

26250	Joaquim Antonio de Oliveira Maia	65 a	c	Portugal	comendador	febre ataxica	08.01.1883	Cat. 139 1ª ordem
26293	José Mendes Guimarães	70 a	s	Portugal	N/C	marasmo	20.01.1883	Sep. 124 8º Q Entre Muros
26295	José Antonio Xavier Rodrigues	56 a	c	Portugal	N/C	paralisia	21.01.1883	Cat. 140 2ªordem
26299	Joaquim Ferreira Pó	44 a	c	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	23.01.1883	Sep.181 1º Q Entre Muros
26305	Antonio da Silva Maia	12 a	s	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	25.01.1883	Sep.161 8º Q Entre Muros
26384	Francisco Henriques Marques	46 a	s	Portugal	N/C	repentinamente	18.02.1883	Sep.545 3º Q Entre Muros
26394	Paulo Pereira dos Santos	60 a	v	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	20.02.1883	Sep.88B 8º Q Entre Muros
26450	João Silveira de Souza	45 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	04.03.1883	Sep.341 5º Q Entre Muros
26460	Luiz Fernando dos Santos	95 a	v	Portugal	N/C	colite crônica	06.03.1883	Sep.317 5º Q Entre Muros
26472	Joaquim Gomes dos Santos	28 a	s	Portugal	N/C	mielite	08.03.1883	Sep.326 5º Q Entre Muros
26561	Antonio Francisco Pereira	34 a	s	Portugal	N/C	congestão cardíaca	31.03.1883	Cat. 305 3ª ordem ISMA
26563	Serafim Martins Gonçalves	58 a	c	Portugal	N/C	febre tifóide	01.04.1883	Sep.106 6º Q Entre Muros
26564	José Pinto de Sá	22 a	c	Portugal	N/C	pneumonia	01.04.1883	Sep.18 6º Q Entre Muros
26.565	João Corrêa Pinto	49 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	02.04.1883	Campo Santo Sep.1920
26584	João Gomes dos Santos	46 a	c	Portugal	calceteiro	gastrohepatite	10.04.1883	Sep.340 5º Q Entre Muros
26590	Manoel Antonio Soares Braga	65 a	s	Portugal	N/C	inflitação urinária	13.04.1883	Sep.336 5º Q Entre Muros
26597	Francisco Pinheiro Guimarães Dourado	76 a	c	Portugal	N/C	comoção cerebral	15.04.1883	Sep.30 da ISB Entre Muros
26610	José Domingues Santiago	34 a	s	Portugal	N/C	hepato pneumonia	17.04.1883	Sep.120 6º Q Entre Muros
26632	Joanna Candida de Azevedo Sant'Anna	60 a	c	Portugal	N/C	tísica pulmonar	23.04.1883	Sep.32 2º Q Entre Muros
26641	José Antonio Rodrigues de Barros	70 a	c	Portugal	N/C	eirisipela	27.04.1883	Cat. 188 3ªordem ISMA
26648	José Maria Jardim	40 a	c	Ilha da Madeira	N/C	varíola	29.04.1883	Cat.201 3ªordem ISMA
26.697	José Pinto de Sá	43 a	s	Portugal	N/C	febre gástrica adinâmica	16.05.1883	Sep. 410 3º Q Entre Muros

26715	Anna de Miranda Pinto	69 a	v	Portugal	N/C	desinteria	23.05.1883	Sep. 357h 4º Q Entre Muros
26722	Antonio José Rodrigues Tavares	33 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar	25.05.1883	Sep. 16 8ºQ Entre Muros
26728	João da Silva Ramos	41 a	s	Portugal	N/C	insuficiência mitral na SC	29.05.1883	Campo Santo Sep. 1997
26757	Manoel Maciel Vianna	65 a	v	Portugal	N/C	insuficiência mitral	09.06.1883	Sep.80 1º Q Entre Muros
26835	José Manoel Dias	83 a	v	Portugal	N/C	amolecimento cerebral	10.07.1883	Cat. 89 2ª ordem

Obs.: O Códice contém 1.545 registros de óbitos. Destes, 47 são portugueses; nenhum se declarou açoriano.

LIVRO Nº 18 DE ÓBITOS DO CEMITÉRIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE - Do óbito nº 26.838 (11.07.1883) ao de nº 36202 (17.04.1890)

Nº	Nome	Idade	Est. Civ.	Naciona lidade	Profissão	Causa mortis	Data sepult.	Local Sepult
26943	Francisco Gonçalves de Oliveira	53 a	c	Portugal	N/C	anemia	09.08.1883	Sep. 546 3º Q Entre Muros
26944	José Gomes Moreira	76 a	c	Portugal	N/C	sem assistência médica	10.08.1883	Sep. 36 da ISB
26945	Armando, filho de Zeferino Prates de Oliveira Dornelles	7 m	-	Portugal	N/C	meningo encefalite	10.08.1883	Sep. 37 da ISB
26946	João Manoel Carvalho de Campos	26 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	11.08.1883	Sep. 38 da ISB
27007	Jeronymo José da Silva Guimarães	75 a	v	Portugal	N/C	diabetes	03.09.1883	Sep. 38 2º Q Entre Muros
27046	Francisco Pinto de Azevedo	60 a	s	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	19.09.1883	Sep.437 3º Q Entre Muros
27061	João Fernandes Netto	30 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	27.09.1883	Sep. 450 3º Q Entre Muros
27076	Antonio Matheus Fosquime	79 a	c	Portugal	N/C	febre meningo gástrico	04.10.1883	Sep.123 da ISMA
27081	José Gomes dos Santos Amorim	35 a	c	Portugal	N/C	síncope	06.10.1883	Sep. 26 6º Q Entre Muros
27091	Antonio Pereira da Motta	76 a	v	Portugal	N/C	antras	08.10.1883	Campo Santo Sep. 2170
27127	Antonio José Pereira	72 a	s	Portugal	N/C	catarro	20.10.1883	Sep.125 6º Q Entre Muros
27129	Manoel Rodrigues Vianna	22 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar	21.10.1883	Sep.226 6º Q Entre Muros

27147	Manoel Martins das Neves	36 a	c	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar na SC	26.10.1883	Campo Santo Sep. 2207
27170	José dos Santos	60 a	s	Portugal	N/C	consumpção	03.11.1883	Sep. 456 3º Q Entre Muros
27204	Joaquim da Silva	49 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar na SC	12.11.1883	Sep. 64 8º Q Entre Muros
27212	Fortunato Rodrigues Vianna	46 a	s	Portugal	N/C	envenenamento	15.11.1883	Sep. 133 6º Q Entre Muros
27214	João Marques Louro	39 a	c	Portugal	N/C	gastrohepatocolite	16.11.1883	Sep. 428 3º Q Entre Muros
27220	José Francisco Marcello	47 a	s	Portugal	N/C	diarréia na SC	18.11.1883	Campo Santo Sep. 2244
27250	Bernardo Gomes de Figueredo	40 a	c	Portugal	N/C	peritonite	26.11.1883	Sep. 149 1º Q Entre Muros
27292	Thomé dos Santos Junior	34 a	c	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar na SC	07.12.1883	Campo Santo Sep. 2283
27320	Manoel Marques	50 a	v	Portugal	N/C	diarréia na SC	13.12.1883	Campo Santo Sep. 2295
27333	Manoel Rodrigues Carramalho	64 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	17.12.1883	Campo Santo Sep. 2300
27337	Pedro Ignacio Dias	59 a	c	Portugal	N/C	insuficiência mitral	17.12.1883	Cat. 44 1ª ordem
27349	José Antonio de Souza Ribeiro	76 a	v	Portugal	N/C	insuto apoplético	21.12.1883	Cat. 165 2ª ordem
27371	Agostinho Ferreira Alves	36 a	c	Portugal	N/C	aneurisma	26.12.1883	Sep. 19 6º Q Entre Muros
27413	Albina Roza de Avezedo	74 a	c	Portugal	N/C	apoplexia	06.01.1884	Sep. 29 1º Q
27415	José da Fonseca e Souza	26 a	s	Portugal	N/C	tifo cerebral SC	07.01.1884	Campo Santo Sep. 2341
27418	José Gonçalves Vianna	68 a	c	Portugal	N/C	insuficiência	09.01.1884	Sep. 12 1º Q Entre Muros
27442	José Luis Pereira Junior	52 a	c	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	16.01.1884	Sep. 200 6º Q Entre Muros
27447	Maria Teixeira Coelho	100 a	s	Portugal	N/C	congestão cerebral na SC	17.01.1884	Campo Santo Sep. 2353
27607	Manoel do Pinho	N/C	N/C	Portugal	N/C	ignorado/remetido pela Polícia	28.02.1884	Campo Santo Sep. 2429
27670	Antonio Agusto Moreira	39 a	s	Portugal	N/C	congestão cerebral	19.03.1884	Sep. 158 6º Q Entre Muros
27733	Custódio José de Magalhães Bastos	65 a	v	Portugal	N/C	pneumonia	09.04.1884	Sep. 400 5º Q Entre Muros
27736	Agostinho Martins Ferreira	60 a	v	Portugal	N/C	marasmo	09.04.1884	Sep. 134 1º Q Entre Muros
27740	Francisco Rodrigues Baptista	51 a	v	Portugal	N/C	escliose medular	10.04.1884	Campo Santo Sep. 2492
27804	Domingos Pinto de Sá	54 a	c	Portugal	N/C	sem assistência médica	24.04.1884	Sep. 444 5º Q Entre Muros

27843	Manoel José da Silva Cruz	55 a	c	Portugal	N/C	tifo pulmonar	06.05.1884	Sep. 114 6º Q Entre Muros
27917	Manoel Fernandes de Almeida	34 a	c	Portugal	N/C	hepatite na SC	31.05.1884	Campo Santo Sep. 2576
27964	Antonio Mendes	78 a	c	Portugal	N/C	marasmo	17.06.1884	Sep. 105 8º Q Entre Muros
27990	Pedro de Araujo	30 a	s	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	27.06.1884	Sep. 40 6º Q Entre Muros
28016	Eduardo Mendes Ferreira	23 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	02.07.1884	Sep. 149 6º Q Entre Muros
28024	Antonio Jacintho Pereira	66 a	c	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	04.07.1884	Cat. 207 2ªordem ISMA
28137	Francisco do Valle Quaresma	44 a	c	Portugal	N/C	entero colite	11.08.1884	Sep. 184 6º Q Entre Muros
28154	Francisco Gomes dos Santos	36 a	s	Portugal	N/C	apoplexia cerebral	17.08.1884	Sep. 128 2º Q Entre Muros
28256	Antonio Joaquim Monteiro	36 a	s	Portugal	N/C	congestão cerebral	21.09.1884	Sep. 179 8º Q Entre Muros
28276	Luiz Teixeira de Carvalho	24 a	s	Portugal	padeiro	ferimento no baixo ventre	28.09.1884	Campo Santo Sep. 2441
28299	Francisco Rodrigues da Silva	40 a	s	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	06.10.1884	Sep. 189 1º Q Entre Muros
28302	José Pereira de Azevedo	94 a	v	Portugal	N/C	velhice	07.10.1884	Sep. 334 5º Q Entre Muros
28308	Avelino Ferreira	38 a	c	Portugal	N/C	peritonites	08.10.1884	Sep. 457 3º Q Entre Muros
28337	Domingos Martins Barboza	89 a	v	Portugal	N/C	congestão cerebral	16.10.1884	Sep. 13 2º Q Entre Muros
28446	José Luiz dos Santos	53 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar	21.11..1884	Sep. 150 6º Q Entre Muros
28468	Antonio José de Souza Guimarães	61 a	v	Portugal	N/C	congestão cerebral	26.11.1884	Sep. 177 2º Q Entre Muros
28483	Frederico José de Olivaes	75 a	v	Portugal	N/C	insuficiência mitral	29.11.1884	Sep. 186 2º Q Entre Muros
28540	Mathias Ferreira	89 a	s	Portugal	N/C	cancro	17.12.1884	Campo Santo Sep. 2848
28553	Damião Pàssos	40 a	c	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	20.12.1884	Cat. 150 2ª ordem
28560	Francisco Salgado	33 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar	21.12.1884	Sep. 99 2º Q Entre Muros
28607	Antonio Quaresma Carneiro	46 a	c	Portugal	N/C	espasmo	04.01.1885	Sep. 210 2º Q Entre Muros
28631	Antonio Abugão (sic)	39 a	lg	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	12.01.1885	Campo Santo Sep. 2292
28682	José Alves do Valle Quaresma	40 a	s	Portugal	N/C	epilipsia	25.01.1885	Cat. 125 2ª ordem
28692	João Soares dos Santos	73 a	v	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	29.01.1885	Sep. 62 A ISMA

28717	Augusto Henrique Móra	59 a	c	Portugal	N/C	trombose cerebral	05.02.1885	Cat. 147 3ª ordem
28719	José Francisco de Castro	30 a	s	Portugal	N/C	volvulo	05.02.1885	Sep. 167 2º Q Entre Muros
28725	Joaquim Ferreira de Souza	80 a	s	Portugal	N/C	bronquite	07.02.1885	Sep. 222 2º Q Entre Muros
28773	Leandro Antonio da Andrada	73 a	c	Portugal	ourives	hérnia estrangulada	22.02.1885	Sep. 47 9º Q Entre Muros
28790	Manoel Martins Cascaes	30 a	s	Portugal	N/C	asthema	25.02.1885	Sep. 22 1º Q Entre Muros
28815	Joaquim Gomes da Silva	35 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	05.03.1885	Sep. 40 1º Q Entre Muros
28833	João Corrêa de Souza	36 a	c	Portugal	N/C	Tuberculose pulmonar	13.03.1885	Sep. 50 1º Q Entre Muros
28888	João Rodrigues de Paula	39 a	s	Portugal	N/C	aneurisma	31.03.1885	Sep. 7 1 1º Q Entre Muros
28921	Antonio Corrêa de Souza Peixoto	38 a	s	Portugal	negociante	tuberculose	11.04.1885	Cat. 76 3ª ordem
29016	Damario Lopes de Azevedo	36 a	c	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	07.05.1885	Cat. 168 3ª ordem
29055	Manoel Lopes Coelho	25 a	c	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	21.05.1885	Sep. 554 3º Q Entre Muros
29058	Luiz dos Passos Palhares	43 a	c	Portugal	N/C	lesão do coração	23.05.1885	Sep. 132 ISMA
29098	Manoel Rodrigues da Nova	34 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	01.06.1885	Sep. 87 1º Q Entre Muros
29121	João de Oliveira Carneiro	58 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar	09.11.1885	Sep. 260 4º Q Entre Muros
29130	José da Silva Outeiro	54 a	c	Portugal	proprietário	insuficiência aórtica	12.06.1885	Cat. 172 3ª ordem
29164	Joaquim Ferreira Martins	34 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	19.06.1885	Sep. 101 1º Q Entre Muros
29171	Antonio Corrêa de Mello Tavares	48 a	c	Portugal	N/C	angina do peito	22.06.1885	Sep. 70 1º Q Entre Muros
29186	Pedro Fernandes da Cunha	34 a	s	Portugal	N/C	marasmo	26.06.1885	Sep. 81 8º Q Entre Muros
29199	José Maria da Silva	73 a	s	Portugal	N/C	broncorréa SC	28.06.1885	Campo Santo Sep. 147
29215	Abílio Alfredo de Oliveira	40 a	c	Portugal	N/C	ulcera no estômago	02.07.1885	Cat. 9 1ª ordem
29225	Antonio Ribeiro da Silva Drumond	66 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar	06.07.1885	Sep. 440 3º Q Entre Muros
29228	Antonio Pereira do Vale	62 a	c	Portugal	N/C	sem assistência médica	07.07.1885	Campo Santo Sep. 157
29232	Francisco Pinto Barboza	60 a	c	Portugal	N/C	insuficiência mitral na SC	10.07.1885	Campo Santo Sep. 161
29250	Manoel José Xavier	85 a	s	Portugal	N/C	amolecimento cerebral	14.07.1885	Sep. 458 3º Q Entre Muros

29299	Manoel Marques Alfama	39 a	c	Portugal	N/C	esclerose cérebro espirral	26.07.1885	Cat. 102 2ª ordem
29315	Bernardino Ferreira Pinto	37 a	s	Portugal	N/C	angina gangrenosa	31.07.1885	Sep. 13 1º Q Entre Muros
29332	Manoel Carlos de Oliveira	45 a	s	Portugal	N/C	cálculo hepático	04.08.1885	Sep. 130 6º Q Entre Muros
29348	Luiz Ferreira da Fonseca	60 a	c	Portugal	N/C	marasmo	10.08.1885	Sep. 118 6º Q Entre Muros
29430	Julia da Rosa Pereira	50 a	v	Portugal	N/C	pneumonia	04.09.1885	Sep. 255 8º Q Entre Muros
29652	Domingos Tavares do Pinho	50 a	c	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	14.11.1885	Sep. 139 ISMA
29677	José da Cunha Leal	56 a	v	Portugal	N/C	sem assistência médica	20.11.1885	Campo Santo Sep. 377
29823	Joaquim Martins	33 a	c	Portugal	N/C	febre tífica	22.11.1885	Cat. 209 2ªordem ISMA
29939	Alberto Dantas	30 a	N/C	Portugal	N/C	enterocolite na SC	11.01.1886	Campo Santo Sep.484
29948	Jozé Rodrigues	64 a	N/C	Portugal	N/C	apoplexia	12.01.1886	Campo Santo Sep. 487
29978	Mariana Thomazia	70 a	c	Portugal	N/C	tifo	21.01.1886	Sep. 266 2º Q Entre Muros
30057	Manoel José de Azevedo	61 a	c	Portugal	N/C	cancro do estômago	06.02.1886	Sep. 133 2º Q Entre Muros
30165	João de Barros Durão	70 a	v	Portugal	N/C	desinteria	03.03.1886	Sep. 250 1º Q Entre Muros
30183	Mathias Ribeiro	89 a	v	Portugal	N/C	velhice	07.03.1886	Sep. 221 1º Q Entre Muros
30265	Manoel Vieira Terra Nava	73 a	s	Portugal	N/C	cancro no estômago	29.03.1886	Sep. 382 5º Q Entre Muros
30275	João José da ?	63 a	c	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	01.04.1886	Sep. 381 5º Q Entre Muros
30336	Antonio da Silva Lima	45 a	s	Portugal	marechal	hemorragia cerebral	21.04.1886	Cat. 35 3ª ordem
30411	Bernardino Oliveira dos Santos	56 a	ig	Portugal	N/C	marasmo	09.05.1886	Campo Santo Sep. 687
30423	Antonio José de Pinho	37 a	c	Portugal	N/C	tísica pulmonar	12.05.1886	Sep. 384 5º Q Entre Muros
30.469	Antonio Domingos	65 a	c	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	25.05.1886	Cat. 103 1ª ordem
30.508	Maria da Conceição Pacheco	75 a	v	Portugal	N/C	embolia cerebral	08.06.1886	Sep. 63 3º Q Entre Muros
30.557	Fernando da Costa	62 a	v	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	23.06.1886	Sep. 148 8º Q Entre Muros
30656	José Joaquim da Cunha	78 a	v	Portugal	N/C	insificiência	18.07.1886	Sep. 144 ISMA
30668	Manoel José Dias	37 a	s	Portugal	N/C	infecção purulenta na SC	21.07.1886	Campo Santo Sep. 816
30708	Antonio Martins dos Santos	68 a	s	Portugal	N/C	Insuficiência mitral	02.08.1886	Sep. 162 6º Q Entre Muros
30717	Joaquim José Floriano	82 a	s	Portugal	N/C	cancro no estômago	07.08.1886	Sep. 145 ISMA
30756	Lourenço Alves Felix	70 a	c	Portugal	N/C	gastroenterite	16.08.1886	Sep. 6 2º Q Entre Muros

30813	Agostinho da Costa Marques	82 a	v	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	31.08.1886	Cat. 206 ISMA
30822	Rita Rosa Moreira	78 a	v	Portugal	N/C	velhice	01.09.1886	Sep. 553 3º Q Entre Muros
30969	Antonio Barboza	55 a	c	Portugal	N/C	apoplexia	15.20.1886	Sep. 61 6º Q Entre Muros
30982	Manoel Rodrigues Soares	33 a	c	Portugal	N/C	tuberculose	18.10.1886	Sep.84 ISMA
31.000	Francisco Antonio Borges	79 a	c	Portugal	N/C	congestão cerebral	25.10.1886	Cat 17 3ªordem ISMA
31096	Antonio Pinto	28 a	s	Portugal	N/C	enterocolite SC	20.11..1886	Campo Santo Sep. 1012
31148	Josepha Rosa da Fonseca	66 a	v	Portugal	N/C	febre tifóide	06.12.1886	Sep. 38 A 2º Q Entre Muros
31270	Antonio Souza de Oliveira	40 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar na SC	04.01.1887	Campo Santo Sep. 1083
31343	Antonio Moreira	54 a	s	Portugal	N/C	bronquite capilar	21.01.1887	Sep. 313 A 5º Q Entre Muros
31367	Francisco Marques d'Oliveira	32 a	s	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração/Cadeia Civil	27.01.1887	Campo Santo Sep.1124
31494	João José Baptista	62 a	v	Portugal	N/C	gastrohepatite	04.03.1887	Sep. 423 A 3º Q Entre Muros
31498	Silverio Domingos da Silva	24 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	05.03.1887	Cat. 81 2ª ordem
31527	José dos Santos Moreira Motta	79 a	c	Portugal	N/C	insuficiência mitral	15.03.1887	Sep. 243 A 6º Q Entre Muros
31612	João Gonçalves d'Oliveira Prado	24 a	s	Portugal	N/C	congestão cerebral	11.04.1887	Sep. 493 3º Q Entre Muros
31630	João Pereira de Magalhães	34 a	s	Portugal	N/C	insuficiência mitral	15.04.1887	Sep. 140 6º Q Entre Muros
31633	Antonio Alves Ferreira	66 a	s	Portugal	N/C	congestão pulmonar purulenta	16.04.1887	Sep. 197 A 8º Q Entre Muros
31667	Antonio José Nogueira	67 a	c	Portugal	N/C	hemorragias sintomáticas	26.04.1887	Sep. 6 da ISMA
31703	Manoel Pedro dos Reis	70 a	v	Portugal	N/C	cancro	07.05.1887	Sep. 227 B 4º Q Entre Muros
31711	Joaquim Gonçalves Teixeira	22 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	10.05.1887	Sep. 421 A 3º Q Entre Muros
31716	Antonio de Lima	33 a	c	Portugal	N/C	luxação da coluna cerebral na SC	12.05.1887	Campo Santo Sep.1293
31718	José Martins da Silva	53 a	s	Portugal	N/C	bronquetoria	12.05.1887	Sep. 261 A 8º Q Entre Muros
31735	José Manoel Felizardo	84 a	v	Portugal	N/C	cancro	18.05.1887	Cat. 44 1ª ordem
31746	José Manoel da Cunha Reio	70 a	c	Portugal	N/C	bronco pneumonia	21.05.1887	Cat. 143 1ª ordem
31772	Domingos Antonio Ramalho	38 a	s	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	29.05.1887	Sep. 195 A 6º Q Entre Muros

31808	Rita Emilia de Lima	80 a	s	Portugal	N/C	adinamia	09.06.1887	Cat. 208 da ISMA
31815	João Silveira Martins	67 a	c	Portugal	N/C	hepato enterite	12.06.1887	Cat. 118 1ª ordem
31845	Emerenciana Rosa dos Santos	60 a	v	Portugal	N/C	catarro sufocante	21.06.1887	Sep. 447 5º Q Entre Muros
31931	José Maria Machado Guimarães	65 a	c	Portugal	N/C	bronquite	15.07.1887	Sep. 458 5º Q
31997	João Caetano Ferraz	85 a	v	Portugal	N/C	gastro entero colite	08.08.1887	Cat. 20 3ª ordem
32004	João da Penna Cunha	67 a	s	Portugal	N/C	sem assistência médica	11.08.1887	Sep. 19 A 6º Q Entre Muros
32011	Joaquim José Rabello	24 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar	12.08.1887	Sep. 462 5º Q Entre Muros
32021	Joaquim Maria de Almeida e Silva	50 a	c	Portugal	N/C	amolecimento cerebral	16.08.1887	Sep.433 A 3º Q Entre Muros
32025	José Ferreira de Oliveira	39 a	c	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	17.08.1887	Sep. 120 A 2º Q Entre Muros
32038	Manoel Joaquim Fazenda	43 a	s	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	23.08.1887	Sep. 177 A 8º Q Entre Muros
32044	José Gonçalves Galante	35 a	s	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração na SC	25.08.1887	Campo Santo Sep. 1435
32146	Rodrigo Pereira Tavares	50 a	c	Portugal	N/C	tifo	23.09.1887	Campo Santo Sep. 1486
32275	Manoel José da Rosa	28 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar na SC	30.10.1887	Campo Santo Sep. 1560
32387	Manoel Lourenço Leitão	58 a	c	Portugal	N/C	hemorragia cerebral	01.12.1887	Sep. 146 A 6º Q Entre Muros
32478	Manoel Mendes da Silva	45 a	c	Portugal	N/C	gastro hepato enterite	18.12.1887	Sep. 9 A 8º Q Entre Muros
32487	Francisco Pereira dos Santos	48 a	s	Portugal	N/C	desinteria agudíssima	20.12.1887	Sep. 10 A 8 º Q Entre Muros
32537	Manoel da Silveira Nunes	56 a	s	Portugal	N/C	apoplexia	29.12.1887	Sep. 400 A 5º Q Entre Muros
32559	João José de Farias	64 a	s	Portugal	N/C	mielite traumática	02.01.1888	Sep. 431 A 5º Q Entre Muros
32580	Felipe Nery Gonçalves	36 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	06.01.1888	Sep. 201 A 2º Q Entre Muros
32713	José Gomes de Pinho	44 a	c	Portugal	N/C	insuficiência mitral	01.02.1888	Sep. 487 A 3º Q Entre Muros
32807	Manoel Francisco da Silva	48 a	c	Portugal	N/C	sem assistência médica	20.02.1888	Sep. 82 A 1º Q Entre Muros
33012	Manoel Balthazar de Almeida e Silva	45 a	c	Portugal	N/C	ferimento de arma de fogo	05.04.1888	Cat. 141 1ª ordem

33045	Antonio José Ferreira Cardoso	70 a	v	Portugal	N/C	uremia	14.04.1888	Sep. 128 A 2º Q Entre Muros
33051	Antonio de Oliveira	82 a	c	Portugal	N/C	apoplexia	16.04.1888	Sep. 199 A 6º Q Entre Muros
33085	João da Silva Paranhos Porto	87 a	v	Portugal	N/C	catarro sufocante	24.04.1888	Sep. 130 A 1º Q Entre Muros
33115	João Osório Coutinho	74 a	c	Portugal	N/C	anemia cerebral	01.05.1888	Sep. 189 A 1º Q Entre Muros
33119	Joaquim Corrêa dos Santos	66 a	c	Portugal	N/C	hepatite	02.05.1888	Cat. 178 3ª ordem ISMA
33196	Domingos dos Santos	79 a	c	Portugal	N/C	repentinamente no HSP	22.05.1888	Campo Santo Sep. 1998
33202	Joaquim Simões Rodrigues de Mello	53 a	s	Portugal	N/C	repentinamente	23.05.1888	Cat. 113 3ª ordem
33211	Joaquim de Oliveira	38 a	s	Portugal	N/C	congestão pulmonar	25.05.1888	Sep.227 A 1º Q Entre Muros
33217	José Rodrigues Martins	54 a	s	Portugal	N/C	erisipela fictenosa	26.05.1888	Sep.197 A 2º Q Entre Muros
33248	Maria Rosa de Oliveira	76 a	v	Portugal	N/C	hidropisia	01.06.1888	Sep. 108 ISB
33269	José Luis Borges	70 a	s	Portugal	N/C	sem assistência médica	06.06.1888	Campo Santo Sep. 2022
33278	Manoel Francisco Ferreira	27 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	09.06.1888	Sep.484 A 3º Q Entre Muros
33291	Antonio Fonseca	24 a	s	Portugal	N/C	tifo	14.06.1888	Sep. 200 A 2º Q Entre Muros
33350	José Gonçalves de Azevedo	71 a	c	Portugal	N/C	desinteria na SC	27.06.1888	Campo Santo Sep. 2055
33392	Francisco Galvero Gonçalves de Azevedo	31 a	s	Portugal	N/C	tísica pulmonar	03.07.1888	Sep. 230 A 2º Q Entre Muros
33431	Francisco Gomes da Rosa (acomp. Ofício subdelegado 1º distrito)	50 a	v	Portugal	N/C	Sícope cardiáca	13.07.1888	Campo Santo Sep. 2089
33563	Manoel Alves Peereira	70 a	N/C	Portugal	N/C	repentinamente no HSP	15.08.1888	Sep. 52 A 2º Q Entre Muros
33592	Henrique José de Barros	49 a	s	Portugal	N/C	lesão cardíaca	21.08.1888	Sep. 322 A 5º Q Entre Muros
33663	Rosa Gonçalves Rocha Fernandes	48 a	c	Portugal	N/C	sem assistência médica	09.07.1888	Sep. 67 A 2º Q Entre Muros
33694	Antonio Simões de Carvalho	49 a	s	Portugal	N/C	mal de Briglit na SC	15.09.1888	Campo Santo Sep. 2204

33712	Evaristo Ferreira do Nascimento	54 a	c	Portugal	N/C	infecção aurinosa na SC	19.09.1888	Sep. 110 da ISB
33740	Izidoro Pereira de Barbedo	86 a	v	Portugal	N/C	lesão cardíaca	25.09.1888	Cat. 106 3ª ordem
33979	José Joaquim da Silva Lisbôa	67 a	c	Portugal	N/C	síncope na SC	28.11.1888	Campo Santo Sep. 2365
33982	Rosa do Couto Moura Soeiro	45 a	v	Portugal	N/C	diarréia coleriforme no HSP	29.11.1888	Campo Santo Sep. 2366
33996	Dionizio Antonio Leite	47 a	c	Portugal	N/C	ferimento com arma de fogo	03.11.1888	Cat. 201 1ª ordem ISMA
34017	Joaquim Martins Gomes	54 a	c	Portugal	N/C	hemorragia cerebral	08.12.1888	Cat. 128 1ª ordem
34107	Manoel Canedo	46 a	c	Portugal	N/C	hepatite supurada	28.12.1888	Sep. 334 A 3º Q Entre Muros
34113	Antonio Ferreira Martins	44 a	c	Portugal	N/C	pneumonia	29.12.1888	Sep. 116 da ISMA
34133	Manoel Joaquim da Silva Valladares	56 a	c	Portugal	N/C	peritonite	02.01.1889	Cat. 187 2ª ordem ISMA
34150	Domingos da Silva Paranhos Porto	86 a	s	Portugal	N/C	ceptite catarral	05.01.1889	Em sepultura de benfeitores da Sta. Casa
34188	Bento Antonio de Oliveira Bastos	63 a	s	Portugal	N/C	asistolia	13.01.1889	Sep. 27 A Entre Muros
34291	João Baptista Ferreira de Azevedo	60 a	c	Portugal	comendador	anemia profunda	31.01.1889	Sep. 5 1º Q lugar reservado Entre Muros
34309	Antonio Maria da Fonseca	35 a	c	Portugal	N/C	aneurisma do tronco braquio+cefálico	03.02.1889	Sep. 17 9º Q Entre Muros
34401	João Fernandes de Carvalho	34 a	s	Portugal	N/C	lesão aórtica na SC	23.02.1889	Campo Santo Sep. 29
34489	Luiz Pedro de Carvalho	81 a	v	Portugal	N/C	contusões	08.03.1889	Sep. 34 9º Q Entre Muros
34520	José Luiz Gonçalves	33 a	s	Portugal	N/C	aneurisma de aorta na SC	14.03.1889	Sep. 37 9º Q Entre Muros
34537	Custodio José Pereira	52 a	s	Portugal	N/C	caquexia na SC	18.03.1889	Campo Santo Sep. 105
34554	José Duarte Carneiro	48 a	s	Portugal	N/C	tuberculose generalizada	22.03.1889	Sep. 39 9º Q Entre Muros
34614	José Coelho Gonçalves	54 a	s	Portugal	N/C	deficiência mitral e estreitamento da aorta	06.04.1889	Sep. 53 9º Q Entre Muros
34628	Manoel Marques de Freitas	27 a	s	Portugal	N/C	repentinamente	08.04.1889	Sep. 458 A 3º Q Entre Muros
34644	Agostinho Corrêa	28 a	c	Portugal	N/C	desinteria crônica na SC	11.04.1889	Campo Santo Sep. 163

34655	Antonio Daniel dos Santos	35 a	c	Portugal	N/C	tuberculose	13.04.1889	Sep. 59 9º Q Entre Muros
34724	Manoel José Fialho Júnior	69 a	c	Portugal	N/C	envenenamento pelo cloral	29.04.1889	Sep. 264 A 6º Q Entre Muros
34736	José Martins Pereira	40 a	s	Portugal	N/C	degenerência gordurosa no fígado	02.05.1889	Sep. SMAlmas 153
34819	Theodorico Bernardo	32 a	c	Portugal	N/C	lencoitemia na SC	24.05.1889	Campo Santo Sep. 258
34847	José (ignorado)	60 a	s	Portugal	N/C	sem assistência médica	01.06.1889	Sep. 85 9º Q Entre Muros
34871	Joaquim Vieira Lopes	28 a	s	Portugal	N/C	febre tifóide	07.06.1889	Sep. 84 9º Q Entre Muros
34918	José Cardoso da Cruz	66 a	c	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	22.06.1889	Sep. 122 A 6º Q Entre Muros
34945	Francisco Corrêa de Mello	61 a	v	Portugal	N/C	gangrena na SC	29.06.1889	Sep. 157 da ISMA
34961	Antonio Vieira Lopes	38 a	c	Portugal	N/C	cirrose do fígado	02.07.1889	Sep.281 A 4º Q Entre Muros
34994	Manoel Pinto de Amorim	50 a	c	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar na SC	13.07.1889	Campo Santo Sep. 370
35052	Antonio Marques Alfama	49 a	c	Portugal	N/C	gangrena do pulmão	25.07.1889	Cat. 15 3ª ordem
35093	Antonio Martins Damião	37 a	c	Portugal	N/C	gastro enterite aguda	04.08.1889	Sep. 109 9º Q Entre Muros
35302	Antonio Agusto Guimarães	81 a	c	Portugal	N/C	mielite crônica	04.10.1889	Sep. 393 A 5º Q Entre Muros
35316	Arthur Rodrigues do Sacramento	27 a	s	Portugal	N/C	repentinamente	09.10.1889	Sep. 280 A 8º Q Entre Muros
35333	Antonio Luiz da Costa Esteves	75 a	c	Portugal	N/C	insuficiência mitral	15.10.1889	Sep. 128 da ISB
35337	Viriato Ribeiro Trovão	50 a	c	Portugal	N/C	nefrite crônica SC	16.10.1889	Campo Santo Sep.571
35420	Antonio Joaquim da Veiga	43 a	s	Portugal	tamanqueiro	aneurisma da erosa da aorta	08.11.1889	Sep.144 9º Q Entre Muros
35437	José Fernandes Moreira	46 a	c	Portugal	negociante	tico doloroso	12.11.1889	Cat. 84 1ª ordem
35443	Eduardo José	44 a	s	Portugal	N/C	septicemia na SC	13.11.1889	Campo Santo Sep. 627
35507	Joaquim Gomes da Rocha	42 a	c	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	02.12.1889	Sep. 219 8º Q Entre Muros
35574	Theotonio Gonçalves Leonardo	lg	lg	Portugal	N/C	asfixia por submersão	13.12.1889	Sep. 156 9º Q Entre Muros
35627	Custodio Soares	35 a	s	Portugal	N/C	aneurisma da aorta abdominal na SC	23.12.1889	Campo Santo Sep. 732

35652	José Manuel Garcia	42 a	c	Portugal	N/C	insuficiência mitral	27.12.1889	Sep. 12 A 2º Q Entre Muros
35758	Antonio José Monteiro	37 a	s	Portugal	N/C	tuberculose laríngia Ben.Port.	21.01.1890	Sep.260 A 4º Q Entre Muros
35829	Antonio Augusto de Moura	67 a	c	Portugal	N/C	infecção purulenta	06.02.1890	Sep. 20 A 8º Q Entre Muros
35837	Antonio Moreira de Souza	70 a	v	Portugal	N/C	meningo encefalite	09.02.1890	Sep. 175 9º Q Entre Muros
35862	João Luiz Soares	56 a	c	Portugal	marítimo	asfixia por submersão	11.02.1890	Sep. 159 A 8º Q Entre Muros
35887	Manoel José Vieira	62 a	c	Portugal	N/C	edema pulmonar consecutiva a lesão cardíaca	14.02.1890	Cat. 167 1ª ordem
35929	Antonio de Figueiredo	40 a	s	Portugal	N/C	cancro no estômago	23.02.1890	Sep. 9 A 1º Q Entre Muros
36015	José Francisco Ferreira	52 a	s	Portugal	N/C	caquexia	12.03.1890	Cat. 64 1ª ordem
36024	Roque Vaz de Oliveira	34 a	s	Portugal	N/C	hepatite intestinal na SC	14.03.1890	Campo Santo Sep. 943
36025	Joaquim José Rodrigues	78 a	c	Portugal	N/C	embolia	14.03.1890	Sep. 132 da ISB
36027	José Fernandes de Souza Avintes	72 a	c	Portugal	N/C	sem assistência médica	14.03.1890	Sep. 50 da ISMA
36159	Leão José da Silva	70 a	s	Portugal	N/C	diarréia na SC	09.04.1890	Campo Santo Sep. 1007
36198	Christovão Julio Cardoso	36 a	c	Portugal	pedreiro	infecção urêmica	16.04.1890	Sep. 230 9º Q Entre Muros

Obs: O Códice contém 6.492 registros de óbitos. Destes, 138 são portugueses; nenhum se declarou açoriano.

LIVRO Nº 19 DE ÓBITOS DO CEMITÉRIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE - Do óbito nº 36.202 (17.04.1890) ao de nº 42.693 (01.06.1893)

Nº	Nome	Idade	Est. Civ.	Naciona lidade	Profissão	Causa mortis	Data sepult.	Local sepult.
36234	Izidoro Francisco Lemos	27 a	s	Portugal	N/C	choque traumático na SC	24.04.1890	Campo Santo Sep. 1043
36259	Joaquim de Almeida Vidal	85 a	s	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração na SC	29.04.1890	Campo Santo Sep. 1055
36363	Antonio José do Canto	80 a	v	Portugal	pedreiro	repentinamente	30.04.1890	Sep. 194 2ª ordem ISMA
36401	Antonio José da Fonseca	66 a	c	Portugal	militar major	bronquite	26.05.1890	Cat. 185 2ª ordem ISMA
36461	Maria da Conceição	46 a	c	Portugal	N/C	tifo cerebral	09.06.1890	Sep. 207 A 6º Q Entre Muros

36483	Francisco Anastacio Ferreira	38 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	14.06.1890	Campo Santo Sep. 1176
36486	João Pereira Dias	26 a	s	Portugal	N/C	uremia	15.06.1890	Sep. 126 A 1º Q Entre Muros
36497	João de Araujo Vianna	76 a	c	Portugal	proprietário	reclusão intestinal	19.06.1890	Cat. 134 2ª ordem
36680	Marques Aldebrando Brat	45 a	s	Portugal	alfaiate	cirrose do fígado na SC	04.08.1890	Campo Santo Sep. 1287
36690	Maria Emilia de Almeida	74 a	v	Portugal	N/C	lesão cardíaca	06.08.1890	Sep. 272 9º Q Entre Muros
36725	Manoel Telles Cruz	80 a	s	Portugal	N/C	broncopenumonia na SC	14.08.1890	Campo Santo Sep. 1312
36746	Antonio José da Cunha	36 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	17.08.1890	Sep. 276 9º Q Entre Muros
36762	Joaquim Antonio Ribeiro Silvaz	45 a	s	Portugal	N/C	consumpção Ben. Portug.	22.08.1890	Sep. 215 A 2ª Q Entre Muros
36806	João Cardoso Pereira	44 a	s	Portugal	N/C	bacilose pulmonar na SC	31.08.1890	Sep. 282 9º Q Entre Muros
36833	Manoel de Carvalho Bastos	42 a	c	Portugal	N/C	lesão dupla aórtica	05.09.1890	Cat. 115 1ª ordem
36883	Antonio Carlos Verde (pardo)	39 a	c	Portugal	N/C	repentinamente a bordo do vapor Cometa	18.09.1890	Sep. 156B 6º Q Entre Muros
36912	Manoel Domingues Bandeira	45 a	s	Portugal	cocheiro	bacilose pulmonar SC	24.09.1890	Campo Santo Sep. 1430
36921	José Dias da Costa	56 a	c	Portugal	capitalista	gastroenterohepatite crônica	25.09.1890	Cat. 168 2ª ordem
37016	José Botelho do Rego	73 a	c	Portugal	proprietário	encefalite na Ben. Port.	17.10.1890	Cat. 82 2ª ordem
37036	Joaquim Leite da Silva Carneiro	83 a	c	Portugal	negociante	hemorragia cerebral	22.10.1890	Sep. 242 A 2º Q Entre Muros
37067	Manoel da Rocha	56 a	v	Portugal	N/C	apoplexia	30.10.1890	Cat. 186 1ª ordem ISMA
37079	João da Cunha Brito	66 a	s	Portugal	N/C	amolecimento cerebral na Ben. Port.	01.11.1890	Sep. 141 da ISB
37228	Francisco Bento da Rocha	54 a	s	Portugal	N/C	aortite	21.11.1890	Sep. 243 A 2º Q Entre Muros
37294	Miguel de Souza Cunha	55 a	c	Portugal	marítimo	febre atóxica	01.12.1890	Cat. 211 2ª ordem ISMA
37322	Braz de Oliveira	91 a	s	Portugal	N/C	peritonite na Ben. Port.	05.12.1890	Sep. 317 9º Q Entre Muros
37414	José de Oliveira Gomes	51 a	c	Portugal	negociante	úlcera no estômago	14.12.1890	Sep. 159 A 2º Q Entre Muros
37620	José Joaquim Eiros	61 a	c	Portugal	barbeiro	tebrite	10.01.1891	Sep. 253 A 2º Q Entre Muros

37663	Manoel Gomes Pinho	51 a	c	Portugal	chapeleiro na SC	diarréia	17.01.1891	Campo Santo Sep. 1851
37685	João Luiz Gonsalves	22 a	s	Portugal	ferreiro	febre tifóide na Ben. Port.	21.01.1891	Sep. 343 9º Q Entre Muros
37802	Sebastião de Oliveira Ferreira	58 a	c	Portugal	N/C	mielite	06.02.1891	Sep. 147 da ISB
37859	Francisco Alves de Carvalho Bastos	52 a	c	Portugal	negociante	sem assistência médica	14.02.1891	Sep. 250 A 1º Q Entre Muros
37870	Augusto Teixeira Cardoso	51 a	c	Portugal	negociante	dilatação atematosa da aorta	19.02.1891	Sep. 117 A 1º Q Entre Muros
37875	Antonio do Espírito Santo	40 a	c	Portugal	jornaleiro	tuberculose pulmonar	20.02.1891	Sep. 179 1ªordem ISMA
37882	Antonio Joaquim da Silva Valladares	63 a	s	Portugal	N/C	hipertrofia do coração	20.02.1891	Cat. 193 2ª ordem ISMA
37954	João Fernandes Marques	48 a	v	Portugal	agência	insuficiência mitral	02.03.1891	Sep. 251 A 1º Q Entre Muros
37974	Joaquim Ferreira da Silveira	41 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar na Ben. Port	04.03.1891	Sep. 223 A 1º Q Entre Muros
37987	Manoel Antonio da Cruz	48 a	c	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar na SC	07.03.1891	Campo Santo Sep. 2009
38006	Antonia Alves Pinto	80 a	v	Portugal	N/C	hemorragia uterina	10.03.1891	Sep. 149 na ISB
38111	Manoel José da Cunha	66 a	c	Portugal	N/C	laringite tuberculosa	28.03.1891	Sep. 89 6º Q Entre Muros
38183	Antonio Pinto dos Santos Paranhos	56 a	v	Portugal	N/C	apoplexia cerebral	09.04.1891	Sep. 37 ISMA
38225	Manoel Antonio Ferreira	86 a	v	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	14.04.1891	SeP. 40 ISMA
38234	José Mendes Ribeiro Guimarães	65 a	v	Portugal	N/C	amolecimento cerebral na Ben. Port.	16.04.1891	Sep. 187 A 8º Q Entre Muros
38265	Antonio Monteiro de Jesus	49 a	c	Portugal	pintor	repentinamente	21.04.1891	Sep. 404 A 5º Q Entre Muros
38295	José da Silva Machado	45 a	c	Portugal	artista	sem assistência médica	27.04.1891	Sep. 97 A 6º Q Entre Muros
38337	Gomes José Pereira Vianna	66 a	v	Portugal	proprietário	lesão cardíaca	05.05.1891	Cat. 103 1ª ordem
38364	Manoel Botelho	47 a	s	Portugal	N/C	deplimitosa pulmonar	09.05.1891	Sep. 58 A 2º Q Entre Muros
38407	Sebastião de Oliveira Gomes	57 a	ig	Portugal	N/C	sem assistência médica	17.05.1891	Sep. 127 A 2º Q Entre Muros

38452	Miguel Antonio de Souza Castro	37 a	s	Portugal	N/C	meningoencefalite no HSP	24.05.1891	Campo Santo Sep. 2248
38497	Antonio Monteiro Ferreira	60 a	s	Portugal	N/C	hemorragia cerebral na SC	03.06.1891	Campo Santo Sep. 2274
38538	Luiz Gomes Leal	59 a	c	Portugal	N/C	caquexia cancerosa	13.06.1891	Cat. 36 2ª ordem
38539	Domingos Pereira Monteiro	58 a	s	Portugal	N/C	febre tifóide no HSP	13.06.1891	Campo Santo Sep. 2294
38548	Maria Mendes Ribeiro	69 a	c	Portugal	N/C	enterite	16.06.1891	Sep. 124 8º Q Entre Muros
38594	Antonio Joaquim de Araujo	60 a	v	Portugal	N/C	congestão pulmonar na SC	26.06.1891	Campo Santo Sep. 2329
38602	José da Silva Brilhante	68 a	c	Portugal	N/C	sem assistência médica	28.06.1891	Sep. 152 na ISB
38652	João Ferreira Barreto	52 a	s	Portugal	N/C	tuberculose na SC	07.07.1891	Campo Santo Sep. 2354
38653	Luiz Teixeira da Fonseca	70 a	c	Portugal	N/C	hemorragia cerebral na SC	07.07.1891	Campo Santo Sep. 2359
38886	José Gomes Vianna	80 a	v	Portugal	N/C	ateroma deterial	13.08.1891	Cat. 182 1ª ordem ISMA
38892	Manoel Marques Baptista	50 a	s	Portugal	N/C	peritonite	14.08.1891	Sep. 75 B 2º Q Entre Muros
38894	Antonio Julio de Carvalho	41 a	c	Portugal	negociante	síncope cardíaca	14.08.1891	Sep. 208 1ª ordem ISMA
38916	Joaquim Dias de Souza	30 a	s	Portugal	N/C	asfixia por submersão	17.08.1891	Campo Santo Sep. 2470
38922	Joaquim Soares Sereno	52 a	c	Portugal	N/C	aneurisma aórtica	18.08.1891	Sep. 326 B 5º Q Entre Muros
38981	José Pereira da Fonseca	50 a	v	Portugal	N/C	consumpção na Ben. Port.	27.08.1891	Sep. 32 A 1º Q Entre Muros
39000	Antonio Gomes Pereira	40 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	31.08.1891	Sep. 335 B 3º Q Entre Muros
39025	José Ferreira Lourenço	61 a	c	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração na Cadeia Civil	04.09.1891	Campo Santo Sep. 2522
39031	Joaquim Machado	21 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	04.09.1891	Sep.342 B 5º Q Entre Muros
39156	Domingos da Silva Lisboa	48 a	v	Portugal	marceneiro	anemia profunda	28.09.1891	Cat. 76 2ª ordem
39168	Domingos Marques	25 a	s	Portugal	N/C	pneumonia dupla	01.10.1891	Sep. 420 B 3º Q Entre Muros
39287	Antonio Gomes dos Santos Tavares	48 a	s	Portugal	N/C	tísica laríngea	22.10.1891	Sep. 26 A 1º Q Entre Muros

39314	Antonio Rodrigues Nora	38 a	c	Portugal	N/C	síncope cardíaca	27.10.1891	Sep. 227 A 4º Q Entre Muros
39322	Manoel Gomes Ferreira	49 a	c	Portugal	N/C	sem assistência médica	29.10.1891	Sep. 53 A ISMA
39326	Francisco Joaquim Borges	60 a	s	Portugal	N/C	enterite crônica na SC	30.10.1891	Campo Santo Sep. 2683
39377	José de Souza Paulino	50 a	s	Portugal	N/C	cirrose atrófica do fígado na SC	07.12.1891	Campo Santo Sep. 2704
39425	José Gonçalves Peixoto	29 a	s	Portugal	N/C	peritonite consecutiva a ferimento na SC	12.12.1891	Campo Santo Sep.2730
39498	Joaquim da Silva Soares	24 a	s	Portugal	N/C	sem assistência médica	22.12.1891	Sep. 7B 6ºQ Entre Muros
39673	Manoel Lopes de Lemos	56 a	s	Portugal	N/C	sifiles terciária na SC	17.12.1891	Campo Santo Sep.2833
39678	Antonio José Maria	65 a	c	Portugal	N/C	lesão cardiáca na SC	18.12.1891	Campo Santo Sep. 2834
39705	Francisco Maximo da Cunha	44 a	c	Portugal	N/C	marasmo na SC	21.12.1891	Sep.431 B 3º Q Entre Muros
39745	José Martins Soares	72 a	v	Portugal	N/C	encefalite	27.12.1891	Cat. 200 3ª ordem ISMA
39757	Antonio José da Silva Junior	69 a	v	Portugal	ferreiro	prostatite supurado	28.12.1891	Sep. 22 ISMA
39815	Antonio Tibeiro de Miranda	42 a	s	Portugal	marceneiro	tuberculose pulmonar	05.01.1892	Sep. 148B 6º Q Entre Muros
40001	João dos Santos	56 a	s	Portugal	N/C	alcoolismo	02.02.1892	Campo Santo Sep. 2004
40074	José Antonio de Barros Portella	28 a	s	Portugal	N/C	caquexia cancerosa	13.02.1892	Sep. 356B 5º Q Entre Muros
40233	Victorino Soares	55 a	s	Portugal	N/C	insuficiência mitral na SC	06.03.1892	Campo Santo Sep. 3123
40250	Antonio Joaquim Dias	49 a	v	Portugal	jornalista	não consta	08.03.1892	Cat. 151 3ª ordem
40264	Antero Fernandes do Pinho	40 a	s	Portugal	N/C	sem assistência médica	11.03.1892	Sep. 114 B 6º Q Entre Muros
40309	Manoel Francisco Ramos	60 a	c	Portugal	N/C	hepatite crônica	17.03.1892	Sep.174 B 6º Q Entre Muros
40311	Antonio da Silva Santos Paranhos	74 a	c	Portugal	N/C	*scthiase* biliar	17.03.1892	Cat. 70 3ª ordem
40475	João Antonio Ferreira	78 a	N/C	Portugal	N/C	marasmo no HSP	11.04.1892	Campo Santo Sep. 3246
40494	Manoel de Assumpção	36 a	s	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	13.04.1892	Sep. 351 9º Q Entre Muros
40533	Antonio José da Costa Lima	36 a	c	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	19.04.1892	Sep. 355 9º Q Entre Muros

40545	Joaquim Carvalho da Silva	82 a	s	Portugal	N/C	síncope cardíaca	21.04.1892	Sep. 173 A 8º Q Entre Muros
40574	José Corrêa da Rocha	43 a	v	Portugal	N/C	enforcado	26.04.1892	Sep. 366 9º Q Entre Muros
40607	Antonio José Soares de Lima	50 a	c	Portugal	N/C	aliminuria	01.05.1892	Sep. 372 9º Q Entre Muros
40612	João José Rodrigues Junior	49 a	c	Portugal	N/C	enterite ulcerosa	02.05.1892	Sep. 5 A 6º Q Entre Muros
40698	Manoel Tavares de Almeida	60 a	s	Portugal	N/C	gastro enterite na SC	16.05.1892	Campo Santo Sep. 3547
40712	Alfredo de Oliveira Rangel	32 a	s	Portugal	N/C	septicemia variólica	18.05.1892	Sep. 395 9º Q Entre Muros
40731	Manoel Francisco Pereira Rendeiro	52 a	c	Portugal	N/C	catarro sufocante	22.05.1892	Cat. 83 3ª ordem Arrend.
40734	José Joaquim da Silva	21 a	s	Portugal	N/C	congestão pulmonar	23.05.1892	Sep.447 B 3º Q Entre Muros
40828	João do Pinho Soares	59 a	s	Portugal	N/C	aterio esclerose	08.06.1892	Sep. 70 A ISMA
40837	Manoel Antonio de Almeida	57 a	c	Portugal	N/C	enterite crônica	09.06.1892	Sep. 415 9º Q Entre Muros
40849	Pedro Brum da Silveira	70 a	s	Portugal	N/C	marasmo senil	12.06.1892	Campo Santo Sep. 3415
40893	Antonio Gomes dos Santos	54 a	c	Portugal	N/C	astema	19.06.1892	Cat. 187 2ª ordem ISMA
40942	Joaquim de Mello Freitas	66 a	s	Portugal	N/C	diabetes sacarisso	29.06.1892	Cat. 184 2ª ordem ISMA
40957	Manoel Fernandes de Oliveira	76 a	c	Portugal	N/C	anemia cerebral	02.07.1892	Sep. 150 B 6º Q Entre Muros
41012	Francisco José da Silveira	58 a	c	Portugal	N/C	anemia da crossa aorta	10.07.1892	Cat. 192 3ª ordem ISMA
41023	Joaquim André dos Santos	50 a	s	Portugal	N/C	aneurisma	11.07.1892	Sep.200 B 2º Q Entre Muros
41026	Joaquim Antonio Dias Campos	53 a	c	Portugal	N/C	atrofia do coração	12.07.1892	Cat. 149 1ª ordem Arren.
41111	Domingos Alves da Costa	52 a	c	Portugal	N/C	bacelose pulmonar	27.07.1892	Sep.219 B 2º Q Entre Muros
41131	Francisco Nunes Pereira	77 a	s	Portugal	N/C	dietese fibrosa	01.08.1892	Cat. 52 2ª ordem
41167	José Govea Franco	28 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	09.08.1892	Cat. 92 2ª ordem
41233	Antonio de Oliveira Maricato	50 a	s	Portugal	N/C	cólica hepática	20.08.1892	Sep. 256 B 8º Q Entre Muros

41271	José Antonio Lopes Mendes	66 a	c	Portugal	N/C	pneumonia de ápice	31.08.1892	Cat. 165 2ª ordem
41284	José Antonio Pinto Ferreira	48 a	s	Portugal	N/C	arterioesclerose	03.09.1892	Sep. 122 B 8º Q Entre Muros
41288	Manoel Pinheiro Dias	60 a	c	Portugal	N/C	lesão cardíaca	03.09.1892	Sep. 166 ISB
41321	Antonio Dias dos Aydos	72 a	s	Portugal	N/C	pielonefrite	08.09.1892	Cat. 212 3ª ordem ISMA
41357	Maria Rosa da Cunha Moreira	65 a	v	Portugal	N/C	bronquite	17.09.1892	Sep. 183 B 1ª Q Entre Muros
41385	Santos Antunes da Cruz	70 a	c	Portugal	N/C	nefrite aórtica	23.09.1892	Campo Santo Sep. 64
41386	Antonio Xavier Teixeira da C.Peixoto	50 a	c	Portugal	solicitador	congestão cerebral	23.09.1892	Sep. 158 B 2º Q Entre Muros
41430	Domingos da Costa Lino	42 a	c	Portugal	N/C	síncope cardíaca	01.10.1892	Cat. 198 1ª ordem ISMA
41431	Antonio Barboza Granja	60 a	c	Portugal	canteiro	síncope cardíaca	01.10.1892	Sep. 508 10º Q Entre Muros
41443	Maria Delfina Mascarenha	70 a	v	Portugal	N/C	arterioesclerose	03.10.1892	Sep. 174 B 2º Q Entre Muros
41462	Antonio José de Araujo	75 a	c	Portugal	N/C	repentinamente	06.20.1892	Sep. 107 B ISMA
41625	Antonio Ferreira Gomes	34 a	v	Portugal	N/C	ferimento penetrante no cérebro por arma de fogo	06.11.1892	Sep. 156 B 2º Q Entre Muros
41632	Etelvina, filha de Francisco Simões da Rocha	14 a	N/C	Portugal	N/C	sem assistência médica	09.11.1892	Sep. 329 B 3º Q Entre Muros
41683	José Nunes de Oliveira	45 a	s	Portugal	N/C	sem assistência médica	18.11.1892	Sep. 536 10º Q Entre Muros
41779	José Teixeira da Silva	36 a	c	Portugal	N/C	febre tifóide	06.12.1892	Sep. 548 10º Q Entre Muros
41892	Joaquim Antonio de Campos	66 a	s	Portugal	agências	pneumonia	27.12.1892	Sep. 28B 6º Q Entre Muros
42016	José da Silva Bastos	51 a	s	Portugal	N/C	carcinoma no esôfago	24.01.1893	Sep. 483 B 3º Q Entre Muros
42095	Joaquim de Souza Freitas	58 a	v	Portugal	N/C	insuficiência mitral	09.02.1893	Campo Santo Sep. 293
42301	Maria Carolina, filha de Francisco Dias de Oliveira	10 a	-	Portugal	N/C	gastro enterite	21.03.1893	Sep. 155B 7º Q Entre Muros

42481	Manoel Rapozo Tavares	80 a	c	Portugal	N/C	anemia	22.04.1893	Sep.. 16 A ISMA
42484	Bernardino José Dias Seabra	44 a	c	Portugal	N/C	esclerose cerebral	22.04.1893	Campo Santo Sep. 446
42507	Manoel da Silva Oliveira	84 a	v	Portugal	N/C	ateromasia generalizada	26.04.1893	Sep. 18 A ISMA
42533	Antonio Fernandes Loures	77 a	c	Portugal	capitalista	bronco pneumonia	30.04.1893	Sep.7 A traslad. Sep. 27 B 2º Q
42553	José Rodrigues Teixeira	48 a	c	Portugal	negociante	degenerecência gordurosa do coração	05.05.1893	Sep. 15 C Cem.São José
42589	João da Costa de Oliveira Prezas	48 a	c	Portugal	chacareiro	tuberculose pulmonar	11.05.1893	Sep. 158 A 9º Q Entre Muros
42658	Agostinho Luiz Monteiro	40 a	s	Portugal	N/C	sem assitência médica	25.05.1893	Campo Santo Sep. 506
42666	Manoel Jorge da Silva Soares	64 a	c	Portugal	proprietário	câncer do epiploon	26.05.1893	Sep. 150 A ISMA

Obs.: O Códice contém 6.492 registros de óbitos. Destes, 138 são portugueses; nenhum se declarou açoriano.

LIVRO Nº 20 DE ÓBITOS DO CEMITÉRIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE - Do óbito nº 42.697 (02.06.1893) ao de nº 49.639 (21.10.1896)

Nº	Nome	Idade	Est. Civ.	Naciona lidade	Profissão	Causa mortis	Data sepult.	Local sepult.
42704	José Francisco da Silva Lisbôa	54 a	s	Portugal	marinheiro	caquexia cardíaca na SC	02.06.1893	Campo Santo Sep. 526
42714	Clemente Francisco dos Santos	74 a	s	Portugal	empregado público	hérnia estrangulada	04.06.1893	Sep. 106 A ISMA
42805	João Pereira da Silva	47 a	s	Portugal	jornaleiro	piolmia	23.06.1893	Sep.154 B 1º Q Entre Muros
42821	José Antonio de Farias	45 a	c	Portugal	N/C	bacelose pulmonar	28.06.1893	Sep. 41 A 9º Q Entre Muros
42899	Manoel Gomes de Almeida	43 a	c	Portugal	negociante	tuberculose pulmonar	16.07.1893	Sep. 71 A 8º Q Entre Muros
42942	Antonio Ferreira Trindade	62 a	s	Portugal	N/C	esclerose medular na SC	23.07.1893	Sep. 76 A 9º Q Entre Muros
42966	José Ferreira dos Santos da Silva	47 a	s	Portugal	N/C	cistite	29.07.1893	Cat. 137 1ª ordem
42976	Elvira, filha de Frederido Heite	03 a	ino	Portugal	-	ferimento arma de fogo	30.07.1893	Sep. 229 B 5º Q Entre Muros
43103	José Fernandes Granja	56 a	v	Portugal	N/C	dilatação aórtica	23.08.1893	Cat. 181 3ª ordem ISMA

43116	Antonio José Nunes	67 a	v	Portugal	maquinista	cólicas intestinais	26.08.1893	Sep. 59 A ISMA
43184	Antonio da Roza	90 a	v	Portugal	N/C	astema cardíaca	11.09.1893	Campo Santo Sep. 698
43185	Anna Dias da Silva Netto	48 a	c	Portugal	N/C	artérioesclerose cardiorenal	11.09.1893	Sep. 100 8º Q Entre Muros
43225	André Soares Vieira	48 a	c	Portugal	marítimo	síncope cardíaca	20.09.1893	Sep. 426 A 3º Q Entre Muros
43278	Joaquim Marques da Silva	50 a	c	Portugal	N/C	tísica pulmonar	29.09.1893	Sep. 169 A 9º Q Entre Muros
43417	Agostinho Pereira da Silva	58 a	v	Portugal	comerciante	lesão orgânica do coração	28.10.1893	Sep. 220 A 9º Q Entre Muros
43419	Lino dos Santos Ferreira Coelho	36 a	s	Portugal	comércio	febre tifóide	29.10.1893	Cat. 85 2ª ordem
43431	Antonio Farias Moreira de Lima	34 a	c	Portugal	N/C	síncope cardíaca	30.10.1893	Sep. 234 B 8º Q Entre Muros
43442	Manoel Augusto Teixeira	32 a	s	Portugal	N/C	repentinamente	01.11.1893	Sep. 235 A 6º Q Entre Muros
43522	encontrado na Praça das Carretas	30 a	ig	Portugal	N/C	asfixia por submersão	11.11.1893	Campo Santo Sep. 833
43553	João José Corrêa Barboza	54 a	c	Portugal	negociante	anemia aguda por ferimento no pescoço	16.11.1893	Sep. 129 A 1º Q Entre Muros
43563	Manoel Domingues Alfama	50 a	c	Portugal	pedreiro	tuberculose pulmonar	16.11.1893	Sep. 316 A 5º Q Entre Muros
43614	Antonio Avelino Soares	48 a	N/C	Portugal	N/C	enterite no HSP	22.11.1893	Campo Santo Sep. 876
43640	José Soares	65 a	v	Portugal	N/C	asfixia por submersão	24.11.1893	Sep. 171 A 9º Q Entre Muros
43660	José de Araujo	35 a	s	Portugal	N/C	tuberculose	28.11.1893	Sep. 225 A 9º Q Entre Muros
43669	Veríssimo Antonio Candido	58 a	s	Portugal	N/C	cistite purulenta	29.11.1893	Sep. 10 A 2º Q Entre Muros
43812	Salvador Francisco Nunes	60 a	s	Portugal	N/C	sem assistência médica	18.12.1893	Campo Santo Sep. 936
43864	Francisco Corrêa Pinto	50 a	v	Portugal	jornaleiro	tuberculose	26.12.1893	Sep. 219 A 9º Q Entre Muros
43896	José Moreira de Magalhães	55 a	c	Portugal	N/C	enterite	28.12.1893	Sep. 177 da ISB
43902	Antonio Felix de Bitencuort	82 a	c	Portugal	capitalista	diarréia	29.12.1893	Sep. 157 A Entre Muros
44022	José Gomes da Silva	23 a	s	Portugal	comerciante	asfixia por submersão	16.01.1894	Sep. 528 A 3º Q Entre Muros
44121	Januário de Souza Neves	29 a	s	Portugal	N/C	pneumonia dupla	01.02.1894	Cat. 158 1ª ordem
44167	Arthur Silva	55 a	c	Portugal	N/C	uremia	08.02.1894	Cat. 88 3ª ordem

44381	Manoel José da Silva Guimarães	78 a	c	Portugal	proprietário	diarréia coliquativa	13.03.1894	Sep. 89 A ISMA
44418	Ricardo Lopes de Carvalho	60 a	c	Portugal	alfaiate	cancro no estômago	18.03.1894	Sep. 180 da ISB
44435	Antonio Luiz	60 a	s	Portugal	pescador	astma cardíaca na SC	21.03.1894	Campo Santo Sep. 1176
44436	Manoel Domingo Macieira	40 a	c	Portugal	jornaleiro	caquexia cancerosa	21.03.1894	Sep. 283 A 9º Q Entre Muros
44493	Ignacio José da Silva	56 a	c	Portugal	ferreiro	enterite aguda na SC	30.03.1894	Campo Santo Sep. 1200
44533	Pedro Corrêa	63 a	c	Portugal	N/C	caquexia cardíaca	07.04.1894	Sep. 286 A 9º Q Entre Muros
44715	Manoel Rodrigues Thomaz	52 a	s	Portugal	jornaleiro	síncope cardíaca	09.05.1894	Sep. 237 4º Q Entre Muros
44874	Braz Pereira dos Santos	55 a	c	Portugal	negociante	insuficiência mitral	12.06.1894	Sep. 27 B 2º Q Entre Muros
44881	João Jorge	65 a	c	Portugal	N/C	inanição na SC	13.06.1894	Campo Santo Sep. 1334
44916	Anna da Cruz e Silva	75 a	c	Portugal	N/C	enterite crônica	19.06.1894	Sep.SMAlmas 160 A
44946	José Luiz da Silva	40 a	c	Portugal	chapeleiro	abcesso do pulmão na SC	27.06.1894	Sep. 3 B 5º Q Entre Muros
44952	José Cabral da Roza	80 a	v	Portugal	N/C	repentinamente	27.06.1894	Sep.62 B 8º Q Entre Muros
44965	José Antonio da Costa Araujo	62 a	c	Portugal	N/C	enterite coleriforme	29.06.1894	Sep. 146 A ISMA
45077	José Borges Areias	79 a	s	Portugal	calceteiro	bronco pneumonia	25.07.1894	Sep. 33 B 1º Q Entre Muros
45114	Liberata	74 a	s	Portugal	N/C	febre tifóide	03.08.1894	Sep. 502 B 3º Q Entre Muros
45163	Manoel Augusto Ferreira	20 a	s	Portugal	N/C	febre tifóide	14.08.1894	Sep. 91 A 2º Q Entre Muros
45209	Francisco Alves de Mello	38 a	c	Portugal	N/C	hemorragia pulmonar	23.08.1894	Sep. 777B 1º Q Entre Muros
45226	Joaquim Gonçalves da Fonseca	56 a	c	Portugal	carpinteiro	cirrose hipertrófica do fígado	27.08.1894	Sep. 187 da ISB
45318	Antonio Ferreira Gomes	24 a	s	Portugal	N/C	sependicite (sic)	15.09.1894	Sep. 138 A 6º Q Entre Muros
45320	Joaquim Rodrigues Pereira	51 a	s	Portugal	agricultor	dilatação da aorta abdominal	15.09.1894	Sep. 251 B 1º Q Entre Muros
45344	Antonio Marques Dias	48 a	s	Portugal	carpinteiro	bronco pneumonia	19.09.1894	Sep. 188 A 8º Q Entre Muros
45353	Antonio de Oliveira Reis	34 a	c	Portugal	negociante	infecção urinosa	21.09.1894	Sep. 49 B 2º Q Entre Muros
45385	Joaquim Esteves	25 a	c	Portugal	açougueiro	tuberculose pulmonar	28.09.1894	Sep. 240 4º Q Entre Muros

45402	José Antonio Leite	74 a	v	Portugal	proprietário	pneumonia dupla	30.09.1894	Cat. 209 2°ordem ISMA; restos para a urna 22 São Miguel e em 13.09.1899 foi inhumado
45465	Alvino Marques de Almeida	59 a	s	Portugal	capitalista	hemoptise	10.10.1894	Sep. 40 B 2º Q Entre Muros
45491	Antonio José dos Santos Azevedo	103 a	s	Portugal	guarda livros	arterioesclerose	16.10.1894	Cat. 74 3ª ordem
45502	Manoel Gomes Macedo	83 a	v	Portugal	lavrador	sem assistência médica	17.10.1894	Sep. 111 A 6º Q Entre Muros
45511	Antonio Alves Pereira	55 a	s	Portugal	jornaleiro	tifo pulmonar	18.10.1894	Sep. 100 B 6º Q Entre Muros
45550	Antonio Julio	52 a	c	Portugal	carpinteiro	lesão orgânica do coração	26.10.1894	Sep. 244 B 6º Q Entre Muros
45552	Manoel de Souza Pereira	58 a	c	Portugal	pedreiro	pneumonia gripal	27.10.1894	Cem. 124 A ISMA
45554	Clemente Moreira da Silva	58 a	v	Portugal	pedreiro	peritonite séptica	27.10.1894	Sep. 35 B 6º Q Entre Muros
45600	Joaquim Alves Ferreira	53 a	v	Portugal	pedreiro	dilatação aórtica na SC	05.11.1894	Campo Santo Sep. 1564
45618	Bento Gomes	60 a	c	Portugal	torneiro	tuberculose	07.11.1894	Sep. 191 ISMA
45690	Joaquim Miguel Fernandes	55 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	22.11.1894	Sep. 68 A 8º Q Entre Muros
45744	José Ignacio Valladares	95 a	v	Portugal	N/C	artérioesclerose	02.12.1894	Sep. 286 8º Q Entre Muros
45762	Manoel Antonio Gonçalves	48 a	N/C	Portugal	N/C	cirrose do fígado	05.12.1894	Sep. 60 B 8º Q Entre Muros
45800	Manoel dos Santos Trindade	46 a	c	Portugal	comércio	caquexia tuberculosa	12.12.1894	Sep. 288 8º Q Entre Muros
45816	Joaquim Teixeira Soares	55 a	s	Portugal	N/C	gastro hepatite	15.12.1894	Sep. 23 A ISMA
45875	Maria da Lus, filha Francisco Fernandes	6 a	in	Portugal	N/C	meningite aguda	24.12.1894	Cat. 59 3ª ordem
45940	Matheus de Magalhães	60 a	c	Portugal	empregado público	asistolia cardíaca	03.01.1895	Sep. 144 B 2º Q Entre Muros
46029	Joaquim Gonçalves Valentim	93 a	s	Portugal	N/C	velhice	19.01.1895	Sep. 148 B 8º Q Entre Muros
46034	Luiz Pires dos Santos	35 a	c	Portugal	barbeiro	repentinamente	21.01.1895	Sep. 158 A ISMA
46153	José Gaspar Affonso da Silveira	60 a	c	Portugal	carroceiro	tifo cerebral	14.02.1895	Sep. 221 B 6º Q Entre Muros
46161	José de Souza Ferraz	76 a	c	Portugal	empregado público	artério esclerose generalizada	17.02.1895	Sep. 30 A ISMA

46263	Joaquim Pinto Vieira	61 a	v	Portugal	N/C	lesão cardíaca	07.03.1895	Sep. 253 6º Q Entre Muros
46291	João Rodrigues Martins	43 a	c	Portugal	negociante	tuberculose pulmonar e laríngia	11.03.1895	Sep. 275 6º Q Entre Muros
46455	Jeronyma Maria de Jesus Jardim	69 a	v	Portugal	N/C	bronco pneumonia na SC	08.04.1895	Sep. 20 11º Q Entre Muros
46622	João Baptista da Silva	42 a	s	Portugal	canteiro	tuberculose pulmonar na SC	16.05.1895	Campo Santo Sep. 1842
46741	Manoel Francisco da Silva	80 a	s	Portugal	marítimo	tumor maligno do olho direito na SC	08.06.1895	Campo Santo Sep. 1871
46749	Joaquim José Ribeiro	43 a	c	Portugal	N/C	ectazia (sic) aórtica	10.06.1895	Sep. 61 11º Q Entre Muros
46828	Sebastião Pereira da Silva	70 a	v	Portugal	N/C	congestão pulmonar	26.06.1895	Sep. 94 C 8º Q Entre Muros
46997	Antonio Bento de Carvalho	33 a	v	Portugal	calceteiro	pleuro pneumonia	29.07.1895	Campo Santo Sep. 1941
47004	José Coelho de Castro	63 a	c	Portugal	N/C	uremia	30.07.1895	Cat. 81 2ª ordem
47083	Salvador Antonio Pinto	57 a	c	Portugal	N/C	diabetes	18.08.1895	Cat. 186 1ª ordem ISMA
47120	Henrique Dias Cardozo	48 a	c	Portugal	jornaleiro	hepatite supurada na SC	25.08.1895	Campo Santo Sep. 1976
47207	Manoel Gomes da Ponte	60 a	s	Portugal	N/C	apoplexia cerebral	14.09.1895	Sep. 314 C 5º Q Entre Muros
47332	Antonio José de Freitas	73 a	v	Portugal	N/C	asistolia cardíaca	04.10.1895	Sep. 398 A 9º Q Entre Muros
47440	Domingos Gonçalves Cruzeiro	36 a	c	Portugal	negociante	oclusão intestinal	25.10.1895	Sep. 145 C 8º Q Entre Muros
47506	Manoel Pinhão Guimarães	49 a	c	Portugal	calceteiro	caquexia tuberculosa	04.11.1895	Campo Santo Sep. 2072
47507	Pedro Ribeiro de Mello	61 a	c	Portugal	advogado	cancro do estômago	04.11.1895	Sep. 129 B ISMA
47585	Antonio Pires Vieira Dantas	66 a	c	Portugal	guarda livros	arterioesclerose	18.11.1895	Sep. 172 ISMA
47594	Lucio da Fonseca e Souza	58 a	c	Portugal	carpinteiro	tuberculose pulmonar	19.11.1895	Sep. 322 C 5º Q Entre Muros
47677	Domingos Vieira Dias	78 a	v	Portugal	N/C	marasmo senil	30.11.1895	Sep. 134 C 8º Q Entre Muros
47739	Joaquim Alves Canteiro	70 a	c	Portugal	proprietário	uremia	10.12.1895	Sep. 4 B 6º Q Entre Muros
47758	Francisco Souza	60 a	s	Portugal	maquinista	desinteria	12.12.1895	Sep. 254 A 8º Q Entre Muros
47774	Manoel Ferreira da Silva	51 a	c	Portugal	jornaleiro	tuberculose pulmonar	14.12.1895	Sep. 278 6º Q Entre Muros

47780	Paulino Thomaz da Silva	31 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	15.12.1895	Campo Santo Sep. 2139
47937	João Alberto Rodrigues	54 a	s	Portugal	N/C	cirrose hepática	06.01.1896	Sep. 437 C 3º Q Entre Muros
48015	Antonio Vieira	45 a	s	Portugal	N/C	desinteria na SC	21.01.1896	Campo Santo Sep. 2193
48021	Antonio Ferreira da Costa	63 a	c	Portugal	verdureiro	pneumonia	22.01.1896	Sep. 564 A 10º Q Entre Muros
48048	João, filho de José Pinto Duarte	01 a	in	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	26.01.1896	Sep. 389 5º Q Entre Muros
48122	José Emilio Gonçalves	48 a	c	Portugal	negociante	hemorragia cerebral	08.02.1896	Cat.26 2ª ordem Irmão da SC
48236	José Figueira da Costa	53 a	s	Portugal	N/C	ignorado	27.02.1896	Sep. 250 B 1º Q Entre Muros
48258	Manoel Viera Lopes	32 a	s	Portugal	jornaleiro	oclusão intestinal	02.03.1896	Sep. 469 A 10º Q Entre Muros
48340	José Joaquim da Camara	78 a	s	Portugal	N/C	artérioesclerose	16.03.1896	Sep. 123 C 8º Q Entre Muros
48393	Alfredo Travassos	38 a	v	Portugal	carroceiro	tuberculose laríngia	25.03.1896	Sep. 494 A 10º Q Entre Muros
48412	Joaquim Alves França	44 a	c	Portugal	negociante	tuberculose pulmonar	27.03.1896	Sep. 122 C 8º Q Entre Muros
48534	Agostinho José Fernandes	68 a	v	Portugal	carpinteiro	hemorragia medular na SC	17.04.1896	Campo Santo Sep. 2314
48535	Francisco Pereira da Rocha Paranhos	78 a	c	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	18.04.1896	Cat. 179 3ª ordem
48744	José Francisco Dias Gomes	27 a	c	Portugal	tipógrafo	tuberculose pulmonar	26.05.1896	Sep. 94 C 2ª Q Entre Muros
48777	Salvador Pereira da Silva	50 a	c	Portugal	marceneiro	tuberculose pulmonar	31.05.1896	Sep. 73 B 6º Q Entre Muros
48781	Sebastião Gomes de Farias	56 a	c	Portugal	N/C	sem assistência médica	02.06.1896	Sep. 221 A 8º Q Entre Muros
48854	Manoel José Gonçalves Guimarães	62 a	c	Portugal	N/C	gripe bulbar	16.06.1896	Cat. 180 3ª ordem
48881	Francisco Rodrigues Maia	52 a	v	Portugal	N/C	otilismo crônico	20.06.1896	Sep. 470 3º Q. Restos mortais trasladados p/ sepultura 531 B em 31.07.1899
48902	Sebastião Coutinho de Sant'Anna	65 a	v	Portugal	N/C	sem assistência médica	25.06.1892	Cat. 182 1ª ordem
48940	Germana Roza de Jesus	80 a	v	Portugal	N/C	artério esclerose	02.07.1896	Sep. 208 C 2º Q Entre Muros
48949	Antonio Joaquim Marques de Carvalho	73 a	v	Portugal	N/C	artério esclerose	04.07.1896	Cat. 182 2ª ordem

49038	José Antonio Gonçalves Sampaio	36 a	s	Portugal	pedreiro	pneumonia bilateral	23.07.1896	Sep. 76 A 6º Q Entre Muros
49094	João Rodrigues Maia	54 a	c	Portugal	pedreiro	nefrite aguda	01.08.1896	Sep. 130 C 1º Q Entre Muros
49214	Manoel José Leite	63 a	c	Portugal	N/C	uremia consecutiva	18.08.1896	Sep. 223 2º Q Entre Muros
49258	Bernardo Luiz Pereira	46 a	c	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	24.08.1896	Cat. 13 3ª ordem
49289	Claudio de Andrade Leite	77 a	c	Portugal	N/C	assistolia	30.08.1896	Sep. 614 A 10º Q Entre Muros
49314	José Martins da Cruz	57 a	c	Portugal	jornaleiro	tuberculose generalizada na SC	03.09.1896	Campo Santo Sep. 2497
49325	Antonio de tal	60 a	N/C	Portugal	canteiro	encontrado morto	04.09.1896	Campo Santo Sep. 2499
49335	Antonio José Nunes	45 a	v	Portugal	bolieiro	tuberculose pulmonar	07.09.1896	Sep. 56 B 9º Q Entre Muros
49392	Albino Alves Teixeira	78 a	c	Portugal	N/C	choque	15.09.1896	Sep. 421 A 3º Q Entre Muros
49399	David Ferreira	47 a	c	Portugal	N/C	diabetes na SC	16.09.1896	Campo Santo Sep. 2512
49402	Manoel Antonio de Medeiros	87 a	c	Portugal	N/C	gripe	16.09.1896	Sep. 385 A 5º Q Entre Muros
49466	Joaquim Martins de Mesquita	46 a	c	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	25.09.1896	Sep. 514 B 3º Q Entre Muros
49582	Zacarias Xavier de Mattos	63 a	s	Portugal	N/C	caquexia	13.10.1896	Sep. 134 A 2º Q Entre Muros

Obs.: O Códice contém 6.946 registros de óbitos Destes, 132 são portugueses; nenhum se declarou açoriano.

LIVRO Nº 21 DE ÓBITOS DO CEMITÉRIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE - Do óbito nº 49.640 (21.10.1896) ao de nº 56.535 (14.11.1899)

Nº	Nome	Idade	Est. Civ.	Naciona lidade	Profissão	Causa mortis	Data sepult.	Local sepult.
49679	Henrique André Junior	37 a	s	Portugal	N/C	sem assistência médica	26.10.1896	Sep. 117 C 5º Q Entre Muros
49697	Joaquim dos Santos	50 a	s	Portugal	N/C	alienado, septicemia no HSP	29.10.1896	Campo Santo Sep. 2566
49790	Manoel Joaquim Nunes Ribeiro	56 a	s	Portugal	N/C	caquexia cancerosa	10.11.1896	Sep. 141 C 8º Q Entre Muros
49821	José Martins Pereira	50 a	c	Portugal	do comércio	uremia	15.11.1896	Cat. 121 2ª ordem
49835	Antonio Augusto da Costa	76 a	c	Portugal	coronel, administrador da Sta. Casa	septicemia	16.11.1896	Cat. 189 2ª ordem

49875	Gaspar Ferreira Cardoso	66 a	c	Portugal	N/C	angina do peito	23.11.1896	Sep. 210 3º Q Entre Muros
49996	Francisco Monteiro Bento	64 a	s	Portugal	N/C	febre tifóide	11.12.1896	Sep. 192 A 3º Q restos p/Q. ISMA em 01.02.1900
50013	Manoel Gonçalves Vianna	67 a	c	Portugal	agricultor	septicemia	13.12.1896	Sep. 434 A 3º Q Entre Muros
50026	José da Silva	60 a	N/C	Portugal	N/C	uremia	14.12.1896	Sep. 474 3º Q Entre Muros
50027	Francisco Pinto Moysés	68 a	c	Portugal	empregado público	desinteria	14.12.1896	Sep. 121 C 2º Q Entre Muros
50084	Cancida, filha de José Ferreira Brinco	20 a	N/C	Portugal	N/C	sem assistência médica	21.12.1896	Sep. 203 C 5º Q Entre Muros
50111	Severiano Dias Gomes	54 a	v	Portugal	N/C	sem assistência médica	25.11.1896	Sep. 305 1º Q Entre Muros
50218	Joaquim de Carvalho Bastos	58 a	v	Portugal	comendador, negociante	pleurisia diafragmática	11.01.1897	Cat. 154 1ª ordem
50221	Antonio Lino Gomes Guimarães	47 a	c	Portugal	negociante	marasmo alienado	11.01.1897	Cat. 187 1ª ordem. Trasl. p/ Rio Grande
50326	Henrique Corrêa de Almeida	60 a	s	Portugal	N/C	repentinamente	26.01.1897	Sep. 480 3º Q Entre Muros
50538	Joaquim José Ramos	34 a	c	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	01.03.1897	Sep. 11 B ISMA
50624	Abel de Carvalho Colta	26 a	s	Portugal	N/C	alienado, diarréia no HSP	15.03.1897	Campo Santo Sep. 2765. Trasl. p/ Rio Grande
50704	Agostinho Marques Ventura	40 a	c	Portugal	negociante	encefalite	29.03.1897	Cat. 32 2ª ordem Irmão
50708	Adolfo Pires Soares	26 a	s	Portugal	do comércio	peritonite	30.03.1897	Sep. 316 C 5º Q Entre Muros
50765	João Francisco Alves	60 a	s	Portugal	sacerdote	lesão cardíaca	08.04.1897	Sep. 120 C 8º Q Entre Muros
50805	Joaquim José de Abreu	78 a	c	Portugal	N/C	marasmo senil	13.04.1897	Sep. 80 12º Q Entre Muros
50810	José Pinto Lima	54 a	c	Portugal	N/C	lesão cardíaca	15.04.1897	Sep. 122 12º Q Entre Muros
50816	João Marcellino de Oliveira Braga	55 a	c	Portugal	negociante	gota visceral insidiosa	16.04.1897	Cat. 137 1ª ordem
50846	José Gomes da Silva	38 a	s	Portugal	pedreiro	sem assistência médica	22.04.1897	Sep. 108 12º Q Entre Muros
50864	Thomaz Teixeira Vaz	18 a	s	Portugal	do comércio	anemia perniciosa	23.04.1897	Sep. 32 C 6º Q Entre Muros
50899	José Reis	61 a	c	Portugal	N/C	interite infecciosa na SC	29.04.1897	Campo Santo Sep. 2835

50957	José Machado Gomes	50 a	c	Portugal	comerciante	periencefalite	07.05.1897	Sep. 138 12º Q Entre Muros
50997	Firmino Gomes da Silva	21 a	s	Portugal	do comércio	gripe bacilose pulmonar	13.05.1897	Sep. 127 B 3º Q Entre Muros
51023	José Almeida dos Santos	20 a	s	Portugal	do comércio	tifo na Benef. Portuguesa	16.05.1897	Sep. 131 12º Q Entre Muros
51032	Luiz Ribeiro Pinto	53 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar na Ben. Port.	17.05.1897	Sep. 173 12º Q Entre Muros
51127	Vicente José Pinto	67 a	c	Portugal	negociante	cancro da face	30.05.1897	Cat. 115 3ª ordem
51131	Joaquim Baptista Ferreira	29 a	s	Portugal	ferreiro	ferimento por arma de fogo	30.05.1897	Campo Santo Sep. 2917
51149	João Guilherme Ferreira	78 a	c	Portugal	proprietário	lesão orgânica do coração	02.06.1897	Cat. 165 2ª ordem
51150	Antonio da Silva Braga	40 a	c	Portugal	N/C	lesão cardíaca	02.06.1897	Sep. 157 12º Q Entre Muros
51186	Luiz Gomes da Cunha	68 a	c	Portugal	N/C	enterite crônica	08.06.1897	Sep. 205 A ISMA
51202	Ramão Antonio Gomes	58 a	c	Portugal	hoteleiro	pneumonia *influenza*	11.06.1897	Sep. 253 12º Q Entre Muros
51222	Manoel Moreira Guimarães	54 a	N/C	Portugal	marcineiro	uremia	14.06.1897	Sep. 211 12º Q Entre Muros
51224	Antonio Gonçalves Rios	54 a	c	Portugal	N/C	artérioesclerose	15.06.1897	Sep. 37 12º Q Entre Muros
51245	Margarida Francisca de Araújo	93 a	v	Portugal	N/C	dilatação aórtica	18.06.1897	Campo santo Sep. 2951
51254	João Pinto Ribeiro	70 a	v	Portugal	N/C	artérioesclerose	20.06.1897	Cat. 88 3ª ordem
51373	José Maria da Silva	59 a	s	Portugal	do comércio	pneumonia dupla	09.07.1897	Sep. 245 12º Q Entre Muros
51406	Manoel Corrêa Guedes	59 a	s	Portugal	do comércio	tétano agudo	15.07.1897	Cat. 115 2ª ordem Irmão Sta.Casa
51410	Francisco Pires Rodrigues Vianna	64 a	c	Portugal	N/C	apoplexia	16.07.1897	Sep. 80 1º Q Entre Muros
51423	Manoel Pinheiro da Rocha	45 a	s	Portugal	comerciante	repentinamente	17.07.1897	Sep. 187 12º Q Entre Muros
51458	Manoel José Rodrigues	52 a	c	Portugal	jornaleiro	desinteria na SC	23.07.1897	Campo Santo Sep. 2995
51466	Antonio Thomaz de Farias	76 a	v	Portugal	N/C	artérioesclerose	25.07.1897	Sep. 327 9º Q Entre Muros
51509	Antonio José de Magalhães	48 a	s	Portugal	açougueiro	repentinamente	04.08.1897	Sep. 76 12º Q Entre Muros
51566	Manoel Duarte Capote	25 a	c	Portugal	N/C	anemia aguda por hemorragia	16.08.1897	Sep. 231 12º Q p/ o nicho 44 em 16.12.1900

51567	Adelaide Pereira Duarte	23 a	c	Portugal	N/C	comoção cerebral por fratura crânio	16.08.1897	Sep. 213 12º Q p/ o nicho 44 em 16.12.1900
51574	Julio de Carvalho	58 a	c	Portugal	N/C	assistolia cardíaca	17.08.1897	Cat. 32 3ª ordem
51606	Vicente Ferreira dos Santos	42 a	s	Portugal	maquinista	alienado, paralisia geral	25.08.1897	Sep. 34 12º Q Entre Muros
51638	Serafim Torres da Silva	13 a	s	Portugal	N/C	febre tifóide	31.08.1897	Sep. 75 C 8º Q Entre Muros
51665	Antonio Macedo	57 a	s	Portugal	N/C	bronquite catarral	06.09.1897	Sep. 28 12º Q Entre Muros
51730	José Maria Leitão	38 a	v	Portugal	N/C	aneurisma	17.09.1897	Sep. 307 12º Q Entre Muros
51742	José Ferreira do Pinho	47 a	c	Portugal	N/C	síncope cardíaca	20.09.1897	Sep. 3 C 8º Q Entre Muros
51748	José Pereira de Oliveira	34 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	21.09.1897	Sep. 2 1 2º Q Entre Muros
51838	Manoel Pinto de Farias	39 a	c	Portugal	negociante	síncope cardíaca	11.10.1897	Sep. 97 12ºQ Entre Muros
51852	Marcos Ribeiro, filho de Antonio Ribeiro	08 a	in	Portugal	N/C	gastroenterite	14.10.1897	Sep. 262 C 5º Q Entre Muros
52096	José Fernandes Junior	56 a	s	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	22.11.1897	Campo Santo Sep. 3168
52334	Domingos Gomes Tavares	47 a	c	Portugal	lavrador	marasmo	16.12.1897	Sep. 96 12º Q Entre Muros
52419	Bernardo Antonio de Carvalho	48 a	s	Portugal	N/C	febre tifóide	25.12.1897	Sep. 331 12º Q Entre Muros
52438	José Domingos Macieira	26 a	s	Portugal	N/C	repentinamente	27.12.1897	Sep. 18 12º Q Entre Muros
52450	Manoel Francisco Moreira	39 a	s	Portugal	N/C	sem assistência médica	29.12.1897	Sep. 43 12º Q Entre Muros
52455	Severiano Pinto Monteiro	55 a	s	Portugal	cigarreiro	lesão orgânica do coração na SC	29.12.1897	Campo Santo Sep. 3239
52472	José Ferreira Junior	36 a	s	Portugal	padeiro	tétano traumático	31.12.1897	Sep. 242 12º Q Entre Muros
52533	Serafim da Silva Neves	63 a	v	Portugal	ferreiro	lesão orgânica do coração na SC	06.01.1898	Campo Santo Sep. 3261
52557	Bernardo Tinoco da Silva	13 a	-	Portugal	-	choque traumático	08.01.1898	Sep. 287 12º Q Entre Muros
52633	José Francisco de Oliveira	42 a	c	Portugal	jornaleiro	tuberculose pulmonar	17.01.1898	Campo Santo Sep. 3289
52658	Francisco Ferreira Bello	25 a	c	Portugal	marítimo	pleurisia purulenta na SC	20.01.1898	Sep. 212 C 6º Q Entre Muros
52717	José Manoel Avellar	78 a	v	Portugal	N/C	enterite crônica	27.01.1898	Sep. 309 B 9º Q Entre Muros
52760	Manoel Pereira Duro	43 a	c	Portugal	alfaiate	desinteria	03.02.1898	Sep. 228 ISMA

52981	José Moreira da Silva	75 a	c	Portugal	N/C	letíase biliar	03.03.1898	Cat. 93 2ª ordem ISMA
53096	Joaquim de Oliveira	35 a	c	Portugal	N/C	sem assistência médica	22.03.1898	Sep. 344B 9º Q Entre Muros
53136	Custódio Fernandes de Almeida	68 a	c	Portugal	jornaleiro	sem assistência médica	29.03.1898	Sep. 347 12º Q Entre Muros
53223	Francisco Pereira Coelho	58 a	s	Portugal	do comércio	uremia consecutiva	10.04.1898	Sep. 364 12º Q Entre Muros
53236	João José Mariano	67 a	v	Portugal	N/C	nefrite na SC	12.04.1898	Campo Santo Sep. 3482
53256	Antonio da Rocha	93 a	v	Portugal	N/C	ateromasia generalizada	13.04.1898	Cat. 170 3ª ordem
53267	Antonio da Silva Gomes Junior	23 a	s	Portugal	do comércio	bacelose pulmonar	14.04.1898	Sep. 374 12º Q Entre Muros
53308	Ernesto Leal da Rosa	51 a	c	Portugal	calceteiro	lesão orgânica do coração na SC	22.04.1898	Campo Santo Sep. 3508
53331	José da Silva Porto	65 a	c	Portugal	N/C	amolecimento cerebral	26.04.1898	Sep. 393 12º Q trans. p/ nicho 76 em 10.06.1901
53361	Joaquim Gonçalves Muchacho	37 a	s	Portugal	marítimo	tuberculose pulmonar na SC	01.05.1989	Campo Santo Sep. 3529
53498	Manoel Joaquim Esteves	40 a	s	Portugal	negociantes	issuficiência aórtica	24.05.1898	Sep. 201 2º Q Entre Muros
53566	José Gonçalves de Campos	54 a	c	Portugal	N/C	repentinamente	07.06.1898	Cat. 77 3ª ordem
53595	Manoel Vianna	43 a	s	Portugal	N/C	Marasmo/ alienado no HSP	13.06.1898	Campo Santo Sep. 3617
53608	José Francisco de Souza Fontes	73 a	c	Portugal	N/C	artérioesclerose	16.06.1898	Cat. 98 3ª ordem
53612	Joaquim da Silva Santos	61 a	c	Portugal	N/C	broncopneumonia gripal	17.06.1898	Sep. 425 12º Q Entre Muros
53615	Manoel de Souza Ferraz	68 a	c	Portugal	comendador	uremia	19.06.1898	Cat. 199 3ª ordem ISMA
53628	Joaquim Ribeiro Alves Lisbôa	50 a	s	Portugal	cozinheiro	artérioesclerose na SC	21.06.1898	Campo Santo Sep. 3629
53631	Manoel Joaquim da Luzia	66 a	c	Portugal	agricultor	broncopneumonia	22.06.1898	Sep. 434 12º Q Entre Muros
53714	Joaquim da Silva Marques	48 a	c	Portugal	açougueiro	tuberculose pulmonar	09.07.1898	Sep. 349B 9º Q Entre Muros
53754	José da Silva Graça	63 a	c	Portugal	bolieiro	desinteria	17.07.1898	Sep. 448 12º Q Entre Muros
53796	Antonio da Costa Vianna	52 a	v	Portugal	N/C	bacelose pulmonar	22.07.1898	Sep. 458 12º Q Entre Muros

53805	Antonio Luiz Rodrigues da Costa	65 a	c	Portugal	N/C	síncope cardíaca	23.07.1898	Sep. 260 B 6º Q Entre Muros
53317	José Bastos Ferreira	75 a	v	Portugal	N/C	tumor abdominal	27.07.1898	Sep. 335 B 9º Q Entre Muros
53921	João Barnabé Tourelles	46 a	c	Portugal	carrieiro	insuficiência mitral	14.08.1898	Sep. 149 B 2º Q Entre Muros
54054	Agostinho Gomes Soares	56 a	c	Portugal	N/C	embaraço gástrico infeccioso	06.08.1898	Sep. 169 C 8º Q Entre Muros
54126	José Leite da Fonseca	72 a	v	Portugal	N/C	apoplexia	22.09.1898	Cat. 177 2ª ordem ISMA
54165	Antonio de Oliveira Bastos	34 a	s	Portugal	jornaleiro	insuficiência mitral na SC	30.09.1898	Sep. 16 A 11º Q Entre Muros
54200	José Pinto de Almeida	42 a	s	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração na SC	06.10.1898	Campo Santo Sep. 3810
54394	Anicete Henrique Soares de Mello	51 a	s	Portugal	setenciado	pneumorragia na Casa de Correção	09.11.1898	Campo Santo Sep. 3880
54469	José Alves Marij	36 a	s	Portugal	marítimo	hemorragia cerebral no HSP	20.11.1898	Campo Santo Sep. 36
54587	José Alves Cosme	55 a	s	Portugal	carpinteiro	tumor maligno	08.12.1898	Sep. 244 C 2º Q Entre Muros
54592	Manoel Francisco da Silva Souto	66 a	c	Portugal	negociante	infecção urinária	10.12.1898	Sep. 156 D 6º Q Entre Muros
54649	Joaquim Moreira da Silva	60 a	s	Portugal	N/C	artério esclerose	18.12.1898	Sep. 77 A 11º Q Entre Muros
54655	Manoel Dias Tavares	54 a	c	Portugal	ferreiro	síncope cardíaca	19.12.1898	Sep. 128 B ISMA
54672	Francisco Antunes	80 a	c	Portugal	N/C	artério esclerose	22.12.1898	Sep. 178 C 1º Q Entre Muros
54700	José Loro	43 a	s	Portugal	trabalhador	tuberculose pulmonar	26.12.1898	Campo Santo Sep. 101
54712	Antonio da Silva Ferreira	17 a	s	Portugal	do comércio	bacilose pulmonar na Ben. Portuguesa	28.12.1898	Sep. 201 B 6º Q Entre Muros
54717	Felippe Augusto Ferreira	36 a	c	Portugal	do comércio	íleo tifo	29.12.1898	Sep. 40 C 2º Q Entre Muros
54756	Manoel José Gonçalves Junior	59 a	c	Portugal	Irmão da Santa Casa	septicemia	03.01.1899	Sep. 35 C 6º Q Entre Muros
54781	Frederico Augusto dos Santos Baptista	63 a	c	Portugal	N/C	hemorragia pulmonar	05.01.1899	Sep. 100 B ISMA
54981	Zeferino Mendes de Magalhães	53 a	s	Portugal	padeiro	artérioesclerose	09.02.1899	Sep. 353 9º Q Entre Muros
55106	Joaquim Pinto Coelho	64 a	c	Portugal	jornaleiro	enterite crônica	28.02.1899	Sep. 105 D 8º Q Entre Muros

55132	Antonio Joaquim Guerreiro Lima	79 a	v	Portugal	N/C	artérioesclerose generalizada	04.03.1899	Sep. 106 B ISMA
55158	José da Silva Couto	33 a	c	Portugal	N/C	enterite aguda	08.03.1899	Sep. 251A 11º Q Entre Muros
55182	Jacintho Gonçalves Leonardo	64 a	c	Portugal	N/C	subitamente	12.03.1899	Sep. 94 D 8ºQ Entre Muros
55190	João Custódio Ferreira	67 a	s	Portugal	N/C	marasmo no HSP	13.03.1899	Campo Santo Sep.259
55323	José Lopes Ferreira	54 a	s	Portugal	N/C	nefrite crônica	06.04.1899	Sep. 64 D 8ºQ Entre Muros
55334	Francisco Domingos Santos	56 a	c	Portugal	N/C	marasmo	04.04.1899	Sep. 125 D 6º Q Entre Muros
55353	Pedro Mamede Ferreira	24 a	c	Portugal	negociante	alienado/ hemorragia cerebral	11.04.1899	Sep. 454 C 5º Q Entre Muros
55376	Domingos José Sabino	57 a	c	Portugal	N/C	ignorado	14.04.1899	Campo Santo Sep. 324
55399	Antonio Leite da Silva Carneiro	74 a	v	Portugal	N/C	artérioesclerose generalizada	14.04.1899	Sep. 120 9º Q Entre Muros
55415	José Gomes Ferreira	44 a	c	Portugal	N/C	vômica	20.04.1899	Sep. 192 C 8º Q Entre Muros
55455	Antonio Francisco dos Santos	52 a	c	Portugal	do comércio	artérioesclerose	26.04.1899	Sep. 150 B ISMA
55463	José Francisco Setta Junior	78 a	s	Portugal	N/C	artérioesclerose	27.04.1899	Sep. 111 B ISMA
55530	Luiz Antonio Gomes	26 a	s	Portugal	corrieiro	febre tifóide na SC	09.05.1899	Campo Santo Sep. 390
55585	Florencio de Souza Setta	66 a	c	Portugal	do comércio	asistolia cardíaca	18.05.1899	Sep. 507 A 3º Q Entre Muros
55703	Cornelio de Mattos Viegas	38 a	s	Portugal	do comércio	sem assistência médica	12.06.1899	Sep. 193 A 1º Q Entre Muros
55765	Francisco Pinto Ribeiro Guimarães	40 a	c	Portugal	N/C	alcoolismo crônico	22.06.1899	Sep. 496 C 3º Q Entre Muros
55771	José Gonçalves Pinto	45 a	c	Portugal	carpinteiro	mielite crônica	22.06.1899	Campo Santo Sep. 481
55986	Joaquim Xavier da Silva	56 a	c	Portugal	N/C	tuberculose generalizada	03.08.1899	Sep. 363 B 9º Q Entre Muros
55989	Antonio Vianna	42 a	c	Portugal	agricultor	tuberculose	03.08.1899	Sep. 288 A 6º Q Entre Muros
56075	Antonio Gomes dos Santos	36 a	s	Portugal	jornaleiro	hepatite supurada	20.08.1899	Sep. 486B 10º Q Entre Muros
56078	Abel Machado, filho de Manoel Machado	13 a	s	Portugal	N/C	contusão cerebral	21.08.1899	Sep. 532B 10º Q Entre Muros

56093	Francisco da Costa Jorge	46 a	s	Portugal	jornaleiro	tuberculose pulmonar na SC	23.08.1899	Sep. 491B 10º Q Entre Muros
56106	Luiz Peres da Fonseca	24 a	s	Portugal	ourives	febre tifóide	25.08.1899	Sep. 123 B 2º Q Entre Muros
56133	Antonio Gomes da Costa Lima	70 a	c	Portugal	agricultor	infecção urêmica	31.08.1899	Sep. 504B 10º Q Entre Muros
56139	Antonio Leite Mendes Bastos	54 a	c	Portugal	empregado público	arterioesclerose	31.08.1899	Sep. 152 A 1º Q Entre Muros
56244	José Marques Louro	75 a	v	Portugal	N/C	uremia	20.09.1899	Sep. 311 A 5º Q Entre Muros
56401	Mariano de Moura Soares	52 a	s	Portugal	N/C	lesão cardiáca	21.10.1899	Sep. 94 B ISMA
56508	Antonio Ferreira Roza	72 a	s	Portugal	tamanqueiro	desinteria na SC	09.11.1899	Campo Santo Sep. 729

Obs.: O Códice contém 6.696 registros de óbitos. Destes, 141 são portugueses; nenhum se declarou açoriano.

LIVRO DE ÓBITOS Nº 22 DO CEMITÉRIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE - Do óbito nº56.536 (14.11.1899) ao de nº 59.037 (31.12.1900)

Nº	Nome	Idade	Est. Civ.	Naciona lidade	Profissão	Causa mortis	Data sepult.	Local sepult.
56572	Maria Baptista de Jesus	36 a	N/C	Portugal	N/C	hepatite na SC	18.11.1899	Campo Santo Sep. 752
56779	José Martins	65 a	c	Portugal	chacareiro	enterite na SC	12.12.1899	Campo Santo Sep. 816
56902	José Nascimento	45 a	c	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	29.12.1899	Sep. 108C 9º Q Entre Muros
56931	Joaquim de Magalhães	54 a	c	Portugal	catraeiro	febre tifóide	02.01.1900	Sep. 483 D 4º Q Entre Muros
56998	Agostinho de Oliveira e Silva	60 a	v	Portugal	N/C	hidropisia geral	12.01.1900	Sep. 61 B ISMA
57060	João de Oliveira Paredes	40 a	s	Portugal	N/C	afogado na Casa de Correção	21.01.1900	Campo Santo Sep. 909
57072	Luiz Borges	37 a	s	Portugal	N/C	acidente violento	23.01.1900	Campo Santo Sep. 914
57114	Alexandre Teixeira Soares	69 a	s	Portugal	N/C	hepatite crônica	31.01.1900	Sep. 615B 10º Q Entre Muros
57145	Manoel da Costa Barros	60 a	c	Portugal	N/C	febre tifóide	05.02.1900	Sep. 130 ISMA
57170	José Felicio Junior	40 a	s	Portugal	N/C	ferimento penetrante do cérebro	07.02.1900	Sep. 58 C 9º Q Entre Muros
57221	José Ferreira da Silva Lisbôa	60 a	c	Portugal	N/C	bronquite crônica	13.02.1900	Sep. 443 B 9º Q Entre Muros
57287	Antonio Aleixo Gomes	43 a	c	Portugal	N/C	ignorado	24.02.1900	Sep. 233 A 8º Q Entre Muros

57357	José Antunes	52 a	s	Portugal	N/C	desinteria	08.03.1900	Campo Santo Sep. 1027
57373	Antonio de Oliveira Carvalho	71 a	c	Portugal	N/C	cistite	12.03.1900	Cat. 196 2ª ordem ISMA
57476	Joaquim dos Santos Soares Paciencia	33 a	c	Portugal	N/C	desinteria	31.03.1900	Sep. 471 B 5º Q Entre Muros
57516	José Antonio Duarte	35 a	c	Portugal	barbeiro	enterorragia no decurso da colite	07.04.1900	Sep. 445 C 5º Q Entre Muros
57556	Manoel Gonçalves Valerio	62 a	v	Portugal	N/C	enterite	12.04.1900	Sep. 285 na ISB
57606	Affonso Pereira Cardozo	37 a	c	Portugal	açougueiro	hemorragia cerebral /alienado no HSP	24.04.1900	Campo santo Sep. 1110
57650	Zeferino José Pereira	61 a	s	Portugal	guarda livros	caquexia cardíaca	04.05.1900	Sep. 229 A 1º Q Entre Muros
57664	Antonio Abrantes da Costa	32 a	c	Portugal	operário	enterite crônica	05.05.1900	Sep. 189 C 1º Q Entre Muros
57719	Adelino Augusto Teixeira	45 a	s	Portugal	sapateiro	hemorragia cerebral/alienado no HSP	15.05.1900	Campo Santo Sep. 1157
57739	João Domingos	60 a	s	Portugal	agricultor	tétano na SC	17.05.1900	Campo Santo Sep. 1161
57754	Luiz Antonio Dias Gruimarães	56 a	s	Portugal	alfaiate	artérioesclerose	20.05.1900	Sep. 291 A 8º Q Entre Muros
57790	Antonio Gonçalves de Castro	43 a	c	Portugal	N/C	arterite hunteriana	24.05.1900	Sep. 293 A 8º Q Entre Muros
57827	Manoel Corrêa Gomes	54 a	c	Portugal	N/C	meningoencefalite	02.06.1900	Cat. 188 3ª ordem
57842	Manoel José de Lemos Bastos	63 a	c	Portugal	N/C	apoplexia cerebral	05.06.1900	Sep. 235 B 1º Q Entre Muros
57857	Francisco de Oliveira Martins	51 a	v	Portugal	estofador	tuberculose pulmonar	07.06.1900	Sep. 404 A 9º Q Entre Muros
57891	Manoel José da Silva Netto	67 a	s	Portugal	N/C	carcinoma na faringe	14.06.1900	Sep. 510 A 5º Q Entre Muros
57968	Serafim Francisco Pereira	49 a	c	Portugal	negociante	infecção gripal	28.06.1900	Sep. 179 6º Q Entre Muros
57976	Anna Izabel da Silva Pereira	72 a	v	Portugal	N/C	artérioesclerose paralisia geral	30.06.1900	Cat. 194 3ª ordem ISMA
58032	José Aleixo Gomes	48 a	c	Portugal	açougueiro	caquexia cardíaca	12.07.1900	Sep. 122 B ISMA
58043	José Marques Guimarães	33 a	v	Portugal	N/C	tuberculose pulmonar	14.07.1900	Cat. 34 1ª ordem
58074	Antonio José Dantas da Gama	57 a	c	Portugal	N/C	ignorado	20.07.1900	Cat. 203 1º ordem ISMA
58181	Joaquim Fernandes de Mattos	62 a	c	Portugal	N/C	síncope cardíaca	13.08.1900	Sep. 174A 12º Q Entre Muros

58213	Custódio Gomes dos Reis	55 a	N/C	Portugal	N/C	tumor maligno	19.08.1900	Sep. 35 A 12º Q Entre Muros
58262	Bento da Silva Cintrão	53 a	c	Portugal	do comércio	caquexia cancerosa	28.08.1900	Cat. 34 3ªordem tras. p. Pilar 166 em 12.02.1904
58293	Manoel Ferreira da Silva Limoeiro	62 a	c	Portugal	tamanqueiro	cancro no assoalho da boca	02.09.1900	Sep. 48 B 6º Q Entre Muros
58349	Joaquim Pereira Pinto	56 a	s	Portugal	N/C	tumor maligno da língua	11.09.1900	Sep. 134 A 12º Q Entre Muros
58404	Manoel Francisco de Carvalho	39 a	c	Portugal	barbeiro	ignorado	21.09.1900	Sep. 58 C 8º Q Entre Muros
58411	Manoel Joaquim Ferreira de Sá	59 a	c	Portugal	negociante	cirrose alcoólica	22.09.1900	Sep. 321 B 9º Q Entre Muros
58464	Francisco Venancio de Oliveira	56 a	c	Portugal	marítimo	comoção cerebral	01.10.1900	Sep. 103A 12º Q Entre Muros
58535	João José de Souza Nunes	45 a	N/C	Portugal	N/C	ignorado	14.10.1900	Sep. 415 A 5º Q Entre Muros
58543	Israel José da Silva	32 a	s	Portugal	negociante	atingido na cabeça por projétil de revólver	15.10.1900	Sep. 114 A 2º Q Entre Muros
58623	Francisco Torquato Ferro	40 a	s	Portugal	lavrador	enterite na SC	30.10.1900	Campo Santo Sep. 1498
58638	Joaquim Padilha	45 a	s	Portugal	lavrador	uremia na SC	01.11.1900	Campo Santo Sep. 1503
58705	Joaquim Gomes de Carvalho	70 a	c	Portugal	agricultor	ignorado	12.11.1900	Sep. 151 C 8º Q Entre Muros
58849	José Pillar Vianna	67 a	s	Portugal	N/C	lesão orgânica do coração	08.12.1900	Sep. 202 A 12º Q Entre Muros
59008	Antonio Luiz Pereira de Oliveira	69 a	c	Portugal	do comércio	hidropericardite	28.12.1900	Sep. 289 na ISB
59012	Agostinho Duarte	80 a	v	Portugal	N/C	hemorragia cerebral	28.12.1900	Campo Santo Sep. 1645
59013	Maria da Silva Soares	58 a	c	Portugal	N/C	hemorragia cerebral na SC	29.12.1900	Sep. 214 A 2º Q Entre Muros

Obs.: O Códice até a data de 31.12.1900 contém 2.502 registros de óbitos. Destes, 50 são portugueses; nenhum se declarou açoriano.

O AÇORIANO JOÃO BAPTISTA SOARES DA SILVEIRA E SOUZA – DA ILHA DE SÃO JORGE – E A CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE

José Maciel Júnior (In Memoriam)[1]

Paralelamente à minha condição de Oficial de Registro de Imóveis de Santo Antônio da Patrulha, sempre me interessei pela história do meu município e do nosso Estado, pesquisando no arquivo local, como no Arquivo Público do Estado, indo a Porto Alegre, justamente em busca de dados para completar minhas pesquisas. Assim, numa das minhas idas ao Arquivo Público, me interessei por um documento relativo à Santa Casa de Porto Alegre, mais especificamente sobre o seu cemitério, que a seguir apresento.

Data do século XIX a existência do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, situado no alto da colina da Azenha, sendo, antes disso, os sepultamentos feitos em necrópoles existentes nos fundos da atual Catedral Metropolitana, ou em um terreno da Praça D. Feliciano, contíguo à Capela Senhor dos Passos, e no qual se construiu o Hospital São Francisco.

Graças ao concurso do Sr. Emilio Carlucci, alto funcionário do Arquivo Público, posso publicar os pontos principais do contrato que a Santa Casa fez, em 02 de julho de 1845, com os construtores João Baptista Soares da Silveira e Souza (açoriano da ilha de São Jorge) e Fermiano Pereira Soares, para a construção do Cemitério da Santa Casa, na colina da Azenha.

As condições do contrato que se destacam pelas exigências da época, eram as seguintes:

1 Oficial do Registro de Imóveis, historiador de Santo Antônio da Patrulha, com publicações de suas reminiscências na imprensa de Porto Alegre, do seu município e região. Após seu falecimento em 1987, os familiares organizaram a obra "Reminiscências da minha terra – Santo Antônio da Patrulha", com parte de seus trabalhos.

Primeira – Uma fachada em linha reta horizontal, no terreno que se acha demarcado, fazendo frente a esta cidade, com quinhentos e oitenta e cinco palmos de comprimento, seguindo-se em tudo o Plano que lhes foi apresentado com as modificações agora convencionais, e que vão exaradas neste contrato.

Segunda – Os alicerces de toda obra serão feitos com algum barro no traço, e não poderão ter menos de três palmos de profundidade, aliás mais, quando a natureza do terreno exigir, e assim entender a Comissão ou pessoa encarregada da inspeção da obra, por parte da Santa Casa; e no terreno em que houver declive como no lado da frente, terão os alicerces mais dois palmos acima da superfície da terra, e com canos gradeados de ferro, para a saída das águas.

Terceira – Os muros laterais de duzentos e noventa e sete e meio palmos de comprimento com a altura e largura designadas no Plano, e sobre alicerces também de três palmos de profundidade ou mais, nos casos acima expressados, serão construídos segundo a disposição do terreno, sendo do lado do proprietário Nascimento, em linha reta, horizontal, e do lado da estrada no declive da colina, em linha reta inclinada e no cume, ou onde haja planície; em linha horizontal; de forma que quando para o futuro se conclua toda a obra do cemitério, fique o dito muro do lado da estrada com os extremos em linhas inclinadas e com o centro horizontal, guardando-se a regularidade possível em toda a obra, desviando-se do Plano unicamente nas linhas inclinadas, na parte que assim pedir o terreno, sendo pois a fachada da frente de quinhentos e oitenta e cinco palmos, e os muros laterais, de duzentos e noventa e sete e meio de comprimento de cada lado; será o total da obra de mil cento e oitenta palmos.

Quarta – Não se podendo evitar que o canto do muro do lado da estrada fique enterrado ao menos um palmo, neste caso será o terreno aparelhado pelos empresários na largura de treze palmos, tanto pelo lado da frente, como da estrada a fim que se marquem os alicerces da frente toda em linha horizontal, e dos lados, em linhas inclinadas ou horizontais, como já acima se explicou; não ficam, porém, os empresários obrigados a remover a terra que se tirar do terreno assim aparelhado, a qual somente tirarão para a parte de fora do cemitério do lado da estrada e da frente da obra.

Quinta – O portão que deverá ser feito de ferro batido, colocar-se-á no centro da sobretida fachada; será feito com as dimensões e desenho,

dados no plano, e sua varas terão pelo menos onze linhas de diâmetro; terá dentro de uma das duas meias portas, uma porta mais pequena, para entrada particular, todas com suas fechaduras e ferrolhos competentes.

Sexta – À direita e à esquerda do portão serão edificados dois quartos, cuja dimensão será para cada um de vinte palmos de comprimento e dezesseis de largura, cobertos a soteia e o soalho feito com madeira de lei e cada um com porta e janela, e esta com vidraça.

Sétima – Os muros, as catacumbas e os quartos serão construídos com tijolos de boa qualidade, sobre alicerce de boa pedra, e tudo com bom cal e areia pura e boa proporção competente, e rebocados interior e exteriormente, com o mesmo traço de cal e areia, coforme o plano e regras da arte; devendo os muros e soteia dos quartos serem cobertos com argamassa bem preparada.

Oitava – Os empresários poderão tirar as areias que necessitarem das estradas imediatas, onde houver, ficando obrigados a pôr estas estradas no mesmo estado que dantes.

Nona – As duas pequenas portas designadas no Plano, não existirão mais por causa dos quartos laterais, porém serão pintadas a óleo, na parede, entre os dois pilares para não mudar a arquitetura do Plano.

Décima – As obras supramencionadas ficarão todas concluídas impreterivelmente até o mês de fevereiro do futuro ano de mil oitocentos e quarenta e sete, pela quantia de vinte contos novecentos e setenta mil réis que a Santa Casa se obriga a satisfazer em três pagamentos iguais: o primeiro, no princípio da obra; o segundo, quando ela estiver no meio, e por conforme o Plano e condições deste contrato; e o terceiro, quando estiver concluída e verificada pela respectiva comissão; no caso porém de se não concluir no fim do mês acima indicado, ficam os empresários sujeitos a pagarem uma multa de dez mil réis por cada dia que se passar, além do prazo marcado em que se obrigam dar a obra pronta; devendo a importância da multa ser descontada no último pagamento que se houver de fazer.

Décima-primeira – Se por algum motivo acontecer que eles empresários em qualquer estado que se ache a obra, se arrependam de a ter empreendido, ficam sujeitos a restituir os pagamentos já recebidos, e, além disso, perderão mais por seus bens dez contos quatrocentos e oitenta e cinco mil réis, metade do valor por que se comprometem fazê-la.

Décima-segunda – Se também por qualquer motivo acontecer que a obra vá conforme o Plano Original, só com as modificações já ex-

pressadas, o que será decidido em último caso por árbitros nomeados a aprazimentos das partes contratantes, a Santa Casa poderá sustar o procedimento da obra; e quando os empresários não queiram sujeitar-se a desmanchá-la, segundo o Plano e juízo dos árbitros, restituirão os pagamentos recebidos e só terão direito a ser indenizados do valor da obra feita, por nova convenção com a Santa Casa.

Décima-terceira – Para pontual cumprimento destas condições, a Santa Casa nomeará uma Comissão ou pessoa que deverá inspecionar a obra que se for fazendo, e ver se vai em tudo conforme o contrato; e quando reconheça que há alterações em qualquer sentido, dará logo parte à Mesa da mesma Santa Casa, para esta fazer valer seu direito.

Décima-quarta – A Santa Casa não admitirá caso algum, seja qual for, de que se possam valer os empresários para faltarem ao cumprimento do presente contrato.

Décima-quinta – Os empresários, sendo abonados, servirão de mútua garantia um ao outro, e ambos à Santa Casa, pelas quantias que receberam e realização deste Contrato, e para segurança da mesma, ambos lhe hipotecam, como hipotecado tem pela presente Escritura, seus bens, para que deles não possam dispor, sem licença da mesma, a qual, também por seus bens, garante aos empresários seus pagamentos pela forma declarada na décima condição.

Presente o Procurador da mesma Santa Casa, João Antonio de Paiva, por ele foi dito que em nome da mesma aceitavam a presente Escritura em todas as suas partes. E assim justos e contratados pediram a mim tabelião lhe lavrasse a presente escritura em minha Nota, o que fiz por me ser distribuída pelo bilhete do teor seguinte: A. Nolasco. A Santa Casa de Misericórdia desta cidade por seu Procurador João Antonio de Paiva faz Escritura de Contrato com João Baptista Soares da Silveira e Souza e seu sócio, para fazerem um Cemitério, em o primeiro de julho de mil oitocentos e quarenta e cinco – Leal – E sendo-lhes lida, aceitaram e assinaram, sendo testemunhas presentes Joaquim Francisco Bolina e Boaventura dos Santos Pereira, reconhecidos por mim Pedro Nolasco Pereira da Cunha, Tabelião que o escrevi. João Baptista Soares da Silveira e Souza, Boaventura do Santos Pereira e Joaquim Franciso [sic].

(Publicado na coluna “Revivendo o Passado”, de Archymedes Fortini, na edição do Correio do Povo de 06 de fevereiro de 1952, p. 7).

O MAUSOLÉU DA FAMÍLIA CHAVES BARCELLOS – DE ORIGEM AÇORIANA – NO CEMITÉRIO DA SANTA CASA DE PORTO ALEGRE

Regina Zimmermann Guilherme[1]

No presente trabalho analiso o mausoléu da família Chaves Barcellos, um dos mais significativos do cemitério da Santa Casa de Misericórdia Porto Alegre. O túmulo começou a ser construído em 1914 e foi inaugurado no ano seguinte. Inicialmente, apresentarei alguns dados sobre a família Chaves Barcellos para entendermos sua importância na sociedade rio-grandense e assim compreendermos o porquê da suntuosidade e dos elementos presentes no mausoléu da família. Na segunda parte do texto, apresento a construção tumular e a análise de seus elementos.

A família Chaves Barcellos

Antônio Chaves Barcellos, o primeiro a ser enterrado no mausoléu da família, foi neto do grande charqueador pelotense Antônio José Gonçalves Chaves e de um dos primeiros açorianos que chegaram a Porto Alegre, Antônio Rodrigues de Barcelos.[2] É do casamento dos filhos desses últimos, respectivamente, Marcolina Amélia Chaves e Joaquim Antonio de Barcelos, que surgiu, em 1832, o sobrenome Chaves Barcellos. Antônio Chaves Barcellos era um dos filhos do casal, e se casou com a sobrinha de Bento Gonçalves, Manoela Gonçalves da Silva, filha de Manoel Gonçalves da Silva.

1 Graduada e mestra em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS. Especialista em Ensino à Distância e em Docência em Ensino Superior. Autora dos Livros: Harry Rodrigues Bellomo: mestre e historiados de dois séculos; A cidade de pedra: Leone Lonardi e os marmoristas italianos em Porto Alegre; Maria Ehrentrudes Metzler Blazoudakis: sua vida através dos seus relatos. Autora de diversos artigos e capítulos de livros, nos temas: cemitérios do Rio Grande do Sul, imigração, Brasil Colônia I e II Reinados, trajetórias de vida, entre outros.

2 A III Parte da obra "*Açorianos em Porto Alegre*: História, Genealogia e Cultura" trata da genealogia de açorianos na capital do Rio Grande do Sul, destacando-se entre as famílias pesquisadas, a de Antonio Rodrigues de Barcelos, que veio da ilha do Pico, casado com Rosa Perpétua de Lima, oriunda da ilha Terceira. O Comendador Antônio Chaves Barcelos é bisneto desse casal de açorianos.

O primeiro membro da família Chaves a chegar ao Brasil foi Antônio José Gonçalves Chaves, nascido na Vila Chaves, Trás-os-Montes, Portugal. Era filho de Manuel José de Moraes e Izabel Maria Gonçalvez. Gonçalves Chaves chegou ao Rio Grande do Sul em 1805, fixando-se em Pelotas, onde instalou uma charqueada, à margem do Arroio Pelotas. Foi vereador nessa cidade, em 1822; deputado da Primeira Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em Porto Alegre, em 1838; membro do Conselho Geral da Província do Rio Grande do Sul e pioneiro da navegação a vapor. Morreu na Bahia em 1838 em um naufrágio (BELLOMO; ERTZOGUE; ARAÚJO, p. 65).

Em agosto de 1820, o viajante francês Auguste Saint-Hilaire encontrou-se com o charqueador Antônio José Gonçalves Chaves em local próximo à Barra do Rio Grande e o acompanhou para conhecer a aldeia que se formava em torno da Paróquia de São Francisco de Paula, hoje cidade de Pelotas. Em 5 de setembro de 1920 foi à residência de Gonçalves Chaves em Rio Grande, de onde saíram em uma lancha que os conduziu até a um iate pertencente ao charqueador, passando pelo Rio São Gonçalo, com destino a sua charqueada que ficava às margens do Rio Pelotas. Sant-Hilaire referiu-se a Gonçalves Chaves como “um homem culto, que sabe latim, francês, com leitura de História Natural e conversa muito bem. Pertence à classe dos charqueadores, fabricantes de carne seca”. (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 79). Sobre a residência, o viajante anotou que:

> Está situada num ponto extremamente favorável, pois que os iates podem chegar perto dela e mesmo muito além. A residência do proprietário só tem um pavimento, mas é muito grande, coberta de telhas e um pouco elevada do solo. O interior é dividido em grandes peças que se comunicam umas com as outras, e ao mesmo tempo, se abrem para fora. [...] Mesas, cadeiras e canapés constituem o mobiliário [...] Diante da residência [...] um belo gramado [...] (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 79).

A partir desse ponto, o autor descreve o local onde seria feito o charque, entre os meses de novembro e maio, para ser exportado principalmente para o Rio de Janeiro, Bahia e Havana. Descreveu também os ricos pomares do charqueador, como sendo os maiores que viu desde sua chegada ao Brasil, com exceção de algumas quintas que ficavam aos arredores de São Paulo. Escreveu que entre as alamedas de variadas árvores frutíferas se encontravam canteiros com diversas hortaliças.

Mencionou mais de uma vez que os pomares eram protegidos por fossos e espinheiros (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 80), o que certamente tinha a finalidade de evitar o acesso aos escravos.

Saint-Hilaire observou que havia "homens riquíssimos" entre os charqueadores do local e que o estabelecimento desses deu lugar à formação da Paróquia São Francisco, citando Gonçalves Chaves, como exemplo. O autor nos diz que o referido fazendeiro "iniciou como simples caixeiro" e que naquele momento possuía "uma fortuna de seiscentos mil francos" (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 81).

Sobre o tratamento dado aos escravos, o autor notou que Gonçalves Chaves era um dos charqueadores mais humanos. Porém, de todos os relatos que Saint-Hilaire apresenta sobre a escravidão no Rio Grande do Sul, foi sobre a casa do charqueador Gonçalves Chaves o mais doloroso:

> [...] ele e sua mulher só falam a seus escravos com extrema severidade e estes parecem tremer diante de seus patrões. Há sempre na sala um negrinho de dez a doze anos, que permanece de pé, pronto a ir chamar os outros escravos, a oferecer um copo de água e a prestar serviços caseiros. Não conheço criatura mais infeliz do que essa criança. Não se assenta, nunca sorri, jamais se diverte, passa a vida tristemente apoiado à parede e é, frequentemente, martirizado pelos filhos do patrão. Quando anoitece, o sono o domina, e quando não há ninguém na sala, põe-se de joelhos para poder dormir [...] (SAINT-HILAIRE, 1987, p. 87).

Segundo depoimento de Antônio Chaves Barcellos, baseado em memórias herdadas, ou seja, memórias contadas pelos familiares, logo que seu bisavô, de mesmo nome, se casou, estabeleceu-se em Porto Alegre, onde teve treze filhos. Teria conseguido treze contos de reis, provavelmente provenientes de uma herança. Com esse dinheiro, associou-se a um português de sobrenome Almeida, fundando na Rua do Comércio, hoje Rua Uruguai, a firma Chaves & Almeida, entre 1861 e 1862. A empresa consistia em um atacado que importava tecidos e distribuía para todo o Rio Grande do Sul. Dos treze filhos, quatro permaneceram trabalhando com ele: Pedro, o mais velho; Paulino, o décimo filho; Antônio, o décimo primeiro; Ismael, o décimo segundo filho. Conforme Vania Herédia (2001), a "Casa Comercial dos Chaves & Almeida havia sido fundada a 20 de outubro de 1866, por Antônio Chaves Barcellos e Francisco José de Almeida, com capital de R$.26:000$000, explorando inicialmente o ramo de fazendas e miudezas" (HERÉDIA, 2001, p. 5).

Os tecidos importados eram distribuídos por todo o Rio Grande do Sul, no começo por seus filhos, que trabalhavam como caixeiros viajantes. Começaram a ocorrer assaltos e mortes de caixeiros e Antônio decidiu que seus filhos não viajariam mais. Criou, então, uma espécie de pensão para hospedar os fregueses que os filhos buscavam no porto. Porto Alegre não contava com nenhum hotel e, mais tarde, alguns de seus filhos se dedicaram ao ramo hoteleiro, sendo que até hoje há hotéis pertencentes à família Chaves Barcellos na cidade.

Três anos após a fundação da firma Chaves & Almeida, em 1865, iniciou a Guerra do Paraguai. Um dos exércitos organizados pelo imperador Dom Pedro II era do Rio Grande do Sul e comandado pelo General Osório. A referida firma foi contratada para fornecer para o exército gaúcho toda a guarnição, como barracas e fardamentos, o que certamente conferiu suporte econômico à firma.

Segundo o depoimento de Antônio Chaves Barcellos, bisneto do fundador da empresa, em 1914, início da Segunda Guerra Mundial, as importações ficaram abaladas. Os quatro filhos de Antônio, que naquele momento eram sócios do pai, Pedro, Paulino, Antônio e Ismael, eram capitalistas e foram procurados por um tecelão, o imigrante italiano Hércules Galló, que possuía uma colônia em Caxias do Sul. Ele queria montar uma tecelagem, mas não tinha capital. Então, o irmão mais velho decidiu viajar para a Europa para comprar o maquinário necessário para as instalações da fábrica de tecidos, o Lanifício São Pedro S.A., na localidade que passou a se chamar Galópolis, em homenagem a Galló. Esse seria o primeiro empreendimento industrial da família Chaves Barcellos, e, provavelmente, o fator decisivo para a manutenção de seu destaque financeiro e social, sem serem abalados pela crise econômica gerada pelo conflito bélico mundial.

Entretanto, as pesquisas da historiadora Vania Herédia (2001) apontam que a fusão da empresa de Galló com a Chaves & Almeida se deu em 1912. Segundo a autora, Galló foi um dos viajantes da Companhia dos Chaves, o que o levou a comprar parte da Cooperativa Têxtil chamada "Società Tevere" em 1904. Em uma de suas viagens à Europa, encontrou Pedro Chaves Barcellos em Paris, quando teria surgido a ideia da fusão, e Galló teria aproveitado para adquirir o novo maquinário para o lanifício. A autora aponta que:

> Conforme Relatório da Secretaria do Interior do Estado do Rio Grande do Sul, em 1910, a Companhia de Tecidos de Lã, de Hércules Galló, como foi chamada, encontrava-se entre as maiores indústrias têxteis do Estado. Hercules Galló reorganizou a antiga cooperativa, cadastrando-a na Junta Comercial de Porto Alegre com um capital de 30 contos de réis. Administrou-a até 1912, quando foi feita a fusão com a firma Chaves & Almeida, um dos clientes da Companhia de Tecidos de Lã, que atuava no ramo do comércio varejista e atacadista, desde 1866 no Rio Grande do Sul (HERÉDIA, 2001, p. 3).

A autora apresenta os seguintes dados retirados dos arquivos do Lanifício São Pedro:

> "No dia 30 de outubro de 1911, em Paris, no Hotel Deux Mondes", foi decidido entre Pedro Chaves Barcellos e Hércules Galló, a fundação da fábrica de Tecidos São Pedro sob a firma Chaves Irmãos, com o capital de 700 contos. O contrato da fábrica foi assinado no dia 9 de junho de 1912. Em 4 de março de 1912 colocaram as primeiras pedras dos edifícios (HERÉDIA, 2001, p. 5, grifo da autora).

Em pesquisa mais atual, Herédia (2020) apresenta novos dados sobre a fusão das referidas empresas:

> A proposta de fusão das duas firmas se efetivou em 13 de agosto de 1913, com o nascimento do estabelecimento Chave Irmãos & Cia. A sociedade contava com os sócios da firma Chaves & Almeida que eram: Pedro Chaves Barcellos, Paulino d'Almeida Chaves Barcellos e Comendador Antônio Chaves Barcellos e, da parte da Companhia de Tecidos de Lã, Hércules Galló. Naquele período, o lanifício contratou mestres italianos; ampliou a capacidade industrial, por meio da compra de novos maquinários; investiu na construção da vila operária, que abrigava a mão de obra que trabalhava na fábrica, qualificou a oferta de energia, e entrou no mercado nacional (HERÉDIA, 2020, p. 76).

Conforme Herédia, com a morte de Galló, em 1928, as ações da família foram vendidas aos Chaves e Irmãos (HERÉDIA, 2001, p. 1). A firma passou a se chamar Sociedade Anônima Companhia Lanifício São Pedro (HERÉDIA, 2020, p. 76). Sobre os anos seguintes, a autora aponta:

> A indústria cresceu no período da administração da "família" Chaves & Almeida que investiu em maquinários, tendo um número considerável de operários empregados nessa gestão. Torna-se uma grande indústria durante a Segunda Guerra Mundial, tendo como cliente o Exército brasileiro. Ampliou o mercado regional para o nacional, o que permitiu investimentos na própria planta industrial. Entretanto, na década de 70, do século XX, enfrentou problemas no mercado financeiro e também pelas políticas adotadas de desvalorização da moeda brasileira. No final daquela década, o Lanifício é vendido para o Grupo Kalil Sehbe, que dá sequência à trajetória fabril, durante praticamente vinte anos (HERÉDIA, 2020, p. 85).

Assim, podemos observar que a família Chaves Barcellos, que no início do século XX trabalhava basicamente com o comércio, soube se adaptar às grandes mudanças do sistema econômico nacional, ocasionados pela Primeira Guerra Mundial, e se beneficiando com a política de industrialização, de substituição de importações, do governo de Getúlio Vargas.

Pedro Chaves Barcellos faleceu de tifo, seis anos após a fundação do Lanifício São Pedro, deixando em testamento, para obras de caridade, todo o seu lucro obtido da fábrica, pois não tinha filhos. Assim, a viúva, Dona Ilza passou o resto de sua vida fazendo doações e obras beneficentes com a fortuna herdada do marido. Entre outras ações, comprou em São Leopoldo o prédio do Colégio São José, pertencente às freiras franciscanas, que servira como seminário até 1920, e doou para os jesuítas, que lá fundaram a Unisinos. Em Porto Alegre, mandou construir um asilo para abrigar mais de 100 meninas órfãs, a Pia Instituição Pedro Chaves Barcellos, inaugurada em 1923, junto à igreja da Piedade. Dona Ilza foi quem mandou construir a Galeria Chaves Barcellos, que está em funcionamento até os dias atuais, no centro de Porto Alegre, inspirada em uma galeria que conheceu em Milão quando viajava com o marido. Pedro recebeu do vaticano o título de comendador.

Em 1927, apenas dois dos filhos de Antônio Chaves Barcellos estavam vivos, Antônio Filho e Ismael. Os irmãos sobreviventes diversificaram os negócios, investindo fortemente no mercado imobiliário. Os dois deram andamento aos empreendimentos industrias, compraram um moinho de trigo e fundaram a SAMRIG. Entretanto, com a crise gerada pela queda da Bolsa de New York, no início da década de 1930, tiveram que vender a empresa.

Com a morte de Antônio Filho, Ismael assumiu o Lanifício São Pedro e a firma Chaves & Almeida. Logo depois, fez grandes investimentos em terras, adquirindo as fazendas Barba Negra e Santa Rita em Guaíba e outras em Alegrete e Uruguaiana. Foi fundador da fábrica de papel Selupa em Guaíba, após a Segunda Guerra Mundial. Ismael faleceu em 1956.

O mausoléu da família Chaves Barcelos no cemitério da Santa Casa

Os pesquisadores cemiteriais costumam chamar esse tipo de construção tumular de mausoléu capela. O termo "mausoléu" se deve à imponência e às dimensões avantajadas, e o termo capela devido às características religiosas na arquitetura e na ornamentação.

O túmulo começou a ser construído em 1914 e o primeiro a ser enterrado foi Antônio Chaves Barcellos. Quando, naquele ano, iniciou a Primeira Guerra Mundial, seu filho Pedro Chaves Barcellos estava na Europa com a esposa Ilza. Enquanto isso, Antônio adoeceu gravemente. A família acreditava que esse não sobreviveria e, por isso, mandou construir um suntuoso mausoléu capela no cemitério da Santa Casa de Porto Alegre e chamaram Pedro e Ilza às pressas. Mas o casal ficou retido por um mês, por decorrências do conflito. Quando, finalmente, conseguiram retornar e chegar a Porto Alegre, encontraram Antônio reestabelecido. E conforme relato do seu bisneto, de mesmo nome, faz parte da memória familiar que Antônio brincou com o filho dizendo: "Se eu não morrer neste julho, somente no próximo julho". O que de fato ocorreu. Antônio Chaves Barcellos faleceu em julho de 1915, inaugurando então o mausoléu.

Para esse túmulo foram transferidos os restos mortais de quatro filhos de Antônio que faleceram anteriormente a ele. Esses estavam no extinto cemitério que ficava nos fundos da antiga Igreja Matriz de Porto Alegre.

O mausoléu capela (Figura 1) tem formato de templo grego, com colunas coríntias (ARAUJO, 2000, p. 275) e foi construído pela Casa Aloys, uma das mais importantes marmorarias daquele período. Em seu frontão triangular (Figura 2), que representa a Igreja Romana – encimado pelo símbolo maior do cristianismo, a cruz de Cristo, que também simboliza a morte – vemos cornucópias, que representam a abundância, e dois anjos robustos, que representam a opulência. Os anjos seguram um par de chaves, representando o sobrenome da família (Figura 3), sobre rosas, que para o catolicismo representam a Virgem Maria, a mãe protetora. Em frente à capela estão duas alegorias em mármore, às quais

foram atribuídas, pelo historiador Harry Rodrigues Bellomo, os significados de oração (Figura 4) e desolação (Figura 5), por suas posturas e semblantes, seguindo as ideias do romantismo, que introduziu as alegorias das emoções e dos sentimentos (BELLOMO, 2000, p. 37). Segundo o noticiário semanal da empresa, intitulado "Histórico da Casa Aloys", quando essa foi encomendada, era a maior capela de mármore até então executada no Cemitério da Santa Casa de Porto Alegre.

Figura 1 – Mausoléu capela da família Chaves Barcellos

Fonte: acervo da autora.

Figura 2 – Frontão do triangular encimado pela cruz

Fonte: acervo da autora.

Figura 3 – Detalhes do frontão

Fonte: acervo da autora.

Figura 4 – Alegoria da oração

Fonte: acervo da autora.

Figura 5 – Alegoria da desolação

Fonte: acervo da autora.

Considerações finais

O mausoléu da família Chaves Barcellos testemunha a presença das famílias de origem portuguesa entre a elite industrial do início do século XX.

A interpretação possível para o conjunto arquitetônico é a união de três elementos: fé, família e riqueza. A presença da fé está no próprio

estilo arquitetônico, que reproduz uma capela românica, assim como na presença da cruz e da alegoria da oração. A família, representada pelas chaves está apoiada pela riqueza, anjos robustos, rodeada pela abundância, as cornucópias, e sustentada por Maria, a mãe protetora dos católicos, representada pelas rosas.

Referências

ARAÚJO, Thiago Nicolau de. Arte cemiterial: uma análise dos elementos da arte antiga encontrados nos cemitérios do Rio Grande do Sul. In: BELLOMO, Harry Rodrigues. *Cemitérios do Rio Grande do Sul:* arte sociedade e ideologia. Porto Alegre: Edipucrs, 2000. p. 265-281.

BARROSO, Véra Lucia Maciel Barroso; PUFAL, Diego de Leão; ROSA, Gilson Justino da; MANGANELLI, Ernani Raupp. (Org.). *Açorianos em Porto Alegre*: História, Genealogia e Cultura. Porto Alegre: Evangraf, 2022. E-book, p. 305-308.

BELLOMO, Harry Rodrigues. *Cemitérios do Rio Grande do Sul:* arte sociedade e ideologia. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

BELLOMO, Harry Rodrigues. *Estatuária Funerária em Porto Alegre (1890-1950)*. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 1988.

BELLOMO, Harry Rodrigues; ERTZOGUE, Marina Hainzereder; ARAÚJO, Thiago Nicolau de. *Dicionário biográfico do Rio Grande do Sul*: séculos XVI a XIX. Porto Alegre: EST, 2006.

NOTICIÁRIO Semanal Histórico da Casa Aloys, 1950.

HERÉDIA, Vania. A industrialização da zona colonial italiana: um estudo de caso da indústria têxtil do nordeste do Rio Grande do Sul. In: *Google Acadêmico*, 2001. Disponível em: http://cdn.fee.tche.br/jornadas/1/s3a7.pdf. Acesso em: 9 abr. 2023.

HERÉDIA, Vania B. M. Indústria têxtil na colônia italiana no Sul do Brasil: da pesquisa documental à história oral. In: DE RUGGIERO, Antonio; CONEDERA, Leonardo de Oliveira (Org.). *Entre a Itália e o Brasil Meridional*: história oral e narrativas de imigrantes. Porto Alegre: Fi, 2020, p. 69-87.

PEREIRA, Regina Zimmermann Guilherme. O túmulo da família Chaves Barcellos. In: BELLOMO, Harry Rodrigues. *Cemitérios do Rio Grande do Sul:* arte sociedade e ideologia. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2006. p. 273-278.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul.* Tradução: Adroaldo Mesquita da Costa. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

Fonte oral

Entrevista de Regina Zimmermann Guilherme Pereira realizada em março de 2006 com Antônio Chaves Barcellos, bisneto do fundador da firma Chaves & Almeida e o primeiro a ser enterrado na capela, também chamado Antônio Chaves Barcellos.

IRMÃ BATISTA: RELIGIOSA FRANCISCANA DE ORIGEM AÇORIANA NA SANTA CASA DE PORTO ALEGRE

Ari Edemar Timm[1]

Figura 1 – Irmã Batista

Fonte: acervo CHC Santa Casa.

Quem precisou de algum medicamento na cidade de Porto Alegre e o procurou na Farmácia São Lucas do Hospital São Francisco, por certo foi atendido pela Irmã Batista (Figura 1), religiosa da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã. Essa farmácia foi criada no ano de 1961 e esteve em funcionamento até 1996. O seu objetivo era fornecer medicamentos a um custo menor para a população (ELTZ, 2019). A Irmã Batista, com formação em Farmácia, era a sua responsável.

Irmã Batista assumiu a vida franciscana, como postulante, na cidade de São Leopoldo, em 25 de fevereiro de 1947, professando, temporariamente, no dia 3 de fevereiro de 1950. No dia seguinte, assumiu a nova missão no Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho. Também se preparou para a direção e coordenação da Farmácia da Santa Casa (Figura 2). Essa preparação foi feita com dedicação e brilhantismo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Este fato é considerado inédito por ter sido a primeira religiosa a cursar uma Faculdade na UFRGS. Concluído o curso e com bolsa de estudos da mesma Universidade, fez um ano de aperfeiçoamento nos Estados Unidos. Após sua formatura em 1957, foi transferida para a comunidade da Santa Casa, onde se encontrou com mais 122 Irmãs "alegres, comunicativas, caridosas e compreensivas" (IFRAPEC, 2023).

Figura 2 – Irmã Batista

Fonte: acervo CHC Santa Casa.

Irmã Batista foi a fundadora da Farmácia São Lucas, com plantão de 24 horas, onde permaneceu até o ano de 1996. Dedicava-se à manipulação de remédios para barateá-los e esmerava-se para conseguir "amostras grátis" para todos os necessitados que a procuravam. Desta forma, teve um campo imenso e aberto para seu apostolado, justamente na Santa Casa, onde ressoam muitas fragilidades e carências de pessoas simples e sofridas. Conta-se que, para quem a procurasse na Farmácia, sempre havia um remedinho, bem como uma palavra de conforto. Por esta razão, todos a admiravam e também lhe agradeciam. Uma outra, das qualidades que a caracterizava, era a autenticidade, sendo respeitosa e ouvinte, mantendo sempre o seu sorriso gratuito e silencioso. Assim, também foi estimada por todas as Irmãs, funcionários e médicos, uma das razões que a levaram a se tornar membro efetivo da "Irmandade da Santa Casa" com todos os direitos inerentes à mesma (Figuras 3 e 4).

Figura 3 – Irmã Batista em ação na Farmácia São Lucas

Fonte: acervo CHC Santa Casa.

Figura 4 – Irmã Batista, em evento na Farmácia, conversando com o Provedor da Santa Casa, Archymedes Fortini, que aparece de costas

Fonte: acervo CHC Santa Casa.

No jornal "Coisas da Casa" (n. 13, 1992), antigo orgão de divulgação interno da Santa Casa, encontramos a síntese da sua vocação em servir: "Para a Irmã Batista, a maior lição de uma vida toda dedicada ao trabalho religioso e assistencial é a satisfação de ter sido útil, em especial aos mais necessitados. E o seu único desejo é, se Deus permitir, continuar ajudando os outros até o fim da vida".

Irmã Batista faleceu no dia 20 de dezembro de 2009. Neste dia, a Irmã Vera Lúcia, provincial da Ordem dirigiu as seguintes palavras de alegria e conforto:

"Natal se aproxima, é tempo de amor!

Ir. Judith, o teu Natal desponta na plenitude do Senhor!" (IFRAPEC, 2023).

Figura 5– Irmã Batista e convidados

Fonte: acervo CHC Santa Casa.

Figura 6 - Necrológio

Fonte: IFRAPEC.

Irmã Batista ou Judith de Souza Neves nasceu no dia 24 de março de 1922 no Povo Novo, 3º distrito de Rio Grande/RS. Foi batizada no dia 19 de julho de 1929 em Pelotas, onde frequentou o Curso Primário e o Ginasial. Segundo seus familiares era uma jovem alegre, que participava de muitas festividades comuns à época.

Judith de Souza Neves descendia de açorianos, pois era:

- **filha** de Ilicírio Pereira das Neves e de Maria Antonieta de Souza, ele nascido no dia 12 de maio de 1886, no Povo Novo, e ela nascida no ano de 1887.

- **neta** de Eleuthério Pereira das Neves e de Vicência Manoela Mendes da Silva, ele nascido no dia 19 de setembro de 1858, no Povo Novo, e ela no dia 07 de outubro de 1863.

- **bisneta** de Manoel Pereira das Neves e de Maria Clemência de Aguiar, ele nascido no ano de 1824, no Povo Novo, e ela nascida no ano de 1883.

- **trineta** de Rufino Pereira das Neves e de Maria Joaquina de Souza, ele nascido no ano de 1794, no Povo Novo.

- tetraneta de Domingos Pereira das Neves e de Anna Machado, ele nascido no dia 23 de dezembro de 1762 na cidade de Rio Grande.

- **pentaneta** de Francisco Pereira das Neves e de Bárbara da Encarnação.

Francisco Pereira das Neves, conforme seu registro de batismo, onde foi mantida a grafia da época, era filho de Vital Pereira e Anna Monteyra, tendo nascido no Caminho de Sima, Vila das Lajes, ilha do Pico, aos 4 dias do mês de outubro de 1699. Foi batizado no dia 11 de outubro, do mesmo ano, pelo Vicevigário Pedro de Serpa & Medeiros na Parochia de Santa Bárbara da Ribeyra. Foram seus padrinhos, Manoel da Costa, filho de Manoel da Costa de São João e de sua mulher Isabel de Azevedo; e

Maria de Avila, filha de Thomé Correa e de sua mulher Maria Leal. Francisco casou nessa mesma Paróquia com Bárbara da Encarnação, filha de Antonio da Costa e Maria Gracia, onde também casaram seus pais Vital e Anna em 31 de julho de 1695.

Na ilha do Pico, no ano de 1746, ocorreram três óbitos na família de Francisco Pereira das Neves. E no dia 16 de julho de 1753 foi batizada a sua filha, Anna Francisca em Rio Grande. Portanto, ele chegou entre 1746 e 1753. Há indícios de que ele residia na Fazenda Real da ilha de Torutama. A população de Rio Grande quase dobrou, nesta época, com a chegada dos açorianos. Nos registros paroquiais do ano de 1751, somente quatro registros são de filhos de açorianos, representando 7,5% do total. Já em 1757 foram 148 registros, representando 86,5% do total (KÜHN, 2002). A vinda dos açorianos para o Rio Grande do Sul foi fundamental, pois era necessário povoar as terras do sul do Brasil e, para a felicidade dos povos que se ia criar e incrementar, fez-se a escolha de colonizadores selecionados pelos seus antecedentes morais e étnicos, segundo Fortes (1978).

Com a invasão de Rio Grande por D. Pedro de Ceballos em 1763 (FORTES, 1978), muitos proprietários abandonaram suas terras. Entre eles se encontrava Manoel Fernandes Vieira, um dos sesmeiros. Os castelhanos, aproveitando-se do abandono destas terras, criaram um novo assentamento, ao qual deram o nome de Pueblo Nuevo del Torutama. Este novo povoamento, constituído basicamente por lavradores açorianos, teve seu desenvolvimento baseado na cultura do trigo. Com a reconquista da vila de Rio Grande, ocorrida em 1º de abril de 1776, o antigo proprietário retoma a área. Por esta razão, os lavradores junto com suas famílias são transferidos para a área atual, onde foram assentados, recebendo suas datas de terras. No ano de 1785 ocorreram dois fatos significativos para o Povo Novo: 1º - por Provisão Eclesiástica, a "Capela Curada de Nossa Senhora das Necessidades" foi criada (TORRES, 2019); 2º - oficialização da distribuição de terras por ordem do Tenente General João Henrique Böhm, onde estão incluídos na Relação do Provedor, Francisco Pereira das Neves (FORTES, 1978) e seus filhos Manoel e Domingos (AHRS, 2023); todos como proprietários de datas de terra, gado e cavalos. Com o início da indústria saladeiril em Pelotas, muitos açorianos passaram a desenvolver a criação de gado para abastecer as charqueadas, agregando a nova atividade à agricultura. É o caso do avô da Judith (Irmã Batista), o Coronel Eleuthério Pereira das Neves, fazendeiro e também militar, que comandou a Ala do 37º Corpo Provisório da

Guarda Nacional, na Revolução de 1893.

E, assim, com determinação e trabalho duro, construíram uma província próspera da qual nos orgulhamos, deixando-nos uma herança, a qual João Borges Fortes, assim a exalta: "Os homens dos Açores eram quase incultos, as suas indústrias elementares, o abandono a que se viram votados atrofiara-lhes a atividade e as iniciativas. Em compensação nenhuma das rijas fibras de suas qualidades morais se quebrantara. E foi essa a melhor herança que nos legaram" (FORTES, 1978, p.154).

Quanto à Irmã Batista, é fácil deduzir que a sua força interior teve origem na mesma determinação de seus antepassados e, com esta determinação, venceu barreiras, quebrou paradigmas e fez do princípio de servir ao próximo, um exemplo a ser seguido.

Referências

ELTZ, Amanda Mensch. *Entre a gratidão e o poder:* uma coleção de retratos pintados da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Porto Alegre, 2019, 165p. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

FORTES, João Borges. *Os Casais Açorianos:* presença lusa na formação do Rio Grande do Sul. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978.

KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. 4. ed. Porto Alegre: Leitura XXI. 2002.

NEVES, João Nei Pereira das. *A influência açoriana no processo de transformação do espaço da localidade de Coxilha dos Pereira:* Canguçu/RS. 2011. 151p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

TORRES, Luiz Henrique. *O Povo Novo*: história e historiografia do RS. Rio Grande, 31 out. 2019. Disponível em: https://historiaehistoriografiadors.blogspot.com/2019/10/o-povo-novo.html. Acesso 20 mar. 2023.

Fontes e acervos documentais

Acervo fotográfico. Arquivo do Centro Histórico e Cultural da Santa Casa de Porto Alegre.

Certidões. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/AHRS.

Inventários. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul/APERS.

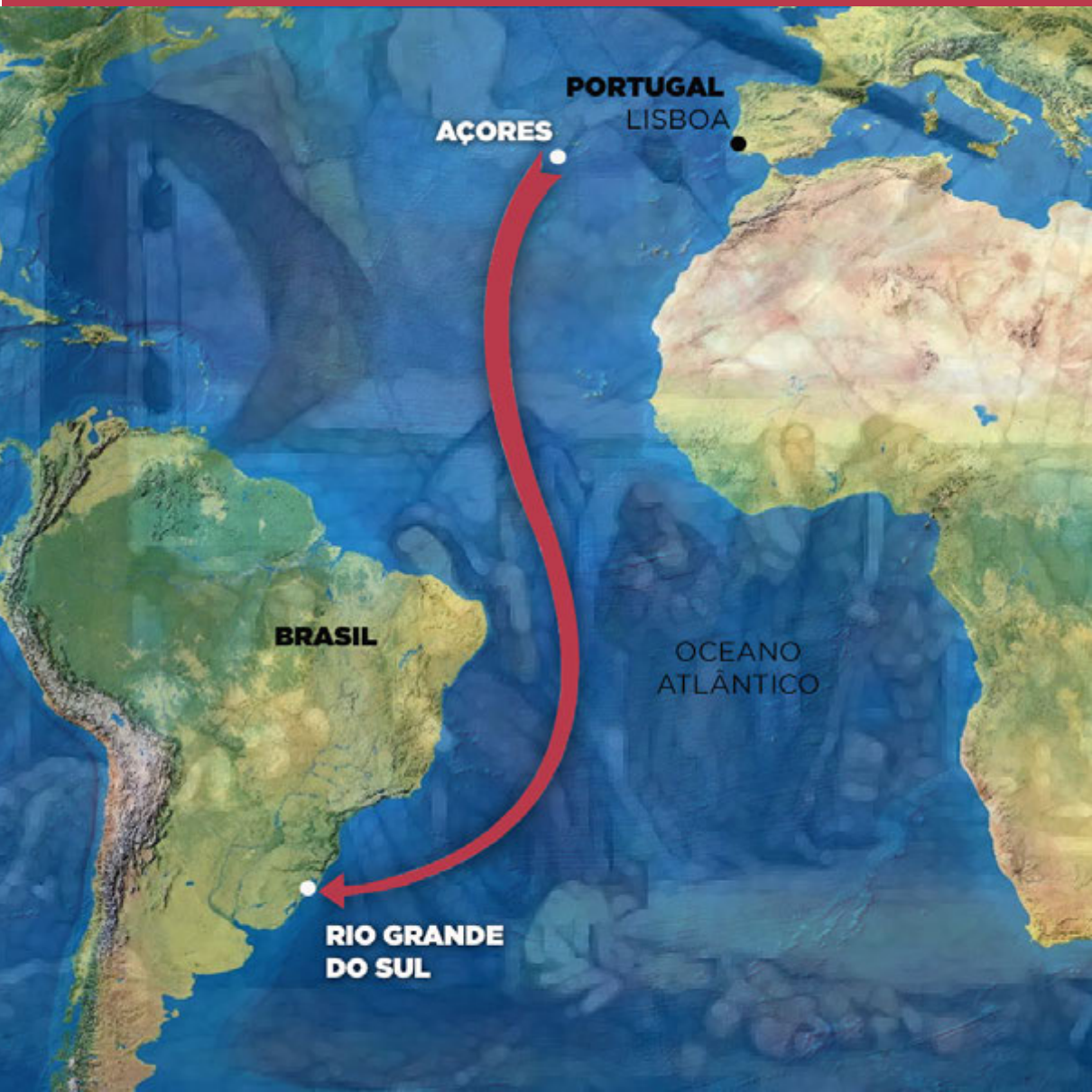
Jornal Coisas da Casa. Orgão de divulgação dos funcionários da Santa Casa de Porto Alegre, a. IV, n. 13, nov.dez. 1992.

Microfilmes diversos. Centro de História das Familias/CHF. Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias – microfilmes diversos

Necrológio. Acervo da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã/IFRAPEC.

PARTE III

AÇORIANOS NO POVOAMENTO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL



O MORGADIO NOS AÇORES E A VINDA DOS ORNELLAS PARA O RIO GRANDE DO SUL – DE TAQUARI PARA A FRONTEIRA: A ORIGEM DE POLÍTICOS GAÚCHOS DA HISTÓRIA DO BRASIL

Paulo Estivalet Flores Pinto[1]

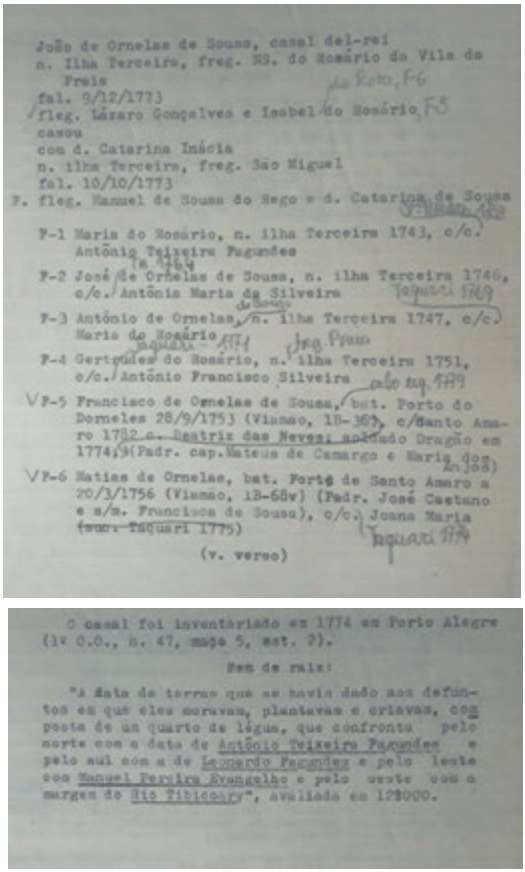
Os Ornelas (Os Ornellas)

Pesquiso há muitos anos a ocupação do Rio Grande do Sul (Rio Grande de São Pedro), território incorporado ao Brasil pelos portugueses após quase um século de lutas com os espanhóis, ocupação essa feita principalmente por açorianos.

Moacyr Domingues, historiador e reconhecido genealogista afirma: "Será quase impossível que exista algum rio-grandense de origem lusitana, nos dias de hoje, que não tenha em suas veias sangue açoriano".

Tal afirmação é alicerçada na investigação que fez durante vinte anos, examinando e copiando quase todos os livros de assentamentos de batismos, casamentos e óbitos das freguesias rio-grandenses do século

Figura 1 – Ficha elaborada por Moacyr Domingues



João de Ornelas de Sousa, casal del-rei
n. Ilha Terceira, freg. NS. do Rosário da Vila de Praia
fal. 9/12/1773
fleg. Lázaro Gonçalves e Isabel do Rosário
casou
com d. Catarina Inácia
n. ilha Terceira, freg. São Miguel
fal. 10/10/1773
F. fleg. Manuel de Sousa do Rego e d. Catarina de Sousa

F-1 Maria do Rosário, n. ilha Terceira 1743, c/c. Antônio Teixeira Fagundes

F-2 José de Ornelas de Sousa, n. ilha Terceira 1746, c/c. Antônia Maria da Silveira

F-3 Antônio de Ornelas, n. ilha Terceira 1747, c/c. Maria do Rosário

F-4 Gertrudes do Rosário, n. ilha Terceira 1751, c/c. Antônio Francisco Silveira

VF-5 Francisco de Ornelas de Sousa, bat. Porto do Domeles 28/9/1753 (Vismao, 1B-36?), c/Santo Amaro 1782 c. Beatriz das Neves; soldado Dragão em 1774,9(Padr. cap.Mateus de Camargo e Maria dos

VF-6 Matias de Ornelas, bat. Porto de Santo Amaro a 20/3/1756 (Vismao, 1B-68v) (Padr. José Caetano e s/m. Francisca de Sousa), c/c. Joana Maria (Taquari 1775)

(v. verso)

O casal foi inventariado em 1774 em Porto Alegre (1º C.O., n. 47, maço 5, est. 2).

Bem de raiz:

"A data de terras que se havia dado aos defuntos em que eles moravam, plantavam e criavam, com posse de um quarto de légua, que confronta pelo norte com a data de Antônio Teixeira Fagundes e pelo sul com a de Leonardo Fagundes e pelo leste com Manuel Pereira Evangelho e pelo oeste com a margem do Rio Tibicuary", avaliada em 12$000.

Fonte: Arquivo Moacyr Domingues. Instituto Histórico e Geográfico do RS.

1 Membro Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

XVIII. Os elementos coligidos foram transportados para um arquivo com aproximadamente quarenta mil fichas genealógicas, uma para cada casal com a relação dos filhos, data e local de nascimento e falecimento. O fichário foi articulado de forma a permitir o desdobramento de cada família em suas sucessivas gerações. Neste arquivo encontra-se o registro do casal João Ornellas de Souza e da mulher Catharina Ignácia.

Tal registro me motivou a desenvolver este trabalho, focando a trajetória, a fixação e a descendência deles no Rio Grande do Sul.

Foi este um dos casais que partindo da Vila da Praia,[2] ilha Terceira, por volta de 1752, rumou para os confins da América Meridional, atraído pelas promessas do reino (Edital de 1747 prometia terras, animais, sementes, ferramentas, armas e outras vantagens), pressionados pela fome e pela superpopulação das ilhas. Saíram dos Açores em direção ao extremo sul do Brasil, para ocupar a região missioneira, que pelo Tratado de Madri, assinado em 1750, os portugueses recebiam as Missões Orientais e cediam aos espanhóis a Colônia do Santíssimo Sacramento, situada às margens do Rio da Prata.

Assinado o tratado, começaram em 1752 a desembarcar na praia arenosa do porto do Rio Grande os primeiros "casais Del-Rei", após turbulenta viagem de dois a três meses, conforme os ventos, durante a qual os óbitos eram frequentes, assolados pelo escorbuto (Mal de Luanda) e infecções intestinais, causados pela má alimentação. Desembarcavam, primeiramente, na ilha de Santa Catarina, a fim de refazerem forças, para depois serem transportados em embarcações menores e em pequenos grupos para o Rio Grande.

A permuta não foi concretizada. Os índios missioneiros, que não foram consultados, recusavam abandonar suas terras e serem despojados do imenso patrimônio que com enorme trabalho haviam construído nos últimos setenta anos. Os índios apoiados pelos jesuítas estabeleceram ferrenha resistência à desocupação de suas terras. Em 1753 iniciou-se a Guerra Guaranítica (1753-1756) que culminou com a destruição das Missões e o quase extermínio dos índios pelos exércitos coligados de Portugal e Espanha.

Terminada a guerra, os índios que restaram foram trazidos para os domínios portugueses pelo então comandante português Gomes Freire

2 A Vila da Praia passou a se chamar Praia da Vitória em 11 de agosto de 1829, quando foram repelidas as forças miguelistas que tentavam tomar a ilha, que era defendida pelos liberais de Dom Pedro I do Brasil (IV de Portugal), assim como Angra passou a se chamar Angra do Heroísmo.

de Andrade, futuro Conde de Bobadela, por ordem do Marquês de Pombal. O episódio interrompeu o projeto inicial de ocupação.

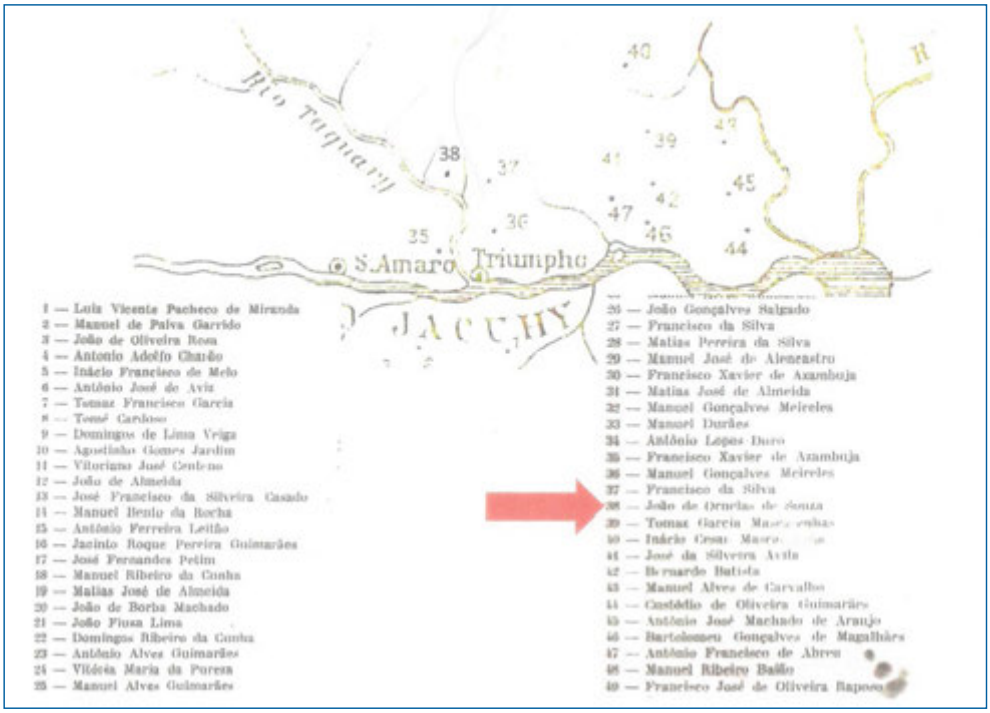
Em 1761, o Tratado de El Pardo anulou tudo que foi estabelecido pelos tratados anteriores. Em 1763, os espanhóis invadiram o Rio Grande. A incursão dos espanhóis sobre o Rio Grande deixou os portugueses reduzidos ao Forte de Rio Pardo e a Viamão e suas cercanias. Os açorianos precariamente estabelecidos vagaram por Rio Grande, Porto Alegre e as margens do Rio Jacuí e afluentes, até a débil fronteira de Rio Pardo. Os registros de batismos dos dois últimos filhos de João de Ornellas e Catharina Ignácia, ambos nascidos no Brasil, ilustram a andança dos açorianos.

Nesse sentido, o quinto filho do casal, Francisco, foi batizado em 28 de setembro de 1753 em Viamão. Foram seus padrinhos o capitão Matheus de Camargo e Maria dos Anjos, cujos pais "são moradores no Porto do Dornelles dos casais das ilhas" (refere-se a Jerônimo de Ornellas Menezes e Vasconcelos, madeirense, primeiro sesmeiro da região de Porto Alegre, onde foram inicialmente alojados).

Além disso, Mathias, o sexto filho do casal, foi batizado em 20 de março de 1756, também em Viamão. Foram seus padrinhos José Caetano e sua mulher Francisca de Souza, "todos casais del-rei, assistentes no Forte de Santo Amaro" (muitos açorianos trabalharam no início da construção do Forte de Santo Amaro que os portugueses principiaram a erigir para proteger sua linha de fronteiras).

Somente em 1770, José Marcelino de Figueiredo (Manoel Gomes de Sepúlveda), que assumiu o governo da Capitania em 1769, substituindo José Custódio de Sá e Faria, determinou em 25/9/1770 ao capitão Alexandre José Montanha a demarcação e a entrega das datas de terra (aproximadamente 272 ha) aos açorianos que não haviam recebido as terras prometidas, ainda durante a ocupação espanhola (Livro 1º de Pastorais e Ordens, folhas 16. Declaração do Capitão Montanha. Entrega das datas. BALÉM, 1952).

Figura 2 – João de Ornelas de Souza, na relação dos que receberam terras



Fonte: Mapa em apêndice no texto de José de Araújo Fabrício, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, n. 105 a 108, 1947. Adaptação de Vanessa Gomes de Campos.

Os Ornellas foram assentados em Taquari, local muito distante do programado, 18 anos após sua chegada. Eles receberam sua data em 31/01/1772. Coube a eles o lote 38, como descrito em parte do inventário, cuja transcrição paleográfica foi feita pela Drª Vanessa Campos:

> A Data de terras que se havia dado aos defuntos em que eles moravam plantavam e criavam, composta de hum quarto de légua que se confronta pelo norte com a data de AntônioTeixeira Fagundes (genro casado com a filha mais velha do casal Maria do Rosário) e pelo sul com a de Leonardo Fagundes e pelo leste com Manoel Pereira Evangelho e pelo leste com a margem do rio Tibiquary a qual sendo vista e avaliada com suas roças, cercas, plantas, corrais, casas e mais benfeitorias pelos ditos avaliadores acharam valer a soma e quantia de cento e vinte e oito mil reis [...].

No registro do óbito de João de Ornellas, o vigário Manoel Garcia Mascaranhas (1772-1787) certifica:

> Aos doze dias do mês de dezembro de mil setecentos e setenta e treis anos faleceu da vida presente Joam Dornellas... morador nesta freguesia de São José, Bispado do Rio de Janeiro, marido de dona Catharina, nam fez testamento nem recebeu sacramento algum pello matarem, teria de idade sessenta anos julgo mais ou menos, seu corpo foi sepultado acima do púlpito, digo, no lugar do púlpito da igreja nova. Encomendei sua alma na forma do ritual romano e celebrei missa de corpo presente e para constar fiz este assento que assignei (Livro E2, p. 4. Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis. Arquidiocese de Porto Alegre).

Em seguida ao assento de óbito de João Dornelles vem o de sua mulher dona Catharina Ignácia, falecida no mesmo dia, sem os sacramentos, pois a mataram também.

Foram assassinados em Taquari, e não se sabe até hoje os motivos, nem por quem. O processo-crime que pode esclarecer as causas do duplo homicídio, ainda não foi encontrado. O inventário do casal está custodiado no Arquivo Público do Estado, em Porto Alegre (Autos 47, maço 5. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1774).

Figura 3 – Registros dos óbitos de João e Catharina

Registros dos óbitos
Freguesia São José de Taquari, Livro 1, fls. 3v

JOAM DORNELLAS
+12/12/1773
nam fez testamento nem recebeo Sacramento algum ***pello matarem***

teria de idade sessenta annos pouco mais ou menos

seu corpo foi sepultado acima do lugar do pulpito da Igreja nova

D. CATHARINA IGNACIA
+12/12/1773
de idade de sessenta annos pouco mais ou menos

nam fez testamento nem recebeo os santos Sacramentos ***por a matarem***

Seu corpo foi sepultado no lugar corpo da Igreja nova acima do lugar do pulpito

Fonte: acervo do Arquivo Histórico Monsenhor Ruben. Arquidiocese de Porto Alegre.

João de Ornellas de Souza e sua esposa Catarina Ignácia são antepassados de Getúlio Dornelles Vargas, através de sua primeira filha Maria do Rosário, ainda nascida na ilha Terceira, Vila da Praia, Também de João Belchior Marques Goulart, por seu quinto filho Francisco, já nascido em Porto Alegre. Descendem também, Ernesto Dornelles, militar e político, foi senador e governador do Rio Grande do Sul, e Ministro da Agricultura. Outro descendente é Francisco Oswaldo Neves Dornelles, ministro e deputado federal, várias vezes, e governador do Rio de Janeiro.

A data dos Dornelles, incrustrada no próprio sítio, onde se desenvolveu a planta urbana de São José do Taquari, foi o lugar de refrigério, berço e túmulo dos antepassados comuns dos presidentes Getúlio Vargas e João Goulart. Foi daquela querência que os Dornelles, cumprindo o destino histórico dos casais Del-Rei, oriundos dos Açores, arremeteram para ocupar a região missioneira, após a conquista das Missões e a expulsão definitiva dos espanhóis, terra originalmente prometida.

Conforme orientação do genealogista e historiador terceirense Jorge Forjaz:

> O antigo nome em Portugal era ¨Dornelas¨ (nome de uma terra), rapidamente transformado em ¨de Ornelas¨. Até 1910, escrevia-se sempre com 2ll, ou seja, Ornellas. Só depois de chegarem ao Brasil é que adotaram a forma ¨Dornelles¨, pelo que sugiro só se use esta forma, a partir da geração do primeiro brasileiro
>
> (Depoimento concedido ao autor).

A vinda dos Ornellas para o Brasil

Os Ornellas abandonaram suas raízes, propriedades, e parte da família. Aparentemente, tratava-se de gente abastada, com capela e altar no interior da matriz de Santa Cruz da Vila da Praia (hoje Praia da Vitoria), com rico brasão fixado em seu teto, em cujo piso estão sepultados os Ornellas e os Câmaras, fundadores e sempre influentes políticos e governadores nos Açores. Consultando o reconhecido historiador e genealogista Dr. Jorge Eduardo de Abreu Pamplona Forjaz sobre a vinda desta família, para terras desconhecidas, de suas pesquisas colhi preciosas informações que embasam este trabalho.

Figura 4 – Brasão da família

Fonte: acervo do autor.

O autor Manoel de Souza Menezes em "Os casais açorianos no povoamento de Santa Catarina" (*Boletim Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, 1952) fornece elementos elucidativos referentes ao ano de 1751, afirmando que o referido ano foi "um dos mais escassos dos frutos da ilha Terceira em todos os gêneros".

Além da escassez de gêneros alimentícios, outros fatores vêm sustentando as razões da diáspora açoriana para o extremo-sul do Brasil, no século XVIII, como: os constantes abalos sísmicos, a superpopulação, a necessidade do reino em povoar terras conquistadas, além das dívidas ou querelas políticas. A pergunta que se pode fazer é? Haveria outras motivações para a partida de suas ilhas?

Em longa resposta à correspondência enviada pelo autor ao Dr. Jorge Forjaz, em 2020, sobre outros motivos que levaram à partida de ilhéus para o Rio Grande do Sul, ele afirma:

> A pergunta, infelizmente, não tem uma resposta objetiva, pois nenhum desses emigrantes declarou uma linha que fosse, em qualquer diário, a falar da sua aventura e das razões dela. É um espirito muito português... Mas podemos especular, a certeza de que podemos acertar ou errar, mas como ninguém conhece a verdadeira verdade (as razões de um dos casais podiam ser completamente diferentes das de outros casais...). Vamos imaginar o seguinte: o nosso João de Ornellas de Souza, morador na Praia (Praia da Vitória), era, como sabe, filho de Lázaro Gonçalves e de Izabel de Ornellas. Do Lázaro Gonçalves nada se sabe, para além de uns nomes de reduzido ou nenhum significado social. De Izabel de Ornellas, sabe-se que bisneta de Antônio de Ornellas da Câmara, casado com

Ana Gonçalves, que instituiu um vínculo com 12 alqueires de terra, ou seja, 1200 metros quadrados de terra, uma insignificância. Mas isto dava uma ideia dos bens que eles já dispunham. Eles eram descendentes do povoador João de Ornellas, o tal que está sepultado debaixo do seu brasão na Matriz da Praia. *A terra como bem sabe, aqui, era limitadíssima e desde o princípio do povoamento que funcionou o sistema de vincular a terra, que passava só para os morgados, normalmente os filhos primogênitos.* Os outros ficavam com pouco ou nada e tinham que tratar da vida, ou arranjando noiva rica (a melhor solução, claro!), ou ir para o convento, ou fazerem-se padres e agarrar alguma sinecura, ou então Índia ou Brasil. Quando chegavam a este ponto, tinham os nomes (Ornellas, Pamplonas, Fagundes, Monizes, Toledos, Vasconcelos, Câmaras e tutti quanti), mas não tinham bens. Os casamentos que vão fazendo refletem esta fragilidade econômica. As mulheres com quem casam já não usam o "Dona", costume que se mantém nos ramos primogênitos, onde o nome estava aliado aos bens materiais que sustentavam a casa. Em resumo, quando alguém lhes sopra com um novo paraíso terreal, onde a terra era infinita e as hipóteses de enriquecer estavam ali à esquina, juntam as roupinhas, vendem a casinha e marcham para o sul. João de Ornellas levou consigo a mulher e 4 filhos... Grande e corajosa aventura! Mas, mal chegou ao Brasil, teve terras, tantas como talvez nenhum dos antepassados dele na Terceira em algum tempo tiveram. Era outro mundo... É claro que isto é linguagem, algo romantizada. H*á que acrescentar as crises cerealíferas e outras que levaram à fome e empurraram os mais pobres para a desgraça total, obrigando-os a buscar novas fronteiras. Resumindo, penso que na hora de embarcarem eram todos iguais... os descendentes do fidalgo João de* Ornellas, e os descendentes do peão José Nunes [...]. Em chegando ao Brasil, provavelmente, as prosápias vinham à tona, e é ver os velhos e ilustres apelidos lusitanos a imporem-se nessa nova sociedade e a darem o seu sangue para uma colecção de descendentes que honraram as origens... E com isso, não o maço mais! Leva aí um comentário que não é certamente o que queria, mas talvez ajude um pouco a compreender as razões da grande fuga açoriana.

Na resposta à consulta que lhe fiz, acima transcrita, Forjaz enfatiza que, desde o princípio do povoamento dos Açores, funcionou o sistema de Morgadio, ou seja, vincular a terra somente aos primogênitos que herdavam – os Morgados. Os outros tinham que buscar alternativas para

sobreviver. Assunto que a historiografia não dá a devida importância para justificar como uma das causas prováveis da massiva emigração do povo açoriano, no caso, para o Rio Grande do Sul. Com o intuito de contribuir sobre essa causa da partida de ilhéus para o Brasil no século XVIII, apresento neste trabalho um estudo de caso que ilustra e reforça a tese do morgadio, como outra motivação da diáspora açoriana.

O Morgadio

O morgadio – a propriedade rural vinculada – foi sistema português que perdurou por quase 600 anos, e cuja regra era a sucessão única, estabelecendo o patrimônio fundiário indivisível, e inalienável com o propósito de manter ou aumentar o prestígio social da família. Ou seja, somente o primogênito é que herdava; os demais filhos não!

As primeiras instituições do morgadio em Portugal são do início do século XIV. O documento de instituição, geralmente em testamento ou contrato que representava a vontade do instituidor, era documento privado sobre o qual a prática jurídica régia foi resolvendo, pontualmente, as questões vinculares.

Os bens vinculados só podiam ser vendidos para pagamento de dívidas se tivessem sido contraídas pelo fundador. Porém, se a responsabilidade procedesse do administrador, as terras não podiam ser vendidas e somente arrendadas ano a ano para o credor, até o seu reembolso integral, e satisfazerem todos os encargos a que os bens haviam sido consignados. Até 1770, qualquer indivíduo com algum patrimônio territorial podia instituir um morgadio, condição esta que lhe dava possibilidade de ostentar nobreza. No ano de 1770, uma lei pombalina limitara novas instituições. Somente após esta data, extinguiu-se o *status* de nobreza ao instituidor do morgadio.

A partir daí, cresceram as críticas ao modelo de propriedade vinculada. O processo de extinção dos morgadios foi longo e difícil até 19/05/1873, quando foi publicada a “Carta de Lei”, pela qual “ficam desde já abolidos todos os morgadios e capelas atualmente existentes no reino e ilhas adjacentes e províncias ultramarinas e declarados alodiais os bens de que se compõe” (Arquivo do Tombo, Lisboa, Portugal). Este injusto sistema tinha gerado, nos Açores, um imenso contingente de “sem terras”. Esses “sem terras” tinham razões de sobra para buscarem uma saída para melhor sorte. Partir! Apelos e promessas não faltaram.

Com já enfatizado, uma realidade que precisa ser melhor estudada, no conjunto dos motivos que impuseram a partida de muitos ilhéus para o extremo-sul do Brasil no século XVIII.

Vamos ao exemplo, em destaque neste trabalho.

Lázaro Gonçalves e Izabel do Rosário de Ornelas tiveram cinco filhos: Manoel de Ornelas e Souza, nascido em 1695; Francisca em 1697; Maria Antônia em 1699; Brites em 1702 e João de Ornelas de Souza em 1709. Todos nascidos na freguesia de Santa Cruz da Vila da Praia, ilha Terceira. Deles, somente o último, João de Ornelas de Souza veio para o Brasil nas primeiras levas trazidas para o Rio Grande de São Pedro em 1752, evidenciando claramente que tinha poucas ou nenhuma chance de sobreviver e progredir, se lá permanecesse. O morgadio seguramente ficaria para o primogênito Manoel. Assim emigrar para o Brasil era a melhor opção. Casado com quatro filhos, sem terras para trabalhar, a coroa oferecendo transporte, datas de terras e várias outras vantagens, diante da situação real do morgadio, com o patrimônio passando integralmente para o primogênito Manoel – o futuro "Morgado" –, não lhe restaria outra alternativa, senão emigrar; foi o que fez.

Inventário do casal

O casal foi inventariado em 1774 em Porto Alegre (Primeiro Cartório de Órfãos, n. 47, Maço 5. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul); foi inventariante seu filho Antônio. O inventário elenca minunciosamente todos os pertences do casal, propriedades, além da data recebida. Possuíam casa no ¨povo¨ (São José do Tibicoary), onde provavelmente possuíam algum negócio de tecidos como indica o inventário), escrava, animais, gamelas, talheres e outros utensílios.

Chama atenção a quantidade de bens amealhados nos vinte anos, desde sua chegada em 1752 até o recebimento de sua data em 31/01/1772. Mantinham na propriedade rural (data), sessenta reses mansas, três juntas de bois mansos lavradores, seis éguas de cria de bestas muares, sugerindo que já iniciavam criação de mulas, dezoito éguas em cria de potro, dois cavalos inteiros pastores, dois burros Hechores (muito valiosos), oito cavalos mansos, além de duzentos e cinquenta e três mil e seiscentos reais em dinheiro corrente em ouro.

Como amealharam bens

Diante dos bens arrolados no inventário do casal, evidenciando um rico patrimônio em tão pouco tempo no Rio Grande do Sul, fica o questionamento: Como esse colono que aqui chegou como "um bruto homem das ilhas" (carta de Francisco Xavier Furtado ao Conde da Cunha em 18 de março 1767, citado por Fortes, 1978), cidadão de segunda classe, conseguiu galgar, como outros seus conterrâneos (comprovado pelo censo de 1784-1785) situação privilegiada e com largo patrimônio, em tão pouco tempo? Seria com atividade agrícola (trigo), criação de bovinos e muares ou outra atividade?

Para a compreensão do contexto, o historiador Moysés Vellinho afirma:

> [...] fascinação que as novas terras exerciam sobre o espirito e a ambição dos pioneiros e a urgente necessidade de incrementar-lhes o povoamento e enchê-las de gado. Aqui entra o recurso às *arreadas* e ao incessante *contrabando.* Sem a desenvoltura dessas práticas não se consumaria a disseminação e implantação de estâncias, não se estenderiam os liames de vizinhança, não se estabeleceriam os nódulos de fixação social indispensáveis à consolidação da conquista [...] Rafael Pinto Bandeira, desafiando José Marcelino de Figueiredo que era contrário às arreadas, dizia abertamente *que há de fazer arreadas ainda que o leve o diabo*. (Vellinho, 1975, p. 136, grifos meus).

Assim como os Ornellas, que amealharam no Rio Grande do Sul um patrimônio considerável, o casal Manoel Antônio de Bitencourt e Mariana de Bitencourt, naturais da ilha Graciosa, Vila de Santa Cruz, teve seus primeiros quatro filhos nascidos em Rio Grande, até 1761. O quinto já nasce em Laguna em razão de lá terem se refugiado quando da invasão dos espanhóis em 1763. Voltaram, indo para Santo Antônio da Patrulha e daí para Cachoeira, onde Manoel faleceu em 1790. Era homem rico, conforme seu inventário com testamento autuado em Rio Pardo (Primeiro Cartório Cível de Porto Alegre n. 25, Maço 1. Arquivo Público do Rio Grande do Sul). Possuía léguas de campo, doze escravos e casas em Cachoeira.

Considerações finais

A partir da instigante trajetória percorrida pelo casal Ornellas e seus descendentes, este artigo se propôs jogar luz no debate que trata das razões pelas quais os colonos açorianos emigraram para um território desconhecido e com um futuro repleto de incertezas. Conforme abordado aqui, a maioria dos autores que tratam da vinda dos açorianos ao Brasil, não elencam a questão do morgadio como uma possível motivação para que esses tomassem a decisão para emigrar. Embora, a pesquisa não tenha o cunho de ser conclusiva ou sequer de querer fechar esta questão, seria interessante que outros pesquisadores se debruçassem sobre o tema tão pouco abordado na historiografia da emigração açoriana ao Brasil. Além disso, outro ponto a ser melhor investigado é como alguns colonos açorianos, em tão pouco tempo, conseguiram amealhar bens e riqueza. Uma possível hipótese a ser levantada é que as arreadas e o contrabando eram práticas que contribuíram com esta acumulação.

Anexo 1 – Ascendência dos Ornelas (Ornellas)

1. Álvaro de Ornelas
Povoador da Madeira
C.c. Elvira Fernandes Saavedra, n. nas Canárias.

2. Catarina de Ornelas Saavedra
N. no Funchal, Madeira, e fal. na Praia, Terceira
C.c. Pedro Álvares da Câmara, filho de Álvaro Gonçalves
(irmão do famoso João Gonçalves Zarco)

3. Álvaro de Ornelas da Câmara
C.c. Maria Vaz Sodré

4. Sodorneza de Ornelas
C.c. André Furtado de Mendonça
Moradores na ilha Graciosa.

5. Mécia Furtado de Mendonça
C.c. António Duarte

6. Fernão de Ornelas de Mendonça
C.c. Maria Gonçalves

7. António de Ornelas da Câmara
N. na ilha Graciosa e f. na Praia, Terceira.
C.c. Ana Gonçalves, fal. na Praia a 30.11.1657.

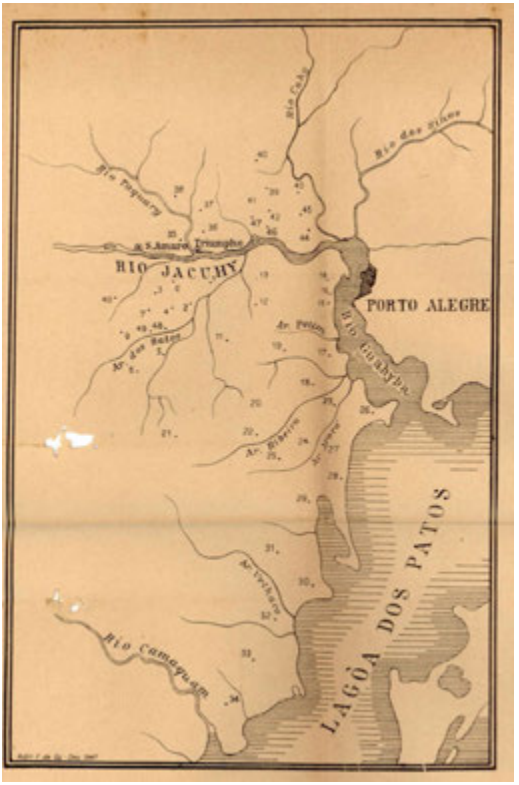
8. Manuel de Ornelas de Mendonça
C. na Praia, Terceira, a 22.11.1666 com Brázia Gomes Pacheco.

9. Isabel de Ornelas (ou Isabel do Rosário)
C. na Praia a 13.6.1695 com Lázaro Gonçalves.

10. João de Ornelas de Sousa ~
N. na Praia a 20.6.1709 e fal. em Taquari, RS, a 12.12.1773.

Fonte: acervo do autor.

Anexo 2 – Mapa ilustrativo que situa o Rio Taquari, área onde os Ornellas se fixaram



Fonte: Mapa em apêndice, no texto de José de Araújo Fabrício,
publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, n. 105 a 108, 1947.

Anexos 3 e 4 – Lápides dos túmulos dos Ornellas e Câmaras no piso da Capela da Matriz de Santa Cruz da Vila da Praia

Fonte: acervo do autor.

Referências

ARQUIVO HISTÓRICO MONSENHOR RUBEN NEIS. Arquidiocese de Porto Alegre. Livro de Óbitos de Taquari, E2, p. 4.

ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO. Porto Alegre.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Lisboa, Portugal.

ARQUIVO DO TOMBO, Lisboa, Portugal. Carta de Lei. Abolição dos Morgadios, 19 maio1873.

ARQUIVO DOS AÇORES. Ponta Delgada, Ilha de São Miguel, Açores, Portugal.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Inventário do casal João Dornelles e Catharina Inácia. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1774, Autos 47, Maço 5.

BALÉM, João Maria. *A Paróquia de São José de Taquari*: no bicentenário da colonização açoriana no Rio Grande do Sul (1752-1952). Porto Alegre: A Nação, 1952.

BORGES FORTES, João. *Os casais açorianos*. 2 ed., Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978.

BOLÉO, Manoel de Paiva *A emigração açoriana para o Brasil*. Coimbra: Ed. da Casa do Castelo, 1945.

BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). *Açorianos no Brasil*: História, Memória, Genealogia e Historiografia. Porto Alegre: EST, 2002.

BARROSO, Véra Lúcia Maciel (Org.). *Presença Açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1993.

CARNAXIDE, Visconde de. *O Brasil na administração pombalina*. São Paulo: Brasiliana; Cen/Mec, 1979, v. 192.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Santa Catarina*: história e evolução. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1937.

CORRESPONDÊNCIA de Jorge Forjaz enviada a Paulo Estivalet Flores Pinto em 20 fev. 2020.

ESPIRITO SANTO, Miguel Frederico do. Os Casais de Número e as Formalidades da Real Mercê. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel. *Açorianos no Brasil*: História, Memória, Genealogia e Historiografia. Porto Alegre: EST, 2002.

FABRÍCIO, José de Araújo. Freguesia de Nosso S. Bom Jesus do Triunfo: seus primeiros povoadores na segunda metade do século XVIII (mapa no apêndice). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 105 a 108, p. 230-245, 1947.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Moacyr Domingues.

MENEZES, Manoel de Souza. Os casais açorianos no povoamento de Santa Catarina. *Boletim Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, 1952, p. 40-104.

VELLINHO, Moysés. *Capitania d'El Rei.* 2 ed., Porto Alegre: Globo, 1970.

VELLINHO, Moysés. *Fronteira*. Porto Alegre: Globo; Ed. da UFRGS, 1975.

PIAZZA, Walter. *A Epopeia Açórico-Madeirense* (1748-1756). Florianópolis: Ed. da UFSC; Lunardelli, 1992.

NEIS, Ruben. *Guarda Velha de Viamão*: no Rio Grande do Sul miscigenado surge Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre: EST; Sulina, 1975.

1750: PRINCÍPIO DO POVOAMENTO DO TERRITÓRIO DE RIO GRANDE DE SÃO PEDRO COM OS *CASAIS DO NÚMERO*

Letícia Vieira Braga da Rosa[1]

Introdução

Por seu impacto e efeito, ondas migratórias como a provocada pelo Edital de 1746, que determinava a vinda das famílias açorianas para o Brasil Meridional, provocam sucessivo interesse, sendo foco de múltiplas investigações. Em uma época em que as comunicações entre Portugal e suas colônias eram feitas por cartas, enviadas pelas embarcações que cruzavam o Atlântico, o estabelecimento de mensagens entre Lisboa, Açores, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande estava sujeito ao tempo lento do deslocamento marítimo intercontinental.

A documentação sobre a organização e execução do transporte dos casais dos Açores pela Coroa Portuguesa, referente a editais, provisões e a correspondência entre o Rei de Portugal, seu Conselho Ultramarino, as colônias do Brasil e do arquipélago dos Açores, encontra-se espalhada em diversos arquivos localizados nesses territórios. Essa variedade de fontes dispersas, contendo referências cruzadas e repetição de trechos de documentos anteriores, têm resultado em diferentes versões sobre esse período histórico, conforme os registros a que tiveram acesso os pesquisadores portugueses, açorianos, catarinenses e gaúchos que tratam sobre o tema.

Nesse contexto, este artigo tem como objetivo identificar a data de chegada dos primeiros Casais do Número transportados para povoar o Rio Grande de São Pedro. A pesquisa iniciou com consultas ao Arquivo Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, estendendo-se aos acervos arquivísticos digitais que conservam a documentação sobre essa trajetória migratória.

1 Doutora em Processos e Manifestações Culturais, professora da Universidade Feevale, Novo Hamburgo, RS.

A investigação se concentrou nos arquivos de acesso aberto, disponíveis nos repositórios e bases de dados digitais localizados nos múltiplos territórios envolvidos – Açores, Portugal, Brasil – distantes no tempo e no espaço. Mediante a análise de tais fontes documentais, a carta do governador de Santa Catarina, Manuel Escudeiro, de 27 de fevereiro de 1751, atesta o mês de junho de 1750 como a data de envio dos primeiros Casais do Número para o Rio Grande de São Pedro.

O fluxo migratório de 1746

Desde a fundação da Comandância do Presídio do Rio Grande de São Pedro, em 1737, o brigadeiro José da Silva Paes requeria o envio de casais açorianos para a região: "Devem vir casais das Ilhas que são os mais próprios para esta terra, na forma que Sua Majestade tinha mandado dizer, e quanto antes vierem, mais conveniente será".[2]

Já como governador de Santa Catarina, capitania criada para cuidar dos territórios mais meridionais, Silva Paes retoma a questão. Em 1742, descreve ao rei D. João V as dificuldades na defesa da fortaleza e a necessidade de criar novos regimentos militares para guarnecer fortificações, sugerindo novamente o envio de casais dos Açores para o sul do Brasil:

> Se das Ilhas se puderem remeter alguns Casais seria utilíssimo, e ainda alguns recrutas, porque asim se aumentaria a cultura destas Terras que são proprias, não só para todos os frutos da América, senão tambem da Europa. E dos filhos dos mesmos Casais se recrutaria o Terço ou Tropas, que aqui assistissem, e seriam mais permanentes do que os de fora.[3]

Anuindo à representação do brigadeiro José da Silva Paes, em 11 de março de 1744,[4] o Conselho Ultramarino,[5] começa a planejar o trans-

2 AHU_ACL_CU_019, Cx. 1\Doc. 6. Projeto Resgate - Rio Grande do Sul (1732-1825). Ofício do brigadeiro José da Silva Paes a Gomes Freire de Andrade, de 12 de março de 1737. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/019_rs/28. Acesso em: 14 jan. 2022.
3 AHU_ACL_CU_017, Cx. 34, Doc. 3627, p. 2. Projeto Resgate - Rio de Janeiro (Avulsos). Carta do Brigadeiro José da Silva Paes, a D. João V, solicitando o envio de açorianos para Santa Catarina, de 23 de agosto de 1742. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/017_rj_av/24331. Acesso em: 13 set. 2021.
4 AHU_ACL_CU_017-1, Cx. 52, Doc. 12152. Projeto Resgate - Rio de Janeiro (CA). Consulta do Conselho Ultramarino, de 11 de março de 1744, favorável à representação do Brigadeiro José da Silva Paes. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/017-1_rj/25458. Acesso em: 13 set. 2021.
5 Apesar de os Açores não estarem sob sua jurisdição, o Conselho Ultramarino era encarregado da administração colonial de todas as matérias e negócios do Brasil. Assim, por ser um negócio de interesse para o Brasil, o órgão ficou responsável pelas decisões a respeito do programa de migratório. (COLLECÇÃO..., 1819, p. 433).

porte dos casais açorianos. O programa migratório foi decretado por D. João V, após a Consulta do Conselho de 8 de agosto de 1746, que apontava a conjuntura internacional favorável e o investimento conveniente.

Enquanto documento interno, os conselheiros destacavam as vantagens do negócio como forma de fixar os limites, povoar o território do Brasil Meridional e ampliar bases comerciais, tanto pelo desenvolvimento do comércio na região quanto pelos dízimos que poderiam ser auferidos com as novas povoações. Apesar da despesa que a operação demandava, recomendavam que fosse executada logo. "Ao Conselho parece que este negócio é de grande importância ao serviço de V. M. porque de se povoar o Estado do Brasil depende a maior segurança dele e o aumento da Sua Real Fazenda".[6]

Foi essa Consulta que orientou e serviu como base para as determinações régias enviadas aos Açores, ainda nesse ano. Um fragmento do texto, inclusive, acabou sendo utilizado para compor a abertura do texto do Edital publicado nos Açores.

> El Rei, Nosso Senhor, atendendo às representações dos moradores das Ilhas dos Açores, que lhe têm pedido mande tirar delas número de Casaes que for servido e transportá-los ao Brasil, donde resultará às ditas Ilhas grande alívio em não ver padecer os seus moradores, reduzidos aos males que traz consigo a indigência em que vivem e, ao Brasil, grande benefício em fornecer de cultores alguma parte dos vastos domínios do dito Estado [...].[7.]

Começa então a migração das famílias açorianas para o Brasil Meridional, referidas como "Casais do Número", "Casais das Ilhas", "Casais de ilhéus" ou "Casais d'El Rey". Essa "política de casais",[8] foi utilizada por Portugal como forma de garantir e expandir a posse do território americano, adotando um "programa de colonização organizada", para povoar as regiões de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro (PESAVENTO, 1991, p. 15).

6 AHU_ACL_021, Cx. 1, Doc. 26. AHU_ACL_021, Cx. 1, Doc. 26. Projeto Resgate - Santa Catarina (1717-1787). Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, 8 de agosto de 1746. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/021_sc/158. Acesso em: 3 jul. 2021.

7 AHU_ACL_021, Cx. 1, Doc. 46, p. 18. Projeto Resgate - Santa Catarina (1717-1787). Edital Régio de 1746. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/021_SC/353. Acesso em: 3 jul. 2021.

8 A aplicação da política dos casais das ilhas foi utilizada por Portugal, desde o século XVI. Em 1550, ainda em número reduzido, foram enviados para a fundação da Bahia. O fluxo migratório se intensificou nos séculos XVII e XVIII, para o Pará, Maranhão, Colônia do Sacramento e, sobretudo, no final da década de 1740, para Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro (RODRIGUES, 2013).

A menção ao "casal" abrangia toda a unidade familiar estabelecida ao redor do chefe da família, o "cabeça do casal" (*paterfamilias*). Segundo Hespanha (1993), nas relações do Antigo Regime, a noção de família não se restringia aos que partilhavam do mesmo círculo doméstico, estendendo-se a pessoas relacionadas pela geração ou afinidade, servos e outros criados. Um casal podia incluir, além de marido e mulher; seus filhos e filhas menores e os maiores, solteiros e/ou viúvos com filhos; seus netos e netas órfãos; parentes próximos como pais idosos ou viúvos, irmãos, irmãs, tios, tias, sobrinhos, sobrinhas; e também agregados, como genros, noras, cunhados, cunhadas, sogro, sogra, afilhados, afilhadas, parentes consanguíneos ou por afinidade e pessoas a seu serviço. Assim, a expressão Casal d'El Rey era utilizada para identificar os indivíduos que, a partir do Edital de 1746, por "mercê real", receberam subsídios da Coroa Portuguesa para virem povoar o Brasil Meridional, compreendendo além do casal em si, também seus parentes e agregados.

"Casais das Ilhas" ou "Casais de ilhéus" era a referência geográfica para indicar a origem dos imigrantes, abarcando tanto as famílias dos Açores quanto os habitantes da ilha da Madeira. Os madeirenses foram incluídos no projeto pela Provisão régia de 9 de agosto de 1747, que considerou "conveniente estender-se a mesma graça também às ilhas da Madeira".[9]

Já a expressão "Casal do Número" designava os casais registrados nos Livros de Matrícula que eram atendidos pela Fazenda Real, não sendo exclusiva aos casais alistados no Edital de 1746 (QUEIROZ, 1985). Abrangia tanto casais constituídos nas ilhas quanto novos casais formados por açorianos e/ou madeirenses em solo brasileiro. Observe-se que a expressão correta para os designar era casal "do" número (do número dos que contavam com a mercê do Rei) e não "casal de número", termo adotado comumente (SILVEIRA, 1986).

Diante da necessidade de povoar o Brasil, o transporte foi apresentado nos Açores como um benefício do rei para com suas duas colônias, especialmente à população mais desfavorecida, naquele ano assolada por uma crise cerealífera e que enfrentava dificuldades financeiras, demográficas, climáticas, sociais, políticas e econômicas nas ilhas. Apesar de o programa migratório ter sido planejado a partir da representação

9 PROVISÃO Régia de 9 de agosto de 1747. *Archivo dos Açores,* v. I. Ponta Delgada, Açores, 1878, p. 377-381. Disponível em: https://archive.org/stream/archivodosaore01pont#page/376/mode/2up. Acesso em: 21 jun. 2019.

feita pelo brigadeiro José da Silva Paes em 1742, data anterior à crise cerealífera de 1746, a situação das ilhas foi o argumento utilizado para promover o alistamento, recebendo destaque já na abertura do Edital: "El Rei, Nosso Senhor, atendendo às representações dos moradores das Ilhas dos Açores [...]".

Embora o texto do Edital utilizasse um tom caridoso e benevolente, em que eram enfatizados os benefícios que os colonos receberiam no Brasil, como ajuda de custo, ferramentas, animais, mantimentos e terras, os reais propósitos com a promoção do transporte dos casais atendiam às estratégias político-econômicas da coroa portuguesa. Ao analisar o Edital e demais documentos enviados aos Açores,[10] percebe-se que foram suprimidos os objetivos político-territoriais e econômico-mercantis que estavam detalhados no texto do Conselho Ultramarino de 8 de agosto de 1746.

Após o lançamento do Edital e alistamento dos casais, começaram a ser definidas as providências para o transporte. Esse planejamento estava atrelado a uma série de decisões e tarefas que precisavam ser alinhadas entre diversas instâncias de poder. A correspondência existente demonstra as consultas, decisões e respostas trocadas entre a Corte em Lisboa, o Governador do Rio de Janeiro, o Governador de Santa Catarina, o Comandante do Presídio de Rio Grande, o Corregedor dos Açores e as Câmaras de cada uma das ilhas do Arquipélago.

Enquanto os preparativos para a viagem estavam em andamento nos Açores, do outro lado do Atlântico medidas deviam ser tomadas para receber as famílias. A Provisão Régia de 9 de agosto de 1747 apresenta as instruções que os governadores do Rio de Janeiro e de Santa Catarina deveriam seguir, que envolviam demarcação e limpeza de áreas, construções e arruamentos, provisões e alimentação. As famílias deveriam ser acomodadas, inicialmente na ilha de Santa Catarina, e, conforme mais casais fossem chegando, deveriam ser fundados novos povoados, desde o Rio São Francisco do Sul até o Serro de São Miguel, na região do Chuí.

Essas informações chegaram em Santa Catarina em 30 de outubro de 1747, quando o primeiro grupo de famílias já havia partido dos Açores. O atraso na correspondência foi o motivo alegado pelo governador

10 BPARJJG, 08-LV-REG-CMHORTA, fl. 246. Registro da ordem de Sua Majestade para o transporte dos casais; seguido da Carta Régia de 31 de agosto de 1746 e da Carta Régia de 5 de setembro de 1746. Disponível em: http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/08-LV-REG-CMHORTA/08-LV-REG-CMHORTA_item1//index.html?page=244. Acesso em: 3 jul. 2021.

Silva Paes para não ter conseguido realizar as providências solicitadas.[11]

O embarque do primeiro grupo ocorrera na ilha Terceira, entre os dias 6 e 9 de outubro 1747, tendo partido dois navios no dia 21 de outubro. Após uma viagem longa e desconfortável, em embarcações inadequadas, transportando um número excessivo de passageiros, 85 casais aportaram em Santa Catarina, no dia 6 janeiro de 1748,[12] sem que os preparativos para sua recepção tivessem sido completados. Das 461 pessoas que haviam embarcado, muitas chegaram doentes, sendo que 12 morreram durante a travessia. As condições precárias a bordo, como água insalubre, falta de alimentos frescos, péssimas condições sanitárias, umidade, espaço insuficiente e atendimento médico inadequado resultavam em muitas doenças: febre, infecções, pneumonia e carência de vitamina C, que causava o escorbuto.

Após receber esses primeiros casais, o governador Silva Paes ficou doente, o que prejudicou ainda mais a distribuição de terras e a acomodação das famílias. No desembarque de fevereiro de 1749, o novo governador, Manuel Escudeiro Ferreira de Sousa, relata terem chegado "enfermos quase todos os que escaparam vivos, dos quais têm falecido até agora sem poder extinguir a malignidade escorbútica de que chegaram infectos, fazendo-se lamentável a orfandade de filhos sem pais e de viúvas sem maridos que lhe agenciem modo de se poderem estabelecer."[13]

As dificuldades persistiram também nos anos seguintes, conforme os inúmeros relatos do governador Escudeiro sobre o "mau sucesso" das viagens. No quadro abaixo estão organizados os dados sobre o número de pessoas transportadas, entre os anos de 1747 e 1756, totalizando 17 viagens, incluindo-se a viagem final, apenas com moradores da ilha da Madeira. Não existe um registro completo e sistemático que relacione o número total de embarcados em cada viagem. Devido à diversidade de fontes, não há uniformidade no modo como os dados eram apresentados e os números computados.

11 AHU_ACL_CU_021, Cx. 1, Doc. 43 (1), p. 3. Projeto Resgate - Santa Catarina (1717-1787). Carta do governador de Santa Catarina, Brigadeiro José da Silva Paes ao rei D. João V sobre a chegada dos primeiros casais, de 24 de fevereiro de 1748. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/021_SC/320. Acesso em: 3 jul. 2021.

12 AHU_ACL_CU_021, Cx. 1, Doc. 43 (1), p. 3. Projeto Resgate - Santa Catarina (1717-1787). Carta do governador de Santa Catarina, Brigadeiro José da Silva Paes ao rei D. João V sobre a chegada dos primeiros casais, de 24 de fevereiro de 1748. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/021_SC/320. Acesso em: 3 jul. 2021.

13 AHU_ACL_CU_021, Cx. 1, Doc. 53. Projeto Resgate - Santa Catarina (1717-1787). Carta do governador de Santa Catarina, Manuel Escudeiro Ferreira de Sousa, ao rei D. João V, de 18 fev. 1748. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/021_SC/383. Acesso em: 3 jul. 2021.

Quadro 1 – Número de pessoas transportadas ao Brasil, a partir do Edital de 1746

Assentista	Nº. da viagem	Embarcação	Capitão	Porto de partida	Data de embarque	Data de partida	Casais	Adultos	3a12anos	>3 anos	Total de pessoas	Data de chegada	Mortos
Feliciano Velho Oldenberg (contrato de 7/8/1747)	1	Jesus Maria José	Luís Lopes Godelho	Angra, Terceira	06/10/1747	21/10/1747	43	186	28	22	236	06/01/1748	12
		Santa Ana e Senhor do Bomfim	Pedro Lopes Arraya	Angra, Terceira	09/10/1747	21/10/1747	42	188	28	21	237	06/01/1748	
	2	S. Domingos e Almas	Pedro Lopes Arraya	Angra, Terceira	13/10/1748	16/10/1748	51	238	38	34	310	31/12/1748	109 (+23)*
		Jesus Maria José	Luís Lopes Godelho	Angra, Terceira	12/10/1748	16/10/1748	47	207	26	47	280	06/01/1749	
	3	Jesus Maria José	Pedro Lopes Arraya	Angra, Terceira	01/10/1749		42	183	34	29	246	--/12/1749	0
Francisco de Sousa Fagundes (1º transporte do contrato de 3/7/1749)	4	Sant'Ana e Senhor do Bomfim	Francisco Manuel de Lima	Angra, Terceira	--/--/1749	04/09/1749	269				220**	20/12/1749	0
		N. Sra. da Conceição e Porto Seguro	José Lopes Silva	Angra, Terceira	--/--/1749	04/09/1749	100				480** (mais de 500)	25/12/1749	0
		Bom Jesus dos Perdões e N. Sra. do Rosário	Manuel Correa de Fraga	Angra, Terceira	--/11/1749	18/11/1749 (63 dias de viagem)					600** 686	20/01/1750	29 (+10)*
Francisco de Sousa Fagundes (2º transporte do contrato de 3/7/1749)	5	Sant'Ana e Senhor do Bomfim	Manuel Correa de Fraga		--/10/1750		52	239		19 (>7 anos)	258	18/12/1750	-
		Bom Jesus dos Perdões e N. Sra. do Rosário	Custódio Francisco		--/10/1750		125	600		67 (>7 anos)	667	--/01/1751	32 (+27)*
		N. Sra. da Conceição e Porto Seguro	Pedro Lopes Arraya	Angra, Terceira	--/10/1750		102	482		52 (>7 anos)	534	12/02/1751	8 (+13)*
Francisco de Sousa Fagundes (3º transporte do contrato de 3/7/1749)	6	Bom Jesus dos Perdões e N. Sra. do Rosário	Custódio Francisco	Angra, Terceira	--/--/1751							15/01/1752	57 (+30)
		N. Sra. da Conceição e Porto Seguro	Pedro Lopes Arraya	Faial			98	269	1327	151 (>7 anos)	1530	--/--/1752	
												16/03/1752	
Francisco de Sousa Fagundes (contrato de 28/9/1751)	7	Bom Jesus dos Perdões e N. Sra. do Rosário		Angra, Terceira		14/12/1752 (86 dias de viagem)	126	603		44	647	09/03/1753	32 (+12)*
		N. Sra. da Conceição e Porto Seguro		Faial		30/01/1753 (94 dias de viagem)	126	475		27	502	03/05/1753	(+21)*
Francisco de Sousa Fagundes (contrato de 26/9/1754)	8	N. Sra. da Conceição e Porto Seguro	Custódio Francisco	Madeira		26/04/1756	85	502		18	520	Naufrágio em 20/09/1756, no Rio Joanes, Bahia.	Mais da metade das pessoas

* O número entre parênteses indica o número de mortos aos primeiros dias logo após o desembarque.

** Este número indica apenas os passageiros acima de 3 anos de idade.

Fonte: elaborado pela autora.

A falta de informação sobre algumas viagens, a diversidade de fontes e a existência de números divergentes entre documentos provenientes de origens diferentes impedem de se obter o número exato de casais transportados. De acordo com Piazza (1982, p. 470), "até agora os autores que têm tratado da matéria não foram concordes na apresentação dos resultados dessa migração, quanto à realidade numérica dos açoria-

nos e madeirenses transportados para esta parte do Brasil Meridional."

A imprecisão e a divergência no cômputo entre os números de partida e chegada, se explicam devido à inexatidão na forma como são apresentados os números de passageiros ao embarque ou desembarque, podendo envolver informações que somam vivos e falecidos, ou apenas os que aportaram com vida ou, ainda, excluindo também os que faleceram nos primeiros dias após a chegada. Além disso, há também a questão dos menores de 3 anos de idade, visto que não era contabilizados porque não pagavam o transporte, gerando incerteza de sua inclusão ou exclusão nos números totais. Outro aspecto que causa confusão trata-se do fato de as viagens terem ocorrido ao final do ano, com as partidas entre os meses de setembro e dezembro, intercorrendo a virada de ano entre a data de embarque e de desembarque. Dados dos Açores referentes às partidas do final do ano de 1751, por exemplo, devem ser relacionados com os dados da chegada em Santa Catarina no começo do ano de 1752.

O transporte para o Rio Grande de São Pedro

Após a chegada dos primeiros grupos em Santa Catarina, a Carta Régia ao governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, de 4 de setembro de 1749, determinava passar "para o território de Rio Grande de São Pedro alguns casais a estabelecer-se, e o Coronel[14] os faça situar e acomodar da mesma sorte que se ordenou a respeito dos que se estabelecessem na jurisdição do Governo da dita Ilha e que deve nisso por cuidado por muito que importa ao Real Serviço e ao bem público."[15] Em 20 de março de 1750, o governador do Rio de Janeiro informa o repasse de instruções à capitania de Santa Catarina e o envio de embarcações para o transporte das famílias destinadas à vila do Rio Grande.[16] E, já em junho de 1750, o Governador de Santa Catarina envia para a barra do Rio Grande 40 pessoas.

Não se dispõe dos nomes desses primeiros casais destinados à vila do Rio Grande; sabe-se apenas que estavam dentre os que haviam

14 Coronel Diogo Osório Cardoso, na época comandante militar do Presídio do Rio Grande de São Pedro.
15 AHU_ACL_CU_017, Cx. 42\Doc. 4386, p. 2. Projeto Resgate - Rio de Janeiro (Avulsos). Carta do Rei D. João V ao governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, de 4 de setembro de 1749. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/017_rj_av/30496. Acesso em: 5 jul. 2021.
16 AHU_ACL_CU_017, Cx. 42, D. 4401, p. 2. Projeto Resgate - Rio de Janeiro (Avulsos). Carta do governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade ao Rei D. João V, de 20 de março de 1750. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/017_RJ_AV/30556. Acesso em: 5 jul. 2021.

chegado no transporte do verão de 1749/1750. A informação, fornecida pela carta do governador Escudeiro ao rei, em 27 de fevereiro de 1751, confirma a data de envio desses Casais do Número transportados para a região do atual estado do Rio Grande do Sul. "[...] *dos do ano passado mandei 40 pessoas no mês de junho*, em uma embarcação que por acaso aqui esteve e chegaram com bom sucesso e pela referida falta de embarcações não tenho mandado mais" [grifo nosso].[17]

Essa carta do governador Escudeiro ao rei D. José I, adquire relevância histórica significativa porque atesta a data de envio dos primeiros Casais do Número para a vila do Rio Grande. Assim, "junho de 1750 é o referencial que marca o princípio do projeto de povoamento do Rio Grande de São Pedro com imigrantes açorianos subsidiados pelo Edital de 1746" (ROSA, 2023, p. 171).

Como os colonos já se achavam acomodados em Santa Catarina, não houve quem quisesse, espontaneamente, estabelecer-se no novo lugar. Mesmo assim, apesar de suas reclamações, foram embarcados à força. O mesmo ocorreu com a leva de Casais que chegou no ano seguinte. Em carta enviada ao Rei em 13 de abril de 1751, o governador Escudeiro informa ter aproveitado três sumacas que chegaram do Rio de Janeiro, com destino ao Rio Grande de São Pedro para o envio de casais para povoar essa região. A resistência dos casais gerou uma resposta real, na forma da Provisão de 22 de junho de 1752:

> Me pareceu dizer-vos que não fizestes bem em mandar para o Rio Grande os casais que já estavam estabelecidos em outra paragem, nem esta é a ordem que se vos deu, por não ser da Minha Real intenção esta espécie de violência; e assim deveis cuidar seriamente em que se não pratique alguma com estes novos colonos, mas antes se procurará todo o gênero de conveniência para que esta possa atrair os mais moradores da Ilha.[18]

O transporte das famílias açorianas para a vila do Rio Grande continuou sendo realizado, mas o governador Escudeiro mudou sua aborda-

17 AHU_ACL_CU_021, Cx. 1, D. 72, p. 3. Projeto Resgate - Santa Catarina. Carta do governador da ilha de Santa Catarina Manuel Escudeiro Ferreira de Sousa ao rei D. José I sobre a chegada de três navios das ilhas dos Açores, de 27 de fevereiro de 1751. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/021_SC/469. Acesso em: 3 jul. 2021.

18 PROVISÃO sobre os casais que se mandaram para o Rio Grande, estranhando o mandarem-se dos que já estavam estabelecidos, de 22 de junho de 1752. In: *Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis: Typ. DEAA, 1913, p. 71. Disponível em: https://play.google.com/books/reader?id=7Qw0AQAAIAAJ&pg=GBS.PA70. Acesso em: 11 jan. 2022.

gem. Para que os colonos não lamentassem ter que deixar os trabalhos começados em sítios provisórios, passou a enviar para o Rio Grande, aos sítios que deveriam povoar, os que chegavam em melhores condições de saúde, tão logo feito o desembarque em Santa Catarina.

Foi esse o que ocorreu com os que chegaram no começo de 1752, sendo despachadas para a vila do Rio Grande "três sumacas com 106 casais, dos que chegaram com melhor disposição, não sendo poucos os que vieram enfermos".[19] De 15 de janeiro a 14 de março de 1752, três navios haviam aportado em Santa Catarina, trazendo 269 famílias, num total de 1478 pessoas além de 57 pessoas falecidas no mar. Desde o desembarque até 16 de abril, morreram outras 22 pessoas, "estando os hospitais ainda bem cheios, não obstante o grande desvelo e consolo com que lhes assistem" (Ibid.). Os dados de uma segunda carta, enviada no dia seguinte, 17 de abril, dão conta de mais oito pessoas falecidas no período de 24 horas.[20] Enquanto aguardavam transporte, os casais destinados à vila do Rio Grande ficavam alojados em instalações provisórias, para não se fixar ao solo: "Espero que continuem a vir as mesmas sumacas, ou outras embarcações semelhantes para se prosseguir o transporte dos que tiverem saúde; pois para os escusar de que lamentem o deixar seu trabalho, os conservo apatroados, sem lhes dar terras", reporta Escudeiro.[21]

Em 26 de agosto de 1752, Escudeiro informa ao rei que, dos que chegaram neste "presente ano, tenho mandado para o Rio Grande de São Pedro em quatro embarcações, 181 famílias com 833 pessoas de um e outro sexo, entre pequenas e grandes, ficando o resto para seguir o mesmo destino, logo que vierem as sumacas e o tempo o permitir: porque no presente ano têm sido horríveis as tempestades por esta costa do sul."[22]

Dentre essas quatro embarcações com destino à vila do Rio Gran-

19 AN - BR_RJANRIO_86.COD.0.0106, v.02, fl.2. Carta do governador de Santa Catarina Manuel Escudeiro Ferreira de Sousa ao rei D. José I, de 16 de abril de 1752. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_86/COD/0/0106_v_02/BR_RJANRIO_86_COD_0_0106_v_02_d0001de0001.pdf. Acesso em: 3 jul. 2021.

20 AHU_ACL_CU_021, Cx. 1, Doc. 82. Projeto Resgate - Santa Catarina (1717-1787). Carta do governador de Santa Catarina Manuel Escudeiro Ferreira de Sousa ao rei D. José I, de 17 de abril de 1752. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/021_sc/559. Acesso em: 3 jul. 2021.

21 AN - BR_RJANRIO_86.COD.0.0106, v.02, fl.2, op. cit.

22 AN - BR_RJANRIO_86.COD.0.0106, v.02, fl.9. Secretaria do Estado do Brasil - Correspondência dos Governadores de Santa Catarina. Carta do governador da ilha de Santa Catarina Manuel Escudeiro Ferreira de Sousa, de 26 de agosto de 1752. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_86/COD/0/0106_v_02/BR_RJANRIO_86_COD_0_0106_v_02_d0001de0001.pdf. Acesso em: 3 jul. 2021.

de, uma corveta transportando 349 pessoas ficou perdida no mar por 34 dias. Apesar da fome e das necessidades que sofreram, todos os passageiros conseguiram sobreviver:

> O miserável estado em que estas pobres criaturas desembarcaram, deixo a pia ponderação de V. Ex., afirmando-lhe que a pronta corrida com que logo foram acudidos fez reviver aos que já pareciam defuntos, sem que algum perecesse, sendo tal a Divina Providência que nasceram em tão trabalhosa viagem cinco crianças. Nem elas nem suas mães morreram, em meio de tantas tribulações, misérias e não só desabrigo, mas ensopadas por tantos dias nas ondas (Ibid.).

Após terem sido resgatadas, as famílias tiveram que aguardar o conserto do barco, a fim de novamente seguir para o Rio Grande. Escudeiro destaca sua "benignidade" no tratamento dos náufragos, por saber que voluntariamente não iriam querer embarcar: "Enquanto a corveta se não acaba de reparar dos danos que recebeu [...] continuo a mimar esta gente, a fim de a persuadir a que embarque, o que não poderá deixar de custar-lhes, à vista do que padeceram."

Ao mesmo tempo em que informa ter dispensado um tratamento cuidadoso a todos, o governador faz uma ressalva: "[...] não é possível tratá-los com mais brandura a todos os que são bons. Porém, entre eles há tantos maus e, sumamente voluntariosos que, para se emendarem dos vícios, faz muito mister pelejar-lhes e castigá-los, para exemplo de todos e satisfação dos bons." (Ibid.). A correspondência não traz detalhes sobre os comportamentos viciosos que apresentavam, nem quais punições foram aplicadas, mas oferece vestígios a partir dos quais se infere que os "maus" e "voluntariosos" que sofreram represálias, foram aqueles que reclamaram da viagem arriscada a que foram subjugados e resistiram ao novo embarque.

Tratamento semelhante receberam os que chegaram ano seguinte. Em 9 de março de 1753, após 86 dias de viagem, chegaram ao porto de Santa Catarina 126 casais, tendo falecido 32 pessoas no mar, e 12 após o desembarque. Sobre esse grupo, o Escudeiro reporta ao rei não ter vindo até então transporte de "gente tão miserável".[23] Mesmo assim,

23 AN - BR_RJANRIO_86.COD.0.0106, v.02, fl.16. Secretaria do Estado do Brasil - Correspondência dos Governadores de Santa Catarina. Carta de Manuel Escudeiro Ferreira ao rei D. José I, de 24 de março de 1753. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_86/COD/0/0106_v_02/BR_RJANRIO_86_COD_0_0106_v_02_d0001de0001.pdf. Acesso em: 3 jul. 2021.

doentes e enfraquecidos, foram enviados para a vila do Rio Grande: "À chegada deste navio se achavam neste porto duas embarcações de quilha, correspondentes à Barra do Rio Grande e sem demora me aproveitei de uma delas, saindo com as famílias que lhe couberam: ficando para recebê-las a outra que é de maior lotação." (Ibid.).

Desventura ainda pior foi a das 502 pessoas que chegaram em 3 de maio de 1753. Depois de uma viagem prolongada de 94 dias, quase todos estavam doentes, tendo falecido 21 após o desembarque. Apesar disso, foram em seguida despachados para a vila do Rio Grande.[24] Cerca de três semanas depois, após enfrentar fortes temporais, duas sumacas que transportavam essas famílias sofreram naufrágio, ocasionando a morte de 164 pessoas.

O primeiro naufrágio ocorreu na noite do dia 23 de maio, salvando-se a maior parte das pessoas, tendo falecido 26. O segundo, ocorreu na manhã do dia 25 de maio, e "foi Deus servido que de 149 pessoas não escapassem com vida mais que 11 homens, perecendo todos os mais".[25]

O governador Escudeiro foi pessoalmente socorrer as vítimas, conduzindo os sobreviventes para a Vila do Desterro e sepultando os mortos na freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito, junto com o pároco que "chegou a absolver a muitos agonizantes" (Ibid.).

Os náufragos perderam tudo o que possuíam, inclusive as roupas do corpo, sendo auxiliados pelos demais colonos da ilha:

> E como os que escaparam dos referidos naufrágios saíram nus, para decentemente os vestir, mandei tirar esmola por todos os colonos novos e antigos, de todas as povoações, os quais de muito boa vontade concorreram como lhes permitiu a sua pobreza. E com efeito, se estão cobrindo com saias, capas e coletes de baeta e sarafinas as mulheres e crianças, como também os homens e rapazes, com calções e vestias dos próprios gêneros dando-se a todos camisas. Ficando na determinação de que, quando esmolas não cheguem a satisfazer esta tão pia despesa, mandá-la completar por conta da Real Fazenda, na condição de que Vossa Majestade, pela sua Ré-

24 AN - BR_RJANRIO_86.COD.0.0106, v.02, fl.21. Secretaria do Estado - Correspondência dos Governadores de Santa Catarina. Carta de Manuel Escudeiro Ferreira de Sousa a Diogo de Mendonça Corte Real, de 13 de junho 1753. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_86/COD/0/0106_v_02/BR_RJANRIO_86_COD_0_0106_v_02_d0001de0001.pdf. Acesso em: 3 jul. 2021.

25 AHU_ACL_CU_003, Cx. 13, Doc. 1162, p. 1. Projeto Resgate – Avulsos (Brasil Geral). Carta do governador da Ilha de Santa Catarina, Manuel Escudeiro Ferreira ao rei D. José, sobre a chegada do navio que trouxera casais da ilha do Faial e o naufrágio que sofreram os que foram transportados para o Rio Grande de São Pedro. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/003_BG_AV/6667. Acesso em: 3 jul. 2021.

> gia clemência assim o haja por bem, atendendo a nímia pobreza e desamparo destes miseráveis aflitos, em que entram tantas viúvas, donzelas, órfãos e ainda crianças de peito que tenho dado a criar.[26]

Interessante observar que o governador pediu aos próprios colonos empobrecidos o auxílio, a título de esmola, em favor dos náufragos. O motivo, ele mesmo esclarece no decorrer da carta, em que se queixa de achar-se "totalmente exausto o cofre da provedoria, sem nele haver com que se comprassem galinhas para os enfermos que se tem tomado a crédito e tudo o mais de que carecem".[27]

Poucos dias antes do naufrágio das duas sumacas, em 4 de maio de 1753, uma outra embarcação transportando famílias açorianas para Rio Grande, havia deixado o porto de Santa Catarina, ficando à deriva no decurso de mês e meio, "[...] lutando com a braveza dos mares, antes de poder tomar o Porto de Cabo Frio, de donde se passou ao Rio de Janeiro, onde se acham aquelas pobres famílias, das quais têm morrido não poucas pessoas".[28]

Atente-se para o fato de que, mesmo sabendo os riscos de enviar os açorianos em direção à Barra do Rio Grande no tempo das moções, o governador Escudeiro descreve os naufrágios como se fossem uma fatalidade: "lamentáveis desgraças", "infeliz sucesso", "foi Deus servido"; eximindo-se de sua responsabilidade. Entretanto, suas próprias palavras confirmam que ele conhecia os perigos da viagem, naquela época do ano: "destes acontecimentos, se acabará de conhecer a justa razão com que por tantas vezes representei se me deviam mandar as embarcações para estes transportes dos meses de dezembro em diante, por ser o tempo oportuno de viajar nesta Costa para o sul".[29]

Analisando suas cartas, pode-se observar sua preocupação em cumprir as ordens recebidas e bem executá-las, exaltando-se ao perceber que os problemas se repetiam e avolumavam, impedindo-o de cumprir com o que havia sido demandado. Assim, ao optar por dar cumprimento às ordens de enviar casais para o Rio Grande, mesmo sabendo que a época do ano não era própria para navegação e, também, pressionado pelo fato de

26 AHU_ACL_CU_003, Cx. 13, Doc. 1162, p. 1. http://resgate.bn.br/docreader/003_BG_AV/6667. Op. cit.
27 AN - BR_RJANRIO_86.COD.0.0106, v.02, fl.21. Op. cit.
28 AN - BR_RJANRIO_86.COD.0.0106, v.02, fl.23. Secretaria do Estado do Brasil - Correspondência dos Governadores de Santa Catarina. Carta de Manuel Escudeiro Ferreira de Souza, governador a Diogo Corte Real de 30 de agosto de 1753. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_86/COD/0/0106_v_02/BR_RJANRIO_86_COD_0_0106_v_02_d0001de0001.pdf. Acesso em: 3 jul. 2021.
29 AN - BR_RJANRIO_86.COD.0.0106, v.02, fls. 21 a 23. Op. cit.

não ter recursos para manter mais pessoas em Santa Catarina, assumiu e expôs as famílias ao risco de naufrágio. Muitas dessas tragédias que sofreram os açorianos transportados para a América Meridional poderiam ter sido evitadas, se o planejamento da coroa portuguesa, desde o início, tivesse considerado os açorianos como pessoas e não como mercadorias.

Primeiros Casais do Número na vila do Rio Grande

Queiroz (1985, p. 129) apresenta a vila do Rio Grande como "a porta de entrada da corrente açoriana" que se deslocou de Santa Catarina para o Rio Grande, destacando entre seus primeiros povoadores pessoas provenientes dos Açores. Esses pioneiros haviam se estabelecido de forma avulsa e isolada, antes do programa migratório organizado pela coroa portuguesa.

O primeiro registro que atesta a presença de famílias açorianas na vila do Rio Grande em decorrência do Edital de 1746, é o nascimento de Ana, batizada na "Igreja de Jesus Maria José do Rio Grande de São Pedro", em 12 de novembro de 1750[30], filha de Francisco Leal e Josefa Maria. Francisco era natural de Lajes do Pico, filho de Cosme Leal e Maria de São José. Josefa Maria era natural de Madalena, também na ilha do Pico, filha de Domingos da Rosa e Domingas Pereira.

O nome dos avós no registro de batismo de Ana possibilitou localizar suas existência nos Açores. Francisco Leal e Josefa Maria haviam-se casado no Faial, em 9 de dezembro de 1745,[31] o que permite inferir que sua vinda para o Brasil foi decorrência do Edital de 1746.

Em um período de cerca de cinco anos, o contingente açoriano que entrou na vila do Rio Grande a partir da política de casais, compreendeu um total de 1273 adultos, sendo 570 homens e 703 mulheres, não sendo possível identificar o número de crianças que acompanhava o grupo. (QUEIROZ, 1985). A partir do estudo genealógico de Jaccottet e Minetti (2018) com base nos registros de batismo, matrimônio e óbito da vila do Rio Grande até 1763, observa-se que os açorianos que povoaram a vila de Rio Grande tinham como origem principal quatro ilhas do arquipélago dos Açores: São Jorge, Faial, Terceira e Pico.

30 BR-RS - Rio Grande-São Pedro-B-1738-1755, imagem n. 116. FamilySearch. Registro de batismo de Anna. Disponível em: https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F69N-HW. Acesso em: 01 out. 2022.
31 BPARJJG - Horta - FAL-HT-ANGUSTIAS-C-1716-1784, imagem n. 78. Registro de casamento de Francisco Leal e Josefa Maria. Disponível em: http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/FAL-HT-ANGUSTIAS-C-1716-1784/FAL-HT-ANGUSTIAS-C-1716-1784_item1/index.html?page=78. Acesso em: 01 out. 2022.

Conforme a Provisão Régia de 9 de agosto de 1747[32], o destino dos açorianos enviados para o Rio Grande de São Pedro era povoar a região sul até o Serro de São Miguel, no Chuí. Mas com a assinatura do Tratado de Madrid em 1750, Portugal decidiu enviar os açorianos para as Missões, área que recebera da Espanha em troca da Colônia de Sacramento. A ida para as Missões é referenciada nas cartas do governador Escudeiro, que tinha pressa em enviar para a vila do Rio Grande os casais que chegavam, para que "passassem a povoar as missões".[33]

Com essa mudança de planos, ficaram os açorianos estacionados na vila do Rio Grande, à espera de novos limites de fronteira. Para realizar essa demarcação foi enviado o governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, que ficou surpreso ao ver a situação dos açorianos na vila do Rio Grande. Sua carta de 26 de fevereiro de 1752[34] ao Provedor da Fazenda Real do Rio Grande do Sul, Manuel da Costa Moraes Barba Rica, reclama seu descaso para com os povoadores das Ilhas, que "para haver de se sustentarem andam (como aqui se diz), mendigando pelas portas, quando se contratou dar-se-lhes sustento e terras para a sua acomodação".

Não tendo sido cumpridas as disposições do Edital de 1746, uma parte dos açorianos ficou espalhada irregularmente nos arredores da vila do Rio Grande. Não havia alojamentos, mantimentos, roupas ou medicamentes suficientes para atender às demandas de tantas pessoas, que, a princípio, estariam ali só de passagem. (QUEIROZ, 1980).

Entre os anos de 1750 e 1763, do total de 1836 batizados ocorridos na freguesia, 1365 eram crianças, filhas de casais açorianos, ou que um dos pais era natural dos Açores.[35] Em 1763, das 714 famílias da vila do Rio Grande, 545 eram constituídas por casais açorianos ou em que um dos cônjuges era açoriano, correspondendo a 76% da sua população (QUEIROZ, 1985).

32 Provisão Régia de 9 de agosto de 1747. Op. cit.

33 AN - BR_RJANRIO_86.COD.0.0106, v.02, fl.18. Secretaria do Estado - Correspondência dos Governadores de Santa Catarina. Carta de Manuel Escudeiro a Diogo de Mendonça Corte Real, de 25 de março de 1753. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_86/COD/0/0106_v_02/BR_RJANRIO_86_COD_0_0106_v_02_d0001de0001.pdf. Acesso em: 3 jul. 2021.

34 APM - SEÇÃO COLONIAL - SC-101-B1752-1757, microfilme rolo 22, imagem n. 20507, fl 6. Registro de cartas, portarias, instruções, provisões, nombramentos e sesmarias concernentes a Colônia – Rio Grande do Sul. Disponível em: www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/docs/SC-101-B/20507.jpg. Acesso em: 3 nov. 2022.

35 O número de 1836 batizados não contabiliza os filhos naturais, que correspondiam a 277 crianças, totalizando 2063 crianças nascidas entre 1750 e 1763 na freguesia do Rio Grande. Os registros de batismo de filhos naturais contêm poucas informações sobre os pais da criança, raramente apontando seus sobrenomes ou naturalidade, o que dificulta a identificação do grupo de origem (QUEIROZ, 1985, p. 143).

Considerações finais

A correspondência oficial sobre o transporte dos Casais do Número permite compreender o modo como o projeto migratório foi realizado e as adversidades enfrentadas pelas famílias açorianas nas "terras dos confins". Os documentos internos do Conselho Ultramarino e os relatos sobre o modo como os imigrantes foram recebidos e acomodados revelam os objetivos político-territoriais e econômico-mercantis que a coroa portuguesa visava com o projeto, sendo os açorianos tratados como uma mercadoria a ser transportada e distribuída.

Dos colonos que saíram dos Açores entre o final de 1749 e o começo de 1753, a passagem por Santa Catarina foi breve, apenas como ponto de desembarque, sendo compulsoriamente encaminhados para o Rio Grande de São Pedro. Entre as diversas correspondências que reportam essa transferência forçada, a carta do governador de Santa Catarina, Manuel Escudeiro, de 27 de fevereiro de 1751, confirma o mês de junho de 1750 como a data de envio dos primeiros Casais do Número transportados para povoar o Rio Grande de São Pedro. Corrobora essa data o livro de batismos da Matriz de São Pedro do Rio Grande, que registra o batizado de Ana, filha de Francisco Leal e Josefa Maria, em 12 de novembro de 1750. Dessa forma, junho de 1750 assinala o marco inicial do projeto de povoamento do Rio Grande do Sul com imigrantes açorianos subsidiados pelo edital de 1746.

Referências

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. "Gentes das Ilhas" dos Açores no Rio Grande de São Pedro (século XVIII): mobilidade, cotidiano e trabalho. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; BERUTE, Gabriel Santos; MATOS, Paulo Teodoro de (Org.). *Gentes das Ilhas*: trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro, entre as décadas de 1740 e 1790. São Leopoldo: Oikos, 2014.

JACCOTTET, Alda Maria; MINETTI, Raquel D. *Diáspora açoriana:* açorianos na vila de Rio Grande de São Pedro, antes da invasão espanhola. Livros 1,2,3 e 4 de Batismos (1738-1763) 1 de Casamentos (1756-1763) e 1 de Óbitos (1738-1763). Pelotas: Ed. das autoras, 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Memória Porto Alegre*: espaços e vivências. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2014.

PIAZZA, Walter Fernando. *A epopeia açórico-madeirense*: 1747-1756. Florianópolis: UFSC, 1999.

PIAZZA, Walter Fernando. A grande migração açoriana de 1748/1756. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo, v. 40, p. 463-492, nov. 1982. Disponível em: http://ihit.pt/codeigniter/assets/upload/pdf/f76fc39d10ed816c8af73e14336e92da.pdf. Acesso em: 25 out. 2021.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. *A Vila do Rio Grande de São Pedro* (1737-1822). 1985. 343f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Santa Catarina, Florianópolis, 1985. Disponível em: http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/75245. Acesso em: 19 dez. 2018.

RODRIGUES, José Damião. Geopolítica e migrações no contexto de Utrecht: Colonos portugueses no Brasil Meridional. *Cuadernos de Historia Moderna,* Anejo XII, p. 101-118, 2013. Disponível em: https://revistas.ucm.es/index.php/CHMO/article/view/43282. Acesso em: 3 jun. 2021.

ROSA, Letícia Vieira Braga da*. Dos Açores às Terras dos Confins e ao Território de Ninguém*: percurso migratório e redes de relacionamento das famílias açorianas nas origens do Espírito Santo do Serrito no Jaguarão. 2023. 526 f. Tese (Doutorado em Processos e Manifestações Culturais) – Universidade Feevale, Novo Hamburgo-RS, 2023. Disponível em: https://biblioteca.feevale.br/Vinculo2/000067/00006741.pdf. Acesso em: 29 mar. 2023.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; BERUTE, Gabriel Santos; MATOS, Paulo Teodoro de (Org.). *Gentes das Ilhas***:** trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro, entre as décadas de 1740 e 1790. São Leopoldo: Oikos, 2014.

SILVEIRA, Maria Dutra. A mulher na Revolução Farroupilha. In: RETAMOZO, Aldira Correa et al. *O papel da mulher na Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Tchê!, 1986, p. 47-102.

Fontes Documentais

Fundos Paroquiais dos Açores (http://www.culturacores.azores.gov.pt/ig/registos)
Freguesia de Madalena, Madalena, Pico

- Livro de Batismos (1716-1724)
- Livro de Batismos (1725-1734)
- Livro de Batismos (1734-1744)
- Livro de Batismos (1744-1751)
- Livro de Matrimônios (1708-1728)
- Livro de Matrimônios (1729-1748)
- Livro de Óbitos (1709-1741)
- Livro de Óbitos (1741-1758)

Freguesia de Nossa Senhora das Angústias, Horta, Faial
- Livro de Batismos (1727-1747)
- Livro de Matrimônios (1716-1784)
- Livro de Óbito (1714-1760)

Projeto Family Search (https://www.familysearch.org)
Freguesia de Jesus Maria José do Rio Grande de São Pedro

- Livro 1 de Batismos (1738-1753)
- Livro 2 de Batismos (1753-1757)
- Livro 3 de Batismos (1757-1759)
- Livro 1 de Matrimônios (1756-1763)
- Livro 1 de Óbitos (1738-1763)

Projeto Resgate (http://resgate.bn.br)
Rio Grande do Sul
- AHU_ACL_CU_019, Cx. 1

Santa Catarina
- AHU_ACL_CU_021, Cx. 1
- AHU_ACL_CU_021, Cx. 2
- AHU_ACL_CU_021, Cx. 3

Avulsos (Brasil Geral)
- AHU_ACL_CU_003, Cx. 13

Rio de Janeiro (Avulsos)
- AHU_ACL_CU_017, Cx. 34
- AHU_ACL_CU_017, Cx. 42

Rio de Janeiro (Eduardo de Castro e Almeida)
- AHU_ACL_CU_017-1, Cx. 52

Sistema de Informações do Arquivo Nacional do Brasil (SIAN) (https://sian.an.gov.br/sianex)
Secretaria do Estado do Brasil - Correspondência dos Governadores
- BR RJANRIO 86.COD.0.106, v.01
- BR RJANRIO 86.COD.0.106, v.02

Arquivo Público Mineiro (http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br)

- APM - SEÇÃO COLONIAL - SC-101-B1752-1757, microfilme rolo 22, imagem n. 20507. Registro concernentes a Colônia – Rio Grande do Sul.

Rede do Conhecimento dos Açores (http://www.culturacores.azores.gov.pt/bd)

- BPARJJG – 08-LV-REG-CMHORTA, lv 8 - Registros da Câmara Municipal da Horta

COLLECÇÃO chronologica de Leis extravagantes, posteriores à nova compilação das ordenações do reino, 1603. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1819. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=W7JEf1oOOdkC&newbks=1&newbks_redir=0&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s. Acesso em: 9 out. 2021.

PROVISÃO sobre os casais que se mandaram para o Rio Grande, estranhando o mandarem-se dos que já estavam estabelecidos, de 22 de junho de 1752. In: *Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis: Typ. DEAA, 1913, p. 71. Disponível em:https://play.google.com/books/reader?id=7Qw0AQAAIAAJ&pg=GBS.PA70. Acesso em: 11 jan. 2022.

ASSINATURAS DE AÇORIANOS: APONTAMENTOS SOBRE HABILIDADES GRÁFICAS (CAMPOS DE VIAMÃO, 1753-1763)

Vanessa Gomes de Campos[1]

O ato de assinar pode ser considerado um dos sinais de identidade resultante do processo de construção do "eu" no mundo ocidental (SILVA, s/d, p. 9). De acordo com Fraenkel (1988, p. 10), a partir do século XVI a assinatura triunfou, "impondo-se para responder às exigências da identidade moderna". Os documentos, cada vez mais utilizados em contratos entre particulares, fez com que as assinaturas se apresentassem como um sinal de validação, atribuindo força probatória e garantindo a autenticidade da transação (FRAENKEL, 1988, p. 8). Por outro lado, além da sua importância na produção documental, a assinatura também se manifesta, desde o ponto de vista simbólico, como uma marca pessoal que presentifica o indivíduo e o torna responsável daquilo onde a fixa (FRAENKEL, 1992, p. 7; SANTOS, 2004, p. 21).

Na década de 1960, no bojo das transformações historiográficas operadas a partir da Escola dos *Annales*, floresceram pesquisas que se voltaram à materialidade da escrita, no sentido de que, para se compreender a própria informação dos registros escritos, era importante entender a sua produção e difusão (PETRUCCI; CASTILLO GÓMEZ; SÁEZ)[2]. Dentro desse contexto, abriu-se a possibilidade de avançar no valor simbólico das assinaturas, ou seja, para além da sua inscrição em uma fórmula de validação documental, foram transformadas em fonte de pesquisa. Observadas como indicativo da alfabetização de determinada população (MARQUILHAS, 2000, p. 85), através do levantamento quantitativo das assinaturas, operacionalizava-se a análise, diferenciando as alfabéticas,

1 Mestre e doutoranda em História (UPF). Bacharel em História (PUCRS) e em Arquivologia (UFRGS). Arquivista e historiógrafa no Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis – Arquidiocese de Porto Alegre. Porto Alegre/RS. Contato: vanessagdecampos@gmail.com

2 Conceição e Meirelles (2018) fazem um balanço historiográfico, muito interessante, salientando os principais expoentes desse processo.

tomadas como evidência de fluência na leitura – portanto executadas por indivíduos alfabetizados – e as não-alfabéticas, por outro lado, indicando os analfabetos. Dessa forma, as assinaturas foram sendo consideradas uma das formas de acessar as "marcas" ou "testemunhos autógrafos" (MAGALHÃES, 2001, p. 98; SANTOS, 2004, p. 11).

Nas últimas décadas, os estudos que tomam as assinaturas como fonte e objeto de pesquisa (MARQUILHAS, 2000; MAGALHÃES, 2001; SANTOS, 2004) têm orbitado em torno à temática da alfabetização e letramento[3] dos indivíduos escreventes (ou não), pelos quais se busca deduzir "o grau de impacto de acesso direto à cultura gráfica na sociedade de que faziam parte" (SANTOS, 2004, p. 16).

Almada (2018, p. 20-22), ao tomar o documento como objeto material, persegue suas características formais e físicas, afirmando que, além do suporte, dos instrumentos de escrita e materiais/técnicas de inscrição, a escrita também é considerada um "fator social e manifestação cultural". Nesse sentido, as assinaturas integram-se "à dimensão dos registros materiais das práticas de escrita" (ALMADA, 2016, p. 32), uma vez que nos debruçamos em recortes históricos determinados, compreendendo a importância dos documentos no seu contexto.

Em vista das ideias expostas, o presente trabalho propõe-se, dentro da perspectiva da história social da cultura escrita, observar as assinaturas, assim como as não-assinaturas, a fim de analisar as habilidades gráficas e a destreza motora de indivíduos provenientes das ilhas dos Açores e residentes nos Campos de Viamão, no período entre 1753 e 1763. As assinaturas foram extraídas dos processos da Série *Autos de Habilitação Matrimonial*, custodiada pelo Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis, da Arquidiocese de Porto Alegre. A busca pelas habilidades gráficas nos ajuda a compreender que tipo de relação, possivelmente, esses indivíduos teriam com a cultura escrita.

Para tanto, organizamos este artigo, iniciando com algumas observações a respeito das assinaturas e apresentando o nosso corpus documental. Na sequência, trataremos da metodologia, na qual utilizamos o modelo de escala de assinaturas proposto pelo historiador da educação,

3 O termo alfabetização refere-se ao processo de apropriação da língua escrita, entendida como uma prática predominantemente escolar (MARINHO, 2010, p. 18). E letramento é um conceito que chegou ao Brasil nos anos 1990, traduzido do termo inglês *litteracy*. Letramento refere-se tanto ao aprendizado de um código alfabético, quanto aos usos da leitura e da escrita na vida cotidiana. Nesse sentido, para além das habilidades de leitura e escrita, significa-se entender como um indivíduo ou uma sociedade participa e se relaciona com as práticas escritas disponíveis (MARINHO, 2010, p. 14-16).

Justino Pereira de Magalhães (2001). Por fim, analisaremos a aplicação da escala das assinaturas nos processos selecionados.

Produção e validação: assinar os documentos

As assinaturas inserem-se no processo de constituição dos documentos. Em seus estudos, Fraenkel (1988, p. 7) reforça o aspecto histórico das assinaturas[4], uma vez que integram uma fórmula investidora de poder de validação ao escrito.

Antes do século XIV, somente as altas autoridades assinavam documentos, enquanto os indivíduos não[5]. A longa tradição das chancelarias reais e episcopais restringiam as assinaturas a funcionários próprios para tal, cujos traçados eram complexos e compostos por elementos que, por um lado possibilitavam a identificação do produtor e, por outro, dificultavam a falsificação.

À medida que crescia a expansão urbana, novas demandas administrativas, econômicas e políticas exigiam o aumento da burocracia e da produção dos documentos, que antes se vinculava apenas às chancelarias oficiais. Foi nesse período que as assinaturas começaram a ter a aparência familiar que hoje conhecemos. As novas práticas notariais de contratos entre particulares, as incluíam como item indispensável, pois, à medida que os nomes de indivíduos eram registrados nos contratos, eles deveriam assiná-los. Já não mais bastava a aparição de um selo para validar o documento; agora, o selo ocupava lugar secundário, sendo necessário aparecer o nome assinado[6].

Do processo iniciado no século XIV e triunfando nos séculos seguintes, observamos a mesma prática no corpus documental escolhido para nossa análise. Confeccionado na esfera da Igreja Católica, promove, de

4 O documento diplomático, ou seja, com valor probatório, é composto por três partes: *protocolo inicial, texto* propriamente dito e *protocolo final*. No *protocolo inicial* estão dispostas a invocação (usual, sobretudo, em dispositivos mais antigos), a titulação (quem emana) e a direção (destinatário). A seguir, o texto, propriamente dito, que também se decodifica em preâmbulo, notificação, exposição, dispositivo (a essência do ato), sanção e corroboração. Para concluir,o protocolo final, composto pela subscrição (assinatura do emissor), datas (tópica e cronológica), precação (assinaturas dos envolvidos, das testemunhas, selos de validação, etc.). Sendo assim, na fórmula do protocolo final estão presentes os elementos de legalidade do documento (BELLOTTO, 2004, p. 65-66).

5 Historicamente, se remonta à tipologia documental dos testamentos do período romano a possibilidade de assinatura pelo indivíduo, que era o testador (FRAENKEL, 1988, p. 1).

6 A linguista Béatrice Fraenkel (1988, p. 18) afirma que a prática da assinatura também instituiu uma "ligação sócio legal de identidade", pois proporcionou com o tempo a conexão de laços genealógicos definidos pelo uso do patronímico.

certa forma, a possibilidade de um pacto entre particulares, e legitimado por esta instituição. Referimo-nos aos *Autos de Habilitação Matrimonial* (AHM), atualmente custodiados pelo Arquivo Histórico Monsenhor Ruben Neis (AHMRuN) da Arquidiocese de Porto Alegre, cuja tipologia compreendia todos os procedimentos preparatórios para se celebrar o matrimônio entre duas pessoas. O objetivo do processo era provar que os nubentes estavam "solteiros[7], livres e desimpedidos[8]", sendo regulado pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Dessa forma, a petição que desencadeava o processo era a seguinte: "Diz N. filho de N. e de N., naturais de tal terra, moradores em tal parte e para efeito de se casar com N. filha de N., naturais de tal terra, moradores em tal parte quer justificar a saída de sua terra e que não tem impedimento algum".

Com a petição autuada na Justiça Eclesiástica, os nubentes compareciam perante o *provisor de casamentos* para prestarem depoimento, sob juramento, a respeito das informações declaradas. Findo o depoimento, registrado pelo *escrivão da vara*, os dois pretendentes deveriam assinar suas falas. Por conseguinte, deparamo-nos com um documento bastante relevante e também capaz de equiparar as possíveis manifestações gráficas (tanto masculina, quanto feminina). A presença – ou ausência – das assinaturas no término dos depoimentos fornece-nos indícios para identificar o grau de familiaridade do indivíduo com a escrita.

O período selecionado (1753-1763) corresponde à primeira década de produção[9] dessa tipologia em território sul-rio-grandense. A estrutura eclesiástica se organizava em freguesias que se subordinavam às comarcas eclesiásticas, administradas pelos vigários da vara ou forâneos. Os vigários da vara eram nomeados pelo bispo diocesano – que se encontrava no Rio de Janeiro – e tinham poderes jurisdicionais sobre a sua circunscrição (RUBERT, 1994). Em 1750, na freguesia de Viamão[10], foi instalada uma comarca eclesiástica[11], na qual se concentrou a produção dos AHM a partir de 1753.[12]

7 Nos casos de viuvez, deveriam apresentar a certidão de óbito do/a cônjuge falecido/a ou testemunhas que o confirmassem, caso não fosse possível a certidão.
8 Ou seja,se não tinham impedimento, como graus de parentesco consanguíneo ou por afinidade entre si, se não fizeram promessas de casamento a outras/os, etc.
9 A título de informação, no total existem cerca de 19 mil processos, no período entre 1753 a 1900.
10 A freguesia de Viamão foi criada em 1747, tendo como limites desde Mostardas até Santa Catarina, "incluindo o planalto de Vacaria e São Francisco de Paula, denominado 'Cima da Serra de Viamão', e as regiões dos Rios dos Sinos, Caí e Taquari" (NEIS, 1978, p. 9).
11 A partir de 1773 foi suprimida, transferindo-se para Porto Alegre a sede da comarca eclesiástica.
12 Como não há indícios de terem sido feitos antes de 1753, entendemos que foi neste ano que a estrutura da comarca eclesiástica conseguiu obedecer às Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.

Ao todo, para a referida década, existem 191 processos. Destes, os critérios que utilizamos para sua seleção foram dois: (a) ao menos um dos nubentes declarar ter nascido em alguma das ilhas dos Açores; (b) constar os depoimentos de ambos os pretendentes. O critério de ambos terem prestado depoimento é importante, pois nos permite mensurar e equiparar a participação de ambos os sexos na tramitação. Como era na época, as mulheres "vivendo sob o pátrio poder", havia casos em que não precisavam se manifestar.

No final, restaram 44 itens, portanto, 44 casais, cujas naturalidades dispomos nas Tabelas 1 e 2:

Tabela 1 - Origem geográfica das mulheres

Locais de origem	N.º mulheres
Ilhas dos Açores	*37*
Viamão	3
Laguna	2
Minas Gerais	1
Rio Grande	1
TOTAL	44

Fonte: elaboradas pela autora.

Tabela 2 - Origem geográfica dos homens

Locais de origem	N.º homens
Ilhas dos Açores	*22*
Portugal	13
São Paulo	3
Rio de Janeiro	2
Argentina	1
Colônia do Sacramento	1
Espanhol	1
Ilha da Madeira	1
TOTAL	44

Dessa forma, nos debruçaremos sobre o recorte de 37 mulheres e de 22 homens, dentre o qual, tanto a assinatura alfabética, quanto assinar "com o sinal costumado", pode revelar práticas que denotavam a diferenciação daqueles que não possuíam o mínimo de capacitação de, ao menos, segurar um instrumento de escrita.

Uma escala de assinaturas como instrumento de análise

Diferentemente da fala e da leitura, a escrita "é uma tecnologia (uma tecnologização) da palavra" (MAGALHÃES, 2001, p. 43-44). Logo, exige motricidade da mão para o desempenho caligráfico, que realiza o traçado (*ductus*) dos grafemas sobre o suporte (o papel, para o período estudado), segura o instrumento (a pena de ave) e o molha no reservatório da tinta. Era um processo que carecia de técnicas de aprendizagem e

de treino, ou seja, de determinadas condições materiais para que fosse produzida.

Outra questão importante para a época retratada era o descompasso entre ler e escrever, uma vez que eram habilidades adquiridas, sucessivamente, e não simultaneamente (MARQUILHAS, 2000, p. 87). Soma-se a isso o reduzido acesso aos bancos escolares. Conforme Tereza Cardoso (2004, p. 179), o intervalo que vai do século XVI até 1759 é classificado pela historiografia da educação como "período jesuítico", no qual se praticava o "ensino básico nas 'escolas de ler, escrever e contar', como eram denominadas, então, as escolas de ensino fundamental". A mesma autora também afirma que, apesar da gratuidade, o acesso, de fato, não era universal, restringindo-se aos "filhos da classe dominante" e, na América, aos indígenas, como projeto de "ação missionária recrutadora de fieis" (CARDOSO, 2004, p. 179). [13]

Sendo assim, a leitura era a base do ensinamento, seguida pela escrita, que requeria uma série de exigências materiais e técnicas, como já dito. Por isso, embora nossos indivíduos estivessem inseridos em um contexto de difusão da escrita naquele momento do século XVIII, era essencial que houvesse a prática – ou os "reforços externos", como afirma Magalhães (2001, p. 15) – para que, efetivamente, fossem empurrados a se relacionarem com o ensino-aprendizagem. Por isso, não saber escrever não significava não saber ler, já que ambas as ações ocorriam em etapas e condições diferenciadas.

Para tentarmos aferir as habilidades gráficas e buscar entender qual proximidade os açorianos e as açorianas teriam com a cultura escrita, elegemos a escala de assinaturas[14] proposta pelo historiador português da educação, Justino Pereira de Magalhães (2001). Magalhães (2001, p. 124-127) define cinco níveis que nos permitem classificar as assinaturas a partir de seu traçado gráfico e das ortografias.

O *nível 1* refere-se à não-assinatura, traduzindo-se nas siglas e/ou sinais-assinaturas. No entanto, é possível dizer que, embora não seja alfabética, "assinar com uma cruz" era uma marca distintiva podendo haver, inclusive, variações artísticas no traçado da "cruz", interpretados como afirmação social ou fator identitário.

13 O ano de 1759 marca a expulsão dos jesuítas do território português e a implementação de uma série de reformas pelo Marquês do Pombal, inclusive na área da educação, em que implantou um sistema de ensino baseado nas *aulas régias*, que vigoraram no Brasil, entre 1759 e 1834.

14 Para estabelecer sua escala, o autor analisou as de outros pesquisadores (MAGALHÃES, 2001, p. 105-113).

Dos 22 homens oriundos das ilhas açorianas, 14 assinaram “com seu sinal costumado”.

Figura 1 – Amostras de sinais-assinaturas. Da esquerda para a direita, sinais de Antônio Rodrigues, 18 anos, natural da ilha de São Jorge; Caetano José, 15 anos, da ilha Graciosa; João de Borba Machado, 25 anos, da ilha Terceira.

Fonte: AHMRuN (respectivamente, processos 1754/3; 1754/2; 1753/9).

Na Figura 1, percebemos as variações nos traçados do sinal, reforçando o que sugere Santos (2004, p. 28) sobre a cruz autógrafa configurar uma marca pessoal. Além disso, é bastante significativo observar este nível, pois não há nenhuma mulher com habilidade para enquadrar-se nele.

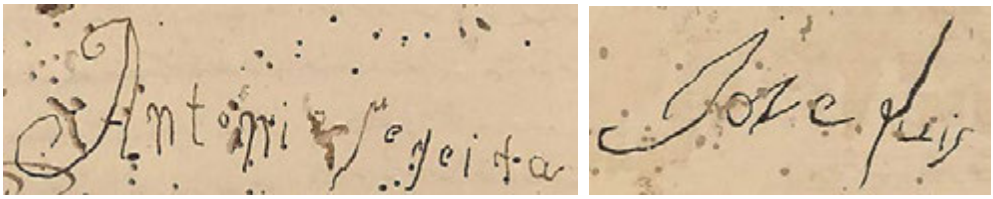
Das 37 moças açorianas, todas tiveram alguém assinando “a seu rogo por não saber ler nem escrever”. Além disso, das 44 moças, com idade que oscilavam entre 13 e 22 anos, apenas uma[15] “assinou o juramento com seu sinal costumado”. Isso nos leva a deduzir que o fato de não serem assinantes (nem a ponto de escreverem seus nomes), não se condicionava à naturalidade, mas sim à condição feminina naquela sociedade colonial.

Dos oito indivíduos açorianos, masculinos, que assinaram alfabeticamente, quatro se situam no nível 2, três no nível 3 e um no nível 4.

Na escala proposta por Magalhães (2001), o *n*ível 2 se caracteriza pela assinatura imperfeita, rudimentar, na qual estão ausentes as ligaduras, as letras são mal elaboradas, não há harmonia, quando aparecem abreviaturas é praticamente impossível identificar a palavra e predomina o traço retilíneo descendente. Em geral, são traços memorizados, ou seja, os assinantes amestraram um *ductus* sobre seu nome.

15 Maria de Brito, de 14 anos, natural de Laguna, filha do espanhol Agostinho Guterres e Maria de Brito, descendente do capitão mor de Laguna, Francisco de Brito Peixoto (AHMRuN, 1757/19).

Figura 2 – Amostras de assinaturas de nível 2. Da esquerda para a direita, assinaturas de Antônio Pereira, 21 anos, e José Luiz, 19 anos, ambos naturais da ilha do Pico.

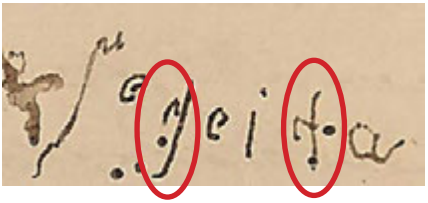


Fonte: AHMRuN (respectivamente, processos 1758/7; 1759/8).

Na Figura 2 nota-se que o traçado é inseguro, revelando que o indivíduo vivia longe das condições materiais da escrita. Ao avaliar o produto gráfico, conforme Santos (2004, p. 42), é possível dizer que a aprendizagem foi reduzida ou sequer existiu. Já, para Magalhães (2001, p. 126), esse nível associa-se à "insensibilidade leitora do grafante", na qual os assinantes teriam sido "apenas iniciados ao alfabeto".

De qualquer modo, os exemplos da Figura 2 evidenciam a pouca qualidade do traçado dos grafemas. Destaca-se a assinatura da esquerda, quando, ao escrever o patronímico "Pereira" (Figura 3) exibiu dificuldade na letra "P", praticamente inexistindo o formato usual, exagerando o traço retilíneo descendente, além de um erro semi-disléxico, verificado na posição invertida das duas letras "r" (circuladas em vermelho).

Figura 3 – Desempenho gráfico no traçado do patronímico "Pereira"



Fonte: AHMRuN (processos 1758/7).

Já, no *n*ível 3 da escala, a assinatura apresenta-se normalizada, completa. Ao haver abreviaturas, são decifráveis, e o uso das maiúsculas é criterioso e correto, o que indica um nível mínimo de gramaticalização. Existe preocupação com a harmonia de conjunto e se percebe um estilo próprio no fechamento das hastes ou em outros adereços.

É perceptível verificar que a qualidade do traço aumenta à medida que a leitura e a escrita são mais usuais. Nesse sentido, no nível 3, pode-

mos inferir um processo de alfabetização, "uma formação que permite ler e escrever pequenas mensagens, muito embora, em contraste com o nível 4, não deixe de traduzir uma irregularidade de uso e de formação" (MAGALHÃES, 2004, p. 128).

Figura 4 – Amostras de assinaturas de nível 3. Da esquerda para a direita, assinaturas de Antônio Jacinto, 19 anos, e José de Borba, 23 anos, ambos naturais da ilha Terceira.

Fonte: AHMRuN (respectivamente, processos 1758/25; 1760/9).

A diferença gráfica em relação ao nível anterior é perceptível. Na Figura 4, a assinatura da esquerda inicia com a abreviatura do nome "Antonio", da forma que era usualmente utilizada (Antº), sem deixar dúvidas quanto à decifração. Na mesma assinatura, a presença dos adereços na letra "A", assim como o *paraphe*, que são os traços mais ou menos ornamentais no final, imprime certo estilo individual (SANTOS, 2004, p. 21).

Embora não haja nenhum exemplar – dentro de nossa seleção – referente ao nível 5[16], conseguimos encontrar, ao menos, uma assinatura que se enquadrou no *n*ível 4 da escala de Magalhães (2001). Caracteriza-se por ser caligráfica, contendo desenho e ligaduras corretas das letras, com ritmo e cadência na escrita.

Figura 5 – Amostra da assinatura de nível 4. Assinatura de Antônio de Souza dos Santos, 38 anos, natural da ilha do Pico.

Fonte: AHMRuN (processo 1756/13).

16 Magalhães (2004, p. 127) categoriza o nível 5 como *assinatura personalizada*, na qual o traço, o ritmo e a cadência são individualizados, apresentando equilíbrio, marcas pessoais e estilo; há uma acentuada presença de "barroquismos", ou *paraphe*, como define Santos (2004, p. 21);indica um indivíduo com formação, que se comunica com persuasão, lê e escreve bem.

Nota-se a inclinação do pulso no traçado, contendo marcas pessoais e elaborada terminação ornamental. Nesse nível, é possível inferir a existência da escolarização, observando-se paralelismo com o modelo caligráfico escolar. A ligação das letras e o alinhamento revelam a oportunidade de treino. O indivíduo, cuja assinatura corresponde ao nível 4, era aquele que se comunicava com fluência, lendo e escrevendo (embora algumas vezes apresentasse certa dificuldade).

O exemplar foi a assinatura de Antônio de Souza dos Santos, nascido na ilha do Pico e que, aos 12 anos de idade, "saíra de sua pátria com seus pais" em direção ao Rio de Janeiro. Em seguida, a família se transportou para as Minas, "vivendo sempre no arraial e freguesia dos Carijós[17]" até 1752, quando se deslocou para Viamão. Assim, por volta de 1730, a família se encontrava no "filão aurífero" (MENESES, 2018, p. 60) do domínio português na América, onde, muito provavelmente em função de alguma atividade econômica, ele teve que treinar a escrita.

Desse modo, pensar nas habilidades gráficas dos indivíduos, é também refletir o contexto onde circulavam e as contingências de suas vivências e nos aproximar dos aspectos gráficos que expressaram (ou não) nos ajuda a compreender sua relação com a cultura escrita.

Habilidades gráficas: apontamentos

A expansão ultramarina motivou o êxodo de populações, cujo ritmo, segundo Meneses (2014, p. 60), derivou do "empenho régio e da esperança dos particulares". Foi assim que, a meados do século XVIII, o Brasil meridional recebeu das ilhas açóricas, tanto colonizadores[18] quanto imigrantes. A fim de refletir e sugerir alguns apontamentos sobre as habilidades gráficas, é preciso levar em conta que a trajetória dos indivíduos selecionados para a presente análise esteve condicionada ao contexto da consolidação do domínio português em novos campos de disputa (KÜHN, 2002; SCOTT; BERUTE, 2014).

Nesse sentido, e seguindo a orientação de Magalhães (2004, p. 101), é preciso conjugar a técnica (o desempenho gráfico) à dimensão social do indivíduo. Para colocar em prática esse "exercício", vamos recorrer a depoimentos retirados dos próprios *Autos de Habilitação Matrimonial*, tentando entrelaçar seus vestígios de história às suas ocorrências gráficas.

17 Em 1790 denominava-se Vila Real de Queluz. Atualmente, corresponde ao município mineiro de Conselheiro Lafaiete, cerca de 100 km da capital, Belo Horizonte.
18 "[...] o colonizador cumpre desígnios monárquicos" (MENESES, 2014, p. 60).

Em primeiro lugar, devemos mencionar a ausência de qualquer manifestação feminina, a não ser através da assinatura "a rogo". Percebemos que o estigma plurissecular do gênero ficou evidenciado, pois nem sequer fizeram um "sinal-assinatura". Além disso, ressaltamos (no período e fonte selecionada para este estudo) que o número elevado de mulheres açorianas talvez se explique pela agitação provocada por sua entrada no "mercado matrimonial". Conforme Scott e Berute (2014, p. 120), "mais do que brancas, vindas de Portugal insular, seriam muito atraentes aos candidatos a 'marido' também por conta do 'enxoval' que poderiam dispor, como mulheres vinculadas aos '*Casais de El Rey*'". Tal vinculação significava receber uma *data de terra*, que era estendida também aos filhos e filhas dos *Casais* "que se casassem até um ano após a chegada (posteriormente, esse período foi alargado, podendo beneficiar uma porção maior de membros da prole dos referidos casais)" (SCOTT; BERUTE, 2014, p. 137). De todas as moças açorianas, apenas uma delas não estava vinculada aos "Casais de El Rey", reforçando a ideia do "mercado matrimonial"/ "enxoval".

No caso masculino, a Tabela 3 representa os 22 indivíduos, distribuídos conforme os níveis na escala de assinaturas.

Tabela 3 – Quantidade de indivíduos oriundos das ilhas açorianas, conforme os níveis da escala de assinaturas

Níveis	N.º indivíduos
Nível 1	14
Nível 2	4
Nível 3	3
Nível 4	1
TOTAL	22

Fonte: elaborada pela autora.

Percebemos que a maioria dos homens se enquadra nos níveis mais básicos da escala sugerida por Magalhães (2001), com um montante de 50% habilitado apenas a "assinar com seu sinal costumado". Nas três amostras que apresentamos na Figura 1, os traços dos sinais são diferentes, parecendo ter mais firmeza a cruz de Antônio Rodrigues e mais adereços, a de João de Borba Machado que, inclusive, era o mais velho entre os três. Entre os três homens, extraímos de suas falas nos processos de Habilitação Matrimonial, trajetórias semelhantes, como Caetano José que "saiu de sua pátria", a ilha Graciosa, para a ilha Terceira com 8 anos de idade, para viver, por três anos, em casa do padre Domingos da Costa, quando

então se passou para o Rio de Janeiro "e sempre andara navegando pela Costa do Brasil". Em viagens contínuas "sem paragem certa", também vivia João de B. Machado, que deixou a ilha Terceira na idade de 15 anos.

Embora tenhamos destacado alguns *exemplos* (e não exemplares) de trajetória, a mobilidade dos indivíduos, alguns até com pouca idade e longe de familiares, era notória. Nesse percurso, a necessidade da escrita deveria ser superficial, tendo aprendido o que seria suficiente para seus cotidianos. Na análise de Santos (2004, p. 9), assinar com cruz não significava o analfabetismo, mas a persistência de um sinal de caráter medieval nas classes humildes, como marca pessoal e de validação.

Juntamente com os indivíduos do nível 2 da escala, as dificuldades que se percebem ficaram evidentes. Nesse sentido, Magalhães (2001, p. 100) afirma que ainda no século XVIII "os fatores de autonomização gráfica [eram] muito limitados, com uma tendência para o mimetismo, por parte dos estratos mais desfavorecidos em termos de oportunidade [...]". Isso nos leva a pensar que a maior parte do grupo selecionado – de acordo com os critérios apontados no início – não necessitou, ou mesmo não teve oportunidades de desenvolver-se no universo da cultura escrita.

Por outro lado, a presença de alguns, embora poucos, que se enquadraram em outros níveis gráficos, sugere que estiveram diante de "uma iniciação à alfabetização que envolveu alguma aprendizagem" (MAGALHÃES, 2001, p. 128), advindo a desenvoltura gráfica através do reforço externo que os empurraria a treinar a mão.

Enfim, para encerrar, queremos apontar duas questões. A primeira, diz respeito ao corpus documental: os *Autos de Habilitação Matrimonial* são uma fonte que permite a formulação de muitas perguntas.[19] As evidências que podemos coletar neles, apesar da formalidade de sua produção, nos auxiliam tanto na compreensão social, quanto no entendimento do documento como um artefato cultural. E tudo isso se amplia à medida que os miramos com olhos multidisciplinares

A outra questão, que complementa a anterior, refere-se à potencialidade do "exercício" realizado no presente texto. A seleção das assinaturas do grupo que nomeamos *açorianos* foi uma oportunidade de pensar a história social da cultura escrita no território sul-rio-grandense de meados do século XVIII. Trata-se de um trabalho que deve ser continuado e ampliado, para que possamos afastar do anonimato os indivíduos que, de alguma forma se exibiram graficamente em seus sinais-assinaturas, ou então encontrar mulheres que romperam seus silêncios empunhando bicos de pena.

19 Sugerimos o texto de Campos (2022).

Referências

ADELL, Nicolas. Escribir la vida: la escuela francesa de antropología de la escritura. *In:* LYONS, Martyr; MARQUILHAS, Rita (Org.). *Un mundo de escrituras*: aportes a la historia de la cultura escrita. Buenos Aires: Ampersand, 2018, p. 123-146.

ALMADA, Márcia. "E para verdade passo este de minha letra e sinal" – uma breve análise sobre cultura escrita e os recibos assinados por Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho (1772-1802). *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, 2(1), p. 30-43, jan.-jun. 2016.

ALMADA, Márcia. Cultura material da escrita ou o texto como artefato. In: CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da; MEIRELLES, Juliana Gesuelli (Org.). *Cultura escrita em debate*: reflexões sobre o império português na América – séculos XVI a XIX. Judiaí/SP: 2018, p. 17-40.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Diplomática e tipologia documental. In: BELLOTTO, Heloísa L. *Arquivos Permanentes*: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 45-63.

CAMPOS Vanessa Gomes de. Os açorianos nos Autos de Habilitação Matrimonial: apontamentos (1753-1763). In: BARROSO Véra Lucia Maciel; PUFAL, Diego de Leão; MANGANELLI, Ernani Raupp; ROSA, Gilson Justino da (Org.). *Açorianos em Porto Alegre*: história, genealogia e cultura. Porto Alegre: Evangraf, 2022, p. 194-212.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. As aulas régias no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*: – séculos XVI-XVIII. Petrópolis/RS: Vozes, 2008, v. 1, p. 179-209.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio; SÁEZ, Carlos. Paleografia versus alfabetização: reflexões sobre História Social da Cultura Escrita. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, 2(1), p. 164-187, jan.-jun. 2016.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da; MEIRELLES, Juliana Gesuelli. Apresentação. In: CONCEIÇÃO, Adriana A. da; MEIRELLES, Juliana G. (Org.). *Cultura escrita em debate*: reflexões sobre o império português na América – séculos XVI a XIX. Judiaí/SP: 2018, p. 5-16.

CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS do Arcebispado da Bahia, feytas, e ordenadas pelo Sr. D. Sebastião Monteyro da Vide propostas e aceytas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho de 1707. 2. ed. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro, 1853.

FERREIRA, António Gomes. A educação no Portugal barroco: séculos XVI a XVIII. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*: – séculos XVI-XVIII. Petrópolis/RS: Vozes, 2008, v. 1, p. 56-76.

FRAENKEL, Béatrice. Les surprises de la signature, signe écrit. *Langage et société*, n. 44, p. 5-31. 1988.

KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Alquimias da escrita*: alfabetização, história, desenvolvimento no mundo ocidental do Antigo Regime. Bragança Paulista: Ed. da Universidade São Francisco, 2001.

MARINHO, Marildes. Pequenas histórias sobre este livro e sobre o termo "letramento". MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcinei Antonio (Org.). *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010.

MARQUILHAS, Rita. *A faculdade das letras*: leitura e escrita em Portugal no século XVII. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2000.

MENESES, Avelino de Freitas de. Os açorianos na estruturação do Brasil do Sul: as levas de meados do século XVIII. *In:* SCOTT, Ana Silvia Volpi; BERUTE, Gabriel; MATOS, Paulo Teodoro de (Org.). *Gentes das Ilhas*: trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 a 1790. São Leopoldo: Oikos, 2014, p. 60-81.

NEIS, Ruben. A fundação de Porto Alegre – II. *Correio do Povo,* Porto Alegre, 27 mar. 1971, p. 5.

NEIS, Ruben. A Igreja no pastoreio do RGS luso-brasileiro. *Renovação,* Porto Alegre, n. 122, p. 09-14, nov. 1978.

PETRUCCI, Armando. *Alfabetismo, escritura, sociedad*. Barcelona: Gedisa, 1999.

RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul*: época colonial (1626-1822). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994, v. 1.

SANTOS, Maria José Azevedo. *Assina quem sabe e lê quem pode*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2004.

SANTOS, Maria José Azevedo. Algumas considerações sobre a difusão da escrita no tempo das Descobertas. In: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO; DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA (Org.). *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 25-30.

SANTOS, Vera Maria dos. A não assinatura: Leonor Rodrigues de Fraga – Capitania de Sergipe del Rey (1752). *Interfaces Científicas*, Aracaju, v. 11, n. 2, p. 47-58. 2022.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; BERUTE, Gabriel. "Gentes das Ilhas": repensando a migração do Arquipélago dos Açores para a capitania do Rio Grande de São Pedro no século XVIII. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; BERUTE, Gabriel; MATOS, Paulo Teodoro de (Org.). *Gentes das Ilhas*: trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 e 1790. São Leopoldo: Oikos, 2014, p. 105-146.

SILVA, Carlos Guardado da. *El surgimiento de yo en las fuentes de información*. [s/d]. Disponível em: http://www.historiauex.es/data/news/494/docs/1606731447.pdf. Acesso em: 26 jan. 2023.

VARTULLI, Sílvia Maia Amâncio Rachi. Cultura escrita e inserção feminina na Comarca do Rio das Velhas (1750-1822). *E-hum*, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 238-252, 2009.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 331-385.

A COLONIZAÇÃO DA FREGUESIA DE SANTA ANA DO MORRO GRANDE EM VIAMÃO

Daniel Cristóvão Fraga da Silva[1]

Relevância do tema e limitações da pesquisa

O início do povoamento de Viamão foi alvo de alguns estudos que denotam seu início em 1727 (COSTA, 1991**,** p. 8), com os primeiros sesmeiros vindos de Laguna (gente de Francisco de Brito Peixoto) e com paulistas seculares, muito-embora a data oficial de fundação do povoado seja 14 de setembro de 1741. Foi um núcleo originário da própria população do Rio Grande do Sul, *pré-açoriano*, sendo que aqui já se encontravam diversas etnias indígenas.

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, cujos registros hoje digitalizados são importantes fontes para as pesquisas de nossas origens açorianas, é a segunda mais antiga do Rio Grande do Sul. Segundo obra recente de Mariza López, seu estilo é o autêntico barroco açoriano, límpido externamente e muito requintado internamente (LÓPEZ, 2022, p.107). A Matriz passou por algumas fases construtivas, tendo iniciado em 1741, com a provisão episcopal de Francisco Carvalho da Cunha, tendo a elevação à Paróquia com a nomeação do primeiro capelão em 1747 (QUEVEDO et al, 1988). A sua conclusão na forma definitiva teria ocorrido quando Viamão foi a segunda capital do Estado, conforme Ortiz (2018) e Quevedo e outros (1988), entre 1766 a 1773, através de um projeto do Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria que tinha preocupação com a defesa, num eventual ataque dos espanhóis que já dominavam a Vila de Rio Grande (a primeira Capital).

Justifica-se a relevância do artigo específico sobre a colonização da Freguesia de Santa Ana do Morro Grande ou Vila Real de Santa Ana, diante da lacuna de estudos sobre a mesma e sobre a história da colonização

1 É viamonense, Técnico Agrícola, Contador, Advogado, Servidor da UFR¬GS, e também tem realizado trabalhos na música tradicionalista e na pesquisa em Genealogia.

açoriana em Viamão, um dos povoados mais antigos do Rio Grande do Sul. Meu interesse pessoal pelo tema deriva também de minha ascendência, predominantemente açoriana, e por haver nascido nas Lombas, localidade que hoje pertence ao distrito de Águas Claras, onde teria sido estabelecido o dito núcleo colonial. Apresento-me aqui, não com pretensão de ser um historiador ou pesquisador por ofício, mas sim um interessado em preservar os costumes e memórias daquela gente.

Segundo Gonzáles (2009), a Freguesia de Santa Ana do Morro Grande, distrito de Viamão, a qual só existira de 1772 a 1778, nunca foi alvo de grandes investigações e não deixou muitos registros documentais. Para o mencionado autor, a sociedade estabelecida na freguesia de Santa Ana do Morro Grande era mais heterogênea, no tocante às origens de seus habitantes, do que se pensa. Com base no 1º Livro de Assentos de Batismos da Igreja de Nossa Senhora Santa Ana, Vila Real, Morro Grande - Viamão, de 15 de setembro de 1772 a 18 de abril de 1778, e 2º Livro de Óbitos de Viamão, dos 42 casos legíveis na fonte pesquisada chegou-se aos seguintes dados:

Tabela 1 – Relação de moradores que têm campos e animais no continente (1784)

Classificação do casais	Porcentagem
Casais onde homem e mulher são açorianos	**40%**
Casal onde só o homem é açoriano	**30%**
Casal onde só a mulher é açoriana	**2%**
"Casal de número" não açoriano	**9%**
Casal sem vínculo algum com os Açores	**19%**

Fonte: GONZÁLEZ, 2009, p. 25.

Desta forma, em que pese a relevância do tema, se torna um desafio aos interessados e historiadores procurar vestígios da Freguesia de Santa Ana do Morro Grande e os costumes de seu povo, especialmente no meio rural de Viamão.

A genealogia como auxílio da pesquisa histórica

A genealogia é uma disciplina auxiliar da História. Através da montagem de árvores genealógicas, especialmente nos dias atuais, podemos ter acesso a arquivos de nascimentos, batizados, casamentos e óbitos,

em meio digital, oriundos da Igreja Católica. Como sabido, a Igreja centralizava tais registros em época pregressa a dos registros públicos, e através deles tem-se uma melhor compreensão das colonizações, como a do presente estudo, ao identificar-se a origem dos colonizadores.

A bibliografia digital e os *"sites"* especializados facilitam até mesmo ao público leigo uma ampla possibilidade de pesquisa. Tais ferramentas não concorrem com os historiadores e genealogistas, mas emprestam valiosa colaboração para agilização de trabalhos, e assim a comunidade acadêmica também é beneficiada.

Decorrente da minha pesquisa genealógica, um caso vem a ilustrar este estudo sobre a colonização da Freguesia de Santa Ana do Morro Grande. Trata-se da genealogia de meu antepassado em 6ª geração José Antônio da Silva (casado com Mariana Ignácia de Jesus), ou Joseph Antônio da Sylva, nascido em 23 de maio de 1737, na ilha Terceira, Açores, Portugal, o qual recebeu a data de terras de número 54 da Freguesia, conforme as transcrições do Códice F1229 (BARROSO, 2002). José Antônio, de acordo com pesquisa feita sobre minha árvore genealógica, é meu antepassado em linha reta pelo meu avô paterno. Teve um filho de mesmo nome ou seja José Antônio, nascido em solo gaúcho, que gerou Lino José da Silva, que gerou Alfredo Lino Morêm da Silva, que gerou Arlindo Morêm da Silva, que gerou Odilon Morêm da Silva, meu pai. Informações disponíveis em https://www.familysearch.org/tree/person/details/LZGB-2N9. Acesso em: 31/03/2023, às 11h10min.

Os estudos de Vieira e Rocha sobre a genealogia das famílias Cardoso da Silva e Vieira Aguiar (2015) e Abreu e Silva (2017), que representam grande parte da população viamonense, trazem valiosa contribuição para a construção da narrativa histórica da colonização do município de Viamão. Estes estudos mostraram-se de grande amplitude histórica, tendo os autores conseguido, em alguns casos, compilar dados de quase 300 anos sobre os ancestrais de famílias viamonenses. Também, o apanhado mostra o entrelaçamento destas famílias centrais com outras famílias, inclusive de origem de outras regiões de Europa, o que em uma comunidade ou país em colonização é consequência natural.

Um exemplo desse entrelaçamento é o próprio sobrenome Morêm ou Morin, que chegou a Viamão vindo da França, através de Theodore André Desidério Morêm, que em 1831 casou-se em Viamão com Maria Justina Antunes Pinto (VIEIRA; ROCHA, 2017), deixando entre os descendentes, Clemência que casou com Lino José da Silva.

Ainda em relação aos açorianos que colonizaram a Freguesia de Santa Ana do Morro Grande, além de ser descendente do colonizador José Antônio da Silva, como já relatado, minha pesquisa revelou ascendência em 8ª geração, de Manoel Nunes Goulart (casado com Ignes de Santo Antônio), nascido em 1704, em Faial, Açores, Portugal, o qual recebeu a data de terras de número 20, pelo lado de minha avó paterna Seres da Silva Nunes. Cabe ainda ressaltar que esta minha avó paterna também era descendente de José Antônio da Silva, mostrando-se, assim, um exemplo do natural entrelaçamento também entre famílias açorianas da região.

Este estudo particularizado tem a pretensão de trazer dados complementares ao que já constatado por outros estudos, ou seja, que entre as familias viamonenses, não raro se encontra a ancestralidade açoriana. Disponível em: https://www.familysearch.org/tree/person/details/27SG-P3R. Acesso em: 31/03/2023, às 11h10min.

Através desta experiência, pude concluir também que investigar a genealogia de qualquer família, a partir da colonização do Rio Grande do Sul é uma tarefa que enfrenta limitações no estudo e desafios, pois a documentação torna-se mais escassa à medida em que nos afastamos do tempo presente, mas não deixa de ser uma atividade gratificante. E creio que de interesse para a sociedade, uma vez que as informações se tornam de domínio público, e assim cada pessoa com ligações com a região e ramos abordados por determinado genealogista, ao informar ou complementar sua árvore genealógica, contribui também para o conhecimento da história da região.

As famílias gaúchas possuem raízes que podem remontar a milênios, chegando-se tanto aos príncipes e reis das Astúrias, por exemplo, quanto a pessoas escravizadas de origem africana, ameríndios, celtas, visigodos, dentre outros povos originários. Essa diversidade é o que comprova o estudo genealógico que desenvolvo, ao chegar a um ancestral francês em descendência de 5ª geração (Theodore Morêm); um ancestral italiano, o trisavô ou tataravô (Nicolau Montano); ancestrais espanhóis como Godoy, em descendência de 11ª geração de Baltasar de Godoy; o Castelhano, perseguido pela inquisição, Guterres e Pinto; e portugueses como Antunes da Porciúncula; além de indígenas e mestiços, frutos da miscigenação, em descendência de 9ª geração de Francisco de Brito Peixoto, o qual foi casado, mas não no papel, com Índia Carijó de nome Sevirina, conforme https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_de_Brito_Peixoto. Acesso em 07/04/2023, às 10h39min.

Um aspecto que deve ser destacado em relação à colonização da Freguesia de Santa Ana do Morro Grande é que nem todos os imigrantes vieram diretamente dos Açores. Neste contexto, encontra-se uma recordação de Apolinário Antonio da Silva, disponível https://www.familysearch.org/tree/person/details/KH29-WJT, acessado em 31/03/2023, às 11h10min, a qual trata da descrição do traslado do casal Jose Antônio da Silva e Mariana Inácia, com o filho Apolinário, nascido em 1766, em Desterro (SC), para os Campos de Viamão a qual abaixo se transcreve:

> Desta Ilha de Santa Catarina passa a se estabelecer em os Campos de Viamão o casal seguinte:
>
> 1 – Jose Antônio, filho do Casal João Luis, natural da Freguesia de São Mateus da Calheta, de idade de 21 anos, casado com:
>
> 2 – Mariana Inácia, filha de pais incógnitos, de idade de 18 anos.
>
> Levam em sua companhia um filho por nome:
>
> 3 – Apolinário, de idade de três meses.
>
> E para constar todo o referido na Provedoria do Continente de Viamão se lhe passou a presente guia que consta de três pessoas, por despacho do Sr. Governador Francisco de Souza de Menezes e intervenção do provedor da Fazenda Real Félix Gomes de Figueiredo, a qual vai subscrita e assinada pelo escrivão da Fazenda Real e matrícula Gregório José de Freitas Lisboa. Ilha de Santa Catarina, a 21 de novembro d 1766 e eu Gregório José de Freitas Lisboa, escrivão da Fazenda Real e matrícula que o fiz escrever, subscrevi e assinei.

Desta forma, os estudos particularizados, auxiliam a pesquisa histórica através do fornecimento de dados genealógicos mais completos, não se tendo aqui a pretensão de apresentar uma árvore genealógica, o que seria praticamente impossível, diante da extensão, mas de incentivar que outras pessoas possam acessar os dados e complementá-los, pois, assim. cada vez mais dados a respeito da colonização de nossa região serão compilados.

Breve histórico da formação da Freguesia de Santa Ana do Morro Grande

No que diz respeito ao tema aqui proposto, qual seja a colonização açoriana do Morro Grande, onde hoje situa-se o distrito de Águas Claras, abrangendo as localidades de Morro Grande, Estiva, Boa Vista e Lombas,

espraiando-se naturalmente para outros distritos, como Capão da Porteira, Passo do Vigário e Itapuã, e mesmo aos moradores dos demais distritos urbanos de Viamão, Massulo (2015) afirma que precisamos olhar para o início da colonização do Rio Grande do Sul, quando o governo português distribuía grandes extensões de terra, em todo a Capitania, a fim de garantir a posse desse território, o qual marcava fronteira entre os domínios portugueses e espanhóis.

Segundo o autor, a distribuição de sesmarias deu-se a partir de 1732. Todo o território da atual Porto Alegre e Viamão foi distribuído principalmente, entre paulistas, lagunenses e portugueses, dentre outros, que aqui vieram morar e constituir suas estâncias. Próximo a Itapuã foi concedida uma estância a Manuel Abreu dos Santos, antigo tronco da família Abreu, de Viamão. Um pouco a frente desta, fora concedida ao padre José dos Reis uma carta de sesmaria que lhe dava posse de uma parte da terra, onde se situa o distrito de Águas Claras. O padre vendeu essa sesmaria ao sargento-mor Domingos Gomes Ribeiro, e esta foi denominada estância de Itapuã.

Ainda segundo Massulo (2015), em 1770, o Governador da Capitania, José Marcelino de Figueiredo mandou que se medisse a estância de Itapuã e as terras que delas sobrassem fossem distribuídas a casais vindos do arquipélago dos Açores. Todas essas terras se encontravam devolutas, ou seja, abandonadas, sem uso e sem cultivo. Então, por ordem do Governador, foram demarcados 60 lotes e que foram entregues a 60 casais de açorianos. Estes deveriam cultivar a terra e formar uma futura povoação denominada de Vila Real. O número de 60 casais consta da Provisão Régia de 1747.

Massulo (2015) acrescenta que o Capitão Engenheiro José Montanha dividiu e entregou em 1770 os ditos lotes, que variavam entre 130 hectares e 270 hectares, no entorno do Morro Grande e abrangiam toda a atual localidade do Morro Grande, Águas Claras, parte da Boa Vista e Lombas. Em 25 de setembro de 1770, o Governador denomina essa região, que então começara a ser povoada, de Vila Real de Santa Ana do Morro Grande. Diante do considerável número de famílias e da distância da Capela de Viamão, em 26 de março de 1772, o Bispo do Rio de Janeiro cria a Freguesia (paróquia) de Nossa Senhora Santa Ana do Morro Grande. À época foi erguida uma capela simples, coberta de palha, da qual não se tem resquícios.

Entre as famílias estabelecidas em Santa Ana do Morro Grande estão muitos ancestrais de muitas famílias viamonenses. No entanto, a povo-

ação de Santa Ana do Morro Grande não teve um futuro muito próspero. Hoje vê-se a região fatiada em sítios de lazer, comércios, uma fábrica da Ambev, um assentamento de reforma agrária, algumas lavouras de arroz e alguma criação de gado, ainda mantida por descendentes de açorianos. Conforme o relato de Massulo (2015), a má qualidade da terra, muito arenosa e a grande quantidade de formigas, fizeram com que vários casais abandonassem as terras, ocasionando o fim da paróquia em 12 de setembro de 1779. Em 1783, a capela já se encontrava em ruinas.

No entanto, as famílias que permaneceram deixaram um legado cultural açoriano ainda pouco estudado. O hábito da fabricação de farinha de mandioca esteve presente por quase dois séculos, como um apelo à sobrevivência, baseado no cultivo de origem indígena, já que o cultivo não existia nos Açores. A região era praticamente toda tomada por atafonas, segundo relatos familiares, porque a terra, ainda que arenosa, se prestava ao cultivo da mandioca. A tradição do Terno de Reis, se mantém em algumas localidades. As festas do Divino ainda estão presentes. As benzeduras são conhecidas de todos. Nota-se uma forte prática da religião católica, com a provável influência dos chamados "Cristãos Novos" ou judeus convertidos entre os imigrantes, e até hoje em seus descendentes. Em minhas pesquisas genealógicas pude constatar que as mulheres, ao invés de usar os apelidos de família, utilizavam pseudônimos, como "de Jesus", "da Trindade", "de Santo Antônio", que não se sabe se era uma obrigação ou uma forte devoção ao catolicismo.

Geograficamente, a região era cortada pela chamada Estrada Real, hoje Estrada das Lombas, ligando Viamão a Santo Antônio da Patrulha, a qual foi caminho de tropeiros e ainda mantém um trecho original. Nesta senda, a região abrigou muitos charqueiros e estâncias de criação de gado. Conforme também um hábito da região, na casa de meus avós paternos, nesta localidade de Lombas, nasci assistido por uma parteira de alcunha "Morena". A família de meu avô paterno residia em uma casa simples, mas que mantinha os traços açorianos no início do século XX (Figura 1).

É provável que, no caso da Freguesia de Santa Ana do Morro Grande, muitos casais açorianos já se encontravam na região antes da demarcação oficial, uma vez que o ciclo de imigração das ilhas teve seu auge entre 1748 e 1756 (PIAZZA, 1992).

Com base nas transcrições do Códice F1229, organizado por Véra Barroso, relaciona-se abaixo, como não poderia faltar, as datas de terras da Freguesia de Santa Ana do Morro Grande em Viamão/RS e sua dis-

tribuição: 1 – Gregório Gonçalves; 2 – Gregório Machado; 3 – Francisco Pereira de Macedo; 4 – José Gonçalves Ourique; 5 – Manoel Espíndola; 6 – Antônio Alves de Souza; 7 – José Nunes Vieira; 8 – André Silveira; 9 – Manoel de Mendonça Fagundes; 10 – Manoel Gonçalves de Araújo; 11 – Manoel Machado Fagundes; 12 – Antônio Machado; 13 – Joaquim Bittencourt; 14 – Luiz José Viégas; 15 – João Nunes; 16 – Teresa Nunes; 17 – Francisco Garcia; 18 – Manoel de Aguiar Laranja; 19 – Antônio Francisco de Abreu; 20 – Manoel Nunes Gularte; 21 – Manoel Cardoso Tostes; 22 – Francisco da Fonseca Quintanilha; 23 – Antônio Machado Fagundes; 24 – José Silveira Pereira; 25 – Amaro de Souza; 26 – Manoel Silveira; 27 - João Ignácio; 28 – Francisco Garcia; 29 – Antônio de Souza Brasil; 30 – Manoel Furtado; 31 – Antônio Silveira; 32 – Manoel Pereira Pinheiro; 33 – Manoel de Lemos; 34 – Tomé Teixeira; 35 – Simão Dias; 36 – Tomé Machado; 37 – Manoel Machado da Silveira; 38 – José de Saldanha; 39 – Henrique José de Bittencourt; 40 – Jerônimo de Oliveira; 41 – José M. Torrão; 42 – Manoel Pereira Soares; 43 – Antônio Luiz Fernandes; 44 – Maria Ignácia; 45 – Manoel Silveira; 46 – Jozé de Borba; 47 – Antônio da Cunha; 48 – Francisco de Borba; 49 – Antônio Silveira; 50 – Manoel de Borba; 51 – Francisco Machado de Borba; 52 – Caetano de Borba; 53 – Silvestre Vieira; 54 – José Antônio da Silva; 55 – Manoel Cardoso Beirão; 56 – José Vieira de Brito; 57 – Vital de Oliveira; 58 – Pedro de Oliveira; 59 – Manoel Pereira Álvares (Alves); 60 – Manoel Pinheiro do Amaral.

Figura 1 – Traços açorianos em Viamão: Residência da Família Morêm da Silva em Lombas – Viamão/RS, no início do século XX

Fonte: acervo do autor.

Identifica-se na Figura 1, da esquerda para a direita: Lino José da Morem da Silva, Alfredo Lino Morem da Silva (bisavô do autor), o garoto do cavalo é José Morêm de Bittecourt (filho de Maria Morêm da Silva), uma mulher não identificada, Aristides Morêm da Silva, e ao fundo do automóvel Arlindo Morêm da Silva (avô paterno do autor). Pode-se perceber também os traços da arquitetura colonial, com casas amplas e telhas de barro, além de ser possível vislumbrar a paisagem rural da época.

Os Fraga dando continuidade à colonização açoriana em Viamão

A imigração açoriana teve como principal causa a conjuntura econômica e problemas em que foram envolvidos os habitantes das nove ilhas, o que os levou a aceitar o apelo da coroa portuguesa de migrar para o Brasil (PIAZZA,1992). Trouxeram em pequenas embarcações, segundo o autor, todo o complexo de sua cultura que vai se espelhar em comunidades erguidas, quer na Ilha de Santa Catarina, quer no continente que lhe é fronteiro, bem como, em seguida, se espraiando para o Continente de São Pedro do Rio Grande. A sua busca documental foi realizada nos dois lados do Atlântico, quer nos arquivos de Lisboa, dos Açores e da Madeira, e nos brasileiros, o que lhe deu uma nova visão de tão amplo movimento populacional do século XVIII.

Em sua obra Piazza (1992) apresenta a transcrição do documento imigratório (por volta de 1748) de Martinho de Fraga (casado com Francisca Mariana de Jesus e do qual sou descendente em 6ª geração pela parte do meu avô, José Godoi de Fraga), nascido na ilha Terceira em 1727, o qual migrou para o Desterro, atual Florianópolis. A descoberta deste documento revela a origem açoriana de uma das mais numerosas famílias (senão a mais) de Viamão até nossos dias.

Mais tarde, por volta de 1815, seu filho, Simão de Fraga, nascido na Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades em Santa Catarina em 1754, e falecido em Viamão em 1858 aos 104 anos de idade (VIEIRA; ROCHA, 217), adquiriu as datas de terras dos açorianos da Freguesia de Santa Ana do Morro Grande.

As datas de terras adquiridas por Simão foram as de números 46, 47, 48, 49 e 50, (COSTA, 2012).

A família Fraga alastrou-se entre Boa Vista, Águas Claras e Itapuã, assim como em toda a zona urbana, atualmente. Simão teve muitos fi-

lhos, entre eles o Cel. Tristão José de Fraga, nascido em Itapuã em 1816, Coronel da Guarda Nacional, fundador de lojas maçônicas e que foi o 1º Intendente de Viamão, após a proclamação da República.

Relatos de familiares mais antigos, entre os quais os que este autor ouvia de sua avó materna Celina Cardoso de Fraga, davam conta que Simão migrou de Laguna para Viamão, em uma embarcação com sementes e ferramentas, trazendo seu filho Manoel José da Silva Fraga, que tinha então dois anos de idade, dentro de um jacá. Manoel José, nascido em 1813 (VIEIRA; ROCHA, 2017) teve 19 filhos em duas núpcias, a primeira com Ana Joaquina de Oliveira e a segunda com Maria de Souza Feijó (a Maruca). O autor deste artigo é seu trineto materno por parte do avô, e tetraneto materno por parte da avó, uma vez que era comum o casamento entre primos, naquelas comunidades.

Assim, a família Fraga, embora não tenha chegado originariamente na Freguesia de Santa Ana do Morro Grande, por ter origem açoriana e ter adquirido datas de terras originárias, incorporou a mesma cultura. Contam algumas narrativas populares no meio rural de Viamão, que houve a dedicação desta família, com afinco, à produção de farinha de mandioca na região, a ponto de praticamente exaurir a terra.

Figura 2 – Folclore gaúcho-açoriano em Viamão: Capela de Nossa Senhora da Conceição e Grupo de Música Folclórica Gaúcha Os Atávicos

Fonte: acervo do autor. Foto de Paulo Lilja.

A Capela da Figura 2 é a segunda mais antiga do Rio Grande do Sul, tendo sido iniciada sua construção em 1741. Na imagem, feita no ano de 2017, pode-se observar o Grupo de Música Folclórica Gaúcha “Os

Atávicos" (Chamurro, Laerte, Ismael, Daniel, Giovanna, Odilon, Ricardo e Marco) que, naquele ano, gravou um extrato de Terno de Reis (de tradição açoriana), com versos coletados por J. C. Paixão Cortes, do folclore regional. Esta mistura de um folclore regional com o folclore açoriano é também uma característica do processo de colonização da região.

Conclusão

Ao finalizar o presente artigo em que me apresento como um interessado em preservar a identidade, os costumes e as memórias dos açorianos que colonizaram a Freguesia de Santa Ana do Morro Grande, em Viamão, um dos primeiros núcleos povoadores do Rio Grande do Sul, a conclusão é de que o tema é um campo aberto a novos estudos. Isto porque é um desafio encontrar vestígios materiais a respeito de tal Freguesia, existindo até hoje disponíveis os documentos genealógicos e alguns estudos acadêmicos que muito contribuem para o que se observou até aqui. Não obstante a isso, a região teve uma sequência de povoamento através de outras famílias de origem açoriana que até hoje se mantêm na região, preservando diversos costumes dos povos de além-mar. Minha pesquisa, embora particularizada em muitos aspectos, como a construção da árvore genealógica, tem a intenção também de colaborar e interagir com o todo. Cabe aos estudiosos e interessados o aprofundamento do assunto e a busca de novos conhecimentos, os quais serão de grande valia para a memória de nosso Estado.

Referencias

BARROSO, Vera Lucia Maciel (Org.). *Açorianos no Brasil:* História, Memória, Genealogia e Historiografia. Porto Alegre: EST, 2002.

COSTA, Maria Fraga Dornelles da. *Viamão:* berço da colonização gaúcha. Porto Alegre: Alcance, 1991

COSTA, Maria Fraga Dornelles da. *Os Fraga:* saga de uma família. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

GONZÁLES, Leonardo Sosa. *Estudos sobre a imigração açoriana no extremo sul da América portuguesa na segunda metade do século XVIII*: limites e possíbilidades à pesquisa histórica. 2009. 35 f. TCC (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/21105. Acesso em: 20 mar. 2023.

LÓPEZ, Mariza.*Viamão:* Arquitetura Barroco Colonial. Porto Alegre: Libretos, 2022.

MASSULO, Luciano da Costa. A Colonização Açoriana do Morro Grande. In: VIEIRA, Eliane Guimarães; ROCHA, Jaime de Abreu. *Genealogia das Famílias Viamonenses*: Famílias Cardoso da Silva e Vieira Aguiar. Viamão: Evangraf, 2015, v. 1, p. 15-17.

ORTIZ, Vitor. *As Sesmarias da Fazenda da Boa Vista:* terra e herança nos campos de Viamão (1735-1813). 2018. 63 f. TCC (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/189001/001085432.pdf?sequence=1&isA. Acesso em: 06 abr. 2023.

PIAZZA, Walter F. *A epopéia açórico-madeirense:* 1746-1756**.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992..

QUEVEDO, Julio; RIBEIRO, Paula Simon; SANCHOTENE, Rogério. *Viamão:* Tradição e Identidade. Viamão: Nova Dimensão, 1988.

VIEIRA, Eliane Guimarães; ROCHA, Jaime de Abreu. *Genealogia das Familias Viamonenses:* Famílias Cardoso da Silva e Vieira Aguiar. Viamão: Evangraf, 2015, v.1..

VIEIRA, Eliane Guimarães; ROCHA, Jaime de Abreu. *Genealogia das Familias Viamonenses:* famílias Abreu e Fraga. Viamão: Evangraf, 2017, v. 2.

Sites

www.familysearch.org Site mantido por “A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ÚLTIMOS DIAS”. Acesso em 31/03/2023, às 11h10min.

www.https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_de_Brito_Peixoto. Acesso em 31/03/2023, às 11h07.

FAMÍLIAS AÇORIANAS EM SAN CARLOS (URUGUAI) E JAGUARÃO (BRASIL)

Letícia Vieira Braga da Rosa[1]

Introdução

O edital de 1746, de D. João V, rei de Portugal, marca o começo do programa de colonização do Brasil Meridional com moradores do Arquipélago dos Açores, enviados para povoar a região de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro.

Com a invasão espanhola de 1763, cerca de 90 famílias de imigrantes, que se encontravam arranchadas ao redor da vila do Rio Grande, ainda à espera de terras, não conseguiram fugir. Após a tomada da vila pelos espanhóis, esse grupo foi transportado para a região de Maldonado, no território espanhol, com o propósito de formar um povoado, tornando-se os "pobladores fundadores" da vila de San Carlos.[2] Após a assinatura do Tratado Preliminar de Santo Ildefonso, de 1 de outubro de 1777, muitas dessas famílias solicitaram indulto para retornar ao território português, sendo uma parte enviada para ocupar as terras ao sul do rio Piratini.

Durante a demarcação dos limites do Tratado, a região entre os rios Piratini e Jaguarão foi alvo de disputa entre portugueses e espanhóis, devido à divergência quanto aos marcos para estabelecer a fronteira, gerando uma área de jurisdição indecisa, que não deveria ser ocupada por nenhuma das partes em conflito. A partir de 1789, mesmo sem ter havido um acordo entre as duas coroas ibéricas, muitos açorianos vindos de San Carlos foram enviados pelo governo português para essa zona em litígio, que acabou originando a freguesia do Espírito Santo do Serrito no Jaguarão, que compreendia os atuais municípios de Jaguarão, Arroio Grande, Pedro Osório, Pedras Altas e Herval.

1 Doutora em Processos e Manifestações Culturais, professora da Universidade Feevale, Novo Hamburgo, RS.

2 Atualmente San Carlos é um município do departamento de Maldonado, localizado no país vizinho, o Uruguai.

Ao estudar as origens de Jaguarão, Sérgio da Costa Franco (1980) aponta que, apesar de concentrar uma população de procedência diversa, a freguesia teve forte influência açoriana em sua composição, destacando a presença da população que havia retornado dos domínios espanhóis após a reconquista do Rio Grande. Sobre esse retorno dos açorianos de San Carlos e seu estabelecimento na região de Jaguarão, Moacyr Domingues (In: BARROSO, 1997, p. 32) observa: "não vimos assinalado por nossos historiadores, está a merecer cuidadoso estudo".

Esta investigação tem como objetivo identificar as famílias açorianas que povoaram San Carlos e, após regressar ao território português, foram assentadas na região ao sul do Piratini, dando origem à freguesia do Espírito Santo do Serrito no Jaguarão.

Para validar as diversas fontes que a pesquisa busca alinhar utilizou-se a Estratégia de Triangulação Múltipla, de Denzin (2009), a fim de alcançar a organização dos dados referentes aos diversos territórios envolvidos – Açores, Portugal, Espanha, Brasil, Uruguai e Argentina. Dessa forma, para identificar as famílias açoriano-carolinas que participaram das origens de Jaguarão, foram comparadas as seguintes fontes documentais:

(1) Relação de famílias enviadas para a região de Maldonado[3];
(2) Censo de 1764 realizado em San Carlos;
(3) Memoriais das famílias que solicitaram regresso ao território português[4];
(4) Relação de 1780, informando o gado que os prisioneiros portugueses trouxeram e deixaram nos domínios de Espanha[5];

3 Biblioteca Nacional Digital - Divisão de Manuscritos. BÖHN, João Henriques. [Correspondência passiva referente às lutas entre portugueses e espanhóis]. 1775-1779. Doc. 62 e 63, p. 184 a 193. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1458310/mss1458310.html Acesso em: 8 nov. 2022.

4 AHU_ACL_CU_017, Cx. 108\Doc. 9042. Projeto Resgate - Rio de Janeiro Avulsos (1614-1830). Ofício do [vice-rei do estado do Brasil] marques de Lavradio ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, sobre a entrega de prisioneiros portugueses que estavam na posse dos castelhanos, de 20 de outubro de 1778. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/017_RJ_AV/68824. Acesso em: 22 jan. 2022.

AGNA. Sala IX, División Colonia, Legajo 21-5-1. Limites España y Portugal. Conflictos territoriales en el Río de la Plata 1776-1782. Memoriales de los vecinos portugueses de Pueblo Nuevo y Maldonado, que pretenden retirarse a los dominios de su soberano em virtud de los tratados de paz. Agradeço à Raquel Domínguez de Minetti a disponibilização do referido documento em formato digital.

5 BN Digital - 09,04,09. Correspondência com o Governo do Continente do Rio Grande desde 17 de janeiro de 1780 até 30 de dezembro do mesmo ano. XLV: Mapa de 13 de setembro de 1780. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1426702/mss1426702.pdf. Acesso em: 5 jul. 2022.

(5) Relação de moradores que têm campos na freguesia de Rio Grande, de 1786[6];
(6) Lista de criadores que requereram marcas de gado ao sul do Piratini em 1807[7];
(7) Registros eclesiais de Rio Grande, San Carlos e Maldonado;
(8) Testamentos e inventários *post mortem*, realizados pelas famílias analisadas.

Tendo em vista que a Freguesia do Espírito Santo do Serrito no Jaguarão foi criada apenas em 1812, as bases de consulta que forneceram indícios sobre as famílias açorianas nas origens de Jaguarão foram os registros de batismo, casamento e óbito lançados nos livros eclesiais da Matriz de São Pedro do Rio Grande, que indicam os locais onde haviam sido efetuados tais sacramentos.

Os livros da Matriz anotam os oratórios da região que, posteriormente, vão dar origem à freguesia do Espírito Santo do Serrito no Jaguarão: Oratório da Guarda da Lagoa; Oratório de Nossa Senhora do Livramento ou do Pe. Felisberto de Faria Santos; Oratório de Nossa Senhora da Conceição da Guarda do Serrito; Oratório de Nossa Senhora do Amparo da Estância de Vicente Ferreira, no Serrito ou Oratório de Nossa Senhora do Amparo e São Vicente do Serrito; Oratório das Bretanhas; Oratório do Arroio Grande ou do Pe. Francisco Miguel Peres; Oratório de Nossa Senhora da Conceição do Arroio Grande da Fazenda de Manuel Jerônimo; Oratório do Chasqueiro ou de João Baptista Gomes no Arroio Chasqueiro; Oratório de Santa Bárbara ou do Arroio da Palma ou do Pe. Feliciano Antônio de Almeida Pereira; Oratório do Pe. Antônio Martins Vieira, pelas bandas do Erval; Oratório de São João Baptista da Guarda Velha do Erval ou do Pe. João Severino da Silveira ou Capela da Guarda do Herval.

A exploração das fontes primárias foi associada à consulta de pesquisas preexistentes, em especial o trabalho de reconstituição de paróquias dos Açores desenvolvido pela Profª Drª Maria Norberta Amorim, que busca acompanhar, em encadeamento genealógico, a história de

6 AN - BR RJANRIO 86.COD.0.104, v. 08. Relação de moradores da freguesia de São Pedro do Rio Grande, 1786. Agradeço à Rachel dos Santos Marques a disponibilização do referido documento em formato digital.
7 A lista foi transcrita pelo historiador Paulo Xavier e publicada com o título "Fronteiras do Piratini", no Suplemento Rural do jornal Correio do Povo de 24 de novembro de 1978. Posteriormente, foi apresentada por Sérgio da Costa Franco, no livro Origens de Jaguarão. XAVIER, Paulo. Fronteiras do Pensamento. Suplemento Rural do Correio do Povo, 24 nov. 1978. Apud: FRANCO, 1980, p. 34-35.

vida de cada indivíduo. Tais dados, disponíveis online no Repositório Genealógico dos Açores,[8] forneceram informações sobre as famílias antes de migrarem dos Açores para o sul do Brasil.

Em território brasileiro, foram consultadas: - a pesquisa realizada por Alda Maria Jaccottet e Raquel Domínguez de Minetti (2018), sobre os açorianos na vila do Rio Grande antes da invasão espanhola, com base nos primeiros livros de registros de batismo, matrimônio e óbito da Matriz de São Pedro; - e a pesquisa realizada por Maria Coleta Dutra da Silveira Almeida Couto, sobre as origens das famílias jaguarenses.[9] Do período que os açorianos estiveram em território espanhol, adotou-se como referência o trabalho de Brenda Pagola (2007), que identifica e reúne as famílias que constituíram San Carlos, bem como a pesquisa de Moacyr Domingues (1994), que faz um levantamento genealógico sobre o mesmo grupo. Dispor dessas bases de dados contribuiu para recriar o percurso de cada família dos Açores até Jaguarão.

Cotejados esses documentos, pôde-se identificar as famílias açorianas que participaram como povoadores fundadores dessas duas freguesias, descobrindo vestígios desse percurso e as dificuldades que enfrentaram em suas múltiplas trajetórias.

Antecedentes do percurso açoriano até San Carlos

Conforme a Provisão Régia de 9 de agosto de 1747 (In: ARCHIVO..., 1878, p. 377), o destino dos açorianos enviados para o Rio Grande de São Pedro era povoar a região sul até o Serro de São Miguel, no Chuí, de modo a demarcar uma linha divisória entre os domínios portugueses e espanhóis. Entretanto, com a assinatura do Tratado de Madrid em 1750, Portugal decidiu enviar os Casais para a região das Missões. A resolução de enviar os açorianos para as Missões é referenciada na correspondência do governador de Santa Catarina Manuel Escudeiro Ferreira de Sousa, em que informa o envio para a vila do Rio Grande dos casais

8 Sediado no Centro de Estudos do Patrimônio da Casa de Sarmento, Unidade da Universidade do Minho, o Repositório Genealógico (PORGENER - Portuguese Genealogical Repository) é uma plataforma que integra diferentes bases de dados e registros paroquiais de domínio público, aplicando técnicas de cruzamento de informações para completar trajetórias de vida e ligações geracionais. Disponível em: https://porgener.csarmento.uminho.pt/; http://www.genealog.uminho.pt/Acores.htm.

9 O Núcleo de Genealogia Alda Maria Jaccottet do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas, contém o acervo dessa genealogista, obras de Raquel Domínguez e o acervo de Maria Coleta Dutra da Silveira Almeida Couto.

que chegavam, para que "passassem a povoar as Missões."[10] Mas, com o fracasso do Tratado de Madrid, parte desse contingente açoriano ficou sem destino definido e, em 1761, encontrava-se espalhado ao redor da vila do Rio Grande, quando ressurgiu o estado de guerra entre Portugal e Espanha.[11]

Em abril de 1763, após conquistar a Colônia do Sacramento, o exército de D. Pedro Cevallos, governador de Buenos Aires, avançou em direção à vila do Rio Grande. Esse fato, conhecido como a "Corrida do Rio Grande", levou os açorianos que conseguiram fugir a se dispersar por todo território de Rio Grande de São Pedro, para as regiões de Viamão, Taquari, Porto Alegre, Santo Amaro, Rio Pardo, Mostardas, Estreito e Triunfo.[12]

Em 24 de abril de 1763, as tropas espanholas entraram na vila do Rio Grande, sem encontrar resistência. Nesse mesmo dia, o capitão espanhol D. José Molina escreve a D. Pedro Cevallos, relatando como tomou posse da vila:

> Esta manhã conseguimos entrar neste povo do Rio Grande com os destacamentos que o senhor atribuiu para este fim, sem encontrar resistência alguma, pois o Governador e a tropa daqui marcharam para o outro lado [...] fomos penetrando sem impedimento até o interior da cidade, que se via abandonada pela maioria dos seus moradores, mas ainda havia ficado um grande número de famílias de isleños,[13] que mais tarde reuni [ilegível] em separado. (AGNA, Tomo III, 1941, p. 53-54).[14]

Os mais desprovidos e os que residiam mais afastados do porto, como os que haviam sido instalados na ilha da Torotama, foram os que mais sofreram as consequências da invasão. Muitos desses colonos, "surpreendidos em suas chácaras pelas tropas castelhanas, foram le-

10 AN - BR_RJANRIO_86.COD.0.0106, v.02, fl.18. Secretaria do Estado - Correspondência dos Governadores de Santa Catarina. Carta de Manuel Escudeiro a Diogo de Mendonça Corte Real, 25 de março de 1753. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_86/COD/0/0106_v_02/BR_RJANRIO_86_COD_0_0106_v_02_d0001de0001.pdf. Acesso em: 3 jul. 2021.

11 Por ocasião da Guerra dos Sete Anos, disputa entre Inglaterra e França que, devido a política de alianças estabelecidas, colocou Portugal e Espanha em lados opostos do conflito (ALVES, TORRES, 2016).

12 Depois disso, a sede do governo foi para Viamão, onde também se instalou a Câmara da vila do Rio Grande, com os vereadores que escaparam, mantendo esta denominação até a transferência oficial da capital para Porto Alegre, em julho de 1773 (ALVES; TORRES, 2016).

13 A expressão "isleños" foi mantida em espanhol por ser o modo como os espanhóis chamavam os açorianos.

14 Tradução nossa a partir do texto em espanhol.

vados com suas famílias para a região de Maldonado" (CÉSAR, 1970, p. 170).

Pelo relato das cartas do vice-rei do Brasil, Antônio Álvares da Cunha, em dezembro de 1763 as autoridades portuguesas ainda não sabiam o que havia ocorrido com os moradores que não haviam conseguido escapar. "Depois que os castelhanos se apossaram daquele importante território, tiraram dele todos os portugueses e levaram com eles todos os seus bens, não se sabia para onde."[15]

O transporte para San Carlos

Antes da tomada da vila do Rio Grande não há indícios de que Cevallos tivesse planos de fundar San Carlos. Mas em uma carta do mês anterior, enviada ao secretario de Estado de Índias Julián Manuel de Arriaga, em 26 de fevereiro de 1763, ele relata sua preocupação em fortificar o posto de Maldonado e a necessidade de guarnecer a região com mais pessoas (AGNA, TOMO III, 1941, p. 48).

Pagola (2007, p. 19) cita a dificuldade em conseguir "elemento humano" para povoar e defender a região como um dos motivos que levou Cevallos a criar o povoado. Fajardo (1977[A], p. 208) observa que ter à disposição esse grande contingente de pessoas era um fato incomum naquela época. Há de se considerar, também, segundo Klein (In: FAUSTO, 2000, p. 15), a diferença entre a relação terra e trabalho nos dois continentes: "Na Europa, a terra era cara e a mão-de-obra, barata. Na América, a terra era abundante e estava disponível. Entretanto, a mão-de-obra era escassa; portanto, cara." Deparar-se com um grupo acostumado à agricultura e disposto a criar raízes, era uma grande conveniência, devido às dificuldades de obter mão de obra qualificada em uma região inóspita.

Estrada (2007) destaca o estado de guerra como outro motivo para a resolução de Cevallos de fundar San Carlos, tendo em vista a necessidade de abastecer com trigo e carne as tropas espanholas estacionadas na região. Sobre a questão bélica, Pagola (2007) observa que Cevallos pode ter planejado o povoado como uma forma de controlar aqueles que poderiam ser vistos como inimigos em potencial. Assim, quer parecer

15 AHU_ACL_CU_059, Cx. 7\Doc. 571. Projeto Resgate - Colônia do Sacramento e Rio da Prata (1618-1826). Extrato da correspondência do vice-rei conde da Cunha sobre a entrega e os negócios da Nova Colônia do Sacramento e do Rio Grande de São Pedro, 19 de setembro de 1764. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/012_CSRP/7006. Acesso em: 16 jan. 2022.

que a mesma razão que havia motivado o governo português a transportar os açorianos para o Rio Grande de São Pedro – povoar para garantir a posse da terra – foi utilizada pelos espanhóis, dispondo do mesmo grupo de colonos.

As intenções de Cevallos em relação ao contingente açoriano são conhecidas através da troca de correspondência com seus auxiliares. Em 20 de maio de 1763, ele determina ao capitão Lázaro Mendinueta, da comandância militar de Maldonado, iniciar os preparativos para receber as famílias açorianas, para que ao chegar fossem acomodadas adequadamente e bem tratadas. A carta expressa as primeiras indicações do envio de açorianos para o território espanhol:

> Como vejo bastante trabalhadores aos isleños portugueses que ficaram neste povoado e nos campos da região; permiti que fossem com suas famílias para essas paragens; previno a V.M. que aos que chegarem a essa povoação (Maldonado) vá acomodando em ranchos aí mesmo ou nas imediações, para que fiquem com a maior comodidade possível, até que eu chegue e disponha outras ordens para seu estabelecimento. (CEVALLOS apud PAGOLA, 2007, p. 20).[16]

Ao utilizar a expressão "permiti que fossem" ao invés de "ordenei", Cevallos deixa indícios de que os açorianos estavam dispostos a fazer a viagem (ESTRADA, 2007). A carta de 6 de abril de 1763 enviada a Cevallos pelo Alferes Fulgencio Alagón, comandante de Santa Teresa, confirma essa propensão. A mando de Cevallos, Alagón havia questionado as famílias que passaram por Santa Teresa, e todas, unanimemente, afirmaram que preferiam seguir para Maldonado a ter que voltar ao que haviam deixado em Rio Grande (FAJARDO, 1977[A], p. 211).

Há de se destacar que nem todos foram levados para a região de Maldonado. Um grupo permaneceu nas proximidades da vila do Rio Grande, tendo sido obrigados a sair de suas casas e ir para outros sítios sob domínio espanhol. Nas instruções ao encarregado da conquista de Rio Grande, capitão José de Molina, em 31 de agosto de 1763, Cevallos ordena que algumas famílias fossem distribuídas entre Rio Grande e Santa Teresa, fazendo com que as demais fossem caminhando à nova povoação em Maldonado, ajudando-lhes com gado e os demais auxílios que pudesse (AGNA, Tomo III, 1941, p. 76-77).

16 Tradução nossa a partir do texto em espanhol.

Iniciaram os açorianos um novo percurso migratório, deixando Rio Grande de São Pedro e partindo em direção às terras espanholas, caminhando cerca de 470 km, passando pelo Chuí, Fortes de São Miguel e Santa Teresa até chegar na região de Maldonado. Como não havia estradas, fizeram o caminho sobre o campo, pelo norte, que era a via de acesso utilizada para comunicar a vila do Rio Grande a Montevidéu. O trajeto incluía a travessia de arroios, pântanos e bosques, local de tigres e outros animais selvagens (BORRERO, 1911, p. 811). Além das famílias, com seus pertences móveis e semoventes, Cevallos também enviou para Maldonado, como butim de guerra, cerca de duzentas mil cabeças de gado, que repercutiram no desenvolvimento econômico da região espanhola (FAJARDO, 1977[B]).

O Tenente Piccolomini, que acompanhava o primeiro grupo, reporta a Cevallos o lento transcorrer do percurso. A viagem se alongava ainda mais devido ao peso da carga. As famílias iam caminhando, levando seu gado e seus pertences, enquanto as carretas "carregadíssimas" transportavam móveis, utensílios e ferramentas agrícolas. Tudo isso obrigava uma viagem vagarosa, que podia demorar muitos meses. Apesar da distância, dos perigos, das chuvas muito rigorosas e grandes frios, as "famílias iam contentes", ansiosas por chegar (PICCOLOMINI apud FAJARDO, 1977[A], p. 210).

Embora, inicialmente, na condição de prisioneiros de guerra, a maneira como Cevallos concebe a formação da vila, o modo como a viagem foi realizada e a maneira como foram recebidos e instalados na nova povoação, parece indicar a boa disposição das famílias em aceitar voluntariamente o translado, decidindo-se a empreender nova migração. Há de se considerar também que, embora fossem súditos da coroa portuguesa, nem todos os açorianos se vissem estimulados a oferecer resistência em fidelidade a Portugal, depois de frustradas as promessas reais, preferindo emigrar voluntariamente para o território espanhol como forma de obter as vantagens que os havia levado a migrar para a América.

Tenha sido o translado forçado ou voluntário, a população que não havia fugido da vila do Rio Grande foi dirigida para a região de Maldonado. Na correspondência de 30 de junho de 1763[17] Cevallos determina ao capitão Mendinueta a construção do povoado, onde as famílias, que já iam a caminho, deveriam ser acomodadas. Para que usufruíssem da co-

17 AGNA, Sala IX, División Colonia, Legajo 4-3-5. Portugueses. Conflictos territoriales en el Río de la Plata 1743-1765. Carta de Pedro Cevallos a Lázaro Mendinueta, 30 de junio de 1763.

modidade de ter lenha e água por perto, indicava o local entre os arroios Maldonado Chico e Maldonado Grande, em um terreno elevado, que não fosse sujeito a inundações.

O primeiro grupo chegou em 18 de junho de 1763:

> Participo a V. Exa. que no dia 18 deste mês, chegaram as tropas de carretas e as famílias Isleñas que V. Exa. envia para a Población Nueva, a cargo do Ajudante de Milícias D. Fernando Cosido [...] Amanhã vão todos cortar madeiras e palha para os ranchos que se há de fazer (MENDINUETA apud ESTRADA, 2007, p. 20).[18]

Em 30 de julho de 1763,[19] o capitão Mendinueta, responsável pela recepção e assentamento dos açorianos, informa ao general Cevallos que os isleños haviam começado a trabalhar nas terras, preparando-se para arar. Fajardo (1977[A]) destaca que a preparação do solo para o plantio começou antes mesmo de ter sido concluída a construção das moradias.

As famílias não foram enviadas todas em uma mesma viagem. Pagola (2007, p. 21) relata que os primeiros a chegarem foi um grupo de homens, que iniciaram a levantar os ranchos e preparar a terra. Depois, em um "lento fluir" de meses sucessivos, e até mesmo anos, o grupo foi crescendo e consolidando sua presença na região.

Após esse primeiro grupo, para o qual não se dispõe o número nem o nome dos enviados, um novo grupo de cerca de 40 famílias empreendeu viagem em 8 de julho de 1763 (FAJARDO, 1953, p. 17).[20] Além desses dois primeiros grupos, a correspondência do general João Henriques Böhn[21] relaciona diversas listas de pessoas e famílias que foram conduzidas para a região de Maldonado, entre dezembro de 1763 e novembro de 1765.[22] O quadro abaixo reúne as informações sobre as duas primeiras viagens, que se tem conhecimento a partir da correspondência de Cevallos, e as viagens seguintes, listadas na correspondência de Böhn, embora esses dados não excluam a possiblidade de ter havido outros translados.

---

18 AGNA, Sala IX, División Colonia, Justicia. Legajo 10. Exp. 201 (apud ESTRADA, 2007, p. 20). Tradução nossa do texto em espanhol.

19 AGNA, Sala IX, División Colonia, Legajo 3-6-4. Maldonado. (1763-1765). Carta de Lázaro Mendinueta para Pedro Cevallos, 30 de julio de 1763.

20 AGNA, Sala IX, Justicia. Legajo 10. Exp. 201. (*apud* FAJARDO, 1953, p. 17).

21 Comandante do Exército do Sul, encarregado da missão de retomada do Rio Grande. (ALVES; TORRES, 2016).

22 Biblioteca Nacional Digital - Divisão de Manuscritos. BÖHN, João Henriques. [Correspondência passiva referente às lutas entre portugueses e espanhóis]. 1775-1779. Doc. 62 e 63, p. 184 a 193. Op. cit.

Quadro 1 – Grupos conduzidos da vila do Rio Grande para a região de Maldonado

Descrição	Data da partida	Nº de alistados[23]
Primeiro grupo, a cargo do Tenente Piccolomini	1763	-
[sem identificação]	08/07/1763	40
Grupo conduzido pelo Tenente de Dragões Miguel Vidal	27/12/1763	31
Tropa de carretas conduzida pelo capataz Pedro José Perez	14/04/1764	11
Tropa de carretas conduzida pelo capataz D. Miguel Orellano	22/04/1764	12
[sem identificação]	05/05/1764	5
[sem identificação]	31/05/1764	5
Partida conduzida pelo Alferes de Milícias D. Miguel Gomes	17/10/1764	24
Grupo conduzido pelo Tenente de Milícias D. Gerônimo Romero	28/12/1764	6
Homens conduzidos pelo Alferes de Milícias D. Miguel Gomes	03/03/1765	3
Grupo conduzido pelo Cap. de Dragões Miguel Antônio de Ayala	16/03/1765	20
[sem identificação]	s/d	4
[sem identificação]	03/07/1765	4
[sem identificação]	24/09/1765	6
Enviados do Forte de Santa Teresa, com o Sargento José Escobar	20/11/1765	3

Fonte: elaborado pela autora com base em Estrada (2007), Fajardo (1953, 1977[A]) e Böhn, [S.l.: s.n.].

Apesar de relacionadas na correspondência de Böhn, as listas estão em espanhol e parecem ter como origem o exército de Cevallos. As pessoas remetidas para a região de Maldonado são aí referidas e agrupadas de três diferentes formas: famílias, desertores e prisioneiros. A expressão "famílias" indica o nome dos cabeças de casal, sua naturalidade e o número de pessoas que o acompanham. O termo "desertores" é empregado para designar tanto a totalidade de açorianos e portugueses transportados quanto apenas os soldados e aventureiros paulistas que com-

23 Esses números indicam apenas os chefes de cada família açoriana, além de soldados e aventureiros, desertores e delinquentes enviados para o território espanhol e, portanto, não correspondem ao total de pessoas transportadas.

punham a tropa portuguesa. Já a palavra prisioneiros inclui os soldados e aventureiros rendidos e, também, os soldados desertores espanhóis e aqueles considerados criminosos, que eram enviados para a prisão existente na ilha de Maldonado.[24]

Todas essas listas estão agrupadas com o seguinte título geral: Desertores dos domínios de Portugal remetidos a Maldonado. Aqui, o termo "desertores" abrange o grupo integralmente, mas em algumas listas é utilizado para referir-se apenas aos soldados e aventureiros rendidos. Seja no sentido geral ou restrito, a ênfase na deserção parece ter o propósito de reforçar que a passagem das famílias açorianas para o território espanhol ocorria de modo espontâneo. Esse aspecto é confirmado nos títulos de algumas listas, que também buscam enfatizar o caráter voluntário da partida açoriana, tal como: "Relação das famílias que voluntariamente passam a estabelecer-se no Povo Novo de San Carlos e dos desertores dos domínios de Portugal".

Começava assim um novo capítulo de aventuras e desventuras para esses "Casais d'El Rey", agora sob domínio do monarca espanhol. Curiosamente, as mesmas famílias que haviam visto falhar as promessas da coroa portuguesa, recebiam da coroa espanhola, de quem eram prisioneiras, as condições para se estabelecer na nova povoação: terras para cultivar e criar seu gado, sementes para o cultivo, madeira para a construção de suas casas e carne em abundância para alimentação nos primeiros tempos.

"Los isleños, pobladores fundadores" de San Carlos

Localizada ao sudeste do Uruguai, a região de Maldonado, constituía uma zona de fronteira aberta, lugar de trânsito e tráfico, passagem e refúgio entre o território português e o espanhol.[25] Com sua costa banhada pelo Oceano Atlântico, servia como porto alternativo ao de Montevidéu, onde também aportavam navios de comércio clandestino e piratas (FREGA, 2003).

Considerando que em 6 de abril de 1763 o Alferes Fulgencio Alagón reporta a passagem de famílias por Santa Teresa e em 18 de junho já se encontravam em San Carlos, a primeira viagem deve ter tido a duração de cerca de três meses. Com a chegada desse primeiro grupo, nascia o

24 Localizada a 2km da península de Punta del Este, Maldonado. Atualmente é denominada "Isla Gorriti".
25 A extensão da região de Maldonado correspondia aos atuais departamentos de Maldonado, Rocha e parte de Lavalleja, no Uruguai (FREGA, 2003).

"Pueblo de San Carlos",[26] formado por moradores que, paradoxalmente, eram súditos originários de um Estado rival.

Apesar do nome oficial, em suas origens a vila ficou conhecida como "Pueblo de los isleños", em alusão à origem de seus moradores, ou "Pueblo Nuevo", em decorrência de já existir na região uma povoação junto ao posto militar de San Fernando de Maldonado.[27] Pela relação de famílias que foram transladadas em 27 de dezembro de 1763[28] tem-se a confirmação de que o topônimo já havia sido determinado, desde os primeiros tempos, pois consta que partiram da vila do Rio Grande para estabelecer-se no "Nuevo Pueblo de San Carlos".

O fornecimento de grãos de trigo para o plantio, enviados por Cevallos em 19 de maio de 1764, dá origem a um documento histórico importante para se conhecer as famílias carolinas. Para repartir essas sementes foi realizado um censo dos moradores, que atesta a existência de 130 agricultores que, com suas famílias, totalizavam 531 pessoas (PAGOLA, 2007). A lista aponta o nome de cada agricultor, traduzido ao espanhol e, entre parênteses, o número de filhos solteiros. Essa modificação dos nomes, traduzidos do português ao espanhol, marca a mudança de "Casais do Número" para "Pobladores Fundadores de San Carlos".

Poucos anos depois de instalados na região, os açorianos superaram a riqueza dos vizinhos de Maldonado, obtendo sucesso com suas indústrias e colhendo em abundância. A vila se transformou em celeiro da região, passando seus moradores a viver tempos de fartura. Assunção (1978, p. 191) atribui o sucesso agroindustrial de San Carlos ao fato de ter sido povoada por um grupo com tradição na agricultura, promovendo o plantio de trigo e linho cânhamo, indústrias de leite e queijo, vinhas e fruticultura abundante.

Conforme foram obtendo maior prosperidade, passando de agricultores a comerciantes e, inclusive, estabelecendo pequenas indústrias, a busca por autonomia dos açorianos foi aumentando. Mas, mesmo tendo sido fundada como vila, San Carlos havia ficado subordinada ao comando militar da vila de Maldonado, devido à nacionalidade de seus povoadores.

---

26 O nome San Carlos foi escolhido por Cevallos em homenagem a Carlos III, então rei da Espanha.

27 Vizinha de San Carlos e a uma distância de 12km, a vila de San Fernando de Maldonado recebe esse nome em homenagem ao Rei Fernando VI da Espanha, e ao tenente Francisco Maldonado, que em 1530 navegou pela região. Apesar do nome composto, geralmente é nominada apenas como Maldonado.

28 Biblioteca Nacional Digital - Divisão de Manuscritos. BÖHN, João Henriques. [Correspondência passiva referente as lutas entre portugueses e espanhóis]. [S.l.: s.n.], 1775-1779. Doc. 62, p. 187. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1458310/mss1458310.html#page/4/mode/2up. Acesso em: 8 nov. 2022.

Segundo a legislação espanhola, o título de "vila" implicava um centro de governo autônomo e a possibilidade de responder diretamente ao governo espanhol estabelecido em Buenos Aires. Entretanto, San Carlos tinha seu comandante, Fernando de Cossio, submisso à autoridade do comandante de Maldonado, Lucas Infante. Com essa medida, embora de modo dissimulado, os açorianos permaneceram subjugados e observados com desconfiança, por serem antigos súditos de Portugal (PAGOLA, 2007, p. 22).

Por muito tempo, a vida dos açorianos transcorreu sob o impacto de disputas e contrariedades, derivadas dos excessos, suspeição, falta de prudência e até inveja por parte da comandância de Maldonado, gerando ressentimento e revolta dos carolinos frente às arbitrariedades sofridas (ESTRADA, 2007). A todo o instante eram requeridos a auxiliar como mão de obra em situações das mais diversas. Entre essas funções estava o compromisso de fornecer carretas e gado para o transporte de mercadorias entre Maldonado e Rio Grande. Essas viagens de longa distância danificavam seus veículos de transporte e obrigava-os a abandonar seus trabalhos no campo, atrasando suas atividades de produção.

Segundo Queiroz (1985, p. 207), empregar-se nesse serviço não era de interesse dos açorianos e "embora houvesse algum ganho assegurado nessas empreitadas, os custos e perdas que ocasionavam, e o fato de os levarem a afastar-se de suas casas durante longos períodos, deixava-os desanimados, e alguns com ideia de se retirar ao fim do primeiro decênio." Fajardo (1997, p. 83) conclui: "a verdade é que San Carlos, aos seis anos de sua formação, queria escapar da autoridade excessiva do comandante militar de Maldonado".[29]

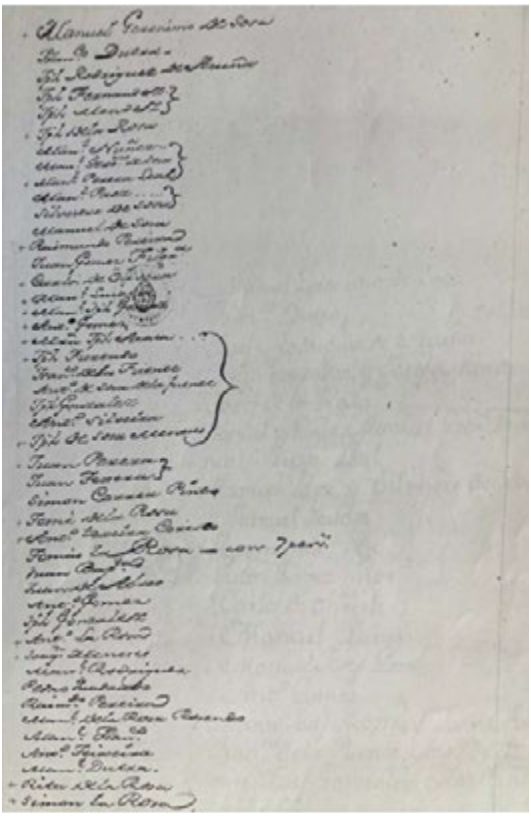
A alteração das circunstâncias políticas ocorreu em 1776, quando a vila do Rio Grande foi retomada pelos portugueses. No ano seguinte, um novo acordo alterava as linhas de fronteira. Assinado em 1 de outubro de 1777, o Tratado Preliminar de Santo Ildefonso determinava que as terras do Rio Grande de São Pedro, que estavam em poder da Espanha, deveriam voltar a pertencer a Portugal. Com isso, muitas famílias açorianas optaram por retornar ao território português. Em 1778, os moradores de San Carlos e Maldonado realizavam uma dupla petição aos reis da Espanha e de Portugal, solicitando permissão para vender suas propriedades e regressar ao Rio Grande de São Pedro.[30]

29 Tradução nossa do texto em espanhol.
30 AHU_ACL_CU_017, Cx. 108\Doc. 9042. Op. cit.
AGNA. Sala IX, División Colonia, Legajo 21-5-1. Op. cit.

O regresso ao território português

Durante o tempo em que os açorianos haviam permanecido em San Carlos, um entendimento entre as duas coroas foi sendo elaborado, o que culminou no estabelecimento do Tratado Preliminar de Santo Ildefonso. Entre as negociações diplomáticas decorrentes desse acordo, estava o indulto de Portugal aos açorianos moradores de San Carlos e Maldonado, aceitando seu regresso; e, a liberação por parte da Espanha, consentindo com a sua partida. A figura, a seguir, apresenta a relação dos cabeças de casal que solicitaram ao vice-rei de Buenos Aires Juan José de Vertiz permissão para regressar ao território português.

Figura 1 – Memoriales de los vecinos portugueses de Pueblo Nuevo y Maldonado, que pretenden retirarse a los dominios de su soberano em virtud de los tratados de paz[31]



Fonte: fac-simile do documento.

31 AGNA. Sala IX, División Colonia, Legajo 21-5-1. Op. Cit.

Semelhante foi o Memorial[32] enviado ao vice-rei do Brasil Marques de Lavradio, pelo coronel Vicente José Velasco Molina, encarregado por Portugal para tratar da reposição de prisioneiros e posses tomados pelos espanhóis em 1763. Além desse primeiro memorial, Molina afirma ter recebido outros mais, certificando que todos, unanimemente, pretendiam regressar: "Requeri por memoriais a reposição dos colonos do Rio Grande, prisioneiros de 62 e hoje povoadores do novo Maldonado".[33] Entretanto, o vice-rei de Buenos Aires negava-se em consentir que os açorianos casados com naturais do território espanhol levassem consigo a família. "Me neguei a consentir com isso, considerando a despovoação que causaria este permisso e o inconveniente que resultava passar a um domínio estranho muitos que se haviam nascido vassalos del Rey".[34] Esse fato, ter cônjuge de origem espanhola, parece ter impedido o retorno de parte das famílias, fazendo com que permanecessem na região de Maldonado.

O informe realizado pelo comissário Molina aponta ainda outra dificuldade, relatando estar "inteiramente embaraçado o negócio de se transportarem aos domínios portugueses as famílias prisioneiras no novo Povo de São Carlos, levando consigo os gados que lhes pertenciam, na conformidade do Art. 7º. do Tratado Preliminar".[35] Ocorre que as autoridades espanholas não queriam permitir que fosse retirada de seu território "tão considerável quantidade do mesmo gado" (Ibid.). Na carta de 24 de setembro de 1778,[36] Molina descreve ao vice-rei do Brasil a resistência dos espanhóis em aceitar "o regresso de todos os que a esta cidade se recolhem, pela utilidade que resulta da conhecida indústria dos ditos portugueses".

Molina adverte ser necessário trabalhar fortemente para o regresso das famílias portuguesas prisioneiras. Ficou então acordado que cada família poderia levar cinco juntas de bois, um carro próprio para o transporte e três cavalos para cada indivíduo.

32 AHU_ACL_CU_017, Cx. 108\Doc. 9042. Op. cit.
33 AHU_ACL_CU_059, Cx. 1\Doc. 3 (1). Projeto Resgate - Colônia do Sacramento e Rio da Prata (1618-1826). Ofício do comissário Vicente José Velasco Molina, de 24 de setembro de 1778. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/012_csrp/7. Acesso em: 15 jan. 2022.
34 AHU_ACL_CU_059, Cx. 1\Doc. 9. Projeto Resgate - Colônia do Sacramento e Rio da Prata (1618-1826). Carta do vice-rei de Buenos Aires, Juan José de Vertiz a José de Galvez, de 29 de abril de 1780. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/012_csrp/36. Acesso em: 21 jan. 2022. – Tradução nossa do texto em espanhol.
35 AHU_ACL_CU_059, Cx. 3\Doc. 214 (1). Projeto Resgate - Colônia do Sacramento e Rio da Prata (1618-1826). Ofício (extrato) sobre as famílias portuguesas prisioneiras no Novo Povo de São Carlos. 1 de março de 1780. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/012_CSRP/1961. Acesso em: 14 jan. 2022.
36 AHU_ACL_CU_059, Cx. 1\Doc. 3 (1). Op. cit.

Atente-se aos termos por ele empregados em seu informe ao Vice-rei do Brasil: "prisioneiros e famílias [...] povoadores portugueses"; "famílias prisioneiras", "prisioneiros de 62". Ao se referir ao grupo como portugueses, sem identificar que eram provenientes das ilhas, a intenção parece ser a de reforçar a ligação com Portugal, evitando desconfianças quanto à lealdade açoriana.

Essas mesmas expressões são utilizadas pelos açorianos, no memorial enviado a Molina:

> As famílias assistentes no novo Povo de São Carlos prisioneiros no Rio Grande no ano de 62, posta na presença de V. Exa. com a devida atenção dizem, que em respeito ao geral compromisso, que se há concedido a todos os indivíduos da Nação Portuguesa para passarem aos Domínios de Sua Majestade Fidelíssima, conforme aos Tratados Preliminares entre suas Majestades Católicas e Fidelíssima, pretendem os suplicantes regressar os referidos aos Domínios de Sua Majestade Fidelíssima, levando dos bens que possuem tão somente um carro e cinco juntas de bois cada família, e três cavalos cada um indivíduo, para se transportarem com seus móveis domésticos. Portanto, suplicam a V. Exa. se digne conceder-lhes a licença que pedem, em atenção ao referido indulto. (AMARAL; JACCOTTET. In: BARROSO, 2002, p. 226).

Importa assinalar a forma como o próprio grupo se denominava: "famílias assistentes no povo novo de San Carlos prisioneiros no Rio Grande". Ao apresentarem-se de forma coletiva, sob o título de famílias, e famílias prisioneiras, afastavam a possibilidade de serem considerados pelas autoridades portuguesas como traidores ou desertores, colocando-se na condição de vítimas da guerra. Esse aspecto era importante, visto que Agostinho Félix Santos Capelo, responsável pela "Devassa sobre a entrega da Vila do Rio Grande às tropas castelhanas", havia levantado suspeitas sobre a atuação do grupo em 1763, relatando que "alguns ilhéus se passaram aos inimigos".[37] Essa também era a visão do governador do Rio Grande de São Pedro, José Marcelino Figueiredo, que na retomada da vila do Rio Grande, referia-se aos que haviam ficado sob domínio espanhol como "ilhéus rebelados que já quiseram ficar com os castelhanos na invasão passada." (MONTEIRO, 1979, p. 380).

37 AHU_ACL_CU_017, Cx. 72\Doc. 6575 (1), p. 3. Projeto Resgate - Rio de Janeiro (Avulsos). Carta de Agostinho Félix Santos Capelo ao conde da Cunha, de 13 de julho de 1764. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/017_RJ_AV/50312. Acesso em: 9 dez. 2022.

Ressalta-se também a locução "prisioneiros de 62" que traz como referência a data do começo do conflito entre Portugal e Espanha, muito embora a invasão da vila do Rio Grande pelos espanhóis e o envio dos açorianos para San Carlos só tenham ocorrido em 1763.

Assim, ao requerer o indulto a Portugal e a liberação de partida a Espanha, reforçavam os açorianos a condição da migração compulsória. Com isso, procuravam evitar, também, serem vistos com suspeição devido ao tempo transcorrido habitando no território espanhol.

Considerando as configurações político-econômicas e as questões diplomáticas postuladas pelas estratégias de poder das duas coroas ibéricas, buscaram os açorianos utilizar um discurso defensivo, diante dos enfrentamentos a que estavam circunscritos. Do ponto de vista político-diplomático, para fins do indulto e termo de juramento de fidelidade a Portugal, eram prisioneiros; do ponto de vista econômico, eram criadores e lavradores barganhando o preço de seus bens com a Espanha, e ainda à espera das terras prometidas por Portugal pelo Edital de 1746. (ROSA, 2023).

A tática parece ter surtido resultado, pois em 20 de novembro de 1778, o vice-rei Marquês de Lavradio ordenou Molina a instar pela liberdade de todos os portugueses:

> [...] V. Sa. requererá todos estes indivíduos como já livres, fazendo-lhes saber a eles que não são já prisioneiros, porque depois que os Príncipes assim o declararam, e cada um se deu o direito que tinha nos mesmos prisioneiros, eles são já todos livres, senhores da sua liberdade. E, que depois de a terem, eles caem na infâmia de traidores logo que escolhem ser vassalos de outro soberano. E ainda que os Príncipes, no Tratado, dão a liberdade aos seus vassalos que foram prisioneiros de ficarem os que quiserem livre e voluntariamente nos domínios do Príncipe onde foram aprisionados, que está bem entendido, que isto é supondo, não haverá nenhum que seja tão indigno, que cometa esta infâmia, a qual para os portugueses seria tanto mais vergonhosa, não só depois da crueldade e tiranias que têm experimentado, mas muito mais vendo que, sendo por mim os prisioneiros castelhanos tratados na maior abundância e piedade, nenhum só tem querido ficar sendo vassalo de Portugal.[38]

38 AHU_ACL_CU_017, Cx. 108\Doc. 9059 (1), p. 5. Projeto Resgate - Rio de Janeiro (Avulsos). Carta do vice-rei Marques de Lavradio ao comissário Vicente José Velasco Molina, de 20 de novembro de 1778. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/017_RJ_AV/68965. Acesso em: 15 jan. 2022.

O Vice-rei ainda se comprometia em deixar as famílias estabelecerem-se onde quisessem, fosse na vila do Rio Grande ou na terra firme de Santa Catarina, fazendo novas promessas de acomodação e advertindo quanto às propostas que pudessem ter sido feitas pelos espanhóis: "Podem estar certos, que todos aqueles cômodos para que eu lhes poder concorrer, o hei de fazer com muito gosto e a eles lhes há de ser muito maior utilidade que toda a que lhe proporem os castelhanos" (Ibid).

Esses documentos assinalam que o retorno dos açorianos do San Carlos para o Rio Grande de São Pedro não ocorreu de forma unilateral ou como fruto de ações e decisões individuais, mas em decorrência do que havia sido acordado no Tratado Preliminar de Santo Ildefonso. As tratativas descritas também demonstram o interesse e engajamento da coroa portuguesa em repatriar os açorianos para o território português.

Na primeira expedição de retorno, quando um grupo já estava a caminho de Rio Grande, as famílias foram interceptadas pelas guardas espanholas, que lhes confiscaram todo o gado e os cavalos.[39] Ao reclamar sobre o não cumprimento do acordo, a resposta foi que poderiam vender os animais, mas não teriam permissão para exportá-los. Os espanhóis alegavam que, como os indultados pretendiam levar consigo grandes porções de gado, cavalos e bens que não haviam trazido da vila do Rio Grande, mas adquiridos durante a permanência nos domínios espanhóis, só lhes seria permitido vender a esses bens de raiz.[40]

Essa solução não era conveniente para os açorianos, pois temiam não obter um preço justo pela venda dos animais. Nessas circunstâncias, alegavam os emissários portugueses, que isso valia "o mesmo que uma proibição às referidas famílias de se transportarem aos domínios portugueses, devendo preferir ficarem em Espanha com os bens que possuem, em lugar de se restituírem a Portugal pobres e miseráveis."[41]

Apesar dessas contendas, a grande maioria das famílias resolveu partir. A carta do vice-rei de Buenos Aires, Juan José de Vertiz, de 29 de

39 AHU_ACL_CU_017, Cx. 113\Doc. 9339. Projeto Resgate - Rio de Janeiro (Avulsos). Ofício do vice-rei Luís Vasconcelos e Sousa ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, sobre os prisioneiros portugueses do novo Maldonado poderem trazer todo o gado que lhes pertence para o território brasileiro, de 26 de julho de 1780. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/017_RJ_AV/71084. Acesso em: 15 jan. 2022.

40 AHU_ACL_CU_017, Cx. 109\Doc. 9093 (1). Projeto Resgate - Rio de Janeiro (Avulsos). Carta de Juan José Vertiz a Vicente José Velasco Molina, de 2 de janeiro de 1779. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/017_RJ_AV/69272. Acesso em: 15 jan. 2022.

41 AHU_ACL_CU_059, Cx. 3\Doc. 214 (1). Op. cit.

abril de 1780,[42] informa sobre os vassalos da coroa portuguesa que se achavam nos domínios espanhóis na América, desde 1762, e que foram repatriados. Especificamente sobre o povo de San Carlos, afirma que quase todos os seus habitantes foram restituídos a Portugal.

O regresso das famílias para a vila do Rio Grande em 1778 deixou a povoação carolina com um aspecto desolador. Os moradores que haviam permanecido em San Carlos tiveram que ir para o campo, para atender os estabelecimentos, chácaras e estâncias deixadas pelos que partiram, o que demandou, também, uma nova repartição de terras (FAJARDO, 1953).

Das 130 famílias açorianas que de acordo com o censo de 1764 totalizavam 531 pessoas, restavam 150 a 200 habitantes no ano de 1784. Essa informação é fornecida por Fernando Borrero, ao passar pela região para fazer a demarcação dos limites espanhóis: "San Carlos está quase despovoada; seu número de habitantes quando mais é de 150 a 200 pessoas, entre espanhóis e portugueses" (BORRERO, 1991, p. 811).[43]

O assentamento na região de Jaguarão

Após seu retorno a terras portuguesas, as famílias carolinas foram instaladas provisoriamente em Rio Grande, à espera das terras definitivas. Além das tratativas dos emissários portugueses responsáveis pelo regresso das famílias indultadas, as negociações do Tratado Preliminar de Santo Ildefonso tiveram como foco principal a discussão a respeito da demarcação da área de domínio e possessão das duas coroas, a fim de "evitar outro motivo de discórdia entre as duas monarquias" (TRATADO..., 1777, p. 9).

A Comissão de demarcadores responsável por estabelecer a Linha Divisória acampou na margem do Rio Piratini, sendo ali instalada uma Guarda militar portuguesa, a Guarda do Posto no "Passo do Acampamento". Nesse local, em 6 de julho de 1789, foi constituído um novo assentamento, com parte das famílias vindas de San Carlos, que receberam datas de terras na margem direita do Rio Piratini Mirim.[44]

Em seus artigos V e VI, o Tratado delimitava uma área neutra ao longo da fronteira entre Portugal e Espanha, chamada Campos Neutrais.

42 AHU_ACL_CU_059, Cx. 1\Doc. 9. Op. cit.
43 Tradução nossa do texto em espanhol.
44 Esse acampamento é a origem da cidade de Piratini.

Nessa faixa de terra, entre as duas áreas coloniais, ficava proibido ocupação, povoamento, comércio ou edificação. Além dos Campos Neutrais, o artigo XIX também estabelecia como território neutro qualquer ponto em que houvesse discordância entre os dois lados quanto à fixação dos limites, ficando suspensa a ocupação dessas terras até que fosse feito o ajuste entre as cortes.

Esse foi o caso da região ao sul do Rio Piratini até o Rio Jaguarão, que abrange os atuais municípios de Arroio Grande, Pedro Osório, Herval, Pedras Altas e Jaguarão. O acordo situava essa área "dentro das raias espanholas" (FRANCO, 1980, p. 9), conforme o artigo IV:

> [...] pela parte do Continente irá a linha desde as margens da dita lagoa de Mirim, tomando a direção pelo primeiro arroio meridional, que entra no sangradouro ou desaguadouro dela, e que corre pelo mais imediato ao Forte Português de São Gonçalo; desde o qual, sem exceder o limite do dito Arroio, continuará o Domínio de Portugal pelas cabeceiras dos rios, que correm até o mencionado Rio Grande e o Jacuí [...]. (TRATADO..., 1777, p. 9).

Como os demarcadores portugueses e espanhóis não chegaram a um entendimento sobre qual deveria ser tomado como primeiro arroio meridional, a demarcação da área ao sul do Piratini não prosseguiu, ficando a região definida provisoriamente como um campo em que nenhum dos dois lados poderia ocupar o terreno.[45] Essa zona em litígio passou a ser denominada "Território de Ninguém", ignorando a existência dos povos originários que habitavam a região.

Segundo Franco (1980, p. 11), como as comissões demarcadoras não chegaram a um "acordo na fixação da raia, a faixa territorial localizada entre o Piratini e o Jaguarão fez-se objeto, entre 1790 e 1801, de uma espécie de jogo de xadrez entre espanhóis e portugueses". Mas a ausência da Linha Divisória na região ao sul do Piratini não impediu a expansão portuguesa. Interessava a Portugal a distribuição de terras nas áreas de jurisdição indecisa, para garantir a posse territorial (PESAVENTO, 2014, p. 19).

Dessa maneira, enquanto as Cortes não esclareciam oficialmente por onde deveria passar a Linha Divisória, Portugal foi estimulando

45 AHU_ACL_CU_059, Cx. 4\Doc. 233. Projeto Resgate - Colônia do Sacramento e Rio da Prata (1618-1826). Ofício do [vice-rei] Luís de Vasconcelos e Sousa ao [secretário da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, 18 de abril de 1785. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/012_csrp/2112. Acesso em: 22 jan. 2022.

a ocupação das zonas indemarcadas, avançando o Campo Neutro. Foi para essa região ao sul do Piratini, que foram enviadas algumas famílias açoriano-carolinas.

Após a formação da Guarda portuguesa de São João do Erval, em abril de 1791,[46] novos povoadores foram ingressando no Território de Ninguém. À luz da documentação analisada, observa-se que também a ocupação dessa região não ocorreu como ação individual ou particular. Da mesma forma que havia ocorrido nas outras etapas migratórias deste grupo açoriano, esse projeto foi incentivado e organizado por Portugal.

A estratégia utilizada por Portugal fundamentava-se no princípio do *uti possidetis*, segundo o qual a posse real e efetiva do território ocupado deveria ser utilizada como parâmetro para o estabelecimento das fronteiras. Portugal já havia utilizado esta abordagem na elaboração do Tratado de Madri (1750), e seguiu orientando dessa mesma forma suas ações nos territórios do Brasil Meridional que disputava com a Espanha (SOARES, 1939).

Em 1801, com o ressurgimento do estado de guerra entre os dois países, os portugueses avançam sobre o território espanhol e determinam a nova linha da fronteira, fixando o limite na divisa do Rio Jaguarão. Em fevereiro de 1802, foi estabelecida a Guarda portuguesa do Serrito ou Acampamento do Serrito, local que dá origem a Jaguarão.[47] A Resolução Régia de 1812[48] instituiu a freguesia do Espírito Santo do Serrito do Jaguarão e a Resolução Régia de 24 de março de 1813[49] delimitou a área para o estabelecimento da povoação.

46 AHU_ACL_CU_019, Cx. 3\Doc. 262, p. 18. Projeto Resgate - Rio Grande do Sul (1732-1825). Carta de Rafael Pinto Bandeira ao vice-rei, sobre a instalação de duas guardas, de 24 de abril de 1791. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/019_rs/1721. Acesso em: 25 jan. 2022.

47 AHU_ACL_CU_019, Cx. 5\Doc. 414. Projeto Resgate - Rio Grande do Sul (1732-1825). Carta do coronel Alexandre Elói Portelli a seu irmão, sargento Joaquim José Portelli, sobre a conquista do Forte de Cerro Largo e Sete Povos das Missões. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/019_rs/3610. Acesso em: 22 jan. 2022.

48 RESOLUÇÃO de consulta da Mesa de Consciência e Ordens de 31 de janeiro de 1812, p. 9. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1812. Parte Segunda. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1890. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18322. Acesso em: 29 abr. 2022.

49 AN - BR RJANRIO BI.0.R14.209, fl. 78. Sesmaria de Francisco Antônio de Ávila e outros. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_BI/0/R14/0209/BR_RJANRIO_BI_0_R14_0209_d0001de0001.pdf. Acesso em: 1 jul. 2022.

Identificação das famílias: dos Açores a Jaguarão

Dos cerca de seis mil açorianos que, a convite da Coroa Portuguesa, haviam migrado do Arquipélago dos Açores para a América Meridional, uma parte só foi terminar seu processo migratório após o assentamento na região de Jaguarão. Em razão da abrangência do período analisado, desde o Edital de 1746 até a criação da freguesia em 1812, nem todos os que chegaram a Jaguarão eram Casais do Número, visto que estes já haviam falecido em algum ponto dos múltiplos territórios percorridos. Foram seus descendentes – os "filhos de Casal" – que, constituindo o grupo de povoadores de Jaguarão, finalmente alcançou a obtenção das terras almejadas.

O registro que mais se aproxima desses primeiros tempos, a indicar os primeiros povoadores da região de Jaguarão, é a lista de proprietários de terra ao sul do Piratini, que relaciona o nome de 90 criadores com marca de gado registrada em 1807 (apud FRANCO, 1980, p. 34-35). Com a análise das cartas de sesmaria, datas de terras e inventários dessa região, associados aos outros documentos que identificam as famílias em seu percurso, pôde-se listar os Casais do Número que participaram da fundação de San Carlos e cujos filhos ou netos, ao retornar para o território português, participaram das origens de Jaguarão.

A lista, a seguir, indica os Casais do Número sobre os quais se conseguiu obter registros e mapear o percurso Açores/San Carlos/Jaguarão, descobrindo-se entre essas famílias os primeiros povoadores da freguesia do Espírito Santo do Serrito no Jaguarão.

Da ilha de São Jorge: Jerônimo de Sousa e Isabel Maria; Pedro Quadrado e Ângela de Sousa; Amaro José Silveira e Beatriz Maria do Rosário; Matias Pereira Lemos e Teresa de Jesus; João de Sousa Pereira e Ana Machado; Antônio Teixeira Corisco e Isabel Maria Teixeira.

Da ilha do Pico: Manuel Pereira Leal e Isabel Rodrigues; Manuel Vieira Maciel e Luzia Pereira; Antônio Pirez da Rosa e Maria Pereira, Caetano Dutra e Luzia de Faria.

Da ilha do Faial: Felipe Dutra Caldeira e Maria Silveira; Manuel da Rosa e Ana Pereira; José Rodrigues da Cunha e Violante de Souto.

Da ilha de Santa Maria: Manuel Gomes de Araújo e Helena da Ressurreição; Manuel de Sousa Meneses e Antônia Teresa de Resende; Matias de Almada e Ana do Nascimento.

Observando os registros pôde-se identificar a movimentação das famílias analisadas por toda a região ao sul do Piratini. Suas cerimônias de batismos, casamentos e funerais, celebradas nos oratórios e capelas do período inicial desse povoamento, antes mesmo da criação da freguesia, foram utilizadas para estabelecer relações sociais, reforçar amizades e parentescos e formar redes de apoio e solidariedade que organizavam sua vida cotidiana.

Ao promover a imigração açoriana utilizando a "Política dos Casais", a coroa portuguesa dispôs dos casamentos como uma estratégia colonizadora para povoar o sul do Brasil. Nas famílias dos Casais do Número analisados, os arranjos matrimoniais constituídos evidenciam a homogamia social, com a tendência de escolher cônjuges dentro do grupo açoriano. Essa característica havia predominado também durante o período em que estiveram em Santa Catarina ou arranchados em Rio Grande e, mesmo depois, quando foram enviados para o território espanhol e fundaram San Carlos. Além da preferência pela escolha de cônjuges açorianos, também era frequente a endogamia, com a existência de relações de parentesco entre os nubentes, tais como casamento entre primos ou entre tio e sobrinha.

Na construção das alianças matrimoniais, também se destaca o estabelecimento de uma regra de reciprocidade, com a troca de filhos por casamento, realizando casamentos duplos, em que dois irmãos, filhos de uma mesma família se casavam com duas irmãs, filhas de uma família vizinha ou afim, ou em que a irmã do noivo se casava com o irmão da noiva.

Nos casos específicos de San Carlos e da freguesia do Espírito Santo do Serrito no Jaguarão, o reduzido tamanho da população aumentava a probabilidade de parentesco entre os cônjuges. Os casamentos "em série" realizados pelos netos do Casal do Número Felipe Dutra Caldeira e Maria Silveira exemplificam a construção dessas alianças cruzadas, com a formação de uma rede de parentesco com os descendentes dos Casais do Número Manuel Gomes de Araújo e Helena da Ressurreição, Manuel da Rosa e Ana Pereira, Manuel Pereira Leal e Luzia Francisca e Manuel Vieira Maciel e Luzia Pereira (Quadro 1).

Quadro 1 – Rede de parentesco entre cinco Casais do Número

Fonte: elaborado pela autora.[50]

Tomando como ponto de partida os casamentos de cinco dos filhos de Manuel Dutra da Silveira e Isabel Maria Teixeira, foram sendo descobertas as relações entre essas famílias:

1- Maurício Dutra da Silveira casou-se no Povo Novo, com Maria Ferreira da Conceição, filha de Vicente Ferreira dos Santos e Ana Inácia Gomes, neta materna de João Inácio Gomes e Jacinta Bernarda da Rosa e, portanto, bisneta do Casal do Número Manuel da Rosa e Ana Pereira.[51]
2- José Dutra da Silveira casou-se em 1824, em Jaguarão, com Emerenciana Gomes da Porciúncula, filha de Joaquim Manuel da Porciúncula e Perpétua Felícia Gomes, neta do Casal do Número Manuel Gomes de Araújo e Helena da Ressurreição.[52]
3- Manuel Dutra da Silveira casou-se com Josefa Balbina Fagundes, filha de Vicente Muniz e Dionísia D'Assumpção Pereira, neta dos Casais do Número Manuel Pereira Leal e Luzia Francisca e Manuel Vieira Maciel e Luzia Pereira.[53]
4- Anacleta Dutra da Silveira casou-se com Pedro Muniz Fagundes, filho de Vicente Muniz e Dionísia D'Assumpção Pereira, sua madrinha de crisma. Com isso, os irmãos Manuel e Anacleta casaram-

50 O quadro traz um recorte apresentando apenas os familiares que se está analisando os arranjos matrimoniais e, portanto, não corresponde a todos as pessoas desta rede de parentesco.
51 APERS, Autos n. 205. 1846, Jaguarão, Cartório de Órfãos e Ausentes. Inventário de Maurício Dutra da Silveira.
52 APERS, Autos n. 299. 1848, Jaguarão, Cartório de Órfãos e Ausentes. Inventário José Dutra da Silveira.
53 APERS, Autos n. 93. 1829, Rio Grande do Sul. Inventário Manuel Dutra da Silveira.

se, respectivamente, com os irmãos Josefa Balbina e Pedro Muniz Fagundes, filhos de Vicente Muniz e Dionísia D'Assumpção Pereira.

5- Teodósio Dutra da Silveira casou-se com Ana Ferreira dos Santos, filha de Vicente Ferreira dos Santos e Ana Inácia Gomes. Com isso, os irmãos Maurício e Teodósio, casaram-se, respectivamente, com as irmãs Maria e Ana, filhas de Vicente Ferreira dos Santos e Ana Inácia Gomes.[54]

As séries de arranjos matrimoniais duplos ou múltiplos, com a troca de filhos por casamento, revela a dimensão das redes de relacionamento estabelecidas pelas famílias imigrantes, complexificada pelos compadrios e arranjos matrimoniais consanguíneos e entre parentes colaterais. Observando os casamentos das famílias analisadas, pôde-se perceber que diversos foram os motivos que levaram às escolhas de parceiros conjugais. Poder, prestígio, herança e proteção parecem ter sido os principais fatores que influenciavam tais decisões. Essas escolhas mudavam conforme o local e as situações enfrentadas, ora promovendo casamentos endogâmicos, entre parentes consanguíneos, parentes por afinidade ou compadrio, ora optando por alianças com famílias com as quais não havia ligações anteriores.

Considerações finais

Com a triangulação dos dados, pôde-se acompanhar a trajetória das famílias açorianas, desde a partida dos Açores, a travessia do Atlântico, o desembarque em Santa Catarina, a passagem para a vila do Rio Grande, o transporte para San Carlos, no território espanhol, o regresso ao território português e o envio para as terras em litígio entre as duas coroas ibéricas, ao sul do Rio Piratini, dando origem à freguesia do Espírito Santo do Serrito no Jaguarão.

Devido à amplitude do período analisado, que se estende desde o Edital de 1746 até a criação da freguesia em 1812, nem todos os que chegaram a Jaguarão correspondiam a Casais do Número. Considerando os múltiplos territórios percorridos e as adversidades enfrentadas, parte dessas famílias esteve em permanente estado de transição, sem se estabelecer completamente nos locais em que tratavam de se fixar. Foram seus descendentes, conhecidos como "filhos de Casal", que cons-

54 APERS, Autos n. 4. 1876, Arroio Grande. Inventário de Teodósio Dutra da Silveira.

tituíram o grupo de povoadores de Jaguarão, finalmente alcançando as terras almejadas.

A complexidade das redes estabelecidas pelo grupo, com a formação de intrincadas redes de alianças entre familiares, vizinhos, compadres e parentes por afinidade, indica o enraizamento social das famílias açorianas que fundaram San Carlos e Jaguarão. Na povoação dos territórios percorridos, dos Açores à freguesia do Espírito Santo do Serrito no Jaguarão, pode-se afirmar que a mobilidade territorial esteve associada à mobilidade social. Na movimentação dessas famílias, em seus múltiplos assentamentos e deslocamentos, as dimensões espacial e social andaram em paralelo, com a obtenção de terras e o estabelecimento de redes de parentesco utilizados como forma de obter prosperidade e proteção.

Referências

AGNA, Archivo General de la Nación [Argentina*]. Campana del Brasil. Antecedentes coloniales.* Tomo III. Argentina: G. Kraft ltda, 1941. [e-book].

ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. *Textos do Século XVIII para o Estudo da Ocupação Lusitana no Brasil Meridional.* Lisboa / Rio Grande: CLEPUL / Biblioteca Rio-Grandense, 2016. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/20161023-francico_das_neves_luiz_henrique_torres_2016.pdf. Acesso em: 11 out. 2019.

AMORIM, Maria Norberta. Trajetórias de vida. Nascer nos Açores no Século XVIII. Abordagem Demográfica. *Cultura, Espaço e Memória.* Porto: CITCEM, 2021, v. 13, p. 13-42. Disponível em: https://ojs.letras.up.pt/index.php/CITCEM/article/view/11200. Acesso em: 01 out. 2022.

AMORIM, Maria Norberta. Reconstituição de paróquias. Uma proposta de diálogo entre historiadores e demógrafos. *População e Sociedade,* Porto, Portugal: CEPESE, Edições Afrontamento, n. 1, p. 93-107, 1995. Disponível em: https://www.cepese.pt/portal/pt/populacao-e-sociedade/edicoes/revista-populacao-e-sociedade-no-1/reconstituicao-de-paroquias-uma-proposta-de-dialogo-entre-historiadores-e-demografos. Acesso em: 27 mar. 2021.

ARCHIVO dos Açores. Volume I. Ponta Delgada, São Miguel, Açores: Tip. do Archivo dos Açores, 1878, p.377-381. Disponível em: https://archive.org/stream/archivodosaore01pont#page/376/mode/2up. Acesso em: 21 jun 2019.

ASSUNÇÃO, Fernando Octavio. *El gaucho: estudio socio-cultural.* Volume 1. Montevideo: Universidad Mayor de la Republica Oriental del Uruguay,1978. 601p.

ASSUNÇÃO, Fernando Octavio. *Portugueses en el Río de la Plata: presencias y herencias del S. XVI al S. XX.* Montevideo: Embajada de Portugal, 2006. 32p.

BARROSO, Véra Lucia Maciel. (Org.). *Açorianos no Brasil*: História, Memória, Genealogia e Historiografia. Porto Alegre: EST, 2002. 1152p.

BARROSO, Véra Lucia Maciel. (Org.). *Presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: EST, 1997. 216p.

BORRERO, Fernando. Descripción del territorio uruguayo por uno de los demarcadores de 1783-1801. *Revista histórica del Archivo Histórico Nacional,* Montevideo, 1911, Ano II, Tomo IV, ed. 10-12, p. 795-813. Disponível em: https://play.google.com/books/reader?id=DYQ-AAAAYAAJ&pg=GBS.PP4&hl=pt. Acesso em 13 out. 2022.

CÉSAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul*: Período Colonial. Porto Alegre, Globo, 1970. 327p.

DENZIN, Norman K. *The Research Act*: A Theoretical Introduction to Sociological Methods. New Brunswick, New Jersey: Transaction Publishers, 2009. E-book.

DOMINGUES, Moacyr. *Portugueses no Uruguai*. São Carlos de Maldonado: 1764. Porto Alegre: EST, 1994. 98 p.

ESTRADA, Marcos M. de. *La Villa de San Carlos:* Pedro de Cevallos, portugueses y "patagónicos". Montevideo: Ediciones de la Plaza, 2007. Disponível em: http://sancarlos.freeiz.com/articuloshistoria/villadesancarlos/. Acesso em: 29 set. 2011.

FAJARDO, Florencia Terán. *Historia de la ciudad de San Carlos*. Orígenes y primeros tiempos. Montevideo: Graf. Oliveras, Roses y Villasmil, 1953. 332p.

FAJARDO, Florencia Terán. *La Gravitante región de Maldonado.* Intendencia de Maldonado, Comité Patriótico Departamental, 1977[A]. Disponível em: <http://www. ejercito.mil.uy/cge/dptoeehh/Libros/Boletin%20Historico/107%20Bolet%C3%ADn%20Hist%C3%B3rico%20N%C2%BA%20219%20-%20222%20-%20a%C3%B1o%2019 77.pdf> Acesso em: 29 set. 2011.

FAJARDO, Florencia Terán. *Sembrador de Pueblos*. Intendencia de Maldonado, Comité Patriótico Departamental, 1977[B]. Disponível em: <http://www.ejercito.mil.uy/cge/dptoeehh/Libros/Boletin%20Historico/114%20Bolet%C3%ADn%20Hist%C3%B3rico% 20N%C2%BA%20247%20-%20250%20-%20a%C3%B1o%201977.pdf> Acesso em: 29 set. 2011.

FAJARDO, Florencia Terán. *Artigas y la Villa de San Carlos*. Maldonado: Museo Didácrtico Artiguista, 1997. 133p.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Origens de Jaguarão* (1790-1833). Porto Alegre: Evangraf, 1980. 98p.

FREGA, Ana. *Pertenencias e identidades en una zona de frontera. La región de Maldonado entre la revolución y la invasión lusitana (1816-1820).* In: HEINZ, Flávio M.; HERRLEIN JR., Ronaldo (Org.). *Histórias regionais do Cone Sul.* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. 464p.

JACCOTTET, Alda Maria; MINETTI, Raquel D. *Diáspora açoriana*: açorianos na vila de Rio Grande de São Pedro antes da invasão espanhola. Livros 1, 2, 3 e 4 de Batismos (1738-1763), 1 de Casamentos (1756-1763) e 1 de Óbitos (1738-1763). Pelotas: Ed. das autoras, 2018. 158p.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (Org). *Fazer a América.* São Paulo: EdUSP, 2000. 583p.

MONTEIRO, Jônathas da Costa Rego. Dominação Espanhola no Rio Grande do Sul. In: IHGB. *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande* (1776-1976). v. IV. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979.

PAGOLA, Brenda.... *Y ellos le dieron vida. San Carlos:* fundadores y vecinos. Montevideo: Tradinco, 2007. 717p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2014. 138p.

PIAZZA, Walter Fernando. *A epopeia açórico-madeirense:* 1747-1756. Florianópolis: UFSC, 1999.

ROSA, Letícia Vieira Braga da. *Dos Açores às Terras dos Confins e ao Território de Ninguém*: percurso migratório e redes de relacionamento das famílias açorianas nas origens do Espírito Santo do Serrito no Jaguarão. 2023. 526 f. Tese (Doutorado em Processos e Manifestações Culturais) – Universidade Feevale, Novo Hamburgo-RS, 2023. Disponível em: https://biblioteca.feevale.br/Vinculo2/000067/00006741.pdf. Acesso em: 29 mar. 2023.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. *A Vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822.* 1985. 343f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-graduação em História, Universidade Federal Santa Catarina, Florianópolis, 1985. Disponível em: http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/75245. Acesso em: 19 dez. 2018.

RESOLUÇÃO de consulta da mesa de consciência e ordens de 31 de janeiro de 1812, p. 9. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1812.* Parte Segunda. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1890. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18322. Acesso em: 29 abr. 2022.

SEIJO, Carlos. *Maldonado y su región*. Montevideo: Imp. El Siglo Ilustrado, 1945. 486p.

SEIJO, Carlos. *Apuntes sobre San Carlos y su iglesia colonial*. Montevideo: Imp. El Siglo Ilustrado, 1929. 69p.

SOARES, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no regime colonial*. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1939. 233p.

TRATADO preliminar de Paz, e de limites na America Meridional... Lisboa: Imp. Régia, 1777. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/view/?45000010281&bbm/7410#page/1/mode/2up. Acesso em: 17 out. 2020.

UBICI, Heraclio Pérez. *San Carlos y la autonomía municipal*. Montevideo: Ed. Campo, 1929. 74p.

UBICI, Heraclio Pérez. *Don Pedro Cevallos:* fundador de San Carlos. Maldonado: Signo, 1963. 24p.

Fontes documentais

ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL - Coleções do Sistema de Informações do Arquivo Nacional do Brasil (SIAN) (https://sian.an.gov.br/sianex)

Secretaria do Estado do Brasil - Correspondência dos Governadores de Santa Catarina:
- BR RJANRIO 86.COD.0.106, v.01
- BR RJANRIO 86.COD.0.106, v.02

Secretaria do Estado do Brasil - Vice-reinado. Correspondência com o governador e mais pessoas do Rio Grande do Sul:
- BR RJANRIO 86.COD.0.104, v.08

Sesmarias - Rio Grande do Sul:
- BR RJANRIO BI.0.R14.2. Sesmaria de Manuel Bento da Rocha. [1781-1788].
- BR RJANRIO BI.0.R14.263. Sesmaria de José Dutra da Silva. [1789-1816].
- BR RJANRIO BI.0.R14.236. Sesmaria de Manuel José Gomes. [1791-1816].
- BR RJANRIO BI.0.R14.379. Sesmaria de Ambrósio e Antônio Pires da Rosa. [1793-1794].
- BR RJANRIO BI.0.R14.617. Sesmaria de Manuel Jerônimo de Sousa. [1797-1798].
- BR RJANRIO BI.0.R14.237. Sesmaria de Joaquim Manuel da Porciúncula. [1812].
- BR RJANRIO BI.0.R14.209. Sesmaria de Francisco Antônio de Ávila, André de Sousa, Felisberto dos Santos de Morais, Antônio Cabral de Melo, Baronesa [Viscondessa] de Magé e Joaquim Manuel da Porciúncula. [1808-1814].
- BR RJANRIO BI.0.R14.27. Sesmaria de Ambrósio Pires da Rosa. [1813-1817].
- BR RJANRIO BI.0.R14.196. Sesmaria de João Batista Gomes. [1818].

APERS (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul)

Rio Grande:
- Inventário de Rosa Maria de Ávila. 1º. Cartório de Órfãos e Provedoria, 1793 (Autos n. 26, maço n. 1, est. 12).
- Inventário de Amaro José Silveira e Beatriz Maria do Rosário. 1º. Cartório de Órfãos e Provedoria, 1793 (Autos n. 35, maço n. 2, est. 1B9).
- Medição - Autor: Manuel Jerônimo de Sousa. 2º. Cartório do Civil, 1796 (Autos n. 440, maço n. 12, est. 19).
- Inventário de Antônio Pires da Rosa. 1º. Cartório do Civil, 1802 (Autos n. 46, maço n. 4, est. 4).
- Inventário de Joaquim Manuel da Porciúncula e Perpétua Felícia Gomes. Cartório do Civil, 1836 (Autos n. 1, maço n. 1, est. 15).
- Livros Notariais de Registros Diversos, Livro n. 16, p. 6v e 7. Tabelionato de Rio Grande, 1845. Cartas de liberdade passadas a Cristina e Maria pelos herdeiros de João Baptista Gomes.

Jaguarão:
- Inventário de Antônio José Porciúncula. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1806 (Autos n. 3, maço n. 1, est. 15).
- Inventário de Inácio José de Leivas. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1818 (Autos n. 44, maço n. 2, est. 97).
- Inventário de Lauriano Pereira de Lemos. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1833 (Autos n. 133, maço n. 6, est. 97).
- Inventário de Joaquim Manuel da Porciúncula e Perpétua Felícia Gomes. Cartório do Civil, 1836 (Autos n. 1, maço n. 1, est. 15).
- Inventário de Maurício Dutra da Silveira. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1846 (Autos n. 205).
- Inventário de José Dutra da Silveira. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1848 (Autos n. 229, maço n. 11, est. 97).
- Inventário de José Ramos de Carvalho. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1851 (Autos n. 265, maço n. 12, est. 97).
- Inventário de José Joaquim Gomes da Porciúncula. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1852 (Autos n. 297, maço n. 13, est. 149).
- Inventário de Francisca Emília da Porciúncula. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1853 (Autos n. 308, maço n. 13, est. 97).
- Inventário de Romão Francisco Pereira de Lemos e Ana Maria Fernandes. Cartório do Civil, 1853 (Autos n. 13, maço n. 1, est. 98).

- Inventário de Claudiano Gomes da Porciúncula. Cartório do Civil, 1857 (Autos n. 28, maço n. 1, est. 15).
- Inventário de Marceliano Gomes da Porciúncula. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1859 (Autos n. 408, maço n. 17, est. 149).
- Inventário de Feliciano Gomes da Porciúncula. Cartório de Órfãos e Ausentes, 1860 (Autos n. 416, maço n. 17, est. 97).
- Inventário de Feliciano Gomes da Porciúncula. Cartório do Civil, 1864 (Autos n. 64, maço n. 2, est. 98).
- Inventário de João Inácio Gomes. Cartório do Civil, 1868 (Autos n. 93, maço n. 3, est. 98).

Arroio Grande:
- Inventário de Teodósio Dutra da Silveira, 1876. Cartório Civil. (Autos n. 4).

Porto Alegre:
- Fundo 01, Livro de Registros Diversos, Livro n. 1, fl. 96. 1º Tabelionado Porto Alegre, 1803. Lançamento de um papel de alforria concedida por João Baptista Gomes a Anna.
- Livro de Transmissões de notas, Livro n. 19, fl. 68v. Tabelionato do município de Porto Alegre, 1794. Carta de liberdade concedida por Manuel Gomes de Araújo a João e Nazário.
- Livro de Transmissões de notas, Livro n. 24, fl. 115v. Tabelionato do município de Porto Alegre, 1797. Carta de liberdade concedida por Manuel Gomes de Araújo a Luzia.

Pelotas:
- Medição - Autor: Manuel Dutra da Silveira. 1º. Cartório Civil e Crime, 1802. (Autos n. 516, maço n. 12, est. 19).

AGNA - Archivo General de la Nación Argentina

Sala IX. División Colonia:
- Legajo 3-6-5 - Maldonado. (1763-1765).
- Legajo 4-3-5 - Portugueses. Conflictos territoriales en el Río de la Plata 1743-1765.
- Legajo 4-3-6 - Portugueses. Conflictos territoriales en el Río de la Plata 1766-1773
- Legajo 4-3-7 - Portugueses. Conflictos territoriales en el Río de la Plata 1773-1776.
- Legajo 21-5-1 - Limites España y Portugal. Conflictos territoriales en el Río de la Plata 1776-1782.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL (https://bndigital.bn.gov.br)
- Ofícios entre os governadores e responsáveis pelo governo do Rio Grande e o vice-rei do Estado do Brasil, Luís de Vasconcelos e Souza [Correspondência com o Governo do Continente do Rio Grande]. [S.l.: s.n.]. 1780. [09,04,09].
- Divisão de Manuscritos. BÖHN, João Henriques. [Correspondência passiva referente as lutas entre portugueses e espanhóis]. [S.l.: s.n.], 1775-1779.

PROJETO FAMILY SEARCH (https://www.familysearch.org)
Freguesia de Jesus Maria José do Rio Grande de São Pedro:

- Livro 1 de Batismos (1738-1753)
- Livro 2 de Batismos (1753-1757)
- Livro 3 de Batismos (1757-1759)
- Livro 4 de Batismos (1759-1763)
- Livro 5 de Batismos (1766-1789)

- Livro 6 de Batismos (1789-1795)
- Livro 7 de Batismos (1795-1800)
- Livro 8 de Batismos (1800-1806)
- Livro 9 de Batismos (1806-1810)
- Livro 1 de Matrimônios (1756-1763)
- Livro 2 de Matrimônios (1776-1799)
- Livro 3 de Matrimônios (1799-1808)
- Livro 4 de Matrimônios (1808-1810)
- Livro 1 de Óbitos (1738-1763)
- Livro 2 de Óbitos (1776-1788)
- Livro 3 de Óbitos (1788-1800)
- Livro 4 de Óbitos (1800-1810)
- Livro 5 de Óbitos (1810-1819)

Diocese de Maldonado, Uruguai

Freguesia de San Carlos Borromeo
- Libro 1 de Bautismo (1771-1788)
- Libro 2 de Bautismo (1788-1809)
- Libro 3 de Bautismo (1809-1822)
- Libro 4 de Bautismo (1822-1831)
- Libro 1 de Matrimonio (1771-1817)
- Libro 2 de Matrimonio (1818-1852)
- Livro 1 de Defunciones (1772-1827)
- Livro 2 de Defunciones (1827-1859)

Freguesia de San Fernando de Maldonado
- Libro 1 de Bautismo (1764-1783)
- Libro 2 de Bautismo (1783-1787)
- Libro 1 de Matrimonio (1764-1782)
- Livro 1 de Defunciones (1765-1782)

PROJETO Resgate (http://resgate.bn.br)
Rio Grande do Sul
- AHU_ACL_CU_019, Cx. 1
- AHU_ACL_CU_019, Cx. 2
- AHU_ACL_CU_019, Cx. 3
- AHU_ACL_CU_019, Cx. 4
- AHU_ACL_CU_019, Cx. 5

Rio de Janeiro (Avulsos)
- AHU_ACL_CU_017, Cx. 72
- AHU_ACL_CU_017, Cx. 108
- AHU_ACL_CU_017, Cx. 109
- AHU_ACL_CU_017, Cx. 113

Colônia do Sacramento e Rio da Prata
- AHU_ACL_CU_059, Cx. 1
- AHU_ACL_CU_059, Cx. 3
- AHU_ACL_CU_059, Cx. 4
- AHU_ACL_CU_059, Cx. 7

RISCO E FORTUNA: AÇORIANOS RIO-GRANDENSES SÃO LEVADOS A FUNDAR SÃO CARLOS, NO URUGUAI, E RETORNAM AO SUL DO BRASIL

Rogério Gastal Xavier[1]

Introdução

Ao final do século XVIII vai acontecer a massiva transferência de açorianos rio-grandenses ao interior da atual nação uruguaia, então território de Espanha na América. Território recorrido por aventureiros e contrabandistas de gado; era terra de ninguém. Pela premência em aí estabelecer a ordem e coletar impostos, foram conduzidos pelo governo espanhol à fundação de São Carlos. Com base na sua cultura familiar e de respeito social, os açorianos carlistas irão de pronto alcançar notável produção agropecuária, passando a distribuir-se amplamente pelas zonas atuais da campanha uruguaia e sul-brasileira.

Esta migração, duplamente decorrida pela incisiva ação militar espanhola em arrebanhar uma população trabalhadora, mas carente dos recursos prometidos por Portugal, para tornar suas terras arenosas em produtivas no Estreito do Rio Grande do Sul, impulsionará o desenvolvimento econômico e social, tanto rural quanto urbano de ambas nações em poucas décadas. O presente trabalho pretende contribuir ao entendimento desta série extraordinária de acontecimentos, sabidos e assinalados por historiadores e especialistas, porém em geral desconhecidos do grande público.

Método do estudo

Os dados abordados no ensaio resultam do nosso interesse pessoal pela origem açoriana rio-grandense, que aos poucos foi sendo desven-

1 Médico e poeta, membro da Academia Sul-Brasileira de Letras (Pelotas, 2013) e da Academia Sul -Rio-Grandense de Medicina (Porto Alegre, 2016).

dada em nossa própria família. De início, fomos despertados por informações ouvidas, desde a infância, sendo algumas vezes aparentemente contraditórias, como se houvessem barreiras do tempo em que as memórias deixadas não permitiriam desvendar. Trata-se, portanto, de um estudo descritivo, baseado em informações orais recebidas ao longo dos anos, e na leitura das obras literárias de relevo sobre a colonização portuguesa e hispânica na América do Sul, voltada esta ao Atlântico, e envolvendo a bacia do Prata e o Sul do Brasil, para investigar, majoritariamente, os marcos históricos, sociais e políticos ocorridos neste período, entre os séculos XVIII e XIX. As obras literárias incluíram livros de textos clássicos, teses e artigos publicados na matéria, surpreendendo-nos o grande número de documentos virtuais acessíveis eletronicamente na atualidade, seja em publicações indexadas ou no levantamento de dados genealógicos, sendo, muitas vezes, acompanhados das respectivas certificações e cópias de certidões cartoriais ou registros de nascimento, casamentos ou óbitos, devendo servir de estímulo aos novos pesquisadores. Vale a observação do importante acervo de documentos sobre a bacia do Prata, reunido no Arquivo Nacional Argentino, de Buenos Aires, e acesso eletrônico. Procurou-se, neste estudo, confirmar os achados vindos a partir de pelo menos duas fontes independentes.

Embora o foco de nosso estudo não seja estritamente genealógico, realizamos entrevistas com pesquisadores no tema e pessoas interessadas na genealogia de nossa família, visando documentar as associações e participações em empresas e propriedades, as fotografias pessoais dos antepassados, com intuito de ilustrar a mobilidade social no período estudado. Realizamos visitas à cidade de São Carlos, no Departamento de Maldonado, Uruguai, para entrevistar dois eminentes historiadores, os professores Wáshington A. Pereira de León e Cecilia Suárez de Santos, dedicados especialistas e autores de livros sobre as raízes açorianas desta comunidade, recebendo publicações e a generosa atenção de acompanhar-nos ao Museu Municipal, à Matriz de São Carlos e seus respectivos acervos, aos quais somos muito gratos.

O que aconteceu aos colonos açorianos rio-grandenses com a invasão espanhola em Rio Grande?

Assim, ensina-nos a história. Em 1763, as poderosas forças de Espanha entraram em Colônia de Sacramento, posto avançado de Portugal no

Rio da Prata e foram prosseguindo na tentativa da retomada das áreas sulinas de ocupação portuguesa ao longo da estreita faixa marítima de terra, pouco habitada do litoral atlântico, tendo como meta alcançar a ilha do Desterro, em Santa Catarina, último baluarte português dentro da linha traçada pelo tratado de Tordesilhas à época dos descobrimentos.

Chegaram até a vila de Rio Grande, sede do forte Jesus-Maria-José e porto marítimo de grandes embarcações. A meio caminho está a fortaleza de Santa Teresa, nos arredores do arroio Chuí, hoje fronteira entre Brasil e Uruguai. Ao temor desta anunciada invasão, a fortaleza estava sendo erguida com muralhas duplas em pedra granítica da região há poucos meses. Não concluída a tempo, a face leste junto ao mar fora cerrada às pressas. Altas cercas em pau a pique levantadas face a sinais da aproximação do inimigo. Sua perfeita construção poligonal devia-se ao trabalho de operários portugueses treinados em assessorar as construções dos postos de defesa estratégicos do território colonial brasileiro; a seguir as minúcias das plantas e materiais pré-escolhidos. O experiente e ainda jovem coronel Tomás Luís Osório (nascido em Cartaxo, "nome dado à zona de Évora em que graça esse pássaro de cabeça-preta, meio-colar branco e o peito cor-de-fogo", 1717 – Lisboa, 1768), recém-promovido a general, fora destacado de Rio Pardo para comandar esta delicada missão de fronteira.

A força espanhola contava três mil soldados bem equipados e os portugueses eram parcos trezentos homens, entre a oficialidade, os soldados e operários. Sem efetivo suficiente, apesar da documentação oficial comprovar sua agilidade e eficiência em manter seus superiores informados por frequentes missivas quanto à precariedade das condições, Osório foi presa fácil. Ao tentar salvar seus homens, a rendição custou-lhe a vida. Transferido com seus oficiais ao Rio de Janeiro, foi o único condenado à forca pelo tribunal militar em Lisboa. Anos mais tarde, sua honra seria resgatada pela esposa em processo movido à sua justa causa, levando-a a desfazer-se das terras recebidas de sesmaria em Pelotas. Foi tio-bisavô materno do Marquês de Herval, o Patrono do Exército Brasileiro, Manuel Luís Osório (Osório, 1808 – Rio de Janeiro, 1879). Este, filho paterno de açorianos viamonenses.

Dois séculos transcorriam da progressiva ocupação portuguesa a oeste das terras demarcadas ao Tratado de Tordesilhas. Espanha não dera até então sinais de desaprovação, dada por satisfeita possivelmente pelo farto e rico produto de suas minas de ouro e prata conquistadas à

costa sul-americana do Pacífico, e ao açúcar de cana do Caribe, produto a ser vulgarizado na Europa, somente após as descobertas do século XV. Entretanto, a ficar resolvida a pendência, é estabelecido o tratado de Madrid, em 1750 (Ver Anexo). A separação do Vice-Reinado do Prata a ser desmembrado do Vice-Reinado do Peru, em *démarche*, atiçou ambas potências a esclarecer suas reais possessões no cone sul da América.

Ambas as coroas estavam em litígio pela bacia do Prata, onde os rios Uruguai e Paraguai, este afluente do primeiro, desaguam na foz do Rio da Prata. E, subindo-os por navegação, pode-se alcançar todas as províncias do oeste uruguaio, abraçando parte do norte argentino e adentrar no país paraguaio, além de poder chegar-se sem dificuldade à hinterlândia brasileira, atingindo-a pela fronteira oeste do atual estado de Goiás.

As negociações ao tratado de Madrid concluíram que os limites desses territórios seriam definidos pela sua atual ocupação, seguindo a norma romana do *Uti possidetis* – a posse permanecendo à nação que detivesse a real ocupação. A sugestão levada pelo ministro plenipotenciário de Portugal, o santista Alexandre de Gusmão (Santos, 1695 – Lisboa, 1753), foi plenamente aceita por Espanha. Este, considerado um dos patronos da diplomacia brasileira, após estudo dos mapas e dados históricos, procurou assegurar que não deveria haver *terra nullius,* isto é, terras devolutas que a ninguém pertencessem, e deste modo a reduzir a probabilidade quanto às guerras de fronteira na região.

Por sua vez, a invasão espanhola no Rio Grande causou grande confusão. Boa parte do povo e da soldadesca esconderam-se pelas matas e recantos vizinhos, maiormente ao tomarem conhecimento do seu governador Elói Madureira haver fugido para Viamão. A mando do comandante da força militar espanhola, general Dom Pedro de Cevallos, então governador de Buenos Aires e futuro vice-rei do Prata, os açorianos foram sendo reunidos pelos espanhóis na ilha de Torotama, istmo do canal que liga a Lagoa dos Patos com o Oceano Atlântico, até serem conduzidos, meses depois, por cerca de quinhentos quilômetros de distância a fundar São Carlos.

O nome desta nova povoação teria sido escolhido por Cevallos para homenagear seu soberano Carlos III, mas também a São Carlos Borromeu (1538-1584), o venerando cardeal italiano, arcebispo de Milão e reorganizador da Igreja Católica, sendo o líder da Contrarreforma que renovou os seminários e currículos dos padres que requeriam os novos tempos: matéria de fé para os reis de Espanha e bastião às conquistas territoriais, então praticadas no Novo Mundo e Oriente.

Sua sede iria situar-se na região centro-leste do atual Uruguai, em delta fértil composto de aguadas e campos à convergência dos rios Maldonado Grande e Chico, ambos concorrendo ao Atlântico. Além disso, a proximidade com a praça militar de São Fernando de Maldonado, bem à frente da baía de mesmo nome, extremo norte da foz do Rio da Prata, daria a necessária proteção aos seus habitantes civis. A povoação deste território corrigiria a invasão indevida de achacadores e contrabandistas que por aí circulavam livremente à busca do gado xucro disperso das Missões Jesuíticas. Contentando-se com a simples retirada da courama a ser vendida em comércios ilegais, a carne era vilmente abandonada no campo em desperdício e à mercê dos corvos e roedores. Triste espetáculo e sem honrar o devido pagamento de impostos à Coroa.

No mês de dezembro de 1763, a primeira leva de nove militares do exército colonial português feita prisioneira foi encaminhada ao forte de Maldonado. Eram os dragões, denominação dada aos soldados que se deslocavam a cavalo, mas quando necessário lutavam a pé. Os cativos eram de origem brasileira e portuguesa, um deles açoriano. E, em 31 de dezembro de 1763, ao futuro povoamento de São Carlos, foram levados os primeiros quinze casais de colonos açorianos rio-grandenses que seguiam em carroças ou carretas de junta de bois, ora montados a cavalo ou em burros oriundos do tráfego dos tropeiros, e ainda a pé, seguidos de poucos animais de cria que os tivessem. Há registro que duas famílias levavam escravos negros, dois a cada uma e dois índios de serviçais, ambos acompanhados de mulheres e filhos. No total, perfaziam trinta e sete adultos, sendo alguns solteiros ou viúvos e mais trinta e seis filhos, de ambos os gêneros.

Interessante a nota que os prisioneiros ao chegarem a Maldonado era para serem embarcados no navio Santa Cruz com destino ao porto de Buenos Aires, “salvo se entre eles houver ilhéus que tenham família entre os colonos e que desejem permanecer em São Carlos”, segundo recomenda a carta de Cevallos ao Coronel Lucas Infante, comandante do forte. Em abril e maio de 1764, mais dezessete expatriados seguiram a este forte, estando um acompanhado de mulher e outro de quatro filhos. A São Carlos, mais vinte e três adultos, entre solteiros e casais de colonos, sete filhos e onze negros escravos. Em outubro de 1764, mais dezoito adultos e seus quinze filhos, três escravos negros e dois índios.

No ano de 1765, foram remetidos a Maldonado às ordens do comandante Infante, visando atender aos serviços gerais do forte, oito casais

com treze filhos e três expatriados cujas mulheres enfermas não puderam seguir viagem e mais três solteiros, um deles com cinco escravos. Entre os prisioneiros, eram trinta cinco indivíduos, constando dez dragões, oito peões, artilheiros e marinheiros, mais três cidadãos civis, dez aventureiros e quatro sem classificação. Compreendiam diversas nacionalidades e a maioria oriunda de vários recantos do Brasil. Ao todo, acredita-se que mais de trezentos açorianos rio-grandenses foram dirigidos a São Carlos ao cabo de dois anos. A população da vila seria quadruplicada ao cabo de cinco anos pelo povoamento, considerando-se os agregados e seus descendentes (DOMINGUES, 1994; FORTES, 2001; LÉON, 2017).

Pela documentação existente nas cartas de Cevallos com seus prepostos, há informações detalhadas sobre o plano geral de como deveria ser a nova povoação:

> por noventa quarteirões delineados no delta à margem mais alta dos rios e a não estar sujeita a inundações; a ser erguida para prover a produção agropecuária, a geração de indústrias e comércios de derivados, abrangendo aves, ovos, queijos, charque, toucinhos e produtos hortigranjeiros; e promover a plantação de árvores de sombra e frutíferas, sendo trazidas mudas e sementes (SANTOS, 2007, p. 10-11).

Além da fertilidade confirmada do solo, vários benefícios foram concedidos aos novos colonos: a isenção de pagamento pelos terrenos e habitações, pois à época ainda não havia títulos de propriedade, constando ser pertencentes ao estado; regularização da posse, que viria a acontecer poucos anos depois, e confirmada ao tratado de Badajoz, em 1801; foi garantida a alimentação aos colonos e suas famílias nos dois primeiros anos – a carne de gado vacum restrita aos trabalhadores masculinos e derivados lácteos e grãos não faltariam às mulheres e crianças; o recebimento das sementes de trigo e cevada para plantio das lavouras, por quatro anos; nos primeiros anos de povoamento ganadeiro aos campos de São Carlos, foram conduzidas cabeças de gado, desde a Estância Real de José Ignácio, situada a montante do delta e que então provia a alimentação aos soldados do forte; permissão de livre comércio entre o interior e a capital do Prata, Buenos Aires, com a cobrança única de imposto alfandegário à saída das mercadorias embarcadas no porto de Maldonado; foi lograda a permissão ao tráfego de carretas a Montevidéu e Colônia do Sacramento nos primeiros anos e, anos depois, ao Rio

Grande, sendo feita por veículos alugados ou de propriedade dos colonos (CAETANO, 2021; LÉON, 2017).

Desde sua fundação, foi consentido aos habitantes de São Carlos foros de independência administrativa e jurídica. A nova colônia pode contar com a instalação de câmara própria de reclamos, pois todas decisões de atos jurídicos se reportavam diretamente a Buenos Aires, assim desvinculando a vila civil de São Carlos da praça militar de Maldonado. Ainda que esta proximidade entre as duas, cerca de trinta quilômetros, pudesse trazer alguns percalços administrativos e jurídicos por disputas de poder, de modo geral foram esclarecidas pelos carlistas, ciosos da sua autonomia.

Valeria esclarecer – houve confrontos maiores entre os colonos açorianos e os povos locais ameríndios? A lembrar seu extermínio NA denominada "Chacina de Salsipuedes", pela reunião traiçoeira dos principais bandos do povo charrua, nos primórdios da República Oriental do Uruguai, a 18 de abril de 1831. É sabido que os portugueses tinham o costume de formar alianças com os nativos, a evitar confrontos e aproveitar do seu conhecimento do país. Tantos episódios infligidos de maus tratos, efetuados ao longo das bandeiras na conquista do sertão brasileiro, provavelmente levaram a seu quase desparecimento como civilização. Causas? A desigualdade de costumes e habilidades pelo estágio primitivo e seminômade de subsistência, sustentado pela caça, pesca, coleta de frutos, sementes, raízes e a agricultura itinerante. E, ainda, ao verem-se ameaçados pelas tropelias dos exércitos europeus e pelo acordos não respeitados de convivência, indo à luta em própria defesa para serem largamente dizimados pelas guerras e doenças, quando não escravizados.

À semelhança, convém recordar dos povos negros africanos que, mesmo devido à proibição internacional do tráfico escravagista, liderado pela Inglaterra a partir do final do século XVIII, seguiam sendo trazidos dos seus países de origem, acorrentados nos porões dos navios negreiros. Em quatrocentos anos, mais de dez milhões foram levados às Américas sob o argumento de servirem de apoio à mão de obra escassa no Novo Mundo.

À época das descobertas, a população indígena do Brasil que era superior a três milhões e meio de habitantes, atualmente é calculada em cerca de um terço. No Uruguai, os censos populacionais atuais indicam cerca de 5% de indivíduos declarantes de ascendência indígena. Porém, estudos genéticos pelo DNA materno da população deste país confir-

mam ser as ancestralidades não caucasianas, isto é, indígena e negra, muito mais prevalentes do que acreditava-se ser, achados consistentes aos encontrados no Brasil em que parcimoniosamente divide-se entre a origem caucasiana, indígena e negra. A exogamia inter-racial, fato notável na América, é considerada por muitos antropólogos uma estrela nova da evolução humana universal.

Contudo, valeria lembrar as justas homenagens prestadas até hoje aos povos indígenas nas associações de bairros de São Carlos e Maldonado, onde a miscigenação de suas origens é reconhecida. Cite-se a manutenção de parques públicos com espécies de árvores nativas da Mata Atlântica e ao monumento à "Fonte d'Água Boa" ou "A Cacimba do Rei" que, segundo a tradição charrua de seus habitantes originários, "quem dela bebesse sempre acharia o caminho de volta á sua terra para reencontrar seus amores e refazer seus sonhos".

Salientem-se as características bem documentadas dos povos açorianos que ao atravessar séculos e oceanos foram também essenciais para a fundação de São Carlos: economia familiar para produção e poupança de bens, base responsável ao progresso da comunidade; urbanidade, ao desenvolver a convivência pacífica, entre si e a vizinhança; e grandeza, ao cultuar seus valores civis, morais e religiosos.

Esses valores foram aparentemente seguidos exemplarmente pelos demais colonos de língua espanhola que os sucederam, principalmente aos originários das ilhas Canárias, vindos da costa setentrional da África, entre outros. A repetir-se o dito registrado por diversos historiadores: "A fundação de São Carlos é uma lição de civilidade a ser guardada para a posteridade".

Figura 1 – Matriz de São Carlos. Cecilia Suárez e Carlos Irázu, historiadora e colaborador uruguaios

Fonte: acervo do autor.

Figuras 2, 3 e 4 – Lápides do Campo Santo da Matriz de São Carlos

Fonte: acervo do autor.

Origem e destino de Cevallos: por que teria planejado levar os açorianos rio-grandenses a fundar São Carlos, no Uruguai?

A resposta merecerá algumas considerações de escopo documental e biográfico quanto a Cevallos, autor e executor do planejamento que levou cidadãos açorianos rio-grandenses a colonizar o interior do atual Uruguai, além da simples descrição de sua carreira profissional de militar e administrador leal à coroa de Espanha.

Muito embora seja costume separar-se o homem de sua obra, para valorizá-la em si e independentemente do autor, ao analisar-se os registros que ainda permanecem desses fatos históricos, as razões para um melhor entendimento talvez estejam nos escaninhos de sua vida pessoal, bem como na cerzidura dos caminhos que sempre o conduziram.

Conta-se que Cevallos teria proposto, primeiramente, ao rei espanhol Fernando VI, que era casado com a nobre portuguesa Maria Bárbara de Bragança, em aliança diplomática, de promover a reconquista do território português, nos moldes feitos por Felipe II, de Espanha, e concebido

historicamente como a "União Europeia" (1580-1640). Esta duradoura coalizão havia acrescentado a Felipe II, de Espanha, (1527-1598) o título de Felipe I de Portugal (1581-1598).

Além de rei de Nápoles e Sicília (1554), *jure uxoris* rei da Inglaterra e Irlanda, durante seu casamento com Maria I (1554-1558), duque de Milão e senhor das dezessete províncias dos Países Baixos Espanhóis (desde 1555), ao fazer valer seu direito sucessório à coroa portuguesa pelo falecimento do cardeal-rei Dom Henrique, sendo neto materno de dom Manuel I, Felipe II vence em luta armada a seu primo português Dom Antônio, pretendente ao trono e que se refugiara na ilha Terceira, local do combate que daria o nome de "Angra do Heroísmo", a sua capital, em homenagem à resistência patriótica dos ilhéus.

Teria argumentado Cevallos que a União Europeia proporcionara o apogeu da Espanha nos séculos XVI e XVII. Seus domínios ultramarinos alcançavam as Américas, Oriente Médio e Extremo Oriente, além de Felipe II haver conseguido unificar em um só reino as províncias e estados autônomos espanhóis. Manteve as lideranças europeias sob seu jugo, por governar desde o palácio El Escorial, que mandara construir a 40 km de Madrid e de lá legislar sobre as mais diversas matérias com apoio do conselho de sábios. Por considerar-se o defensor da fé católica nas terras de Espanha, controlava-a pelos atos de fé da Inquisição. As letras, a música e as artes plásticas teriam prosperado e sob sua orientação foram escritas as "Ordenações Filipinas" ou "Código Filipino", que em Portugal também fez vingar, substituindo o "Código Manuelino" de então, para ser somente revogado em 1876, pelo novo Código Civil Português. No Brasil, foi vigente até sua substituição pelo novo Código Civil Brasileiro, a partir de 1916.

Mas Fernando VI o teria dissuadido ao considerar a inciativa de anexação portuguesa arriscada. Entretanto, com o advento do Tratado de Madrid, de 1750, para definição dos limites entre as colônias sul-americanas de Espanha e Portugal, o monarca espanhol o escolheu para ser seu representante, nomeando-o Governador da Província de Buenos Aires e Capitão-General das Províncias do Rio da Prata, em 1756, cargo que ocuparia até 1766. Coincide, nesta época, o fim da "Guerra dos Sete Anos" (1756 a 1763), conflito caracterizado por Sir Winston Churchill como a verdadeira "Primeira Guerra Mundial". Pela sua amplidão, iniciada entre Inglaterra e França, abrangeria inicialmente os domínios coloniais ultramarinos na América do Norte e Ásia, para estender-se a todos continentes. Assim, também aos interesses de Espanha e Portugal.

Nos termos do tratado de Paris, de 1763, a pacificar as potências mundiais em conflito e encerrando a Guerra dos Sete Anos, ficaram ratificadas as decisões do Tratado de Madrid, de 1750, relativas ao Prata. Isto é: 1) permuta das Missões Orientais, criadas pela ordem dos jesuítas espanhóis, então presentes na América, desde o século XVI, a passar da Espanha a Portugal, consolidando os territórios sul-brasileiros pelo aumento dos limites a oeste da Capitania de São Pedro do Rio Grande; 2) em contrapartida, as Missões são trocadas pela Colônia de Sacramento que retorna ao domínio espanhol, embora fosse de iniciativa portuguesa sua fundação no estuário do Prata, mas sem continuidade territorial com o restante do Brasil.

Pelo impasse de ambas coroas em fazê-lo cumprir, e Cevallos enviado por Espanha com esta finalidade, este avança em direção à ilha do Desterro, limite original ao Tratado de Tordesilhas. E, de passagem, toma o porto de Jesus-Maria-José, no Rio Grande. Neste trajeto invade Colônia de Sacramento e, na derrubada de seus muros, garantindo sua devolução a Espanha.

Já no primeiro ano de sua chegada, Cevallos dirigira-se às Missões Guaraníticas para fazer cumprir o Tratado de Madrid, considerando a oposição dos jesuítas. Entretanto, aquelas haviam sido recém-atacadas pelas forças conjuntas de Portugal e Espanha, no intento de desbaratar o trabalho missioneiro e chefiadas respectivamente por Gomes Freire de Andrade, Primeiro Conde de Bobadela, Governador e Capitão-General do Rio de Janeiro (1733 a 1763) e José Joaquín de Viana, Comandante Militar e Governador de Montevidéu, cumprido em dois períodos (1751 a 1764; e 1771 a 1773). Teria sido de Viana o tiro mortal, pessoalmente desferido com sua pistola ao cacique missioneiro Sepé Tiarajú, em 1756. A morte deste líder da rebelião contra o Tratado de Madrid causaria uma tremenda dispersão dos indígenas das Missões.

Entretanto, a atitude de Cevallos teria sido conciliadora para com os jesuítas espanhóis remanescentes, ao surpreender-se com sua obra civilizadora. Instalando-se em São Borja, tratou de prestar muitos auxílios para reparar as Missões, inspecionando-as ao longo do rio Jacuí, e garantindo seu apoio até que se procedesse a troca estipulada. E, enquanto lá estava, contraiu malária que o enfraqueceria ao longo da vida. Em Corrientes, na Argentina, solucionando revolta popular dos habitantes contra os jesuítas, ordenara a prisão dos colonos que maltratassem aos indígenas. Ao retorno a Buenos Aires, suas tropas abriram caminho pelo Chaco até Tucumán, Corrientes e Santa Fé. E, assim chegado, retoma

a administração da cidade ao criar milícias para manter a ordem, faz a abertura do porto ao comércio e ampla reforma urbana para calçamento, limpeza das ruas e passeios aos pedestres, organizando os primeiros matadouros, onde autoriza trabalho aos negros escravizados.

Em 1766, de volta a Espanha para cumprir costumes de praxe aos comandantes designados aos territórios ultramarinos, Cevallos submete-se ao Tribunal de Contas para sair-se bem ao relatar seus feitos. Permanecendo a serviço do monarca Carlos III em Espanha, nos próximos dez anos, veio cuidar também das suas propriedades herdadas na Estremadura. A criação do Vice-Reino do Prata compreenderá os territórios de Buenos Aires e das demais províncias do norte argentino, além de incluir as áreas do Paraguai e Uruguai, antes sob jurisdição do Vice-Reino do Grande Peru e a Patagônia, ainda estando relegada aos índios.

Cevallos, de volta como seu primeiro Vice-Rei, permanecerá entre 1776 e 1778. Na nova incursão, dirige-se à ilha do Desterro, em Santa Catarina, onde era esperado pelas forças portuguesas do Brigadeiro José da Silva Pais, militar e engenheiro encarregado da defesa meridional do Brasil. Porém, iria retornar sem luta ao tomar conhecimento do novo armistício entre Portugal e Espanha, estabelecido pelo tratado de Santo Ildefonso, em 1777.

Traços biográficos de Cevallos

Pedro Antônio de Cevallos Cortés y Calderón nasceu em 29/06/1751, na fortaleza de Cádiz, porto andaluz à beira do Atlântico. Nesta, seu pai exercia a comandância militar, também sede de “La Armada”, a famosa marinha de guerra espanhola, e mais como principal entreposto comercial para as Américas e o Oriente. Vindo a falecer em 26/12/1778, mesmo ano ao último retorno do Prata, foi sepultado com todas honras de nobre general à Mesquita-Catedral de Córdoba, na capital do reino homônimo da Andaluzia.

Seu pai, Juan Antônio de Cevallos e seus avós paternos, Juan de Cevallos Cós e Isabel Gayán de Hoyos, eram de linhagens antigas da nobreza cantábrica. A origem do sobrenome paterno seria onomástica, isto é, a partir do lema familiar constante até os dias de hoje à torre de Alceda, balneário da Cantábria, ao norte de Espanha: “Es ardid de caballeros cevallos para vencerlos”, ou seja, “É ardil de cavalheiros cevá-los para os vencer”.

A mãe, Juana Cortés de Arévolo, era estremenha, filha de Narciso Cortés de Arévalo y Murillo e de Martina Calderón de Villalobos. Órfão

aos nove anos de idade, Pedro de Cevallos foi criado com a irmã Antônia, pelos tios maternos, grandes proprietários de terras na vila estremenha de Dom Benito e circunvizinha de Mérida, na fronteira oeste com Portugal. Pedro não deixando herdeiros legítimos, a irmã Antônia e, posteriormente, sua filha, Isabel Antônia, seriam as herdeiras da propriedade estremenha com título de Primeira Marquesa de Colônia, a ser somente extinto em 1929.

Por tradição, a Emérita Augusta – cidade romana da península ibérica ou Hispânia, como era chamada, – Mérida foi a primeira capital da Lusitânia, que então incluía os territórios de Portugal, Estremadura e Andaluzia. Construída nos anos 16 e 15 AC, pelo cônsul Agrippa, para local de descanso e aposentadoria dos soldados romanos, Mérida reúne até os dias de hoje magníficos tesouros culturais tombados pela UNESCO, como o Teatro Romano e a Ponte dos Sete Arcos, essa a de maior vão mantido íntegro, desde a antiguidade, sobre o rio Guadiana, afluente do Tejo.

Pedro ingressou muito jovem no Seminário dos Nobres de Madrid, tornando-se oficial na escola de cadetes. Em 1733, aos 18 anos de idade, participa da conquista espanhola da Itália, na Guerra da Sucessão Polonesa, desembarcando com o infante Carlos em Nápoles, e como tenente marcha ao norte da Itália para regressar à Espanha, em 1739. Em 1741, aos 26 anos de idade, é encarregado de adestrar e uniformizar o regimento, do qual é nomeado coronel para lutar à sua frente na Guerra de Sucessão Austríaca e obter o grau de Brigadeiro, ao fim das campanhas de Nice, Montauban e Olmo, conquistando para Espanha o ducado italiano de Parma e ocupar temporariamente Milão. Era um dos mais destacados oficiais espanhóis à época de sua vinda para a América do Sul.

Em 1778, ao término de seu vice-reinado, Cevallos consolida união natural com Maria Luísa Pinto y Ortega, bonaerense, nascida em 1747. Maria Luísa era filha do casamento celebrado em 1754 entre José Pinto Rivero y Baneta, cidadão de Viana, Portugal com Tadea Simona de Ortega Y Martinez, nascida a 1721. Da união de Cevallos com Maria Luísa nasce Pedro Antônio de Cevallos y Pinto (Buenos Aires, 15/02/1779 – Salta, 17/08/1838). Maria Luísa tinha então a idade de 32 anos e Cevallos, 64 anos. Segundo o registro de nascimento e batizado ocorrido na matriz de La Merced, em Buenos Aires, o vigário categoricamente confirma desta criança ter sido gerada de união reconhecida e duradoura.

Pedro Antônio, filho natural de Cevallos, permanece com a mãe em Buenos Aires, onde educa-se para seguir a carreira militar e administrativa do

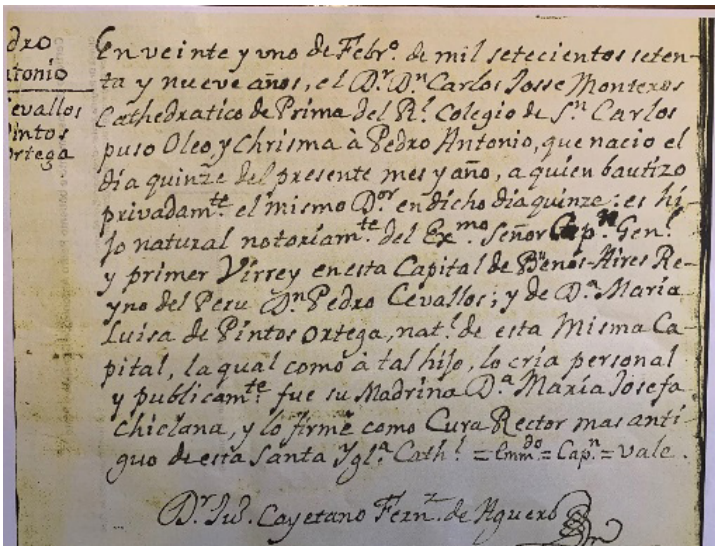
pai, vindo a distinguir-se como Ministro da Fazenda, em Salta, por longo tempo governada pelo General Martin Miguel de Guelmes, herói na campanha de independência do norte argentino, de Espanha. Em 13/12/1817, Pedro Antônio casa-se com Juliana Cevallos Pinto de Figueroa Cornejo, natural de Salta, em 1798, em bodas na igreja de la Merced de Salta. Sua grande descendência ainda é orgulhosa de sua genealogia até a atualidade.

Cumpre creditar a Cevallos um planejamento cuidadoso aos fundadores de São Carlos. Cidadão ibérico de profundas raízes estremenhas. Seu convívio com a cultura lusitana, muito possivelmente proporcionou o conhecimento quanto ao caráter ordeiro, determinado e religioso dos açorianos, características essas que ele próprio professava.

Coincidência ou plano previamente ensejado, o encontro dos açorianos rio-grandenses com a invasão do Rio Grande veio a mostrar resultados profícuos e promissores.

Portanto, em que pese as guerras e atrocidades cometidas aos interesses em jogo, das coroas espanhola e portuguesa, e considerando os quadros de desenvolvimento econômico e social que se sucederam ao longo dos séculos XVIII e XIX, tanto no Prata quanto no sul do Brasil, sugere-se sejam continuados estudos para confirmar-se esta participação multicultural em questão.

Figura 5 – Registro de nascimento e batismo de Pedro Antônio de Cevallos, Igreja de La Merced (Buenos Aires, 21/02/1779)



Fonte: Arquivo Nacional Argentino, Buenos Aires.

Figura 6 – Historiador Washington de Léon e cópia do mapa original de São Carlos, no Museu de São Carlos

Fonte: acervo do autor.

Consequências socioeconômicas e culturais à presença das famílias açorianas em São Carlos e seu posterior espraiamento à fronteira uruguaio-brasileira

No Museu Municipal e na Matriz de São Carlos há muitos documentos das famílias fundadoras e a sua nominata resgatada por pesquisadores carlistas e sul-rio-grandenses, entre outros, citados à lista de leituras recomendadas, que consubstanciam o êxito do desenvolvimento da vila, desde seus primórdios.

Os colonos, inicialmente, teriam recebido quarenta e sete carretas de trigo, correspondendo a 100 fanegas de grãos para semear (fanega ou *faniga*: medida utilizada para pesos secos, de origem árabe no século XIV, que equivaleria a 100 kg na zona de fronteira do Rio Grande do Sul), mais 1.518 sacas de farinha e 50 sacas de sal, "para que não lhes tolha até a primeira colheita". E algumas cabeças de gado cedidas da Fazenda Real, para o início de criação pelos colonos, seriam originalmente, desti-

nadas à alimentação dos militares no forte de Maldonado.(LÉON, 2017).

Conforme censo de 1780, a população era de 131 famílias, 540 colonos e 94 escravos, sem contar índios e circulantes em trânsito, que produziam anualmente cerca de 7.000 fanegas de trigo e 2.080 de milho, 15.000 queijos, 1.200 arrobas de manteiga (1 arroba, igual a 11,5 kg) e 600 lonjas de toucinho (descrição das mantas largas e finas da gordura suína subjacente à pele com o respectivo couro), entre outros produtos campesinos. Nas 83 estâncias de São Carlos havia 137.587 cabeças de gado e 3.500 cavalos; e nas 46 estâncias de Rocha, ainda que consideradas pertencentes à sede de São Carlos, havia mais 127.642 cabeças do vacum (CENTRO DE INVESTIGACIÓNES HISTORICAS DE SAN CARLOS, 2003).

A principal atividade industrial era a dos moinhos de trigo; as carnes eram conservadas defumadas ou de passá-las em graxa fervente; o leite industrializado chegava a todo vice-reinado; as verduras eram escaldadas e secas em bastidores, para consumo; frutas frescas e as uvas, estas também ao preparo do vinho. Os fornos de tijolo para a cozedura dos pães eram acesos semanalmente e constituíam ritual a seguir dos costumes da tradição, com particularidades a cada ilha nos Açores; os pães de trigo levavam diversos formatos de objetos e bichos e o "crescente" (fermento) era reformado a cada sessão, em que uma parte era acrescida de água, farinha e batata ou abóbora cozida e destinada a manter seu poder de fermentação, antes de agregá-la à "massa mãe". Seria também reservada uma parte do crescente com o destino de tornar-se importante presente de bodas ao novo casal, que assim passaria a fazer seus próprios pães; ainda quanto aos pães de milho, eram sempre amparados no forno em folhas de figueira (SANTOS, 2007).

As casas originais eram ranchos de pau a pique, recobertas de barro e teto de palha. as primeiras casas de pedra surgiram nas estâncias e, na vila, somente após 1780. Elas continham usualmente duas habitações, móveis rústicos e a cozinha construída à parte no terreno. Contudo, nos inventários disponíveis à leitura, percebe-se a importância dada aos objetos de uso doméstico e ferramentas, todos constando avaliados para serem distribuídos aos herdeiros, desde os mais valiosos aos mais simples.

O comércio logo tornando-se ativo, novas estradas foram abertas: o "Caminho Real", contornando a costa atlântica na direção de Montevidéu, vai substituir o "Caminho dos Faeneros", dos antigos achacadores

ligados à matança do gado xucro; outras tornam-se necessárias para alcançar as localidades na Serra de Aiguá, Minas e Rocha, onde incrementam-se as atividades agropastoris; e a estrada para a fortaleza de Santa Teresa, em direção à fronteira do Brasil, em menos de duas décadas da fundação de São Carlos, vê ficar intenso o tráfego aos comboios de carroças e carretas.

Originalmente levantada no mês de agosto de 1763, a nova capela vai ser sucessivamente reformada de tempos em tempos. Além dos colonos recém-chegados e ciosos em manter sua religiosidade, outros seguem trazendo consigo de Rio Grande mais móveis e paramentos ao culto. Ela será definitivamente impulsionada pelo vigário Dom Manuel Amenedo Montenegro que concebe de construir o edifício mais glorioso deste tempo; a seguir o plano da igreja andaluz de Santa Maria, em estilo romano do século IV.

A nova Matriz, consagrada a São Carlos Borromeu, tem sua pedra fundamental lançada em 29/06/1800 e a inauguração em 01/01/1801, para ser totalmente custeada pelos paroquianos, a assim demonstrar, além da fé, o seu poder econômico. Atrás deste prédio permanece a réplica da primeira necrópole, mantida de 1787 a 1850, a dar testemunhos da existência heterogênea dos primeiros habitantes, constando a sepultura de indivíduos de todas idades, gêneros e raças. E nos quatro ângulos das torres dos campanários existem ainda os magníficos frisos, onde permanecem aderidos os pratos originais de porcelana inglesa com paisagens cor azulada usados no banquete da inauguração, naquele primeiro dia de 1801. Também lá estariam os novos sinos mais sonoros que foram sendo adquiridos a substituir os antigos para ser generosamente doados a outras igrejas do país.

Desde as primeiras festas açoriano-carolinas, em São Carlos canta-se e dança-se “A Chamarrita”, quase como um hino de exaltação às novas gerações. Seus versos populares dizem: “A Chamarrita d’agora/ veio de cima da serra/ Pulando de galho em galho/ Veio parar nesta terra. A moda da Chamarrita/ Não tem nada que aprender/ É andar com um pé no ar/ E outro no chão a bater. Quero cantar e bailar/ Com a moça mais bonita/ Dar voltas a Chamarrita”. No Rio Grande do Sul, onde também é denominada “A Chimarrita”, originalmente desde os Açores seria conhecida como o fandango d’ “A Chama-Rita”: duas colunas de rapazes e raparigas se movimentam em vaivéns a levar as demais para que ninguém fique em vão à espera do par.

O primeiro a interessar-se para descrever em detalhes a história de "São Carlos e sua região" – em reimpressão da Prefeitura de Maldonado, pelo editor José Estebán Seijo, por Katela S.A., em 1999 – teria sido Dom Carlos Seijo (Montevidéu, 1862-1956). Filho de rico comerciante, sua ascendência materna estava na família Correa, uma das fundadoras, vinda na primeira leva açoriana do Rio Grande, em 1763. Homem culto, fez os cursos superiores de humanidades na Espanha e aos sete anos de idade os primeiros estudos em São Carlos. Na ocasião, seus pais decidiram sair da capital uruguaia, por surto de cólera que então grassava, inicialmente procurando Rocha, onde não foram aceitos por medidas sanitárias para então refugiar-se em São Carlos com familiares. Qual não foi a surpresa para toda família pelo bom recebimento que receberam. Além de decidirem se estabelecer em uma chácara adquirida de João Barros, próxima à vila, a residência ainda seria mantida como monumento histórico municipal. Em "La Casona", onde teria escrito a maioria de suas obras literárias, no decurso de seus 96 anos de vida, despediu-se numa primeira vez ao poema "Adeus São Carlos", quando aos 16 anos seguiria em estudos à Europa: "Quase oculta entre a folhagem do arvoredo e pelo arroio que murmura a teus pés, aí passei primeiras horas que não mais as sustento nem meus primeiros sonhos de quimeras ao acaso, mas difíceis de esquecer. Mesmo assim, voltarei". Com Juan Manuel Blanes (Montevidéu, 1830 – Pisa, 1901) teve aulas de pintura que o impressionaram pelos temas históricos em grandes telas. A sala de conferências do Museu de São Carlos mantém em exposição seu quadro "No hospital", de 1889 (óleo, 87x18 cm), em que, menino, era atendido na enfermaria.

Com a obra fundamental de Dom Seijo, logo outros escritores carlistas seguiriam seu exemplo precursor: Heráclio Pérez (1904), Florência Fajardo Téran (1907) e Brenda Pagola Coello (1916), para citar os pioneiros. Mas veja-se, isto sucedeu quase um século depois dos acontecimentos.

Outra personalidade de memória resgatada foi Cayetano Alberto Silva (San Carlos, 1868 – Rosário, 1920), autor da "Marcha de São Lourenço". Marcha oficial do exército argentino, seguiria fazendo parte do repertório marcial em diversas partes do mundo, desde cerimoniais do palácio de Buckinghan, na Inglaterra, e muito apreciada na América do Norte. O tema da canção pátria remonta ao sucedido em fevereiro de 1813, quando perto do Convento de São Carlos, a trinta quilômetros da cidade de Rosário, as tropas do General San Martin enfrentaram às tro-

pas realistas espanholas na luta da independência argentina. De cor negra, manteve-se como chefe da banda militar em diversas campanhas pelo Uruguai, Brasil e Argentina e, embora sem fortuna, a ele atribui-se o pensamento de Ortega y Gasset; "Se conserva-se a fé no passado, o futuro não assusta".

É curioso relacionar que, pelos mesmos campos do Passo do Rosário, ou Ituizangó, na história pátria do Prata, passaram Cayetano Alberto Silva e o imperador Dom Pedro I (Queluz, 1798-1834). Este, ali teria perdido os originais de seu "Hino à Independência do Brasil", para depois recompô-lo. O príncipe que tocava clarinete, fagote e violoncelo, para compor obras musicais reservava duas horas do dia ao estudo, além de grande líder político-militar e amante da vida mundana. Mas a fama maior musical foi obtida pelo maestro Cayetano, pois teria tido imenso prazer de haver se encontrado os dois, em outros tempos.

O espraiamento ao interior deu-se na medida que incrementaram-se as atividades de comércio e indústria na vila carlista e da circulação de bens dependentes da atividade agropastoril que passou a tomar grandes proporções pela extensão dos campos livremente disponíveis. Assim, novas povoações e zonas de influência política e comercial foram surgindo nos atuais departamentos uruguaios de Rocha, Trinta e Três e Cerro Largo, onde os colonos de origem açoriana foram se integrando com os demais presentes.

A partir das últimas décadas do século XVIII, aconteceu a paulatina penetração dos colonos, de forma gradual e centrífuga, possivelmente também em busca de reatar seu passado, as raízes familiares, a cultura e a língua portuguesa, acrescentado às novas perspectivas de crescimento econômico.

Portanto, duas vertentes, civil e militar se mesclaram na demanda por novas oportunidades, pela exposição geográfica de sua natureza, formada por planícies e coxilhas recobertas de campos que se sucedem sem grandes empecilhos. As maiores elevações não ultrapassam quinhentos metros de altura, e os rios e aguadas são pouco profundas e de vão livre, sem blocos de pedra animosos ou sumidouros a botar medo. É como se a natureza preparara um tapete verde para recebê-los e pedir que a reinassem. E ainda pelo intenso movimento de tropas militares envolvidas nas disputas dos limites fronteiriços em disputa das novas nações. Além de estarem em luta com os habitantes primitivos, os ameríndios, que os resistiram, trocando de sítio para moradia, cultivos e desfrute da

caça e pesca, principalmente aos de origem charrua e minuana, os mais nômades e aguerridos.

As novas possessões pelas Guerras Guaraníticas geraram um valioso espólio de bens das Missões, até então bem ministrado pelos padres jesuítas espanhóis, motivo que levou aos exércitos espanhóis e portugueses a unirem-se para expulsá-los a partir do século XVII, e que praticamente fez os desaparecer no século XIX. E, em consequência das movimentações guerreiras, muitos militares receberam a concessão dessas terras pelos serviços prestados, por considerados patrióticos, e que se uniram aos lavradores e estancieiros por negócio, amizade ou casamento, em prol da administração indiscutível dos novos países em nascimento. E os açorianos carlistas e rio-grandenses, pela sua cultura europeia, participaram ativa ou passivamente dessas operações de conquista.

O povoamento primordial da Capitania de São Pedro do Rio Grande deu-se a partir do século XVIII por três alças migratórias de colonos açorianos, quase todas elas originando-se inicialmente da capitania de São Vicente ao porto de Paranaguá para chegar à ilha do Desterro, ponto mais meridional de domínio português pelo Tratado de Tordesilhas, e seguindo mais ao sul a Laguna para: a) estacionar em Viamão, a espera de serem levados às Missões ou ainda dirigindo-se pelo Estreito, entre o oceano e a laguna dos Patos ao porto de Rio Grande ou daí ramificando-se ao interior por Canguçu (alça mais antiga); b) levados de Rio Grande a São Carlos no Uruguai para, posteriormente, retornar diretamente ao porto de Rio Grande ou dirigirem-se aos municípios sul-rio-grandenses, atravessando a fronteira uruguaio-brasileira (alça intermediária); c) espalhando-se de Viamão ao Porto dos Casais, Rio Pardo e daí alcançar centralmente Canguçu, irradiando-se por toda Capitania e fronteira oeste (alça mais recente). Deste traçado compreende-se a extensa difusão açoriana a toda província.

Exemplos de alguns vultos ilustrativos do povoamento primordial

Rafael Pinto Bandeira (Rio Grande, 1740-1795), prócer pioneiro das demarcações de fronteiras, entre Brasil e Uruguai, era filho de Francisco Pinto Bandeira, tropeiro e militar brasileiro. Seu pai e o avô José estiveram nas forças de Cristóvão Pereira de Abreu, para fundar o forte Jesus -Maria-José, em Rio Grande. Sua mãe Catarina era neta de Domingos

de Brito Peixoto, bandeirante de São Vicente e fundador de Laguna, em 1676. Rafael cedo incorporou-se, como seu pai, ao Corpo de Dragões de Rio Pardo, em 1754. Comandou inúmeras batalhas em defesa das possessões portuguesas na Capitania do Rio Grande de São Pedro. Valente e grande estrategista, era uma lenda para seus comandados que atribuíam a ele qualidades prodigiosas, como a de reconhecer cada palmo do território sulino, orientando-se mesmo à noite pelos odores e ruídos da natureza e ter a simpatia de irmanar-se a seus comandados, distribuindo terras e subindo-os de patente e de torná-los grandes estancieiros, como ele. Demarcou os limites dos municípios de Herval do Sul, Jaguarão, Arroio Grande, Pedras Altas, Pinheiro Machado, Canguçu e Piratini ao fazer avançar a fronteira uruguaio-brasileira. De gostos refinados, organizava concertos musicais, além de entreter sonhos de transformar o Rio Grande em uma província civilizada, descrição bem captada por Érico Veríssimo no primeiro tomo da trilogia "O tempo e o Vento". Assumindo a governança militar da Capitania de São Pedro, em 1784, a convite da Rainha Dona Maria I, permaneceu na corte de Lisboa, de 1788 a 1790. Seus restos mortais encontram-se depositados na Catedral de Rio Grande, povoado que o viu nascer.

Pedro José Vieira Fernandes (Viamão, 1779 – Piratini, 1844), entre muitos açorianos chegados ao Novo Continente e fugidos de Portugal e dos países de Flandres, durante a Inquisição, este descendente novo-cristão de família materna lagunense foi militante a serviço do Brasil e dos países do Prata. Desde jovem, transladou-se ao Uruguai como capataz de estância. Na Revolução de Maio, em Buenos Aires, a Banda Oriental permaneceu fiel à Espanha. Mas, entre o povo, especialmente rural, surgiu reação à dependência espanhola. Em 27/02/1811, esteve reunido contingente de revolucionários nas imediações do arroio Ascenso, no atual departamento de Soriano, encabeçados por Pedro José Vieira e Venâncio Benavides. Estas primeiras ações para a libertação do Uruguai foram conhecidas como o "Grito de Ascenso", recebendo forte apoio de José Gervásio Artigas, logo convertido no líder da revolução republicana rio-platense. Na defecção pelos unionistas argentinos de Artigas, Vieira tornou-se oficial do Exército Norte de San Martin, acompanhando os generais Simão Bolívar e Sucre para a libertação do Chile. Considerado Patriota Hispano-Americano (1811-1824), amigo e contemporâneo de Bento Gonçalves da Silva, lutou no grau de Coronel na Revolução Farroupilha sob as ordens do General Domingos Crescêncio, homem de confiança

e também familiar de Bento Gonçalves. Do casamento de Pedro Vieira com Juana Chacón, seu filho mais velho casou-se com a neta de Artigas, companheiro de juventude. Divertido e liberal, era exímio sapateador. Por isso, seu apelido de "Pericón, El Bailarín" ao dirigir a "Dança del Pericón", portando um xale nas cores azul e branca, em homenagem a San Martín que, estando presente ao baile, teria confirmado a ideia dessas duas cores para a bandeira argentina!

Bento Gonçalves da Silva (Triunfo, 1788 – Guaíba, 1847), filho de família tradicional de estancieiros, ingressou no serviço militar aos 23 anos. Em 1814, casou com Cayetana Juana Francisca García González, uruguaia, de pai estancieiro, espanhol, em Cerro Largo e sua mãe, filha de açorianos do Povo Novo, no Rio Grande. Com ela, tem nove filhos. Em 1816, Bento já era próspero fazendeiro em Cerro Largo e proprietário de casas de comércio no ramo de tecidos e bebidas. Em 1820, participou da campanha que resultou na anexação da Banda Oriental do Uruguai, como Província Cisplatina do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1817-1822), logo passando ao Império do Brasil (1822-1828). Destacou-se na Guerra Cisplatina (10/12/1825 – 27/08/1828), combatendo pelo Império do Brasil, tornando-se Coronel do Estado Maior, e logo nomeado Comandante Superior da Guarda Nacional da Província, sendo deputado à Assembleia Provincial, em 1834. Um dos mentores da Revolução Farroupilha (1835-1845), foi preso em combate na ilha do Fanfa, em 1836, e enviado ao Rio de Janeiro. Ao ser proclamada a República Rio-Grandense, em Piratini, a primeira capital farroupilha, estava ainda preso no Forte do Mar, na Baía de Todos os Santos. Mas, em 10/09/1837, conseguiu se libertar a nado, pois obtivera a concessão de nadar diariamente ao oceano para manter a saúde e a forma física. E, ao descobrir que seria alvo de ser envenenado pela esposa do carcereiro, quando ofereceria um prato de alimentos naquele domingo, saído o casal à missa e antes de prová-lo, Bento oferece o alimento a um cão que circulava pela fortaleza e que logo expira. Após a fuga, escondendo-se em casa de simpatizantes maçons (para dois meses depois, esses mesmos deflagrarem a "Sabinada" em Salvador, revolta de elementos comuns com a Revolução Farroupilha), retornou à Província para reassumir a Presidência da República Rio-Grandense. Em 1842, reafirma seus ideais republicanos na segunda capital, Alegrete para, em 1843, renunciar à Presidência a fim de evitar conflitos com companheiros e permanecer no comando de uma divisão militar. Com a assinatura da Paz de Ponche Verde, em 10/03/1845, e a anistia geral, retornou ainda que empobrecido à

Estância do Cristal, em Camaquã, herança de seu pai e único bem restado à família. Desgostoso com o rumo dos acontecimentos e sentindo a saúde abalada, examina-se em Pelotas com médico que o diagnostica com pleurisia. No ano seguinte, aos 58 anos de idade, estando em visita ao amigo farrapo José Gomes Jardim, faleceu subitamente na Estância das Pedras Brancas, em Guaíba.

Delfina Benigna da Cunha (São José do Norte, 1791 – Rio de Janeiro, 1867), nascida na Estância do Pontal, no interior do Estreito e batizada em São José do Norte, filha de lagunenses que vieram dar apoio à fundação pelo Brigadeiro José da Silva Paes, de uma base militar na Barra do Rio Grande, o Forte Jesus-Maria-José, em 1737; sua mãe, Maria Francisca de Paula Cunha (1763), mulher de alta posição social em Laguna, era irmã do Capitão Gabriel Ferreira da Cunha (1766); e seu pai, Capitão-Mor Joaquim Fernandes da Cunha, militar designado pela guarda do litoral no Estreito do RS. Aos vinte meses de idade, ficou cega pela varíola. A "poeta ceguinha", como era chamada, já na adolescência publicou o poema "Colcheia", associação à figura musical em que prenuncia sua intensa linguagem romântica: "A Natureza e o Amor combatem minha razão/ Até Júpiter, Senhor/ De tudo quanto há criado, estreitamente/ É ligado à Natureza e Amor. Se este Deus, que é Superior/ Vive sujeito à Paixão/ Como há de o meu coração/ libertar-se deste mal/ Se Amor como arma fatal/ Combate a minha razão?". Com a morte do pai, em 1825, perde o amparo financeiro, mas viaja ao Rio de Janeiro participando de saraus da sociedade carioca ao Imperador Dom Pedro I, a ele se dirigindo em "Soneto-Apelo" para garantir a sobrevivência, e deste recebendo pensão vitalícia em reconhecimento aos serviços militares prestados por seu pai. Seu livro de estreia "Poesias Oferecidas às Senhoras Rio-Grandenses", impresso em 1834 pela Tipografia Fonseca, de Porto Alegre, é considerada a primeira obra literária publicada no RS, com segunda edição, em 1838, pela Tipografia Villeneuve, no Rio de Janeiro. A autora, ferrenha monarquista, teria cerrado críticas à Revolução Farroupilha, não sendo de estranhar pelo senso de fidelidade ao Brasil.

Maria Clemência da Silveira Sampaio (Freguesia do Estreito, 1789-1862), culta e dedicada professora, é descrita por Saint-Hilaire como "fenômeno" pelo seu domínio de línguas estrangeiras. Mantinha em sua casa biblioteca de mais de cinquenta volumes, raridade à época, e que amealhou à biblioteca herdada do tio cônego. Descendia de rica família, com vários negócios nas cidades de Pelotas e Rio Grande, para ainda

estar vinculada aos primeiros Dragões de Rio Pardo e aos fundadores de Laguna, açoriano-descendentes. Seus "Versos Heroicos", publicados em jornais da imprensa nacional, de 1822 e 1823, continham cento e trinta cinco poemas que glorificam a casa imperial, mas simultaneamente reivindicando mais atenção à Província. A autora teria a primazia entre as publicações gaúchas, segundo alguns críticos, ao anteceder-se ao primeiro livro publicado por Delfina Benigna da Cunha. Ambas autoras representavam o movimento romântico, já eivado do realismo incipiente no século XIX, e completam lista de pessoas com grande cultura entre os primeiros colonizadores.

Aparício Saraiva (Trinta e Três, 1856 – Santana do Livramento, 1904), ou *Saravia*, como era conhecida sua família na Coxilha Grande, então pertencente a Cerro Largo. Seu pai havia lutado na Guerra dos Farrapos, emigrando para o Uruguai em busca de melhores dias como estancieiro, tornando-se uma das maiores fortunas deste país. Em janeiro de 1893, despediu-se do pai, esposa e filhos, indo encontrar-se com seu irmão batizado no Brasil, ***Gumercindo Saraiva***, acampado nos cerros de Aceguá, em território uruguaio, juntamente com uma tropa de quatrocentos homens na maioria brasileiros. Em 02/02/1893, entrou a primeira coluna chefiada pelo irmão Gumercindo, em território brasileiro, sendo posteriormente seguida pela comandada por Aparício. Este fato marcou o início da Revolução Federalista Sul-Rio-Grandense que abarcaria todo o sul do Brasil, notabilizando os irmãos Gumercindo e Aparício. Após a morte de Gumercindo, em 1894, sua cabeça foi levada pelos legalistas ao Presidente da Província Julio de Castilhos, motivo do filme épico de Tabajara Ruas, em 2018, Aparício foi designado General das tropas federalistas. Terminada a guerra em 1895, Aparício retornou ao Uruguai com grande prestígio, dado que os jornais de Montevidéu cobriam amplamente o embate. Sua atuação militar torna-o líder máximo do partido Blanco, representante da classe ruralista. Em combate, apresentava-se com um pala branco que o dava a alcunha de "Águia Branca". De 1897 até 1904, quando foi assinada a Paz de Aceguá, entre Brancos e Colorados, Aparício estava na liderança dos primeiros, quando foi alvejado cavalgando à frente das fileiras, estando o exército governista e colorado dotado de equipamentos bélicos mais modernos. Diz-se que Aparício teria marcado o final da era legendária dos políticos de estampa gauchesca, sendo de sua lavra a frase: "Prefiro deixar meus filhos pobres, mas com pátria, do que ricos sem ela".

Alguns dados familiares ilustrativos do autor

A firma Xavier & Irmão Cia. Ltda. foi constituída em Pelotas no século XIX, pelos irmãos José Ignácio da Silva Xavier e Feliciano Ignácio Xavier (nascido em Mostardas e batizado na Igreja Matriz de São José do Norte, a 16/11/1867). Empresa atacadista de secos e molhados, como dizia-se ao ramo de comércio que vende alimentos sólidos e líquidos, precedida pela fundação, em 1875, sob nome de Luiz Gonçalves de Carvalho & Cia., ainda pela associação de Luiz Gomes de Carvalho com Antônio José Gonçalves Mostardeiro, e sucedida pelo irmão Frutuoso José Gonçalves Mostardeiro com José Ignácio da Silva Xavier, e, finalmente, este associando-se a seu irmão Feliciano, em 1894. Esta sucessão justificava-se pelo alto rendimento dos negócios, muitos dos sócios retirando-se para o ramo imobiliário ao fazer fortuna. Esta empresa dos bisavós paternos do autor, ainda se modificaria para Xavier Irmão Sociedade Anônima, na primeira década do século XX, com a entrada como sócia de Jovelina Candiota Xavier, esposa de Feliciano, que já participava na contabilidade da empresa, enquanto o marido dedicava-se às vendas. Este, então, modifica seu nome para Feliciano Ignácio Xavier Irmão, a não ver modificado o nome da razão social e para mais sócios anônimos serem admitidos à nova firma Xavier Irmão S.A.

Feliciano Ignácio e Jovelina casaram-se em Pelotas e se conheceram na localidade de Cerrito, hoje Pedro Osório, importante posto de vendas aos municípios de Piratini, Arroio Grande e Herval, onde Feliciano ia comerciar seus produtos. Os pais de Jovelina, prepostos de estância às margens do rio Piratini (Figura 10) eram Joaquim Pedro Rodrigues Candiota (1828-1897) e Maria Felícia da Rocha (1831) que haviam casado em Bagé, também descendentes de colonos açorianos rio-grandenses vindos de Horta e Feteira, na ilha do Faial.

Jovelina (Piratini, 1870) era prima em segundo grau do “Rei do Arroz”, Pedro Luís da Rocha Osório (Caçapava do Sul, 1854 – Pelotas, 1931) que havia iniciado a trabalhar como tropeiro arrebanhando tropas, desde a fronteira oeste para os matadouros e charqueadas de Pelotas, e se torna uma das figuras principais da sociedade pelotense a merecer escultura gigantesca em granito e bronze na praça central, além desta praça ter posto seu nome em homenagem a este líder econômico e político que muito engrandeceu a Princesa do Sul.

O Capitão João Ignácio Xavier (Feteira, ilha do Faial, 1729 – São José

do Norte, 20/04/1810) teria chegado ainda jovem como marinheiro embarcado às costas de Mostardas, onde seu navio encalhou nos bancos de areia. Seriam bem conhecidas as estórias entre mostardenses pelas depredações feitas periodicamente ao seu farol para assim permitir roubos de cargas nos navios encalhados e enriquecer os atravessadores. Pois este adquiriu terreno no Capão do Meio, logo acima da Estância Real do Bojurú, que prestava assistência alimentar ao exército e situada abaixo de Mostardas, "avistando-se o sol nascer no mar a leste e opor-se na laguna a oeste". Ainda hoje encontra-se cuidadosamente conservada na família, a sua casa, móveis, retratos e a escritura de posse original, datada de 1774, por obra de seus descendentes, atualmente nas mãos dos primos do autor, José Carlos Xavier de Carvalho e de seu filho Renato Visintainer de Carvalho.

A esposa de João Ignácio era Maria Jacinta da Luz, filha de comerciantes locais e nascida no Estreito, em 06/03/1764; o casamento ocorreu em São José do Norte, a 22/08/1778. Filho de João Ignácio e Maria Jacinta, Feliciano Ignácio Xavier, nascido em Mostardas a 04/06/1795 casou-se com Ignácia Lopes de Araújo, também natural de Mostardas em 1809. Foram então pais de João Feliciano de Araújo Xavier (Mostardas, 1832), este, o irmão mais moço de Maria Ignácia, de 1828, Mara Inácio, de 1829 e Amélia Inácio, de 1830.

Por sua vez, João Feliciano de Araújo Xavier casou-se com Maria Felicidade Machado da Silva, no ano de 1857, também ela de Mostardas, nascida em 1834, formando o casal que consta nos porta-retratos bem conservados na casa do Capão do Meio (Figuras 8 e 9), vindo a ser pais de Victalino da Silva Xavier, de 1858; Hermógenes Ignácio Xavier, de 1859; Ignácia da Silva Xavier e Maria da Silva Xavier, de 1862; José Ignácio da Silva Xavier, de 1863; Vergílio Ignácio Xavier e Feliciano Ignácio Xavier Irmão, de 1867; Eduviges da Silva Xavier e Avelino Xavier, de 1870. Os pais de Maria Felicidade Machado da Silva originavam-se de Ribeira Grande, na ilha de São Miguel.

Feliciano Ignácio Xavier Irmão, ainda se destacou na organização da Companhia Telefônica Melhoramentos & Resistência S.A., a primeira empresa telefônica de capital privado nacional com a participação do empresariado sul-rio-grandense, criada em 1919, e dividindo por duas décadas sua presidência com Miguel Touca Duarte. E a presidência do conselho da Associação Comercial de Pelotas, em 1924-1925, acompanhando seu amigo Manoel Ferraz Vianna (São José do Norte, 25/12/1870),

diretor-presidente das Ferragens Vianna e futuro sogro de seu filho médico, Doutor Darcy Candiota Xavier. Seu segundo filho, Ary Candiota Xavier, bem como seu neto Ottoni Vianna Xavier, pai do autor e o sobrinho Rubens Xavier, filho de Vergílio, seriam seus seguidores na empresa que ainda veria nascer os Supermercados Xavier, vigentes até 1971.

Cândida Flora Medeiros Correa, em solteira, avó materna do autor, nasceu na Estância de Jaguarão Chico, e junto ao arroio de mesmo nome na campanha do município de Pedras Altas, em 21/04/1889. Teve como única irmã Lídia, nascida a 03/05/1888, pois sua mãe Cândida Medeiros Dias veio a falecer de seu parto. Assim que foram criadas pela avó Cândida Juliana Gomes Dias Correa, carinhosamente alcunhada de Quichita, bem como suas cinco primas pela morte em circunstâncias semelhantes de sua nora. Interessante que no registro dela Quichita e seus sete filhos não usassem o último sobrenome do esposo, Manuel José Correa de Borba, nascido em 1846, sendo apenas discordante sua filha, Ana Cândida Dias de Borba. Seu segundo filho, Álvaro Dias Correa, pai de Cândida Flora e Lídia, era o administrador da estância, na ausência do pai, que seguiria na atividade de tropeirada que muito o enriqueceu, adquirindo outros campos em Cruz Alta e Tupanciretã, tornados muito valiosos para a cultura de grãos.

A origem da família Dias, cuidadosamente elaborada por Jorge Correa Gastal, tio materno do autor, em árvore genealógica de sua lavra, e ainda pesquisada pelo sobrinho do autor, Leonardo Caringi Veloso, está entre a primeira leva de colonos açorianos rio-grandenses levados a fundar São Carlos no Uruguai. Pelo casamento na vila de São Carlos, em 1765, de Jacinto Dias com Maria Rosa, ambos solteiros naquela leva, ele nascido em 1735, nos Açores, e ela em Rio Grande. Seu filho, Manoel Jacinto Dias (São Carlos, 1766 – Piratini, 24/04/1832) casou-se com Ana Antônia Gomes (São Carlos, 10/09/1774 – Piratini, 07/01/1870), na cidade de Rio Grande, em 1794, antes de seguir a Piratini. Ela era filha de Manoel José Gomes (1740- 1799) e Rosa Maria da Fonte, oriundos das primeiras levas de açorianos escolhidos por Ceballos a tornarem-se estancieiros no Uruguai, porém também migrantes através da fronteira para estabelecerem-se na primeira sesmaria de Piratini. A irmã de Ana Antônia, Maria do Rosário Gomes, viria a dar nome ao Passo Maria Gomes, no arroio que se liga ao rio Piratini, para tornar-se grande empresária ao assumir a liderança da sesmaria com o falecimento do pai, afogado nesse Passo, ao cruzá-lo para assistir missa na capela da Estância Santa

Cruz. Esses dados constariam na história do município de Pedro Osório, vindo a desmembrar-se de Piratini.

Antônio Silvério Dias (Piratini, 1804-1851), filho de Manoel e Ana Antônia, casou-se com Cândida Justina Gomes (Piratini, 1812-1881), em 1829. Estes foram os pais da matriarca "avó Quichita", Cândida Juliana Gomes Dias. Seu pai, Antônio Silvério, consta ter falecido aos 47 anos de idade, atingido por um raio cavalgando no campo. Sendo Quichita a filha mais velha do casal, passou a tomar conta dos negócios até seu filho Álvaro assumir a gestão da estância. Cogita-se que a família de seu esposo, Manuel José Correa Silva de Borba, fosse descendente de cristãos-novos açorianos chegados da ilha do Desterro no século XVIII. Francisco Machado de Borba, instalara-se em Viamão no século XVIII, bem como outros vindos da capitania de São Vicente que teriam ancestralidade em Belchior da Borba Gato, chegado da ilha Terceira em 1628, sendo sua irmã Beatriz, avó do famoso bandeirante Manuel da Borba Gato (1649-1718). Importante não esquecer a imensa heterogeneidade racial gerada pelos bandeirantes que conviveram com os indígenas e negros do sexo feminino que os acompanhavam nas prolongadas excursões pela hinterlândia do país.

A simples descrição das diversas ancestralidades presentes entre os açorianos rio-grandenses que realizaram esta alça migratória ao Uruguai vem também a confirmar sua importância ancestral na miscigenação da população brasileira, sendo, para muitos, fator essencial de sublimação social e resiliência do seu povo frente ao porvir.

Figura 7 – "En el hospital", tela de Carlos Seijo

Fonte: acervo do Museu de São Carlos.

Figura 8 – João Feliciano de Araújo Xavier (daguerreótipo, meados do séc. XIX)

Fonte: acervo do autor.

Figura 9 – Maria Felicidade Machado da Silva (daguerreótipo, meados do séc. XIX)

Fonte: acervo do autor.

Figura 10 – Estância açoriana em Piratini (meados do séc. XIX)

Fonte: acervo do autor.

Figura 11 – Boleadeiras e lanças charruas

Fonte: Museu de São Carlos.

Figura 12 – Fonte d´Água Boa ou “Cachimba Del Rey”: Parque do Departamento de Maldonado

Fonte: acervo do autor.

Anexo dos limites de fronteiras celebrados entre Espanha e Portugal (PIRENNE, 1954; FERREIRA FILHO, 1960; WIEDERSPAHN, 1979; FORTES, 2001)

1) **Bula Inter Coetera, 1493**: com o início das grandes navegações por Espanha e Portugal, o Papa Alexandre VI instituiu a bula, com a intenção desses dois reinos não entrarem em guerra. A partir de uma linha imaginária a 100 léguas dos Açores, as terras a oeste pertenceriam a Espanha (seriam as americanas) e a leste a Portugal (as africanas), o que levou historiadores a concluir sobre já haver conhecimento prévio à descoberta das Américas.

2) **Tratado de Tordesilhas, 1494**: pela desconformidade de Portugal com a bula, são demarcados os limites de exploração dos dois reinos no Atlântico Sul, a partir do meridiano que passa a 370 léguas a oeste do arquipélago do Cabo Verde, a ver perdida sua efetividade à unificação das duas coroas na União Ibérica (1580-1640), sob Felipe II da Espanha, também coroado como Felipe I de Portugal.

3) **Tratado de Lisboa, 1681**: Espanha devolve a Colônia de Sacramento a Portugal, fundada no ano anterior pelos portugueses, e logo invadida pelos espanhóis, vindos de Buenos Aires.

4) **Tratado de Methuen, 1703**: também denominado *Tratado dos Panos e Vinhos*, não discutia territórios geográficos, mas áreas de atuação comercial mediante a aliança entre os interesses da manufatura têxtil inglesa e a vinicultura portuguesa.

5) **Tratado de Utrecht, 1713 e 1715**: estabelecia o rio Oiapoque como a divisão entre o Brasil e a Guiana Francesa, havendo a devolução de Colônia de Sacramento à Espanha.

6) **Tratado de Madrid, 1750**: faz valer a regra do *Uti possidetis*. Colônia permanece com Espanha, além das demais terras da bacia do Prata. Portugal fica com as Missões, e áreas acrescidas ao sul e a oeste na Província de São Pedro.

7) **Tratado de El Pardo, 1761**: revogação do tratado de Madrid pelas dificuldades encontradas em executá-lo, frente à oposição dos jesuítas espanhóis e indígenas em abandonar as Missões. Com a morte de Fernando VI e ascensão de Carlos III, este decide pela revisão geral dos acordos feitos com os portugueses.

8) **Tratado de Santo Ildefonso, 1777**: com o intuito de finalizar os conflitos geopolíticos de três séculos, restaura-se parte do Tratado de

Madrid que havia sido anulada pelo d' El Pardo. Dá a posse das Missões aos espanhóis, mas define novos limites entre Uruguai e Brasil: Chuí passa a ser o ponto meridional brasileiro, bem abaixo da convenção anterior à linha original de Castilhos Grande e que invadia a parte oeste do Rio Grande. Estabelece a livre passagem de cidadãos à fronteira uruguaio -brasileira, a dar fim às operações militares.

9) **Tratado de Badajós, 1801**: visa resolver questões entre Espanha e Portugal, na península ibérica, e atende exigência de Napoleão Bonaparte ao fechamento dos portos de Portugal aos ingleses. Embora não constasse a integração das Missões em seus termos oficiais, esta ocorre dias depois pela dispersão via *manu militari* das forças espanholas remanescentes. A confirmação *ad judicia* levada a termo em 1804, assinadas pelo Vice-Rei do Prata e o governador do Rio Grande do Sul.

Referências

ABUCHAIM, Vera Rheingantz. *O tropeiro que se fez rei*. Porto Alegre: GMosca, 2013.

ALGABA, Milagros Fernández. *Vivir em Emerita Augusta*. Madrid: Esferalibros, 2009.

ALVES, Luiz Antônio. *Memorial Açoriano*: genealogia do século XVIII, Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST, 2005.

ALVES, Luiz Antônio; ALVES, Sandra Maria Schmidt. *Cidades tropeiras*: região Sul do Brasil. Porto Alegre: Evangraf, 2018.

AMARAL, Ivone Leda; JACOTTET, Alda Maria de Moraes. Açorianos no Litoral Sul do Brasil. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel. (Org.). *Açorianos no Brasil*: História, Memória, Genealogia, Historiografia. Porto Alegre: EST 2002.

BARROSO, Véra Lucia Maciel. O tropeirismo na formação do Sul. In: GOLIN, Tau et al. (Org.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 171-187.

BECKER, Klaus. *Enciclopédia Rio-Grandense*: Rio Grande Antigo. Porto Alegre: Sulina, 1968, tomo 1.

BENTO, Carlos Melo. *História dos Açores*. Ponta Delgada: Açoreana, 1993.

BORGES, Luís. Revista do 1º Centenário de Pelotas: uma visão retrospectiva e prospectiva. In: RUBIRA, Luís (Coord.). *Almanaque Bicentenário de Pelotas*. Santa Maria: Pallotti, 2012, v. 1, p. 69-239.

BOSCH, Beatriz. *En la Confederación Argentina*. 1854-1861. Buenos Aires: Endeba; UBA, 1998.

BRACCO, Diego. *Con las armas en la mano*: charrrúas, genoa-minuanos y guaraníes. Montevidéu: Planeta, 2013.

CAETANO, Gerardo. Historia Minima de Uruguay. In: YANKELEVICH, Pablo (Dir.). *Colección Historias Minimas*. Cidade do México: El Colégio de México, 2021.

CENTRO DE INVESTIGACIONES HISTORICAS DE SAN CARLOS. Primeras Fiestas Azoriano-Carolinas. 24 a 26/01/2003.

CÉSAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul*: período colonial. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2001.

CÉSAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul*. 1737-1902. Porto Alegre: CORAG; IEL, 2006.

COSTA, Maria Fraga Dornelles. O batismo de fogo dos gaúchos. In: ROCHA, Santa Inèze Domingues (Org.). *Açorianos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2005, p. 24-33.

CHIMARRITA. In: BOSSLE, Batista. *Dicionário Gaúcho Brasileiro*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 2003.

DOMINGUES, Moacyr. *Portugueses no Uruguai*: São Carlos de Maldonado, 1764. Porto Alegre: EST, 1994.

FERNANDES, Elza de Melo; TEIXEIRA, Nabor João. *Os Náufragos*: saga açoriana no Brasil Meridional. Porto Alegre: EST, 2011.

FORTES, João Borges. *Rio Grande de São Pedro:* povoamento e conquista. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2001.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. Jesuítas Portugueses nos séculos XVII e XVIII. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 85-101.

GILL, Lorena Almeida. Clientechiks. Os Judeus de Prestação em Pelotas (RS). 1920-1945. In: MAGALHÃES, Mário Osório; CERQUEIRA, Fábio (Coord.). *Projeto História e Etnias de Pelota*s. Pelotas: UFPEL, 2001, v. 3.

GONZÁLES, Manuel Hernández. La emigración canaria a America a través de la historia. *Cuadernos americanos*, v. 126, n. 4, p. 137-172, 2008.

JACOTTET, Alda de Moraes. *Largueza histórica do Estreito*. Pelotas: UFPEL, 2000.

LARA, Eduardo Acostay. *La Guerra de los Charrúas en la Banda Oriental*. Período hispânico. Período pátrio. Montevidéu: Cruz del Sur, 2013.

LEBRERO, Rodolfo E. Gonzáles. *La pequeña aldea. Sociedad y Economia em Buenos Aires*. 1580-1640. Buenos Aires: Biblos, 2002.

LEÓN, Washington A. Pereira de. *La villa de San Carlos em los 250 años de su fundación*. 1763-2013. Montevidéu: Tradinco, 2017.

LEONARDO, Stella. *O romanceiro de Delfina.* Porto Alegre: CORAG; IEL, 1994.

LOCH, Cenilde. *Autores e atores das descobertas marítimas portuguesas*: séculos XIV e XV. Porto Alegre: EST, 1981.

LOPES, Hilda Simões. *Tuiatã*: a história verídica de uma família em terra ocupada a casco de cavalo, carabinas e madressilvas. Porto Alegre: Libretos, 2017.

LUPI, João; LUPI, Suzana. *São João do Rio Vermelho*: memória dos Açores em Santa Catarina. Porto Alegre: EST, 1962.

MACHADO, O. Soria. *O longo amanhecer do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.

MAZZA-LEITE, José Antônio. *Xarqueadas de Danúbio Gonçalves*: um resgate para a história. Porto Alegre: Observatório Gráfico, 2011.

MAZZA-LEITE, José Antônio. *Estreito*: a Termópilas gaúcha. Pelotas: Edigraf, 2014.

MEIRELLES-LEITE, Daniel Teixeira; ROCHA, Roberto Monte da. *Os descendentes de Manoel Cardoso Beirão de Oliveira:* Genealogia. Porto Alegre: EST, 2015.

MONQUELAT, Adão Fernando; MARCOLLA, Valdinei. João Cardoso, dos contos gauchescos para a história. In: RUBIRA, Luís (Coord.). *Almanaque Bicentenário de Pelotas*. Santa Maria: Pallotti, 2012, v. 1, p. 241-299.

MORAES, Fernando Dreissig de; CUNHA, Laurie Fofonka. *Genealogia dos Municípios do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: SPGG, 2018.

ORNELLAS, Manoelito de. *Gaúchos e beduínos*: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.

OTERO, Armando. *José Artigas o el retorno a lo simple*. Buenos Aires: Corregidor, 2018.

PIRENNE, Jacques. El mundo se escinde entre la civilización marítima y la continental. In: PIRENNE, Jacques (Org.). *La Historia Universal. Las grandes corrientes*. Barcelona: Leo, 1954, v. 4, 121-207.

PIRENNE, Jacques. Triunfo del liberalismo en los países atlánticos, la evolución económica en Europa y países de la America. In: PIRENNE, Jacques. (Org.). *La Historia Universal. Las Grandes Corrientes de la Historia.* Barcelona: Leo, 1954, v. 5, p. 309-369.

RUAS, Tabajara. *Os varões assinalados*: o grande romance da Guerra dos Farrapos. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SACHERI, Eduardo. *Los dias de la revolución*: una historia de Argentina cuando no era argentina. 1806-1820. Buenos Aires, Penguin Random House, 2022.

SANTOS, Cecilia Suárez. *Vivencias Azorianas*. Maldonado: PuntoGraf, 2007.

SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. As Missões Jesuítico-Guaranis. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Org.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2006, v. 1, p. 103-133.

SCHLEE, Aldyr Garcia. *Don Frutos.* Porto Alegre, Ardotempo, 2016.

SEVERO, José Antônio. *Os Senhores da Guerra*. Porto Alegre: L&PM, 2013.

SILVA, Sérgio Mota e. A diáspora cristã-nova açoriana e madeirense para o Brasil Meridional e seus reflexos no Rio Grande do Sul. In: ROCHA, Santa Inèze Domingos (Org.). *Açorianos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2005, p. 78- 99.

SILVEIRA, Gustavo Py Gomes da. Identificação genealógica de troncos açorianos no Continente de São Pedro. In: ROCHA, Santa Inèze Domingos (Org.). *Açorianos no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: EST, 2005, p. 49-72.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *A colonização açoriana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST; Caravela, 1979.

XAVIER, Regina Célia Lima. *História da escravidão e da liberdade no Brasil Meridional.* Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

POVOANDO A FRONTEIRA: AS FREGUESIAS AÇORIANAS CRIADAS DURANTE O GOVERNO DE JOSÉ MARCELINO DE FIGUEIREDO (1769-1780)

Fábio Kühn[1]

Poucos dias após o final do seu longo governo no Continente do Rio Grande, José Marcelino de Figueiredo obteve uma declaração, assinada pelo pároco de Porto Alegre, Luis de Medeiros. Nela, o sacerdote lembrava que seguindo ordens do "Bispo Diocesano criou sete freguesias [...] edificando-as em partes com despesa própria, eficácia e exemplo".[2] As sete freguesias mencionadas eram Nossa Senhora Madre de Deus (Porto Alegre), Nossa Senhora dos Anjos (Gravataí), Nossa Senhora da Conceição da Serra (Osório), Santa Anna (Vila Real), Santo Amaro, São Nicolau de Jacuí (Cachoeira) e São Luiz de Mostardas.

Não por acaso, a historiografia construiu uma imagem do governador que o associava à figura de "povoador do Continente". De fato, durante todo século XVIII, foram fundadas somente dezesseis freguesias na capitania Rio Grande de São Pedro, sendo que praticamente metade delas foram criadas ou desenvolvidas pela ação governativa de José Marcelino de Figueiredo. Estas freguesias tinham diferentes origens, tendo surgido a partir da criação de presídios, fortalezas, guardas ou armazéns militares. Podiam também surgir a partir de aldeamentos indígenas ou assentamentos espontâneos para criação de gado. Algumas também surgiram por iniciativas dos governadores, visando especialmente a alocação dos casais açorianos. Até o final da década de 1760, houve somente "seis iniciativas diretas da Coroa que acabaram por resultar na criação de povoações constituídas em freguesias" (OSÓRIO, 2015, p. 73-74). Na década de 1770, período que corresponde aproximadamente ao

1 Pós-doutor em História, Professor do Curso de Graduação e do PPG em História da UFRGS. Porto Alegre/RS

2 ANTT. Ministério do Reino - Decretamentos de Serviços (1796). Maço 154, doc. 37. *Luís de Medeiros Corrêa, Presbítero Secular, Pároco desta Matriz de Nossa Senhora Madre de Deus, Vila de Porto Alegre, Capital do Continente e Vigário da Vara em toda a Comarca de Viamão, por sua Excª Rmª*. (05.06.1780).

governo de José Marcelino, esse número original foi duplicado, o que revela a importância da política de povoamento e urbanização que foi implementada.

No entanto, cabe recordar que não se tratava propriamente da implementação de uma política urbana, pois é sabido que durante o período colonial somente existiu uma única vila no território do Rio Grande de São Pedro. Um flagrante contraste com a situação da capitania de São Paulo, durante o governo do Morgado de Mateus (1765-1775), quando duas dezenas de vilas e povoações foram criadas no período de apenas uma década. Ficam evidentes aqui as diferenças na política de povoamento da metrópole: no caso de São Paulo, enquanto capitania geral, o Morgado pode implementar uma densa rede de núcleos urbanos; na capitania subalterna do Rio Grande os governadores não tinham poderes de criação de vilas, daí que a ênfase de José Marcelino tenha sido na criação de freguesias, circunscrições territoriais de cunho eclesiástico, mas que estavam na alçada da sua administração (BELOTTO, 2007, p. 169-170; DERNTL, 2012). Deve ser levada em conta também a disparidade demográfica entre ambas as capitanias, pois enquanto o Rio Grande do Sul tinha cerca de 18 mil habitantes no final do governo de José Marcelino (1780), na capitania de São Paulo a população atingia quase 124 mil habitantes na mesma altura (MARCÍLIO, 2000, p. 213).

Na verdade, parece ter havido um duplo processo de organização territorial: a definição dos limites das freguesias, acertada com o bispo fluminense e com os párocos locais e a concessão das datas visando fixar os povoadores, processo mediado pelos capitães de distritos e engenheiros militares. Não iremos tratar aqui da freguesia de Nossa Senhora dos Anjos, mas, por outro lado, vamos incluir a freguesia de Taquari, que embora criada no governo anterior, teve importantes desenvolvimentos ao longo da gestão de José Marcelino.

Além das questões militares e administrativas, José Marcelino esteve atento ao problema que se colocava com a presença das centenas de casais açorianos que chegaram no Continente a partir da década de 1750. Eles estavam abandonados à própria sorte, à espera das concessões de terras prometidas no edital de 1747. O Edital de 1747 autorizava a vinda dos açorianos, estabelecendo as condições da migração e as concessões do Estado português: limite máximo de quarenta anos para os homens e trinta anos para as mulheres, além do fornecimento de uma ajuda de custo, instrumentos agrícolas, animais e farinha no primeiro

ano. Os colonos seriam isentos de serviço militar nas tropas pagas e teriam acesso a uma data de terras, com extensão prometida de um quarto de légua quadrada (1089 hectares). Porém, na prática, quando os colonos que receberam na década de 1770 as concessões, eles ganharam datas de terra bem menores, entre 130 e 272 hectares (RÜDIGER, 1965, p. 49; OSÓRIO, 2017, p. 79-80 e 96).

O objetivo primordial da imigração açoriana ao Rio Grande de São Pedro foi estratégico, pois a Coroa lusitana visava o estabelecimento de povoados que resguardassem o domínio português na região que era disputada com os espanhóis. A intenção original seria povoar com açorianos a região onde estavam instaladas as reduções guaranis espanholas, que pelo acordado no Tratado de Madri seria desocupada pelos jesuítas e índios missioneiros. Na espera da transferência para a região missioneira, os açorianos foram transportados parcialmente para Viamão, Porto Alegre, Santo Amaro e Rio Pardo. Porém, devido à resistência indígena em abandonar o território, o que levou à posterior anulação do Tratado de Madri, os açorianos acabaram permanecendo na região já ocupada pelos lusos, disseminando-se pelos campos de Viamão, às margens do baixo Jacuí e as proximidades da vila de Rio Grande. Diferentemente do caso de Santa Catarina, onde os povoados açorianos foram estabelecidos de forma oficial já na década de 1750, no caso do Rio Grande de São Pedro, diante da indefinição provocada pela guerra, os colonos ficaram estabelecidos de forma precária, dando origem a uma série de pequenos povoados ou *arraiais*, que depois se tornaram freguesias. No final da década de 1770, o objetivo estratégico foi atingido, pois iniciando pela vila de Rio Grande, os colonos açorianos foram alcançando outros espaços por caminhos terrestres e fluviais, numa linha traçada pela coroa portuguesa para a fixação de povoadores, garantindo o avanço luso-brasileiro na ocupação e posse de territórios que estavam em disputa com os espanhóis (GRAEBIN, 2006, p. 223 e SCOTT; BERUTE; MATOS, 2014).

Também foi objeto de grande interesse de José Marcelino o regramento da questão fundiária, especialmente com a concessão das datas de terras aos casais açorianos, o que levaria à criação de novas freguesias. A solicitação para a criação das freguesias partiu do governador, seguindo ordens estipuladas pelo vice-rei Marquês do Lavradio. Todavia, para poder realizar os seus intuitos de povoamento, o governador contava com apenas um engenheiro militar efetivamente residente na Capitania, o capitão Alexandre José Montanha (1730-1800), onde permaneceu

por cerca de quinze anos. Urbanista, topógrafo, agrimensor, projetou e reformou fortificações, demarcou e loteou as povoações de Taquari, Santo Amaro, Porto Alegre e Santana do Morro Grande, destinadas à instalação de casais açorianos (BARRETO, 1976, p. 944-948). Após uma conjuntura marcada pela tentativa de demarcação do Tratado de Madri, onde registra-se a existência no Continente de diversos profissionais dedicados à confecção de mapas e planos, o período seguinte é caracterizado por um refluxo. Na década de 1770, Montanha seria o único engenheiro que permaneceu atuante no Continente ao longo de todo o período, apesar da passagem de outros profissionais pela região.

O desafio da fixação populacional

Ao assumir o governo da Capitania em 1769, José Marcelino encontrava uma situação bastante complicada em termos de povoamento e ocupação territorial. A única vila e porto marítimo (Rio Grande) estava nas mãos dos espanhóis e o que restava da capitania portuguesa estava reduzido a apenas oito freguesias: Viamão, Triunfo, Estreito, São Francisco de Paula, Rio Pardo, Santo Antônio, Taquari e Vacaria. Na maioria destas paróquias, com exceção daquelas estabelecidas em Cima da Serra, encontravam-se dispersas centenas de famílias de colonos açorianos, que aguardavam desde muito tempo o cumprimento das promessas do Edital de 1747, especialmente a concessão de terras.

Ainda no tempo do Conde de Azambuja, começara a se esboçar um plano de defesa do território, que previa a construção de um sistema de fortificações na parte da Capitania ainda ocupada pelos portugueses. O Vice-rei, conjuntamente com o tenente-general Böhn preocupava-se em "constituir uma excelente defesa para essa Capitania", propondo que se fizesse um forte na barra de Itapuã, que deveria se juntar ao forte do passo do Tibiquary, além de "algum posto defensável nas vizinhanças da encruzilhada do caminho de Viamão e da Laguna".[3] Mas não bastava criar um sistema de fortificações, se não houvesse gente radicada nos territórios em disputa.

Neste sentido, o governador procurou inicialmente dar conta daqueles núcleos populacionais que já estavam esboçados, caso da paróquia de São José de Taquari**.** Ela fora criada em 1765, ainda no governo do

3 ANRJ. Fundo Vice-Reinado. Cód. 70, v. 4, fl. 91v-92. Carta do Vice-rei Conde de Azambuja ao governador José Marcelino de Figueiredo. Rio de Janeiro, 02 de outubro de 1769.

seu antecessor, José Custódio de Sá e Faria, seguindo as instruções previstas no seu regimento. No 21º capítulo, o Conde da Cunha lembrava ao governador sobre "a grande importância desta diligência no dito rio Tibiquari; porque se o não pudermos segurar, não há dificuldade alguma em que os castelhanos nos não possam penetrar por Viamão, e que se assim sucedesse, perderíamos não só todos aqueles utilíssimos campos, mas também todo o distrito que corre até a guarda do Norte do Rio Grande, e por consequência todo o caminho que atravessando a Serra vai para as Minas, e o que pela costa do mar nos conduz à Ilha de Santa Catarina".[4] Apesar de formalmente constituída, ao que tudo indica não houve o assentamento de casais açorianos nos seus anos iniciais de existência. Daí que José Marcelino ordenasse ao Capitão Engenheiro Alexandre José Montanha que fosse "aos campos de Tebiquary que se acham determinados para acomodação dos casais e ali meça, reparta e entregue quatro léguas e meia de terras repartidas em quartos [...] a cada um de sessenta casais que ali se acham". Deveriam ser passadas certidões para que os casais requisitassem seu título, "deixando meia légua para logradouro da povoação, cujas datas hão de ser as mais imediatas terras ao sítio da povoação".[5] Montanha cumpriu as instruções, chegando a produzir em abril de 1771 um mapa da distribuição feita em Taquari, o "Plano do Terreno que mostra a divisão das datas dos Casais que formam a Vila de São José do Tebiquary" (BALÉM, 1952, p. 36-37). Na nova povoação, pelo menos 54 datas de terra foram concedidas, dando início ao cumprimento das promessas feitas pela coroa portuguesa, ainda que com quase vinte anos de atraso (ECKHARDT, 2018).

É possível supor que a demarcação das datas acabou gerando conflitos entre o governador e o vigário de Taquari, padre Mateus Pereira da Silva, o que levou José Marcelino a intervir e cair no desagrado do Vice-rei Lavradio, que lhe repreendeu no começo de 1771: "Devo dizer a V. Senhoria que obrou mal em recorrer ao Senhor Bispo a respeito do que praticou o padre Mateus Pereira da Silva contra o capitão engenheiro [Alexandre José Montanha], porque só a mim devia dar parte deste caso, para eu determinar o que me parecer justo".[6] Cabe registrar que o padre Mateus Pereira da Silva era de origem açoriana, tendo se ordenado no

4 AHRS. Registro Geral da Real Fazenda. Códice F1243, fl. 167-173. Registro do Regimento que há de observar o coronel José Custódio de Sá e Faria no governo do Rio Grande de São Pedro (Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1764).
5 AHRS. Registro Geral da Real Fazenda. Códice F1243, fl. 232-232v. Viamão, 25 de setembro de 1770.
6 ANRJ. Fundo Marquês do Lavradio. Microfilme 024-97, Carta do Vice-rei Marquês do Lavradio para José Marcelino de Figueiredo, Rio de Janeiro, 28/01/1771.

Arcebispado de Angra, em 1735. Veio para o extremo sul da América portuguesa, onde em poucos anos foi nomeado à titularidade da paróquia de Laguna (1741). Foi também pároco de Rio Pardo (1762-1767) e Taquari (1767-1771), granjeando prestígio entre a administração portuguesa (CASAGRANDE, 2022, p. 47).

Não sabemos exatamente quais foram as razões da contenda, mas o governador continuou empenhado na implementação das novas freguesias, remetendo para Lavradio os planos das povoações de São José (Taquari) e Santo Amaro elaborados pelo capitão engenheiro Montanha, "a cujos povoadores fiz repartir um quarto de légua na forma das ordens de sua Majestade". De forma desabrida, informava que "eu vou fazendo as ditas povoações, que é o meio de aumentar-se este povo, e me tem dado grande trabalho pelas faltas que não posso suprir de capelães, ornamentos e igrejas que são indispensáveis". Terminava lembrando que o padre Mateus continuava a "inquietar o povo de Tebiquari, onde ainda continua com sermões e destemperos muito contrários ao sossego em que tenho mantido os povos".[7] Dois anos e meio depois, já na segunda fase do seu governo, a situação havia se modificado. José Marcelino fez um tour pelas povoações interioranas, passando pela freguesia de São José de Taquari, informando que "achei que os fregueses com o zelo do vigário Manuel Garcia de Mascarenhas têm quase a Igreja feita, e o povo".[8]

A intenção do governador era assentar o maior número possível de casais, mas diante da inexistência de terras disponíveis, o governo colonial era obrigado a recorrer à desapropriação das grandes propriedades rurais. Assim, ainda nos últimos dias da primeira fase do seu governo, José Marcelino baixou uma portaria, onde declarava "que pretendo fazer uma povoação na estância chamada O Quintão, compensando-se esta dita Estância à viúva Mônica Pereira de Souza ou seus filhos". Esta compensação seria feita com terras de outras estancias, "porque desta sorte fica o casal sem detrimento e se faz a dita povoação que é tão útil nesta Província". O projeto de uma freguesia ou vila em Quintão acabou não indo em frente, mas outras iniciativas viriam em seguida.[9]

7 ANRJ. Cód. 104, v. 15, fl. 38. Carta do governador José Marcelino de Figueiredo para o Vice-rei Marquês do Lavradio (Viamão, 07.05.1771).

8 BNL. Reservados, Códice 10854. Carta do governador José Marcelino de Figueiredo para o Vice-rei Marquês do Lavradio, Fronteira do Norte, 21 de novembro de 1773.

9 AHRS. F1244/12-12v. Registro de uma Portaria do Sr. Coronel Governador em que determina que as terras que sobraram da medição que se fez nos Palmares e nas mais estâncias estão destinadas para povoação dos casais e povos guaranis. Viamão, 11 de outubro de 1771.

As primeiras fundações: Vila Real e Porto Alegre

No dia 26 de março de 1772, quando José Marcelino encontrava-se no Rio de Janeiro prestando contas ao Vice-rei Lavradio, o bispo do Rio de Janeiro, Dom Antônio do Desterro, emitia na mesma data duas portarias, criando as freguesias de Porto Alegre e Vila Real. Apesar de criadas nesse momento, a sua concepção remonta à primeira fase do seu governo. Com uma estrutura populacional semelhante, as povoações tiveram desenvolvimentos muito distintos. Enquanto Porto Alegre se tornaria a nova capital, a Vila Real não passaria de uma quimera, evidenciando um dos insucessos da política de povoamento.

Como a maior parte dos terrenos já estavam ocupados por estancieiros, proprietários de extensas sesmarias, José Marcelino optou por começar o assentamento dos casais em terras excedentes quando da demarcação dessas imensas propriedades fundiárias. Esse foi o caso do projeto de fundação de Santana da Vila Real, localizada no Morro Grande das Lombas de Viamão, "porquanto da medição que mandei fazer da Estância de Itapuã sobraram suficientes terras para se acomodarem sessenta casais das ilhas para formarem uma povoação". O governador ordenou mais uma vez ao capitão Engenheiro Alexandre José Montanha que fosse "àquelas terras que sobraram", onde mediria e demarcaria um quarto de légua quadrado, passando certidões aos casais para me requererem as suas datas.[10] As tais "sobras" faziam parte de uma das fazendas que pertenceram ao sargento-mor Domingos Gomes Ribeiro, falecido em 1762. Na fazenda de Itapuã, o potentado mantinha vinte escravizados, além de criar mais de oito mil animais, entre vacuns e cavalares, a maior parte ainda "xucro", ou seja, não domesticado. A propriedade tinha uma extensão imensa, pois "as terras que compreendem a fazenda partem de uma banda com o banhado de Capivari e, pela outra, com o banhado das Lombas, correspondendo ao passo chamado do Vigário, e daí, partindo com terra de José Fiúza Lima até o morro da Traição, [...] correndo para o Pontal da Itapuã e fechando com banhados de Manuel de Abreu".[11] Daí se compreende como foi possível separar uma légua quadrada para criar uma nova povoação, ainda que ela tenha sido mal sucedida.

De fato, um grupo significativo de casais açorianos acabou se esta-

10 AHRS. Registro Geral da Real Fazenda. Códice F1243, fl. 227-227v. Viamão, 11 de julho de 1770.
11 APERS. 1º Cartório de Órfãos e Ausentes de Porto Alegre, maço 1, n. 2, 1764. Inventário do sargento-mor Domingos Gomes Ribeiro.

belecendo no chamado Morro Grande das Lombas, localizado cerca de três léguas a sudeste de Viamão. Em termos de limites, a nova freguesia de Santana do Morro Grande das Lombas dividia-se com a paróquia de Viamão pelo arroio do Sabão, com Santo Antônio da Patrulha pelo rio Capivari, indo até o Itapuã. Projetada por José Marcelino para ser a sede da "Vila Real", a povoação teve apenas dois párocos, que atuaram por curto período (1772-1778).

Desde o começo, a nova freguesia apresentava problemas, como informava o Marques do Lavradio ao governador interino Veiga Andrade: "Tenho notícia que da nova povoação de Santa Ana do Morro Grande tem [desertado] vários casais entre os quais tinha o antecedente governador repartido as terras, e que outros as tem vendido, como isto tudo prejudica muito aos estabelecimentos no seu princípio, fará V. M. voltarem todos a povoá-las".[12] Retornado ao governo da capitania em 1773, pouco tempo seria necessário para que José Marcelino se desse conta da inviabilidade do projeto: "Depois que haverá três anos se erigiu a nova Freguesia de Santa Anna ao pé de Viamão, principiou sucessivamente a infeccionar-se aquela terra com uma praga de formigas, que absolutamente põem aqueles moradores na maior pobreza e impossibilidade de poderem ali existir, e me pedem os deixem mudar para qualquer outra parte".[13]

A criação dessa "Vila Real" atendeu a intenções pouco claras do governador José Marcelino. De qualquer forma, ele seguiu as instruções contidas no Regimento do governador José Custódio de Sá e Faria (1764), que previa o aproveitamento das sobras de terras das estâncias com o intuito de povoamento, além do recurso à desapropriação, previsto também na legislação das sesmarias. A escolha do local talvez não tenha sido a mais apropriada, levando em conta a sua distância em relação à borda da lagoa dos Patos, o que teria lhe conferido a vantagem de um porto fluvial, como no caso de Porto Alegre. Seja como for, os "campos de Viamão" não comportavam novos colonizadores, pois a quase totalidade das terras já estavam apossadas, o que resultava nos problemas de compensação quando desapropriadas. A futura "Vila Real" teria se desfeito em vista da má qualidade da terra para a agricultura, além da posição geográfica desfavorável, evidenciando um dos fracassos da política

12 ANRJ. Fundo Marquês do Lavradio. Microfilme 024-97, Notação 2.106-107. Carta do Vice-rei Marquês do Lavradio para o tenente coronel Antônio da Veiga Andrade. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1772.
13 BNL. Reservados, Códice 10854. Carta do governador José Marcelino de Figueiredo para o Vice-rei Marquês do Lavradio. Porto Alegre, 08 de setembro de 1774.

de povoamento do govenador. José Marcelino teria revelado com essa escolha uma certa "incapacidade construtiva", que procurou compensar com a regularização da nova freguesia de Porto Alegre (RUBERT, 1994, p. 95-96; RÜDIGER, 1965, p. 54-56).

No final do seu governo, José Marcelino informava ao Vice-rei Vasconcelos que "os moradores da Vila do Rio Grande, que se tem acrescentado muito com as famílias da Colônia [do Sacramento], me requerem lhe forme uma nova Freguesia nos Campos da parte do Forte de São Gonçalo". O governador estava de acordo com o pedido e munido da "faculdade do Senhor Bispo Diocesano para mudar dita Freguesia", propondo que se transferisse o pároco e as alfaias da freguesia de Santa Anna "para onde convier melhor ao bem das Almas, e aumento desta Capitania, "por não poder existir, nem ser tão necessária aonde primeiro a erigi *há anos no Morro Grande* a três léguas de distância de Viamão".[14]

Se a Vila Real acabou redundando em fracasso, o mesmo não aconteceu numa pequena península situada na confluência de diversos rios, entre eles o Jacuí, onde formara-se, desde o começo da década de 1750, uma pequena povoação com casais açorianos, em terras que tinham sido de propriedade do estancieiro Jeronimo de Ornelas. Posteriormente, ele venderia a sesmaria para Inácio Francisco de Mello, que por sua vez foi desapropriado pela Coroa para a demarcação das datas de terras aos casais em 1772.

A ideia de criar uma povoação no Porto dos Casais teve origem ainda no governo do coronel José Custódio de Sá e Faria (1764-1769), mas foi durante a administração de José Marcelino que o projeto de fato se efetivou, com a distribuição de terras aos casais e transferência da capital. Ainda na primeira fase do seu governo, ele havia pedido ao Vice-rei, Conde de Azambuja, que uma nova povoação fosse criada para abrigar a capital, mas ele lhe respondeu dizendo que "eu tenho sucessor nomeado, que é o senhor Marquês do Lavradio, [...] e assim é bem que fique reservado para ele a mudança de Viamão".[15] Mas José Marcelino não se deu por vencido e pediu ao bispo do Rio de Janeiro que lhe enviasse um padre para servir no "Porto de São Francisco dos Casais", onde "se necessita um capelão que diga missa à Tropa que ali se acha, marinha

14 Carta do governador José Marcelino de Figueiredo para o Vice-rei D. Luís de Vasconcelos e Sousa (Porto Alegre, 12.09.1779). *Revista do Museu e Archivo Público do Rio Grande do Sul*, n. 23, 1930, p. 419).
15 ANRJ. Fundo Vice-Reinado. Cód. 70, vol. 4, fl. 80-81v. Carta do Vice-rei Conde de Azambuja ao governador José Marcelino de Figueiredo. Rio de Janeiro, 01 de setembro de 1769.

e carpintaria que fazem a fragata de Sua Majestade e mais povo ali situado". Precisava de "um vigário para ali se formar freguesia, e me avisa o dito Excelentíssimo ficar a mandar-me brevemente" (BALÉM, 1941, p. 41-42).

Apesar da sua expectativa, o governador acabaria não estando presente nos primeiros movimentos de efetivação da nova freguesia de Porto Alegre. Convocado por Lavradio para retornar ao Rio de Janeiro no final de 1771, José Marcelino transmitiu o governo para o interino, tenente-coronel Antônio da Veiga Andrade. O novo governador receberia ordens precisas do Vice-rei para encaminhar a distribuição de terras:

> Constando-me também que ao grande número de casais, que há muitos anos assistem no povo de São Francisco [Porto Alegre] se não tem ainda repartido terras, na forma das reais ordens por haver naquele sítio uma só estância, (...) do chamado Dornellas que há pouco tempo comprou um Inácio Francisco por 2.000 cruzados, esta deve ser repartida com a maior igualdade em sessenta meias datas visto a não dar para mais de sessenta casais e povoadores.[16]

De fato, a estância de Inácio Francisco de Melo seria desapropriada em meados de 1772, e, logo em seguida, o governador interino ordenava ao capitão de Engenharia Alexandre José Montanha que "passe sem perda de tempo ao Porto dos Casais, hoje de São Francisco" para demarcar "sessenta meias datas para outro igual número de casais, dos quais já se acham moradores no dito Porto de São Francisco". Determinava ademais que se desse "atenção aos marinheiros que se tem empregado no serviço de Sua Majestade para serem acomodados", além de deixar "suficiente terreno para o logradouro da Vila".[17] Montanha executou de fato a distribuição das datas, tendo sido autor de um suposto primeiro mapa de Porto Alegre, hoje desaparecido (FIALHO, 2022, p. 202).

Quando José Marcelino retornou ao governo da capitania, determinou que a sede de governo fosse transferida de Viamão para Porto Alegre (24 de julho de 1773), ordenando que a Câmara e a Provedoria se instalassem na recém-criada freguesia. Em 1774, é iniciada a construção

16 ANRJ. Fundo Marquês do Lavradio, microfilme 024.97, Notação 2.106/2.107. Carta do Marquês do Lavradio para o tenente coronel Antônio de Veiga e Andrade. Rio de Janeiro, 29 de abril de 1772.
17 AHRS. Códice F1244, fl. 28-28v. Registro de uma Portaria do Sr. Tenente-coronel Governador Antônio da Veiga de Andrada passada ao Capitão Engenheiro Alexandre José Montanha para fazer divisão de sessenta meias datas de terras na povoação de São Francisco do Porto dos Casais. Viamão, 12 de julho de 1772.

do Arsenal e do Palácio do Governo. Quatro anos depois seria construída uma linha de fortificações em torno do casario que era edificado na península (MACEDO, 1968, p. 59).

Tratava-se de uma decisão estratégica, tomada no contexto do conflito em curso com os espanhóis, que haviam se assenhoreado de Rio Grande em 1763. A escolha de Porto Alegre como nova sede do poder lusitano foi efetivada devido à conjuntura de guerra. O porto fluvial oferecia condições muito mais favoráveis para sua defesa do que a antiga capital. Além disso, Porto Alegre era a porta de acesso ao interior do Continente, especialmente do vale do Jacuí. Portanto, considerações de ordem estratégico-militar explicam a decisão do governo português, assim como motivações econômicas decorrentes de sua condição portuária (NEUMANN, 1997, p. 89-91 e COMISSOLI, 2008, p. 45-46). Começava o declínio da antiga capital sediada em Viamão, que se viu destituída da Câmara e da máquina administrativa. Gradualmente os membros da elite local começaram a mudar-se para a nova capital, que ultrapassou em poucos anos o pequeno arraial. A mudança de sede governativa gerou, no entanto, algumas resistências. O governador José Marcelino notava que "esta Capital [Porto Alegre] vai principiada com tanta força e gosto de todos que em muitos breves anos virá a ser uma das primeiras povoações do Brasil", solicitando que o Vice-rei autorizasse a mudança da Ordem Terceira de Viamão para Porto Alegre, pois "com isto fazem os Terceiros sua capela, ajudam a fazer esta Igreja, e mudam as suas assistências para aqui todos os mercadores e gentes principais com muito gosto, e acabasse-lhes a desconfiança de que ainda haverá outra mudança".[18]

A estratégia de defesa territorial

Em um ponto estratégico de confluência dos rios Jacuí e Taquari foram estabelecidos os armazéns de abastecimento para suprir as tropas portuguesas comandadas por Gomes Freire de Andrada que se dirigiam para as Missões. Juntamente com alguns militares, para lá foi enviado um pequeno grupo de colonos, provavelmente provenientes do "Porto do Dorneles". Durante os anos iniciais, quando ainda fazia parte da freguesia de Triunfo, Santo Amaro era apenas um pequeno lugarejo,

18 BNL. Cód. 10854, Carta do governador José Marcelino de Figueiredo ao Vice-Rei Marquês do Lavradio. Porto Alegre, 02 de agosto de 1773.

ladeado por sesmarias. Em 1758, a comunidade era composta por 116 pessoas, uma pequena guarnição militar formada por nove homens e seus quatro cativos, sendo o restante da população composta por 98 açorianos, distribuídos entre trinta e cinco "casais de sua Majestade", seus filhos e filhas, além de cinco escravizados de origem africana.[19] Assim, com a consolidação de Taquari e já contando com as tropas volantes da Cavalaria Auxiliar, o governo de José Marcelino partiu para o reforço da posição de Santo Amaro, aproveitando os colonos que viviam junto ao quartel. No final de dezembro de 1770, o governador ordenou a ida do capitão Montanha para os campos de Santo Amaro, para medir, demarcar e distribuir terras aos casais, sendo que os títulos de posse foram assinados em fevereiro de 1771 (VELLOSO FILHO, 2008, p. 66). Diferente do caso de Porto Alegre, em Santo Amaro as datas de terras foram concedidas antes mesmo da criação oficial da paróquia. Mas, com o crescimento populacional, foi elevada à freguesia em 18 de janeiro de 1773 pelo bispo do Rio de Janeiro, Dom Antônio do Desterro. Como não havia ainda uma igreja, determinou que os paroquianos que a fizessem o quanto antes (RUBERT, 1994, p. 96).

No final de 1773, o governador faria um *tour* pelas novas freguesias recém-criadas, partindo de Rio Pardo, de onde seguiu para o aldeamento indígena de São Nicolau, e dali em direção à nova freguesia de Santo Amaro, "uma das que V. Exª [Marquês do Lavradio] manda criar, e vai com força e zelo, e brevemente se completará, tanto a Igreja, como a povoação, de que mandarei a V. Exª os planos". Registrou ainda o governador um cenário de tensão social na localidade, pois observou "como sempre em todas [as freguesias] há homens maus e *rabulistas*, que dizem aos pequenos que El Rey é que só tem obrigação de fazer tudo, com estes espíritos de sedição e discórdia inquietam os mesmos povos". Ofereceu-se para enviar para o Rio de Janeiro alguns destes "homens maus", para servirem de exemplo aos demais da devida obediência dos súditos ao monarca.[20]

O local escolhido para a povoação chamava-se Rincão de Guaíba, um terreno bem protegido, rodeado de matos e rios, sendo que a área urbana e as datas que foram doadas pertenciam originalmente à sesmaria de João Alves Mourão. Da área total do rincão, dois terços foram ocupados

19 AHCMPA. *Rol de confessados da freguesia de Bom Jesus do Triunfo*, 1758.
20 BNL. Cód. 10854, Carta do governador José Marcelino de Figueiredo ao Vice-Rei Marquês do Lavradio. Fronteira do Norte, 21.11.1773.

com a povoação, tendo sido reservado um quarto de légua em quadro (272 hectares) para as ruas, praças, quintais e igreja paroquial. Além disso, as 27 datas distribuídas em torno da povoação equivaleram a 7.344 hectares, configurando-se em um caso efetivo de "reforma agrária" no século XVIII (BITTENCOURT, 2010, p. 23). Em 1774, uma nova portaria de José Marcelino mandou mais uma vez o capitão engenheiro Alexandre José Montanha para a freguesia de Santo Amaro, determinando que medisse e demarcasse "em meias datas o Rincão chamado do Guaíba aos casais casados ou filhos deles que forem casados". Reforçando a necessidade do povoamento e fixação de colonos nas novas terras do Sul, observou que "quando não ache suficientes casais ficarão as datas devolutas e me apresentará certidões delas [...], para se darem a quem as pedir e não tiver recebido". Passados mais de um ano e meio desde a fundação da freguesia, pouco ou nada tinha sido feito para sua devida urbanização, daí que entre as ordens ao capitão engenheiro constassem a delimitação da praça e ruas do vilarejo, bem como a demarcação do lugar da igreja paroquial.[21]

Trabalhos sobre a comunidade de Santo Amaro demonstraram uma tendência dos casais açorianos em estabelecer relações de compadrio com grandes estancieiros e militares da região, inserindo os seus filhos nas parentelas dos potentados locais. Como afirmou Alvim, "deve-se imaginar que para estes imigrantes não deveria ser confortável estar arranchado na beira de um rio esperando que as autoridades locais definissem suas terras definitivas" (ALVIM, 2012, p. 43). Levando em conta a situação de guerra e incerteza na qual os colonos viviam, a criação de vínculos com os estancieiros locais poderia significar talvez alguma proteção para as "gentes das Ilhas".

A região de Conceição do Arroio foi desde cedo povoada por lagunistas, sendo conhecida como os campos de Tramandaí, caminho quase obrigatório para aqueles que se dirigiam para a Colônia do Sacramento. Aos poucos foram se estabelecendo alguns estancieiros, tendo sido autorizada a criação de uma capela, ainda em 1742, consagrada à Nossa Senhora da Conceição. Com a chegada dos açorianos, a povoação tomou corpo, o que fez com que o governador José Marcelino fizesse

21 AHRS. F1243, fl. 246-246v. Registro de uma Portaria do Sr. Governador em que ordena ao Capitão Engenheiro Alexandre José Montanha passe à nova freguesia de Santo Amaro, e nela meça e demarque as datas de terras aos Casais e delineie a praça e ruas e demarcará a Igreja e o lugar dela. Porto Alegre, 19 de setembro de 1774.

uma representação ao bispo do Rio de Janeiro que acabou resultando na portaria de criação da nova paróquia, emitida na mesma data (18 de janeiro de 1773) em que foram erigidas Santo Amaro e Mostardas. O território original da nova freguesia fez parte da denominada Estância da Serra, que pertenceu a Manuel Pereira Franco (RUBERT, 1994, p. 98-99; STENZEL FILHO, 1980, p. 12-13).

No final daquele ano, José Marcelino informava ao Vice-rei sobre o "adiantamento da povoação da Conceição do Arroio, uma das que V. Exª manda estabelecer, a qual vai em muito aumento porque o padre João Antônio Roiz (Rodrigues), seu vigário, tem gênio de trabalhar e desinteresse". A nova povoação teve que ser reposicionada, pois "não ficou a dita Matriz e povo no mesmo passo do Arroio por não se poder edificar por falta de matos, mas ficou mais para a Serra, cousa de duas léguas no mesmo sítio". Essa mudança, conforme o governador era "excelente", na medida em que dava "um grande cômodo à viagem da Laguna, e tenho descoberto um caminho que com pouco trabalho se faz mais curta a viagem, e se livram todos os viandantes da vargem do Capivari e rio, e do passo do Arroio, que são terríveis em todo o tempo".[22]Aqui destaca-se a concepção estratégica do território naquela conjuntura de guerra, onde o porto de Rio Grande não estava franqueado para as embarcações portuguesas, o que obrigava que todo o comércio e abastecimento passasse por Laguna, daí a importância de tornar mais facilitado o deslocamento entre Viamão/Porto Alegre e o porto do sul catarinense.

Da mesma forma que nas freguesias já mencionadas, também para Conceição do Arroio foi enviado o capitão Montanha, com a ordem de "medir e entregar a cada um dos casais que lá se acham uma porção de terra suficiente para sua família poder plantar e ter pasto para seu gado passando-lhes certidão na forma da prática para procurarem seu título". Aludindo ao pequeno número de colonos açorianos existentes na nova povoação, lembrava o governador que "como ainda não tem aquela freguesia os casais que deve, fará o dito capitão medir competentes datas para se perfazer o número de sessenta, pouco mais ou menos". Para tanto, deveriam ser repartidas as terras da "estância chamada da Serra, [e da] estância imediata de Francisco Xavier, a quem mandarei compensar o que se lhe tirar". Ao vigário e ao capitão do distrito ficava a tarefa de "ajudar para poderem ir arrumando algumas famílias que cheguem de

22 BNL. Reservados, Códice 10854. Carta do governador José Marcelino de Figueiredo para o Vice-rei Marquês do Lavradio. Porto Alegre, 07 de setembro de 1773.

fora e avisando-me para se lhes darem seus títulos".[23]

A ideia de repartir terras na denominada parte do Norte, na estreita península litorânea, fora originalmente esboçada por José Marcelino em 1771, quando mandou registrar na Provedoria da Fazenda a sua resolução de reservar terras situadas entre Palmares e o denominado Rincão do Carro, "destinados por mim para se repartirem em datas aos casais e índios na povoação que é mais útil fazer-se no meio de sessenta léguas despovoadas daqui à fronteira do Norte". [24] Na faixa arenosa entre o Oceano Atlântico e a lagoa dos Patos surgiram algumas estâncias e formou-se uma pequena povoação de casais açorianos por providência do governador. Seguindo instruções do bispo do Rio de Janeiro, Dom Antônio do Desterro, contidas na portaria de 18 de janeiro de 1773, ele dividiu a extensa freguesia de Rio Grande, criando na parte setentrional uma nova paróquia no lugar chamado *São Luís do Norte* e mais tarde São Luís de Mostardas**.** Os limites da paróquia deveriam ser ajustados com o pároco nomeado, Manuel Monteiro Pereira. Foram estipulados o rio dos Barros ao norte e a denominada divisa passava pelo Capão Comprido ao sul (RUBERT, 1994, p. 100-101; LOPES, 1891, p. 64).

Por ordem datada de 28 de agosto de 1773, os casais açorianos de Mostardas foram estabelecidos na nova freguesia por Carlos José da Costa e Silva, que delimitou as datas, juntamente com seu sucessor, o capitão Francisco Lopes Mattos. Também receberam terras os povoadores de outras origens. Seus nomes constam da portaria de 9 de janeiro de 1776, na qual mandou o Provedor assentar os nomes das pessoas por quem foram repartidas, com a condição módica de pagarem todos os anos para a Fazenda Real um cavalo manso para cada meia légua de terras recebidas (RÜDIGER, 1965, p. 42, 59-60). Na denominada península do Norte, o governo colonial resolveu, por razões estratégicas, concentrar o maior número possível de pessoas que pudessem servir de eventual anteparo aos espanhóis. Povoadores de origem variada, não somente açorianos, foram instalados visando a possibilidade de ajudarem a defender o território já ocupado. No caso de Mostardas, segundo a Relação de Moradores de 1785 existiam algumas pequenas propriedades, na sua maioria de açorianos, mas também existiam três grandes sesmarias, onde mais tarde surgiriam diversas comunidades quilombolas (OSÓRIO, 2017, p. 135; LEITE, 2004).

23 AHRS. Registro Geral da Real Fazenda. F1244, fl. 117-117v. Fronteira do Norte, 8 de abril de 1774.
24 AHRS. Registro Geral da Real Fazenda. F1244, fl. 12-12v. Viamão, 11 de outubro de 1771.

Por fim, completando o processo de extensão da fronteira ocidental da Capitania, seria criada uma freguesia na margem esquerda do rio Jacuí, a doze léguas de distância da freguesia de Rio Pardo, próximo ao trecho onde existia um pequeno salto, denominado de "Cachoeira do Fandango". Ali formou-se uma pequena povoação, composta de alguns estancieiros, peões e indígenas, sendo que em 1753 já haviam se estabelecido no local alguns homens da demarcação de limites do Tratado de Madri, e alguns anos depois (1760) foi autorizada a construção de uma capela, dependente de Rio Pardo. O local situava-se na intersecção entre o território português e a extensa área ocupada pelos guaranis missioneiros. Por conta da sua política indigenista, no ano de 1770, José Marcelino fundou um aldeamento com indígenas oriundos das Missões, que foram estabelecidos numa área de 1300 braças quadradas, situada numa eminência, onde existiu uma fortificação portuguesa que remontava aos tempos das expedições demarcatórias (RUBERT, 1994, p. 104-105; LOPES, 1891, p. 65-66).

O governador, diante da decadência da paróquia de Santana das Lombas, decidiu-se pela fundação de uma nova freguesia, situada no "Fandango do Jacuí". Ele tinha autorização do bispo do Rio de Janeiro para definir os limites precisos entre as freguesias que eram criadas e as antigas, já existentes. Nesse sentido, complementando o processo de criação de novas povoações, José Marcelino escreveria em 10 de julho de 1779 ao Vigário da Vara de Porto Alegre, e solicitou a organização de uma nova paróquia, "atendendo ao que me representaram os moradores do distrito do Jacuí e Botucaraí, que estando tantos centos de almas ali estabelecidas em grande distância de Rio Pardo". Tratava-se de organizar a povoação, situada no ponto mais ocidental colonizado pelos portugueses naquele momento: "Se devem dividir ditas freguesias de Rio Pardo e Botucaraí, desde a serra do Botucaraí, correndo rumo a estrada geral segunda a estrada chamada de Guardinha (que fica para a nova Igreja), e o rio Guaíba desta parte, e da outra o rio Pequiri para divisa", conforme as ordens do prelado fluminense.[25] Na prática, a nova paróquia foi denominada de São Nicolau do Jacuí, passando a ser chamada, pouco depois, de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira, desmembrada de Rio Pardo. Teve originalmente uma grande extensão, pois ia da margem direita do Jacuí até o rio Camaquã, além do território da campanha,

25 Carta do governador José Marcelino de Figueiredo ao vigário José Gomes de Faria. Porto Alegre, 10 de julho de 1779. In: LOPES, 1891, p. 66-67.

conforme definido pelo Tratado de Santo Ildefonso. Na prática, a criação dessa extensa freguesia apenas coroava um processo de expansão que ampliou a fronteira ocidental da capitania do Rio Grande.

Esse processo de expansão não estava restrito à fronteira oeste, pois na fronteira sul continuava a aumentar a população, na medida em que na vila do Rio Grande chegavam muitos contingentes de povoadores vindos da Colônia do Sacramento, entregue aos espanhóis em 1777. Dois anos depois escrevia o governador ao novo Vice-rei, D. Luís de Vasconcelos, sugerindo que "seria muito útil formar daquela gente uma povoação, ou Vila nos Campos chamados das Pelotas, ou suas imediações". José Marcelino advertia que "tanto povo perecerá, porque todo se tem juntado na Vila de São Pedro, onde se conservam sem arrumação, e sem ter que comer, nem modo de viver". Recomendava que seria "útil e necessário formarem-se outras Freguesias para aumento Espiritual, e temporal destes Colonos, *da mesma sorte que tenho formado de novo sete freguesias no tempo do meu governo*.[26]

Durante toda a segunda metade do século XVIII, foi criada somente uma única vila na capitania do Rio Grande, embora diversas freguesias tenham sido criadas, um total de sete somente durante o governo de José Marcelino, se levada em conta a Aldeia dos Anjos. Devido às condições locais, em particular o constante estado de guerra, não fora de interesse da Coroa ampliar o número de vilas, diferentemente daquilo que fora feito no norte da América portuguesa. A tudo isso, se acrescia o caráter rarefeito da população, muito pouco urbanizada, configurando uma sociedade profundamente ruralizada, seja nas datas de terras, onde os camponeses açorianos praticavam a agricultura, seja nas estâncias dedicadas à criação de gado.

Apesar dessa realidade, o governador reconhecia a necessidade de criar vilas. Como paliativo propunha a criação de dois novos juízes ordinários, com seus escrivães, um para Rio Grande, outro para Rio Pardo. Isso para "se poderem processar os roubos, e mortes violentas, que a cada passo sucedem, que ordinariamente ficam impunes, porque as distâncias, e a pouca conveniência embaraça o único Juiz Ordinário que há no Continente, em Porto Alegre". Contudo, sugeria que "essas novas Vilas, ou Arraiais ainda não terão gente de tratamento para formarem câmaras, e por isto só proponho a criação de um Juiz e de um Escrivão

26 Carta do governador José Marcelino de Figueiredo para o Vice-rei D. Luís de Vasconcelos e Sousa (Porto Alegre, 15.10.1779). *Revista do Museu e Archivo Público do Rio Grande do Sul*, n. 23, 1930, grifo meu.

como me consta se criaram e existem nas Minas Gerais, e outras partes do Brasil.[27]

A criação de freguesias concentrou-se nos anos de 1772 e 1773, com a exceção do caso de Cachoeira, criada em 1779. Inicialmente, as povoações próximas a Viamão foram priorizadas, casos de Porto Alegre e Vila Real. Também o investimento na Aldeia dos Anjos está inserida nesse esforço inicial. No ano seguinte, são criadas freguesias em lugares estratégicos, casos de Santo Amaro, Conceição do Arroio e Mostardas. Embora fossem de pequenas dimensões, asseguravam a presença e o enraizamento das populações em pontos de passagem importantes da Capitania. Atendiam regiões estratégicas para o povoamento (rio Jacuí, lago Guaíba e lagoa dos Patos; península, corredor de acesso).

Não se tratava apenas de povoamento, mas de fixação dos povoadores, na medida em que para o estabelecimento das novas freguesias foi preciso, na maioria dos casos, desapropriar estancieiros que já tinham a propriedade prévia das terras distribuídas aos casais açorianos. Assim foi nos casos da Vila Real (Domingos Gomes Ribeiro), Porto Alegre (Inácio Francisco de Melo), Santo Amaro (João Alves Mourão) e Conceição do Arroio (Manuel Pereira Franco). Não ocorreu necessariamente um confronto entre o governador e as elites terratenentes, mas alguns poucos tiveram seus interesses afetados. Conforme apontou Osório, "as concessões aos açorianos foram feitas de forma aglutinada, impedindo que eles se espalhassem pelos campos, concorrendo com os grandes proprietários". Assim, a "preferência" distributiva do governador José Marcelino vinha ao encontro dos interesses dos grandes estancieiros, atendendo também aos interesses metropolitanos de defesa territorial (OSÓRIO, 2017, p. 122).

Outra perspectiva deve levar em conta o peso demográfico das novas freguesias criadas ao longo da década de 1770. No primeiro censo geral da Capitania, realizado em 1780, a população somada das sete freguesias gestadas durante o governo de José Marcelino chegava a quase sete mil pessoas, cerca de 40% do total de cerca de dezoito mil habitantes. Entre as povoações, destacavam-se a Aldeia dos Anjos, com 2355 habitantes, na sua maioria indígenas, e Porto Alegre, com 1512 moradores. Já as freguesias menores tinham entre 500 e 700 moradores. Ou seja, mesmo que a capitania do Rio Grande não tenha recebido novos

27 Carta do governador José Marcelino de Figueiredo para o Vice-rei Marquês do Lavradio (Rio Grande, 24.03.1779). *Revista do Museu e Archivo Público do Rio Grande do Sul*, n. 23, 1930.

afluxos populacionais devido à conjuntura de guerra daqueles anos, a criação de novas freguesias contribuiu para o assentamento e a fixação de uma parte expressiva da população de origem açoriana, além da manutenção do grande aldeamento guarani vizinho a Porto Alegre.

Completando o processo de criação de freguesias e distribuição de datas de terras aos casais açorianos, o governo de José Marcelino seria ainda responsável pela legalização das terras situadas ao sul do rio Jacuí, que vinham sendo apropriadas ao longo da década de 1770. De fato, o Edital de 1º de janeiro de 1780 regularizou as apropriações que aconteceram nos anos de guerra. Para obter as concessões, as exigências eram muito pequenas, além do fato de serem as autoridades militares que prestavam as informações ao governador. Isto facilitou a apropriação por militares de alta patente e por negociantes. Com base nesse edital, passaram a ser concedidas datas com a extensão de sesmaria, ou seja, com até três léguas de extensão. O seu intuito era conceder terras para a pecuária, pois perguntava das condições para ser estancieiro e o número de animais que os pretendentes tinham. Na prática, o despacho do governador servia como título de propriedade, que devia ser registrado. Para a coroa portuguesa, que havia firmado o tratado de Santo Ildefonso, interessava a legalização da ocupação e as concessões foram feitas rapidamente, pois os despachos de José Marcelino ocorrem em abril de 1780, ainda. Com base no edital, foram concedidas terras entre os rios Jacuí e Camaquã, desde a lagoa dos Patos até o rio Irapuá, território que compreendia as freguesias de Triunfo, Santo Amaro, Rio Pardo e Cachoeira (OSÓRIO, 2017, p. 113-116 e 122-123). Com a saída dos espanhóis do Rio Grande, uma nova fronteira se abria em direção ao sul e oeste da Capitania, e José Marcelino buscava garantir o território em um contexto de preparação para as novas demarcações de limites.

Abreviaturas

AHCMPA (Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana – Porto Alegre)

AHRS (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Porto Alegre)

ANRJ (Arquivo Nacional – Rio de Janeiro)

ANTT (Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa)

APERS (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – Porto Alegre)

BNL (Biblioteca Nacional – Lisboa)

Referências

ALVIM, Alexandra Lis. *Das Ilhas ao Continente*: estratégias de inserção social dos imigrantes açorianos na povoação de Santo Amaro, RS, através dos registros batismais (1757-1774). Porto Alegre, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

BALÉM, João Maria. *A primeira paróquia de Porto Alegre:* Nossa Senhora Madre de Deus (1772-1940). Porto Alegre: Tipografia do Centro S/A; Centro da Boa Imprensa, 1941.

BALÉM, João Maria. *A paróquia de São José de Taquari no bicentenário da colonização açoriana no Rio Grande do Sul (1752-1952).* Porto Alegre: A Nação, 1952.

BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-Riograndense*: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e integração do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973 e 1976, v. I (A-J) e II (K-Z).

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial:* o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775). 2. ed. rev., São Paulo: Alameda, 2007.

BITTENCOURT, Doris M. Machado de. Santo Amaro: arquitetura e urbanização. In: KLAMT, Sergio C.; SOARES, André Luís Ramos (Org.). *Santo Amaro:* Arqueologia e Educação Patrimonial. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

CASAGRANDE, Rafaela Z. *O Clero paroquial de Rio Grande, Rio Pardo e Santo Amaro no século XVIII:* composição, reprodução e trajetórias. São Leopoldo. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2022.

COMISSOLI, Adriano. *"Os homens bons" e a Câmara Municipal de Porto Alegre* (1767-1808). Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

DERNTL, Maria Fernanda. Uma oficina de novidades: a implantação de núcleos urbanos na Capitania de São Paulo, 1765-1775. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 20. n.1. p. 109-131. jan.- jun. 2012.

ECKHARDT, Sandra. "Vivem de Lavouras": a estrutura agrária em São José do Taquari ao final do século XVIII. *Revista da Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 154, p. 27-46, julho de 2018.

FIALHO, Daniel M. Os mapas antigos de Porto Alegre e suas relações com as instituições. In: KÜHN, Fábio; SCOTT, Ana Sílvia V. *Porto Alegre 250 anos:* de uma vila escravista a uma cidade de imigrantes (século XVIII e XIX). São Leopoldo: Oikos, 2022, p. 200-221.

GRAEBIN, Cleusa M.G. Vida cotidiana dos açorianos pelas freguesias e caminhos. In: *História Geral do Rio Grande do Sul.* Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 203-223, v. 1, Colônia.

LEITE, Ilka Boaventura. *O Legado do Testamento:* a comunidade de Casca em perícia. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Florianópolis: NUER/UFSC, 2004.

LOPES, Vicente Zeferino Dias. *Comentário Eclesiástico do Rio Grande de São Pedro desde 1737.* Cachoeira: [s/ed.], 1891.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre:* origem e crescimento. Porto Alegre: Sulina, 1968.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836).* São Paulo: Hucitec; Edusp, 2000.

NEUMANN, Eduardo. Porto Alegre colonial: uma ocupação luso-platina. *Estudos Ibero- Americanos.* Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, v. XXIII, n. 1, p. 81-95, junho 1997.

OSÓRIO, Helen. A organização territorial em um espaço de fronteira com o império espanhol e seu vocabulário: notas de pesquisa. *Claves. Revista de Historia*, n. 1. Montevideo, p. 67-90, diciembre 2015.

OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino.* São Leopoldo: Oikos, 2017.

RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul: é*poca colonial. Porto Alegre: EDPUCRS, 1994.

RÜDIGER, Sebalt. *Colonização e propriedade de terras no Rio Grande do Sul:* século XVIII. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1965.

SCOTT, Ana Sílvia V.; BERUTE, Gabriel S.; MATOS, Paulo T. (Org.) *Gentes das Ilhas:* trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 a 1790. São Leopoldo: Oikos, 2014.

STENZEL FILHO, Antônio. *A Vila da Serra (Conceição do Arroio):* sua descrição física e histórica, usos e costumes até 1872. 2. ed., Porto Alegre: IEL; Caxias do Sul: UCS, 1980.

VELLOSO FILHO, René Boeckel. *Muralhas lusitanas no baixo Jacuí:* os primeiros tempos de Santo Amaro e Rio Pardo. Porto Alegre: EST, 2008.

AÇORIANOS EM DESAFIOS DE FRONTEIRA

Blau Fabrício de Souza[1]

O mais importante aporte migratório para o Rio Grande do Sul ocorreu com a chegada inicial de dois mil açorianos, quando a população local pouco excedia a quatro mil habitantes nas terras ocupadas pelos portugueses. Eles chegaram em meados do século XVIII. Logo após o Tratado de Madri (1750), deveriam ocupar o espaço deixado pelos indígenas das Missões quando os mesmos atravessassem o Rio Uruguai, em cumprimento ao estabelecido no Tratado. Tal não ocorreu, e os ilhéus tiveram de conviver com o descumprimento de promessas de assentamentos em terras próprias. Havia glebas desocupadas, mas poucas eram sem donos nas áreas de ocupação portuguesa. De início, instalaram-se nas cercanias de Rio Grande e do Estreito, mas boa parte passou a ocupar área da atual Porto Alegre, enquanto esperava pela desocupação das Missões. À beira do Guaíba, no que era o porto do povoado de Viamão, logo fizeram surgir a Porto Alegre dos Casais, que José Marcelino transformou em capital da Capitania, ainda quando a maior parte do atual Rio Grande do Sul estava sob domínio espanhol. É bem conhecida a dispersão dos açorianos, sobretudo pelos vales dos rios, mas sem respeitar acidentes geográficos ou as fronteiras, variáveis segundo casamentos, humores e tratados firmados pelas cortes ibéricas. Com suas famílias, plenos de fé religiosa e sempre trabalhando, eles iam deslocando "as fronteiras de Rio Pardo". Para dar um testemunho dessa ação titânica, participei do encontro *Raízes Açorianas no Rio Grande do Sul* focando dois momentos diferentes da ação dos ilhéus e de seus primeiros descendentes, em pleno Cone Sul. Fiz questão de abordar assuntos menos conhecidos e menos previsíveis da distribuição dos açorianos no Cone Sul da América Latina. Na primeira metade da apresentação, destaquei o reconhecimento da excelência do trabalho dos colonos por parte de Don Pedro de Ceballos, que ao invadir o Rio Grande, quis aproveitá-los

1 Médico e Escritor. Porto Alegre/RS.

em áreas menos passíveis de serem retomadas pelos portugueses. Para isso, deslocou-os para terras hoje uruguaias, e lá fundou San Carlos para acolhê-los. A segunda parte da apresentação diz respeito ao aproveitamento de descendentes de açorianos na mineração de ouro em Lavras do Sul. Na verdade, intensificaram fluxo iniciado antes, e que já resultara em ótimo aproveitamento para o desenvolvimento da lavoura e da pecuária na região.

Açorianos no Uruguai

A inconformidade dos espanhóis com a existência da Colônia do Sacramento, enclave português em pleno estuário do Rio da Prata e confrontando Buenos Aires, durou os quase cem anos de existência de Colonia, como cidade e fortaleza lusa. Com tomadas e retomadas, acordos e tratados, Colônia do Sacramento, fundada pelos portugueses em 1680, viveu períodos de muito progresso, como importante centro de comércio legal e ilegal, alternados com tempos de destruição parcial e abandono. Falo isso para ressaltar os propósitos bem conhecidos das cortes espanhola e portuguesa com relação aos territórios no entorno da Bacia do Rio da Prata. Os espanhóis superestimavam as determinações do Tratado de Tordesilhas (1494) e que, segundo eles, garantiam para a Espanha todas as terras descobertas a oeste de uma linha meridiana que passasse por Belém do Pará, ao norte; e por Laguna, ao sul. Assim pensando, tanto a Colônia do Sacramento quanto todo o território do atual Rio Grande do Sul seriam espanhóis. Os portugueses atinham-se mais à validade de tratados e acordos posteriores ao de Tordesilhas, e buscavam avançar seus limites até o Rio da Prata.

Houve notáveis figuras entre portugueses e espanhóis atuando na América do Sul, tanto do ponto de vista militar quanto administrativo. Um deles, pelo lado espanhol, foi Don Pedro de Ceballos, militar e governador de Buenos Aires. Aproveitando a Guerra dos Sete Anos (1756- 1763), entre os países ibéricos, tomou a Colônia do Sacramento, bem como os Fortes de São Miguel e Santa Teresa. Na sequência, invadiu e tomou Rio Grande, desamparada e desocupada pelo governador, o coronel Elói Madureira. Ceballos só desistiu de prosseguir a invasão pelo Estreito quando confrontado pelas forças de Rafael Pinto Bandeira e por voluntários, soube da assinatura de novo Tratado entre as cortes ibéricas, ponto fim à guerra. A seguir, cumprindo parcialmente as disposições do Tratado

de Paris, devolveu aos portugueses a Colônia do Sacramento, mas não as terras que invadira no Continente de São Pedro. Assim sendo, dois terços do atual Rio Grande do Sul passaram a ser de domínio espanhol. A ocupação durou de 1763 até a retomada pelos portugueses em 1776.

Mas Ceballos era um administrador que muito valorizava a efetiva ocupação dos territórios conquistados, e ficou impressionado com as plantações de trigo, de árvores frutíferas e com a criação de animais, desenvolvidas pelos açorianos nas redondezas de Rio Grande. Os colonos que não tinham conseguido fugir, foram feitos prisioneiros de guerra e passaram a interessar mais ao administrador do que ao guerreiro. Ceballos logo pensou em utilizar tão apreciáveis agricultores e chefes de família, católicos praticantes que nem ele, como habitantes e donos de terras em área estratégica, mais fácil de conservar como espanhola. Lá produziriam alimentos para municiar os soldados e seriam absorvidos, ainda que com riscos, pela população de fala castelhana. Convencido de que a ideia era boa, passou a desenvolver intensa correspondência administrativa com auxiliares de Maldonado, visando demarcar área e providenciar material para construção de uma futura cidade, que se localizaria entre os arroios Maldonado e Maldonado Chico. Enquanto isso, infindáveis filas de carretas deslocaram-se para o sul, abrindo caminhos em pleno inverno e levando até três meses para chegar a seu destino. Houve pelo menos três grupos de retirantes a se deslocarem com dificuldades, já que as carretas iam repletas de pertences, móveis e instrumentos agrários. Grande quantidade de gado acompanhava os deslocamentos, não só bois de tração, como também os que forneciam carne aos colonos e aos soldados que os conduziam. Claro que a tropa mais numerosa correspondia a duzentas mil reses, que os espanhóis tomaram das terras invadidas, a título de presa de guerra. Ainda em 1763 surgiu a nova cidade, que recebeu o nome de San Carlos, para homenagear o rei espanhol Don Carlos III. A grande tarefa dos açorianos seria produzir alimentos para as forças espanholas que ocupavam vilas, como a vizinha San Fernando de Maldonado. De início, ao ser povoada por prisioneiros de guerra, houve natural submissão administrativa de San Carlos à San Fernando, hoje mais conhecida como Maldonado. Graças ao trabalho intenso e aos hábitos pacíficos, logo desapareceram os entraves, e os colonos foram considerados donos das terras recebidas, bem como San Carlos passou a ter o mesmo tratamento que outras cidades. Providências administrativas de Ceballos foram muito importantes para os açorianos, desde a

fundação de San Carlos até sua total integração ao meio. Nem quando se tornou vice-rei do Prata, ele esqueceu a cidade que fundara.

Apesar do apoio recebido, não foi fácil enfrentar, como prisioneiros de guerra, as naturais desconfianças dos novos vizinhos, aumentadas pela secular rivalidade existente desde os antepassados na península ibérica. Mas eles corresponderam às expectativas de Ceballos, desde o início, pois contam que já havia terras cultivadas bem antes que ficassem prontas as casas para acolhê-los. Períodos de paz e de guerra não faltaram aos habitantes da região, nem os vínculos familiares, sempre muito fortes entre os açorianos. Assim, é fácil explicar que muitos dos colonos levados para San Carlos, tenham retornado a terras do atual Rio Grande quando as mesmas foram reconquistadas pelos portugueses. Mas tanto os que voltaram quanto os que permaneceram em terras, hoje uruguaias, comprovam através de gerações o acerto da iniciativa de Ceballos, em acreditar na excelência dos povoadores açorianos.

Açorianos nas Lavras

Os primeiros açorianos a chegar em Santo Antônio das Lavras foram parte dos muitos ilhéus que ultrapassaram as fronteiras de Rio Pardo, a procura de espaço livre que os acolhesse. Para fazê- lo, montaram a cavalo, alguns como guerreiros, outros já como ocupantes de sesmarias. Assumiam glebas que teriam de defender como território português, em área de fronteiras indefinidas. Ao natural, desenvolveram nas estâncias, comunidades de “pastores guerreiros”. Adaptados ao meio, passaram a ser reconhecidos como “pelo duro”, quando da chegada de colonos alemães, italianos ou de outras nacionalidades, o que só ocorreu no século XIX.

A fundação do povoado das Lavras iniciou por volta de 1825, um pouco antes da Guerra dos Farrapos. Surgiu em função do ouro, pois pepitas eram encontradas nas areias do arroio em cujas margens se estabeleceram os primeiros moradores. Na sua maioria, eles eram açorianos chegados após passagem por Rio Pardo, e canários chegados através do Uruguai.

Pesquisando as próprias origens, aprendi que a família Souza, de meu pai, é originária da ilha de São Jorge; e que os Macedo, antepassados de minha mãe, chegaram da ilha do Pico. Dona Floriana Maria de Freitas era viúva de José Antônio de Souza, tenente das forças de Rafael Pinto

Bandeira, e foi das primeiras a receber porção de praia no arroio (data) para exploração do ouro de aluvião. Meu avô Zeca Souza, neto de José Antônio e de Floriana, era dono de campos em que houve exploração de minas de ouro. Também foi o comprador dos campos da Vista Alegre, quando os ingleses interromperam as atividades de mineração, no início do século XX. Em que pese todo esse envolvimento com a exploração do ouro, Zeca Souza, da mesma forma que os descendentes de meu triavô materno, Francisco Pereira de Macedo, o Visconde do Serro Formoso, apostavam mesmo era na pecuária e na agricultura. Alguns dos descendentes de Zeca Souza envolveram-se com mineração, mas não o *seu* Zeca, que preferia fornecer carne e produtos agrícolas para os mineiros.

Ninguém representa tão bem o sucesso dos açorianos em Lavras quanto Francisco Pereira de Macedo. Tornou-se barão quando hospedou D. Pedro II em sua estância na viagem do imperador à Uruguaiana, durante a Guerra do Paraguai. Na ocasião, não só enviou os quatro filhos homens para as frentes de batalha, como os fez acompanhar por cinquenta escravos, gado e cavalhada. Passou de barão a visconde do Serro Formoso quando libertou todos os seus escravos, quatro anos antes da Lei Áurea.

Havia muitos pequenos proprietários, agregados e peões de estância de origem insular. Famílias formavam pequenas comunidades e algumas ganhavam nomes, como os rincões dos Saraiva, ou dos Rocha

Mas, após reverenciar os primeiros a chegarem, que mereceram até reconhecimento imperial e título de nobreza, desejo falar de descendentes de açorianos que permaneciam sem boas oportunidades para construir seus lares e propiciar segurança a famílias numerosas. Para eles surgiram empregos na mineração de ouro das Lavras. Ao invés das incertezas do uso da bateia, passaram a contar com salários, pagos por empresas internacionais, já que as minas pertenceram a duas companhias inglesas e uma belga. Além do salário ao final de cada mês, contavam com assistência médica para eles e suas famílias.

Ao tempo em que meu pai estudava Medicina, no início do século passado, foi contratado para prestar assistência aos mineiros, o Dr. João Araujo Aragão Bulcão, médico formado na Bahia, e que se transferiu de Caçapava para Lavras em função do emprego. Este foi certamente um dos primeiros contratos para prestação de serviços médicos em nosso meio. Não por acaso, sucederam-se gerações de médicos na família Bulcão.

Faço o registro com a finalidade de destacar a participação dos açorianos, já através de descendentes, nas minas de ouro de Santo Antônio das Lavras. Com seu trabalho, com suas famílias e com sua religiosidade, humanizaram a corrida do ouro da Lavrinha. Além dos nomes bem portugueses, restaram marcos bem fortes da presença da cultura açoriana na cidade e na região.

Assim, junto com as de Santo Antônio, padroeiro da cidade, as festas do Divino Espírito Santo, com novenas, bandeira percorrendo casas e estâncias, perduram até nossos dias. E houve capela sede do Império do Divino. Mas o que mais valorizo, com relação a costumes, é fato relatado pelo *seu* Zeca Souza, que ouvi de terceiros, passadas algumas gerações. Meu avô gostava de participar da entrega do gado destinado ao abate e alimentação dos mineiros. Contava que em determinadas datas relacionadas com festas religiosas, afrouxava o laço que retinha o boi, e este solto em meio à gritaria, era subjugado à unha por dezenas de mineiros. Segundo ele, nunca viu escapar um boi.

PRESENÇA AÇORIANA EM VIAMÃO

JAIME DE ABREU ROCHA[1]

Desde 1745, o Conselho Ultramarino sugeria à Coroa Portuguesa o envio de açorianos para a Ilha de Santa Catarina. No arquipélago dos Açores havia excesso de população e escassez de alimentos. E em Santa Catarina, que tinha sido elevada à capitania, havia necessidade de mão de obra. Ao mesmo tempo, também, havia a necessidade de povoar os territórios conquistados, a partir de Rio Grande.

Então D. João V, rei de Portugal, ordena em 09/08/1747 que se transporte até 4.000 casais de açorianos e madeirenses que quisessem emigrar para o Brasil. Na chegada seriam assentados e receberiam alguns benefícios. A ocupação seguiria nos mesmos moldes do ocorrido na Colônia de Sacramento.

O primeiro grupo chegou à Ilha de Santa Catarina no ano de 1748. A finalidade seria povoar primeiro a Capitania e, só depois, seguir para Rio Grande. Em 1752 começam a chegar os primeiros casais a Rio Grande, agora com a finalidade de seguir para as Missões. Em 1750, Portugal e Espanha, através do Tratado de Madri, tinham trocado a Colônia do Sacramento por Sete Povos das Missões.

Com as dificuldades de se concretizar esta troca e com o início da guerra Guaranítica, estes casais, sem o assentamento e os benefícios prometidos, foram se acomodando onde podiam. Muitos seguiram para Viamão.

Estes casais por terem sido transportados pelo rei, para serem assentados, ficaram conhecidos por Casais d'El Rey ou Casais de Número.

A presença açoriana em Viamão será apresentada em 3 fases:

- a da chegada dos primeiros casais de forma gradual, antes da invasão espanhola a Rio Grande.
- a da chegada dos casais fugidos de Rio Grande, de forma abrupta, e em pânico.
- a do assentamento de 60 casais em Morro Grande.

1 Médico e genealogista. Rio de Janeiro/RS.

Os primeiros casais

De acordo com os primeiros livros de batismos e óbitos da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, os casais d'El Rey começaram a chegar a Viamão no final de 1752. Antes da invasão espanhola à Rio Grande, já havia em Viamão cerca de 120 destes casais.

Primeiros registros referindo a chegada dos casais d'El Rey

- Livro de Óbitos 1, 9 - Josefa Maria [um registro de açorianos] "um pau que lhe caiu em cima estando o marido cortando-o" freguesia de São Mateus, ilha Terceira do bispado da Angra c. c. Manoel Cardoso, natural da mesma ilha, sepultada dentro da Igreja, na porta principal; ambos dos casais que Sua Majestade mandou conduzir para este continente 28/11/1752.
- Livro de Batismos 1, 30 - 08/12/1752; Matheus, filho legítimo de Manoel Pereira Soares e Mariana da Silveira; ambos naturais da ilha de São Jorge; avós paternos: Antônio Gomes e Catarina Dias, naturais da ilha de São Jorge; avós maternos: Manoel da Silveira e Susana Teixeira, ambos naturais da ilha de São Jorge; Padrinhos: Manoel de Ornelas e Teresa de Ornelas, filhos de Jerônimo de Ornelas Menezes e Lucrécia Lemes Barbosa; todos moradores na freguesia de Viamão. Os pais mandados "[...] todos por ordem de Sua Majestade para as novas povoações do Rio Grande de São Pedro".

No mesmo período, também foram para Viamão cerca de 48 casais de açorianos não d'El Rey (casados no Brasil), a maioria casados em Rio Grande. Poucos casaram em Desterro, Laguna e Estreito.

Somavam-se a estes casais, os filhos, muitos com idade para casar. No primeiro livro de casamentos de Viamão, no período de 1753 a 1759, foram registrados 51 casamentos de açorianos. Em 21 destes casamentos, ambos os cônjuges eram açorianos; no Rio Grande eram quase todos.

Considerando que nas fontes pesquisadas há livros extraviados, corroídos, com letras ilegíveis ou mesmo registros incompletos, estes valores informados podem ser maiores, mas que de qualquer forma dá uma ideia da dimensão do ocorrido.

Os fugidos da invasão espanhola

Com a invasão castelhana a Rio Grande em abril de 1763, chegaram a Viamão muitos casais quase de uma só vez. São 82 casais: 23 d'El Rey, 58 não d'El Rey e seus dependentes. Uma maioria ficou no Porto do Dorneles e outros seguiram para o arraial de Viamão, Santo Amaro, Rio Pardo, Palmares e Tramandaí.

Registros de nascidos na fuga

95. F.23-v; 13/05/1763; Ana; filha legítima de Manuel Lourenço e de Maria da Silveira; não consta; neta paterna de Antônio Lourenço e Maria [corroído]; neta materna de Antônio da Silveira e de Maria Leal, "casais das Ilhas"; a criança "nasceu no mar, vinda fugindo do Rio Grande aos castelhanos e foi batizada por necessidade por Antônio da Silveira, solteiro".

100.F.25; 30/05/1763; Francisco; filho legítimo de Manuel Lucas e Josefa de Ramos; naturais da Freguesia de Santa Bárbara da ilha Terceira; neto paterno de Francisco Lucas e de Antônia do Espírito Santo; neto materno de Helena de São José e de José Jorge; naturais de Faial; Padrinhos: Pedro de Magalhães e sua mulher Ana de São José; nasceu na estrada de Rio Grande, quando fugindo aos castelhanos, batizado por necessidade por Pedro de Magalhães.

103.F.25; 05/06/1763; Vicente; filho legítimo de Francisco da Rosa e de Maria Antônia; não consta; neto paterno de Manuel Rodrigues Gularte e de Maria Rosa; neto materno de Pedro Vieira e de Josefa de Souza, naturais da Freguesia de São Mateus da ilha de *São Jorge; não consta; "nasceu em perigo no mar com o susto dos inimig*os que entraram no Rio Grande", foi batizado pelo Padre Francisco de Lima Pinto, no Porto dos Casais.

Isto trouxe grandes transtornos e preocupação às autoridades, pela grande carência das famílias e a consequente maior necessidade de assistência.

Os assentados

Em 1769 assume o novo governador, Coronel José Marcelino de Figueiredo, que dá providências ao assentamento dos açorianos. Ordena ao capitão Alexandre José Montanha a divisão de 60 lotes de terras, as datas, na fazenda Itapuã, abrangendo o Morro Grande, Lombas e a Faxina, do atual distrito de Águas Claras. As datas seriam para os casais d'El

Rey ou filhos destes que se achavam arranchados em Viamão, a maioria fugidos de Rio Grande. Houve o cuidado de distribui-los por grupos familiares e por vizinhos.

Em 51 assentados identificados, 42 eram dos fugidos dos espanhóis, possivelmente porque eram os mais carentes, e 12 casais receberam as datas próximas das de familiares, provavelmente para facilitar o convívio.

Grupos familiares na distribuição das datas

1. Francisco Machado de Borba recebeu sua data (51) vizinha às de 5 filhos, Francisco (48), Manoel (50), Caetano (52), José (46) e Maria de Jesus, casada com Antônio da Silveira Dutra (49).
2. Vital de Oliveira Lopes recebeu sua data (57) com as de 2 filhos, Pedro de Oliveira (58) e de Maria Antônia de Jesus, casada com Antônio de Souza Brasil (28).
3. Manoel Machado Fagundes recebeu sua data (11) com as de 2 filhos, Antônio Machado da Silveira (12) e Manoel Machado da Silveira (37).
4. Manoel Cardoso Toste que recebeu sua data (21) com as de 2 filhas, Isabel de Santo Antônio, casada com José Silveira Pereira (24) e Ana Maria de Jesus, casada com Francisco Xavier de Souza.
5. Francisco Garcia que recebeu sua data com as de 2 filhas, Josefa da Boa Nova, casada com Joaquim de Bitencourt (13) e Rita da Conceição, casada com Antônio Francisco de Abreu (19).
6. Manoel Cardoso Beirão de Oliveira que recebeu sua data (55) com a de uma filha, Joana Rosa do Nascimento, casada com José Vieira de Brito (56).
7. Manoel Nunes Goulart que recebeu sua data (20) com a de uma filha, Ana de São José, casada com Luiz José Viegas (14).
8. Manoel de Mendonça Pereira que recebeu sua data (9) com a de sua filha, Maria Josefa, casada com Manoel Gonçalves de Araujo (10).
9. André Silveira que recebeu sua data (8) com a de uma filha, Rosália Felícia, casada com Manoel de Espíndola (5).
10. João Nunes que recebeu sua data (15) com a de seu filho José Nunes Vieira (7).

11. Teresa Nunes que recebeu sua data (16) com a de sua filha Maria de São José, casada com Tomé Teixeira Vieira (34).
12. João Inácio que recebeu sua data (27) junto com a da sua filha Rosa Joaquina, casada com Manoel Pereira Pinheiro (32).

Devido ao solo arenoso e com muitas formigas, muitos proprietários abandonaram ou venderam suas datas.

Moradores que permaneceram nas suas datas (censo de 1784)

1. Amaro de Souza (25)
2. Antônio Alves de Souza (6)
3. Antônio de Souza Brasil (28)
4. Antônio Silveira Dutra (49)
5. Caetano de Borba (52)
6. Francisco de Borba (48)
7. Francisco Machado de Borba (51)
8. Luiz José Viegas (14)
9. Manoel Cardoso Toste (21)
10. Manoel de Borba (50)
11. Manoel de Lemos (33), falecido, deixou de herança para o genro, José da Silva Vilanova.
12. Manoel Machado da Silveira (37)
13. Manoel Pereira Álvares (59)
14. Manoel Silveira (45)
15. Silvestre Vieira (53)

Famílias açorianas em Viamão

A freguesia de Viamão era muito extensa e o pároco a dividiu em 10 “distritos”, que foram se desmembrando em novas freguesias.

“Distritos” criados pelo pároco (Rol dos Confessados de 1751)

- Arraial
- Morro Santana
- Beira Rio
- Lombas

- Estâncias de Fora
- Guarda
- Rio dos Sinos
- Rio Caí
- Taquari
- Cima da Serra

Freguesias desmembradas de Viamão

- 1756-Triunfo: desmembrada de Viamão, também era conhecida como Freguesia Nova.
- 1761-Estreito: aldeamento indígena, desde 1753. Em 1763 com a invasão espanhola recebeu boa parte da população de Rio Grande.
- 1761-São Francisco de Paula: criada na Serra de Viamão.
- 1762-Rio Pardo: em 1751 foi estabelecida a fortaleza Jesus, Maria, José; povoado por militares, indígenas e açorianos, inicialmente.
- 1763-Santo Antônio da Patrulha: a Guarda Velha de Viamão existia desde 1740.
- 1765-Taquari: fundada por casais açorianos.
- 1768-Vacaria: criada nos Campos da Vacaria, território indígena.
- 1772-Porto Alegre: ocupação açoriana desde 1752.
- 1772-Santana do Morro Grande das Lombas: extinta em 1778.
- 1773-Conceição do Arroio: recebeu povoadores lagunistas e açorianos.
- 1773-Santo Amaro: surgiu a partir de um armazém militar, onde se estabeleceram depois casais açorianos

Este trabalho pretende tratar da colonização açoriana do Viamão atual. Portanto, para separar os moradores das freguesias criadas a partir de Viamão foram utilizados alguns critérios. E para facilitar a procura dos casais, incluímos a lista dos chefes de família em ordem alfabética.

Critérios para inclusão das famílias como povoadoras de Viamão

- O registro dos assentados (*Códice F 1229).*
- Registros de batismo da capela de Santana do Morro Grande.

- O Rol dos Confessados de 1778 e 1782 de Viamão.
- O censo de moradores de campos de Viamão de 1784.
- O local de falecimento dos cônjuges açorianos.

Chefes das famílias, em ordem alfabética

- Amaro de Souza
- Amaro Machado
- André Machado de Souza
- André Machado Soares
- André Silveira
- Antônio Alves de Souza
- Antônio Cardoso Pato
- Antônio Correia de Aguiar
- Antônio da Cunha Bitencourt
- Antônio da Cunha Pinto
- Antônio da Rocha Mendes
- Antônio da Silveira Borges
- Antônio da Silveira Dutra
- Antônio de Souza Brasil
- Antônio Francisco de Abreu
- Antônio José Bernardes
- Antônio Machado da Silveira
- Antônio Machado do Souto
- Antônio Machado Fagundes
- Antônio Rodrigues de Barcelos
- Antônio Vieira Cardoso
- Bartolomeu Lourenço de Ávila
- Bernardo Machado
- Caetano de Borba
- Caetano de Souza
- Diogo Inácio de Barcelos
- Diogo Pacheco Louro
- Domingos de Souza Rocha
- Faustino Luiz Diniz
- Francisco da Fonseca Quintanilha
- Francisco de Borba
- Francisco Garcia

- Francisco Luiz Terra
- Francisco Machado de Borba
- Francisco Machado de Oliveira
- Francisco Pires Casado
- Francisco Rodrigues da Maia
- Francisco Xavier de Souza
- Gregório Gonçalves
- Gregório Machado
- Francisco Pereira Macedo
- Henrique José de Bitencourt
- Jerônimo José de Oliveira
- João de Souza Batista
- João Inácio
- João Nunes Machado
- Joaquim de Bitencourt
- Jorge Pereira Maciel
- José Antônio da Silva
- José de Aguiar Laranjo
- José de Borba
- José Nunes Vieira
- José Silveira Pereira
- José Vieira de Brito
- Luiz Ferreira Velho
- Luiz José Viegas
- Manoel Alves do Nascimento
- Manoel Caetano de Souza
- Manoel Cardoso Beirão
- Manoel Cardoso Toste
- Manoel da Silveira
- Manoel de Aguiar Laranjo
- Manoel de Araújo
- Manoel de Borba
- Manoel de Espíndola
- Manoel de Lemos
- Manoel de Medeiros e Melo
- Manoel de Mendonça Pereira
- Manoel Furtado de Mendonça
- Manoel Gonçalves de Araújo

- Manoel Gonçalves Pereira
- Manoel Machado da Silveira
- Manoel Machado Fagundes
- Manoel Machado Pacheco
- Manoel Nunes Goulart
- Manoel Pereira de Souza
- Manoel Pereira Pinheiro
- Manoel Pereira Soares
- Manoel Silveira da Luz
- Pedro de Oliveira
- Silvestre de Andrade
- Silvestre Vieira
- Simão Dias Gonçalves
- Tomé Silveira do Nascimento
- Tomé Teixeira Vieira
- Vital de Oliveira Lopes

Casais açorianos povoadores de Viamão

1**-AMARO DE SOUZA (1730) cc. ANA VICÊNCIA DE JESUS (-1793)**
São naturais da ilha Terceira. Ele nasceu em 13/01/1730 em Angra do Heroísmo, filho de Manoel de Souza Rocha e de Josefa Maria Nunes. Ela é filha de Luiz da Rocha e de Maria Luiza. Provavelmente foram para Viamão fugidos da invasão espanhola a Rio Grande. Receberam a **data de Terras número 25,** em Morro Grande em 07/08/1770. Casal de número (Códice F 1229). Aparecem no Rol dos Confessados de Viamão de 1782. No censo de 1784 permaneciam na sua data. Ana faleceu em 14/05/1793 em Viamão**.** Amaro, viúvo de Ana, casou em 21/09/1793 em Viamão com MARIA DE JESUS, natural da vila do Desterro, SC, filha de Agostinho Martins e de Isabel de Jesus.

2**-AMARO MACHADO (1720-1790) cc. ISABEL FELÍCIA PACHECO (1730-1806)**
Ele nasceu em 15/01/1720 em Santa Bárbara, Angra, Ilha Terceira, filho de Lourenço Fernandes e de Águeda Machado. Ela nasceu em 09/11/1730 em Nove Ribeiras, ilha Terceira, filha de Diogo Pacheco Louro e de Bárbara da Conceição. Aparecem no Rol de Confessados de Viamão de 1778. Em 1784 eram moradores de um pedaço de campo comprado em 12/12/1779, de Luiz Ferreira Velho. Faleceram em Viamão, Amaro, em 22/10/1790, e Isabel em 05/12/1806.

3-**ANDRÉ MACHADO DE SOUZA (-1810) cc. LUZIA INÁCIA DE JESUS (-1784)**
São naturais da ilha Terceira. Ele é filho de Manoel Machado de Souza e de Leonor do Rosário. Ela é filha de Antônio da Rocha Mendes e de Maria de Jesus,

naturais da ilha do Faial. Casaram em 1755 em Viamão. Em 1782 aparecem no Rol dos Confessados de Viamão. Luzia faleceu em 10/07/1784 em Viamão. André, viúvo de Luzia, casou em segundas núpcias com Maria de Jesus, filha de José Silveira Alvernaz e de Leonarda Caetana de Jesus. André faleceu em 03/08/1810, também em Viamão.

4-**ANDRÉ MACHADO SOARES (1733-1798) cc. TERESA DE JESUS (1725-1796)**
Ele é natural da ilha Terceira, filho de Manoel Machado de Souza Soares e de Bárbara Dias. Ela nasceu em 02/10/1725 na ilha de São Jorge, filha de Antônio Teixeira Brasil e de Josefa Xavier. Talvez tenham ido para Viamão fugidos da invasão espanhola a Rio Grande. Em 1782 aparecem no Rol dos Confessados de Viamão. No censo de 1784 diz que André Machado Soares comprou um campo de Luiz Teixeira em 1775 e outro campo de Tomaz Luiz Osório em 1779. Teresa faleceu em 08/07/1796 em Viamão. André, viúvo de Teresa, casou em 20/08/1796 em Viamão em segundas núpcias com VIVÊNCIA EUFRÁSIA DA SILVA, viúva de Nicácio Antunes Pinto. André faleceu, aos 65 anos, em 31/12/1798 em Viamão.

5-**ANDRÉ SILVEIRA cc. JACINTA FELÍCIA**
Ele é natural da ilha do Pico, filho de Antônio Silveira e de Rosa Maria. Ela é natural da ilha do Faial, filha de Manoel Garcia da Rosa e de Maria da Graça. Receberam a **data de terras número 8** em 20/08/1770, em Morro Grande, Viamão. Filho de Casal de número (Códice F 1229). Aparecem no Rol dos Confessados de 1782 com sua neta Joaquina. Não aparecem no censo de 1784. Devem ter abandonado sua data.

6-**ANTÔNIO ALVES DE SOUZA (1698-1778) cc. ANA MARIA DA PIEDADE (1713-1783)**
São naturais da ilha de São Jorge. Provavelmente foram para Viamão fugidos da invasão espanhola à Rio Grande. Receberam a **data de terras número 6** em Morro Grande, Viamão. Casal de número (Códice F 1229). Ana Maria aparece, viúva, no Rol dos Confessados de Viamão de 1782. Faleceram em Viamão, Antônio, em 03/10/1778, e Ana, aos 70 anos, em 12/05/1783.

7-**ANTÔNIO CARDOSO PATO (1720-1810) cc. FRANCISCA DA ENCARNAÇÃO**
Ele é natural da ilha Terceira. Ela é natural da ilha do Pico. Em 1782 aparecem no Rol dos Confessados de Viamão. No censo de 1784, Antônio possuía a **data de número 30** que comprou de Manoel Furtado. Antônio faleceu em 25/12/1810 em Viamão, aos 90 anos.

8-**ANTÔNIO CORREIA DE AGUIAR (1712-1763) cc. MARIA ANTÔNIA DE JESUS**
Ele nasceu em 02/06/1712 em São Roque, ilha de São Miguel, filho de Manoel Correia de Aguiar e de Teresa Rodrigues. Ela é natural da ilha de São Jorge, filha de Vital de Oliveira Lopes e de Maria Pereira. Vieram fugidos da invasão

espanhola, junto com Vital. Antônio faleceu em 03/11/1763 em Viamão. Maria Antônia de Jesus, viúva de Antônio Correia de Aguiar, casou em segundas núpcias em 14/11/1767 em Viamão com ANTÔNIO DE SOUZA BRASIL (1742-1787), natural da ilha de São Jorge, filho de Manoel Pereira de Souza e de Isabel de Jesus. Receberam a **data de terras número 28** em Morro Grande, Viamão. Filho de casal de número (Códice F 1229)**.** Em 1782 aparecem no Rol dos Confessados de Viamão. No censo de 1784, Antônio de Souza Brasil era morador de sua data.

9**-ANTÔNIO DA CUNHA BITENCOURT cc. JOANA ROSA DE SANTANA**
São naturais da ilha Graciosa. Ele é filho de Francisco Correia e de Maria de Ávila Bitencourt. Casaram em Santa Cruz da ilha Graciosa. Receberam a **data de terras número 47** em Morro Grande em 31/08/1770. Casal de número (Códice F 1229). Borges Fortes, em seu livro "Os casais açorianos", diz que **a data 47** foi dada a Antônio da Cunha Pinto. Entretanto, ele **é natural de Laguna, não constituindo Casal d'El Rey**, como informa o registro da data. Além disso, Antônio da Cunha de Bitencourt é pai de Maria Rosa de Santana, casada com Francisco de Borba que recebeu a data número 48.

10**-ANTÔNIO DA CUNHA PINTO cc. ANTÔNIA MARIANA (1744-1785)**
Ele é natural da vila de Laguna, filho de Simão de Melo, natural da ilha Graciosa, e de Ana da Cunha, natural da vila de Laguna. Ela é natural da ilha Terceira, nasceu em 24/09/1744 em Praia da Vitória, filha de Bartolomeu Lourenço de Ávila e de Antônia Vitória de São João. Antônia faleceu em 21/08/1785 em Viamão. Antônio, viúvo de Antônia, casou em segundas núpcias em 09/05/1787 em Viamão com ANGÉLICA FRANCISCA DA CONCEIÇÃO, filha de Antônio Cardoso Pato e de Francisca da Encarnação. Segundo Borges Fortes, Antônio da Cunha Pinto **teria recebido a data número 47**, entretanto, no registro da data diz que foi dado a casal de número, e Antônio foi casado com filha de Casal.

11-**ANTÔNIO DA ROCHA MENDES (-1773) cc. MARIA DE JESUS (1709-1789)**
São naturais da ilha do Faial. Ele é filho de João da Rocha Mendes e de Mônica de Souza. Ela é natural da ilha Terceira, filha de Bernardo da Fonseca e de Luzia Dias. Conforme censo de 1784, **a viúva Maria de Jesus** era proprietária de metade do rincão que seu marido havia comprado junto com o genro André Machado, de Antônio José Viegas, por escritura pública de 26/11/1765. Faleceram em Viamão, ele, em 18/04/1773, e ela, aos 80 anos, em 21/03/1789. Casal d'El Rey.

12**-ANTÔNIO DA SILVEIRA BORGES (1731) cc. TERESA DE JESUS (1740)**
Ele nasceu em 18/01/1731 no Topo, ilha de São Jorge, filho de Tomé da Silveira de Souza e de Luzia Pereira, naturais da ilha São Jorge. Ela nasceu em 23/02/1740 em Ribeira Seca, ilha do Pico, filha de João Machado Gomes e de Isabel do Nascimento. Foram para Viamão fugidos da invasão espanhola a Rio Grande e retornaram após a reconquista de Rio Grande. Em 1776 estavam em

Mostardas, em 1778 no Rol dos confessados de Viamão, em 1781 em Rio Grande (Povo Novo).

13-**ANTÔNIO DA SILVEIRA DUTRA cc. MARIA DE JESUS (1727)**
Ele é natural da ilha do Pico, filho de João da Silveira Dutra e de Clara Maria. Ela nasceu em 22/09/1727 no Cabo da Praia, ilha Terceira, filha de Francisco Machado de Borba e de Catarina de Jesus. Casaram em 14/02/1760 em Rio Grande. Foram para Viamão fugidos da invasão espanhola à Rio Grande. Receberam a **data de terras número 49,** em Morro Grande. No registro desta data consta como entregue a Casal de número (Códice F 1229). Em 1782 aparecem no Rol dos Confessados de Viamão. No censo de Viamão de 1784 consta que são moradores de sua data. Faleceram em Rio Pardo, ele em 26/04/1793 e ela, em 26/08/1813.

14-**ANTÔNIO DE SOUZA BRASIL (1742) cc. MARIA ANTÔNIA DE JESUS (1724-1804)**
São naturais da ilha de São Jorge. Ele nasceu em 10/12/1742 em Urzelina, Velas, filho de Manoel Pereira de Souza e de Isabel de Jesus. Ela é filha de Vital de Oliveira e de Maria Pereira, naturais da ilha de São Jorge. Foram para Viamão, provavelmente devido à invasão espanhola a Rio Grande. Casaram em 14/11/1767 em Viamão. Maria Antônia, ao casar, era viúva de Antônio Correia Aguiar. Receberam a **data de terras número 28,** em Morro Grande, Viamão. Filhos de casal de número (Códice F 1229)**.** Em 1782 aparecem no Rol dos Confessados de Viamão. No censo de 1784 era morador de sua data. Maria Antônia faleceu em 1804, aos 80 anos, em Viamão.

15-**ANTÔNIO FRANCISCO DE ABREU cc. RITA DA CONCEIÇÃO**
Ela é natural das Ilhas. Ele é natural do Porto, filho de Pedro Francisco e de Arcângela da Conceição, naturais do bispado do Porto. Receberam a **data de terras número 19** em 20/08/1770, em Morro Grande, Viamão. Filha de Casal (Códice F 1229). Antônio vendeu sua data a João de Souza Batista (censo dos moradores de Viamão de 1784).

16-**ANTÔNIO JOSÉ BERNARDES (1752-1824) cc. MARIA GENOVEVA DO ROSÁRIO (1759-1815)**
Ele é natural da ilha de São Jorge, filho de Bernardo Machado e de Maria Marta de Quadros. Ela é natural de Rio Grande, filha de Pedro de Oliveira e de Catarina Maria Soares. Em 1782 aparecem no Rol dos Confessados de Viamão. No censo de 1784 era proprietário de **2 datas** compradas de Manoel de Souza Machado e de Antônio Luiz Fernandes. Ela faleceu em Viamão em 03/09/1815, aos 56 anos. Antônio José Bernardes, viúvo de Maria Genoveva, casou em segundas núpcias com JOAQUINA JOSEFA DE FIGUEIREDO, viúva de José Antônio Pimenta. Antônio faleceu em 22/07/1824, aos 69 anos, em Viamão.

17-**ANTÔNIO MACHADO DA SILVEIRA (1741-1819) cc. ANTÔNIA DE SÃO FRANCISCO** (1743)
Ele nasceu em 11/08/1741, em Piedade, Lajes do Pico, ilha do Pico, filho de Manoel Machado Fagundes e de Isabel de Jesus Silveira. Ela nasceu em 16/09/1743 em Santa Cruz da Graciosa, ilha da Graciosa, filha de Manoel Mendonça e de Antônia de São José. Casaram em 02/02/1758 em Rio Grande. Vieram para Viamão fugidos dos castelhanos. Receberam a **data de terras número 12** em 20/08/1770, em Morro Grande, Viamão. Filhos de casal de número (Códice F 1229)**.** Em 1782 aparecem no Rol dos Confessados de Viamão. Antônio faleceu em 23/11/1819 em Porto Alegre.

18-**ANTÔNIO MACHADO DO SOUTO (1739-1809) cc. ANTÔNIA DOS SANTOS (1762-1792)**
Ele é natural da ilha de São Jorge, filho de João Machado de Souza e de Maria Silveira. Aparece em documentos também como Antônio Machado dos Santos. Ela é natural da ilha do Faial, filha de Simão de Santos e de Maria de São José. Aparecem no Rol dos Confessados de 1782 de Viamão. Faleceram em Viamão, Antônia, em 30/07/1792, aos 30 anos, e Antônio, em 20/08/1809, aos 70 anos. Filhos de Casal.

19-**ANTÔNIO MACHADO FAGUNDES (1726-1779) cc. LUZIA DE SOUZA**
São naturais da ilha de São Jorge. Ele é filho de Lázaro Vieira Fagundes e de Francisca Machado. Ela é filha de Francisco de Souza e de Iria de Souza. Em documentos. ela aparece também como Luzia da Conceição. Provavelmente foram para Viamão devido a invasão espanhola em Rio Grande, em 1763. Receberam a **data de terras número 23** em 19/08/1770, em Morro Grande, Viamão. Casal de número (códice F 1229). No censo de 1784 aparece que esta data foi vendida a José Antônio da Silva e que a viúva, Luzia de Souza, vivia em um campo comprado do capitão Domingos Gomes Ribeiro. Antônio faleceu em 24/02/1779, aos 60 anos, em Santo Antônio da Patrulha.

20-**ANTÔNIO RODRIGUES DE BARCELOS (1731-1819)** cc. **ROSA PERPÉTUA** (1744-1835)
Ele nasceu em 23/02/1731 em São Matheus, ilha do Pico, filho legítimo de Sebastião Rodrigues Alvernaz e de Tereza Maria, naturais da ilha do Pico. Ela é natural da ilha Terceira, filha de Diogo Pacheco Louro e de Bárbara da Conceição, naturais da ilha Terceira. Casaram em 16/01/1763, em Rio Grande/RS, e, no mesmo ano, vieram para Viamão, fugidos da invasão espanhola. Em 1782 aparecem no Rol dos Confessados de Viamão. Na lista de proprietários em Viamão de 1784 está que comprou dois rincões de Antônio José Pinto. Ele faleceu em 01/04/1819, em Viamão, e ela em 1835, em Pelotas. Tiveram cerca de 18 filhos em Viamão. Alguns filhos foram charqueadores em Pelotas. Filhos de Casal.

21-**ANTÔNIO VIEIRA CARDOSO (1721-1796) cc. MARIA INÁCIA DE JESUS (1725-1787)**

São naturais de Nove Ribeiras, ilha Terceira. Ele foi batizado em 12/08/1721, filho de Antônio Vieira e de Domingas do Rosário, naturais da mesma ilha. Ela foi batizada em 24/01/1725, filha de Diogo Pacheco Louro e de Bárbara da Conceição, naturais da mesma ilha. Casaram em 18/10/1750 na ilha Terceira (Casal d'El Rey). Em 1763, com a invasão espanhola, foram para Desterro. Em 1782 aparecem no Rol dos Confessados de Viamão. No censo de 1784 de Viamão, Antônio tinha um rincão de ¼ de légua comprado de José Carneiro Geraldes em 1773 e um pedaço de campo imediato, comprado de Maria Moreira Maciel em 1780. Maria Inácia faleceu em 22/10/1787 em Viamão. Antônio, viúvo de Maria Inácia, casou em 17/05/1792 em Viamão em segundas núpcias com CLARA LUIZA ROSA**,** filha de José Luiz Goulart e de Maria de São José. Antônio faleceu em 09/01/1796, aos 70 anos, também em Viamão. Clara, viúva de Antônio Vieira Cardoso, casou com Antônio de Souza Chaves, viúvo de Ana Francisca da Conceição, em 12/05/1796 em Viamão.

22-**BARTOLOMEU LOURENÇO DE ÁVILA (1706-1791) cc. ANTÔNIA VITÓRIA DE SÃO JOÃO (1721-1781)**

São naturais da ilha Terceira. Ele nasceu em 01/02/1706 em Lajes, Praia da Vitória, filho de Manoel de Souza de Ávila e de Catarina Vieira. Casaram em 23/10/1741 em Santa Cruz, Praia da Vitória. Veio com 3 filhos da ilha Terceira, e teve mais 2 em Rio Grande. Provavelmente foram para Viamão fugido da invasão espanhola a Rio Grande. Antônia faleceu em Viamão em 05/07/1781, aos 60 anos. Bartolomeu aparece viúvo, no Rol de Confessados de Viamão de 1782. Ele faleceu em 08/01/1791 em Viamão. Casal d'El Rey.

23-**BERNARDO MACHADO (1727-1808) cc. MARIA MARTA DE QUADROS (1737-1807)**

São naturais da ilha de São Jorge. Ele nasceu em 01/04/1727, filho de José Machado e de Maria Leal. Ela nasceu em 15/08/1729, filha de Antão Pereira Barreto e de Maria Alvares. Casaram em 10/01/1752 em Calheta, ilha de São Jorge. Em 1757 estavam em Rio Grande e provavelmente foram em 1763 para Viamão, fugidos da invasão espanhola à Rio Grande. Em 1782 aparecem no Rol dos Confessados de Viamão. Faleceram em Viamão, ela em 22/06/1807, aos 70 anos, e ele, em 24/02/1808, aos 80 anos. Casal d'El Rey.

24-**CAETANO DE BORBA** (**1742-1798) cc. MARIA RODRIGUES (-1790)**

Ele nasceu em 10/11/1742 na ilha Terceira. Ela é natural da ilha do Faial, filha de João Rodrigues de Medeiros e de Catarina Silveira, naturais da ilha Terceira. Receberam a **data de terras número 52** em 01/09/1770, em Morro Grande, Viamão. Filho de Casal de número (Códice F 1229). Em 1782 aparece no Rol

de Confessados de Viamão. Consta na relação de proprietários de terras em Viamão de 1784, como ainda na sua data. Faleceram em Viamão, Maria, em 18/06/1790, e Caetano em 10/09/1798.

25-**CAETANO DE SOUZA (1715-1797) cc. ÁGUEDA TEIXEIRA (1713-1788)**
São naturais da ilha de São Jorge. Ele nasceu em 19/01/1715 no Topo, Calheta, filho de Marcos Cardoso e de Maria da Trindade. Ela nasceu em 21/12/1713 em Ribeira Seca, Calheta, filha de Manoel Machado Maciel e de Isabel Teixeira. Casaram em 03/06/1737 em Ribeira Seca, Calheta, ilha de São Jorge. Vieram para Viamão fugidos da invasão espanhola a Rio Grande. No censo de 1784 diz que ele comprou um pedaço de rincão de José Vieira de Brito em 25/07/1778. Ela faleceu em 28/06/1788 em Viamão. Ele faleceu em 28/06/1797 em Rio Grande. Casal d'El Rey.

26-**DIOGO INÁCIO DE BARCELOS (1740-1819) cc. ANA FELÍCIA DO NASCIMENTO (1743-1819)**
Ele é natural da ilha Terceira, filho de Antônio Pires da Fonseca e Sebastiana Paula Rosa. Ela é da ilha do Faial, filha legítima de Alexandre da Costa Luís e de Josefa Maria de Santa Ana. Casaram em 22/07/1762, em Rio Grande. Aparecem do Rol de Confessados de Viamão de 1782. Faleceram em Viamão, ele em 21/07/1819, e ela em 16/08/1819. Filhos de Casal.

27-**DIOGO PACHECO LOURO (1699-1790) cc. BÁRBARA DA CONCEIÇÃO (1703-1794)**
São naturais da ilha Terceira. Ele é filho de João Pacheco Louro e de Ângela Machado. Ela foi batizada na Freguesia de Santa Bárbara, Nove Ribeiras, em 18/06/1703, filha de Tomé Machado e de Francisca da Cruz. Casaram em 27/02/1724. Chegaram ao Brasil com 7 filhos, em Desterro (SC). Depois foram para Rio Grande/RS, e do Rio Grande para Viamão, devido à invasão espanhola. Em 1782 aparecem no Rol dos Confessados de Viamão. Faleceram em Viamão, Diogo, em 08/07/1790, aos 90 anos, e Bárbara, em 23/03/1794, aos 99 anos. Casal d'El Rey.

28-**DOMINGOS DE SOUZA ROCHA (1753-1831) cc. MARIA FRANCISCA DE JESUS (1867-1787)**
Ele foi batizado em Nossa Senhora do Desterro/SC, em 1766, filho de Amaro de Souza e de Ana Vicência de Jesus, casal d'El Rey. Ela é natural de Santo Antônio da Patrulha, filha de Amaro Teixeira, natural da ilha de São Jorge e Maria de Jesus, da ilha do Faial. No censo de 1784 possuía a **data 46** que comprou de José de Borba. Maria Francisca faleceu em 06/03/1787 em Viamão, aos 20 anos de idade. Domingos, viúvo, casou em segundas núpcias com INÁCIA MARIA DO

NASCIMENTO (1773-1844), filha de Manoel Caetano e Inês de São José, naturais da ilha de São Jorge, bispado de Angra. Domingos faleceu em Viamão, aos 78 anos, em 10/08/1831.

29-**FAUSTINO LUIZ DINIZ (1738-1816) cc. MARIA DA CONCEIÇÃO DE JESUS (1746-1780)**

São naturais da ilha Terceira. Ele nasceu em 07/02/1738, filho de Mateus Lourenço Diniz e de Maria da Conceição, também naturais da ilha Terceira. Ela foi batizada na freguesia de Santa Bárbara, nascida em 28/07/1732, filha de Antônio Machado Fagundes e de Luzia da Conceição, naturais da ilha Terceira, que receberam a **data número 23**. Foram para Viamão em torno de 1773 saídos de SC. Maria faleceu em 20/8/1780, no parto do Francisco. Faustino, viúvo de Maria da Conceição, casou em segundas núpcias com ANA JOAQUINA (1767-1827), natural da comarca de Santa Catarina, filha de José Silveira de Medeiros e de Josefa Maria, naturais da ilha do Faial. Em 1782 aparecem no Rol de Confessados de Viamão. Faleceram em Viamão, Faustino em 02/12/1816, aos 77anos, e Ana, em 24/02/1827, aos 60 anos.

30-**FRANCISCO DA FONSECA QUINTANILHA (1728-1776) cc. FRANCISCA MARIANA (1727-1808)**

Ele foi batizado em 12/07/1728 no Rio de Janeiro, filho de Inácio da Fonseca de Oliveira e de Jacinta dos Prazeres de Torres Quintanilha. Ela, natural da ilha Terceira, é filha de Sebastião Gonçalves de Melo e de Ana de Jesus Vieira. Casaram em N. S. do Desterro em 29/07/1748, onde tiveram 3 filhos. Receberam a **data de terras número 22**, em Morro Grande, Viamão. Filha de Casal de número. Comprou um potreiro de Caetano de Souza, conforme censo de 1784 de Viamão. Faleceram em Viamão, ele, em 24/10/1776, e ela em 18/08/1808.

31-**FRANCISCO DE BORBA (1731) cc. MARIA ROSA DE SANTANA**

Ele é natural da ilha Terceira, e ela da ilha Graciosa. Ele nasceu em 07/12/1731 no Cabo da Praia. Ela é filha de Antônio da Cunha Bitencourt e de Joana Rosa de Santana que provavelmente receberam a data número 47. Casaram em 24/01/1761 em Rio Grande**.** Receberam a **data de terras número 48** em 31/08/1770, em Morro Grande, Viamão. Filhos de Casal de n***úmero*** (Códice F 1229). Em 1782 aparece no Rol dos Confessados de Viamão. Francisco consta na relação de proprietários de terras em Viamão de 1784, como ainda na sua data.

32-**FRANCISCO GARCIA (cc. ÁGUEDA PEREIRA)**

São naturais da ilha do Pico. Ele é filho de João Garcia e de Ana Luiza. Ela é filha de Francisco Telles e de Maria da Conceição. Foram para Viamão fugidos da invasão espanhola ao Rio Grande. Receberam a **data de terras número 17** em 20/08/1770, em Morro Grande, Viamão. Casal de número (Códice F 1229). Francisco não aparece no censo de 1784. Provavelmente abandonou sua data.

33-**FRANCISCO LUIZ TERRA (1731-1785) cc. MARIANA DE SANTO ANTÔNIO (1737-1782)**
São naturais da ilha do Faial. Ele é filho de Francisco Luiz Terra e de Francisca Maria de Jesus, naturais das Ilhas. Ela é filha de Manoel Nunes Goulart e de Inês de Santo Antônio. Em 1782 aparecem no Rol dos Confessados de Viamão. Francisco Luiz Terra (o filho) casou em segundas núpcias com Ana Maria de Jesus, filha de Manoel Silveira e de Maria de Jesus, naturais da ilha de São Jorge. Ana, viúva de Luiz, casou em segundas núpcias com Manoel Gonçalves Guimarães. Faleceram em Viamão, Mariana em 08/08/1782, aos 45 anos, e Francisco em 10/08/1786, aos 55 anos. São filhos de Casal d'El Rey.

34-**FRANCISCO MACHADO DE BORBA (1697-1792) cc. CATARINA DE JESUS**
São naturais da ilha Terceira. Ele nasceu em 08/03/1697 em Cabo da Praia, filho de Domingos Machado de Borba e de Maria de Barcelos. Casaram em 18/11/1726 em Cabo da Praia, ilha Terceira. Foram para Viamão em 1763, fugidos da invasão espanhola a Rio Grande. Receberam a **data de terras número 51** em 31/08/1770, em Morro Grande, Viamão. Casal de número (Códice F 1229). Em 1782 aparecem no Rol dos Confessados de Viamão. Francisco consta na relação de proprietários de terras em Viamão de 1784, como morador de sua data. Francisco faleceu em 27/08/1792 em Viamão.

35-**FRANCISCO MACHADO DE OLIVEIRA (1717-1803) cc. FRANCISCA XAVIER (1724-1769)**
São naturais da ilha de São Jorge. Ele nasceu em 02/10/1717, filho de João Machado e de Maria Silveira. Ela é filha de Manoel Pereira e de Brízida Machado. Veio com um filho dos Açores. Teve 4 filhos em Rio Grande. Foram para Laguna, fugidos da invasão espanhola a Rio Grande, onde teve mais 2 filhos, e, depois, para Viamão. Ela faleceu em Viamão em 16/09/1769. Casal de número.

36-**FRANCISCO PEREIRA DE MACEDO cc. ANTÔNIA BERNARDA (-1769)**
Ela faleceu em 18/05/1769 em Viamão. Provavelmente recebeu a **data de terras número 3** em 02/09/1770, em Morro Grande, Viamão. No registro diz que veio como agregado de Casal de número e casou com filhas de casal, e que estava viúvo na ocasião. Morador da várzea de Francisco da Fonseca Quintanilha. Comprou um potreiro de Caetano de Souza em 1784.

37-**FRANCISCO PIRES CASADO (1726-1803) cc. MARIANA EUFRÁSIA DA SILVEIRA**
Ele nasceu na ilha do Pico, filho de Francisco Pires Casado e de Felipa Antônia da Silveira. Ela é natural da ilha do Faial, filha de Antônio Furtado de Mendonça e de Isabel da Silveira, naturais da ilha do Faial. Tiveram 4 filhos em Rio Grande. Provavelmente foram para Viamão fugidos da invasão espanhola a Rio Grande. Em Viamão nasceram mais 5 filhos. No Rol dos Confessados de 1782 aparece

como morador de Viamão. Francisco faleceu em 06/12/1803 em Rio Grande, aos 77 anos.

38-**FRANCISCO RODRIGUES DA MAIA (1827-1787) cc. INÁCIA MARIA (1733)**
Ele é natural do arcebispado de Braga, filho de Fernando da Maia e de Maria Lourença. Também aparece em registros como Francisco Fernandes da Maia. Ela é natural da ilha do Faial, filha de Manoel de Lemos e de Maria Furtado. Inácia nasceu em 12/01/1733 em Cedros, Horta. Casaram em 12/06/1772 em N. S. do Desterro. No censo de 1784 comprou "uma bocada de campo" de José Carneiro Geraldes. Ele faleceu em 06/08/1787, aos 60 anos em Viamão.

39-**FRANCISCO XAVIER DE SOUZA (1753-1803) cc. ANA MARIA DE JESUS (1756)**
Ele é natural da ilha de São Jorge, filho de Antônio Alves de Souza e de Ana Maria da Piedade. O pai de Francisco recebeu **a data número 6**, em Morro Grande. Ela nasceu em 19/06/1756 em Rio Grande, filha de Manoel Cardoso Toste e de Sebastiana de Souza, naturais da ilha de São Jorge. Ela também aparece em documentos como Ana Maria do Espírito Santo. Tiveram filhos em Morro Grande. Ele faleceu em 1803, aos 50 anos, em Viamão.

40-**GREGÓRIO GONÇALVES (1721-1793) cc. JOSEFA MARIA (1723-1803)**
São naturais da ilha do Faial. Ele nasceu em 15/7/1721 em Horta, filho de Antônio Gonçalves e de Maria Vieira. Ela é filha de Manoel de Lemos e de Isabel Pereira. Casaram em 15/08/1751 em Feteira, Horta. Provavelmente foram para Viamão fugidos da invasão espanhola a Rio Grande. Receberam a **data de terras número 1** em 30/08/1770, em Morro Grande, Viamão. Casal de número (Códice F 1229). Não aparecem no censo de 1784. Provavelmente abandonaram sua data. Faleceram em Viamão, Gregório, em 28/05/1793, e Josefa, aos 80 anos, em 27/03/1803.

41-**GREGÓRIO MACHADO (1729-1799) cc. ANTÔNIA MACHADO (1727-1777)**
Ambos são naturais da freguesia de Santiago, Ribeira Seca, ilha de São Jorge. Ele é filho de Manoel Pereira e Ângela Machado, naturais da mesma ilha. Ela é filha de Francisco Machado e de Maria do Rosário. Vieram para Viamão devido à invasão espanhola a Rio Grande. Receberam a **data de terras número 2** em Morro Grande, Viamão, em 30/08/1770. Casal de número (Códice F 1229). Ela faleceu em 1777, aos 50 anos em Viamão. Gregório, viúvo de Antônia, casou em segundas núpcias com MARIA INÁCIA, natural de Rio Grande, filha de Francisco Rodrigues da Maia e de Inácia Maria. Em 1782 aparecem no Rol dos Confessados de Viamão. Gregório não aparece no censo de 1784, deve ter abandonado sua data. Ele faleceu em 10/01/1799, aos 70 anos em Viamão.

42-**HENRIQUE JOSÉ DE BITENCOURT cc. ANA FRANCISCA**
Ele é natural da ilha do Faial, filho de Manoel Gonçalves Bitencourt e de Catarina de Siqueira. Ela é filha de Manoel Inácio da Rosa e de Maria da Graça, naturais da ilha do Faial. Tiveram uma filha em Viamão em 1760. Receberam a **data de terras número 39,** em Morro Grande, em 30/07/1771. Casal de número (Códice F 1229).

43-**JERÔNIMO JOSÉ DE OLIVEIRA (-1824) cc. JOAQUINA ROSA (-1824)**
Ele é natural da ilha de São Jorge, filho de Mateus de Oliveira e de Luzia de Quadros. Ela é natural de Rio Grande, filha de Manoel Mendonça e de Antônia de São José. Receberam a **data de terras número 40** em 03/04/1773, em Morro Grande, Viamão. Filho de Casal de número (Códice F 1229). Jerônimo não aparece no censo de 1784, provavelmente abandonou sua data. Faleceram em Porto Alegre, Joaquina, em 27/04/1824, e Jerônimo em 17/12/1824.

44-**JOÃO DE SOUZA BATISTA (1735-1815) cc. MARTA MARIA DA ROSA (1742-1812)**
Ele é natural das Ilhas. Ela é natural da ilha de São Jorge, filha de Baltazar da Silveira e de Luzia de Santo Antônio. Em 1782 aparecem no Rol dos Confessados de Viamão. Conforme censo de 1784 comprou a **data de terras número 13** da viúva de Joaquim de Bitencourt, e a de número 19 de Antônio Francisco de Abreu. Faleceram em Viamão, ele em 29/09/1815, aos 80 anos, e ela, em 16/05/1812, aos 70 anos.

45-**JOÃO INÁCIO cc. HELENA MARIA**
São naturais da ilha do Faial. Ele é filho de Mateus Ferreira e de Ana de Jesus, naturais da mesma ilha. Ela é filha de Alberto de Andrade e de Ana Dutra, também naturais da ilha do Faial. Provavelmente foram para Viamão fugidos da invasão espanhola a Rio Grande. Receberam em 20/08/1770 a **data de terras número 27** em Morro Grande, Viamão. Casal de número (Códice F 1229). Não aparecem no censo de 1784. Devem ter abandonado sua data.

46-**JOÃO NUNES MACHADO (1709-1787) cc. MARIA VIEIRA (1716-1807)**
São naturais da freguesia de Santiago da Ribeira Seca, ilha de São Jorge. Ele nasceu em 02/11/1709, filho de Mateus Nunes Pereira e de Ana Nunes Machado. Ela nasceu em 12/12/1716, filha de Lázaro Nunes Pereira e de Maria Nunes. Casaram em 21/10/1735 em Ribeira Seca, Calheta, ilha de São Jorge. Foram para Viamão fugidos da invasão espanhola a Rio Grande. Receberam a **data de terras número 15** em Morro Grande, Viamão. Casal de número (Códice F 1229). No censo de 1784 João Nunes Machado continuava em sua data. Faleceram em Viamão, ele em 11/06/1787, e ela, em 04/06/1807.

47-**JOAQUIM DE BITENCOURT (-1770) cc. JOSEFA DA BOA NOVA (1728-1813)**
São naturais da ilha do Pico. Ele é filho de Antônio João e de Mariana dos San-

tos. Ela é natural da freguesia da Boa Nova, filha de Francisco Garcia e de Águeda Pereira. Foram para Viamão fugidos da invasão espanhola a Rio Grande. Receberam a **data de terras número 13** em 20/08/1770, em Morro Grande, Viamão. Casal de número (Códice F 1229). A viúva Josefa Boa Nova aparece no Rol dos Confessados de Viamão de 1782. No censo de 1784 consta que Josefa vendeu sua data a João de Souza Batista. Faleceram em Viamão, Joaquim, em 30/09/1770, e Josefa, aos 85 anos, em 20/10/1813.

48-**JORGE PEREIRA MACIEL (1730-1780) cc. ANA DE SÃO JOSÉ (1726-1783)**
São naturais da ilha de São Jorge. Ele é filho de Manoel Pereira e de Maria Machado. Ela nasceu em 15/05/1726 em Velas, ilha de São Jorge, filha de Manoel Gaspar e de Teresa de Souza. Casaram em 12/06/1747 em Velas, ilha de São Jorge. Provavelmente vieram de Rio Grande fugidos dos castelhanos. Jorge faleceu em Viamão em 17/01/1780, aos 50 anos. Ana de São José aparece como viúva no Rol dos Confessados de Viamão de 1782. Ana faleceu em 04/06/1783, aos 46 anos.

49-**JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA (1737-1812) cc. MARIANA INÁCIA (1737-1818)**
Ele nasceu em 23/05/1737 na ilha Terceira, filho de João Luiz e de Isabel da Silva, naturais da ilha do Pico. Ela nasceu em Velas, ilha de São Jorge, em 05/08/1737, filha de Sebastião de Ávila e de Maria Teixeira. Vieram de Desterro/SC, no iate de Sua Majestade com guia de apresentação em Viamão, datada de 24/11/1766, com a qual receberam a **data de terras número 54**, em Morro Grande, Viamão. Filho de Casal de número (Códice F 1229). Em 1782 aparece no Rol dos Confessados de Viamão. Na relação de moradores de Viamão de 1784 consta que vendeu sua data a Faustino Martins e que comprou um terreno com mais de ¼ de légua do tenente Claudio Guterres **e a data número 23** de Antônio Machado Fagundes. Ele faleceu em 15/03/1812 em Porto Alegre, e ela, em 27/08/1818 em Viamão.

50-**JOSÉ DE AGUIAR LARANJO (1745-1826) cc. ANA FELÍCIA DE SANTA CLARA (1760-1837)**
Ele é filho de Manoel de Aguiar Laranjo e de Maria dos Anjos, naturais da ilha Terceira. Ela nasceu em 06/11/1760 em Rio Grande, filha de Luiz Ferreira Velho e de Francisca Mariana Pacheco Louro. Aparecem no Rol de Confessados de Viamão de 1782. Conforme censo de 1784, José de Aguiar Laranjo comprou um terreno com um pouco mais de ½ quarto de légua de Manoel Machado Pacheco. Faleceram em Viamão, José, em 02/04/1826, aos 82 anos, e Ana em 08/08/1837.

51-**JOSÉ DE BORBA (1734) cc. MARIA DA CONCEIÇÃO**
São naturais da ilha Terceira. Ele nasceu em 07/02/1734 no Cabo da Praia. Ela é filha de Antônio Nunes Curvelo e de Maria da Conceição, naturais da ilha Ter-

ceira. Casaram em 12/02/1760 em Rio Pardo. Receberam a **data de terras número 46** em 01/09/1770, em Morro Grande, Viamão. Filho de Casal de número (Códice F 1229). Não se encontravam mais na relação de moradores de Viamão de 1784, por venda de sua data a Domingos de Souza.

52-**JOSÉ NUNES VIEIRA (1740-1820) cc. ANTÔNIA DE JESUS (1729-1819)**
São naturais da ilha de São Jorge. Ele é filho de João Nunes Machado e de Maria Vieira. Ela é filha de Pedro Nunes Evangelho e Águeda de Jesus, naturais da ilha de São Jorge. Casaram em 30/07/1960 em Rio Grande. Foram para Viamão em 1763, fugidos da invasão espanhola a Rio Grande. Em 30/08/1770 receberam a **data de terras número 7**, de Morro Grande, Viamão. Filhos de Casais de número (códice F 1229). No censo de 1784 aparece como proprietário de sua data e de "uma nesga de campo" comprada do Capitão Domingos Gomes Ribeiro. Faleceram em Viamão, Antônia de Jesus, em 01/08/1819, e José em 09/02/1820. O registro desta data, que não consta do Códice F 1229, está hoje em poder de descendentes, conforme informa o capítulo 4 do livro Famílias Viamonenses, 2015, Volume 1.

53-**JOSÉ SILVEIRA PEREIRA (1739) cc. ISABEL DE SANTO ANTÔNIO (-1820)**
São naturais da ilha de São Jorge. Ele nasceu em 31/01/1739, filho de Antônio Silveira Pereira e de Ana de Souza, naturais da ilha de São Jorge. Casaram em 26/11/1765 em Viamão. Receberam a **data de terras número 24** em 28/08/1770, em Morro Grande, Viamão**.** Filhos de Casal de número (Códice F 1229). No censo de 1784 não se encontravam mais na sua data. Provavelmente são dos que abandonaram sua data. Faleceram em Porto Alegre, Isabel, em 29/07/1820, e José em 29/05/1826.

54-**JOSÉ VIEIRA DE BRITO (1734-1820) cc. JOANA ROSA DO NASCIMENTO (1747)**
São naturais da ilha Terceira. Ele nasceu em 31/01/1734 em Fonte do Bastardo, filho de João Vieira de Brito e de Maria da Conceição, naturais também da ilha Terceira. Ela é filha de Manoel Cardoso Beirão de Oliveira e de Apolônia de Jesus, naturais da ilha de São Jorge, que receberam **a data número 55** em Morro Grande, Viamão. José Vieira de Brito e a esposa receberam a **data de terras número 56** em 22/08/1770. Filhos de Casal de número (Códice F 1229). Em 1782 estavam no Rol dos Confessados de Viamão. Conforme censo de 1784, José, em 1778, vendeu um pedaço de rincão a Caetano de Souza e outro a Manoel Caetano, e não era morador de sua data. Ele faleceu em 08/11/1820 em Triunfo.

55-**LUIZ FERREIRA VELHO (-1794) cc. FRANCISCA MARIANA PACHECO LOURO (1727-1793)**
São naturais da ilha Terceira. Ele é filho de Antônio Pires da Fonseca e Sebastiana Paula Rosa. Ela é filha de Diogo Pacheco Louro e Bárbara da Conceição.

Francisca nasceu em 23/09/1727. Em 1782 aparecem no Rol dos Confessados de Viamão. No censo de 1784 possuía um rincão, comprado de Francisco Manoel de Oliveira. Em 12/12/1779 vendeu um pedaço de campo a Amaro Machado, seu cunhado. Faleceram em Viamão, ela em 02/07/1793, e ele em 11/04/1794. Filhos de Casal de número.

56- **LUIZ JOSÉ VIEGAS (1732-1803) cc. ANA DE SÃO JOSÉ (1733-1803)**
Ele é natural da Freguesia de Santa Cruz, ilha Graciosa, filho de Manoel Gonçalves Homem e Catarina Espindola de Santo Antônio, naturais da ilha Graciosa. Ela é natural de Nossa Senhora da Ajuda, ilha do Faial, filha de Manoel Nunes Goulart e de Inês de Santo Antônio. Vieram fugidos da invasão espanhola a Rio Grande. Receberam a **data de terras número 14** em 24/09/1770, em Morro Grande, Viamão. São filhos de casal de número (Códice F 1229). Aparecem no Rol dos Confessados de Viamão de 1782. No censo de 1784 diz que Luiz comprou a **data de terras número 32**, de Manoel Pereira Pinheiro. Manoel Nunes Goulart recebeu **a data de terras número 20**, em Morro Grande. Faleceram em Conceição do Arroio, ele, em 15/01/1803, e ela em 03/07/1803.

57-**MANOEL ALVES DO NASCIMENTO cc. TERESA NUNES**
São naturais da ilha de São Jorge. Ela, viúva, recebeu a **data de terras número 16**, em Morro Grande, Viamão. Casal de número (Códice F 1229). Em 11/09/1775 é batizada a neta Ana, filha de Manoel José do Nascimento, em Morro Grande. Em 1782 seu filho Tomé Silveira do Nascimento e esposa aparecem no Rol dos Confessados de Viamão. No censo de 1784, Teresa não aparece em sua data. Talvez tenha abandonado.

58-**MANOEL CAETANO DE SOUZA (1740-1811)** cc. **INÊS DE SÃO JOSÉ (1748-1818)**
São naturais da ilha de São Jorge. Ele é filho de Caetano de Souza e Águeda Teixeira, também naturais da ilha de São Jorge. Também aparece em documentos como Manoel Teixeira de Souza. Ela é filha de Manoel Machado Fagundes e Isabel da Silveira, naturais da Freguesia de Santiago. Casaram em 30/03/1761 em Rio Grande. Em 1782 apareceram no Rol dos Confessados de Viamão. No censo de 1784 possuía um rincão com pouco mais de uma légua comprado de Antônio José da Cunha, conforme escritura de 23/08/1780, e um pedaço de rincão imediato, comprado de José Vieira de Brito em 25/07/1778. Faleceram em Viamão, ele, em 02/03/1811, e ela em 23/04/1818.

59-**MANOEL CARDOSO BEIRÃO DE OLIVEIRA (1702-1782) cc. APOLÔNIA DE JESUS (1708-1804)**
São naturais da ilha de São Jorge. Ele é filho de Antônio Alvares de Oliveira, natural da ilha Terceira, e de Catarina de Souza. Ela é filha de Domingos Soa-

res e de Maria de Jesus. Foram para Viamão, fugidos da invasão espanhola no Rio Grande. Receberam a **data de terras número 55** em 30/08/1770, em Morro Grande, Viamão. Casal de número (Códice F 1229). Em 1782 aparecem no Rol dos Confessados de Viamão. Faleceram em Viamão, Manoel em 13/10/1782, aos 80 anos, e Apolônia em 12/01/1804, aos 96 anos.

60-**MANOEL CARDOSO TOSTE (1725-1795) cc. SEBASTIANA DE SOUZA (1722-1792)**
São naturais da ilha São Jorge. Ele é filho de João da Cunha Toste e de Isabel Cardoso. Ela é filha de Jorge de Souza e de
Maria da Assunção. Foram para Viamão fugidos da invasão espanhola a Rio Grande. Receberam a **data de terras número 21** em 28/08/1770, em Morro Grande, Viamão. Casal de número (Códice F 1229). Aparecem no Rol dos Confessados de Viamão de 1782. No censo de 1784 diz que Manoel Cardoso Toste comprou mais 2 datas, **a de número 22** que André Pereira Maciel herdou de seu sogro, **e a de número 23** de Antônio Machado Fagundes. Sebastiana faleceu em 21/02/1792 em Viamão. Manoel, viúvo de Sebastiana, casou na Igreja Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre em 08/02/1792 com ROSA LEONARDA**,** viúva de José Machado, sepultado na Vila da Praia, ilha Terceira. Manoel faleceu em Viamão em 22/07/1795, aos 70 anos.

61-**MANOEL SILVEIRA cc. ANA MARIA**
Ele é natural da ilha do Faial, filho de Tomé da Silveira e de Ana da Assunção. Ela é natural da ilha de São Jorge, filha de Antônio Dias Pereira e de Maria de Souza. Casaram em 06/07/1757 em Rio Grande. Foram para Viamão na fuga de Rio Grande. Provavelmente receberam a **data de terras número 45**, em Morro Grande Viamão. Aparecem no Rol dos Confessados de 1778 de Viamão. No censo de 1784 de Viamão, Manoel Silveira aparece como morador da sua data.

62-**MANOEL DE AGUIAR LARANJO (1716-1789) cc. MARIA DOS ANJOS (1718)**
São naturais da ilha Terceira. Ele nasceu em 26/10/1716 em São Miguel das Lajes, ilha Terceira, filho de Tomaz de Aguiar Laranjo e de Francisca de São José. Ela é filha de Gabriel Gonçalves e de Leonor Assunção, naturais da ilha Terceira. Casaram em 18/05/1738 na paróquia do Arcanjo São Miguel em Angra do Heroísmo, ilha Terceira. Foram para Viamão fugidos da invasão espanhola a Rio Grande. Receberam a **data de terras número 18** em Morro Grande, Viamão. Casal de número (Códice F 1229).
Não aparecem no Rol dos confessados de Viamão de 1782. No censo de 1784 de Viamão, não eram mais moradores de sua data. Manoel faleceu em 25/05/1789 em Viamão.

63-**MANOEL DE ARAUJO cc. LUZIA DE SANTO ANDRÉ**
São naturais da ilha de São Miguel. Ele é filho de Manoel de Araujo e de Ana de

Souza. Ela é filha de Francisco Raposo Carvalho e de Ana Machada. Em 1782 aparecem no Rol dos Confessados de Viamão. Conforme censo de 1784 vendeu sua data de número 10 para Pedro de Oliveira e comprou um pequeno rincão de João de Magalhães. Casal del Rey.

64-**MANOEL DE BORBA (1729-1785) cc. FRANCISCA ANTÔNIA**
Ele é natural da ilha Terceira, filho de Francisco Machado de Borba e de Catarina de Jesus. Nasceu em 21/10/1729 no Cabo da Praia. Ela é filha de José Vieira Lopes e de Águeda Maria da Conceição, naturais da ilha Terceira. Receberam a **data de terras número 50** em 01/09/1770 em Morro Grande, Viamão. Filhos de casal de número (Códice F 1229). Em 1782 aparecem no Rol dos Confessados de Viamão. Consta na relação de proprietários de terras em Viamão de 1784 que ainda possuía sua data. Manoel faleceu em 08/07/1785 em Viamão.

65-**MANOEL DE ESPÍNDOLA (1732-1787) cc. ROSÁLIA FELÍCIA (1756)**
Ele é natural da ilha Graciosa, filho de Alexandre Manoel de Espíndola e de Maria Avis, naturais da mesma ilha. Ela é natural de Rio Grande, batizada em 19/07/1756, filha de André Silveira, natural da ilha do Pico, e de Jacinta Felícia, natural da ilha do Faial. Receberam a **data de terras número 5**, em 31/08/1770 em Morro Grande, Viamão. No registro da data diz que é Casal de número (Códice F 1229). Manoel e Rosália aparecem no Rol dos Confessados de Viamão de 1782. No censo de 1784, Manoel não aparece como morador de sua data. Manoel Espíndola faleceu em Viamão em 03/07/1787, aos 55 anos. Rosália, viúva de Manoel Espíndola, casou em segundas núpcias com VICENTE JOSÉ DE RAMOS, natural de Rio Grande, filho de Manoel Ramos Nunes e de Inácia Perpétua Rosa Pacheco da Costa.

66-**MANOEL DE LEMOS (1701) cc. MARIA FURTADO (1708)**
São naturais da ilha do Faial. Ele nasceu em 14/04/1701 em Cedros, filho de Francisco de Lemos e de Isabel de Freitas. Ela nasceu em 15/01/1708 em Santa Bárbara, Cedros, Horta, ilha do Faial, filha de Manoel Gonçalves e de Maria Furtado. Casaram em 25/09/1730 em Santa Bárbara, Cedros, Horta, ilha do Faial. Vieram fugidos da invasão espanhola a Rio Grande. Receberam a **data de terras número 33** em 09/09/1772, em Morro Grande, Viamão. Casal de número (Códice F 1229). O genro, José da Silva Vilanova herdou sua data.

67-**MANOEL DE MEDEIROS E MELO (1727-1817) cc. FRANCISCA QUITÉRIA DE MENEZES (-1797)**
Ele é natural da ilha de São Miguel, filho de Felipe de Medeiros e de Ana de Mello. Ela é natural da ilha de Santa Maria, freguesia de São Pedro, filha de Antônio Soares de Menezes e de Bárbara da Encarnação. Casaram em 05/05/1761 em Rio Grande. Aparecem no Rol dos Confessados de Viamão de 1782. Faleceram em Viamão, Francisca, em 22/09/1797, e Manoel em 12/05/1817.

68-**MANOEL DE MENDONÇA PEREIRA (-1788) cc. ANTÔNIA DE SÃO JOSÉ (1725-1778)**
São naturais da ilha Graciosa**.** Ele é filho de Francisco de Mendonça e de Maria João de Aguiar, naturais da mesma ilha. Ela é filha de Francisco Martins e de Maria de Ávila, naturais da ilha da Graciosa**.** Era sargento dos casais de número. Receberam a **data de terras número 9** em 20/08/1770, em Morro Grande, Viamão. Casal de número (Códice F 1229)**.** Em 22/04/1774 nasce a neta Maria, filha de Jerônimo de Oliveira em Morro Grande, onde é batizada. Faleceram em Porto Alegre, ela, em 25/10/1778, e ele em 10/01/1788.

69-**MANOEL FURTADO DE MENDONÇA cc. ANTÔNIA BERNARDA**
Ele é natural da ilha das Flores, filho de Manoel Furtado e de Vitória Pereira. Ela é natural da ilha do Faial, filha de Francisco Xavier e de Helena Maria. Casaram em 19/04/1762 em Rio Grande. Foi para o Rio de Janeiro na época da invasão espanhola em Rio Grande. Provavelmente recebeu a **data de terras número 30**, é sogro de Antônio de Souza Brasil, vizinho da sua data. Casal agregado.

70-**MANOEL GONÇALVES DE ARAUJO (1721-1813) cc. MARIA JOSEFA (1741-1810)**
Ele é natural de Braga, Portugal, batizado em 05/01/1721 em Louro, Vila Nova de Famalicão, filho de Manoel Gonçalves e de Maria de Araujo, naturais da ilha Graciosa. Ela é natural da ilha Graciosa, nascida 11/04/1741 em Santa Cruz da Graciosa, filha de Manoel Mendonça e de Antônia de São José. Receberam a **data de terras número 10** em 20/08/1770, em Morro Grande, Viamão. Casado com filha de Casal (Códice F 1229). Em 1774 tiveram o filho Anastácio batizado em Morro Grande. Faleceram em Porto Alegre, Manoel Gonçalves de Araujo em 30/01/1813, aos 90 anos de idade, e Maria Josefa, em 10/07/1810, aos 70 anos**.**

71-**MANOEL GONÇALVES PEREIRA (1733-1820) cc. RITA DOS ANJOS (1743-1823)**
São naturais da ilha Terceira. Ele nasceu em 08/09/1733 em Vila Nova, Praia da Vitória, ilha Terceira, filho de Antônio Pereira e de Catarina de Ávila, também naturais da ilha Terceira. Ela nasceu em 15/04/1743 em Vila Nova, Praia da Vitória, ilha Terceira, filha de João Teixeira Cardoso e de Mariana de Jesus, também naturais da ilha Terceira. Em 1782 aparecem no Rol dos Confessados de Viamão. Faleceram em Viamão, ele, em 19/10/1820, aos 90 anos, e ela em 19/11/1823.

72**-MANOEL MACHADO DA SILVEIRA (1756-1826) cc. ANA MARIA DE JESUS (1756-1836)**
São naturais da ilha de São Jorge. Ele é filho de Manoel Machado Fagundes, natural da ilha de São Jorge, e de Isabel da Silveira, natural da ilha do Pico. Ela é filha de João Nunes Pereira e de Maria Vieira, naturais da ilha de São Jorge. Habilitação de casamento em 1773 (Cúria Metropolitana). Receberam a **data de terras número 37** em Morro Grande, Viamão. Filhos de Casal de número. Mano-

el aparece no censo de 1784 como morador de sua data. Faleceram em Viamão, ele em 05/01/1826, aos 70 anos, e ela, em 28/12/1836, aos 80 anos.

73-**MANOEL MACHADO FAGUNDES cc. ISABEL FRANCISCA DA SILVEIRA (1711-1781)**
Ele natural da ilha de São Jorge, filho de Manoel Machado da Silveira e de Maria do Rosário. Ela é natural da ilha do Pico. Foram para Viamão fugidos da invasão espanhola a Rio Grande. Receberam a **data de terras número 11** em 20/08/1770, em Morro Grande, Viamão. Casal de número (Códice F 1229). Em 21/01/1774 batizou o neto Manoel, filho de Antônio Machado da Silveira, em Morro Grande. Ela faleceu em 23/01/1781 em Viamão, aos 70 anos. Em 1782, Manoel aparece viúvo no Rol dos Confessados de Viamão. Conforme censo de 1784, Manoel Machado Fagundes comprou um rincão do genro Manoel Caetano.

74-**MANOEL MACHADO PACHECO (1733-1816) cc. JOANA ANTÔNIA**
São naturais da ilha Terceira. Ele nasceu em 15/09/1733, filho de Diogo Pacheco Louro e de Bárbara da Conceição. Ela é filha de Bartolomeu Lourenço e de Antônia de São João, naturais da ilha de Terceira. Casaram em 11/11/1758 em Rio Grande. Provavelmente vieram para Viamão fugidos dos espanhóis. Manoel faleceu em Viamão, em 20/03/1816.

75-**MANOEL NUNES GOULART (1704-1787) cc. INÊS DE SANTO ANTÔNIO (1698-1785)**
São naturais da ilha do Faial. Ele nasceu em 24/05/1704 em Pedro Miguel, ilha do Faial, filho de Manoel Nunes Goulart e de Joana Faria. Ela é filha de Manoel de Andrade e de Francisca Farias de Medeiros. Foram para Viamão em 1763 fugidos da invasão espanhola a Rio Grande. Receberam a **data de terras número 20** em 01/09/1770, em Morro Grande, Viamão. Casal de número (Códice F 1229). Em 10/12/1773 batizou a neta Teresa, filha de Francisco Luiz Pires, em Morro Grande. Em 1782 aparecem no Rol dos Confessados de Viamão. No censo de 1784, Manoel Nunes Goulart possu***ía*** a data recebida e um campo de ½ légua em quadrado comprada do Capitão Domingo Gomes Ribeiro. Faleceram em Viamão, ela, em 06/06/1785, aos 87 anos, e ele, em 26/10/1787, aos 80 anos.

76-**MANOEL PEREIRA DE SOUZA cc. ISABEL DE JESUS (1725-1795)**
São naturais da ilha de São Jorge. Ele é filho de Manoel Pereira Fagundes e de Maria das Candeias Leal. Manoel também é conhecido por Manoel Pereira Alvares e Manoel Pereira Alves. Ela é filha de João de Quadros e de Maria Vieira. Receberam a **data de terras número 59** em Morro Grande, Viamão. Casal de número (Códice F 1229). Em 24/05/1774 batizou o neto, Joaquim, filho de Antônio de Souza Brasil, em Morro Grande. Aparecem no Rol de Confessados de 1782 de Viamão. Isabel faleceu em 26/01/1795, aos 70 anos, em Viamão. São os pais de Antônio de Souza Brasil que recebeu **a data número 28**.

77-**MANOEL PEREIRA PINHEIRO cc. ROSA JOAQUINA (1755)**
Ela é natural de Rio Grande, batizada em 02/02/1755. Ele é natural da ilha do Faial, filho de José Pereira e de Joana do Rosário, naturais da mesma ilha. Casaram em 16/10/1770 em Viamão. Receberam em 21/10/1771 a **data de terras número 32** em Morro Grande, Viamão. Filho de casal de número (Códice F 1229). Em 28/08/1775 batizou um filho em Santana do Morro Grande. Vendeu sua data a Luiz José Viegas e foi para Porto Alegre.

78-**MANOEL PEREIRA SOARES cc. MARIANA DA SILVEIRA (-1800)**
São naturais da ilha de São Jorge. Ele é filho de Antônio Gomes e de Catarina Dias, naturais da mesma ilha. Ela é filha de Manoel da Silveira e de Suzana Teixeira, também da ilha de São Jorge. Casaram em 02/07/1747 na ilha de São Jorge. Provavelmente receberam **a data de terras número 42.** Não aparecem em sua data, no censo de 1784. Mariana faleceu em 27/12/1800 em Santo Amaro. Manoel Pereira Soares faleceu em 14/07/1809 em Rio Pardo. Casal d'El Rey.

79-**MANOEL SILVEIRA DA LUZ (1733-1811) cc. TERESA DE JESUS (1733-1803)**
São naturais da ilha do Faial. Ele nasceu em 24/05/1733, filho de Francisco Rodrigues e de Catarina Silveira, naturais da mesma ilha do Faial. Ela é filha de Manoel Cardoso e de Maria de São Mateus. Casaram em 30/06/1755 na ilha do Faial. Provavelmente foram para Viamão fugidos da invasão espanhola a Rio Grande. Receberam a **data de terras número 26** em 28/08/1770, em Morro Grande, Viamão. Casal de número (Códice F 1229)**.** Aparecem no Rol dos Confessados de Viamão de 1782. Faleceram em Viamão, ela em 17/03/1803, aos 70 anos, e ele, em 16/06/1811. São trisavós de Josué Silveira da Luz, terceiro intendente de Viamão.

80-**PEDRO DE OLIVEIRA (1729-1795) cc. CATARINA MARIA**
São naturais da ilha de São Jorge. Ele nasceu em 03/12/1729 em Velas, ilha de São Jorge. Ela é filha de Amaro Soares e de Maria de Quadros, naturais da ilha de São Jorge. Foram para Viamão fugidos da invasão espanhola a Rio Grande. Receberam a **data de terras número 58** em 22/08/1770, em Morro Grande, Viamão. Casal de número (Códice F 1229). Em 15/09/1775 nasceu um neto, filho de Antônio José Bernardes, no Morro Grande. Em 1782 aparecem no Rol dos Confessados de Viamão. Pedro, no censo de 1784 **possuía mais 3 datas (9, 10 e 12)** por compra de Manoel de Mendonça, de Manoel de Araújo e de Antônio Machado, respectivamente. Pedro faleceu em 02/02/1795 em Santo Antônio da Patrulha.

81- **SILVESTRE DE ANDRADE (-1806) cc. ROSA JACINTA DE JESUS (-1782)**
S**ão naturais da i**lha do Faial. Ele é filho de Manoel de Andrade e de Violante Dutra. Casaram em 06/12/1750 em Feteira, Horta, ilha do Faial. Talvez tenham ido para Viamão fugidos da invasão espanhola a Rio Grande. Aparecem no Rol

dos Confessados de Viamão de 1782. Rosa faleceu em 10/10/1782 em Viamão. Casal d'El Rey. Silvestre, viúvo de Rosa, casou em segundas núpcias em Viamão com MARIA JOAQUINA DA CONCEIÇÃO (1767), natural de Viamão, filha de Manoel Caetano Teixeira de Souza e de Inês de São José, naturais das Ilhas. Maria Joaquina, viúva de Silvestre, casou em 18/05/1822 em segundas núpcias com Francisco Caetano Vieira, viúvo de Rosa Jacinta de Jesus.

82-**SILVESTRE VIEIRA cc. CATARINA SILVEIRA (1728-1782)**
Receberam a **data de terras número 53** em 31/08/1770, em Morro Grande, Viamão**.** Casal de número (Códice F 1229). No censo de 1784 era morador de sua data. Ela faleceu em 08/11/1782 em Santana do Morro Grande, Viamão. No censo de 1784, Silvestre era morador de sua data.

83-**SIMÃO DIAS GONÇALVES cc. MARIA DO ROSÁRIO DE BEM**
Ele é natural da ilha Terceira, filho de João Gonçalves e de Catarina Martins, naturais da mesma ilha. Ela é natural da ilha do Faial, filha de João Rodrigues de Bem e de Maria da Rosa, naturais da ilha do Faial. Casaram em 13/11/1740 na Horta, ilha do Faial. Receberam a **data de terras número 35**, em Morro Grande, Viamão. Casal de número. No censo de 1784, Simão não aparece em sua data.

84**-TOMÉ SILVEIRA DO NASCIMENTO cc. ANA MARIA DE JESUS (1756)**
Ele é natural da ilha de São Jorge. Ela é natural da Vila de Rio Grande, batizada em 01/11/1756, filha de Manoel Pereira de Souza e de Isabel de Jesus, naturais da ilha de São Jorge. Em 1782 aparecem no Rol dos Confessados de Viamão.

85-**TOMÉ TEIXEIRA VIEIRA (1728) cc. MARIA DE JESUS (-1751)**
São naturais da ilha de São Jorge. Ele nasceu em 23/12/1728 em São Tiago, Ribeira Seca, Calheta, filho de Tomé Teixeira e de Rosa de Souza, naturais da ilha de São Jorge. Ela faleceu em 19/06/1751 em Rio Grande. Tomé Teixeira Vieira**,** viúvo de Maria de Jesus, casou em segundas núpcias com MARIA DE SÃO JOSÉ**,** natural da ilha de São Jorge, filha de Manoel Alves do Nascimento e de Teresa Nunes, naturais da ilha de São Jorge. Em 1763 voltaram para a Ilha Santa Catarina, fugidos da invasão espanhola a Rio Grande, e por volta de 1770 foram para Viamão com uma carta de apresentação para solicitarem uma data. Em 02/04/1773 receberam a **data de terras número 34** em Morro Grande, Viamão. Filho de casal de número (Códice F 1229). No censo de 1784 não estavam mais em sua data. Tomé, viúvo de Maria de São José, casou em Laguna em terceiras núpcias com JOANA DA RESSURREIÇÃO com quem pelo menos mais 7 filhos em Laguna.

86-**VITAL DE OLIVEIRA LOPES (1705-1785) cc. MARIA PEREIRA**
São naturais da ilha de São Jorge. Ele nasceu em 06/07/1705 em Velas, ilha de São Jorge, filho de Francisco Lopes e de Maria Alvarez. Foram para Viamão fugi-

dos da invasão espanhola a Rio Grande. Receberam a **data de terras número 57** em 22/08/1770, em Morro Grande, Viamão. Casal de número (Códice F 1229). Aparecem em 1782 no Rol de Confessados de Viamão. Vendeu sua data a José Silveira, conforme censo dos moradores de Viamão, de 1784. Vital faleceu em 16/10/1785 em Viamão.

Referências

BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). *Presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e Rio Grande do Sul.* 2ª ed. Porto Alegre: EST, 1997.

BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org,). *Açorianos no Brasil*: História, Memória, Genealogia e Historiografia. Porto Alegre: EST, 2002.

BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). *Raízes de Viamão:* memória, história e pertencimento. Porto Alegre: EST, 2008.

BARROSO, Véra Lucia Maciel; PUFAL, Diogo de Leão; MANGANELLI, Ernani Raupp; ROSA, Gilson Justino da (Org.). *Açorianos em Porto Alegre:* história, genealogia e cultura. Porto Alegre: Evangraf, 2022.

FORTES, Gen. João Borges. *Os casais açorianos:* presença lusa na formação sul-rio-grandense. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

JACCOTTET, Alda Maria de Moraes; DOMINGUEZ DE MINETTI, Raquel. *Diáspora Açoriana*. Pelotas, 2001, v. 1.

KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira*: família, e poder no Continente do Rio Grande (Campos de Viamão, 1720-1800). Porto Alegre: Oikos, 2014.

MEIRELLES-LEITE, Daniel Teixeira: ROCHA, Roberto Monte. *Os descendentes de Manoel Cardoso Beirão*: genealogia. Porto Alegre: EST, 2015.

ROCHA, Jaime de Abreu; VIEIRA, Eliani Guimarães. *Genealogia de Famílias Viamonenses.* Porto Alegre: Evangraf, 2015, v. 1.

ROCHA, Jaime de Abreu; VIEIRA, Eliani Guimarães. *Genealogia de Famílias Viamonenses.* Porto Alegre: Evangraf, 2017, v. 2.

Fontes documentais

AHCMPA. Rol dos Confessados, Freguesia Nossa Senhora de Viamão, 1778 e 1782.

AHCMPA. Cópia dos registros de batismo da Igreja Santana do Morro Grande.

AHRS. Relação de moradores de Viamão, 1784.

Sites

https://www.familysearch.org/

https://www.myheritage.com.br/.

SOB UM CÉU DE ESPERANÇAS: AÇORIANOS NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO (RIO PARDO/RS, SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII)

Cibele Caroline da Rosa[1]

O texto, a seguir, é um fragmento da dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, apresentada em 2020.[2] Seu objetivo principal foi analisar estratégias de inserção socioeconômica de migrantes açorianos no Sul da América Portuguesa, a partir da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, atualmente a região de Rio Pardo/RS.

O ponto central da pesquisa é o olhar para os sujeitos, procurando analisar diferentes trajetórias de migrantes açorianos estabelecidos em Rio Pardo para a compreensão do processo histórico em questão. A pesquisa desenvolveu-se em cinco capítulos, sendo o primeiro e último capítulos de introdução e conclusão. Nos três capítulos centrais, procurou-se abordar o processo de chagada dos migrantes açorianos em Rio Pardo, as relações socioeconômicas estabelecidas na referida localidade e, por fim, reduziu-se a escala de análise para a trajetória das famílias Silveira Gularte e Simões Pires, a fim de compreender e analisar relações clientelares de parentesco espiritual. O trecho escolhido para ser apresentado, neste espaço, encontra-se entre as páginas 55 e 69 da dissertação, e procura apresentar um breve panorama da presença açoriana em Rio Pardo, sem esgotar outras possibilidades de pesquisa, inclusive apontadas ao longo da dissertação.

A pesquisa também busca contribuir para análises acerca da mobilidade espacial no setecentos da América portuguesa, corroborando a

1 Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos. Licenciada em História pela Univates. Professora de História da rede particular de Lajeado/RS.

2 ROSA, Cibele Caroline. *Açorianos e suas estratégias de inserção socioeconômica no povoamento do Sul da América portuguesa* (Rio Pardo, segunda metade do século XVIII). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2020.

ideia de que o passado colonial brasileiro não era estático, e "que havia um contexto de forte mobilidade espacial de migrantes açorianos para as freguesias do Continente do Rio Grande de São Pedro, desde a sua saída das ilhas até o estabelecimento em Rio Pardo".[3] Elegeu-se como fontes históricas centrais os registros religiosos, com destaque para os registros de batismo e casamento, além de outros documentos presentes nos Arquivos Histórico e Público do Rio Grande Sul, o Arquivo Nacional e o Arquivo Ultramarino (Portugal).

Dos caminhos do Rio Grande de São Pedro ao estabelecimento em Rio Pardo

Em 1755, a população residente no forte de Rio Pardo recebeu um pároco para a realização dos sacramentos católicos na edificada Igreja da Expedição do Rio Pardo. No primeiro ano em que houve casamentos no local, com assentos entre janeiro de 1759 e agosto de 1760, constam 22 registros de uniões matrimoniais. Deles, do total de nove registros em que o noivo é açoriano, em todos a noiva também o é, com origem diversificada da ilha de nascimento:

Tabela 1 – Casamentos entre noivos de origem açoriana na Igreja da Expedição de Rio Pardo, entre 1759 e 1760

Noivo	Origem	Noiva	Origem
Francisco Gomes Carvalho	Açores, Santa Maria	Francisca da Rosa	Açores, Pico
Antônio Severo	Açores, São Jorge	Rosa de Santa Clara	Açores, s/r
Manuel de Bitencurt	Açores, Graciosa	Jacinta Rosa	Açores, s/r
Pedro Machado	Açores, São Jorge	Ana Maria	Açores, Faial
Jose Albernas	Açores, Faial	Rosa Maria de Belém	Açores, Faial
Jorge de Souza Nunes	Açores, São Jorge	Francisca dos Anjos	Açores, Santa Maria
Mateus Pereira	Açores, São Jorge	Ana Maria	Açores, s/r
André da Silva	Açores, São Jorge	Maria de Jesus	Açores, São Jorge
Manuel Jose de Meneses	Açores, Santa Maria	Mariana dos Anjos	Açores, Terceira

Fonte: ACMPOA. Livro de Registros de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, 1759-1760. Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

Das ilhas informadas pelos nubentes, como seu local de nascimento, apenas a ilha de Santa Maria não pertence ao grupo central de ilhas do

3 ROSA, 2020, p. 37.

Arquipélago, sendo a mais próxima do continente europeu e da costa africana. As demais – Terceira, São Jorge, Faial, Pico e Graciosa – são próximas umas das outras e formam a parte central do arquipélago. Dessa forma, acredita-se que havia uma rede de contato – se não forte, mas pelo menos sua existência – entre os contraentes do matrimônio. Esses laços podem ter sido reforçados durante a estadia em outras localidades da América portuguesa, como o desembarque na ilha de Santa Catarina ou na vila de Rio Grande.

O Auto de Justificativa do Matrimônio de José Albernaz e Rosa Maria de Belém pode apontar alguns dos caminhos pelos quais os casais de noivos açorianos passaram antes do estabelecimento em Rio Pardo.[4] Conforme testemunho do noivo, o mesmo saíra da ilha do Faial com a idade de onze anos, na companhia de seus pais, para o povoamento da Ilha de Santa Catarina, e ficou pouco tempo no local, pois "logo se embarcaram para a vila do Rio Grande", onde residiu em torno de um ano e fora alistado como soldado para o reconhecimento e povoamento das Missões e na "dita fortaleza [Rio Pardo] esta morador há dois anos".[5] Por sua vez, Rosa Maria de Belém saíra da mesma ilha do marido aos oito anos de idade, também com o intuito de povoar a Ilha de Santa Catarina e pouco tempo depois embarcou para a Vila de Rio Grande "aonde [..] um ano e nesse tempo vieram embarcados para o porto dos casais de Viamão e daí para Rio Pardo a melhor de seis anos vivendo na companhia de seu pai".[6]

A saída da terra natal – Faial –, o desembarque na Ilha de Santa Catarina, e logo depois a movimentação para a Vila de Rio Grande com o intuito de povoamento das Missões, a partir do Tratado de Madri de 1750, além da estadia em Viamão de Rosa Maria demonstram a intensa movimentação do casal até o estabelecimento dos mesmos no então forte de Rio Pardo. Essas movimentações de açorianos pelas freguesias do Continente de Rio Grande de São Pedro são verificáveis nas fontes, e corroboram nos questionamentos acerca da ideia de uma população colonial estática, que não se movimentou durante o período em questão.

Nos registros em que ambos os contraentes são de origem açoriana, a distinção "casal das ilhas" é informada no assento. Essa distinção provavelmente tenha sido dada pelo pároco, devido à resolução de 1749, que concedia os mesmos direitos aos casais formados nas freguesias

4 ACMPOA. AJM, 1760/12, José Albernaz e Rosa Maria de Belém.
5 Ibidem.
6 Ibidem.

do Continente do Rio Grande de São Pedro, nos primeiros anos após a chegada dos casais açorianos regidos pelo Edito Régio de 1747. O grau de endogamia, portanto, pode ter se configurado como uma estratégia na tentativa de angariar as mesmas promessas oferecidas aos casais de sua Majestade.[7]

Em dados levantados na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, entre 1747 e 1759, Ana Silvia Volpi Scott e Dario Scott indicam um acréscimo significável no número de casamentos na região, principalmente após a chegada de casais açorianos. Destacam os historiadores que "curioso é verificar também que desses onze assentos, registrados entre [...] 1753 e 1757, praticamente todos eles se dão entre noivos e noivas naturais dos Açores, à exceção de um, em que a noiva é natural de Laguna (e para a qual não foi indicada a naturalidade dos pais)".[8]

Contudo, a presença açoriana na região de Rio Pardo não se referia apenas àqueles que migraram na condição de casal de sua Majestade a partir de 1747. O deslocamento de açorianos em terras americanas também se deu de forma espontânea ou clandestina, e ainda como componentes das tropas militares que visavam à proteção das terras conquistadas frente o império espanhol. A identificação de cada uma dessas formas é dificultada pela falta de informações contidas nas fontes consultadas e pela inexistência de um registro de entrada de migrantes no período.[9]

Em 24 de abril, o padre Faustino Antonio de Santo Alberto e Silva registrou, como primeiro batismo, o nascimento de Isidoro, filho de pais açorianos, citado no início do capítulo.[10] No mesmo livro de batismos constam informações referentes aos nomes dos pais, local de origem, bem como o nome dos padrinhos, num total de 263 batizados, entre livres, cativos e forros, entre abril de 1755 e abril de 1761.[11]

Conforme as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, no ato do registro do batismo, o pároco deveria informar o nome do batizando, dos pais do mesmo e de seus padrinhos.[12] Apesar disso, observa-se com

7 Os termos "casal de Rey" ou "casal de sua Majestade" referem-se àqueles casais de povoadores açorianos que migraram para a Ilha de Santa Catarina e depois para o Continente de Rio Grande de São Pedro regidos pelo Edital de 1747.

8 SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. Casais Del Rei no Rio Grande de São Pedro oitocentista: um olhar através dos registros paroquiais. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28, 2013, Natal. *Anais.* Natal, 2013, p. 10.

9 Em alguns casos, a partir do cruzamento nominativo ou por informações em documentos, é possível reconhecer a forma de deslocamento.

10 AHCMPA. *Livro de Registros de Batismos da Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo.* 1755-1761.

11 AHCMPA. *Livro de Registros de Batismos da Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo.* 1755-1761

12 DA VIDE, Sebastião Monteiro. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.* Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707.

recorrência que além das informações obrigatórias que deveriam ser anotadas pelos vigários, outros dados da vida daqueles indivíduos eram contabilizados, como nome e local de nascimento dos pais da criança, nome dos avós paternos e maternos, bem como, em muitos casos, a origem dos avós. Essas informações eram, geralmente, depositadas sobre a população livre. Sobre os escravizados, informava-se o nome dos pais da criança, quando ela era nascida na freguesia, e sobre o batizado de adulto. E em raros casos, eram informados o nome dos pais do mesmo, sem informações adicionais.[13] Do total de 263 batismos registrados no livro de batismos, iniciado em 1755 e finalizado em 1761, em torno de 40% dos batizados possuem alguma vinculação paterna com as ilhas dos Açores. Optou-se pelo referencial paterno, nesse caso, pois o homem apresentava-se enquanto cabeça de casal[14]:

Tabela 2 – Ilha de nascimento dos pais de batizados da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, entre 1755 e 1761[15]

Ilha de nascimento do pai	Número
Ilha do Faial	26
Ilha de Santa Maria	4
Ilha Graciosa	1
Ilha de São Jorge	29
Ilha de São Miguel	5
Ilha do Pico	18
Ilha Terceira	22
Total	105

Fonte: Livro de Registros de Batismo da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. Abril de 1755 a abril de 1761. Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre,

Esses dados (Tabela 2) demonstram a presença açoriana já nos primeiros anos de construção da freguesia[16] e apontam para uma hetero-

13 A dificuldade em tecer informações a respeito da vida da população escravizada pode ser vista em Petiz (2009), que realizou um estudo sobre estratégias de famílias escravizadas em Rio Pardo durante a segunda metade do século XVIII. PETIZ, Silmei de Sant'Ana. *Caminhos cruzados:* famílias e estratégias escravas na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835). 2009, Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.
14 Cabe destacar que nem todos os casais eram liderados por homens, na América portuguesa. Contudo, no livro de registros de batismos analisado, não há nenhum caso de mãe de origem açoriana que tenha batizado um filho com "pai incógnito".
15 Destaca-se a opção pela contagem por batismo, não por casal. Sendo assim, é possível que um casal tenha batizado mais que uma criança, entre os anos de 1755 e 1761. São números completos.
16 O segundo maior grupo de pessoas as quais compartilhavam uma origem em comum são os indígenas guaranis das Missões. No total, são 51 batismos em que apontam a origem do pai nas Missões. Conforme Max Ribeiro, os inúmeros registros de pais guaranis das missões em Rio Pardo são reflexos das 700 famílias que acompanharam as tropas até o forte. "Segundo relatos de militares portugueses,

geneidade no que se refere à ilha de nascimento, pois apenas duas das nove ilhas não constam como referência em naturalidade, a saber – Flores e Corvo –, ambas mais afastadas do Continente europeu e com uma menor população no século XVIII, como referido no capítulo. As ilhas de São Jorge e Faial, ambas localizadas na parte central do arquipélago, se destacam concentrando quase metade dos assentos paroquiais, o que pode indicar uma propensão de pessoas que já se conheciam na ilha de nascimento a migrar para a mesma região.

Referente às mães de batizados na freguesia, os números apresentam-se mais diversificados: dos 134 registros em que consta a origem materna em uma das Ilhas do Arquipélago, 75% possuem o cônjuge de origem açoriana, enquanto que 10% possuem um marido de origem portuguesa e outros 15% de outras regiões da América lusa, como os bispados de São Paulo e Bahia ou da Colônia do Sacramento. Esses números assinalam para uma maior heterogeneidade quando a mãe é de origem açoriana. No livro de registros de matrimônios, entre 1759 e 1760, além das nove noivas de origem ilhota as quais casaram-se com homens açorianos, cinco noivas açorianas contraíram o sacramento do matrimônio com homens de outras localidades do império português:

Tabela 3 – Casamentos entre noivos de origem açoriana na Igreja da Expedição de Rio Pardo, entre 1759 e 1760

Noivo	Origem	Noiva	Origem
Francisco de Martins Vital (casal das ilhas)	PT, Lisboa	Maria Machado de Jesus	Açores, São Jorge
Manuel de Freitas (casal das ilhas)	Ilha da Madeira, Funchal	Maria do Nascimento	Açores, Terceira
João Caetano de Mores (casal das ilhas)	PT, s/r	Quiteria de Brum	Açores, Faial
Francisco de Oliveira Pinto	BR, Rio de Janeiro	Antonia Maria do Nascimento	Açores, s/r
José de Borba (casal das ilhas)	BR, Santa Catarina	Maria dos Espirito Santo	Açores, Terceira
Manuel Francisco Braga	PT, Braga	Sebastiana das Candeias	Açores, Terceira

Fonte: ACMPOA. Livro de Registros de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. 1759-1760. Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

compilados por José Custódio de Sá e Faria, engenheiro das tropas lusitanas, 700 famílias guaranis, em 1757, acompanharam as tropas até o forte Jesus, Maria, José, construído às margens do rio Jacuí, sendo o embrião da Freguesia, hoje munícipio de Rio Pardo." RIBEIRO, 2017, op. cit., p. 17.

As garantias do Edital de 1747 foram estendidas aos moradores da ilha da Madeira que dispusessem a migrar para o sul da América portuguesa. Nesse sentido, acredita-se que a família de Manuel de Freitas, nascido no Funchal, tenha migrado na condição de casal. O caso de João Caetano de Moraes, nascido em Portugal e com a distinção de "casal das ilhas", dada pelo pároco, pode revelar aspectos desse mercado matrimonial e estratégias de inserção de reinóis com noivas açorianas. Conforme o Auto de Justificativa de Matrimônio do casal, João Caetano saíra de Portugal em virtude do falecimento de seus pais, ainda criança, com oito anos de idade.[17] Navegou pelos mares dos continentes europeu, africano e americano, e por fim optou pela estadia na Vila de Rio Grande por um ano, antes de embarcar, em 1757 para a fortaleza de Rio Pardo. É possível, então, que a noiva Quiteria de Brum, filha de casais, tenha gerado uma atratividade para o reinol. Conforme Anna Scott e Dario Scott, ao estudar Viamão,

> Bem, pode-se argumentar que o mercado matrimonial se viu "muito agitado" com a entrada dessas mulheres... Mais do que serem brancas, vindas de Portugal Insular (um *capital simbólico* muito apreciado), elas "teoricamente" seriam muito atraentes aos candidatos a "marido" também por conta do "enxoval" que poderiam dispor, como mulheres vinculadas aos "casais del rei", como muitos foram identificados nos assentos de casamento daquela freguesia.[18]

Considerando-se a área em formação na qual a região de Rio Pardo apresentava em meados do século XVIII e continuou apresentando até finais do século, acredita-se que os casamentos entre mulheres açorianas com homens de outras regiões deram-se, também, pelo fato de que a região poderia ser explorada, ativando as intenções de homens que se deslocavam para Rio Pardo em busca de melhores condições de vida, bem como militares que se moviam dentre as tropas de Gomes Freire Andrade. Esses homens vislumbravam nas mulheres açorianas, brancas e cristãs, a possibilidade do casamento. Martha Hameister, em um estudo sobre a população de Rio Grande, entre os anos de 1738 e 1763, havia apontado uma mudança no mercado matrimonial da freguesia a partir do desembarque de filhas de açorianos, mobilizando novas redes matrimoniais.[19]

17 ACMPOA AJM. 1759/13, João Caetano de Moraes e Quiteria de Brum.
18 SCOTT; SCOTT, 2013, op. Cit., p. 10, grifo dos autores.
19 HAMEISTER, 2006, op. cit.

O casal de açorianos Jerônimo Machado e Maria Santa casaram-se, provavelmente, em Rio Grande ou nos campos de Viamão, entre os anos de 1753 e 1755.[20] Como havia a necessidade de se provar a aptidão para o casamento, em 1753 foi movido o processo de banhos e dispensa de impedimentos matrimoniais. Conforme o Auto de Justificação do Matrimônio, Maria Santa, natural da ilha de São Jorge[21] filha de Antonio Machado e Antônia da Silveira, fazia parte "dos casais que sua Majestade manda para as novas povoações de Missões".[22] Jerônimo, por sua vez, traçou um caminho diferente; ele "de sua pátria saíra fugido da casa de seus país para o Brasil com a idade de nove anos e sempre andara pelo Rio Grande", conforme testemunho próprio.[23] Como faria Jerônimo Machado, que saíra de sua terra natal, a ilha do Faial, ainda criança, fugido de casa, e "sempre andara pelo Rio Grande e embarcado para este Viamão, aonde havera 16 anos [...] navegando nas embarcações del Rey e em outras de particulares com o ofício de marinheiro".

A solução para o imbróglio encontrada por Jerônimo Machado, assim como por muitos outros nubentes da América portuguesa, foi o testemunho de terceiros, pessoas tidas como "fidedignas e residentes".[24] O testemunho, então, passava a soar como a comprovação daquilo que necessitavam os noivos. Essa flexibilidade da Igreja Católica em aceitar o testemunho de terceiros para a comprovação das exigências do matrimônio pode assinalar, através dos relatos das testemunhas, possíveis redes e alguns dos circuitos migratórios pelo Continente de Rio Grande de São Pedro, além de apontar a complexidade do deslocamento açoriano.

Jerônimo Machado optou pelo convite a três testemunhas para comprovar sua situação legal frente à Igreja, em 1753. O reinol José Ferreira de Andrade, marinheiro com 33 anos de idade e solteiro, disse que sempre andara "junto com o justificante [Jerônimo] na carreira Rio Grande

20 A fonte consultada em que consta tal informação é o Auto de Justificativa do Matrimônio do casal. Nela, entretanto, não há informação do local de contração de matrimônio dos nubentes. Acredita-se que tenha sido uma das duas localidades, pois Jerônimo, como demonstrado a seguir, fora marinheiro entre os portos de Rio Grande e Viamão.

21 A informação da localidade de nascimento da nubente não consta nos autos de Justificação do Matrimônio. A informação foi alcançada a partir do cruzamento nominativo de fontes, nesse caso, os registros paroquiais de batismo. No livro de assentos paroquiais da Igreja da Expedição Jesus-Maria-Jose de Rio Pardo consta a informação no registro de batismo de José, filho do casal: "[...] José filho legítimo de Jerônimo Machado e sua mulher, Maria Santa, natural da ilha de São Jorge". ACMPOA. *Livro de Batismos da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo.* 1755-1763. fl 18v.

22 ACMPOA. AJM, 1753/20, Jerônimo Machado e Maria Santa.

23 ACMPOA. AJM. 1753/20, Jerônimo Machado e Maria Santa.

24 Ibidem, p. 59.

– Viamão no serviço do Rey e em outras embarcações particulares" há cerca de quinze anos. Se considerar a informação contida no Auto de Justificação do Matrimônio, Jerônimo Machado possuía aproximadamente 25 anos em 1753, e se José Ferreira de Andrade o conhecia há quinze anos, pode-se concluir, pelo relato da testemunha, que ambos se conheceram logo após a chegada de Jerônimo Machado na América – ou durante a viagem.

As duas outras testemunhas elencadas por Jerônimo Machado foram ilhéus. O sargento João da Silveira George, de 40 anos, natural da mesma ilha que o nubente, se disse "dos casais que sua Majestade manda para as novas povoações das Missões", e, por isso, conhecer Jerônimo, desde "a pátria, por serem lá vizinhos"[25] e por ter amizade com os pais do justificante. A terceira testemunha, o terceirense Simão Dias Gonçalves, de 37 anos, também migrando na qualidade de casal, disse conhecer Jerônimo, desde jovem, e possuir "conhecimento dos pais do justificante".[26]

A escolha das três testemunhas realizada por Jerônimo, que tinham o dever de *substituir* os documentos, como o registro de batismo – no caso de João da Silveira Geroge – ou então comprovar as andanças e atividades do nubente pelo Continente de Rio Grande de São Pedro, no caso de José Ferreira Andrade e Simão Dias Gonçalves, foi condicionada pelo fato de Jerônimo conhecer as testemunhas há muito tempo. Isto é, no momento em que Jerônimo necessitou comprovação de sua situação, optou por um testemunho de longa data, demonstrando uma rede de relações continuada e reforçada em alguns momentos, como no casamento.

Acredita-se que, dessa forma, a escolha das testemunhas não tenha sido ao acaso e que a estratégia de Jerônimo, em lançar mão de depoimentos de conhecidos de longa data possa significar, para uma sociedade com características do Antigo Regime, uma maior veracidade. As três testemunhas também relataram parte da experiência migratória de Jerônimo. Fugido da casa dos pais ainda jovem, como o mesmo relatou, Jerônimo chegou ao Brasil e em seguida passou a trabalhar em embarcações entre os portos de Rio Grande e Viamão, como depôs seu companheiro de viagem, José Ferreira de Andrade. É provável que as promessas da coroa portuguesa, quanto aos novos casamentos entre ilhéus no Continente de Rio Grande de São Pedro tenha motivado a união com uma conterrânea sua, natural da ilha vizinha, São Jorge, e filha de

25 ACMPOA. AJM, 1753/20, Testemunha de Jerônimo Machado e Maria Santa.
26 ACMPOA, AJM, 1753/20, Testemunha de Jerônimo Machado e Maria Santa.

casal, pois as obrigações da Provisão de 1747 seriam estendidas aos filhos dos casais.[27]

A primeira referência ao casal em registros paroquiais em Rio Pardo data de 26 de setembro de 1757, no batismo do filho José. Na ocasião, o compadrio fora realizado com o capitão José da Silveira Bitencurt e dona Maria Eulália. É plausível que o casal tenha se instalado em Rio Pardo e vivido na região até o falecimento, fazendo parte, portanto, da sociedade rio-pardense. Cerca de três décadas depois da chegada da instalação do casal no mencionado lugar, constam batizados de netos de Jerônimo Machado e Maria Santa. O batismo dos netos, assentados no livro de registros de batismos da freguesia, entre 1783 e 1789, filhos do tenente Joaquim Severo Fialho de Mendonça, natural da Vila de Caldas, em Portugal, e Brigida Joaquina, filha de Jerônimo e Maria Santa, nascida na freguesia,[28] representam uma continuidade da família em Rio Pardo, bem como o agregamento de um terceiro, vindo de Portugal, para a região.

Entre julho de 1783 e maio de 1789, foram realizados 1.186 batismos na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, um número considerável se comparado com os 263 batismos entre 1755 e 1761. Na maioria dos assentos do livro, no que diz respeito à população liberta, constam informações a respeito do nome do batizado, nome e local de nascimento dos pais, nome e local de nascimento dos avós e nome dos padrinhos. O registro do nome e local de nascimento dos avós – desnecessários conforme as *Constituições do Arcebispado da Bahia* – apresentam-se como um dado relevante nessa pesquisa quanto à mobilidade espacial de açorianos pelo Continente de Rio Grande de São Pedro. É a partir dessa fonte que se pode estabelecer algumas considerações a respeito das mobilidades de açorianos pelas freguesias de São Pedro de Rio Grande e sua movimentação interna, desencadeadas na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo.

Do total de 1.186 batismos, 1.257 são de população livre. Desses 1.257, 320 batismos apresentam o avô paterno de origem açoriana. Dos 320 batismos em que constam a presença do avô paterno de origem açoriana, cerca de 45% (143 batismos) possuem também o pai do batizado de origem em uma das ilhas. A esposa tinha uma origem variada:

27 QUEIROZ, 1989, op. cit.

28 O assento de Brigida não foi encontrado dentre os registros de batismos da freguesia. Acredita-se que Brigida tenha nascido entre os anos de 1763 e 1772, período em que os livros de registro de batismo constam estar desaparecidos.

Tabela 4 – Origem das esposas de pais açorianos que batizaram filhos na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, entre 1783 e 1789

Origem	Número		Percentual
Açores	39		28%
Santa Catarina	7		5%
Missões	3		2%
Sem Referência	2		1,4%
Continente do Rio Grande de São Pedro	92		63,6%
	Freg.	nº	
	Rio G.	27	
	Rio P.	43	
	Viam.	13	
	PoA	1	
	Trif.	6	
	Taq	2	
Total	143		100%

Fonte: ACMPOA. Livro de Registros de Batismo da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo.1783 e 1789.

Dos 143 batismos os quais apresentam pai e avó paternos com origem no arquipélago, 28% são casados com mulheres também naturais dos Açores. Nesse caso, é possível que os casamentos foram realizados nas ilhas e migraram na condição de casal, ou ainda se casaram após o processo migratório, migrando solteiros com suas famílias.

Esses casamentos podem significar um reflexo das promessas da coroa portuguesa sobre os casais de açorianos formados no Continente de Rio Grande de São Pedro, como avaliado anteriormente. Os casamentos entre pais açorianos e mães de outras localidades, em sua grande maioria do Continente de Rio Grande de São Pedro, representam a grande parcela das uniões. A origem dos pais da noiva, em 68% dos casamentos entre pai açoriano e mãe de origem no Continente, é de uma das nove ilhas do arquipélago. Essas freguesias – Rio Grande, Viamão, Porto Alegre, Triunfo e Taquari – são localidades as quais receberam população migrante dos Açores.[29]

Os outros batismos com avós paternos das ilhas apresentam pais de origem variada. No total são 177 batismos, no quais os pais são naturais de Santa Catarina (22), Rio de Janeiro (1), Uruguai (1) e do Continente do

29 ROSA, 2017, op. cit.

Rio Grande de São Pedro (133), além de 16 batismos nos quais não há informação sobre o local de nascimento do pai do batizado. No que se referem à naturalidade materna, as mães são todas de origem açoriana ou então do Continente.

Esses números assinalam para uma destacada mobilidade interna de açorianos no Continente do Rio Grande de São Pedro, bem como de outros locais da América lusa. Sheila de Castro Faria, na obra *A colônia em movimento,*[30] apontou para uma flexibilidade das concepções históricas hierarquizantes e imóveis a respeito da vida na colônia brasileira. Ao estudar a região dos Campos dos Goytacazes, a historiadora verificou, dentre outras conclusões, um intenso movimento migratório entre forros, respeitando estratégias e decisões previamente pensadas por essa população.

As fontes apresentam uma sociedade colonial complexa, o bastante para que se questione a estaticidade defendida por algumas concepções historiográficas. João Fragoso, inspirado nos estudos de Antonio Manuel Hespanha a respeito da abrangência dos domínios da coroa portuguesa, demonstrou uma sociedade que, apesar dos fortes graus de hierarquia, possuía graus de autonomia.[31] Essa monarquia "pré-Leviatã" ainda não impunha um sentido total à sociedade, pois "sua autoridade não se materializava plenamente por meio de exércitos e burocracias", isso porque "havia autonomia dos poderes locais".[32] Essa economia do bem comum,[33] baseada em trocas clientelares, concessões de mercês e emolumentos pela coroa, era a base da vida social na colônia.

Isso não significa que não houvesse um controle por parte da coroa sobre sua população. A grande massa de açorianos que se deslocou para o povoamento do meridional da América portuguesa estava regida sobre a Provisão de 1747.[34] Destaca Susana Goulart Costa, que essa "era uma emigração controlada pelo Estado, pois a população era considerada como sua principal riqueza".[35] Significa que mesmo dentro de um controle exercido pela coroa, uma monarquia corporativa,[36] essas pessoas conseguiram se mobilizar dentro de um leque de possibilidades, aprovei-

30 FARIA, 1998, op. cit.
31 FRAGOSO, João. Capita Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *Na trama das redes:* política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
32 Ibidem, p. 251.
33 Ibidem.
34 COSTA, 2008, op. cit.
35 COSTA, 2008, op. cit., p. 119.
36 HESPANHA, 2000, op. cit.

tando-se de brechas nos sistemas normativos, exercendo estratégias de mobilidade espacial e obedecendo a decisões previamente elaboradas.

Manuel Correa da Silveira, natural da freguesia da Lagoa da ilha de Santa Catarina, era filho de um casal de açorianos naturais da ilha Graciosa, Antonio Correa da Silveira e Barbara Maria. Batizou seu filho, Marcelino, na igreja de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo em 1788. A esposa de Manuel, Lauriana Maria de Jesus, era natural da freguesia de Taquari, e filha de Antonio Machado de Oliveira e Mariana de Jesus, ambos naturais da ilha de São Jorge. Quatro anos antes do batizado de Marcelino, o pai de Lauriana Maria de Jesus, Antonio Machado de Oliveira, havia declarado na *Relação de Moradores que tem Campos e Animais no Continente* possuir uma data de terras que lhe havia sido concedida pela política de casais e viver de suas lavouras,[37] na freguesia de Taquari. Possuía sessenta cabeças de gado, seis bois, cinco cavalos, vinte éguas e quatro potros, estando entre os proprietários medianos da região.[38] É provável que Antonio Machado de Oliveira e Mariana de Jesus viveram até o fim de suas vidas na freguesia de Taquari, devido a sua situação de proprietário de terras e as condições limitantes impostas pelos legisladores portugueses. Diferente de seus pais, Lauriana optou por migrar, juntamente com seu marido; este realizou um deslocamento maior, advindo de Santa Catarina.

Em 1768, outro morador de Taquari, Antonio Machado Fagundes, desejava mudar-se para Rio Pardo. Como não podia fazê-lo sem autorização do governador, o súdito solicitou a transferência de uma freguesia para outra, justificando que em Rio Pardo o mesmo poderia melhor "granjear sua vida com mais comodidade e poder sustentar a obrigação que tem com sua mulher e filhos".[39] A resposta do governador foi um desestímulo ao suplicante, pois o pedido de se mudar para Rio Pardo havia sido concedido, com a condição de que o mesmo não participasse das futuras doações de datas de terras na localidade.

Fosse no início da construção da freguesia, ainda nas décadas de 1750 ou trinta anos depois, Rio Pardo representava uma possibilidade de migração a muitos dos açorianos migrados das ilhas dos Açores para os confins meridionais da América portuguesa, os quais enxergavam na localidade possibilidades de melhor gerir suas vidas. Desta forma, inquere-se os moti-

37 Para um detalhamento a respeito de açorianos na freguesia de Taquari a partir da relação de moradores, ver ROSA, 2018, op. cit.
38 AHRS. Relação de Moradores que tem campos e animais no Continente, 1784-1787. Códice F1198A. Borradores.
39 AHRS. Códice F1243, fl. 131,131V, 132.

vos pelos quais Rio Pardo aparecia como uma possibilidade para essa população migrante com algum vínculo com o arquipélago dos Açores.

A partir da chegada oficial de portugueses nas terras, entre o sul de Laguna e a Colônia de Sacramento, com a fundação de um forte em 1737, em Rio Grande, a região que ficou conhecida como Continente do Rio Grande de São Pedro foi espaço de disputas entre as coroas ibéricas. Essa região pode ser entendida como um todo fronteiriço, alvo de conflitos armados e diplomáticos a partir da segunda metade do setecentos. Helen Osório assinala que a fronteira platina durante o período colonial pode ser entendida como móvel, provisória e incerta,[40] na medida em que não havia "diferenças marcantes naquelas terras recém-dominadas pelos impérios europeus, fosse em termos geográficos, demográficos ou de paisagem agrária".[41] Além disso, a historiadora considera a fronteira como fruto da produção humana sobre o espaço, e não um dado pronto, marcado por linhas divisórias claras e definidas, como apontaram os primeiros estudos acerca da presença ibérica nas terras meridionais americanas.[42]

Mesmo que a resposta da coroa tenha sido um desestímulo ao suplicante açoriano Antonio Machado Fagundes, e provavelmente tenha sido a outros suplicantes, a imagem que Rio Pardo evocava na visão do súdito era de um lugar onde poderia estabelecer propriedade, plantar e (sobre) viver. Mudar-se para Rio Pardo com o intuito de estabelecer lavouras não estava dentro dos planos do império português, mas provavelmente de moradores do Continente, sim. Nesse sentido, é presumível que Rio Pardo tenha sido entendida, pelos residentes no Continente e abrangências, como uma área em franca expansão dos domínios portugueses, principalmente depois da invasão do governador de Buenos Aires, Dom Pedro de Cevallos, em 1763, a Rio Grande.

Tiago Gil[43] destaca que em finais da década de 1770, Rio Pardo apresentava-se como a fronteira Oeste das possessões portuguesas ao sul da América. Ainda conforme o historiador, a primeira menção à frontei-

40 OSÓRIO, 2007, op. cit.
41 Ibidem, p. 58.
42 Dentre esses estudos, pode-se citar a obra de FORTES, Borges. *Os casais açorianos*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978. O autor, ligado à correte luso-brasileira de entendimento do espaço platino, considera que havia uma fronteira clara entre as coroas ibéricas nas paragens americanas, e que a migração de açorianos serviria, como grande objetivo, para conter o avanço espanhol sobre os campos portugueses. ROSA, Cibele Caroline da. A obra de Borges Fortes e o impacto sobre os estudos da migração açoriana. In: COLÓQUIO DISCENTE DE ESTUDOS HISTÓRICOS LATINO-AMERICANOS, 2018, São Leopoldo. *Anais....* São Leopoldo: Universidade do Rio dos Sinos, 2018.
43 GIL, 2002, op. cit.

ra de Rio Pardo, realizada por autoridades portuguesas, data do ano de 1768, cinco anos após a invasão de Rio Grande pelos espanhóis. A invasão de Rio Grande por castelhanos em 1763 também pode ter refletido na mobilidade interna de açorianos, os quais foram obrigados a se deslocar para outras freguesias, dentre elas a de Rio Pardo.[44]

Conforme Helen Osório, o relativo período de paz estabelecido após a retomada de Rio Grande em 1777 e a assinatura do Tratado de São Idelfonso, colocando fim na breve dominação espanhola na Ilha de Santa Catarina, proporcionou um crescimento econômico do Continente, bem como uma expansão das possessões portuguesas.[45] Ao mesmo tempo em que houve um avanço sobre os campos, a terra, na conjuntura de paz, passou a ter seu valor aumentado, representando, entre 1790 e 1810, a maior participação dos bens arrolados em inventários abertos durante o mesmo período.[46] Tendo em vista as considerações da historiadora, pode-se ressaltar que o período de paz, a partir da década de 1780, pode ter proporcionado uma possibilidade de deslocamento de açorianos pelo Continente, ao mesmo tempo em que o acesso à terra se dificultava, pelo valor elevado da mesma.

É nesse cenário que é possível visualizar um espaço de intensa ocupação humana, permeado por disputas, disparidades, estratégias, alianças e litígios, no qual os deslocamentos internos obedeciam a estratégias e decisões previamente pensadas por aqueles mobilizados em migrar, aproveitando-se de brechas nos sistemas normativos, bem como sufocados pelo mesmo. Deslocados em um império Atlântico, as mobilidades internas de açorianos seguiram acontecendo, mesmo depois do estabelecimento em Santa Catarina e posterior deslocamento para o Continente do Rio Grande de São Pedro.

Considerações finais

O capítulo procurou expor aspectos da mobilidade açoriana, apresentando alguns dos cenários pelos quais tanto as ilhas dos Açores quanto o meridional da América portuguesa estavam inseridos. Optou-se por analisar alguns desses cenários, tendo em vista as infinitas possibi-

44 HAMEISTER, 2006, op. cit. A população residente de Rio Grande, fosse ela de origem portuguesa, como reinóis ou ilhéus, bem como indígenas ou escravizados, foram obrigados a deixar suas casas e migrar para outras regiões a partir de 1763. Houve desertores, que preferiram ficar em Rio Grande e tornarem-se súditos do reino espanhol.

45 OSÓRIO, 2007, op. cit.

46 Conforme Osório (2007), nos períodos de guerra, o bem que aparece com destaque nos inventários era o gado. Devido às instabilidades provocadas pelos litígios, o gado facilmente poderia ser roubado, o que aumentava seu valor.

lidades de transferência de moradores do arquipélago açoriano para as paragens sulinas do império português.

Igualmente, buscou demonstrar a presença açoriana nas paragens sulinas a partir da perspectiva dos migrantes, condicionados – e não determinados – pela conjuntura externa, de litígio entre as coroas ibéricas. O foco desviado das tratativas dos agentes desses Estados absolutistas para as pessoas, que se moviam enquanto súditos da coroa portuguesa e se entendiam enquanto participantes de uma sociedade corporativa, pode demonstrar que, além das diversas formas de se sair das ilhas e chegar até o Continente de Rio Grande de São Pedro, algumas estratégias de deslocamento ocorrerem através das redes de apoio e amizade, que possivelmente tenham sido formadas ainda no arquipélago. O tema das estratégias de mobilidade espacial e das redes sociais também foram trabalhados nos capítulos seguintes da dissertação.

Referências

COSTA, Susana Gulart. *Açores:* nove ilhas, uma história. Califórnia: Universidade da Califórnia, 2008.

DA VIDE, Sebastião Monteiro. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.* Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FRAGOSO, João. Capita Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *Na trama das redes:* política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação*: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila de Rio Grande (1738-1763). 2006. 474p. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro, 2006.

HAMEISTER, Martha. Lançando aos leões: pensamentos imperfeitos na tentativa de contribuir com a definição de um conceito de família aplicável ao extremo-sul do Estado do Brasil no século XVIII. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi et al. (Org.) *História da família no Brasil meridional:* temas e perspectivas. São Leopoldo: Oikos; Ed. da Unisinos, 2014.

HESPANHA, Antônio Manuel. Antigo Regime nos Trópicos: um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *Na trama das redes*: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. 1990. 246p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 1990.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América:* estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

OSÓRIO, Helen. A organização territorial em um espaço de fronteira com o império espanhol e seu vocabulário: notas de pesquisa. *Claves,* Montevidéu, n.1, p. 67-90, 2015.

PETIZ, Silmei de Sant'Ana. *Caminhos cruzados*: famílias e estratégias escravas na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835). 2009.Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. *A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737 – 1822).* 1985. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

ROSA, Cibele Caroline da. *Dos Açores ao Vale do Taquari:* aspectos da migração açoriana a partir das relações territoriais e ambientais na longa duração. Monografia (Graduação em História) –Universidade do Vale do Taquari, Lageado, 2017.

ROSA, Cibele Caroline. *Açorianos e suas estratégias de inserção socioeconômica no povoamento do Sul da América portuguesa* (Rio Pardo, segunda metade do século XVIII). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2020.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. Casais Del Rei no Rio Grande de São Pedro oitocentista: um olhar através dos registros paroquiais. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28, Natal. *Anais....* Natal, ANPUH, 2013.

Fontes documentais

AHCMPA. *Livros de registro de matrimônio da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo.* 1759-1762.

AHCMPA. AJM, 1760/12, José Albernaz e Rosa Maria de Belém.

AHCMPA. *Livro de Registros de Batismo da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo.* 1783 e 1789.

AHCMPA. AJM. 1759/13, João Caetano de Moraes e Quiteria de Brum.

AHCMPA. AJM, 1753/20, Jerônimo Machado e Maria Santa.

AHCMPA. *Livro de registros de Batismos da paróquia Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo.* 1755-1761.

AHCMPA. *Livro de Registros de Batismo da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo,* abril de 1755 e abril de 1761.

AHRS. Relação de Moradores que tem campos e animais no Continente, 1784-1787. Códice F1198A. Borradores.

AHRS. Códice F1243, fl 131,131V, 132.

SESMEIROS/ESTANCIEIROS DE ORIGEM AÇORIANA, FUNDADORES DO MUNICÍPIO DE ALEGRETE

Homero Corrêa Pires Dornelles[1]

Após a Conquista das Missões, em 1801, esse território ao sul do rio Ibicuí começa a ter a presença de muitos guerreiros que tinham participado desta conquista, e muitos açorianos, filhos e netos dos pioneiros. A coroa portuguesa foi, aos poucos, fixando seus súditos nesta região, doando sesmarias de campo, o mesmo que estâncias ou fazendas. Com isso, Portugal passava a ter o direito de posse sobre a terra. Em 1805, foi colocada uma Guarda Avançada no Inhanduí, hoje território de Alegrete, para servir como ponto de apoio, na defesa dos campos avançados de Rio Pardo ou campos na fronteira de Missões.

Em 1811, Dom Diogo de Souza, em uma passagem por esta Guarda, em direção ao Uruguai nas Guerras contra Artigas, criou neste local a Capela do Inhanduí, a pedido dos moradores do entorno: índios, gaúchos, açorianos e outros. Depois esta Capela foi incendiada em 1816, pelos orientais, tendo ficado conhecida como Capela Queimada.

Então, a partir de 1814 é que começaram a ser distribuídas as sesmarias no território de Entre Rios, através das cartas de concessão das sesmarias. Mas, desde 1801, os açorianos, os filhos e netos dos primeiros casais já foram chegando para estas paragens. Este território ficava entre os rios Ibicuí ao norte, Quaraí ao sul, Santa Maria a leste e o rio Uruguai a oeste. Foram concedidas cerca de 400 sesmarias nesta região. No atual território de Alegrete foram dadas mais ou menos 200 sesmarias. Encontramos em nossa pesquisa cerca de 80 sesmeiros que são filhos ou netos dos casais açorianos. Abaixo listamos esses sesmeiros e suas localizações em Alegrete. A maioria dessas famílias ainda se encontra em Alegrete e muitas seguem como proprietárias dessas terras:

1 Pesquisador, Historiador, Genealogista, Membro do COMPAHCA, Membro do IHGRGS, Membro do IHGA. Alegrete/RS.

Albino Pereira de Lima (Itapevi), Agostinho Dornelles de Souza (entre o arroio Restinga/Regalado e o Capivari), Alexandre de Abreu Valle Machado (Paipasso); por sua esposa Maria Francisca Silveira Oliveira/descendência açoriana, Alexandre Ferreira da Trindade (Caverá), Alexandre Rodrigues da Rosa (Inhanduí), Antonio do Couto Pereira (Parové-Itapevi), Antonio da Cunha Pacheco (Rincão de São Miguel), Antonio Duarte do Amaral (Caverá), Antonio Jose Monteiro (Inhanduí); por sua esposa Francisca da Rosa Lemos/descendência açoriana, Antonio Jose de Vargas (doador das terras da cidade de Alegrete – Pinheiros), Antonio Martins da Cruz Jobim (Caverá); pela linha materna Pereira Fortes, Antonio de Souza Nunes (Capivari), Antonio Silveira (Ibirocai), Antonio Silverio do Prado Lima (Parové); por sua avó Anna Maria de Jesus/descendência açoriana, Bernardo dos Santos de Menezes (Caverá), Candido Jose de Abreu (Pai-Passo e Caverá), Catharina Antonia da Silveira (Rincão de São Miguel), Claudio Jose de Abreu (Inhanduí – Ibirapuitã), Delfino Rodrigues de Freitas (Inhanduí); comprou parte dos campos da sesmaria de Manoel Jose Flores, Domingos Mathias de Azevedo (Capivari), Dorotheia Muniz da Câmara (Ibirocai), Eusebio Ferreira Martins (Durasnal); sua esposa, Mariana Rodrigues Jaques, descende de açorianos, Feliciano da Costa Leite (Caverá), Feliciano Pereira Fortes (Parové), Feliciano Severo (Querumana-Toropasso), Felisberto Alves de Medeiros (Rincão do 28), Felisberto Nunes Coelho (Vasco Alves), Fidelis José de Campos (Caverá), Florencio Antonio de Araújo (Parové), Floriano Machado da Silveira (Rincão de São Miguel), Florinda Clara de Oliveira (Caverá), Francisco Antonio de Bitencourt, Francisco Antonio de Souza (Mariano Pinto), Francisco Coelho Leal (Toropasso), Francisco Jose de Carvalho (Barro, São João e Toropasso); por sua esposa Águeda Luiza Flores/descendentes açorianos, Francisco Machado da Silveira (Rincão de São Miguel), Francisco Martins da Cruz Jobim (Jacaquá); por sua linha materna Pereira Fortes/descendência açoriana, Francisco de Paula Ferreira Bica (Itapororó), Francisco Telles de Souza; por sua esposa Floriana Ferreira da Costa/descendentes açorianos, Gabriel Machado de Souza (Inhanduí), Gaspar Nunes de Miranda (Paipasso e Ibirocai); por sua esposa Isabel Custódia de Lima/descendentes açorianos, Hipolito Francisco de Paula (Rincão de São Miguel)/ por sua esposa, Martinha Rosa de Jesus/descendentes açorianos), Isabel Maria da Silva (Jacaquá), Jacinto Guedes da Luz (Inhanduí – Capela Queimada), João Antonio Severo (Querumana-Toropasso-Caverá), João Antonio da Silveira (Inhanduí), João da Costa Leite,

João Jose da Câmara (São João e Tigre). Esta sesmaria foi vendida para Albano Jose Dornelles, João Machado de Bitencourt (Itapevi e Saicã), João Pinto de Azevedo (Rincão de São Miguel); por sua esposa, Maria Margarida da Cunha/descendência açoriana, Joaquim Jose da Silveira (Rincão de São Miguel), Joaquim Jose do Prado Lima (Harmonia). Esta sesmaria foi vendida para Manoel Jose Sanhudo, Joaquim Jose Domingues (Mariano Pinto), Jose Antonio Bittencourt da Câmara (São João e Tigre). Esta sesmaria foi vendida para Albano Jose Dornelles, Jose de Abreu (marechal), (Inhanduí-Ibirapuitã), Jose Chaves da Cruz (Lagoa do Parové), Jose de Souza Brasil (Caverá), Jose Francisco de Moura (Passo dos Mouras-Ibirocai), Jose Maria de Moraes Palma (Ibirocai); por sua esposa Dorotheia Muniz da Câmara/descendentes açorianos, Jose Moreira Lopes (Pinheiros), Jose da Rosa Lemos (Ibirocai), Jose Silveira da Luz, Jose Rodrigues da Rosa (Itapevi-Querumana), Laureano Rodrigues Jaques (Durasnal), Manoel Antonio Dias (Inhanduí), Manoel Dias de Freitas (Inhanduí-Capivari), Manoel Gonçalves da Trindade (Inhanduí-Rivadávia), Manoel Joaquim do Couto (Parové), Manoel Jose de Carvalho (Pinheiros e São João); por sua esposa, Custodia Rodrigues Jaques/descendentes açorianos, Manoel Jose Flores (Inhanduí), Manoel Jose Pires da Silveira Casado (Jacaquá), Manoel Luis da Cunha (Rincão de São Miguel); por sua avó paterna/descendência açoriana. Manoel Rodrigues da Rosa (Inhanduí, próximo Capela Queimada), Maria Gracinda da Silva Paranhos (Caverá), Oliverio Jose Ortiz (Rincão de São Miguel e Palma); sua primeira esposa, Febronia Candida da Cunha possui descendência açoriana), Placido Jose Fialho de Mendonça (Conceição); por sua mãe/descendência açoriana. Salvador Jose Dornelles (Inhanduí), Thomaz Ferreira Valle (Itapororó), Vasco Jose de Abreu (Caverá), Vasco Pereira de Macedo (Caverá), Vicente Pereira da Luz (Paipasso), Zeferino Gonçalves Leal (Paipasso).

Em outra pesquisa, nos Livros de Batismos (nascimentos), Casamentos e Óbitos da Igreja Nossa Senhora da Conceição Aparecida de Alegrete, e nos de Cachoeira do Sul, Rio Pardo, Triunfo, Caçapava, Santo Amaro e Taquari, constatamos a presença de famílias de origem açoriana em Alegrete, algumas com a ilha de origem, a saber: Abreu, Aguiar (ilha de São Miguel), Albernaz (ilha do Faial), Amaral, Assis Brasil (ilha de São Jorge), Ávila, Azevedo, Brum, Campos, Canto, Castro, Couto, Dornelles/Dorneles (ilha Terceira), Bica (ilha do Pico), Bitencourt, Coelho, Costa, Couto (ilha de São Miguel), Corrêa da Câmara (ilha de São Miguel),

Damasceno, Dias Ferreira (ilha Terceira), Dias, Duarte, Dutra, Fagundes, Ferreira da Costa (ilha Terceira), Flores (ilha do Faial), Fontoura, Fortes (ilha de São Jorge), Leal, Leite, Lemos, Lopes, Lima, Luz, Macedo (ilha do Pico), Machado, Machado da Silveira (ilha do Faial), Mello (ilha Terceira), Menezes, Medeiros (ilha do Faial), Moura (ilha de São Jorge), Muniz da Câmara (ilha Terceira), Nunes, Nunes Coelho (ilha Terceira), Pedroso, Paim, Paines (ilha Terceira), Pires (ilha Terceira), Pires da Silveira Casado (ilha Terceira), Ribeiro, Rodrigues de Freitas (ilha do Faial), Rodrigues Jaques (ilha do Faial), Rodrigues, Rosa, Rosa Lemos, Rosa Nery, Rocha, Severo (ilha Terceira), Silva, Silveira, Souza, Souza Brasil (ilha de São Jorge), Souza Cardoso (ilha do Faial), Trindade (ilha Terceira), Valle, Vargas, Vieira.

Algumas dessas famílias possuem a mesma origem no Rio Grande do Sul. São elas: Souza Brasil ou Assis Brasil, Bica, Dornelles (Dorneles), Ferreira da Costa, Machado da Silveira, Paim, Rodrigues de Freitas, Rodrigues Jaques, Severo.

Fontes documentais

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Sesmeiros e Sesmarias, Autoridades Militares.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Registros Paroquiais.

Cartório de Registro de Imóveis de Alegrete.

PRESENÇA AÇORIANA NO MUNICÍPIO DE ALEGRETE

Homero Corrêa Pires Dornelles[1]

Após anos de pesquisa em genealogia, das primeiras famílias de Alegrete, começamos a perceber as diversas etnias que se aglutinaram na fundação de nosso povoado. Foi aí que percebemos a presença açoriana entre nós, mesmo que décadas passadas, dos primeiros casais chegados no estado, em 1752. Em Alegrete, os primeiros açorianos começam a chegar neste território e depois distrito de Entre Rios, após a Conquista das Missões em 1801. Estes açorianos vieram das localidades de Rio Pardo, Cachoeira do Sul, Santo Amaro, Taquari, Triunfo, Caçapava, entre outras.

Eles vieram pela possibilidade de receberem as sesmarias ou estâncias que o governo lusitano estava oferecendo para que este território fosse povoado e anexado pela coroa portuguesa.

Nosso território fez parte de três estâncias jesuíticas: Japejú, Santo Ângelo e São Borja. Foi habitada por muitos povos indígenas, guaranis, como também os guaicurus do sul: charruas, minuanos, guenoas e jarros, entre os mais conhecidos. Os guaranis, após 1801, estavam dispersos depois da queda dos jesuítas por uma vasta região entre os Sete Povos e o rio Quaraí ao sul. Ao sul do rio Ibicuí ficava o território do atual Alegrete, com patrulhas luso-brasileiras que estavam na campanha sudoeste. A população foi se ajuntando junto à Guarda do Inhanduí, criada em 1805, e depois à Capela de Nossa Senhora Aparecida em 1811, que foi queimada em 1816, sendo levantados arranchamentos em torno dela, com indígenas na maioria guaranis, alguns açorianos, muitos filhos e netos de açorianos, tropeiros, carreteiros, algumas famílias paulistas, alguns portugueses e alguns escravos. Apesar da proximidade com Argentina e o Uruguai, foram poucos, que nas primeiras décadas de nossa existência, aparecem nos Livros de batismo, casamento e óbito. Em 1817, surge o novo povoado,

1 Pesquisador, Historiador, Genealogista, Membro do COMPAHCA, Membro do IHGRGS, Membro do IHGA. Alegrete/RS.

na atual cidade de Alegrete, nas terras de um filho de açorianos, Antonio Jose de Vargas. Neste local, às margens do rio Ibirapuitã, havia um acampamento militar do brigadeiro Thomaz da Costa Rabelo Corrêa e Silva, que era uma coluna avançada do marechal Joaquim Xavier Curado. O governador neste ano era o marquês de Alegrete, Luis Tellez da Silva Caminha e Menezes, que autorizou este local para o novo povoamento e, por isso a população homenageou-o com seu nome por este feito. E, neste ano, 1817, começam os primeiros registros da Igreja, onde mostraremos os nomes dos primeiros açorianos, nascidos nas ilhas dos Açores, que junto com outros filhos e netos de açorianos sesmeiros/estancieiros, podem ser considerados os fundadores de nossa cidade.

Encontramos as seguintes pessoas, como sendo naturais das ilhas dos Açores em Alegrete:

- Anna Maria da Conceição, natural da ilha de São Jorge, Açores. Faleceu em 03.05.1825 (com 80 anos), em Alegrete. Viúva de Jose de Souza Valadão, natural da ilha de São Jorge. (Livro 1, f.14 de Óbitos);
- Antonio Inacio de Souza, natural da ilha do Faial, casado com Anna Joaquina de Souza, batizam a filha Mathildes, em 26.02.1831, em Alegrete (Livro 2, f. 56v de Batismo);
- Antonio Medina Celi, natural da ilha Terceira, casado com Firmina de Moura, batizam filho Francisco, em 20.04.1846 (Livro 3, f. 96);
- Antonio Pereira de Azevedo, natural da ilha Terceira, casou em 22-08-1845, com Rosa Emilia do Espirito Santo, em Alegrete (Livro 3, f. 4 de Casamentos);
- Bernardo Coelho Borges, natural da ilha Terceira, Açores, casado com Maria da Paixão. Em 17.08.1823 batizam a filha Emiliana, em Alegrete. (Livro 1. f. 45v);
- Domingos Jose da Costa, natural da ilha Terceira, casado com Anna Amalia, batizam a filha Maria, em Alegrete. (Livro 2, f. 425);
- João da Rocha Luis, natural da ilha Terceira, casado com Januaria Maria de Jesus. Em 14.05.1824 batizam a filha Guilhermina, em Alegrete. (Livro 1, f. 65);
- João Jose Nunes, natural da ilha das Flores, casou em 24.01.1850, em Alegrete, com Florisbella Lopes Figueira. (Livro 3, f. 75);

- Jose Antonio da Silva de Assis, natural da ilha do Faial, batiza filha Maria, em 12.1.1830, em Alegrete. (Livro 2, f. 19);
- Jose Barbosa da Silva, natural da freguesia de São Miguel, Bispado de Angra, ilha Terceira, Açores. Faleceu em 9.11.1831, em Alegrete com 60 anos. (Livro 1, f. 36v de Óbitos, de Alegrete);
- Jose Lopes Coelho, natural da ilha Terceira, casado com Joaquina Rosa de Jesus. Em 11.08.1823 batizam a filha Bernardina, em Alegrete. (Livro 1, f. 44);
- Jose Luis da Costa, natural da ilha Terceira, casou em 28.01.1826, em Alegrete, com Maria Rodrigues Ferreira. (Livro 1, f. 26v.);
- Jose Paim Coelho de Souza (Padre), natural da ilha Terceira. Faleceu em 24.10.1829, em Alegrete com 58 anos. Foi sepultado embaixo do arco da Igreja Matriz. Obs: A este Reverendo, devemos o levantamento dos primeiros batismos, casamentos e óbitos, o Livro Fábrica da Capela (Livro Caixa) e outros documentos, do início de Alegrete.
- Jose da Rosa Lemos, natural da ilha do Faial, Açores, casado com Maria Guterres Neri. Em 04.06.1823 batizam a filha Generosa, em Alegrete. Jose foi sesmeiro-estancieiro no território de Alegrete. (Livro 1, f. 37);
- Jose Vieira de Areas, natural da ilha Terceira, casou em 11.11.1832, em Alegrete com Maria Nazareth Pacifica (Livro 1 Casamento, f. 60v);
- Verissimo Jose Paim Coelho de Souza, natural da ilha Terceira, Açores, casado com Ignacia Antonia Alves. Em 11.08.1825, batizam a filha Angelina, em Alegrete. (Livro1, f. 94) e em 8.6.1830 batizam outra filha, Ninfa, em Alegrete. (Livro 2, f. 32 de Batismo). Este Verissimo era irmão do Padre Jose Paim Coelho de Souza.

Referência

ANTUNES, Maria Ignácia de Souza. *Raízes Sócio-Econômicas de Alegrete*. Porto Alegre: Evangraf, 1995.

Fontes documentais

Igreja Nossa Senhora da Conceição Aparecida de Alegrete. Livros 1 a 3 de Batismos, Casamentos e Óbitos, de 1817 a 1857.

RAÍZES AÇORIANAS EM CAÇAPAVA DO SUL

João Batista Oliveira Henriques[1]

A partir da chegada dos açorianos na Capitania do Rio Grande de São Pedro, em 1752, iniciou o processo de distribuição destes colonos pelas terras que hoje formam o mapa do Rio Grande do Sul, como: Rio Grande, Porto Alegre, Taquari, Triunfo, Rio Pardo, Cachoeira do Sul e Caçapava do Sul, Piratini entre outros. O objetivo era povoar o extremo meridional da então colônia de Portugal. As recentes conquistas sobre a Espanha tinham alargado as fronteiras da parte sul, que precisavam ser preservadas.

Em 1776 chegou a Caçapava do Sul, e acampou na região hoje conhecida como Guarda Velha, uma Companhia de Dragões. Na unidade militar estavam vários açorianos, filhos dos imigrantes, juntamente com soldados de São Paulo e de outros pontos da Colônia. A companhia veio para assegurar a manutenção das fronteiras e levar o domínio português até o que é hoje o munícipio de Aceguá, divisa com o Uruguai.

Em 1780 iniciou-se a distribuição de sesmarias. A partir desse momento, muitos destes soldados (dragões) passaram a receber terras e constituir família na região. Assim, os povos açorianos tiveram grande participação na nossa formação, tanto na agricultura, pecuária, como também nas tradições, costumes, cultura, religiosidade e arquitetura. Nas tradições se pode destacar: as corridas de cavalhadas, a festa do Divino, o jogo do osso, as carreiradas, os ternos de reis e outras manifestações. Ao mesmo tempo, elas se adaptaram aos novos tempos do Rio Grande do Sul.

Ao longo dos anos, um grupo de pessoas engajadas na cultura e liderado pelo Prof. Joao Batista Oliveira Henriques, passou, através da Guarda de Infantaria Farroupilha (GIF), a realizar demarcações das primeiras moradias e feitos desses pioneiros e desbravadores açorianos instalados em Caçapava do Sul. A GIF é composta em sua totalidade

1 Professor, licenciado em História. Caçapava do Sul/RS.

por descendentes de açorianos que atuam nos mais diversos campos profissionais e dedicam-se a estas causas históricas e culturais. O grupo possui, atualmente, cerca de 20 integrantes e, além dos eventos de demarcações, participam de cerimoniais alusivos aos festejos da Semana Farroupilha, palestras e eventos de resgate histórico em diversos municípios do estado, onde se podem destacar participações em Porto Alegre, Piratini, Rio Pardo, Jaguarão, Rio Grande e outros.

Figura 1 – Guarda de Infantaria Farroupilha em desfile, ao fundo a Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção, no centro de Caçapava do Sul

Fonte: acervo do autor.

A primeira demarcação realizada foi no ano de 2011, no túmulo do Cel. Romão Xavier Mariano, na localidade de Passo dos Souza, em Caçapava do Sul. Romão é descendente de açorianos, lutou na Guerra do Paraguai, de 1864 a 1870, e faleceu durante a revolução de 1893.

A demarcação foi antecedida por cerimônia, realizada em Caçapava do Sul, no Centro de Cultura Arnaldo Luiz Cassol (Reduto Farroupilha). No local estiveram presentes simpatizantes do evento e familiares do homenageado.

Figura 2 – Cerimonia que antecedeu à demarcação do tumulo de Cel. Romão, realizada em frente ao Reduto Farroupilha, no Centro de Caçapava do Sul. Da esquerda para direita: Assis de Freitas Henriques, Sergio Torres, Paulo Henriques, Ten. José Carlos Oliveira, João Batista Oliveira Henriques e Nero Xavier da Costa

Fonte: acervo do autor.

O descendente de açorianos, Cel. João Dias dos Santos Rosa, foi o descobridor do cobre das Minas do Camaquã. Esta mina de grande porte operou por mais de 100 anos no interior de Caçapava do Sul, sendo por muito tempo uma das únicas deste minério do Brasil. A Guarda de Infantaria Farroupilha, em 20 de outubro de 2013, participou do translado dos restos mortais deste ilustre caçapavano, que foram trazidos de Bagé para as Minas. O evento foi organizado pela Confraria dos Amigos e Ex-Moradores das Minas do Camaquã, liderada pelo também descendente de açorianos, José Deni Silveira. No local, além do traslado do esquife contendo os restos mortais do homenageado, foi descerrada placa em homenagem ao Coronel. As honras

Figura 3 – Túmulo do Cel. Romão Xavier Mariano, na localidade de Passo dos Souza, interior de Caçapava do Sul

Fonte: acervo do autor.

militares foram realizadas simbolicamente pela Guarda de Infantaria Farroupilha, contando também com a presença de várias autoridades locais, como o então prefeito de Caçapava Otomar Oleques Vivian e o Chefe do Estado Maior da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada de Bagé, Ubirajara B. Rodrigues.

Figura 4 – Translado dos restos mortais do Cel. João Dias dos Santos Rosa. Na foto, a condução do esquife, contendo os seus restos mortais

Fonte: acervo do autor.

Figura 5 – Momento de sepultamento do Cel. João Dias. Em destaque à esquerda, o organizador do evento José Deni R. Silveira

Fonte: acervo do autor.

Figura 6 – Guarda de Infantaria, juntamente com a Polícia do Exército, guarnecendo o jazigo do Cel. João Dias

Fonte: acervo do autor.

No ano de 2015, mais precisamente em 20 de novembro, houve a demarcação da antiga casa que pertenceu a Matias Teixeira de Souza, parte integrante da Sesmaria de Antônio Teixeira Fagundes, também chamada Sesmaria dos Dorneles. Esta Sesmaria, concedida em 05 de agosto de 1780, no 3° Galho do Irapuá, tinha três léguas de comprimento e uma légua de largura. Na parte norte, fazia divisa com Joaquim de Souza Pimentel, pelo sul com a Serra que antigamente teve a Guarda da Sentinela (Cerro da Sentinela) e a leste e oeste com terras de Antônio Dias. Sesmaria concedida às seguintes pessoas: Cabo de Esquadra da 3ª Cia do Regimento de Dragões Francisco Dorneles, ao seu irmão Antônio Dorneles e aos seus cunhados Antônio Teixeira Fagundes (pai de Matias Teixeira de Souza) e Antônio Francisco Silveira. Foi dividia em quatro partes iguais.

Matias Teixeira de Souza foi um dos primeiros povoadores de origem açoriana da então Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. Teve 15 filhos e estes estenderam ramificações em diversos municípios, como: Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista, Lavras do Sul, São Gabriel, Alegrete, Rosario do Sul, São Sepé, Vila Nova do Sul, Formigueiro e Santa Margarida. Supõem-se que, atualmente, 40% da população de Caçapava do Sul descenda deste ancestral, bem como de seu irmão Antônio Teixeira Dorneles.

A cerimônia de demarcação foi realizada na localidade de Varzinha, junto ao Cerro da Sentinela, 3° distrito de Caçapava do Sul, reunindo vá-

rios descendentes oriundos de diversos municípios do estado e do Brasil. Destaca-se a participação do pelotão da Guarda de Infantaria Farroupilha, que abrilhantou os cerimoniais de hasteamento das bandeiras, entoação dos hinos e demais atos solenes. No local foram hasteadas as bandeiras do Brasil (Republica e Império) e de Portugal, além da do Mercosul, e de munícipios visitantes com descendência de Matias.

Figura 7 – Guarda de Infantaria Farroupilha, seguida de piquete de cavalarianos, na chegada ao local da demarcação no interior de Caçapava do Sul

Fonte: acervo do autor.

Figura 8 – Momento de entoação do Hino Nacional Brasileiro

Fonte: acervo do autor.

Figura 9 – Hasteamento das bandeiras em frente à casa demarcada

Fonte: acervo do autor.

Figura 10 – Hasteamento das bandeiras em frente à casa demarcada

Fonte: acervo do autor.

A demarcação foi registrada através da colocação de uma placa na residência, que foi descerrada com a presença do historiador José Francisco Teixeira, do então vice-prefeito de Santana da Boa Vista, Derli Melo, do então prefeito municipal de Caçapava, Otomar Oleques Vivian, da proprietária da casa Tereza Dutra Barbosa, além do organizador do evento Prof. João Batista Oliveira Henriques, Paulo Henriques, Honorio Henriques e Danubio Figueiredo Gazen. O evento teve ampla divulgação à época, recebendo destaque de página inteira no Caderno Almanaque Gaúcho, do jornal Zero Hora, de Porto Alegre, e contou ainda com a presença do representante da União de Parlamentares do Mercosul, Flávio Alves Monteiro (também descendente de Matias).

Figura 11 – Momento do descerramento da placa de demarcação da casa de Matias Teixeira de Souza, construída em 1810. Da esquerda para direita, do historiador José Francisco Teixeira, do então vice-prefeito de Santana da Boa Vista Derli Melo, do então prefeito municipal de Caçapava Otomar Oleques Vivian, da proprietária da casa Tereza Dutra Barbosa, João Henriques, Paulo Henriques, Honorio Henriques e Danubio Figueiredo Gazen

Fonte: acervo do autor.

Outro importante passo neste itinerário, foi a demarcação da Sesmaria de Antônio Teixeira Dorneles, realizado em 17 de novembro de 2019, na localidade de Lomba Alta, atualmente munícipio de Santana da Boa Vista. A abertura do evento ocorreu com a chegada de um grupo de cavalarianos, todos descendentes do homenageado, acompanhados pela Guarda de Infantaria Farroupilha. Os cavalarianos conduziam, além das bandeiras do Brasil e do Rio Grande do Sul, a bandeira de Triunfo, terra natal de Antônio Teixeira Dorneles, conduzida por João Dutra Teixeira.

Figura 12 – Detalhe da placa instalada demarcando a casa de Matias Teixeira de Souza

Fonte: acervo do autor.

Figura 13 – Chegada dos cavalarianos na demarcação da sede da sesmaria que pertenceu à Antônio Teixeira Dorneles, na localidade de Lomba Alta, munícipio de Santana da Boa Vista/RS. Conduzindo a bandeira do Rio Grande do Sul (esquerda), Erivelton Rosa Teixeira, a do Brasil (centro), Sedenir Dutra da Rosa, e bandeira de Triunfo (direita), João Dutra Teixeira

Fonte: acervo do autor.

No local também houve a presença, além dos familiares e simpatizantes, de autoridades municipais, como o prefeito de Santana da Boa Vista Anilton Freitas. A placa foi instalada no local, onde existia a antiga morada de Antônio T. Dorneles, tendo sido descerrada pela comissão organizadora do evento. A Guarda de Infantaria Farroupilha foi a responsável pelas honras de todo o cerimonial.

Figura 14 – Momento do hasteamento das bandeiras, com destaque para as bandeiras dos municípios presentes

Fonte: acervo do autor.

Figura 15 – Comissão organizadora da demarcação junto à placa e o local da antiga morada de Antônio. Da esquerda para direita: João Dutra Teixeira, Miguel Rosa, João Henriques, Volnei Freitas, Sidnei Monteiro, Evandro Gomes, Anilton Freitas (prefeito de Santana da Boa Vista) e Diamarante Teixeira

Fonte: acervo do autor.

Figura 16 – Guarda de Infantaria Farroupilha, com seus integrantes. Da esquerda para direita: João Manoel Pinto da Fonte (ao fundo), Lasier Teixeira Garcia, Lucas Osório da Costa, José Mauricio Teixeira, João Henriques, Obiraci Moreira Dias, José Carlos Oliveira, Evandro Gomes, Nelson Nunes Oliveira, Vilson Veber, Nei Oliveira e Gilson Nunes Oliveira

Fonte: acervo do autor.

Como é tradicional do povo gaúcho, após a cerimônia foi servido um grande churrasco aos visitantes, feito com carne de ovelha. O evento também contou com a presença de músicos descendentes de Antônio, que abrilhantaram ainda mais a festa.

Figura 17 – Detalhe do churrasco de confraternização que foi servido aos participantes, com carne ovina assada de forma tradicional do Rio Grande do Sul

Fonte: acervo do autor.

Figura 18 – Casal Gabriel Teixeira de Souza e Clarinda Antônia Teixeira de Souza. Ela filha de Antônio Teixeira Dorneles, e, ele, filho de Manoel Teixeira de Souza (ambos irmãos de Matias)

Fonte: acervo do autor.

Clarinda Antônia Teixeira de Souza, filha do homenageado, e de sua esposa Brígida, aparece junto a seu esposo e primo Gabriel Teixeira de Souza, na única imagem desta geração que se tem notícias. O casal foi proprietário da morada demarcada, tendo tido quatro filhos.

Figura 19 – Participante de corrida de Cavalhada, realizada no Forte D. Pedro II, em Caçapava do Sul, o Sr. Nauro Osório

Fonte: acervo Lucas Osório da Costa.

Figura 20 – Corrida de Cavalhada, realizada no Forte D. Pedro II, em Caçapava do Sul. Ao fundo, na direita, a Guarda de Infantaria Farroupilha

Fonte: acervo de Marilene Machado.

As corridas de Cavalhada, que são um evento tradicional da cultura açoriana, ocorrem em Caçapava do Sul, desde 1839, segundo registros do Jornal O Povo. Este evento sempre ocorre associado à festa Divino Espírito Santo, que movimenta a comunidade de Caçapava do Sul, anualmente, envolvendo grandes preparativos das famílias e dos integrantes que participam, seja como mouros ou cristãos.

Recentemente, a TV OVO, juntamente com o CTG Clareira da Mata

de Caçapava do Sul, lançaram um belo resgate da história das corridas de Cavalhada, no documentário denominado "*A Semi-Lua e a Estrela*", que está em fase de lançamento.

Segundo a sinopse do documentário:

> As Cavalhadas são uma representação épica que ultrapassa fronteiras geográficas e temporais, e que por muitos anos existiram em diversas cidades do Brasil. O folguedo, que reconta a história da luta entre mouros e cristãos na Europa do século VIII, se reinventa em pleno século XXI em Caçapava do Sul.

Figura 21 – Festa do Divino Espírito na Igreja Matriz Nossa Srª da Assunção, em Caçapava do Sul. À frente, simbolizados os mouros e cristãos, temas das tradicionais corridas de Cavalhadas

Fonte: Facebook da Paróquia de Caçapava do Sul.

Figura 22 – Corrida de Cavalhada no Forte D. Pedro II

Fonte: Internet.

Também se registra a realização do Terno de Reis, que foi evento muito presente no município de Caçapava até o ano de 1946, tendo como violinista e líder, Francisco Dutra de Oliveira, como violeiro (viola de 12 cordas), Fernando Cunha, percussionista, José Dorneles, e violonista, Valdomiro Ferreira. Atualmente, esta tradição vem sendo retomada pelo CTG Sentinela dos Serros, através do Piquete Ronda das Sesmarias, todos de Caçapava do Sul.

Figura 23 – Terno de Reis realizado atualmente, em visita à casa de família caçapavana

Fonte: acervo do autor.

Assim, esse grupo intitulado Guarda de Infantaria Farroupilha vem cumprindo seu papel de resgate de nossa identidade açoriana, e preservação e divulgação deste conhecimento às novas gerações.

Dentre as famílias açorianas povoadoras de Caçapava pode-se citar: Dorneles, Teixeira, Souza, Fagundes, Dias, Ferreira, Luiz, Freitas, Araújo, Pereira, Henriques, Dutra, Machado, Oliveira, Silveira, Moreira, Gomes, Trindade, Gonçalves, Rodrigues, Silva, Nunes, Vargas, Andrade, entre outras.

AÇORIANOS EM LAGOA VERMELHA

Pércio de Moraes Branco[1]

Apesar de pesquisar a história de Lagoa Vermelha há algumas décadas, nunca nos preocupamos em saber se lá teriam vivido açorianos ou descendentes deles. Isso decorreu em parte do fato de nunca havermos encontrado menção à presença desses imigrantes nos livros e nos documentos históricos que tivemos em mãos até hoje, e, por outro lado, por havermos priorizado a pesquisa de imigrantes italianos, dos quais descendemos pelo lado materno.

Em setembro de 2022, a convite da Profª Véra Barroso, concordamos em pesquisar esse tema, principalmente porque ela nos deu um ponto de partida ao afirmar que três sobrenomes com certeza têm origem açoriana: **Bittencourt** (ilha do Faial), **Dutra** e **Goulart(e).**

Começamos nossa pesquisa consultando a relação dos 863 eleitores que se inscreveram naquele município entre 1905 e 1906 (talvez também no ano seguinte). Nela encontramos seis eleitores da família Bittencourt, dois da família Dutra e nenhum da família Goulart(e).

Os nomes desses eleitores foram publicados, com outros dados, por Barbosa (1981), em seu livro *Nova História de Lagoa Vermelha* (1981, p. 66-100), e, posteriormente, por nós em *A Região de Lagoa Vermelha* (BRANCO, 2002, p. 62-71). A relação que publicamos difere daquela de Barbosa por conter apenas o nome do eleitor e por serem os nomes apresentados em ordem alfabética, não na ordem com que ocorreu a inscrição do eleitor.

Convém lembrar que os eleitores, no início do século XX, eram apenas homens (e destes apenas aqueles que comprovassem uma renda mínima). Desse modo, mulheres com o sobrenome Bitencourt, Dutra ou Goulart(e), se existentes, não foram mencionadas.

A família Bittencourt

Barbosa inclui, no capítulo *Os Pioneiros do Povoamento* da obra citada, **Zeferino Soares de Bittencourt Silveira,** que faleceu em Barracão em

1 Geólogo e pesquisador de História. Porto Alegre/RS.

01.12.1900, com 72 anos, nascido, pois, em 1828. Essa data, contudo, está errada: certidão de óbito que solicitamos ao Registro Civil de Pessoas Naturais, daquele município, informa que ele faleceu em 19.11.1902 e foi sepultado em Barracão. Era viúvo e tinha 75 anos. Nasceu, portanto, em 1827, menos provavelmente em 1826. Era negociante e faleceu em casa, sem deixar testamento. Foi declarante Diogo Martinho de Bittencourt, possivelmente seu irmão.

A principal razão de havermos pedido a citada certidão foi a possibilidade de ela informar a naturalidade dos seus pais. Infelizmente, além de não dar essa informação, ela nem sequer cita os nomes dos progenitores.

Zeferino era filho de **Francisco Sales de Bittencourt Silveira** e de **Maria Rosa de Jesus**, casado com **Rita Pereira da Cunha.** Rita, segundo Diego de Leão Pufal (comunicação pessoal), era filha de **Joaquim Antônio da Cunha** e **Felisbina Rosa ou Rodrigues.**

Pufal informa, também, que o casal teve pelo menos três filhos na Lapa (PR), antes de se mudar para a região de Lagoa Vermelha, na década de 1860.

Barbosa informa que Zeferino era descendente *de família nobre de Flandres, França.* Sempre consideramos natural essa origem francesa, pois Bittencourt nos parecia claramente um nome francês. Véra Barroso, porém, com sua enorme bagagem de pesquisa sobre açorianos no Brasil nos esclareceu: Flandres era uma região que abrangia o norte da França, a Bélgica e Holanda, onde viviam os flamengos. E os Bittencourts eram flamengos que foram para a ilha de Faial.

Francisco e Rosa Bittencourt tiveram doze filhos. Zeferino e Rita tiveram onze, vários dos quais se destacaram na sociedade lagoense. Estes filhos são: **Sátiro Silveira de Bittencourt, Zeferino Silveira de Bittencourt, João Simão de Bittencourt, Francisco de Bittencourt Silveira, Felipe Silveira de Bittencourt, Luís Silveira de Bittencourt, Eulália de Bittencourt Neves, Ana Maria de Bittencourt Garcia, Etelvina Bittencourt, Honorina Julia Silveira de Bittencourt Chaves e Maria Silveira de Bittencourt Ferreira.**

Entre os eleitores de Lagoa Vermelha em 1905/1906, inscreveram-se também **Diogo Martinho de Bittencourt, Felipe Sales de Bittencourt, Hildebrando Silveira Bittencourt, Serafim Silveira Bittencourt, Tertuliano Luis de Bittencourt e Luis Silveira de Bittencourt,** este filho de Zeferino, citado na relação acima.

Felipe Soares de Bittencourt parece ser irmão de Zeferino Soares de Bittencourt Silveira.

A família Dutra

Através de um grupo de whatsapp que reúne lagoenses, recebemos informações importantes de **Jarcedi Tigre Dutra.** Ele reside em Curitiba, mas sua mãe nasceu em Clemente Argolo, distrito de Lagoa Vermelha. Seu avô paterno, nascido em Cacique Doble, era filho de **Felicíssimo da Silva Dutra** e **Generosa Luiz de Bittencourt**. Felicíssimo era de Palmeira das Missões e sua família acabou indo para aquela região. Isso deve explicar porque na relação dos eleitores citada no início, só encontramos dois membros da família Dutra, **Celestino da Silva Dutra** e **Livera Alves Dutra.**

Informações recebidas de Diego de Leão Pufal (comunicação pessoal) dão conta de que Felicíssimo nasceu em 1856. Era lavrador, filho de **Antônio Manuel Dutra** e **Angélica Maria da Silva** (falecida em 1877). Generosa Luiz de Bittencourt, com quem se casou em 20.10.1877, em Lagoa Vermelha, nasceu em 1858, sendo filha de **Manuel Luís de Bittencourt** e **Rosária Maria do Espírito Santo**.

Ainda segundo Pufal, Felicíssimo e Generosa foram pais de **Maria da Conceição Dutra**, nascida em 1902 em Lagoa Vermelha e falecida no dia 20.02.1941, em Lages (SC), casada com, **João Pereira Dutra; Juvelina**, nascida em 02.07.1905, em Sananduva; **Nicolau**, nascido a 06.12.1888, em Lagoa Vermelha e **Heleodoro**, nascido a 26.08.1891, em Lagoa Vermelha.

Jarcedi Tigre Dutra confirma que seus ancestrais da família Dutra são realmente açorianos. Quanto aos Bittencourts, contou que seu pai sempre quis saber de onde vieram, acreditando que fossem franceses, mas sem ter certeza.

A família Goulart(e)

Através do mesmo grupo de whatsapp, citado acima, em novembro de 2022 pedimos informações sobre membros da família Goulart(e) que tenham nascido, que residam ou tenham residido em Lagoa Vermelha. Não obtivemos, porém, nenhuma resposta.

Referências

BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Noiva História de Lagoa Vermelha*. Porto Alegre: EST, 1981.

BRANCO, Pércio de Moraes. *A região de Lagoa* Vermelha: aspectos históricos. Porto Alegre: EST, 2002.

GLORINHA: AÇORIANOS, ALEMÃES E NEGROS: MARCAS QUE SE SUSTENTAM

Célia Silva Jachemet[1]

Glorinha é município originado de Gravataí, emancipado em 1988, situado entre os municípios de Gravataí, Taquara e Santo Antônio da Patrulha. Sua área é de 295km², população de 8.204 habitantes (IBGE,2020) com maior número de habitantes na área rural. Economia: agropecuária, indústria e turismo rural.

A nossa contribuição, nesta oportunidade, parte de um estudo sobre a presença e participação de descendentes lusos, alemães e negros, na história de Glorinha, através de suas organizações sociais, localização geográfica no município, as festas e diversões, costumes e tradições que se sustentam, com suas variantes, até o presente.

As marcas de heranças culturais estão visíveis na sua população e podemos distinguir, ainda, em muitos aspectos, a base açoriana, a base alemã e a base afro. Todas apresentam, até o final do século XX, características em que se pode observar semelhanças e diferenças. Faremos um paralelo, evidenciando a predominância de açorianos, alemães e negros.

Tabela 1 – Glorinha/RS: açorianos, alemães e negros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E MORADIA	ALGUMAS REFERÊNCIAS
Açorianos	Parte sul, terras planas, casas em geral grandes e simples, jardim na frente, horta e arvoredo (frutíferas nos fundos), galpões e estrebarias, potreiros e roças.
Alemães	Situados nas costas dos morros, casas mais cuidadas, jardim e horta ao redor da casa, galpões, roças.
Negros	Nos morros, em geral perto das propriedades em que seus antepassados serviram como escravos (rincões, recantos).

1 Historiadora, doutora em História, professora de Língua Portuguesa e de Literatura Brasileira. Natural de Glorinha e residente em Gravataí/RS.

FESTAS E DIVERSÕES	
Açorianos	Festa do Divino Espírito Santo, Ternos de Reis, Cavalhadas, festas da Igreja, carreiras de cancha reta, bailes particulares.
Alemães	*kerb,* Sociedade de Canto e Terno de Atiradores.
Negros	Bailes, "*kerb*", festas da Igreja, futebol.
RELIGIÃO E RELIGIOSIDADE	
Açorianos	Católicos – promessas, mesas de inocentes, terços cantados.
Alemães	Evangélicos luteranos no Brasil e alguns, católicos.
Negros	Católicos – mesmas práticas dos açorianos e benzeduras.
ESCOLA	
Açorianos	Ensino em casa e escola pública.
Alemães	Aulas em casa com ensino do alemão e escola pública.
Negros	Frequentavam escola pública.

Fonte: JACHEMET, 2006.[2]

Como chegamos aqui

No ano de 2006 publicamos um livro com proposta de apresentar alguns dados sobre o município de Glorinha/RS, em comemoração aos seus 18 anos de emancipação. Decidimos iniciar com uma sequência de cadernos sobre a história, desenvolvimento e outros assuntos, e iniciamos pelas chamadas etnias formadoras, considerando açorianos, alemães e negros.

Quando falamos de açorianos, tratamos do elemento luso, quer seja ilhéu ou do continente. Agregamos aqui os descendentes de indígenas, uma vez que Gravataí teve, nos seus inícios, o aldeamento de índios guarani e se atribui a fundação da Aldeia dos Anjos – Gravataí, à formação desse aldeamento. Os índios ganharam sobrenomes portugueses e, pela sua dispersão e miscigenação, formaram também o povo glorinhense.

O espaço temporal de que tratamos é de 1880 a 1960. Os então distritos de Glorinha e Dom Feliciano[3] pertenciam a Gravataí. Para tanto, recorremos a glorinhenses que viveram neste período e neste espaço, que se valeram de memórias orais, fotografias, panfletos de propaganda política, de documentos pessoais e públicos emitidos e de como se evidenciava o contexto social dos habitantes. Glorinha emancipou-se de Gravataí a 4 de maio de 1988.

2 JACHEMET, Célia Silva. Açorianos, Alemães e Negros: assimilação e organização social numa Comunidade Mista (Glorinha 1880-1960). *Cadernos Glorinhenses,* 1, Glorinha, Impressos e Cia., 2006.
3 Primeiro bispo do Rio Grande do Sul, Dom Feliciano José Rodrigues Prates, nasceu em Glorinha, na localidade de Contendas.

Parâmetros históricos de contextualização

Nessa região, à época limite norte e leste de Gravataí, destacamos três etnias: os de ascendência lusa, descendentes de açorianos e de portugueses do continente, a quem os descendentes de alemães chamavam de "brasileiros", negros e alemães, também descendentes, sendo que os alemães, filhos e netos de imigrantes do Vale dos Sinos, chegaram para viver em Glorinha, no final do século XIX. E os negros, conforme registros de 1877 a 1891, do cartório local, eram em número superior aos alemães, a se observar pelo número relevante de nascimentos de escravos até 1884.

No século XIX e até metade do século XX, a população de Glorinha esteve distribuída da seguinte forma: "brasileiros" que ocupavam predominantemente a parte sul, compreendendo parte dos Campos de Viamão e toda a faixa central dos distritos, onde a economia era centrada na criação de gado bovino e na cultura da mandioca. Em quase todas as propriedades havia atafona; os negros, após a abolição da escravatura, que em Gravataí foi em 1884, residiam nas encostas dos morros, dedicavam-se às roças e trabalhavam como peões das famílias mais abastadas de alemães e de "brasileiros"; os alemães que possuíam propriedades de porte médio e se dedicavam a uma economia variada, baseada na agricultura, pecuária e indústria artesanal e suas propriedades situavam-se próximas aos morros.

A economia baseava-se na propriedade rural, com a produção e o beneficiamento da mandioca, da cana-de-açúcar, melado e rapaduras, nos engenhos, e cachaça, nos alambiques. Havia moinhos de milho, onde era produzida a farinha e servia o milho, também para trato de animais domésticos. Uma das ocupações era a de carreteiro, que transportava a produção excedente, de animais e alimentos, para vender na vila de Gravataí e em Porto Alegre. Assim, a produção de farinha de mandioca, de polvilho e excedentes de outras safras, como aves, porcos, melado, rapadura, cachaça, bananas, banha, ovos, fumo e palha de milho para cigarros era transportada por carreteiros, e a isso chamavam quitanda. Para a cidade, e no retorno, levavam para a família e vizinhos encomendas de tecidos, querosene, louças, aviamentos, remédios, sal e outros produtos.

Lembramos que Glorinha destacou-se na fabricação de tamancos. Descendentes da família Pinto Bandeira, um dos líderes da Farroupilha, de ascendência açoriana, estava estabelecida na localidade de Passo

da Taquara e manteve a fabricação artesanal de tamancos e correaria, produzindo: laços, sovéus, ajoujos e relhos, até os anos de 1980. Na localidade do Maracanã, a senhora Angélica (Engerca) Cristiano confeccionava tamanquinhas coloridas, com tecido bordado, como as chamadas galochas açorianas; hoje usadas nos grupos de folclore açoriano. Essas tamancas eram calçados de passeio.

Também ficou marcante entre os glorinhenses, na culinária: a massa sovada dos açorianos, (pão sovado), as roscas de polvilho, o bolo de melado e a cuca dos alemães, o bolo de milho e a pamonha, dos negros. Todos estes pães tornaram-se de uso comum, com o tempo e, para muitos, não carece de receita escrita. “Se me pedirem uma receita de rosca de polvilho, não sei; só sei fazer”.

Esse estudo teve também como base, as fichas de dados constantes em nossos arquivos pessoais, desde 1985, que foram colhidos junto aos nossos entrevistados, pessoas das três etnias que, na ocasião da pesquisa, tinham, em média, 45 a 75 anos de idade. Os questionamentos foram sobre economia, religião, política, diversões, educação, organizações sociais, instituições públicas, transportes, esportes e diversões.

Os glorinhenses entrevistados e suas respectivas localidades: Alvício Darcy Berlitz (Rincão de São João), Antônio Corrêa Fagundes (Maracanã), Dorcelina dos Santos (Contendas), Elga Schoenardie (Rincão de São João), Ida Montim Mendes (Glorinha – sede), João Inácio de Souza (Contendas), Lídio da Silveira Peixoto (Glorinha – sede), Maria Rita Corrêa Fagundes e Matilde Corrêa de Lima (Maracanã).

Alguns depoimentos de nossos entrevistados sobre festas e diversões

“A festa da Glorinha terminava com dois bonecos de vara que faziam piruetas em cima de uma corda e que depois eram queimados. Havia também o Boi de Fogo: dois homens vestindo um couro de boi, com velas acesas nos orifícios dos olhos, corriam atrás da gurizada que mostrava medo e se divertia”. (Elga Schöenardie)

“De manhã cedo, a banda tocava a alvorada na praça da igreja, para acordar os que lá estavam acampados em carretas ou casinhas construídas ao longo da praça, para os que vinham de longe e também para acordar a vizinhança para a missa festiva. A festa durava uma semana de novena e festejos populares”. (Matilde Corrêa de Lima)

"Nas festas principais, a bandeira do Divino visitava todas as casas. Na frente ia um tambor. Era a do Divino a festa de maior devoção. As pessoas faziam promessas e acompanhavam as bandeiras. Algumas pessoas colocavam fitas coloridas no mastro da bandeira por agradecimento à graça alcançada ou para fazer um pedido. e mesmo para render homenagem ao Divino". (Maria Rita Corrêa Fagundes)

(A festa a que se referem era a de Nossa Senhora da Glória, padroeira de Glorinha, fundada em 1906, e se tornado paróquia em 1952).

"Conheci o salão de baile no falecido Frederico e no falecido Juvenal Borba que era negro. O meu pai também fazia um bailinho. A minha mãe fazia uma peneira de pão para dar com café para o pessoal. Quando um fazia baile, o outro parava. Nos bailes de negros, branco não podia entrar. No salão do seu Juvenal faziam três noites de *kerb*; no nosso eram duas. Os tocadores podiam ser brancos, mas os brancos não dançavam. Os rapazes levavam as gurias na mesa e enchiam de tudo quanto era boia". (João Inácio de Souza)

"Uma vez eu e o Valdemar que era meu noivo, fomos num baile de negros, no seu Juvenal. Eu entrei e não deixaram o Valdemar entrar porque ele é branco". (Dorcelina dos Santos)

"Meu avô fazia baile de fim de ano. Os negros eram convidados, mas comiam do lado de fora. Mais tarde, depois da Lei Afonso Arinos, já podia misturar negro com branco. Mas isto não acontece. Aí, nas festas de igreja construíam tablados de madeira cobertos de lona, para os negros dançarem ou reservava-se uma parte do salão, separada por cordas, de um espaço da sala maior, onde dançavam os brancos." (Alvício Darcy Berlitz)

"Do 'futebola` todos participavam: negros que eram bons de bola, alemães e brasileiros. Lembra de "uma coisa muito linda que tinha nas festas da matriz, na Rua da Glória, as Cavalhadas". (Antônio Corrêa Fagundes)

O povoamento luso era, em geral, oriundo de Santo Antônio da Patrulha, Conceição do Arroio (Osório), Aldeia dos Anjos (Gravataí), Porto Alegre e Viamão. Lembrando que até a emancipação de Gravataí (1880), Glorinha era território de Porto Alegre. (JACHEMET, 2006, p.47, 53, 55).

No 1º. Livro de Registros de Nascimentos do Cartório Distrital de Glorinha, de 13 de janeiro de 1877, até 26 de dezembro de 1891, estão assentados, até 1896, 158 registros de nascimento, sendo 128 sobrenomes luso/açorianos; 3 alemães (Raupp) e 27 registros de escravos e es-

cravas. Dos registrados aparece no livro: “uma criança” e, mais tarde, no final do livro, aparece o nome do registrado, mas sem sobrenome. Quando o registro é de filho legítimo aparece o nome e sobrenome do pai, e somente o primeiro nome da mãe. Dos registrados como escravo/a (a maior parte escrava), aparece somente o nome da mãe e, em alguns casos, é o dono (da escrava/o) quem registra como declarante. Assim, a quem interessa a Genealogia, pode ser um caminho.

Consideramos importante sabermos os nomes e sobrenomes comuns à época e registrados nesse livro.

Nomes próprios

Alixandrina, Alzimiro, André, Anna, Antônia/o, Antônio Maria, Anuária, Arthidor, Avelino, Barcelos, Bernardina/o, Bernardo, Bertolina, Boaventura, Caetano, Caitano, Cândido, Clemente, Constância, Custódia, David, Demetrio, Donário, Eduardo, Elena, Ernestina, Ervíria, Estêvão, Eva, Feliciana, Felicidade, Felisberto, Fermina, Fermino, Florisbela, Francisco, Frankilina, Franklin, Gabriella, Generoso, Hilário, Hosório, Idalina, Ignacia, Inocente, Ismael, Izidora, Izidoria, Jacintho, João António, João Baptista, João Pedro, João Roberto, Joaquim, Joaquina, José Antônio, Joventina, Julia, Laura, Laurindo, Leopoldino, Leopoldo, Lidorio, Lionídia, Luiza, Manoel, Marcelina, Marciano, Marcirio, Marcolina/o, Marculina, Maria, Maria José, Maria Leopoldina, Miguelina, Odorico, Oscar, Palmira, Pedro, Polentin, Policarpo, Polidório, Pulcina, Quintiliano, Ridolvino, Ritta, Rufina, Serafim, Silvina, Terêncio, Vellucino, Venceslau, Vitalina, Zeferina/o.

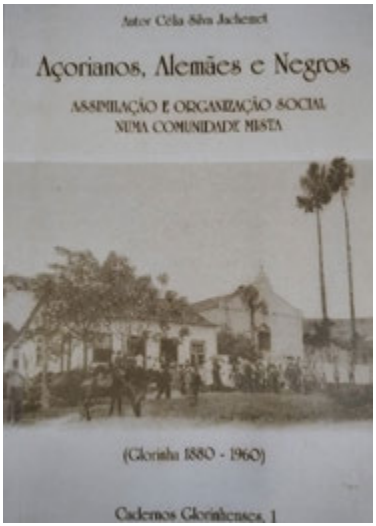
Sobrenomes

Alves, Pereira, Filho, Gonçalves, Santos, Mathias, Almeida, Teixeira, Souza, Silva, Silveira, Barcellos, Martins, Machado, Moraes, Sarmento, Carvalho, Oliveira, Terra, Gomes, Soares, Pacheco, Domingos, Lima, Ferreira, Baptista, Jesus, Rodrigues, Paz, Duarte, Ferrugem, Costa do Brejo, Barboza, Raupp, Antunes, Correia, Victal, Fraga, Alves, Martins, Oliveira, Freitas, Campos, Ferreira, Dutra, Garcia, Gonçalves, Mattos, Vargas, Pedrozo, Pinheiro, Nunes, Amaro, Cabral, Fogassa, Rocha, Ourique, Fonseca.[4]

4 Livro de Registros de Nascimentos n. 1 do Ofício de Registro Civil de Glorinha: 1877 a 1891. Serviço Notarial e Registral. Glorinha/RS, 2004.

Os nomes e sobrenomes mantêm a grafia original do registro cartorial. Registramos sobrenomes de alemães residentes em Glorinha, a partir do início do século XX. Berwig, Berlitz, Dhamer, Hechel (Eccel, Exel), Eltz, Fries, Fös, Geiger, Jost, Mödinger, Möller, Müller, Hefensteller, Reinheimer, Schirmer, Schöenardie, Schmidt, Stenert, Stöffel, Knobeloch, Waschenburger.

Figura 1 – Capa do livro[5]



Fonte: acervo da autora.

Conclusão

Nas entrelinhas dos assuntos aqui apresentados, de forma sintética, percebemos hoje que as mudanças foram constantes, mas vimos que marcas do passado, da cultura no espaço temporal e geográfico que abordamos, continuam em *marcas que se sustentam* pelos fios condutores da oralidade, das lembranças, como patrimônio material ou imaterial, visíveis ou sentidos, ainda que seja a história escrita que provoque outras memórias. Então, afirmo que temos de escrever para mexer com as memórias.

Concluo com o pensamento de Fenelon (1991, p. 75)[6]:

> Seja qual for a natureza do trabalho historiográfico envolvendo a cultura, ou as conceituações que podemos desenvolver para a cultura popular, será preciso admitir a impossibilidade de tratá-la (a cultura) no singular, pensada como capaz de abarcar em si mesma a história como totalidade, ou tomá-la como fato determinante de todo o processo, a partir de ponto de vista classificatório. Falamos sim de culturas no plural e nunca podemos considerá-la como campo exclusivo de uma só disciplina, seja a história, seja a antropologia ou qualquer outro ramo do conhecimento social.

5 Capa do livro publicado em 2006. A foto é de 1903 e foi cedida pela senhora Luíza Rodrigues da Rosa (em memória). Se trata de uma casa de comércio que pertencia ao seu pai, Paulino Rodrigues, com salão de baile e a capela Santa Terezinha, ao lado, no dia de uma festa. Esta capela, há 80 anos foi transferida do Rincão de São João, para a localidade de Contendas, onde foi reconstruída no mesmo estilo.

6 FENELON, Déa Ribeiro. História no Plural. *Projeto e História*, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC, São Paulo, 1991.

Referências

DREHER, Martin Norberto. *Igreja e Germanidade*: estudo crítico da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo: Sinodal, 1984.

DREHER, Martin Norberto. *Os Dois Vizinhos*: cenas da colônia. Tradução de Martin Norberto Dreher, São Leopoldo: SINODAL; Porto Alegre: EST, 1997.

FAGUNDES, Célia. "África": uma quilombola em Gravataí? *Anais do II Simpósio Estadual sobre a Cultura Gravataiense*. Gravataí: do êxodo à composição étnica. Gravataí: SMEC, 1991.

FENELON, Déa Ribeiro. História no Plural. *Projeto e História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC, São Paulo, 1991.

FLORES. Hilda Hübner. Lusos e alemães: fronteiras étnico-culturais. *Anais do I Simpósio Estadual sobre a Cultura Gravataiense*. Gravataí: História e Cultura. Gravataí: SMEC, 1987.

FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.

MARTHA, Agostinho; BANDEIRA, Marco Antônio. *Nossa Terra, Nossa Gente*: a História de Gravataí (1730-1950). Gravataí: Plana Comunicação, 2022.

MOTTA, José do Patrocínio. *República Fratricida*: Revoluções Rio-Grandenses de 1835 a 1932. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

NUNES, Zeno Cardoso; NUNES, Rui Cardoso. *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1995.

Fontes documentais

Jornal Folha da Tarde. Porto Alegre: 8 de outubro de 1958, capa e p.39.

Livros de Registros de Batizados e Casamentos da Paróquia Nossa Senhora da Glória, de Glorinha, 1932 a 1940.

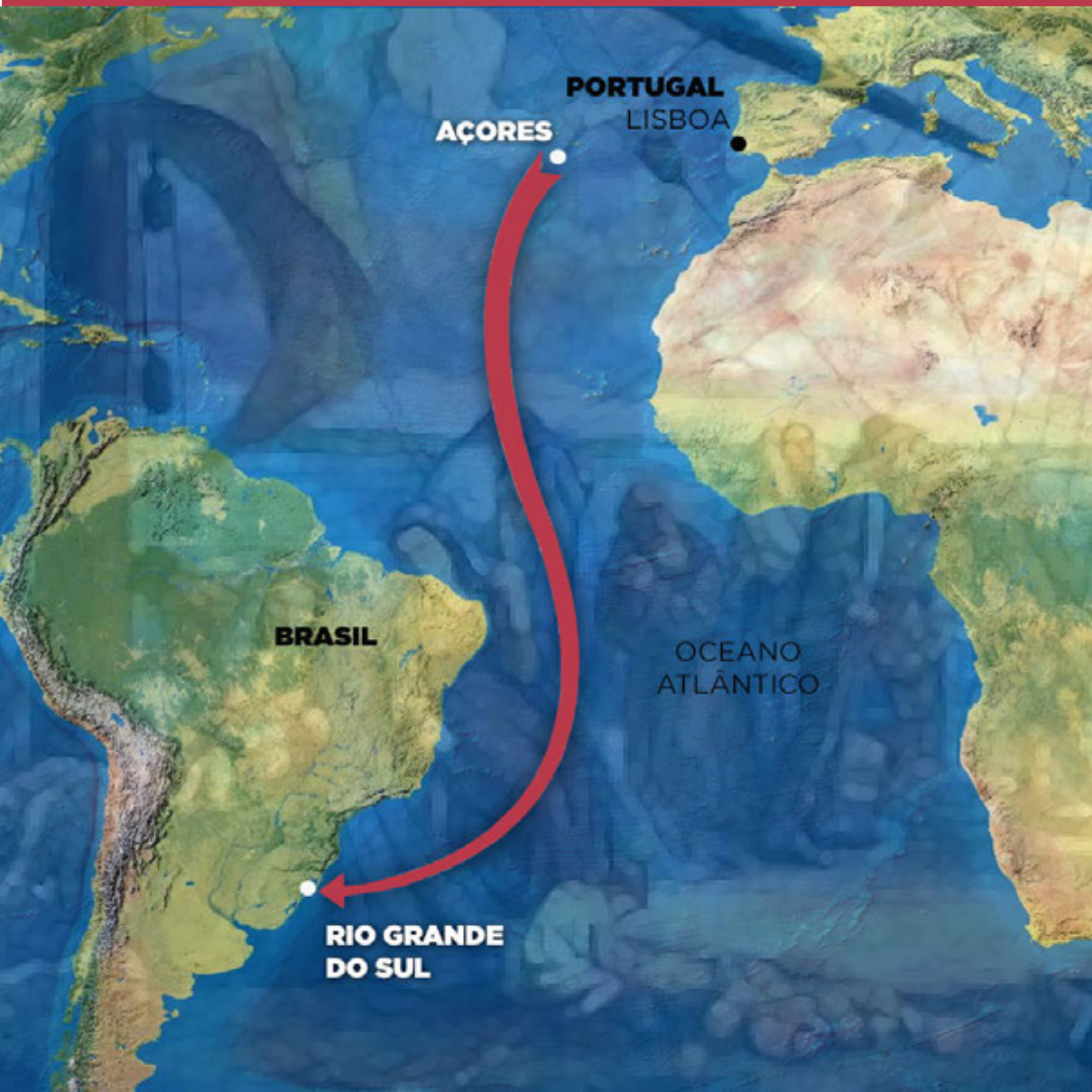
Livros de Registros de Nascimentos do Cartório Distrital de Glorinha,1877 a 1920.

Livro Tombo da Paróquia Nossa Senhora dos Anjos de Gravataí, 1913 a 1965.

Fontes orais

Depoimentos de Alvício Darcy Berlitz, Antônio Corrêa Fagundes, Dorcelina dos Santos, Elga Schöenardie, João Inácio de Souza, Maria Rita Corrêa Fagundes e Matilde Corrêa de Lima.

PARTE IV
AÇORIANOS E DESCENDENTES DE AÇORIANOS NO RIO GRANDE DO SUL



ASCENDÊNCIA E DESCENDÊNCIA AÇORIANA DOS BARÕES DE CANDIOTA

Jenny Maria Garcia Chagas[1]

Introdução

Esta pesquisa relaciona cinco casais açorianos e seus filhos que vieram para o Rio Grande do Sul atraídos pelas vantagens oferecidas aos que quisessem vir para o Brasil pelo edital de 31 de agosto de 1746, publicado pelo Conselho Ultramarino Português, autorizado pelo Rei, e as duas primeiras gerações de descendentes, citando aqueles que se destacaram no Estado e no País.

I – MANOEL SYLVEYRA GULART (15/9/1707, na praia do Almoxarife, Horta, ilha do Fayal, Açores-13/12/1758, em Rio Grande, RS), filho de Pedro Sylveyra Gulart (29/6/1690, em Nossa Senhora da Piedade da Ponte, ilha do Pico, Açores-20/12/1772, na praia do Almoxarife, Horta, ilha do Fayal, Açores) casado, a 12/11/1719, na praia do Almoxarife, ilha do Fayal, Açores, com Catharina Cardoso Pereyra (21/12/1698, em Ribeira, ilha do Pico, Açores-10/12/1745, em praia do Almoxarife, Horta, ilha do Fayal, Açores), filha de Manuel Pereyra Madruga e Barbara Cardoso Leal de Valença, casado, a 15/10/1736, na igreja de Nossa Senhora da Ajuda, Pedro Miguel, Horta, ilha do Fayal, Açores, com **MARIA THEREZA DE JEZUS DUTRA** (10/12/1709, em Nossa Senhora da Ajuda, Pedro Miguel, Horta, ilha do Fayal, Açores-25/7/1785, em Viamão, RS), filha de Manoel Dutra da Costa e Luzia de Medeiros, pais de:

F.1- Thereza Maria Sylveyra Gularte (13/7/1737, em Nossa Senhora da Ajuda, Pedro Miguel, Horta, ilha do Fayal, Açores) casada com Manoel Antonio da Sylveyra (em São Estevão da Alfama, Lisboa, Portugal), soldado dragão, filho de Fernando da Sylveyra e Joanna Maria, pais de:

N.1- João Antonio da Sylveira (24/6/1754, em Rio Grande, RS) casado, a 19/9/1782, às 9h, na Matriz de Nossa Senhora da Conceyção, Estreito, Rio

1 Pesquisadora e farmacêutica-bioquímica, São Gabriel/RS.

Grande, RS, com Ignacia Maria de Jezus (em Sam Carlos, Maldonado, vice-reinado do Rio da Prata), filha de Jozeph de Souza de Menezes e Anna Maria de Jezus;

N.2- Jozeph da Sylveira (26/1/1756, em Rio Grande, RS, Brazil);

N.3- João Baptista da Sylveira (11/10/1758, em Rio Grande, RS-20/1/1843, em São José do Norte, RS) casado, a 28/9/1780, às 11h, na Matriz de Nossa Senhora da Conceyção, Estreito, Rio Grande, RS, Brazil, com Juliana Maria do Livramento (batizada a 24/7/1766, na igreja de Nossa Senhora da Conceyção, Estreito, Rio Grande, RS), filha de Francisco Carlos e Joanna do Livramento;

N.4- Manoel Antonio da Porciuncula (4/8/1760, em Rio Grande, RS, Brazil) casado, a 15/4/1790, às 16h, no oratorio do Povo Novo, Rio Grande, RS, com Anna Maria Carneiro (9/9/1766, em Santissimo Sacramento da Colonia, Portugal), filha de Manoel Francisco Carneiro e Anna Marquez da Sylva;

N.5- Joaquim Manoel da Porciuncula (2/2/1763, em Rio Grande, RS-14/4/1831, em Jaguarão, Rio Grande, RS) casado, a 10/9/1783, às 10h, na Matriz de Nossa Senhora da Conceyção, Estreito, Rio Grande, RS, com Perpetua Felicia Gomes (8/3/1762, em Rio Grande, RS-19/7/1835, em Jaguarão, RS), filha de Manoel Gomes e Elena da Ressurreição;

N.6- Francisco Antonio da Sylveira (8/7/1765, em Rio Grande, RS) casado, a 1º/6/1786, às 10h, na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Estreito, Rio Grande, RS, com Maria Thereza de Jezus (em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata), filha de Joze de Souza de Menezes e Anna Maria de Jezus;

N.7- Feliciano da Sylveira (24/5/1767, em Estreito, Rio Grande, RS);

N.8- Antonio Joze da Porciuncula (22/4/1770, em Estreito, Rio Grande, RS-8/6/1806, em Rio Grande, RS) casado com Felipa Jozepha Souza (1º/5/1776, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata-), filha de Manoel Geronymo de Souza Alvares e Roza Maria da Assumpção de Souza Machado;

N.9- Miguel da Sylveyra (26/7/1772, em Estreito, Rio Grande, RS);

N.10- Domingos da Sylveyra (20/1/1775, em Estreito, Rio Grande, RS)

N.11- Ignacio Antonio da Sylveyra (2/1/1777, em Estreito, Rio Grande, RS);

F.2- Jozeph Joaquim Sylveyra Gularte (14/3/1739, em Nossa Senhora da Ajuda, Pedro Miguel, Horta, ilha do Fayal, Açores-22/7/1817, de malina, em Viamão, RS) casado, a 8/1/1785, às 11h, em Mostardas, Rio Grande, RS, com Jozepha Francisca de Jezus (em Rio Grande, RS-em Viamão, RS), filha de Francisco Pereira de Macedo e Izabel Maria Pereira, pais de:

N.12- Joaquim Gularte (8/11/1785, em Mostardas, Rio Grande, RS);

N.13- Joze Silveira Gularte (1º/1/1787, em Mostardas, Rio Grande, RS);

N.14- Maria Francisca de Jezus (7/2/1788, em Mostardas, Rio Grande, RS) casada, a 29/10/1815, de "manham", na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Viamão, RS, com Antonio Joze da Silva (em São Miguel de Avis, Braga, Portugal), filho de Manoel Machado e Maria da Silva;

N.15- Ignacia Gularte (26/6/1789, em Mostardas, Rio Grande, RS);

N.16- Silvana (13/6/1790, em Mostardas, Rio Grande, RS-22/10/1790, em Mostardas, Rio Grande, RS), sem descendentes;

N.17- Antonio Gularte (28/11/1791, em Mostardas, Rio Grande, RS);

N.18- Joaquina Francisca de Jezus (em Viamão, RS);

N.19- Josepha Francisca de Jezus (em Viamão, RS-24/3/1898, em Belém Novo, Porto Alegre, RS) casada, a 12/5/1820, de "manham", na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Viamão, RS, com Joam Vieira de Aguiar (em Santa Catharina), filho de Manoel Vieira de Aguiar e Maria da Conceição, viúvo de Genoveva Luzia de Jezus;

N.20- Bernardino Gularte (29/8/1794, em Mostardas, Rio Grande, RS-em Viamão, RS);

N.21- Manoel Silveira Gularte Neto (21/3/1796, em Mostardas, Rio Grande, RS) casado, a 20/8/1817, de "manham", na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Viamão, RS, com Francisca Joaquina de Jezus (em Viamão, RS), filha de Jozé Gonçalves Pereira e Joaquina Maria de Jezus;

N.22- Silvanna Francisca de Jezus (15/4/1798, em Mostardas, Rio Grande, RS) casada, a 20/10/1817, de "manham", na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Viamão, RS, com João Vieira de Aguiar (em Viamão, RS), filho de João Vieira de Aguiar e Genoveva Luzia de Jezus;

Jozeph Joaquim casou (2x) com Anna Perpetua de Brum, sem descendentes;

F.3- Roza Maria de São Joze (25/2/1741, em Nossa Senhora da Ajuda, Pedro Miguel, Horta, ilha do Fayal, Azores) casada, a 13/10/1759, na Matriz de Sam Pedro Rio Grande, RS, com Manoel Jozeph Lopes (2/10/1731, em Santa Catharina de Castello Branco, Horta, ilha do Fayal, Azores), filho de Manoel Garcia Lopes e Maria de Faria, pais de:

N.23- Dorothea Roza de São Joze (19/11/1760, em Rio Grande, RS-8/12/1829, em Mostardas, Rio Grande, RS) casada com Jozé Francisco de Araujo (em Desterro, ilha de Santa Catharina-12/8/1837, em Mostardas, São Jose do Norte, RS), filho de Antonio Francisco de Araujo e Maria da Conceição;

N.24- Rozalia de São Joze (16/4/1762, em Rio Grande, RS-26/6/1827, em Estreito, Rio Grande, RS) casada com Luiz Antonio Vaz (1º/7/1745, em Praia da Victoria, Angra, ilha Terceira, Azores-6/8/1813, em Estreito, Rio Grande, RS), filho de Francisco Vaz e Ursula Maria;

N.25- Marianna de São Joze (em Rio Grande, RS);

N.26- Maria Ignacia de São Joze (10/6/1767, em Viamão, RS) casada, a 22/3/1783, às 9h, na Matriz de Nossa Senhora da Conceyção, Estreito, Rio Grande, RS, com Jozeph de Souza Leal (9/8/1765, em Viamão, RS-), filho de João de Souza Leal e Maria de Jezus;

N.27- Francisca Ignacia Lopes (22/11/1768, em Estreito, Rio Grande, RS) casada, a 17/11/1788, às 11h, na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Estreito, Rio Grande, RS, com Manoel Ignacio da Sylveira (1º/6/1767, em Estreito, Rio Grande, RS), filho de Antonio Sylveyra Coelho e Rita Maria de Jezus;

N.28- Joaquim Lopes da Roza (5/8/1770, em Estreito, Rio Grande, RS) casado com Januaria Maria da Silveira (19/9/1779, em Estreito, Rio Grande, RS-18/11/1825, na fazenda de Nossa Senhora da Conceição das Pedras Brancas, Porto Alegre, RS), filha de Manoel Lourenço Mariante e Maria Silveira;

N.29- Gertrudes Maria da Conceição (9/5/1779, em Estreito, Rio Grande, RS-3/4/1846, em Porto Alegre, RS) casada, a 13/12/1804, às 11h, no oratório de Sam Francisco de Paula, Sam Luiz de Mostardas, Rio Grande, RS, com Manoel dos Santos Pereira Jardim (21/10/1781, em Sam Miguel de Arcozelo, Vila Nova de Gaia, Porto, Portugal), filho de Joze dos Santos Pereira Jardim e Maria Coelho.

F.4- Antonio Sylveyra Gularte (25/1/1743, em Pedro Miguel, Horta, Ilha do Fayal, Açores) casado, a 11/2/1768, em Estreito, Rio Grande, RS, com Felicia Antonia de Jezus Mattos (30/5/1754, em Rio Grande, RS-28/5/1795, em Mostardas, Rio Grande, RS), filha de Pedro Lopes de Mattos (1732, em Santissimo Sacramento da Colonia, Portugal-3/6/1782, em Mostardas, Rio Grande, RS), filho de Pedro Lopes (Alvarelhos, Porto, Portugal-7/9/1738, em Santissimo Sacramento da Colonia, Portugal) casado, a 14/5/1717, em Porto, Portugal, com Maria Gonsalves Pascoa (1697, em Sam Apolinario do Valverde, Mogadouro, Portugal-em Santissimo Sacramento da Colonia, Portugal), primeiros casais vindos do Porto povoar Santissimo Sacramento da Colonia, e Barbara de Jesus (1728, na Ilha de São George, Açores, Portugal), pais de:

N.30- Cypriano Sylveyra Gularte (14/12/1768, em Estreito, Rio Grande, RS);

N.31- João Antonio Gularte (2/12/1770, em Estreito, Rio Grande, RS-

19/8/1795, em Mostardas, Rio Grande, RS) casado, a 16/10/1790, às 11h, na Matriz de Sam Luiz, Mostardas, RS, com Januaria Francisca Cardozo (19/9/1773, em Estreito, Rio Grande, RS), filha de Lourenço da Costa e Romana Cardoso de Jezus;

N.32- Joaquina Sylveyra Gularte (15/11/1772, em Estreito, Rio Grande, RS) casada, a 7/7/1788, às 16h, em São Luiz de Mostardas, RS com Mathias Teixeira Nunez (21/2/1758, em Rio Grande, RS-4/5/1819, em Rio Grande, RS), filho de Manoel Teixeira Brazil das Neves e Maria de Jezus;

N.33- Pedro Sylveira Gularte (batizado a 7/8/1773, na igreja de São Luiz, Mostardas, Rio Grande, RG);

N-34- Joaquim Sylveira Gularte (batizado a 26/7/1778, na igreja de São Luiz, Mostardas, Rio Grande, RS) casado com Anna Antonia de Jezus (na ilha do Fayal, Açores), filha de Jozeph Antonio de Farias e Anna Jacinta;

N.35- Perpetua Felicia de Jezus Gularte (batizada a 10/6/1780, na igreja de São Luiz, Mostardas, Rio Grande, RS-30/6/1850, em Herval, Jaguarão, RS) casada, a 27/3/1796, em presença do Reverendo Padre Paulo Joaquim de Souza Prates, em casa do Coronel Comandante Manuel Marques de Souza, tendo recebido as bençõs matrimonias do Reverendo Frei Feliciano de Sam Joze Bandeira, no oratório de São Francisco de Paula, Rio Grande, RS, a 7/4/1796, com Francisco das Chagas (batizado na igreja de Sam Joze, Rio de Janeiro, RJ-6/6/1833, em Arroio Grande, Jaguarão, RS), filho de pais incógnitos, exposto na Santa Casa de Misericordia do Rio de Janeiro, RJ;

N.36- Maria Antonia de Jezus (batizada a 30/3/1782, na igreja de São Luiz, Mostardas, Rio Grande, RS-) casada, a 25/11/1797, no oratório de São Francisco de Paula do Piratinim, Rio Grande, RS, com Francisco Antonio de Farias (na ilha do Fayal, Açores), filho de Jozeph Antonio de Faria e Anna Jacinta;

N.37- Ignacia Joaquina de Jezus (21/2/1784, em Mostardas, Rio Grande, RS) casada, a 29/7/1798, às 19h, em Rio Grande, RS, com Antonio Joaquim de Souza (em Sam Nicolau, Santarem, Portugal), filho de João Antonio de Souza e Teodora Marcelina Teixeira;

Antonio casou (2x), a 11/10/1795, às 14h, em São Luiz, Mostardas, Rio Grande, RS, com Angelica Maria Correa (em Santo Antonio da Patrulha, RS-), filha de Antonio Correa e Joaquina Maria, pais de:

N.38- Marcelina Silveira Correa (9/7/1796, em Mostardas, Rio Grande, RS);

N.39- Joze Gularte (3/5/1798, em Rio Grande, RS);

N.40- Theodora Silveira Correa (7/11/1800, em Rio Grande, RS);

N.41- Viridianna Silveira Correa (7/11/1800, em Rio Grande, RS);

N.42- Claudia Gulart (25/5/1803, em Rio Grande, RS).

F.5- Anna Ignacia (20/9/1745, em Nossa Senhora da Ajuda, Pedro Miguel, Horta, ilha do Fayal, Açores) casada com Joaquim Joze da Roza;

F.6- Francisca de Jezus (10/12/1747, em Nossa Senhora da Ajuda, Pedro Miguel, ilha do Fayal, Açores);

F.7- Catharina Ignacia de Jezus (28/11/1749, em Nossa Senhora da Ajuda, Pedro Miguel, ilha do Fayal, Açores) casada, a 17/9/1778, às 10h, na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Estreito, Rio Grande, RS, com Jozé Joaquim da Cunha (4/2/1753, em Rio Grande, RS-em Rio Grande, RS), filho de Agostinho da Cunha e Mariana de Souza;

F.8- Maria Gularte (14/5/1756, em Rio Grande, RS-5/8/1782, em Mostardas, RS), solteira, sem descendentes.

São descendentes desta família Luiz Gonçalves das Chagas e Anna d'Avila Chagas, Barões de Candiota.

II - JOSEPH ANTONIO DA SYLVEIRA (1732, na freguesia do Divino Espírito Santo da Feteira, Horta, ilha do Fayal, Açores-25/5/1800, de tuberculo, em Rio Grande, RS), filho de Manoel da Silveyra Duarte (em Feteira, ilha do Fayal, Açores) casado com Maria do Rozario Furtado de Mendonça (29/6/1692, em Feteira, Horta, ilha do Fayal, Açores), filha de Antonio Furtado de Mendonça e Isabel da Rosa Pereira Feio, casado, a 4/1752, em Rio Grande, RS, com **MARIA IGNACIA GONSALVES FERNANDES** (1738, em Nossa Senhora do Rozario da Vila Nova do Topo, ilha de São George, Açores-13/12/1798, de "hum estupor",em Rio Grande, RS), filha de Simão Gonsalves Fernandes (1690, na vila do Topo, ilha de São George, Açores-) casado a 4/1722, na vila do Topo, Calheta, ilha de São George, Açores, com Maria Francisca (04/1696, em vila do Topo, Ilha de São George, Açores-24/12/1784, em Rio Grande, RS), pais de:

F.1- Manoel Gonsalves da Sylveira (2/6/1756, em Rio Grande, RS-24/8/1807, em Porto Alegre, RS) casado, a 22/10/1781, às 9h, na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Estreito, Rio Grande, RS, com Francisca Ignacia de Jezus (1763, em Enseada do Brito, Palhoça, Santa Catharina-17/4/1851, em Cerrito, Rio Grande, RS), filha de Joseph Pereyra da Roza e Maria Sylveyra, pais de:

N.1- Manoel Gonçalves Victorino (7/7/1783, em Estreito, Rio Grande, RS-) casado, a 13/5/1805, em São Pedro do Rio Grande, RS, com Francisca Gomes de Jezus (20/6/1784, em Rio Grande, RS-11/3/1870, em Pelotas, RS), filha de Manoel Joze Gomes e Roza Maria da Fonte;

N.2- Anna Ignacia Gonçalves (26/7/1785, em Estreito, Rio Grande, RS-29/11/1865, em Pelotas, RS) casada, a 15/11/1808, no oratorio da fazen-

da Santo Antonio, Rio Grande, RS, com Ignacio Antonio Pires (30/5/1775, em Viamão, RS-26/12/1854, em Pelotas, RS), filho do capitão Francisco Pires Casado e Mariana Eufrazia da Silveira;

N.3- Francisca Eulalia Gonçalves (14/8/1787, em Estreito, Rio Grande, RS) casada, a 7/12/1806, em Rio Grande, RS, com o alferes Joze Ignacio Moreira (em Paranagua, PR-26/2/1816, em Rio Pardo, RS), filho de Ignacio Gomes de Medeyros e Maria Francisca Angelica;

N.4- Leocadia Diamantina Gil Gonçalves (31/8/1789, em Estreito, Rio Grande, RS) casada com Antonio Gonçalves Meireles (em Triunfo, RS), filho de Manoel Gonçalves Meirelles Filho e Isabel Joaquina de Souza;

N.5- Gertrudes Gonçalves (5/2/1792, em Estreito, Rio Grande, RS);

N.6- Luiz Gonçalves de Escobar (23/9/1794, em Rio Grande, RS-) casado, a 15/6/1814, em Piratini, Rio Grande, RS), com Perpetua Francisca das Chagas (25/6/1801, em Rio Grande, RS), filha de Francisco das Chagas e Perpetua Felicia de Jezus Gularte;

N.7- Albino Gonçalves da Silveira (14/10/1796, em Rio Grande, RS) casado com Felicia Gonçalves Dias, filha de Antonio Dias de Castro e Francisca Maria de Jezus Gonçalves;

N.8- Delfina Augusta Gonçalves da Silveira (batizada a 18/3/1799, no oratório de Piratinim, Rio Grande, RS) casada, a 17/1/1820, em Pelotas, RS, com Pierre Simon Detroyat (em Bayonne, Pyrénées-Atlantiques, Nouvelle-Aquitaine, França-3/6/1825, em Pelotas, RS), filho de Pierre Detroyat e Jeanne Labadie;

F.2- Rudesindo Antonio da Sylva (19/9/1757, em Rio Grande, RS-1821, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata), militar “de notoria actuación na lucha contra os ingleses”, casado, a 27/11/1783, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata, com Ana Maria Nuñez (em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata-), filha de Manoel Nuñez e Maria Vieira, pais de:

N.9- Ramon de Silva Nuñez (1784, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata-1828, em San Carlos, Maldonado, Uruguay) casado, a 1º/12/1809, em Rocha, Vice-reinado do Rio da Prata, com Maria Jacinta Aquino (16/8/1791, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata), filha de Jose Mathias Aquino e Feliciana Pereyra;

N.10- Maria Francisca de Silva Nuñez (em San Carlos, Maldonado, Vice -reinado do Rio da Prata) casada, em 1808, em Rocha, Vice-reinado do Rio da Prata, com Joaquin Pereira de la Luz (em Viamão, RS-29/5/1825, em Cerro Largo, Uruguay), filho de Joseph Pereira da Luz e Isabel Maria do Espírito Santo;

N.11- Petrona de Silva Nuñez (1788, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata) casada, em 1809, em San Carlos, Maldonado, Vice -reinado do Rio da Prata, com Antonio Feliciano Nieto Correa (9/6/1771, em San Isidro de la Costa, Buenos Aires, Vice-reinado do Rio da Prata), filho de Santiago Carlos Nieto Mendez e Phelipa Correa;

N.12- Joaquina de Silva Nuñez (25/9/1789, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata-) casada, a 6/6/1814, em Rocha, Rocha, Vice -reinado do Rio da Prata, com Rudesindo Maximo Souza Paez (29/5/1794, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata), filho de Silvestre José de Souza Silva e Catalina de Jezus Paez d'Avila;

N.13- Jose Antonio de Silva (5/9/1791, em San Carlos, Maldonado, Vice -reinado do Rio da Prata-1791, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata), sem descendentes;

N.14- Jose Antonio de Silva (26/12/1792, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata) casado com Petrona de Sosa Sanchez (23/10/1801, em Rocha, Vice-reinado do Rio da Prata-), filha de Joze Leandro de Sosa Pais e Maria del Carmen Sanchez Rodriguez;

N.15- Claudia de Silva (30/10/1794, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata) casada, a 7/9/1818, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata, com Angel Manuel Herrera (9/5/1793, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata), filho de Miguel Herrera e Antonia Espindola;

N.16- Juana de Silva (24/6/1796, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata-28/9/1866, no Uruguay) casada, a 10/9/1812, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata, com Domingo Damian Souza Paez (4/8/1789, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata-19/6/1867, no Uruguay), filho de Silvestre Joze de Souza Silva e Catalina de Jezus Paez d'Avila;

N.17- Antonio Casimiro de Silva Nuñez (4/3/1798, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata) casado, em 1828, em San Carlos, Maldonado, Uruguay, com Elena Pereira d'Avila (10/2/1783, em Rio Grande, RS), filha de Antonio Pereira d'Avila e Roza Pereira, viúva de Ignacio Rodrigues Diniz;

N.18- Manuel Benigno de Silva Nuñez (13/2/1800, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado de Rio Da Prata-1865, em San Carlos, Maldonado, Uruguay) casado, a 9/12/1822, em Rocha, Vice-reinado do Rio da Prata, com Maria Antonia Techera (1º/6/1805, em Rocha, Vice-reinado do Rio da Prata), filha de Ignacio Teixeira e Maria Pereira;

N.19- Carlos Maria Roman de Silva (18/11/1801, em San Carlos, Maldona-

do, Vice-reinado do Rio da Prata-) casado, em 1825, em San Carlos, Maldonado, Uruguay, com Angela Ramona Insaurraga (9/8/1794, em Minas, Lavalleja, Vice-reinado do Rio da Prata-), filha de Joze Vicente Insaurraga e Juana Gonzalez Sosa;

N.20- Ramona Claudia de Silva Nuñez (30/10/1803, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata-);

N.21- Elias Antonio de Silva Nuñez (9/4/1806, em Rocha, Vice-reinado do Rio da Prata) casado, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata, com Micaela Feliciana Pagola Nieto (em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata), filha de Manuel Gervasio Pagola Torena e Luisa Nieto Correia;

F.3- Anna Maria Ignacia da Sylveira (18/11/1758, em Rio Grande, RS) casada com Duarte Francisco Tavares (em São Miguel, Açores-17/4/1813, em Pelotas, Rio Grande, RS), filho de Francisco Xavier Tavares e Anna Rosa, pais de:

N.22- Mauricio Tavares (8/5/1875, em Estreito, Rio Grande, RS);

N.23- Jozé Francisco Tavares (26/3/1778, em Estreito, Rio Grande, RS-2/1/1841, em Pelotas, RS) casado com Gertrudes Maria Ignacia (em Taquari, RS), filha de Manoel da Costa Leite e Anna Maria Ignacia;

N.24- Ludovina Ignacia Tavares (13/6/1780, em Estreito, Rio Grande, RS) casada com Caetano Joze Barroso (em Miranda do Douro, Bragança, Portugal-), filho de Domingos Gonsalves Barroso e Comba Lopes Teixeira;

N.25- Gertrudes Maria do Nascimento (29/5/1782, em Estreito, Rio Grande, RS) casada com Joze Duarte Silva (em São Pedro Velho, Bahia), filho de Joze Teixeira da Silva e Antonia Cipriana da Silva;

N.26- Anna Maria do Nascimento (14/8/1784, em Estreito, Rio Grande, RS) casada, a 22/4/1817, em Pelotas, Rio Grande, RS, com Manoel Rodrigues Cardoso (em São Joze, SC), filho de Francisco Rodrigues Cardoso e Antonia Maria de Jezus;

N.27- Maria Angelica do Nascimento (2/2/1788, em Rio Grande, RS) casada com Joze Francisco Machado (São Romão, Lisboa, Portugal-), filho de Francisco Machado e Feliciana Maria;

N.28- João Tavares (26/4/1791, em Rio Grande, RS).

F.4- Joseph Gonsalves da Sylveira Calheca (8/4/1760, em Rio Grande, RS-20/7/1820, em Pelotas, Rio Grande, RS) casado, a 24/7/1794, às 11h, em São Luiz, Mostardas, Rio Grande, RS, com Florencia Maria do Pilar (1º/4/1775, em Colonia do Sacramento, Portugal-1813, em Pelotas, Rio Grande, RS), filha de Marcelino Joseph da Silva e Florencia Maria do Espírito Santo, pais de:

N.29- Umbelina da Silveira (12/6/1795, em Estreito, Rio Grande, RS);

N.30- Maria de Santanna da Silveira Calheca (2/11/1796, em Estreito, Rio Grande, RS-12/3/1877, em Pelotas, RS) casada, a 26/12/1812, em Pelotas, Rio Grande, RS, com Manoel Joze Rodrigues Valadares (em São Miguel, Braga, Portugal-4/6/1856, em Pelotas, RS), filho de Joze Luiz Rodrigues e Lucrecia Luiza Simões;

N.31- Senhorinha da Silveira (batizada a 28/5/1798, na capela de Nossa Senhora dos Navegantes do Lugar do Norte, Estreito, Rio Grande, RS) casada, a 26/12/1812, em Pelotas, Rio Grande, RS, com João Antonio Ferreira Vianna (em São Martinho, Valadares, Porto, Portugal), filho de Manoel Lourenço Ferreira e Maria Joanna Rodrigues;

N.32- Innocente (4/11/1799, em Rio Grande, RS-9/11/1799, de convulsões, em Rio Grande, RS), sem descendentes;

N.33- Alexandre da Silveira (15/10/1800, em Rio Grande, RS).

F.4–Joseph, casado a segunda vez, a 10/12/1815, em Pelotas, Rio Grande, RS, com Felicia Maria da Conceição (10/5/1779, em Estreito, Rio Grande, RS), filha do sargento João Caetano de Souza e Joanna Maria da Ressurreição, viúva de Domingos Antonio da Silva, sem descendentes;

F.5- Joaquina da Sylveira (17/7/1761, em Rio Grande, RS);

F.6- Mauricia da Sylveira (20/9/1762, em Rio Grande, RS);

F.7- Ismenia Ignacia Roza da Sylveira (em Rio Grande, RS-29/12/1803, achada morta em sua cama, em Rio Grande, RS) casada, a 6/5/1783, às 11h, na Matriz de Nossa Senhora da Conceyção, Estreito, Rio Grande, RS, com Joseph de Aguiar Peyxoto (em Nossa Senhora da Pena, ilha Terceira, Açores -em Estreito, Rio Grande, RS), militar, filho de Jozeph de Aguiar Peyxoto e Maria da Conceyção, pais de:

N.34- Firmiano Peyxoto (30/7/1786, em Rio Grande, RS-25/3/1795, em Rio Grande, RS), sem descendentes;

N.35- Felisberto Peyxoto (7/12/1790, em Rio Grande, RS-em Rio Grande, RS), sem descendentes;

N.36- Teodolindo Peyxoto (6/7/1794, em Rio Grande, RS);

N.37- Maria (30/11/1797, em Pelotas, Rio Grande, RS-2/12/1797, em Pelotas, Rio Grande, RS), sem descendentes;

N.38- Maria do Carmo Fermiana de Aguiar Peyxoto (em Rio Grande, RS) casada com Simiam da Cunha (10/10/1799, em Estreito, Rio Grande, RS), filho de Joaquim Francisco da Cunha e Maria Francisca de Paula.

F.8- Joseph Antonio da Sylveira (10/3/1766, em Estreito, Rio Grande, RS) casado, a 24/10/1781, às 10h, na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Estreito, Rio Grande, RS, com Theodora Maria do Nascimento (1767, em Es-

treito, Rio Grande, RS-3/5/1785, em Rio Grande, RS), filha de Lucas de Souza Machado e Maria de Quadros, pais de:

N.39- Anna da Sylveira (7/7/1783, em Rio Grande, RS);

N.40- João da Silveira (6/1784, em Estreito, Rio Grande, RS);

F.9- Manoel da Sylveira (1º/9/1770, em Estreito, Rio Grande, RS);

F.10- Manoel da Sylveira (1773, em Estreito, Rio Grande, RS);

F.11- Senhorinha Ignacia da Sylveira (28/10/1776, em Estreito, Rio Grande, RS) casada com Manoel Marques de Souza (24/10/1780, em Rio Grande, RS-21/11/1824, em Montevideo, Vice-reinado do Rio da Prata), militar, filho de Manoel Marques de Souza e Joaquina de Azevedo Lima, pais de:

N.41- Manoel Marques de Souza, Conde de Porto Alegre (13/6/1804, em Rio Grande, RS, 18/7/1885, no Rio de Janeiro, RJ), militar, casado, a 28/11/1846, às 20h, em Nossa Senhora Madre de Deos, Porto Alegre, RS, com Maria Balbina Alvares da Gama (em Missões, RS- 11/6/1851, em Bagé, RS), filha de Joze Maria da Gama Lobo Coelho d'Eça Filho, Barão de Saicã e Maria Alvares Trilha;

N.42- Joaquim Marques de Souza (10/10/1806, em Rio Grande, RS);

N.43- Joana Marques de Souza (em Rio Grande, RS) casada com José Marques Lisboa (no Rio de Janeiro, RJ-), filho de Francisco Marques de Lisboa e Eufrazia Joaquina de Azevedo Lima;

N.44- Maria Joaquina Marques de Souza (em Rio Grande, RS) casada com Antonio Carneiro Leão (em Recife, PE-27/1/1879, no Rio de Janeiro, RJ), militar, filho de Mathias Carneiro Leão e Uberta Arcangela Xavier Veloso;

N.45- Justina Marques de Souza (em Rio Grande, RS);

N.46- Sebastião Marques de Souza (em Rio Grande, RS);

N.47- Domingos Marques de Souza (em Rio Grande, RS);

F.12- João Antonio Gonsalves da Sylveira (8/9/1780, em Estreito, Rio Grande, RS-22/3/1872, em São Gabriel, RS), general da República Rio-Grandense, foi um dos líderes do movimento de 20/9/1835, ao lado de Bento Gonçalves da Silva, Antonio de Souza Neto e David Canabarro, com presença decisiva nas batalhas de Seival (1836) e Barro Vermelho (1838), casado, a 15/2/1803, às 9h, na capella filial do Lugar do Norte, Estreito, Rio Grande, RS, com Maria Ignacia da Cunha (23/12/1784, em Mostardas, Rio Grande, RS-10/4/1830, em São Joze do Norte, Rio Grande, RS), filha de Ignacio Antonio da Cunha e Maria Francisca da Conceição e Terra, pais de:

N.48- João Antonio da Silveira (em Estreito, Rio Grande, RS-8/8/1850, em São José do Norte, RS), sem descendentes;

N.49- Francisco de Paula da Silveira (8/7/1806, em Estreito, Rio Grande, RS) casado, a 24/12/1827, em Estreito, Rio Grande, RS, com Leonidia Joaquina da Silva (em Estreito, Rio Grande, RS), filha de Francisco Joze da Silva e Francisca Joaquina do Nascimento, viúva de Andre Lacurt;

N.50- Senhorinha Amalia da Silveira (21/1/1808, na capella de Nossa Senhora dos Navegantes do Norte, filial da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Estreito, Rio Grande, RS) casada, a 16/4/1825, em Estreito, Rio Grande, RS, com Desiderio Celestino de Castro (em Portugal-), filho de Joze Francisco de Castro e Rosalia Candida Emerenciana;

N.51- Bibiano da Silveira (21/10/1809, na capella de Nossa Senhora dos Navegantes do Norte, filial da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Estreito, Rio Grande, RS-25/10/1867, em Bagé, RS) casado, a 4/11/1844, em Rio Grande, RS, com Umbelina Nunes da Silva Tavares (28/10/1819, em Herval, Jaguarão, RS-31/10/1894, em Bagé, RS), filha de João da Silva Tavares e Umbelina Bernarda da Assunção Nunes, Viscondes de Cerro Alegre;

N.52- Joaquina Josefina da Silveira (batizada a 16/2/1812, na capella de Nossa Senhora dos Navegantes do Norte, filial da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Estreito, Rio Grande, RS);

N.53- Cezar Augusto da Silveira (24/11/1813, em Estreito, Rio Grande, RS) casado, a 25/2/1843, às 16h, em São José do Norte, RS, com Maria José de Moraes (em Estreito, Rio Grande, RS-), filha de Antonio José de Moraes e Maria Ignacia de Moraes;

N.54- Joze Maria da Cunha Silveira (batizado a 20/1/1816, na capella de Nossa Senhora dos Navegantes do Norte, filial da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Estreito, Rio Grande, RS) casado, em Rio Grande, RS, com Cecilia Correa Mirapalhete (8/4/1817, em Rio Grande, RS, 8/11/1894, em Santa Vitoria do Palmar, RS), filha de Joze Correa Mirapalhete e Izabel Faustina Correa;

N.55- Maria Delfina da Silveira (16/10/1817, em São José do Norte, Rio Grande, RS) casada, a 5/3/1832, às 16h, no "oratorio aprovado do Major de Milicias" João Antonio da Silveira, em São José do Norte, RS, com Pedro Garcia da Cunha (em Portugal-), filho de José Garcia da Cunha e Maria Roza;

N.56- Pedro Augusto da Silveira (7/11/1822, em São José do Norte, Rio Grande, RS-14/7/1855, em Piracicaba, SP) casado, a 25/3/1844, em Piracicaba, SP, com Candida Virginia da Costa Carvalho (11/4/1827, em Porto Alegre, RS-21/1/1801, em Piracicaba, SP), filha de Antonio da Costa Carvalho e Theodora Leopoldina da Cunha;

N.57- Anna Leopoldina da Silveira (8/7/1825, em Estreito, Rio Grande, RS) casada, a 9/9/1839, na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Estreito, Rio Grande, RS, com Manoel Silveira do Amaral (em Estreito, Rio Grande, RS), filho de Joze Silveira do Amaral e Anna Ignacia de Jezus;

N.58- Belizario Augusto da Silveira (16/10/1827, em São José do Norte, Rio Grande, RS) casado com Francisca Ignacia Fernandes da Silveira (7/5/1833, em Estreito, Rio Grande, RS), filha de João Pedro Fernandes e Delfina Leonida da Rocha;

N.59- Manoel Ignacio da Silveira (em São José do Norte, Rio Grande, RS) casado com Idalina Maria da Conceição (em Porto Alegre, RS-), filha de Alexandre Coelho e Josefina Ferreira de Lima.

João Antonio casou (2x), a 11/10/1830, às 12h, no "oratorio approvado do Major de Milicias" João Antonio da Silveira, Nossa Senhora da Conceição e Navegantes de São Joze do Norte, Rio Grande, RS, com Ana Joaquina Roza de Souza (22/6/1801, em Estreito, Rio Grande, RS-), filha de Antonio Francisco Sylveira de Souza e Roza Ignacia de Jezus, pais de:

N.60- Delfina Leopoldina da Silveira (10/7/1833, em São José do Norte, RS);

N.61- Antonio Gonçalves da Silveira (em São José do Norte, RS);

N.62- Maria Joanna da Silveira (em São José do Norte, RS).

F.13- Ursula Maria da Sylveira (21/10/1782, em Estreito, Rio Grande, RS) casada, a 23/10/1803, às 11h, em casa do tenente Joze de Aguiar Peixoto, Rio Grande, RS, com Antonio Jozé Candido da Costa (em Nossa Senhora do Socorro, Lisboa, Portugal), filho de Joze Luiz da Costa e Luiza Roza de Jezus.

É descendente desta família João Simões Lopes Neto.

III- JOSEPH PEREYRA DA ROZA (12/7/1721, em Santa Barbara dos Cedros, Horta, ilha do Fayal, Açores), filho de Manuel da Roza Pereyra (16/6/1698, em Cedros, Horta, ilha do Fayal, Açores), casado, a 7/8/1718, em Horta, ilha do Fayal, Açores, com Domingas Pereyra (13/10/1697, em Horta, ilha do Fayal, Açores-13/7/1741, em Veiros, Aveiro, Portugal), filha de João Pereyra Fialho e Francisca Pereira, casado, a 4/6/1741, em Santa Barbara, Angra do Heroismo, ilha Terceira, Açores, com **MARIA SYLVEYRA** (27/3/1725, em Flamengos, Horta, ilha do Fayal, Açores-1º/8/1830, em Estreito, Rio Grande, RS), filha de Manuel da Sylveyra e Izabel Duarte Pereyra, pais de:

F.1- Joanna da Roza da Sylveyra (3/2/1743, em Cedros, Horta, ilha do Faial, Azores);

F.2- Manoel Pereyra da Roza (1º/4/1744, em Cedros, Horta, ilha do Faial, Açores) casado com Rita Francisca Ignacia Dutra Xavier (17/5/1751, em Matriz,

Horta, ilha do Faial, Açores), filha de Bonifacio Dutra e Francisca Ignacia Xavier, pais de:

N.1- Anna Maria Ignacia (26/7/1769, em Estreito, Rio Grande, RS) casada, a 10/4/1788, na Matriz de Estreito, Rio Grande, RS, com Mathias Rodrigues Homem (na ilha do Pico, Açores), filho de Bernardo Homem e Maria Rodrigues;

Anna Maria casou (2x), a 19/6/1793, às 10h, na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Estreito, Rio Grande, RS, com Pedro Martins da Costa Evangelho (em Nossa Senhora da Roza, ilha Terceira, Açores), filho de Manoel Dias da Costa Evangelho e Maria de Sam Matheus;

N.2- Joaquim Pereyra da Roza (1º/10/1771, em Estreito, Rio Grande, RS);

N.3- Maria Ignacia da Conceição (7/8/1774, em Estreito, Rio Grande, RS) casada, a 1º/11/1792, às 17h, na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Estreito, Rio Grande, RS, com Manoel Felix da Silva (30/5/1772, Estreito, Rio Grande, RS-7/8/1827), filho de Francisco Xavier da Silva e Angelica Thereza de Sam Joze;

N.4- João Pereyra da Roza (28/6/1777, em Estreito, Rio Grande, RS) casado, a 1º/8/1799, às 8h, na Matriz de Sam Pedro, Rio Grande, RS, com Vicencia Josefa de Souza (24/1/1782, em Rio Grande, RS), filha de Tomaz Luiz de Souza e Francisca Josefa Avila Raposo;

N.5- Felisberto Pereyra da Roza (14/9/1779, em Estreito, Rio Grande, RS) casado, a 14/5/1807, na Capella Filial de Nossa Senhora das Necessidades do Povo Novo, Rio Grande, RS, com Maria Sylveira de Jezus (em Rio Grande, RS), filha de José Sylveira de Azevedo e Maria de Sam José;

N.6- Delfina Pereyra da Roza (21/12/1781, em Estreito, Rio Grande, RS);

N.7- Ignacia Francisca Pereyra da Roza (2/10/1783, em Estreito, Rio Grande, RS) casada, a 26/6/1799, às 10h, na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Estreito, Rio Grande, RS, com João Joze da Roza (em Santo Antonio da Guarda Velha, Viamão, RS), filho de Vicente Joze da Roza Rodrigues e Vicencia Roza de Jezus;

N.8- Manoel Pereyra da Roza (1785, em Estreito, Rio Grande, RS) casado com Maria Silveira de Jezus (26/5/1795, em Rio Grande, RS-), filha de Joze Silveira de Azevedo e Maria Roza de Faria;

N.9- Felipe Pereyra da Roza (20/11/1791, em Estreito, Rio Grande, RS);

N.10- Delfina Pereira da Roza (23/6/1795, em Estreito, Rio Grande, RS) casada, a 3/7/1809, no oratorio de Piratinim, Rio Grande, RS, com Antonio Soares de Oliveira (em Santo Antonio da ilha de Santa Catharina-26/6/1830, em Pelotas, RS), filho de José de Oliveira Soares e Anna Bicudo;

N.11- Joaquim Pereira da Roza (31/8/1796, em Estreito, Rio Grande, RS);

F.3- Maria da Roza Sylveyra (29/10/1747, em Cedros, Horta, ilha do Faial, Açores);

F.4- Rita Maria de Jezus (23/11/1748, em Santa Barbara dos Cedros, Horta, ilha do Fayal, Açores) casada com Antonio Sylveyra Coelho (em Ribeira dos Flamengos, ilha do Fayal, Açores), filho de Antonio Sylveyra Coelho e Teresa Maria de Jezus, pais de:

N.12- Manoel Ignacio da Sylveyra (1º/6/1767, em Estreito, Rio Grande, RS) casado, a 17/11/1788, às 11h, na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Estreito, Rio Grande, RS, com Francisca Ignacia Lopes (22/11/1768, em Estreito, Rio Grande, RS), filha de Manoel Jozeph Lopes e Roza Ignacia de São Joze. Ver I.N.27;

N.13- Maria Ignacia de Jezus (18/2/1769, em Estreito, Rio Grande, RS-14/5/1808, em Rio Grande, RS) casada, a 11/2/1784, às 11h, na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Estreito, Rio Grande, RS, com Ventura Jozeph da Sylveyra (12/5/1758, em Rio Grande, RS), filho de Manoel Sylveira e Anna Maria;

N.14- Rita Joaquina de Jezus (22/3/1771, em Estreito, Rio Grande, RS) casada, a 18/10/1789, às 11h, na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Estreito, RS, com Joze da Roza Pereira (em Nossa Senhora do Rozario, Enseada do Brito, Palhoça, Santa Catharina-), filho de Joze da Roza Pereira e Anna Roza;

N.15- Ludovina (1º/4/1773, em Estreito, Rio Grande, RS-em Estreito, Rio Grande, RS), sem descendentes;

N.16- Ludovina Joaquina Roza (15/12/1774, em Estreito, Rio Grande, RS) casada, a 2/7/1794, às 11h, na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Estreito, Rio Grande, RS, com Francisco Leite Bitencurt (em Nossa Senhora da Luz, Santa Cruz da Graciosa, ilha Graciosa, Açores), filho de Julião Francisco de Bitencurt e Maria de São Francisco;

N.17- Roza Coelho (8/11/1776, em Estreito, Rio Grande, RS);

N.18- Ignacia Maria de Jezus (24/5/1778, em Estreito, Rio Grande, RS-3/1/1808, em Rio Grande, RS) casada, a 11/1/1800, em Estreito, Rio Grande, RS, com João Ignacio Xavier (em Nossa Senhora do Desterro, SC), filho de João Ignacio de Medeiros e Bernarda Maria das Merces;

N.19- Joanna Coelho (15/1/1780, em Estreito, Rio Grande, RS);

N.20- Felipe Coelho (1º/5/1781, em Estreito, Rio Grande, RS);

N.21- Francisco Coelho (30/5/1783, em Estreito, Rio Grande, RS);

N.22- Ignacia Coelho (11/6/1785, em Estreito, Rio Grande, RS);

N.23- Porfirio Coelho (13/9/1787, em Estreito, Rio Grande, RS);

N.24- Paz Coelho (29/1/1790, em Estreito, Rio Grande, RS);

N.25- Violante Joaquina das Dores (8/1/1792, em Estreito, Rio Grande, RS-26/3/1830, em Porto Alegre, RS) casada, a 21/9/1813, às 20h, na Matriz de Sam Pedro, Rio Grande, RS, com Jozé Ferreira da Sylva (2/11/1791, em Porto Alegre, RS-), cabo de esquadra da Legião de Cavalaria de Rio Grande, filho do capitão João Ferreira da Sylva e Maria Izabel de Azevedo;

N.26- Porcina Coelho (10/1800, em Estreito, Rio Grande, RS).

F.5- Antonio da Roza da Sylveyra (6/1750, em Cedros, Horta, ilha do Faial, Açores-20/7/1750, em Cedros, Horta, ilha do Faial, Açores), sem descendentes;

F.6- Francisco da Roza da Sylveyra (30/6/1752, em Cedros, Horta, ilha do Faial, Açores);

F.7- Maria Ignacia de Jezus (2/7/1755, em Rio Grande, RS) casada com Manoel Martins de Carvalho (1720, na Sé Velha do Rio de Janeiro, RJ-26/3/1800, de "lombinhos na garganta", em Piratinim, Rio Grande, RS), filho de Antonio Martins de Carvalho e Vicencia Coelho de Nobrega, pais de:

N.27- Felix Joze Martins de Carvalho (12/7/1773, em Estreito, Rio Grande, RS-);

N.28- Jozé de Carvalho (22/7/1775, em Estreito, Rio Grande, RS);

N.29- Jozé Martins de Carvalho (16/8/1777, em Estreito, Rio Grande, RS) casado, a 20/6/1800, na Matriz de Sam Luiz, Mostardas, Rio Grande, RS, com Thereza Gomes (em Nossa Senhora do Desterro, SC-), filha de Manoel Gomes Moreira e Anna Maria de Jezus;

N.30- Luiza Maria dos Prazeres (25/7/1779, em Estreito, Rio Grande, RS) casada, a 9/2/1795, no oratório de São Francisco de Paula do Piratinim, Rio Grande, RS, com Joaquim Rodrigues de Carvalho (1760, em Rio Pardo, RS-15/11/1802, em São Francisco de Paula do Piratinim, RS), filho de Carlos Rodrigues de Carvalho e Tereza Maria de Jezus; Luiza Maria casou (2x), a 6/7/1803, no oratório de Nossa Senhora do Amparo, Rio Grande, RS, com Manoel Antonio Rolim (batizado a 25/5/1783, em Santo Antonio da Patrulha, RS), filho de Luiz Antonio Rolim e Floriana Esmeria de Escobar;

N.31- Maria Eugenia dos Prazeres (25/8/1781, em Estreito, Rio Grande, RS) casada com Joze Caetano Vieira (em São Jozé, SC-18/3/1853, em Herval, RS), filho de Francisco Caetano Vieira e Rosa Joaquina de Jezus;

N.32- Vicencia Joaquina (em Estreito, Rio Grande, RS) casada com Joaquim Antonio de Moraes (em Viamão, RS-), filho de Antonio Gavan de Moraes e Domingas Maria das Virgens;

N.33- Catharina Joaquina de Carvalho (em Estreito, Rio Grande, RS);

N.34- Francisco de Carvalho (10/12/1786, em Estreito, Rio Grande, RS);

N.35- Marianna de Carvalho (28/6/1789, em Estreito, Rio Grande, RS);

F.8- Anna Ignacia de Jezus (3/8/1759, em Rio Grande, RS) casada com Francisco Lopes de Souza (1º/6/1758, em Rio Grande, RS), filho de Joam Caetano de Souza e Joanna Maria da Ressureição, pais de:

N.36- Joaquina de Souza (batizada a 4/5/1777, na igreja de São Luiz, Mostardas, Rio Grande, RS);

N.37- Joaquim de Souza (4/11/1782, em Estreito, Rio Grande, RS);

F.9- Roza Maria de Jezus (8/2/1762, em Rio Grande, RS-22/11/1866, em Rio Grande, RS) casada, a 23/9/1779, às 11h, na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Estreito, Rio Grande, RS, com João Sylveira da Roza (1758, em Nossa Senhora do Rozario, Enseada do Brito, Palhoça, SC-26/12/1848, em São José do Norte, RS), filho de Manoel da Roza Pereyra e Maria Sylveira, pais de:

N.38- Delfina Maria de Jezus (30/7/1780, em Estreito, Rio Grande, RS) casada, a 3/7/1796, em Estreito, Rio Grande, RS, com Luiz de Faria Santos (10/8/1775, em Estreito, Rio Grande, RS), filho do tenente João de Faria Santos e Antonia Silveira;

N.39- João Severino Sylveira (27/8/1781, em Estreito, Rio Grande, RS), padre, proprietário de um oratório na estancia do Rincão Feliz, em Herval, RS;

N.40- Anna Sylveira da Roza (4/4/1783, em Estreito, Rio Grande, RS);

N.41- Vicente Sylveira dos Santos (batizado a 15/11/1784, na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Estreito, Rio Grande, RS) casado com Maria Angelica Borges; Vicente casou (2x). a 15/4/1833, às 11h, na capella curada de Patrocinio de São Joze, RS, com Maria Florencia Borges (11/2/1813, em Encruzilhada, RS), filha de João Borges Pereira e Florencia Maria do Sacramento;

N.42- Maria do Nascimento (em Estreito, Rio Grande, RS);

N.43- Manoel Sylveira dos Santos (8/5/1788, em Estreito, Rio Grande, RS);

N.44- Felicidade Sylveira dos Santos (7/7/1790, em Estreito, Rio Grande, RS) casada com Basilio Antonio de Oliveira;

N.45- Luiz Sylveira da Roza (9/2/1792, em Estreito, Rio Grande, RS) casado, a 7/1/1829, na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Estreito, Rio Grande, RS, com Felisbina Rodrigues Saraiva (em Estreito, RS), filha de Joaquim Rodrigues Saraiva e Joaquina Pereira Machado;

N.46- Francisco Ignacio da Sylveira (em Estreito, Rio Grande, RS) casado com Joaquina Maria de Jezus Gomes (batizada a 12/7/1785, em Estreito, Rio Grande, RS), filha de Joze Silveira Machado e Thereza Maria Gomes;

N.47- Gertrudes Sylveira da Roza (3/5/1794, em Estreito, Rio Grande, RS) casada com Hipolito Joze Fernandes dos Passos Filho (14/4/1808, em Rio Grande, RS), filho de Hipolito Joze Fernandez Pasos e Marianna Rodrigues de Araujo;

N.48- Felisberto Silveira da Roza (19/1/1796, em Estreito, Rio Grande, RS) casado com Rita Pereira Nunes, filha de Antonio Pereira Nunes e Genoveva Pereira Machado;

N.49- Maria Regina da Silveira (30/10/1797, em Estreito, Rio Grande, RS) casada com Joaquim Rodrigues Saraiva (8/10/1784, em Estreito, Rio Grande, RS-30/10/1847, em São José do Norte, RS), filho de Luiz Joze Ferreira Saraiva e Joaquina Rosa de Jezus, viúvo de Joaquina Pereira Machado;

N.50- Leocadia Amalia da Silveira (7/9/1800, em Estreito, Rio Grande, RS-22/11/1866, em Rio Grande, RS), Viscondessa de Jaguari, casada com Domigos de Castro Antiqueira (23/4/1763, em Viamão, RS-2/4/1852, em Pelotas, RS), Barão e Visconde de Jaguari, charqueador, filho de Joze de Castro Antiqueira e Maria da Conceição d'Avila, viúvo de Maria Joaquina de Castro, sem descendentes;

N.51- Roza Silveira da Roza (batizada a 15/5/1802, na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Estreito, Rio Grande, RS) casada com Sebastião Borges de Oliveira;

F.10- Francisca Ignacia de Jezus (1763, em Enseada do Brito, Palhoça, SC-17/4/1851, em Cerrito, Rio Grande, RS) casada, a 22/10/1781, às 9h, na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Estreito, Rio Grande, RS, com Manoel Gonsalves da Sylveira (2/6/1756, em Rio Grande, RS-24/8/1807, em Porto Alegre, RS), filho de Joseph Antonio da Sylveyra e Maria Ignacia Gonsalves Fernandes. Ver II-F.1.

IV – MANOEL D'AVILA MACHADO (em Nossa Senhora do Rozario, Velas, ilha de São George, Açores-16/3/1783, em Rio Grande, RS), filho de Antonio da Cunha Roza (em Rosais, Velas, ilha de São George, Açores), filho de João da Rosa e Barbara da Cunha, casado, a 18/7/1706, em Rosais, Velas, ilha de São George, Açores, com Maria d'Avila Machado (em Rosais, Velas, ilha de São George, Açores-em Rosais, Velas, Ilha de São George, Açores), filha de Manuel Gonsalves da Costa e Maria d'Avila Machado, casado, nos Açores, com **IZABEL MARIA TEIXEIRA** (em Santo Amaro, Velas, ilha de São George, Açores-9/12/1762, em Rio Grande, RS), filha de Miguel Teixeyra e Anna de Avila, pais de:

F.1- Jozeph d'Avila da Roza (batizado a 30/3/1755, na Matriz de Nossa Senhora do Desterro, SC-em Rio Grande, RS-), militar, casado, a 2/1/1777, às 8h, na Matriz de Sam Pedro, Rio Grande, RS, com Ignacia Pereyra (em Rio Grande, RS), filha de Jozeph Pereyra da Terra e Anna Maria, pais de:

N.1- Joze d'Avila (19/10/1779, em Rio Grande, RS-12/9/1802, de bexigas, em Rio Grande, RS), soldado da Legião da Cavalaria, solteiro, sem descendentes;

N.2- Maria d'Avila da Roza (3/8/1783, em Rio Grande, RS);

N.3- Luiz d'Avila da Roza (18/8/1785, em Rio Grande, RS) casado com Ana Tereza;

N.4- Francisca Ignacia d'Avila (27/10/1787, em Povo Novo, Rio Grande, RS) casada com Mateus Duarte de Faria (28/8/1778, em Ribeirinha, Horta, ilha do Fayal, Azores-27/7/1836, em Piratini, RS), filho de Manoel Duarte de Faria e Francisca Roza de Jezus;

N.5- Rozalia d'Avila (25/3/1790, em Povo Novo, Rio Grande, RS) casada com Verissimo da Roza Pinheiro (em Rio Grande, RS), filho de Thomaz da Roza Pinheiro e Thereza Maria Felicianna;

N.6- Maria Ignacia d'Avila (18/3/1792, em Rio Grande, RS-10/6/1845, em Taquarembo, Uruguay) casada, a 13/6/1805, na Matriz de Sam Pedro, Rio Grande, RS, com Antonio de Brum da Sylva (23/10/1785, em Rio Grande, RS-24/10/1840, em Taquarembo, Uruguay), filho de Thomaz de Brum da Sylva e Maria Roza da Sylveira;

N.7- Izabel d'Avila (1º/12/1792, em Rio Grande, RS) casada com Manoel Duarte da Silva (9/11/1787, em Povo Novo, Rio Grande, RS-17/6/1853, em Canguçu, RS), filho de Manoel Duarte de Faria e Francisca Roza de Jezus;

N.8- Joaquim d'Avila da Roza (batizado a 28/10/1794, em Rio Grande, RS);

N.9- Anna d'Avila da Roza (14/5/1797, em Rio Grande, RS-) casada, a 9/9/1813, em Rio Grande, RS, com Manoel de Brum da Sylva (26/4/1793, em Rio Grande, RS-11/7/1867, em Piratini, RS), filho de Thomaz de Brum da Sylva e Maria Roza da Sylveira;

N.10- Josefa d'Avila da Roza (batizada a 4/9/1801, em Rio Grande, RS);

N.11- Balbina d'Avila da Roza (batizada a 8/4/1804, no oratorio de Nossa Senhora da Conceição do Capão Grande, Rio Grande, RS).

F.2- Francisco d'Avila da Roza (4/12/1757, em Rio Grande, RS) casado, a 26/2/1783, na Matriz de São Pedro, Rio Grande, RS, com Maria Ignacia Gomes (em Rio Grande, RS), filha de João Ignacio Gomes e Jacinta Bernarda da Roza, pais de:

N.12- Joanna da Roza (3/5/1784, em Rio Grande, RS);

N.13- Leandro Roza (14/8/1786, em Rio Grande, RS);

N.14- Izabel Maria Ignacia D'Avila (7/10/1790, em Rio Grande, RS);

N.15- Francisco D'Avila (30/6/1792, em Rio Grande, RS);

N.16- Vicente D'Avila (22/1/1794, em Povo Novo, Rio Grande, RS);

N.17- Josefa D'Avila (26/6/1796, em Rio Grande, RS);

N.18- Joze D'Avila (12/10/1798, em Piratinim, Rio Grande, RS);

N.19- João D'Avila (9/7/1800, em Rio Grande, RS);

N.20- Lucidio D'Avila (batizado a 15/6/1802, no oratório da Fazenda do Espírito Santo, Rio Grande, RS);

F.3- Manoel d'Avila da Roza (11/7/1760, em Rio Grande, RS-28/3/1844, em Piratini, RS) casado, a 14/2/1787, em Rio Grande, RS, com Francisca de Paula da Silva (em Colonia do Sacramento, Portugal-31/5/1845, em Piratini, RS), filha de Joze Gonsalo Dias Chaves e Maria Rodrigues da Silva, pais de:

N.21- Manoel D'Avila Silva (22/1/1788, em Rio Grande, RS);

N.22- Francisca Leocadia Avila da Silva (2/9/1789, em Povo Novo, Rio Grande, RS);

N.23- Maria Joaquina da Silva (19/9/1791, em Rio Grande, RS-) casada, a 20/11/1803, no oratório de Nossa Senhora da Conceição do Capão Grande, Rio Grande, RS, com Joze Joaquim (em Santa Anna da Villa Nova, Laguna, SC-), filho de Pedro Joze e Anna Maria;

N.24- Antonio D'Avila (6/7/1793, em Povo Novo, Rio Grande, RS);

N.25- Jenoveva Margarida D'Avila (1º/2/1795, em Rio Grande, RS);

N.26- Pio Antonio D'Avila (13/9/1796, em Rio Grande, RS);

N.27- Francisco Antonio D'Avila (em Rio Grande, RS);

N.28- Severino D'Avila Silva (5/5/1801, em Capão Grande, Rio Grande, RS);

N.29- Delfina D'Avila (16/2/1803, em Capão Grande, Rio Grande, RS).

F.3- MANOEL casou (2x), em Rio Grande, RS, com **ROZA MARIA DIAS** (10/2/1734, em Lajes, praia da Vitoria, ilha Terceira, Açores), filha de Antonio Dias de Oliveira e Maria de Jezus do Espírito Santo, pais de:

F.4- Francisco Antonio Jozeph D'Avila (em Rio Grande, RS-16/10/1810, em Arroio Grande, Rio Grande, RS), militar, casado, a 8/8/1792, às 9h, na Matriz de Sam Pedro, Rio Grande, RS, com Francisca Antonia de Sosa (15/9/1771, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata), filha de Manuel Geronimo de Souza Alvares e Roza Maria da Assunção de Souza Machado, pais de:

N.30- Francisco Antonio D'Avila (30/6/1792, em Rio Grande, RS-20/9/1837, a bordo do navio-prisão Presiganga, em Rio Grande, RS) casado com Anna

Francisca das Chagas (1799, em Rio Grande, RS-14/7/1865, em Jaguarão, RS), filha de Francisco das Chagas e Perpetua Felicia de Jezus Gularte;

N.31- Lino D'Avila (30/9/1793, em Rio Grande, RS);

N.32- Modesta D'Avila (1796, em Rio Grande, RS-31/7/1799, de maligna, em Rio Grande, RS), sem descendentes;

N.33- Arminda D'Avila (11/9/1798, em Rio Grande, RS-26/6/1809, em Arroio Grande, Rio Grande, RS), solteira, sem descendentes;

N.34- Francisca D'Avila (30/3/1800, em Rio Grande, RS);

N.35- Manoel D'Avila (batizado a 1º/4/1802, no Oratório Real de Nossa Senhora da Conceição do Serrito, Rio Grande, RS);

N.36- Sebastião D'Avila (16/9/1803, em Erval, Rio Grande, RS);

F.5- Roza Maria D'Avila (em Rio Grande, RS-15/3/1790, sepultada no campo, onde esteve o acampamento da "Expidição", por não poder ser conduzida a Matriz de Rio Grande, RS para onde foram transladados seus ossos a 26/12/1792) casada, a 3/10/1785, às 10h, na Matriz de Rio Grande, RS, com Francisco Jozeph Amaro da Sylveyra (11/8/1760, em Rio Grande, RS-em Herval, RS), filho de Amaro Jozeph da Sylveyra e Beatriz Maria do Rozario, pais de:

N.37- Izabel Maria D'Avila (19/11/1787, em Povo Novo, Rio Grande, RS);

F.6- Anna Maria D'Avila (em Rio Grande, RS-) casada, a 1º/12/1789, às 17h, na Matriz de Sam Pedro, Rio Grande, RS, com Jozeph Martins Coelho (em Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, SC-8/7/1831, em Pelotas, RS), filho de Manoel Martins Coelho e Maria Paula Espindola Bittencourt, pais de:

N.38- Anna Francisca Coelho (23/1/1791, em Povo Novo, Rio Grande, RS);

N.39- Hipolito Coelho (24/6/1793, em Rio Grande, RS);

N.40- Maria Coelho (6/10/1795, em Capão Grande, Rio Grande, RS);

N.41- Domingas Coelho (26/10/1797, em Rio Grande, RS);

F.7- Antonio D'Avila (em Rio Grande, RS-23/4/1855, em Rio Grande, RS) casado com Anna Francisca D'Avila (23/1/1791, em Rio Grande, RS-), filha de Jozeph Martins Coelho e Anna Maria D'Avila, pais de

N.42- Antonio d'Avila (30/4/1815, em Povo Novo, Rio Grande, RS);

N.43- Anna Francisca d'Avila (em Povo Novo, Rio Grande, RS);

N.44- Clarinda d'Avila (3/12/1819, em Povo Novo, Rio Grande, RS);

N.45- Boaventura d'Avila (14/3/1822, em Povo Novo, Rio Grande, RS);

N.46- Bernardina d'Avila (12/8/1823, em Povo Novo, Rio Grande, RS).

F.8- Maria Roza D'Avila (em Rio Grande, RS-) casada, a 2/9/1780, antes do sol se por, na villa de Sam Pedro, Rio Grande, RS, com João Sylveira Machado (em Rio Grande, RS-), filho de Manoel Machado Betancurt e Izabel Souza.

V – JERONYMO DE SOUZA (27/9/1725, em Topo, Calheta, ilha de São George, Açores-em Rio Grande, RS), filho de Manoel da Cunha Vieyra (6/6/1689, em Topo, Calheta, ilha de São George, Açores-) casado, a 17/1/1724, em Topo, Calheta, ilha de São George, Açores, com Maria Alvares (em Topo, Calheta, ilha de São George, Açores-1º/4/1774, em Topo, Calheta, Açores), filha de Antonio Luis de Borba e Barbara Goulart de Souza, casado com **IZABEL MARIA ALVARES** (em Topo, Calheta, ilha de São George, Açores-em Rio Grande, RS), filha de Antonio Alvares Teyxeyra e Agada Sylveyra, pais de:

F.1- Manoel de Souza (4/11/1744, em Nossa Senhora do Rozario, Topo, Calheta, ilha de São George, Açores);

F.2- Manoel Geronymo de Souza Alvares (21/1/1746, em Nossa Senhora do Rozario, Topo, Calheta, ilha de São George, Açores-1830, em Arroio Grande, Rio Grande, RS) casado com Roza Maria da Assumpção de Souza Machado (21/1/1752, em Ribeira Seca, Calheta, ilha de São George, Açores-1834, em Arroio Grande, Jaguarão), filha de João de Souza Pereyra e Anna Machado, pais de:

N.1- Maria Joaquina de la Asumpcion Sosa (25/3/1769, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata) casada, a 14/8/1791, no oratório do Povo Novo, Rio Grande, RS, com Amaro Jozeph Silveira (17/10/1726, em Norte Grande, Velas, ilha de Sam George, Açores-19/3/1793, em Rio Grande, RS), filho de Antonio Sylveira Machado e Theresa de Jezus Machado, viúvo de Beatriz do Rozario;

Maria Joaquina casou (2x), a 25/10/1798, às 9h, em Arroio Grande, Rio Grande, RS, com Ignacio Joze de Leivas (batizado a 30/6/1753, em Nossa Senhora do Desterro, SC), filho de Francisco de Leivas e Marianna Roza de Abreo;

N.2- Francisca Antonia de Sosa (15/9/1771, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata);

N.3- Joaquim de Souza (21/8/1773, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata);

N.4- Anna Maria de Sosa (29/3/1775, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata);

N.5- Felipa Josepha Sosa (1º/5/1776, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata) casada com Antonio Joze da Porciuncula (22/4/1770, em Estreito, Rio Grande, RS-), filho de Manoel Antonio da Sylveyra e Thereza Maria da Sylveyra Gularte. Ver I.N.8;

N.6- Anna Maria Sosa (31/10/1778, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata-) casada, a 20/10/1794, às 8h, na Matriz de São Pedro, Rio Grande, RS, com Joze Pereira Duarte (em Estreito, Rio Grande, RS-), filho de João Pereira Duarte e Anna de Medeiros;

N.7- Izabel de Souza Alvares (23/9/1780, em Rio Grande, RS);

N.8- Laureana Bernarda de Souza Alvares (15/10/1782, em Rio Grande, RS) casada com Francisco Xaves (1768, em Viamão, RS-25/9/1806, em Arroio Grande, Rio Grande, RS), filho de Joze Francisco Xaves e Anna Maria do Rozario;

N.9- Jozeph de Souza Alvares (22/12/1783, em Rio Grande, RS);

N.10- Valerio de Souza Alvares (15/12/1785, em Rio Grande, RS-1806, de um balaço que atravessou seu peito, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata), solteiro, sem descendentes;

N.11- Maximiano de Souza (21/8/1787, em Povo Novo, Rio Grande, RS);

N.12- João de Souza (27/12/1788, em Rio Grande, RS);

N.13- Emiliana de Souza (19/6/1790, em Rio Grande, RS);

N.14- Severiano de Souza (4/8/1792, em Povo Novo, Rio Grande, RS-15/7/1799, de maligna, na guarda do Erval, Rio Grande, RS), sem descendentes;

N.15- Eleuterio de Souza (7/4/1794, em Povo Novo, Rio Grande, RS).

F.3- Maria (26/11/1748, em Nossa Senhora do Rozario, Topo, Calheta, ilha de São George, Açores-em Nossa Senhora do Rozario, Topo, Calheta, Ilha de São George, Açores), sem descendentes;

F.4- Maria de Souza Alvares (16/2/1751, em Nossa Senhora do Rozario, Topo, Calheta, ilha de São George, Açores) casada, a 20/1/1772, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata, com Antonio de Souza Cardoso (3/5/1722, em Ribeira Seca, Calheta, ilha de São George, Açores), filho de Damian Cardoso e Luzia de Sousa Goulart, pais de:

N.16- Jozeph de Sosa (14/8/1771, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata);

N.17- Maria de Sosa (1773, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata-4/1773, em San Carlos, Vice-reinado do Rio da Prata), sem descendentes;

N.18- Antonia de Sosa (13/6/1774, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata-18/11/1858, em Inmaculada Concepcion, Quilmes, Buenos Aires, Argentina);

N.19- Manuel Francisco de Sosa (24/12/1777, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata);

N.20- Josepha (18/6/1779, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata-1779, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata), sem descendentes.

F.5- Jozeph Geronymo de Sosa (1º/2/1754, em Nossa Senhora do Rozario, Topo, Calheta, ilha de São George, Açores-16/11/1810, "violentamente muer-

to por um esclavo suyo em su propia estancia", em Santa Thereza, Rocha, Vice-reinado do Rio da Prata) casado, a 4/4/1777, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata, com Theodora Fernandes de Souza (4/9/1759, em Rio Grande, RS), filha de Manoel Fernandes de Souza e Catharina Ignacia de Jezus Gomes Pereyra, pais de:

N.21- Maria Micaela Sosa Fernandez (29/9/1777, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata) casada, em 1808, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata, com José Inchausti (em Vizcaya, Espanha-), filho de José Inchausti e Maria Bárbara Olondo.

F.6- Anna Maria de Souza Alvares (24/10/1757, em Rio Grande, RS-) casada, em 1772, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata, com Manuel de Souza Machado (3/6/1746, em Ribeira Seca, Calheta, ilha de São George, Açores-em San Carlos, Maldonado, Uruguay), filho de João de Souza Pereyra e Anna Machado, pais de:

N.22- Joaquim de Sosa de Sosa (14/8/1873, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata);

N.23- Pedro José de Sosa de Sosa (2/7/1775, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata);

N.24- Maria Jacinta de Sosa de Sosa (17/9/1776, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata-14/3/1782, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata), sem descendentes;

N.25- Ramão de Souza Machado (1º/9/1778, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata);

N.26- Felipe Sosa Sosa (7/1779, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata-8/5/1780, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata), sem descendentes;

N.27- Izabel Sosa (3/4/1780, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata);

N.28- Thomas Sosa (18/9/1782, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata) casado, a 22/10/1812, na igreja de Nuestra Señora del Pilar e de San Rafael del Cerro Largo, Vice-reinado do Rio da Prata, com Maria Montiel (em Canelon, Vice-reinado do Rio da Prata), filha de Francisco Montiel e Anastasia de La Veja, sem descendentes;

N.29- Manoel Sosa (19/7/1784, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata-1794, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata), sem descendentes;

N.30- Juan Antonio Sosa de Sosa (5/5/1786, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata);

N.31- Josefa de Sosa (18/3/1788, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata-1788, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata), sem descendentes;

N.32- Francisco de Sosa (22/2/1789, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata-1789, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata, sem descendentes;

N.33- Maria de Sosa (29/7/1790, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata);

N.34- Francisco Bernardino de Sosa (6/10/1792, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata).

F.7- Domingos de Souza Alvares (27/5/1760, em Rio Grande, RS-em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata);

F.8- Joaquim de Souza (27/5/1760, em Rio Grande, RS-em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata) casado, a 5/4/1799, em Santa Teresa, Rocha, Vice-reinado do Rio da Prata, com Bernardina do Rozario dos Santos (3/10/1760, em Rio Grande, RS-em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata), filha de Jozeph dos Santos e Anna de Souza, viúva de Ignacio Méndez;

F.9- Jacinto de Souza (31/8/1762, em Rio Grande, RS-em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata);

F.10- Juan de Sosa (1764, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata-) casado, em 1787, em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata, com Maria Mercedes Correa (em San Carlos, Maldonado, Vice-reinado do Rio da Prata-), filha de Francisco Correa Hurtado e Maria Almada, pais de:

N.35- Manuel Mariano Sosa (8/12/1788, em San Carlos, Maldonado, Vice -reinado do Rio da Prata).

É descendente desta família Irineu Evangelista de Souza e Maria Joaquina de Souza Machado, Barões e Viscondes de Mauá, e Maria Carolina Evangelista de Souza, Baronesa de Ibirá-Mirim.

Referências

Arquivo da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, pelo site familysearch.org.

Livros de Batismos, Matrimônios e Óbitos de Rio Grande, Estreito, Povo Novo, Mostardas e São José do Norte.

Livros de Batismos de San Carlos, Maldonado, Uruguai.

Direção Regional da Cultura. Centro de Conhecimento dos Açores.

Registros Paroquiais. Disponível em http://www,culturacores.azores.gov.pt/ig/Default.aspx

TRISTÃO JOSÉ DE FRAGA: UM ILUSTRE PARENTE AÇORIANO VIAMONENSE

Valter Fraga Nunes[1]

A família Fraga é uma das mais tradicionais de Viamão, vinda do Arquipélago dos Açores, com escala em Santa Catarina, e, atualmente, apresenta uma densidade familiar bastante expressiva.

Embora seja bastante complicado saber exatamente a origem dos sobrenomes de famílias, Costa (2012, p. 15) coloca que "os Fragas" seriam originários da cidade de Fraga, da província de Huesca, localizada no Nordeste da Espanha, de onde se espalharam até Portugal. Etimologicamente, o termo "Fraga" está relacionado com formação rochosa, penhasco, escarpa e até pedregulho (COSTA, 2012, p. 19).

A presença da família Fraga em Viamão vem do ramo de Martinho de Fraga, nascido na ilha Terceira, filho de Francisco de Fraga Coelho e Francisca Mariana, todos naturais da mesma ilha. Martinho de Fraga era lavrador, especialmente de trigo, e pagava com parte de sua produção o imposto anual ao Tesouro Real. Devido a uma sequência de anos de esterilidade das terras, que impediu safras suficientes para o pagamento, levando ao endividamento e posterior apreensão de todos os seus bens, em carta ao Rei D. João V, seu pai (Francisco de Fraga Coelho), solicitou a aprovação para que este viesse ao Brasil, por não possuir mais nada na ilha. (PIAZZA, 1992 apud ROCHA; VIEIRA, 2017, p. 80).

Martinho de Fraga chega entre 1748 e 1753 na Ilha de Santa Catarina (Também chamada de Ilha do Desterro, atual Florianópolis), onde fixa residência e constitui matrimônio com Francisca Mariana de Jesus, natural também da ilha Terceira. Tiveram cinco filhos, todos catarinenses.

O primogênito, Simão José de Fraga, nasceu em 1754 e casou-se em 1770 com Jacinta Clara do Sacramento, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa/SC. No Desterro tiveram 11 filhos. Em data incerta, mas entre 1817 e 1819, Simão vem com a família para a re-

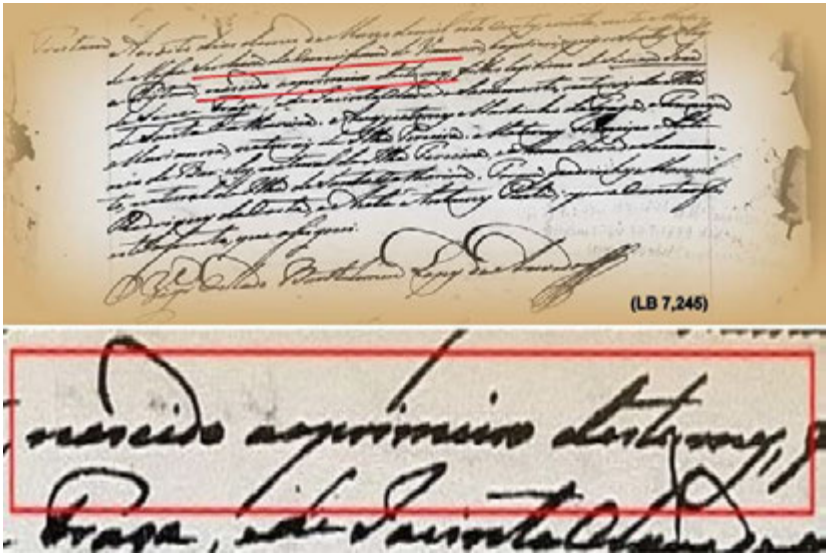
1 Biólogo, mestre em Botânica. pesquisador sobre Tropeirismo. Viamão/RS.

gião de Itapuã, na freguesia de Viamão/RS, onde tiveram seu último filho, Tristão José de Fraga, personagem que se destacou, principalmente na segunda metade do século XIX, por sua notória vida pública.

É bem provável que a maioria dos Fragas de Viamão tenham como ancestral comum, Simão José de Fraga.

Tristão José de Fraga, nasceu em 1º de março de 1820, e batizado em 08 de março do mesmo ano, na Capela Nossa Senhora da Conceição de Viamão (TRISTÃO, 2013).

Figura 1 – Assento de Batismo de Tristão José de Fraga



Fonte: Famílias Cardoso da Silva e Vieira de Aguiar, de Viamão. Disponível em: http://familiascardosoevieira.blogspot.com/2013/06/tristao-jose-de-fraga-e-maria-carolina.html

Não se tem informações sobre suas atividades quando moço, mas ao longo de sua vida assumiu diversas funções, várias de relevância pública.

Possivelmente iniciou com as lidas campeiras que aprendeu com seu pai Simão, posteriormente estancieiro, proprietário da Fazenda Itapuã. Como criador de gado bovino, comercializava e levava os animais ao seu destino como tropeiro.

> [...] De acordo com pesquisa de Anita Martins Fraga "Em crônicas da família de Tristão José de Fraga", consta que a região da Capital do Rio Grande do Sul, onde compreende hoje o Shopping Praia de Belas, nas adjacências do Arroio Ipiranga (hoje bastante alterado,

> retilíneo e judiado!), ali, Tristão costumava encurralar sua tropa de gado vacum em pequenos grupos, 'piquetes' como diziam os tropeiros. Eram potreiros para contagem e pernoite do gado, sob vigias e rondas que cuidavam do gado para não se extraviar ou ser roubado. Encurralava-se também nas mediações das várzeas do Bom Fim. E o caminho da Bento Gonçalves era trilhado pelas tropas de Fraga, para Viamão, onde ele negociava sua tropa (ALVES, 2015, p. 245).

Casou-se em primeiro matrimônio com Maria Carolina da Silva, em 10 de julho de 1841 e tiveram 12 filhos. Ficou viúvo em 25 de maio de 1883 e casou-se novamente com Isabel Carolina de Fraga Bom. Deste consorcio não deixaram descendentes.

Com uma vida pública intensa, Tristão José de Fraga foi Delegado de Polícia do Distrito Norte de Viamão por 14 anos. Recebeu conforme Lei nº 602, de 19 de agosto 1850, a nomeação de Alferes Cirurgião da 3ª Sessão de Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional, sendo promovido, posteriormente, a posto de Coronel da Guarda Nacional, por sua competência e bravura no final do conflito dos Muckers, que ocorreu no Rincão do Ferrabrás, hoje município de Sapiranga/RS. Com a instalação da Intendência, após a Proclamação da República em 1889, e de acordo com a Constituição de 1891, Tristão José de Fraga foi eleito pela maioria dos votos, como primeiro Intendente da Vila de Viamão (COSTA, 1991, p. 150-153; COSTA, 2008, p. 410).

Atuou nos diversos segmentos da sociedade viamonense, destacando a doação de parte de sua Fazenda Itapuã, para o erguimento da Igreja Nossa Senhora dos Navegantes, cemitério adjacente e escolas (COSTA, 1991, p. 156). Fundou duas lojas Maçônicas: "Luz de Itapuã", em 22 de novembro de 1877, extinta antes de 1884; e "Conciliação", fundada em 1 de setembro de 1884, localizada na sede da Vila de Viamão, onde foi aclamado pelos serviços prestados à Irmandade, o primeiro Venerável Mestre (DIENSTBACH, 1993, p. 756-757).

Após cumprir o período de Intendência, retornou para a vida rural em sua Fazenda Itapuã, estimulando a produção de farinha de mandioca, arroz, cachaça, sabão em pedra e outros produtos que ficaram famosos e exportados, inclusive para a Alemanha (COSTA, 1991, p. 155-156).

Faleceu em 11 de março de 1898, aos 78 anos, de arteriosclerose, quando residente na cidade de Porto Alegre. Foi sepultado no Cemitério da Santa Casa, no bairro Azenha (FRAGA, 2013).

A memória de Tristão José de Fraga se perpetua até hoje, lembrado

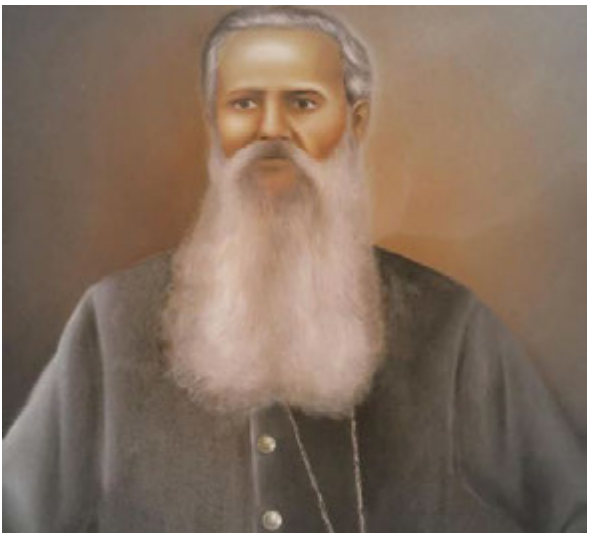
em nome de rua, patronos de diversas entidades e nome de uma loja Maçônica em Viamão, "Coronel Tristão José de Fraga", fundada em 09 de novembro de 1996, sob o nº 381, localizada na Vila Cecília.

Para finalizar, cito a impressão de Adonis dos Santos, deste meu ilustre tio-trisavô:

> O nome deste Ilustre viamonense se nos apresenta de forma grandiosa e expressiva, visto que o Cel. Tristão José de Fraga, foi no passado, um vulto inconfundível da história deste Viamão, já pela sua descendência tradicional de uma família ilustre dentre as mais ilustres, já pela sua atuação de homem público e político que deixou rastos luminosos nos anais memorativos de uma tradição inesquecível [...].
>
> [...] Tristão Fraga, possuidor de um gênio afável e do mais idôneo caráter, foi gaúcho da mais rígida têmpera, cuja palavra empenhada constituía um legítimo penhor de compromisso irretratável [...] (SANTOS, 1965, p 165).

Agradeço a Eliani Guimarães Vieira, ao Diego de Leão Pufal e ao Luiz Antônio Alves, pelo compartilhamento de fontes.

Figura 2 – Retrato a óleo de Tristão José de Fraga



Fonte: Famílias Cardoso da Silva e Vieira de Aguiar, de Viamão. Disponível em: http://familiascardosoevieira.blogspot.com/2013/06/tristao-jose-de-fraga-e-maria-carolina.html

Referências

ALVES, Luiz Antônio. *Memorial Açoriano*. Caxias do Sul: Ed. do Autor, 2015, tomo 57.

COSTA, Maria Fraga Dorneles da. *Viamão:* berço da colonização Gaúcha. Porto Alegre: Alcance, 1991.

COSTA, Maria Fraga Dorneles da. Intendente Coronel Tristão José de Fraga. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). *Raízes de Viamão*. Porto Alegre: EST, 2008.

COSTA, Maria Fraga Dorneles da. *Os Fragas*: a saga de uma família. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

DIENSTBACH, Carlos. *A Maçonaria Gaúcha*. Londrina: A Trolha Ltda, 1993.

ROCHA, Jaime de Abreu; VIEIRA, Eliani Guimarães. *Genealogia de famílias viamonenses*: famílias Abreu e Fraga. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

SANTOS, Adonis dos. *História de Viamão*. Porto Alegre: Gráfica Rogilma, 1965.

Sites

FAMÍLIA Fraga, de Viamão. 24 de abril de 2013. Blog: Genealogia, História e Estórias. Disponível em: http://antigualhasdefamilia.blogspot.com/2013/04/familia-fraga-de-viamao.html. Acesso em: 07 de abr. 2023.

TRISTÃO José de Fraga e Maria Carolina Cardoso. Viamão, 16 de jun. de 2013. Facebook: Famílias Cardoso da Silva e Vieira de Aguiar, de Viamão. Disponível em: http://familiascardosoevieira.blogspot.com/2013/06/tristao-jose-de-fraga-e-maria-carolina.html. Acesso em: 03 de abr. de 2023.

O PADRE THOMÉ LUÍS DE SOUZA: UM ILUSTRE FILHO DE AÇORIANO

Diego de Leão Pufal[1]
Katia Maria Matusiak[2]

O Padre Thomé Luís de Souza nasceu a 21 de dezembro de 1770, na então Colônia do Sacramento, à época pertencente a Portugal (hoje ao Uruguai), e faleceu a 15/12/1858, em Porto Alegre, filho do cirurgião-licenciado Mateus de Souza e de Josefa Maria.

Mateus de Souza nasceu na *freguesia de São Pedro*,[3] na ilha de São Miguel nos Açores em meados de 1730-1740 e foi um dos primeiros médicos da Colônia, no Uruguai, e faleceu a 10/5/1790 em Porto Alegre. Mateus foi filho de Antônio de Souza e Joana Martins, e casou-se a 9/9/1760, na Colônia, com Josefa Maria, ali nascida a 1º/12/1741 e falecida a 10/4/1779 em Porto Alegre, filha de Domingos Dias Chaves (nascido em Chaves, Braga, Portugal) e de Mariana de Jesus (nascida em Lisboa).

O casal de Mateus e Josefa Maria teve oito filhos (PUFAL et. al., 2022, p. 506-508), os sete primeiros nascidos na Colônia e o último, na cidade do Rio de Janeiro, em 1778, mudança justificada pela tomada dos espanhóis no ano de 1777. No ano seguinte, isto é, em 1779, a família já estava em Porto Alegre, quando a matriarca ali faleceu.

Thomé permaneceu possivelmente no Rio de Janeiro, pois fez seus estudos no Seminário São José, daquela cidade, onde a 21/5/1796 foi ordenado por D. José Justiniano Mascarenhas Castelo Branco (RUPERT, 1994, p. 53 e 1998, p. 36). Logo após, mudou-se para o sul do país, onde foi professor de latim durante trinta anos, cônego honorário em 23/10/1823 e examinador sinodal. Em 4/12/1840 tornou-se arcipres-

1 Genealogista. Sócio Correspondente do IHGRGS, sócio do Colégio Brasileiro de Genealogia e do Instituto de Genealogia de SC. Analista Jurídico do TJSC. Imbituba/SC.
2 Arquivista e cirurgiã-dentista. Trabalha na Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (AFPERGS). Porto Alegre/RS.
3 Há quatro igrejas de São Pedro na ilha de São Miguel.

te[4] de Porto Alegre. Em 26/2/1833 assumiu sua jurisdição de Vigário da Vara, em substituição ao Vigário-geral Antônio Vieira da Soledade, e nos dizeres de Rupert (1994, p. 95), o Pe. Thomé é considerado a *pérola do clero porto-alegrense,* cujo autor continua (1998, p. 36):

> Tendo sido restabelecida a Vigaria Geral da Província, a 12/10/1843 foi o Cônego Thomé nomeado Vigário Geral, depois, a 30/1/1846, também Visitador Perpétuo da Província. Distinguiu-se na paróquia por uma vida ilibada e cheia de caridade. Em 1842 recebeu cordialmente os dois primeiros jesuítas expulsos da Argentina e os acolheu na própria casa, como fez com os três seguintes. D. Feliciano ao tomar posse conservou-o como Vigário Geral e Pároco da Sé. Morreu nos cargos que tinha, a 15 de dezembro de 1858, aos 88 anos de idade, com fama de predestinado.

O Pe. Thomé foi quem benzeu o templo da paróquia de N. Sra. do Rosário, em Porto Alegre, a 6/10/1827, oportunidade em que transladada a imagem da mesma ssanta da matriz para a nova capela. Enquanto Vigário-geral, ele confirmou a paróquia de Santa Maria/RS e criou a Comarca eclesiástica dali, em 12/3/1844, assim como a de Bagé, em 5/6/1846. Provisionou, ainda, o primeiro padre de Passo Fundo em 13/12/1847, criou o curato de Soledade, em 1845, autorizou a ereção da Capela de Santo Antônio, em Palmeira das Missões, em 1850, afora outras providências congêneres.

Além do legado religioso do Pe. Thomé, em especial enquanto Vigário-Geral da Província do Rio Grande do Sul, foi professor de latim por longas três décadas. Nesse sentido, o primeiro cronista de Porto Alegre, Antônio Álvares Pereira Coruja (1996, p. 83-85), escreveu a seu respeito:

> **Aula de latim do padre Thomé –** O padre Thomé era homem tão modesto em suas palavras e ações, que sendo cônego e comendador da Ordem de Cristo, nos atestados por ele escritos e assinados, contentava-se em escrever simplesmente Thomé Luís de Souza, Presbítero secular do hábito de São Pedro, e nada mais, nem mesmo um et cetera.
>
> Nunca de sua boca saiu anedota a respeito de alguém; e quando alguma coisa tinha de acrescentar ao dito de outrem, levava à cabeça o dedo polegar dizendo – e até... etc. Suas virtudes eram tão reconhecidas e respeitadas por seus prelados, que, no espaço de

4 Presbítero mais antigo, idoso, que aconselhava e assistia o governo da diocese.

> 22 anos, que tantos vão de 1836, em que morreu Soledade, até 1858 de seu falecimento, nem o bispo Dom Manoel, conde de Irajá, nem o bispo Dom Feliciano se lembraram de pôr em concurso a igreja de Nossa Senhora Madre de Deus que ele paroquiava como encomendado: em seu enterro, o clero, as irmandades e o povo, todos lacrimosos, disputavam o direito de o conduzir a mão até o cemitério extramuros; e até eu lá estivesse, teria sido também um dos disputantes, e até na assembleia provincial houve uma voz que apregoou ter ele morrido em cheiro de santidade! [...]
>
> Na casa em que morava na Rua da Igreja, entre a Praça e a Rua Clara, do lado dos números pares, tinha por vizinhos os seus próximos parentes, marechal José Inácio da Silva e o cirurgião-mor Antônio Cabral de Melo (pai do doutor Américo), e mais adiante nas casas do Vigário velho (José Inácio dos Santos Pereira) seu tio e o coronel Manoel José Dias Chaves [...].
>
> De seus primeiros discípulos poucas são as tradições que tenho; sei todavia que com ele apreenderam o finado bispo Dom Feliciano, doutor Américo Cabral de Melo, Visconde do Rio Grande, padre Francisco de Paula Batista e José Custódio Teixeira [...].
>
> A aula do padre Thomé podia dividir-se em três sessões: a primeira preparatória; a segunda, disciplinar; e a terceira, a aula propriamente dita [...].

O Dr. Sebastião Leão, Coruja Filho, em nota do dia 15/9/1800, assinalou que neste dia foi inaugurada a aula de latim do Padre Thomé, conforme uma nota biográfica de Araújo Porto Alegre, enquanto a 15/10/1803, o Presidente da Província do Rio Grande do Sul, por provisão, transformou em aula régia pública a escola particular de Latim em questão (LEÃO, 1962, p. 284 e 336).

Ao lado disso, Pe. Thomé foi também deputado provincial e exerceu a presidência da Mesa na sessão legislativa de 1837 e, após, retornou à Assembleia Provincial nas legislaturas de 1846-1847 e 1848-1849, quando tornou a ser o seu presidente (COSTA FRANCO, 2010, p. 200). Integrou, ainda, a Irmandade da Santa Casa de Porto Alegre, onde prestou compromisso em 4/8/1844 e, no ano seguinte, a 25/3/1845, foi agraciado com o grau de Comendador.[5]

Dentre as muitas funções e dos vários títulos sacerdotais e políticos que o Padre Thomé somou na sua trajetória junto à Instituição Igre-

5 ARQUIVO NACIONAL, SIAN. Ordens honoríficas, doc. BR RJANRIO 69.CAI.OCR.7872348.

ja Católica, na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, há um destaque ainda para a sua presença como figura-chave no primeiro período histórico da constituição da Irmandade de Nossa Senhora das Dores, bem como da construção da Igreja de Nossa Senhora das Dores autônoma da Matriz Nossa Senhora Madre de Deus, em Porto Alegre.

Já no ano de 1799, a Irmandade mandava celebrar missas à sua padroeira, Nossa Senhora das Dores, pela imagem que havia em um altar lateral da Igreja Matriz Nossa Senhora Madre de Deus. Em 1801, foi eleita a primeira Mesa Administrativa da Irmandade com os membros fundadores desta, onde o Padre Thomé já estava presente.

No dia 02 de fevereiro de 1807 foi colocada a pedra fundamental da futura Igreja Nossa Senhora das Dores num terreno em declive entre as Ruas do Cotovelo ou Arroio (hoje Riachuelo) e a Rua da Praia (ou Rua dos Andradas, desde 1865), num promontório que se estendia para dentro das águas do "Rio Guaíba". A primeira parte da obra estava concluída no início de 1813, e, em 23 de junho do mesmo ano realizou-se a translação da imagem da Nossa Senhora das Dores para a nova Capela.

A influência da Irmandade nos círculos governamentais resultou na posse dos terrenos devolutos de ambos os lados da Capela, entre esta e as atuais Ruas Bento Martins e a Gal. Canabarro, conseguindo a "Carta de Título" das terras em 1822. O Governo da Província, porém, em carta inicial de 20 de junho de 1826 ao Prior da Irmandade, exigiu de volta a parte voltada para a Rua Bento Martins para o assentamento do "Trem Nacional desta Cidade", que consistia na construção do Arsenal de Guerra, hoje denominado "Estabelecimento Regional da Material de Intendência da Terceira Região Militar".

Pelo chamado Indulto Apostólico, de 11 de fevereiro de 1819, na pessoa do Frey Estevão Antomarcho, Vigário Geral Apostólico da Ordem dos Servos de Maria, foi concedido ao Cônego Thomé Luiz de Souza a licença de fundar uma "Congregação de Terceiros e Terceiras", segundo a qual os membros procuram viver como cristãos buscando a perfeição conforme a Ordem (Primeira) dos Padres Servitas. Só em 1824 o indulto foi executado, configurando o primeiro grupo admitido à profissão e recepção do Hábito da Nova Ordem, sendo escolhido pela a importante função de direção espiritual dos irmãos professos como Comissário Geral da Ordem Terceira, o Cônego Thomé Luiz de Souza, membro fundador da Irmandade.

Aos 24 de outubro de 1832, em Decreto Imperial, a Paróquia de Nos-

sa Senhora Madre de Deus, única até então em Porto Alegre, foi dividida em três freguesias, sendo elas; a de N. S. Madre de Deus, a de N. S. das Dores e a de N. S. do Rosário, mas não houve nomeação de outro vigário para a paróquia das Dores. E um motivo teve o parecer do Conselho de Estado não removendo o Padre Thomé de suas funções de auxílio à pobreza junto da Igreja das Dores, ali permanecendo ainda por 26 anos.

Em 1833, a construção da Capela primitiva já se concluía, iniciando uma escadaria para a Rua da Praia. Em 1846, a Igreja N. S. das Dores ainda era uma modesta Igreja, tendo recebido do Presidente da Província de então, o Conde de Caxias, em relatório da Assembleia Provincial de 1º de março desse ano, a quantia de quatro contos de réis que possibilitou levantar fortes alicerces e grossas paredes.

Há registros de outubro de 1824 da contribuição voluntária dos membros da Ordem Terceira de Maria para a construção e conservação de um hospital aos irmãos pobres, que teve inauguração em 1857, concretizando-se com isso uma das finalidades da "Ordem Terceira das Sete Dores de Maria Virgem", conforme seu Compromisso ou Estatuto. Mas sem recursos necessários ao custeio, manteve-se fechado. As instalações talvez tenham sido usadas para soldados enfermos da Guerra do Paraguai, pelo ano de 1865, segundo um pedido do Presidente da Província.

Thomé Luiz de Souza trabalhou nas Igrejas Nossa Senhora Madre de Deus e Nossa Senhora das Dores até poucos meses antes de falecer.

Figura 1 – Thomé Luís de Souza

Fonte: acervo do CHC Santa Casa de Porto Alegre.

Meses antes de falecer, ele fez seu testamento, lavrado a 25/7/1857,[6] pelo qual, além de outras providências, exigiu que seu funeral e enterro fossem *feitos com decencia porem sem ostentação*; pediu que se rezassem vinte missas por sua alma e dez para a de seus pais; libertou a escrava Álvara e instituiu como herdeiras as sobrinhas Emília Mathilde Flores Cardia, Mariana Amélia de Souza, Ana Elísia Cardia, Teresa de Jesus Cardia e Justa Justiniana de Souza. Os bens deixados pelo Pe. Thomé

6 APERS. Inventário *post-mortem* n. 234, do ano de 1859, Comarca de Porto Alegre.

podem ser resumidos a alguns poucos móveis e trastes de casa, à metade de uma casa onde residia, na rua da Igreja, com duas janelas e um corredor, a terça parte de um terreno de 70 palmos, sito na mesma rua e a referida escrava.

Faleceu na Santa Casa de Porto Alegre, aos 88 anos, residente na rua da Igreja, de velhice e foi sepultado no dia seguinte, aos 15/12/1858, em sepultura especial na entrada do cemitério da mesma Instituição, conforme consta no seu registro de óbito.[7] Porém, conforme o historiador Moacyr Flores, no introito do livro *Africanos na Santa Casa de Porto Alegre* (2007, p. 19), "No dia de Finados de 1863, a Irmandade da Misericórdia realizou com pompa uma procissão com os restos mortais dos Irmãos e as cinzas do cônego Thomé Luís de Souza, que estavam em urnas na Capela Nosso Senhor dos Passos, para a capela construída no Cemitério".

A história do pai do Padre Thomé, Mateus de Souza, pouco se sabe. Apenas tem-se conhecimento que foi um imigrante açoriano, da ilha de São Miguel, com acentuada condição, por ter sido cirurgião-licenciado, ocupação para poucos e que exigia conhecimento em várias áreas. Teve uma vida relativamente curta e infelizmente não foi possível, por ora, tentar reconstruir um pouco de sua trajetória, por falta de documentação.

Não obstante, o filho, o Padre Thomé Luís, deixou conhecido e significativo legado nas áreas religiosas, de ensino, administrativa e política. Foi um educador de latim e, como tal, professor de outras tantas personalidades gaúchas e porto-alegrenses, como Coruja nos deixou escrito. Nessa linha, também anotou o historiador Sérgio da Costa Franco (1998, p. 394), ao afirmar que o Padre, após ser ordenado em 1796, voltou a Porto Alegre, e

> [...] nunca mais abandonou a cidade, onde se fez professor de várias gerações e um venerado pastor em sua paróquia de N. Sa. da Madre de Deus. Em 1841, quando a Cúria Diocesana do Rio de Janeiro determinou a abertura de concurso para provimento do cargo de Vigário daquela Matriz, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, moção no sentido de sustar tal concurso, pedindo mais, 'tanto ao Presidente da Província como ao Governo e Bispo, diretamente, que, sendo possível, seja a cadeira de Vigário da Matriz desta cidade provida sem concurso na pessoa do dito Cônego Thomé Luiz de Souza'.

7 CHC Santa Casa, Livro de Óbitos de Livres, n. 4, reg. 5738.

A recordação ainda mais presente do Padre Thomé Luís de Souza, passados mais de 150 anos de seu falecimento, é o nome de uma rua em Porto Alegre com o seu nome. Como escreveu Costa Franco (1998, p. 394), uma praça formada em frente da igreja de N. Sra. das Dores recebeu em 1873 o nome de Praça Padre Thomé, mas em razão de posteriores reformas, passou-se a chamar-se Avenida Padre Thomé, por decreto de 1931.

Referências

CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA DE PORTO ALEGRE. *Africanos na Santa Casa de Porto Alegre*: óbitos dos escravos sepultados no cemitério da Santa Casa (1850-1885). Porto Alegre: EST, 2007.

CORUJA, Antônio Álvares Pereira, 1806-1889. *Antigualhas:* reminiscências de Porto Alegre. Organização e notas de Sérgio da Costa Franco. Porto Alegre: EU; Porto Alegre, 1996.

COSTA FRANCO, Sérgio da. *Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937)*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010.

COSTA FRANCO, Sérgio da. *Porto Alegre:* guia histórico. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

LEÃO, Dr. Sebastião (Coruja Filho). *Datas Rio-Grandenses*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1962.

MATUSIAK, Katia Maria. *Padre Thomé Luiz de Souza:* a importância dos arquivos para a reconstrução da biografia de uma autoridade eclesiástica. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – UFRGS, Porto Alegre, 2016, disponível em https://lume.ufrgs.br

PAPEN, C. J. *Igreja da Nossa Senhora das Dores*: resumo histórico. Porto Alegre: Planus Artes Gráficas, 1979. (Publicação da Paróquia das Dores).

PUFAL, Diego de Leão; MANGANELLI, Ernani Raupp e ROSA, Gilson Justino da. Famílias Açorianas em Porto Alegre: 1772-1822. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel; PUFAL, Diego de Leão; MANGANELLI, Ernani Raupp; ROSA, Gilson Justino da. (Org.). *Açorianos em Porto Alegre* (recurso eletrônico): história, genealogia e cultura. Porto Alegre: Evangraf, 2022. Disponível em https://www.chcsantacasa.org.br/servicos/publicacoes/?fbclid=IwAR14HktxjDqESTaCl_h2tcyk5o4hZ-jOu6mWyo4b7v__XadBokjG4MnMYR0

RAMOS, Maria Beatriz Cunha. *Igreja das Dores*: importância histórico-cultural para a cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: Pallotti, 1989.

RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul:* época colonial. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994, v. 1.

RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul:* época imperial (1822-1889). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, v. 2.

Fontes documentais e acervos

ARQUIVO DA IGREJA N. S. DAS DORES

Documentos V.O.T. Série A. Pastas 104 e 105.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Fundo Documental: Assuntos Religiosos, Caixa AR 06, Maço 13: TRASLADO DO OFÍCIO, ano de 1832, do Decreto e da Portaria de 1833 que dividiu a freguesia Madre de Deus da Cidade de Porto Alegre.

ARQUIVO NACIONAL

SIAN – Ordens honoríficas, BR RJANRIO69.CAI.OCR.7872348.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS)

Inventário do Padre Thomé Luís de Souza, n. 234, a. 1859, Comarca de Porto Alegre.

CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL DA SANTA CASA (CHC).

Livros de Entrada de Irmãos.

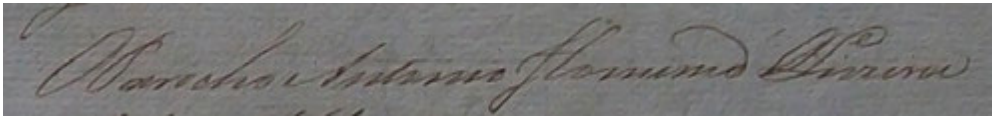
Livro de Óbitos de Livres, n. 4, reg. 5738.

Quadro a óleo do Pe. Thomé Luís de Souza.

UM PADRE CURADOR: O AÇORIANO ANTONIO HOMEM DE OLIVEIRA

Paulo Roberto Staudt Moreira[1]

Nas pesquisas de história social, que usam abundantemente documentos de lavra eclesiástica, os padres são figuras nodais, mas muitas vezes pouco conhecidos e analisados. Suas famílias, então, são ainda mais opacas nas análises historiográficas do que eles. Nos documentos que pesquisamos sobre a vila de Cachoeira, alguns padres são quase onipresentes, assinando documentos, ministrando sacramentos ou testemunhando eventos.



Um destes personagens, sem dúvida, é o padre Antonio Homem de Oliveira, sujeito que atravessou o Atlântico, afastando-se de quase toda sua família e terminou os seus dias em Cachoeira do Sul, rezando missas, ministrando sacramentos e curando.

Antonio nasceu em 24 de janeiro de 1793, na freguesia de Santiago da Ribeira Seca, na ilha de São Jorge, no arquipélago dos Açores, reino de Portugal. Filho legítimo de Gaspar Machado de Freitas e Maria Inês de Jesus. O padre Antonio Homem de Oliveira foi pároco de Caçapava (RS), entre 1832 e 1836. Foi transferido para Cachoeira em 1842, como coadjutor do padre Francisco Inácio Xavier dos Santos (atuando junto com o padre Marcelino Lopes Falcão). Com a morte de Xavier dos Santos, em 1844, Homem de Oliveira assume como pároco, cargo em que permanece até 1850, retornando nos anos de 1853 e 1860, falecendo nessa mesma vila em 13 de abril de 1860[2] (RUBERT, v. II, 1994, p. 48, 65).

1 Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. Professor Visitante da Universidade Federal do Rio Grande e da Universidade Federal de Pelotas; professor da Unisinos (2002/2022); historiógrafo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (1992/2011). Contato: staudtmoreira315@gmail.com

2 Entre 1852 e 1853 foi pároco de São Sepé.

No ano seguinte ao falecimento do padre Antonio Homem de Oliveira, foi organizado o seu inventário post-mortem.[3] Por esse documento ficamos sabendo que os seus pais já haviam falecido e que ele tinha cinco irmãos:

- Manoel Homem de Oliveira, casado com Ana Júlia da Silveira;
- Rosa de São Pedro, casada com José Silveira;
- Maria, viúva;
- Isabel, casada com Manoel Machado de Oliveira;
- Tereza, casada com Manoel de Tal.

> Diz Manoel Homem de Oliveira, que tendo no dia 13 de abril do ano findo falecido seu irmão, o padre Antonio Homem de Oliveira, abintestado, deixando alguns bens que estão em poder do suplicante e querendo o suplicante proceder a seu inventário para dar partilha aos herdeiros e interessados que são os Irmãos daquele falecido e do suplicante existentes em Portugal, pagar os respectivos direitos para a Fazenda Provincial e as dívidas que legalmente constar dever, que por isso que V. Sa. se digne nomeá-lo inventariante, dar-lhe o respectivo juramento, expedindo-se precatória para Porto Alegre, para ser citado o Cônsul Português o Ilmo. Senhor Francisco José Belo, curador nato dos herdeiros do mesmo falecido, que são suas irmãs Rosa, Maria Isabel e Tereza, das quais ainda não recebeu resposta alguma da participação que lhes fez e por isso ignora o lugar certo onde hoje possam existir visto não lhe terem respondido as suas cartas, sendo igualmente citado o coletor das Rendas Provinciais, para depois da primeira audiência, depois das citações, nomear e aprovar louvados que avaliem os bens da herança [...].

O inventariante deste padre foi seu irmão Manoel, que também vivia em Cachoeira. As demais irmãs residiam em Portugal, mas em lugar desconhecido. O mano Manoel tentou comunicar suas irmãs por carta, mas nenhuma delas respondeu ao seu comunicado da morte do irmão, o que comprova que os laços familiares não foram mantidos íntegros ao longo do tempo de emigração. Assim, dada a dificuldade de contato, é solicitado à justiça para ser citado o Cônsul português Francisco José Belo.

Os avaliadores, o capitão Lourenço José da Silva Bandeira e Antonio José Nunes de Castro, examinaram e atribuíram preços aos bens do fa-

3 APERS. Juízo Municipal de Órfãos de Cachoeira, Inventário nº 230, Inventariado: Antonio Homem Oliveira, Inventariante: Manoel Homem de Oliveira, 1861, Cachoeira, Comarca de Rio Pardo.

lecido padre Antonio Homem de Oliveira. Ele tinha uma morada de casas velhas, na rua de São João, em Cachoeira, avaliada por dois contos de réis, uma junta de bois mansos pretos (28$) e um cavalo zorrilho (10$). O padre era servido por dois homens escravizados, ambos descritos genericamente como da costa da África: Marcelino, com 30 anos de idade, ofício de trabalhar em olaria de telhas e tijolos (1:600$) e o sexagenário José (100$). Por ser considerado velho, José não teve a profissão apontada, mas certamente Marcelino devia ser alugado pelo religioso, como uma forma de complementar a renda recebida como sacerdote e curador. Provavelmente na casa da rua São João, o padre Antonio Homem de Oliveira tinha os seguintes móveis:

Quadro 1 – Móveis do Inventário do Padre Antonio Homem de Oliveira (1860)

Item	Valor
Piano velho desconcertado	120$000
Armário envidraçado com gavetas	32$000
Baú usado	3$000
Marquesa	12$000
Estante para livros com 3 gavetas	3$000
Banca	2$000
Gamela de banho	1$500
Cadeira de braços com acento de palhinha	7$000
8 cadeiras de pau americanas usadas	8$000
Uma mesa grande de janta muito velha	6$000
2 bancas de 4 pés e 2 gavetas cada uma	10$000
Bengala de cana da Índia velha	1$000
Frasqueira com 6 frascos grandes e pequenos usados	10$000
Marquesa usada	4$000
Selim com manta e freio de metal [de príncipe] tudo usado	12$000
Relógio americano de mesa	12$000
Relógio caixa de ouro de algibeira	100$000
Relógio caixa de prata velho	5$000
Corrente de ouro francesa com 17 e meia oitavas, a 2.500 a oitava	43$750
Carretilha puxada a bois usada	80$000
Botica homeopática com 16 medicamentos	4$000
Livros	
Dois volumes de Melo Morais homeopático	6$000
Um volume de Bixel	3$000
Dois volumes de Clorane	10$000
Um dito de Mure	2$000

Três ditos de Chernowitz alopatia	10$000
Um Volume do formulário da alopatia	4$000
Um volume da Matéria Médica Vegetal	2$000
Três volumes de Teologia Moral do Monte	10$000
Um volume do Novo Método da Língua Francesa	4$000
Um Volume Guia de Conversação Francesa	2$500
Um Volume do Mestre Francisco	2$500
Dois volumes As Mulheres da Bíblia em francês	10$000
Um volume Imitação de Jesus Cristo em francês	1$000

Fonte: elaborado pelo autor.

Os bens listados acima denunciam alguns hábitos e gostos daquele eclesiástico oitocentista. Apreciava o francês, possuindo pelo menos dois livros nesta língua, em sua biblioteca de 20 volumes, acondicionada certamente na *estante para livros com 3 gavetas* e costumava curar, paralelamente ou complementarmente ao desempenho de suas atividades religiosas. Notemos nos bens arrolados no inventário post-mortem do padre Antonio Homem de Oliveira que ele tinha uma *frasqueira com 6 frascos grandes e pequenos usados* (10$) e *botica homeopática com 16 medicamentos* (4$ réis). Segundo Vera Marques (1999, p. 172), era comum se encontrar à época a chamada *caixa de botica*, uma "arca de madeira em cujo interior era encontrado um certo número de medicamentos". Aliás, o próprio *Diccionario de Medicina Domestica e Popular*, do doutor Theodoro J. H. Langaard, que se apresentava como uma obra "principalmente destinada para um público não profissional e habitante longe dos grandes centros" –, recomendava que existisse nas casas das famílias, uma *botica doméstica*, "contendo os principais remédios, cujo emprego se aconselha na presente obra". Além desses equipamentos, percebemos que o padre adquirira livros que o auxiliassem na cura através da homeopatia. Podemos aventar que pelo fato do curador ser um religioso, as curas que ele propugnava podiam possuir uma dupla eficácia: as drogas propriamente ditas e a espiritualidade de quem as ministrava (WEBER, 2019).

Quanto à biblioteca do padre Homem de Oliveira podemos perceber interesses literários, teológicos e médico-curativos e identificar algumas obras, mesmo que descritas superficialmente pelos peritos, o que pode demonstrar serem livros que circulavam cotidianamente, portanto, não necessitando na época mais detalhamento. Se os avaliadores seguiram a ordem da estante, então o padre Homem de Oliveira separava seus

livros por temática, mostrando apreço por esse item de seu patrimônio e organização.

Os "dois volumes de Melo Morais homeopático" era, provavelmente, a obra – *Matéria médica, ou patogenesia homeopática, contendo a exposição científica e prática dos caracteres e efeitos dos principais medicamentos homeopáticos, coligida e posta ao alcance do povo*, editada pela editora Laemmert no Rio de Janeiro, em 1852, em dois volumes. O autor era o médico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, José Alexandre Melo Moraes.

O livro de Mure deveria ser o escrito por João Vicente Martins – *A prática elementar da homeopatia pelo Doutor Mure ou Conselhos Clínicos, para qualquer pessoa, estranha completamente à medicina, poder tratar-se, e a muitos doentes, conforme os preceitos da homeopatia, confirmados pelas experiencias dos Doutores Aegide, Alther [...]*, originalmente editado em dois volumes e lançado no Rio de Janeiro pela Tipografia de Pinheiro.

Os "três ditos de Chernovitz alopatia" se referem ao famoso *Dicionário de Medicina Popular e das Ciências Acessórias*, do médico francês Pedro Luiz Napoleão Chernovitz, editado em três volumes. E o livro do mesmo autor, "do formulário da alopatia", devia ser – *A Grande Farmacopéia Brasileira. Formulário e Guia Médico. Um Guia das Plantas Medicinais Brasileiras* –, publicado atualmente pela editora Itatiaia (1996).

Descrito pelos peritos como "um volume da Matéria Médica Vegetal", o livro que repousava na estante do padre Homem de Oliveira foi escrito por Karl Martius – *Sistema de matéria médica vegetal brasileira. Contendo o Catalogo e Classificação de todas as Plantas Brasileiras Conhecidas*, também publicado pela editora Laemmert, no Rio de Janeiro, no ano de 1854.

Passando para as obras teológicas, o padre Homem de Oliveira tinha os "três volumes de Teologia Moral do Monte", ou seja, o *Compêndio de Teologia Moral. Para o uso do Seminário de Olinda em Pernambuco*, de Manoel do Monte Rodrigues de Araújo, impresso no Rio de Janeiro por Agostinho de Freitas Guimarães & Cia.

O volume único do "Novo Método da Língua Francesa" talvez fosse o livro escrito por Luiz Antonio Burgain – *Novo Método Prático e Teórico da Língua Francesa ou Arte Facílima de aprender com perfeição e em pouco tempo a falar, traduzir e escrever o francês*, editado em dois volumes pela editora E. H. Laemmert, no ano de 1849 (2ª edição em 1853). (ARRIADA, 2007, p. 104).

Do mesmo autor, Luiz Antonio Gurgain, a biblioteca daquele padre açoriano continha o *Novíssimo Guia de Conversação em francês e em português: com a pronúncia figurada desde o princípio até o fim, seguido de*

uma escolhida coleção de provérbios e anexins de ambas as línguas e de novos Exercícios práticos sobre os verbos irregulares e defectivos, franceses e portugueses, editado no Rio de Janeiro pela Garnier.

Seguindo no aperfeiçoamento do conhecimento da língua francesa, os peritos retiraram da estante "um volume do mestre Francisco", que devia ser – *Mestre Francês ou Novo Método para Aprender com Perfeição, e ainda sem Mestre a Língua Francesa por meio da Portuguesa, confirmado com exemplos escolhidos e tirados dos Melhores Autores, oferecido á estudiosa Mocidade Portuguesa por F.B.D.L* – publicado em Lisboa, em 1781. No mesmo sentido, os dois volumes "As mulheres da Bíblia", em francês, deveria ser o famoso livro de Georges Darboy – *Les femmes de la Bible. Principaux Fragments d'une Histoire du Peuple de Dieu. Avec Collection de Portraits des Femmes Celebres de L'ancien et du Nouveau Testament Graves par les Meilleurs Artistes, d'apres Les Dessins de G. Staal*, publicado em Paris pela Garnier, em 1853. Encerrando com o volume do livro Imitação de Cristo, de Tomás de Kempis.

Infelizmente, pouco sobrou do patrimônio do padre Antonio Homem de Oliveira, já que seu monte-mor de 4:280$750 réis foi abatido drasticamente com as despesas feitas pelo falecido:

Quadro 2 – Dívidas Passivas do Inventário do Padre Antonio Homem de Oliveira (1860)

Para Dona Ana Elizia da Cunha, crédito de 13.12.1859	700$000
Para Antonio José Nunes de Castro, crédito de 30.11.1857	1:800$000
Para Antonio José Nunes de Castro, de remédios supridos da sua botica para a enfermidade do inventariado	74$860
Para Laurindo José de Siqueira, boticário	46$260
Para João José Rodrigues, gastos em sua loja e padaria	36$120
Para Pedro Vitorino dos Reis gastos em sua loja	10$180
Para Maria José Sertório Leite, gastos em sua loja	13$840
Para Israel Vieira da Cunha gastos em sua loja	8$520
Para Jacinto Franco de Godoy, dinheiro de empréstimo	100$000
Para Francisco Loreto de Carvalho e Silva, gastos de sua loja e dinheiro emprestado	107$000
Enterro e funeral	180$860
Caixão e cartas de convites para o enterro	74$360
Música para o enterro	100$000

Fonte: elaborado pelo autor.

Como dissemos no começo deste subitem, o padre Antonio Homem de Oliveira aparece constantemente nos documentos eclesiásticos da vila de Cachoeira, incluindo aí as escrituras da Irmandade dos Pretos do Rosário e São Benedito. Em várias atas, ele aparece como protetor daquela irmandade. Em 22.01.1850 foi contratado como o seu capelão, recebendo 64$ réis anuais, e em 25.09.1854 o tesoureiro o embolsou de 8$640 réis "por seis missas pela alma do Irmão João, Escravo de Antonio Ferreira Prestes a mil quatrocentos e quarenta réis cada uma".

Em 1843, no ano anterior àquele em que o padre Antonio Homem de Oliveira assumiu como pároco de Cachoeira, o seu escravizado José, aquele africano descrito no inventário post-mortem de 1860 como *velho*, ingressou na Irmandade do Rosário local. Isso ocorreu aos 8 dias do mês de dezembro, no interior da Igreja Matriz da Conceição, e José declarou, como praxe, "que pela devoção que tem com Nossa Senhora do Rosário, queria ser irmão; e Servir na mesma Irmandade e para isso tinha obtido Licença de seu Senhor". Foram pagos os 640 réis de entrada e, no ano seguinte, a mesada de 1$280 réis, quando José assumiu como irmão de mesa. A saga afro-diaspórica do africano José se encerrou no frio do inverno de 1864 aos 25 dias de agosto, sendo seu padecimento justificado pela *velhice*. O padre Luiz Gonçalves dos Santos teve tempo de ministrar a penitência e a extrema-unção e José foi enterrado no cemitério das irmandades, e esperamos que em sua última viagem tenha sido acompanhado pelos devotos pretos do Rosário e São Benedito. Ele não constava mais como escravizado do padre Antonio, mas de seu irmão e inventariante Manoel Homem de Oliveira.[4]

Mas o inventário de 1860, documento fundamental para a pesquisa histórica e mesmo genealógica, é um retrato da vida patrimonial do padre Homem de Oliveira. Se ali ele aparece tendo dois cativos, encontramos indícios arquivísticos de mais escravizados desse eclesiástico.

Em 1851, dona Inocência Maria Pacheco, moradora na vila de Cachoeira, se queixou que há mais de um ano estava "proibida de mandar a rua a sua preta Umbelina, fazer-lhe o serviço externo e mesmo o interno de sua casa, porque o preto João, escravo do padre Antonio Homem de Oliveira", ameaçava matar sua cativa, esperando-a em diferentes luga-

4 Em 6 de junho de 1882 faleceu Isabel, descrita como preta e escravizada de Manoel Homem de Oliveira, "sem assistência médica". Foi enterrada no cemitério de Cachoeira e recebeu a benção final do padre Marcolino da Maia Firmo (Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Cachoeira do Sul. Livro 5 de Óbitos de Cachoeira do Sul (1860 a 1873), folha 12; Livro 6 de Óbitos de Cachoeira (1873 a 1886), folha 67).

res. “Chegando o seu atrevimento ao ponto de procurá-la diversas vezes a noite no próprio pátio da casa da residência da suplicante, armado de uma grande faca de ponta”, deixando a suplicante e sua família sobressaltada e passando “muitas noites sem dormir”.

Dona Inocência reclamava que havia feito já várias *representações* ao padre, que prometia providências, mas nada fazia... Inocência reforça que, no dia 19 de dezembro de 1851, sexta-feira, ela viu-se “na extrema necessidade” de mandar Umbelina buscar um barril com água na fonte existente dentro da chácara de Joaquim Gomes de Carvalho, e mesmo sendo 11 horas do dia, “e tão público o lugar”, ela foi agredida pelo preto João, na frente da casa de Carlos da Costa Loureiro, com uma grande bofetada. O desafeto de Umbelina, João, ignorava quem eram seus pais e não estava certo da sua idade, vivia solteiro e de seus trabalhos em roças, era proveniente de Moçambique, natural de Quilimane.[5]

O mano do padre: Manoel Homem de Oliveira

Cachoeira do Sul, ou só Cachoeira como era chamada no oitocentos, possuía um núcleo urbano com residências e comércio, prédios públicos e um amplo templo, o qual era compartilhado por várias irmandades religiosas. A urbanidade daquela vila era padrão com outras do mesmo período, com limites porosos com as áreas suburbanas e rurais. Tratava-se de uma cidade importante, mas cuja população não raramente se entrecruzava em momentos lúdicos ou turbulentos.

Tristão da Cunha e Souza possuía uma casa na rua da Praça da Igreja Matriz de Cachoeira, onde residia a sua sobrinha Dona Esmerilda Perpétua de Menezes. Na noite do dia 1º de abril de 1857, estiveram nessa residência reunidas algumas pessoas, ocorrendo uma *desavença* entre o então Serventuário vitalício do ofício de Órfãos de Cachoeira Estevão Cândido de Carvalho e Manoel Homem de Oliveira, sem que, naquela ocasião, houvesse algum *mau resultado*.[6] No dia seguinte, Estevão foi à mesma casa acompanhado de sua esposa, de onde recolheu-se por volta das 22 horas, mas, quando chegava na esquina de sua residência, foi

5 APERS. Civil e Crime de Cachoeira do Sul, comarca de Rio Pardo, processo nº 2967, queixosa: Inocência Maria Pacheco, Indiciado: João, escavo de Manoel Homem de Oliveira, 1851.
6 APERS. Vara Civil e Crime de Cachoeira, Processo crime nº 3031, Réu: Não consta, Vítima, Estevão Candido de Carvalho, ano: 1857, comarca de Rio Pardo.

atacado por Manoel Homem de Oliveira, "emponchado com uma espada em punho", que o atacou e feriu em uma mão, e como era "noite de luar" foi reconhecido perfeitamente por ele e a esposa.

Não sabemos que paixões motivaram esta desavença, se questões amorosas, políticas, de negócios, mas Estevão sentiu-se ultrajado e mobilizou a justiça para vingar a afronta recebida em uma via pública. O auto de corpo de delito realizado no dia seguinte ao da agressão, na residência do Juiz Municipal, o Doutor Júlio Amando de Castro, estando presente o Doutor Baylet, constatou a existência de um ferimento com instrumento cortante na mão direita do ofendido.[7] A esposa de Estevão, Dona Maria Cândida de Oliveira Carvalho, confirmou que eles saíram da casa de Tristão, das 9 e meia para as 10 horas da noite, e que no caminho para casa apareceu o réu armado de espada, "por sinal enferrujada", e disse – "agora me pagas patife o que dissestes ontem". O ourives Belizário da Cruz Lima testemunhou que estava na varanda de sua casa com os filhos e ouviu a voz do ofendido gritando – "não me mate senhor Manoel Homem". O Coletor das Rendas Gerais e Provinciais Francisco de Paula Pereira da Silva (homem branco, 33 anos, solteiro, natural de Porto Alegre) nada sabia ao certo do ocorrido, mas naquela noite estava em uma casa vizinha e ouviu a voz da senhora do ofendido gritando – "é Manoel Homem". O alemão Carlos Mohr, homem branco, solteiro, 29 anos, que vivia de sua arte de pintor, protestante ("em razão do que não prestou juramento"), relatou que na noite do atentado viu dois homens encostados junto à Igreja Matriz, mas não pode "distingui-los", recordando haver pegado uma pedra para atirar-lhes, mas nada sabe da desavença entre autor e ofendido porque "com poucos fala".

O indivíduo apontado como o agressor, que portaria uma *espada enferrujada*, foi qualificado em 14.04.1857 com o nome de Manoel Homem de Oliveira, filho de Gaspar Machado de Freitas e Maria Inês de [Jesus], com 43 anos de idade, casado, português "da ilha" dos Açores, proprietário/chacareiro e alfabetizado. Ele depôs que vivia naquela vila há 10 anos e no momento do conflito de que o acusam estava em sua casa deitado na cama, "em uso de remédios". Ele negou ter causado o ferimento na mão de Estevão e mesmo ter circulado pelo centro naquele dia e horário, pois estava de cama, medicado talvez pelo próprio irmão.

7 O Doutor Pedro Baylet prestou depoimento dizendo que "estava na casa de Santiago", ouviu gritos e foi atender os ofendidos, sendo descrito como homem branco, solteiro, 43 anos, natural da França.

Esse Manoel Homem de Oliveira provavelmente é o mesmo que assumiu como escrivão da Irmandade do Rosário de Cachoeira em 1871, era irmão do padre Antonio Homem de Oliveira e casado com Ana Júlia da Silveira.[8] Ao que tudo indica, ele talvez tendo se mudado para a vila de Cachoeira, acompanhando o deslocamento do irmão padre. O ferimento na mão de Estevão não era grave e "pelos pedidos de seus amigos", ele desistiu da ação movida contra esse açoriano. Esse indivíduo que resolveu suas diferenças com o desafeto desferindo golpes com uma *espada enferrujada* foi preso.

Manoel Homem de Oliveira assumiu como escrivão da Irmandade do Rosário de Cachoeira nos anos de 1870 e 1871, aparecendo no ano seguinte como irmão de mesa, quando inclusive entregou ao tesoureiro Velocino de Araújo Bastos, em 30 de março daquele ano, as "esmollas da Caixinha" mensais, no valor de 25$850:

> Elleiçao do Juiz, Juizas e mais Officiaes e mezarios que tem de servir na Irmandade de Nossa Senhora do Rozario, no prezente anno de 1870 a 1871.
>
> Ao primeiro dia do mez de Outubro de mil oito centos e setentta annos nesta Parochia de Nossa Senhora da Conceiçao nesta Cidade da Cachoeira e no Consistorio da Irmandade de Nossa Senhora do Rozario, reunida a meza da mesma Irmandade, sob a prezidencia do Reverendo Vigario o Doutor Marcolino Maria da Maia Firme, Juiz da mesma Irmandade, procedeo-se a elleiçao dos novos officiaes e mais mezarios, que devem servir no prezente anno de mil oito centos e setentta a mil oito centos e setentta um, e forao elleitos os seguintes.
>
> Juiz da Festa Antonio Peixoto de Oliveira.
>
> Juiza da Festa Dona Maria Joze Florence do Prado.
>
> Procurador Manoel Antonio Ferreira da Silva.
>
> Thezoureiro Velocino de Araujo Bastos.
>
> Juiza do Ramo Julia Maria Christina.
>
> Capitao do Mastro Manoel Vicente Ramos.
>
> Escrivao Manoel Homem de Oliveira.

8 APERS. Juízo Municipal de Órfãos de Cachoeira, Inventário nº 230, Inventariante: Antonio Homem de Oliveira, Inventariado: Manoel Homem de Oliveira, 1861, Comarca de Rio Pardo.

Sabemos que em 1857 Manoel Homem de Oliveira era *proprietário e chacareiro*, mas consta que ele vendeu uma chácara, avaliada por 4:500$ réis em 1871, para a família dos Ferreira de Vasconcelos.[9] Interessante que em dois momentos ele aparece agenciando o acompanhamento musical para atividades da irmandade: em 02.10.1854 recebeu 88 mil réis do tesoureiro Antonio dos Santos Falcão, "da muzica de Vozes e Instrumentos", e em 09.02.1873, mais 280 mil réis, "com a música para a festa" do tesoureiro Velocino de Ara**ú**jo Bastos. Seria apenas um agenciador ou atuaria ele também como músico e maestro?[10]

Como dissemos no início deste texto, o padre Antonio Homem de Oliveira era ilhéu, tendo sido ordenado pelo Bispo de Angra em 1816. Nos anos em que esteve como pároco de Caçapava recebeu a visita do cônego Antonio Vieira de Soledade, que louvou o seu "bom gênio e o grande apreço que faz da opinião pública". Nessa cidade de Caçapava ele assistiu à eclosão da guerra civil farroupilha, continuando com seus afazeres eclesiásticos (RUBERT, v. II, 1994, p. 65).

Fragmentos documentais nos ajudam a reconstituir trajetórias que continuam mesmo assim cheias de falhas, sendo impossível uma maior aproximação com essas vidas marcadas pela diáspora. Trata-se de um diálogo permeado de estranhezas, vazios e ruídos, mas através do qual parece que percebemos um pouco mais nós mesmos. Mesmo assim, é sempre prazeroso perceber a silhueta desses personagens nas lonjuras do passado, acenando para nós que os observamos do presente.

Referências

ARRIADA, Eduardo. *A Educação Secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*: a desoficialização do Ensino Público. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em Boiões*: medicinas e boticários no Brasil setecentista. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

9 APERS. Juízo Municipal de Cachoeira, Inventário nº 56, falecida: Ana Constantina Ferreira de Vasconcellos, Inventariante: José Joaquim Pacheco, 1871, comarca de Rio Pardo. Testemunhando em processo criminal de 1867, Manoel Homem de Oliveira se apresentou como casado, com 53 anos de idade, natural do Reino de Portugal e proprietário (APERS. Juízo Municipal de Cachoeira, auto nº 3128, autora: a justiça, réu: capitão Migue Cândido da Trindade, 1867).

10 Em 18 de janeiro de 1862, junto com Luiz Francisco da Rocha, Manoel Homem de Oliveira testemunhou o casamento do pardo pernambucano Antonio, de Firmiano Pereira Soares, com a parda baiana Maria Luiza (ex-escravizada do mesmo senhor), ambos moradores nesta freguesia há muitos anos (AHCMCS. Livro de Batismos de Cachoeira, nº 9B (1860/1862).

RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul*, v. II. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1994, v. I e II.

WEBER, Beatriz Teixeira. Vínculos entre homeopatia e espiritismo no Rio Grande do Sul na passagem para o século XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 1299-1315, out./dez. 2019.

Fontes documentais

ARQUIVO HISTÓRICO da Cúria Metropolitana de Cachoeira do Sul. Livro 5 de Óbitos de Cachoeira do Sul (1860 a 1873), folha 12; Livro 6 de Óbitos de Cachoeira (1873 a 1886), folha 67.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Civil e Crime de Cachoeira do Sul, comarca de Rio Pardo, processo nº 2967, queixosa: Inocência Maria Pacheco, Indiciado: João, escavo de Manoel Homem de Oliveira, 1851.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Juízo Municipal de Órfãos de Cachoeira, Inventário nº 230, Inventariado: Antonio Homem Oliveira, Inventariante: Manoel Homem de Oliveira, 1861, Cachoeira, Comarca de Rio Pardo.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Juízo Municipal de Cachoeira, Inventário nº 56, falecida: Ana Constantina Ferreira de Vasconcellos, Inventariante: José Joaquim Pacheco, 1871, comarca de Rio Pardo.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Juízo Municipal de Cachoeira, auto nº 3128, autora: a justiça, réu: capitão Migue Cândido da Trindade, 1867

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Vara Civil e Crime de Cachoeira, Processo crime nº 3031, Réu: Não consta, Vítima, Estevão Candido de Carvalho, ano: 1857, comarca de Rio Pardo.

PADRES AÇORIANOS NO RIO GRANDE DO SUL

Diego de Leão Pufal[1]

A imigração açoriana para o Rio Grande do Sul não ficou limitada ao povoamento do então Continente de São Pedro de Rio Grande. Como é sabido, a vinda de açorianos para o Estado foi constante, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII e, também e inclusive, durante o século XIX.

A despeito de a maior parte desses imigrantes ter vindo para povoar o sul do Brasil, por inúmeros fatores que motivaram a abandonar sua terra natal, outra parte chegou ao Rio Grande do Sul por motivos outros. É o caso, por exemplo, de religiosos, padres açorianos que deram o costado no estado sulista, e merecem ser referendados nesta obra do *Raízes Açorianas*, pelo legado deixado e por suas histórias de vida.

Nesse sentido, extraiu-se das excelentes obras de Arlindo Rubert, *História da Igreja no Rio Grande do Sul: época colonial* e *História da Igreja no Rio Grande do Sul: época imperial (1822-1889)*, um rol de dezoito padres[2] nascidos nos Açores e que atuaram no Rio Grande do Sul até a República (1889) – sem prejuízo de outros, por não ser possível identificar o local de nascimento, embora com sobrenomes típicos açorianos. São eles:

Alexandre José Coelho da Costa
Antônio Homem de Oliveira
Antônio Manuel de Medeiros Corrêa
Antônio Pavão
Antônio Pereira Sarmento
Domingos Pereira Telles
Francisco Coelho de Fraga

1 Genealogista. Sócio correspondente do IHGRGS, sócio do Colégio Brasileiro de Genealogia e do Instituto de Genealogia de SC. Analista jurídico do TJSC. Imbituba/SC.

2 RUPERT (1994, p. 81) refere que o padre Manuel da Costa Mata era possivelmente açoriano. Contudo, de uma diligência de habilitação que ele promoveu no ano de 1800, disse ter nascido na freguesia de N. Sra. das Virtudes, termo de Alenquer, patriarcado de Lisboa (Torre do Tombo, Código de referência PT/TT/TSO-CG/A/008-001/18595).

Inácio Tomás de Porciúncula
José Bernardo de Mendonça
José Dutra de Lemos
José Paim Coelho de Souza
José Rezende de Novais
Luís de Medeiros Corrêa
Manuel de Souza Cordeiro
Mateus da Silveira e Souza
Mateus Pereira da Silva
Pedro Pires da Silveira
Silvestre Machado Teixeira

Ao lado das informações trazidas por Rubert, outras foram acrescidas sempre que possível para compor este artigo. Segue-se, assim, uma pequena biografia de cada um desses padres.

Alexandre José Coelho da Costa

Nasceu em 1761 na ilha de São Jorge. Foi ordenado em Angra em 1788.

Paroquiou em Taquari nos primeiros anos do século XIX, de 1800 a 1804. Após, foi pároco em São Borja, de 1809 a 1815, e, depois, de São Luís das Missões, de 1819 a 1833, onde talvez tenha falecido (RUPERT, 1994, p. 89).

Antônio Homem de Oliveira

Nasceu em 24/01/1793 na freguesia da Ribeira Seca, ilha de São Jorge, filho de Gaspar Machado de Freitas e Maria Inês de Jesus. Foi ordenado em 1816 em Angra.

Paroquiou em Caçapava do Sul, dos anos de 1832 a 1836. Em 1832 recebeu a visita canônica de Antônio Vieira da Soledade, que assim mencionou sobre ele: "a quem louvo o bom gênio e o grande apreço que faz da opinião pública" (RUPERT, 1998, p. 65). Após, o padre Antônio foi transferido para Cachoeira do Sul, onde permaneceu de 1844 a 1850. Depois foi para São Sepé, retornando a Cachoeira em 1853, como coadjutor, onde faleceu a 13/04/1860. Refere Rupert (1998, p. 151) que o padre Antônio foi um *bom farrapo*, aliando-se, portanto, ao movimento que desencadeou a Revolução Farroupilha.

Em Cachoeira, o padre Antônio foi contratado em 1850 para ser Capelão, por 64 mil réis anuais, da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (PACHECO; HAACK, STAUDT MOREIRA, 2020, p. 44).

O inventário dos bens deixados pelo padre Antônio foi autuado em Cachoeira do Sul no ano de 1861,[3] tendo sido inventariante o irmão Manuel Homem de Oliveira. Foram herdeiros os seus irmãos: Manuel Homem de Oliveira (casado com Ana Júlia da Silveira), Rosa de São Pedro (casada com José Silveira), ausente em Portugal, Maria, viúva e ausente em Portugal, Isabel (casada com Manuel Machado de Oliveira), ausente em Portugal, e Teresa (casada com Manuel de Tal), ausente em Portugal. Além de outros bens, deixou dois escravos.

Antônio Manuel de Medeiros Corrêa

Nasceu na ilha de São Miguel. Irmão do padre Luís de Medeiros Corrêa. Ordenado em Buenos Aires com *demissórias falsificadas*, foi *de pouca capacidade*, como anota RUPERT (1994, p. 99).

Foi padre interino em Triunfo no ano de 1780 e, na mesma qualidade, da igreja de N. Sra. da Conceição, em Cachoeira do Sul, no ano de 1782, e da N. Sra. da Madre de Deus, de Porto Alegre, no ano de 1783. Após, foi pároco da igreja da Freguesia de Conceição do Arroio, hoje Osório, durante os anos de 1784 a 1785.

Antônio Pavão

Nasceu nos Açores, possivelmente na ilha de São Miguel, a julgar pelo seu sobrenome, típico dali.

Foi padre na igreja de Santa Bárbara, em Encruzilhada do Sul (RUPERT, 1994, p. 122), antes dos 1800.

Antônio Pereira Sarmento

Nasceu em 1732 na ilha do Pico. Foi ordenado em Angra.

Foi um dos primeiros padres de Conceição do Arroio (Osório), onde paroquiou de 1777 a 1782. Depois foi transferido para Cachoeira do Sul, pelo período de 1783 a 1787. “Era sacerdote simples, de pouca instru-

3 APERS. Inventário *post-mortem* n. 230, maço 13, ano de 1861, Cartório de órfãos e ausentes de Cachoeira do Sul.

ção, mas aceito pelo povo" (RUPERT, 1994, p. 105). Paroquiou também em Santo Amaro e na aldeia indígena São Nicolau. Em 1815, quando da visita pastoral a Rio Pardo, D. José Caetano da Silva Coutinho, prorrogou faculdades a diversos padres, dentre eles ao padre Antônio. Quanto a ele, assim referiu D. José Caetano "ao Velho torto ilhéu Sarmento, que não tinha nenhumas, foram de palavra por toda a vida" (RUPERT, 1994, p. 84).

O padre Antônio faleceu a 22/05/1822 aos 90 anos em Rio Pardo.

Domingos Pereira Telles

Nasceu na ilha do Pico.

Anota RUPERT (1994, p. 144) que Domingos foi o primeiro padre da freguesia de Nossa Senhor das Necessidades, em Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis/SC, de 1750 a 1758. Depois foi pároco na Conceição da Lagoa, algum tempo vigário da Vara de Desterro (hoje Florianópolis), de 1750 a 1752, oportunidade em que foi nomeado visitador diocesano pelo bispo do Rio de Janeiro. De maio a agosto de 1752, o padre Domingos visitou a paróquia de Rio Grande, exercendo alguns atos do ministério. Também esteve em Viamão, no mesmo ano, por ter sido testemunha de alguns casamentos.

Francisco Coelho de Fraga

Possivelmente açoriano, como escreve RUPERT (1994, p. 85). De acordo com Dante de Laytano (1987, p. 383) um sobrinho do padre Francisco, Francisco Coelho Valadão imigrou da ilha do Corvo, em 1771, com sua filha Maria Rosa, e sobrinho Francisco Coelho, para o Rio de Janeiro, fazendo supor, portanto, que o padre Francisco tenha também nascido na mesma ilha.

Foi o primeiro capelão curado da paróquia de Santo Antônio da Guarda Velha (Santo Antônio da Patrulha), e depois pároco, nomeado em 1763 pelo bispo do Rio de Janeiro, D. Francisco Antônio do Desterro, onde permaneceu até janeiro de 1779, retirando-se para Santa Catarina.

Inácio Tomás de Porciúncula

Nasceu em 1780 na ilha do Faial.

Na visita pastoral de 1815, em Estreito, refere Rupert (1994, p. 80) que

o padre Inácio era ex-franciscano e já capelão do Regimento de Voluntários de Rio Grande, que na campanha brigava com os oficiais "e andava amancebado pública e escandalosamente com uma viúva", tendo sido obrigado a assinar termo de emenda. Durante os anos de 1824-1825, quando da visita pastoral do Vigário-Geral Antônio Vieira da Soledade, o padre Inácio estava paroquiando São José do Norte, o qual, nas palavras do visitador, era "Clérigo de poucas luzes e menos honestidade, mas humilde" (RUPERT, 1998, p. 170).

Em janeiro de 1807, há notícias de que o padre Tomás foi preso em São Carlos, em Maldonado no Uruguai (ARQUIVO NACIONAL, 1970, p. 297).

José Bernardo de Mendonça

Nasceu em 1771 nos Açores. Ordenado em Angra em 1794.

Foi nomeado em 27/03/1811 e tomou posse a 1º/06/1812, como pároco da igreja de São João Batista, nas Missões, onde permaneceu até 1814. Foi o último padre dali, pois "pela decadência acentuada nunca mais se levantou o Povo de São João, caindo em completa ruína" (RUPERT, 1994, p. 131).

Em 1814 era ex-franciscano, quando nomeado vigário encomendado e coadjutor da igreja da Aldeia dos Anjos (Gravataí), que administrou a paróquia até 1816, passando a coadjutor da igreja de Santo Antônio da Patrulha.

Em 1824-1825, quando da visita pastoral do Vigário-Geral Antônio Vieira da Soledade em Gravataí, encontrou o dito padre, qualificando-o como "sacerdote prudente, honrado e benquisto do povo" (RUPERT, 1998, p. 163).

Faleceu em 1825 em Gravataí, como padre colado.

José Dutra de Lemos

Nasceu em 1782 na ilha do Faial. Ordenado em 1810.

Durante a visita pastoral dos anos de 1824-1825, do Vigário-Geral Antônio Vieira da Soledade à paróquia de N. Sra. da Conceição, em Piratini, o padre José lá se encontrava, do qual anotou o visitador: "Clérigo de pouco saber, intrigante e vicioso" (RUPERT, 1998, p. 55).

Também atendeu a paróquia de Pelotas, temporariamente, durante o ano de 1845.

José Paim Coelho de Souza

Nasceu em 1773 em Angra, ilha Terceira, onde foi ordenado. Filho do alferes José Bernardo Coelho de Souza e Mariana Laura Bernarda Benedita. Ao menos três de seus irmãos também imigraram para Laguna e depois migraram para o Rio Grande do Sul. Um desses irmãos, Veríssimo José Paim Coelho de Souza radicou-se em Gravataí, e, outro, o tenente Francisco Paim Coelho de Souza, na região de São Borja.

Foi coadjutor em Laguna/SC, a partir de 1801 até 1806, quando transferido para a Aldeia dos Anjos (Gravataí). Depois foi pároco em São Luís das Missões; foi o primeiro padre de São Borja, de 1819 a 1822, e, mais tarde, em Alegrete, onde deu início à construção da igreja.

Nesse ínterim, em 15/02/1811, o bispo D. José Caetano da Silva Coutinho criou a Comarca Eclesiástica das Missões e nomeou o padre José como vigário da Vara, com amplas faculdades (RUPERT, 1994, p. 127).

O padre José faleceu em Alegrete a 24/10/1829.

José Rezende de Novais

Nasceu em 1760 na freguesia de N. Sra. da Graça, ilha de São Miguel, Açores, e faleceu a 09/05/1849 em Santo Antônio da Patrulha/RS, onde foi o primeiro pároco colado de 1799 a 1849 (RUPERT, 1994, p. 86). Foi filho de Manuel Rezende Cabeceira e Maria de Rezende.

Foi ordenado no Rio de Janeiro a 21/12/1791, por D. José Justiniano Mascarenhas Castelo Branco. Já no Rio Grande do Sul foi padre em Taquari, de 1795, a 1798, onde batizou em 1796 o futuro general da República Riograndense David Canabarro, e foi depois transferido para Santo Antônio da Patrulha, em 2/2/1799.

Na administração da capela de Santo Antônio da Patrulha, como refere RUPERT (1994, p. 87), o Padre José

> [...] questionou os limites da paróquia com o pároco de Gravataí, reclamando até na corte do Rio de Janeiro. Ouvido o bispo, dele disse: 'Tem gênio pouco fácil de contentar'. Brigou também pelas conhecenças. Por isso foi acusado junto ao bispo D. José Caetano da Silveira Coutinho, em visita pastoral em sua paróquia, a 12-10-1815, feita uma devassa, concluiu que o pároco colado 'saiu melhor na devassa do que eu pensava; ninguém disse mal dele'. Isto retrata o Pe. Novais, um tanto temperamental e teimoso, mas

> correto nos seus deveres. Quanto à igreja matriz, diz o bispo que está bem forrada e assoalhada, tem um bom sino, mas sem torre, uma excelente pia batismal, sem batistério. O bispo confessou e deu Catecismo. Achou os campos cultivados 'de trigo e de cana para cachaça'!

A disputa quanto aos limites das paróquias de Santo Antônio da Patrulha e Gravataí deu-se entre o Padre José e o seu conterrâneo, Padre Mateus da Silveira e Souza, também açoriano abaixo citado. Mateus foi o primeiro pároco colado da Aldeia dos Anjos e defendia que a divisa da paróquia que administrava ia até a divisa pelo arroio Miraguaia, ao passo que aquele, até o Passo Grande (RUPERT, 1994, p. 104).

Nesse ínterim, em 03/04/1811, o Padre José estava presente quando da criação da Vila de Santo Antônio da Patrulha, ao lado de outros, como anotou José Maciel Júnior (1987, p. 11).

Durante a visita do Vigário-Geral Antônio Vieira da Soledade a Santo Antônio da Patrulha em 1824-1825, anotou que o Padre José Rezende de Novais era "pouco exato no cumprimento de seus deveres. O povo se queixava dele e ele vivia intrigado" (RUPERT, 1998, p. 28).

O Padre José não se limitou ao sacerdócio, pois foi muito envolvido em disputas de terras, como escreve Luciano Gomes Peixoto (2019, p. 39), ao encontrar dezoito processos em que ele figurou como parte. Em dois desses processos, houve denúncias que José "tinha a prática de vender terras, e protelar a entrega dos papéis de venda, além do que muitos destes processos se revolviam pela sua posição como padre".

Não se sabe a causa da morte do Padre José, pois não consta no registro de óbito, apenas que contava 90 anos de idade.

Luís de Medeiros Corrêa

Nasceu na ilha de São Miguel. Irmão do padre Antônio Manuel de Medeiros Corrêa.

Antes de chegar ao Rio Grande do Sul foi coadjutor na igreja de São José, no Rio de Janeiro. Foi nomeado pároco de Rio Grande em 1776, onde permaneceu até o ano de 1779. No mesmo ano passou a paroquiar a igreja de São Francisco do Porto dos Casais, em Porto Alegre, da qual foi o seu segundo padre, até o ano de 1782.

Manuel de Souza Cordeiro

Nasceu na freguesia de São Sebastião, ilha de São Miguel, filho de Manuel da Silva Cordeiro e Maria Francisca.

Em 1803 foi capelão da paróquia de N. Sra. da Conceição, de Taim, oratório que servia de centro religioso dos fazendeiros e peões dos arredores RUPERT (1998, p. 121).

Faleceu em Rio Grande a 23/04/1805.

Mateus da Silveira e Souza

Nasceu em 1760 na freguesia dos Rosais, ilha de São Jorge, filho de Amaro Soares de Oliveira e Maria da Silveira. Foi ordenado no Rio de Janeiro a 23/12/1786 (RUPERT, 1994, p. 88).

Foi pároco da igreja de Taquari a partir de 1788 até o ano de 1792, quando foi transferido para Cachoeira do Sul, onde permaneceu até o ano de 1798. Ali lançou, em 06/10/1793, a primeira pedra da nova matriz de Cachoeira. Após, foi o primeiro padre colado de Gravataí, de 1799 até o ano de 1813.

Teve diferenças nas questões territoriais de sua paróquia com o padre e conterrâneo José Rezende de Novais, que paroquiava Santo Antônio da Patrulha, conforme acima citado.

Mateus Pereira da Silva

Nasceu por volta de 1709 em Angra, ilha Terceira, filho de Amaro Pereira e Catarina da Conceição. Foi ordenado por volta de 1735, com patrimônio próprio, herdado dos pais.

Imigrou cedo para o Brasil. Foi pároco e vigário da Vara de Laguna/SC, durante os anos de 1741 a 1751, e, após, foi provisionado pároco de Sant´Ana da Vila Nova (hoje Imbituba/SC), em 1760. Depois de um estágio em Viamão, a 15/12/1762 foi nomeado como primeiro padre de Rio Pardo, cuja paróquia dirigiu com zelo até agosto de 1767. Nesse tempo, o padre Mateus "já se achava entrado em anos, além de pouca saúde", como anota RUPERT (1994, p. 81).

No ano de 1767 o padre Mateus teve autorizada a troca da freguesia de Rio Pardo para a de Taquari, onde permaneceu até o ano de 1771, dali se retirando para Viamão, onde faleceu antes de 1780.

Pedro Pires da Silveira

Nasceu a 15/01/1729, na freguesia de Santa Luzia, ilha do Pico. Do Hábito de São Pedro, foi ordenado na ilha Terceira. Filho de Francisco Pires Casado e Felipa Antônia da Silveira.

Foi padre de Viamão, entre os anos de 1775 e 1782, "o qual paroquiou com acerto, adiantando as obras da igreja matriz" (RUPERT, 1994, p. 74), até ser transferido para Santo Antônio da Patrulha, onde atuou de 1783 a 1789. Tratava-se de sacerdote de "boa índole e zelo" (RUPERT, 1994, p. 86).

Faleceu a 18/07/1791 em Porto Alegre, com testamento.

Silvestre Machado Teixeira

Nasceu em 1723 na freguesia de Santa Luzia, Angra, ilha Terceira. Filho de João Machado Silveira Vieira e Maria da Conceição. Seu patrimônio para as ordens encontrava-se na Vila das Velas, ilha de São Jorge. Ordenado em Angra (RUPERT, 1994, p. 101).

Antes de vir para o Rio Grande do Sul, foi coadjutor da paróquia de N. Sra. do Pilar de Iguaçu, no Rio de Janeiro, nos anos de 1764 a 1765. No ano seguinte foi coadjutor de Desterro (Florianópolis). Dos anos de 1776 a 1778 foi padre da igreja de São Luís, em Mostardas, depois transferido para Viamão e, mais tarde, para Conceição do Arroio (Osório), em 1785.

Faleceu a 08/07/1791 em Viamão.

Referências

ARQUIVO NACIONAL. *Ofícios dos vice-reis do Brasil: Índice da correspondência dirigida à Côrte de Portugal de 1763 a 1808*. 2. ed., Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

LAYTANO, Dante de. *Arquipélago dos Açores*. Porto Alegre: EST, 1987.

MACIEL Júnior, José (Juca Maciel). *Reminiscências da minha Terra.* Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre: EST, 1987.

NEIS, Ruben. *Guarda Velha de Viamão*: no Rio Grande miscigenação, surge Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre: EST; Sulina, 1975.

PACHECO, Henrique Melati; HAACK, Marina Camilo; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Irmandade de Nossa Senhora do Rozario e São Benedito dos Pretos da Caxoeira (do Sul – RS):* (in)visibilidade negra, devoção, memória e as artes da resistência. São Leopoldo: OIKOS, 2020. [E-book].

PEIXOTO, Luciano Gomes. Estrada das tropas: fazenda Rincão da Palmeira e as terras de D. Venturosa Garcia: atuais localidades da Vila Palmeira e Venturosa, 2º distrito de Santo Antônio da Patrulha. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel; LAUCK, Fernando Rocha (Org.). *Santo Antônio da Patrulha*: Raizinha IV. Porto Alegre: Evangraf, 2019, p. 35-41.

RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul: época colonial.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994, v 1.

RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul: época imperial (1822-1889)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, v. 2.

Fontes documentais e acervos

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS)

Inventário *post-mortem de* Antônio Homem de Oliveira

ARQUIVO HISTÓRICO MONSENHOR RUBEN NEIS – CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE (AHMRuN)

Livro de Óbitos de Porto Alegre.

Arquivos pessoais dos genealogistas Diego de Leão Pufal e Zélce D. Mouquer.

UMA FOTÓGRAFA AÇORIANA EM PORTO ALEGRE NO SÉCULO XIX

MIGUEL ANTÔNIO DE OLIVEIRA DUARTE[1]

Em novembro de 2016 eu lancei o meu primeiro livro na Feira do Livro de Porto Alegre, com o título *Faça Chuva ou Faça Sol: fotógrafos em Porto Alegre (1849-1909).*

O livro era o resultado de quase duas décadas de pesquisas e tinha por objetivo identificar todos os fotógrafos que atuaram na cidade, fosse eventualmente ou com permanência mais demorada, desde meados do século XIX até a primeira década do século XX. Sempre que possível, apresentando uma pequena biografia ou notas biográficas desses profissionais e utilizando as fotografias nos formatos daguerreótipo, ambrótipo, ferrótipo, *carte de visite* e *carte cabinet* foi a forma de ilustrar os trabalhos de suas artes que, além da composição pictórica, também envolvia saberes e fazeres e o domínio da química para revelação e fixação dessas imagens do passado.

Dentre os 88 fotógrafos arrolados, tão somente 7 eram mulheres e, dentre estas mulheres a que tem a primazia de ser a primeira mulher fotógrafa de Porto Alegre foi a Madame Reeckell.

Por muitos anos era só este o nome conhecido da nossa primeira fotógrafa da cidade, cujo sobrenome indicava origem estrangeira, possivelmente alemã. Era necessário, então, tratar de desvendar este *mistério*, o nome e a origem desta profissional que aqui atuou na década de 1870.

Para a feitura das biografias, os acervos públicos e privados foram buscados, de forma presencial ou remota, documentação primária, jornais e periódicos, livros e registros genealógicos, etc. Uma ferramenta de extrema importância foi o acesso, via internet, da Hemeroteca da Bi-

1 Arquiteto e pesquisador. Autor dos livros: *Faça Chuva ou Faça Sol: fotógrafos em Porto Alegre (1849-1909)*, 2016; *Photographos no Rio Grande do Sul (1948-1948),* 2021, e *Porto Alegre: Cartões Postais & Crônicas*, 2022. Ex-diretor do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (1991-1994) e ex-secretário executivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1980-2009). Porto Alegre/RS.
E-mail: maoduarte@gmail.com

blioteca Nacional do Rio de Janeiro, poderoso instrumento na busca de registros dos fotógrafos e suas estadas pelas Províncias/Estados do Império/ República do Brasil.

Mas voltemos à história da primeira mulher fotógrafa de Porto Alegre.

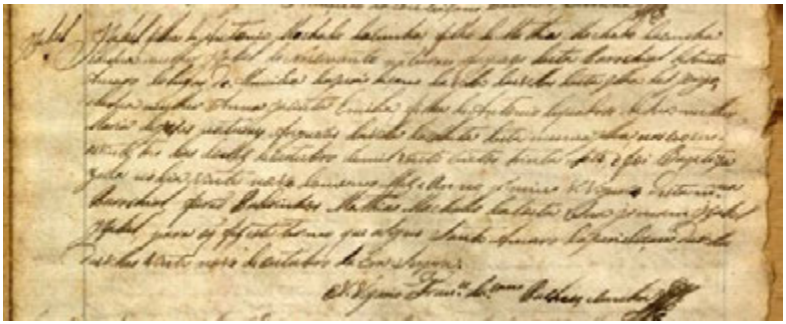
Madame Reeckell era casada com o fotógrafo Carl Friederick Johann Reeckell.

Em um dos povoados mais antigos da ilha de São Jorge do Arquipélago dos Açores, na Vila de Velas, nasceu Izabel Jacintha da Cunha em 23 de outubro de 1837. Filha de Antonio Machado da Cunha e sua mulher Anna Jacintha Emília, foi batizada em 29 do mesmo mês. Seu nome era uma homenagem à sua madrinha Izabel e à sua mãe Anna Jacintha.

Na certidão de batismo de Izabel Jacintha da Cunha consta:

> *Izabel filha de Antonio Machado da Cunha, filho de Mathias Machado da Cunha e de sua mulher Izabel do Nascimento naturais e fregueses desta paroquial de Santo Amaro do lugar do Almeida da jurisdição da Vila de Velas desta Ilha de São Jorge, e de sua mulher Anna Jacinta Emilia, filha de Antonio de Quadros e de sua mulher Maria de Jesus naturais e fregueses da Vila da Calheta desta mesma ilha, nasceu em vinte e três dias do mês de outubro de mil oitocentos e trinta e sete, e foi batizada no dia vinte e nove do mesmo mês e ano por mim V. Vigário desta mesma Paroquial, foram Padrinhos Mathias Machado da Costa e sua irmã Izabel, para o que fiz este termo que assino. Santo Amaro da jurisdição da Vila de Velas vinte e nove de outubro da* era ut supra.
>
> *O V. Vigário Francisco da Conceição Pacheco e Cunha*[2]

Figura 1 – Assento de batismo de Izabel Jacintha da Cunha (detalhe)



Fonte: Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo/Açores/Portugal. (acervo digital).

2 Agradecemos ao Sr. Marcolino Candeias Coelho Lopes (In memoriam), Diretor da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo/Açores/Portugal, o acesso a esta certidão de batismo em melhor resolução gráfica para transcrição.

Quando emigrou para o Brasil, possivelmente para Rio de Janeiro, não conseguimos apurar a data exata. Contudo, seu casamento com o fotógrafo Carlos Frederico Johann Reeckell, foi celebrado nesta antiga capital do império do Brasil em setembro de 1867.

No periódico *O Apóstolo* – a. II, n. 42, p. 304, de 20 setembro 1867, Rio de Janeiro, lê-se o expediente do Bispado. Passaram-se as provisões de casamento e, entre elas: - Dispensado a Carlos Frederico Johann Recakil (sic – Reeckell), natural da Prússia, protestante luterano, e Isabel Jacintha, natural de Portugal, moradora na freguesia de Santo Antônio desta corte (RJ), do impedimento *cultus-disparitas*, a fim de validamente receberem-se em matrimônio em casa. Estes Proclamas foram lidos na Capela Imperial no dia 15 de setembro de 1867.

No assento de casamento consta a seguinte informação:

> [fl. 164v]
>
> [Na margem] Carlos Frederico Reekell com Isabel Jacintha [Nº] 00912
>
> Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de mil oitocentos e sessenta e sete pelas oito e meia horas do dia em virtude da Provisão do Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Monsenhor Vigário Capitular, que dispensando do impedimento de diferença de Religião – *Cultus disparitas*, depois de ouvido o consenso de ambos, e de se obrigarem cada um ao cumprimento dos deveres, que recomendava dita Provisão; em presença das testemunhas Antonio Rodrigues de Figueiredo, e José Rodrigues de Figueiredo, em lugar destacado desta Igreja, receberam-se em matrimônio **Carlos Frederico Johann Reeckell**, filho legítimo de Fernando Wilhelm Luduvique Reeckell e de Maria Isabel Anna, natural e batizado na **Prússia**, na seita Protestante Luterana, com **Isabel Jacintha**, filha legítima de Antonio Machado da Cunha, e de Anna [fl.165] Anna Jacintha, natural e batizada na **Freguesia de Santo Amaro** da **Ilha de São Jorge**; ambos moradores nesta Freguesia. Do que para constar lavrei.
>
> Pe. Escobar Arº
> Cônego Vigrº Quintiliano José do Amaral

No Brasil, na Província do Rio de Janeiro (Corte), conforme notícia do jornal *Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal*, de 11 de julho de 1865, Carlos F. J. Reeckell torna-se sócio do também fotógrafo Bernardo Lopes Guimarães, o Lopes, com comércio de fotografia na Rua do Hospí-

cio n. 104. O capital da firma era de um conto e quinhentos mil réis (1:500$) e tinha por denominação *Frederico & Lopes*.

A Família Imperial Brasileira, *circa* 1865. *Mosaico* realizado pelos sócios fotógrafos Reeckell (Frederico) & Lopes. Aparecem a Princesa Isabel, o Conde D´Eu (esposo), Dom Pedro II (imperador) e sua esposa Thereza Christina, o Duque de Saxe e a sua esposa Leopoldina, irmã de Isabel, filhas do casal de imperadores do Brasil.

Na composição destes *mosaicos*, muitas vezes as fotografias utilizadas não eram de autoria dos fotógrafos que registravam os seus créditos nos *carte de visite.*

No Rio de Janeiro, ainda em 19 de julho de 1867, Carlos Frederico Johann Reeckell atuou com *fotógrafo volante*, abrindo estúdio no município de Vassouras, depois teve passagem por Valença e Santa Teresa, neste mesmo Estado.

Partindo do Rio de Janeiro, em 22 de setembro de 1867, o casal Carlos Frederico João (sic) Reeckell e sua esposa, acompanhados de mais 45 portugueses, embarcam no patacho português *Terceirense*, com destino à ilha Terceira (*Jornal do Commercio,* 23 set. 67).

Figura 2 – Família Imperial Brasileira

Fonte: acervo Miguel Duarte.

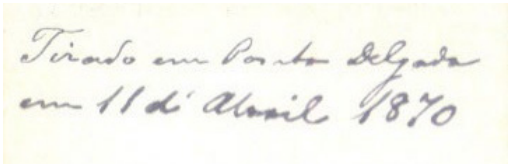
Figura 3 – Família Imperial Brasileira – verso do *carte de visite*

Fonte: acervo Miguel Duarte.

O fotógrafo Carl Friederich Johannn Reeckell, que aparece com os créditos em suas fotografias como *C.F.J. Reeckell,* antes de vir para o Brasil, atuou como *fotógrafo volante* na cidade de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, no Arquipélago dos Açores.

No verso deste *cartão de visite* aparece registrado em caligrafia manuscrita de época: *Tirado em Ponta Delgada em 11 de abril 1870.*

Figura 5 – Verso do carte de visite. Com letra manuscrita de época: "Tirado em Ponta Delgada em 11 de abril 1870"



Fonte: acervo Miguel Duarte

Figura 6 – Homem desconhecido

Fonte: acervo do autor.

Figura 4 – Mulher desconhecida. Os créditos do fotógrafo estão impressos no cartão suporte, no reverso do *carte de visite*. C.F.J. REECKLL (sic). PHOTOGRAPHO VOLANTE

Fonte: acervo do autor.

Figura 7 – Créditos do atelier, em carimbo, com o sobrenome escrito incorretamente

Fonte: acervo Miguel Duarte.

Sabe-se que Carlos Frederico Johann Reeckell atuou como fotógrafo no Arquipélago dos Açores/Portugal, antes de 1870. De passagem pela ilha de São Miguel/Açores, em 1869, oferecia os seus serviços por um curto período de tempo e se anunciava como "Fotógrafo Volante".

Conforme o pesquisador português Carlos Enes:

> [...] no final da década de 1860, Carlos F. J. Reeckell teve estabelecimento montado temporariamente nas três cidades do arquipélago, transmitiu os seus conhecimentos a vários aprendizes e terá dado uma contribuição fundamental para a introdução da fotografia na Horta. (http://www.culturacores.azores.gov.pt/aia/fotografia/Historia.aspx);

O mesmo pesquisador ainda informa que, vindo da ilha de São Miguel, Reeckell se instala em 1868 em Angra do Heroísmo (*O Angrense,* 10.01.1868), na ilha Terceira, onde permaneceu de janeiro a agosto, seguindo depois para a ilha do Faial. Afirma, também o pesquisador que na ilha de São Miguel - António José Raposo - Photographia Artística teria sido ensinado pelo fotógrafo Reeckell. Estabeleceu-se na rua da Esperança, em Ponta Delgada, e anunciou que se comprometia a tirar retratos melhores que qualquer outro fotógrafo que tivesse passado pela cidade. Proprietário da *Photographia Artística*, ensinava também a arte de fotografar e anunciava que tinha em sua posse os clichês do seu antecessor na mesma casa – Reeckell - pelos quais fazia reproduções. É muito provável que algumas fotos mais antigas atribuídas hoje a António José Raposo sejam reproduções do seu mestre, Reeckell.

Em Ponta Delgada, ilha de São Miguel, Carlos Reeckell esteve estabelecido com atelier na Rua do Val Verde nº 48. Este mesmo endereço será ocupado pelo fotógrafo Raposo que adquiriu seu atelier, inclusive os clichês de Reeckell.

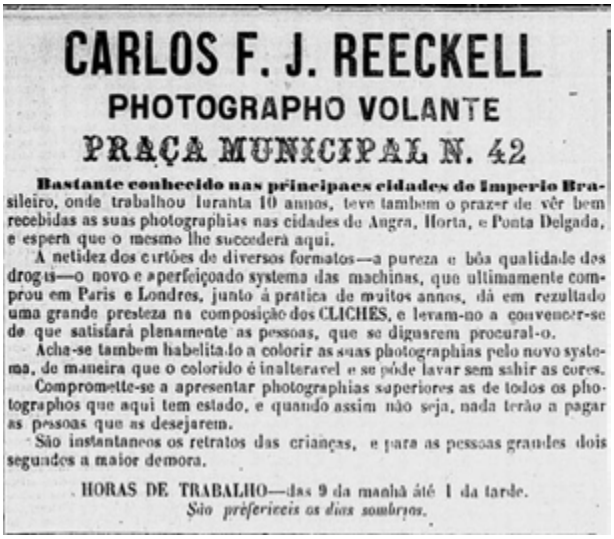
Partindo da ilha de São Miguel, a maior ilha do arquipélago dos Açores, conduzidos pela barca *Amizade*, saída em 15 de julho de 1870, aportaram em Fortaleza/Ceará, o casal Carlos Frederico e Izabel Jacintha. Os passageiros agradecem a feliz viagem e o tratamento dispensado pelo mestre da embarcação, fazndo publicar em jornal esse reconhecimento.

Em Fortaleza/CE estabelecem seu primeiro atelier na Praça Municipal, número 42, e informavam que:

> Compromete-se a apresentar fotografias superiores as de todos os fotógrafos que aqui têm estado e quanto assim não seja, nada terão que pagar as pessoas que [não] as desejarem.
>
> Previne que todas as pessoas que quiserem se utilizar de seus serviços, que sua demora nesta cidade, será até o primeiro vapor de outubro próximo vindouro.
>
> Horas de trabalho: Das 6 ½ da manhã à 1 da tarde, sendo preferíveis os dias sombrios. (A Constituição, 20 set. 1870, p. 3).

Ao que parece Carlos F. J. Reeckell não ia bem de finanças em Fortaleza/Ceará. em agosto de 1875, conforme publica a folha política, comercial e noticiosa *Constituição*. Através de edital, a Tesouraria Provincial do Ceará registra o débito do fotógrafo, no valor de 33 mil réis, relativo aos anos de 1872 a 1874, do imposto sobre casas em que se vendem artigos de comércio não manufaturado na Província, sendo este o caso dos ateliers de fotografia.

Figura 8 – Anúncio no Jornal Pedro II (CE), 14 de agosto de 1870



CARLOS F. J. REECKELL

PHOTOGRAPHO VOLANTE

PRAÇA MUNICIPAL N. 42

Bastante conhecido nas principaes cidades do Imperio Brasileiro, onde trabalhou luranta 10 annos, teve tambem o prazer de vêr bem recebidas as suas photographias nas cidades de Angra, Horta, e Ponta Delgada, e espera que o mesmo lhe succederá aqui.

A netidez dos cartões de diversos formatos—a pureza e bôa qualidade dos drogis—o novo e aperfeiçoado systema das machinas, que ultimamente comprou em Paris e Londres, junto á pratica de muitos annos, dá em rezultado uma grande presteza na composição dos CLICHES, e levam-no a convencer-se de que satisfará plenamente as pessoas, que se dignarem procural-o.

Acha-se tambem habelitado a colorir as suas photographias pelo novo systema, de maneira que o colorido é inalteravel e se póde lavar sem sahir as cores.

Compromette-se a apresentar photographias superiores as de todos os photographos que aqui tem estado, e quando assim não seja, nada terão a pagar as pessoas que as desejarem.

São instantaneos os retratos das crianças, e para as pessoas grandes dois segundos a maior demora.

HORAS DE TRABALHO—das 9 da manhã até 1 da tarde.
São preferiveis os dias sombrios.

Fonte: acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Hemeroteca digital.

O casal passou, ainda, pelos municípios de Valença, Santa Teresa e Vassouras no Rio de Janeiro, até partirem para o sul do Brasil.

É provável que o casal de fotógrafos Reeckell tenha chegado em Porto Alegre em 1873. No *Almanak Rio-Grandense*, II ano, 1874, seu nome aparece, de forma truncada, como era comum acontecer, no registro dos fotógrafos como *G.T.I. Ruckell* (sic), *rua dos Andradas n. 80*.

Este era o aspecto da Praça da Matriz em Porto Alegre em 1877 quando o casal Reeckell estava estabelecido na cidade.

Figura 9 – Praça da Matriz, atual Praça Marechal Deodoro.
Fotógrafo Luiz Terragno, 1877

Fonte: acervo privado.

Nos *Registros de Contribuintes* de Porto Alegre (Arquivo Histórico de Porto Alegre), relativo aos anos de 1873-74, aparece o nome de Carlos Frederico J. Reeckell, estabelecido na Rua dos Andradas. No mesmo *Registro*, no período1874-75, é lançado o nome de Carlos, acompanhado da observação de que *não mais existe*. Note-se, porém, que no período de 1875-76 desses recolhimentos de contribuintes, aparece com a informação de dispensa do pagamento do imposto de 30 mil réis decorrente, possivelmente, de pedido de sua esposa.

Localizamos uma única fotografia no formato *Carte Cabinet,* executada por Carlos Frederico Johann Reeckell.

Acreditamos que esta fotografia retrate uma reunião de alguns sócios da *Sociedade Ensaios Literários* (1875-1877), de Porto Alegre, formada por literatos, teatrólogos, funcionários públicos, alguns dissidentes e expulsos da Sociedade Partenon Literário. Esta sociedade publicou algumas revistas em fascículos.

Entre seus membros figuraram: João Damasceno Vieira Fernandes (1851-1910 – 3º da esq/dir), José de Sá Brito (1844-1890), João da Cunha Lobo Barreto Jr. (1853-1876), Gustavo Cesar Viana Filho, Ernesto Silva, Joaquim Alves Torres (n. 1852), João Moreira da Silva, José Martins Flores, Frederico de Villeroy (1835-1897), Aurélio Viríssimo de Bittencourt (1849-1919), Dionísio Monteiro, Carlos Lobo, Artur Borba e, entre

outros, o Antônio Carlos Duarte (1º à esquerda, sentado).

Antônio Carlos Duarte nasceu em Porto Alegre aos 7 de abril de 1848. Funcionário público da Secretaria do Governo de Província de São Pedro do Rio Grande, ingressou neste órgão como amanuense, chegando a Diretor da 2ª Seção da SG. Foi casado com Guilhermina Maurícia de Oliveira, em 11 de maio de 1874, na Freguesia do Rosário. Já aposentado, faleceu na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre aos 9 de março de 1894, de congestão cerebral.

Madame Reeckel fez pedido à Câmara Municipal de Porto Alegre, cuja notícia aparece nas Atas da Câmara, 4ª. sessão, 21 de outubro de 1875, folhas 138v:

Figura 10 – *Carte Cabinet*: alguns sócios da Sociedade Ensaios Literários (1875-1877), de Porto Alegre

Fonte: acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

> Presente um requerimento de Mme Reeckell, pedindo ser aliviada do pagamento do imposto de sua casa de retratista, alegando estado de pobreza. A Câmara envia-o ao senhor procurador para informar. Na 7ª. sessão, de 13 de dezembro do mesmo ano (fls. 141): Lido um outro do mesmo (sr. Procurador), informando o requerimento de Madame Reeckell, em que pede ser relevada do pagamento do imposto de sua casa de retratista. Ficou adiado a requerimento do sr. vereador dr. Fagundes. Ao que nos parece, foi deferido, uma vez que assim nos informa o Registros de Contribuintes 1875-76.

No *Jornal do Commercio* – Porto Alegre, a. X, n. 281, 12 dez 1874, sábado, p. 4, consta o seguinte anúncio:

> Fotografia Alemã
>
> A abaixo assinada participa ao público que tendo feito reforma no atelier que se achava muito devassado, de hoje em diante presta-se a tirar retratos sem que nada incomode, em qualquer hora do dia, ainda mesmo que chova.

> Chama a atenção do público para os retratos em porcelana de alto relevo (sic- baixo relevo), abrilhantados, coloridos e também a óleo.
>
> Uma dúzia de retratos por 4$000 rs. simples, iguais ou melhores aos vindos da Europa; assim como dá amostras.
>
> Rua dos Andradas Nº 80
>
> Mme REECKELL

Como aparecem nos anúncios do atelier da *Photograpgia Allemã*, ela estava estabelecida na Rua dos Andradas nº 80. Esta numeração hoje em dia não corresponde à atual numeração. Por duas ou três vezes, pelo menos, houve mudança na numeração dos imóveis em Porto Alegre, com início em 1853 e nova numeração em 1870.

Levando-se em conta que em 1872 a *Drogaria Ingleza* estava estabelecida na rua dos Andradas nº 122, à esquerda do rumo Leste, entre a Rua General Câmara e a Rua Uruguai, próximo de onde hoje está a Livraria Paulinas, presume-se que o atelier da Madame Reeckell ficasse à direita, no rumo Oeste, entre a Rua Caldas Júnior (antigo Beco do Fanha – Travessa Paysandu) e a Rua João Manoel.

Era comum nos estúdios as vidraças ou telhados de vidro, que permitiam que a luz externa inundasse o atelier, a fim de que fosse obtida uma melhor iluminação do retratado.

Um dos primeiros fotógrafos estabelecidos na cidade de Porto Alegre foi Luis Terragno. Abriu a sua *Galeria de retractos ao Electrotypo* em 1855. Terragno, que era inquieto e genioso, manteve grande rivalidade com a Madame Reeckell, através da imprensa local. No mesmo jornal e página citado, o fotógrafo faz publicar o seguinte anúncio:

> Fotografia da Casa Imperial. Praça do Conde d'Eu (Paraizo) Nº 58
>
> Os abaixo-assinados participam ao público que mudaram seu estabelecimento de fotografia da Rua do Riachuelo para o lugar acima indicado, continuando a tirar retratos com a perfeição já de há muito conhecida, e tendo feito uma grande redução nos preços.
>
> Chama especialmente a atenção do público para os seus retratos marmorizados, e para os de foto-pintura, os quais têm o vigor e duração da pintura a óleo, conservando a perfeição da fotografia.
>
> Tiram-se retratos das 8 horas da manhã às 4 da tarde, seja qual for o tempo.
>
> L. Terragno & Comp.

No Jornal *A Reforma*, editado em Porto Alegre, no dia 4 de agosto de 1875, Mme. Reeckell publica a seguinte nota:

> Luz Tangente. O sr. Terragno, em a pedido inserto no Riograndense, tratando dos retratos à luz tangente, diz que os não tiro pelo mesmo sistema dos seus. Os retratos chamados pelo sr. Terragno de à luz tangente – são na minha opinião iguais aos que tiro e tenho anunciado. Quem quiser convencer disso venha à minha casa para ver retratos que tenho tirado e outros de fotógrafos do Rio de Janeiro, também do mesmo sistema, isto é, preferindo-se os dias escuros para o trabalho dessa qualidade de fotografias. O sr. Terragno é injusto quando atribui-me querer imitá-lo, dando o nome de retratos – à luz tangente – que só s.s. (sua senhoria) pode tirar, quando é certo que os tiro há muito tempo. Desafia-me a apresentar os aparelhos e ingredientes que são precisos. Poderá vê-los quem quiser. O sistema é simples e não faço mistério para com as pessoas que, visitando a minha galeria, pedem para ver os aparelhos de que me sirvo. Quanto a supor que usei do emblema seu, no meu anúncio publicado na Reforma, declaro que nada tenho com isso. E o sr. Terragno com aquela empresa deve entender-se a respeito. M. Reeckell.

Na Exposição Provincial, realizada em 1875 em Porto Alegre, cujo Catálogo aparece com a data de 24 de maio de 1875, os dois contendores apresentaram produtos. Madame Reeckell, inscrita sob o número 474, expôs: *Um quadro grande com diversos retratos fotográficos de diferentes sistemas. Produtor e expositor – M^me^ Reeckel*. Logo acima, inscritos sob os números 468 a 473, Terragno & Cia. apresentaram:

> Um quadro fotográfico representando uma vista do mercado de Porto Alegre; Um dito com uma dita da estação dos bondes de Porto Alegre; Uma dita com quatro retratos em cartão de visita; Um dito com um retrato do Exmo. Sr. Conde de Porto Alegre; Um dito com um dito de senhora; Um dito de dito de homem.

Nos primeiros *carte de visite* (CDV), fotografias em papel albuminado, colados sobre cartões rígidos, no tamanho médio de 10 x 6 cm, os créditos da *Phot.Allemã – Mm. Reeckell – rua dos Andradas 80 – Porto Alegre*, aparecem primeiramente com selo colado, substituídos por carimbo do estabelecimento no verso dos CDV, depois da reforma do atelier, com os créditos *de NOVA PHOTOGRAPHIA - ALLEMÃ - DE MADAME REECKELL - RUA DOS ANDRADAS Nº 80 - PORTO ALEGRE.*

Figura 11 – Homem desconhecido. Carte de Visite - "Óculo" em baixo relevo. "Selo" colado no reverso do *carte de visite*, ou cartão de visita

Fonte: acervo Miguel Duarte.

Figura 12 – Mulher desconhecida

Fonte: acervo Miguel Duarte.

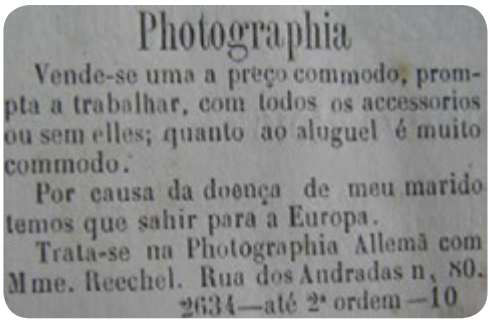
Figura 13 – Carimbo no reverso do *carte*

Fonte: acervo Miguel Duarte

A simplicidade das peças que compõem o estúdio já denota a pobreza pecuniária dos proprietários. Carimbo no reverso do *carte de visite,* ou *cartão de visita.* (CDV), depois das reformas no atelier.

No *Jornal do Comércio* de Porto Alegre, entre os meses de agosto e outubro de 1877, a fotógrafa fez publicar dois tipos de anúncios em que informa a venda do seu atelier; anúncios que foram diversas vezes repetidos. Supõe-se que tenha partido para a Europa, depois do ano de 1878, levando seu marido doente para se tratar.

Figura 14 – Jornal do Commercio, Porto Alegre, 7 de agosto de 1877



Photographia

Vende-se uma a preço commodo, prompta a trabalhar, com todos os accessorios ou sem elles; quanto ao aluguel é muito commodo.

Por causa da doença de meu marido temos que sahir para a Europa.

Trata-se na Photographia Allemã com Mme. Reechel. Rua dos Andradas n. 80.

2634—até 2ª ordem—10

Fonte: acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

Figura 15 – Jornal do Commercio, Porto Alegre, 19 de agosto de 1877

Photographia Allemã

Continúa a tirar retratos por preços muito commodos até achar comprador.

Rua dos Andradas n. 80.

Mme Reeckell.

2924—até 2ª ordem—6

Fonte: acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

Figura 16 – O General Farroupilha João Manoel Menna Barreto. Ilustração que foi fotografada pela Madame Reeckell. As informações manuscritas estão erradas. O reverso do *carte de visite*, agora impresso, se assemelha a cartas de baralho

Fonte: acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

O maior conjunto de fotografias produzidas pelo atelier de Madame Reeckel localizamos no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. E devemos confessar, enquanto organizamos graciosamente este conjunto de documentos, a nossa felicidade em reunir a família do Governador do Estado, à época chamada Província, o Dr. João Pedro Carvalho de Moraes. A identificação do governador do Estado do RS só foi possível graças às caricaturas publicadas no jornal satírico *O Guarany*, publicado em Porto Alegre em janeiro, fevereiro e março de 1875.

Figura 17 – Jornal O Guarany, de 1876, com charges do Presidente da Província João Pedro Carvalho de Moraes

Fonte: acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Figura 18 – Dr. João Pedro Carvalho de Moraes
Presidente da Província (Estado do RS). Governou de 01.12.1872 a 11.3.1875. Sem identificação da personagem no verso

Fonte: acervo do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. (AHCMPOA).

Este conjunto de fotografias são em número de 6 peças. Do atelier de Madame Reeckell: o Presidente da Província, sua esposa e 4 filhos. A mãe do Presidente da Província, Dona Maria Amália Carvalho de Moraes, também se encontra, em produção do atelier do Gonçalves. As fotografias foram ofertadas ao 2º Bispo do Rio Grande do Sul, Dom Sebastião Dias Laranjeira, em visita em 6 de março de 1875.

Créditos do atelier em selo colado no reverso do cartão suporte do CDV, nas fotografias do Presidente da Província e de sua esposa. No acervo do AHRS também consta o CDV do Presidente da Província, também sem identificação da personagem.

Figura 19 – Isabel Leonor da Mota Leite de Araújo, esposa do Dr. João Pedro Carvalho de Moraes. Sem identificação da personagem no verso

Fonte: acervo do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. (AHCMPOA).

Figura 20 – Selo colado no reverso dos *carte de visite* do Presidente da Província e de sua esposa

Fonte: acervo do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. (AHCMPOA).

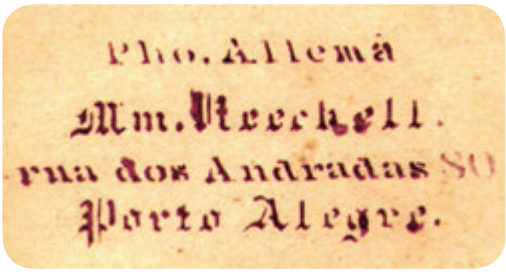
Figura 21 – Pedro Carvalho de Moraes

Fonte: acervo do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. (AHCMPOA).

Figura 22 – Luiz

Fonte: acervo do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. (AHCMPOA).a

Figura 23 – O carimbo, com os créditos do atelier, aparecem em duas das quatro fotos dos filhos do casal



Fonte: acervo do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. (AHCMPOA).

Figura 24 – João Pedro

Fonte: acervo do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. (AHCMPOA).

Figura 25 – Thereza Maria

Fonte: acervo do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. (AHCMPOA).

Os filhos do Presidente da Província João Pedro Carvalho de Moraes e de sua esposa Isabel Leonor da Mota Leite de Araújo: Pedro Carvalho de Moraes (11 anos), João Pedro (9), João Pedro (7) e Thereza Maria (2), em fotografias *carte de visite* oferecidas a Dom Sebastião Dias Laranjeira, 2º Bispo do RS, em 6 de março de 1875, e executadas por Madame Reeckell na - *Photographia Allemã* -, atelier instalado na Rua dos Andradas nº 80, em Porto Alegre.

Todos estes *carte de visite* (cartões de visita – CDV´S) pertencem ao acervo do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e que organizamos graciosamente em pastas, em agradecimento do empréstimo das peças para digitalização.

Uma última informação que pudemos apurar do casal de fotógrafos Reeckell foi no periódico *ALBUM DE DOMINGO,* de Porto Alegre, em 7 de abril de 1878, a. I, n. 1, p. 6, em que a Família Riosa, cujas meninas Caroli-

na e Júlia, artistas lírico-dramáticas, se apresentaram no Theatro São Pedro e ofereceram a renda de um espetáculo em favor do fotógrafo doente, saldando assim uma antiga dívida de gratidão para com os Reeckell.

Diz a notícia:

> E não é só o talento que as distingue, bem como a seu pai Sr. Riosa.
>
> Há sentimentos generosos naqueles corações: a gratidão e a caridade entrelaçam-se e tornam esses artistas mais ainda recomendáveis aos olhos dos que prezam as grandes virtudes e as grandes dedicações.
>
> O Sr. Reeckell teve um dia ocasião de ser útil à família Riosa.
>
> Correram os anos, e o Sr. Reeckell veio para esta capital, onde sua esposa tem feito verdadeiros prodígios para tornar menos amargo um longo quinquênio de moléstia, martírios e dores de seu marido.
>
> Só tão rara abnegação, tão grande esforço para o trabalho tem feito afugentar a miséria que mais de uma vez se há apresentado esquálida e medonha à porta do pobre enfermo.
>
> Pois bem: o acaso trouxe a nossas plagas a família Riosa, e esta não pode ser indiferente à triste sorte daquele de quem outrora recebeu favores.
>
> Os dignos artistas ofereceram ao Sr. Reeckell o produto de uma recita, que se realizou na quinta feira.
>
> Bem hajam por tão nobre procedimento, que revela elevação de sentimentos não muito comum no estado atual da sociedade.
>
> Bem hajam também as senhoras, que, condoídas do infortúnio da Sra. Reeckell, a quem se manifestara quase impossível passar os bilhetes para o espetáculo em favor de seu marido, estenderam-lhe mãos protetoras.
>
> Deus, o Supremo Árbitro, que vê todos os atos da vida humana, recompensará àqueles que praticam a grande e sábia lei do Cristo – amparando os fracos, enxugando as lágrimas dos que choram, acudindo com suavíssimas consolações às dores dos que sofrem.

O casal retornou a Portugal, onde o esposo da fotógrafa Carlos Frederico Johann Reeckel faleceu na década de 1890. A Madame Reeckell, já viúva, ainda manteve atelier em Lisboa, que foi vendido em 1904. A fotógrafa faleceu no século XX, conforme dissertação de Mestrado da portuguesa Paula Cristina Viegas.[3]

3 VIEGAS, Paula Cristina de Pinho Coelho Cintra. *Mulheres Fotógrafas em Portugal* (*1844-1918):* Maria E. R. Campos – 1.ª Photographa Portugueza. Lisboa, 2018, 113p. mais anexos. Dissertação (Mestre em Arte, Património e Teoria do Restauro) – Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras.

COMENDADOR BAPTISTA: UM CAPITALISTA AÇORIANO EM PORTO ALEGRE

Leonor Carolina Baptista Schwartsmann[1]

O cronista Achylles Porto Alegre, em seu livro Jardim de Saudades (1921), descreve a conduta do Comendador Baptista, conhecido capitalista de Porto Alegre, em um episódio que envolvia a cobrança de um aluguel devido por um inquilino seu do Edifício Malakoff. Esse edifício foi considerado o primeiro arranha-céu da capital gaúcha e estava localizado na área central da cidade, próximo à Intendência e ao Mercado Público. Neste texto, além da condição de acumulação de renda do proprietário, estão presentes os valores sociais da época. Segundo o cronista:

> Na sua mocidade, quando a fortuna ainda não abrira o cofre de suas graças, ele fora trabalhador como os que mais o eram, e amava o trabalho, que fortalece o corpo e distrai o espírito.... Tendo sido um dos maiores proprietários da cidade, nunca pôs a faca aos peitos de seus inquilinos em atraso, nem tão pouco lhes aumentava o aluguel, quando eram antigos moradores do prédio...Ele que, para os anarquizadores da ordem social, não passava de um 'burguês rico', teve na sua longa e útil existência, muitos e muitos rasgos de incomparável filantropia (PORTO ALEGRE, 1921, p.152-153).

Este artigo procura identificar as estratégias assumidas para adquirir poder econômico e reconhecimento social, e a trajetória de vida de José Baptista Soares da Silveira e Souza, um indivíduo que emigra para o Brasil, com poucos recursos, e torna-se herdeiro do tio, João Baptista Soares da Silveira e Souza, convertendo-se em um dos maiores proprietários de imóveis da capital do Rio Grande do Sul, no final do século XIX e início do século seguinte.

Existem várias possibilidades de pesquisa no estudo, tais como as redes sociais que ele participou, aspectos genealógicos, crescimento da

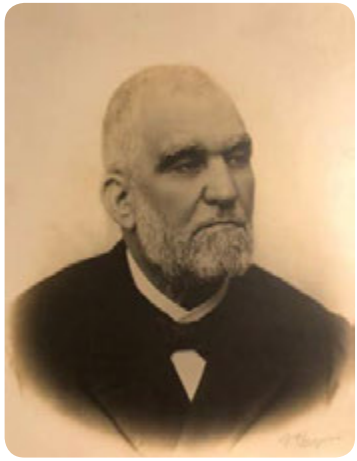
1 Doutora em História, reside em Porto Alegre/RS. Contato leonorschw@gmail.com

cidade, urbanismo, religiosidade, finanças, etc. Podemos aqui considerar a utilização do conceito de notável, usado para caracterizar pessoas que se distinguiram em suas atividades e sua inserção na sociedade. Estas podem localizar-se no campo econômico, político, social ou cultural. Um indivíduo pode assim posicionar-se em um determinado campo ao mobilizar elementos patrimoniais, como bens imobiliários, ou bens simbólicos, como linhagem e cultura. O notável se caracteriza pela importância de sua riqueza e atividades, pela visibilidade de bens, nome e ações e pela utilidade para seus clientes ou protegidos (LAMBERT, 2009).

Nesta comunicação, foram utilizados os registros do jornal *A Federação* e livros de crônicas da cidade.

Introdução

Figura 1 – José Baptista Soares da Silveira e Souza



Fonte: acervo da família Baptista.

José Baptista Soares da Silveira e Souza nasceu em 1837, na ilha de São Jorge, Arquipélago dos Açores, e faleceu em Porto Alegre, em 1913. José era conhecido como Comendador Baptista em razão de ter sido agraciado com a Comenda da Rosa. Era sobrinho e herdeiro do juiz de paz, vereador e construtor açoriano João Baptista Soares da Silveira e Souza, que se notabilizou pelas seguintes obras públicas e privadas no Rio Grande do Sul: Theatro São Pedro (fundações), A Bailante, Ponte de Pedra, Casa de Correção, Edifício Malakoff, etc. Sua vinda ao Brasil, junto a de seus irmãos João e Manoel, decorreu do chamado do tio, após o trágico falecimento de seus pais em um naufrágio nos Açores.

Capital social e relações de parentesco

A ascensão na elite rio-grandense foi rápida e complementada pelo matrimônio. José casou-se com Cecília Rodrigues de Barcellos, pertencente a uma ilustre família pelotense; era filha do Dr. Israel Rodrigues de Barcellos e Maria Josefa da Silva Freire. O Dr. Israel (1812-1890) foi um importante personagem na política de Pelotas e do Rio Grande do Sul, era advogado formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1838.

Foi provedor da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre em 1856, assumiu a chefia do Partido Conservador, foi deputado à Assembleia Provincial, Deputado Geral e viveu na Corte brasileira. Além disso, exerceu a presidência interina da Província do Estado, no período de 1868 e 1869, sendo considerado um exemplo de inserção política pelo uso de diploma de Direito (MAIA, 2015).

A mãe de Cecília chamava-se Maria Josefa da Silva Freire, filha da Brigadeira Rafaela Pinto Bandeira e do Coronel Vicente Ferrer da Silva Freire, assassinado no início da Revolução Farroupilha por ser legalista. A Brigadeira, como era chamada, era filha do Brigadeiro Comandante Rafael Pinto Bandeira, integrante da Legião Ligeira de Rio Grande, em 1789, herói das Guerras do Sul e Governador da Praça de Rio Grande, e de Josefa Eulalia de Azevedo. A família de Cecília possuía escravaria e charqueada em Pelotas, e dedicava-se também à pecuária (PINTO, 2014). Seu cunhado e fraternal amigo era o médico cirurgião Israel Rodrigues de Barcellos Filho, que chefiou a 2ª Enfermaria de Cirurgia da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, e tornou-se irmão zelador desta instituição.

Figura 2 – Cecília Rodrigues de Barcellos Baptista

Fonte: acervo da Família Baptista.

Um proprietário de imóveis e financista

José tornou-se um importante capitalista de Porto Alegre, maneira como eram denominados os empresários. O Comendador era reconhecido como um dos maiores pagadores de imposto predial da cidade, no início do século passado. Entre os imóveis de grande porte e importância, constava o Edifício Malakoff, que havia sido construído por seu tio João Baptista Soares da Silveira e Souza. José tornou-se herdeiro e único proprietário do prédio, que tinha a finalidade de locação para renda; havia lojas, escritórios e habitações em seus quatro andares; nenhum membro da família ou de descendentes morou ali. A história deste edifício acompanhou as alterações arquitetônicas, urbanas e imobiliárias do centro de Porto Alegre, que contribuíram para a sua decadência e posterior demolição em 1957 (SCHWARTSMANN, 2003).

Na Capital, o comendador era proprietário de imóveis que foram construídos especialmente para renda através do aluguel de moradias, localizados principalmente na Cidade Baixa, região que compõe hoje as ruas da República, João Alfredo, José do Patrocínio, Lima e Silva e Venâncio Aires. Também possuía vários imóveis na, atualmente, denominada Rua General Lima e Silva e, à época, Rua da Olaria, que em 1884, quando foi aberta, gerou discussão e crítica ao Comendador em decorrência de seu influente poder econômico. Esta rua partia do Campo do Bonfim, passava pelas terras do Comendador Baptista e próximo das residências de sua família e herdeiros, na, posteriormente, chamada de Rua da República. Sua residência ocupava uma área de três hectares. Segundo o editorial:

> A Câmara deve fechar os olhos para não ver a pessoa que tem de lucrar com as aberturas das ruas; ela só tem de lucrar com as aberturas das ruas; ela só deve ter em vista a comodidade pública, não querendo saber se os favorecidos são ricos ou pobres, grandes ou pequenos, porque os ricos de hoje serão os pobres de amanhã e vice-versa! Cousas municipais. Cidadãos vereadores (A FEDERAÇÃO, 1884, p. 1).

Nos anos seguintes, outras vias foram abertas na região e beneficiaram as áreas pertencentes ao Comendador. Em 1890, foi iniciada a construção de uma nova rua que partiria do Campo do Bonfim e que, além de atravessar as suas terras e uma série de terrenos de sua propriedade, atravessaria as ruas da Olaria e Concórdia, em demanda da Margem, onde terminava sobre o riachinho (A FEDERAÇÃO, 1890). Na área, havia sérios problemas de escoamento e um valão de esgoto aberto na Rua da República.

Em 1906, o Comendador Baptista foi noticiado como um dos maiores contribuintes na listagem dos quinze principais pagadores de impostos territoriais de Porto Alegre, contribuindo com o valor de 6:797$100 para o imposto da Décima Urbana (A FEDERAÇÃO, 1906), o que se repetiu em outros anos. Além dele, seu cunhado Israel também fazia parte do grupo dos grandes contribuintes de imposto predial. Entre as obrigações desses indivíduos, constava a participação indispensável na comissão de alistamento eleitoral municipal.

O Comendador era proprietário de uma chácara de lazer na zona, onde, posteriormente, foi construído o Estádio Olímpico de Porto Ale-

gre. Ele e seu irmão João, residente em São Leopoldo, possuíam extensa área de terras localizadas na várzea do Rio Gravataí (A FEDERAÇÃO, 1906). João era o proprietário da Casa dos Baptista, situada em Cachoeirinha.

No campo financeiro, o Comendador Baptista figurava como acionista e conselheiro da Sociedade de Seguros Terrestres Porto Alegrense, da Companhia de Fiação e Tecidos de Porto Alegre, da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense e da Companhia de Força e Luz Porto-Alegrense (A FEDERAÇÃO, 1911; A FEDERAÇÃO, 1904 e 1909). Essas instituições são exemplos de importantes atividades empresariais sediadas em Porto Alegre, na passagem do século XIX para o século XX.

Aspectos de religiosidade

Quanto à religiosidade, são vários os exemplos de contribuições financeiras para a construção, acabamentos de igrejas, participação em festividades religiosas, correspondências e atividades relacionadas com a fé católica. Sua tradição açoriana foi preservada, sendo festeiro da Festa do Divino Espírito Santo, sorteado para assumir o cargo em 1894. Sabe-se das atividades que seriam realizadas e coordenadas pelo Comendador: na cadeia, haveria missa e novenas, seriam distribuídos emblemas e esmolas aos presos; na capela, ocorreria a distribuição de rações de feijão, farinha, pão e carne seca aos pobres. A festa seria abrilhantada por música, coretos, dança de jardineiras e fogos de artifício, que teriam lugar na praça da Matriz, em frente à capela, e por missa comemorada na Catedral (A FEDERAÇÃO, 1984).

Em 1900, foi arrematada a agulha da primeira torre da Igreja de Nossa Senhora das Dores. O Comendador era membro da comissão de conclusão das obras do referido templo. A construção foi festivamente embandeirada, e sabe-se que a comemoração contou com inúmeros foguetes e uma salva de 21 tiros. A festa solene de bênção dos novos sinos, que deveriam ser colocados na nova torre, contaria com o apadrinhamento de três casais: o Comendador e sua esposa, o Dr. Israel Rodrigues de Barcellos Filho e cônjuge e Francisco Marques Coimbra e sua mulher (A FEDERAÇÃO, 1900). O Comendador ajudou com as espórtulas para auxiliar as despesas dos atos da Semana Santa da Matriz Nossa Senhora das Dores, sendo o maior doador, com o valor de 7$000, que foi entregue

ao Padre José Caruso, responsável pela organização das festividades (A FEDERAÇÃO, 1903).

Em 1907, participou do lançamento da pedra fundamental da nova capelinha erigida em honra à Nossa Senhora da Saúde, no arrabalde de Teresópolis, que é uma das invocações marianas atribuídas à Virgem Maria, sendo sob essa designação particularmente cultuada em Portugal. Após o Monsenhor ter aspergido com água benta a pedra, o Comendador, representado por um filho, e o cunhado Dr. Israel, representando a sua esposa, deram as marteladas de estilo (A FEDERAÇÃO, 1908).

Já em 1910, o Reverendo Cônego Chrispin Joaquim, tesoureiro da Arquiconfraria de Nossa Senhora do Rosário, recebeu a quantia de 50$000 do Comendador Baptista, com o objetivo de proceder aos reparos da Igreja Nossa Senhora do Rosário (A FEDERAÇÃO, 1910), quarto estabelecimento religioso que contaria com seu apoio. O Comendador ainda se encontrava entre os assinantes da comissão que escreveu a mensagem enviada ao Cardeal Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, em razão de sua recente investidura na carreira eclesiástica (A FEDERAÇÃO, 1906).

Registros sociais

Registros sociais de membros de sua família direta aparecem frequentemente nos jornais, seja por agradecimentos, comemoração de datas de aniversário, divulgação de casamentos ou notícias de falecimento. Eram frequentes as notas em jornais referentes às atividades sociais do Comendador e de seus familiares. Em uma delas, tendo as características de nota de agradecimento, ele, sua mulher, e o Dr. Israel Rodrigues de Barcellos Filho são nomeados por um doente chamado José Francisco Soares, como benfeitores; possivelmente tratava-se de um indivíduo tuberculoso. A nota informava que José Francisco havia sido atacado por uma pneumonia dupla e que o médico o tratara. O doente relatou ainda que estivera em estado desesperador, escarrando sangue, prostrado por intensa febre e que, após a quinta ou sexta dose do medicamento aplicado, desapareceram os escarros de sangue e, depois de oito dias, a febre que o devorava, em três semanas estava em convalescença (A FEDERAÇÃO, 1891).

O contrato de casamento de sua filha Maria José com o Juiz Distrital Dr. Joaquim Tibúrcio de Azevedo foi devidamente noticiado (A FEDERA-

ÇÃO, 1984). Já o casamento civil e religioso do casal foi noticiado em primeira página do jornal A Federação (A FEDERAÇÃO, 1895). O aniversário de Cecília, sua esposa, era anualmente divulgado nos jornais (A FEDERAÇÃO, 1912). Sua filha Maria do Carmo Baptista de Almeida morreu em 1900, e a missa por sua alma foi celebrada na Catedral com as devidas pompas (A FEDERAÇÃO, 1900).

Em relação à atuação cívica, participou várias vezes como jurado em tribunais, conforme atestam notas veiculadas pelos periódicos (A FEDERAÇÃO, 1913). Para benefício da população, cedeu terreno localizado na Rua da Concórdia para a construção de um redondel destinado às corridas de touros (A FEDERAÇÃO, 1904).

Atuou frequentemente de modo filantrópico, que, aliás, era a ordem do dia. Foi um dos fundadores da Sociedade Humanitária Padre Cacique, que tinha por objetivo sustentar e educar órfãs desvalidas, recolher e sustentar mendigos e decrépitos, criar e educar crianças abandonadas; os beneficiados desta sociedade seriam dirigidos segundo os princípios da religião católica (A FEDERAÇÃO, 1899). Colaborou ainda na construção da instituição Pão dos Pobres, quando concorreu para a caridosa instituição com a quantia de 4$000, em 1901 (A FEDERAÇÃO, 1901).

Em 1903, participou da quermesse realizada em benefício da Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, criada em 1898, quando doou uma caneta de prata (A FEDERAÇÃO, 1903). Era amigo do Professor Sarmento Leite, um dos fundadores da faculdade. Seu filho Israel Baptista Soares da Silveira e Souza ingressou na faculdade no ano seguinte e formou-se em 1909.

Sua importância na sociedade pode ser confirmada em atos fúnebres. José Faleceu aos 78 anos, em 1913, sendo chamado de capitalista. Foi enterrado no Mausoléu Comendador Baptista, na área principal do Cemitério da Santa Casa, nas proximidades dos túmulos de Julio de Castilhos e Pinheiro Machado. A nota fúnebre só denomina os filhos homens, Israel e José, e os genros, Joaquim Tibúrcio de Azevedo e o Alferes da Brigada Militar Cândido Mesquita (A FEDERAÇÃO, 1913). Foram realizadas missas em sua homenagem na Igreja do Menino Deus e na Catedral Metropolitana.

A missa comemorativa de um ano foi celebrada na Catedral Metropolitana, sendo noticiado que foi numerosa a assistência de famílias e cavalheiros (A FEDERAÇÃO, 1914). Já a de sétimo dia de falecimento de sua esposa, em 1914, foi realizada na Catedral Metropolitana e teve as-

pectos de devida grandiosidade. O celebrante foi o Monsenhor Octaviano de Albuquerque, bispo do Piauí, que dirigiu a missa junto com quatro padres, sendo um deles, como frisado no registro, um padre jesuíta. A missa foi acompanhada pela Banda do 3º Batalhão da Brigada Militar, que tocou sentidas marchas (A FEDERAÇÃO, 1914).

Em 1925, foi criada em sua homenagem a Rua Comendador Baptista, no Bairro Cidade Baixa, localizada entre a Rua da República e a Sarmento Leite (A FEDERAÇÃO, 1925). Sua mulher foi homenageada com uma rua denominada Dona Cecília, situada entre a Avenida Azenha e o atual Largo dos Campeões. Na Rua da República, ainda existe a casa de seu filho, também chamado de José, que hoje pertence à prefeitura da Capital.

Considerações finais

O Comendador Baptista foi expressão de uma época, de um grupo e de uma narrativa comum de identidade. Sendo um homem rico e influente, tornou-se notável por ir além de seus interesses pessoais, contribuindo para o crescimento da sociedade em que viveu. Sua religiosidade expressou-se na valorização dos antigos rituais açorianos que uniam a comunidade, sempre participando da celebração do Divino Espírito Santo. Desde 1913, repousa no Mausoléu Comendador Baptista, no histórico Cemitério da Santa Casa, distante da ilha de São Jorge, mas integrado para sempre à cidade onde realizou seus sonhos em vida.

Referências

A torre das Dores. *A Federação*. Porto Alegre, 19 mar. 1900, p. 2.

ACTA da Sessão de Assembleia Geral. *A Federação*. Porto Alegre, 3 mar. 1911, p. 2.

ANIVERSÁRIO. *A Federação*. Porto Alegre, 21 mai. 1912, p. 4.

CONCORRERAM para a piedosa instituição O Pão dos Pobres. *A Federação*. Porto Alegre, 1º de mai. 1901, p. 1.

COUSAS Municipaes. *A Federação*. Porto Alegre, 19 jun. 1884, p. 1.

COUSAS Municipaes. *A Federação*. Porto Alegre, 28 mar. 1980, p. 2.

DECLARAÇÕES. *A Federação*. Porto Alegre, 19 mar. 1904, p. 2.

DECLARAÇÕES. *A Federação*. Porto Alegre, 20 fev. 1909, p. 2-3.

EDITAIS. *A Federação*. Porto Alegre, 1 jan. 1913, p. 14.

EDITAL. *A Federação*. Porto Alegre, 18 mai.1925, p. 3.

ESTATUTOS. *A Federação*. Porto Alegre, 28 jul. 1899, p. 3.

FALECIMENTOS. *A Federação*. Porto Alegre, 8 out. 1913, p. 3.

FESTA do Divino Espírito Santo. *A Federação*. Porto Alegre, 5 mai. 1894, p. 3.

FESTAS religiosas. *A Federação*. Porto Alegre, 14 fev. 1908, p. 2.

FORAM entregues ao Padre Caruso. *A Federação*. Porto Alegre, 8 mar. 1903 p. 2.

HOJE à noite. *A Federação*. Porto Alegre, 22 jun. 1894, p. 2.

HOJE à noite consorcia-se civil e religiosamente. *A Federação*. Porto Alegre, 17 jan. 1895, p.1.

KERMESSE. *A Federação*. Porto Alegre, 19 set.1903, p. 2.

LAMBERT, *David. Notable des colonies*. Une elite de circonstances en Tunisie et au Maroc (1881-1939). Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009, p. 21-22.

MAIA, Leonardo Poltozi. Os homens letrados: o universo do bacharelismo político e a família em Pelotas no século XIX: 1850-1870. Dossiê II Encontro Discente de pesquisadores de História - UFPel: Perspectivas contemporâneas. *História em Revista*, Pelotas, n. 21/22, p. 361-364, dez. 2015/dez. 2016.

MENSAGEM religiosa. *A Federação*. Porto Alegre, 22 mar. 1906, p. 1.

MISSAS. *A Federação*. Porto Alegre, 9 out. 1914, p. 3.

MISSAS. *A Federação*. Porto Alegre, 29 mar. 1914, p. 9.

O Dr. José Valentim do Monte. *A Federação*. Porto Alegre, 2 jan. 1906, p. 2.

PINTO, Natália Garcia. As famílias escravas dos Rodrigues Barcellos: escravidão, liberdade, hierarquias sociais e mobilidade social na cidade de Pelotas/RS, 1830/1888. *1º Seminário Internacional Brasil no Século XIX*, 25 a 29 de agosto de 2014. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo.

PORTO ALEGRE, Achyles. *Jardim de saudades*. Porto Alegre: Officina gráficas Wiedermann, 1921

REGISTRO Mortuário. *Federação*. Porto Alegre, 25 jan. 1900, p. 2.

SCHWARTSMANN, Leonor C. Baptista. *Edifício Malakoff*: trajetória para o esquecimento. Porto Alegre, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2003.

SEÇÃO Judiciária. *A Federação*. Porto Alegre, 14 fev. 1906, p. 1.

SEÇÃO livre. Agradecimento. *A Federação*. Porto Alegre, 13 ago. 1891.

TOURADAS. *A Federação*. Porto Alegre, 11 jul. 1904.

VÁRIAS. *A Federação*. Porto Alegre, 10 jan. 1910, p. 4.

O MÉDICO ISRAEL BAPTISTA SOARES DA SILVEIRA E SOUZA – UM DESCENDENTE DE AÇORIANOS: AS POSSIBILIDADES DE PESQUISA, ATRAVÉS DA SUA TESE DE DOUTORAMENTO

Angela Beatriz Pomatti[1]
Gláucia de Lima Kulzer[2]

No ano de 2022, comemora-se os 270 anos da chegada dos açorianos no sul do Brasil. A vinda deste grupo europeu, em 1752, movimentou o povoamento da cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Esses imigrantes e seus descendentes fizeram parte da construção da capital gaúcha.

O Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul (MUHM) possui um vasto acervo ligado à história da Medicina e prática de saúde. A instituição vinculada ao Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (SIMERS) iniciou as atividades em 2004, como um projeto de pesquisa chamado "Memória Médica" que visava registrar, através de entrevistas, a memória dos médicos do Estado. A partir de um levantamento inicial de fontes e de entrevistas com profissionais percebeu-se a existência de um rico acervo sobre Medicina, e, por meio de uma campanha de arrecadação junto aos médicos, foi organizado o "Acervo Histórico Simers".

Em 19 de março de 2007, o Museu foi criado formalmente e, em outubro do mesmo ano, ele foi instalado no prédio histórico do Hospital Beneficência Portuguesa, na Avenida Independência, 270, Centro, em Porto Alegre. O principal objetivo do MUHM é recuperar e preservar a memória médica no Estado, através do acervo, formado por objetos, fotografias, diplomas, teses médicas e demais documentos, fruto de doações de médicos e familiares de médicos do Rio Grande do Sul.

Neste trabalho, especificamente, abordaremos a breve trajetória do Dr. Israel Baptista Soares da Silveira e Souza e as possibilidades de pesquisa apresentadas através de sua tese, que faz parte do acervo do Mu-

1 Historiadora e Museóloga do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul.
2 Historiadora e Pedagoga do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul.

seu de História da Medicina do RS.

O médico Israel Baptista Soares da Silveira e Souza descende de açorianos que se instalaram no Rio Grande do Sul. Formado no ano de 1909, pela Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, atualmente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), exerceu a profissão por um breve período de tempo, devido a um problema de visão, que o fez aposentar-se jovem.

Figura 1 – Dr. Israel Baptista Soares da Silveira e Souza

Fonte: acervo Digital MUHM.

O médico era filho do Comendador José Baptista Soares da Silveira e Souza, proveniente da ilha de São Jorge, Arquipélago dos Açores, e de Cecília Rodrigues de Barcellos, oriunda de Pelotas. Seu pai foi construtor e empresário de Porto Alegre. Também é sobrinho neto do construtor João Baptista Soares da Silveira e Souza, responsável pelas obras do Theatro São Pedro, Casa de Correção e a Ponte de Pedra, na capital do Rio Grande do Sul, dentre outras.

Como dito acima, o acervo do MUHM é composto por uma diversidade de acervos, que possibilitam pesquisas nas mais variadas áreas. Entre estes acervos estão as teses, que são fontes de pesquisa ricas e diversificadas. Fazia parte da formação médica, que envolvia uma série de procedimentos, dentre eles a confecção de um trabalho de final de curso. Através desses documentos podemos apontar os seguintes caminhos de pesquisa: nacionalidade e filiação dos alunos - através das informações da folha de rosto da tese; compreensão do desenvolvimento de pesquisas científicas do período; institucionalização dos cursos de Medicina; desenvolvimentos de pesquisas dentro das especialidades médicas.

Atualmente, o MUHM disponibiliza, em formato digital, cerca de 100 teses médicas no site do museu. Uma parte delas foi digitalizada através de uma parceria firmada entre o MUHM e a Biblioteca da Faculdade de Medicina da UFRGS, onde o Museu digitalizou teses que pertenciam à UFRGS.

A segunda parte das teses disponibilizadas está publicada virtualmente em um catálogo de teses médicas, fruto de um projeto iniciado no ano de 2020, a partir da parceria da Associação de Amigos do Museu de

História da Medicina do Rio Grande do Sul (AAMUHM) com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Osório (IFRS Campus Osório), financiado com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) - Edital 04/2020 - Apoio a Projetos de Pesquisa Aplicada dos Institutos Federais em Parceria com Instituições Demandantes.

Este catálogo foi construído inteiramente por teses médicas pertencentes ao acervo físico do MUHM. Tinha como objetivo contribuir para a preservação e a disseminação do conhecimento histórico relacionado à história da Medicina, da Ciência e da Saúde, a partir do acervo arquivístico do MUHM.

Figuras 2 e 3 – Capa e contracapa da tese do Dr. Israel Baptista Soares da Silveira e Souza

Fonte: acervo MUHM.

A tese intitulada “Contribuições ao tratamento das varizes superficiais e úlceras varicosas do membro inferior pela operação de Medelung”, foi escrita pelo Dr. Israel Baptista. Ela está disponível no site do MUHM e possibilita a pesquisa sobre a constituição das áreas de Angiologia e Cirurgia Vascular, principalmente relacionada aos tratamentos utilizados em casos de dilatações de veias.

Para concluirmos, esse trabalho tem como objetivo apresentar o trabalho do MUHM na preservação de acervos, bem como discorrer sobre a breve trajetória do médico Dr. Israel Baptista Soares da Silveira e Souza e a sua tese, que é um dos documentos preservados no Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul.

TRONCO PATERNO AÇORIANO DO GENERAL OSÓRIO EM SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

LUCIANO GOMES PEIXOTO[1]

No encontro Raizinha do ano 2000 publiquei os resultados parciais de minha pesquisa sobre as origens açorianas de minha família. Pesquisei a família Peixoto, e ela estava relacionada com a família do pai do General Osório. No ano de 2004 foi publicado no encontro Raízes de Osório esta pesquisa sobre o Tronco Paterno da Família do General Osório em Santo Antônio da Patrulha. Esta é uma oportunidade para revelar outros fatos sobre este mesmo tema. Nesta edição dos 270 anos do Povoamento Açoriano no Rio Grande do Sul, republicamos a genealogia pesquisada com alguns excertos que não se tinha na época.

A genealogia é um vasto território de pesquisa que, muitas vezes, exige tempo e paciência.

Um pesquisador certa vez me disse: "A genealogia é como cachaça". Eu concordo com ele: depois de viciar não é possível mais parar. Vai-se buscando, buscando, inchando, e até tonteia. Há momentos que tudo clareia, e em outros a visão fica dupla, e parece que está tudo virado numa confusão. Então, você para, dá um tempo e, como é um vício, começa tudo outra vez. E assim você vai. Leva 1, 2, 3, 10 anos, ou a a vida inteira, ou talvez nunca vá encontrar ou finalizar sua tarefa.

Cabe ressaltar que esta genealogia começou há mais de 50 anos com anotações de família, devido às curiosidades em saber de quem eram descendentes, e pelos muitos casamentos entre parentes. E de posse destas anotações, passei a organizá-las há mais de 30 anos, quando ainda não havia sites de genealogia.

Para voltar no tempo, foi necessário buscar documentos e pesquisar em livros, como em "Ilha de São Jorge (Açores): apontamentos para sua história", de José Cândido Silveira Avellar, antigo escrivão da Administra-

1 Historiador, professor, pós-graduado em História do Rio Grande do Sul e membro do IHGSAP. Santo Antônio da Patrulha/RS.

ção do Conselho das Velas e antigo ajudante de Conservado da Horta. Os apontamentos revelam fatos relacionados a Guilhermo Van der Haagem, natural de Bruge (Bélgica - região de Flandres). Nesta região se originam os flamengos.

Guilhermo, com sua esposa Margarida de Zambuja, abandonou sua pátria e se aventurou, assim como tantos outros flamengos, em busca de novos horizontes. Chegou à ilha do Faial entre 1460-1470. Esteve lá por algum tempo e, mais tarde, obteve licença da Infanta Dom Brites, viúva do Infante Dom Fernando e tutora de seu filho menor, o Duque Dom Diogo, para povoar o Topo, ponta oriental da ilha de São Jorge. Tentou novos estabelecimentos na ilha Terceira e na das Flores.

Durante algum tempo em que estava na ilha Terceira fez uma viagem a Flandres (atual território da Bélgica, mais parte da França e de Países Baixos), e na volta resolveu passar em Lisboa. Estando em Portugal, tratou de lançar os fundamentos para a colonização da ilha das Flores.

Nesta mesma ocasião recebeu do Rei Dom João II, a confirmação das armas de sua família. Nesta época, a Península Ibérica estava há quase 800 anos invadida pelos muçulmanos. Portugal vai ser o primeiro país católico da Península e o primeiro a estimular as navegações. Em 1431 começou a ocupação das ilhas açorianas que vai se dar por meios de concessões hereditárias. É neste contexto que vão surgir vários fidalgos à procura de novas terras para colonização. A Coroa Portuguesa adotou o sistema, juntamente com a Igreja, de conversão para o catolicismo para o "cristão novo". Para a conversão e prova, a pessoa adotava sobrenomes relacionados com a natureza como: Silva, Silveira, Raposo, Oliveira, Pereira, Pinto e tantos outros.

Guilhermo Van der Haggem chegando a Portugal, para se mostrar como cavaleiro cristão de boa índole, trocou seu nome para Guilherme (português) e apelidou-se de Silveira. Este sobrenome nada tem a ver com os Silveiras de Portugal. Os Silveiras, descendentes de Guilherme, vão se espalhar pelas ilhas, principalmente São Jorge, Terceira, Flores e Faial.

Guilherme da Silveira, neto de Guilherme, vai ser o primeiro capitão-mor da ilha de São Jorge em 1579. Prestou juramento em 30 de junho de 1571 e faleceu em 1582.

Por não haver escrituração até 1559 e por faltarem livros de registros nos anos seguintes é impossível fazer uma relação exata dos capitães e até mesmo da genealogia que se generalizou pelas ilhas. Há um folhetim "Os Silveiras dos Açores", publicado no Jornal Jorgense, em 1874, onde

se encontram algumas notas sobre os Silveiras e uma relação dos capitães-mores do Topo (ilha de São Jorge).

1º- João Silveira Borges - já em 1618
2º- Pedro Teixeira de Souza - 1655
3º- Gabriel Teixeira Borges - 1684
4º- Bartholomeu Machado da Silveira - 1687
5º- Antônio Silveira Ávila - 1699
6º- Thomé Silveira de Souza - 1732
7º- Amaro Silveira Borges - 1744, também foi sargento-mor em 04/02/1725.

Em 31/08/1746 foi publicado nas ilhas açorianas um edital de recrutamento de casais para migrarem para Santa Catarina, movidos pelas exigências e pelas expectativas da colonização ultramarina. Entre janeiro e fevereiro de 1748, começaram a desembarcar açorianos em Santa Catarina. Estes, conforme carta de Dom João ao Governador Geral do Rio de Janeiro, começaram a formar algumas comunidades. Uma delas mereceu destaque por ser uma das mais antigas da Ilha de Santa Catarina: a Freguesia de Nossa Senhora da Lagoa, fundada em 20 de junho de 1750.

A população pela criação da freguesia era de 566 açorianos e foi crescendo até o final da diáspora, chegando a 1310 açorianos que provinham, principalmente, das ilhas Terceira, São Jorge, Pico, Faial, Graciosa, São Miguel e Santa Maria.

A capela foi construída no ano de 1751, e hoje é um dos patrimônios históricos de Florianópolis. Pesquisando nos livros de registro de Batizados da Lagoa encontrei lavrado

> Aos desazette dias domez de Settembro de mil Sette centos e sincoenta e dois annos na Pia Baptismal desta Matris de Nossa Senhora da Conceycam Freguesia de Lagoa da Ilha de Santa Catharina e Bispado do Rio de Janeyro e pus os Santos óleos no Infante Pedro filho de Manoel Luiz e de sua mulher Mariana Thomazia naturais da Freguesia de Nossa Senhora de Agoa da Lupe Bispado de Angra foy padrinho Bernardo José de Sá cazado com Maria Thereza dos Santos e madrinha Roza Maria cazada com João Gonsalves e Nogueira todos fregueses desta mesma Matris, e para constar mandei trasladar este termo que eide assignar era mes e anno ut esupra. O Vigário Manoel Cabral e Bittancurt.

Pedro casa-se com Maria Rosa, filha de Vital Correa e Maria da Luz, naturais da ilha de São Jorge. Deste casamento entre Pedro Luiz da Silveira e Maria Rosa nasceram os filhos:

1 Manoel Luiz da Silveira Borges (1777-1836)
2 Jacintha Luiza da Silveira Borges (1778)
3 Mario Luiz da Silveira Borges (1779)
4 Maria de Jesus da Silveira Borges (1780)
5 Matheus Luiz da Silveira (1782-1845)
6 José Luiz da Silveira Borges (1784)
7 Vitorino Luiz da Silveira Borges (1788)
8 João Luiza da Silveira Borges (1790)
9 Antônio Luiz da Silveira Borges (1792)
10 Inácio Luiz da Silveira Borges (1794)
11 Bernardo Luiz da Silveira (1796-1874)

Os casamentos não ocorriam tão cedo e o tempo era de mais ou menos 24 anos, para os homens, e de 10 a 20 anos, para as mulheres. Também havia grande influência quanto às atividades econômicas sazonais e do calendário da igreja. No período da quaresma, quase não eram gerados filhos. De maio a agosto havia redução das concepções em função das atividades da farinha e a pesca da tainha.

Os açorianos estavam acostumados com a produção do trigo, nas ilhas. Aqui já havia produção da mandioca nativa pelos índios que habitavam a região. Eles tiveram que se adaptar à nova pátria. Começou então um novo processo de aculturação.

Em decorrência da Coroa Portuguesa deter o monopólio dos produtos industriais até 1808, no Brasil, os açorianos foram impedidos de trabalhar em atividades industriais; os teares foram todos queimados.

As propriedades eram, basicamente, de minifundiários, e seu sustento se baseava na pesca, plantação de mandioca, cana-de-açúcar e milho.

Em fins de 1796 havia em Santa Catarina três vilas, nove freguesias e 23.865 habitantes. Em 1840 eram sete vilas, dezenove freguesias e 66.218 habitantes. É neste período que ocorre uma migração interna (devido ao grande crescimento populacional) em direção ao sul do Brasil. Foi no mesmo período que ocorreram novas correntes de imigração europeia, de alemães, e mais tarde italianos.

Em 1803, no livro de casamentos da Freguesia da Conceição do Ar-

roio (Osório), encontrei José Luiz da Silveira Borges (filho de Pedro Luiz e Maria Rosa), casado com Maria Pereira dos Anjos, natural de Santo Antônio da Patrulha.

Em 1807, Manoel, irmão de José, casou-se com Ana Joaquina, filha do tenente Thomaz José Luiz Osório. Manoel havia sido soldado em Santa Catarina e ao vir para o sul empregou-se como peão na estância do tenente Thomaz José Luiz Osório. Ao se casar com a filha do estancieiro nasceu em 10 de maio de 1808, o futuro General Osório. Em 1811, o pai do General Osório apresentou-se voluntariamente para integrar-se ao Exército de Observação, sob o comando de Dom Diogo de Souza. Penetrou no atual Uruguai com o título de Pacificador, e foi intervir, em nome do governo do Príncipe Dom João, na luta que se desenrolou em prol da independência do Uruguai.

No livro de registros da Câmara de Vereadores de Santo Antônio da Patrulha, a partir de 1836 (os primeiros registros foram queimados em um incêndio durante a Revolução Farroupilha) começam a aparecer os representantes do 2º distrito (Miraguaia) de Santo Antônio. Os três irmãos – João Luiz, Matheus e Bernardo –, também filhos de Pedro Luiz e Maria Rosa, aparecem como vereadores, juízes de paz e juízes de órfãos, nas décadas de 1830 e 1840. Nisto se observa que estes três irmãos já estavam morando na localidade do 2º distrito. Antes, eles ainda não teriam vindo, pois em 1820 há o assento de casamento na Lagoa da Conceição de Constantina, filha de Jacintha com Joaquim Coelho da Costa. Em 01/03/1821, Bernardo casou-se na Lagoa da Conceição com Ana Claudina da Costa. Em 1830 também aparece o assento de João Luiz da Silveira com Delfina Guilhermina da Costa. Matheus também se casou com Maria Delfina da Costa. São três irmãos casados com três irmãs, filhas do Sargento João Antônio Coelho da Costa.

Observando as células familiares da Lagoa da Conceição, desde 1750, se nota que muitos deles, após alguns anos depois de terem filhos e netos, começaram um novo processo de migração.

A população aumentou e se tornou necessária, por parte deles, a busca de novas terras. Por observar a genealogia da família "Luiz", junto com outras, por exemplo, constata-se esta migração para o Rio Grande do Sul, da Lagoa da Conceição (Florianópolis) para o 2º distrito de Santo Antônio. São as famílias: Bento da Silva, Gonçalves de Oliveira, Martins da Rocha, Coelho da Costa, Ferreira, Souza de Medeiros e os Luiz da Silveira (Borges). O sobrenome Borges só vai aparecer nos registros aqui no

Rio Grande do Sul; na Lagoa da Conceição ele não aparece. E outro fato muito marcante, era o laço familiar entre estas famílias e, principalmente, entre os Luiz da Silveira Borges.

Uma das características é usar, durante muitos anos, o sobrenome "Luiz", para os homens, e "Luiza", para as mulheres, fato este que muitas vezes dificulta o desenrolar da genealogia. Durante bom tempo ocorreram muitos casamentos entre os filhos de José, Bernardo e Matheus, conservando assim o sobrenome.

Abaixo aparece uma breve descrição genealógica desta família, que pude realizar até o momento.

Muitas informações estavam sendo pesquisadas no cartório distrital da Miraguaia, onde os livros de registro continham muitas fontes de origem destas famílias. Mas, lamentavelmente, ocorreu um incêndio no cartório distrital que acabou queimando este acervo.

Felizmente já havia pesquisado muitos dados, onde foi possível montar a base genealógica da família "Luiz da Silveira Borges" e das outras que também se relacionavam com elas.

Esta árvore foi organizada a partir do Patriarca Manoel Luiz e seus descendentes, que consegui organizar até o presente. As indicações F (filho), N (netos), B (bisnetos), 3n (trinetos), 4n (quadrinetos), 5n (pentanetos), 6n (hexanetos), 7n (heptanetos), relacionam os descendentes de cada geração ao tronco da família, numerados seguidamente.

MANOEL LUIZ (natural da Freguesia de São Braz, ilha Terceira), casado com MARIANA THOMAZIA.

F-1 Pedro Luiz, nasceu em 17/09/1752 - Freguesia da Lagoa da Conceição, Santa Catarina, casou com Maria Rosa, natural da Freguesia da Lagoa da Conceição, filha de Vidal Correa de Souza e Maria da Luz, naturais da ilha de São Jorge.

Do casal nasceram 11, dos quais seis filhos migraram para o Rio Grande do Sul para cidade de Santo Antônio da Patrulha.

N-1 Manoel Luiz da Silva Borges 1777-1836

N-2 José Luiz da Silveira Borges 1784

N-3 Jacintha Luiza da Silveira 1778

N-4 João Luiz da Silveira Borges 1790

N-5 Matheus Luiz da Silveira Borges 1782-1845

N-6 Bernardo Luiz da Silveira Borges 1796-1874

Segue abaixo a descendência dos seis primeiros que vieram para Santo Antônio da Patrulha, organizada até o momento.

N-1 Manoel Luiz da Silva Borges 1777-1836 (Militar Comandante do Regimento de Salto) casou com Ana Joaquina Pereira de Souza 20/09/1807, filha de Thomaz José Luiz Osório (tenente) e tiveram 14 filhos.

B-1 Manoel Luiz Osório (General Osório e Marquês do Herval) - nasceu em 10/05/1808 na estância onde está localizado o Parque Histórico. Manoel levou o sobrenome do avô a pedido de seu pai quando nasceu. Casou com Francisca Fagundes Osório e tiveram 4 filhos:

3n-1 Manoel Luiz Osório

3n-2 Fernando Luiz Osório

3n-3 Pedro Luiz Osório

3n-4 Francisca Osório Ribeiro

B-2 José Luiz Osório

B-3 Pedro Luiz Osório

B-4 Ana Luiza Osório

B-5 Eufrásia Carolina Luiza Osório

B-6 Clarinda Luiza Osório

B-7 Maria Felícia Osório

B-8 Rosa Luiza Osório

Além destes tem o registro de outros filhos como: 9-Francisco Luiz, 10 Maria Angélica, 11 Luiza, 12 Rosa Luiza, 13 Tomaz e 14 Manuel que morreram pequenos.

N-2 José Luiz da Silveira Borges 1784 (Alferes) casou em 09/05/1803 em Conceição do Arroio com Maria Pereira dos Anjos, natural de Santo Antônio da Patrulha, filha de José Pereira Marques e Francisca Joaquina dos Anjos. José Luiz fixou residência na localidade de "Galinha", perto de Passinhos, sendo os filhos:

B-9 Manoel Luiz da Silveira

B-10 Serafim Luiz da Silveira nasceu em 04/04/1807. Batizado em Conceição do Arroio. Faleceu em Santo Antônio da Patrulha em 1865. Casou com B-27 Maria Luiza da Silveira, (ela em segundas núpcias), filha de seu tio N-5 Matheus Luiz da Silveira. Tiveram 10 filhos, sendo:

3n-5 Izalina Luiza da Silveira

3n-6 Florência Luiza da Silveira casou com José Luiz Nunes

3n-7 Maria Luiza da Silveira

3n-8 Antônio Luiz da Silveira casou com Francisca Luiza de Oliveira505

3n-9 Angélica Luiza da Silveira casou com Pedro Coelho da Costa, filho de Joaquim Coelho da Costa e B-23 Constantina Luiza da Costa, filha de N-3 Jacintha Luiza da Silveira.

4n-1 Florência Luiza da Silveira casou Israel Martins da Silveira. Ele, filho de Manuel Martins da Silveira e Cipriana Antônia da Silveira. Manuel Martins da Silveira era filho de Guilhermina Coelho da Costa. (Irmãos de Israel Martins da Silveira: Maria Eulália Martins; Ana Celestina Martins casada com João Gabriel Mendes; Ismael Martins da Silveira, João Martins da Silveira, Zozimo Martins da Silveira e Olinto Martins da Silveira). Florência e Israel tiveram os filhos:

5n-1 Alzemiro Agnelo da Silveira

5n-2 Atalíbio Acácio da Silveira

5n-3 Ary Homero da Silveira

5n-4 Adelino Possidônio da Silveira

5n-5 Ademar Osvaldo da Silveira

5n-6 Alcides Domingues da Silveira

5n-7 Elody Higína da Silveira

5n-8 Eugênia Luiza da Silveira

5n-9 Enedina Luíza da Silveira

5n-10 Elvira Olímpia da Silveira

5n-11 Ephigênia Setembrina

5n-12 Erotildes Celestina da Silveira casada com Orival João de Deus Gomes da Silva, filho de Horácio Bento da Silva e Amália Gomes da Silva.

3n-10 José Luiz da Silveira Neto casou com 3n-18 Maria Luiza de Souza Batista, filha de B-18 Rosa Luiza de Souza Marques

3n-11 Olivério Luiz da Silveira

3n-12 Ângelo Luiza da Silveira

3n-13 Manoel Luiz da Silveira Sobrinho casou com 3n-38 Maria Cristina Luiza da Silveira, filha de B-38, Manoel Luiz da Silveira (filho de N-6 Bernardo Luiz da Silveira Borges) e B-28 Ana Luiza da Silveira (filha de N-5 Matheus Luiz da Silveira).

4n-2 Antônio Luiz da Silveira Sobrinho (Antônio Marieta) casou com 4n-31 Marieta Luiza Borges. Ver sucessão em 4n-31

3n-14 João Luiz da Silveira Sobrinho (João Lisbão) casou em primeiras núpcias com 3n-66 Maria Francelina de Oliveira (filha do B-41; vide mais ao final da genealogia).

4n-3 Pedro Elisbão da Silveira casou com 4n-39 Maria Luiza da Silveira Neta (Quindoca), filha de 3n-35 Pedro Luiz da Silveira Borges e 3n-62 Eduviges Luiza da Silveira. Filhos:

5n-13 Amália Luiza da Silveira casou com Francelino Pereira dos Santos

5n-14 Francelina Luiza da Silveira

5n-15 Athaídes Luiz da Silveira

5n-16 Petronilha Luiza da Silveira

5n-17 Maria Antonieta Luiza da Silveira

5n-18 Aristides Luiz da Silveira

5n-19 Ana de Jesus Luiza da Silveira

5n-20 Shirley Eduviges Luiza da Silveira

5n-21 Neci Luiza da Silveira

4n-4 Lavínia Luiza da Silveira casou com 6n-7 Luiz Peixoto de Castilhos (Capitão) filho de 5n-29 Alfredo Caetano Peixoto (Capitão) e Maria Fausta de Castilhos. No livro "Santo Antônio da Patrulha: re-conhecendo sua História", está a ligação da família Luiz Silveira Borges e Peixoto (p. 66-85). Do casamento de Lavínia com Luiz tiveram seis filhos, sendo:

5n-22 Maria Francelina da Silveira Peixoto (Minina) casou com 4n-46 Vicente Luiz Peixoto

6n-1 Deumarino Eurico Peixoto casou com Lixandrina dos Santos Peixoto

6n-2 Didia Maria Peixoto casou com Antônio Carmelindo Migliavacca

6n-3 Percy Pedro Peixoto casou com Sirleni dos Santos Peixoto, filha de 5n13 Amália Luiza da Silveira e Francelino dos Santos.

6n-4 Neuza Maria Peixoto casou com Edegar Morem Peixoto

6n-5 Manoel Luiz Peixoto casou com Maria Claudete de Oliveira Peixoto

6n-6 João Raimundo Peixoto casou com Maria Sandra da Silva Peixoto, também descendente de famílias que vieram da Lagoa da Conceição, como o Bento da Silva e Gonçalves de Oliveira, Maria Sandra Gomes da Silva (Nascida), filha de Horácio Bento da Silva e Amália Gomes da Silva (Horácio Bento filho de João Bento da Silva e Rosa

Gonçalves de Oliveira. Rosa era filha de 3n-30 Felicidade Gonçalves de Oliveira). Felicidade era irmã de 3n-31 Ana Luiza de Oliveira (Nica do Sobrado) e 3n-32 Generícia Luiza da Silveira.

7n-1 Luciano Gomes Peixoto casou com Lizete Salazar Killes

8n- 1 Maria Amália Salazar Peixoto

7n-2 Rodrigo da Silva Peixoto com Mariana Damázio

8n-2 Isabela Damázio Peixoto.

7n-2 Rodrigo da Silva Peixoto com Sheila Menotti Borba (2º relacionamento)

8n-3 Venâncio Borba Peixoto

7n-3 Daniela da Silva Peixoto casou com Dino Eduardo Zucatti

8n-4 Leonardo Peixoto Zucatti

5n-23 Alfredo Silveira Peixoto

5n-24 Nercília Silveira Peixoto

5n-25 Antônio Silveira Peixoto

5n-26 José Augusto Silveira Peixoto faleceu ainda pequeno

5n-27 João Silveira de Castilhos (trocaram o sobrenome porque já havia outro com o mesmo sobrenome).

5n-28 Luiza Silveira Peixoto

4n-5 Francisca Luiza da Silveira (Noca)

3n-14 João Luiz da Silveira Sobrinho casou em segundas núpcias com 3n-63 Maria Luiza da Silveira sua meia irmã, ela filha do primeiro casamento de sua mãe B-27 Maria Luiza as Silveira Neves com B-40 João Luiz da Silveira Neves (Janjão) que era filho de N-6 Bernardo Luiz da Silveira Borges e a esposa de João Luiz da Silveira Neves era B-27 Maria Luiza da Silveira, filha de N-5 Matheus Luiz da Silveira Borges. Filhos:

4n-6 Florência Luiza da Silveira

4n-7 Maria Justina Luiza da Silveira

4n-8 Ana Luiza da Silveira

4n-9 Marieta Luiza da Silveira casou com 4n-22 Atalíbio Marques Peixoto

4n-10 Serafim Luiz da Silveira

B-11 Rosa Luiza da Silveira 508

B-12 Constância Luiza da Silveira casou com Antônio Marques da Silva sendo os Filhos:

3n-15 Maria Luiza Marques

3n-16 Ana Luiza Marques casou com Amador Marques, filho de Antônio Pereira Marques (Antônio Laranjeira) e Cesária Rosa de Oliveira. Antônio Pereira Marques (Laranjeira) era irmão de Maria Pereira dos Anjos esposa de N-2. José Luiz da Silveira Borges.

3n-17 Antônio Luiz Marques.

B-13 Bernardino Luiz da Silveira

B-14 Rafaela Luiza da Silveira

B-15 Maria Luiza da Silveira

B-16 José Luiz da Silveira

B-17 Ana Luiza da Silveira

N-2 José Luiz da Silveira Borges, 1784 (Alferes) casou em segundas núpcias com Luciana Maria da Conceição Marques, filha de Manuel Marques de Souza e Maria da Conceição. Tiveram três filhos: Rosa, Felicidade e Antônio.

B-18 Rosa Luiza de Souza Marques casou com Zeferino de Souza Batista. Filhos:

3n-18 Maria Luiza de Souza Batista casou com 3n-10 José Luiz da Silveira Neto

3n-19 Josepha de Souza Batista

3n-20 José Luiz de Souza Batista

B-19 Felicidade Luiza da Silva Marques

B-20 Antônio Luiz da Silva Marques (Tenente Coronel) 1838-1895 casou com 3n-28 Clarinda Luiza dos Anjos, filha de B-24 Bernardina Martins dos Anjos e Manuel da Cunha Bitencurt.

3n-21 Rosina Luiz Marques (Salazar) casou com 3n-70 Cipriano Luiz Salazar. (Nenê), filha:

4n-11 Maria Luiza Salazar (Marica) casada com Júlio Cardeal de Souza.

3n-22 Leôncio Luiz Marques casou com 3n-72 Francisca com Oliveira Salazar.

3n-23 Antônio Luiz e Silva Marques casou com 3n-71 Maria Luiza Salazar filhos:

4n-12 Braiz Luiz Marques

4n-13 Honória Luiza Marques (Norinha)

4n-14 Honorata Luiza Salazar (Norata)509

4n-15 Maria Marques Salazar (Mariquita)

4n-16 Mario Salazar Marques

4n-17 Orlandina Salazar Marques

4n-18 Assis?

3n-24 Ernestina Luiza Marques casou com 5n-29 Alfredo Caetano Peixoto ele em segundas núpcias. Nesta árvore ver sucessão do primeiro casamento de Alfredo Caetano Peixoto em 4n-4. Do casamento com Ernestina Luiza Marques, os seguintes filhos:

4n-19 Antônio Marques Peixoto

4n-20 João Marques Peixoto casou com 4n-78 Ana Luiza de Castilhos Peixoto (Niquinha)

4n-21 Julia Marques Peixoto

4n-22 Atalíbio Marques Peixoto casou com 4n-9 Marieta Luiza da Silveira Peixoto.

4n-23 Adelaide Marques Peixoto

4n-24 Trajano Marques Peixoto

4n-25 Aristides Marques Peixoto

4n-26 Mario Marques Peixoto

4n-27 Maria Marques Peixoto

Obs,: Antônio, Adelaide, Aristides e Mario colocaram o sobrenome Caetano em seus filhos. No livro “Santo Antônio da Patrulha: re-conhecendo sua História” está a descendência da Família Peixoto (p. 66-85).

N-3 Jacintha Luiza da Silveira 1778 casou na Lagoa da Conceição com Manoel Martins da Rocha natural da Lagoa da Conceição. Tiveram seis filhos:

B-21 José Martins da Rocha

B-22 Delfina Luiza da Rocha

B-23 Constantina Luiza da Rocha casou com Joaquim Coelho da Costa sucessão em 3n-9 Angélica Luiza da Silveira

B-24 Bernardina Martins dos Anjos casou com Manoel da Cunha Bitencurt. Filhos:

3n-25 Sezefredo Martins de Bitencurt

3n-26 Delfim Martins de Bitencurt

3n-27 Maria Leocádia dos Anjos Bitencurt

3n-28 Clarinda Luiza dos Anjos casou com B-20 Antônio Luiz da Silva Marques ver sucessão em B-20.510

B-25 Francisca Martins da Rocha casou com Antônio Honório de Oliveira Salazar

3n- 29 João Honório de Oliveira Salazar. Casou com B-42 Maria José da Silveira Borges; ver sucessão em B-42.

B-26 Maria Rosa de Oliveira casou com João Gonçalves de Oliveira irmão de José Caetano de Oliveira (Barão de Tibagi). Filhas citadas abaixo:

3n-30 Felicidade Gonçalves de Oliveira casou com José André de Oliveira. Filha Rosa Gonçalves de Oliveira casou com Francisco Bento da Silva, pais de Horácio Bento da Silva, avô materno do Autor. 7n -1

3n-31 Ana Luiza de Oliveira (Nica do sobrado) casou com José Caetano Martins de Sampaio empossado Juiz de Paz em 25 de setembro de 1834 (Livro Correspondências da Câmara Municipal de Santo Antônio, p. 113). Ele foi assassinado por Onofre Pires na Batalha em Mostardas, em 1836, na Revolução Farroupilha. O fato está narrado no Livro "Antiqualhas Patrulhenses: aspectos da Revolução Farroupilha em Santo Antônio da Patrulha", v. 1, autor: Luciano Peixoto. Ana Luiza de Oliveira e José Caetano Martins de Sampaio tiveram um filho sendo:

4n-28 João de Deus Caetano, que casou com: Joaquina Cândida da Silva Peixoto. Tetravós do Autor.

5n-29 Alfredo Caetano Peixoto casou com Maria Fausta de Castilhos, ela filha de Maria Machado de Castilhos e do Coronel João Coelho da Costa. Maria Machado de Castilhos era Filha do Capitão José Machado da Silva e Anna Ferreira de Castilhos, irmã de Francisco Ferreira de Castilhos, pai de Julio de Castilhos. O Coronel João Coelho da Costa (1839) era filho de Manoel Antônio Coelho da Costa (1793) e neto do Sargento João Antônio Coelho da Costa (1763).

6n-7 Luiz Peixoto de Castilhos casou com 4n-4 Lavínia Luiza Silveira de Castilhos. Ver sucessão em 4n-4.

5n-30 Cândida Caetano Peixoto casou com Francisco Miguel Massulo.

5n-31 Ana Caetano Peixoto casou com Manoel José Ferreira.

3n-31 Ana Luiza de Oliveira - casou em segundas núpcias com seu tio avô Bernardo Luiz da Silveira. Ver sucessão em N-6.

3n-32 Generícia Luiza da Silveira casou com B-41 Capitão Pedro Luiz da Silveira Borges filho de N-6 Bernardo Luiz da Silveira. Ver sucessão em B-41, Tetravós do autor.

Pai e filho casados com duas irmãs: Bernardo com Ana Luiza de Oliveira (Nica do Sobrado) e Pedro com Generícia Luiza de Oliveira.511

N-4 João Luiz da Silveira Borges 1790 (vereador) nasceu em 15/08/1790 na Lagoa da Conceição. Casou com Delfina Guilhermina da Costa 1807, filha do Sargento João Antônio Coelho da Costa, e não tiveram filhos. Em seu testamento foram herdeiros seus irmãos, e na falta os sobrinhos, quando faleceu em 1875. Herdeiros: Matheus Luiz da Silveira Borges; Bernardo Luiz da Silveira Borges; José Luiz da Silveira Borges; Manoel Luiz, falecido, receberam os filhos: Manoel Luiz Osório (General Osório) que estava em Bagé; José Luiz Osório que estava em Caçapava; Tenente Pedro Luiz Osório que estava em Bagé; Ana Luiza Osório; Eufrázia Carolina Luiza Osório; Clarinda Luiza Osório Torres, casada com João Coelho Torres que estavam em Caçapava; Maria Felícia Osório, casada com o Tenente João Carlos Augusto Bordini que estavam em Caçapava; Rosa Luiza Osório Nogueira, casada com João Alves Nogueira da Silva; Jacintha Luiza da Silveira, falecida, receberam os filhos: José Martins da Rocha, Delfina Luiza da Rocha; Constantina Luiza, casada com Joaquim Coelho da Costa; Bernardina Martins dos Anjos, casada com Manoel Antônio C. Bitencourt; Francisca Martins da Rocha, casada com Claudino Rosa que estavam em São Borja. (Maria Rosa filha de Jacintha não recebeu herança por estar casada com Bernardo Luiz da Silveira).

N-5 Matheus Luiz da Silveira Borges, 1782-1845 (Juiz de Paz) faleceu em 20/12/1845. Casou com Maria Delfina da Costa (1795), filha do Sargento João Antônio Coelho da Costa. Tiveram dois filhos:

B-27 Maria Luiza da Silveira Neves casou em primeiras núpcias com B-40 João Luiz da Silveira Neves (Janjão), filho de N-6 Bernardo Luiz da Silveira Borges. Filhos de Maria Luiza da Silveira Neves do primeiro casamento com B-40: Eduviges, Maria Luiza, Maria Matilde e Florência ver sucessão em B-40.

B-27 Maria Luiza da Silveira Neves casou em segundas núpcias com B-10 Serafim Luiz da Silveira. Filhos do segundo casamento com B-10: Izalina, Florência, Maria Luiza, Antônio, Angélica, José Luiz, Olivério, Ângelo, Manoel, João Luiz da Silveira sobrinho. Ver sucessão em B-10.

B-28 Ana Luiza da Silveira Borges casou com B-38 Manoel Luiz da Silveira Borges, filho de N-6 Bernardo Luiz da Silveira Borges. Ver sucessão em B-38.

3n-33 Maria Madalena Luiza da Silveira Borges

3n-34 João Ignácio da Silveira Borges casou em primeiras núpcias com 3n-68 Maria Luiza Borges, filha do Capitão B-41 Pedro Luiz da Silveira Borges. Tiveram três filhos:

4n-29 Olmira Luiza Borges (Domira) casou com José Bento da Silva (Juca Bento)

5n-32 Eva Luiza da Silva casou com Agomercino Rocha da Silva.512

4n-30 Ana Luiza Borges (Nica) casou com 3n-73 Pedro Luiz Salazar (Chanoca)

4n-31 Marieta Luiza Borges casou com 4n-02 Antônio Luiz da Silveira Sobrinho (Antonio Marieta).

5n-33 (Pequeno)

5n-34 Manoel Luiz da Silveira

5n-35 Domira Silveira Neves

5n-36 Maria Luiza Lider

5n-37 Ana Luiza de Quadros

5n-38 Universina Luiz da Silveira casou com Orzulo Campos dos Santos

6n-8 Massarino Silveira dos Santos

6n-9 Marli dos Santos Almeida

6n-10 Renato Silveira dos Santos

6n-11 Edeli Silveira dos Santos

6n-12 Ivany Silveira dos Santos

6n-13 Antônio Carlos Silveira dos Santos

6n-14 Marieta Miguelina Silveira dos Santos

3n-34 João Ignácio da Silveira Borges casou em segundas núpcias com Florência Bento da Silva, filha de João Bento da Silva e Rosa Gonçalves de Oliveira. Rosa filha de 3n-30 Felicidade Gonçalves de Oliveira.

4n-32 Inácio Luiz Borges casou com Inês da Silveira Carvalho

4n-33 José Luiz Borges

4n-34 Rosa Luiza Borges

4n-35 Maria Luiza Borges (Lindoca) casou com Ataíde Antônio de Borba

3n-35 Pedro Luiz da Silveira Borges casou com 3n-62 Eduviges Luiza da Silveira, filha de B-27 Maria Luiza da Silveira e B-40 João Luiz da Silveira Neves (Janjão). Tiveram os filhos:

4n-36 João Luiz da Silveira Neto (João Porteira) casou com 4n-58 Carolina Luiza da Silveira

4n-37 Ana Luiza da Silveira

4n-38 Olívia Luiza da Silveira casou Pedro Luiz Baptista Junior (Pedro Peru)

4n-39 Maria Luiza da Silveira Neta (Quindoca) que casou com 4n-3 Pedro Elisbão da Silveira, ver sucessão em 4n-3.513

4n-40 Orlando Luiz da Silveira Casou com Maria Orlandina dos Santos

3n-36 José Luiz da Silveira Borges casou com Maria Fausta da Silveira, filha de B-34 Manoel Luiz da Silveira e Alexandrina Luiza da Costa. Filha de B-23 Constantina Luiza da Rocha.

3n-37 Braz Luiz da Silveira Borges casou em primeiras núpcias com 3n-46 Ambrozina Luiza da Silveira, filha de B-31 Pedro Luiz da Silveira Borges e B-39 Maria Luiza da Silveira Borges. Do casamento de Braz com Ambrozina não houve filhos.

3n-37 Braz Luiz da Silveira Borges casou com Maria Peixoto de Medeiros filha de José Cândido da Silva Peixoto e Marcelina Pereira de Medeiros (os Pereira de Medeiros também vieram da Lagoa da Conceição). Ver no livro "Santo Antônio da Patrulha: re-conhecendo sua História", p. 66-85, Família Peixoto. Deste casamento tiveram os filhos:

4n-41 Doralícia Luiza Peixoto casou com José Gabriel Mendes

4n-42 José Luiz Peixoto casou com Izalina Ramos (Tia Negra)

4n-43 Felisberto Luiz Peixoto casou com 4n-56 Eva Luiz da Silveira

4n-44 Ana Luiza Peixoto (morreu solteira)

4n-45 João Luiz Peixoto casou com Eva Pereira Guimarães.

4n-46 Vicente Luiz Peixoto (Vicente Braiz) que casou com 5n- 22 Maria Francelina Silveira Peixoto (Minina), de onde deles se originou a minha pesquisa que envolve as duas famílias Peixoto e Luiz da Silveira Borges, na qual meus avós Vicente e Maria Francelina. Pela genealogia, Maria Francelina é descendente dos irmãos Matheus, Jacintha, Bernardo e José Luiz da Silveira Borges, e Vicente é descendente dos irmãos Matheus, Bernardo e José Luiz da Silveira Borges.

3n-37 Braz Luiz da Silveira Borges casou em terceiras núpcias com Francisca Antônia Rodrigues e não houve filhos.

3n-38 Maria Cristina Luiza da Silveira casou com 3n-13 Manoel Luiz da Silveira Sobrinho, ver sucessão em 3n-13

3n-39 Henriqueta Luiza da Silveira

B-29 Francisca Delfina da Silveira casou com Antônio Honório de Oliveira Salazar.

3n-40 Maria?

B-30 Florência Luiza da Silveira casou com Horácio Junior da Silva Costa (Vereador) (Nico Sabiá).514

B-31 Pedro Luiz da Silveira casou com B-39 Maria Luiza da Silveira Borges, sendo os filhos: alguns filhos deste casal trocaram o sobrenome para (Luiz dos Reis)

3n-41 Boaventura Luiz da Silveira ou (Luiz dos Reis)

3n-42 Bernardo Luiz da Silveira ou (Luiz dos Reis)

3n-43 Matheus Luiza da Silveira ou Matheus Luiz dos Reis casou com Maria Madalena Marques que passou a assinar Maria Madalena Luiza dos Reis (Marica Matheus), sendo os filhos:

4n-47 Ana Luiza Marques (Cota)

4n-48 Luiza Marques dos Reis casou com Reinécio Machado

4n-49 Otávio Sebastião dos Reis casou com Adelaide Peixoto de Castilhos

4n-50 Antônia Marques dos Reis (Antoninha)

3n-44 Ana Luiza da Silveira

3n-45 Antônio Luiz da Silveira

3n-46 Ambrozina Luiza da Silveira que casou com 3n-37 Braz Luiz da Silveira Borges. (não tiveram filhos; morreu no parto)

B-32 Antônio Luiz da Silveira casou com Maria Cândida

B-33 João Luiz da Silveira sobrinho casou com Maria Francisca da Conceição.

3n-47 Felisberto Luiz da Silveira

3n-48 Florência Luiz da Silveira

3n-49 Francisca Luiza da Silveira

3n-50 Maria Cristina Luiza da Silveira

B-33 João Luiz da Silveira Sobrinho casou em segundas núpcias com Ana Carlota da Silveira, sendo filhos:

3n-51 José Luiz da Silveira casou com Florência Cardoso Rolim, sendo filhos:

4n-51 Pedro Luiz da Silveira

4n-52 Antônio Luiz da Silveira

4n-53 Lucio Luiz da Silveira

4n-54 Eleodoro Luiz da Silveira (Doro) casou com 4n-81 Paulina Luiza de Castilhos.

4n-55 Maria Luiza da Silveira (Marica) casou com 3n-76 Trajano Luiz Salazar (Foroso)

4n-56 Eva Luiza da Silveira que casou com 4n-43 Felisberto Luiz Peixoto 515

4n-57 Corrucha? Luiza da Silveira

4n-58 Carolina Luiza da Silveira casou com 4n-36 João Luiz da Silveira Neto (João Porteira)

4n-59 Moisés Luiz da Silveira

4n-60 Clarinda Luiza da Silveira Casou com Pedro Luiz Batista

3n-52 Manoel Luiz da Silveira

3n-53 Demétrio Luiz da Silveira

3n-54 João Luiz da Silveira

3n-55 Norberto Luiz da Silveira

3n-56 Francisco Luiz da Silveira casou com Emília Cardoso (Nenê). Filhos:

4n-61 Ana Luiza da Silveira casou com Urim Ferreira de Castilhos

4n-62 Anatólio Luiz da Silveira casou com Olvídia Marques

4n-63 Amália Luiza da Silveira Pedro Rocha

4n-64 Teresinha Luiz da Silveira ou Terezinha Cardozo da Silveira Fernandes casou com Cláudio Rodrigues Fernandes

4n-65 Fábio Luiz da Silveira casou com Janira Coelho

4n-66 Maria de Lurdes Luiza da Silveira com Oscar Alves Fernandes

3n-57 Dorvalina Luiza da Silveira casou com Irineu Luiz Cardoso

4n-67 Manoel Luiz Cardoso

4n-68 Alberto Luiz Cardoso (Deto) casou com 5n-41 Benta da Silva Cardoso

4n-69 Delcio Luiz Cardoso

4n-70 Bruno Luiz Cardoso

4n-71 Odilon Luiz Cardoso

4n-72 João Francisco Luiz Cardoso

3n-58 Julieta Luiza da Silveira

B-34 Manoel Luiz da Silveira, casou com Alexandrina Luiz da Costa, filha de B-23 Constantina Luiza da Rocha.

B-35 Francisco Luiz da Silveira casou com Generosa Maria Gil, filhos:

3n-59 Maria

3n-60 José

3n-61 João Manoel

B-36 Rita Luiza da Silveira

B-37 Maria Paulina Borges casou com o capitão B-41 Pedro Luiz da Silveira Borges, sem filhos.516

N-6 Bernardo Luiz da Silveira Borges, 1796-1874 (vereador) nasceu em 20/03/1796 na Freguesia da Lagoa da Conceição em Santa Catarina, faleceu em 05/05/1874. Casou em primeiras núpcias com Ana Claudina da Costa (1789- 1845) em 01/03/1821, filha do Sargento João Antônio Coelho da Costa e Maria Clara, sendo os filhos:

B-38 Manoel Luiz da Silveira Borges casou com B-28 Ana Luiza da Silveira Borges filha de N-5 Matheus Luiz da Silveira Borges e Maria Delfina da Costa. Ver sucessão em B-28

B-39 Maria Luiza da Silveira Borges casou com B-31 Pedro Luiz da Silveira Borges filho de N-5 Matheus Luiz da Silveira Borges, ver sucessão em B-31.

B-40 João Luiz da Silveira Neves casou com B-27 Maria Luiza da Silveira Neves (João Luiz era conhecido como Janjão). Este deve ter trocado o sobrenome por haver tantos com o mesmo nome. Maria Luiza, sua esposa, era filha de N-5 Matheus Luiz da Silveira Borges, sendo os filhos:

3n-62 Eduviges Luiza da Silveira casou com 3n-35 Pedro Luiz da Silveira Borges, ver sucessão em 3n-35.

3n-63 Maria Luiza da Silveira casou com 3n-14 João Luiz da Silveira Sobrinho ele em segundas núpcias. Ver sucessão em 3n-14.

3n-64 Maria Matilde Luiza da Silveira

3n-65 Florência Luiza da Silveira casou em primeiras núpcias com o Capitão José Machado da Silva, ele já em segundas núpcias.

4n-73 Valdevino Luiz Machado casou com Josefina Benfica de Assis, pais de:

5n-39 Renato Luiz Machado

5n-40 Reni Luiz Machado (Reni Assis) casou com Constância Lopes Machado (Querida)

4n-74 Eva Luiz Machado casou com Ovídio Nunes (Vidoca)

3n-65 Florência Luiza da Silveira em terceiras núpcias casou com Eduardo Nunes, ele em segundas núpcias. Eduardo Nunes em primeiras núpcias casou com Lucília Nunes, tendo os filhos: Lucília, Hermínia e Ovídio Nunes (Vidoca) que casou com 4n-74 Eva Luiz Machado. Florência e Eduardo foram pais de:

4n-75 Hilário Nunes

4n-76 Adiles Nunes

4n-77 Arlinda Nunes casou com Felisberto Pereira Ramos

B-41 Capitão Pedro Luiz da Silveira Borges casou como 3n-32 Generícia Luiza de Oliveira. No assento de casamento há o impedimento do

casamento por serem parentes de 2º e 3º graus. Mas mesmo assim o casamento aconteceu e tiveram quatro filhos: Generícia era filha de sua prima Maria Rosa de Oliveira B-26 e também irmã de sua Madrasta (Nica do sobrado) 3n31 Ana Luiza de Oliveira que casou com seu pai N-6 Bernardo Luiz da Silveira Borges.

3n-66 Maria Francelina de Oliveira casou com 3n-14 João Luiz de Oliveira Sobrinho (João Lisbão), ele em primeiras núpcias. Ver sucessão, em 3n-14

3n-67 Ana Luiza de Oliveira Sobrinha (Sinhá casou com Cristino Machado de Castilhos, filho de José Machado da Silva e Ana Ferreira de Castilhos), sua primeira esposa, sendo filhos:

4n-78 Ana Luiza de Castilhos (Niquinha) casou com 4n-20 João Marques Peixoto.

4n-79 Antônio Machado de Castilhos Primo

4n-80 Maria Luiza de Castilhos (Chinoca)

4n-81 Paulina Luiza de Castilhos casou com 4n-54 Eleodoro Luiz da Silveira (Doro)

4n-82 Antônia Luiza de Castilhos Casou com Ignácio Pedro da Silva filhos:

5n-41 Benta da Silva Cardoso (Bentinha) casou com 4n-68 Alberto Luiz Cardoso

5n-42 Aides Maria da Rocha (Idinha)

5n-43 Ana Machado da Silva (Nita)

5n-44 Cristino Machado da Silva (Neti)

4n-83 João Machado de Castilhos

3n-68 Maria Luiza Borges casou com 3n-34 João Ignácio da Silveira Borges. Ele em primeiras núpcias. Ver sucessão em 3n-34.

3n-69 Francisco Luiz da Silveira (Chiquinho Borges), foi professor; não teve descendência.

B-41 Capitão Pedro Luiz da Silveira Borges casou em segundas núpcias com B-37 Maria Paulina Borges.

B-42 Maria José da Silveira Borges casou com 3n-29 João Honório de Oliveira Salazar ele filho de Antônio Honório de Oliveira Salazar e B-25 Francisca Delfina da Silveira ou Francisca Martins da Rocha

3n-70 Cipriano Luiz Salazar casou com 3n-21 Rosina Luiza Marques. Ver sucessão em 3n-21.

3n-71 Maria Luiza Salazar casou com 3n-23 Antônio Luiz e Silva Marques. Ver sucessão em 3n-23.518

3n-72 Francisca Luiza Salazar (Picucha) casou com 3n-22 Leôncio Luiz Marques

3n-73 Pedro Luiz Salazar (Chanoca) casou com 4n-30 Ana Luiz Borges

3n-74 Jovim Luiz Salazar

3n-75 Orlando Luiz Salazar

3n-76 Trajano Luiz Salazar (Foroso) casou com 4n-55 Maria Luiza da Silveira

N-6 Bernardo Luiz da Silveira Borges 1796-1874 (vereador) casou em segundas núpcias com 3n-27 Ana Luiza de Oliveira (Nica do Sobrado, como era conhecida), viúva de José Caetano Martins – Galego. Ver no livro "Santo Antônio da Patrulha: re-conhecendo sua História" p. 66 a 85. Do segundo casamento tiveram 5 filhos. Quando Bernardo faleceu em 1874, constam em seu inventário, além dos acima citados, os filhos que teve com Ana Luiza de Oliveira.

B-43 Maria Luiza de Oliveira com 24 anos. Casou com João Celestino Martha. Filhos:

3n-77 Julieta Luiza Martha (Morena) casou com Alberto Ferreira da Costa (filho de criação de Bernardina e Felipe de Oliveira Lima).

B-44 Francisca Luiza de Oliveira com 23 anos

B-45 Bernardina Luiza de Oliveira com 21 anos, casou com Felipe de Oliveira Lima, filho do Padre João de Oliveira Lima.

B-46 Estevão Luiz de Oliveira com 19 anos

B-47 Ana Luiza de Oliveira Filha com 14 anos

Eram meio Irmãos filhos de 3n-30 Ana Luiza de Oliveira:

4n-28 João de Deus Caetano

B-43 Maria Luiza de Oliveira

B-44 Francisca Luiza de Oliveira

B-45 Bernardina Luiza de Oliveira

B-46-Estevão Luiz de Oliveira

B-47 Ana Luiza de Oliveira (Filha)

Pelo lado de N-6 Bernardo Luiz da Silveira Borges do primeiro casamento:

B-48 Manuel Luiz da Silveira Borges

B-49 Maria Luiza da Silveira Borges

B-50 João Luiz da Silveira Neves (Janjão)

B-51 Pedro Luiz da Silveira Borges (Capitão Pedro Borges)

B-52 Maria José da Silveira Borges

Observação

Maria Delfina Coelho da Costa, esposa de Matheus Luiz da Silveira Borges; Ana Claudina Coelho da Costa, esposa de Bernardo Luiz da Silveira Borges; Delfina Coelho da Costa, esposa de João Luiz da Silveira Borges. Eram filhas do Sargento João Antônio Coelho da Costa. A filha Marcelina Coelho da Costa era casada com Fulgêncio José Mendes, pai de Ignês Guilhermina da Costa que casou com Thomas Pereira de Medeiros, pais de Marcelina Pereira de Medeiros que casou com José Cândido da Silva Peixoto.

Os irmãos: Sargento- João Antônio Coelho da Costa, Manoel Antônio Coelho da Costa, Serafim Coelho da Costa e Joaquim Coelho da Costa eram filhos de Ignácio Coelho da Costa.

O Coronel João Coelho da Costa casou com Maria Ferreira de Castilhos, citado no 5n-29, era filho de Joaquim Coelho da Costa e Constantina Luiza da Rocha B-23, filha de N-3 Jacinta Luiza da Silveira. Dela faltam muitos dados dos filhos, pois, muitos acompanharam o pai e o General Osório pelo Rio Grande do Sul e fixaram residência em outras cidades, como consta no inventário de tio João Luiz da Silveira Borges.

Todos vieram de Santa Catarina, da Freguesia da Lagoa da Conceição, em Florianópolis, com origem nos Açores, da ilha Terceira.

Desta família se originam as famílias conhecidas no segundo distrito de Santo Antônio da Patrulha, como: Marcelino Cardoso e Ferreira da Costa.

Como se pode observar é dificílimo entender os meandros da diáspora açoriana. Mas de uma simples genealogia pude ver que desde a colonização das ilhas dos Açores predominou a característica de alguns membros descendentes dos Silveiras, de Guilherme: um ar de superioridade militar.

Muitos ocuparam cargos militares nas ilhas. Chegando a Santa Catarina também houve o mesmo processo. Luiz da Silveira, representado pelo pai do General Osório, o próprio general, muitos de seus tios e primos em Santo Antônio ganharam postos de tenentes, capitães, vereadores e juízes, como o Capitão Pedro Luiz da Silveira Borges, além de outros, como os da família Coelho da Costa que tinham muitos postos de coronéis. Minha avó, Maria Francelina Silveira Peixoto, lembra muito bem do seu bisavô, o Coronel João Coelho da Costa (1839), filho de Manoel Antônio Coelho da Costa (1793) e neto do Sargento João Antônio Coelho da Costa (1763), da Freguesia da Lagoa da Conceição em Santa Catarina. Minha avó ainda se lembra das fardas azuis e o casquete com o símbolo do Império.

Outro fato que chamou a atenção, e que deu novo rumo a essa pesquisa, foi a migração das famílias citadas para o 2º distrito de Santo Antônio da Patrulha, onde essa migração ocorreu como consequência de buscarem novas terras, que talvez tenham comprado para a produção agrícola. A maioria plantava cana-de-açúcar, mandioca e milho em grande escala. O resto era produzido para subsistência. Encontrei em quase todos os inventários das terras dessas famílias, indicações de plantações de cana, roças de mandioca, milho e trigo, com engenhos de cana e atafonas, fatos que se comprovam "oralmente", e até há poucos anos ainda havia muitas atafonas na região. Talvez estas posses sejam o resultado da Constituição de 1824, que determinava o direito de votar e ser votado somente às pessoas que tinham posses e terras. Mas, talvez por eles plantarem e produzirem a farinha de mandioca prevaleciam as posses em função da "política da farinha de mandioca".

No livro "RS: Agropecuária Colonial e Industrialização", de Sandra Pesavento, aparece o mapa estatístico dos cereais colhidos na Província do Rio Grande do Sul, nos anos de 1862-1863.

Tabela 1 – Colheita de cereais no RS (1862-1863)
(trigo e mandioca – em alqueires)

Município	Farinha de mandioca	Trigo
Taquari	55.050	272
Triunfo	3.400	-
São Jerônimo	4.175	1.115
Santo Antônio	5.000	11.008
Conceição do Arroio	1.800	100
Encruzilhada	-	6.600
Cachoeira	-	850
Santa Maria	7.072	222
Rio Grande	-	5.824
São José do Norte	-	1.500
Jaguarão	-	6.000
Canguçu	133	6.521
Santana	200	6.100
Passo Fundo	-	500
São Borja	-	2.700

Fonte: PESAVENTO, 1983.

Sandra Pesavento registra que o fluxo agrícola açoriano refluiu a partir de 1830, com a chegada dos colonos alemães. E é justamente nesta fase que ocorre a migração destas famílias descendentes de açorianos, provenientes da Lagoa da Conceição, onde haviam desenvolvido o cultivo da mandioca, o aprimoramento e a industrialização. Ao virem para esta região, implantaram esta atividade, dando um revigoramento na agricultura da localidade, fato este de ser o 2º distrito, o local onde em Santo Antônio da Patrulha, se encontra a grande concentração do fabrico dos derivados da cana e farinha de mandioca, que abastece toda a região, sendo exportado para o país e exterior, na atualidade.

Na culinária patrulhense foi inserida a farinha de mandioca. Mas em poucos lugares se encontra ainda bolo frito de farinha de mandioca, peixe frito em farinha de mandioca e o doce preferido dos engenhos de mandioca ou aipim – o melado com farinha de mandioca.

Referência

PESAVENTO, Sandra. *RS*: *Agropecuária Colonial e Industrialização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

Fontes documentais

Anotações pessoais de Ana Luíza de Castilhos Peixoto e Maria Francelina Silveira Peixoto

Livros de Registros de Nascimentos, Casamentos e Óbitos da Freguesia da Lagoa da Conceição, Florianópolis/SC.

Livros de Registros de nascimentos, casamentos e óbitos do Serviço Notarial e Registral de Miraguaia, Santo Antônio da Patrulha/RS.

Agradecimento

Ao genealogista Diego de Leão Pufal, pela ajuda na formatação e complementação de dados.

O PATRIARCA AÇORIANO DE CACHOEIRA DO SUL

Ione Maria Sanmartin Carlos[1]
Maria Lucia Mór Castagnino[2]
Mirian Regina Machado Ritzel[3]

Cachoeira do Sul, o quinto município mais antigo do Rio Grande do Sul, passou por várias correntes migratórias. Sua gênese está ligada à assinatura do Tratado de Madri, de 1750, em consequência do qual soldados portugueses foram estabelecidos ao longo do Jacuí para guarnecerem as fronteiras e darem início à ocupação do território.

Por volta de 1753, um contingente de açorianos veio somar-se aos portugueses do continente e aos africanos, ocupando as datas recebidas e contribuindo para o mosaico cultural que contaria, a partir de 1769, com índios oriundos das regiões missioneiras que, aldeados próximo do rio Jacuí, deram início a uma povoação.

Por essa época, provavelmente em 1752, um açoriano, na companhia da mãe e de cinco irmãos, veio para o Brasil, desembarcando na Ilha de Santa Catarina. Esses açorianos, de sobrenome d'Agueda, eram filhos de João Teixeira[4] d'Agueda[5] e Isabel Nunes. É provável que d'Agueda seja corruptela do sobrenome *Der Haagen*, de Flandres. A família primeiramente fixou-se na ilha do Corvo, desta passando para a de São Jorge (BORGES FORTES, 1931). No Brasil, estabeleceram-se, inicialmente, em São José da Terra Firme, Santa Catarina.

João e Isabel tiveram os seguintes filhos, de que se tem conhecimento: João, batizado em 19 de agosto de 1731;[6] Maria Santa, batizada em

1 Professora aposentada, historiadora, presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico-Cultural de Cachoeira do Sul – COMPAHC, ex-servidora e pesquisadora do Arquivo Histórico do Município de Cachoeira do Sul "Carlos Salzano Vieira da Cunha", residente em Cachoeira do Sul/RS.

2 Professora aposentada, genealogista, ex-servidora do Arquivo Histórico do Município de Cachoeira do Sul "Carlos S. V. da Cunha", residente em Cachoeira do Sul/RS.

3 Professora, pesquisadora, servidora do Arquivo Histórico do Município de Cachoeira do Sul "Carlos S. V. da Cunha", residente em Cachoeira do Sul/RS.

4 Há também a referência a João Pereira d'Agueda, porém o assento de batismo de João Pereira Fortes confirma que o correto é João Teixeira de Agueda.

5 Também aparece de Agada, de Agueda e d'Agueda.

6 Livro de Batismos da Matriz de Nossa Senhora do Rosário da Vila do Topo, Açores, 1719 a 1732, fl. 259.

17 de outubro de 1733; Antônio Nunes, batizado em 26 de abril de 1736; Miguel Pereira, batizado em 3 de maio de 1738; Felícia da Porciúncula, batizada em 2 de agosto de 1740; Rosa Maria, batizada em 30 de janeiro de 1746; Manuel Teixeira, batizado em 14 de setembro de 1748; e Francisco Pereira, batizado em 12 de dezembro de 1750. Três dos filhos do casal trocaram de nome no Brasil: João Teixeira d'Agueda passou a se chamar João Pereira Fortes,[7] Antônio Nunes, que passou a ser Antônio Pereira Fortes, e Miguel Pereira, que adotou o nome Miguel Pereira Simões.

Não há referência ao recebimento de datas pela família d'Agueda e, ao contrário, aparecem como proprietários de grande sesmaria ao tempo de Gomes Freire de Andrade.

Em 1756, João Pereira Fortes se casou em Rio Pardo, aonde estava fixado, com a também açoriana Eugênia Rosa Ribeiro, natural da Ilha Terceira, e filha de Manoel Ribeiro e de Catarina de São Francisco.

João Pereira Fortes estava estabelecido como comerciante em Rio Pardo, desde 1754, aonde firmara, em 30 de novembro de 1773, uma sociedade para produção rural com o também comerciante açoriano Mateus Simões Pires (XAVIER, 1979). A sociedade tinha por objetivo a exploração pecuária, constando também, dentre os bens declarados de ambos, uma atafona para farinha de mandioca. Os sócios ampliaram muito as suas posses com a sociedade e, por ocasião do seu distrato, registrado em 19 de novembro de 1790, João Pereira Fortes tinha conseguido comprar outros campos, além do original "da Guardinha", declarado como bem na ocasião do contrato com Mateus Simões Pires. Eram de sua posse os do "Capão Grande", em Cachoeira, registrado em 1780, o "das Pederneiras", o "da Boa Vista", adquirida de Santos Martins em 1783, e o do "Pequeri". Suas propriedades, portanto, se estendiam ao que hoje constitui o município de Cachoeira, compreendendo-se que, naquele tempo, tudo pertencia a Rio Pardo, uma vez que Cachoeira era então uma de suas freguesias.

Sobre as propriedades de João Pereira Fortes, o genealogista Mário Teixeira de Carvalho[8] referia ser o açoriano possuidor de diversas

7 Segundo o historiador cachoeirense Fritz Strohschoen, João Teixeira d'Agueda assumiu o sobrenome Pereira Fortes por ter participado da construção do Forte Jesus, Maria, José, de Rio Pardo. E, por ser conhecido como João Pereira, o do forte, acabou por adotar a alcunha. Não há comprovação documental.

8 Nobiliário Sul-Riograndense, de Mario Teixeira de Carvalho. Porto Alegre: Of. Graf. da Livraria do Globo, 1937.

fazendas de criação de gado no Rio Grande do Sul, estando a primeira delas localizada nas "Pederneiras", terras que lhe foram outorgadas pelo comandante das forças de Rio Pardo, logo depois da demarcação de limites de 1754. Mais tarde, obteve as fazendas do "Capivari", da "Guardinha" (1780) e do "Pequeri" (1793), tendo a última a extensão de três léguas.

Em uma relação das pessoas que possuíam campos na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira, de 1784, consta o que segue:

> Matheos Simõens Pires, e seu Socio João Perª Fortes. Estão de posses de varios Campos, cujos dominios lhe provem na forma seguinte. Do 1.º, aprezentão hum despacho do Brigadeiro Jozé Marcelino de Figueiredo de 3 de Abril de 1780 em que lhes concede duas leguas e meia de comprido, e húa de largo, com obrigação de tirarem Carta de Seismaria a qual não tem procurado té ao prezente. Do 2.º mostrão hum requerimento feito por Ricardo Antonio, filho de hum dos Socios, no qual lhe concede o dito Brigadeiro legua e meia de terreno em quadra no 1.º de Abril de 1780. E do 3.º aprezentão hum requerimento feito pelo Tenente de Dragõens Jozé da Silva Balday ao dito Brigad.ro, no qual concedeo ao dito Tenente por despacho do 1.º de Abril de 1780, três leguas de terreno de comprido e húa de largo, com todas aquellas condiçoens que erão infaliveis em similantes concêçõens; porem sem cumprimento a nenhúa dellas, foi vendido mencionado Campo no 1.º de 9.bro de 1780. Estes homens são moradores do destricto do R.o pardo, em cujo lugar se empregão em Lavouras, viv.do tambem da Creação de animaes, e tem nestes Campos 1.000 Gado, 4 Bois, 30 Cavallos, 600 Eguas, 20 Potros, 90 Mullas, 15 Burros.[9]

Por meio do inventário da esposa de João Pereira Fortes, Eugênia Rosa, aberto pelo viúvo em 26 de agosto de 1812, foi possível ter acesso ao montante de bens do casal e comprovar as relações parentais.

O testamento de Eugênia Rosa, com o qual foi aberto o inventário, foi "escrito, consertado e assinado" pelo escrivão Antonio Joze da Silva Mello, na Vila de Rio Pardo, em 1.º de setembro de 1812.[10]

Nele consta o traslado do testamento feito por ela em Rio Pardo, no dia 22 de novembro de 1811, entregue ao escrivão em "duas folhas de

9 Biblioteca Nacional. Centro de Microfilmagem e Reprografia, 4/11/1986. Acervo Museu Municipal Edyr Lima, Cachoeira do Sul/RS.

10 Arquivo Particular n. 9. Acervo Arquivo Histórico do Município de Cachoeira do Sul "Carlos Salzano Vieira da Cunha".

papel com três laudas e cinco regras incompletas" que, por ser a testadora analfabeta, pediu ao capitão Paulo Nunes da Silva Jardim que o redigisse. Assinaram o documento, "a seu rogo", o marido João Pereira Fortes e o dito capitão.

Um capítulo à parte nesta história é a forma como o testamento de Eugênia Rosa foi trazido à luz. O historiador cachoeirense Fritz Strohschoen[11] o recebeu das mãos de um jardineiro que encontrou o volume abandonado no porão de uma velha casa. Percebendo a importância do documento que recebera, o historiador atirou-se à sua difícil transcrição. Anos mais tarde, o Arquivo Histórico do Município de Cachoeira do Sul lançou, em edição limitada e artesanal, o conteúdo do inventário de Eugênia Rosa transcrito por Fritz Strohschoen.

Figura 1 – Inventário original de Eugênia Rosa, transcrição manuscrita pelo historiador Fritz Strohschoen e volume da edição artesanal do inventário. "Carlos Salzano Vieira da Cunha" – AP 09.

Fonte: Arquivo Histórico do Município de Cachoeira do Sul

Dentre as propriedades referidas como bens do casal no inventário de Eugênia Rosa estava a Fazenda da Boa Vista, campo do Capão Grande, uma chácara, campo do Rincão do Inferno e campo de São Paulino, bem povoados de gado.

11 Fritz Strohschoen, historiador, advogado, contador e professor, nascido em Cachoeira do Sul em 8/5/1920, onde faleceu em 14/1/2011.

Como filhos do casal e herdeiros, são citados no testamento: Joana Rosa, já falecida, com vários filhos de seu casamento com o também falecido Antônio Gonçalves Borges; Gertrudes, também falecida, que havia sido casada com o falecido José Silveira Gularte, casal que deixou o órfão José, que estava aos cuidados dos avós Pereira Fortes; Catarina, viúva do tenente Policarpo José Soares Lima; Escolástica, casada com o capitão Caetano Coelho Leal; Eugênia, casada com o tenente José Martins; Rosa, casada com José Vieira da Cunha; Maria, casada com José Marques; Ricardo, Antônio, João e Floriana.

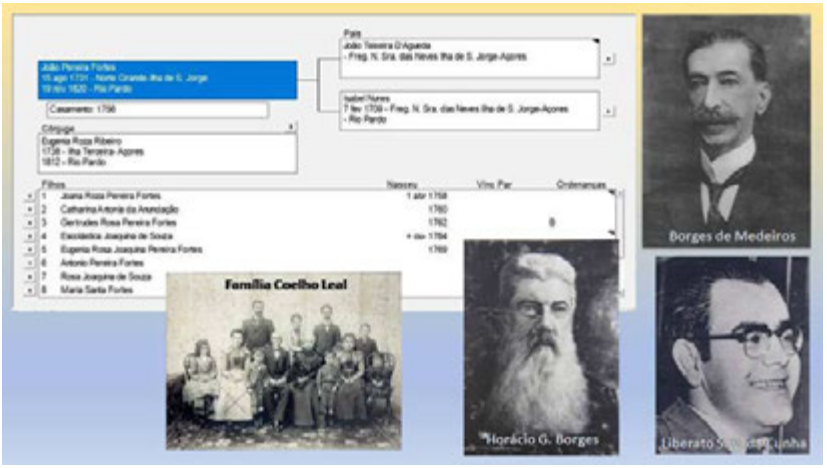
Os descendentes de João e Eugênia Rosa desdobraram-se em diversas famílias que hoje são troncos de parcela significativa da população cachoeirense, bem como de personalidades que fazem parte da história, não só de Cachoeira do Sul, como do Rio Grande do Sul e do Brasil. Foi, pois, um verdadeiro patriarca açoriano na história da região, uma vez que sua descendência se desdobrou em muitos ramos. Para Schmachtenberg (2013), as alianças advindas dos casamentos eram importantes para reforçar o núcleo familiar e ampliar as relações sociais, políticas e econômicas, o que se verifica nos consórcios promovidos com as filhas de João Pereira Fortes e Eugênia Rosa.

A provar estas relações, alguns exemplos das ramificações promovidas por estes consórcios: a primogênita do casal, Joana Rosa, casou com o também açoriano Antônio Gonçalves Borges, tendo os filhos: Antônio, Cândido, Feliciano, Carlinda, João, Albino, Balbina e Delfino.

Do primeiro filho deles, Antônio Gonçalves Borges,[12] que casou com Ana Joaquina Gomes, nasceu o terceiro Antônio Gonçalves Borges, casado com Rufina de Lima Borges. Esse casal teve a primogênita Miguelina que se consorciou com o pernambucano Dr. Augusto César de Medeiros, gerando o primogênito Antônio Augusto Borges de Medeiros, homem que por mais tempo governou o Rio Grande do Sul. Antônio e Rufina foram também os pais de Horácio Gonçalves Borges, vice-intendente de Cachoeira (1912), grande estancieiro no então distrito de Restinga Seca, e que foi pai do Coronel Aparício Borges, personagem da revolução de 1932.

12 Alferes, juiz ordinário e vereador da Vila Nova de São João da Cachoeira (1833-1836).

Figura 2 – Gráfico da descendência de João Pereira Fortes, através de sua primogênita, Joana Rosa. Da quarta filha, Escolástica Joaquina, casada com Caetano Coelho Leal, descendem os Coelho Leal e os Nogueira da Gama, e da sexta filha, Rosa Joaquina de Souza, descendem os Vieira da Cunha pelo seu casamento com José Vieira da Cunha.



Fonte: Genealogista Maria Lucia Mór Castagnino. Software Personal Ancestral File.

Figura 3 – Gráfico da descendência de João Pereira Fortes, através da sua quarta filha, Escolástica Joaquina

Fonte: Genealogista Maria Lucia Mór Castagnino. Software Personal Ancestral File.

De Eugênia, outra filha do casal Pereira Fortes, casada com o tenente José Martins da Cruz Jobim, procede Antônio Martins da Cruz Jobim, o Barão de Cambaí.

Feitas as observações sobre algumas das relações parentais e a grande descendência de João Pereira Fortes dispersa na região de Rio

Pardo e Cachoeira do Sul, há que se referir à Fazenda São José, mais conhecida como da Tafona, e que se constitui em prova material desta história.

A Fazenda São José – da Tafona

A sede da Fazenda São José, também conhecida como Fazenda da Tafona, construída entre 1811 e 1813, está localizada em terras de uma das sesmarias que pertenceram a João Pereira Fortes.

Figura 4 – Sede da Fazenda São José – da Tafona, Porteira Sete, Cachoeira do Sul/RS

Fonte: imagem de Renato Thomsen.

Uma verificação no inventário que ele fez dos bens do casal, depois do falecimento da esposa Eugênia Rosa, em 1812, consta, dentre os herdeiros, a filha Rosa Joaquina, casada com José Vieira da Cunha. Este casal teve os filhos Liberato, nascido a 8 de novembro de 1801; Florisbela, nascida a 24 de junho de 1804; Pamphilo, nascido a 30 de janeiro de 1806; e Israel, nascido em 1808. A fazenda, depois das sucessões familiares, passou a pertencer a José Sebastião Vieira da Cunha, filho de Pamphilo e Clara Vieira da Cruz Brilhante, portanto, neto de João Pereira Fortes.

José Sebastião Vieira da Cunha casou-se com a prima Maria Manoela Pereira em 23 de abril de 1870. Na Fazenda da Tafona, criaram os 10 filhos: Pamphilo (1871), Emília (1872), Afonso (1873), Eduardo (1875), Hermínia (1876), Maria (1878), Manoel (1879), Hugo (1881), Julieta (1883) e Marieta (1884). Com o passar do tempo e os naturais desmem-

bramentos de propriedades entre os herdeiros de José Sebastião e Maria Manoela, uma fatia de terras em que se encontra a sede da fazenda e a atafona ficaram pertencendo à segunda filha do casal, Emília Vieira da Cunha.

José Sebastião e o estabelecimento de sua família na Fazenda da Tafona dão consistência e materialidade à posse ancestral das terras pelo açoriano João Pereira Fortes, conservando-se aquele sítio, ainda em mãos de seus descendentes, no caso a sua hexaneta, Maria Irtília Vieira da Cunha Silva.

Referências

BORGES FORTES, João. Cristóvão Pereira. In: *A Família Fortes*. Rio de Janeiro: Typographia do Centro de Porto Alegre, 1931.

CARVALHO, Mário Teixeira de. *Nobiliário Sul-Rio-Grandense.* Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937.

LAYTANO, Dante de. *Guia Histórico de Rio Pardo:* cidade tradicional do Rio Grande do Sul. Rio Pardo: Prefeitura Municipal de Rio Pardo, 1979.

PORTO, Aurélio. Cachoeira. Resumo histórico. In: CAMOZATO, Benjamin (Org.). *Grande Álbum de Cachoeira no Centenário da Independência do Brasil.* Porto Alegre: Officinas Graphicas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1922.

SCHMACHTENBERG, Ricardo. A participação das filhas na formação e consolidação das relações familiares e redes sociais, econômicas e políticas no Brasil Meridional (Vila de Rio Pardo – final do século XVIII e início do XIX). *XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH Brasil.* Natal: 22 a 26 de julho de 2013.

SCHUH, Angela; CARLOS, Ione Maria Sanmartin. *Cachoeira do Sul em busca de sua história.* Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991.

SCHUH, Angela; RITZEL, Mirian Regina Machado. *Cachoeira do Sul*: Princesa do Jacuí. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

XAVIER, Paulo. Um Contrato de Sociedade Rural. *Correio do Povo*, Suplemento Rural, Porto Alegre, 16 fev.1979.

Site

Disponível em: https://mitoblogos.blogspot.com/2020/08/genealogia-655-joao-teixeira-de-agueda.html Acesso em: 3 abr. 2023.

DO ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES PARA O RIO GRANDE DE SÃO PEDRO: ASCENDÊNCIA E DESCENDÊNCIA DE MANOEL TEIXEIRA E ADRIANA MARIA PERPÉTUA (SÃO GABRIEL)

Jenny Maria Garcia Chagas[1]

Introdução

Esta pesquisa relaciona quatro casais açorianos e seus filhos que vieram para o Rio Grande do Sul, atraídos pelas vantagens oferecida aos que quisessem vir para o Brasil, pelo edital de 31 de agosto de 1746, publicado pelo Conselho Ultramarino Português, autorizado pelo rei, e as duas primeiras gerações de descendentes, citando aqueles que se destacaram no Estado e no País.

I- ANTONIO ALBERNAZ (1680, em Ribeirinha, ilha do Faial, Açores-8/1/1742, em Pedro Miguel, ilha do Faial, Açores), filho de Mateus Alvernaz (25/9/1658, em Pedro Miguel, ilha do Faial, Açores-28/3/1705, em Pedro Miguel, ilha do Faial, Açores), casado, a 10/6/1679, em Pedro Miguel, ilha do Faial, Açores, com Isabel Gonsalves (em Bandeiras, Açores-22/3/1705, em Pedro Miguel, ilha do Faial, Açores), filha de Alvaro Gonsalves e Maria Rodrigues, casado, a 15/8/1710, em Pedro Miguel, ilha do Faial, Açores, com **MARIA DUARTE** (1682, em Nossa Senhora da Ajuda, ilha do Faial, Açores-17/2/1794, em Rio Pardo, RS), filha de Antonio George de Souza (1660, em Nossa Senhora da Conceição, ilha do Fayal, Açores-) casado com Maria Luis (1670, em Nossa Senhora da Conceição, ilha do Faial, Açores), pais de:

F.1- Helena Albernaz (em Pedro Miguel, ilha do Faial, Açores-18/11/1715, em Pedro Miguel, ilha do Faial, Açores), sem descendentes;

F.2- Anna do Rozario (5/2/1717, em Pedro Miguel, ilha do Faial, Açores-5/7/1780, em Pedro Miguel, ilha do Faial, Açores) casada, a 23/4/1742, em Pedro Miguel, ilha do Faial, Azores, Portugal, com Manoel Francisco Sil-

1 Pesquisadora e farmacêutica-bioquímica. São Gabriel/RS.

veira (15/7/1713, em Pedro Miguel, ilha do Faial, Açores), filho de Francisco Silveira e Joana de Santo Andre Rodrigues;

F.3- Helena Albernaz (14/5/1720, em Pedro Miguel, ilha do Faial, Açores);

F.4- Mariana de Jezus (13/8/1723, em Pedro Miguel, ilha do Faial, Açores-23/5/1782, em Pedro Miguel, ilha do Faial, Açores) casada, a 25/2/1745, em Pedro Miguel, ilha do Faial, Açores, com Manoel Vieira (em Ribeiras, ilha do Faial, Açores-31/10/1762, em Pedro Miguel, ilha do Faial, Açores), filho de Antonio Vieira e Esperança de Azevedo, viúvo de Maria Silveira;

F.5- Antonio Albernaz (23/8/1726, em Pedro Miguel, ilha do Faial, Açores);

F.6- Ignez Francisca da Rosa (16/2/1730, Nossa Senhora da Ajuda, Pedro Miguel, ilha do Faial, Açores-15/10/1761, em Rio Grande, RS) casada, em Rio Grande, RS com Manoel Dutra de Medeiros (7/5/1725, em Nossa Senhora do Socorro, ilha do Faial, Açores-), filho de João Pereira Machado "Branco" e Maria Garcia Mendonsa de Medeiros, pais de:

N.1- Anna Francisca de Medeiros (28/10/1759, em Rio Grande, RS-27/12/1835, de obstrução, em Rio Pardo, RS) casada, a 13/5/1773, "de tarde antes de se pôr o sol", na Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS, com João Soares Coelho (batizado a 16/9/1753, em Viamão, RS), filho de Joze Coelho Machado e Anna Michaela;

Anna Francisca casada, a 7/7/1784, "de tarde antes de se por o sol", na Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS, com Gregorio Francisco da Silveira (batizado a 17/5/1761, em Rio Pardo, RS-7/1/1821, de "pleuris", em Rio Pardo, RS), filho de Manoel Francisco da Silveira e Josefa de São Francisco;

F.7- Joze Albernaz (batizado a 18/3/1735, em Nossa Senhora da Ajuda, Pedro Miguel, ilha do Faial, Açores) casado, a 14/4/1760, às 8h, na "egreja de Jezus Maria Joze da Espedição de Rio Pardo", RS, "onde os contraentes casaes das Ilhas estão por ordem de Sua Majestade, para as novas povoações de Missoens", com Rosa Maria de Belem (3/2/1743, em Nossa Senhora do Socorro, Angra, ilha do Faial, Açores-16/4/1796, em Rio Pardo, RS), filha de Joam Pereira Machado "Branco" e Francisca Maria da Sylveira, pais de:

N.2- Maria Joaquina Santa de Bellem (em Rio Pardo, RS-5/5/1818, de camaras de sangue, em Rio Pardo, RS) casada, a 21/11/1778, "sendo de manhã sol fora", na Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS, com Joaquim Soares de Menezes (1735, na freguesia de São Pedro, villa do Porto, ilha de Santa Maria, Açores-2/1/1805, de moléstia do peito, em Rio Pardo, RS), filho do capitão Antonio Soares de Menezes e Barbara Encarnação de Souza;

N.3- Joze da Cruz Albernaz (em Rio Pardo, RS-25/11/1834, de hidropisia alta, na capella de São Gabriel, RS), recebeu uma sesmaria em São

Gabriel, 2º distrito, além do arroio Jacaré no lugar chamado Bom Retiro e na Fazenda Arvoredo; em seu testamento declarou possuir "duas cesmarias de campo em Caiboaté, districto da capella de São Gabriel, huma morada de casas de telha na mesma capella de São Gabriel e mais quatro terrenos comprados para edificar casas, animais bovinos, cavalares e muares, tudo debaixo da minha marca e uma chácara de matos na capella de Sancta Maria da Bocca do Monte", casado com Justa Maria Perpetua de Jezus (batizada a 20/11/1780, em Santo Amaro, RS-14/11/1845, de inflamação no fígado, em São Gabriel, RS e foi sepultada no cemitério da igreja), filha de Manoel Joze Lucas e Perpetua Maria de Jesus;

N.4- Manoel Joze Albernaz de Belem (batizado a 29/5/1776, na Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS-7/3/1832, em Caçapava, RS) obteve, por concessão, uma sesmaria de terra na fronteira de Rio Pardo, RS, distrito de Cassapava, casado, a 15/6/1796, às 9h, na Matriz de Rio Pardo, RS, com Florianna Maria do Nascimento (batizada a 15/4/1781, na Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS-), filha de Antonio Jacintho de Oliveira e Marianna de Sam Joze;

N.5- Joaquim de Albernaz (batizado a 28/8/1778, na Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS);

N.6- Anna Maria de Jezus (batizada a 14/6/1784, na Matriz de Nossa Senhora do Rosário, Rio Pardo, RS-) casada, a 4/5/1797, "depois do sol sahir e antes do seu ocaso", na capella de Sancta Barbara, Encruzilhada, filial da Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS, com Joam Joze Lucas (6/4/1776, em Santo Amaro, RS-), filho de Manuel José Lucas e Perpétua Maria de Jesus.

F.8- Raymundo Albernaz (1º/1/1738, em Nossa Senhora da Ajuda, Ilha do Faial, Açores-21/1/1799, assassinado nos limites de Rio Pardo, RS-3/11/1800, seus ossos foram sepultados dentro da Matriz Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS), possuía uma sesmaria de campo (três léguas, 150 quadras ou 13.068 ha de campo) na costa do arroio D. Marcos, em Rio Pardo, RS, casado, a 5/1/1762, na "egreja Jezus Maria Joze da Espedição de Rio Pardo", RS, com Maria Tereza (4/2/1749, em São Matheus, Madalena, Ilha do Pico, Açores-31/3/1780, em Rio Pardo, RS), filha de Estevão da Rosa e Maria Antonia, pais de:

N.7- Anna Maria da Assumpção (batizada a 8/5/1777, na Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS-10/7/1816, em Porto Alegre, RS) casada, a 4/11/1790, de "manham depois de sahir o sol", na Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS, com o capitão-mor Manoel de Macedo Brum da Silveira (28/9/1763, em Sanctissima Trindade das Lages, Ilha do Pico, Açores-7/8/1816, de moléstia interior, em Porto Alegre, RS), cuja

primazia no plantio de videiras e produção de vinho no Rio Grande foi reconhecida oficialmente por D. João VI, em 1813, segundo a Associação Brasileira de Enologia, filho de Manuel de Macedo Madruga e Maria de Brum, naturais da Ilha do Pico, Açores;

N.8- Joaquim Albernaz (batizado a 13/5/1779, na Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS).

Raymundo casou (2x), a 14/05/1780, em Rio Pardo, RS, com Angelica Maria Jacinta (batizada a 24/03/1761, na Matriz do Senhor Bom Jezus, Triunfo, RS-04/09/1789, amanheceu morta na cama, em Rio Pardo, RS), filha de André Jacinto e Felícia do Sacramento, pais de:

N.9- Feliciana Maria de Jezus (em Rio Pardo, RS) casada com Jezuino Paulo Lopes (villa de Castro, SP), filho de Silverio Pay e Custodia Maria de Jezus;

Raymundo casou (3x), a 25/11/1789, "de tarde antes de se por o sol", na Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS, com Maria Teresa de Jezus (28/10/1773, na freguesia de Santa Anna, Morro Grande, Viamão, RS-), filha de Manuel Joze do Nascimento e Theresa Maria de Jezus, sem descendentes;

F.9- Josepha Maria do Nascimento (9/4/1740, em Pedro Miguel, ilha do Faial, Açores-10/9/1824, em Triunfo, RS) casada com Antonio de Azevedo Saldanha (1713, em Santa Maria do Pedroso, Braga, Portugal-19/02/1823, de velhice, em Rio Pardo, RS), filho de Antonio Brochado Saldanha e Maria de Azevedo, pais de:

N.10- Joaquim Joze Saldanha (batizado a 09/12/1758, na "egreja de Jezus Maria Joze da Espedição de Rio Pardo", RS-18/02/1821, em Cassapava, RS) casado, a 22/02/1810, na Capella de Nossa Senhora da Assumpção, Cassapava, RS, com Luciana Joaquina da Porciuncula (Nossa Senhora da Conceição do Arroio da Serra, RS-02/03/1821, em Cassapava, RS), filha de Joaquim Joze Gonçalves e Maria da Conceição;

N.11- Inocencia Maria Saldanha (1761, em Rio Pardo, RS-20/02/1810, em Melo, Cerro Largo, Uruguay) casada, a 10/10/1781, de tarde antes de se por o sol, na Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS, com Antonio Joze de Almeyda (batizado em Nossa Senhora da Luz, Curitiba, Paraná-), filho de Antonio Pereira de Almeyda e Quiteria Pedrozo de Lima;

N.12- Engracia Maria de Azevedo Saldanha (1761, em Rio Pardo, RS-01/09/1848, de moléstia interna, em Triunfo, RS) casada, a 10/10/1781, de tarde antes de se por o sol, na Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS, com João Baptista Damasceno (em Sam Pedro do Rio Grande, RS-), filho de João da Costa Severino e Anna Maria;

N.13- Joze Joaquim Saldanha (1765, em Rio Pardo, RS-24/01/1839, em Alegrete, RS) casado com Clemencia Joaquina da Porciuncula (1800, em Rio Pardo, RS-02/02/1880, em Cati, Santana do Livramento, RS), filha de Joaquim Joze Gonçalves e Maria da Conceição;

N.14- Anna Ursina de Jezus (batizada a 24/11/1777, na Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS) casada, a 30/06/1798, às 8:00 h, na Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS, com Joze Luiz de Magalhains Barros (em São Nicolao da Cidade, Porto, Portugal), militar, filho de Luis Carlos de Magalhains Barros e Josefa Maria Roza;

N.15- Joaquina Leocadia da Conceição (em Cachoeira, RS-29/4/1821, de molestias cronicas antigas, em Rio Pardo, RS) casada com João Antonio da Silveira (1783, em Nossa Senhora dos Prazeres, Algibarrota, bispado de Leiria, Portugal-21/9/1825, de chagas, em Alegrete, RS), alferes dos auxiliares da Capitania de São Paulo, filho de Manuel Antônio do Rozario e Rita Maria;

N.16- Francisca Bernardina Leocadia da Conceição (batizada a 10/8/1780, na Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS-17/5/1819, de camaras de sangue, em Rio Pardo, RS) casada, a 30/6/1798, às 8h, na Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS, com Francisco Luiz de Magalhains Barros (em São Nicolao da Cidade, Porto, Portugal), filho de Luiz Carlos de Magalhains Barros e Josefa Maria Roza;

N.17- Ignacio Joze de Saldanha (21/12/1784, em Rio Pardo, RS-08/11/1826, de ataque do peito, em Alegrete, RS e foi sepultado na estância do tenente Antonio Luiz de Souza Cambraia, em Alegrete, RS) casado com Maria Francisca Dornelles de Souza (em Caçapava, RS), filha de Francisco Antonio Dornelles e Jacinta Joaquina de Jezus.

São descendentes desta família Maria Emilia de Menezes, Baronesa de Gravatahy, o Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes, Francisco Pereira de Macedo, Barão e Visconde de Serro Formoso, Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat e Demétrio Nunes Ribeiro.

II- MANOEL LUCAS (13/9/1724, em Santa Barbara de Nove Ribeiras, ilha Terceira, Açores-15/6/1796, em Santo Amaro, RS), filho de Francisco Joze Lucas (1695, em Santa Barbara de Nove Ribeiras, ilha Terceira, Açores-28/4/1726, em Nove Ribeiras, ilha Terceira, Açores), casado, a 3/10/1722, na ilha Terceira, Açores, Portugal, com Antonia do Espirito Santo (9/6/1698, em Santa Barbara de Nove Ribeiras, ilha Terceira, Açores), filha de Manoel Pereira (10/9/1735, em Santa Barbara de Nove Ribeiras, ilha Terceira, Açores) e Catarina Gonçalves (1671-14/3/1741, em Santa Barbara de Nove Ribeiras, ilha Terceira, Açores) casado com **JOSEFA DE RAMOS** (25/2/1739, em Nossa Senhora das Angustias,

Horta, ilha do Faial, Açores-31/1/1797, em Santo Amaro, RS), filha de Joseph George Fernandes (20/10/1696, em Nossa Senhora das Angustias, Horta, ilha do Faial, Açores, em Santo Amaro, RS) casado, a 22/6/1734, em Nossa Senhora das Angustias, Açores, com Illena de São Jozeph (11/9/1709, em Nossa Senhora das Angustias, Horta, ilha do Faial, Açores-2/4/1792, em Santo Amaro, RS), filha de Manoel da Sylva (1676, em Nossa Senhora das Angustias, Horta, ilha do Faial, Açores-) casado, a 18/1/1705, em Nossa Senhora das Angustias, Horta, ilha do Faial, Açores, com Anna Garcia (1686, em Nossa Senhora das Angustias, Horta, ilha do Faial, Açores), "casaes del Rey", pais de:

F.1- Manoel Joze Lucas (25/5/1755, em Rio Grande, RS-23/6/1830, em Encruzilhada, RS) casado, a 16/7/1773, às 11h, na Matriz da "parroquia" do Senhor Bom Jezus, Triunfo, RS, com Perpetua Maria de Jezus (batizada a 13/11/1757, na Matriz da "parroquia" do Senhor Bom Jezus, Triunfo, RS, sendo seus pais "casaes del Rey residentes na Tranqueira de Santo Amaro"-28/4/1808, em Encruzilhada, RS), filha de Francisco Xavier da Assunção e Maria de Ávila, pais de:

N.1- Joam Joze Lucas (6/4/1776, em Santo Amaro, RS) casado, a 4/5/1797, "depois do sol sahir e antes do seu ocaso", na capella de Sancta Barbara, Encruzilhada, filial da Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS, com Anna Maria de Jezus (batizada a 14/6/1784, na igreja de Nossa Senhora do Rosário, Rio Pardo, RS), filha de José Alvernaz e Rosa Maria de Belém. Ver I.N.6;

N.2- Joaquim Joze Lucas (batizado a 13/11/1777, na villa de Nossa Senhora dos Prazeres das Lages, SC, sendo seu pai soldado da Guarda de Sam Jorge do Rio das Canoas, instituição arrecadadora de impostos na divisa da Capitania de São Paulo e o Continente do Rio Grande-) casado, a 15/1/1804, às 7h, na igreja de Santa Barbara, Encruzilhada, RS, com Joaquina Ignacia de Menezes (17/2/1783, em Rio Pardo, RS-27/6/1861, em Encruzilhada, RS), filha de Antonio e Anna de Menezes;

N.3- Rufina Maria Perpetua Lucas (batizada a 3/6/1779, na Matriz de Santo Amaro, RS) casada, a 2/10/1792, na capella de Sancta Barbara, Encruzilhada, filial da Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS, com Antonio da Costa Nunes (1759, em Coja, Coimbra, Portugal-28/04/1833, em Encruzilhada, RS), filho de João da Costa Nunes e Maria Nunes;

N.4- Justa Maria Perpetua de Jezus (batizada a 26/11/1780, na Matriz de Santo Amaro, RS-14/11/1845, de inflamação no fígado, em São Gabriel, RS e foi sepultada no cemitério da igreja) casada com Joze da Cruz Albernaz (1768, em Rio Pardo, RS-25/11/1834, de hidropizia, em São Gabriel, RS e sepultado no cemitério da igreja), filho de José Albernaz e Rosa Maria de Belém. Ver I.N.1-2;

N.5- Rosaura Maria de Jezus (1781, em Santo Amaro, RS-12/10/1826, em Encruzilhada, RS) casada, a 05/09/1800, depois das 15h, na Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS com Manoel Antonio Lobo Coelho (13/11/1767, em Loureiro, Santo Estevão de Regadas, concelho Cerolico de Bastos, Portugal-20/03/1824, em Encruzilhada, RS), filho de Francisco Lobo de Castro e Marianna Dias Coelho;

N.6- Anselmo Lucas (recebeu os Santos Oleos a 3/6/1782, na Matriz de Santo Amaro, RS, batizado em urgente necessidade por João da Costa Leite-em Encruzilhada, RS), sem descendentes;

N.7- Miguel Lucas (batizado de licença do Vigario Euzebio de Magalhães Rangel da Matriz de Nossa Senhora do Rozario de Rio Pardo, a 29/9/1785, na capella de Santa Barbara, Encruzilhada, RS-29/9/1808, em Encruzilhada, RS), solteiro, sem descendentes;

N.8- Placido Lucas (batizado a 6/8/1787, na capella de Santa Barbara, Encruzilhada, RS-1º/9/1802, em Encruzilhada, RS), sem descendentes;

N.9- Catharina Lucas (27/5/1789, em Encruzilhada, RS-em Encruzilhada, RS), sem descendentes;

N.10- Joze Francisco Lucas (batizado a 9/2/1791, na capella de Sancta Barbara, Encruzilhada, filial da Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS-26/8/1858, em Santana do Livramento, RS) casado com Gertrudes Maria;

Joze Francisco casado, a 8/1/1833, às 8h, em São Gabriel, RS, com Dorothea Bernardina de Abreu (em Caçapava, RS-), filha de Pedro José de Abreu e Maria Ricarda do Nascimento;

N.11- Anna Perpetua do Amor-Divino (batizada a 1º/7/1793, na capella de Sancta Barbara, Encruzilhada, filial da Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS) casada, a 24/1/1808, às 10h, na capella curada de Santa Barbara, Encruzilhada, RS, com Gonçalo Joze Moreira (1788, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Jerioca, bispado de Mariana, MG-22/6/1834, na sua estância do Herval, Encruzilhada, RS), filho de Melchior Homem Moreira e Archangela Maria de Jezus;

N.12- Felicidade de Jezus Lucas (batizada a 9/12/1794, na capella de Sancta Barbara, Encruzilhada, filial da Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS-em Encruzilhada, RS), sem descendentes;

N.13- Brigida Maria Perpetua (batizada a 2/12/1798, na capella de Sancta Barbara, Encruzilhada, filial da Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS-7/4/1821, em Encruzilhada, RS) casada, a 9/1/1819, na igreja de Santa Barbara, Encruzilhada, RS, com Lourenço Bicudo de Britto (em Jacarey, SP-25/7/1842, de estupor, em Patrocinio de São José, RS), filho do capitão-mor Lourenço Bicudo de Brito e Maria Lima do Prado;

N.14- Mafalda Maria Perpetua (batizada a 10/2/1801, na igreja de Sancta Barbara, Encruzilhada, RS) casada, a 25/10/1817, na igreja de Santa Barbara, Encruzilhada, RS, com João Rodrigues Cardozo (batizado a 20/4/1777, na igreja do Senhor Bom Jezus, Triunfo, RS-), filho de Antônio Rodrigues Lopes Cardozo Filho e Marianna Francisca do Rozario;

Manoel Joze casou (2x), a 28/9/1808, às 15h, na capella de Santa Barbara, Encruzilhada, RS, com Anna Joaquina da Conceição Machado (batizada a 24/8/1791, na capella de Sancta Barbara, Encruzilhada, filial da Matriz de Nossa Senhora do Rosario, Rio Pardo, RS-13/9/1864, de moléstia interior, em São José do Patrocinio, RS), filha de Joze Dutra Machado e Eugenia Maria da Conceição Vieira Nunes, pais de

N.15- Manoel Joze Lucas (30/6/1816, em Encruzilhada, RS) em união com Mauricia Ricarda de Jezus, índia;

Manoel Joze casado com Anna Maria Angelica (2/9/1817, em Encruzilhada, RS), filha de Manoel Luiz Barreto e Umbelina Maria de Jezus;

F.2- Anna Maria de Jezus (18/6/1758, em Rio Grande, RS-10/9/1794, em Encruzilhada, RS) casada, a 18/1/1776, "as duas horas depois do meio dia", na Matriz de Santo Amaro, RS, com Pedro Joze Lopes (batizado a 21/2/1751, na capella de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, RS-10/11/1817, em Encruzilhada, RS), filho de Joze Bras Lopes e Catharina Maxado Teixeira, pais de:

N.16- Pedro Joze Lopes (28/1/1777, em Santo Amaro, RS) casado, a 14/10/1800, depois de nascido o sol e antes do seu ocaso, na igreja de Santa Barbara, Encruzilhada, RS, com Joaquina Clara do Espirito Sancto (2/4/1786, em Rio Pardo, RS-21/8/1848, em Alegrete, São Pedro do Rio Grande do Sul, Brazil), filha de Manoel Silveira Nunes e Maria do Espírito Santo, naturais da ilha de Sam George, Açores;

N.17- Vito Lopes (batizado a 9/12/1778, na Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS);

N.18- Luciana Maria Lopes (batizada a 28/10/1780, na Matriz de Santo Amaro, RS) casada, a 20/6/1799, "depois do sol sahir e antes do seu ocaso", na capella de Sancta Barbara, filial da Matriz de Nossa Senhora do Rozario do Rio Pardo, RS, com Matheus Joze Maxado (ilha de Sam George, Açores), filho de Manoel Teixeira Maciel e Maria de Santo Antonio;

N.19- Ignacia Maria Angelica (batizada a 3/9/1782, na Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS) casada, a 16/2/1814, na capella de Santa Barbara, Encruzilhada, RS, com Antonio Joze de Souza (na ilha de São Jorge, Açores), filho de Francisco de Souza e Apollonia Maria, viúvo de Felicia Maria do Nascimento;

N.20- Domingas Maria de Jezus (batizada a 2/9/1785, na Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS-25/5/1828, de bexigas, em Encruzilhada, RS) casada, a 20/2/1812, às 10h, na capella de Santa Barbara, Encruzilhada, RS, com Manoel Antonio de Sousa Lisboa (em Nossa Senhora do Desterro, SC), filho de Antonio de Sousa Lisboa e Anna Joaquina de Jezus;

N.21- Ricarda Maria Lopes (1785, em Encruzilhada, RS) casada, a 22/7/1805, às 16h, na Matriz de Rio Pardo, RS, com Albano Machado da Silveira (batizado a 21/2/1779, na Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS-18/5/1818, repentinamente, em Rio Pardo, RS), filho de Manoel Machado da Silveira e Maria do Rosario;

N.22- Ricardo Lopes (batizado a 11/6/1787, na capella de Santa Barbara, Encruzilhada, RS, de licença do Vigario João de Almeyda Pereira da Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS);

N.23- Antonia Maria Lopes (batizada a 3/5/1789, na Matriz de Rio Pardo, RS) casada, a 15/11/1807, às 17h, na capella de Santa Barbara, Encruzilhada, RS, com Venancio Joze Nunes (batizado a 29/6/1788, na Matriz de Rio Pardo, RS-22/10/1816, repentinamente, em Encruzilhada, RS), filho de Francisco Joze Nunes e Catharina Joaquina do Nascimento;

Antonia Maria casou (2x) com João Thomaz (1794, em Rio Pardo, RS-27/7/1824, em Encruzilhada, RS);

Antonia Maria casou (3x), a 28/9/1833, na igreja de Santa Barbara, Encruzilhada, RS, com Joze Pires Bueno (24/11/1799, em Rio Grande, RS-), filho de Joze Pires Bueno e Angelica Rodrigues Cardozo;

N.24- Vasco Joze Lopes (4/4/1790, em Rio Pardo, RS) casado, a 28/9/1814, na igreja de Santa Barbara, Encruzilhada, RS, com Maria Joaquina de Jezus (1798, em Encruzilhada, RS-), filha de Manuel Pereira Francisco e Anna Maria de Jezus;

N.25- Maria Angelica Lopes (batizada a 28/9/1791, na capella de Sancta Barbara, Encruzilhada, filial da Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS) casada, a 19/2/1814, na igreja de Santa Barbara, Encruzilhada, RS, com Manoel Joze Silveira Nunes (22/3/1791, em Rio Pardo, RS), filho de Manoel Joze Nunes e Custodia Theresa de Jezus;

N.26- Marianna Antonia de Jezus (batizada a 10/6/1793, na capella de Sancta Barbara, Encruzilhada, filial da Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS) casada, a 18/2/1813, às 15h, na capella de Santa Barbara, Encruzilhada, RS, com Joze Custodio Nunes (18/11/1792, em Rio Pardo, RS), filho de Manuel Joze Nunes e Custodia Thereza de Jezus;

N.27- Manoel (12/9/1794, em Encruzilhada, RS-12/9/1794, logo após o nascimento, em Encruzilhada, RS), sem descendentes;

N.28- Maria (12/9/1794, em Encruzilhada, RS-17/9/1794, em Encruzilhada, RS), sem descendentes.

F.3- Laureana Antonia (7/12/1760, em Rio Grande, RS) casada, a 8/7/1784, às 10h, na Matriz de Sancto Amaro, RS, com Manoel Joze de Quadros (em Tacuary, RS-14/5/1811, de "idropizia", em Taquari, RS), viúvo de Justa Thereza, pais de:

N.29- Antonio Joze de Quadros (em Taquary, RS) casado, a 20/4/1803, às 11h, na Matriz de Sam Joze de Tacoary, RS, com Maria Antonia de Jezus (em Taquary, RS), filha de Manoel Joze Rodrigues e Innocencia de Jezus;

N.30- Maria Antonia de Jezus (em Taquary, RS) casada, a 29/1/1806, às 14h, na Matriz de Sam Joze, Taquary, RS, com Antonio Ferreira Gomes (em Sam Matheus, ilha do Pico, Açores), filho de Manoel Ferreira Alves e Anna Francisca de Jezus;

N.31- Manoel Joze de Quadros (em Taquary, RS-28/12/1844, em Taquary, RS) casado, a 22/9/1809, às 9h, na Matriz de Sam Joze, Taquary, RS, com Brigida Ignacia da Silva (em Triunfo, RS-), filha de Thomaz Joze da Silva Machado e Maria Ignacia de Jezus;

N.32- Felicia Antonia do Espirito Santo (em Taquary, RS) casada, a 24/3/1813, na Matriz de São Joze, Taquary, RS, com João Antonio de Souza (em Taquary, RS), filho de Francisco Antonio de Souza e Bibiana Maria de Jezus;

N.33- Anna Maria (em Taquary, RS);

N.34- Joze de Quadros (em Taquary, RS) casado, a 4/11/1815, às 14h, na Matriz de São Joze, Taquary, RS, com Maria Joaquina da Conceição (em Sam Miguel, SC), filha de Manoel Silveira d'Avilla e Barbara Maria da Conceição;

N.35- Francisca Antonia (em Taquary, RS-) casada, a 26/6/1834, às 16h, na Matriz de Santo Antonio dos Anjos da Laguna, SC, com Henrique Joze da Roza (em Santo Antonio dos Anjos da Laguna, SC), filho de Maria da Silva.

F.4- Francisco Joze Lucas ("nasceu na estrada de Rio Grande quando fugiam dos castelhanos e foi batizado pelo capitão Pedro de Magalhães como a Igreja determina", recebeu os Santos Oleos, a 30/5/1763, na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Viamão, RS-28/10/1821, de "dezinteria sanguifera", em Santo Amaro, RS) casado, a 20/9/1792, "as dez para as onze horas da manhã", na Matriz de Santo Amaro, RS, com Maria Lourença da Conceição (13/9/1774, em Taquary, RS-16/7/1823, de "hydropisia", em Santo Amaro, RS), filha de Lourenso Machado e Luzia Ignacia da Conceição, pais de:

N.36- Luzia Lucas (14/10/1793, em Santo Amaro, RS-30/6/1820, de "desynteria sanguinea", em Santo Amaro, RS), solteira, sem descendentes;

N.37- Gertrudes Ignacia da Conceição (14/12/1794, em Santo Amaro, RS) casada, a 5/11/1815, na Matriz de Santo Amaro, RS, com João Machado

do Couto (em Santo Amaro, RS), filho de Antonio Machado do Coito e Thereza Maria da Conceição;

N.38- João Joze Lucas (1º/8/1796, em Santo Amaro, RS) casado, a 8/2/1821, às 9h, na Matriz de Santo Amaro, RS, com Anna Maria da Rocha (10/1/1804, em Santo Amaro, RS-15/3/1886, em Santo Amaro, RS), filha de João Machado da Roxa e Feliciana Joaquina de Jezus;

N.39- Hyeronemo Joze Lucas (1º/8/1798, em Santo Amaro, RS-22/1/1828, de "moléstia no bofe", em Santo Amaro, RS) casado, a 28/8/1823, às 12h, na Matriz de Santo Amaro, RS, com Anna Maria Thomazia (25/11/1807, em Santo Amaro, RS-), filha de Manoel Francisco Porto e Thomazia Maria de Jezus;

N.40- Francisca Maria Lucas (23/4/1800, em Santo Amaro, RS-7/10/1870, de "hydropesia", em Santo Amaro, RS) casada, a 12/10/1829, às 16h, na Matriz de Santo Amaro, RS, com Francisco Machado do Coito (em Santo Amaro, RS), filho de Antonio Machado do Coito e Thereza Maria da Conceição;

N.41- Lucas Joze Lucas (batizado a 8/12/1802, na Matriz de Santo Amaro, RS);

N.42- Domingos Joze Lucas (2/7/1804, em Santo Amaro, RS-31/7/1862, de morte repentina, em Santo Amaro, RS) casado, a 15/02/1832, às 9h, na Matriz de Santo Amaro, São Pedro do Rio Grande do Sul, Brazil, com Custodia Pedreira da Conceição (4/8/1809, em Santo Amaro, RS-), filha de Joze Luiz Pedreira e Lucrecia Maria de Jezus;

N.43- Anna Lucas (15/8/1806, em Santo Amaro, RS) casada, a 24/11/1827, às 16h, na Matriz de Santo Amaro, Santo Amaro, RS, com Adriano Joze Machado (em Santo Amaro, RS), filho de Antonio Joze Machado e Matildes Maria;

N.44- Maria Lucas da Conceição (8/9/1808, em Santo Amaro, RS-9/1/1851, de parto, em Santo Amaro, RS) casada, a 14/11/1830, às 16h, na Matriz de Santo Amaro, RS, com Policarpo Joze de Freitas (batizado a 13/6/1787, na Matriz de Santo Amaro, RS-4/6/1863, de morte repentina, em Santo Amaro, RS), filho de Domingos Pimentel de Freitas e Joanna Maria de Jezus, viúvo de Luiza Maria da Conceição;

N.45- Joaquina Maria Lucas (20/4/1811, em Santo Amaro, RS) casada, a 15/11/1828, às 17h, na Matriz de Santo Amaro, RS, com Luiz Machado da Silva (1810, em Santo Amaro, RS-7/5/1870, de "diarea de sangue", em Santo Amaro, RS), filho de Damazio Machado da Silva e Izabel Maria da Conceição;

N.46- Salvador Lucas (20/10/1815, em Santo Amaro, RS);

N.47- Francisco (23/1/1819, em Santo Amaro, RS-15/2/1819, de "huma febre catarral", em Santo Amaro, RS), sem descendentes;

F.5- Emerenciana Lucas (1770, em Santo Amaro, RS);

F.6- Marcianna Lucas (1771, em Santo Amaro, RS-14/9/1783, em Santo Amaro, RS), solteira, sem descendentes;

F.7- Gertrudes Maria de Ramos (batizada a 15/11/1772, às 11h, na Matriz da "parroquia" do Senhor Bom Jesuz, Triunfo, RS-) casada, a 25/8/1793, ao meio-dia, na Matriz de Santo Amaro, RS, com Joze Nunes Vieira (20/7/1777, em Tacuary, RS), filho de Manoel Dias Ferreira e Catharina Perpetua de Jezus, pais de:

N.48- Anna Maria (em Tibiquari, RS) casada, a 4/11/1815, às 15h, na capella de Nossa Senhora da Assumpção, Caçapava, RS, com Luis Antonio Ribeiro (em São Gonçalo de Amarante, Braga, Portugal), filho de Manoel e Magdalena Ribeiro;

N.49- Ludovina Flora de Oliveira (1796, em Tibiquari, RS-25/9/1856, de enfermidade interna, em Santa Anna, São Leopoldo, RS) casada com Patricio Joze Flores (5/12/1789, em Porto Alegre, RS-7/9/1857, de enfermidade interna, em Santa Anna, São Leopoldo, RS), filho de João Joze de Oliveira Flores e Anna Joaquina de Araujo;

N.50- Joanna Flora de Oliveira (18/9/1801, em Cassapava, RS) casada, a 27/11/1830, às 15h, na Matriz de São José, Taquari, RS, com Domingos Joze Flores (4/8/1806, em Azevedo, Porto Alegre, RS-28/12/1837, de molestia interior, em Azevedo, Porto Alegre, RS), filho de João Jacinto Flores e Anna Izabel de Oliveira;

N.51- Fabiano Vieira (15/9/1803, em Caçapava, RS);

Gertrudes casou (2x) com Francisco Ribeiro Baptista (em Curitiba, PR-), pais de:

N.52- Perpetua Maria dos Ramos (3/11/1808, em Cassapava, RS) casada com João Joze dos Santos (em São Paulo, SP), filho de Joze Domingues de Moraes e Gertrudes Maria dos Santos;

N.53- Floriana Maria Ramos (em Alegrete, RS-) casada com Policarpo da Costa Leite (em Caxoeira, RS), filho de João da Costa Leite e Rosa Maria da Silva;

F.8- Floriana Maria dos Ramos (10/1774, em Sancto Amaro, RS) casada, a 20/6/1791, "das quatro para as cinco horas", na Matriz de Santo Amaro, RS, com João Francisco Teixeira (em Sancto Antonio dos Anjos, Laguna, SC), filho de Antonio Francisco Teixeira e Quitéria Maria da Trindade, pais de:

N.54- João Francisco Teixeira Filho (20/7/1792, em Santo Amaro, RS-6/9/1872, no Potreiro, Santo Amaro, RS) casado, a 29/11/1811, às 14h, na Matriz de Santo Amaro, RS, com Joanna Francisca do Rozario (em Caxoeira, RS-), filha de Ignacio Joze Moreira Hespanhol e Francisca Joaquina do Rozario;

N.55- Anna Maria Teixeira (batizada a 22/1/1794, na cappela de Sancta Barbara, Encruzilhada, filial da Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS-22/5/1872, repentinamente, em Monte Alegre, Santo Amaro, RS), solteira, sem descendentes;

N.56- Francisco Joze Teixeira (21/4/1796, em Triunfo, RS) casado, a 20/11/1817, às 16h, na Matriz de Santo Amaro, RS, com Jacinta Francisca de Jezus (em Caxoeira, RS), filha de Ignacio Joze Moreira Hespanhol e Francisca Joaquina do Rozario;

F.9- Francisca Maria de Jezus (1775, em Rio Pardo, RS) casada, a 2/11/1788, às 14h, na Matriz de Santo Amaro, RS, com Caetano Nunes Coelho (1749, em Necessidades, SC-27/7/1809, em Encruzilhada, RS), filho de Sebastião Nunes Coelho e Anna Paulla do Sacramento, pais de:

N.57- Felisberto Nunes Oliveira (batizado a 27/12/1789, na capella de Santa Barbara, Encruzilhada, RS) casado com Thereza Angelica do Nascimento (14/8/1794, em Santo Amaro, RS), filha de Francisco Luis Barreto e Maria Angelica do Nascimento;

N.58- Joaquina Maria (batizada a 13/3/1791, na capella de Santa Barbara, Encruzilhada, filial da Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS-25/9/1810, de parto, em Encruzilhada, RS), casada, a 10/11/1809, às 15h, na Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS, com Bernardino Xavier Cardozo (em Rio Pardo, RS-), filho de Francisco Xavier Cardozo e Rittta Maria, sem descendentes;

N.59- Umbelina Maria Nunes (batizada a 12/8/1792, na capella de Sancta Barbara, Encruzilhada, filial da Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS) casada, a 6/3/1810, na capella de Santa Barbara, Encruzilhada, RS, com Salvador Fernandes Colasso (batizado a 31/12/1781, em Santo Amaro, SP), filho de Antonio Fernandes Colasso e Maria Pereira da Conceição;

Umbelina casou (2x), a 10/11/1815, às 16h, na Matriz de Rio Pardo, RS, com Manuel Luiz Barreto (27/7/1792, em Santo Amaro, RS), filho de Francisco Luiz Barreto e Maria Angelica;

N.60- Antonia Maria de Jezus (batizada a 21/4/1794, na capella de Sancta Barbara, Encruzilhada, filial da Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS), em união com Victoriano Joze Lopes;

N.61- Claudiana Maria Nunes (em Encruzilhada, RS) casada, a 4/2/1818, na igreja de Santa Barbara, Encruzilhada, RS, com Manoel Dias da Silva (em Triunfo, RS), filho de Jeronimo Dias da Silva e Mauricia Maria da Silveira;

N.62- Anna Joaquina da Conceição (em Encruzilhada, RS) casada, a 11/6/1822, às 9h, na Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS,

com Antonio Luiz da Silva (13/7/1802, em Santo Amaro, RS), filho de Vicente Ferreira da Silva e Thereza Antonia do Rozario;

N.63- Florisbella Maria Nunes (em Encruzilhada, RS) casada, a 6/2/1819, às 16h, na Matriz de Rio Pardo, RS, com Ignacio Leite de Oliveira (em Sorocaba, SP-11/2/1874, de morte natural, em São José do Patrocinio, RS), filho de Manuel Leite de Oliveira e Maria Antunes;

N.64- Justiniano Nunes Coelho (batizado a 4/5/1802, na igreja de Santa Barbara, Encruzilhada, RS) casado, a 2/12/1820, na igreja de Santa Barbara, Encruzilhada, RS, com Felisberta Maria Esmeria (em Porto Alegre, RS), filha de Felisberto Pinto e Anna Esmeria da Silva;

N.65- Florentino Nunes Coelho (20/2/1804, em Encruzilhada, RS) casado, a 6/3/1826, às 17h, na Matriz do Senhor Bom Jezus, Triunfo, RS, com Clemencia Maria do Nascimento (batizada a 8/5/1802, na Matriz de Sancta Barbara, Encruzilhada, RS), filha de Francisco Antonio da Veiga e Agueda Maria Nunes;

N.66- Mariano Nunes Coelho (em Encruzilhada, RS) casado, a 27/6/1828, na igreja de Santa Barbara, Encruzilhada, RS, com Maria Perpetua Rodrigues de Menezes (em Rio Pardo, RS), filha de João Baptista Rodrigues de Almeida e Maria Perpetua de Menezes;

N.67- Maria Angelica de Jezus (15/10/1808, em Encruzilhada, RS-1904, em Encruzilhada, RS, Brasil) casada, a 15/11/1824, na igreja de Santa Barbara, Encruzilhada, RS, com João Luiz Barreto (24/9/1798, em Santo Amaro, RS-1900, em Encruzilhada, RS, Brasil), filho de Francisco Luiz Barreto e Maria Angelica do Nascimento.

F.10- João Lucas (6/4/1776, em Santo Amaro, RS);

F.11- Thereza Maria de Jezus (25/1/1777, em Santo Amaro, RS) casada, a 6/11/1793, na Matriz de Santo Amaro, RS, com Antonio Rodrigues de Afonseca (Santo Antonio da Patrulha, RS-19/5/1808, em Santo Amaro, RS), filho de Angelo de Afonseca e Rosa Maria da Incarnação, pais de:

N.68- Anna de Afonseca (14/8/1794, em Santo Amaro, RS-4/11/1795, em Santo Amaro, RS), sem descendentes;

N.69- Anna Rodrigues d'Afonseca (7/1/1801, em Santo Amaro, RS) casada, a 13/9/1830, na igreja de Santa Barbara, Encruzilhada, RS, com Antonio Pinto Andrade (batizado em artigo de morte, recebeu os santos oleos a 17/7/1809, na Matriz de Rio Pardo, RS), filho de Felisberto Pinto de Andrade e Anna Esmeria Pinto Bandeira;

F.12- Antonia Maria da Conceição (batizada a 19/3/1779, na Matriz de Santo Amaro, RS) casada, a 12/11/1798, "depois do sol sahir e antes do seu ocaso", na capella de Sancta Barbara, Encruzilhada, filial da Matriz de Nossa Senho-

ra do Rozario, Rio Pardo, RS, com Antonio Francisco da Silveira (batizado a 9/7/1756, na Fortaleza do "Campamento" do Rio Pardo, RS-10/6/1830, de febre, em Santo Amaro, RS), filho de Joze Homem da Silveira e Maria do Rozario, viúvo de Anna Maria, pais de:

N.70- Florisbella da Silveira (em Santo Amaro, RS, batizada a 18/9/1799, na capella de Santa Barbara, Encruzilhada, RS) em união com Antonio da Costa, filho de Joze da Costa e Roza Joaquina;

N.71- João da Silveira (batizado a 20/9/1801, na Matriz de Santo Amaro, RS);

N.72- Estacio Joze Lucas da Silveira (11/12/1803, em Santo Amaro, RS) casado, a 24/1/1823, às 9h, na Matriz do Senhor Bom Jezus, Triunfo, RS, com Thereza Maria Serpa (batizada a 18/5/1803, na Matriz de Santo Amaro, Santo Amaro, RS-), filha de Francisco Joze Serpa e Anna Maria Lourenço;

N.73- Jeronimo da Silveira (28/8/1805, em Santo Amaro, RS);

N.74- Candido Antonio da Silveira (20/6/1810, em Santo Amaro, RS) casado com Innocencia Maria da Conceição (em Rio Pardo, RS), filha de Manoel Joze de Moura e Maria Joaquina da Conceição;

N.75- Florinda Francisca da Silveira (22/11/1812, em Santo Amaro, RS) casada com Serafim Joaquim dos Sanctos (em Santo Amaro, RS);

N.76- Antonio Lucas da Silveira (7/4/1815, em Santo Amaro, RS) casado com Justina Maria de Souza (19/3/1823, em Santo Amaro, RS-), filha de Salvador de Souza Nunes e Joanna Vieira Machado;

N.77- Praxedes da Silveira (9/9/1817, em Santo Amaro, RS)

N.78- Josefa Maria dos Ramos (3/5/1821, em Santo Amaro, RS) casada com Albino Martins Vieta (na Europa-), filho de pais incógnitos;

Josefa casou (2x) com Amaro Antonio da Silva (1820, em Santo Amaro, RS), filho de Joaquim Antonio da Silva e Florinda Maria de Jezus, viúvo de Rufina Maria da Silveira.

F.13- Maria Angelica do Nascimento (batizada a 12/1780, na Matriz de Santo Amaro, RS-19/12/1831, no bairro do Herval, Encruzilhada, RS) casada, a 11/8/1790, às 11h, na Matriz de Santo Amaro, RS, com Francisco Luiz Barreto (Paranapanema, Santa Anna, PR), filho de Manoel Luiz Barreto e Ignez Nunes de Siqueira, pais de

N.79- Ritta Maria Angelica (22/5/1791, em Santo Amaro, RS) casada, a 12/2/1807, às 10h, na igreja de Santa Barbara, Encruzilhada, RS, com Manoel Joze dos Santos (batizado a 30/11/1786, na Matriz de Rio Pardo, RS), filho de Gabriel Joze dos Santos e Joaquina Roza de Jezus;

N.80- Manoel Luiz Barreto (27/7/1792, em Santo Amaro, RS) casado, a 10/11/1815, às 16h, na Matriz de Rio Pardo, RS, com Umbelina Maria Nunes (batizada a 12/8/1792, na capella de Sancta Barbara da Encruzilhada, filial da Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS-), filha de Caetano Nunes Coelho e Francisca Maria. Ver II.N.9.

N.81- Anna Angelica do Nascimento (2/7/1793, em Santo Amaro, RS) casada, a 8/2/1812, às 17h, na capella de Santa Barbara, Encruzilhada, RS, com Benedicto Torquato da Silveira (batizado a 28/1/1792, na capella de Sancta Barbara, Encruzilhada, filial da Matriz de Nossa Senhora do Rozario de Rio Pardo, RS-18/6/1865, de cancro, em São Jeronimo, RS), filho de Thomaz da Silveira e Anna Maria de Jezus;

N.82- Thereza Angelica do Nascimento (14/8/1794, em Santo Amaro, RS) casada com Felisberto Nunes Oliveira (batizado a 27/12/1789, na capella de Santa Barbara, Encruzilhada, RS), filho de Caetano Nunes Coelho e Francisca Maria. Ver I.N.9;

N.83- Thomazia Angelica do Nascimento (15/7/1797, em Santo Amaro, RS) casada, a 22/6/1822, na igreja de Santa Barbara, Encruzilhada, RS, com Francisco Pereira Soares (19/6/1803, em Encruzilhada, RS), filho de Manuel Pereira Francisco e Anna Maria de Jezus;

N.84- João Luiz Barreto (24/9/1798, em Santo Amaro, RS) casado, a 15/11/1824, na igreja de Santa Barbara, Encruzilhada, RS, com Maria Angelica (15/10/1808, em Encruzilhada, RS), filha de Caetano Nunes Coelho e Francisca Maria Nunes. Ver II.N.67;

N.85- Antonio Luiz Barreto (22/11/1799, em Santo Amaro, RS) casado com Maria Brizida;

N.86- Delfina Angelica (batizada a 28/9/1801, na igreja de Santa Barbara, Encruzilhada, RS) casada a 30/11/1831, na igreja de Santa Barbara, Encruzilhada, RS, com Felipe Tiago Joze Saldanha (em Caçapava, RS), filho de Pedro Jozé Saldanha e Francisca Maria;

N.87- Firmina Maria Angelica (2/8/1803, em Encruzilhada, RS);

N.88- Francisco Luis (12/1/1805, em Encruzilhada, RS-22/4/1805, em Encruzilhada, RS), sem descendentes;

N.89- Maria Angelica (18/2/1806, em Encruzilhada, RS);

N.90- Candida Maria (em Rio Pardo, RS) casada com Manoel Francisco Ferreira (de São Francisco de Paula de Cima da Serra, RS), filho de pai incógnito e Angelica Maria Ferreira;

N.91- Perpetua Maria de Jezus (1810, em Encruzilhada, RS) casada com Floriano Luis Barreto (24/5/1816, em Encruzilhada, RS-), filho de Manoel Luiz Barreto e Umbelina Maria de Jezus. Ver II.B.9;

N.92- Januario Barreto (9/1812, em Encruzilhada, RS-27/12/1813, em Encruzilhada, RS), sem descendentes;

N.93- Anastacio Barreto (em Encruzilhada, RS-1º/2/1836, em Encruzilhada, RS), solteiro, sem descendentes;

N.94- Floriana Angelica do Nascimento (em Encruzilhada, RS).

III- MANOEL DE QUADROS PEREIRA (em Sancta Anna, lugar dos Rozalles, ilha de Sam George, Azores-19/7/1754, em Viamão, RS) casado com **MARIA DE AVILA** (cerca de 1739, em Sancta Anna, lugar dos Rozalles, ilha de Sam George, Açores-25/7/1783, em Santo Amaro, RS), filha de Maria Vieira (na ilha de Sam George, Açores), parteira, "casaes que Sua Magestade manda para as Missoes", pais de:

F.1- Maria do Rozario (1751, em Nossa Senhora do Rozario, lugar dos Rozalles, ilha de Sam George, Açores-) casada, a 21/5/1764, às 9h, na Matriz da "parroquia" do Senhor Bom Jezus, Triunfo, RS, com Manoel Pereira Luis (em Santa Catharina, lugar de Castelbranco, ilha do Fayal, Açores), filho de Bartholomeu Luis e Maria Pereira de Faria, pais de:

N.1- Joam Pereira Luis (batizado a 6/1766, na igreja de São Joze, "Tibicuary", RS) casado com Ignacia Maria de Jezus (batizada a 23/10/1768, na igreja de São Joze, "Tibicuary", RS), filha de Francisco Joze de Vargas e Maria de Jezus;

N.2- Albano Luis (11/1768, em "Tibicuary", RS-10/4/1770, em "Tibicuary", RS), sem descendentes;

N.3- Antonio Luis (batizado a 5/3/1771, na igreja de São Joze, "Tibicuari", RS);

N.4- Manoel (batizado a 5/3/1771, na igreja de São Joze, "Tibicuari", RS-4/6/1771, em São Joze de "Tibicuari", RS), sem descendentes;

N.5- Manoel Luis (batizado a 1º/8/1773, às 11h, na Matriz da "parroquia" do Senhor Bom Jezus, Triunfo, RS, sendo seus pais residentes na "Tranqueira" de Santo Amaro, RS);

N.6- Maria Luis (10/9/1775, em Santo Amaro, RS);

N.7- Innocencia Pereira do Nascimento (batizada a 18/10/1778, na igreja de Santo Amaro, RS) casada, a 16/10/1795, às 16h, na igreja de Santo Amaro, RS, com Constantino dos Santos de Moraes (em Rio Pardo, RS-), filho de Joze dos Santos de Moraes e Catharina do Espirito Santo;

N.8- Antonio Luis (batizado a 22/10/1780, na igreja de Santo Amaro, RS);

N.9- Agostinho Luis (1781, em Santo Amaro, RS);

N.10- Miguel Luis (17/7/1784, em Santo Amaro, RS);

Maria do Rozario casou (2x) com Joze Correa Barboza (ilha de Santa Catharina, SC), filho de Manoel Correa Barboza e Maria do Rozario, pais de:

N.11- Ignez Barboza (batizada a 21/12/1788, na Matriz de Santo Amaro, RS);

F.2- Anna Maria de Jezus (1752, em Sam Pedro do Rio Grande, RS-1835, em Triunfo, RS) casada, a 5/7/1772, às 10h, na Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS, com Thomas da Silveyra (batizado a 9/12/1753, na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, campos de Viamão, RS-1835, em Triunfo, RS), filho de Lourenço Silveyra e Anna Felicia, pais de:

N.12- Vicente Ferreira da Silveira de Jezus (1773, em Rio Pardo, RS) casado, a 23/5/1794, depois de nascido o sol, na capella de Santa Barbara, filial da Matriz de Rio Pardo, RS, com Thereza Antonia de Aguiar do Rozario (batizada a 8/3/1778, na Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS), filha de Antonio Luiz de Aguiar e Mariana do Rozario;

N.13- Maria Thomasia Silveyra (batizada a 6/5/1775, na Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS-6/7/1859, de moléstia interna, em São José do Patrocinio, RS) casada, a 18/2/1792, às 16h, na Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS, com Antonio Rodrigues Lopes Cardozo Neto (1770, em Triunfo, RS-11/7/1864, de morte repentina, de velhice, em São José do Patrocinio, RS), filho de Antonio Rodrigues Cardozo e Marianna Francisca;

N.14- Manoel Vaz da Silveyra (batizado a 27/5/1777, em Nossa Senhora dos Prazeres das Lages, SC, sendo seu pai soldado da Guarda de Sam Jorge do Rio das Canoas, instituição arrecadadora de impostos na divisa da Capitania de São Paulo e o Continente do Rio Grande-5/5/1849, de hidropisia, em São José do Patrocinio, RS) casado, a 15/4/1806, às 11h, na igreja de Santa Barbara, Encruzilhada, RS, com Ignacia Francisca Maria do Rozario (batizada a 7/11/1783, na Matriz do Senhor Bom Jezus, Triunfo, RS), filha de Antonio Rodrigues Cardoso e Marianna Francisca do Rozario;

N.15- Joaquim Silveyra (batizado a 2/10/1778, na Matriz de Nossa Senhora do Rozario do Rio Pardo, RS);

N.16- Francisca Thomazia de Jezus (7/6/1779, na Matriz de Santo Amaro, RS) casada com Julião Alvares Xavier (em Nossa Senhora de Oliveira de "Sima" da Serra, RS), filho de Mathias Gonçalves e Barbara Serena;

N.17- Joseph Vicente da Sylveira (batizado a 6/9/1781, na Matriz de Santo Amaro, RS) casado com Perpetua Rosa da Conceição (batizada a 30/7/1788, em Rio Pardo, RS), filha de Francisco e Vicencia Maria Martins;

N.18- Benedicto Torquato da Silveira (batizado a 28/1/1792, na capella de Sancta Barbara, Encruzilhada, filial da Matriz de Nossa Senhora do

Rozario, Rio Pardo, RS) casado, a 8/2/1812, às 17h, na capella de Santa Barbara, Encruzilhada, RS, com Anna Angelica do Nascimento (2/7/1793, em Santo Amaro, RS), filha de Francisco Luiz Barreto e Maria Angelica do Nascimento. Ver II.N.81;

N.19- Americo da Silveira (batizado a 20/3/1794, na capella de Sancta Barbara, Encruzilhada, filial da Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS).

F.3- Miguel Martins Pereira (em Rio Grande, RS) casado, a 7/1/1768, às 16h, na Matriz da "parroquia" do Senhor Bom Jezus, Triunfo, RS, com Maria Fernandes de Aguiar (em Viamão, RS), filha de Miguel Fernandes e Maria Mendes;

F.4- Joze Pereira (batizado a 17/4/1754, na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Viamão, RS, sendo seus pais moradores do Porto dos Dornelles);

MARIA DE AVILA casou (2x), a 5/11/1755, às 10h do dia, na Matriz de Nossa Senhora da Conceição nos campos de Viamão, RS, com **FRANCISCO XAVIER DA ASSUMPÇÃO** (1739, em Lisboa, Portugal), filho de Manoel de Assumpção e Caetana Maria, pais de:

F.5- Perpetua Maria de Jezus (batizada a 13/11/1757, na Matriz da nova parroquia do Senhor Bom Jesuz do Triunfo, RS, sendo seus pais "casaes del Rey residentes na Tranqueira de Santo Amaro"-28/4/1808, em Encruzilhada, RS) casada, a 16/7/1773, às 11h, na Matriz da parroquia do Senhor Bom Jezus, Triunfo, RS, com Manoel Joze Lucas (25/5/1755, em Rio Grande de Sam Pedro, RS-23/6/1830, em Encruzilhada, RS), filho de Manoel Lucas e Josefa de Ramos, "casaes del Rey". Ver II.F.1.

F.6- Joaquina Inocencia de Jezus (batizada a 7/7/1760, às 10h, na Matriz da "parroquia" do Senhor Bom Jesuz, Triunfo, RS, sendo seus pais "casaes del Rey residentes na Tranqueira de Santo Amaro"-9/10/1836, em Alegrete, São Pedro do Rio Grande do Sul, Brazil) casada com João Pereira de Lima (22/6/1759, em Curitiba, PR), soldado dos Dragões do Regimento de Rio Pardo, filho de Paulo Pires de Santiago e Rosa Leite da Silva.

N.20- Reginaldo Pereira de Lima (batizado a 23/5/1780, na Matriz de Santo Amaro, RS);

N.21- Albino Pereira de Lima (batizado a 23/1/1782, na Matriz de Santo Amaro, RS-11/1/1840, em sua Estância da Boa Vista, na Costa de Toropasso, Alegrete, RS) casado, a 1º/12/1798, às 16h, em Rio Pardo, RS, com Mathildes Joaquina de Asumpsão (em Rio Pardo, RS-1835, em Alegrete, RS), filha de Custodio Leite Ferreira e Mauricia Rosa da Conceição;

Albino casou (2x), a 4/1/1836, às 10h, na igreja de São Francisco de Borja de Missões, São Borja, RS, com Manoela Leocadia de Abreo (em São Borja, RS), filha de Francisco José de Abreo e Leocadia Joaquina de Jezus;

N.22- Joam de Lima (20/3/1783, em Santo Amaro, RS);

N.23- Januario de Lima (batizado a 2/11/1789, na Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS);

N.24- Luminata Joaquina de Lima (batizada a 22/8/1791, na capella de Sancta Barbara, Encruzilhada, filial da Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS) casada, a 17/6/1806, às 16h, na capella de Nossa Senhora da "Assumpsam", Cassapava, RS, com Appolinario Antonio Pereira da Silva (30/7/1778, em Taquary, RS-), filho de Antonio Pereira da Silva e Maria Angelica;

N.25- Vicente Pereira de Lima (20/1/1797, em Rio Pardo, RS)

N.26- Lina de Lima Pereira (27/9/1798, em Rio Pardo, RS-27/6/1799, de "huma malina", em Rio Pardo, RS), sem descendentes;

N.27- Anna Joaquina (8/10/1802, em Cassapava, RS) casada com Joze Xavier da Silva (em Sancta Maria da Bocca do Monte, RS), filho de Gonçalo Xavier da Silva e Margarida Rodrigues de Siqueira;

IV- ANTONIO TEIXEIRA FAGUNDES (4/1/1725, em Nossa Senhora do Rozario, ilha de Sam George, Azores, Portugal-17/5/1805, em Sam Joze, Taquari, Rio Grande de Sam Pedro, Brazil, Portugal), filho de Amaro Dias da Cunha (13/1/1700, em Nossa Senhora do Rozario, Topo, Calheta, ilha de Sam George, Açores-14/6/1779, em Triunfo, RS), filho de João Fernandes da Cunha e Barbara Dias Machado, casado, a 16/11/1710, em Rosais, ilha de Sam George, Açores, com Izabel Teixeira Fagundes (13/1/1700, em Nossa Senhora do Rozario, Topo, Calheta, ilha de Sam George, Açores-14/6/1779, em Sam Joze de "Tibicuari", RS), filha de Manuel Fernandes Toste e Ana Teixeira, que pertenceu à Irmandade do Santíssimo Sacramento de "Sam Joze de Tacuary" no cargo de "thizoureiro" durante a "Comcinação" da igreja local de 1799 a 1803, quando foram construídas a nave e capela-mor, ficando faltando a sacristia e a torre acrescentadas em 1899, casado, a 5/2/1758, às 10h, na "parroquia" do Senhor Bom Jezus, Triunfo, RS, com **MARIA DO ROZARIO DE ORNELLAS DE SOUZA** (5/5/1740, em Nossa Senhora do Rozario da Praya da Vitoria, ilha Terceira, Açores-1806, em Caçapava, RS), filha de Joam de Ornellas e Souza (20/6/1709, na Praya da Vitoria, ilha Terceira, Açores-12/12/1773, assassinado, em "Tibicuari", RS), descendente de Alvaro de Ornellas de Saavedra (1415-), fidalgo da casa de Dom João I, rei de Portugal e da casa do infante Dom Henrique, povoador da Ilha da Madeira, casado, a 18/11/1739, em Santa Cruz, Praya da Vitoria, ilha Terceira, Açores, com Catharina Ignacia (16/8/1711, em Lajes, Praya da Vitoria, ilha Terceira, Açores-12/12/1773, assassinada, em "Tibicuari", RS), "casaes del Rey residentes na Tranqueira de Santo Amaro", pais de:

F.1- Maria Joaquina de Jezus (batizada a 27/11/1758, às 14h, na Matriz da "parroquia" do Senhor Bom Jezus do Triunfo, RS-1828, em Triunfo, RS), solteira, sem descendentes;

F.2- Francisco Teixeira de Ornellas (batizado a 2/3/1760, às 14h, na Matriz da "parroquia" do Senhor Bom Jezus do Triunfo, RS) casado com Anna Maria Garcia (em São Joze de Tibicuari, RS-), filha de Antonio Garcia da Roza e Anna Maria, pais de:

N.1- Christina Maria Francisca (em "Tibiquari", RS) casada, a 29/12/1804, de manhã, na capella de Nossa Senhora da Assumpção, Cassapava, RS, com Domingos Barbosa do Prado (em "Caxoeira", RS-), filho de Domingos Barbosa do Prado e Izabel Maria da Conceiçam;

N.2- Albano Dornelles (21/6/1801, em Cassapava, RS);

N.3- Constancia Dornelles (9/12/1802, em Cassapava, RS);

N.4- Joam Dornelles (batizado a 2/1/1805, na capella de Nossa Senhora "d'Assumpsam", Cassapava, RS);

N.5- Florinda Dornelles (8/1/1809, em Cassapava, RS).

F.3- Francisca Maria do Rozario (batizada a 9/5/1762, às 11h, na Matriz da "parroquia" do Senhor Bom Jezus, Triunfo, RS) casada, a 25/10/1779, às 8h, na Matriz de "Sam Joze de Tacoari", RS, com Manoel Gomes da Silveira (batizado a 20/5/1763, às 11h, na Matriz da "parroquia" do Senhor Bom Jezus, Triunfo, RS-), filho de Francisco da Rosa Silveira e Maria Rosa Garcia, "casaes del Rey moradores na Tranqueira de Santo Amaro", pais de:

N.6- Maria Gomes da Silveira (21/10/1780, em "Sam Joze de Tacoari", RS-3/6/1836, de hidropsia, em Taquary, RS) casada, a 22/2/1810, às 16h, na Matriz de Sam Joze, Taquary, RS, com Francisco Gomes Parreira (1747, em Sam Bento de Avelar, lugar de Castro de Avelar, Bragança, Portugal-10/7/1833, de moléstia interior, em Taquary, RS), filho de Manoel Gomes Parreira e Barbara Pires;

N.7- Anna (em "Sam Joze de Tacoari", RS-11/8/1785, em "Sam Joze de Tacoari", RS), sem descendentes;

N.8- Anna Maria do Rozario (16/3/1782, em Taquary, RS-20/7/1875, em Taquary, RS) casada, a 30/3/1808, na Matriz do Senhor Bom Jezus, Triunfo, RS, com Miguel Joze Cardozo (batizado a 22/7/1787, na Matriz de Santo Amaro, RS-), filho de Francisco Joze Cardozo e Maria Joaquina do Rozario;

N.9- Mauricia Maria do Rozario (em Taquary, RS) casada, a 4/11/1815, na Matriz de São Joze, Taquary, RS, com Jose Antonio da Roza (em Taquary, RS), filho de Manoel Antonio da Roza e Maria Jacinta;

N.10- Beatriz Maria do Rozario (1797, em Taquary, RS-20/8/1857, de hydropizia, em Taquary, RS) casada, a 4/11/1815, às 14h, na Matriz de Sam Joze, Taquary, RS, com Francisco Mathias de Souza d'Avila (em Taquary, RS-), subdelegado de Taquary, filho de Mathias Francisco de Souza e Ricarda Maria de Jezus;

N.11- João Gomes da Silveira (em Taquary, RS) casado, a 4/11/1815, às 14h, na Matriz de Sam Joze, Taquary, RS, com Anna Joaquina de Souza (em Taquary,RS-), filha de Mathias Francisco de Souza e Ricarda Maria de Jezus;

N.12- Secilia (6/6/1802, em Taquary, RS-13/6/1802, em Taquary, RS), sem descendentes;

N.13- Antonia Gomes Silveira (em Taquary, RS-29/10/1816, de "esquinencia", em Taquary, RS), sem descendentes;

N.14- Antonio Gomes Silveira (em Taquary, RS) casado, a 20/8/1824, às 12h, na Matriz de São José, Taquary, RS, com Senhorinha Maria Tereza (em Taquary, RS), filha de Joze Garcia da Rosa e Jeronima Tereza;

N.15- Francisco Gomes da Silveira (em Taquary, RS) casado, a 26/10/1844, às 21h, na Matriz de São José, Taquary, RS, com Maria Roza de Azevedo (19/11/1857, em Taquary, RS-3/12/1877, em Taquari, RS), filha de Patricio Garcia Soares e Roza Maria Jacintha;

F.4- Antonio Teixeira de Ornellas (batizado a 5/8/1764, às 11h, na Matriz da "parroquia" do Senhor Bom Jezus, Triunfo, RS) casado, a 27/2/1786, às 10h, na Matriz de "Sam Joze de Tacoary", RS, com Brizida Maria da Purificaçam (batizada a 25/10/1770, na igreja de São Joze, "Tibicuari", RS-22/9/1832, em Caçapava, RS), filha de Leonardo Fagundes da Silva (1739, em Sam Pedro da Cidade, Angra do Heroismo, ilha Terceira, Açores-) e Ignacia Maria de Jezus Borges (1743, em Lajes, Sam Miguel Arcanjo, ilha Terceira, Açores), pais de:

N.16- Maria Antonia de Souza (em Caxoeira, RS) casada, a 26/11/1809, na capella de Nossa Senhora da Assumpção, Cassapava, RS, com Antonio Machado de Souza (em "Tibiquari", RS), filho de Gabriel Machado de Souza e Roza Maria de Jezus;

N.17- Silverio Teixeira Dorneles (em Caxoeira, RS) casado, a 15/7/1813, na igreja de Nossa Senhora da Assumpção, Caçapava, RS, com Anna Francisca de Oliveira (em Caxoeira, RS), filha de Manoel Joze de Oliveira e Francisca Maria do Nascimento;

N.18- Jacintha Maria Teixeira de Souza (em Caxoeira, RS) casada, a 4/7/1813, na igreja de Nossa Senhora da Assumpção, Caçapava, RS, com Florencio Joze de Oliveira (em Caxoeira, RS), filho de Manoel Joze de Oliveira e Francisca Maria;

N.19- Ignacia Antonia de Souza (em Caxoeira, RS) casada, a 28/1/1814, na igreja de Nossa Senhora da Assumpção, Caçapava, RS, com Joze da Silva de Miranda (em Rio Pardo, RS), filho de Joze Dutra da Silva e Anna Francisca de Jezus;

N.20- Rosa Maria Teixeira Dorneles (em Caxoeira, RS-31/10/1869, em Caçapava, RS) casada com Candido Joze Luiz (-28/6/1853, em Caçapava, RS);

N.21- Leonardo Teixeira de Souza (20/5/1799, em "Caxoeira", RS) casado, a 16/6/1822, com Rita Marcina da Silva, filha de Joze Dutra da Silva e Ana Francisca de Jesus;

N.22- Florencia Teixeira de Souza (16/6/1801, em Cassapava, RS);

N.23- Gabriel Teixeira Dorneles (1º/7/1803, em Caçapava, RS) casado com Ricarda Maria da Silva;

N.24- Agostinho Teixeira de Souza Dorneles (16/6/1805, em Cassapava, RS) casado com Joaquina Maria de Oliveira;

N.25- Clarinda de Souza (1º/10/1807, em Cassapava, RS);

N.26- Clarinda Antonia de Souza (22/12/1808, em Cassapava, RS) casada com Gabriel Joze Teixeira (13/3/1807, em Cassapava, RS-1º/4/1868, em Caçapava, RS), filho de Manoel Teixeira de Souza e Maria de Santa Rosa da Purificação;

N.27- Felicidade Teixeira de Souza (30/3/1811, em Caçapava, RS).

F.5- Cristina Maria da Conceição (batizada a 2/1767, na igreja de "São Joze, Tibicuari", RS) casada, a 23/5/1786, às 9h, na Matriz de "Sam Joze Tacoary", RS, com Joze Jacinto de Bitancurt (batizado a 1°/11/1765, às 11h, na Matriz da "parroquia" do Senhor Bom Jezus do Triunfo, RS-4/1/1811, em "Caxoeira", RS), filho do alferes Jacinto Matheus da Silveira (11/9/1728, no Topo, ilha de Sam George, Açores-12/5/1810, em Rio Pardo, RS) e Izabel Francisca de Betancur (4/3/1722, em Velas, ilha de Sam George, Açores), pais de:

N.28- Severino Joze da Silveira (batizado a 9/4/1787, na Matriz de Rio Pardo, RS) casado, a 1°/2/1812, às 16h, na Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS, com Thereza Maria da Conceição (batizada a 2/10/1789, na Matriz de Rio Pardo, RS), filha de Joze Pereira Garcia e Angelica Maria da Conceição;

N.29- Maria Jacinta da Conceiçam (batizada a 26/5/1789, na Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS) casada, a 15/9/1806, às 9h, na Matriz de Sam Joze, Taquari, RS, com Manoel Joze Cardoso (batizado a 2/11/1783, em Santo Antonio de Lisboa, Florianopolis, SC), filho de Francisco Joze Cardoso e Maria Joaquina;

N.30- Jacintho Joze de Bitencourt (batizado a 2/10/1791, na capella de Sancta Barbara, Encruzilhada, filial da Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS) casado, a 22/7/1810, às 12h, na Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS, com Anna Maria da Conceição (em Rio Pardo, RS-), filha de Luiz Pires de Magalhaens e Ignacia Maria da Conceição;

N.31- Mauricia Christina de Oliveira (1793, em "Caxoeira", RS) casada, a 6/8/1828, às 16h, na Matriz de Rio Pardo, RS, com Manoel Mathias da Silva (em Setubal, Coimbra, Portugal), filho de Jose Mathias e Cecilia Gomes;

F.6- Estevão Fagundes (batizado em 1767, em São Joze de "Tibicuari", RS);

F.7- Mathias Teixeira de Souza (batizado a 22/9/1771, em São Joze de "Tibicuari", RS-em Caçapava, RS), militar, casado, a 3/11/1788, às 10h, em Sam Jozé de Taquary, RS, com Maria Antonia de Jezus (1º/1/1774, em "Tibicuari", RS-em Caçapava, RS), filha de Manoel Rodrigues da Roza "Ruivo" (em Nossa Senhora do Socorro, ilha do Fayal, Açores) e Barbara da Conceição de Quadros (em Nossa Senhora das Neves, Norte Grande da ilha de Sam George, Açores); neta pelo lado paterno de João Rodrigues e Agada Josefa, ambos de Nossa Senhora do Socorro, ilha do Fayal, Açores e pelo lado materno de Manoel Ferreira (em Santa Barbara, Ribeyra, ilha do Pico, Açores) e Antonia Pereyra (em Nossa Senhora das Neves, ilha de Sam George, Açores), pais de:

N.32- Valeriano Rodrigues Teixeira (1790, em "Tibiquari", RS) casado com Maria Joaquina Gomes Gonçalves (em "Tibiquari", RS);

N.33- Mariana Antonia de Jezus (1794, em "Tibiquari", RS-1864, em Caçapava, RS) casada, a 30/06/1813, na igreja de Nossa Senhora da Assumpção, Caçapava, RS, com Ambrozio Pereira Henriques (batizado a 3/4/1791, na capella de Sancta Barbara, Encruzilhada, filial da Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS-1843, em Caçapava, RS), filho de Antonio Francisco Pereira Henriques e Severina Maria de Jezus;

N.34- Brigida Maria Magdalena (8/4/1795, em "Caxoeira", RS-30/3/1853, em Caçapava, RS) casada, a 30/6/1813, na igreja de Nossa Senhora da Assumpção, Caçapava, RS, com Antonio Gonçalves da Trindade (batizado a 14/6/1794, na Matriz de Nossa Senhora do Rosario, Rio Pardo, RS-), filho de Antonio Gonçalves da Trindade e Maria Tereza de Jezus;

Brigida Maria casou (2x) com Ricardo Moreira da Cunha (1795, em Rio Pardo, RS-1879, em Caçapava, RS), filho de João Moreira da Cunha e Francisca Severina da Pureza;

N.35- Manoel Rodrigues Teixeira (em "Tibiquari", RS) casado, a 21/2/1815, na igreja de Nossa Senhora da Assumpção, Caçapava, RS, com Adriana Maria Perpetua de Jezus (em Encruzilhada, RS-14/1/1868, em São Gabriel, RS), filha de José da Cruz Albernaz e Justa Maria Perpétua;

N.36- Roza Maria de Jezus (1799, em "Tibiquari", RS-9/7/1873, em Caçapava, RS) casada, a 22/11/1810, na igreja de Nossa Senhora da Assumpção, Caçapava, RS, com Silverio Joze Machado (26/7/1789, em Rio Pardo, RS-8/10/1866, em Caçapava, RS), filho de Joze Dutra Machado e Eugenia Maria da Conceição;

N.37- Rita Maria de Souza (2/12/1801, em "Cassapava", RS-6/5/1869, em Caçapava, RS) casada, a 18/7/1824, em Caçapava, RS com Francisco Gomes da Trindade (em Rio Pardo, RS-), filho de Francisco Gonçalves da Trindade e Anna Joaquina dos Anjos;

Rita Maria casou (2x), em Caçapava, RS, com Domingos Meirelles de Canto (4/1790, em "Cassapava", RS-9/7/1860, em Caçapava, RS);

N.38- Candida Maria de Souza (4/9/1803, em "Cassapava", RS-7/6/1876, em Caçapava, RS) casada, a 15/2/1822, em Caçapava, RS, com Manoel Joaquim Alves Flores (10/1/1776, em Rio Pardo, RS-30/1/1827, em Caçapava, RS), filho de Manoel Alves Flores e Angelica Roza de Jezus;

N.39- Manoel Zeferino Teixeira (26/8/1805, em Cassapava, RS-4/7/1869, em Caçapava, RS) casado, a 26/6/1833, em Santana da Boa Vista, Caçapava, RS, com Maria Angelica Zeferina Oliveira (2/5/1814, em Canguçu, RS), filha de Albino Alves Castro e Maria Angélica Camargo;

N.40- Fida Maria de Souza (13/9/1807, em Cassapava, RS-3/1/1862, em Caçapava, RS) casada, a 6/6/1831, em Santana da Boa Vista, Caçapava, RS, com Modesto Ferreira Martins (25/9/1797, em Mostardas, RS-18/8/1869, em Caçapava, RS);

N.41- Silvano Teixeira de Souza (21/6/1809, em Cassapava, RS) casado, a 2/6/1830, às 19h, na capella de Alegrete, RS, com Rufina Rodrigues da Rosa (em Cassapava, RS), filha de José Rodrigues da Rosa e Jacinta Joaquina de Jezus;

N.42- Francisca Maria de Souza (17/12/1810, em Caçapava, RS) casada com Joze Francisco Silveira;

N.43- Severino Rodrigues de Souza (batizado a 30/12/1814, na capella de Nossa Senhora da Assumpção, Caçapava, RS-5/2/1890, às 4h, em Caçapava, RS) casado, a 22/7/1843, em Caçapava, RS, com Anna Carvalho de Moura (em Caçapava, RS-), filha de Severino Carvalho de Moura e Claudiana do Nascimento;

Severino casou (2x) a 29/7/1875, às 10h, em Santana da Boa Vista, Caçapava, RS, com Jacinta Maria de Oliveira (em Caçapava, RS-2/7/1921, em Santana da Boa Vista, Caçapava, RS), filha de Florencio Joze de Oliveira e Jacinta Maria de Souza;

N.44- Jacinta Maria de Souza (-30/1/1886) casada com Brigido Moreira da Cunha (em Rio Pardo, RS), filho de João Moreira da Cunha e Francisca Severina da Pureza;

N.45- Mathias Teixeira de Souza Filho (1817, em Caçapava, RS-1851) casado, a 4/7/1846, em Caçapava, RS, com Felicia Pereira Soares, filha de Joze Antonio Soares e Justiniana Matildes de Souza.

F.8- Matheus Teixeira Fagundes (batizado a 20/9/1771, na Matriz de São Joze de "Tibiquari", RS), solteiro, sem descendentes;

F.9- Mauricio Teixeira de Souza (11/11/1773, em São Joze de "Tibiquari", RS-1836, em Taquari, RS) casado, a 19/1/1795, às 9h, na Matriz de São Joze, Taquary, RS, com Maria Jacinta de Sam Tiago (batizada a 27/4/1777, na Matriz de São Joze, "Tibiquari", RS), filha de Manuel Teixeira Sam Tiago e Izabel Maria Martins Coelho, pais de:

N.46- Ignocencia Maria Jacinta Emilia de Souza (1795, em "Tibiquari", RS-12/2/1868, em Sant'Anna do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS) casada, a 26/4/1813, às 9h, na Matriz de Sam Joze, Taquari, RS, com Manoel Silveira dos Santos (em Taquary, RS-), filho de Joze Silveira dos Santos e Izabel Maria do Rozario;

N.47- Francisca Teixeira (1796, em "Tibicuari", RS);

N.48-Bernardino Teixeira (1797, em "Tibicuari", RS-28/3/1821, de garrotilho, em Taquary, RS), solteiro, sem descendentes;

N.49- Joze Teixeira Santiago (1798, em Cachoeira, RS) casado com Anna Maria Thereza (em "Tibiquari", RS-), filha de Joze Garcia da Roza e Jeronima Marques;

N.50- Eulalia Luisa Teixeira e Souza (batizada a 6/7/1800, na igreja de Nossa Senhora da Assumpção, Cassapava, RS-8/8/1864, de "molestia" interna, em Triunfo, RS) casada com João Izidoro da Silva (2/1/1804, em Triunfo, RS), filho de Manoel da Silva Machado e Maria do Nascimento;

N.51- Mauricio Manoel Teixeira d'Ornelas (1º/12/1801, em Cassapava, RS) casado, a 15/2/1832, às 11h, na Matriz de Santo Amaro, RS, com Joanna Matildes da Costa (1804, em Santo Amaro, RS-28/1/1833, de parto, em Santo Amaro, RS), filha de Antonio Joze da Costa e Genoveva Maria de Jezus, sem descendentes;

Mauricio casou (2x), a 22/8/1844, às 7h, na Matriz de São José, Taquary, RS, com Claudina Francisca de Souza (27/10/1813, em Taquary, RS-), filha de Joaquim Francisco de Souza e Victoria Maria do Rozario;

N.52- Brizida Maria de Jezus (20/5/1803, em Caçapava, RS) casada, a 20/2/1821, às 11h, na Matriz de São Joze, Taquari, RS, com Manoel Fran-

cisco da Silva (29/9/1794, em Triunfo, RS), filho de Manuel da Silva Machado e Maria do Nascimento;

F.10- Maria do Rozario (8/1/1776, em São Joze de "Tibiquari", RS-1840, em Taquari, RS) casada, a 7/10/1793, às 10h, na Matriz de "Tibiquary", RS, com Francisco Rodrigues de Paula (em "Tibiquari", RS), filho de Manoel Rodrigues da Roza "Ruivo" e Barbara da Conceição de Quadros, pais de:

N.53- Thereza (1798, em "Tacoary", RS-13/8/1801, de bexigas, em "Tacoary", RS), sem descendentes;

N.54- Bento (1799, em "Tacoary", RS-10/8/1801, de bexigas, em "Tacoary", RS), sem descendentes;

N.55- Silverio Rodrigues de Paula (1800, em "Tacoary", RS-17/8/1819, de etica, em Taquary, RS), solteiro, sem descendentes;

N.56- Bento Rodrigues de Paula (em "Tacoary", RS) casado com Maria Roza do Nascimento (em Taquary, RS), filha de Jacinto Teixeira Machado e Emerenciana Maria do Rozario;

N.57- Roza Maria do Rozario (em "Tacoary", RS) casada, em 1819, às 9h, na Matriz de Sam Joze, Taquary, RS, com Mathias Teixeira Machado (em "Tacoary", RS), filho de João Teixeira Machado e Emerenciana Maria;

N.58- Angelo Francisco de Paula (batizado a 2/10/1808, na Matriz de Sam Joze, Taquary, RS) casado com Florisbela Maria de Jezus (em Taquary, RS), filha de Agostinho Duarte e Maria de Jezus Thereza;

N.59- Senhorinha Antonia de Souza (21/5/1811, em Taquary, RS) casada com João Antonio Martins (em Taquary, RS), filho de Joaquim José Martins e Barbara Maria Fagundes;

N.60- Rita (15/1/1814, em Taquary, RS-5/7/1815, de "idropizia", em Taquary, RS), sem descendentes;

N.61- Leocadio Rodrigues de Paula (10/3/1816, em Taquary, RS) casado, a 21/9/1842, em Taquary, RS, com Ricarda Maria de Santo Antonio (em Taquary, RS), filha de Pedro Pereira dos Santos e Emerenciana Perpetua de Jezus;

N.62- Silverio Rodrigues de Paula (em Taquary, RS) casado, a 19/5/1844, às 9h, na Matriz de São José, Taquary, RS, com Marianna Perpetua de Jezus (29/6/1815, em Taquary, RS), filha de Pedro Pereira dos Santos e Emerenciana Perpetua de Jezus.

F.11- Beatriz Maria do Rozario (12/9/1777, em São Joze de "Tibiquari", RS) casada, a 8/4/1793, às 15h, na Matriz de "Sam Joze de "Tibiquary", RS, com Antonio Francisco de Souza (7/9/1776, em "Tibiquary", RS-12/3/1794, em "Tybiquary", RS), filho de Mathias Francisco de Souza e Ricarda Maria da Conceição, pais de:

N.63- Antonia Florisbela de Souza (1794, em Sam Joze de "Tibicuari", RS) casada com Antonio Joze Martins (em Sam Joze de "Tibicuari", RS-), filho de Joaquim Joze Martins e Barbara Maria Fagundes;

Beatriz Maria casou (2x), a 19/1/1797, às 13h, na Matriz de Sam Joze, Taquary, RS, com Manoel Pereira dos Sanctos (8/11/1777, em Rio Pardo, RS), filho de Antonio Pereira Henriques e Severina Maria de Jezus, pais de

N.64- Florencia dos Sanctos (batizada a 11/6/1798, na capella de Sancta Barbara, Encruzilhada, filial da Matriz de Nossa Senhora do Rozario, Rio Pardo, RS-7/5/1804, de bexigas, em Encruzilhada, RS), sem descendentes;

N.65- Brigida dos Sanctos (batizada a 28/10/1800, na igreja de Sacta Barbara, Encruzilhada, RS);

N.66- Felisberto dos Santos (batizado a 23/1/1803, na igreja de Santa Barbara, Encruzilhada, RS, 6/5/1804, de bexigas, em Encruzilhada, RS), sem descendentes;

N.67- Florencia Candida dos Santos (13/5/1805, em Encruzilhada, RS) casada, a 14/11/1849, na Matriz de Santa Barbara, Encruzilhada, RS, com Faustino Francisco da Cunha (em Encruzilhada, RS-), filho de Joze da Cunha e Jacinta Maria de Jezus;

N.68- Felisberta Joaquina dos Sanctos (24/5/1807, em Encruzilhada, RS) casada, a 4/10/1832, em Caçapava, RS, com Severino Pereira Henriques (batizado a 2/1/1796, na capella de Sancta Barbara, Encruzilhada, filial da Matriz de Rio Pardo, RS), filho de Antonio Francisco Pereira Henriques e Severina Maria de Jezus;

N.69- Firmina Carlota dos Sanctos (22/1/1809, em Encruzilhada, RS) casada, a 4/7/1847, na igreja de Santa Barbara, Encruzilhada, RS, com Irineu Marques d'Avila (em São Gabriel, RS), filho de Leonardo Marques d'Avila e Florinda Maria de Oliveira;

N.70- Porfirio Pereira dos Santos (20/3/1812, em Encruzilhada, RS) casado com Claudiana Correia da Conceição (em Encruzilhada, RS), filha de João Correia da Silveira e Lauriana Maria;

N.71- Pacifico Pereira dos Sanctos (em Encruzilhada, RS) casado, a 1º/8/1846, na igreja de Santa Barbara, Encruzilhada, RS com Claudiana Maria Correia (em Encruzilhada, RS), filha de João Correia da Silveira e Lourença Maria de Jezus;

F.12- Manoel Teixeira de Souza (19/7/1779, em São Joze de "Tibiquari", RS-3/10/1848, em Santana da Boa Vista, Caçapava, RS) casado, em 4/11/1792, em Caxoeira, Rio Pardo, RS, com Maria de Santa Rosa da Purificação (14/12/1774, em São Joze de "Tibiquari", RS-1º/12/1842, em San-

tana da Boa Vista, Caçapava, RS), filha de Leonardo Fagundes e Ignacia de Jezus, pais de:

N.72- Candida Maria de Souza (22/8/1800, em Cassapava, RS) casada com Justiniano Nunes; Candida Maria casou (2x) com Gracinianno Francisco da Roza;

N.73- Cezefredo Teixeira de Souza (20/10/1802, em Cassapava, RS);

N.74- Melithon Antonio Teixeira (batizado a 26/12/1804, na capella de Nossa Senhora "d'Assumpsam", Cassapava, RS);

N.75- Gabriel Joze Teixeira (19/3/1807, em Cassapava, RS-1º/4/1868, em Caçapava, RS) casado com Clarinda Antonia de Souza (1º/10/1807, em Cassapava, RS), filha de Antonio Teixeira Dornelles e Brizida Maria da Purificação. Ver IV.N.4.

N.76- Silvana Maria de Souza (27/11/1809, em Cassapava, RS) casada com Severino Lopes de Freitas;

N.77- Maria Teixeira de Souza (6/3/1812, em Caçapava, RS);

N.78- Fortunato Teixeira de Souza (batizado a 14/11/1814, na capella de Nossa Senhora da Assumpção, Caçapava, RS-4/10/1848, em Santana da Boa Vista, Caçapava, RS), solteiro, sem descendentes;

N.79- Juliana de Souza casada com Domingos Barbosa do Prado;

N.80- Antonio Teixeira de Souza (em Cassapava, RS) casado com Firmiana Antonia da Silva (em Caxoeira, RS), filha de Joze Dutra da Silva e Anna Francisca de Jezus;

N.81- Manoel Teixeira de Souza (1828, em Caçapava, RS-1º/11/1908, às 9h, no 3º distrito de Caçapava, RS) casado com Maria Gertrudes da Roza (1832, em Cassapava, RS-5/2/1912, às 3h, no 3º distrito de Caçapava, RS), filha de Joze Ribeiro Baptista e Maria Brigida de Jezus.

F.13- Gertrudes Maria do Rozario (1º/9/1779, em "Sam Joze de Tibiquari", RS-1843, em Taquari, RS) casada, a 12/1/1797, às 13h, na Matriz de Sam Joze, Taquary, RS, com Francisco da Rosa Garcia (batizado a 18/6/1760, às 11h, na Matriz da "parroquia" do Senhor Bom Jezus, Triunfo, RS), filho de Francisco da Rosa Silveira e Maria Roza Garcia, "casaes del Rey residentes na Tranqueira de Santo Amaro", pais de:

N.82- João da Rosa Garcia (25/6/1801, em Cassapava, RS) casado com Maria Correia da Silva (em Encruzilhada, RS), filha de Francisco Correia de Quevedo e Izabel Maria da Silva;

N.83- Justiniano Garcia (13/9/1803, em Caçapava, RS);

N.84- Francisca Garcia (28/3/1805, em Cassapava, RS);

N.85- Daniel da Roza Garcia (11/3/1807, em Cassapava, RS) casado com Florinda Maria de Jezus (em Cassapava, RS), filha de Jacinto Ignacio Fagundes e Anna Maria;

N.86- Matildes Garcia (13/9/1808, em Cassapava, RS);

N.87- Melxior da Roza Garcia (28/9/1809, em Cassapava, RS-23/5/1855, de dor de dente, em Encruzilhada, RS) casado, a 5/4/1836, na igreja de Santa Barbara, Encruzilhada, RS, com Nimpha Rodrigues Bitancur (18/1/1820, em Encruzilhada, RS), filha de Manuel Rodrigues Cardozo e Innocencia Maria de Jezus;

N.88- Patricio Garcia (4/8/1811, em Caçapava, RS);

N.89- Antonia Maria do Rozario (em Santa Anna da Boa Vista, Cassapava, RS) casada com Joze Correia da Silva (em Canguçu, RS-), filho de Francisco Correia de Quevedo e Isabel Maria da Silva;

N.90- Severina Maria de Jezus (11/12/1814, em Encruzilhada, RS) casada, a 7/8/1834, na igreja de Santa Barbara, Encruzilhada, RS, com Florencio Pereira Fagundes (2/10/1813, em Encruzilhada, RS), filho de Felisberto Pereira Henrique e Lucrecia Maria de Sancta Rosa;

N.91- Manoel da Roza Garcia (em Encruzilhada, RS) casado com Fermiana Maria Fagundes (em Encruzilhada, RS), filha de Felisberto Henriques dos Sanctos e Lucrecia Maria Fagundes;

N.92- Firmina Maria da Rosa (6/1/1817, em Encruzilhada, RS) casada, a 30/1/1854, na Matriz de Sant'Ana da Boa Vista, Caçapava, RS, com Porfirio Peixoto da Silveira (19/10/1823, em Encruzilhada, RS), filho de Ignacio Peixoto da Silveira e Florinda Maria da Conceição, viúvo de Guiomar Rosa da Conceição;

N.93- Silverio Jose da Rosa (9/8/1818, em Encruzilhada, RS) casado com Alexandrina Carolina (em Bagé, RS-), filha de Sypriano Dias de Lima e Angelica Rosa de Jezus;

N.94- Maximo Francisco da Roza (em Cassapava, RS) casado com Francisca Maria da Silva (em Encruzilhada, RS), filha de Francisco Correia de Quevedo e Isabel Maria da Silva;

N.95- Christina Garcia (4/6/1821, em Encruzilhada, RS);

N.96- Juliana Maria da Roza (3/9/1822, em Encruzilhada, RS) casada, a 24/1/1856, às 10h, na Matriz de Encruzilhada, RS, com Jesuino Jose dos Santos (8/4/1827, em Encruzilhada, RS), filho de Manoel Jose dos Santos e Luciana Maria da Conceição.

F.14- Marianna (11/1781, em "Sam Joze de Tacoari", RS-14/4/1783, em "Sam Joze de Tacoari", RS), sem descendentes;

F.15- Anna Maria do Rozario (16/2/1782, em “Sam Joze de Tacoari”, RS) casada, a 21/2/1802, às 9h, na Matriz de Sam Jose, “Tacoari”, RS, com Manoel Joze Martins (1º/5/1782, em “Sam Joze de Tacoari”, RS), militar, filho de Joze Martins Coelho e Maria Ignacia de Jezus, pais de:

N.97- Manoel Martins (15/3/1806, em Taquary, RS);

N.98- Alexandre Joze Martins (em Taquary, RS) casado, a 16/9/1824, às 14h, na Matriz de São José, Taquary, RS, com Ana Joaquina da Conceição (em Taquary, RS), filha de Joaquim Joze Martins e Barbara Maria Fagundes;

N-99- Umbelina Rosa de Jezus (23/6/1810, em Taquary, RS-4/1953, em Taquari, RS, Brasil) casada com Joze Cardoso da Silva (6/6/1810, em Taquary, RS-5/1953, em Taquari, RS, Brasil), filho de Joze Cardoso Dutra da Silva e Maria Angelica do Nascimento;

N.100- Alexandrina Rosa de Jezus (em Taquary, RS) casada com Joze Martins Bitancurt (em Taquary, RS-11/12/1859, de morte súbita, em Taquary, RS), filho de Joaquim Joze Martins e Barbara Maria Fagundes;

N.101- Valeriano Joze Martins (em Taquary, RS) casado, a 9/1829, na Matriz de São José, Taquari, RS, com Jacinta Rosa de Jezus (em Taquari, RS), filha de Joaquim Joze Martins e Barbara Maria Fagundes.

F.16- Vitoria Joaquina da Conceição (22/3/1785, em São Joze de “Tibiquari”, RS-em Taquari, RS) casada, a 18/6/1804, às 10h, na Matriz de Sam Joze, “Tacoary”, RS, com Joaquim Francisco de Souza (20/4/1782, em São Joze de “Tibiquari”, RS-1845, em Taquari, RS), filho de Mathias Francisco de Souza (23/2/1742, em Nossa Senhora das Neves, ilha de Sam George, Açores-1º/9/1823, em Taquari, RS), casado, a 9/3/1769, na igreja de Sam Joze de Tibiquari, RS, com Ricarda Maria da Conceiçam (em Viamam, RS-), pais de:

N.102- Valeriano Francisco de Souza (1º/10/1805, em Taquary, RS) casado, a 15/5/1846, às 16h, na Matriz de Santo Amaro, RS, com Leocadia Pereira (em Santo Amaro, RS), filha de Joaquim Pereira e Ignacia Guedes;

Valeriano casou (2x) com Juliana Maria de Menezes (18/8/1819, em Piratini, RS-22/5/1913, em Taquary, RS), filha de Antonio Joze de Menezes e Maria Antonia da Costa;

N.103- Manoel Francisco de Souza Dornelles (19/2/1807, em Taquary, RS-1887, em Taquary, RS) casado, a 15/10/1834, às 9h, na Matriz de Santo Amaro, RS, com Joanna Joaquina da Luz (em Triunfo, RS-), filha de Sezefredo Francisco de Oliveira Rapozo e Leonor Joaquina da Luz;

Manoel casou (2x) com Maria Francisca da Conceição;

N.104- Januario Francisco Dornelles de Souza (15/2/1809, em Taquary, RS-7/10/1880, às 13h, de catharro senil, em Alegrete, RS) em união com Joaquina Pereira da Silva (1821, em Taquari, RS-7/6/1881, à 13h30, de "catarrho" pulmonar, em Alegrete, RS);

N.105- Maria Francisca de Souza (23/11/1810, em Taquary, RS);

N.106- Roza Joaquina da Conceição (29/10/1811, em Taquary, RS-26/10/1888, de "hydropezia", em Taquary, RS) casada, a 26/8/1833, às 10h, na igreja de São José, Taquary, RS, com Theodozio Joze Pereira (1808, na ilha de Santa Catharina, SC-9/7/1904, em Taquary, RS), filho de Severino Joze de Aquino e Joaquina Tomasia de Jezus;

N.107- Claudina Francisca de Souza (27/10/1813, em Taquary, RS) casada, a 22/8/1844, às 7h, na Matriz de São José, Taquary, RS, com Mauricio Teixeira d'Ornelas, filho de Mauricio Teixeira de Souza e Maria Jacinta de Santiago;

N.108- Reginaldo de Souza Dornelles (18/12/1815, em Taquary, RS-em Itacurubi, RS) casado, em Taquary, RS, com Candida Florisbela Martins (8/8/1825, em Taquary, RS), filha de Antonio Joze Martins e Antonia Florisbela de Souza.

N.109- Serafim Francisco de Souza Dornelles (31/10/1817, em Taquary, RS-21/3/1895, às 22h, de "cystite chronica", em São Borja, RS), militar, casado com Umbelina Maria Jacinta Cardoso (24/8/1820, em Taquary, RS-14/11/1892, em Taquary, RS), filha de Miguel Joze Cardoso e Ana Maria do Rozario.

F.17- Maria Teixeira Dornelles (13/10/1787, em "Tibicuari", RS).

São descendentes desta família Getúlio Dornelles Vargas, Luthero Sarmanho Vargas, Yara Lopes Vargas e Ernesto Dornelles.

Referências

Arquivos da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, pelo site familysearch.org.

Arquivo das Dioceses de Bagé e Cachoeira do Sul: Livros de Registros de Batismos, Casamentos e Óbitos.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS): Inventários e Testamentos.

AÇORIANOS ANTEPASSADOS DE HOMERO DORNELLES (ALEGRETE), POVOADORES DO RIO GRANDE DO SUL E SUAS ILHAS DE ORIGEM

Homero Corrêa Pires Dornelles[1]

Após muitos anos de pesquisas genealógicas, desde o ano de 1995, quando começamos a querer descobrir nossas origens, nos deparamos com poucas etnias em nossos antepassados. No início, como todo pesquisador, tivemos muitas dificuldades em encontrar as primeiras gerações, mas depois que adquirimos experiência, conseguimos com mais facilidade seguir os passos para novas descobertas. Explicando melhor sobre as poucas etnias, foi que com o passar dos anos, a medida que íamos descobrindo nossa ascendência, percebemos que muitas delas levavam ao mesmo lugar, ou seja, aos Açores.

Para espanto nosso, ao despertar nosso interesse em saber de quantos açorianos descendemos, apresentamos nesta pesquisa o número de 56 indivíduos naturais das Ilhas. Esta curiosidade se deu pelo fato que em 2022, comemoramos os 270 anos do povoamento açoriano no Rio Grande do Sul, e tivemos a oportunidade de participar de algumas comemorações e eventos. A partir desses eventos é que fomos buscar a resposta para nossa pergunta. De quantos açorianos nós descendemos? E como já tínhamos quase trinta anos de pesquisa, e descobertos os 32 tetravós, e dos 64 pentavós mais de 50, e desses, várias linhas ancestrais, ficou fácil esta missão de concluir de quantos açorianos descendemos.

Abaixo, apresentamos os nomes dos antepassados e suas ilhas de origem. Separamos por casais açorianos e açorianos (as) que casaram com portugueses (as) do continente ou descendentes de Portugal.

1 Pesquisador, historiador, genealogista, membro do COMPAHCA, membro do IHGRGS, membro do IHGA. Alegrete/RS.

Casais Açorianos

- Antonio Albernaz e Maria Duarte (ilha do Faial)
- Antonio Coelho Nunes e Maria Nunes (ilha Terceira)
- Antonio Francisco de Souza e Maria dos Santos Machado (ilha Terceira)
- Antonio Jose dos Santos (ilha de Santa Maria) e Maria Joaquina da Silva (ilha de São Jorge)
- Antonio da Rosa de Medeiros e Maria Thereza de Jesus (ilha do Faial)
- Antonio da Silveira Avila e Angelica Rosa Matos (ilha do Faial)
- Caetano de Souza e Agueda Teixeira (ilha de São Jorge)
- Francisco Pereira da Rosa e Maria do Rosário (ilha de São Jorge)
- Jeronimo Machado da Silveira e Maria Santa (ilha do Faial)
- João de Ornellas de Souza e Catharina Ignacia de Souza (ilha Terceira)
- João de Souza Machado e Luzia da Conceição Pereira (ilha de São Jorge)
- Jose de Ornellas de Souza (ilha Terceira) e Antonia Maria da Silveira (ilha de São Jorge)
- Jose da Silva Machado e Francisca Maria da Conceição (ilha de São Jorge)
- Jose Silveira de Oliveira e Thereza de Jesus Quadros (ilha de São Jorge)
- João Ignacio e Elena Maria (ilha do Faial)
- Manoel de Avila e Souza e Catharina Isabel de São Francisco (ilha de São Jorge)
- Manuel Jose Nunes e Francisca Rosa Martins ilha Terceira)
- Manoel da Silva Machado e Thereza Ignacia de Jesus (ilha de São Jorge)
- Manoel de Souza Barros e Cordula Maria (ilha de São Jorge)
- Manuel Gonçalves Mancebo e Águeda Maria Peixoto Simões (ilha Terceira)
- Matheus Machado e Isabel da Silveira (ilha de São Jorge)
- Thome Teixeira e Maria de São Jose (ilha de São Jorge)

Açorianos (as) que casaram com não açorianos

- Agueda Luiza Flores (ilha Terceira) casou com Francisco Jose de Carvalho

- Anna Maria de São José (ilha de São Jorge) casou com Antonio da Cunha de Almeida
- Anna Paula do Sacramento (ilha Graciosa) casou com Sebastião Nunes Coelho
- Josefa Maria do Nascimento (ilha do Faial) casou com Antonio de Azevedo Saldanha
- Jose de Souza Barros (ilha de São Jorge) casou com Cipriana Inacia de Souza
- João Antonio de Medeiros (ilha do Faial) casou com Ignacia Maria de Oliveira
- Manoel Gonçalves dos Santos (ilha de São Jorge) casou com Thereza Felicia da Encarnação
- Manuel da Cunha Pacheco (ilha de Santa Maria) casou com Rita Anna de Santiago
- Maria Joana do Nascimento (ilha de São Jorge) casou com o Cap. Jose Rodrigues Martins
- Maria Thereza de Jesus (ilha de São Miguel) casou com Ventura Jose Sanhudo
- Mariana Felicia da Encarnação (ilha de São Jorge) casou com Antonio Francisco dos Santos
- Verissimo Jose Paim Coelho de Souza (ilha Terceira) casou com Ignacia Antonia Alves

Total de açorianos (as) na família

Casais: 22; Solteiros: 12; Total de antepassados açorianos (as): 56.
Quantidade de açorianos (as) por ilhas:
Da ilha de São Jorge: 27 antepassados
Da ilha Terceira: 13 antepassados
Da ilha do Faial: 12 antepassados
Da ilha de Santa Maria: 2 antepassados
Da ilha de São Miguel: 1 antepassado
Da ilha Graciosa: 1 antepassado

Fontes Documentais

Livros de Nascimentos, Casamentos e Óbitos de Alegrete, Cachoeira do Sul, Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo, Santo Amaro, Taquari, Triunfo, Viamão e dos Açores.

Arquivo Público do Rio Grande do Sul: Inventários e Testamentos

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul: Sesmarias

DO FAIAL AO RINCÃO DE SÃO MIGUEL – ALEGRETE: ORIGEM AÇORIANA DA FAMÍLIA MACHADO DA SILVEIRA

Thiago Araujo Vaucher[1]

Quem vê aquele homem trabalhando na terra, não imagina o que ela representa para ele; quem vê aquele homem acordando e saindo cedo para camperear, não imagina quantas gerações repetem o mesmo ritual. Esse ritual é hábito rotineiro nas estâncias da fronteira; esse hábito se repete há muitos anos e foi passando de geração para geração.

Será que o açoriano Jerônymo Machado da Silveira lá em meados de 1756 quando recebeu a sesmaria em Rio Pardo, um dia imaginou que muitos anos depois seus descendentes iriam seguir trabalhando na terra? Nesse artigo iremos contar a trajetória de parte da família Machado da Silveira que saiu da ilha do Faial e chegou ao Rincão de São Miguel, subdistrito do município de Alegrete, localizado na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

Segundo Levi (1992, p.14) "os estudos sobre a família simplificam o contexto de referência ou isolam elementos singulares e que isso produz uma leitura não somente parcial, mas também distorcida das lógicas econômico-sociais dos comportamentos familiares, propondo, quando muito, tipologias e imagens exclusivamente descritivas."

Mas, antes, precisamos entender como esses açorianos chegaram aqui. Portugal buscava expandir seus territórios para além do Tratado de Tordesilhas. Quem eram os açorianos? Portugueses continentais e flamengos, colonizaram nove ilhas que compõem o Arquipélago dos Açores, sendo de domínio português desde 1432. Ao todo, são nove ilhas: Santa Maria, São Miguel, Terceira, São Jorge, Graciosa, Pico, Faial, Flores e Corvo.

No século XVIII, a situação do arquipélago, favoreceu a imigração. De acordo com Cleusa Maria Graebin,

> [...] as ilhas passaram por mais de trinta cataclismos distribuídos entre 1614 e 1755. Abalos sísmicos e vulcões fizeram parte da his-

1 Mestrando em História/UPF, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Alegrete. Alegrete/RS.

> tória dos indivíduos nascidos e moradores do arquipélago, sendo que entre os anos de 1713 e 1730, as ilhas de São Miguel, Pico, Terceira e Faial passaram por diversos abalos. Nesse sentido, as condições climáticas naturais, impreterivelmente abalaram algumas das condições socioeconômicas dos moradores. Além disso, terror e incerteza seriam as palavras adequadas para caracterizar as condições em que viviam os habitantes do arquipélago dos Açores. (GRAEBIN, 2004, p. 83).

Devido a essas condições muitos ilhéus ficaram sem ter onde morar e se alimentar. Com isso a vinda para terras do continente americano foi a melhor saída para retomar suas vidas. Ainda segundo historiadora, a imagem das terras brasileiras recorrentes nas ilhas era povoada da possibilidade de enriquecimento rápido e fácil.

Uma das principais atividades desenvolvida nos Açores era o cultivo de trigo, a sua principal fonte de renda, além de ser a base da alimentação local. Mas, entre os anos de 1742 a 1745, não foi possível produzir nada, aumentando a miséria.

A família camponesa nos Açores era uma espécie de associação produtiva. Segundo Martha Daisson Hameister (2006, p. 73), era comum os primogênitos terem direito às terras da família, enquanto os demais sofriam pela falta de herança, o que fez com que muitos dos filhos que não teriam direito à herança fossem embora em busca de melhores condições de vida.

Segundo Anna Silvia Scott e Gabriel Santos Berute (2014, p. 112):

> O deslocamento dessa população excedente resolvia a situação dos menos aquinhoados, aliviando a situação nas ilhas, ao mesmo tempo em que propiciava o acréscimo do número de povoadores para os territórios americanos. Por outro lado, também representava uma válvula de escape para os filhos das famílias melhores posicionadas na hierarquia social, mas que eram preteridos no sistema sucessório em vigor, que privilegiava alguns filhos em detrimento de outros.

Em meados de 1700, Portugal se lançou na expansão territorial com o objetivo de conquistar e expandir seus domínios frente aos domínios espanhóis.

O Edital de 1747 foi apresentado não apenas com o objetivo de transportar os interessados para irem rumo à América, mas também buscava

povoadores das terras que tivessem aptos ao trabalho, a fim de povoar e colonizar a fronteira. Porém muitas promessas contidas no Edital não foram cumpridas, e muitos dos viajantes não chegavam ao destino. As dificuldades durante a longa jornada ocasionavam óbitos e doenças. Os sobreviventes desembarcavam inicialmente em Santa Catarina e, após alguns meses, seguiam viagem rumo ao Rio Grande do Sul.

De acordo com Cleusa Graebin (2004, p. 109):

> [...] constata-se que havia a intenção das autoridades de povoar desde o Rio São Francisco até o Cerro de São Miguel, bem como as Missões com casais açorianos. Estes foram se fixando no Rio Grande de São Pedro a partir da Vila de Rio Grande, alcançando os campos de Viamão (Viamão e Porto Alegre), Santo Amaro, Triunfo e Rio Pardo. Após a invasão do Rio Grande pelos espanhóis, as famílias que estavam vivendo na Vila de Rio Grande se dispersaram para Estreito, Mostardas, Santo Amaro, Triunfo, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Taquari e Osório.

Com a assinatura do Tratado de Madri em 1750, "a ideia da Coroa Portuguesa seria levar os açorianos que desembarcaram em Santa Catarina em 1748 para as Missões. Elas seriam entregues à coroa portuguesa em troca da Colônia de Sacramento, cedida para a Espanha." (COMISSOLI, 2009, p. 76). Contudo, a resistência dos indígenas aldeados nas missões e o conflito com os exércitos das coroas ibéricas, que desencadeou a Guerra Guaranítica (1754-1756), foi impeditivo para o deslocamento dos açorianos na região. (GRAEBIN, 2004, p. 110).

Rio Grande, situado no extremo sul do continente do Rio Grande de São Pedro, durante a primeira metade do século XVIII era um povoado inicial, sendo seu porto o responsável por receber os ilhéus que foram chegando a partir de 1751. Segundo Fortes (1978, p. 13), na época, Rio Grande era uma vila formada por um porto, quatro pequenos quartéis, um armazém, uma ferraria, algumas moradias, uma igreja e ainda o forte Jesus-Maria-José. O forte foi construído em 1737, quando os portugueses tinham a pretensão de alargar as fronteiras diante do império espanhol, criando assim um entreposto entre os Campos de Viamão e a Colônia de Sacramento.

Os ilhéus encontraram muitas dificuldades logo de chegada, ficando sem apoio para a construção de suas casas e sobretudo assumir as propriedades que lhes foram prometidas. Ou seja, a demarcação das terras,

bem como os mantimentos e ferramentas, eles também não conseguiram; somente duas décadas depois, é que as datas de terras passaram a ser doadas. De acordo com Helen Osório (2007, p. 24), havia três possibilidades de se acessar a terra no Continente de Rio Grande de São Pedro, durante o período colonial:

> A doação de sesmarias, normalmente concedidas àqueles responsáveis por feitos militares; a arrematação em praça pública e a doação de datas de terra, concedidas, entre o período de 1750 e 1780, apenas aos casais açorianos migrados a partir do Edital de 1747.

O conflito entre os indígenas e as coroas de Portugal e Espanha ocasionou o transporte dos ilhéus para outros locais no território do Continente de São Pedro. Segundo Comissoli, dois trajetos foram seguidos pelos açorianos na tentativa de chegar às Missões. O primeiro se deu através da expedição demarcadora realizada por Gomes Freire de Andrade, governador do Rio de Janeiro, quando muitos desses homens açorianos foram obrigados a segui-lo. E com a expulsão dos europeus das Missões, muitos deles acabaram por ficar em Rio Pardo, onde o forte acabara de ser construído. O segundo caminho foi feito a partir de Rio Grande em direção aos Campos de Viamão. O transporte foi realizado via Lagoa dos Patos em barcaças. A partir de Viamão muitos casais se dispersaram, formando novos povoados nas margens do Jacuí, dentre eles Santo Amaro. Confirmando Comissoli (2009, p. 77) “esta rota explica o porquê de encontrarmos grupos de açorianos ao longo do Guaíba e rio Jacuí.”

Em meados de 1756, o açoriano Jerônymo Machado da Silveira, natural da ilha do Faial, filho do casal Antônio Machado e Antônia da Silveira, ambos açorianos, no território rio-grandense se tornou fazendeiro às margens do rio Jacuí, dando início ao tronco pesquisado neste artigo. Jerônymo casou-se com Maria Santa e tiveram os seguintes filhos: Francisco Machado da Silveira, Antônio José, José Antônio, Atanazio, Felisberto, Brígida, Laurina e Jerônimo.

Em agosto de 1801 foi incorporado o território das Missões pelos portugueses, possibilitando a incursão pelo território a oeste pelos povoadores, facilitando e consequentemente tornando possível a povoação destas terras. Segundo Véra Barroso (2009, p. 9), quatro variáveis estão assentadas para o que viria acontecer:

> [...] a pecuária (a forma extensiva do povoamento, responsável pela expansão do território de núcleos populacionais irradiados do eixo Pelotas-Rio Grande, dois importantes núcleos urbanos); a concessão de sesmarias (a bem-sucedida política portuguesa de legalização das terras desocupadas na direção oeste); a militarização (a garantia estratégica de ocupação através de fortes, presídios, guardas e acampamentos militares, núcleos iniciais de muitos povoados); a colonização açoriana (que presidiu o povoamento intensivo com pequenas propriedades e responsável pelo abastecimento de alimentos).

O território oeste do Rio Grande de São Pedro foi sendo ocupado, com o povoamento açoriano, cuja área fora anteriormente de domínio espanhol. Por outro lado, Helen Osório (1990, p. 45) chama atenção sobre a doação de imensas extensões de terra a um pequeno grupo de estancieiros através da política de concessão de sesmarias para o domínio das terras em conquista pelos portugueses. Através desta estratégia a coroa estaria incentivando a pecuária, visando a utilização dos recursos disponíveis, levando em consideração a expressiva quantidade de animais no território do Rio Grande do Sul na época, e por ser área de fronteira, por consequência seria militarizada.

Foi neste contexto que o filho de Jerônymo Machado da Silveira, Francisco Machado da Silveira, que era Alferes, e seu filho Joaquim José chegaram ao oeste do Rio Grande do Sul. Essa região era conhecida por distrito de Entre Rios, território compreendido entre os rios Quaraí, Ibirapuitã, Ibicuí e Uruguai. Durante anos, essa região era formada por estâncias pertencentes aos índios missioneiros. A chegada e conquista deste território por famílias açorianas e de outras origens levou à reestruturação do território, a partir de uma ótica europeia de ocupação, tendo como objetivo principal efetivar o domínio da coroa portuguesa na região. Com o passar dos anos, os luso-açorianos avançaram militarmente ao sul do rio Ibicuí. Neste contexto, Francisco Machado da Silveira recebeu a sesmaria de São Miguel em 1822. Ela foi uma antiga fazenda dos jesuítas, segundo Luiz Araújo Filho (1985, p. 273). E seu filho Joaquim José recebeu a sesmaria de São Fernando, tendo a posse da terra em 1801, sendo fundada em 1835.

Joaquim José casou-se com Catharina Antônia e tiveram os seguintes filhos: Francisco, Maria Núncia, Felisberta, Antônio, Floriana, João, Gaspar, Joaquim Antônio e Cândido.

Em agosto de 1833, Joaquim José faleceu. Sua esposa Catharina Antônia emancipou o filho mais velho, Francisco com treze anos, para que pudessem juntos tocar os serviços da estância. Em 1869, Catharina Antônia que era uma hábil administradora comprou a Estância São Miguel, ficando a administração a cargo do filho Cândido. Em maio de 1887, com o óbito da matriarca da família Machado da Silveira, a Fazenda São Fernando ficou sob responsabilidade da filha solteira, Maria Núncia, que confiou ao sobrinho Salatiel Machado da Silveira, filho de Cândido e Cláudina.

Figura 1 – Fazenda São Fernando, Rincão de São Miguel, Alegrete

Fonte: acervo do autor.

Salatiel casou-se com Ana Cândida Nascimento e tiveram vários filhos, entre eles, nasceu Afonso Nascimento da Silveira que se casou com sua prima Eva. Afonso ao receber sua herança recebeu uma porção de terra no campo da sesmaria de São Fernando, a qual recebeu o nome de Fazenda São Luiz, fundada em 21 de abril de 1928.

Com a vinda dos açorianos ao Rio Grande de São Pedro, chegaram inúmeros elementos culturais, entre eles a culinária, arquitetura, dança, folclore, religiosidade, entre outros. Eva, a esposa de Afonso, era considerada uma herdeira das tradições gastronômicas de seus antepassados açorianos e passou seus ensinamentos à filha.

Afonso e Eva tiveram uma filha, Dila que se casou com Mário Delmiro Vaucher que também era de família com tradição no campo. Dila e Mário Delmiro Vaucher, tiveram três filhos: Antônio Sérgio, Elvira e Mário Afonso.

Afonso administrou a fazenda, e depois passou a administração ao genro, Mário Delmiro, que anos depois passou ao filho mais velho Antônio Sérgio. Atualmente, a fazenda está sob responsabilidade e propriedade do filho mais novo de Mário Delmiro e Dila, Mário Afonso Silveira Vaucher, tetraneto de Joaquim José e Catharina Antônia, dando sequência ao legado de amor e trabalho ao campo no Rincão de São Miguel. Mário Afonso casou-se com Diná e tem três filhos: Mário Afonso, Thiago e Anelize.

Figura 2 – Fazenda São Luiz, Rincão de São Miguel, Alegrete

Fonte: acervo do autor.

Ao longo da trajetória da família Machado da Silveira até os dias de hoje, a pecuária faz parte do dia a dia desta família que seguirá por mais gerações. O filho mais velho do atual proprietário da fazenda, Mário Afonso, já segue os passos dos que o antecederam e trabalha na propriedade da família.

Em 2028, a Fazenda São Luiz completará cem anos, entrando na história das estâncias centenárias do Rio Grande do Sul.

O poema “Herança”, de Apparício Silva Rillo, explica o sentimento que vem de muitos anos e dá sentido ao que escrevemos:

Naqueles tempos, sim
Naqueles tempos, as casas já nasciam velhas
Eram umas casas cálidas, solenes

Sob as telhas portuguesas, maternais
Em pálidos azuis eram pintadas
E em brancos, em ocres e amarelos
Algumas, nem mesmo tinham reboco
Na carne dos tijolos mostravam-se nuas
Abertas em janelas que espiavam
Da sombra verde para o sol das ruas.

Naqueles tempos, sim.
Naqueles tempos
Tinham balcões e sacadas, essas casas
E úmidos porões e sótãos com fantasmas
E tinham jasmineiros sobre os muros
E acolhedoras latrinas de madeira
Disfarçadas entre as plantas dos quintais
E laranjeiras e galos e cachorros
Um barril barrigudo cheio d'água
E uma concha de lata para a sede
Nas varandas que eram frescas e abertas
A moleza da sesta numa rede.

Naqueles tempos, sim.
Naqueles tempos
As portas eram altas
E alto o pé-direito das salas, dessas casas
Mas eram simples as pessoas que as casas abrigavam
Os homens chamavam-se Bento, Honorato, Deoclécio
As mulheres eram Carlinda, Emerenciana, Vicentina
Os homens usavam barbas e picavam fumo em rama
As mulheres faziam filhos, bordados e rosquinhas
Os homens iam ao clube, as mulheres à missa
E homens e mulheres aos velórios
Morriam discretamente e ficavam nos retratos.

Naqueles tempos, sim.
Naqueles tempos
A igreja tinha santos nos altares

E havia mulheres rezando ao pé dos santos
O padre usava uma batina cheia de manchas e botões
Batizava crianças, encomendava os mortos
Rezava a missa em latim: Agnus Dei
E comia cordeiro gordo na mesa do intendente
Os homens ajudavam nas obras da igreja
Mas acreditavam mais nas armas que nos santos.

Naqueles tempos, sim.
Naqueles tempos
Os chefes eram chamados coronéis
Ganhavam seus galões debaixo da fumaça
Em peleias a pata de cavalo
Garruchas de um tiro só e espadas de bom aço
As mulheres plantavam flores e temperos
Pois tinham mesma valia o espírito e o corpo
Sabiam receitas de panelas fartas
Faziam velas de sebo e tachadas de doce
E de graxas e cinzas inventavam sabão.

Naqueles tempos, sim.
Naqueles tempos
Os bois mandavam nos homens
E por isso a vida era mansa na cidadezinha
Arrodeada de ventos, chácaras e estâncias
Os touros cumpriam devotamente o seu mister
E as vacas, pacientes
Pariam terneiros e terneiros e terneiros
O campo engordava os bois
As tropas de abril engordavam os homens
E os homens engordavam as mulheres
Por isso, a cidade chegou até aqui
Por isso estamos aqui
Netos e bisnetos desses homens
Dessas mulheres, netas e bisnetas
Por isso um berro de boi nos toca tanto
E tão profundamente

Por isso somos guardiões de casas velhas
Almas de sesmarias e de estâncias
Paredes que suportam seus retratos
O músculo do boi na força que nos leva
A barba dos avós como um selo no queixo
O doce das avós na memória da boca
E nela este responso
Naqueles tempos, sim, naqueles tempos.

Referências

BARROSO, Véra Lucia Maciel. O povoamento do território do Rio Grande do Sul/Brasil: o oeste como direção. *Revista Estudios Historicos*, CDHRP, n. 2, agosto de 2009.

COMISSOLI, Adriano. Do arquipélogo ao continente: estratégias de sobrevivências e ascensão social na inserção açoriana nos Campos de Viamão (século XVIII). *Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS,* 2009. p. 74-96.

FILHO, Luiz Araujo. *O Município de Alegrete*. Porto Alegre: CORAG, 1985.

FORTES, João Borges. *Os casais açorianos*: presença lusa na formação do Rio Grande do Sul. 2 ed., Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. *Sonhos, desilusões e formas provisórias de existência*: os açorianos no Rio Grande de São Pedro. 2004. 324 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Centro de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo. 2004.

HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação*: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila de Rio Grande (1738-1763). 2006. 474f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro. 2006.

LEVI, Giovanni. Famiglia e parentela: qualche tema di riflessione. In: BARBAGLI, Marzio; KERTZER, David. *Storia della Famiglia italiana* 1750-1950. Bologna: Societá editrice il Mulino, 1992, p. 307-321.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América*: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; BERUTE, Gabriel Santos. Gentes das Ilhas: repensando a migração do Arquipélago dos Açores para a capitania do Rio Grande de São Pedro no século XVIII. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; BERUTE, Gabriel Santos; MATOS, Paulo Teodoro de (Org.). *Gentes das Ilhas*: trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro, entre as décadas de 1740 a 1790. São Leopoldo: Oikos, 2014, p. 60-81.

DOS AÇORES AO ARROIO GRANDE: OLHARES SOBRE A PRESENÇA AÇORIANA NA CULTURALIDADE DA TERRA DE MAUÁ

Anelize Carriconde[1]
Franciéle Soares[2]
Heron Moreira[3]

Introdução

Ao voltarmos os olhares para a diversidade cultural de Arroio Grande é notável a presença e a cosmovisão luso-açoriana na formação do seu espaço e na sua culturalidade, sendo uma das diversas cidades gaúchas que receberam a influência desses colonizadores na sua constituição e desenvolvimento. Este texto tem como base as investigações sobre a trajetória da família açoriana de Manoel Jerônimo de Souza, figura central no processo de formação do povoado de Arroio Grande.

A ocupação do núcleo povoador de Nossa Senhora da Graça do Arroio Grande teve início no fim do séc. XVIII, através de elementos de um contexto de doação de sesmarias e colonização açoriana, motivo da chegada de famílias de ilhéus, como a de Manoel Jerônimo de Souza, da qual apresentaremos a trajetória dos Açores ao Arroio Grande.

Outros dois fatores para essa ocupação é a militarização e formação de guardas na região, por volta de 1790, e a pecuária, que deu sustentação econômica para o desenvolvimento da área em estudo. Essas quatro variáveis são apresentadas pela historiadora Véra Barroso, para a compreensão da garantia e conquista do Rio Grande do Sul para o domínio português (BARROSO, 2009, p. 2).

1 Tecnóloga em Gestão Pública, Secretária Municipal de Cultura de Arroio Grande/RS.
2 Gestora em Turismo e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural/UFPEL, coordenadora do Departamento de Memória e Patrimônio da Secretaria Municipal de Cultura de Arroio Grande/RS.
3 Museólogo do Museu Visconde de Mauá e Memorial do Carnaval, conselheiro vice-presidente do Conselho Regional de Museologia do RS (COREM 3R). Arroio Grande/RS.

O ano da comemoração dos 150 anos da emancipação política de Arroio Grande (1873-2023) está sendo inspirado pela perspectiva da diversidade étnico-racial, tendo como mote a reflexão sobre os povos originários – os indígenas –, e os povos formadores – os açorianos e os africanos. A interação entre essas culturas e visões de mundo conformam uma culturalidade plural e dinâmica, mesmo que façam parte de um processo histórico e social conflituoso, tanto pela disputa territorial, quanto pelo contato entre eles.

A pretensão desta pesquisa é apresentar argumentos a respeito da ocupação e colonização luso-açoriana no extremo sul do Rio Grande do Sul, na região que compreende o Rio Piratini, o Arroio Grande e o Rio Jaguarão, território que se tornou alvo da ocupação e de disputa entre as coroas portuguesa e espanhola intensificada, especialmente, na segunda metade do séc. XVIII. Ainda, explorar aspectos do povoamento e apresentar elementos históricos, econômicos, sociais e culturais que contribuem para a percepção de traços da colonização luso-açoriana na região do Arroio Grande, na contemporaneidade.

O recorte espacial e temporal é a região em litígio, entre 1750 e 1801, que compreende o território onde se localiza o Arroio Grande, entre o Rio Piratini e o Rio Jaguarão, podendo ser caracterizado no contexto da doação de sesmarias aos povoadores açorianos, estendendo-se até a consolidação do povoado em 1812-1826. Além disso, em outro momento propõe discussão sobre aspectos dessa presença açoriana, na contemporaneidade, percebidos em nossa realidade e que expressam essa cultura singular, como o linguajar, os hábitos alimentares, a introdução da agricultura, a arquitetura, etc.

Cabe destacar que a pesquisa sobre o tema no Rio Grande do Sul e em Arroio Grande merece ser ampliada e aprofundada. Esta temática ainda é pouco abordada em nosso município. Portanto, este texto é inaugural nesse processo de pesquisa que foi suscitado ainda em 2020, e intensificado na preparação e comemoração do Sesquicentenário do município, e no âmbito das comemorações dos 270 anos da presença açoriana no estado (2022).

Este texto é inspirado em uma das mais singulares obras escritas sobre a formação de Arroio Grande, intitulado “A produção do espaço: Geografia Histórica da Cidade de Arroio Grande/RS”, de Victor Faria Schroder. Como demonstrado no subtítulo, é uma abordagem metodológica que é pautada na observação, descrição e síntese das matizes da

paisagem, sendo este vetor focado na percepção de memória e história da cidade e de suas referências afetivas.

Dessa forma, é possível interligar esta abordagem voltada à Geografia Histórica, através da leitura do artigo "Açorianidade" de Vitorino Nemésio, que criou o termo que exprime a condição histórica, geográfica, social e humana do ser açoriano, sobretudo a condição ligada à geografia[4] "que vale outro tanto quanto a história" (NEMÉSIO, 1932, p. 59), ligando aos condicionantes de viver no arquipélago, como o vulcanismo, o mar, as limitações econômicas e espaciais, a dispersão humana, etc.

Olhar geográfico: Açores e Arroio Grande

Visando apresentar a trajetória do açoriano Manoel Jerônimo de Souza e o contexto de sua chegada a Arroio Grande, utilizamos o conceito de fronteira, geralmente associada aos limites políticos e territorial. Ela pode estar ligada também como zona geográfica entre dois sistemas diferenciados. No caso do Arroio Grande, como limite[5] e zona de fronteira das possessões portuguesas e seus consequentes conflitos; nos Açores, além do limite com o mar, uma fronteira de relevância no período das grandes navegações entre o continente europeu e o novo mundo. Nos dois é possível notar o princípio da defesa e aspectos de militarização em relação às suas posições geográficas fronteiriças para garantir o domínio português.

Fronteira envolve tanto o espaço geográfico quanto o espaço social, que interagem com fatores históricos, políticos, culturais e econômicos. Milton Santos argumenta que as fronteiras são construções sociais que podem ser transformadas por meio de ações coletivas. (SANTOS, 2000). Cabe destacar que no contexto da formação da região, o fluxo econômico e a espacialidade da pecuária não obedeciam aos limites territoriais.

A família açoriana de Manoel Jerônimo de Souza é um dos inúmeros exemplos da ocupação açoriana no extremo sul do estado, que em suas trajetórias trouxeram apenas como bagagem a cultura e as suas memórias das vivências nas ilhas. A abordagem demonstra o caminho desta família, que aqui chegou e foi central na formação do povoado de Arroio Grande.

4 Segundo Meneses, 2001, nos Açores a força da geografia define o carácter da história, evidenciando expressões diferenciadas. De um lado, as ilhas agem como meio de aproximação dos continentes, e de outro lado as ilhas figuram como fator de cristalização de comportamentos, como o isolamento motivado pelo afastamento do mundo e pela descontinuidade territorial interna.
5 Linha de fronteira.

É importante lembrar que o arroio, elemento natural e geográfico, dá nome à cidade de Arroio Grande, sendo diferenciado no texto pelo artigo masculino, quando se tratar da Bacia do Arroio Grande.

Arquipélago dos Açores

Portugal é um território europeu dividido em duas partes: continental e insular. Na parte insular está o arquipélago dos Açores, localizado no Oceano Atlântico, com área territorial de aproximadamente 2.300 km², dividido em nove ilhas: Flores, Corvo, Santa Maria, São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico, Faial e Graciosa. Atualmente tem cerca de 250 mil habitantes.

Desde 1432, o arquipélago dos Açores faz parte do domínio português e está distante cerca de 1500 km do continente. Historicamente foi povoado por descendentes de portugueses e flamengos. A situação geográfica do arquipélago reflete o isolamento, os fenômenos vulcânicos e a ligação com o mar. O clima é temperado ou subtropical oceânico e com umidade relativa do ar elevada.

Arroio Grande

O município de Arroio Grande está localizado[6] no Sul do estado do Rio Grande do Sul, distante cerca de 300 km de Porto Alegre, e 550 km de Montevidéu. Atualmente tem cerca de 18 mil habitantes em uma área territorial de 2.508 km², divididos em quatro distritos: Sede, Pedreiras, Santa Isabel e Mauá. Estes dois últimos são, respectivamente, a vila que por suas características e habitantes se chamou oficialmente como Açoriano, e o nome do arroio-grandense Visconde de Mauá, descendente do açoriano Manoel Jerônimo.

Está localizado na bacia hidrográfica Mirim e do Canal São Gonçalo,[7] ambos na porção leste do município. Geomorfologicamente, está numa área de contato entre a planície costeira, de caráter arenoso, com o Escudo Cristalino Sul-Rio-Grandense, com embasamento de rochas graníticas e relevo ondulado.

6 Fronteiras: ao Sul, com Jaguarão, a Oeste com Herval, a Norte com Pedro Osório e Capão do Leão, e a Leste com o Canal São Gonçalo e a Lagoa Mirim. As cidades, à exceção de Jaguarão, na zona dos Campos Neutrais, formam a área que Rafael Pinto Bandeira avançou em razão da confusão interpretativa do Tratado de Santo Ildefonso, que menciona o rio ou arroio meridional que desaguasse na Lagoa Mirim: para os espanhóis, o Rio Piratini, e para os portugueses, o Arroio Grande.

7 O canal São Gonçalo ou o Sangradouro da Lagoa Mirim,

A condição geográfica do Arroio Grande, como passo, também citado como Passo Real, e ponto navegável, consequentemente, se tornou referência de conexão entre caminhos terrestres e aquáticos. Certamente influenciou o nascimento de uma comunidade que, posteriormente, possibilitou a constituição da cidade na região da Lagoa Mirim. A ligação por água demandava o porto de Rio Grande; e por terra, era trilhada pelas tropas de gado em direção às charqueadas de Pelotas.

Olhar histórico: antecedentes à colonização açoriana em Arroio Grande

A colonização portuguesa no Brasil tem início do século XVI, a partir de expedições litorâneas de exploração e comércio, típicas da fase pré-colonizadora, que chegaram até o litoral do extremo sul do Brasil. O atual território do Rio Grande do Sul, na época pertencente à Espanha pelo Tratado de Tordesilhas, aparece na cartografia oficial desde o início da colonização europeia, porém, só passou a despertar maior interesse de ocupação a partir do século XVII. (PESAVENTO, 1985).

Cabe destacar que a região do Arroio Grande – parte do Pampa Platino –, era intensamente ocupada pelos povos originários. Antes do período colonial, foi amplamente habitada nos arredores da Bacia da Lagoa Mirim. Conforme pesquisas arqueológicas, apresentam artefatos de tecnologias líticas da Tradição Umbu, que vão até 10.000 A.P. anos antes do presente. Já no período colonial[8] são descritos os Minuanos/Guenoas no séc. XVII, nação que dominou o Pampa Rio-Grandense e Uruguaio, e sobreviveu até o período imperial. (PEREIRA, 2022).

Com já destacado, a historiadora Véra Barroso aponta variáveis que garantiram a conquista e o domínio português sobre o território do Rio Grande do Sul: a política de concessão de sesmarias, a colonização açoriana, a pecuária, e a militarização "que fez do espaço sulino um cenário fortificado, diante da fronteira viva". (BARROSO, 2009, p. 2).

8 Apenas no século XVII é que as primeiras expedições portuguesas partiram rumo ao sul, investindo contra as Missões fundadas por padres espanhóis da Companhia de Jesus visando o apresamento da população indígena para uso como mão de obra escrava, e iniciando um longo período de disputa entre Portugal e Espanha. (PESAVENTO, 1985, p. 7).

Antecedentes do Tratado de Santo Ildefonso (1777)

A seguir são apresentados tratados e acordos que são importantes para o entendimento da região do município de Arroio Grande, entre o Rio Piratini e Rio Jaguarão, como um território de intensos conflitos territoriais e de fronteiras derivados da expansão da colônia portuguesa, e caracterizado especificamente pela colonização luso-açoriana.

O Tratado de Tordesilhas (1494) foi um acordo assinado entre Portugal e Espanha, com o objetivo de dividir as "terras descobertas e por descobrir" além-mar e fora da Europa. O acordo foi o resultado da contestação portuguesa às pretensões da coroa espanhola, que um ano e meio antes chegara ao Novo Mundo (SCHWARCZ, 2015, p. 24). Após a assinatura se iniciou a corrida pela exploração e conquista das terras sul-americanas.

O tratado teve uma grande importância histórica, pois definiu as áreas de influência e de colonização dos dois países europeus na América do Sul, causando um impacto significativo na formação dos países latino-americanos. A região do Arroio Grande, por este tratado, era território espanhol.

No contexto regional do extremo sul, em 1680 foi fundada a Colônia do Sacramento[9] pelos portugueses em frente a Buenos Aires, entre Laguna e o Rio da Prata seria o último porto português. Os espanhóis fundaram Montevideo (1726) querendo manter o monopólio do comércio platino, com a extração de couro para exportação.

Os portugueses, com a intenção de ligar a região entre Laguna e o Prata, fundaram em 1737 a fortaleza Jesus-Maria-José, em Rio Grande. Tratava-se de um posto militar e elemento importante para consolidar o domínio da área e preservar o comércio do gado (PESAVENTO, 1985); aqui tratado como referência regional para a formação de Arroio Grande.

Em 1750, o Tratado de Madri foi uma nova tentativa de dar fim às disputas fronteiriças e definir os limites entre a colônia portuguesa e a espanhola na América do Sul. Uma das principais fontes de conflito era a região do Rio da Prata, onde Portugal e Espanha disputavam o controle das terras e dos recursos da região.

Destaque-se dois dos principais pontos sobre a demarcação das possessões na América do Sul: o primeiro é o uso do princípio que re-

9 Esse foi o início de um processo de disputa pelo território que se estendeu até o século XX.

conhecia um território em função da ocupação efetiva, elemento central para a ocupação da região de Arroio Grande. O segundo ponto diz respeito à adoção de acidentes geográficos como definidores de demarcação (FLORES PINTO, 2003, p. 26); elemento para entender o homônimo entre o Arroio Grande e a cidade que nasceu em suas margens.

Pelo acordo, Portugal entregaria a Colônia do Sacramento para a Espanha e em troca receberia o território dos Sete Povos das Missões (SILVA, 2004). Os conflitos derivados da troca culminaram na saída dos jesuítas das Missões. Porém, os indígenas e parte dos religiosos não aceitaram e resistiram/ fato que gerou as Guerras Guaraníticas (1754-1756). Este é o contexto da intensificação do fluxo migratório açoriano.

Intensificação do fluxo migratório açoriano (1752-1763)[10]

A historiografia apresenta elementos da ocupação da região de Rio Grande por açorianos,[11] antes de 1752. Porém, é a partir dessa data que o fluxo se intensifica, com o objetivo de trazer os açorianos para o Brasil para o povoamento das Missões (WIEDERSPAHN, 1979). Em 1746, publica edital para casais açorianos virem para o Brasil Meridional (TORRES, 2004). Outro fator determinante foi o contexto das Ilhas dos Açores, a pressão demográfica. Outra preocupação da corte portuguesa era a superlotação do arquipélago açoriano, diante do grande contingente populacional o que começava a gerar problemas como a fome e dos cataclismos que assolavam as ilhas. (WIEDERSPAHN, 1979, p. 15).

Como dito, o ano de 1752 é o referencial cronológico que assinala o desencadear da imigração açoriana para o Rio Grande do Sul, a partir de sua chegada ao porto do Rio Grande de São Pedro (TORRES, p. 177). No contexto do Tratado de Madri (1750) fica claro para os portugueses a necessidade de povoamento da região missioneira a ser abandonada pelos guaranis. O projeto foi intensificar a busca de um efetivo povoamento pelos açorianos nesta região litigiosa. Por uma série de fatores históricos, isto não acabou se efetivando. Porém, a participação populacional aço-

10 O período compreende o marco referencial da chegada dos açorianos no Rio Grande do Sul, 1752, e a tomada de Rio Grande (1763) pelas forças espanholas, conforme recorte do trabalho de Torres. (2004, p. 177).

11 Em documento da coroa portuguesa (1735) foi permitido que em cada navio que partisse dos Açores levasse cinco casais para Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro". Portanto, antes da efetivação da ocupação do canal sul, a coroa já incentivava o povoamento açoriano para o extremo sul. (TORRES, 2004, p. 187).

riana fez surgir vários povoamentos e o desenvolvimento de atividades econômicas essenciais ao longo do século XVIII. (TORRES, 2004, p. 178).

Conflitos na região das Missões impossibilitaram a chegada dos açorianos às terras prometidas por Portugal, os obrigando a se instalarem provisoriamente nas regiões portuárias, como Rio Grande, Porto Alegre e Viamão e em outras áreas. É nesse contexto que a região da Vila de Rio Grande[12] começa a ser colonizada pelos açorianos e que dá início, mais tarde, à ocupação do território entre o Rio Piratini e o Arroio Grande.

A chegada, após uma viagem de cerca de quatro meses, no trajeto Açores/Santa Catarina/Rio Grande, o desafio dos açorianos seria acrescido de outros, ligados à posse da terra, à produção agrícola, à adaptação sociocultural e à sobrevivência destes colonos açorianos no Brasil. (TORRES, 2003, p. 186).

> Em relação ao lugar social dos açorianos na Vila do Rio Grande, Queiroz observa que o insignificante número de famílias açorianas que se tornaram proprietárias de escravos até abril de 1763 (invasão espanhola) significa claramente que, nesta fase, a mão de obra básica das pequenas propriedades – as chácaras ou sítios –, que os casais açorianos partilharam com tios, primos, sogros, e outros casais, foi essencialmente livre, branca, açoriana; os açorianos constituíram a autêntica classe camponesa da sociedade rio-grandina deste período. (TORRES, 2003, p. 189).

Em 1763, com a tomada da Vila do Rio Grande pelos espanhóis, um grupo de famílias açorianas foi levada para o território espanhol,[13] com a intenção de formar um novo povoado: San Carlos (PAGOLA, 2007).

> Uma parte da população de Rio Grande fugiu para Viamão, junto com o Governo do Rio Grande de São Pedro, outra parte atravessou o canal da barra do Rio Grande para se localizar no Estreito (na restinga da Lagoa), outros ainda cruzaram o canal São Gonçalo para se localizar nas imediações da atual cidade de Pelotas. Os que ficaram, foram levados para a povoação espanhola de San Carlos (próximo a atual cidade uruguaia de Maldonado). (SCHRODER, 2008, p. 24).

12 Segundo Weimer, aproximadamente 396 casais chegaram a Rio Grande até 1753, e graças às dificuldades de deslocamento para o interior, a maior parte se instalou no recém constituído povoado. WEIMER, Gunter. *Origem e evolução das cidades rio-grandenses*. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004, p. 159.
13 De 1763 a 1777, cerca de 94 famílias foram transportadas para San Carlos. Apesar do nome oficial, nos primeiros tempos, o povoado era conhecido como "Pueblo de los isleños", em alusão à origem de seus moradores (ROSA, 2012).

Manoel Jerônimo de Souza e sua família chegaram na Capitania de São Pedro do Rio Grande na segunda metade da década de 1750, local que habitaram até partirem para Maldonado em razão dos conflitos, onde ficaram até o final da década 1780. Nos inúmeros percursos da família, foi acrescentada a volta ao território português, na região do Arroio Grande.

250 anos dos primeiros relatos do Arroio Grande e o Tratado de Santo Ildefonso

Entre 1774 e 1775, o demarcador Francisco João Roscio incluiu no seu diário a primeira citação referente à nascente do Arroio Grande em documento de viagens de reconhecimento da região, com o objetivo de fornecer informações para os futuros trabalhos da demarcação. Foi reconhecido como o Arroio Herval, e também Arroio Setentrional, depois como Arroio Grande do Herval, ou reduzido a Arroio Grande.[14]

> Entre as vertentes do Rio Jaguarão, que deságua na Lagoa Mirim, e as do Rio Piratini, que deságua no seu sangradouro há vários cerros altos e ásperos, mas todos limpos de mato e vadeáveis. [...] nascimento um arroio, ou riacho chamado do Erval, que deságua nas margens setentrionais da Lagoa Mirim, numa embocadura oculta e emboscada com altos e prodigiosos juncais, pântanos e matos (ROSCIO, 1781, in: FREITAS, 1980, p. 29).[15]

Também foram fundados fortes para marcar as possessões. Um deles é o de São Gonçalo (1775), no entroncamento do Rio Piratini – pela margem direita, ao Sul – com o Canal São Gonçalo (BENTO, 1972). Este forte estaria no atual território de Arroio Grande.

Diante da indefinição dos acordos anteriores, foi assinado o Tratado de Santo Ildefonso (1777) que consolidou limites e retomou a resolução da ocupação efetiva para confirmar as fronteiras, aos moldes de 1750, com alguns ajustes decorrentes dos últimos conflitos, especialmente os mais recentes acontecidos na fronteira do Rio Grande de São Pedro com o Vice-Reino do Rio da Prata.

14 O engenheiro afirma que é o arroio Erval (já que existia outro arroio com mesmo nome – o "Yerbal" – este ficou conhecido como o Grande), o primeiro que se pode pisar ao Sul do Piratini. (SCHRODER, 2009, p. 59).

15 O relato demonstra o interesse português pela região. Consta o referido arroio como limite da raia portuguesa em 1783, no mapa elaborado por Roscio, demonstrando a relevância deste território na consolidação das fronteiras.

Em seu artigo IV, o referido Tratado situa a área ao sul do rio Piratini, que abrange os atuais municípios de Arroio Grande, Pedro Osório, Herval do Sul e Jaguarão, "dentro das raias espanholas" (FRANCO, 1980, p. 9).

> A definição do artigo era de aplicação impossível. O primeiro arroio meridional que entra no sangradouro (como era chamado o Canal de São Gonçalo) é o rio Piratini. O que corre no mais imediato do forte de São Gonçalo também seria o Piratini, mas isto faria com que este forte, reconhecidamente português, ficasse nos domínios espanhóis, sendo necessário buscar outro curso d'água mais ao Sul. O primeiro ao Sul com algum vulto para servir de limite seria justamente o arroio Grande. (SCHRODER, 2008, p. 26).

Entretanto, não houve consenso sobre a faixa de terra localizada entre os rios Jaguarão e Piratini,[16] que passou a ser definida como uma "região neutra", denominada Campos Neutrais (entre a lagoa Mangueira, a lagoa Mirim e a costa marítima), que não poderiam ser ocupados.

> [...] o Tratado de Santo Idelfonso, em 1777, [...] estabelecia uma nova divisão política para a área, mas deixava dúvidas sobre determinada região, justamente a área entre os rios Piratini e Jaguarão. Esta área tornou-se foco de novos conflitos, e ambas as coroas tentaram ocupá-la, os portugueses através da doação de sesmarias, e os espanhóis através da fundação de guardas. (IPHAN, 2010, p. 84).

Com o Tratado, muitas das famílias açorianas retornaram para o território português, inclusive na faixa territorial entre os rios Piratini e Jaguarão. Franco (1980) considera que, por ser região de fronteira, concentrou população de procedência diversa, mas com forte influência açoriana em sua composição.

O Tratado de Santo Ildefonso teve vigência até 1801, ano em que foi substituído pelo Tratado de Badajoz. Este acordo praticamente confirmou as fronteiras atuais do Rio Grande do Sul que conhecemos hoje.

16 Pois, segundo Franco, em seu artigo quatro, o Tratado definia: "[...] pela parte do Continente irá a linha desde as margens da dita lagoa Merim, tomando a direção pelo primeiro arroio meridional que entra no sangradouro ou desaguadouro, o São Gonçalo, dela e que corre mais imediato ao Forte Português de São Gonçalo. Entretanto, os portugueses e espanhóis não chegavam ao acordo sobre qual seria efetivamente o "primeiro arroio meridional que entra no sangradouro", sendo que para os espanhóis seria o rio Piratini (considerando que o forte de São Gonçalo estava localizado ao sul deste rio) e para os portugueses, o Arroio Grande. (FRANCO, 1980, p. 9).

Ocupação da região da bacia da Lagoa Mirim e formação do espaço às margens do Arroio Grande

Dois aspectos são fundamentais para a ocupação da região do Arroio Grande: a fundação de guardas na região da fronteira, decorrentes de estratégias de defesa do território, e a doação de sesmarias. Pode-se citar também a charqueada de João Cardoso – que abastecia tropas locais –, no atual distrito de Santa Izabel do Sul, que é o primeiro estabelecimento português de que se tem notícia no atual território de Arroio Grande (1780) (SCHRODER, 2008, p. 85).

Em 1784, Pinto Bandeira, figura central na ocupação territorial e governador interino da Capitania, sugere à Comissão Demarcadora a troca da guarda localizada no Rio Piratini para o Arroio Grande, ação que culminou no domínio português até este arroio. A região foi transformada em uma rota de tropeiros que partiam em busca do gado da Vacaria do Mar.

As sesmarias foram um dos principais meios de apropriação territorial utilizados pela coroa lusitana, não o único, mas pelo menos o que se tem mais registros, já que demandava uma requisição ao vice-rei do Brasil.

> Essas doações tinham o tamanho máximo de 3 x 1 léguas, ou 13.068 hectares; geralmente quem requeresse a doação deveria comprovar ocupação prévia do local, ou senão comprometer-se a povoar e cultivar a terra, demonstrando sua capacidade para isso (escravos ou dinheiro). (SCHRODER, 2008, p. 24).

O território do que viria a ser o município de Arroio Grande teve diversos sesmeiros, conforme levantamento feito por Franco (1980), entre eles, Manoel Jerônimo de Souza. “De 1798 é a concessão de sesmaria a Manoel Jerônimo de Souza, entre os arroios Grande e Chasqueiro, dividindo-se pelo Leste com José (João) Batista de Carvalho e pelo Oeste com João Batista Gomes” (FRANCO, 1980, p. 12-13).

Manuel Jerônimo de Souza: dos Açores ao Arroio Grande

Manuel Jerônimo de Souza (DOMINGUES, 1994, p. 25-26) nasceu em 1746, na Vila do Topo, ilha de São Jorge, nos Açores. Casado com Rosa Maria de Souza, ambos filhos de “Casais de Número”, deixaram as ilhas rumo ao Brasil colonial. Em terras suas é que se fundou o povoado de

Arroio Grande. Manuel Jerônimo era o filho mais velho de Jerônimo de Sousa e Isabel Maria, considerados fundadores de São Carlos, e casado com Rosa Maria, filha de João de Sousa Pereira e Ana Machado.

> Manuel foi pai de uma prole de quatorze filhos, sendo que tinha mais seis irmãos; apesar de sua concessão de sesmaria ser datada de 1798 (7 anos depois das primeiras), por algum motivo ele é considerado "o primeiro povoador de Arroio Grande". (SCHRODER, 2008, p. 62).

Manuel Jerônimo (1746) e Rosa Maria (1752) chegaram a Rio Grande depois de 1754, já que se registra o nascimento de uma irmã de Manuel, nos Açores, no início deste ano. Permaneceram em Rio Grande até a invasão espanhola. A família Souza foi levada em 1763 para São Carlos, em Maldonado. Não se sabe do retorno, mas é possível apreender que foi entre 1777 e 1781 (entre o Tratado de Santo Ildefonso e a requisição de terras em Rio Grande). Em 1788 nasceu o filho João Evangelista de Souza, pai do Visconde de Mauá em Rio Grande.

> Não consta, como já discutimos, que tenham sido "raptados" para São Carlos – lá eles batizaram seus filhos, se casaram, por vezes escolheram padrinhos castelhanos. Alguns inclusive permaneceram por lá, outros preferiram voltar para o lado português. Primeiramente, para o lugar onde tinham saído: espalharam-se pelo Povo Novo, Torotama, Vila da Quinta. E a partir daí procuraram se assentar em terrenos indecisos, como a área entre o Piratini e o Jaguarão. (SCHRODER, 2008, p. 61).

O surgimento da cidade de Arroio Grande, baseado na história oral, teria ocorrido de uma disputa entre dois açorianos sobre qual margem a igreja ficaria situada. Ficou na margem direita, do lado de Manuel Jerônimo de Souza, depois da solução engenhosa de uma capela sobre rodas.

> A "ideia" de construir uma capela em Arroio Grande, como conta a história oral, data de 1803, dois anos depois do início das hostilidades que garantiriam a fronteira entre Portugal e Espanha no rio Jaguarão; como visto, essa guerra foi praticamente um avanço sem maiores confrontos. O final da guerra fez mudar de lugar a Guarda que estava no Herval para Jaguarão, deslocando o centro do território entre o Piratini e o Jaguarão (SCHRODER, 2008, p. 67, grifo do autor).

Dessa imaginação fundadora é possível perceber as nuances semelhantes na região: a disputa territorial de mais de século evocada na escolha da margem, a presença de Manoel Jerônimo e o oratório Nossa Senhora da Conceição[17] na fazenda. A fundação de uma capela, garantia ao fundador um papel de destaque, e ainda era a forma de incentivar a criação de uma freguesia.

> Manuel Jerônimo estava atento a este detalhe: construiu um grande oratório em sua estância, e cuidou para que fosse o centro espiritual de toda a região. Ali os bugres rezavam, aconteciam os batizados e casamentos, novenas e procissões. Mas a capela não tinha um sentido apenas espiritual. O local de rezar bem cuidado era a base mais segura para o estabelecimento de uma freguesia, sede tanto de um distrito religioso como unidade administrativa, num tempo em que Estado e Religião não se distinguiam. [...] os habitantes do vilarejo queriam transformá-la (a capela) em sede de freguesia. Caso o esforço desse resultado, as terras se valorizariam ainda mais, e com ela o prestígio social da família. (CALDEIRA 1995, p. 42).

Em 1811, os moradores do Arroio Grande fizeram um requerimento para que se criasse uma nova freguesia, separada da freguesia de Rio Grande, como tentativa de aproveitamento da localização central em relação ao povoado de São João Batista do Herval e da Guarda da Lagoa (Jaguarão).

A freguesia tinha autonomia religiosa e atribuições civis, além de um religioso às custas da Real Fazenda. Para garantir a vitória, a capela de Manuel Jerônimo foi caiada, dois padres trazidos para dizer missas, batizar e cuidar da formação das almas. (SCHRODER, 2008). Além disso, foi enviada uma petição pelos moradores e mandada para o bispo do Rio de Janeiro. Nela alinhavam todos os bons motivos para a escolha (CALDEIRA, 1995, p. 42).

Apesar dos pedidos, a criação da sede da freguesia não foi exitosa. Mas em 1812 foi criada a freguesia do Arroio Grande, com sede na Guarda da Lagoa, núcleo da fundação de Jaguarão, ficando assim preterido o oratório de Manoel Jerônimo. Em 1812, segundo a tradição oral, é o ano de doação do terreno para edificar a igreja.

No mesmo ano, a tradição oral conta que Manoel de Souza Gusmão teria doado o terreno para o assentamento da capela e da cidade em

17 A imagem da Nossa Senhora da Conceição, que seria da capela de Manoel Jerônimo, está na Igreja Nossa Senhora da Graça, de Arroio Grande.

cumprimento de uma promessa de sua primeira mulher, Laureana. A doação de fato foi feita a Manoel Jerônimo para a construção da capela e do povoado em 1826, realizada por Souza Gusmão e a segunda esposa, Maria Pereira das Neves.

As duas famílias citadas são centrais para a formação de Arroio Grande e são açorianas, ou composta de descendentes diretos desses colonizadores, que chegaram juntos em 1790 na região do Arroio Grande.

Olhar cultural e considerações gerais

A cultura arroio-grandense manifesta presença atemporal açoriana em sua diversidade, e, apesar de ser um tema recente, aos poucos vai se desvendando a ligação com esse povo formador e visibilizando esses traços que marcam a história local, e que ainda persistem no seu cotidiano.

A chegada desses colonizadores viabilizou a formação do povoado e sua estruturação urbana e arquitetônica. Trouxeram a agricultura para uma região extremamente voltada à pecuária, prática comum dos ilhéus, e também diversificando a matriz econômica do pampa gaúcho.

Torres (2004) cita os açorianos como pequenos agricultores de tradição: cultivadores de trigo, de cevada, de legumes, de vinho, de frutas, de hortaliças, criadores de ovelhas e de gado, agricultores ou pequenos proprietários. Agricultores de tradição, entre eles, os homens se distinguiam quase que exclusivamente pela sua maior ou menor riqueza agrícola. (TORRES, 2004, p. 181).

Na contemporaneidade é possível perceber elementos culturais que contribuem para a percepção de traços da colonização luso-açoriana na região do Arroio Grande. A ocupação desse território por colonizadores açorianos remonta o final do séc. XVIII, entre eles a família do Visconde de Mauá, figura tão valorizada e que identifica a cidade, tendo suas origens nos Açores.

Cabe destacar que a Vila de Santa Isabel é Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul,[18] devido a influência desses colonizadores na sua for-

18 A Lei Estadual nº 11.585/2001 declara integrante do Patrimônio Cultural do Estado do Rio Grande do Sul, o conjunto urbano da área histórica da Vila de Santa Isabel do Sul, 3º Distrito de Arroio Grande (RIO GRANDE DO SUL, 2001). Não consta inscrição no site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do RS (IPHAE). RIO GRANDE DO SUL (Estado). Lei nº 11.585, de 12 de janeiro de 2001. Declara integrantes do Patrimônio Cultural do Estado conjuntos urbanos e edificações nos Municípios de Rio Grande, Piratini, Jaguarão, São José do Norte, Mostardas e Arroio Grande. 2001. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/11.585.pdf. Consultado em: 11/03/2023.

mação. Por algum tempo foi chamada oficialmente de Açoriano, e ainda preserva elementos culturais, como a arquitetura, a pesca e a festa de Nossa Senhora dos Navegantes, reflexos da presença insular, tão singular na formação da sociedade arroio-grandense.

A cultura açoriana está presente no cotidiano da comunidade, visível na arquitetura, no traçado das ruas, na devoção religiosa, nas festas populares, nos aspectos linguísticos, na agricultura, na organização social, nas tradições gaúchas, no artesanato, demonstrando o enraizamento cultural açoriano na sua maneira de viver.

Ao destacar os açorianos no Roteiro Cultural "Caminhos da Diversidade" do Museu Visconde de Mauá, em frente à Igreja Nossa Senhora da Graça são apresentados aspectos dos açorianos, como um dos povos formadores de Arroio Grande e das contribuições para sua culturalidade em formas de perguntas: tu já comeste arroz com leite? Tu já dançaste o pezinho? Tu já viste um guardanapinho de crochê? Tu sabias que Mauá é descendente de açorianos?

É nesse mesmo local que se propõe a reflexão sobre a imagem de Nossa Senhora da Conceição, atribuída à Capela de Manoel Jerônimo, no altar-mor da Igreja que demarca a constituição da cidade, cristalizando o interesse dele em contribuir para fundar uma povoação. No fim, de um jeito ou de outro, Manoel Jerônimo é considerado pela história oral como fundador do povoado, e as desavenças do local da igreja, olhadas hoje, dão crédito ao esforço desse açoriano.

A última parada do Caminhos da Diversidade é o Museu Visconde de Mauá, denominado em homenagem ao descendente de açorianos, Irineu Evangelista de Souza (1813-1889), nascido em Arroio Grande, neto de Manoel Jerônimo de Souza, figura notória no desenvolvimento do Império Brasileiro, o Barão e Visconde de Mauá.

Por fim, e não menos importante, o dia 24 de março desse ano (2023), além de marcar o aniversário de 150 anos do município, também foi o dia da fundação do Centro Cultural Açoriano de Arroio Grande. Em ato simbólico na Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul, em Gravataí, foi assinado o Protocolo de Cooperação entre a Prefeitura de Arroio Grande, a Casa dos Açores e o Governo da Região Autónoma dos Açores/Portugal.

Os Centros Culturais Açorianos foram fundados em cidades com elos de ligação com a cultura açoriana em sua formação e desenvolvimento, e são destinados a sistematizar a cooperação em benefício da

comunidade açoriana, visando a criação de espaço dinâmico com ações voltadas à açorianidade, incentivando a divulgação da história, dos costumes e a contemporaneidade do Açores.

Não há quem não reconheça os reflexos da cultura açoriana em Arroio Grande e a presença desses ilhéus há pelo menos 233 anos em território arroio-grandense, demonstrado inclusive pelo convênio com o Governo dos Açores.

Ao abrirmos a caixa que continha o acervo doado para o Centro Cultural Açoriano, nos deparamos com elementos, que também se deslocaram dos Açores ao Arroio Grande. Percebemos a semelhança com a nossa realidade, demonstrando esse laço histórico e cultural desses lugares além-mar e além-tempo.

Referências

BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). *Açorianos no Brasil*: História, Memória, Genealogia e Historiografia. Porto Alegre: EST, 2002.

BARROSO, Véra Lucia Maciel. O povoamento do território do Rio Grande do Sul/Brasil: o oeste como direção. *Estudios Históricos*, Montevidéu, n. 2, agosto 2009.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá:* empresário do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CORRÊA, Flávia Soares da Conceição. *Tempos*: uma revista em nossa história. Arroio Grande: GEPEC, 2004.

DOMINGUES, Moacyr. *Portugueses no Uruguai*: São Carlos de Maldonado (1764). Porto Alegre: EST, 1994.

FLORES PINTO, Felipe*, O período pombalino (1950-1777) e os tratados de limites*: Madri, El Pardo, Paris e Santo Ildefonso. Brasília, Dissertação (Mestrado) – Instituto Rio Branco, 2003.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Origens de Jaguarão* (1790-1833). Porto Alegre: Evangraf, 1980.

GRAEBIN, C. *Sonhos, desilusões e formas provisórias de existência*: os açorianos no Rio Grande de São Pedro. São Leopoldo. 327 p., Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004.

HAMEISTER, M. *Para dar calor à nova povoação:* estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (c.1748-c.1763). Rio de Janeiro, 474 p., Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Dossiê

de Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Jaguarão. Ministério da Cultura: IPHAN, Porto Alegre, 2010.

MENESES, Avelino. As ilhas, os arquivos e a história: o caso dos Açores. *Arquipélago.* História, 2, v. 5, p. 723-732, 2001.

NEMÉSIO, Vitorino. Açorianidade. *Revista Ínsula*, Ponta Delgada, n. 7-8, julho e agosto de 1932.

PEREIRA, Cláudio Corrêa. *Minuanos/Guenoas*. Os Cerritos da bacia da lagoa Mirim e as origens de uma nação pampiana. Porto Alegre: Fundação Cultural Gaúcha, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

ROSCIO, Francisco João. Compêndio Noticioso. In: FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre: EST, 1980.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Ed. da USP, 2004.

SCHRODER, Victor Faria. *O processo de produção do espaço*: uma análise da Geografia Histórica da cidade de Arroio Grande, Brasil. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Pelotas, 2008.

SILVA, Andrée Mansuy-Diniz*. Portugal e o Bras*il: a reorganização do Império, de 1750-1850. 2. ed. São Paulo: Ed. da USP; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Brasil*: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras. Acesso em: 13 abr. 2023.

TORRES, L. H. A colonização açoriana no Rio Grande do Sul (1752-63). *Biblos*, Rio Grande, 16, p. 177-189, 2004. Disponível em: https://periodicos.

furg.br/biblos/article/view/421. Acesso em: 25 set. 2021.

WEIMER, Günter. *Origem e evolução das cidades rio-grandenses*. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

WIEDERSPAHN, Oscar Henrique. *A Colonização Açoriana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST; Instituto Cultural Português, 1979.

A FAMÍLIA DUTRA: DAS ORIGENS NOS AÇORES AOS PAMPAS DO CERRITO GAÚCHO

ANA RITA DUTRA BRETANHA[1]

A família Dutra tem sua origem mais remota na pessoa do nobre flamengo Josse van Huerter, nascido em Bruges, na Bélgica, região de Flandres. Entre os anos de 1460 e 1470, Josse van Huerter obteve permissão da coroa portuguesa para explorar a então despovoada ilha do Faial, nos Açores.

De acordo com historiadora uruguaia Brenda Pagola (1998), Frei Pedro, confessor da rainha de Portugal solicitou, para seu sobrinho, a governança da ilha do Faial, com a condição de que Josse van Hurtere casasse com uma dama portuguesa. O flamengo aceitou a condição e casou com Brites de Macedo, regressando a Flandres para enviar as caravelas com os colonos que iriam povoar as ilhas, prometendo-lhes futuras riquezas.

Ao longo do tempo, conforme registra o pesquisador português Marcelino Lima (1922), o nome Dutra sofreu diversas alterações: Huerter, Huerta, Hutra, d'Utra, Ultra, Dutra. Huerter deu origem à denominação da cidade de Horta, atual sede do governo do Faial.

Sou descendente da família Dutra. Ao pesquisar para desvendar minhas origens descobri em que contexto ela teria chegado no extremo-sul do Brasil.

Em 1750, as constantes disputas entre as coroas de Portugal e Espanha pelas terras da América motivaram a assinatura do Tratado de Madri que atribuiu aos espanhóis a posse da área da Colônia do Sacramento, no atual Uruguai. Aos portugueses coube o território a oeste do Rio Grande do Sul, onde estavam situadas as reduções jesuíticas, aldeias dos índios guarani, fundadas e administradas por padres espanhóis.[2]

---

1 Licenciada em Geografia e bacharel em Direito, com especialização em Direito Ambiental. Auditora aposentada do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, atualmente é Membro Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

2 O Acordo de Madri substituiu o Tratado de Tordesilhas de 1494 que praticamente perdera sua validade por conta da união das coroas portuguesa e espanhola, entre 1580 e 1640.

A resistência indígena à entrega do seu território à coroa portuguesa, conforme previsto no Tratado de Madri, motivou a Guerra Guaranítica, de 1753 a 1756. Este fato determinou que os colonos europeus não tivessem acesso às terras das Missões.

Os ilhéus portugueses vindos dos Açores, após longa e penosa travessia oceânica até o território brasileiro, de imediato não tiveram as promessas atendidas, ou seja, acesso a terras (um quarto de légua em quadro), sementes, ferramentas e valores em dinheiro, entre outras.

Nesse cenário de dificuldades e abandono, algumas famílias se estabeleceram junto ao Lago Guaíba (origem do Porto dos Casais, atual Porto Alegre) e em outros locais, como Viamão, Rio Grande e Rio Pardo.

Em abril de 1763, com a continuidade das disputas territoriais entre as coroas portuguesa e espanhola, no sul do Brasil ocorreu a invasão da vila de Rio Grande por tropas comandadas por Pedro Ceballos, governador de Buenos Aires. Durante a invasão alguns moradores conseguiram fugir, mas em torno de 90 famílias foram levadas como prisioneiras – ou aceitaram pacificamente a remoção – para terras de domínio espanhol, território do atual Uruguai. Ao chegarem a hoje denominada San Carlos de Maldonado, os açorianos receberam terras, madeira para construções e cereais para o cultivo.

Transcorridos treze anos, em abril de 1776, com a expulsão dos espanhóis, a vila de Rio Grande voltou ao domínio português, possibilitando aos ilhéus portugueses seu retorno de Maldonado. Encontraram a vila abandonada e em situação precária, estando conservados apenas a Matriz de São Pedro, a Casa do Governador e o Hospital.

Em 1777, o Tratado de Santo Ildefonso restabeleceu a paz entre Portugal e Espanha, definindo os campos neutrais ao longo da linha divisória. Com o acordo, a coroa portuguesa entregou a Colônia do Sacramento à Espanha, enquanto aos lusos coube o território entre os rios Jacuí e Camaquã, no Rio Grande do Sul. Na última década do século XVIII, a coroa portuguesa promoveu a regularização da ocupação do seu território no Brasil, ampliando expressivamente o número de concessões de sesmarias na região sul.

Este é o contexto da chegada dos Dutra, dos Açores, para a minha região.

A família de João Bazílio Dutra

Após esse breve histórico, traçarei a trajetória familiar dos antecessores e sucessores diretos do jaguarense e cerritense João Bazílio Dutra.

No período final da Monarquia e nos primeiros anos da República, João Bazílio foi um importante promotor do comércio, da pecuária, da economia e da cultura na região do atual 3º Subdistrito de Jaguarão.

Os açorianos Felipe Dutra Caldeira e Maria Silveira, trisavós de João Bazílio, chegaram ao Rio Grande do Sul no ano de 1752, trazendo os filhos Manoel e Vitória, ainda crianças. Em decorrência das penosas condições da viagem transoceânica, a menina Vitória faleceu no Brasil, em 4 de maio de 1752, e foi enterrada no cemitério da Igreja de Jesus Maria e José, na cidade de Rio Grande.

O casal Felipe e Maria Dutra enfrentou diversas dificuldades até a posse da "terra prometida" pela coroa portuguesa. Em 1763, a disputa territorial entre Portugal e Espanha, anteriormente mencionada, forçou a migração da família de Felipe Dutra para a região de Maldonado, Uruguai. A família já estava integrada pelos filhos Manuel, nascido nos Açores (1747), Rosa Maria (1752), Victoria da Encarnação (1756) – de quem reproduzimos a transcrição do assento de batismo, logo abaixo –, além das filhas Maria (1759) e Ignácia (1762).

> [...]Victoria, filha legitima de Felipe Dutra Caldeira natural da Freguesia do Divino Espirito Santo da Feiteira da Ilha do Faial e Maria Silveira, natural da mesma Freguesia nasceu aos vinte e cinco dias do mês de Março do anno de mil setecentos cincoenta e seis e foi baptizada e recebeo os oleos santos por mim Vigario Manoel Francisco da Silva nesta Matriz do Rio Grande de São Pedro aos dezanove dias do mez de Abril do dito anno. Neta pella parte paterna de Manoel Dutra Caldeira, e de Barbara Duarte e pella materna neta de Antonio Silveira Gularte, e Maria Dutra. Forao Padrinhos o Padre Manoel da Costa e Laureana Maria. Por verdade foi este o assento.
>
> [a] Vigario Manoel Francisco da Silva.[3]

Rosa Maria Dutra foi a única entre os filhos do casal Felipe e Maria que não acompanhou os pais em seu deslocamento para São Carlos de Maldonado, permanecendo com a avó em Viamão, onde se casou com

3 Livro nº 2 de batismos da Paróquia de São Pedro, folha 92. Arquivo da Diocese de Rio Grande. Digitalizado pelo FamilySearch. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F69X-1Q?i=244&cc=2177295. Acesso em: 06 abr. 2022.

José Pacheco e, depois de viúva, casou com Francisco Ferreira Saldanha, deixando descendência em Santo Antônio da Patrulha.

Em 1771, na povoação de San Carlos de Maldonado, faleceu Felipe Dutra. Em 1778, sua viúva, Maria Silveira, retornou do exílio uruguaio para o Rio Grande do Sul, onde, enfim, recebeu uma sesmaria. Com ela, retornaram os filhos Vitória da Encarnação, Maria e Manuel. Apenas Ignácia, casada em 1778 com Ramon Antônio del Puerto, um espanhol natural da Galícia, não regressou ao Brasil. Vitória da Encarnação casou com Ambrózio Peres da Rosa e se estabeleceu numa sesmaria, em Candiota. Maria, casada com Antônio Silveira da Rosa, recebeu uma data[4] de terras em Piratini, onde deixou muitos descendentes.

Manoel Dutra da Silveira, bisavô de João Bazílio, primogênito de Felipe e Maria, desposou, ainda no exílio, Isabel Maria Teixeira, filha de açorianos da ilha de São Jorge. Regressando de Maldonado, o casal estabeleceu-se no Povo Novo, localidade próxima à cidade de Rio Grande, formando extensa família. Sua primeira filha, Maria, foi batizada ainda no Uruguai. Seu segundo filho, Maurício, avô de João Bazílio, nasceu em Rio Grande, em 22 de setembro de 1781. Abaixo, a transcrição do assento de batismo de Maurício Dutra da Silveira.

> Certifico que no Livro 5, Folha 47, da Matriz de São Pedro, consta o Registro de Batismo de Inteiro Teor de: Aos vinte e oito dias do mes de Outubro de mil sete centos e oitenta e hum, nesta Matriz de São Pedro do Rio Grande, baptizei e puz os Santos Oleos a Mauricio, nascido aos vinte e dous de setembro próximo passado filho legitimo de Manoel Dutra, natural das Ilhas, e de Izabel Teyxeira natural deste Rio Grande. Neto pela parte paterna de [Felipe] Dutra e de Maria Silveira naturaes da Ilha do Fayal; e pela materna de Antonio Teyxeira e de Izabel Teyxeira naturaes da Ilha de São Jorge. Padrinhos: Ambrózio Peres da Rosa e sua mulher Vitória Dutra. E para constar fiz este assento que assigno.
>
> [a] O Vigário José Gomes de Faria
>
> [a] Marizete Rocha Caetano Secretária da Cúria
>
> Rio Grande, 02 de Outubro de 2019.[5]

4 Até a segunda metade do século XIX, "data" foi a denominação corrente, em Portugal e Brasil, para uma porção retirada de um todo. Portanto, no caso aludido, "data de terra" se refere a um lote de terras concedido pela coroa portuguesa e destinado à colonização do território brasileiro.

5 Essa certidão, cópia fiel do assento original que se encontra arquivado na Diocese de Rio Grande, pertence ao acervo particular de João Alberto Dutra da Silveira, bisneto de João Bazílio Dutra.

Maurício Dutra da Silveira casou com Maria Ferreira, em 14 de maio de 1803, gerando 15 filhos, no período de 1804 a 1832. Os registros de batismo dos mesmos ocorreram em paróquias e oratórios de Rio Grande, Povo Novo, Capão do Leão, Arroio Grande e Jaguarão (Cerrito), atestando a mobilidade geográfica da família.

O historiador jaguarense Sérgio da Costa Franco (2020) anota que Maurício e seu filho Angelino aparecem na lista de jurados do 2º distrito da vila de Jaguarão, em 1834.

Maurício Dutra, após a venda da sesmaria que sua mãe Maria Dutra havia recebido no Povo Novo, efetuou a compra de terras de seu sogro, Vicente Ferreira dos Santos, na localidade denominada Cerrito, instalando ali sua família e seu comércio, conhecido popularmente como a "Venda dos Dutra". Consta que, por ocasião do falecimento de Vicente, a dívida relativa ao valor da compra dessas terras ainda não havia sido quitada por Maurício, contudo a posse definitiva das mesmas decorreu do inventário do sogro.[6]

O sogro de Maurício, Vicente Ferreira dos Santos, era um grande comerciante e pecuarista, proprietário de terras em Arroio Grande, Jaguarão, Povo Novo e na Lagoa do Jacaré. Vicente foi considerado um precursor da pecuária na região ao Sul do Piratini, pois em 1807 já possuía registro oficial de marca de gado (FRANCO, 1980).

Maurício faleceu repentinamente em 1836, provavelmente fulminado por um raio, mas seu inventário somente foi realizado em 1846, após o fim da Revolução Farroupilha, conflito que se estendeu por uma década no Rio Grande do Sul. Ao contrário de outras famílias que buscaram evitar a guerra, emigrando para a Banda Oriental, a viúva Maria Ferreira Dutra permaneceu em sua propriedade junto dos filhos, entre eles, Maria Maurícia, de apenas quatro anos.

As propriedades de Maurício Dutra da Silveira, tanto as adquiridas por ele, quanto as herdadas do sogro, constam do seu inventário. Dentre os bens partilhados destacam-se três léguas de campo, com casa de vivenda e outras benfeitorias no Cerrito; outro campo no lugar Bretanhas; terreno e casa em Jaguarão; 4.000 reses de criar, 45 bois mansos, 80 cavalos, 200 éguas e 24 escravos.

Ainda sobre o inventário de Maurício, localizamos na seção de "Tabellação dos Bens Avalliados" pertencentes ao casal Maurício Dutra Sil-

6 Inventário de Vicente Ferreira dos Santos. Autos nº 81. Maço n. 4. Estante n. 12. Rio Grande, 1º Cartorio de Orphãos e Provedoria, 1811, folha 14, verso. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

veira e Maria Ferreira Dutra, um item denominado "Estabelecimento da Residência" (ou Estância), o qual possuía "hum curral de Pedra, huma tafona, huma quinta, com 130 pés de Laranjeiras", entre outros bens menores, como "... Uma carreta [...] hum carretão idem [...] uma porção de madeira para o concluimento da casa [...] huma mesa grande", além de barris, panelas, caldeira, bacias e outros objetos.[7]

Costa Franco, ao examinar os inventários de diversos pecuaristas jaguarenses no século XIX, destaca a modéstia das benfeitorias incorporadas às propriedades rurais, pois o valor do gado e dos escravos excedia largamente a estimativa de casas e benfeitorias. Segundo o autor:

> [...] exceção talvez fosse Maurício Dutra da Silveira, inventariado em 1846, cujo estabelecimento rural, entre casa, curral de pedra e atafona alcançava 2:400$000 (dois contos e quatrocentos mil réis), sobre 3 léguas de campo avaliadas em 9:600$000 (nove contos e seiscentos mil réis) (FRANCO, 2001, p. 122-123).

A jaguarense Maria Dutra da Silveira (1986), trineta de Maurício Dutra da Silveira, em pesquisa sobre suas origens familiares, afirma que Maurício pertencera ao Partido Liberal, e sua viúva era simpatizante da causa dos farrapos, estando "[...] a Venda dos Dutra [...] aberta para suprir os esquadrões que por ali cruzavam na estrada Jaguarão-Herval". Maria Ferreira Dutra teria enviado dois escravos de sua propriedade para integrar as tropas de Bento Gonçalves, em lugar de seu filho Angelino, na época com 24 anos. Seus demais filhos também não participaram diretamente do combate.

Ainda conforme Silveira (1986), a viúva Maria Ferreira Dutra contribuía mensalmente com a causa farroupilha. Na época da revolução, o jornal *O Povo* publicou uma relação de contribuintes para manutenção da Força Policial Revolucionária, onde consta o nome de Maria com o pagamento mensal de 3.000 réis. Vale destacar que os mais ricos jaguarenses – o português Franciso José Gonçalves da Silva, Manoel Gonçalves da Silva, irmão de Bento Gonçalves, e Domingos Moreira, Presidente da Câmara Municipal e comerciante, doaram 5.000 réis por mês.[8]

Luiz Dutra, o nono filho de Maurício e Maria, casou com Maria Fran-

7 Inventário de Maurício Dutra da Silveira. Autos nº 205. Maço nº 10. Estante nº 97. Jaguarão, Cartorio de Orphãos e Ausentes, 1846, folha 22, verso. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.
8 Hemeroteca Digital Brasileira. Jornal *O Povo*, 11/01/1840, p.3. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=718742&pesq=%22Jaguar%C3%A3o%22&pasta=ano%20184&hf=memoria.bn.br&pagfis=568. Acesso em: 28 nov. 2023.

cisca Ferreira e deu continuidade à atividade rural e comercial do pai, tendo falecido acidentalmente aos 34 anos. Deixou dois filhos pequenos, João Bazílio e Maria Luiza.

João Bazílio deu continuidade à família Dutra, casando-se com Benvinda Amélia Ferreira, filha de Crescêncio Ferreira e Josefa Souza, e teve 12 filhos. Benvinda Amélia gerou a primeira filha aos 19 anos e mais 11 filhos ao longo de duas décadas. Aos 42 anos, teve sua última filha, que deixou órfã aos dez anos. Oito dos 12 filhos do casal foram sepultados no Cemitério do Cerrito, onde jazem também seus pais – o patriarca e a matriarca da família Dutra.

O cerritense João Bazílio angariou uma notável influência na comunidade jaguarense, especialmente na zona rural onde vivia. Sua participação na concepção e criação do Clube do Cerrito, da Orquestra Lyra Campesina, integrada por quatro de seus filhos e dois genros, da Venda dos Dutra, além de sua forte atuação na prestigiada Sociedade Agrícola e Pastoril – brevemente mencionada pelo jornal *O Commercio*, de Jaguarão[9] –, atestam a assertiva.

No que se refere ao Clube do Cerrito, registra outro jornal local: "[desta] Sociedade bailante, foi seu primeiro director o respeitavel cavalheiro sr. João Bazílio Dutra, que não poupou esforços para obsequiar aos seus socios com um explendido baile".[10] O baile foi assim descrito: "[...] mesa farta, copa abundante, senhoritas trajadas com elegância encantadoras", destacando ainda que "[...] os músicos do 2º regimento abrilhantaram a festa, que segundo nos transmittio o telephone, esteve explendida"[11].

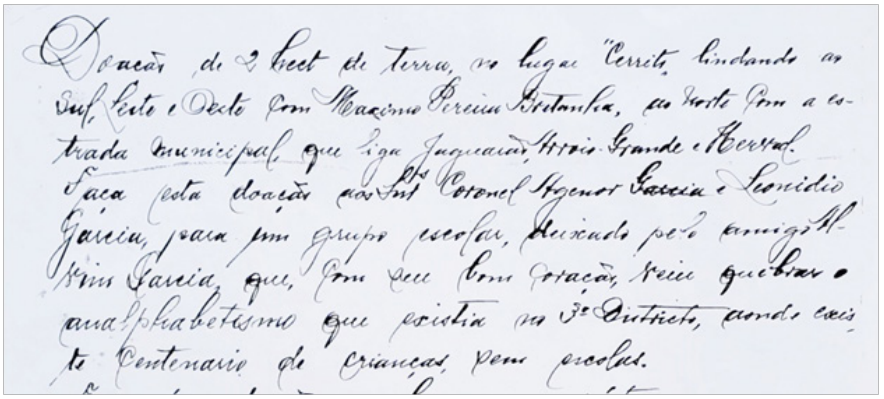
Nos idos de 1942, Máximo Pereira Bretanha, genro de João Bazílio, realizou a doação de dois hectares de terra para os senhores Coronel Agenor e Leonídio Garcia, com o objetivo de construção de escola na "terceira zona". Na ocasião, assim se manifestou o doador:

> [...] Faço essa doação em homenagem póstuma ao inesquecível e saudoso João Bazílio Dutra, que foi o homem que mais idealizou as obras construídas no Cerrito e que, com seu auxílio e principalmente impulsionado pela sua vontade forte e inquebrantável, ainda

9 Jornal *O Commercio*, 22/10/1903, p.1. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Digitalizado pelo Programa de Extensão Catalogação e Digitalização de Documentação Histórica, da Universidade Federal do Pampa.
10 Jornal *Diario de Jaguarão*, 07/05/1906, p. 2. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Digitalizado pelo Programa de Extensão Catalogação e Digitalização de Documentação Histórica, da Universidade Federal do Pampa.
11 Ibidem.

em vida, teve a felicidade de vê-las construídas [...] Pelo seu espírito fino e cavalheiresco conquistou a amizade, admiração e confiança de todos aquelles que tiveram a ventura de conhecer esse homem tão popular e tão querido [...].[12]

Figura 1 – Reprodução de trecho do instrumento de doação, manuscrito por Máximo Pereira Bretanha



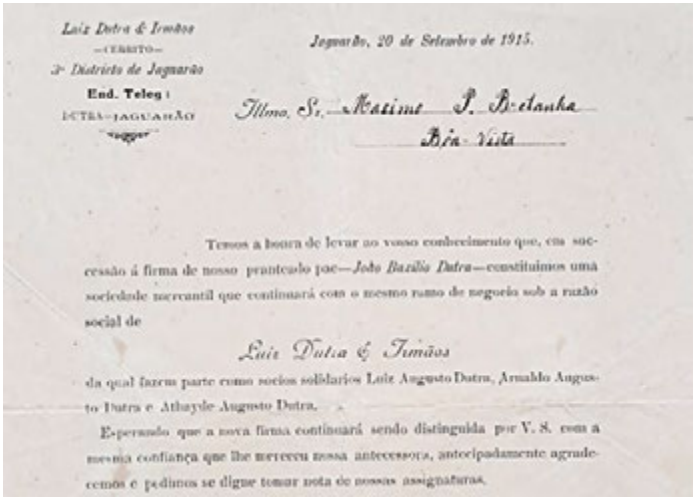
Fonte: acervo da autora.

João Bazílio faleceu em sua residência no 3º Subdistrito, precisamente às 13 horas do dia seis de outubro de 1914. O assento do óbito informa que o extinto tinha 60 anos de idade, era natural do Estado do Rio Grande do Sul, comerciante de profissão e viúvo de Dona Benvinda Ferreira Dutra. A morte teria sido repentina, em decorrência de uma "syncope cardiaca". Em conformidade com a legislação em vigor na época, o oficial do registro civil anotou que João Bazílio "não deixou testamento".[13]

Após o falecimento de João Bazílio, seus filhos deram continuidade ao comércio da família – a Venda dos Dutra. Uma correspondência datada de 1915 assim registra: "[...] em sucessão à firma de nosso pranteado pae – João Bazilio Dutra – constituímos uma sociedade mercantil que continuará com o mesmo ramo de negócio sob a razão social de Luiz Dutra & Irmãos".[14] Eram sócios os irmãos Luiz Augusto, Arnaldo Augusto e Athayde Augusto Dutra.

12 Instrumento de doação de um terreno que fez Máximo Pereira Bretanha a Agenor Garcia e Leonídio Garcia. Cerrito (Jaguarão), 1942. Acervo da autora.
13 Livro de registro de óbitos nº 1, folhas 138, verso, e 139. Cartório do 3º Distrito de Jaguarão. Digitalizado pelo FamilySearch. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7=99-6L1-SNP?i=151&cat=638106. Acesso em: 28 nov. 2023.
14 Carta de Luiz Augusto Dutra e Irmãos a Máximo Pereira Bretanha, Cerrito (Jaguarão), 20/09/1915. Acervo da autora.

Figura 2 – Excerto da carta dos irmãos Dutra dirigida a Máximo Pereira Bretanha, em 1915



Luiz Dutra & Irmãos
—TERRITO—
3º Districto de Jaguarão
End. Teleg:
DUTRA—JAGUARÃO

Jaguarão, 20 de Setembro de 1915.

Illmo. Sr. Maximo P. Bretanha
Boa Vista

Temos a honra de levar ao vosso conhecimento que, em sucessão á firma de nosso prantcado pae—*João Bazilio Dutra*—constituimos uma sociedade mercantil que continuará com o mesmo ramo de negocio sob a razão social de

Luiz Dutra & Irmãos

da qual fazem parte como socios solidarios Luiz Augusto Dutra, Arnaldo Augusto Dutra e Athayde Augusto Dutra.

Esperando que a nova firma continuará sendo distinguida por V. S. com a mesma confiança que lhe mereceu nossa antecessora, antecipadamente agradecemos e pedimos se digne tomar nota de nossas assignaturas.

Fonte: acervo da autora.

Posteriormente, conforme consta em nota fiscal de 1930, o nome de Alcindo Augusto Dutra, também filho de João Bazílio, aparece no comando da casa de comércio da família Dutra. Naquele período, o estabelecimento fora convertido em um armazém, onde eram comercializados tecidos, louças, ferragens, secos, molhados e miudezas, sendo denominado *"*Barraca de Fructos do Paiz*"*, nome atribuído, segundo Aldyr Garcia Schlee (2019), aos estabelecimentos de campanha que negociavam produtos excedentes ou derivados da indústria pastoril, como lã, couro, sebo, crina e pelegos.

Figura 3 – Cabeçalho de uma nota da "Barraca de Fructos do Paiz de Alcindo Dutra"

3º Districto (Cerrito), de de 193

ALCINDO A. DUTRA

CASA DE FAZENDAS, FERRAGENS, LOUÇAS, SECCOS,
MOLHADOS E MIUDEZAS, ETC.

Barraca de Fructos do Paiz

CAIXA POSTAL N. 12

JAGUARÃO

Fonte: acervo da autora.

No Cerrito, como visto, desde Maurício Dutra da Silveira, neto e bisneto de açorianos, viveram e prosperaram os Dutra. Nos confins do Rio Grande do Sul, em campos permeados por arroios, coxilhas e mata nativa, ousaram criar um modelo de vida rural socialmente compartilhada, onde se destacavam clube, biblioteca, orquestra, escola rural, capela, cemitério, além do estabelecimento comercial amplamente citado, a Venda dos Dutra. Tais empreendimentos e realizações evidenciam que o Cerrito plasmou, há mais de 100 anos, uma sociedade pacífica e organizada, onde era cultivado um amplo e cordial convívio social, fruto do elevado espírito comunitário da sua gente, cujo expoente estava centrado na figura de João Bazílio Dutra.

O 3º Subdistrito de Jaguarão, Cerrito, leva o nome do patriarca dos Dutra. Entretanto o primeiro registro oficial em sua homenagem somente ocorreu 35 anos após seu falecimento, através da Lei Municipal nº 52/1949, sancionada pelo então Prefeito Graciliano Jerônimo de Souza. No ano de 1955, ocorreu nova alteração territorial pela Lei Municipal nº 256, repetindo-se a denominação de João Bazílio para o distrito. Pode-se considerar que o lapso temporal ocorrido entre o falecimento e a homenagem tenha motivado o desconhecimento da denominação, pois até hoje a "terceira zona" jaguarense continua sendo conhecida pelo antigo nome: Cerrito.

A origem açoriana dos Dutra do Cerrito pode ser considerada um fator primordial para o *modus vivendi* desse grupo familiar e de outros que viviam em seu entorno, cujos ancestrais eram igualmente oriundos dos Açores, como registrou o historiador João Borges Fortes:

> [...] O açoriano se diferencia ainda pelo seu caráter pacífico, afetuoso e amável, como por sua espontânea hospitalidade e bondade de coração. Era essa gente que a metrópole escolhera para ir colonizar as terras novas que ia ganhando no Sul do Brasil. Abençoado desígnio, feliz origem! (FORTES, 1978, p. 23).

Referências

BRETANHA, Ana Rita Dutra. Segundo Movimento. *In:* MATTE, Neusa da Silva; BRETANHA, Ana Rita Dutra; SOARES, Eduardo Alvares de Souza (Org.). *Memórias do Cerrito*: Projeto Lyra Campesina. Porto Alegre: Bok2, 2023, p. 111-150.

FORTES, João Borges. *Os casais açorianos:* presença lusa na formação do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Origens de Jaguarão* (1790-1833). Caxias do Sul: UCS; EST, 1980.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e coisas da Fronteira Sul:* ensaios históricos. Porto Alegre: Sulina, 2001.

FRANCO, Sérgio da CoUsta. *Crônica histórica de Jaguarão nos dois primeiros séculos*. Porto Alegre: Evangraf, 2020.

LIMA, Marcelino. *Famílias faialenses*: subsidios para a história da Ilha do Faial. Horta: Tipografia Minerva Insulana, 1922.

PAGOLA, Brenda. *"...Y ellos le dieron vida": San Carlos*: fundadores y vecinos. Montevideo: Arca, 1998.

SCHLEE, Aldyr Garcia. *Dicionário da Cultura Pampeana Sul-Rio-Grandense*. Pelotas: Fructos do Paiz, 2019, v. 1.

SILVEIRA, Maria Dutra da. A mulher na Revolução Farroupilha. *In:* RETAMOZO, Aldira Corrêa et al.(Org.). *O papel da mulher na Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Tchê!, 1986.

ILHA GRACIOSA: PRESENTE NA IDENTIDADE AÇORIANA DA FAMÍLIA GIL

Maria Helena Gil Peixoto[1]
Rosa Maria Gil Gomes[2]

Desde 1999, iniciamos a genealogia de nossa família e seguimos buscando novas descobertas. Na época, alcançamos 11 gerações, mas a verdadeira origem do sobrenome nos fez continuar pesquisando. E foi em Santa Catarina que encontramos o registro do ancestral Domingos Gil da Silveira, como capitão na Vila de São José, não esclarecendo sobre sua origem. No Primeiro Encontro Internacional de História e Genealogia Açoriana em 2019, liderado pela Doutora Véra Barroso, no Centro Histórico-Cultural Santa Casa, descobrimos com o Dr. Jorge Forjaz, o que tanto desejávamos: nosso Gil veio da ilha Graciosa/Açores. Disse-nos: "Todos os Gil são da Graciosa".

Em meados do século XV, a ilha já tinha povoadores e Vasco Gil Sodré, nascido em 1450, filho de Gil Sodré, foi pioneiro e desbravador da ilha. Era natural de Montemor-o-Novo, vila portuguesa do distrito de Coimbra. Gil era navegador e ficou, inicialmente, na ilha Terceira, aventurando-se depois para a desconhecida ilha com a 2ª esposa Beatriz Gonçalves da Silva, (viúvo da primeira esposa), filhos e criados. Instalou-se no Carapacho (atual Freguesia da Luz), construindo uma alfândega. Pleiteou o cargo de capitão-donatário, mas não conseguiu. Teve 10 filhos, tronco de grande parte das primeiras famílias, sendo desconhecida a descendência do primeiro casamento.

Domingos Gil da Silveira "primeiro" (1690) e Anna Gil da Silveira graciosense, pais de Domingos Gil da Silveira "segundo", nascido naquela ilha (1723), casou em 1746 com Isabel Maria Pereira de Jesus em Santa Cruz da Graciosa. Veio para a Freguesia São José, Santa Catarina, por volta de 1752 com a família. Foi capitão daquela ilha. Faleceu em 1795,

1 Professora aposentada, associada do IHGSAP. Santo Antônio da Patrulha/RS.
2 Professora aposentada, associada do IHGSAP. Santo Antônio da Patrulha/RS.

ficando sua viúva comandando a Companhia até 1809, quando faleceu. Tiveram 5 filhos, sendo Francisco Antônio Gil da Silveira (1759/1821) o mais jovem, ou Alferes Francisco Antônio Gil da Silveira, nascido naquela freguesia. Casou com Maria Angélica de Jesus, natural de Santo Antônio da Patrulha, em 1794, em Conceição de Arroio, filha de Francisco da Silveira Peixoto, natural da ilha do Faial, e de Ana Inácia de Jesus, da Enseada do Brito/SC. O casal Francisco e Angélica tiveram 13 filhos, sendo que um deles recebeu o nome de Antônio Francisco, nascido em 1820. Foi Alferes de Milícia na 2ª Companhia de Ordenança para guarnecer, desde o distrito Lombas até a repartição do distrito de Conceição do Arroio. Casou com Anna da Anunciação ou Ana Maria Ramos em 1850, em Santo Antônio da Patrulha, e foram residir em Viamão. Antônio Francisco deu seu nome a um filho e um neto, sendo esse, nosso avô paterno: "Vovô Gil", como os netos o chamavam. Dizia sempre que teria nascido em 9 de abril de 1873 em Itapuã- Viamão, porém em seus documentos constava 1874.

Assim, nesse ano de 2023, recordamos seu 150º ano de nascimento. Ficou órfão da mãe, Joaquina Ferreira, aos 3 anos, com duas irmãs. Seu pai casou novamente com a comadre Justina Maria da Silva. O casamento não foi aceito pela família da falecida, e por vingança, envenenaram o local onde o gado dormia. A situação financeira ficou abalada o que levou um sobrinho a buscá-los para se estabelecer na localidade de Catanduva, em Santo Antônio da Patrulha, passando a levar produtos para comercializar em Porto Alegre, principalmente rapaduras. Ao regressar, trazia encomendas para as moças da localidade: chapéus, flores, cortes de tecido, enxovais para as noivas…

Dessa maneira, conheceu a jovem Maria José Gomes e suas irmãs. Antônio e Maria casaram 30/7/1906. Tiveram 13 filhos: 10 mulheres e 3 homens. Seguiu com o transporte e comércio de produtos passando a levar ainda: palha de vassoura, cachaça, rapadura, feijão… e para a São Francisco de Paula levava também pelegos. Ao voltar, trazia queijos e pelegos tingidos de vermelho. Teve engenho de cana-de-açúcar, que a esposa e os filhos tomavam conta. Mais tarde, na chácara adquirida na localidade da Venturosa, os filhos homens, Wilson, com 18 anos – nosso pai –, e Marino, com 14 anos, construíram um açude com o uso de pás para cavar e fazer a taipa, pois passariam à plantação de arroz. Curiosa coincidência… Lá na longínqua Vila Montemor, distrito de Coimbra, onde a família Gil tem seu primeiro berço, há extensos arrozais que aproveitam

o melhor dos campos e da riqueza do rio da região. Mas há outras casualidades que a proveitosa convivência com nossos familiares nos levam a reconhecer... a permanência dos nomes Antônio e Francisco (que ainda segue), a longevidade de muitos dos descendentes, a fé e a religiosidade, rituais, costumes, brincadeiras, a forte presença da culinária açoriana...

Assim identificamos a permanência da açorianidade em nossa família, o que tanto nos encanta e desafia. Somos uma família numerosa. Juntamente com os primeiros povoadores que pisaram no solo patrulhense, firmamos raízes nessa terra de beleza ímpar e de tão rica história.

Sites

FamilySearch.org

pt.wikipedia.org

pt.geneanet.org

MEUS ANTEPASSADOS AÇORIANOS E SUA MOVIMENTAÇÃO PELO NOSSO TERRITÓRIO

Gislene Monticelli[1]

Introdução

Engana-se quem acha que, por ter sobrenome italiano e alemão, não tenha alguma raiz açoriana. É o meu caso. Neste artigo procurarei demonstrar não só a presença açoriana entre meus antepassados, como também que podemos, através da história familiar, recuperar a movimentação desta etnia no Rio Grande do Sul, ao longo do tempo. Farei isso, indicando algumas descobertas, relacionadas a eventos que se passaram em nosso território, séculos atrás. Pretendo, assim, estimular novas pesquisas, minhas e dos demais colegas.

Ainda que com sobrenome de solteira, que mantenho desde sempre (Monticelli), e família materna de quem herdei o sobrenome alemão Schröder (mas, por ser difícil de pronunciar e escrever, não consta entre meus sobrenomes, por opção dos meus pais), engana-se quem acha que eu não poderia ter raízes açorianas. Eu e grande parte da população gaúcha. Vou demonstrar através do levantamento que realizei.

Observando os quatro casais de trisavós, ou 16 antepassados, que nasceram no começo do século XIX, tenho:

- oito antepassados de ascendência italiana, cujos filhos nasceram na Itália, migraram para o Brasil, viveram e morreram no Rio Grande do Sul.
- dois outros antepassados eram pomeranos, com filho radicado aqui, casado com descendente de açorianos.

Nesses casos, todos fixados em redutos açorianos no estado do Rio Grande do Sul, como em Santo Antônio da Patrulha e municípios no Vale do Rio Taquari.

1 Doutora em Arqueologia, professora Adjunta no Curso de História (PUCRS). Contato: gmonti@pucrs.br

Seis trisavôs (ou três casais) são portugueses (dos Açores ou do continente), que procurarei relacionar com alguns episódios da história que justifiquem sua movimentação.

Nasceram nas ilhas Terceira, Pico, Faial, Flores, Graciosa, São Miguel (Arcanjo) e São Jorge, ou seja, quase todas as ilhas dos Açores (exceção à Santa Maria e Corvo, as ilhas nos extremos do arquipélago).

Do continente, nascidos nas porções norte e central, como em: Santarém, Porto, Lisboa, Coimbra, Penafiel, Azzorro, Portogallo, Viana do Castelo, Aveiro, Romão, Fermedo, Braga, Elvas, Castelo Branco e São João do Barco.

Os Açores pertencem a Portugal, mas são considerados uma região autônoma e com governança própria. Este arquipélago tem nove ilhas. Destas, em sete tenho antepassados que vieram ao Brasil e muitos destes chegaram em algum momento a Porto Alegre, onde nasci, sendo alguns "casais de número", isto é, os primeiros açorianos responsáveis pelo início da ocupação imigrante, a partir de meados do século XVIII.

> A imigração intensiva de ilhéus da Madeira e dos Açores no período de 1748 e 1756, para o sul do Brasil, via de regra é associada às necessidades de ordem política, atendendo à expansão territorial portuguesa, à manutenção das conquistas e à defesa militar (ESPÍRITO SANTO, 2002, p. 178).

O intuito deste artigo é contribuir com a proposta da Profª. Drª. Véra Lucia Maciel Barroso e sua equipe ao organizar o congresso sobre as nossas "*Raízes Açorianas no Rio Grande do Sul*", título do evento realizado no início de dezembro de 2022. Ou seja, dar visibilidade à presença e às contribuições da etnia açoriana no estado. E, ainda mais, atender ao seu desafio de comprovar a chegada e permanência de açorianos em Porto Alegre, procurando refutar a hipótese de outro autor, Prof. Dr. Moacyr Flores (2013, p. 59) que afirmou:

> há historiadores que exageram a influência açoriana no Rio Grande do Sul, esquecendo-se que o fluxo açoriano foi pequeno, de curta duração e que os casais eram pobres e sem maiores instruções, perdendo suas raízes ao longo dos 20 anos que viveram sem terras à espera da migração para as Missões.

Veremos alguns açorianos estabelecidos em Porto Alegre ou que voltaram à capital no início do século XIX, entre muitos outros, assim

como um deles com testamento e dois participando de irmandades. Em um caso tinha uma grande propriedade e, em outro, alguns escravizados, o que indicaria algum poder aquisitivo.

Estabelecendo conexões com os redutos açorianos no Rio Grande do Sul

Dos meus quatro avós

Um avô paterno (Giovanne Baptista Monticelli) era nascido na Itália, sua esposa (avó paterna Cezarina Ligabue), nascida aqui logo quando seus pais, italianos, chegaram à serra gaúcha, hoje Santa Thereza. Estabeleceram-se todos em Santo Antônio da Patrulha,[2] um dos municípios reconhecidos pela ocupação açoriana. O lugar onde passaram a viver hoje pertence à Caraá (emancipado em 1995).

Meu outro avô (materno), Carlos Schröder, era filho e neto de pomeranos, mas já nasceu em Venâncio Aires e se casou com uma descendente de açorianos, a avó Honorina Saldanha (de quem tratei em outra apresentação, sobre antigas quadrinhas).

Seu pai (meu bisavô Ludwig Hermann) fez o mesmo. Chegou aqui, ainda criança, com quase 10 anos de idade, acompanhando sua família, vinda de Pyritiz, Stettin, hoje Polônia, mas perto de Berlim, e casou aos 33 anos, com Marinha Francisca Junqueira, descendente de açorianos[3] e de portugueses do continente.

Seu avô, August Ferdinand Schröder (meu trisavô) chegou com a família (esposa Johanne Sophie Oldenburg e filhos), em 1857, justamente em área de ocupação açoriana (e, antes, com certeza indígena, cujos sítios arqueológicos identificados no município e região demonstram isso).[4] Trata-se da Picada ou Estância Mariante,[5] surgida a partir de sesmaria de mesmo nome, que chegou à condição de vila. Situada

2 Santo Antônio da Patrulha é um dos quatro primeiros municípios (juntamente com Porto Alegre, Rio Pardo e Rio Grande) do estado, criado em 1809, no então Continente do Rio Grande de São Pedro. Sua área abrangia todo o nordeste do território gaúcho. Antes, em 1760, foi elevado à condição de freguesia. Em 1809 passou à Vila e, em 1811, foi instalado como município. Acolheu açorianos, desde cerca de 1760. Oficialmente, após 1771.

3 Das ilhas Terceira, São Miguel e São Jorge e, quando do continente, oriundos de Junqueira, no Porto e Santarém.

4 É o mesmo caso para todos os municípios (sem exceção) que mencionarei aqui. Me furtarei de aprofundar o tema (apesar da minha formação como arqueóloga) por conta do objetivo deste artigo.

5 Distrito de Estância Mariante foi criado em 1897, anexado ao município de Venâncio Aires. Em 1938 passa a ter o nome Mariante. Segue pertencendo ao município de Venâncio Aires.

às margens do Rio Taquari, trata-se ainda hoje do 2º distrito de Venâncio Aires.[6]

E, por fim, minha avó materna (Honorina Saldanha) era descendente de portugueses das ilhas[7] e do continente,[8] conforme vou procurar demonstrar ao longo deste artigo, com mais detalhe. Ainda que ela se entendesse "brasileira" - como de fato era, já que nascida no país (Santo Amaro, hoje distrito de General Câmara), no início do século XX - quando realizei a pesquisa genealógica para elucidar a história da família, identifiquei a trajetória de seus (e meus) antepassados, especialmente daqueles açorianos (e eventualmente do continente) em todos os seus ramos (sem exceção), ou seja, ambos os pais e todos os avós e bisavós e, assim por diante, em relação a seus ascendentes por uma série de gerações.

Será necessário restringir muito os dados aqui fornecidos, por isso optei por dar ênfase, principalmente, ao ramo das mulheres da minha família: seguindo pelo lado de minha mãe, minha avó materna, minha bisavó materna, até aqueles portugueses ilhéus (açorianos) ou portugueses do continente, especialmente fixados em Porto Alegre. Desta forma conseguirei objetivar a pesquisa genealógica que tenho feito, desde os 14 anos de idade, e, até por isso, é muito mais ampla e detalhada. Pretendo ainda comprovar que ficaram fixados aqui por mais tempo do que estimado, inicialmente, por alguns historiadores.

Olhando mais de perto a família de minha avó (Honorina Saldanha)

Bisavó materna

A minha bisavó era Maria Amália Pires (nascida e falecida em São José do Hortêncio[9]). A mãe dela (minha trisavó) era Amália Eulália Fagundes (nascida e falecida em Capela de Santana[10]: 1855-1924) e o pai,

6 Surgiu com distrito de Santo Amaro, em 1884. Elevado à categoria de Vila, em 1891, desmembrado de Santo Amaro. Distrito instalado no mesmo ano, como sede da povoação de São Sebastião dos Mártires.

7 Tais como Graciosa, Pico, Flores e São Jorge.

8 Porto, Braga e Viana do Castelo.

9 Distrito de São Sebastião do Caí, emancipado em 1875. Recebeu nomes como Picada do Rio Cadeia e Picada Hortêncio.

10 Terceiro distrito da Vila de São Leopoldo, criada em 1846, a partir do desmembramento de Porto Alegre. Abrangia a maior parte do atual município de São Sebastião do Caí. Em 1848, a Freguesia de Santana do Rio dos Sinos perde território com a criação da Freguesia de São José do Hortêncio. Com a criação do município de São Sebastião do Caí, passa a ser seu quarto distrito. Em 1951, deixa de se chamar Santana do Rio dos Sinos e recebe seu nome atual: Capela de Santana, em homenagem à padroeira.

Thomé Pires Cerveira[11] ou Thomé Narciso Pires, nascido em 09 de março de 1829, em Capela de Santana, falecido em Estrela, em 05 de abril de 1932. Casaram-se em Santo Amaro,[12] em 29 de janeiro de 1927. Encontrei suas sepulturas na Picada Mariante/Venâncio Aires.[13]

Por aqui já é possível observar grande número de municípios envolvidos e uma pequena parte da movimentação de meus antepassados pelo território que hoje corresponde ao Rio Grande do Sul.

Dos oito bisavós de minha avó (ou seja, meus trisavós), sete já eram nascidos no Estado, no começo do século XIX, entre 1816 e 1830. Exceto um que é desconhecido. Isso indica que seus antepassados estavam estabelecidos aqui há mais tempo. Nasceram em Santo Antônio da Patrulha (1), Capela de Santana (2) e Porto Alegre (2); dois se sabe apenas que eram nascidos no Rio Grande do Sul (sem a indicação do município). Convém investigar mais.

Recuei então a analisar seus trisavós (ou seja, meus tetravós), nascidos na segunda metade do século XVIII, em Viamão, Porto Alegre, Triunfo e Rio Pardo. O Rio Grande do Sul, na ocasião, não tinha os limites que tem hoje, que só foram estabelecidos no início do século XIX, com a anexação da região missioneira ("Tomada das Missões", em 1801) e a perda do território que hoje corresponde ao Uruguai (Província Cisplatina, em 1828).

Aqueles antepassados em Porto Alegre

Os bisavós da minha trisavó (Amália Eulália), meus antepassados em 7ª geração: metade deles nascidos nos Açores (**ilha das Flores e ilha São Jorge, ilha Faial e ilha Terceira**), nos anos de 1726, 1730, 1771. Demais em **Colônia do Sacramento, Rio Grande, Triunfo, Viamão.** Destes,

11 Chegou à patente de capitão, combatente na Guerra do Paraguai e dono de terras em São Sebastião do Caí (OS PIRES CERVEIRA..., 2013).

12 A Vila de Santo Amaro do Sul foi fundada nas margens do Rio Jacuí, em 1752. No ano seguinte, chegaram os primeiros sesmeiros e, em 1770, os açorianos. Em 1773, foi elevada à condição de freguesia. Sua igreja ao santo padroeiro é de 1787. Em 1881, com o nome de Amarópolis, é elevado a município. Em 1939, a sede passa a ser em General Câmara, nas margens do Rio Taquari, e Santo Amaro volta à condição de um de seus distritos. Tem um conjunto histórico urbano tombado, em 1998, pelo IPHAN, por ser representativo da arquitetura colonial portuguesa. Disponível em: portal.iphan.gov.br. Acesso em: 07 abr 2023.

13 Inicialmente chamado de Faxinal dos Tamancos, Faxinal dos Fagundes e Freguesia de São Sebastião Martir, pertenceu a Rio Pardo, Triunfo, Taquari e Santo Amaro. A partir do século XVIII, passou a receber luso-brasileiros e escravizados. Em 1856, os sesmeiros passam a lotear as terras a imigrantes alemães e seus descendentes. Em 1891, foi elevada à condição de Vila de Venâncio Aires. O município foi instalado no mesmo ano.

quatro já faleceram em **Porto Alegre**, indicando que aqui estabeleceram residência.

Veremos alguns casos:

Francisco José Flores,[14] nascido na **ilha das Flores** (22 de outubro de 1726), batizado em 4 dias, falecido em **Porto Alegre** (30 de novembro de 1782), fez testamento, enterrado em "cova da Irmandade das Almas". Casado com **Luzia de Jesus**, da **ilha de São Jorge**, falecida, em 1831, em **São Sebastião do Caí**.[15]

> No inventário de Francisco consta um único bem de raiz, consistente em uma data e meia de terras, com duas moradas de casa de pau a pique, cobertas de capim, um de moradia e outra para fazer farinha, com cozinha e arvoredo frutíferos, em Porto Alegre (PUFAL; MANGANELLI; ROSA, 2022, p. 332).

Ele fez testamento cerca de 40 dias antes de sua morte, possivelmente por conta de seu estado de saúde. Viveu 10 anos em Porto Alegre. Aparece em 56 assentos paroquiais, como pai de cinco batizados e dois óbitos, bem como no casamento de quatro filhos. Aparece como avô materno de 21 batizados e como avô paterno de outras 20 crianças. Constam cinco escravizados em seu nome: Domingos (40 anos), Josefa (30 anos), João (20 anos), Gregório (16 anos), Rita (16 anos). Em 1782, consta o nascimento de Felipa (1 maio 1781 – 26 julho 1782).[16]

Antônio Muniz[17]**Leite**, nascido em Fenais da Ajuda, na **ilha de São Miguel** (26 de fevereiro de 1708), casou no **Rio de Janeiro**, com **Francisca dos Anjos Fagundes de Oliveira**, de **Mariana/MG,** nascida em 18 de abril de 1724. Residiram em Marapicu,[18] bairro de **Nova Iguaçu/RJ** até o

14 Mencionado com grande descendência: duas esposas, filhos e netos na publicação (digital): (PUFAL; MANGANELLI; ROSA, 2022, p. 332-8). Entre seus descendentes temos o governador José Antônio Flores da Cunha (primo quarto da minha avó Honorina Saldanha).

15 A partir de 1900 chegam os primeiros lusos portugueses em local chamado de "praia". Também chegou a ser chamado "Porto dos Guimarães". Em 1873 passa à condição de Vila de São Sebastião do Caí. Em 1875 ocorre a fundação oficial do município. Disponível em saosebastiaodocai.rs.gov.br. Acesso em: 07 abr. 2023.

16 Fonte: Açorianos em Porto Alegre (BARROSO *et ali*, 2022, p. 128), conforme dados disponibilizados no *Family Search*, por Daiane Pires Vila Real em 13 dez 2022. Os dados foram extraídos da publicação, em meio digital, lançada em dezembro de 2022, por ocasião do congresso. Disponível em: https://www.chcsantacasa.org.br/wp-content/uploads/2022/12/e-book-acorianos-em-porto-alegre-chc-santa-casa-2022.pdf. Acesso em: 26 mar. 2023.

17 Ou Moniz.

18 Hoje é bairro no município de Nova Iguaçu, com 12 mil habitantes. No alto de uma colina há igreja de Nossa Senhora da Conceição, datada de 1736. O casal saiu do local em 1750 em direção a Rio Grande/RS. Desta forma, certamente conheceu e até deve ter frequentado a igreja centenária. A localidade no século XVIII era pouso de tropeiros que faziam o "Caminho da Terra Firme". Tornou-se vila em 1833 e município de Nova Iguaçu em 1916.

ano de 1750 "quando passaram a **Rio Grande** até 1763, quando da invasão espanhola. Nesta época se refugiaram em Porto Alegre e Viamão" (PUFAL; MANGANELLI; ROSA, 2022, p. 292). Ambos falecidos em **Porto Alegre**, respectivamente em 14 de dezembro de 1810 e 18 de junho de 1815. As gerações seguintes possivelmente fixaram residência na capital, já que aqui têm filhos e são enterrados.

A filha do casal, **Josefa Maria de Jesus Fagundes de Oliveira**, teria nascido em 1750, já em **Rio Grande**, mas o batizado se dá em 03 de dezembro de 1752. Casou, em 1770, com **Antonio Francisco Gomes**, nascido na Praia do Almoxarife, **ilha do Faial** (03 de abril de 1730), falecido em **Porto Alegre** (22 de maio de 1783). Não há informação precisa sobre o local da morte de Josefa Maria.

A filha destes, **Joaquina Maria Fagundes de Oliveira,** nasceu em **Porto Alegre** em 13 de junho de 1782, batizada no dia 27 de junho do mesmo ano, e se casa aqui em 28 de novembro de 1795, com pouco mais de 13 anos com Manoel José Flores, nascido em **Viamão**. Não há informações, até o momento, sobre o local de falecimento do casal. Ela possivelmente é a primeira antepassada a nascer no incipiente Porto de Viamão, Porto do Dorneles ou Porto (de São Francisco) dos Casais, nomes recebidos por **Porto Alegre**, em seus períodos iniciais, na condição de freguesia.

O filho destes, **José Fagundes Flores**, nasce em Porto Alegre, em 27 de dezembro de 1822,[19] e se casa em 08 de janeiro de 1850, em Sant'ana do Rio dos Sinos, Azevedo (hoje **Capela de Santana**) com **Rafaela Júlia de Azevedo**, natural de **Porto Alegre**, nascida em 1º de dezembro de 1830 e aqui batizada em 9 de janeiro de 1831. Não há informação sobre data e local do falecimento do casal. Mas pode-se interpretar que eles estavam estabelecidos em Porto Alegre, desde pouco depois de sua fundação até pelo menos o ano de 1831.

A filha do casal é Amália Eulália Fagundes, minha trisavó, que mencionei no início deste item. Nascida em 11 de maio de 1855, batizada no ano seguinte em 21 de janeiro, ambos eventos em **Capela de Sant'ana**. Casou-se com Thomé Narcizo Pires Cerveira,[20] em 25 de maio de 1872, no mesmo município, quando tinha 17 anos. A primeira filha do casal nasce oito meses depois, em **São José do Hortêncio**.

19 No entanto, consta que tenha sido batizado no mesmo dia em município fora da capital: Santana do Rio dos Sinos, Azevedo. Ou nasceu dias antes ou não nasceu em Porto Alegre...

20 Casa-se novamente, em Santo Amaro do Sul, em 1927, aos 76 anos, com noiva, Florência Maria da Silva, de 40 anos. Foi enterrado, em outro município, no mesmo cemitério que sua primeira esposa, ainda que em túmulos distantes. Localizei os túmulos no cemitério da Picada Mariante, Venâncio Aires. Seus antepassados vieram de Viana do Castelo, Portugal e se estabeleceram em Enseada do Brito/SC.

Seguindo pelo ramo da família de Thomé, seu tetravô, **Narcizo Pires Cerveira** (1726-1784), veio de **Viana do Castelo, Portugal**, e casou-se em Enseada do Brito/SC, com uma açoriana, **Maria Josefa Ramos**. Ela nasceu em 7 de abril de 1736, em Lajes, na **ilha do Pico,** e faleceu em **Porto Alegre**, em 05 de maio de 1816. São meus antepassados em 8ª geração.

Há um homônimo, neto deste, casado com Maria Cândida da Silva, nascida em 24 de maio de 1800, em **Viamão**, batizada e falecida em **Porto Alegre**. Morreu em 02 de setembro de 1838, aos 38 anos de idade, de "moléstia interior". Trata-se de minha antepassada em 6ª geração. Sua mãe, Luzia Joaquina de Oliveira nasceu em **Porto Alegre**, em 16 de maio de 1775, foi batizada poucos dias depois, e aqui faleceu em 20 de maio de 1850. Os pais desta já vimos: Francisco e Luzia.

Na família de meu avô materno, Carlos Schröder, esposo da Honorina Saldanha, há também pelo menos um "casal de número", um daqueles primeiros casais açorianos que aqui chegaram.

Antônio Silveira Pereira (pai)[21] e **Anna (Maria) de Souza de Valença**, nascidos ambos na **ilha de São Jorge,** no início do século XVIII (1704 e 1707). Ele em Ribeira Seca e ela em Calheta. Casaram-se na referida ilha em 1731, migraram para o Brasil em 31 de agosto de 1755, com os filhos. Morreram[22] em **Porto Alegre** em 5 de fevereiro de 1784 e 8 de abril de 1801. Ela faleceu de "moléstia do peito", como mais de 90 anos.

A filha do casal, **Maria da Silveira**, nasceu em 6 de outubro de 1736,[23] em Ribeira Seca, na **ilha de São Jorge**, e faleceu em 21 de maio de 1817, em **Porto Alegre**. Casou-se com **Manuel Lourenço Mariante** (PUFAL; MANGANELLI; ROSA, 2022, p. 476), nascido na Ponta Delgada, na **ilha de São Miguel,** e falecido em **Viamão**, em 25 de março de 1791, foi enterrado no dia seguinte na Irmandade das Almas (em **Porto Alegre**). Foi um dos proprietários da Fazenda Boqueirão,[24] na Lomba do Pinheiro, em **Porto Alegre**. São pais de mais de uma dúzia de filhos, entre eles Joaquim Manuel da Silva (1761-1836), falecido com 75 anos, meu antepassado em 6ª geração, ou trisavô do meu avô Carlos.

21 Para diferenciar do homônimo que é seu filho.

22 Seus registros constam do Primeiro Livro de Óbitos, disponível no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (Livro 1º, 1772-1795).

23 Consta que teria nascido no ano de 1742, de acordo com Famílias Açorianas em Porto Alegre (1772-1822): (PUFAL; MANGANELLI; ROSA, 2022, p. 262).

24 Há relatório, dissertação de mestrado e monografias de graduação sobre as pesquisas arqueológicas e históricas efetuadas sobre o tema (KISSONDE, 2023; MORAES, 2017; OLIVEIRA, 2017; TATSCH, 2015).

Chama atenção que os três primeiros filhos nascem neste município, os dois seguintes em **Capela de Santana**, outros dois em **São Sepé** e os três últimos entre **Estrela e Taquari**. Isso demonstra grande mobilidade do casal.

Joaquim Manoel da Silva e sua esposa, **Anna Ignácia de Jesus,** nascem em **Rio Grande**, respectivamente em 28 de março de 1761 e em 14 de agosto de 1762. Ou seja, cerca de 25 anos após a fundação da cidade e pouco antes de Rio Grande ter sido invadida pelos espanhóis (1763). Casam (com cerca de 18 anos) por volta de 1779, em **São José do Norte.**[25] Ela morre em **Porto Alegre**, em 14 de abril de 1819, e ele (em cidade incógnita) em 20 de junho de 1836. Trata-se da 6ª geração dos meus antepassados.

Os pais dela, **Antônio Pereira Machado e Francisca de Souza**, também vieram da **ilha de São Jorge** e morreram respectivamente em **Rio Grande**, em 1781, e em **São José do Norte**, em 24 de agosto de1824. Podemos depreender que a família se movimentou entre as cidades na medida em que: "Em 1763, Pedro Cevallos,[26] governador de Buenos Aires, após conquistar Sacramento, invadiu a Capitania de São Pedro,[27] conquistando Rio Grande e inaugurando um domínio que se estendeu até 1776" (PESAVENTO, 2022, p. 22). Ele enviou enorme contingente de açorianos prisioneiros para Maldonado, com a finalidade de fundar e povoar São Carlos,[28] em 1763, naquela Província.

Há mais dois casais que merecem análise e que são aparentados entre si. Trata-se de uma tia (Francisca Antônia) e uma sobrinha (Desidéria Antônia), ambas descendentes de Francisco Pinto Bandeira, cuja esposa (Clara Maria) faleceu em **Porto Alegre**, assim como sua filha mais velha (Desidéria Maria), sua neta (Desidéria Antônia) e o esposo desta (José de Azevedo e Souza). Por este motivo, trataremos de alguns destes com mais detalhe.

---

25 Chamada de Norte, Arraial do Norte, Povo do Norte. Emancipada de Rio Grande em 1831, torna-se vila. Em 1938, é elevada à condição de cidade. O local recebeu, além dos indígenas de diferentes etnias, lagunistas, paulistas, tropeiros mineiros e casais de açorianos, que se estabeleceram em locais como Estreito e Mostardas. Disponível em: familysearch.org. Acesso em: 07 abr. 2023 e saojosedonorte.rs.org.br. Acesso em: 07 abr. 2023.

26 Em 1773 tenta invadir Rio Pardo e, em 1777, toma a Ilha de Santa Catarina e novamente Sacramento.

27 Em 1760, a região foi elevada à condição de Capitânia do Rio Grande de São Pedro, com sede administrativa em Rio Grande e subordinada diretamente ao Rio de Janeiro.

28 Por parte de meu bisavô materno, David de Souza Saldanha, há indicativo de um casal de antepassados que teria sido dos primeiros povoadores de San Carlos, Maldonado, em 1763. Um deles lá faleceu em 1771. Sua esposa faleceu em Rio Grande, indicando que para lá retornou após ficar viúva, quando houve a retomada da cidade pela coroa portuguesa.

Tenho parentesco com duas filhas do casal **Francisco Pinto Bandeira** e **Clara Maria**: a filha mais velha, Desidéria Maria, e Francisca Antônia, a última filha mulher do casal. Analisemos primeiro o caso de sua filha primogênita:

Desidéria Maria Pinto Bandeira, nascida em **Viamão**, por volta de 1738, falecida em 31 de julho de 1771, em **Porto Alegre**. Casou-se, em 1765, em **Triunfo**, com **Custódio da Silva Ferreira de Oliveira**, português, nascido em **Guimarães, Braga**, em 30 de março de 1733. Ele era capitão e "proprietário da Fazenda Nossa Senhora da Oliveira do Bom Jardim, que se estendia dos arredores da atual **Capela de Santana** até onde hoje é **São José do Hortêncio**".[29] Ela faleceu, possivelmente, no parto ou logo depois. Trata-se de meus antepassados em 8ª geração.

A filha mais nova desse casal se chama **Desidéria Antônia**, batizada em 27 de agosto de 1771, em **Triunfo**, e falecida, por volta dos 84 anos, em **Porto Alegre** (28 de junho de 1855). Seus netos, por sua vez, foram batizados em **Porto Alegre**, em 1838 e 1840, o que indica que a família deve ter se estabelecido na capital. O casamento dela com **José de Azevedo e Souza** foi em 8 de fevereiro de 1791, em **Gravataí.**[30] O noivo nasceu em **Colônia do Sacramento** (assim como seus pais, seus avós eram portugueses do continente) e faleceu em **Porto Alegre**, em 28 de agosto de 1865.

Tiveram pelo menos 13 filhos, entre os anos de 1791 e 1816. Os primeiros filhos nascidos e batizados (na Igreja Matriz Madre de Deus), em **Porto Alegre**. Os filhos seguintes já nasceram em **Triunfo**. Os demais, em **Santana do Rio dos Sinos, Azevedo**, hoje **Capela de Santana**. Aqueles sobre os quais há informações sobre o local e data de falecimento, consta **Porto Alegre** (1832, 1847, 1855, 1875, 1878), o que indica que acabaram estabelecidos na capital ao longo do século XIX.

Nos demais casos não há informações, exceto para um dos filhos (com o nome homônimo ao pai): **José Custódio de Azevedo (e Souza),** bisneto de Francisco Pinto Bandeira, nascido em **Triunfo**, em 11 de maio de1800, batizado em 12 de junho, e falecido em 1879, em **Triunfo,** tam-

29 Disponível em: http://historiasvalecai.blogspot.com/2009/11/597-bom-jardim.html. Acesso em: 09 abr. 2023.

30 Em 1763 é fundada a Aldeia Nossa Senhora dos Anjos para receber indígenas Guarani, vindos dos 7 Povos das Missões, no noroeste do atual território. Em 1795 é elevada à categoria de paróquia, a partir do desmembramento da Freguesia da Nossa Senhora da Conceição de Viamão. Em 1806 passa a ser distrito de Porto Alegre, na condição de freguesia. A emancipação ocorre em 1880, com o nome de Vila de Nossa Senhora dos Anjos de Gravataí. Disponível em: cmgravataí.rs.gov.br. Acesso em: 07 abr. 2023.

bém. Casou em **Rio Pardo**, em 15 de maio de 1825, com sua prima (em segundo grau), **Henriqueta Júlia Pamplona**, neta de Francisco Pinto Bandeira. Tiveram 13 filhos, entre os anos de 1826 e 1848. Eram aparentados, mas de gerações diferentes. Observa-se aqui que a família do marido era de **Triunfo**, mas o casamento se deu na localidade de nascimento da esposa, quando essa tinha completado 18 anos. Uma das filhas do casal é **Rafaela Júlia de Azevedo**, já nascida em 1830, em **Porto Alegre**, conforme já vimos. Minha antepassada em 5ª geração.

Francisca Antônia de Oliveira Pinto Bandeira (com nome possivelmente em referência ao seu pai) era filha de Clara Maria e Francisco (Antônio) Pinto Bandeira (capitão dos Dragões, pai de Rafael Pinto Bandeira,[31] entre outros filhos e filhas). Francisca foi batizada em **Viamão** em 4 de junho de 1762 e faleceu em **Rio Pardo** em 23 de dezembro de 1811. Foi casada duas vezes. A segunda delas com um açoriano da **ilha Terceira**, **Antônio Martin Pamplona Corte Real**, que também faleceu em **Rio Pardo.**

Voltando ao patriarca: **Francisco Pinto Bandeira** era nascido em **Laguna** e falecido em **Rio Pardo**. Sua esposa, **Clara Maria de Oliveira**, era nascida em **Colônia do Sacramento**, em 1720, e falecida em **Porto Alegre**, em 01 de janeiro de 1781. Francisco e Clara Maria casaram em **Rio Grande**, em 1738, logo após a fundação com a instalação do Forte Jesus Maria José.

Clara Maria de Oliveira era filha de **Antônio de Souza Fernando** e **Apolônia de Oliveira**. Ambos de Portugal, no continente. Ele do **Valongo** e ela de **Fermedo**, nascida por volta de 1695, falecida em 1º de agosto de 1765. Casaram no **Porto** em 18 de abril de 1717. Fariam parte da leva dos povoadores estabelecidos em 1719 na **Colônia do Sacramento**, vindos do Porto, conforme lista (RHEINGANTZ, 1976). Aurélio Porto (1917)[32] menciona:

> Fez parte esse dos 60 casais que, em 10 de fevereiro de 1718, aportaram á Colonia do Sacramento, trazidos do Porto pelo sargento -mór Antonio Rodrigues Carneiro, para povoarem aquella praça. Veio o cazal [Nicolau de Souza Fernando e Ana Marques] com seis filhos, tendo nascido na Colônia mais dois. [...] *Antônio Souza Fer-*

31 "[...] a dupla Francisco e Rafael Pinto Bandeira, pai e filho, que se destacaram como militares e fazendeiros a serviço de uma única causa: a posse portuguesa do Rio Grande" (KUHN, 2007, p. 23).
32 Em reportagem do Jornal *A Federação*, em 27 de março de 1917, Aurélio Porto procura apurar os dados apresentados por outros autores para Rafael Pinto Bandeira, o "Primeiro general riograndense", e seus antepassados.

> *nando é filho desse cazal* (PORTO, 1917). (Obedecida a grafia e acentuação à época, grifo meu).

Francisco Pinto Bandeira era filho de **José Pinto Bandeira** (1675), do Valongo, distrito do **Porto**, e **Catharina de Brito Peixoto**[33] (falecida em 1715, em **Laguna**/SC). O pai dela era **Francisco de Brito Peixoto** (bandeirante paulista, de São Vicente e fundador de Laguna/SC) e a mãe, uma indígena da etnia Carijó (Guarani), cujo nome desconhecemos, nascida por volta de 1685, casados aproximadamente em 1702. E, assim, é possível estabelecer também o vínculo com a etnia indígena.

Vimos, além de outros antepassados, alguns detalhes sobre algumas das mulheres ao longo de dez gerações de minha família, a partir da minha avó materna: Gislene - Eva - **Honorina** - **Maria Amália - Amália Eulália - Rafaela Júlia - Henriqueta Júlia - Francisca Antônia - Clara Maria – Apolônia.**

Destas, temos nascimentos em Porto Alegre, Mariante (distrito de Venâncio Aires), Santana do Rio dos Sinos (hoje Capela de Santana), Santo Amaro (distrito de General Câmara), São José do Hortêncio, Rio Pardo, Viamão, Colônia do Sacramento e recuando até Portugal.

Observando a movimentação

Quando observamos a movimentação dos açorianos de minha família, não encontramos aqueles que tenham se dirigido ao noroeste do Estado assim que possível (com o final da Guerra Guaranítica e a troca da Colônia pelos 7 Povos das Missões Jesuítica-Guaranis), no final do século XVIII e início do século XIX.

Encontramos, no máximo, algum residente em Rio Pardo (que foi limite entre os territórios das coroas, até final do século XVIII) e Cachoeira do Sul (um município distante cerca de 50 km daquele) e que demonstra pequena expansão em direção ao oeste do Estado. Por exemplo: Henriqueta nasceu e casou por lá (Rio Pardo), mas o marido era de Triunfo, e uma das filhas do casal (Rafaela Júlia) já nasceu (1830) em Porto Alegre. Neste caso, entende-se que fizeram o movimento na direção contrária, seguindo para o leste ao invés da região missioneira.

É bem verdade que muitos dos antepassados estavam fixados em municípios como Taquari, Rio Pardo, Santo Amaro (hoje General Câma-

33 Não há dados sobre seu nascimento.

ra), Viamão e na Colônia do (Santíssimo) Sacramento e, até mesmo, Pelotas, Rio Grande e São José do Norte. Isso significa que, além da capital, se movimentaram em direção ao sul e sudoeste do território. No limite mais ao norte estiveram em Santo Antônio da Patrulha (vindos diretamente de Minas Gerais), para depois seguir para Estrela, Taquari, Roca Sales.

Nota-se, isso sim, que a movimentação se deu de Santa Catarina para Colônia do Sacramento, e de lá recuando para Rio Grande, recuando ainda mais para os "Campos de Viamão", ou chegando diretamente em Porto Alegre, ou para cá retornando, como tivemos oportunidade de acompanhar até aqui.

Conectando os Açores aos municípios gaúchos

Especialmente nas primeiras quatro décadas do século XVIII, ainda estavam nas ilhas açorianas (nascimentos em 1704, 1707, 1708, 1726, 1730, 1736, 1771), assim como um casamento em 1731, mas, na maioria dos casos, a união já se dá na Província, por vezes, com ilhéus de ilhas diferentes dos Açores, que aqui se encontram. Há referência à data exata de uma das migrações para o Brasil: 31 de agosto de 1755, ou seja, 268 anos atrás.

No continente português, nasceram no último quartel do século XVII (1675, 1695) ou primeiras três décadas do século XVIII (1726, 1733). Há ainda menção a um casamento em 1717.

No começo do século XVIII, estavam em Laguna (1715) e Colônia do Sacramento, onde houve um nascimento (1720), mas também casamentos e mortes ao longo de quase 98 anos de ocupação portuguesa e conflitos intensos com a coroa espanhola, antes que fosse anexado de forma definitiva ao país vizinho Uruguai. Assim também há episódios para San Carlos (Maldonado). Mas estes temas renderiam outro artigo e a discussão não cabe aqui.

Logo após a fundação do que viria a ser Rio Grande, um casal de meus antepassados estava oficializando o matrimônio junto ao forte (1738). Doze anos depois (1750), temos um nascimento na cidade, em 1752 um batizado, mais dois nascimentos em anos consecutivos (1761 e 1762) e uma morte em 1781. Todos no decorrer do século XVIII. No município vizinho (São José do Norte) ocorre um casamento em 1779 e uma morte em 1824.

Exatamente um século antes, em 1724, um antepassado nascia em Minas Gerais. Outro casal, estabelecido no Rio de Janeiro, se desloca para o Rio Grande de São Pedro, em 1750.

Assim como são nove ilhas nos Açores. Sandra Pesavento (2002) menciona, coincidentemente, nove como aqueles municípios açorianos iniciais no estado: "Núcleos açorianos apareceram em Mostardas, Estreito, *São José do Norte, Taquari, Santo Amaro, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Cachoeira,* Conceição do Arroio" (PESAVENTO, 2002, p. 16, grifo nosso).

Dos nove municípios citados pela autora, em seis destes tenho antepassados, alguns mencionados aqui.

Observando estes diferentes municípios e as datas de nascimento e morte, e eventos como batizado e casamento, podemos compreender como se deu a movimentação destas pessoas devido a, possivelmente, alguns eventos marcantes da história do Rio Grande do Sul, mesmo antes da fixação dos seus limites atuais.

Só levando em consideração o século XVIII, com seus desdobramentos, destaco alguns aspectos da movimentação de meus familiares.

Antepassados já estavam em Viamão, com nascimentos por volta de 1738, batizado em 1762, morte em 1791 e outro nascimento na virada do século (em 1800).

Em Triunfo, há um casamento em 1765 e um batizado em 1771. Em Rio Pardo, uma morte em 1811. Trata-se de povoados antigos e conhecidos pela ocupação açoriana.

Assim também no Taquari, considerada a primeira cidade açoriana por aqui, nas palavras do Gal. João Borges Fortes (1999), com parentes (ainda que não mencionados aqui, devido à seleção que fizemos), nascidos (1797) e mortos no final do século XVIII (1792) e cerca de um século depois (1884).

A ocupação em Santo Amaro acabou por ser mais tardia na minha família: um nascimento ocorre em 1907 e um casamento em 1927.

Entre os municípios mencionados, uma única vez neste levantamento que fiz, temos: Gravataí (casamento no final do século XVIII, em 1791), São Sebastião do Caí (morte em 1831), São José do Hortêncio (nascimento em 1875), Estrela (falecimento já em 1932).

Um local que se destacou com grande número de antepassados foi Azevedo, em Sant'anna do Rio dos Sinos, hoje o município de Capela de Santana, com nascimentos em 1829 e 1855. Um casamento ocorreu em 1850 e uma morte em 1924, entre outros.

Importância de Porto Alegre

Até pela seleção de antepassados com episódios em Porto Alegre, por conta da motivação de pesquisa trazida pela Profª Véra Barroso e seus colegas, posso afirmar que, compilando dados, temos: nascimentos em 1775, 1782, 1822, 1830, batizados em 1831, 1838 e 1840, mortes em 1771 (quando a freguesia nem tinha ainda sido oficialmente inaugurada...), e nos anos seguintes em 1781, 1782, 1783, 1784, e, já no século XIX, muitas mortes em 1801, 1810, 1815, 1816, 1817, 1819, 1838, 1850, 1855, 1865. Há registro de um casamento em 1795, quando o povoado ainda era incipiente.

Isso tudo indica que, em Porto Alegre, estiveram estabelecidos desde o início de sua ocupação, com a chegada dos casais de número, e mesmo indivíduos ou casais avulsos. E ali permaneceram ou voltaram no início do século XIX até meados daquele século. As mortes que ocorrem, já no século XIX, parecem indicar que estavam estabelecidos na capital da Província, após cerca de 50 anos depois de sua fundação, e, mais do que isso, comprova que as famílias não seguiram para o noroeste do estado, mesmo depois da anexação do território missioneiro, como poderia se estimar.

Muitas mulheres estavam estabelecidas em Porto Alegre até a metade do século XIX, o que chamou minha atenção especialmente no decorrer desta pesquisa, fato desconhecido inclusive pela minha própria família. Gerações se passaram, vivendo em municípios do interior do estado, especialmente no Vale do Taquari, para que eu e meus irmãos nascêssemos em Porto Alegre na segunda metade do século XX, ou seja, um século depois. Somos a única família nuclear entre os tios paternos e maternos que acabou novamente e, por coincidência, radicada na capital, onde meus pais se conheceram quando para cá vieram em meados do século passado, bem jovens, à procura de oportunidades de trabalho.

A título de conclusão

É na segunda metade do século XX, mais precisamente em 1965, ou seja, há quase 58 anos, que nasci na capital do Estado, no Hospital Moinhos de Vento, recentemente inaugurado, naquela ocasião e que era público, administrado por freiras e que procurava atender a população mais humilde, entre estas os meus pais, descendentes de imigrantes, que, devido ao êxodo rural mais intenso nos anos 1950, saíram de diferentes cidades do interior (Santo Antônio da Patrulha, com seu distrito

hoje emancipado de Caraá, e Mariante, ainda hoje distrito de Venâncio Aires), junto às bacias dos Rios dos Sinos e Taquari, para estabelecerem-se mais uma vez junto às águas do Guaíba, seja ele considerado rio ou lago.

Quanto ao Guaíba, há várias explicações[34] sobre a etimologia da palavra, reconhecidamente indígena Guarani; uma de minhas raízes étnicas, como vimos. O que temos certeza é que o Guaíba é um estuário em que deságuam seus afluentes: Jacuí, Sinos, Caí, Gravataí. "Já o Lago Guaíba configura-se como o grande depositário das águas de uma bacia hidrográfica que engloba boa parte do centro e nordeste do estado [...] que abrange mais de 250 municípios, entre eles a capital do estado."[35]

Se ampliamos nosso olhar, a bacia hidrográfica do Guaíba ainda conta com os rios Taquari, Antas, Vacacaí e Pardo. Todos estes ficam junto ou próximos a municípios que mencionamos no decorrer deste texto.

O rio Taquari é afluente do rio Jacuí, que abrange municípios como Estrela e Triunfo. Na bacia do Vacacaí encontra-se o município de Cachoeira do Sul. No rio Cai: Capela de Santana, São José do Hortêncio, São Sebastião do Caí. Nos rios Taquari/Antas: Estrela, Triunfo, Venâncio Aires. No rio Pardo: Rio Pardo e Venâncio Aires. Só para citar alguns exemplos.

Assim como os rios banham os municípios e estes ocupam suas margens, as águas vão lentas ou rápidas em direção ao Guaíba, para onde meus antepassados seguiram no caminho de ida ou volta, muitas vezes usando, certamente, o curso dos rios. E, assim, gerações se sucederam e ocuparam este Estado ao longo dos últimos séculos.

E assim encerro este texto, que confesso, foi muito difícil de concluir, até porque ele não começa e nem termina aqui. Algumas imprecisões e erros são de minha inteira responsabilidade e indicam que a pesquisa precisa continuar. E é só uma parte de uma longa história.

A propósito do meu nome completo, Gislene Monticelli, se eu fosse incluir os sobrenomes açorianos (certamente em maioria, mas não necessariamente nesta ordem) seria algo como: Gislene Pereira Silveira Machado de Valença Cardoso Coelho Flores Muniz Leite Gomes Pamplona Corte Real Dutra Caldeira Ramos Rodrigues de Oliveira de Quadros de Araújo de Santo André Ilha Mariante Garcia Soares de Souza Saldanha...

34 Conforme *Apreciação Etimológica da Palavra Originária "Guaíba"*, por Hugo Ramirez (Revista Rio Grande de Cultura, 1997, a. IX, n. 23). Disponível em acervo.popa.com.br. Acesso em: 08 jun. 2023.
35 Disponível em: gaigerco.furg.br. Acesso em: 06 jun. 2023.

Referências

BARROSO, Vera Lúcia Maciel; PUFAL, Diego de Leão; MANGANELLI. Ernani Raupp; ROSA, Gilson Justino da. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). *Açorianos em Porto Alegre*: História, Genealogia e Cultura. Porto Alegre: Evangraf, 2022. [E-book].

ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. Os casais de número e as formalidades da real mercê. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). *Açorianos no Brasil*: História, Memória, Genealogia e Historiografia. Porto Alegre: EST, 2002, p. 178-88.

FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. 9. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2013.

KISSONDE, Duan. *Fazenda Boqueirão*: construindo hipóteses sobre a mobilidade espacial dos escravos na Porto Alegre oitocentista. Monografia (Licenciatura em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. 54 p.

KUHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Século XXI, 2002.

LIVRO 1º DE OBITOS DE LIVRES DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA MADRE DE DEOS DE PORTO ALEGRE, 1772-1795. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCM).

MORAES, Manuela Garcia. *Era uma vez a Fazenda do Boqueirão*: memória, território e imaginário em torno da Fazenda do Boqueirão, Lomba do Pinheiro, Porto Alegre, RS. Monografia (Bacharelado em Museologia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017, 62 p.

OS PIRES CERVEIRA. Disponível em: http://historiasvalecai.blogspot.com/2014/02/3624-os-pires-serveia.html.

OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte de; SCHMITZ, Clóvis L. M. *Relatório Técnico Final*: Pesquisa Arqueológica junto à obra de instalação da adutora de interligação Belém Novo – Lomba do Sabão, município de Porto Alegre/RS, 2011. (Relatório de Pesquisa).

PESAVENTO, Sandra. *História do Rio Grande do Sul*. 9. ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

PORTO, Aurélio. Primeiro general rio-grandense. Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 27 mar. 1917.

PUFAL, Diego de Leão; MANGANELLI. Ernani Raupp; ROSA, Gilson Justino da. Famílias Açorianas em Porto Alegre (1772-1822). In: BARROSO, Vera Lúcia Maciel; PUFAL, Diego de Leão; MANGANELLI. Ernani Raupp; ROSA, Gilson Justino da. (Org.). *Açorianos em Porto Alegre*: História, Genealogia e Cultura. Porto Alegre, Evangraf, 2022, p. 218-539.

RHEINGANTZ, Carlos. *Povoamento do Rio Grande do São Pedro***:** a contribuição da Colônia do Sacramento. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, v. 2, p. 7-524, 1976.

TATSCH, Juliana Pozzo. *Arqueologia da escravidão em sítio rural na Porto Alegre oitocentista*: as relações espaciais e materiais no sítio RS-JA-74. 2015. 143 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, 2015.

AS MINHAS RAÍZES AÇORIANAS

Diego de Leão Pufal[1]

Iniciei minhas pesquisas genealógicas aos 11 ou 12 anos de idade, portanto, nos idos de 1990. Naquele tempo estudávamos na escola a expansão europeia, na aula de Geografia, na Escola Pastor Dohms, em Porto Alegre. A Prof.ª Jussara, cujo sobrenome não recordo por ironia do destino, era quem ministrava as aulas, e para demonstrar como a expansão europeia nos atingia, solicitou que fizéssemos uma pequena árvore genealógica. Embora antes disso já perguntasse aos meus avós, tios avós e primos mais velhos sobre os nossos antepassados, além de guardar tudo que era tipo de tralha antiga, a partir daí a pesquisa se intensificou. Pela história oral, então colhida, soube por alto das minhas origens: os antepassados de meu avô paterno seriam de Portugal (Corrêa da Silva), Polônia (Pufal) e da Alemanha (Mayer); da minha avó paterna, da Alemanha (Schmidt, Fauth, Fischer e Schönardie) e Itália (Canova e Scorcioni); do meu avô materno, de Portugal (Leão), França (Demoly) e indígenas (Soledade) e da minha avó materna, de Portugal (Brasil, Laureano e outros) e indígena.

Fato é que a memória familiar preservou de forma correta apenas as origens dos imigrantes mais recentes, mais precisamente do meu lado paterno. Do meu lado materno, além dos equívocos e suposições acerca de onde vieram, nada absolutamente foi mencionado sobre eventuais antepassados vindos das ilhas dos Açores. Apesar disso, minha avó materna, Maria Brasil de Leão, em suas poesias, já homenageava inconscientemente seus antepassados açorianos. Das centenas de poemas que ela escreveu, muitos publicados em três livros e em jornais, como a Zero Hora e o Correio do Povo, destaco dois relacionados ao tema.

1 Genealogista. Sócio correspondente do IHGRGS, sócio do Colégio Brasileiro de Genealogia e do Instituto de Genealogia de SC. Analista Jurídico do TJSC. Imbituba/SC.

Porto Alegre

Porto Alegre cidade sorriso
Porto Alegre dos casais
Em tua beleza amenizo
A solidão dos meus ais.

As tuas vielas estreitas
Me falam de tradição
Com tuas praças enfeitadas
As ânsias do meu coração.

Esta ponte imensa, enorme,
Serpenteando desenvolta
Jamais descansa nem dorme
Mesmo quando é noite solta.

O rio Guaíba sereno
Deslizando majestoso
Faz meu viver mais ameno
Em seu constante repouso.

Quero morrer neste pago
Pois neste pago nasci
Descansar qual doce lago
Em paz como sempre vivi...

À ponte do riacho[2]

Velha ponte do riacho
Saudosas recordações
És monumento e até acho
Que tens tuas emoções.

Eu lembro que no passado
Quando olhava para ti
O coração enlevado
Estranha ternura senti.

Tua cor sugere
Pureza, simplicidade,
Teu simbolismo transfere
Ao meu peito uma saudade.

Agora que estás ao lado
Da arquitetura moderna
Ante o progresso me enfado
Pois tua mensagem é eterna...

Houve um completo esquecimento acerca das origens açorianas na minha família, justificado pelas diversas gerações passadas, pela falta de interesse e até mesmo ignorância. Por outro lado, porém, é fato que as primeiras gerações de açorianos no Rio Grande do Sul, em grande parte na segunda metade do século XVIII, encontraram um contexto bélico com a disputa de território entre Portugal e Espanha. Logo após enfrentaram as Guerras Guaraníticas e ficaram bem dizer jogados à própria sorte. Foram em muitos casos forçados a migrarem de um canto a outro, sem as mínimas condições de vida e na espera de que a coroa portuguesa cumprisse com as promessas. Logicamente que neste cenário de todo desfavorável, tiveram que se adaptar à realidade para que pudessem sobreviver. Relegaram, assim, outras tantas questões que, naquela situação, eram menores, afinal de contas, suas existências estavam em jogo.

2 Trata-se da *Ponte de Pedra* também chamada *Ponte dos Açores*, situada no Largo dos Açorianos, em Porto Alegre.

Somente com a pesquisa genealógica e histórica que desenvolvo desde então, foi possível desmistificar muitas lendas familiares, definir as origens de cada ramo e distorções na história oral. No final das contas, soube, por exemplo, que a família Corrêa da Silva era a minha mais próxima açoriana; que os Leão eram da Espanha, além de origens outras inéditas.

Em 2016 publiquei no meu *blog*, *Antigualhas, Histórias e Genealogias*, o artigo intitulado[3] *Os meus antepassados: uma miscelânea de origens!* Nele fiz uma tabela incluindo desde os meus pais até a 10ª geração, atingindo meados de 1670-1680, pela qual naquele tempo, pois depois descobri mais dados, encontrei na 10ª geração, de meus oitavos-avós, pessoas nascidas no RS, SC, SP, PR, MG, RJ, Portugal (continente e Açores), Polônia, Itália, Alemanha, França, Espanha e Argentina. Os imigrantes mais próximos aparecem na 5ª geração, dos meus trisavós, dois deles vieram da atual Polônia e outro da Itália. Na 6ª geração, aparece um quinto-avô vindo dos Açores, quatro da atual Polônia, quatro da Itália, dois da Alemanha, sendo os demais todos nascidos no RS. Na décima geração, de meus oitavos-avós (descobri 242 de 512 avós nesta geração), o maior número, com 89 avós, era justamente dos Açores.

Portanto, como se diz que sangue não é água e em que pese tenha várias origens, predomina na minha ascendência a portuguesa e, com muita ênfase, despontam os açorianos.

Os meus antepassados açorianos imigraram para Bahia, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os quais ou seus descendentes depois foram para o Rio Grande do Sul. Vieram de sete das nove ilhas, com exceção de Flores e Corvo.

Para evitar que sejam esquecidos novamente e como homenagem a esses desbravadores, arrolo aqui todos os meus ancestrais açorianos até agora encontrados, com alguns dados vitais e curiosidades que pude descobrir até então.[4]

1. Amaro Dias da Cunha n. cerca de 1690 no Topo, ilha de São Jorge e fal., antes de 1779, talvez em Taquari/RS. Casou-se com **Isabel Teixeira Fagundes** ou **Isabel Pereira**, n. cerca de 1700 no Topo e fal. a 14/6/1779 em Taquari/RS. Não descobri a ascendência deste casal, mas foi um dos

3 Disponível em http://pufal.blogspot.com/2016/11/os-meus-antepassados-umamiscelanea-de.html
4 Foram utilizados os seguintes símbolos/abreviaturas: b. para batizado(a); c/c para casou com; fal. para faleceu e n. para nasceu.

primeiros moradores dos Campos de Viamão, com seus cinco filhos, todos nascidos no Topo. Dentre os filhos, destaco Mateus Teixeira Fagundes, n. cerca de 1750 no Topo e fal. a 12/3/1816 em Rio Pardo, c/c Francisca Maria de Bittencourt (v. Francisco Machado Fagundes), com quem teve a filha Isabel Francisca de Bittencourt, c/c João Machado Álvares/Alves (v. João Machado Álvares Mancebo). O casal de imigrantes tem descendentes em todo o RS, dentre eles destaco a Prof.ª Véra Lucia Maciel Barroso.

2. Antônio Bicudo Carneiro n. por volta de 1545, na ilha de São Miguel, filho de Vicente Anes Bicudo e Mécia Nunes. Antônio imigrou para São Paulo, talvez na década de 1560, pois em 1570 já era Tabelião de Notas em Santos; em 1575 vereador em São Paulo e, em 1585, Ouvidor da Capitania de São Paulo, onde c/c **Isabel Rodrigues**, de São Paulo. A família Bicudo é de origem judaica, conforme reconhecido pela Comunidade Israelita de Lisboa. Descendo de Antônio e Isabel, no mínimo 13 vezes, por três de seus filhos: Antônio Bicudo, Maria Bicudo e Mécia Bicudo de Mendonça ou Mécia Nunes Bicudo.

3. Antônio da Rosa (I) n. a 8/6/1734 nos Cedros, ilha do Faial e fal. a 25/7/1795 em Porto Alegre/RS, filho de Manuel Pereira e Bárbara de Medeiros ou Bárbara da Silveira. Antônio imigrou para o Desterro, antes de 1753, onde c/c **Mariana de Jesus**, n. Ribeira Seca ou Calheta, ilha de São Jorge e fal. 24/4/1782 em Porto Alegre/RS, filha de Francisco de Souza e Maria de Souza. Após, o casal de Antônio e Mariana mudou-se para a região de Rio Grande e, depois, para Viamão. Um de seus filhos, de nome Miguel Antônio de Oliveira ou Miguel Antônio dos Santos n. 20/9/1761 em Rio Grande, c/c Genoveva Rosa de Jesus (v. José Pereira Garcia).

4. Antônio da Rosa (II) n. 23/7/1697 em Pedro Miguel, ilha do Faial, filho de Domingos da Rosa e Maria de Cratto. Antônio a 7/10/1726 em Pedro Miguel c/c **Águeda de Santo Antônio**, ali n. 30/7/1698 e fal. 8/4/1750, filha de Antônio Machado Pereira e Maria Rodrigues. Antônio da Rosa, consta como Casal de El-Rei e, assim, imigrou com ao menos 3 filhos para povoar as Missões. Consta no processo de habilitação de casamento da filha Jacinta Rosa, de 1759, que a família chegou em SC em 1752, onde permaneceu por 5 anos, embarcando após para Rio Grande e, na sequência, para Rio Pardo. Dentre seus filhos destaco Josefa Isabel ou Josefa Francisca de São Francisco, n.15/7/1730 em Pedro Miguel e fal. 25/5/1819 em Rio Pardo, c/c Manuel Francisco da Silveira (v. João da Silveira de Quadros).

5. Antônio José Ferreira n. 10/5/1763 em Pedro Miguel, ilha do Faial e fal. 17/6/1845 em Porto Alegre/RS, filho de Antônio José Ferreira e Clara Jacinta. Antônio c/c em primeiras núpcias a 23/8/1789 com **Teresa da Trindade**, ali n. 3/4/1763 e fal. 31/7/1835 em Porto Alegre, filha de Joaquim de Faria e Ana da Trindade. Antônio c/c em segundas núpcias com **Feliciana Maria de Jesus**, n. 1805 em Viamão/RS, filha de José da Ressurreição e Josefa Maria da Conceição. Antônio, sua esposa Teresa e cinco filhos imigraram da ilha do Faial, radicando-se em Porto Alegre. Antônio era analfabeto e residia no final de sua vida em Capela de Santana. De seu primeiro casamento destaco a filha Ana Teresa de Jesus, n. 5/6/1790 em Pedro Miguel, c/c Antônio Inácio da Costa (v. João Inácio da Costa).

6. Antônio Nunes de Curvelo b. 16/4/1696 em Altares, ilha Terceira e fal. 13/10/1793 em General Câmara, Santo Amaro/RS, filho de Antônio Nunes e Maria Fagundes. Em 12/1716 nos Altares c/c **Maria de Mello**, ali n. 3/2/1700 e fal. 7/1/1729, filha de Tomé da Rocha e Maria de Mello. Antônio, a 12/5/1729 nos Altares, c/c **Maria da Conceição de Mello**, n. 3/12/1705 nos Biscoitos, ilha Terceira e fal. 28/6/1792 em General Câmara, filha de Francisco da Cunha e Ana Pereira. Antônio teve 13 filhos de seus casamentos e imigrou com sua 2ª esposa e filhos, antes de 1754, radicando-se em Rio Grande e depois em General Câmara. De seu 2º casamento destaco a filha Francisca da Paixão de Jesus, n. 9/3/1742 em Altares, c/c Francisco Martins Laia (v. este nome). O casal deixou descendência em todo o RS, dentre eles e curiosamente inúmeros genealogistas e/ou historiadores: Sílvia Helena Faria, Getúlio Schilling, Dr. Gustavo Py Gomes da Silveira, Viviane Wiedemann Velloso, Luci Monteiro, Nelson Soares Keffer, Ivete Apratto Motta, Emanuel Kern Bomfim da Silva, Cassiano Borowsky Braz, Martin Romano Garcia, Edison Rivero Martins, Luiz Fernando Leitão de Carvalho, além do escritor Alcides Maia.

7. Antônio Silveira de Azevedo n. 1724 na Piedade, ilha do Pico e fal. 4/1/1804 em Santo Antônio da Patrulha/RS, filho de Manuel Teixeira de Azevedo e Maria da Silveira da Assunção. Antônio c/c **Maria da Silva da Assunção**, n. Laguna/SC, filha de Manuel da Silva, n. N. Sra. das Candeias, ilha de Santa Maria e fal. 10/9/1777 em Araranguá/SC, e Ana Pereira, n. Laguna/SC. O casal de Antônio e Maria estabeleceu-se em Santo Antônio da Patrulha, onde nasceram vários filhos, dentre eles, Maria Leonarda de Jesus (1788), c/c Antônio Inácio de Oliveira ou Antônio Inácio dos Santos, neto de Antônio da Rosa (I) (v. este nome) e José Pereira Garcia (v.

este nome). Descende, ainda, do casal Elis Regina Carvalho Costa (1945-1982), cantora brasileira.

8. Brás Corrêa da Silveira b. 8/5/1693 no Topo, ilha de São Jorge e fal. antes de 1751, filho de Manuel Corrêa da Silveira e Apolônia Teixeira de Souza. C/c **Isabel Maria de Souza**, n. 1695 no Topo, onde fal. 15/4/1745. Possivelmente Brás tenha imigrado para Florianópolis/SC ou apenas os seus 4 filhos, irmãos e sobrinhos, antes de 1752. Dentre seus filhos, destaco Apolônia Maria de Jesus, n. cerca de 1735 no Topo, c/c Manuel Machado Álvares (v. João Machado Álvares Mancebo).

9. Caetano de Souza Nunes ou **Caetano de Souza Nascentes** n. por volta de 1715 no Topo, ilha de São Jorge, e fal. 8/12/1793 em Rio Pardo/RS, filho de João Leal Teixeira e Maria Nunes de Almeida. C/c **Paula Maria Cardoso**, n. 1º/1/1722 no Topo e fal. Rio Pardo, filha de Antônio Cardoso da Cunha e Isabel Pereira. Caetano e Paula era um dos casais de El-Rei, imigrados em 1752 para povoar as Missões. O casal chegou com um filho radicando-se inicialmente em Rio Grande, depois Viamão e, após, em Rio Pardo. De seus 5 filhos destaco Maria da Trindade, b. 5/7/1752 em Rio Grande, c/c Antônio de Morais (v. Manuel de Morais).

10. Francisco da Silveira n. entre 1693-1697 em Pedro Miguel, ilha do Faial e fal. Florianópolis/SC, filho de Pascoal da Silveira e Maria Luís. A 16/2/1722 em Santa Luzia, ilha Terceira, c/c **Antônia Clara**, n. 5/3/1702 em São Bartolomeu, ilha Terceira e fal. Florianópolis/SC, filha de André da Mota Vieira e Maria dos Ramos. Francisco foi barbeiro e migrou da ilha do Faial para a Terceira e dali partiu com a esposa e ao menos 2 filhos, estabelecendo-se na Lagoa da Conceição, em Florianópolis. Um de seus filhos, Leonardo José, n. 20/12/1729 em Angra, ilha Terceira, c/c em Florianópolis com Maria Antônia (v. João Mendes), cujo filho Lauriano José da Silva (1769) migrou para o RS, estabelecendo-se na região de São Gabriel, onde deixou larga descendência, sendo o patriarca da família Laureano da Silva.

11. Francisco Machado de Ávila n. cerca de 1720 nos Rosais, ilha de São Jorge e fal. antes de 1798 em Imbituba/SC, filho de Bartolomeu de Ávila da Costa e Maria Machado. Francisco c/c, por volta de 1751-1752 no Topo, ilha de São Jorge, **Antônia de Jesus**, n. Rosais, filha de Bento de Ávila Machado e Maria Fagundes ou Maria do Rosário. Francisco e Antônia imigraram ao menos com 2 filhos, estabeleceram-se inicialmente no Desterro (Florianópolis), depois São José/SC e, após, em Laguna e Imbituba/SC. Francisco foi vereador em Laguna no ano de 1775 (CABRAL,

1955, p. 214). Houve 5 filhos do casamento de Francisco e Antônia, dentre eles D. Joana Francisca do Nascimento, n. cerca de 1753 no Topo, ilha de São Jorge e fal. 8/10/1808 em Laguna/SC, onde c/c o Capitão-mor Jerônimo Francisco Coelho, n. 1741 em Aves, Santo Tirso, Portugal, o qual foi Capitão-mor de Laguna/SC, e avós do Brigadeiro Jerônimo Francisco Coelho, militar, jornalista e político brasileiro. Há descendentes de Francisco e Antônia no RS, SC, RJ, SP, sem prejuízo de outros estados.

12. Francisco Machado Fagundes, capitão, n. 3/9/1691 em Norte Grande, ilha de São Jorge e fal. 28/9/1762 em Triunfo/RS, filho de Brás Pereira de Lemos, alferes e escrivão da Calheta, e Maria de Lemos Machado. A 16/8/1716 nas Velas, ilha de São Jorge, c/c (**Ana**) **Úrsula de São Pedro** ou (**Ana**) **Úrsula de Bittencourt**, b. 26/10/1692 nas Velas e fal. antes do marido, filha de Francisco de Bettencourt e Ávila e Maria Vieira Machado. Francisco, Ana e ao menos 4 filhos imigraram para SC (Florianópolis), antes de 1750, e depois migraram para o RS, onde deixou larga descendência em todo estado e, inclusive, nos Açores, no Pico. Dentre seus filhos, destaco Isabel Francisca de Bittencourt, n. 4/3/1722 nas Velas; a 30/4/1750 em Florianópolis/SC c/c Jacinto Mateus da Silveira, n. 12/11/1722 no Topo, ilha de São Jorge e fal. 12/5/1810 em Rio Pardo/RS, alferes, filho de Pedro da Silveira e Souza e Maria de São Pedro. Jacinto e Isabel foram dados como casal de El-Rei, cuja filha Francisca Maria de Bittencourt c/c Mateus Teixeira Fagundes (v. Amaro Dias da Cunha). Deles descende Arthur da Costa e Silva, Presidente do Brasil, além de outras personalidades.

13. Francisco Martins Laia n. 30/5/1729 em Altares, ilha Terceira, e fal. 7/12/1801, Rio Pardo/RS, filho de Manuel Martins Laia e Maria da Ascenção. A 14/7/1757 em Rio Grande/RS c/c **Francisca da Paixão de Jesus**, n. 9/3/1742 em Altares e fal. 30/5/1814 em Rio Pardo, filha de Antônio Nunes de Curvelo (v. este nome) e Maria da Conceição de Mello. Francisco e Francisca residiam em Encruzilhada do Sul, para onde migraram na década de 1760, e tiveram 13 filhos, dos quais destaco: Miguel Martins Laia, b. 6/10/1773 em Rio Pardo e fal. 11/2/1860 em Santa Maria, c/c Perpétua Maria do Rosário, filha de Antônio de Morais (v. Manuel de Morais) e Maria da Trindade. O casal deixou larga descendência no Planalto Médio em especial.

14. Gaspar de Oliveira b. 29/10/1697 nas Calhetas, Rabo de Peixe, Ribeira Grande, ilha de São Miguel e fal. depois de 1758, filho de José Tavares de Oliveira e Águeda de Benevides de Vasconcellos. Gaspar imi-

grou para São Paulo; a 19/8/1732 em Mogi das Cruzes/SP c/c **Margarida Corrêa Carassa** ou **Margarida de Jesus Corrêa**, ali n. 1704 e onde fal. 25/1/1758, filha do Cap. Marcelino Corrêa de Moraes ou Marcelino Corrêa de Mattos e Maria de Jesus da Cunha Carassa. Dos filhos de Gaspar e Margarida destaco Maria do Rosário, b. 5/7/1742 em Mogi das Cruzes e fal. 24/9/1797 em Piraí do Sul/PR, c/c Antônio Ferreira de Miranda, cujo casal gerou o alferes Reginaldo Ferreira de Miranda ou Reginaldo Pinto de Oliveira, migrado para Triunfo/RS, na década de 1790.

15. Henrique Tavares da Silva b. 25/4/1630 em Fajã de Baixo, ilha de São Miguel, foi capitão, filho de Henrique Tavares da Silva e Branca Velho Leite. Henrique imigrou para São Paulo, na década de 1650, onde por volta de 1654 c/c em Guaratinguetá/SP **Mariana Bicudo de Brito**, n. São Paulo/SP, filha de Antônio Bicudo e Maria de Brito. Deste casamento houve o filho, o Capitão Antônio Tavares de Melo, n. Guaratinguetá, c/c Maria da Silva Cortes, pais de Joana da Silva, c/c o Cap. Manuel Lopes Figueira. O trineto deste casal, Bernardo José dos Reis, n. 1792, Cunha/SP, Tenente, migrou para Santa Maria/RS, na metade da década de 1820.

16. João da Silveira (**de Matos**) **Machado** n. 8/2/1720 no Topo, ilha de São Jorge e fal. 6/9/1800 em Rio Pardo/RS, filho de Francisco da Silveira de Matos e Ana Alexandrina Machado. João c/c **Ana Maria da Assunção**, n. 5/8/1729 na Ribeira Seca, Ilha de São Jorge, filha de Francisco Teixeira e Maria Jorge. João e Ana imigraram para o RS em 1752, tratando-se de casal de El-Rei, o qual em 1755 saiu de Viamão, radicando-se em Rio Pardo. Dos 7 filhos do casal destaco Ana Maria da Ascenção, b. 23/4/1760 em Rio Pardo, onde c/c Manuel Nunes de Souza (v. Manuel de Souza Pereira). Dentre os inúmeros descendentes, ressalto o escritor Érico Veríssimo e os juristas Nelson Jobim e Walter Jobim Neto.

17. João da Silveira de Quadros n. 17/5/1706 em Urzelina, ilha de São Jorge, filho de Pedro Roque e Maria Quadrado. A 2/12/1730 em Urzelina c/c **Maria de Ávila** ou **Maria da Piedade**, n. 26/9/1703 em Pedro Miguel, ilha do Faial, filha de José Ferreira e Luzia Pereira Goulart. João e Maria, casal de El-Rei que se destinaria para o povoamento das Missões, com ao menos 5 filhos imigraram em 1752. O casal se radicou em Viamão, inicialmente, e, após, em General Câmara. Já seus descendentes ganharam a região de Rio Pardo, deixando larga descendência. De seus filhos, destaco Manuel Francisco da Silveira ou Manuel da Silveira de Quadros, n. 28/1/1732 em Urzelina e fal. 23/5/1819 em Rio Pardo/RS, onde em 2/1757 c/c Josefa Francisca ou Josefa Isabel de São Francisco, filha de

Antônio da Rosa (II) (v. este nome) e Águeda de Santo Antônio. Do casamento de Manuel e Josefa nasceu o filho Gregório Francisco da Silveira, c/c Ana Inês Francisca (v. Manuel Dutra de Medeiros). Do casal patriarca descendem, afora outros, Leonel de Moura Brizola, político brasileiro.

18. João da Silveira Gularte n. 1º/2/1721 em Praia do Almoxarife, ilha do Faial, e fal. 16/10/1794 em Rio Pardo/RS, filho de Pedro Silveira e Catarina da Silveira. João a 13/2/1749 em Pedro Miguel, ilha do Faial, c/c **Josefa Jacinta da Silveira**, n. 1727 em Pedro Miguel e fal. 16/7/1795 em Rio Pardo/RS, filha de Manuel da Silveira Duarte e Isabel de Faria. João, Josefa e dois filhos, José e Angélica imigraram em 1752 para o RS, estabelecendo-se, inicialmente, em Viamão e depois em Rio Pardo. Dentre os seus 6 filhos, destaco Angélica Rosa da Silveira, n. 11/5/1751 em Pedro Miguel, c/c com Simão Marques (v. Manuel Marques de Valença). João e Josefa têm vasta descendência, dentre eles destaco: João Belchior Marques Goulart (Jango), Presidente do Brasil, e Luiz Carlos Prestes, político brasileiro.

19. João de Ávila n. 30/9/1706 nas Bandeiras, ilha do Pico e fal. 18/3/1758 em Rio Grande/RS, filho de Catarina de Ávila. A 18/7/1729, Salão, ilha do Faial, c/c **Luzia de Albernaz**, n. 15/9/1699 nos Cedros, ilha do Faial, e fal. 4/3/1748 em Rio Grande, filha de Antônio João e Catarina Manuel Alvernás. João e Luzia e ao menos a filha Rosa Maria de Jesus, n. 10/1/1735, Salão, ilha do Faial, imigraram entre 1752-1757, radicando-se em Rio Grande, onde o casal ali faleceu. Eram pobres, como anotou o padre, respectivamente, nos assentos de óbito de João e Luzia: *Sepultou-se na Igreja da Senhora Santa Anna, e não fez testamento por ser muito pobre* e *Não fez testamento por não ter de que e por isso se enterrou pello amor de Deos na Igreja da Senhora Santa Anna desta Freguesia de São Pedro do Rio Grande*. A filha Rosa c/c Teodósio Lopes de Carvalho, n. 1730 em Almofala, Figueira de Castelo Rodrigo, Portugal, soldado da Companhia de Artilharia; depois do Regimento de Dragões em Rio Grande e, após, sesmeiro na costa do Vacacaí, São Gabriel em 1792 (FIGUEIREDO, 1980, p. 63), cuja filha Rita Lopes de Carvalho c/c João Peres da Silva (v. José Gonçalves de Souza).

20. João Gonçalves Evangelho n. cerca de 1564, possivelmente na ilha Terceira ou Faial. C/c **Isabel de Faria**, n. 1574, na ilha do Faial, filha de Fuão Albernaz. O casal imigrou para o Rio de Janeiro, antes de 1589-1595, quando ali nasceu o filho Antônio de Faria Albernaz, capitão, fal. em 1663 em Taubaté/SP, onde tomou parte na bandeira de 1636 chefiada por Antônio Raposo Tavares. Antônio c/c com Catarina de Cisneiro,

cujos descendentes depois de muitas gerações migram para o Paraná, até atingir o Rio Grande do Sul.

21. João Inácio da Costa n. 20/11/1756 na Horta, Faial e fal. 24/10/1827 em Porto Alegre/RS, filho de Antônio da Costa e Teresa da Boa Nova. Na Horta, João c/c (I) **Catarina Antônia de Santa Rita** ou **Catarina Antônia Tomásia**, n. 6/3/1760, Horta e fal. 14/1/1809, Porto Alegre, filha de Manuel Pereira da Terra ou Manuel Pereira Galinha e Maria Jacinta. João a 30/4/1810 em Porto Alegre c/c (II) **Felícia Rosa de Jesus**, n. ilha do Faial e fal.26/7/1843 em Porto Alegre, filha de José Furtado da Terra e Isabel Inácia de Jesus. João, sua esposa Catarina, ao menos 4 filhos, além de sua sogra e cunhados, imigraram para o Brasil, estabelecendo-se inicialmente em Magé/RJ e na cidade do RJ e, em meados de 1797, em Porto Alegre. Nesta cidade, o casal residia na rua do Cotovelo, atual Riachuelo. João teve de seus dois casamentos no mínimo 20 filhos, dentre eles, Antônio Inácio da Costa (1785-1843), c/c em Porto Alegre, Ana Teresa de Jesus (v. Antônio José Ferreira) e depois radicado em Taquari/RS, os quais foram pais de Felisbina Antônia da Costa (1825-1914), c/c francês Jean Charles Pompée Démoly.

22. João Machado Álvares Mancebo n. 4/5/1710, na Ribeira Seca, ilha de São Jorge, filho de João Machado Álvares e Maria Leal ou Maria de Santana. A 19/11/1735 na Ribeira Seca c/c **Joana de Jesus**, ali n. 27/9/1712, filha de Pedro Gregório Teixeira e Apolônia de Souza. O casal de João e Joana e ao menos 2 filhos imigraram para Florianópolis/SC, antes de 1752, onde nasceram mais 3 filhos. Dos filhos, destaco Manuel Machado Álvares, n. 20/4/1737 na Ribeira Seca, c/c em Florianópolis Apolônia Maria de Jesus (v. Brás Corrêa da Silveira), cujo casal teve o filho João Machado Alves/Álvares, b. 17/5/1763 na Lagoa da Conceição, Florianópolis, migrado para Taquari/RS, onde a 28/1/1788 c/c Isabel Francisca de Bittencourt (v. Amaro Dias da Cunha), deixando larga descendência em especial em São Gabriel, Caçapava do Sul, Santa Maria, Alegrete, São Borja, Rosário do Sul.

23. João Mendes n. 13/12/1704 na Vila da Praia, ilha Terceira e fal. antes de 1742, filho de João Mendes e Antônia Dias ou Rodrigues. C/c **Maria dos Anjos**, n. 12/1/1711, Vila da Praia, filha de Gaspar Vieira de Borba e Grácia Nunes. Maria dos Anjos c/c (II) em 1742 com Amaro Cardoso, cujo casal talvez tenha imigrado para Florianópolis/SC, com ao menos 2 filhas dela com João Mendes: Maria Antônia, n. 24/5/1732, na Vila da Praia, c/c Leonardo José (v. Francisco da Silveira) e Vicência Luísa, n. Vila da Praia, c/c Baltazar Manuel, n. ilha Terceira.

24. José Corrêa Ferreira da Silva n. 25/9/1798 em Santa Cruz, ilha Graciosa, filho de José Corrêa da Silva e Rosa Joaquina da Trindade ou Ana Rosa da Trindade. José ao habilitar-se para casar a primeira vez, em 1820 (AHMRuN, 84/1820), declarou saiu de sua pátria menor de idade, com 13 anos de idade, e foi para a América. Desembarcou na Bahia, depois foi para o Rio de Janeiro, onde ficou por 2 meses, instalando-se após no RS: Porto Alegre e depois em Triunfo. A então noiva de José era **Maria do Carmo de Santo Antônio**, n. 6/2/1807 em Guadalupe, ilha Graciosa, Açores, era filha de João de Quadros Bittencourt e Maria Rosa de Santo Antônio, casal que também imigrou dos Açores, radicando-se em Triunfo, inicialmente, e depois na região de São Leopoldo. Do casamento de José e Maria do Carmo houve 7 filhos, sendo um de seus netos o Cel. João Corrêa Ferreira da Silva (1863-1928), primeiro Prefeito de Canela/RS, responsável pela construção de várias estradas de ferro no RS. José após uniu-se com **Carolina Henriette Marianne Koch**, n. 1805 em Herzog Juliushütte, Alemanha, filha de Ludwig Koch e Marianne Andreguetta. O casamento de José e Carolina deu-se uma década após viverem juntos, em 18/2/1855 em São Leopoldo, do qual nasceram 4 filhos, dentre eles Raymundo Corrêa da Silva (1845-1915), meu trisavô, e que foi delegado de Polícia em São Leopoldo, escrivão judicial em Santa Cristina do Pinhal (Parobé), subintendente de São Leopoldo, Presidente do Conselho da Instrução Pública, solicitador de Causas (fazia as vezes de advogado), além de negociante. José fal. 24/1/1874 em São Leopoldo, onde foi vereador por mais de um mandato, negociante e participou da Revolução Farroupilha.

25. José Gonçalves de Souza n. por volta de 1724-1725 em Angra, ilha Terceira, filho de Miguel Gonçalves e Josefa Maria. A 14/1/1744 em Angra c/c **Caetana Maria**, n. 14/8/1719 no Topo, ilha de São Jorge, filha de João Pires e Ângela de Matos. José, Caetana, e ao menos 2 filhos imigraram para Santa Catarina, estabelecendo-se no Desterro e depois em São José, na década de 1750. Ao menos 4 filhos do casal foram para o Rio Grande do Sul, radicando-se na região de Rio Pardo, dos quais destaco João Peres da Silva, n. cerca de 1760 em São José/SC, c/c, a primeira vez a 30/9/1780 em Rio Pardo, Rita Lopes de Carvalho, filha de Teodósio Lopes de Carvalho e Rosa Maria de Jesus (v. João de Ávila) e, a segunda, a 14/2/1829 c/c Maria Joaquina de Jesus.

26. José Gonçalves Ourique[5] n. 22/3/1714 nos Biscoitos, ilha Terceira, filho de André Gonçalves Ourique e Maria Lopes. José c/c nos Biscoitos com apenas 14 anos (sic) a 17/12/1732 com **Maria Nunes**, ali b. 28/10/1690 e fal. 25/10/1762 em Rio Grande/RS, viúva de João Gonçalves Godinho, filha de João Rodrigues Gato e Maria Nunes. Tudo indica que José e Maria, além da filha Maria de Jesus, n. 1736 nos Biscoitos, imigraram para Rio Grande/RS, entre 1752-1754, cujo casal era casal de El-Rei, um dos que veio dos Açores para povoar a região das Missões. A filha Maria de Jesus c/c possivelmente em Rio Grande, antes de 1754, com Thomé Machado Ourique (v. este nome).

27. José Gonçalves Pinheiro n. 13/5/1762 nos Altares, ilha Terceira, filho de Antônio Coelho Machado (Fagundes) e Joana de São João, os quais, ao que parece, não imigraram. José deve ter vindo para o Brasil em meados de 1780-1790, pois a 18/7/1790 em Triunfo/RS c/c em primeiras núpcias **Rosa Inácia de Jesus**, n. 22/10/1764, na Ribeira Seca, ilha de São Jorge, filha do alferes João de Souza Neto e Ana Silveira de Souza – este casal não imigrou para o Brasil. Possivelmente Rosa Inácia imigrou com o irmão Antônio Silveira Neto e sua mulher Isabel Vicência Bittencourt Pacheco. Após a morte de Rosa Inácia, a 13/5/1803 em Triunfo, José, em segundas núpcias a 19/11/1803 em Santo Amaro (General Câmara/RS) c/c **Ana Maria Marques de Souza**, ali b. 11/5/1787, filha de Antônio José de Souza, n. ilha de São Jorge, e Maria de Araújo Lopes, n. Rio Grande. José fal. 28/10/1843 em Triunfo, deixando 5 escravos, terras na região de São Jerônimo, objetos de casa e alguns animais. De seus dois casamentos, José Gonçalves Pinheiro deixou 22 filhos, dentre eles, Ana Rosa de Jesus, de seu primeiro casamento, c/c Joaquim José dos Santos (v. Maria Teresa de Jesus ou Maria Ferreira de Jesus).

28. José Machado n. 15/3/1710 na Ribeira Seca, ilha de São Jorge, e fal. antes de 1763, filho de Diogo Dias Machado e Catarina de Souza. José a 12/2/1730 nas Ribeiras, ilha do Pico, c/c **Isabel da Conceição**, ali n. 30/6/1704 e fal. antes de 1763, filha de Manuel de Azevedo e Maria Vieira. José e Isabel talvez tenham imigrado para SC, cujos descendentes depois passaram para o RS. Foram encontrados 3 filhos: (a) Manuel Machado de Azevedo, n. 23/5/1731 na Ribeira Seca, ilha de São Jorge, radicado em Imbituba/SC, onde c/c Maria de Jesus, n. Norte Pequeno,

5 O nome de João aparece de diferentes formas nos batismos de seus netos: José Gonçalves Ourique, André Godinho e João Gonçalves Godinho. Contudo, trata-se de dois casamentos de Maria Nunes, um com João Gonçalves Godinho e outro com José Gonçalves (Ourique), o que causou a confusão.

ilha de São Jorge, filha de Manuel Pereira de Souza ou Manuel de Souza Pereira e Luzia da Ressurreição – casal também estabelecido possivelmente em Imbituba/SC. Manuel e Maria tiveram o filho José Machado de Souza, b. 5/7/1762, Imbituba, migrado para Porto Alegre/RS, onde c/c Francisca Xavier de Brito, com descendentes especialmente em Porto Alegre e Osório; (b) Antônio Machado de Azevedo, n. 4/2/1740 na Ribeira Seca, ilha de São Jorge, fal. 1781, no RS e a 23/9/1763, Triunfo/RS, c/c Ana Pedroso de Morais, e (c) Maria da Conceição, n. Ribeira Seca, c/c Domingos Mendes em Laguna/SC, depois migrados para Triunfo.

29. José Pereira Garcia n. entre 1735-1737 na Feteira, ilha do Faial, e fal. 7/8/1790 em Porto Alegre/RS, filho de Tomás Pereira e Maria de Faria. José imigrou dos Açores e se estabeleceu em Rio Grande, onde deve ter casado antes de 1757. Ali permaneceu até 1763, quando da invasão dos espanhóis, quando fugiu com a família para Viamão. José foi c/c **Rita Leonarda** ou **Rita Inácia**, n. 8/1/1741 na Vila da Praia, ilha Terceira e fal. 1º/1/1809 em Porto Alegre, já casada em segundas núpcias com Vicente Cardoso, filha de Manuel de Oliveira e Rosa Maria. José e Rita tiveram 15 filhos, dentre eles Genoveva Rosa de Jesus (1765-1799), c/c Miguel Antônio de Oliveira (v. Antônio da Rosa I). Possivelmente Manuel de Oliveira e Rosa Maria, pais de Rita, imigraram para o Desterro, Florianópolis/SC, pois ali, ao menos 2 outras filhas, todos da Vila da Praia, casaram-se: Catarina Tomásia a 16/12/1750 c/c Manuel da Motta Maltez, e Beatriz Inácia a 24/10/1750 c/c José da Silva Barros.

30. Manuel de Morais n. 1703, Vila do Porto, ilha de Santa Maria, e fal. RS, filho de Tomé de Morais e Maria de Melo. A 10/2/1734, Vila do Porto, c/c **Margarida de Souza**, ali n. 21/1/1708 e fal. antes de 1758, filha de Simão de Souza e Ana da Graça ou Ana de Carvalho. Manuel, esposa e 4 filhos imigraram em 1752 ou 1753, desembarcando em Florianópolis/SC, onde permaneceram por 2 anos, passando após para Rio Grande, onde ficaram mais 5 meses e dali para Viamão e depois para Rio Pardo. Manuel vivia de sua *agência* quando foi testemunha em uma habilitação de casamento, quando declarou que ele e esposa eram *dos cazaes que sua magestade mandou conduzir para as povoações das Missões*. Manuel era analfabeto e de seus filhos destaco Antônio de Morais, b. 11/6/1736, Vila do Porto e fal. 24/10/1798, Rio Pardo, onde a 20/1/1766 c/c Maria da Trindade, filha de Caetano de Souza Nunes (v. este nome) e Paula Maria. Do casamento de Antônio e Maria nasceu a filha Perpétua Maria do Rosário, b. 25/3/1778, Rio Pardo, c/c Miguel Martins Laia (v. Francisco Martins Laia).

31. Manuel de Souza Pereira n. 11/2/1707 nas Velas, ilha de São Jorge, e fal. 17/9/1796 em Rio Pardo/RS, filho de Pedro Nunes Amaral e Maria de Souza. Nas Velas a 2/5/1729 c/c **Luzia Pacheco**, ali n. 10/12/1706, filha de Manuel Gonçalves (Vieira) Pereira e Maria Pacheco. Manuel, Luzia e 4 filhos imigraram para o RS em meados de 1752-1760, radicando-se em Rio Pardo. Dos filhos, destaco Manuel Nunes de Souza, n. 11/12/1730 nas Velas, e fal. 1818 em Rio Pardo, casado duas vezes, a 1ª com Maria da Ascenção, n. Topo, ilha de São Jorge, e a 2ª com Ana Maria da Ascenção, filha de João da Silveira (de Matos) Machado (v. este nome) e Ana Maria da Assunção.

32. Manuel Dutra de Medeiros n. 7/5/1725 nos Cedros, ilha do Faial, filho de João Pereira Machado e Maria Garcia de Mendonça de Medeiros. Casou-se a primeira vez com **Inês Francisca**, n. 16.2.1730 em Pedro Miguel e fal. 15/10/1761 em Rio Grande/RS, filha de Antônio Albernaz da Rosa e Maria Luís. Casou-se a segunda vez a 3/6/1762 em Rio Grande com **Maria de São João**, n. Vila da Praia, ilha Terceira, viúva de Manuel Cardoso. Manuel e Inês imigraram antes de 1759, pois a 28/10/1759 nasceu em Rio Grande a filha Ana Inês Francisca, fal. 28/12/1835 em Rio Pardo, onde c/c (I) a 7/5/1773 com João Soares Coelho e, a segunda, a 7/7/1784 com Gregório Francisco da Silveira (v. João da Silveira de Quadros).

33. Manuel Lourenço Vidal, alferes, n. 10/8/1717 na Horta, ilha do Faial, e fal. 13/6/1776, sem testamento, por ser muito pobre, em Curitiba/PR, filho de Francisco Vidal e Josefa Corrêa. Manuel imigrou para Curitiba, antes de 1744, pois a 1º/3/1744 ali c/c **Francisca dos Passos de Jesus**, b. 15/2/1728 em Curitiba, filha de João Paes de Almeida e Maria dos Passos dos Santos. Manuel e Francisca deixaram 10 filhos, dentre eles Francisca Lourença de Jesus (1746), c/c José Pedroso de Moraes, cuja filha Reginalda Maria de Jesus e seu marido Rafael Alves de Oliveira migraram para Vacaria, depois Piratini, Cachoeira do Sul, Santo Antônio da Patrulha e, finalmente, para Gravataí.

34. Manuel Luís Rodrigues n. cerca de 1710 na Feteira, ilha do Faial, filho de José Rodrigues e Catarina Luís. Ali a 2/10/1737 c/c **Joana de Brum e Silveira**, ali n., filha de José Silveira de Brum e Catarina de Matos. Manuel, Joana e duas filhas imigraram para o RS em 1752 e foram dados como *dos casais que Sua Majestade manda para as Missões*. De suas filhas, destaco Inácia Rosa de Jesus, n. 1741 na Feteira e fal. 14/1/1814 em Rio Pardo/RS, onde c/c com Antônio de Oliveira Machado e depois com Luís da Silva.

35. Manuel Marques de Valença n. cerca de 1700 no Topo, ilha de São Jorge, e fal. Rio Pardo/RS, filho de Antônio Marques de Valença Fagundes e Maria Cardoso. Manuel a 17/10/1725 na Calheta, ilha de São Jorge, c/c (I) **Isabel Nunes**, ali n. 1706 e fal. 8/8/1770 em Rio Pardo/RS, filha de Antônio Pereira Quadrado e Ana Pereira ou Ana Vieira. Manuel a 28/4/1772 em Rio Pardo c/c (II) **Josefa Maria de São José**, n. ilha do Faial, filha de Francisco Dutra e Violante Dutra. Manuel e Isabel imigraram para o RS entre 1752-1755, ao menos com 2 filhos e 1 genro. Dentre os filhos, destaco Simão Marques, n. por volta de 1740 na Ribeira Seca e fal. 27/7/1788 em Rio Pardo/RS, onde a 17/9/1764 c/c Angélica Rosa da Silveira, n. Pedro Miguel (v. João da Silveira Gularte). Do casal de Simão e Angélica descendem também Luís Carlos Prestes, político brasileiro, e Jorge Godofredo Felizardo, genealogista.

36. Maria do Rosário n. 1714 no Topo, ilha de São Jorge, e fal. 13/4/1804 em Charqueadas, à época pertencente a Triunfo/RS, e sepultada na matriz de Triunfo. Não consegui descobrir a filiação de Maria, mas por certo imigrou com os pais para Santa Catarina, radicando-se, inicialmente, em Laguna/SC, onde, por volta de 1755, c/c o cirurgião-mor **João José de Leão**, espanhol de Manzanares, talvez o primeiro médico de Laguna, onde tinha uma botica, e ali fal. a 23/3/1798. O casal teve 2 filhos, José Manuel de Leão e o Tenente Manuel José de Leão (1759-1834), meu penta-avô, o qual foi charqueador, negociante, fazendeiro, traficante de escravos e deixou considerável fortuna. O Ten. Manuel foi irmão da Santa Casa de Porto Alegre e um dos primeiros que a compôs, de quem já escrevi e publiquei três artigos, e foi c/c Maria Antônia de Jesus, filha de Thomé Machado Ourique (v. este nome) e Maria de Jesus.

37. Maria Teresa de Jesus ou **Maria Ferreira de Jesus** n. cerca de 1765, na ilha do Pico, e fal. antes de 1831. Imigrou para o Rio de Janeiro, talvez com sua família, onde c/c **Luís Manuel da Trindade** ou **Luís Manuel dos Santos**, n. Rio de Janeiro, os quais foram pais de Joaquim José dos Santos, n. por volta de 1785 em Magé/RJ, que migrou para Triunfo/RS. O filho Joaquim a 15/6/1813 em Triunfo c/c Ana Rosa de Jesus, filho dos açorianos José Gonçalves Pinheiro (v. este nome) e Rosa Inácia de Jesus. Joaquim e Ana tiveram 12 filhos, com considerável descendência em especial em São Jerônimo, Charqueadas e Porto Alegre.

38. Thomé Machado Ourique n. 6/2/1728 nos Biscoitos, ilha Terceira, filho de Manuel Fernandes Ourique e Francisca da Conceição, não imigrados. Thomé imigrou dos Açores e chegou antes de 1754 no Des-

terro (hoje Florianópolis/SC), onde foi vereador por mais de um mandato, nas décadas de 1760-1770. Em meados de 1753 Thomé, possivelmente no Desterro, c/c **Maria de Jesus**, n. 1736 nos Biscoitos, imigrada com seus pais José Gonçalves Ourique (v. este nome) e Maria Nunes. Thomé e esposa mudaram-se para Rio Grande/RS, onde nasceram 4 filhos. Mas no ano de 1763, com a invasão espanhola em Rio Grande, voltaram para o Desterro, onde nasceram mais 2 filhos. Thomé fal. no Desterro a 5/10/1771, com testamento, pedindo que fosse sepultado na Matriz de N. Sra. do Desterro, acompanhado pela Ordem Terceira e pela Irmandade do Santíssimo Sacramento, da qual era irmão. Declarou que tinha uma casa na Vila do Desterro, onde morava; um sítio no Rio Tavares, com 100 braças de frente e 50 de frente; uma plantação de mandioca; seis escravos, além de outros bens de casa. Não sabia escrever o nome, pois pediu ao padre Manuel da Encarnação que assim o fizesse. Seus descendentes radicaram-se no RS, especialmente em Porto Alegre, Cachoeira do Sul, Rio Pardo e São Jerônimo. Uma de suas filhas, Maria Antônia de Jesus (1762-1798) c/c o Tenente Manuel José de Leão (v. Maria do Rosário).

Os casais acima, num total de 38, com quase todos os genearcas açorianos (homem e/ou mulher), demonstram claramente a diáspora açoriana havida no Brasil. Desses meus ancestrais, tenho conhecimento que alguns chegaram na Bahia, outros no Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, desde o século XVI até o XX. Além disso, desse total de 73 antepassados açorianos que imigraram para o Brasil (alguns descendo mais de vez), 27 nasceram na ilha de São Jorge, 19 no Faial, 15 na Terceira, 4 no Pico, 4 em São Miguel, 3 em Santa Maria e 1 na Graciosa. Contudo, embora os percursos de cada imigrante, muitos ou senão seus descendentes chegaram ao Rio Grande do Sul a partir do século XVIII, confirmando o que já se sabe: a forte e importante presença açoriana na região sul do Brasil.

Referências

CABRAL, Osvaldo Rodrigues. *A organização das Justiças na Colônia e no Império e a História da Comarca de Laguna*. Porto Alegre: Santa Terezinha, 1955.

FIGUEIREDO, Osório Santana. *São Gabriel desde o Princípio*. Santa Maria: Palloti, 1980.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário Bandeirantes e Sertanistas do Brasil:* séculos XVI, XVII, XVIII. São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1954.

PUFAL, Diego de Leão; MANGANELLI, Ernani Raupp; ROSA, Gilson Justino da. Famílias Açorianas em Porto Alegre: 1772-1822. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel;

PUFAL, Diego de Leão; MANGANELLI, Ernani Raupp; ROSA, Gilson Justino da (Org.). *Açorianos em Porto Alegre* (recurso eletrônico): *História, Genealogia e Cultura*. Porto Alegre: Evangraf, 2022. Disponível em https://www.chcsantacasa.org.br/servicos/publicacoes/?fbclid=IwAR14HktxjDqESTaCl_h2tcyk5o4hZ-jOu6mWyo4b7v__XadBokjG4MnMYR0

RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasiliana, 1967, v. 2.

SILVA LEME, Luiz Gonzaga. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Casa Duprat, 1903-1905.

SILLOS, Luiz Gustavo de. O casal Henrique Tavares da Silva e Mariana Bicudo de Brito: povoadores do Vale do Paraíba. In: *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia* (ASBRAP). São Paulo: 2017, n. 23. Disponível em https://www.asbrap.org.br/index.php?mpg=09.00.00&acao=ver&id_edicao=23

Fontes documentais e acervos

ARQUIVO HISTÓRICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRS)

Fundo da Justiça.

ARQUIVO HISTÓRICO MONSENHOR RUBEN NEIS – CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE (AHMRuN).

Acervo do genealogista Jorge Godofredo Felizardo

Habilitações de casamento

Livros de Batismos

Livros de Casamentos

Livros de Óbitos.

ARQUIVO pessoal do autor: Adriana Weber, Cassiano Borowsky Braz, Gilson Justino da Rosa e João Simões Lopes Filho.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS)

Inventários *post-mortem*

Livros de Tabelionato.

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANDISCIPLINAR. CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA (CITCEM). Universidade do Porto. Genealogia, disponível em http://www.ghp.ics.uminho.pt/

FAMILYSEARCH. Sítio da igreja mórmon – igreja dos Santos dos Últimos Dias. Registros diversos, disponível em: https://familysearch.org/

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (IHGRGS)

Acervo do genealogista Moacyr Domingues.

PUFAL, Diego de Leão. Os meus antepassados: uma miscelânea de origens! In: blog *Antigualhas, histórias e genealogias*, 2016. Disponível em http://pufal.blogspot.com/2016/11/

MINHAS *EVAS* MATERNAS ERAM AÇORIANAS

DIEGO DE LEÃO PUFAL[1]

Minhas *Evas* pelo lado de minha mãe eram açorianas!

Costumamos em genealogia preocuparmos sobremaneira com os sobrenomes que carregamos em nossos nomes. Nem sempre damos, porém, importância a tantas outras famílias que compõem as nossas ascendências. Nessa sistemática de levarmos, em regra, os sobrenomes de nossos avós paterno e materno, olvidamos de tantas famílias (e patronímicos) que descendemos. Esse processo e costume implicam, muitas vezes, no completo esquecimento de alguns ou muitos antepassados. O pior, contudo, é que relegamos, principalmente, o papel e a importância das mulheres, nossas ancestrais, nossas avós, as nossas *Evas*, quando até hoje a maternidade é certa, enquanto a paternidade se presume.

Em 2017 e 2018 veiculei em meu *blog Antigualhas, histórias e genealogia* dois artigos: *A mãe da mãe de minha mãe...: uma genealogia matrilinear* e *A mãe da mãe de meu avô materno...: uma genealogia matrilinear*, justamente para dar visibilidade a essa questão e ressaltar a importância de não ficarmos limitados unicamente a uma família ou ramo ancestral. Naquela primeira postagem,[2] assim escrevi:

> De acordo com Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2008, p. 331), o vocábulo *matrilinear* é "relativo aos parentes por linha exclusivamente feminina" ou "relativo à descendência por linha materna". Assim, a linha matrilinear refere-se à pesquisa da linhagem da família da mãe da pessoa investigada, buscando-se sempre o ramo da mãe da mãe (avó), da mãe da avó (bisavó) e assim por diante.
>
> Antes dos testes de DNA, a genealogia matrilinear era tida como a mais acertada e genuína, justamente porque a maternidade não se presume, o mesmo não se podendo dizer com relação à paternidade. Nesse sentido, é corrente a existência de filhos fora do casa-

1 Genealogista. Sócio correspondente do IHGRGS, sócio do Colégio Brasileiro de Genealogia e do Instituto de Genealogia de SC. Analista Jurídico do TJSC. Imbituba/SC.

2 Disponível em http://pufal.blogspot.com/2017/12/a-mae-da-mae-de-minha-mae-uma.html

mento, por exemplo, cujo verdadeiro pai somente foi (ou é) revelado, anos após o nascimento da criança, quando o foi (ou é), ou cujo pai é desconhecido, afora outras variadas situações. Por outro lado, ainda que em algumas pesquisas realizadas o nome da mãe apareça como "incógnito", mas de pai conhecido, via de regra o motivo é bastante lógico: esconder a maternidade, muitas vezes revelada ao longo das gerações seguintes.

No caso da minha genealogia matrilinear, consegui, contando comigo, retroceder a doze gerações. Infelizmente não foi possível prosseguir além disto, que remonta aproximadamente a década de 1670, por não existirem alguns registros eclesiásticos da ilha do Faial, que integra o Arquipélago dos Açores, em Portugal.

Desta pesquisa, contudo, há vários destaques, como o retroceder na história familiar cerca de 350 anos até os dias de hoje, além de saber que estas ancestrais fizeram parte das primeiras levas da imigração açoriana para o Rio Grande do Sul, no século XVIII. Já em solo gaúcho, a exemplo de outros ilhéus, estas mulheres percorreram e se movimentaram por um vasto território, com a peculiaridade de que, como até os dias atuais, perderam o sobrenome paterno.

Justamente por isto, ou seja, pelo não conhecimento e esquecimento a que famílias pertenceram estas mulheres, julgo ser de suma importância que se busque saber sobre estas linhas. Enquanto levamos o sobrenome paterno às gerações seguintes, os apelidos maternos acabam por cair no esquecimento, por onde se perde, sem dúvida, grande parte da história familiar.

Entendo, portanto, necessário também publicar neste *Raízes Açorianas* essas minhas genealogias matrilineares, como forma de valorizar e homenagear, em especial, as minhas tantas avós. Curiosamente, as *Evas* de meus avós maternos até onde pude apurar eram da ilha do Faial, e, por certo, aparentadas, embora não tenha conseguido encontrar o ponto comum, pela ausência dos registros mais antigos. Coincidência ou não, meus avós, Nerly Antônio de Leão e Maria Laureano Brasil, se conheceram em Porto Alegre, sem jamais imaginarem que parte de seus ancestrais eram os mesmos e/ou ocuparam o mesmo local durante séculos. Seus antepassados saíram dos Açores e estabeleceram-se no Rio Grande do Sul para, após gerações, seus descendentes se reencontrarem.

Figura 1 – Nerly Antônio de Leão e Maria L. Brasil
Casamento na igreja de N. Sra. do Rosário – Porto Alegre (1947)

Fonte: acervo do autor.

Seguem-se, assim, as genealogias maternas de meus avós, com novos dados, correções e acréscimos.

Antepassadas de Nerly Antônio de Leão

1. **Aurélia Albernaz(s)** ou **Alvernaz(s)** nasceu cerca de 1620 em Pedro Miguel, ilha do Faial e falecida antes de 1643. Aurélia casou-se com **Sebastião Duarte**, nascido cerca de 1610/1615 em Pedro Miguel, onde faleceu antes de 27/7/1659. O casal gerou ao menos 4 filhos: Aurélia Alvernaz, Maria Luís, João Duarte e Francisco Alvernaz Duarte, dos quais, destaco:

2. **Aurélia Albernaz(s)** ou **Alvernaz(s)** ou **Aurélia Luís** nasceu por volta de 1640/1645 em Pedro Miguel, ilha do Faial, onde a 23/4/1703 já era falecida. Ali casou a 7/6/1661 com **Antônio Furtado de Mendonça da Silveira**, nascido cerca de 1640 na Ribeirinha, ilha do Faial e falecido depois de 1703, filho de Manuel da Silveira Goulart e Francisca de Medeiros, cujos ancestrais não consegui descobrir. O casal gerou no mínimo 5 filhos: um com nome ilegível, Domingos, Antônio, Bárbara e:

3. **Maria Pereira da Silveira,** batizada a 25/10/1673 em Pedro Miguel, ilha do Faial, onde faleceu a 30/9/1744, tendo sido seu corpo envolvo em hábito de São Francisco e *acompanhado com o colegio, cruzes e pendoens de todos desta Igreja excepto a crus de São Pedro esta enterrada entre as grades para a parte do Sul, seo marido lhe mandou fazer hú* [um] *officio de corpo prezente e lhe mandou dizer quarenta missas...* (sic). Casou na igreja de N. Sra. da Ajuda da mesma freguesia a 23/4/1703 com **Amaro Gonçalves**, ali batizado a 8/8/1682 e falecido a 20/4/1767, com cerca de 85 anos, viúvo, sem os sacramentos *por ser sua morte inesperada foi seu corpo acompanhado a sepultura com o nosso Collegeo todas as cruzes e Pendoez, era Irmão dos quarente e outo do Santíssimo. Sacramento e das Almas*, tendo sido seu corpo sepultado no corredor da igreja da parte do sul, abaixo da grade. Não fez testamento *nem tinha de que o fazer*, sua filha Mécia Rosa lhe mandou celebrar as missas *que coubera na sua pobresa* (sic). Amaro foi filho de Mateus Alvernaz(s)/Albernaz(s) e Isabel Gonçalves, neto paterno de Antônio Alvernaz e Maria da Terra, naturais e moradores que foram de Pedro Miguel, e neto materno de Amaro Gonçalves, de quem tomou o nome, e de Maria Rodrigues, naturais da freguesia das Bandeiras, ilha do Pico. Maria e Amaro tiveram ao menos 5 filhos: Teresa de Jesus, Mécia Rosa, Antônio, Mateus e:

4. **Francisca da Trindade** nasceu cerca de 1708 em Pedro Miguel, ilha do Faial, onde faleceu a 18/9/1746, com 38 anos *pouco mais ou menos* e foi sepultada no interior da igreja de N. Sra. da Ajuda, debaixo do tabernáculo defronte às portas travessas mais para a parte do norte.

Casou no mesmo local a 24/5/1728 com **José Luís de Gouveia**, nascido por volta de 1705 na freguesia do Almoxarife, Faial, filho de José Luís de Gouveia e Ana da Rosa, nascidos respectivamente por volta de 1685/1690 na Praia do Almoxarife e na freguesia dos Flamengos. Francisca e José Luís foram pais de: Raimundo, Teresa Inácia da Trindade, Jorge da Terra, Raimundo, Francisco, Francisco e:

5. **Ana da Trindade** batizada a 17/12/1732 em Pedro Miguel, Faial, onde faleceu a 27/7/1797, sem testamento, sendo seu corpo envolvo em hábito de N. Sra. do Carmo e sepultada no interior da igreja de N. Sra. da Ajuda. Casou no mesmo local a 4/2/1760 com **Joaquim de Faria**, ali nascido a 2/2/1738 e falecido a 28/3/1807, filho de Felipe de Faria e Maria Luís, nascidos em Pedro Miguel em 1703 e 1711, neto paterno de Antônio de Faria e Maria Rodrigues de Faria e neto materno de Pascoal Vieira e Maria Luís. Joaquim e Ana tiveram ao menos 4 filhos: José, José, Antônio Joaquim de Faria e:

6. **Teresa da Trindade** nasceu a 3/4/1763 em Pedro Miguel, Faial e faleceu a 31/7/1835 em Porto Alegre/RS, conforme o inventário de seus bens. Teresa imigrou para o Brasil com o marido e filhos em meados de 1800, estabelecendo-se em Porto Alegre. Teresa era analfabeta e, ao falecer, deixou os seguintes bens em Viamão: uma casa de moradia e sua atafona, com paredes de pedra cobertas de telhas velhas e já arruinada, com todos os seus pertences para fazer farinha e moer grão, e mais uma cozinha ordinária coberta de telhas, com cercados e arvoredos, mandiocas novas e velhas; um terreno pequeno em frente da mesma casa, com lavouras; uma casa nova construída de tijolos furados e assoalhada com sua cozinha, tudo coberto de telha com um potreiro em frente; outro potreiro; o campo de fora com seus matos; 8 escravos, 13 bois mansos, 15 reses de criar, além de objetos de casa. Casou-se em Pedro Miguel a 23/8/1789 com **Antônio José Ferreira**, ali nascido a 10/5/1763 e falecido a 17/6/1845 em Porto Alegre/RS, filho de Antônio José (nascido por volta de 1730 na Praia do Almoxarife ou em Pedro Miguel) e de Clara Jacinta (nascida em 1739 na Praia do Almoxarife), neto paterno de Antônio Alvernaz(s)/Albernaz(s) e Maria da Luz e neto materno de Manuel Pereira e Domingas de Santo Antônio. Teresa e Antônio tiveram os filhos: José Antônio Ferreira, Jacinto Antônio Ferreira, Antônio José Ferreira, Manuel Antônio da Silva e:

7. **Ana Teresa de Jesus** nasceu a 5/6/1790 em Pedro Miguel, Faial, e faleceu a 2/4/1866 em Taquari/RS, para onde emigrou em torno de 1800 com seus pais e irmãos. Casou a 1º/5/1811 na igreja de N. Sra. da Madre de Deus de Porto Alegre (Catedral) com **Antônio Inácio da Costa**, nascido cerca de 1785 em Magé/RJ e falecido a 28/4/1843 em Taquari/RS, aos 61 anos, de morte repentina e foi sepultado na igreja local, filho de João Inácio da Costa (nascido em 1756 na cidade da Horta, Faial) e de Catarina Antônia de Santa Rita ou Catarina Antônia Tomásia (nascida em 1760 na Horta, Faial), neto paterno de Antônio da Costa e Teresa da Boa Nova e neto materno de Manuel Pereira da Terra ou Manuel Pereira Galinha e de Maria Jacinta, faialenses.

O casal Antônio e Ana amealhou algum patrimônio, como demonstram os processos de inventário de seus bens. O de Antônio foi autuado em 1866 em Taquari (APERS), depois de mais de 20 anos de sua morte, sendo inventariante a viúva, cuja partilha se deu de forma amigável entre os herdeiros. Foram arrolados 8 escravos: Manuel, de 50 anos; Maria, de 50 anos, adoentada; Inácia, de 34 anos; Alexandra, de 34 anos;

Lucindo, de 8 anos; Firmino, de 6 anos; Elias, de 5 anos, e Constança, de 2 anos; umas terras de plantação entre a *Barra do Riacho* e o rio Taquari, com cerca de 147 braças de frente, à margem da estrada que seguia ao Passo do referido riacho e ao Passo Geral do mesmo rio, com fundos ao mesmo; uma pequena tira de terras em seguimento das acima ditas e um prolongamento do rio Taquari até uma sanga denominada Sanga Rosa; uma pequena casa de moradia, em mau estado, na rua que da Vila seguia para a praia, com o terreno que lhe corresponde da frente ao fundo, correspondendo mais dez palmos a leste para um portão, acompanhando os mesmos fundos; um terreno a leste na propriedade acima, com 120 palmos de frente e com fundos igual àquele e um terreno ao oeste da casa de moradia com 130 palmos de frente com os mesmos fundos do acima.

Ana Teresa de Jesus fez seu testamento aos 25/3/1866 em sua casa em Taquari/RS (APERS), para onde o tabelião se dirigiu, encontrando-a de *cama doente, porem em seu perfeito juízo e claro entendimento*, declarando que era católica, que tinha 79 anos, viúva de Antônio Inácio da Costa, de cujo matrimônio existiam três filhas vivas, por nomes Inocência, Felicidade e Felisbina. Deixou a terça de seus bens em favor das filhas Inocência e Felicidade, *pelo muito que lhes tem feito e servido, tratando-as com amor e carinho.* Após outras disposições testamentárias, as declarações foram lidas e aceitas por Ana Teresa, que por não saber ler e nem escrever, pediu a Leandro Ribeiro que assinasse a seu rogo. Depois de uma semana de seu testamento, Ana faleceu de morte natural, aos 79 anos e foi sepultada no cemitério de Taquari/RS.

Por ocasião do inventário de seus bens, autuado em 6/7/1868, também em Taquari (APERS), foram arrolados os bens seguintes: uma casa de morada com 30 palmos de frente, cozinha e um terreno com 10 palmos de frente, onde estava edificado um portão e mais benfeitorias; um terreno *pegado* ao lado da casa a oeste, com 130 palmos de frente e fundos a uma sanga; um outro terreno com 120 palmos de frente e fundos a mesma sanga, cujo terreno se divide a leste com o terreno onde está edificado o portão; um terreno além do arroio do Riacho com 100 braças de frente ao Rio Taquari; um outro *pegado* ao mesmo acima com 113 braças de frente ao Rio Taquari, com cercado e dois escravos: Elias, de 7 anos, e Constância, com 5 anos mais ou menos.

Ana e Antônio tiveram seis filhos: Jacinta, João Inácio da Costa, Felicidade Antônia da Silva, Inocência Antônia da Silva, Eleutério da Costa e:

8. **Felisbina Antônia da Costa** (em alguns registros consta Albina Antônia da Costa) nasceu a 28/6/1825 em Taquari/RS e faleceu a 1º/3/1914 em São Leopoldo/RS, onde casou a 14/11/1865, pouco antes do falecimento de seu marido. Seu marido foi **Jean Charles Pompée Démoly** ou João Carlos Pompeu Demoly, nascido a 23/10/1807 em Ile d´Yeu, Vendée, Pays de la Loire, França, e falecido a 24/6/1866 em Porto Alegre/RS, filho de Jean Démoly e Marie Rose Aurore Moizeau. O casal teve 4 filhos: João Carlos Pompeu Demoly, Maria Isabel Demoly, Rosa Demoly e:

9. **Maria Estela Demoly** nasceu cerca de 1860/1861 em São Leopoldo/RS e faleceu a 1º/5/1920 em Porto Alegre/RS. Casou a 19/1/1878 em São Leopoldo/RS com **Zeferino Coelho Netto**, nascido a 20/4/1842 em Alegrete/RS, e falecido a 25/12/1885 em Porto Alegre/RS, filho do Capitão Zeferino Coelho Netto e de Cândida Francisca Pereira. Zeferino, marido de Maria Estela, foi escrivão de órfãos e ausentes de São Leopoldo e teve, deste seu casamento (pois foi casado outras duas vezes), 6 filhos: Alcides, Almerinda, João, Ermelina, Zeferina e:

10. **Camilla Coelho Netto** nasceu a 15/7/1884 em São Leopoldo/RS e faleceu a 17/4/1902 em Porto Alegre/RS. Teve uma única filha com **Ernesto de Souza Leal Filho** ou **Ernesto de Souza Leal de Oliveira**, nascido a 15/9/1863 em Osório/RS, e falecido a 12/7/1908 em Porto Alegre/RS, filho de Ernesto de Souza Leal e Felisberta Antônia Inácia de Oliveira. De Camilla e Ernesto nasceu:

11. **Jenny Coelho Netto** nasceu a 11/7/1901 em São Leopoldo/RS e faleceu a 3/4/1984 em Porto Alegre/RS, onde casou a 18/12/1920 com **Floriano Antônio de Leão**, nascido a 5/8/1899 em Porto Alegre, onde faleceu a 26/10/1974, filho de Gasparino Antônio de Leão e Leocádia de Almeida da Soledade. Pais de:

12. **Nerly Antônio de Leão** nasceu a 10/12/1921 em Porto Alegre, onde faleceu a 19/10/1978. Formou-se em Economia e Direito e foi funcionário do Banco do Brasil. Casou-se a 4/9/1947 com **Maria Laureano Brasil**, com quem teve dois filhos, dentre eles:

13. **Dóris Brasil de Leão**, nascida a 23/3/1950 em Porto Alegre, onde faleceu a 9/10/2020. Defensora Pública do Estado do RS. Casou-se a 14/10/1972 com **Helmuth Luís Schmidt Pufal**, com quem teve 4 filhos, dentre eles:

14. **Diego de Leão Pufal,** nascido a 10/6/1979 em Porto Alegre.

Antepassadas de Maria Laureano Brasil

1. **Maria Luís** nasceu cerca de 1670, na cidade da Horta, na ilha do Faial, Açores, e faleceu antes de 31/8/1705, quando seu marido se casou a segunda vez. Maria viveu na cidade de Horta, como constam nos registros de casamento de seus filhos. Embora não tenha encontrado elementos que confirmem a hipótese, é possível que seu viúvo tenha se casado com a cunhada Catarina Luís. Se acertada a hipótese, Maria seria aquela nascida a 20/8/1673 na Horta, batizada na igreja de N. Sra. das Angústias, filha de Manuel Luís e Maria de Azevedo. Maria Luís casou-se em meados de 1690, talvez na Horta (Conceição), com **Antônio de Gouveia**, ali nascido cerca de 1660 e já falecido a 9/11/1718. Antônio casou-se a segunda vez, a 31/8/1705 na igreja de N. Sra. das Angústias, na Horta, com Catarina Luís, ali nascida a 18/6/1679, filha de Manuel Luís e Maria de Azevedo. Maria e Antônio foram pais, além de outros, de:

2. **Maria Luís** nasceu cerca de 1696 na cidade da Horta, na ilha do Faial e faleceu a 8/12/1746 em Pedro Miguel, na mesma ilha, com 50 anos *pouco mais ou menos,* viúva, recebeu os divinos sacramentos, tendo sido sepultada no adro da parte do norte da igreja local e não fez testamento por ser pobre. Casou-se a 15/8/1710 em Pedro Miguel com **Antônio Alvernás** (**da Rosa**) (ou Alvernaz ou Albernaz/s), ali nascido cerca de 1692, e onde faleceu a 8/1/1742 com 50 anos mais ou menos, sem testamento por ser pobre, foi sepultado junto a pia de água benta na igreja local. Antônio Alvernas foi casado em primeiras núpcias com Helena Silveira, falecida por volta de 12/7/1710 em Pedro Miguel, pois foi achada morta *no mar, onde avia caído a uns coatro dias* (sic). Pela idade de Antônio, acredito tenha ele casado em 1710 com Helena, cujo registro, porém, não foi encontrado a fim de prosseguir em sua linha ascendente. Em Pedro Miguel houve outros dois Antônio Alvernas, com os quais não encontrei o parentesco. Além disso, o sobrenome Alvernas e variantes é corrente na ilha do Faial, de cuja família descendo por inúmeras vezes, sem, contudo, encontrar a ligação entre os respectivos antepassados, pela falta de registros. Maria Luís e Antônio Alvernas foram pais de 6 filhos, dentre eles:

3. **Inês Francisca** nasceu a 16/2/1730 em Pedro Miguel, onde foi batizada a 21/2, tomando o nome da madrinha *Ignes de Santo Antônio*, e faleceu a 15/10/1761 em Rio Grande/RS, muito pobre. Inês imigrou para o Brasil na segunda metade da década de 1750, ao que tudo indica desembarcando em Florianópolis/SC, e depois migrada para Rio Grande. Não

consegui descobrir ainda se Inês veio casada dos Açores ou se casou no RS com **Manuel Dutra de Medeiros**, nascido a 7/5/1725 nos Cedros, ilha do Faial, filho de João Pereira Machado e Maria Garcia de Mendonça de Medeiros. Inês e Manuel tiveram a filha:

4. **Ana Inês Francisca** nasceu a 28/10/1759 em Rio Grande/RS, depois migrada para Rio Pardo/RS, onde faleceu a 28/12/1835. Em Rio Pardo, a 7/5/1773, casou a 1ª vez com **João Soares Coelho**, batizado a 16/9/1753 em Viamão/RS, filho de José Coelho Machado (nascido em Altares, ilha Terceira) e de Ana Micaela (nascida em Rosais, ilha de São Jorge). Ana casou-se a 2ª vez em Rio Pardo/RS a 7/7/1784 com **Gregório Francisco da Silveira** (no casamento consta como Gregório Leite Ferreira), batizado em Rio Pardo a 17/5/1761, onde também faleceu a 7/1/1821, filho de Manuel Francisco da Silveira ou Manuel da Silveira de Quadros (nascido em Urzelina, ilha de São Jorge) e Josefa Isabel ou Josefa Francisca de São Francisco (nascida em Pedro Miguel, Ilha do Faial). Gregório e Ana tiveram 8 filhos, dentre eles:

5. **Inês Francisca da Silveira,** batizada a 12/8/1787 em Rio Pardo/RS e falecida a 16/7/1861 em Santa Maria/RS, com 80 anos mais ou menos. *Ignes Francisca*, como consta da documentação, estabeleceu-se com o marido e filhos em Dilermando de Aguiar, hoje município, à época segundo distrito de Santa Maria, onde teve terras na *Porteirinha*. Casou-se a 7/11/1803 em Rio Pardo/RS com **Vicente Peres da Silva**, batizado a 26/5/1785 em Rio Pardo e falecido a 23/8/1847 em Santa Maria/RS, filho de João Peres da Silva e de Rita Lopes de Carvalho ou Rita Maria de Jesus. Foram encontrados 12 filhos de Vicente e Inês, dentre eles:

6. **Eugênia Francisca da Silveira,** batizada a 9/2/1806 em Rio Pardo/RS e falecida a 21/1/1885 em Santa Maria/RS, onde se casou a 20/1/1836 com **Salvador de Souza Leal**, batizado a 1º/11/1818 na Lapa/PR e falecido a 13/11/1911 em Dilermando de Aguiar/RS, filho de Luciano de Souza Leal e Escolástica Maria de Oliveira. Salvador faleceu com 96 anos (sic), de morte natural, branco, casado, Capitão da Guarda Nacional e criador em Dilermando de Aguiar, onde tinha terras na Porteirinha. Eugênia e Salvador tiveram 6 filhos, dentre eles:

7. **Belarmina Francisca da Silveira** nasceu a 2/2/1845 em Santa Maria/RS, possivelmente em Dilermando de Aguiar e faleceu a 19/7/1930 no Capão da Chácara, em Dilermando, aos 86 anos, de gripe. Casou-se a 19/2/1860 em Santa Maria/RS com **Plácido Martins Alves**, ali batizado a 28/11/1834, com mês e meio, e falecido a 16/3/1923 em Dilermando de Aguiar, filho de

Antônio Martins de Moraes e Maria Dias Cortes. Plácido foi juiz de paz e criador em Dilermando de Aguiar, deixando 15 filhos, dentre eles:

8. **Placidina Martins da Silveira** nasceu a 10/10/1877 em Dilermando de Aguiar/RS e faleceu a 28/7/1921 em São Gabriel/RS. Casou-se a 5/7/1896 em Dilermando de Aguiar/RS com **João Laureano da Silva**, nascido a 10/5/1871 em Cacequi/RS e falecido a 23/3/1936 em Pau Fincado, São Gabriel/RS, filho de João Lauriano da Silva e Francisca Alves de Oliveira. João foi fazendeiro, criador e teve 12 filhos com Placidina, dentre eles, a minha bisavó:

9. **Celina Laureano da Silva** nasceu a 5/9/1898 em Dilermando de Aguiar/RS e faleceu a 18/10/1984 em Porto Alegre/RS. Casou-se a 4/9/1915 em São Gabriel/RS com seu primo terceiro **Mário da Silva Brasil**, nascido a 2/3/1889 no Rincão dos Brasil, Boca do Monte, Santa Maria/RS e falecido a 2/11/1962 em Porto Alegre, filho de José da Silva Brasil e Maria José Alves de Oliveira. Mário foi engenheiro civil e professor catedrático da atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul, deixando três livros publicados, além de poesias. Mário e Celina tiveram 7 filhos, dentre eles minha avó:

10. **Maria Laureano Brasil** nasceu a 25/6/1928 em Porto Alegre, onde faleceu a 14/10/2019. Maria foi professora e poetisa. Casou-se em Porto Alegre a 4/9/1947 com **Nerly Antônio de Leão**, acima tratado.

***

Nessa minha genealogia, encontramos inúmeros sobrenomes de antepassados que, se não fosse este resgate histórico-genealógico, por certo que se perderiam na história familiar. Vemos os Albernaz/Alvernás, Brasil, Coelho Neto, Costa, Demoly, Duarte, Dutra, Faria, Ferreira, Furtado, Gonçalves, Gouveia, Laureano, Leal, Leão, Luís, Martins, Medeiros, Mendonça, Oliveira, Pereira, Peres, Pufal, Rosa, Schmidt, Silva, Silveira, Silveira, Souza e alguns outros, cada um com uma história e um percurso de vida.

Referências

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Aurélio:* o dicionário da língua portuguesa. Coordenação de Marian Baird Ferreira, Margarida dos Anjos. Curitiba: Positivo, 2008.

JACCOTTET, Alda M. de Moraes; MINETTI, Raquel Dominguez de. *Diáspora Açoriana*: açorianos na Vila do Rio. Grande de São Pedro antes da invasão espanhola. Pelotas: Ed. das autoras, 2002.

PUFAL, Diego de Leão; MANGANELLI, Ernani Raupp; ROSA, Gilson Justino da. Famílias Açorianas em Porto Alegre: 1772-1822. In*: Açorianos em Porto Alegre* (recurso eletrônico): *História, Genealogia e Cultura*. BARROSO, Véra Lucia Maciel; PUFAL, Diego de Leão; MANGANELLI, Ernani Raupp; ROSA, Gilson Justino (Org.). Porto Alegre: Evangraf, 2022. Disponível em https://www.chcsantacasa.org.br/servicos/publicacoes/?fbclid=IwAR14HktxjDqESTaCl_h2tcyk5o4hZ-jOu6mWyo4b7v__XadBokjG4MnMYR0

Fontes documentais e acervos

ARQUIVO DA CÚRIA DE SANTA MARIA

Livros de Batismos de Santa Maria

Livros de Casamentos de Santa Maria

Livros de Óbitos de Santa Maria

ARQUIVO HISTÓRICO MONSENHOR RUBEN NEIS – CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE (AHMRuN)

Acervo do genealogista Jorge Godofredo Felizardo

Habilitações de Casamento

Livros de Batismos

Livros de Casamentos

Livros de Óbitos

ARQUIVO pessoal do autor, Helder de Oliveira e João Simões Lopes Filho.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS)

Inventários *post-mortem*

Registros Paroquiais de Terras de Taquari e Porto Alegre

Livros de Tabelionato.

Centro de Conhecimento dos Açores – disponível em http://www.culturacores.azores.gov.pt/default.aspx

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANDISCIPLINAR. CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA (CITCEM). Universidade do Porto. Genealogia, disponível em http://www.ghp.ics.uminho.pt/

FAMILYSEARCH. Sítio da igreja mórmon – Igreja dos Santos dos Últimos Dias. Registros diversos, disponível em: https://familysearch.org/

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (IHGRGS)

Acervo do genealogista Moacyr Domingues.

PUFAL, Diego de Leão. Antigualhas, histórias e genealogia dois artigos: A mãe da mãe de minha mãe...: uma genealogia matrilinear e A mãe da mãe de meu avô materno...: uma genealogia matrilinear. In: blog *Antigualhas, histórias e genealogias*, 2017-2018. Disponível em http://pufal.blogspot.com

MINHA ASCENDÊNCIA MATERNA AÇORIANA

JUSTINO ADRIANO FARIAS DA SILVA[1]

Introdução

As ilhas dos Açores começaram a ser povoadas a partir de 1439, quando o infante D. Henrique foi autorizado por carta de D. Afonso V, de 2 de julho, a iniciar a colonização. Para lá foram, na maioria, portugueses (escravos, negros, mouriscos) oriundos de quase todas as regiões de Portugal. Também outros povos contribuíram com a formação da identidade açoriana: flamengos, holandeses, etc.

No século XVIII, a coroa portuguesa tinha interesse em aumentar a densidade demográfica da região Sul do Brasil colônia, principalmente em razão das constantes ameaças de invasões castelhanas, vindas do Uruguai ou da Argentina. Daí a iniciativa de mandar migrantes açorianos para esta região, então pouco povoada. Os açorianos, por sua vez, viviam com escassez de produção diante do excedente populacional, sem falar da insegurança vivida diante das erupções vulcânicas que ocorriam na região.[2]

Vieram muitos açorianos para o Brasil. Na região Sul, se estabeleceram em várias regiões, destacando-se os que deram origem a Porto Alegre, e os que, via porto de Rio Grande, ocuparam a região de Piratini e cercanias. Em 24 de abril de 1763, as tropas espanholas sob o comando do general e governador da Província de Buenos Aires, Pedro Antonio

1 Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, licenciado e bacharel em Filosofia, licenciado em História e especialista em História Social da Cidade, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, especialista em Filosofia Moderna, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e em Antropologia Filosófica, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, mestre em Filosofia pela PUCRS, doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad del Museo Social Argentino, professor de Direito Civil, História do Direito e Ética Geral e Profissional na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, ex-professor no Curso de Pós-Graduação em Direito Público na Universidade Luterana do Brasil, ex-Professor de Ética Profissional na PUCRS, procurador do Estado do Rio Grande do Sul (Classe Superior), membro da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais. Reside em Porto Alegre/RS.

2 Em 1522, um abalo de terra em São Miguel deslocou alguns montes que soterraram o povoado de Vila Franca do Campo. Em 1947, um abalo sísmico sacudiu a ilha Terceira; em 1562 deu-se uma erupção no Pico, sentindo-se tremores de terra em São Jorge, etc.

de Cevallos,[3] em nome do rei espanhol Carlos III, invadem a Vila de Rio Grande. Sem um plano de resistência, a população nada pode fazer. Em decorrência dessa invasão, muitos açorianos que ainda permaneciam na Vila à espera da destinação de suas terras, foram mandados, voluntariamente, ou como prisioneiros, para povoarem São Carlos em Maldonado, no Uruguai.

Chegaram a Piratini em meados do século XVIII, 67 casais que receberam datas de terras na região.

1. Domingos de Faria Albernaz, meu 5º avô materno

Dentre os casais que se estabeleceram em Piratini, estava o açoriano Domingos de Faria Albernaz.

Domingos de Faria[4] Albernaz,[5] nasceu na ilha do Faial em 22 de dezembro de 1731, filho de Domingos Jorge de Faria e de Ana Maria de Ávila. Domingos Jorge[6] nasceu em Cedros em 1691 e c/c Ana Maria de Ávila, natural de Cedros, em 11 de maio de 1711 em Cedros, filha de Francisco Fernandes e Maria de Ávila, ambos naturais de Cedros. Ana Maria morreu em 23 de abril de 1768 aos 76 anos de idade em Salão, e foi sepultada na Igreja de Nossa Senhora do Socorro.

Domingos de Faria foi casado com Mariana Rosa de São José que nasceu em 27 de março de 1733 em Nossa Senhora do Socorro, filha de Manuel Garcia Nunes e Francisca Rosa de São José, naturais de Cedros.

---

3 Mais tarde, com a criação do Vice-Reinado do Rio da Prata, foi designado como primeiro vice-rei.

4 A família "Faria" é muito antiga em Portugal. Já no tempo de D. Afonso Henriques vivia um tal João de Faria, pai do beato D. Godinho, que foi arcebispo de Braga. Aparece depois, no reinado de D. Afonso III, o Frei João de Faria, clérigo de el-rei e seu conselheiro, da Ordem dos Pregadores, que em 1277 assistiu à audiência concedida por aquele príncipe ao núncio do papa João XXI.

5 A família Albernaz se conhece em Portugal desde o final do século XIII. Dona Margarida de Albernaz foi a segunda esposa de Nuno Fernandes Cogominho, filho de D. Fernão Fernandes Cogominho e de sua esposa D. Joana Dias. Foi almirante do reino no tempo do rei Dom Dinis, almotacé-mor de D. Afonso IV e chanceler-mor de Dom Pedro I. Dona Margarida de Albernaz e seu marido fundaram a capela de Nossa Senhora da Misericórdia na Sé de Lisboa, onde se encontra seu túmulo com escultura jacente e armas dos "albernazes". Quanto à grafia, encontramos, ora com "s", ora com "z". Albernás com "s", passou de Portugal para a Espanha com "z" e, mais tarde, da Espanha para Portugal, como Albernaz, com a grafia "z", prevalecendo a grafia com "z", tanto na Espanha como em Portugal, embora alguns conservem o apelido com a grafia "s" ou, ora com "s", ora com "z". Ademais, o apelido de família Albernaz tem sofrido ao longo do tempo alterações linguísticas. A grafia apresenta às vezes como "albernaz", "albornoz", "albernoz" e "albarnaz".

6 Filho de Amaro Alvernás (U1640; >30-12-1719) e de Francisca Vieira, filha de Manuel Jorge e Maria Vieira, ambos naturais de Cedros. Francisca morreu em 17 de outubro de 1722, em Cedros, e foi sepultada na ermida de Nossa Senhora do Socorro em Salão. Amaro Alvernás era filho de Sebastião Alvernás, o *Velho,* morreu em 21 de janeiro de 1675, e foi sepultado na Igreja Paroquial de Santa Bárbara, que foi c/c Maria da Almança (>Cedros, 28-5-1663).

O casal recebeu datas de terras em Piratini na região de Cerro Pelado (6 de julho de 1789), e a família residiu no prédio, onde atualmente está o Museu Histórico Farroupilha, criado pelo Decreto n. 3.858, de 11 de fevereiro de 1953, de Ernesto Dornelles.

Domingos faleceu em Piratini em 12 de julho de 1822, sendo sepultado na Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição de Piratini. Mariana Rosa morreu em 18 de maio de 1822 em Piratini, e também está sepultada na Igreja Matriz de Piratini (RS).

Domingos e Mariana tiveram os seguintes filhos:

1 - Teresa Maria Feliciana, nascida na ilha do Faial em 15 de setembro de 1763, e que foi casada com Tomaz da Rosa Pinheiro, filho de José da Rosa e Catarina Rosa,[7] naturais da ilha do Faial.

2 - Maria Rosa c/c Manoel Gomes Garcia, filho de Manoel Gomes e Izabel Garcia, naturais da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro (ilha do Faial).

3 - Rosa Maria de Jesus Faria, natural da ilha do Faial, e que c/c Joaquim Correia da Silva em 18 de junho de 1788, ele natural de Curitiba, filho de Manoel Correa da Silva e de Ana Pereira da Silva.

4 - José de Faria, natural da ilha do Faial e c/c Maria Teixeira Corisco[8] em 3 de fevereiro de 1789, filha de Antônio Teixeira Corisco e Izabel Maria Machado.

5 - Anna Faria, natural da ilha do Faial e que foi c/c Manoel Pires da Rosa [neto], nascido em São Carlos (Maldonado) em 17 de outubro de 1772, filho de Ambrósio Pires da Rosa (natural da ilha do Pico) e de Vitória Dutra.

6 - Antônio de Farias da Rosa.

2. Antônio de Farias da Rosa, meu 4º avô materno

Antônio de Farias da Rosa nasceu na ilha do Faial e c/c Maria Dutra,[9] em 29 de março de 1799, em Rio Grande; nascida em San Carlos, Maldonado (Uruguai) em 6 de outubro de 1778, filha de Manoel Dutra da Silveira (natural da ilha do Faial) e de Izabel Maria Teixeira.

7 Este casal e filhos foram um dos casais expatriados para o povoado de São Carlos, em 31 de dezembro de 1763 (Cf. FORTES, João Borges. *Os casais açorianos,* p. 143).

8 José de Faria e Maria Teixeira tiveram o filho Manoel José de Faria que c/c Anacleta Pereira Madruga em 20 de setembro de 1813.

9 Filha de Manuel Dutra da Silveira, nascido na ilha do Faial, e de Isabel Maria Teixeira (nascida em 31.8.1756 em Rio Grande), casados em 1.12.1777 em São Carlos (Maldonado, Uruguai).

O casal teve os filhos:

2.1 - Manoel Antonio de Farias, nascido em 24 de janeiro de 1816 e c/c Florisbela Maria Dutra em 23 de agosto de 1834; e

2.2 - Antônio José de Farias.

3. Antônio José de Farias, meu trisavô materno

Antônio José de Farias nasceu em 9 de fevereiro de 1808 e c/c Margarida Maria dos Santos. O casal teve os filhos:

3.1 - José Ezequiel de Farias c/c sua prima Cândida Dutra de Faria Ezequiel, filha de Manoel Alberto de Faria e Florisbela Maria Dutra de Faria; falecida em 8 de abril de 1902 e sepultada no Cemitério da Capela dos Domingues.

3.2 - Vicente Paulo de Farias.

4. Vicente Paulo de Farias, meu bisavô materno

Vicente Paulo de Farias nasceu em Piratini (RS) e c/c Floriana Maria de Oliveira que faleceu em 1894, filha de Lúcio Antonio de Oliveira e de Silvana Maria Soares. Tiveram os seguintes filhos:

4.1 - Honorina Farias Garcia, nascida em 18 de março de 1879 e c/c Virgílio Alberto Garcia, filho de Pedro Anastácio Garcia e Benigna Maria Farias Garcia;

4.2 - Idelvira Farias Borges, nascida em 14 de julho de 1887 e c/c Itelvino José Borges, nascido em 16 de dezembro de 1876, filho de Manoel Domingos Borges e Teotônia Virgilina dos Passos Borges;

4.3 - Antonina Gentil de Farias c/c seu primo Joaquim Paulo Luçardo, filho de Matheus Luçardo e Joaquina de Farias;

4.4 - José de Farias (*Zeca*) c/c Maria Joaquina (ou Margarida) de Farias;

4.5 - Antonio Luiz de Farias (*Dudu*) em 29 de julho de 1911 c/c Isolina Borges de Farias (*Picurra*), filha de Manoel Domingos Borges e Teotônia Virgilina dos Passos Borges;

4.6 - Rosalino Públio de Farias c/c Amélia Francisca de Vargas, filha de Manoel Sérgio de Vargas e Lúcia Nunes Garcia;

4.7 - Vicente Paulino de Farias nascido em 26 de janeiro de 1881 e c/c Mercedes Evangelista Garcia em 13-10-1909, filha de José Veríssimo Garcia e Luiza Nunes Garcia;

4.8 - Margarida Farias da Rosa c/c Antenor José da Rosa, filho de Ezequiel P. da Rosa e Maria dos Passos Rosa;

4.9 - Adriano Eudocio de Farias.

5. Adriano Eudocio de Farias, meu avô materno

Adriano Eudocio de Farias nasceu em Piratini em 1º de março de 1894 e morreu aos 55 anos de idade em seu domicílio, no 4º subdistrito de Encruzilhada do Sul em 29 de outubro de 1948. Foi sepultado no Cemitério da Pedra Furada. Em 31 de dezembro de 1914 c/c Universina Elena Pereira de Oliveira que nasceu em 21 de junho de 1901 e morreu em Piratini em 15 de outubro de 1952,[10] filha de Ignácio Antonio de Oliveira e Josefa Pereira de Oliveira.

Na década de 1940 adquiriu terras no interior de Encruzilhada do Sul (4º subdistrito), onde passou e residir com a família.

Adriano e Universina tiveram os seguintes filhos:

5.1 - Edite Farias Pinheiro que nasceu em Piratini em 25 de outubro de 1916 e faleceu também em Piratini em 1º de fevereiro de 2000. Em 25 de maio de 1935 c/c Manoel Ignácio Pinheiro, nascido em 27 de janeiro de 1900, e que veio a óbito em Piratini em 4 de julho de 1964.

5.2 - Ana Ignácia de Farias, nasceu em Pedregal (interior de Piratini) em 23 de agosto de 1921, e veio a falecer em Piratini em 9 de janeiro de 2011. Era c/c seu primo João de Farias Garcia, nascido em 1909 e falecido em Piratini em 1991, filho de Virgílio Alberto Garcia e Honorina Farias Garcia.

5.3 - Edegar de Oliveira Farias (*Dega*) c/c Vezica Cardoso Farias,[11] falecida em 24 de agosto de 2013, filha de Antonio Manuel Cardoso Freitas c/c Cantilha Batista de Batista.

5.4 - Edemar de Oliveira Farias (*Bredo*) c/c Doralina Fagundes Farias,[12] nascida em 14 de abril de 1939, filha de José Fagundes e Amélia da Silva Fagundes (*Firoca*).

---

10 Cf. Formal de partilha da Comarca de Encruzilhada do Sul, de 20 de abril de 1857.

11 Edegar e Vezica tiveram os seguintes filhos: 1) Edegar Cardoso Farias (U14.5.1960) c/c Iria Krone Farias; 2) Adriano Cardoso Farias (*Zeca*) c/c Jane; 3) José Venâncio Cardoso Farias (U15.8.1953) c/c Isabel Farias; 4) José Inácio Cardoso Farias; 5) Neloir Cardoso Farias; 6) Vildomar Cardoso Farias; 7) Emídio Cardoso Farias; 8) Antônio Jorge Cardoso Farias e 9) Josefa Cardoso Farias (*Definha*) c/c Alberto.

12 Edemar e Doralina tiveram os seguintes filhos: 1) Adriano Eudocio Fagundes Farias (UPiratini, 30.11.1970) e 2) Universina Elena Fagundes Farias c/c Sandro Luçardo, filho de João José Farias Luçardo e Teresinha Luçardo.

5.5 - Vani Farias de Sousa, nascida em 19 de abril de 1927 e c/c Jorge Melo de Sousa,[13] nascido em 20 de fevereiro de 1921 e falecido em 28 de setembro de 2002, filho de Antônio Augusto Sousa e de Ana Melo de Sousa.

5.6 - Adelina Farias Lucardo (*Quinha*), nascida em Pedregal em 12 de janeiro de 1917, e falecida em 24 de setembro de 1989. Era c/c seu primo Adelino Vicente Luçardo (*Dinoca*), nascido em 1º de setembro de 1907 e falecido em 18 de abril de 1985, filho de Joaquim Paulo Luçardo (*Quincas*) e Antonina Gentil de Farias Luçardo.

5.7 - Josefa Farias de Freitas (*Defa*), nascida em 15 de junho de 1920 e c/c Juarez Rodrigues de Freitas,[14] nascido em 17 de janeiro de 1916 e falecido em 1998, filho de Francisco Rodrigues de Freitas e Arminda de Melo Freitas.

5.8 - Maria da Conceição Farias da Silva, nascida em Piratini em 23 de agosto de 1921, e que morreu vítima de uma descarga atmosférica, em Serro do Mouro (Sobrado Velho), 4º subdistrito de Encruzilhada do Sul,[15] em 4 de junho de 1961 e que, em 31 de dezembro de 1948 c/c Articlides de Deus Félix da Silva (*Deusinho*), nascido em Canguçu em 1º de janeiro de 1930 e que morreu vítima da doença de Hodgkin em Encruzilhada do Sul em 3 de novembro de 1966. Filho de Justino Félix da Silva, nascido em Canguçu (RS) em 31 de dezembro de 1894[16] e falecido em Encruzilhada do Sul em 5 de abril de 1978 e sua esposa Pelmínia Antonia Braga da Silva, nascida em Canguçu (RS) em 13 de junho de 1900,[17] e que morreu aos 69 anos de idade em Encruzilhada do Sul em 1º de abril de 1970.

O casal teve o filho único:

Justino Adriano Farias da Silva, nascido no interior de Encruzilhada do Sul a 30 de maio de 1950;[18] radicado em Porto Alegre, desde 1969, e que,

13 Vani e Jorge tiveram os seguintes filhos: 1) Ana Farias de Sousa (U10.4.1950) c/c João Nicolau de Freitas; 2) Bernadete Farias de Sousa (U10.2.1956); 3) Antônio Augusto Farias de Sousa (U1.11.1951) c/c sua prima Adelina de Souza; 4) Jorge Alberto Farias de Sousa (*Beto*) (U9.12.1954) c/c Nelis Pallaoro de Souza e 5) José Diogo Farias de Sousa (U11.1.1960) c/c Gorete Paschoal de Souza.

14 Josefa e Juarez tiveram os seguintes filhos: 1) Adriano Farias de Freitas (U27.4.1944); 2) Universina Farias de Freitas (*Doca*) (U24.10.1950); 3) Osnilda Farias de Freitas (U23.8.1948) c/c Nei Cruz; 4) Edite Farias de Freitas (U18.5.1945); 5) Adelina Farias de Freitas (U9.7.1947); 6) José Tadeu Farias de Freitas (U25.1.1955) e 7) Antônio Luís Farias de Freitas (U30.7.1953).

15 Foi sepultada no Cemitério da Pedra Furada, interior de Encruzilhada do Sul e depois, em 1966, teve seus restos mortais trasladados para o atual Cemitério João Paulo II, na cidade.

16 Filho de Belmiro Assunção da Silva e de Bernardina da Silva.

17 Filha de Viriato Adauto Braga e de Francisca Pacheco Braga.

18 Batizado em Encruzilhada do Sul em 28.6.1950 pelo Pe. José Nicolau Hanquet, tendo como padrinhos os avós paternos Justino Félix da Silva e Pelmínia Antonia Braga da Silva.

em 18 de fevereiro de 1978 c/c Agathe Elsa Schmidt da Silva, nascida em Porto Alegre a 9 de outubro de 1953, filha de Werner Johannes Schmidt e de Jurema Schroeder Schmidt.

Referências

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras.* São Paulo: Ibero América, [20--]. t. I, v. I.

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras.* São Paulo: Ibero América, [20--]. t. I, v. II.

BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). *Presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul.* 2. ed. Porto Alegre: EST, 1997.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. *Carteira profissional de Justino Félix da Silva.* Santa Cruz do Sul, n. 15.932, s. 188, de 22. abr. 1967.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. *Carteira profissional de Permínia Antonia Braga da Silva.* Santa Cruz do Sul: n. 98.184, s. 216, de 20 nov. 1968.

BRASIL. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Comarca de Encruzilhada do Sul. Cartório de Órfãos e Ausentes. *Formal de Partilha* extraído dos autos do inventário de Maria da Conceição Farias da Silva.

BRASIL. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Comarca de Encruzilhada do Sul. Cartório do Cível Crime, Júri e Execuções Criminais de Encruzilhada do Sul. *Formal de Partilha* extraído dos autos do inventário de Universina Oliveira Farias, de 1957.

BRASIL. REGISTRO CIVIL DS PESSOAS NATURAIS. Encruzilhada do Sul. *Certidão de óbito de Adriano Eudoxio de Farias.* Livro C-4, fls. 94, Termo 330.

D'ÁVILA, Jayme Lucas. *Povoadores de Piratini:* açorianos (casais d'el-rei), militares, tropeiros, aventureiros e outros. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida; EST, 2007.

DOMINGUES, Moacyr. *Portugueses no Uruguai.* Porto Alegre: EST, 1994.

CORREIA, Antonio Mendes *et al.* (Dir.). *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira.* Lisboa: Editorial Enciclopédia, [19--]. v. I, 956 p.

CORREIA, Antonio Mendes *et al.* (Dir.). *Lisboa*: Editorial Enciclopédia, [19--]. v. X.

FORTES, João Borges. *Os casais açorianos:* presença lusa na formação sul-rio-grandense. 3. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

RIBEIRO, Luís da Silva. *Obras:* História. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1983.

WRIGHT, Ione S.; NEKHOM, Lisa M. *Diccionario histórico argentino.* São Paulo: Emecé Editores, 1994.

ZÜQUETE, Afonso Eduardo Martins (Dir.). *Armorial lusitano:* genealogia e heráldica. 3. ed. Lisboa: Representações Zairol, 1987.

MEUS ANTEPASSADOS AÇORIANOS

Jaime de Abreu Rocha[1]

Nasci em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, em 01/01/1950, filho primogênito de Osório Vieira da Rocha, militar, e Clara de Abreu Rocha, dona de casa. A prole de Osório e Clara se completa com Sílvio, Sérgio Paulo e Heloisa.

Meu pai nasceu em 1927 na Faxina, Águas Claras, distrito de Viamão, filho de Ponciano Vieira da Silva e Gonçalina Caetano da Rocha, e minha mãe em 1930, no Rincão de São Braz, também Águas Claras, filha de Felipe Fraga de Abreu e Angélica dos Santos Abreu. Ambos os locais ficam em terras, onde em 1770 foi feito o assentamento açoriano de Morro Grande.

Como todo militar, meu pai não era dono de seu destino, e várias mudanças de "pouso" ocorreram ao logo de sua vida na caserna. Em 1963, uma dessas transferências nos levou a morar na cidade do Rio de Janeiro. Em 1980, já aposentado, meu pai retornou às origens: seguiu com minha mãe e o "filho nº 3", Sérgio Paulo, para o Rio Grande do Sul, passando a residir em casa que construiu em terras herdadas da sogra, no interior de Viamão. Eu e meus irmãos Sílvio e Heloisa, já médicos, permanecemos no Rio de Janeiro.

Na casa de Viamão havia nas paredes muitos quadros com fotos de nossos antepassados, inclusive dos meus trisavós. Foi neste ambiente, cercado de história e lembranças, que me veio primeiro a curiosidade e depois o amor à genealogia, construindo a primeira árvore da família por meio dos depoimentos de familiares.

No ano 2010, em parceria com a parente Eliani Guimarães Vieira, passamos a fazer uma pesquisa mais aprimorada e documental que nos levou até nossos antepassados açorianos.

"Nossos" açorianos começaram a chegar na freguesia de Viamão no final de 1752, vindos de Rio Grande. Eram os casais encaminhados pela coroa portuguesa para povoar o sul do Brasil, por isso chamados também de casais d'El Rey ou casais de número. Acomodavam-se onde podiam, à espera do assentamento e dos benefícios prometidos. Em 1763,

1 Médico e genealogista. Rio de Janeiro/RJ.

fugidos da invasão espanhola a Rio Grande, chegaram mais açorianos e em 1770, finalmente, deu-se o assentamento em Morro Grande, Viamão, de 60 casais açorianos, casais de número ou filhos de casais de número.

A finalidade deste trabalho será mostrar a minha árvore genealógica até os meus bisavós, e depois a dos meus bisavós até os casais açorianos antepassados.

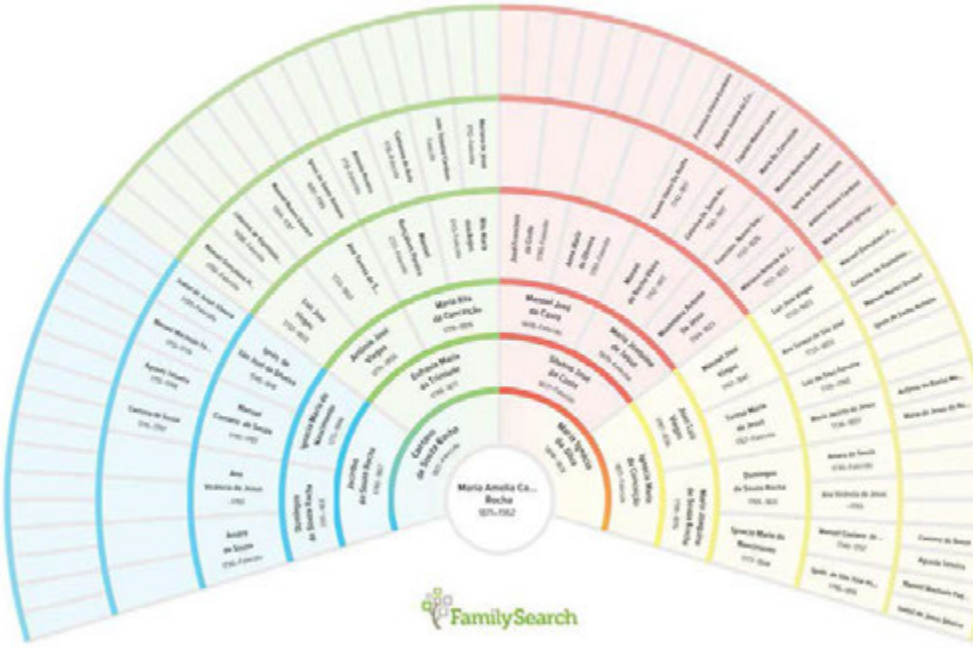
Meus bisavós paternos e sua origem açoriana

- Euzébio Cardoso da Silva - descende 8 vezes de casal de número e 1 vez de casal, provavelmente, filhos de casal, de quem não identificamos os pais.
- 23 - Lourenço Cardoso cc. Felipa da Cruz – São Jorge/Terceira.
- 17 - João Correia de Lima cc. Joana Josefa Pereira de Santo Antônio – Graciosa/Pico.
- 3 - André Martins Lourenço (1715) cc. Maria de São José (1716) – Terceira.
- 40 - Vital Correia da Silveira cc. Joana Rosa de Jesus (1693) – São Jorge/Desterro
- 21 - João Vieira de Brito cc. Maria da Conceição – Terceira.
- 36 - Manoel Vieira de Aguiar cc. Maria da Conceição – Terceira.
- 38 - Mateus Lourenço Diniz (1710) cc. Maria da Conceição – Terceira.
- 6 - Antônio Machado Fagundes (1726-1786) cc. Luzia de Souza – São Jorge.
- Francisco Justo da Silva cc. Gertrudes Maria da Conceição, prováveis filhos de casais de número.

- Constância Vieira de Aguiar - descende 10 vezes de casal de número e 1 vez de casal, provavelmente, filhos de casal, de quem não identificamos os pais.
- 36 - Manoel Vieira de Aguiar (1730) cc. Maria da Conceição (1735) – Terceira. Talvez filhos de Casal.
- 38 - Mateus Lourenço Diniz (1710) cc. Maria da Conceição – Terceira.
- 6 - Antônio Machado Fagundes (1726-1786) cc. Luzia de Souza – S. Jorge.
- 16 - Francisco Vieira Cordeiro cc. Águeda Justina – Terceira.
- 38 - Mateus Lourenço Diniz (1710) cc. Maria da Conceição – Terceira.
- 2 - André Machado Soares (1733-1798) cc. Teresa de Jesus (1725-1796) – Terceira/S. Jorge.
- 8 - Antônio Vieira Cardoso (1726-1796) cc. Maria Inácia de Jesus (1731-1787) – Terceira.
- 14 - Domingos Gil da Silveira (1723-1795) cc. Isabel Pereira de Jesus (1715-1805) – Graciosa.
- 30 - Manoel Dutra do Souto (1703) cc. Rosa Maria da Silveira (1714) – Faial.
- 37 - Manoel Vieira Mercador cc. Mariana Teresa de Santo Antônio (1714) – S. Miguel/Faial.
- Francisco Justo da Silva cc. Gertrudes Maria da Conceição, prováveis filhos de casal de Número.

■ Venceslau José da Rocha - descende 7 vezes de casal de número.

- 1 - Amaro de Souza (1730) cc. Ana Vicência de Jesus (-1793) – Terceira – datas nº 25.
- 10 - Caetano de Souza cc. Águeda Teixeira – São Jorge.
- 32 - Manoel Machado Fagundes cc. Isabel Francisca da Silveira (1711-1781) – São Jorge e Pico, data nº 11.
- 31 - Manoel Gonçalves Homem cc. Catarina Espindola de Santo Antônio – Graciosa, data nº 14 (filho).
- 34 - Manoel Nunes Goulart (1708) cc. Inês de Santo Antônio (1705-1785) – Faial, data nº 20.
- 7 - Antônio Pereira cc. Catarina de Ávila – Terceira.
- 20 - João Teixeira Cardoso cc. Mariana de Jesus – Terceira.

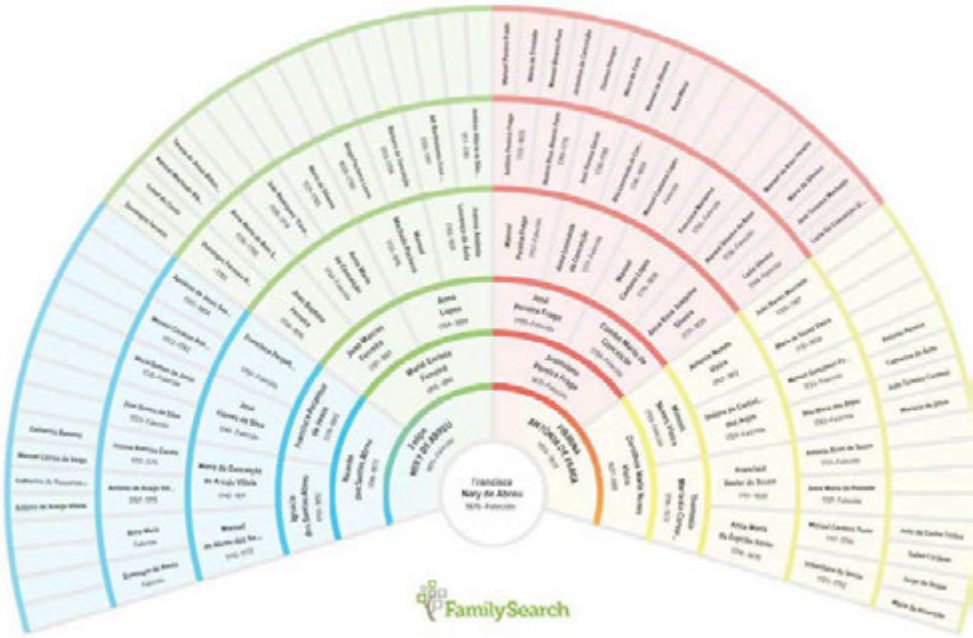


■ Maria Amélia Caetano da Rocha - descende 17 vezes de casal de número.

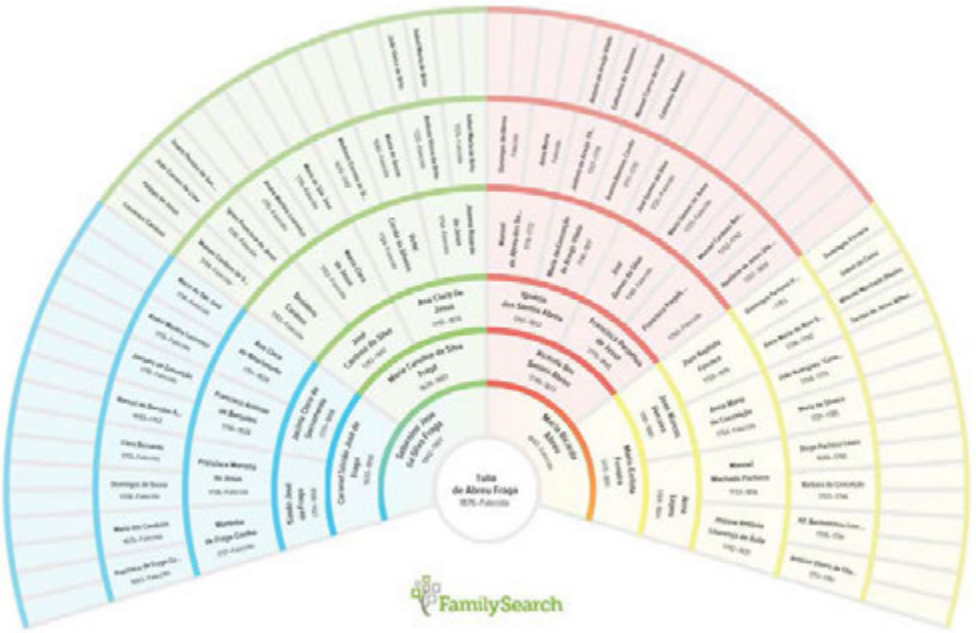
- 1 - Amaro de Souza (1730) cc. Ana Vicência de Jesus (-1793) – Terceira – datas nº 25.
- 10 - Caetano de Souza cc. Águeda Teixeira – São Jorge.
- 32 - Manoel Machado Fagundes cc. Isabel Francisca da Silveira (1711-1781) – São Jorge e Pico, data nº 11.
- 31 - Manoel Gonçalves Homem cc. Catarina Espindola de Santo Antônio – Graciosa, data nº 14 (filho).

- 34 - Manoel Nunes Goulart (1708) cc. Inês de Santo Antônio (1705-1785) – Faial, data nº 20.
- 7 - Antônio Pereira cc. Catarina de Ávila – Terceira.
- 20 - João Teixeira Cardoso cc. Mariana de Jesus – Terceira.
  16 - Francisco Vieira Cordeiro cc. Águeda Justina – Terceira.
- 38 - Mateus Lourenço Diniz (1710) cc. Maria da Conceição – Terceira.
- 34 - Manoel Nunes Goulart (1708) cc. Inês de Santo Antônio (1705-1785) – Faial, data nº 20.
- 8 - Antônio Vieira Cardoso (1726-1796) cc. Maria Inácia de Jesus (1731-1787) – Terceira.
- 31 - Manoel Gonçalves Homem cc. Catarina Espindola de Santo Antônio – Graciosa, data nº 14 (filho).
- 34 - Manoel Nunes Goulart (1708) cc. Inês de Santo Antônio (1705-1785) – Faial, data nº 20.
- 5 - Antônio da Rocha Mendes cc. Maria de Jesus (1709-1789) - Faial.
- 1 - Amaro de Souza (1730) cc. Ana Vicência de Jesus (-1793) – Terceira – datas nº 25.
- 10 - Caetano de Souza cc. Águeda Teixeira – São Jorge.
- 32 - Manoel Machado Fagundes cc. Isabel Francisca da Silveira (1711-1781) – São Jorge e Pico, data nº 11.

Meus bisavós maternos e sua origem açoriana

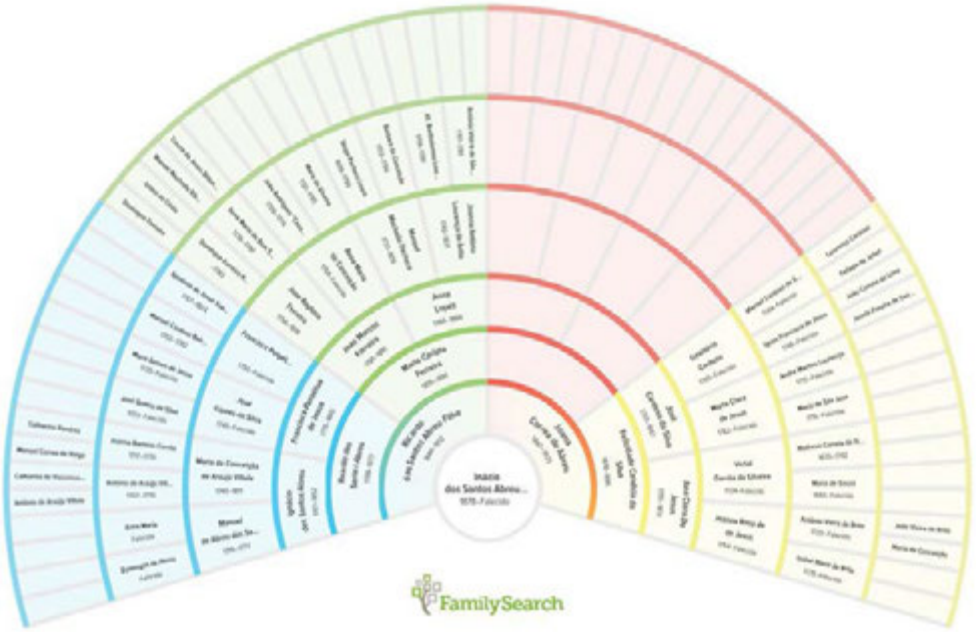


- Francisco Nery de Abreu - descende 16 vezes de casal de número e 1 vez de casal, provavelmente, filhos de casal, de quem não identificamos os pais.
- 26 - Manoel Cardoso Beirão de Oliveira (1702-1782) cc. Apolônia de Jesus (1708-1804) – São Jorge, data nº 55.
- 13 - Domingos Ferreira cc. Isabel da Costa – São Miguel.
- 33 - Manoel Machado Toledo (1681) cc. Teresa de Jesus (1688) – Terceira.
- 19 - João Rodrigues Cavador (1709-1774) cc. Maria Silveira (-1785) – Faial.
- 11 - Diogo Pacheco Louro (1699-1790) cc. Bárbara da Conceição (1703-1794) – Terceira.
- 9 - Bartolomeu Lourenço de Ávila cc. Antônia de São João – Terceira.
- 35 - Manoel Pereira Frade cc. Maria da Trindade – Pico.
- 24 - Manoel Álvares Paes cc. Jerônima da Conceição – São Jorge e Faial.
- 39 - Tomaz Pereira cc. Maria de Faria – Faial.
- 29 - Manoel de Oliveira cc. Rosa Maria – Faial.
- 28 -Manoel da Rosa Pereira cc. Maria Silveira da Rosa (1712-1795) – Faial.
- 22 - José Teixeira Machado cc. Luzia da Conceição Silveira – São Jorge e Pico.
- 18 - João Nunes Machado (1717-1787) cc. Maria Vieira (1727-1806) – São Jorge, data nº 15 e 59 (filho).
- 7 - Antônio Pereira cc. Catarina de Ávila – Terceira.
- 20 - João Teixeira Cardoso cc. Mariana de Jesus – Terceira.
- 4 - Antônio Alves de Souza cc. Ana Maria da Piedade – São Jorge, data nº 6.
- 27 - Manoel Cardoso Toste (1725-1795) cc. Sebastiana de Souza (1722-1792) – São Jorge, data nº 21.
- Manoel Caetano Lopes cc. Francisca Mariana – prováveis filhos de casais de número.



- Túlia de Abreu Fraga - descende 15 vezes de casal de número.
- 15 - Francisco de Fraga Coelho cc. Maria das Candeias – Terceira.
- 12 - Domingos de Souza (1708) cc. Clara Bernardes (1713) – Flores e Terceira.
- 25 - Manoel Barcelos de Aguiar (1693) cc. Josefa da Conceição – Terceira.
- 3 - André Martins Lourenço (1715) cc. Maria de São José (1716) – Terceira.
- 23 - Lourenço Cardoso cc. Felipa da Cruz – São Jorge e Terceira.
- 17 - João Correia de Lima cc. Joana Josefa Pereira de Santo Antônio – Graciosa e Pico.
- 3 - André Martins Lourenço (1715) cc. Maria de São José (1716) – Terceira.
- 40 - Vital Correia da Silveira (1724) cc. Joana Rosa de Jesus – São Jorge.
- 21 - João Vieira de Brito cc. Maria da Conceição – Terceira.
- 23 - Lourenço Cardoso cc. Felipa da Cruz – São Jorge e Terceira.
- 13 - Domingos Ferreira cc. Isabel da Costa – São Miguel.
- 33 - Manoel Machado Toledo (1681) cc. Teresa de Jesus (1688) – Terceira.
- 19 - João Rodrigues Cavador (1709-1774) cc. Maria Silveira (-1785) – Faial.

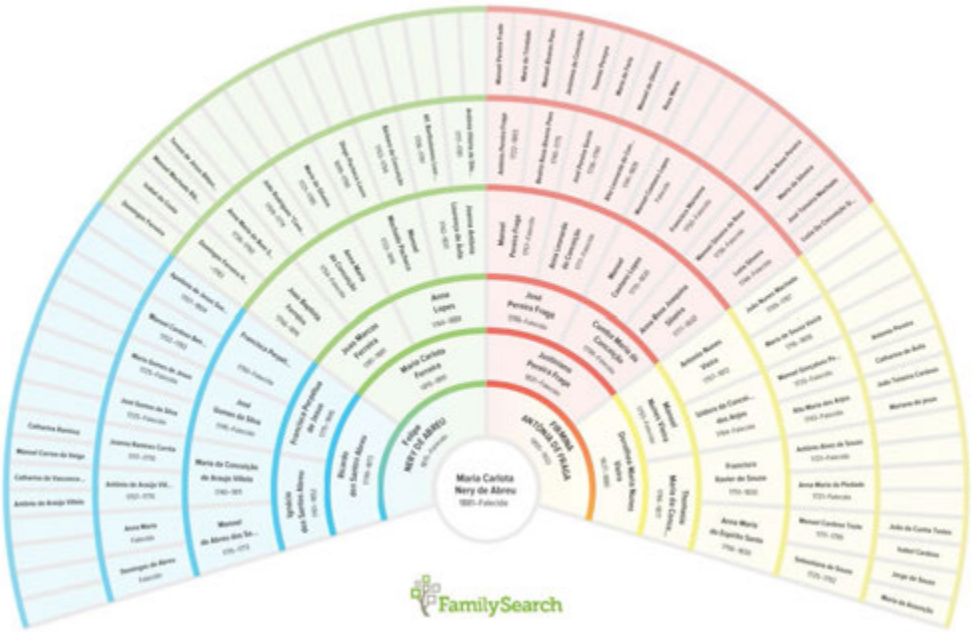
- 11 - Diogo Pacheco Louro (1699-1790) cc. Bárbara da Conceição (1703-1794) – Terceira.
- 9 - Bartolomeu Lourenço de Ávila cc. Antônia de São João – Terceira.



■ Inácio dos Santos Abreu Sobrinho - descende 11 vezes de casal de número.

- 26 - Manoel Cardoso Beirão de Oliveira (1702-1782) cc. Apolônia de Jesus (1708-1804) – São Jorge, data nº 55.
- 13 - Domingos Ferreira cc. Isabel da Costa – São Miguel.
- 33 - Manoel Machado Toledo (1681) cc. Teresa de Jesus (1688) – Terceira.
- 19 - João Rodrigues Cavador (1709-1774) cc. Maria Silveira (-1785) – Faial.
- 11 - Diogo Pacheco Louro (1699-1790) cc. Bárbara da Conceição (1703-1794) – Terceira.
- 9 - Bartolomeu Lourenço de Ávila cc. Antônia de São João – Terceira.
- 23 - Lourenço Cardoso cc. Felipa da Cruz – São Jorge e Terceira.
- 17 - João Correia de Lima cc. Joana Josefa Pereira de Santo Antônio – Graciosa e Pico.
- 3 - André Martins Lourenço (1715) cc. Maria de São José (1716) – Terceira.

- 38 - Mateus Lourenço Diniz (1710) cc. Maria da Conceição – Terceira.
- 21 - João Vieira de Brito cc. Maria da Conceição – Terceira.



- Maria Carlota Nery de Abreu - descende 17 vezes de casal de número e 1 vez de casal, provavelmente filhos de casal, de quem não identificamos os pais.
- 26 - Manoel Cardoso Beirão de Oliveira (1702-1782) cc. Apolônia de Jesus (1708-1804) – São Jorge, data nº 55.
- 13 - Domingos Ferreira cc. Isabel da Costa – São Miguel.
- 33 - Manoel Machado Toledo (1681) cc. Teresa de Jesus (1688) – Terceira.
- 19 - João Rodrigues Cavador (1709-1774) cc. Maria Silveira (-1785) – Faial.
- 11 - Diogo Pacheco Louro (1699-1790) cc. Bárbara da Conceição (1703-1794) – Terceira.
- 9 - Bartolomeu Lourenço de Ávila cc. Antônia de São João – Terceira.
- 35 - Manoel Pereira Frade cc. Maria da Trindade – Pico.
- 24 - Manoel Álvares Paes cc. Jerônima da Conceição – São Jorge e Faial.
- 39 - Tomaz Pereira cc. Maria de Faria – Faial.
- 29 - Manoel de Oliveira cc. Rosa Maria – Faial.

- 28 - Manoel da Rosa Pereira cc. Maria Silveira da Rosa (1712-1795) – Faial.
- 22 - José Teixeira Machado cc. Luzia da Conceição Silveira – São Jorge e Pico.
- 18 - João Nunes Machado (1717-1787) cc. Maria Vieira (1727-1806) – São Jorge, data nº 15 e 59 (filho).
- 7 - Antônio Pereira cc. Catarina de Ávila – Terceira.
- 20 - João Teixeira Cardoso cc. Mariana de Jesus – Terceira.
- 4 - Antônio Alves de Souza cc. Ana Maria da Piedade – São Jorge, data nº 6.
- 27 - Manoel Cardoso Toste (1725-1795) cc. Sebastiana de Souza (1722-1792) – São Jorge, data nº 21.
- Manoel Caetano Lopes cc. Francisca Mariana – prováveis filhos de casal de número.

Conclusões

Na avaliação das árvores genealógicas dos meus bisavós, eles descendem, pelo menos, 99 vezes de casal de número, num total de pelo menos 40 casais com os cônjuges originados, principalmente das ilhas Terceira, São Jorge e Faial. Observa-se, também, que oito destes casais e um filho de casal receberam datas de terras em Morro Grande, Viamão.

*Os antepassados de dois casais, Manoel Caetano Lopes cc. Francisca Mariana e Francisco Justo da Silva cc. Gertrudes Maria da Conceição, e de duas cônjuges, Isabel Maria de Brito e de Isabel Maria de Jesus, de quem *não identificamos os pais*, também podem ser **c**asais d'El Rey.

Os 40 casais d'El Rey, meus antepassados

- 1 - Amaro de Souza (1730) cc. Ana Vicência de Jesus (-1793) – Terceira.
- 2 - André Machado Soares (1733-1798) cc. Teresa de Jesus (1725-1796) – Terceira e de São Jorge.
- 3 - André Martins Lourenço (1715) cc. Maria de São José (1716) – Terceira.
- 4 - Antônio Alves de Souza cc. Ana Maria da Piedade – São Jorge.
- 5 - Antônio da Rocha Mendes cc. Maria de Jesus (1709-1789) – Faial.
- 6 - Antônio Machado Fagundes (1726-1786) cc. Luzia de Souza – São Jorge.

- 7 - Antônio Pereira cc. Catarina de Ávila – Terceira.
- 8 - Antônio Vieira Cardoso (1726-1796) cc. Maria Inácia de Jesus (1731-1787) – Terceira.
- 9 - Bartolomeu Lourenço de Ávila cc. Antônia de São João – Terceira.
- 10 - Caetano de Souza cc. Águeda Teixeira – São Jorge.
- 11- Diogo Pacheco Louro (1699-1790) cc. Bárbara da Conceição (1703-1794) – Terceira.
- 12 - Domingos de Souza (1708) cc. Clara Bernardes (1713) – Flores e Terceira.
- 13 - Domingos Ferreira cc. Isabel da Costa – São Miguel.
- 14 - Domingos Gil da Silveira (1723-1795) cc. Isabel Pereira de Jesus (1715-1805) – Graciosa.
- 15 - Francisco de Fraga Coelho cc. Maria das Candeias – Terceira.
- 16 - Francisco Vieira Cordeiro cc. Águeda Justina – Terceira.
- 17 - João Correia de Lima cc. Joana Josefa Pereira de Santo Antônio – Graciosa e Pico.
- 18 - João Nunes Machado (1717-1787) cc. Maria Vieira (1727-1806) – São Jorge.
- 19 - João Rodrigues Cavador (1709-1774) cc. Maria Silveira (-1785) – Faial.
- 20 - João Teixeira Cardoso cc. Mariana de Jesus – Terceira.
- 21 - João Vieira de Brito cc. Maria da Conceição – Terceira.
- 22 - José Teixeira Machado cc. Luzia da Conceição Silveira – São Jorge e Pico.
- 23 - Lourenço Cardoso cc. Felipa da Cruz – São Jorge e Terceira.
- 24 - Manoel Álvares Paes cc. Jerônima da Conceição – São Jorge e Faial.
- 25 - Manoel Barcelos de Aguiar (1693) cc. Josefa da Conceição – Terceira.
- 26 - Manoel Cardoso Beirão de Oliveira (1702-1782) cc. Apolônia de Jesus (1708-1804) – São Jorge.
- 27 - Manoel Cardoso Toste (1725-1795) cc. Sebastiana de Souza (1722-1792) – São Jorge.
- 28 - Manoel da Rosa Pereira cc. Maria Silveira da Rosa (1712-1795) – Faial.
- 29 - Manoel de Oliveira cc. Rosa Maria – Faial.
- 30 - Manoel Dutra do Souto (1703) cc. Rosa Maria da Silveira (1714) – Faial.
- 31 - Manoel Gonçalves Homem cc. Catarina Espindola de Santo Antônio – Graciosa.

- 32 - Manoel Machado Fagundes cc. Isabel Francisca da Silveira (1711-1781) – São Jorge e Pico.
- 33 - Manoel Machado Toledo (1681) cc. Teresa de Jesus (1688) – Terceira.
- 34 - Manoel Nunes Goulart (1708) cc. Inês de Santo Antônio (1705-1785) – Faial.
- 35 - Manoel Pereira Frade cc. Maria da Trindade – Pico.
- 36 - Manoel Vieira de Aguiar cc. Maria da Conceição – Terceira.
- 37 - Manoel Vieira Mercador cc. Mariana Teresa de Santo Antônio (1714) – São Miguel e Faial.
- 38 - Mateus Lourenço Diniz (1710) cc. Maria da Conceição – Terceira.
- 39 - Tomaz Pereira cc. Maria de Faria – Faial.
- 40 - Vital Correia da Silva (1724) cc. Joana Rosa de Jesus – São Jorge/Desterro

*40 - Vital Correia da Silveira era casal de número com Maria da Luz. Viúvo, casou com Joana Rosa de Jesus, neta de 21 - João Vieira de Brito cc. Maria da Conceição – Terceira

Origem dos cônjuges

- 31 da Ilha Terceira.
- 18 da Ilha de São Jorge.
- 16 da Ilha do Faial.
- 5 da ilha do Pico.
- 5 da Ilha Graciosa.
- 3 da Ilha de São Miguel.
- 1 da Ilha das Flores.

Antepassados que receberam datas de terras em Morro Grande

- 1 - Amaro de Souza (1730) cc. Ana Vicência de Jesus (-1793) – Terceira - data nº 25.
- 4 - Antônio Alves de Souza cc. Ana Maria da Piedade – São Jorge - data nº 6.
- 6 - Antônio Machado Fagundes (1726-1786) cc. Luzia de Souza – São Jorge - data nº 23.
- 18 - João Nunes Machado (1717-1787) cc. Maria Vieira (1727-1806) – São Jorge - data nº 15.
- 26 - Manoel Cardoso Beirão de Oliveira (1702-1782) cc. Apolônia de Jesus (1708-1804) – São Jorge-data nº 55.

- 27 - Manoel Cardoso Toste (1725-1795) cc. Sebastiana de Souza (1722-1792) – S. Jorge - data nº 21.
- 31 - Manoel Gonçalves Homem cc. Catarina Espindola de Santo Antônio – Graciosa. O filho Luiz José Viegas recebeu a data nº 14.
- 32 - Manoel Machado Fagundes cc. Isabel Francisca da Silveira (1711-1781) – São Jorge e Pico - data nº 11.
- 34 - Manoel Nunes Goulart (1708) cc. Inês de Santo Antônio (1705-1785) – Faial - data nº 20.

Referências

BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). *Presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e Rio Grande do Sul.* 2ª ed. Porto Alegre: EST, 1997.

BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). *Açorianos no Brasil:* História, Memória, Genealogia e Historiografia. Porto Alegre: EST, 2002.

BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). *Raízes de Viamão:* memória, história e pertencimento. Porto Alegre: EST, 2008.

BARROSO, Véra Lucia Maciel; PUFAL, Diogo de Leão; MANGANELLI, Ernani Raupp; ROSA, Gilson Justino da (Org.). *Açorianos em Porto Alegre:* História, Genealogia e Cultura. Porto Alegre: Evangraf, 2022.

FORTES, João Borges. *Os casais açorianos:* presença lusa na formação sul-rio-grandense. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

JACCOTTET, Alda Maria de Moraes; DOMINGUEZ DE MINETTI, Raquel. *Diáspora Açoriana*. Pelotas: Ed. das autoras, 2001, v. 1.

KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira*: família e poder no Continente do Rio Grande (Campos de Viamão, 1720-1800). Porto Alegre: Oikos, 2014.

ROCHA, Jaime de Abreu; VIEIRA, Eliani Guimarães. *Genealogia de Famílias Viamonenses.* Porto Alegre: Evangraf, 2015, v. 1.

ROCHA, Jaime de Abreu; VIEIRA, Eliani Guimarães. *Genealogia de Famílias Viamonenses.* Porto Alegre: Evangraf, 2017, v. 2.

Fontes documentais

ARQUIVO HISTÓRICO MONSENHOR RUBEN NEIS – Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

Rol dos Confessados, Freguesia Nossa Senhora de Viamão, 1782.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL

Relação de moradores de Viamão, 1784.

Fontes eletrônicas

https://www.familysearch.org/

https://www.myheritage.com.br/

ORIGENS AÇORIANAS DE FAMÍLIAS ESQUECIDAS: CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE

João Pedro Moura Silveira de Avila[1]

Este artigo é fruto do "Encontro Raízes Açorianas no Rio Grande do Sul", ocorrido em dezembro de 2022, por ocasião da celebração dos 270 anos do povoamento açoriano no território do hoje Estado do Rio Grande do Sul e dos 250 anos da fundação de Porto Alegre por casais açorianos. O evento foi organizado pela Casa dos Açores do Rio Grande do Sul (CAERGS), conjuntamente com o Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre (CHC), e contou com apoio e participação do Governo da Região Autônoma dos Açores e do Consulado de Portugal. Na ocasião, tive oportunidade de fazer breve comunicação, prenunciando a proposta deste artigo: divulgar o trabalho de pesquisa de genealogia e de história que venho realizando, a partir do qual descobri a presença açoriana na família de meu pai e na de minha mãe. Antes cultuávamos as ascendências alemã, italiana, escocesa e asturiana; agora, mais completos, podemos cultuar também nosso passado açoriano. Pelo lado de minha mãe emergiu a família "Pereira do Couto", uma das pioneiras na fundação de Porto Alegre. Já pelo lado de meu pai, a família "Silveira de Avila", aqui chegada como casal de número que recebeu terras da coroa portuguesa, na localidade de Serro Pelado, hoje localizadas no município de Canguçu. Da mesma forma, registro algumas reflexões e percepções sobre essas descobertas e o reflexo delas na construção da minha identidade pessoal e familiar.

Primeiras reflexões

Não me considero genealogista, mas acredito que compartilhar parte de minhas descobertas, envolvendo a ancestralidade açoriana, possa ser útil neste momento em que celebramos duas efemérides significativas,

1 Licenciado e especialista em História e advogado. Porto Alegre/RS.

protagonizadas por esses insulares. Ao aqui chegarem, desembarcaram em um verdadeiro palco de guerra e, com muita tenacidade, persistência e coragem, iniciaram a ocupação desse território, construindo uma nova vida, um novo mundo, em terras que tradicionalmente pertenciam ao governo espanhol. A descoberta de nomes e sobrenomes de meus antepassados, ligados à origem do que hoje é o Estado do Rio Grande do Sul teve o condão de me conectar de forma diferente a este processo histórico formador.

Não sei se os açorianos aqui chegados aderiram conscientemente ao projeto de Estado implementado pela coroa portuguesa, ou se deixaram a terra que conheciam e se lançaram ao mar simplesmente em busca de algo melhor. Por certo acreditaram, ao menos em algum momento, que aqui encontrariam um futuro promissor. Consumiram suas vidas na construção desse sonho, legando a nós, além da genética, parte da nossa história, dos nossos valores e dos elementos que permitiram a construção da realidade em que hoje vivemos. Por tudo isso, acredito que lhes devamos gratidão e preservar o seu legado e seus nomes ainda seja a melhor forma de lhes rendermos merecida homenagem.

Outra decorrência dessa descoberta ancestral passa pelo sentimento de maior empatia com a causa dos milhares de imigrantes e refugiados que atualmente ainda deixam seus países em busca de segurança ou do sonho de uma vida melhor. Agem da mesma forma como fizeram esses pioneiros e, por isso, penso merecerem nossa consideração. Empatia, respeito e alteridade são sentimentos necessários para quem carrega na história familiar antepassados que, também, assumiram o importante papel de imigrantes, responsáveis pelo incremento de uma dinâmica social sem precedentes na terra em que aportaram. O acolhimento, nesse contexto, não é bondade, mas reconhecimento, elemento que deve ser preservado e cultuado.

Como a descoberta psicológica, em uma sessão de psicoterapia, a genealógica também nos completa, ao nos conectar com a nossa história; traz à tona condicionantes sociais e político-econômicos, permitindo uma análise mais completa acerca do nosso lugar na sociedade. Junto com essas descobertas, surge, ainda, o sentimento de pertencimento ao que convencionei chamar “famílias esquecidas”. Trata-se de grupos familiares que, com a sucessão de gerações e o ingresso do sobrenome do pai no nome dos filhos, com o descarte, via de regra, do sobrenome da família da avó materna, acabam esquecidos. Ao final desse processo

de descoberta, percebemos que somos muito mais do que antes pensávamos ser: somos uma soma quase infinita de histórias, a síntese de muitas pessoas. Curioso, então, perceber que carregamos em nossa ancestralidade vários sobrenomes que, por ventura, nos são até familiares, mas que, pela nossa ignorância da teia de relacionamentos ancestrais, nada ou pouco nos dizem efetivamente. Desconhecer nossa genealogia é nos conectar de forma limitada ao mundo que nos cerca.

Constatei, ainda, que várias de minhas ancestrais femininas aparecem apenas com sobrenomes de cunho religioso, sem indicação da família de origem, tais como "de Jesus" ou "das Dores". Essa realidade acaba demandando que se busque no pai o sobrenome que lhes foi negado e que elas não puderam legar. Carregar um sobrenome, pertencer a uma família e se reconhecer pertencente a um grupo familiar e à sua história é, hoje em dia, um reconhecido direito fundamental, garantido na Constituição, inerente ao Direito à Personalidade. Constata-se, então, que nem sempre foi assim.

Outro registro que faço é que na dinâmica da vida, o natural desenvolvimento dos ramos de uma família, em um curto espaço temporal (duas ou três gerações), é capaz de apagar a origem comum. Somente uma identidade genética não é suficiente para manter firme os laços familiares, pois estes demandam, além do mútuo conhecimento, a vontade de culto e de mantença dessa vinculação ancestral, muitas vezes demandando a superação de conflitos e de disputas familiares esquecidos no passado. A correria dos tempos tidos como modernos, catalisa o distanciamento e o esquecimento, afasta a reflexão e o aprofundamento de investigações: ficamos reféns do consumo imediato. Por outro lado, o que poderia ser mais duradouro e profundo, para nós, do que o estudo da genealogia, nosso passaporte para a existência ao longo dos séculos?

Também consigno que pouco adianta creditar aos mais velhos a responsabilidade pela tarefa de preservação da memória familiar, ainda mais quanto maior for o período a ser resgatado. Dificilmente serão eles capazes de retroagir mais do que duas ou três gerações. Além disso, as narrativas vão se transformando com o passar dos anos, a demandar uma volta às origens para que o significado original dos acontecimentos possa ser minimamente resgatado. Certamente, procurar informações com o pessoal de mais idade é um bom e necessário começo, mas não suficiente. Muito me alegro quando a eles retorno, com novos elementos

de análise, e recebo como resposta a declaração de que nunca haviam percebido aquela nuance da história que acabei de lhes (re)contar. Trata-se de um processo de crescimento coletivo. Não nos iludamos, pois invariavelmente seremos esquecidos, ao cabo de poucas gerações, assim como o foram os nossos antepassados. Os feitos que realizaram, apesar de importantes, não lhes garantiram a perpetuação da memória, demandando a realização de pesquisa genealógica e histórica para ressurgirem no tempo presente.

Quanto à formação do Estado do Rio Grande do Sul e quanto à fundação de Porto Alegre, diante das descobertas que realizei, tornaram-se parte dos feitos familiares, protagonizados pelo "vovô e pela "vovó", mesmo que dos meus bisavós. Agora, "está tudo em família"... e isso faz diferença, podem acreditar! Vejamos, então, o que tenho a contar.

A família "Pereira do Couto"

Roza Joaquina de Carvalho, minha tetravó materna, nasceu no dia 18 de dezembro de 1805,[2] na então Freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre, pois a localidade só seria elevada à condição de vila em 1810 e à de cidade em 1822, essa última promoção já fruto das inovações trazidas pela independência do Brasil. Logo, seu nascimento ocorreu em pleno período colonial, anterior à chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro. Na ocasião de seu nascimento, Porto Alegre contava apenas 33 anos de existência, considerando o marco temporal fundacional reconhecido mais de um século depois (1772 – casualmente o ano de nascimento de sua mãe).

Aos 15 anos de idade, em 09 de setembro de 1821, portanto pouco mais de quatro meses do retorno de D. João VI a Portugal (26.04.1821) e praticamente um ano antes da independência brasileira, Roza Joaquina casou com Galdino Joaquim de Souza (*18.04.1799), um porto-alegrense (filho de um português de Setúbal e de uma viamonense), então com 22 anos. Reinava D. João VI em Portugal e aqui eram tempos da regência de D. Pedro I. Ela já era órfã de pai (Tomás Pereira de Carvalho: *1761; † 06.01.1821), falecido havia apenas oito meses (aos 60 anos de idade), razão pela qual, na data do casamento, a família ainda devia estar vivendo o luto dessa perda. Sua mãe, Ana Maria das Dores

2 FELIZARDO, Jorge G. A Família Landell. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 21/01/1961.

(*1772; †13.07.1822), paulista de Cananéia, então viúva, aos 49 anos, deve ter lhe acompanhado no dia do casamento. Contudo, Ana Maria não esteve presente no nascimento do neto que o casal lhe deu (Manuel Joaquim de Carvalho Souza *26.07.1822): faleceu 13 dias antes da chegada do primogênito da filha. Por pouco, também não testemunhou a independência do Brasil. Ana Maria das Dores partiu cedo, para os padrões atuais; teria 50 anos.

A vida conjugal de Gaudino e Roza Joaquina, contudo, foi de curta duração. Em 1824, portanto após três anos do casamento, o marido sucumbiu em um naufrágio, durante viagem ao Rio de Janeiro. Na ocasião, faleceu também Serafim Pereira de Carvalho,[3] irmão de Roza Joaquina. Quando as águas lhe levaram o marido e o irmão, teria ela apenas 19 anos incompletos, e o filho do casal, dois. A sua viuvez durou sete anos, pois em 04 de junho de 1831, casou, em segundas núpcias, com o médico escocês Robert Landell,[4] aqui chegado pelos idos de 1827. Ambos eram viúvos. O Brasil engatinhava no Período Regencial, implantado há menos de dois meses, com a abdicação de D. Pedro I (07.04.1831). Roza Joaquina inaugurava uma nova vida matrimonial. A partir desse conúbio, o médico escocês passou a ser, para todos os efeitos, o nosso genearca. O que veio antes, com o passar das gerações, foi sendo paulatinamente esquecido, até ficar encoberto pelo manto do passado. Assim, a base açoriana sobre a qual também fomos gerados restou relegada ao esquecimento. A nossa origem escocesa passou a nos bastar, ao custo do desconhecimento de nossa ancestralidade açoriana, demonstrando que somos muito mais do que originalmente pensamos ser. Somos tão Carvalho como Landell, geneticamente falando, e isso é quase inacreditável.

Roza Joaquina faleceu na mesma Porto Alegre que a viu nascer, agora cidade consolidada, na data de 30 de dezembro de 1886,[5] doze dias após seu aniversário de oitenta e dois anos. Era, então, mais uma vez, viúva, condição que novamente ostentou por sete anos, pois o marido Robert havia falecido em 12 de janeiro de 1879 – aos 90 anos de idade. Muita história, contudo, acabou ficando para trás.

3 CORUJA, Antônio Alvares Pereira, 1806-1889. *Antigualhas*: reminiscências de Porto Alegre. Organização e notas de Sérgio da Costa Franco. 2. ed. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1996, p. 87.
4 Certidão de casamento, passada pela Mitra Diocesana de Porto Alegre. Livro 4, 1831, fl. 81.
5 Certidão de óbito. Livro 14, fl. 21, *apud* Autos do inventário de Robert Landell, fl. 46

Figura 1 – Casal Robert Landell e Roza Joaquina de Carvalho [Landell]
Imagem realizada em um daguerreótipo, em data e local ignorados, após 1839, ano da invenção desse processo de captura de imagem na França, que rapidamente chegou ao Brasil.

Fonte: acervo do autor.

O ponto de inflexão dessa história de esquecimento foi a celebração dos 270 anos da chegada dos açorianos ao hoje território do Rio Grande do Sul e dos 250 anos da fundação de Porto Alegre que estimulou a descoberta/revalorização do fato de o avô materno de Roza Joaquina ser o açoriano Antônio Pereira do Couto, natural da freguesia de São Pedro, na ilha de São Miguel. Refeita a ligação familiar, localizei referências a ele *in* CORUJA (1996), dando conta da presença desse micaelense na recém fundada comunidade porto-alegrense. Mais recentemente, a partir das informações constantes no *e-book* "Açorianos em Porto Alegre" (BARROSO et al., 2022), veio a lume o seu pioneirismo entre os açorianos fundadores de Porto Alegre.

Conforme consta *in* Barroso et al. (2022, p. 297), Antônio Pereira do Couto teria imigrado para o Brasil em 1750. Sabe-se que, primeiramente, esteve em Cananeia,[6] no extremo sul do litoral paulista, pois lá casou

6 Cananéia: seria o primeiro agrupamento europeu em território brasileiro, pré-existente à chegada da expedição de Martin Afonso de Souza (1531), cuja existência teria sido registrada no diário da expedição, quando por ali passou para, mais ao Norte, realizar a fundação da Vila de São Vicente, essa rapidamente reconhecida pela coroa portuguesa, tornando-se oficialmente o primeiro agrupamento português fundado em território brasileiro; Cananéia teria surgido pelas mãos do degredado Cosme Pessoa Fernandes, o "Bacharel de Cananeia", ali deixado para morrer, mas que teria conquistado a confiança dos índios locais, desposado a filha do cacique (Caniné) e começado a desenvolver a região, congregando, ao que parece, até piratas franceses para a região, uma vez que fica protegida naturalmente do oceano pela Ilha Cumprida e pela Ilha do Cardoso.

com Maria Francisca das Dores, nascida naquela localidade, no ano de 1745, filha de Antônio Monteiro e de Maria Palhano de Sobral (note-se que os sobrenomes dos pais da noiva, meus heptavós, nem em sonho pensei carregar, fazendo reverberar a máxima, mais uma vez, de que somos muito mais do que pensamos ser, pois, nesses nomes, uma imensidão de histórias segue adormecida). Mas retornando ao casal Antônio Pereira do Couto e Maria Francisca das Dores, há registro que lá o casal tenha tido sete filhos, cujas datas de nascimento ainda estão para serem resgatadas, em sua maioria: (i) a primogênita Úrsula Maria de Jesus (*?), (ii) Ana Maria das Dores (*1772) – minha pentavó, (iii) Rita Maria das Dores (*1785), (iv) Joaquim Pereira do Couto (*?), (v) Manoel Joaquim do Couto (*?), (vi) Ana Maria de Jesus (*?) e (vii) José Joaquim do Couto (*?). Aqui, um destaque para a ocorrência do sobrenome religioso nas mulheres da família. Posteriormente, a família teria vindo para Porto Alegre, onde se fixou. A data exata de sua chegada a Porto Alegre ainda é uma incógnita, assim como qual seria a atividade laboral do patriarca Antônio Pereira do Couto. Contudo, consta que a filha Úrsula teria casado em Porto Alegre, na data de 09 de julho de 1791[7] (apenas 19 anos após a elevação do povoado à condição de freguesia). Já a filha Ana Maria (minha pentavó) teria casado também em Porto Alegre, em 06 de fevereiro de 1794, aos 22 anos de idade dela e da própria freguesia. O que parece ser fato, então, é que Antônio Pereira do Couto teria chegado à freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre após 1785 e antes de 1791, ou seja: algo entre sete anos antes ou, no máximo, dezenove anos da elevação da localidade à condição de freguesia, considerando o ano de 1772.

Meu avô materno, José Victorino Panarari de Moura, nasceu em 29 de março de 1900[8] e muito se orgulhou de contar a história familiar em detalhes. Escreveu textos e reuniu documentos, mas sempre a partir do casamento de seus bisavós (Robert Landell e Roza Joaquina). Conviveu José Victorino por longos anos com a sua avó paterna, Sara Mariana (filha de Roza Joaquina – a neta de Antônio Pereira do Couto), pois essa faleceu somente em 11 de agosto de 1926, aos 94 anos,[9] quando meu avô já contava com vinte e seis anos. Entretanto, ele nunca teria retroagi-

7 Casamento registrado no Livro Catedral 1, fl. 72v.

8 Certidão de nascimento, passada pelo Cartório do Registro Civil da 1ª Zona de Caxias do Sul, matrícula: 098921 01 1900 100013 173 000020081.

9 RODRIGUES, Ivan Dorneles. *Pe. Roberto Landell de Moura*: a história documentada. Porto Alegre: CORAG, 2015, p. 230.

do ao referido casamento em suas narrativas. Sobre Roza Joaquina, registrou que era viúva do náufrago Gaudino (ou Gualdino), e que, ao casar com o protestante escocês (Robert Landell), esse teria se comprometido a permitir que os filhos que nascessem desse casamento (e foram sete) fossem educados na fé católica. A exigência é fato, pois está registrada no assento de casamento do casal.[10] Entretanto, oportuno assinalar que a referida exigência deveria ser, antes de tudo, uma imposição da própria Igreja Católica para celebrar o matrimônio, mais do que uma cláusula matrimonial imposta por exigência da esposa, como às vezes a narrativa oral da história, em família, procura fazer crer.

O fato de haver um filho desse primeiro casamento de Roza Joaquina (Manuel Joaquim de Carvalho Souza (*26.07.1822;†17.08.1872),[11] bem como o de ela já ser órfã dos pais, quando o marido sucumbiu no naufrágio e a informação existente no assentamento dar conta que a cerimônia desse seu segundo enlace foi realizada na casa do primeiro sogro (Manoel Joaquim de Souza), após sete anos de viuvez, não ganharam registro, apesar da importância para se tentar perceber como seria a vida dessa viúva, ainda durante o Primeiro Reinado. Viveria ela com o filho na casa do sogro ou teriam um lar em separado, gozando de alguma autonomia? Não percamos de vista: eram tempos do "mundo de Debret",[12] com suas icônicas imagens do Brasil de então, que bem a poderiam ter retratado, pois lhes seriam contemporâneas.

Diante das lacunas informativas que o passar dos anos vai criando, buscar a história familiar com base no relato dos mais velhos, é, muitas vezes, apenas obter pistas de um caminho a perseguir. Não fossem as complementações informativas obtidas com certidões na Cúria Metropolitana de Porto Alegre ou nos documentos consultados no Arquivo Público do Estado, nos registros encontrados na obra "Antigualhas" (CORUJA, 1996), bem como na obra "Açorianos em Porto Alegre" (BARROSO et al., 2022), ou, ainda, na "História da Igreja de Nossa Senhora do Rosário" (BAREA, 2004), não teria sido possível avançar na (re)descoberta dessa nossa história, e nem na nossa vinculação com Antônio Pereira do Couto. Igual-

10 Certidão de casamento, passada pela Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Livro 04, fl. 81: "[...] forão de tudo Testemunhas os abaixo assignados perante os quaes declarou o contrahente, que não impediria de sorte alguma que o filho, ou filhos que tivessem deste Matrimonio fossem educados na Religião Catholica Romana; mas antes auxiliaria quanto estivesse de sua parte; [...]"

11 PUFAL, Diego de Leão; ROSA, Gilson Justino da; MANGANELLI, Ernani Raupp. Famílias açorianas em Porto Alegre (1772-1822). In: BARROSO, et al. (Org.), 2022. [E-book].

12 Jean-Baptiste Debret, pintor e desenhista francês que integrou a Missão Artística Francesa que chegou ao Brasil em 1816, aqui permaneceu até 1831; seu trabalho foi essencial para retratar o Brasil colonial.

mente não poderia estar contando que esse açoriano, no ano de 1816, octogenário e já viúvo (a esposa Maria Francisca das Dores havia falecido em 20.03.1809),[13] realizou a doação de um dos terrenos sobre o qual se edificou a primeira Igreja do Rosário da então Vila de Porto Alegre.

Nesse tocante, elucidativas as palavras que Moacyr Flores consignou no prefácio da obra de D. Barea (BAREA, 2004, p. 11, grifo nosso), destacando o papel da Igreja Católica durante o período monárquico no Brasil. O apontamento realizado, provavelmente potencializado pela tradição de religiosidade do povo açoriano, permite estimar o significado do ato praticado por Antônio Pereira do Couto. Consignou ele:

> No período histórico da monarquia no Brasil havia uma relação muito grande entre o espaço sagrado e o profano. Não se pode separar a existência corporal da espiritual, nem a religião da política, porque a religião fazia parte do Estado, através do Direito do Padroado. O tempo era medido pelo calendário litúrgico e o trabalho organizado de acordo com os dias santificados. Trabalhar no domingo ou em dia de guarda era afrontar a religião e o Estado. O faltoso, além de penitência, pagava pesada multa. *Fazer parte da cristandade era participar de uma identidade com sinais próprios expressos no culto religioso, nas procissões, nas orações, nas imagens, nas festas e nos templos.*

Em sendo assim, registra-se a imagem do legado que Antônio Pereira do Couto ajudou a construir:

Figura 2 – 1ª Igreja do Rosário

Fonte: acervo do autor.

Figura 3 – 2ª Igreja do Rosário

Fonte: acervo do autor.

13 PUFAL, Diego de Leão; ROSA, Gilson Justino da; MANGANELLI, Ernani Raupp. Famílias açorianas em Porto Alegre (1772-1822). In: BARROSO, et al. (Org.), 2022, p. 297. [E-book].

O templo da esquerda foi inaugurado em 1827/1828, o qual, posteriormente, deu lugar ao novo (à direita), hoje existente; ambos foram erguidos sobre o terreno doado pelo micaelense Antônio Pereira do Couto, na Rua Vigário José Inácio (anteriormente Rua do Rosário ou, antes ainda, Rua da Bandeira), no Centro Histórico de Porto Alegre.

Note-se que o doador do terreno não chegou a ver a obra concluída, pois teria falecido em 19 de julho de 1819,[14] oito anos antes de sua inauguração. Contudo, CORUJA (1996), vai nos legar grande parte das preciosas informações que hoje possuímos sobre Antônio Pereira do Couto. Ao descrever o espaço urbano da então vila, no início do século XIX, nos informa o endereço do micaelense que residiria em uma chácara, na região da hoje Rua Senhor dos Passos. CORUJA (2006, p. 140, grifo nosso) consignou:

> 34ª [rua] – Beco do Cordoeiro. Em terrenos contíguos da chácara da Brigadeira e do *Antônio Pereira do Couto* havia uma estrada, viela, ou atalho, que dava caminho da Caridade para a praia, e que não tinha nome de rua, por não ter casas laterais. Edificadas algumas casinhas, foi para uma delas morar um cordoeiro chamado João, conhecido por João Cordoeiro, que deu à rua o nome de Beco do Cordoeiro, que mais tarde se veio a chamar Rua do Senhor dos Passos.

Igualmente, sem os registros de Coruja, não saberíamos que, octogenário, Antônio Pereira do Couto, ainda durante o Brasil Colônia, se deslocava todos os dias, a pé, até a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Madre de Deus, para assistir à missa. Diante dessa informação, tento imaginar o trajeto que percorria diariamente e o quanto a paisagem que ele testemunhava durante o percurso difere da que hoje podemos desfrutar no trajeto entre a Rua Senhor dos Passos e a Catedral Metropolitana. De seu tempo, provavelmente o prédio que ainda reste na cidade seja o "Casarão Rosado", construído entre 1769-1772, no qual atualmente funciona o Memorial Legislativo do Estado, na Rua Duque de Caxias, 1029, ao lado do Palácio Piratini. Nem a Igreja Matriz, em que outrora assistia missa permanece, posto que demolida na década de 1920, para a construção do atual templo. Igualmente, não saberíamos que seria homem de posses, proprietário dos terrenos que circundavam o templo que ajudou a

14 PUFAL, Diego de Leão; ROSA, Gilson Justino da; MANGANELLI, Ernani Raupp. Famílias açorianas em Porto Alegre (1772-1822). In: BARROSO, et al. (Org.), 2022, p. 212-533. [E-book].

construir. Coruja ainda faz referência à sua neta, Roza Joaquina (viúva Landell), quando já residindo no Rio de Janeiro e, ao final da vida, escreve suas memórias acerca da vila em que viveu a mocidade. O registro por ele realizado, parece demonstrar certa consideração do escritor com a família e sua relevância para a cidade.

Coruja (1996, p. 129, grifo nosso) registra:

> 12ª [rua] – Beco do Rosário..[15] *Na praça do Paraíso entre a esquina do Caminho Novo e a Rua da Praia havia uma travessa quase sem casas que dava para os terrenos do Couto* (*). Parece que em outro tempo era beco sem nome, pois só lhe conheci o nome de Beco do Rosário depois que se edificou o templo deste nome, entre o qual e o beco nenhuma casa então havia. O nome de Beco do Rosário hoje está circunscrito às casa [sic] que rodeiam a igreja, e o antigo beco deste nome tem a placa de 24 de Maio para fazer recordar o grande feito de armas de Tuiuti.
>
> (*) *Antônio Pereira do Couto, avô materno da Sra. viúva Landell, e que apesar de octogenário arrastava todas as manhãs os seus pés para ir ouvir missa à matriz da Sra. Madre de Deus, era possuidor de todos os terrenos dos arredores do Rosário, inclusive o da própria igreja por ele doado.*

Por sua vez, D. Barea (BAREA, 2004, p. 81, grifo nosso), faz um registro mais minudente acerca da doação realizada por Antônio Pereira do Couto:

> Aquisição do terreno
>
> *Doação de Antônio Pereira do Couto. Em 14 de março de 1816. Antônio Pereira do Couto fez doação de um terreno com 80 palmos de frente por 130 de fundos, no lado oriental da rua da Bandeira, à Nossa Senhora do Rosário, para que os irmãos da irmandade e mais devotos da mesma Senhora nele pudessem edificar uma igreja sob aquela invocação.* Dividia-se o terreno, pelo Norte, com José Pereira Maciel, pelo Sul, com terrenos concedidos ao Capitão Diego Arouxe de Moraes. A escritura de doação acha-se registrada no Livro de Notas nº 45, do 2º Notariado, a fls. 6 vrs a 7.

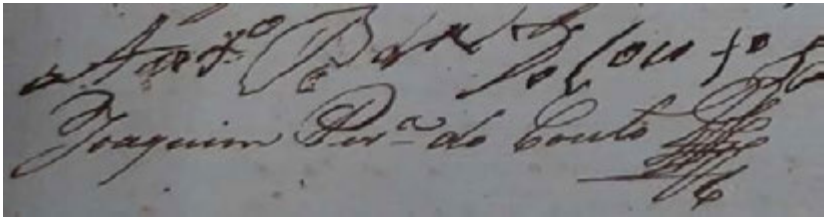
Da escritura de doação do imóvel para a construção da Igreja do Rosário,[16] lavrada em 14 de março de 1816, foi possível extrair a assinatura

15 Este antigo beco foi alargado, dando lugar à atual Avenida Otávio Rocha, assim denominada pelo decreto municipal de 27/2/1932.

16 Escritura de doação, lavrada em 14/03/1816. Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS).

do doador, Antônio Pereira do Couto e a de seu filho Joaquim Pereira do Couto. Enquanto a assinatura do pai estaria a revelar a sua idade avançada e seu baixo nível de letramento, o talhe da letra do filho indica uma caligrafia bem desenhada, sua familiaridade com o processo de escrita e um provável bom nível educacional.

Figura 4 – Assinatura de Antônio Pereira do Couto e de seu filho Joaquim Pereira do Couto



Fonte: acervo do autor.

Ainda em relação à referida doação, tem-se, na obra de D. Barea (BAREA, 2004, p. 83-84), uma anotação que reputo reveladora. Refere ele que o trineto do doador Antônio Pereira do Couto, Monsenhor Roberto Landell de Moura, pároco da Igreja do Rosário, a partir de 1914, até sua morte, em 1928, teria feito expressa referência à doação realizada por seu trisavô, bem como que o assunto era comentado na roda familiar dos Landell de Moura, ao fazer referência ao ramo "Couto Velho", ao então Governador do Arcebispado, Mons. Nicolau Marx. Vejamos:

> Não tem, pois, nenhum fundamento a informação que Mons. Landell de Moura prestou, em 10 de julho de 1925, ao então Governador do Arcebispado Mons. Nicolau Marx, a saber:
>
> 'Os terrenos aos quais se refere o despacho de Mons. Mariano, pertencem à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, e não à irmandade de Nossa Senhora do Rosário, que então não existia; pois *estes terrenos como muitos outros que estão na mão de particulares, foram doados pelos avós [sic] de minha mãe [Antônio Pereira do Couto e sua mulher Maria Francisca], isto é, pelos Coutos Velhos. Desta doação ouvi falar várias vezes minha mãe e minha avó, as quais, como prova do que afirmavam, alegavam que, como seus avós se negassem a dar também um terreno para o cemitério, por este motivo era a única igreja que não tinha cemitério.'*
>
> *Tanto é verdade que a Irmandade existia antes da igreja do Rosário, que o próprio Antônio Pereira do Souto* [sic]*, falecido em 19 de julho*

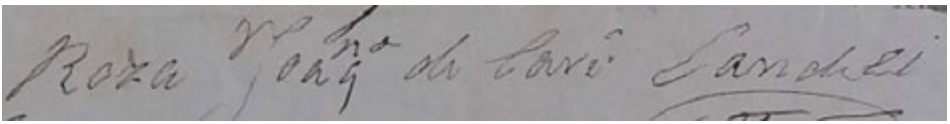
> *de 1819, portanto 8 anos antes da inauguração do templo, dele fazia parte, com pessoas e escravos da família* (Grifo nosso).

Desta forma, o feito desse micaelense, originário da freguesia de São Pedro, que para cá emigrou em 1750, ficou esquecido, apesar de sua relevância para o destino de seus descendentes e para a cidade de Porto Alegre. Aqui, tornou-se cidadão de posses, inclusive proprietário de escravos. Demonstrou devoção religiosa e, ao menos por esta via, buscou participação social, ao contribuir com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, com expressivo aporte material. Considerando o que se levantou, até a presente data, deixou sua família bem posicionada socialmente, o que pôde ter facilitado o casamento de sua neta Maria Máxima com o açoriano José Inácio Lourenço, um dos biografados pelo Prof. Paulo Staudt Moreira,[17] que desenvolveu estudo sobre açorianos que obtiveram destaque econômico e prestígio social em Porto Alegre, na sociedade oitocentista. Da mesma forma, o casamento, em segundas núpcias, de sua outra neta (minha tetravó Roza Joaquina), com o médico escocês Robert Landell. É fato que Robert Landell, após dezessete anos do casamento, em abril de 1848,[18] adquiriu grande extensão de terra, denominada Várzea do Gravataí, propriedade que irá explorar até a sua morte, em 12 de janeiro de 1879,[19] aos 90 anos de idade. Esta fazenda compreendia, entre outras áreas, a região do atual aeroporto Salgado Filho, da CEASA, bem como a própria BR que leva a Canoas, estendendo-se até a margem do Rio Gravataí e ao que parece atingia, inclusive, a região da Base Aérea de Canoas. Teria 16.288.900,00m², quando o Estado do Rio Grande do Sul ocupou as referidas terras, via *manu militari*, poucos anos após a morte do Doutor Robert Landell. A propriedade só veio a ser devolvida aos herdeiros, anos mais tarde, após longa batalha judicial, quando retornou com uma extensão menor (14.250.155,46m², conforme dados referidos no seu processo de inventário).[20] Constata-se, então, que tanto Roza Joaquina, como a sua irmã, Maria Máxima, realizaram casamentos que lhes posicionaram bem socialmente.

17 STAUDT, P. Moreira. "De uma das [Ilhas] dos Açores": diásporas transatlânticas e as vicissitudes biográficas de dois açorianos escravistas (Porto Alegre, RS, século XIX. In: BARROSO et al. (Org.), 2022, p. 152ss. [E-book].
18 RODRIGUES, Ivan Dorneles. *Pe. Roberto Landell de Moura*: a história documentada. Porto Alegre: CORAG, 2015, p. 243.
19 Conforme Rodrigues, 2015.
20 Processo de Inventário nº 2.619/1956, p. 37. Tramitação na Vara de Sucessões da Comarca de Porto Alegre.

Já a assinatura de Roza Joaquina de Carvalho [Landell], lançada em documento do ano de 1879 (inventário do seu esposo Dr. Robert Landell, disponível no Arquivo Público no Estado), quando já contava com setenta e quatro anos de idade, revela satisfatório nível de letramento para uma mulher nascida em 1805, antes da chegada da Família Real ao Brasil:

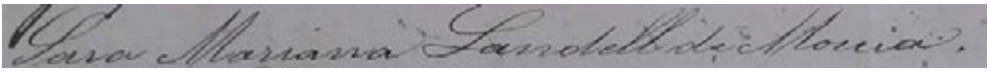
Figura 5 – Assinatura de Roza Joaquina de Carvalho [Landell]



Fonte: acervo do autor.

Do mesmo documento acima citado, foi possível extrair a assinatura da bisneta de Antônio Pereira do Couto, Sara Mariana Landell [de Moura], então com quarenta e sete anos de idade. Sua caligrafia demonstra que teria bom nível de instrução, ainda mais para uma mulher nascida em 1832, há três anos do início da Revolução Farroupilha:

Figura 6 – Assinatura de Sara Mariana Landell [de Moura]



Fonte: acervo do autor.

Diante dos elementos acima apontados, há indícios não só de bons casamentos do ponto de vista financeiro pelas mulheres da família, mas também que elas possuiriam nível de instrução superior à média das mulheres no período. Diante desse quadro, especulo o quanto o avô/bisavô Antônio Pereira do Couto contribuiu para essa boa condição social e econômica da família.

Da mesma forma, a devoção de Antônio Pereira do Couto e a sua atuação frente à Irmandade do Rosário podem ter influenciado o espírito de religiosidade entre seus descendentes, bem como facilitado a própria formação religiosa desses, ao menos no ramo Landell de Moura. Este é um dos três ramos familiares que se originou do casamento do Dr. Robert Landell e de Dona Roza Joaquina de Carvalho [Landell] (os outros dois seriam os Landell dos Santos e os Landell, conforme apontamento de meu avô, José Victorino). Note-se, ainda, que nesse particular só se está considerando o ramo Landell de Moura, um pequeno grupo de

pessoas, em relação à vasta descendência de Antônio Pereira do Couto, originado a partir de sua bisneta Sara Mariana. Entre os Landell de Moura, os mais velhos contam ter ouvido que Sara Mariana era mulher de grande devoção, provavelmente afeita à reza diária do terço ou quiçá do próprio rosário, devoção da irmandade, cujo templo seu bisavô ajudou a construir. Dos seus quatorze filhos, dois seguiram a vida religiosa: (i) Roberto Landell de Moura – o "Padre Inventor" (já referido no presente trabalho, quando da citação da obra de Dom Barea) e (ii) Guilherme Landell de Moura, o "Padre Revolucionário". Ambos alcançaram o cargo de Monsenhor e se ordenaram em Roma e teriam conquistado o título de "Doutor". Segundo Almeida (2006), biógrafo do Padre Roberto Landell, o caminho da vida religiosa seria vontade paterna e que logo os irmãos foram enviados a Roma para estudar Direito Canônico, por Dom Sebastião Dias Laranjeira, bispo de Porto Alegre (entre 1861 e 1888). Roberto teria se matriculado, em 22 de março de 1878, aos 17 anos, no Colégio Pio Latino-Americano, instituição fundada em 1858, e que logo passou a ser administrada pela Companhia de Jesus, com o objetivo de formar o clero latino-americano. A sede da escola, na época, ficaria em San Andrés no Quirinal, antigo noviciado da Companhia de Jesus,[21] a uns 600 metros da Fontana de Trevi. Concomitantemente, frequentou o curso de física e química na Universidade Gregoriana, a mais prestigiosa universidade jesuíta. No dia 28 de outubro de 1886, portanto quase nove anos após sua chegada a Roma, foi ordenado sacerdote, quando oficiou sua primeira missa. Foi desligado do Colégio Pio Americano em 29 de dezembro de 1886, retornando ao Brasil. Em sendo assim, evidente a boa relação da família com a mitra diocesana de Porto Alegre, sendo que me questiono o quanto dessa relação estava estribada na ação do trisavô dos sacerdotes, doador de um dos terrenos utilizados para a construção da Igreja do Rosário, quarenta e cinco anos antes. O Monsenhor Roberto Landell de Moura, para muitos o inventor do rádio, precursor da telefonia móvel, pioneiro no estudo de outras áreas do conhecimento, patrono do radioamadorismo no Brasil, personalidade com o nome inscrito no Panteão dos Heróis da Pátria Brasileira, terminou os seus dias como pároco da Igreja, construída no terreno doado pelo seu trisavô, uma das maiores e mais importantes paróquias da cidade. Já Monsenhor Guilherme se radicou na cidade de Espírito Santo do Pinhal, em São Paulo, onde contam

21 https://piolatino.org/el-collegio/resena-historica/. Acesso em: 03 jul. 2023.

que teria chegado a desempenhar papel político de destaque. Ao certo, conforme pude constatar em recente visita àquela cidade, é que na sala da Igreja Matriz que leva ao coro está na parede grande retrato, a óleo, com sua imagem, revestida de pompa que o cargo eclesiástico conferia aos seus ocupantes.

Com a descoberta dessa ascendência do açoriano Antônio Pereira do Couto, materializado ficou o nosso pertencimento à família Pereira do Couto (aos "Couto Velho" – no linguajar do Monsenhor Roberto Landell de Moura), bem como a nossa vinculação à ilha de São Miguel, nos Açores. Recebemos, ainda, o sentimento de participarmos de uma das famílias pioneiras na formação da cidade de Porto Alegre. Estávamos lá e de alguma forma, saber disso, nos completa e engrandece.

A família "Silveira D'Avila" ou "Silveira de Avila"

Outra parte da história que registro envolve os "Silveira de Avila" ou "Silveira D'Avila", como parte dos membros da família se assina. Trata-se de família com origem açoriana que também teve participação na formação do então Continente de São Pedro. Estão na ancestralidade de meu avô paterno, Hermes Silveira de Avila, nascido em 20 de julho de 1916[22], na cidade de Jaguarão/RS.

No opúsculo da história da família, distribuído aos participantes do III Encontro da Família Silveira de Avila, realizado em Jaguarão, na data de 20.04.2019 e com cópia arquivada no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, temos a base de boa parte da história que vou contar. A autoria da obra é atribuída a Carlos Alberto Machado Neves[23], a partir de investigação realizada pela historiadora jaguarense Maria Dutra da Silveira. Nossa história, para esse ramo da família, pode-se dizer, teria tido início, provavelmente, no ano de 1742, quando Joze Silveira D'Avila, nasce na ilha do Faial, na Freguesia de Santo Cristo[24], filho legítimo de João Silveira D'Avila e de Ana Maria de Jesus. No Brasil, desenvolvia-se o ciclo do ouro e, no Continente de São Pedro, a cidade de Rio Grande contava com apenas cinco anos de fundação. Ainda nos Açores, Joze Silveira D'Avila teria casado com Ana Rosa de Jesus (novamente destaque para

22 Certidão de nascimento. Livro 16, fl. 134 e v. Cartório do Registro Civil de Jaguarão.

23 NEVES, Carlos Alberto Machado. *Família Silveira D'Avila*: um breve histórico. Vacaria, julho 2002. Acervo do Instituto Histórico de Jaguarão

24 Cfe. o esclarecimento obtido com Diego de Leão Pufal, a referência a Santo Cristo deve ser ao Forte do Senhor Santo Cristo, na Praia do Almoxarife.

a recorrência do sobrenome religioso nas mulheres, aqui com destaque para o nome da mãe e da esposa do nosso genearca Joze). Lá, também, o casal teria tido parte de seus dez filhos, entre esses, o filho Manoel Silveira D'Avila, nascido, provavelmente no ano de 1782, quando Joze já contaria com 42 anos de idade. A família teria se alistado na Praia do Almoxarife, para emigrar para o Brasil, em outubro de 1787, citando informações que teriam sido obtidas no Arquivo Ultramarino, em Lisboa. A primeira leva de casais de número[25] trazida para o Desterro, hoje Florianópolis, chegou em 1748; já os pioneiros encaminhados ao Rio Grande do Sul chegaram aqui em 1752. Embora a data exata da chegada de Joze Silveira D'Avila e família ao Continente de São Pedro ainda seja por mim ignorada, ela ocorreu menos de 40 anos após a chegada dessa primeira leva, em tempo de serem considerados pioneiros na ocupação da região, pois se trata de processo desenvolvido ao longo de várias décadas.

Destaca-se, contudo, que os açorianos, chegados após 1787 (ano de alistamento da família Silveira D'Avila, na Praia do Almoxarife), encontraram uma realidade diversa da vivenciada pelos primeiríssimos açorianos chegados ao Continente de São Pedro, no ano de 1752. Quatro décadas de grandes transformações separam esses grupos. Os primeiros tiveram que enfrentar as incertezas da não implantação do Tratado de Madri (1750), a Guerra Guaranítica (1753/56), bem como os treze anos de ocupação espanhola na região (1763/76). Já para Joze, família e demais açorianos contemporâneos, a realidade era diversa, pois desde 1777, vigia, entre Portugal e Espanha, o Tratado de Santo Idelfonso (substituto do Tratado de Madri). Embora esse último tratado assinado concedesse uma menor extensão de terras à Portugal (quando comparado ao anterior), legalizava a posse portuguesa sobre parte das terras localizadas ao sul do Rio Camaquã, incluindo a região das cidades de Rio Grande e de Pelotas. As discussões territoriais permaneciam, é verdade, mas agora envolvendo somente as regiões missioneira e da campanha, ao sul do Rio Piratini. Ademais, desde 1761, o Rio Grande de São Pedro passou a ser uma capitania, sendo Porto Alegre, a partir de 1773, sua capital. Da mesma forma, demonstrando avanços significativos na região, temos a primeira charqueada sendo instalada em Pelotas, no ano de 1780. Contudo, apesar dos avanços citados, o problema demográfico do baixo

25 "Casais de número" ou "Casais d'El Rei" ou "Casais do número": casais açorianos ou madeirenses, encaminhados pelo governo português, para, em grupos de 60 casais, povoarem determinada região do território brasileiro. Deveriam receber ajuda de custo e auxilio do governo para a instalação. In: COSTA, 2004, p. 62.

contingente populacional persistia, ao qual agora já se somava outro: a falta de terras disponíveis para concessão pelo governo português. Costa (2004, p. 84-85) informa que, pouco depois de 1777, um levantamento apontava a existência de mais de 841 proprietários de terra na região, enquanto que um relatório do governo, datado de 1780, assinalava que "todas as terras estão doadas, mas todas estão desertas". Certamente esses problemas estavam vinculados à forma de concessão e de exploração dessas propriedades. Inicialmente, o governo português concedia uma sesmaria aos pretendentes em povoar a região, com alguns proprietários recebendo, inclusive, duas ou mais extensões de campo. Provavelmente, por essa razão, quando da chegada dos colonos açorianos (entre eles Joze e família), essa extensão já estava limitada a uma data de terras, área muito inferior à originaria.[26.]

Na obra "Açorianos no Brasil" (BARROSO et al., 2002, p. 737) constam as transcrições dos atos de concessão de terra aos açorianos no Rio Grande do Sul, anos de 1780 a 1800, entre as quais se encontra a de uma data de terra repassada a Joze Silveira D'Avila, em 30 de junho de 1789, na região de Serro Pelado. Acredito que inicialmente este campo estivesse vinculado a Piratini, até pelo fato desta vila ter sido criada com a chegada dos casais de número, exatamente no ano em que Joze e sua família receberam a dita data de terra e se estabeleceram na região (1789). Essa propriedade, atualmente, deve se localizar no 5º distrito de Canguçu, município limítrofe que já foi distrito do primeiro, onde há uma localidade com essa denominação.[27] Reforçando as relações familiares com Canguçu, seria ali o local de naturalidade de seu neto Tito Silveira de Avila (meu tetravô), ocorrido pelos idos de 1812. Da mesma forma, é também a localidade citada para a terra que Joze deixou em seu inventário, bem como as deixadas por seu filho Manuel, informação que será tratada na sequência. Há, portanto, contundentes vestígios ligando a família à região, a indicar que estivemos por lá! Destaca-se, contudo, que Joze não teria sido o primeiro proprietário desta terra, antes ocupada por Salvador Bueno da Fonseca, então falecido, a reforçar a ideia de uma distribuição prévia desses campos.

---

26 *Sesmaria:* equivalente a 13.068 hectares*; Data de terra*: corresponderia a 272 hectares (na realidade, os tamanhos eram aproximados, pois apenas acidentes naturais, como rios, banhados e morros, por exemplo, limitavam as propriedades). In: COSTA, 2004, p. 85-86.

27 Canguçu inicialmente foi distrito de Piratini (Resolução Régia de 31.01.1812); a emancipação ocorreu quando de sua elevação à condição de vila (Lei Provincial nº 340, de 28.01.1857). https://camaracangucu.rs.gov.br/municipio. Acesso em: 27 nov. 2023.

O ato de concessão restou redigido da forma abaixo transcrita:

> Registro de uma data de terras concedidas pelo Coronel Comandante Geral Joaquim Joze Ribeiro da Costa a *JOZE SILVEIRA D'AVILA* em nome, digo, em o Distrito de Serro Pelado como abaixo declara.
>
> Antonio Joze Feijo Capitão de uma das Companhias do Batalhão de Infantaria com exercício de Artilharia deste Continente do Rio Grande de São Pedro, etc. Atesto que por ordem do Senhor Coronel Comandante deste Continente Joaquim Joze Ribeiro da Costa, expedida a mim em 18 de maio de 1789 passei com o Piloto Francisco Pereira Xavier ao Distrito de Serro Pelado aos campos que ocupou o defunto Salvador Bueno da Fonseca, e ali fiz medir, e demarcar, e dei posse a *Joze Silveira d'Avila* de uma data de terras que compreende setecentos e cinqüenta braças de frente, e outras tantas de fundo, correndo nordeste, sudoeste, e se divide noroeste, sueste, e extrema com dois arroios, e se obrigou o dito *Joze Silveira d'Avila*, a residir e trabalhar na dita data de terras, e não a vender antes de serem passados cinco anos, e para [79r] constar lhe passei a presente por mim assinada. Vila de São Pedro 30 de junho de 1789 = O Capitão Antonio Joze Feijo = Número 1º = Concedo ao casal do número *Joze Silveira d'Avila* em nome de Sua Majestade em conseqüência das ordens que tenho do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Vice-Rei do Estado, setecentos e cinqüenta braças de frente, e outra igual quantidade de fundos, no lugar que declara esta Certidão número 1º, passada pelo Capitão Antonio Joze Feijo, com as declarações declaradas na numa Certidão, e este despacho lhe servirá como carta de data, e se registre no livro delas na forma das reais ordens. Vila de São Pedro do Rio Grande 06 de julho de 1789 = Ribeiro = Registre-se = Ozorio = E não se continha mais em a dita data de terras, que aqui bem e fielmente fiz registrar da própria, que tornei a entregar a quem me apresentou que de a haver recebido assinou com o Escrivão da Fazenda Real que este subscreveu. Porto Alegre 22 de julho de 1789. [a] Joze Nunes do Rozario (Grifo nosso).

Desta forma, Joze Silveira D'Avila e sua esposa Ana Rosa de Jesus são casal de número e a finalização do ato de doação da data de terras que receberam teria ocorrido praticamente uma semana após a Tomada da Bastilha, na França revolucionária (14.07.1789). Viviam eles uma revolução particular! Joze irá falecer, na data de 19 de julho de 1832,[28] na

28 Cfe. Certidão de óbito fornecida pela Arquidiocese de Pelotas, óbito registrado no Livro 01, fl. 15, da Igreja Matriz de São Francisco de Paula.

cidade de Pelotas, em decorrência de *moléstia do peito*. Na ocasião, já seria viúvo, teria dez filhos e a idade de noventa anos. Pelo que se verifica, então, de sua longa vida, Joze teria passado, no mínimo, quarenta e três anos no Continente de São Pedro, certamente tempos de superação, instabilidade e beligerância. Um exemplo do clima reinante na região em que Joze e a família se assentaram (uma zona, de fronteira com o território espanhol) é a história do Forte de Santa Tecla, construído em 1774, na região da cidade de Bagé, por determinação do governador de Buenos Aires. Atacado e destruído pelas tropas portuguesas, no ano de 1776, foi reconstruído pelo governo espanhol, mas novamente destruído pelo exército português, em 1801[29]. Note-se, então: entre 1776 e 1801, foram 25 anos de beligerância, sendo que Piratini dista de Bagé, em linha reta, apenas 94km. O conflito territorial na região, então, era real e estava próximo deles. Lembremos, ainda, que a construção do Forte se deu justamente durante o período de ocupação espanhola de Rio Grande (1763-76), tempo em que a Espanha chegou a dominar a maior parte do atual território do Estado do Rio Grande do Sul, englobando as terras ao sul da cidade de Rio Pardo e a região Noroeste (Missões e adjacências). Durante este período, os portugueses restaram contidos na região nordeste do Estado, em uma pequena fração do território atual, compreendendo a faixa litorânea da Lagoa dos Patos, a partir de São José do Norte, a região de Viamão e Porto Alegre, se espraiando até Rio Pardo, subindo a serra, os campos de Cima da Serra e o Litoral Norte. Já a primeira destruição do Forte se deu no período da reconquista do território pelos portugueses e a última, as vésperas da assinatura do Tratado de Badajoz, pelo qual Portugal e Espanha definem os limites territoriais na região Sul do Brasil de forma muito próxima da configuração atual (faltará incorporar, apenas, parte da região sudoeste do Estado). Neste contexto, quanta inquietação deveria ter essa população que ocupava esse território fronteiriço em nome do Rei de Portugal? Joze e a família chegaram a Piratini/Canguçu apenas treze anos após a retomada lusitana do território e doze anos antes da assinatura do referido tratado, cabe lembrar. A invasão espanhola ainda devia atemorizar! Pergunto-me, então, qual seria a narrativa dos acontecimentos que me fariam, caso tivéssemos a oportunidade de conversar.

29 https://www.ipatrimonio.org/bage-forte-de-santa-tecla/#!/map=38329&loc=-31.29806139724146,-54.09846671449486,15. Acesso em: 31 maio 2023.

Registre-se, então, que uma maior tranquilidade na região parece ter sido estabelecida somente a partir de 1801, com a assinatura do Tratado de Badajoz. Logo, entre 1789 e 1801, doze anos de aberta beligerância e, a partir de então, até o seu óbito (1832), mais trinta e um anos se passaram, tempos que devem ter sido de uma maior tranquilidade, mas não propriamente de paz. Lembre-se que o governo português, estabelecido no Brasil desde de 1808, vai interferir militarmente no processo de independência da região platina, então em curso, e conquistar a fração final de seu território na região Sul, aproveitando-se da fragilidade espanhola, invadida e dominada por Napoleão Bonaparte. Assim, a partir de julho de 1811, entramos em campanha militar, com o envio de um "Exército Pacificador" à Banda Oriental, com o intuito de debelar os movimentos pró-independência que se manifestavam na região. Carlota Joaquina (esposa de D. João VI) era irmã do então rei da Espanha e se arvora defensora dos interesses espanhóis na região. Ao longo da marcha realizada, acabamos anexando ao território português a região sudoeste do Estado (compreendendo, entre outros, um quase semicírculo, formado pelo território (entre outros) das cidades de Uruguaiana, Santana do Livramento, Rosário do Sul (parte), Dom Pedrito, Alegrete e Barra do Quaraí) – não incluída no território português pelo Tratado de Badajoz. A ingerência portuguesa da região da Banda Oriental terá continuidade no pós-independência brasileira, com o Brasil encabeçando a Guerra da Cisplatina, entre os anos de 1825 e 1828. A independência do Uruguai acabará sendo proclamada, após a derrota brasileira na Batalha de Passo do Rosário (em território rio-grandense), levando à assinatura do tratado de paz, em 27.08.1828.[30] Joze (meu pentavô), já estaria velho, com 86 anos, mas ao falecer, quatro anos depois, teria testemunhado boa parte do processo de formação do então território de São Pedro, a Independência do Brasil, o Primeiro Reinado, a Abdicação de D. Pedro I e o início do Período Regencial, bem como o processo político-militar que culminou com a independência do Uruguai. Seu filho Manoel (meu tetravô) estaria com 46 anos, na ocasião, e vivenciava o nascimento de mais um filho (Longuinho Manoel - meu trisavô). Por seu turno, Tito, outro de seus filhos (também meu trisavô), estaria com apenas 16 anos. Estes, adultos, irão se espraiar para o Uruguai (Departamento de Cerro Largo), deixando parte dos filhos e netos

30 COSTA, 2004, p.104.

uruguaios, parte brasileiros – criando novamente uma saga familiar binacional, como se verá na sequência.

Cabe lembrar, ainda, a título de registro, que os tratados que acabaram definitivamente ajustando as fronteiras do Estado foram assinados, com o Uruguai, apenas em 1851 e revistos em 1909, quando o Brasil e o Uruguai passaram a compartilhar a navegação do Rio Jaguarão e da Lagoa Mirim.[31] A questão fronteiriça no Estado, então, está na base de nossa formação; em nossos costumes, em nossas vestimentas, em nossa culinária, em nosso linguajar e, por que não dizer, em nosso sangue...

A vida de Joze e de sua família se desenrolou no cenário acima descrito, muitas vezes incerto e beligerante. Conforme Neves, do inventário de Joze, pode-se enumerar os seus dez filhos (quem sabe seu maior legado para o povoamento da região), a saber: (i) **Izabel,** a filha mais velha, casada com Antônio Duarte, já era falecida na ocasião, deixando três netos herdeiros em seu lugar: (a) Manoel (casado), (b) José (casado) e (c) Francisca (solteira e com 31 anos) – por ser a mais velha, deve ser açoriana; (ii) **Manoel Silveira D'Avila** – inventariante e meu tetravô (como já mencionado), declaradamente nascido nos Açores, a justificar a afirmação de nacionalidade açoriana da irmã mais velha (na sequência será analisado com mais vagar); (iii) **Maria**, casada com Jerônimo José Coelho; (iv) **Angélica**, casada com Felisberto da Rosa; (v) **Ana**, casada com Tomaz Dutra de Andrade; (vi) **Silvana**, casada com Franscisco Dutra de Andrade; (vii) **Euzébia**, casada com Manoel da Rosa Andrade; (viii) **Faustino Silveira D'Avila**, casado com Prudência Maria; (ix) **José Silveira D'Avila Filho**, casado com Maria Dutra e (x) **Teresa**, solteira, com 33 anos – provavelmente nascida em território americano. Já no tocante aos bens partilhados, há referência de *"campos situados em Canguçu"*.

Por sua vez, ainda conforme consta no opúsculo de história da família[32], o filho Manoel Silveira D'Avila, também nascido nos Açores (por volta de 1782) e para cá trazido pequeno (provavelmente por volta dos 5 anos), irá casar, em primeiras núpcias, com Anna Valdez. Ela, ao que parece, pertenceria a uma família de posses, pois consta que seria filha do maranhense Alexandre da Silva Valdez e de sua segunda mulher (Tereza da Silva), proprietários de uma sesmaria, localizada na região entre as

31 COSTA, Elmar Bones da, et al. (Org.). *História Ilustrado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.

32 NEVES, Carlos Alberto Machado. *Família Silveira D'Avila*: um breve histórico. Vacaria, julho 2002. Acervo do Instituto Histórico de Jaguarão

terras de Rafael Pinto Bandeira e as do padre Pedro Pereira de Mesquita. Deste enlace nasceram dois filhos: (i) José Joaquim (falecido antes do pai) e (ii)? Já do segundo casamento, com Maria Silveira de Souza, celebrado em data e local por mim ignorados, nasceram mais oito: **(i) Tito Silveira de Avila** (com indicação de residente e proprietário de campos no Uruguai, casado com esposa brasileira e com filho(s) nascido(s) no Brasil/Jaguarão – estando em levantamento eventuais nascimentos no Uruguai), **(ii) Longuinho Manoel da Silveira** (com indicação de residente e proprietário de bens no Brasil e no Uruguai, também casado com esposa brasileira e com filho(s) nascido(s) no Uruguai – estando em levantamento eventuais nascimentos no Brasil), **(iii) Joaquim Manuel da Silveira, (iv) Jerônimo Manuel da Silveira** (indicado como residente em Jaguarão), **(v) Angélica** (provavelmente residente em "Porto das Éguas", na costa do Arroio Pelotas – como se verá na sequência), **(vi) Anna Zeferina, (vii) Maria Manoela** (também indicada como residente em Jaguarão), e **(viii) Prudência Engrácia.** Dos filhos de Manoel Silveira D'Avila, meu avô descende de Tito e de Longuinho, uma vez que seus pais (Pedro e Clara) eram netos de Manoel e primos irmãos, prática matrimonial bem usual na família.

Manoel sobreviveu ao pai 30 anos e ambos faleceram em Pelotas. Ele teria, inclusive, sobrevivido à esposa (Maria da Silveira Souza) por dois meses, uma vez que esta faleceu em 26.06.1862, aos 70 anos. Assim como o seu pai não testemunhou a Revolução Farroupilha, ele também não testemunhou a Guerra do Paraguai (1864/70), iniciada praticamente dois anos após a sua morte. O seu óbito ocorreu em 02 de outubro de 1862,[33] quando ele já contava com oitenta anos, tendo sido registrado como *causa mortis* "bronchitos", provavelmente vitimado por uma moléstia respiratória. No inventário do casal (Manoel e Maria), realizado no ano de 1863 e pesquisado no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), constatei que o filho Tito foi o inventariante e que o filho Longuinho Manoel teria herdado um escravo de 20 anos de idade.[34] Ademais, teriam sido partilhados, ainda: (a) quatro terrenos em Pelotas (dois ocupados com casas do herdeiro Longuinho, um com casa do inventariante Tito (no qual os falecidos residiriam) e o quarto, com

33 Cfe. Certidão de óbito fornecida pela Arquidiocese de Pelotas, óbito registrado no Livro 04, fl. 90, da Igreja Matriz de São Francisco de Paula.

34 Cfe. censo da população do Rio Grande do Sul de 1814 (dois anos após o nascimento de Tito), em Piratini (vila) teríamos 1.439 brancos, 182 indígenas, 335 livres, 1.535 escravos (maior contingente populacional) e 182 recém-nascidos, totalizando 3.673 pessoas. In: COSTA, 2004, fl. 93.

casa da herdeira Angélica); (b) uma data de matos na Serra dos Tapes, distrito de Canguçu, entre os arroios Pimenta e Quilombo (note-se que na descrição da data de terras recebida por seu pai, localizada no distrito de Serro Pelado, o campo também ficava entre dois arroios – então sem nome. Indaga-se, pois, com chances de resposta positiva, se seriam a mesma propriedade – eis a pergunta que fica...); (c) outra data de terra, também localizada na mesma serra, mas agora na costa do Arroio Andrade; (d) terras situadas na localidade de "Porto das Éguas", na costa do Arroio Pelotas, com casa e outras benfeitorias, onde residiria a herdeira Angélica; (e) terras no local denominado Retiro[35] (região localizada no município de Pelotas).

O destino da data de terras da família, na localidade de Serro Pelado, é ainda por mim ignorado. O que parece certo é o deslocamento/espraiamento da família para a região de Pelotas, Jaguarão, e também para o Uruguai.

Tito Silveira D'Avila, nascido em 03 de janeiro de 1812, em Canguçu, casou com Anna Cecília Corrêa [de Avila] e faleceu em 17 de setembro de 1869[36], em Jaguarão, onde inclusive está sepultado; eram os tempos da Guerra do Paraguai. Consta, contudo, na sua certidão de óbito, que teria falecido com 60 anos (sinalizando para uma incongruência com a data de nascimento antes indicada) e que a viúva se chamaria Anna Cecília da Silveira. Na família existiria a informação de que teria tido a patente de tenente e que teria sido um dos proclamadores da República do Piratini. Logo, sendo verídica a informação, teria ele se oposto ao governo imperial e apoiado a causa farroupilha, o que lhe colocaria do lado dos revolucionários/revoltosos. O seu inventário, realizado em 1873, indica que o casal teria tido sete filhos: **(i) Manoel Florêncio** (23 anos), **(ii) Petronilho** (21 anos), **(iii) Deonilda** (18 anos), **(iv) Idalina Athanásia** (16 anos), **(v) Maria Amélia** (14 anos), **(vi) *Pedro* [José]** (12 anos) – meu bisavô, e **(vii) Marina Joaquina** (4 anos). Quanto aos bens inventariados, Neves relaciona: (a) casa de moradia nas terras do sogro (Florêncio José Corrêa), localizado na costa do Telho – em Jaguarão; (b) cerca de 1.700 reses; (c) dois escravos; (d) um terreno na (Vila) Santa Izabel (localidade que aparece na datação da petição do inventário do irmão Longuinho

35 NEVES, Carlos Alberto Machado. *Família Silveira D'Avila*: um breve histórico. Vacaria, julho 2002. Acervo do Instituto Histórico de Jaguarão.

36 Cfe. Certidão de óbito fornecida pela Arquidiocese de Pelotas, óbito registrado no Livro 02, fl. 215, da Igreja Matriz de São Francisco de Paula.

Manoel – a sinalizar que, possivelmente, ao menos parte da família, lá residisse)[37]; (e) uma casa na Rua General Osório, em Pelotas e (f) duas outras áreas no subúrbio de Pelotas.

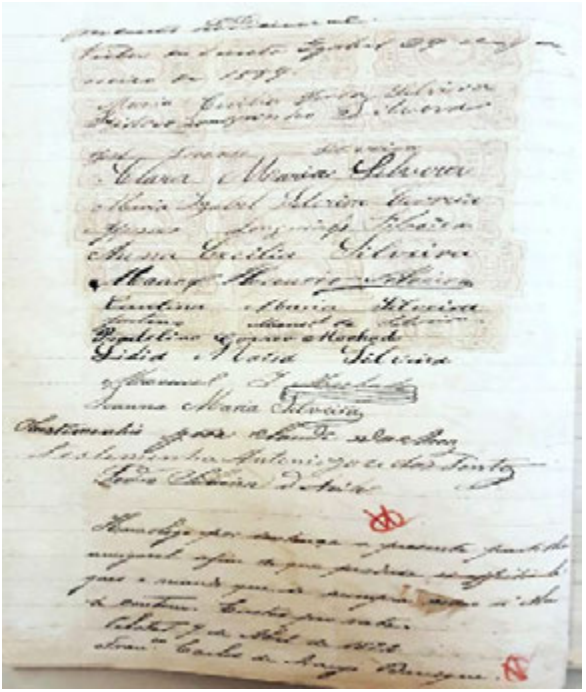
Por seu turno, Longuinho Manuel Silveira, nascido pelos idos de 1828 (portanto aproximadamente 16 anos mais novo que o irmão Tito), irá casar com Maria Cecília Terra [Silveira][38] – brasileira, em data e local por mim ainda ignorados. Falecerá em 15 de dezembro de 1888 (sete meses após a Abolição da Escravatura), aos 60 anos. Se o seu nome seria uma homenagem a São Longuinho, o "Santo dos Objetos Perdidos", não sei, mas o fato é que praticamente todos os seus filhos traziam no nome alguma invocação religiosa. No seu inventário, pesquisado no Arquivo Público do Estado (APERS), consta com a patente de Major e verifica-se que o casal teria tido 10 filhos que na quase totalidade aparecem assinando apenas o sobrenome Silveira (nenhum parece assinar o "Terra" da mãe, e provavelmente todos ou a maior parte seriam uruguaios – questão a ser investigada), a saber: (i) **Izidoro Longuinho**, (ii) **José Lourenço** (uruguaio: *1863(?); †03.07.1945), (iii) **Maria Izabel** (exceção no nome, pois aparece assinando também o sobrenome Correa, embora não tenha localizado, nos autos do inventário, a presença/existência de eventual marido), (iv) **Afonso Longuinho** (casado com a prima irmã Anna Cecília Silveira – "Cezica"), (v) **Carolina Maria** (casada com o primo irmão Manoel Florêncio Silveira), (vi) **Justino Manoel**, (vii) **Lídia Maria** (*1866(?)) – casada com Pradelino Correa Machado – *1865(?)), (viii) **Joanna Maria** (*1865(?)) – casada com Manoel Ignácio Machado – *1859(?)), (ix) **Francisco Manoel** (muito embora conste como herdeiro no inventário, não localizei a sua assinatura na petição inicial do inventário), (x) ***Clara Maria*** (uruguaia: *22.06.1876; †01.06.1946 – futuramente (12.03.1891)) também casará com o primo irmão Pedro Silveira de Avila (*01.08.1861; †10.06.1939) – meus bisavós. Registre-se, ainda, que meu bisavô Pedro assina essa petição do inventário do tio como testemunha, a indicar sua proximidade com os assuntos da família, já anos antes do seu casamento com a prima Clara.

37 Vila de Santa Izabel: em 02.01.1867 - 5º distrito de Jaguarão; 09.05.1882 – Vila de Santa Izabel dos Canudos (se emancipa); 04.09.1890 – Arroio Grande anexa parte do seu território; 14.11.1952 – é incorporada definitivamente como distrito de Arroio Grande; localizada às margens do Canal de São Gonçalo, próximo da entrada da Lagoa Mirim, teria vivido o auge do desenvolvimento no final do séc. XIX, diante da proximidade das charqueadas de Pelotas, *in* https://autoretratopedro.blogspot.com/2012/06/santa-isabel.html?m=1. Acesso em 03 dez. 2023.

38 Maria Cecília Terra, no inventário do marido, a petição inicial teria sido assinada referindo como localidade de origem da manifestação "Vila de Santa Izabel" e a data de 29.01.1889, na qual a viúva assina com o nome de Maria Cecília Terra Silveira.

Abaixo, apresento a página final da petição inicial do inventário de Longuinho Manoel, na qual constam as assinaturas dos seus herdeiros e testemunhas, a indicar, em sua maioria, letras com talhes elegantes e familiaridade com o processo de escrita, inclusive entre as mulheres da família, alfabetizadas e com assinaturas graciosas. Vejamos:

Figura 7 – Página final da petição inicial do inventário de Longuinho Manoel



Fonte Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Clara Maria Silveira, minha bisavó, nasceu no Uruguai, em 22 de junho de 1876, na região de Coxilha Grande, na localidade rural de Pablo Paez, no Departamento de Cerro Largo, cuja capital é Melo, situada a pouco mais de 90 km de Jaguarão. A cidade de Melo foi fundada em 27 de junho de 1795, portanto vinte e três anos após a data oficial da fundação de Porto Alegre, a demonstrar que a Coroa Espanhola também empreendia esforços, inclusive administrativos, para a ocupação e organização do território da Banda Oriental. Comparar os esforços administrativos adotados por espanhóis e portugueses assume maior relevância quando se procura compreender a ocupação do território e, em que contexto se deu a migração de parte da família Silveira de Avila para aquela região.

Outra questão de importância a consignar é o fato de os pais e os avós de Clara serem brasileiros, embora ela fosse declarada "Oriental" (uruguaia). Pedro, quando realizou o registro de nascimento de Irineo, o primeiro filho homem do casal, expressamente declarou, perante às autoridades uruguaias, a condição de brasileiro para ele e para os avós (paternos e maternos) do rebento, também reconhecido uruguaio, como a mãe. Nesse contexto, a cidadania uruguaia de Clara e seus irmãos parece ter ocorrido pelo local de nascimento, independentemente da nacionalidade dos pais, podendo haver alguma vinculação com o fato de a família ser proprietária de campo no Uruguai – tema que padece de maior investigação.

Inicialmente, em meu círculo familiar mais restrito, pensávamos que Clara poderia ter nascido em Santa Clara do Olimar, cidade próxima do local em que efetivamente nasceu e que somente mais tarde viemos a descobrir (a região rural de Pablo Paez). Contudo, seu nascimento ocorreu quase dois anos antes de o Coronel Modesto Polanco obter, em 07.03.1878,[3940] autorização para fundar o povoado naquela região (Coxilha Grande), junto à nascente do Rio Olimar Grande, origem da cidade. Neste momento, o povoado surge com o nome de Olimar. Ali, o Coronel Modesto Polanco teria mandado construir uma capela em honra à Santa Clara (em homenagem a sua mãe e a sua esposa) e iniciado um projeto de loteamento, estabelecendo uma ocupação "urbana" na região, dominada por estâncias, como as pertencentes à família Saravia (no Uruguai e Saraiva no Brasil). Entre elas "La Pandorga", de propriedade de Gomercindo Saraiva (um dos líderes da Revolução Federalista de 1893, no Brasil, em decorrência da qual foi morto e degolado). Já a estância "El Cordobés", pertencente ao seu irmão Aparício Saraiva, caudilho que, no campo político, foi um dos fundadores do Partido Blanco, no Uruguai, e que, no campo militar, encabeçou, entre outros incidentes armados, a Revolução Uruguaia de 1904, quando foi morto em combate (aos 48 anos). Se haveria sintonia política entre a família Saravia e a de minha bisavó eu não sei, mas o que parece ser certo era que "vizinhavam" e que este clima político-cultural deveria permear a vida desses meus antepassados, pois os campos da nossa família estariam em regiões próximas às estâncias da família Saravia. Há quem defenda que com a morte de

39 https://www.treintaytresencuentra.com/localidades/Santa%20Clara%20de%20Olimar.htm. Acesso em: 16 jun. 2023.

40 SOCA, Omar Medina. Santa Clara Del Olimar Grande: 1879 -1978. Montevidéu: Ed. do autor, 1978.

Aparício Saravia, a modernidade teria chegado ao Uruguai, com a vitória do governo constitucional (um freio ao governo paralelo exercido pelos caudilhos e suas milícias). Não pretendo levantar bandeiras e nem realizar proselitismo político, mas apenas registrar o clima político e cultural reinante na região em que viviam meus antepassados, entender mentalidades e inferir conversas e possíveis discussões.

Fechando o tema, destaco, então, que a atual denominação de Santa Clara de Olimar só será autorizada em 1955, quando o povoado é elevado a condição de vila. Em sendo assim, minha bisavó Clara, falecida em 1946, nem chegou a conhecer essa localidade pelo nome atual. De qualquer forma, sua localização é na divisa dos Departamentos de Cerro Largo e de Trinta e Três, sendo que o campo herdado por meu avô, no Uruguai, estava situado no Departamento de Cerro Largo, ao lado do povoado de Esperanza (um campo pedregoso – como ele referia), na divisa desses departamentos, a poucos metros (quiçá um 1 km) da então, Olimar.

Cumpre destacar, ainda, a título de registro, que da família materna de minha bisavó Clara, também teríamos um reforço na nossa ancestralidade açoriana. Ao que consta, sua mãe (Maria Cecília Terra), esposa de Longuinho Manuel Silveira, seria filha de José Pereira da Terra e de Ana Maria, naturais da Freguesia dos Flamengos, na ilha do Faial, conforme Neves, no opúsculo de história familiar. Laços açorianos refeitos, em conexões inimagináveis fora do âmbito deste trabalho. Haveria, ainda reforço de nossa ancestralidade lusitana, com o vínculo à família Mirapalheta, que, também segundo Neves, teria origem na freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, no concelho de Vidigueira, distrito de Beja – Portugal Continental. Por derradeiro, que não se deixe de lado a família Corrêa, com ascendentes nascidos no Brasil, entre Rio Grande e Taim. Ao que consta, ao se consorciarem com os Mirapalheta, teriam nos enredado com a mítica história do Comendador Domingos Faustino Corrêa,[41] a demandar estudos mais aprofundados.

De outra banda, Pedro Silveira D'Avila, nascido em 01 de agosto de 1861, na cidade de Jaguarão, irá desposar em primeiras núpcias Anna Eládia Silveira, filha legítima de Ignácio Antônio Silveira e de Fermina

41 Nobre, casado com Leonor Maria Correia, que teria deixado de herança grandes extensões de terra no Brasil e no Uruguai, dando origem ao que seria o mais longo processo de inventário realizado no Brasil (107 anos, com mais de 1000 volumes) – cfe. PALMA, Virgilina E. Gularte S. Fidelis. O processo de Inventário do Comendador Domingos Faustino Correia. In: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/65413. Acesso em: 27 nov. 2023.

Ferreira Silveira, natural de Artigas, Uruguai. O casamento irá ser celebrado em Jaguarão, em 25 de junho de 1883[42], mas terá curta duração, menos de três anos, pois a esposa será vitimada pela tuberculose, em 11 de abril de 1886[43], aos 22 anos. Desta união nasceram duas filhas: Noêmia e Iracy que acabariam sendo criadas pela família da mãe, segundo contam os conterrâneos de Jaguarão. O certo é que o registro de batismo dessas filhas, eu ainda não consegui localizar, apesar das diligências implementadas perante à Mitra Diocesana de Pelotas, a quem compete a guarda dos livros antigos da Paróquia de Jaguarão. Pedro, por sua vez, permaneceu viúvo por quase cinco anos, até casar, em 12 de março de 1891, com a prima irmã Clara Maria Silveira, então com 15 anos incompletos. O casamento foi celebrado na localidade de Canhada Braba (zona rural), no Departamento de Cerro Largo, no Uruguai, perante o Juiz de Paz da 9ª Circunscrição, com registro arquivado na cidade de Melo, capital do Departamento, cidade de referência, sempre citada por meu avô. Desse enlace nasceram quinze filhos[44]: (i) **Rosalina** (brasileira: *06.05.1892; †12.05.1978), (ii) **Irineo** (uruguaio: *15.12.1893; †19.10.1964 – em Jaguarão), (iii) **Ivanoska** (uruguaia[45]), (iv) **Altina** (brasileira: *25.06.1896; †10.01.1968); (v) **Pedro – "Perico"** (uruguaio: *08.10.1898), (vi) **Oscar** (uruguaio: *26.02.1900; †17.09.1980), (vii) **Alcides** (uruguaio: *1902(?); †17.07.1921 – em Jaguarão), (viii) **Antenor** (brasileiro:*1904(?); †17.07.1968), (ix) **Herondina** (uruguaia: *1906(?); †03.12.1976 – em Pelotas), (x) **Diolmira** (brasileira: *22.01.1908; †02.07.1988), (xi) **Adilce** (brasileira: *09/08/1909; †20/09/1981), (xii) **Ilda** (brasileira: *28/12/1911; †28.11.1988 – em Jaguarão), (xiii) **Alceo** (brasileiro: *24.04.1914; †27.11.1998 – em Arroio Grande), (xiv) **Hermes** (brasileiro: *20.07.1916; †29.07.1997 – em Porto Alegre) e (xv) **Raul** (brasileiro: *06.10.1918; †11.12.1973 – também em Porto Alegre).

42 Cfe. Certidão de casamento fornecida pela Arquidiocese de Pelotas, extraída do Livro 04, fl. 21, da Igreja da freguesia do Divino Espírito Santo, de Jaguarão.

43 Cfe. Certidão de óbito fornecida pela Arquidiocese de Pelotas, extraída do Livro 05, fl. 13, registro 72, da Igreja da freguesia do Divino Espírito Santo, de Jaguarão.

44 A nacionalidade dos filhos do casal foi extraída da transcrição nº 9.324, do Livro 3-M, fl. 118v/119, de 08.06.1946, do Registro de Imóveis de Jaguarão, originada do inventário de Clara Maria Silveira; os filhos Pedro e Herondina constam em alguns outros documentos (certidão de casamento e/ou óbito) como brasileiros.

45 Ivanoska Silveira de Castro Silveira (nome de casada, extraído da transcrição nº 9.324, do Livro 3-M, fl. 118v/119, de 08.06.1946 – do Registro de Imóveis de Jaguarão): estimo que tenha nascido entre os filhos Irineo e Altina, pois seria uma das primeiras e há uma lacuna temporal significativa entre esses irmãos com data de nascimento conhecidas; dela não possuo maiores dados, sabendo tão somente que casou com Washington [Fernando ou Evandro?]"Castro" Silveira e que o casal não teria tido descendência.

Figura 8 – Família Silveira de Avila (circa 1938-39). Sentados: Pedro Silveira de Avila e Clara Maria Silveira. Da esquerda para a direita: Anália Silveira (parcial) com o esposo Oscar, Altina com o esposo Gabriel Gonçalves, Rosalina (viúva), Washington [Fernando ou Evandro?] "Castro" Silveira com a esposa Ivanoska, Irineo e a esposa Lady Porciúncula Silveira, Hermes (parcial/solteiro), Ilda com o esposo Eduardo Corrêa, Alceu (solteiro), Adilce com o esposo João Carlos Mederos, Raul (solteiro), Pedro "Perico" com a esposa Marieta Braga, Hermes Rodrigues Corrêa com a esposa Diolmira e Herondina com o esposo José Elias da Silveira (identificação realizada com auxílio de Gila Corrêa Dode).

Fonte: acervo do autor.

O casal teria deixado, então, terras no Brasil e no Uruguai, e se envolvido com destaque na criação de ovelhas e no comércio de lã, como me recordo referir meu avô. No Uruguai, os campos da família estariam localizados no Departamento de Cerro Largo, como já referido. Meu avô Hermes e outros cinco irmãos (Raul, Antenor, Adilce, Altina e Herondina), na herança da mãe, receberam campo junto ao povoado Esperanza (na divisa com o Departamento de Trinta e Três – ao lado da cidade de Santa Clara de Olimar). Esse campo, Clara deve ter recebido de herança de seus pais, posto que há indicação que o proprietário lindeiro seria Pradelino Diocleciano Machado, sobrinho de Clara, filho de sua irmã Joanna Maria Silveira, sinalizando com uma anterior divisão de um campo maior entre os herdeiros de Longuinho Manoel e Maria Cecília Terra. Os demais filhos devem ter recebido uma fração semelhante de campo em outra localidade, provavelmente na região de Pablo Paez, Canhada Braba ou ainda Serra de Rios, locais em que, respectivamente, Clara nasceu, o casal se casou e declarou viver, a Noroeste de Esperanza, em uma distância que estimo inferior a 45 km. No Brasil há notícias de campo e propriedades na cidade de Jaguarão

(ao menos na região do Telho – 4º Subdistrito e no local denominado "Estância da Tuna"), bem como em Pelotas.

Por seu turno, o filho Hermes Silveira de Ávila, em 23 de abril de 1942, na cidade de Porto Alegre, desposa Maria Izar Cuervo Dreyer (*19.10.1920; †20.04.2004), filha de Albino Frederico Dreyer, natural de Montenegro (ascendência alemã), e de Henriqueta Cuervo Arango, natural de Santana do Livramento (ascendência asturiana e portuguesa). A celebração foi realizada, portanto, em plena Segunda Guerra Mundial, pouco mais de quatro meses após o ataque japonês a Pearl Harbor e a entrada dos Estados Unidos no conflito. Deste matrimônio nascem dois filhos: (i) João Pedro Dreyer Silveira de Avila (*16.02.1943) e (ii) Maria Helena Dreyer Silveira de Avila (*13.11.1944).

O filho João Pedro casou com Hera Maria Almeida Moura (*03.02.1941), em 29 de março de 1968, na cidade de Porto Alegre. Desta união nasceram quatro filhos, todos com o sobrenome Moura Silveira de Avila: (i) João Pedro (*07.01.1970), (ii) Luciana (*20.08.1972), (iii) Maria Cláudia (*05.05.1976) e (iv) Fernando (*28.06.1977).

Registra-se, então, que Hera Maria Almeida Moura é descendente de Antônio Pereira do Couto, referido na primeira história deste artigo. O micaelense doador do terreno para a construção da Igreja do Rosário é seu pentavô. Em sendo assim, os descendentes do casal João Pedro Dreyer Silveira de Avila e Hera Maria Almeida Moura possuem, por ambos os lados, ascendência direta dos primeiros açorianos aqui chegados, seja como casais de número, no caso dos Silveira de Avila, seja como imigrantes avulsos, como parece ser o caso dos Pereira do Couto.

Conclusão

Após essa longa digressão, urge concluir. A existência das "famílias esquecidas" foi parcialmente abordada, pois muitas outras famílias ficaram pelo caminho, sem considerações no presente trabalho. Contudo, entendo que a análise realizada foi suficiente para revelar a vinculação da origem açoriana de meus antepassados e os reflexos dessa condição na percepção de pertencimento a um mundo mais amplo, que possui origens no pequeno arquipélago dos Açores e perpassa sonhos, realizações e (muito) trabalho. No meu caso particular e de meus irmãos, o passado açoriano está presente tanto no lado paterno como no materno de nossa ancestralidade. Os "Silveira de Avila" (ou "Silveira D'Avila"), pelo meu pai, e os "Pereira do Couto", pela minha mãe, são lados de uma mes-

ma moeda. Continuamos descendentes de italianos e escoceses, de alemães e asturianos, ascendências tradicionalmente cultuadas em família. Contudo, agora veio a lume que também descendermos de açorianos que aqui chegaram no início da colonização do território de São Pedro; seguimos, portanto, mais completos e ricos.

Na ocasião em que celebramos os 270 anos da chegada dos açorianos ao território do hoje Estado do Rio Grande do Sul e os 250 anos da fundação da cidade de Porto Alegre, a constatação apresentada no presente artigo é uma forma de religar presente e passado e projetar um futuro mais completo e humanizado para as gerações vindouras. Só podemos admirar e cultuar o que conhecemos, não é mesmo? A memória dos nomes e dos feitos desses pioneiros é a nossa melhor reverência a eles que tanto nos legaram.

Antes de finalizar, agradeço a colaboração do genealogista Diego de Leão Pufal que, prontamente, dispôs-se a auxiliar-me, fornecendo e esclarecendo dados e caminhos, não só para este trabalho, como para a continuidade de minhas pesquisas.

Referências

ALMEIDA, Hamilton. *Padre Landell de Moura*: um herói sem glória. Rio de Janeiro: Record, 2006.

BAREA, Dom José. *História da Igreja do Rosário*. Int. e notas de Moacyr Flores. Porto Alegre: EST, 2004.

BARROSO, Véra Lúcia Maciel (Org.). *Açorianos no Brasil*: História, Memória, Genealogia e Historiografia. Porto Alegre: EST, 2002.

BARROSO, Véra Lúcia Maciel et al. (Org.). *Açorianos em Porto Alegre:* História, Genealogia e Cultura. Porto Alegre: Evangraf, 2022. [E-book].

CORUJA, Antônio Álvares Pereira, 1806-1889. *Antigualhas*; reminiscências de Porto Alegre. Organização e notas de Sérgio da Costa Franco. 2. ed., Porto Alegre: EU/ Porto Alegre, 1996.

COSTA, Elmar Bones da; FONSECA, Ricardo; SCHMITT, Ricardo. *História Ilustrada do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.

STAUDT, P. Moreira. "De uma das [Ilhas] dos Açores": diásporas transatlânticas e as vicissitudes biográficas de dois açorianos escravistas (Porto Alegre, RS, século XIX. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). *Açorianos em Porto Alegre:* História, Genealogia e Cultura. Porto Alegre: Evangraf, 2022, p. 146-193. [E-book].

PUFAL, Diego de Leão; ROSA, Gilson Justino da; MANGANELLI, Ernani Raupp. Famílias açorianas em Porto Alegre (1772-1822). In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). *Açorianos em Porto Alegre*: História, Genealogia e Cultura. Porto Alegre: Evangraf, 2022, p. 212-533. [E-book].

RODRIGUES, Ivan Dorneles. *Pe. Roberto Landell de Moura*: a história documentada. Porto Alegre: CORAG, 2015.

SOCA, Omar Medina. *Santa Clara Del Olimar Grande*: 1879-1978. Montevidéu: Ed. do autor, 1978.

Fontes documentais

FELIZARDO, Jorge G. A Família Landell. *Correio* do Povo, Porto Alegre, 21/01/1961.

Certidão de casamento. Livro 4, fl. 81, a. 1831. Mitra Diocesana de Porto Alegre.

Certidão de nascimento. Matrícula: 098921 01 1900 100013 173 000020081. Cartório do Registro Civil da 1ª Zona de Caxias do Sul

Certidão de casamento. Livro 04, fl. 81. Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

Escritura de doação, lavrada em 14/03/1816. Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS).

Certidão de nascimento. Livro 16, fl. 134 e v. Cartório do Registro Civil de Jaguarão.

Certidão de óbito. Livro 01, fl.15. Igreja Matriz São Francisco de Paula. Arquidiocese de Pelotas.

Certidão de óbito. Livro 04, fl. 90. Igreja Matriz de São Francisco de Paula. Arquidiocese de Pelotas.

Certidão de óbito. Livro 14, fl. 21. Mitra Diocesana de Porto Alegre, *apud* Autos do inventário de Robert Landell, fl. 46.

Certidão de óbito. Livro 02, fl. 215. Igreja Matriz de São Francisco de Paula. Arquidiocese de Pelotas.

Certidão de casamento. Livro 04, fl. 21. Igreja da freguesia do Divino Espírito Santo de Jaguarão. Arquidiocese de Pelotas.

https://www.ipatrimonio.org/bage-forte-de-santa-tecla/#!/map=38329&loc=-31.29806139724146,-54.09846671449486,15. Acesso em: 27 jun. 2023.

https://www.google.com/search?q=igeja+do+rosario+em+porto+alegre+e+imagens&oq=igeja+do+rosario+em+porto+alegre+e+imagens&aqs=chrome..69i57j33i10i160.10616j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8#imgrc=aF0y_Qk-dywaZuM&imgdii=rzKguU9zHWZcnMem. Acesso em: 27 jun. 2023.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja_Nossa_Senhora_do_Ros%C3%A1rio_%28Porto_Alegre%29#/media/Ficheiro:Igreja_do_Ros%C3%A1rio1.jpg. Acesso em: 27 jun. 2023.

https://www.treintaytresencuentra.com/localidades/Santa%20Clara%20de%20Olimar.htm. Acesso em: 16 jun. 2023.

https://piolatino.org/el-collegio/resena-historica/. Acesso em: 03 jul. 2023.

https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/65413. Acesso em: 27 nov. 2023

https://camaracangucu.rs.gov.br/municipio. Acesso em: 27 nov.2023

https://autoretratopedro.blogspot.com/2012/06/santa-isabel.html?m=1. Acesso em: 03 dez. 2023.

Inventário de Robert Landell. Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS).

NEVES, Carlos Alberto Machado. *Família Silveira D'Avila*: um breve histórico. Vacaria, julho 2002. Acervo do Instituto Histórico de Jaguarão.

Processo de Inventário nº 2.619/1956, p. 37. Tramitação na Vara de Sucessões da Comarca de Porto Alegre (Cópia: acervo do autor).

MINHAS ORIGENS: DOS AÇORES A SÃO LOURENÇO DO SUL

Anelda Pereira de Oliveira[1]

Introdução

Nasci em São Lourenço do Sul, município situado a 195 km da capital, Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Localizado às margens da Laguna dos Patos, não é daqueles tradicionalmente associados à colonização açoriana, tais como Gravataí, Santo Antônio da Patrulha, Taquari, etc. Mas certamente teve colonização luso-brasileira, inclusive açoriana.

A propósito, no povoamento do município houve duas correntes migratórias principais: a luso-brasileira, iniciada aproximadamente a partir de 1789, quando sesmarias de terras foram doadas, sobretudo a militares que lutaram para a expulsão dos espanhóis do solo sul-rio-grandense. E a germânica, que de 1858 em diante trouxe milhares de imigrantes teutos, que se instalaram na chamada Colônia São Lourenço.

Como resultado de ambas, o território municipal, atualmente, apresenta duas regiões bem distintas, separadas pela BR~116, que o corta de norte a sul. A Região da Campanha, a leste dessa rodovia, na planície costeira à Laguna dos Patos, com predominância de descendentes de luso-brasileiros. E a Região Colonial, a oeste, na Serra dos Tapes, com maioria de ascendência teuto-brasileira. Mas predominância não significa exclusividade: eu, por exemplo, nasci na Região Colonial, na localidade de Boa Vista, porém com o sobrenome Pereira de Oliveira. Por um lado, isso dava a certeza de ascendência lusitana. Por outro, suscitava algumas dúvidas: origens em Portugal continental e/ou nos Açores? Nessa última hipótese, em quais das ilhas do arquipélago?

Meu interesse pelas origens familiares começou cedo, ainda na infância, em conversas com minha avó materna, Anna Fausta Silveira de

1 Bacharel, Licenciada e Mestra em História/UFRGS. Residente em Porto Alegre/RS.

Mendonça, que partilhava comigo algumas de suas memórias sobre o assunto. Na vida adulta, já com minha graduação e mestrado em História, concluí que tais dúvidas somente poderiam ser dirimidas por um estudo genealógico especializado. Eis a seguir uma fotografia de minha avó Anna Fausta, a quem homenageio com este trabalho.

Meus avós Anna Fausta e Francisco Osório Pereira de Oliveira

Fonte: acervo da autora.

Metodologia

Esse estudo foi realizado pela empresa Oficina das Origens, em 2011. Nele, a ascendência foi representada não pela tradicional "árvore genealógica", mas por um mapa de ancestrais. O mesmo mostra, na horizontal, as linhagens; na vertical, colunas com as gerações. Como anexo, traz um livreto com dados sobre os ancestrais, tais como local e data de nascimento.

Devido à grande dimensão deste mapa, optamos por fazer sua análise a partir de segmentos colocados em destaque.

Primeiro segmento do mapa de ancestrais: comparação de ascendentes açorianos e outros

A primeira geração é constituída apenas pela minha própria pessoa, Anelda Pereira de Oliveira. Nas próximas cinco gerações, a maioria é de

descendentes de açorianos, representados em azul. São exceções, representados em laranja, minha mãe, meu avô paterno (também com sobrenomes lusitanos, mas que podem ser de origem continental) e trisavô, também paterno, cuja ascendência é germânica. Quanto à ascendência de minha mãe, Alice Rodrigues, pesquisas recentes em documentos digitalizados de cartórios, permitiram identificar que a mãe biológica dela e o pai da mesma pertenciam à família Quevedo. Tradicional no município, dá nome a localidades como Quevedos, Campos Quevedos, Picada Quevedos, etc. Chegaram aqui no início do século XIX, com a obtenção de sesmarias. Ligados ao tropeirismo, vieram de São Paulo, e sua origem remota é espanhola.

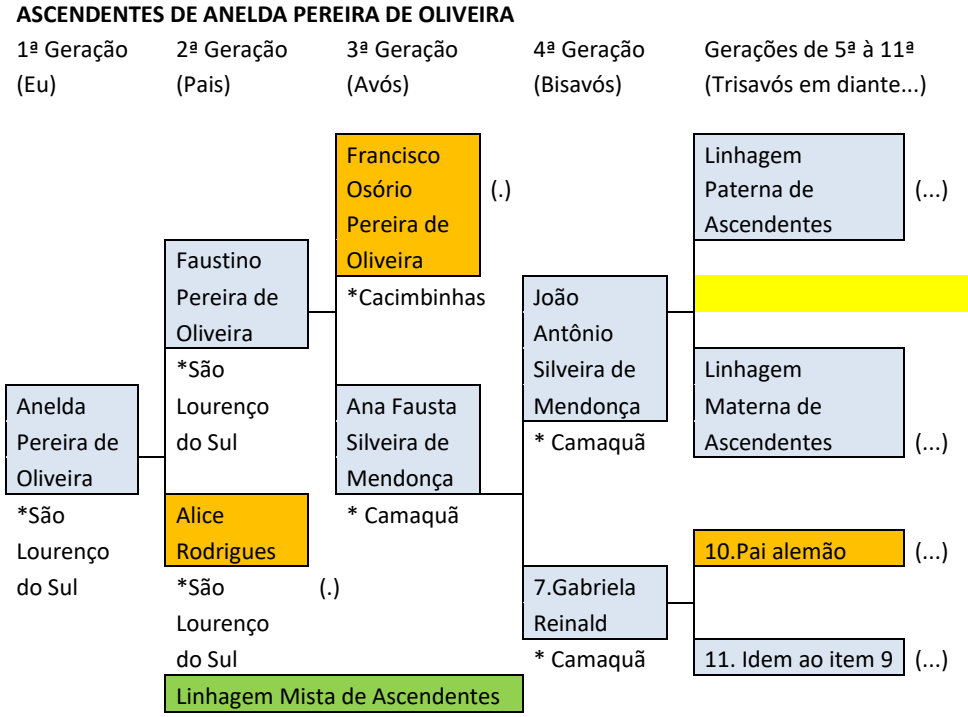
Se eu sou o "ponto de partida" para a análise, há que destacar um ascendente em particular: meu bisavô paterno, João Antônio Silveira de Mendonça, "ponto de encontro" biológico entre uma linhagem paterna e uma materna muito diferentes entre si. Cabe dizer que sua linhagem materna é igual a da esposa, pois casou-se com uma prima-irmã. Quanto a ele, há muitas singularidades a relatar. Aliás, é importante não confundi-lo com um quase homônimo de época próxima, o quarto general farroupilha, João Antônio da Silveira, nascido em Estreito, distrito de São José do Norte, inclusive, descendente de açorianos da ilha do Faial.

Este meu bisavô também foi um "ponto de encontro" cultural entre as correntes migratórias luso-brasileiras e teuto-brasileiras, fato mencionado em livro:

> **Não alemães que adquiriram colônias no meio dos germânicos**
>
> Na *Picada dos Pinheiros II*, João Antônio Silveira de Mendonça (em 1º/10/1885); na *Picada Boa Vista*, o belga José Pons (1/10/1861) e Manuel Duarte da Silveira (1861 e 1882), na Picada Serrito, James Douglas (26/7/1876). (HAMMES,2014, p. 272).

Ou seja, era um dos dois nomes de origem açoriana entre milhares de colonos de origem germânica. Além disso, sua esposa Gabriela Reinald era filha de um prussiano, João Pedro Reinald; curiosamente, alguém que não era proprietário de lotes na Colônia São Lourenço. É provável que, embora europeu de nascimento, houvesse passado antes por colônias mais antigas, como a de São Leopoldo.

Figura 2 – Primeiro segmento do mapa de ancestrais



Fonte: diagrama da autora a partir do mapa de ancestrais.

Segundo segmento do mapa de ancestrais: comparação entre linhagens paterna e materna

Doravante, sempre que forem mencionadas as expressões linhagem materna e linhagem materna, se referem às de João Antônio Silveira de Mendonça.

Quanto ao espaço geográfico, a linhagem paterna era mais concentrada: 100% dos ascendentes açorianos nascidos na ilha do Faial. Mais que isso, dentre os faialenses, 80% nascidos no extremo norte da ilha, na Freguesia de Santa Bárbara dos Cedros. Isso constituía uma situação atípica, pois na imigração açoriana para o Rio Grande do Sul, em média os oriundos do Faial eram cerca de um terço, isto é, em torno de 33%.

Já a linhagem materna era mais distribuída: havia ascendentes açorianos de quatro ilhas do arquipélago: além do Faial, de São Jorge, Ter-

ceira e São Miguel. Neste caso, os faialenses são do extremo sul da ilha, da Freguesia da Feteira. Aqui há uma situação mais típica, pois na imigração açoriana para o Rio Grande do Sul, em média, aproximadamente além do terço do Faial, outro terço vinha de São Jorge e o último terço de todas as ilhas restantes de onde partiram migrantes, com destaque para a Terceira.

Tal distribuição de procedências foi alvo do interesse do historiador Aurélio Porto, em seu estudo "Origens Açorianas no Rio Grande do Sul", mencionado por seu colega de ofício Sérgio da Costa Franco.

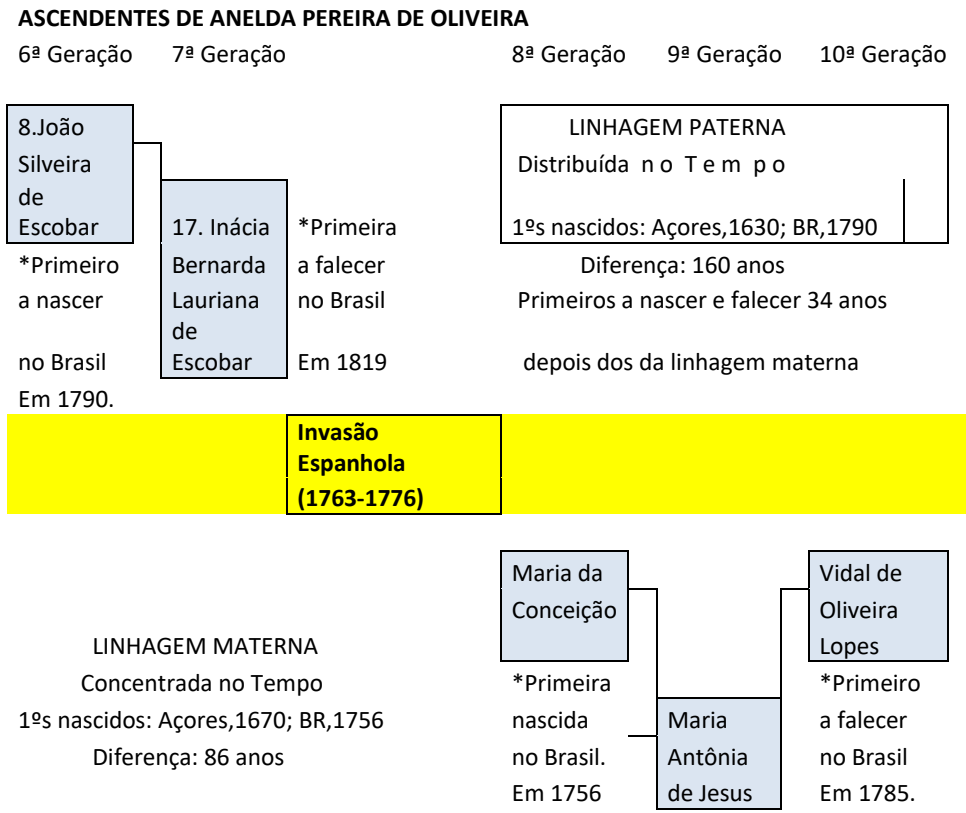
> Em quadro organizado por aquele ilustre historiador, os casais açorianos imigrados para o Rio Grande do Sul obedeciam, segundo a sua procedência, à ordem seguinte: São Jorge em primeiro lugar; Faial em segundo; Ilha Terceira, em terceiro; em quarto lugar, algo distanciada, a ilha do Pico; seguindo-se, em proporções bem menores, as demais ilhas do Arquipélago. (FRANCO, 2002, p. 357).

Quanto ao tempo, a linhagem paterna era mais distribuída: havia uma diferença de 160 anos, entre o primeiro da linhagem nascido nos Açores (1630) e o primeiro nascido no Brasil (1790). Faialenses demoraram mais para chegar em maior número. Por volta de 1790, se aproximaram dos de São Jorge, com cerca de um terço do total de imigrantes.

Por sua vez, a linhagem materna era mais concentrada no tempo. Existia uma diferença de 86 anos entre o primeiro da linhagem, nascido nos Açores (1670) e no Brasil (1756). No início da migração, vieram pessoas de mais ilhas. Por volta de 1756, os imigrantes de São Jorge eram cerca do dobro daqueles do Faial.

Uma curiosidade: a primeira pessoa de origem açoriana já brasileira, na linhagem materna nasceu 34 anos antes da primeira pessoa brasileira na linhagem paterna. Tanto tempo, que entre esses dois nascimentos ocorreu a invasão espanhola ao Rio Grande do Sul, que durou 13 anos, de 1763 a 1776. Por outro lado, o primeiro imigrante açoriano veio a falecer, já no Brasil, na linhagem materna, também 34 anos antes do primeiro imigrante a falecer no Brasil, da linhagem paterna; os mesmos 34 anos, caracterizando uma grande coincidência.

Figura 3 – Segundo segmento do mapa de ancestrais



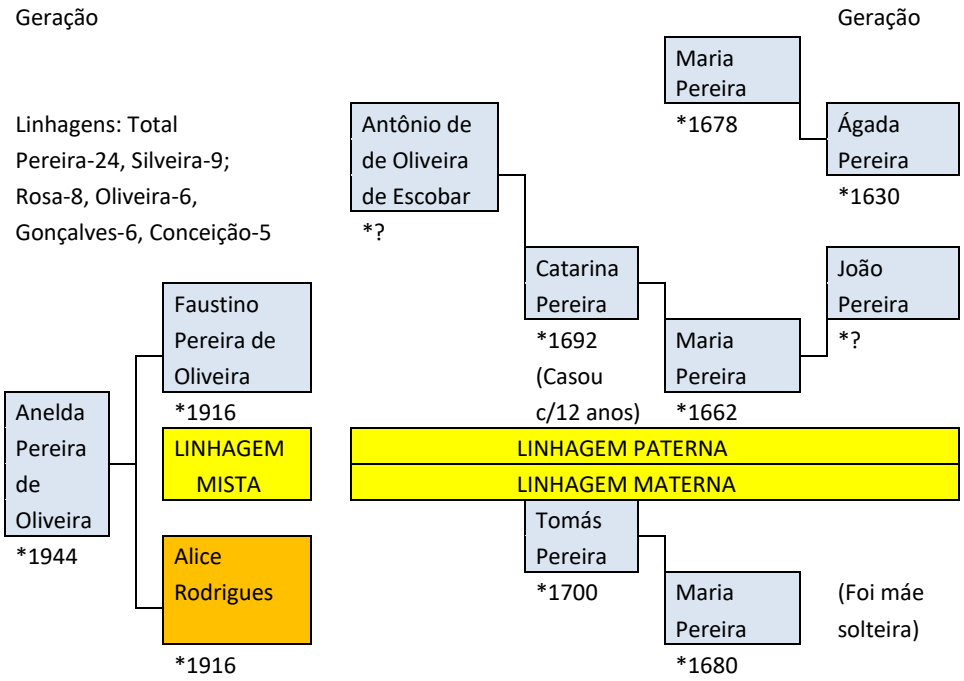
Fonte: diagrama da autora a partir do mapa de ancestrais.

Terceiro segmento do mapa de ancestrais: comparação entre sobrenomes

Dentre os 40 que aparecem no mapa de ancestrais, o sobrenome Pereira é o grande destaque, sendo maioria em todas as categorias. No total de linhagens, aparece 24 vezes, enquanto o segundo, Silveira, apenas 9; quase o triplo de ocorrências.

Na linhagem paterna, tem o dobro em relação ao segundo: 16 contra 8, do sobrenome Rosa. Já na linhagem materna, lidera de forma mais apertada: 5 contra 4, de Conceição. Finalmente, na linhagem mista, está empatado na liderança. 3 contra 3, de Oliveira.

Figura 4 – Terceiro segmento do mapa de ancestrais



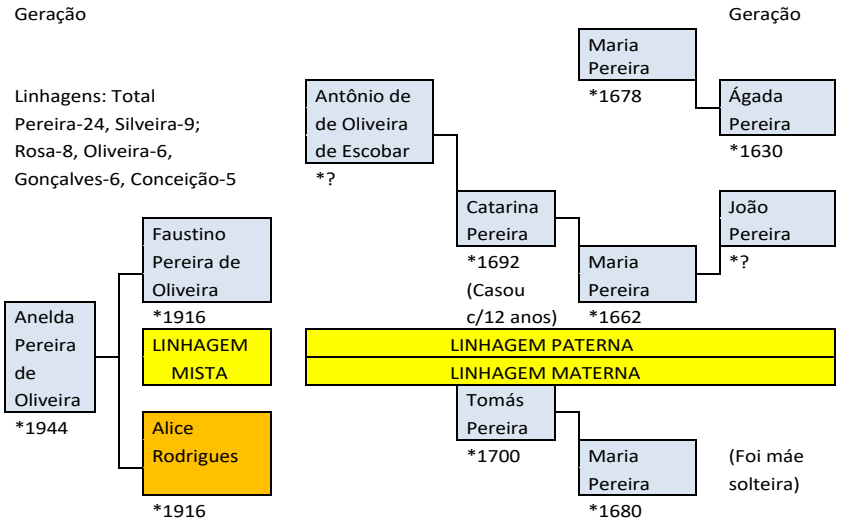
Fonte: diagrama da autora a partir do mapa de ancestrais.

Quarto segmento do mapa de ancestrais: comparação entre gêneros

Confirmando a hegemonia do sobrenome Pereira, tem ele a pessoa nascida há mais tempo (Ágada Pereira, de 1630) e a nascida há menos tempo. Eu (Anelda Pereira de Oliveira, de 1944), simbolicamente, duas mulheres. Entre elas, várias outras "Pereiras", alguns séculos e exemplos de mazelas do patriarcado.

Uma delas é a exclusividade do sobrenome paterno. Neste estudo, a transmissão de um sobrenome raramente ultrapassa três gerações, geralmente pelo costume patriarcal, seguido por muitos, de colocar nos filhos apenas o sobrenome paterno; prática que subestima a participação materna. Outra mazela é o casamento precoce. Temos um exemplo, de 1704, na linhagem paterna, quando Catarina Pereira casou-se com apenas 12 anos de idade. Por fim, vale citar a paternidade irresponsável. Na linhagem materna, por volta de 1700, Maria Pereira tornou-se mãe solteira. Algo ainda estigmatizado pela sociedade, imagine-se no início do século XVIII!

Figura 5 – Quarto segmento do mapa de ancestrais



Fonte: diagrama da autora a partir do mapa de ancestrais.

Conclusão

Na introdução deste trabalho, mencionei que meu sobrenome Pereira de Oliveira dava a certeza de minha ascendência portuguesa, mas deixava no ar duas perguntas: era continental ou açoriana? E sendo açoriana, de quais ilhas eram originários meus ancestrais?

Pois bem. A análise do estudo genealógico feito pela Oficina das Origens trouxe as respostas. Não só tenho ascendentes de origem açoriana, como constituem a grande maioria de meus antepassados. E vindos das Ilhas do Faial, São Jorge, Terceira e São Miguel.

A essas perguntas, já existentes antes do estudo, somaram-se outras ao longo de sua análise, tais como às que se referem aos sobrenomes predominantes no mapa de ancestrais, e à questão das relações de gênero ocorridas ao longo dos séculos dessa ancestralidade. Isso dá ideia da riqueza desse material e da possibilidade de ser aprofundado pela pesquisa em fontes primárias.

Referências

FRANCO, Sérgio da Costa. Açorianos no Rio Grande do Sul no início do século XIX. In: BARROSO, Véra Lúcia Maciel (Org.). *Açorianos no Brasil:* História, Memória, Genealogia e Historiografia. Porto Alegre: EST, 2002.

HAMMES, Edilberto Luiz. *A imigração alemã para São Lourenço do Sul.* São Leopoldo: Studio Zeus, 2014.

OFICINA DAS ORIGENS. *Ascendentes de Anelda Pereira de Oliveira.* Porto Alegre, 2011.

HOMENAGEM À TIA-AVÓ JUSTINA, UMA DESCENDENTE AÇORIANA NO MUNICÍPIO DE GUAÍBA

Enio Menezes de Souza[1]

Em de outubro de 1926, o 9º Distrito de Porto Alegre, denominado Pedras Brancas teve sua emancipação política e passou a ser chamado município de Guaíba.

Está localizado às margens do Lago Guaíba, cuja palavra, na língua tupi-guarani tem o sentido de "baia de todas as águas".

As terras do referido território, antes ocupadas por índios e sesmeiros, deu início à urbanização por volta da década de 1850, permanecendo também grande área rural até os dias de hoje.

Numa fazenda de propriedade de terceiros, nasceu Justina Rodrigues de Menezes em 26 de setembro de 1892, e faleceu na mesma cidade de Guaíba, em 19 de marco de 1974 por morte natural.

Justina, irmã do meu avô materno, Francisco Rodrigues de Menezes, foi escolhida por mim para lembrar sua existência sofrida e resolvi homenageá-la "post mortem" por representar uma mulher de origem açoriana que mantinha alguns costumes típicos dos ilhéus, tanto nas expressões de linguagens, como nas cantigas e religiosidade com ênfase à devoção do Espírito Santo.

Justina, também conhecida por Justininha, viveu toda a sua vida em casas simples e, na maioria das vezes, de chão com terra batida, localizada no meio de campos, na condição de agregada de fazenda. Nunca usufruiu das benesses, confortos, benefícios ou oportunidades sociais, ou seja, viveu na pobreza em zona rural, longe de tudo e de todos, mesmo residindo a pouco mais de 30 km do centro de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul.

Essa grande mulher, mãe solteira, foi vítima da crueldade do crime de estupro. Seu único filho Ari era chamado pelas pessoas próximas como

1 Funcionário Público Estadual aposentado, pesquisador e sobrinho neto de Justina. Canoas/RS.

o “filho do relho”. Essa expressão era usual naquela região, pois, o estuprador utilizava um chicote (também chamado de relho), ou seja, um acoite feito de couro torcido para tocar animais.

Figura 1 – Justina em 1970

Fonte: acervo do autor.

Ari viveu seus oitenta e seis anos como agregado de fazenda, ou seja, um trabalhador rural que viveu em propriedade alheia, assim denominado no direito fundiário. Cultivava certa porção de terra e prestava serviço ao proprietário por alguns dias, meses ou anos, mediante remuneração específica por tarefas sem vínculo empregatício.

O estancieiro deixava o agregado e sua família morarem em suas terras, onde poderiam construir um rancho ou uma simples casa. A partir daí formava-se uma sociedade de fato, onde por tradição muitas vezes tornavam-se um tipo de parente ou até mesmo compadre, mas não foi regra geral, ou seja, nem sempre tiveram vínculos afetivos. Noticiavam-se também conflitos de toda a ordem

Acredito que este tema mereça na historiografia rio-grandense mais pesquisas, uma vez que antes do imigrante açoriano ser colono da agricultura ou fazendeiro, na maioria das vezes, foi um agregado.

Justina é uma descendente direta, uma tetraneta do casal açoriano a seguir relacionado:

- Manuel José de Menezes, natural da ilha de Santa Maria, nasceu em meados do século dezoito e faleceu em 1772 no município de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul. Filho de Antônio Soares de Menezes e Barbara da Conceição. Casou com Maria dos Anjos, natural da ilha Terceira, de Joao Gonçalvez da Cunha.
  O casal teve filhos, todos nascidos no Rio Grande do Sul, destacando-se:
- Alexandre José de Menezes, nascido em 13 de julho de 1769 em Rio Pardo e falecido em 7 de marco em 1816 em Encruzilhada do Sul. Casou com Inácia Maria Séria em 29 de julho de 1792, filha de Inácio Xavier Mariano e Ursula Maria. Foi batizado em Triunfo em 11 de se-

tembro de 1774 e faleceu em 20 de janeiro de 1841 em Encruzilhada do Sul. O casal Alexandre e Inácia, seguindo o ramo de árvore genealógica de Justina, tiveram a filha:

- Marcelina Maria de Menezes, batizada em 19 de junho de 1795 em Encruzilhada e falecida em 1829. Casou com Clemente Carlos Soares em 17 de fevereiro de 1814, filho de Clemente Carlos dos Reis e Juliana de Jesus Soares. Tiveram 6 filhos, destacando-se:
- Carolina Soares e Menezes, nascida em 8 de novembro em 1825 em Santo Amaro e faleceu em 23 de marco de 1900 em São Jerônimo. Teve o filho natural:
- José Clemente de Menezes, nascido em 2 de setembro de 1859 em São Jerônimo e faleceu em 21 de agosto de 1939 em Guaíba. Casou com Faustina Rodrigues de Almeida, nascida em 1869 e falecida em 24 de julho de 1831, filha natural de Ana Rodrigues de Carvalho.
  O casal teve 3 filhos, destacando-se aqui doIs deles:
- Francisco Rodrigues de Menezes (meu avô), nascido em 9 de outubro de 1896 em Guaíba, e faleceu em 20 de janeiro de 1945. Casou com Etelvina Araújo Leão, filha de Bonifácio Figueira de Leão e Maria Araújo Lopes, e nascida em 21 de julho de 1896 e faleceu em 9 de novembro de 1939 em Guaíba.
- Justina Rodrigues de Menezes, nascida em 26 de setembro de 1882, e falecida em 18 de março de 1974 em Guaíba. Justina gerou o único filho Ari Menezes, nascido em 18 de agosto de 1924 e faleceu em 2010, na cidade de Guaíba.

A partir do nascimento de José Clemente de Menezes (pai de Justina) em 1859, começou o declínio socioeconômico deste ramo familiar, passando a mesma para situação de pobreza por quatro gerações, sempre em área rural como agregados de fazendeiros, inclusive minha mãe Zeli Araújo de Menezes, nascida em 26 de janeiro de 1919, na fazenda de nome Divisa, em Guaíba. Minha mãe, seus pais e irmãos, por volta de 1933, deixaram de ser agregados e foram para a cidade de Arroio dos Ratos a fim de trabalharem nas minas de carvão. Justina e seu filho permaneceram na Fazenda da Divisa como agregados até o final de suas vidas.

Lembrar da Justina é recordar de todos os descendentes açorianos que se tornaram anônimos na história, que mesmo com muito sofrimento tiveram contribuição significativa no povoamento do nosso Rio Grande do Sul.

OS 250 ANOS DO POVOAMENTO AÇORIANO NO RIO GRANDE DO SUL (2002) E AS MOTIVAÇÕES PARA A PESQUISA DAS ORIGENS AÇORIANAS DA FAMÍLIA MOSTARDEIRO

GERMANO MOSTARDEIRO BONOW[1]

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (RS) aprovou a criação de uma Comissão Representativa para registrar os 250 anos do Povoamento Açoriano no Estado. Entre as atividades programadas estava previsto um intercâmbio entre as casas legislativas dos Açores e do Rio Grande do Sul.

No Rio Grande foi feita uma Sessão Especial da Comissão Representativa, com a presença dos parlamentares açorianos e gaúchos. Estavam presentes, naquele 16 de janeiro de 2002, os parlamentares açorianos: o Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, o Deputado Fernando Menezes, os parlamentares açorianos, Herberto Rosa, Humberto Melo, Alvarino Pinheiro e José Deck Mota, bem como o Cônsul Geral de Portugal, José Lages dos Santos. A sessão foi presidida pelo deputado do RS, Francisco Appio. O primeiro a fazer uso da palavra foi o deputado do Rio Grande do Sul, Vieira da Cunha.

O deputado Vieira da Cunha ressaltou a data, que naquele dia, em 16 de janeiro de 1752, há então exatos 250 anos, o General Gomes Freire de Andrada publicava o chamado Bando Convocatório, determinando a vinda de casais açorianos para o Rio Grande do Sul.

Na sequência, me foi dada a oportunidade de fazer uso da palavra em nome de meu Partido e de meus ancestrais nascidos nos Açores. Muitos estranharam, um sobrenome nitidamente germânico, herdado de meu pai, mas não lembravam que minha mãe era Mostardeiro. Trata-se de um nome gaúcho de origem açoriana, adotado por um Gonçalves, por

1 Médico, pós-graduado em Saúde Pública (USP) e Sistemas de Saúde (FVG), e Mestre em Saúde Pública (USP). Secretário de Estado da Saúde e do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul (1979-1986;1995-1998), deputado estadual (1987-2002), deputado federal (2007-2011).

razões que apresento em trabalho nesta obra.

Transcrevo do meu pronunciamento, apenas um trecho de uma publicação de Augusto Porto Alegre, de 1906

> Os colonos procedentes d'essas ilhas eram, em sua maioria naturais de São Miguel, Terceira, Pico e São Jorge, o que faz logo à primeira inspecção conhecer a causa da coragem ilimitada, a resignação nobilitante d'essas creaturas abnegadas que vieram para cá enrijadas de uma natureza completa de estoicos, para a qual o estado moral physico pouco valia, tão acostumados achavam-se ás difficuldades de toda a sorte, soffridas em consequencia da constituição geologica das terras que lhes serviram de berços. Por isso, muitas d'essas desventuras experimentadas na patria d'adopção, tornaram-se para elles quasi insensíveis, pouco abalo produzindo, como aquella scena do grande naufragio de 1753, em que duas sumacas portuguezas, sahidas de Santa Catharina para cá, trazendo 250 colonos dos quaes diminuto número escapou do desastre; nas rochas da ponta dos Naufragados occoreu o sinistro que ficou para sempre recordado na designação geographia que o facto luctuoso despertou no povo.[2]

A comitiva açoriana visitou alguns lugares fundados no Rio Grande do Sul, por açorianos, no século XVIII.

Uns meses antes, junto com mais dois colegas, visitamos as ilhas do Faial, Pico, São Miguel e Terceira. Fiquei agradavelmente surpreso com a beleza das ilhas. Também impressionado com o vulcão dos Capelinhos e com a sala de partos do Hospital de Horta, em Faial. A sala possuía um janelão, na encosta da montanha, com vistas para o oceano e a ilha do Pico. Na ilha Terceira revi uma prima, médica, que fez o caminho inverso, e lá reside. São Miguel parece que foi feita para férias, pois é belíssima.

O arquipélago tem uma longa história que começa no século XV, e, com todas as descobertas, é difícil afirmar em qual ano e quem foram os primeiros que lá chegaram. Mas quem revelou os Açores, inclusive Faial, para o mundo foram os portugueses, alguns anos antes do achamento do Brasil, por Pedro Álvares Cabral, em 1500.

Cada ilha tem a sua história. Horta, sede da Assembleia Legislativa Regional, foi a cidade em que permanecemos por mais tempo. Visita-

2 PORTO ALEGRE, Augusto. *A fundação de Porto Alegre*. Porto Alegre: Globo, 1906, p. 13-14.

mos, além do Hospital, o vulcão e as instalações onde estavam os serviços de cabos submarinos.

A Horta, dada a sua posição geográfica, praticamente a meio caminho entre a Europa e a América do Norte reunia as condições para a amarração de cabos telegráficos transatlânticos. As comunicações através de cabos foram instaladas, utilizando 15 cabos que ligavam Horta às principais capitais do mundo. Os cabos pertenciam a diferentes empresas e exigia pessoal especializado. Este pessoal precisava de boas instalações para o trabalho e para moradia. A Western Union Telegraph Company possuía casa de pessoal, residências para gerente, engenheiro chefe, diretor, cinco vivendas geminadas, enfermaria e um edifício para atividades recreativas. Este edifício foi utilizado pelas tripulações e passageiros da Pan American, quando os seus Clippers[3] faziam escala na cidade (1939-1945). Vendido em 1970, foi transformado no atual Hotel Fayal, inaugurado em 1973; o hotel onde estivemos.

As ilhas Faial e Pico viveram a fase da caça às baleias. O forte desta pesca foi no século XIX. Atualmente, os baleeiros abandonaram a caça em troca do turismo. Faial, como as outras ilhas açorianas, atravessou uma fase em sua história, de ataques de piratas, no final do século XVI, e no século XVII. Isto levou à construção de uma série de fortificações. Alguns ainda merecem uma visita, mas uma grande parte está desaparecida. Registra-se que a anexação de Portugal à coroa espanhola também gerou um longo período de instabilidade nas ilhas (1580-1640).

Da visita, ficaram muitas lembranças. As igrejas, os museus, o castelo, o porto, os vulcões, a presença judaica, inglesa, americana, alemã, os mouros, o mar, as hortênsias... O porto, os barcos com as mais diversas bandeiras, o café com os colegas, enfim uma viagem em que agora, 20 anos depois, recordo com saudades. Ficou, no entanto, algo em aberto. Não conheci as ilhas de São Jorge e Santa Maria, terras de meus antepassados; só Faial.

As comemorações dos 250 anos do povoamento açoriano no Rio Grande do Sul, em 2002, e minha viagem aos Açores, provocaram-me e levaram-me a uma reflexão sobre a nossa origem insular. O retorno ao meu passado familiar açoriano proporcionou muitas descobertas, nesta obra, oportunamente divulgadas.

3 Clippers - Hidroavião de longo alcance. Provavelmente produzido pela Boeing entre 1938 e 1941. Mas, a história da aviação em Horta começou bem antes.

AS ORIGENS AÇORIANAS DA FAMÍLIA MOSTARDEIRO

GERMANO MOSTARDEIRO BONOW[1]

Um ano depois da minha viagem aos Açores, em março de 2003, alguns descendentes do ancestral Mostardeiro foram visitar o prédio onde morou parte da família. Chamei o prédio da chácara, de casarão, porque quando o conheci, nos anos de 1940, a chácara já não mais existia.

Um dia, no começo do século XXI, algumas pessoas da família Mostardeiro tomaram conhecimento que o prédio da casa da chácara seria destruído. Em seu lugar seria erguido um edifício de mais de 15 pavimentos. A família havia vendido o casarão para uma irmandade de religiosos, em meados do século XX, lá pela década de 1950.

Figura 1 – Casa da chácara construída por Antonio José Gonçalves Mostardeiro, na segunda metade do século XIX

Fonte: acervo do autor.

1 Médico, pós-graduado em Saúde Pública (USP) e Sistemas de Saúde (FVG), e Mestre em Saúde Pública (USP). Secretário de Estado da Saúde e do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul (1979-1986;1995-1998), deputado estadual (1987-2002), deputado federal (2007-2011).

Figura 2 – Casa da chácara, após ampliação nas primeiras décadas do século XX e demolida no início do século XXI

Fonte: acervo do autor.

A propriedade ficava de frente para a Rua Victor Meirelles, fundos da Rua Pedro Weingaertner, a lateral sul na Castro Alves, e ao norte a casa nova de João Gastão Mostardeiro Pabst. Casa nova porque a velha não existe mais. A casa velha fora construída no século XIX, e foi ali que uma das filhas do Coronel Mostardeiro, Marieta, passou a morar quando casou com Fritz Pabst, na segunda década do século XX. Marieta e Fritz tiveram dois filhos, Carlos Maria (Caio) e João Gastão.

Carlos nasceu em 1916, no mesmo ano em que o filho mais velho do vovô Hemetério formou-se em Medicina. Carlos, apelidado de Xiru, o mais velho dos 12 filhos de Hemetério e Helena, juntamente com Alfredo, jogaram futebol em um clube fundado em 1903. Eram conhecidos como Mostardeiro I e Mostardeiro II. O campo de jogo deste clube, que anos depois foi campeão brasileiro, das Américas e do Mundo, conhecido como a Baixada, ficava dentro da Chácara Mostardeiro. Era possível, nos primeiros anos de sua existência, assistir aos jogos da sede dos Caixeiros Viajantes, que ficava dentro dos limites da chácara.

Figuras 3 e 4 – Placas da Rua Dona Laura e Rua Mostardeiro

Fonte: acervo do autor.

Voltando ao Xiru, médico com pouco mais de dois anos de formado, foi designado responsável por um quarteirão na cidade de Porto Alegre, durante a epidemia da gripe espanhola. No jornal Correio do Povo, de 5 de novembro de 1918, constava o nome de cada um dos doutores e o seu número de telefone. Dois dias depois, o mesmo Correio do Povo noticiava a sua morte pela doença. Xiru, nascido em 1892, conviveu com seu avô Mostardeiro, por quase dois anos, pois o velho Mostardeiro faleceu em 1893. No entanto, com sua avó Laura, que faleceu em 1906, acompanhou os primeiros anos do clube, no qual jogaria em 1910 e 1911. A Baixada ficava entre duas importantes ruas de Porto Alegre, a "Mostardeiro" e a "D. Laura".

Dona Laura faleceu em casa. A mesma que seria demolida cem anos depois. Pouco ou quase nada se sabia a respeito. Porém, era de conhecimento geral que Laura da Silva Rasteiro (1835-1906) nasceu em São José do Norte e casou com Antonio José Gonçalves Mostardeiro (1831-1893), nascido em Mostardas. O casamento foi em São José do Norte, no ano de 1857. Do casamento nasceram 13 filhos, mas só sobreviveram ao pai, 5 homens e 2 mulheres. O casal permaneceu em São José do Norte por alguns anos. Na metade da década de 1860, transferiram residência para Rio Grande. Por volta de 1870, nova mudança, foram morar em Porto Alegre, na esquina da rua Coronel Vicente com a São Rafael (hoje Alberto Bins).

Na capital, compraram nos arredores da cidade uma grande área de terras. Transformaram esta área em uma chácara e construíram uma casa bastante ampla e confortável. O casarão e a chácara, anos depois, fariam parte do bairro Moinhos de Vento.

A família foi crescendo, os filhos começaram a casar. Malvina foi a primeira, em 1882. A primeira a casar, mas a quinta a nascer. As quatro primeiras morreram. A segunda foi Rosa, em 1887. Depois os homens. Aos poucos vieram os netos e a chácara começava a mostrar sua importância, suprindo com alimentos uma grande família.

A cidade também crescia. Os serviços urbanos começaram a acompanhar o desenvolvimento do país e se aproximavam das áreas rurais das grandes cidades. Foi assim com o fornecimento de água potável, com a coleta de lixo, com calçamento das ruas, com iluminação pública, telefonia, transportes coletivos e uma série de outras benfeitorias.

Cem anos depois, no início do século XXI, a notícia da demolição do casarão se espalhou. Alguns poucos, na antevéspera da demolição, fize-

ram circular entre os descendentes de D. Laura e Antonio Jose a notícia que a empresa contratada abriria as portas do prédio para uma última visita.

Assim, em uma tarde de domingo, compareceram cerca de 50 pessoas. A maioria entrava no prédio pela primeira vez. Apenas os netos de Hemetério já conheciam o prédio; netos de Helena e Hemetério e bisnetos de D. Laura e Antonio José. O passeio dentro da casa da chácara trouxe recordações que cada um possuía de quando a chácara ainda tinha vida.

Aqueles primos mais velhos lembravam da sala de estar, de jantar, dos quartos, em especial o que a vovó Helena faleceu em 1945 – do tamanho da cozinha –, seu fogão a lenha, do avarandado, do acesso lateral ao casarão, da existência de um só banheiro e do salão, que era aberto em dias de festa (quanta alegria) ou para velórios (quanta tristeza), enfim de uma parte da vida de cada um. Da parte externa, as referências à garagem, à casa da tia Marieta, ao galpão, aos poços que abasteceram a família no século XIX – que alguém havia caído ali –, as taquareiras, o caramanchão...Uma tarde de domingo, cheia de recordações.

Assim, o tempo foi passando e os organizadores chamaram todos para a fotografia. A última fotografia na casa, mais que centenária, da família Mostardeiro. Onde?

Figura 5 – Bodas de Ouro de Helena e Hemetério (1940)

Fonte: acervo do autor.

Figura 6 – Encontro dos netos e familiares de Hemetério e Helena (2003)

Fonte: acervo do autor.

No mesmo lugar, na mesma sala, na mesma posição, em que os noivos, vovó Helena e vovô Hemetério, juntos com seus filhos e netos foram fotografados em 1940, nas bodas de ouro do casal.

A visita na casa da chácara foi encerrada, naquela tarde de 23 de março de 2003. Entre os visitantes ficou um espaço vazio. A necessidade de conversar com os outros Mostardeiros. Quem eram eles, aonde vivem, o que fazem, enfim havia um grande caminho para percorrer. Mas agora sabiam onde era o ponto de partida: o Café Correto e suas reuniões.

O Encontro e as descobertas da origem açoriana da família Mostardeiro

A visita ao casarão, naquele março de 2003, acendeu a lâmpada do farol de Cidreira que tombou na terceira década do século passado. Cidreira é um capítulo à parte na história da família Mostardeiro. Na verdade, o que foi aceso e aguçado foi a curiosidade dos netos e bisnetos de Hemetério, Malvina, Rosa, Eurípides e Antônio. Não tiveram filhos (há controvérsias): Pedro e Trajano. O primeiro passo de uma longa caminhada que estava apenas começando, e não terminaria na reunião marcada para a cafeteria da Rua Florencio Ygartua. Os descendentes de Antonio José sequer imaginaram o que estava por vir nos próximos tempos.

As reuniões na cafeteria, cujo nome é Café Correto, entre os Mostardeiros, foram importantes para a troca de informações que cada um possuía acerca dos nossos antepassados. No entanto, sobre os descendentes dos irmãos de Antonio José (1831-1893), de nomes Manoel José (1828-1900), o mais velho, José Fructuoso (1839-40 + 1928), o mais moço, não se possuía muitas informações. É preciso ressaltar que o grupo do café Correto, cuja missão era buscar e organizar as informações, não faria só isso, tinha simultaneamente outros deveres a cumprir.

O grupo, após muitas reuniões, criou coragem e decidiu organizar um encontro da família Mostardeiro. A troca de informações se estendeu além das paredes da cafeteria. Contatos com outros integrantes da família que não compareceram à última visita ao casarão. Ultrapassou os limites da capital para outros municípios: Dona Francisca, Restinga Seca, Rio Grande, Pelotas, Cachoeira… As redes sociais levaram a ideia do Encontro para outros estados. A Bahia, onde residia o neto mais velho do vovô Hemetério, o médico Carlos Maria Mostardeiro Pabst, filho de Marieta e Fritz, casado com Yedda Schmitt, que se orgulhava de ser Mostardeiro de coração. No Rio Grande do Norte, onde estavam Beatriz Mostardeiro Barbosa da Silva, casada com Octavio Barbosa da Silva, Major Brigadeiro Engenheiro da FAB, filha de Gastão Mostardeiro e de Wilma Kolberg. São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília. Enfim, os contatos foram feitos dentro do possível e do impossível.

O grupo do Café Correto debateu onde deveria ser o evento. Um local que por si só trouxesse recordações sobre a família. O casarão já fora posto abaixo, o campo do Grêmio que outrora fazia parte da chácara, e que por vezes a família havia participado do Garden Party, agora faz parte das avenidas Goethe e Mostardeiro. Porque não o Caixeiros Viajantes? Localizado em terras que pertenceram à Chácara Mostardeiro. A Associação dos Caixeiros fica entre D. Laura e a Mostardeiro. Tem espaço para acolher os familiares, tem restaurante, é o local ideal. Escolhido o local, foi marcada a data e loca: Porto Alegre, 13 de outubro de 2009. Elaborados e enviados os convites, foi feito um folder que continha dados importantes sobre a família Mostardeiro.

Figura 7 – Folder distribuído no Encontro dos Mostardeiros (2009)

Os Mostardeiros

Manoel José G. Mostardeiro e Francisca Pereira Mostardeiro
Restinga Seca

Filhos: 1854 Ana
1857 José
1859 Maria
1861 Francisca
1862 Laura
1864 Domingos
1865 Isabel
1867 Antonio
1869 Analia

Antonio José G. Mostardeiro e Laura Rasteiro Mostardeiro
Porto Alegre

Filhos: 1858 Olimpia
1860 Domitila
1861 Analia
1862 Laura
1864 Malvina
1866 Euripedes
1868 Hermelindo
1869 Antonio
1870 Rosa
1871 Trajano
1873 Laura
1874 Pedro
1879 Ida

Fructuoso José G. Mostardeiro e Joana Correia Mostardeiro
Rio Grande

Filhos: Protestato
Fructuoso
Alzira
Antonio

Encontro "Família Mostardeiro"

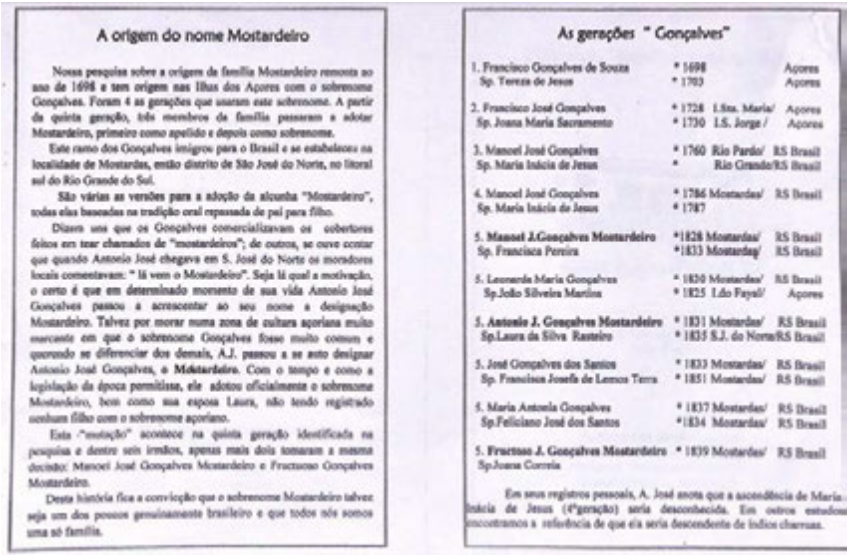
Casa da Chácara Mostardeiro
Porto Alegre

Participantes: descendentes de
Antonio José Gonçalves Mostardeiro
Fructuoso Gonçalves Mostardeiro
Manoel Gonçalves Mostardeiro

Porto Alegre, 17 de outubro de 2009
Local: Associação Cisneiros Viajantes

Fonte: acervo do autor.

Figura 8 – Interior do folder distribuído no Encontro (2009)



A origem do nome Mostardeiro

Nossa pesquisa sobre a origem da família Mostardeiro remonta ao ano de 1698 e tem origem nas Ilhas dos Açores com o sobrenome Gonçalves. Foram 4 as gerações que usaram este sobrenome. A partir da quinta geração, todos membros da família passaram a adotar Mostardeiro, primeiro como apelido e depois como sobrenome.

Este ramo dos Gonçalves imigrou para o Brasil e se estabeleceu na localidade de Mostardas, então distrito de São José do Norte, no litoral sul do Rio Grande do Sul.

São várias as versões para a adoção da alcunha "Mostardeiro", todas elas baseadas na tradição oral repassada de pai para filho.

Dizem uns que os Gonçalves comercializavam os cobertores feitos em tear chamados de "mostardeiros"; de outros, se ouve contar que quando Antonio José chegava em S. José do Norte os moradores locais comentavam: " lá vem o Mostardeiro". Seja lá qual a motivação, o certo é que em determinado momento de sua vida Antonio José Gonçalves passou a acrescentar ao seu nome a designação Mostardeiro. Talvez por morar numa zona de cultura açoriana muito marcante em que o sobrenome Gonçalves fosse muito comum e querendo se diferenciar dos demais, A.J. passou a se auto designar Antonio José Gonçalves, o **Mostardeiro**. Com o tempo e como a legislação da época permitisse, ele adotou oficialmente o sobrenome Mostardeiro, bem como sua esposa Laura, não tendo registrado nenhum filho com o sobrenome açoriano.

Esta "mutação" acontece na quinta geração identificada na pesquisa e dentre seis irmãos, apenas mais dois tomaram o mesmo decisão: Manoel José Gonçalves Mostardeiro e Fructuoso Gonçalves Mostardeiro.

Desta história fica a convicção que o sobrenome Mostardeiro talvez seja um dos poucos genuinamente brasileiro e que todos nós somos uma só família.

As gerações " Gonçalves"

1. Francisco Gonçalves de Souza * 1698 Açores
Sp. Tereza de Jesus * 1703 Açores

2. Francisco José Gonçalves * 1728 I.Sts. Maria/ Açores
Sp. Joana Maria Sacramento * 1730 I.S. Jorge / Açores

3. Manoel José Gonçalves * 1760 Rio Pardo/ RS Brasil
Sp. Maria Inácia de Jesus * Rio Grande/RS Brasil

4. Manoel José Gonçalves * 1786 Mostardas/ RS Brasil
Sp. Maria Inácia de Jesus * 1787

5. **Manoel J.Gonçalves Mostardeiro** *1828 Mostardas/ RS Brasil
Sp. Francisca Pereira *1833 Mostardas/ RS Brasil

5. Leonarda Maria Gonçalves * 1830 Mostardas/ RS Brasil
Sp.João Silveira Martins * 1825 I.do Fayal/ Açores

5. **Antonio J. Gonçalves Mostardeiro** * 1831 Mostardas/ RS Brasil
Sp.Laura da Silva Rasteiro * 1835 S.J. do Norte/RS Brasil

5. José Gonçalves dos Santos * 1833 Mostardas/ RS Brasil
Sp. Francisca Josefa de Lemos Terra * 1851 Mostardas/ RS Brasil

5. Maria Antonia Gonçalves * 1837 Mostardas/ RS Brasil
Sp.Feliciano José dos Santos *1834 Mostardas/ RS Brasil

5. **Fructuoso J. Gonçalves Mostardeiro** * 1839 Mostardas/ RS Brasil
Sp.Joana Correia

Em seus registros pessoais, A. José anota que a ascendência de Maria Inácia de Jesus (4ªgeração) seria desconhecida. Em outros estudos encontramos a referência de que ela seria descendente de índios charruas.

Fonte: acervo do autor.

O folder, em uma face, ostentava a foto da casa construída por Antonio José, tendo no frontispício o ano de sua construção, e a relação dos participantes, descendentes de Antonio, Fructuoso e Manoel Gonçalves Mostardeiro. Nas duas páginas internas: "A origem do nome Mostardeiro" e as gerações Gonçalves. Sempre acompanhado das respectivas esposas, do ano e do local de nascimento.

O estudo retroage ao ano de 1698, com o nascimento de Francisco, nos Açores. No rodapé uma informação de que "Em seus registros pessoais, Antonio José anota que a ascendência de Maria Inácia de Jesus, sua mãe, seria desconhecida. Em outros estudos encontramos a referência de que ela seria descendente de índios charruas. Na quarta e última face, a relação dos filhos de cada um dos três Mostardeiros; de Manoel e Francisca, filhos nascidos entre 1854 (Ana) e 1869 (Amália); de Antonio José e Laura, 13 filhos entre Olimpia (1858) e Ida (1879); de Fructuoso e Joana, quatro filhos, entre Pretestato, Alzira, Fructuoso e Antonio. Ao lado do nome dos filhos de Fructuoso, não constava o ano de nascimento.

A visualização do folder já permite ver que as reuniões do Café Correto renderam bons avanços. O assunto também ganhou espaço no Jornal Zero Hora, na coluna Túnel do tempo, de 28 de agosto de 2009, com o título " Os Mostardeiro". O artigo com informações de Leonor Bastian (trineta de Antonio) aborda a origem do nome e ratifica a origem açoriana da família.

O "Encontro Família Mostardeiro" ocorreu em Porto Alegre, na Associação Caixeiros Viajantes em 17 de outubro de 2009. Vieram parentes de várias partes do país e de vários municípios do Estado.

Os subsídios que o Encontro trouxe para as pessoas que se interessavam pela história da família, de alguns municípios do Estado e do país foram extremamente valiosos. A começar pelo fato de que estes imigrantes açorianos vieram para cá em missão de paz, com suas famílias para, através de seu trabalho ocuparem as terras que até então estavam sendo disputadas pelas coroas de Portugal e da Espanha.

A vinda dos açorianos no século XVIII fazia parte da estratégia portuguesa para a conquista das novas terras. Foi assim nos Açores no século XV. A conquista daquelas ilhas foi feita com o envio de colonos para a ocupação do território. Uma daquelas ilhas, a do Faial, sua colonização foi feita por um flamengo em nome do rei de Portugal, no século XV.

No guia turístico da ilha do Faial, o início do processo de colonização é descrito da seguinte forma:

> Em 1468, com a intersecção da Duquesa de Borgonha, Infanta D. Isabel, filha do Rei D. João I, casada com Filipe III, "o Bom", Duque de Borgonha e Conde de Flandres, obtém a carta do capitão do donatário da ilha e a autorização do Rei Afonso V, para trazer para o

> Faial colonos desejosos de abandonarem uma Flandres empobrecida pela Guerra dos Cem anos.[2]

Voltando ao Rio Grande do Sul, no século XVIII. Os dois países possuíam posições diferentes em relação ao Tratado de Tordesilhas (1494). Os portugueses queriam ocupar as terras até a Colônia de Sacramento, às margens do Rio da Prata. Os espanhóis entendiam que as terras onde hoje estão o Rio Grande do Sul e o Uruguai pertenciam à coroa espanhola. A sorte da disputa mudava de lado com alguma frequência. Ainda no século XVIII, houve um momento em que as forças espanholas tomaram a cidade de Rio Grande e buscavam fazer o mesmo com Rio Pardo e São José do Norte. Nesta circunstância, os açorianos chegados ao Rio Grande do Sul se espalharam em seu território.

Esses movimentos das forças que disputavam o solo rio-grandense não seriam feitos da noite para o dia. Em 1763, os espanhóis invadiram grande parte do território do Estado e o dominaram por alguns anos. A cidade de Rio Grande, fundada em 1737, por Silva Paes, caiu sob o domínio espanhol na segunda metade do século XVIII. Foi reconquistada alguns anos depois, em 1776, pelo governo de Portugal, graças à ação de Rafael Pinto Bandeira. Os açorianos, neste período, acompanhavam a tendência das tropas portuguesas. Primeiro recuando para Rio Pardo, depois Gravataí, Santo Antônio da Patrulha e Viamão.

Ainda no período colonial, a Freguesia de São Luiz de Mostardas foi criada por Alvará Imperial de 18 de janeiro de 1773. Na mesma época, também foram reforçadas as posições portuguesas na Fazenda Real de Bojuru, São José do Norte.

Francisco José Gonçalves (1735-1813), seus pais, e Joana Maria Sacramento (1743 -1829), sua esposa, nasceram nos Açores. Manoel José Gonçalves (1760), filho de Francisco José e Joana, nasceu em Rio Pardo. Sua esposa Maria Inácia de Jesus nasceu em Rio Grande. Os dados de nascimento destes casais, confirmados por pesquisas posteriores, mostram o provável deslocamento destes açorianos e dos seus descendentes brasileiros, rumo a Mostardas. De lá para São José do Norte, e bem aí chegamos aos primeiros Mostardeiros; mas isso foi muito tempo depois do “Encontro”.

2 Guia da Ilha de Faial. Direção Regional de Turismo de Açores, p. 4 e 5; Grande Enciclopédia Lorousse Cultural, 1999, v. 1, p. 54.

O fato é que estes organizadores do "Encontro" com as reuniões preparatórias, criaram um grupo, cujo ápice foi a realização do evento. Entre eles estavam Andrea Mostardeiro Bonow (filha de Dora, neta de Hemetério); Gastão Mostardeiro Filho (filho de Gastão, neto de Hemetério), Leonor Azevedo Bastian (bisneta de Rosa Mostardeio Gertum), Carlos A. B. Mostardeiro (filho de Nico Antonio e neto de Hemetério), Felipe Mostardeiro (filho de Gastão Mostardeiro Filho e bisneto de Hemetério), Aracelis Mostardeiro Velasco (neta de Eurípedes).

O resultado do "Encontro" pode ser avaliado pela troca de informações entre os descendentes dos três Mostardeiros, bem como entre os descendentes de cada um deles. Na notícia de Leonor, na Zero Hora, ela salienta a importância das fotos de família. Este foi um dos pontos altos da reunião, uma vez que o pessoal contribuiu com fotos tiradas de familiares em diversas partes do Estado, do país e do mundo. Cabe aqui ressaltar a contribuição de Gastão Mostardeiro Filho com fotos das gerações anteriores: pais, avós e bisavós.

A presença dos Mostardeiros de Restinga Seca e da região de Cachoeira ampliou, e muito, o que se sabia dos descendentes de Manoel José Gonçalves Mostardeiro. Da mesma forma é possível dizer em relação aos Mostardeiros da cidade de Rio Grande. Afinal, essa cidade foi o primeiro grande passo dado por Manoel, Antonio e Fructuoso em direção a uma vida melhor com qualidade de vida. Foi em Rio Grande que consolidaram o nome Mostardeiro, como um nome forte no comércio local, depois da região, e, por fim, no Estado. O Encontro durou todo o dia 17 de outubro de 2009 e contou com a presença dos descendentes dos três irmãos Mostardeiro. Como dito, estavam presentes os parentes vindos de vários estados do Brasil, somando cerca de 200 pessoas.

Ao término do Encontro foram retomadas as reuniões de avaliações de eventos e de programação das próximas atividades. O próximo passo seria conhecer Mostardas, a leste da Laguna dos Patos, e a oeste a Fazenda Barba-Negra.

A Fazenda Barba Negra

A história da Fazenda Barba Negra começa no século XVIII, com a concessão de uma sesmaria à viúva de um espanhol por um ato do Vice-Rei Luiz de Vasconcelos e Souza. O casamento havia sido em Triunfo (1762) e o imóvel concedido situava-se nesta freguesia, às margens da

Lagoa dos Patos e do Guaíba. A área da propriedade estava estimada em torno de quase 10.000 hectares. Na época, a Fazenda chamava-se Sant'Ana.

No início do século XIX, a viúva, Ana Maria de Oliveira faleceu, e um dos herdeiros ficou de inventariante e administrador da Fazenda. Ele era padre, depois do Cônego João Baptista Leite de Oliveira Salgado. Foi membro do Conselho Geral da Província [3] e provedor da Santa Casa de Porto Alegre (1835). Mesmo exercendo estas atividades não se afastou da administração da agora Fazenda Barba Negra.

O padre morreu em 1837, e entre a sua morte e o julgamento da partilha de seus bens passaram-se mais de 20 anos. Período difícil para o Rio Grande do Sul com a Revolução Farroupilha (1835-1845) e para os herdeiros, pois seu espólio ficou com muitas dívidas junto à Fazenda Pública. Quem pagou parte desta dívida foi o capitalista Francisco Pedro de Abreu que adjudicou para si uma parte da Fazenda Barba Negra. O julgamento da partilha ocorreu em 1860.

Francisco Pedro de Abreu, o Moringue, Barão de Jacuí, porto-alegrense, nascido em 1811, foi um dos mais temidos adversários dos farroupilhas. Coronel do Exército imperial, especialista em ataques de surpresa, infringiu várias derrotas aos farrapos. Faleceu em Porto Alegre em 17 de julho de 1891.

Boa parte da Fazenda Barba Negra, que pertencia a Francisco Pedro de Abreu, foi vendida após sua morte em 1891 à empresa Mostardeiro e Cia de Porto Alegre, de que era titular principal Antonio José Gonçalves Mostardeiro, forte comerciante e ex-vereador da capital.[4]

Cento e dezessete anos depois, um grupo de descendentes de Antonio José e D. Laura visitaram a sede da Fazenda, atualmente um imenso horto florestal. Os proprietários são uma importante empresa de celulose CMPC.[5]

Na ocasião, Aracelis entregou ao grupo uma carta escrita em 1893 por António José a seu filho Eurípides, que havia comunicado ao pai o seu noivado com a D. Adelina.

---

3 Conselho Geral da Província, conhecido como Conselho Administrativo, constituído por seis membros, eleitos da mesma forma que os deputados. Subsistiu até 1834, sendo extinto pela Lei Geral n. 38 ou 40, de 3 de outubro de 1834, art. 13. Fonte: Parlamentares gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias (1821-1996). Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996, p. 15.

4 FRANCO, Sérgio da Costa. *Barba Negra*: da sesmaria de Salgado ao Horto Florestal, 2010. Folder.

5 CMPc - Grupo empresarial chileno, atual proprietário da indústria de celulose, localizada em Guaíba. Pertenceu a Borregaard, depois Riocell, e sucessivamente a Klabin, Aracruz, Celulose Rio Grandense e CMPC.

A carta escrita por Antonio José em Barba Negra é de 22 de outubro de 1893. Nesta data, Antonio José completou 62 anos de idade. Talvez tenha sido o último documento escrito por ele que chegou até nós. Faleceu em um acidente (?), na Chácara Mostardeiro, em 7 de novembro de 1893. Pouco mais de duas semanas da data que escreveu a carta para o filho, cuja cópia vai aqui transcrita:

> Barba Negra, 22 de outubro de 1893
>
> Prezado Filho Eurípedes
>
> Recebemos vossas estimadas cartas de hontem sendo uma para mim e outra para vossa Mãe, participando-nos teu tratado de casamento com a Exma. Snra. Dona Adelina, filha do Snr. Cantuario. Fazemos os mais ardentes votos para felicidade de ambos e não tendo tempo para alongarmos. Nesta ocasião, enviamos um saudoso abraço que queiras transmitir a vossa noiva. De... continuamos no mesmo.
>
> Vosso Pai e Amigo
>
> Mostardeiro[6]

Os dados sobre a história da Fazenda pertencem a uma exaustiva pesquisa realizada pelo historiador e escritor, Sérgio da Costa Franco, onde consta que a firma Mostardeiro e Cia não conservou em seu ativo o grande imóvel. Por escritura de 15 de janeiro de 1896, a fazenda foi vendida na parte que tocava a Mostardeiro e a Cia ao Coronel Luiz Gonçalves de Azevedo.

Lista dos visitantes à Fazenda Barba Negra em 16 de março de 2010: Andréa Mostardeiro Bonow; Aracélis Mostardeiro Velasco Tabajara, Lenice Mostardeiro, Leonor Azevedo Mostardeiro, Carlos Alberto Bento Mostardeiro, Gastão Mostardeiro Filho e João Gastão Borges Pabst.

Visita a Mostardas (17/04/2010)

O caminho entre Porto Alegre e Mostardas pode ser considerado um dos mais antigos do Estado. Enquanto a pavimentação asfáltica cobria as estradas do Rio Grande do Sul, de norte a sul, de leste a oeste, a velha estrada, por onde passou Auguste de Saint Hilaire, em 1821, seguia como diziam as gerações anteriores, de chão batido. O chão batido é

6 Carta enviada por Antônio José para seu filho Eurípides. Acervo família Mostardeiro.

força de expressão, pois as areias litorâneas, barro e chuva tornavam-na intransitável. A tal ponto que era conhecida como "estrada do inferno". Muitas vezes, a melhor alternativa era ir pela beira do mar.

Mostardas está situada, aproximadamente a 200 km de Porto Alegre, 155 km de São José do Norte, e a oeste a 12 km da Lagoa dos Patos, e a leste, outro tanto do oceano Atlântico. O asfalto de Porto Alegre a Mostardas e São José do Norte foi feito aos poucos e a última etapa, Mostardas a São José do Norte foi concluída no fim do século XX, início do século XXI.

A leitura do livro Viagem ao Rio Grande do Sul, de Auguste de Saint -Hilaire (1779-1859), nos permite ter uma ideia e uma visão de como era o Rio Grande do Sul nos primeiros anos do século XIX. Trata-se de um testemunho de alguém que por aqui passou e preocupou-se em olhar não só para as plantas, mas também com a nossa gente. Aliás, transcrevo as palavras de Guilhermino Cesar, no prefácio desta obra:

A obra de Auguste de Saint-Hilaire (1779-1859) trouxe-nos uma contribuição exemplar. Poucos investigadores estrangeiros, dentre os muitos que nos visitaram com propósitos científicos, se mostraram tão compreensivos e cordiais a nosso respeito.[7]

Saint-Hilaire escreve em sua obra, sobre os costumes e o modo de vida da gente do Rio Grande do Sul, há duzentos anos atrás. No trecho de sua peregrinação entre Porto Alegre e Mostardas, ele observa: "aí a mulher trabalhava acocorada sobre um pequeno estrado. Recebe-me com delicadeza... ao ficarmos sozinhos, apressou-se em demonstrar sua admiração por ver-me a pé, pois nesta região, toda a gente, mesmo pobre não dão um passo sem seu cavalo. (p. 52).

Também refere que foi convidado e integrou a comitiva do Conde da Figueira até Rio Grande, e que em vários trechos viajou no carro do Conde. Na Estancia de Palmares compreendeu que o transporte até Porto Alegre se fazia também por via fluvial, pelo rio Capivari e Lagoa dos Patos. Tanto para viajar quanto para enviar e receber encomendas. Tece comentários sobre as choupanas e sobre a casa do proprietário que é coberta de telhas, pequena, térrea, quase sem móveis e não oferece comodidade.

O estancieiro disse-lhes que é proprietário de mais de dez mil reses, senhor de muitos escravos e tem um número grande de cavalos. "Pare-

7 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987. (Estante Rio-grandense, União de Seguros).

ce, em geral, que essa Capitania é muito rica, mas não se encontra nem no mobiliário das casas, nem no modo de viver dos habitantes coisa alguma que denuncie tal riqueza" (p. 52).

Saint-Hilaire era um botânico e o objetivo de sua viagem era o estudo das plantas existentes nesta região do globo terrestre. Em sua obra, se comporta como um estudante, que foca no seu objetivo – a botânica, mas não esquece o contexto, como ainda os registra como quando a caravana do Conde passou pela Freguesia do Estreito.

Informaram que a península só tem três léguas de largura e comenta sobre a seca. Disse que há oito meses não chovia e que o gado vinha sofrendo bastante. Registrou que durante boa parte da viagem, não se deparou com ninguém. E lhe pareceu que quem precisasse ir a Porto Alegre ou a Rio Grande preferia ir pela lagoa.

A viagem continuou e, após passar por Boa Vista, Palmares, Estancia do Barros, Estancia de S. Simão e andando mais cinco léguas, chegou à Aldeia de Mostardas. Sede de uma paróquia existente sobre o istmo, em uma extensão de 25 léguas, correspondendo a 1500 habitantes de mais de dois anos.

Mostardas em 1821

> A aldeia está edificada no meio de areias e se compõe de cerca de quarenta casas que formam uma larga rua, muito curta, em cuja extremidade está a igreja, situada a igual distância das duas filas de casas. Há entre essas algumas cobertas de telhas, mas na maioria não passam de choupanas pobres. Em frente a Mostardas, do lado oeste, um lago do mesmo nome da aldeia, muito piscoso, mas como aí só vivem peixes de água doce, com muitas espinhas, tal como a traíra, são desprezados pelos habitantes da região, acostumados a comer carne (p. 54).[8]

"O cura de Mostardas mostrou a igreja, cujo altar-mor, recentemente construído, é muito bonito". A Nave muito mais antiga, está em ruínas, mas pensam em reconstruí-la" (p. 55).[9]

Ainda em Mostardas escreve sobre o plantio de trigo e centeio. Do gado pequeno, refere ser a carne saborosa. A principal riqueza do lugar é

8 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987. (Estante Rio-grandense, União de Seguros).
9 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987. (Estante Rio-grandense, União de Seguros).

a criação de carneiros, e com a sua lã as mulheres fabricam ponchos no tear. A Lagoa do Peixe fica atrás da casa em que se hospedaram e com pouca profundidade e águas salobras. Os moradores da região, de quando em quando, abrem um sangradouro que comunica com o oceano, e a lagoa enche-se de peixes que se apanham sem dificuldades. Em toda a parte, servem refeições logo à chegada. O cardápio é carne assada ou cozida; guisado, quase nunca. Em Mostardas também foram servidos com pão e vinho excelentes.

> A viagem continua e algumas léguas depois chegaram à Freguesia do Estreito, nome que se deve à situação do lugar mais estreito do istmo. O pessoal do lugar estima "não tendo mais de meia légua de largura". O jantar desta vez incluiu legumes que se produzem na região: chicória, cebola, mostardas, nabos, aipo, couve, brócolis e até couve-flor. A "aldeia" do Estreito era outrora mais para leste, mas, como as casas foram enterradas pelos turbilhões de areia que o vento atira sem cessar, das margens do mar, foram transferidas para o lugar onde se encontram atualmente e onde, sem dúvida, terão em breve a mesma sorte (p. 56-57).[10]

A viagem prosseguiu rumo ao sul, e é descrita, dia a dia, por Saint-Hilaire. São mais de 300 páginas sobre o que era o Rio Grande do Sul, de ontem. No trecho que transcrevemos, procuramos informações sobre a região de Mostardas, em especial, porque lá nasceram os primeiros Mostardeiros, e lá viveram seus pais e avós. Talvez seja a única descrição de como era aquela faixa litorânea que vai de Palmares a São José do Norte, nos últimos anos do Brasil Colônia.

A viagem do cientista francês, entre Porto Alegre e Rio Grande, durou em torno de nove dias. A comitiva do Conde de Figueira saiu da capital no dia 28 de julho de 1820, passou por Mostardas e Bojuru, em 3 e 4 de agosto, e chegou à noite de 5 de agosto em Rio Grande.

As observações feitas pelo cientista, no que diz respeito à falta de comodidade das residências, podem ser comparadas com a leitura do testamento de Francisco José Gonçalves, nascido (1735) na ilha de Santa Maria, dos Açores, e falecido (1813) em Aldeia dos Anjos (Gravataí). Casado com Joana Maria do Sacramento, nascida na ilha de São Jorge (1743) e falecida em Mostardas (1829).

10 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987. (Estante Rio-grandense, União de Seguros).

Do inventário dos bens deixados por Francisco consta que falecera na estância da Figueira, em Gravataí, onde era morador, e estabelecido com um campo, onde achavam-se arranchados a maior parte dos herdeiros com a cabeça do casal, no distrito de Gravataí. Consta também as dimensões do campo e o valor avaliado. Os bens arrolados no inventário foram pertences de casa e ferramentas (tachos de ferros, chocolateira, bacias, panelas, espetos de ferro, pratos de estanho, machados, facão, carretão, arados, faqueiros, um tear e mesa, animais, 130 reses, 2 bois mansos, 8 bois de carreiras, 23 cavalos, 24 éguas, mulas, potros e pastores; escravos, uma atafona coberta de palha bem usada, com lugar para lavar mandioca, sua prensa, um forno, um jogo de pedra de moer trigo, um pomar, um campo, dinheiro, prata (1 par de esporas).

Francisco José e Joana Maria do Sacramento são pais de 12 filhos. O mais velho Manoel José Gonçalves casou com Maria Inácia de Jesus. Manoel e Maria Inácia são avós dos três Mostardeiros. Os pais e os três Mostardeiros nasceram em Mostardas.

A Mostardas do Aviso Imperial de 1773, a Mostardas da Igreja de São Luiz Rei de França, a Mostardas que fica no meio do caminho entre Porto Alegre e Rio Grande, a Mostardas fundada pelos açorianos, a Mostardas descrita por Saint-Hilaire em 1820, todas elas não existem mais. A igreja passou por uma série de reformas, além daquelas prometidas ao cientista francês.

As casas do centro histórico preservam a arquitetura açoriana e portuguesa continental. A maior parte das ruas tem calçamento. Atualmente, a população do município é estimada em 12 mil pessoas. Possui escolas e boas condições de saneamento básico. Os meios de comunicação são os mesmos dos outros municípios: telefone, luz elétrica, estradas asfaltadas, agências bancárias... Um pequeno aeroporto, um parque de rodeios, hospital r posto de saúde. A economia gira em torno da produção de arroz, a silvicultura (madeira e resina); o famoso “Cobertor Mostardeiro”, aquele referido por Saint-Hilaire, a pecuária com gado bovino e ovino para a produção de leite, carne e lã.

A relação com a Lagoa do Patos se dá através do Farol Rincão do Cristóvão Pereira, inaugurado em 1858. O Farol e o porto Barquinho dão abrigo aos barcos que trafegam pela Lagoa dos Patos. Não se pode afirmar, mas é provável que foi por este porto ou por outro semelhante na Laguna dos Patos, que Antonio José fazia as viagens entre as Freguesias de Mostardas e São José do Norte ou Rio Grande.

A relação com o mar, atualmente, se faz através de balneários e também pelos faróis da Solidão (1929) e do farol de Mostardas (1887). A costa rio-grandense é muito perigosa para barcos que por ali navegam.

Integraram a comitiva que visitou Mostardas em 17/04/2010: Andrea Mostardeiro Bonow, Aracélis Mostardeiro Velasco Tabajara, Beatriz Mostardeiro da Silva, Bianca Gorostidi Mostardeiro, Lenice Mostardeiro, Doris Inez Mostardeiro, Felipe Mostardeiro, Gastão Mostardeiro Filho, Laura Meyer da Silva, Leonor Azevedo Batian, Maiette Meyer da Silva e Suzana Meyer da Silva.

Meu depoimento

A chácara que conhecemos nos anos de 1940 era muito diferente da propriedade adquirida nos anos de 1870, por Antonio José Gonçalves Mostardeiro. Ele, além do terreno com uma casa, adquiriu outros e ampliou muito sua propriedade na zona rural de Porto Alegre. Isto numa época em que a cidade terminava logo depois da Barros Cassal. A nova sede ficava na proximidade da "Casa Velha", em uma elevação do terreno, em que no cume, anos depois, seria construído o colégio IPA. A área da Chácara era bastante extensa e o portão de acesso ficava na altura da Praça Julio de Castilhos, junto à rua D. Afonso (hoje Ramiro Barcelos). A sede, um prédio de alvenaria, com um só pavimento, tinha abastecimento de água através de poços, árvores frutíferas, animais e todas as ferramentas necessárias para se auto sustentar.

A casa que conheci já estava envolvida pela cidade. Ela possuía dois pavimentos, energia elétrica, abastecimento de água pela hidráulica municipal, e o portão na rua Victor Meirelles. Transporte coletivo, o ponto mais próximo era na esquina da rua Florencio Ygartua com a Mostardeiro. O transporte das pessoas, feito através de bondes, vinha do centro da cidade até a Igreja Auxiliadora.

Da parte interna do casarão, guardo a lembrança do leito e do quarto em que Helena Wallau Mostardeiro (1866-1945) faleceu. Do marido e meu avô Hemetério Mostardeiro (1868-1948), sentado em uma poltrona, junto ao abajur, lendo um daqueles enormes jornais. O lugar ficava próximo à parede em que ele e Helena e sua família posaram para o fotógrafo na comemoração das Bodas de Ouro do casal (1940). Nesta mesma posição, seus descendentes foram fotografados em 2003, na véspera de sua destruição.

A ida ao "Casarão" ou a chácara, ou às "freirinhas" (em alusão à irmandade que foi proprietária do prédio depois da família Mostardeiro), o Encontro no Caixeiros Viajantes, a importantíssima participação dos descendentes de Manuel e Fructuoso, ambos irmãos de Antonio José, que também adotaram o sobrenome Mostardeiro foram momentos inesquecíveis. As visitas a Mostardas, à Fazenda Barba Negra, à Arena do Grêmio, os depoimentos dos parentes que vieram de longe, as fotografias da família, no início do século passado, as histórias dos municípios de Cidreira, Restinga Seca, Dona Francisca, os recortes de jornais, os documentos que não sabíamos que existiam, enfim uma quantidade imensa de informações que aprontava, em uma só direção – tudo levou a escrever a história da nossa família.

A história está sendo escrita. Começa nos Açores e se espraia pelo Rio Grande do Sul. Ultrapassa seus limites. Temos Mostardeiros em vários estados do país. É a história dos seus ancestrais que estamos escrevendo e em breve publicaremos. Aqui um recorte da minha contribuição para a concretização deste projeto familiar.

Referências

FRANCO, Sérgio da Costa. *Barba Negra*: da sesmaria de Salgado ao Horto Florestal, 2010. Folder.

Grande Enciclopédia Lorousse Cultural. São Paulo: Nova Cultural, 1999, v. 1.

Guia da Ilha de Faial. Direção Regional de Turismo dos Açores. Portugal.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987. (Estante Rio-grandense, Cia. União de Seguros).

Fontes documentais

Acervo do autor.

AS AÇORIANAS POVOARAM COM FILHOS O SUL DO BRASIL

SANDRA MARIA SCHMITH ALVES[1]

As viagens transatlânticas de longo percurso sempre guardaram aventuras, epopeias, alegrias e sofrimentos. Se a descoberta da América foi recheada de mistérios e conquistas, pouco depois, com as rotas de imigração, o povo comum sentiu na pele as emoções e dificuldades em viagens, como a falta de boas acomodações dos navios errantes.

Quando os alemães e italianos chegaram, no século XIX, a literatura histórica descreve os dramas vividos, como a falta de espaço, cômodos precários, refeição parca, doenças, crianças doentes e outras morrendo em meio ao sonho de chegar à nova terra.[2]

Tudo isto é avaliado. Porém, poucos se lembram da saga açoriana atravessando os mares no século anterior (XVIII), quando as caravelas tinham pouquíssimo conforto.

Em 09 de agosto de 1747 iniciaram-se as viagens dos Açores para a Ilha de Santa Catarina. Feliciano Velho Oldenberg[3] foi quem arrematou o transporte dos casais. O primeiro transporte chegou em fevereiro de 1748 à Ilha de Santa Catarina. A precariedade dos meios de transporte, desde o Arquipélago dos Açores até a Ilha de Santa Catarina, era algo assustador.

As primeiras viagens foram terríveis. Duravam quase três meses, em navios pequenos, chamados galeras; superlotadas, sem acomodações apropriadas para passageiros de ambos os sexos.

As regras foram impostas por ordem do próprio Conselho Ultramarino aos armadores, e que atingiram principalmente as mulheres e crianças, despreparadas física e psicologicamente para a travessia. Elas eram obrigadas a viajar no porão dos navios, e tomavam pouco sol. A

1 Bacharel em Direito, pós-graduada em História Regional, pesquisadora. Participa dos projetos Tropeirismo no Cone-Sul (SENATRO), em Bom Jesus, e Raízes de Santo Antônio da Patrulha.

2 A saga de Ana Pauletti Rech já foi retratada em postagem anterior no site FUJ. Ela chegou viúva com filhos a Caxias do Sul.

3 Filho de pai alemão e mãe portuguesa, foi agraciado com o hábito da Ordem de Cristo em 1717. Dois anos mais tarde (1719) era cavaleiro e membro da Mesa da Irmandade de São Bartolomeu, representando os comerciantes da praça de Lisboa.

alimentação delas era deficiente, as condições de higiene eram mínimas, e assim a mortandade foi inevitável.

O regimento, obedecendo as ordens do Conselho Ultramarino, chegara a impor um regime de verdadeiro *enjaulamento*, colocando as mulheres em prisões, recebendo seus alimentos através de postigos. Elas podiam levar consigo apenas seus filhos menores, mas os filhos maiores e os maridos viajavam em local separado. A união da família era permitida apenas na hora da refeição principal, e sem se aproximar muito delas. Somente o cirurgião e o capelão podiam adentrar nos alojamentos delas, e assim mesmo só para tratá-las ou para sacramentá-las, mas tudo na presença obrigatória do comandante do navio. Nos dias santificados, elas podiam sair das "prisões" para assistir à missa, porém sempre escoltadas por uma guarda de homens. Já de volta aos porões, elas deveram se sujeitar a disciplinas e serem vigiadas por duas mulheres dentre todas de maior "graduação e capacidade" (?!). E se algum homem ousasse dirigir-se a qualquer das mulheres sem as imunidades do parentesco, tinha a sua ração diminuída e era preso ou metido a ferros por tempo invariável.

A paciência, o olhar fixo no horizonte prometido, o chacoalhar das ondas, as tempestades e o sol tórrido dos trópicos eram companhias nesta viagem! Receberam a promessa que chegando à nova terra teriam um futuro melhor. Já haviam passado por erupções vulcânicas e cataclismos. Todo o esforço para buscar uma vida melhor e mais calma valia o esforço!

Os melhores cômodos eram para as pessoas de "qualidade" e para os capelães. No caso dos colonos açorianos, estes, ficavam nos alojamentos mal arejados e superlotados. Nem os transportadores, nem o reino se responsabilizava pela segurança do transporte.

Foi um verdadeiro tormento, pois muitas mulheres e crianças não puderam resistir e morreram durante o tempo da travessia.

Muitos dos que abandonaram os Açores sucumbiram e foram sepultados nas águas do Atlântico, com seus sonhos. E os que resistiram chegaram ao seu destino como verdadeiros fantasmas. Vítimas da falta de alimentações adequada, e da falta de água potável, sofriam de parasitose, de disenteria e do pior flagelo que era o escorbuto; uma doença ainda pouco conhecida, naquele tempo.

Conforme Francisco Riopardense de Macedo, em sua obra "Açorianos para o Sul do Brasil, "Quando chegavam eram doentes, quase mortos e moribundos no meio de um montão de estropiados que desembarcavam, num desfile tétrico ante o povo e autoridades."[4]

4 Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, n. 134, 1999, p. 129.

Segundo o General Borges Fortes[5] teriam sido duas as viagens realizadas por Feliciano Velho Oldenberg. No primeiro transporte teriam chegado à Ilha de Santa Catarina, 85 casais, com 451 pessoas, sendo 43 menores, e, no seguinte, chegado em março de 1749, outros 98 casais com 509 pessoas, sendo 81 menores, totalizando 183 casais, 960 pessoas, sendo 124 menores. Estima-se que o número de pessoas que faleceram em viagem tenha sido muito elevado; cerca de 10% dos embarcados nos Açores.

Em data de 20 de fevereiro de 1748, o Brigadeiro José da Silva Paes enviou carta relatando o acontecimento a Portugal, e pedindo providências a respeito do acontecido, o que resultou no cancelamento do contrato com Feliciano Velho Oldenberg.

Na obra Memorial Açoriano, de Luiz Antônio Alves,[6] encontramos uma vasta e detalhada genealogia dos açorianos e seus descendentes no Brasil. Em pesquisa realizada nesta obra foi possível localizar algumas descendentes de açorianos que fizeram história, e que felizmente puderam nascer graças à coragem e força de seus antepassados! A grande maioria de casais que chegaram ao Rio Grande do Sul haviam passado pela Ilha de Santa Catarina. A estatística abaixo dá uma noção do número de mulheres que chegaram ao Sul.

Quadro 1 – Casais açorianos no Rio Grande do Sul – século XVIII

ILHA	HOMENS		MULHERES		TOTAL GERAL	
	Total	%	Total	%	Total	%
São Jorge	540	12,94	544	13,04	1.084	25,98
Faial	496	11,86	481	11,05	956	22,91
Terceira	301	7,21	260	6,23	561	13,44
Pico	209	5,01	199	4,77	408	9,78
São Miguel	103	2,47	47	1,13	150	3,59
Graciosa	72	1,73	65	1,58	137	3,28
Santa Maria	54	1,29	48	1,15	102	2,44
Flores	13	0,31	7	0,27	20	0,48
Corvo	1	0,02	2	0,05	3	0,07
Açores	104	2,49	57	1,37	161	3,86
Não identificados	2	0,06	65	1,56	67	1,61
Subtotal	1.894	45,39	1.755	42,06	3.649	87,44
Cônjuges não açorianos	191	4,58	333	7,98	524	12,56
Total	2.085	49,96	2.088	50,04	4.173	100,00

Fonte: elaboração de Luiz Antônio Alves.

5 Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RGS, a. XIII, 1933.
6 Memorial Açoriano: Famílias Pioneiras. Caxias do Sul: Honra e Glória, 2007, 52 v.

Esta estatística representa o levantamento realizado em 2005. A pesquisa continuou até 2022, quando foram encontrados cerca de 15% a mais de casais. No momento está sendo complementado e ajustado o Memorial Açoriano pelo autor.

A seguir, apresenta-se uma pequena amostragem de mulheres descendentes de açorianos vindos para o Rio Grande do Sul (mantidos os nomes das mulheres da família quando solteira). Suas atividades, das mais diversas, somam-se com certeza a milhares de outras que com muito zelo, geraram proles numerosas. Com as múltiplas relações familiares existentes, muitas delas passaram a utilizar sobrenomes que foram incorporados ao patrimônio familiar, bem diferente dos ancestrais açorianos. E essa é nossa maior riqueza. A brasilidade de todas elas envolvem origens étnicas bem diversas. Mas, sem dúvida, não se pode negar que as açorianas deixaram um legado impagável ao nosso Brasil! Vejamos algumas mulheres dentes dentre tantas:

- Jandira de Mello Munhoz, nasc. 03.04.1928, em Lavras do Sul, RS. Genealogista com livro da família Munhoz de Camargo. Descendente de Sebastião Rodrigues Albernaz e Thereza Maria, da ilha do Pico.

- **Margarete Medeiros Marques,** nasc.19.12.1960, em São Francisco de Paula, RS. Professora e Vice-Prefeita em São Francisco de Paula (2001/2004). Descendente de Antonio Paim de Arruda e Maria do Rosário, da ilha Terceira.

- **Januária Ferreira de Castilhos,** nasc. 06.08.1875, em São Francisco de Paula, RS. Proprietária de um potreiro de aluguel para tropeiros, com mercado, (faleceu com 105 anos). Por muito tempo os mapas antigos apontavam seu pouso de tropeiros. Descendente de Bartholomeu Lourenço Ávila e Antonia Vitória de São João, da ilha Terceira.

- **Ana Maria Soares Rath,** nasc. 18.04.1906, em Lages, SC. Professora. Recebeu a medalhe de Mérito do Governo do Estado. Conhecida em Caxias do Sul como Dona Marianinha. Descendente do mesmo casal anterior.

- **Neide Terezinha Marques Barrera,** nasc. 16.05.1959, em Santo Ângelo, RS. Formada em Magistério, Ciências Naturais, Biologia e Música, proprietária da agência de turismo Alfatur; lecionou piano violão e flauta; aposentada do Banco do Brasil, uma das fundadoras do grupo Casulo e também do grupo Terra Viva. Arranjadora, compositora, cantora e instrumentista, participou da VI Califórnia da Canção Nativa de Uruguaiana, classificando a música: ”A lenda da cobra grande”. Descendente de José da Silveira Bittencourt e Anna Cavalheiro, da ilha do Faial.

- **Corália Luz Ramos,** nasc. 03.10.1932, em Porto Alegre. Membro e fundadora do Instituto Histórico e Geográfico de Santo Antônio da Patrulha, uma das organizadoras do livro "Santo Antônio da Patrulha: re-conhecendo sua história", professora. Descende do casal José Coelho (Ilha Terceira) e Ana Micaela Machado (Ilha São Jorge). E também do casal Amaro Teixeira e Maria de Jesus Goulart. (Ilha de São Jorge).

- **Alda Maria de Moraes,** nasc. 08.09.1927, em Pelotas, RS. Genealogista com trabalhos sobre a população do Estreito, Rio Grande e Mostardas, licenciada em Letras Clássicas, Bacharel em Direito, Pós-Graduada em História da Arte, e em Desenho Artístico. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas, à Academia Canguçuense de História, ao Instituto de História Tradições do RS, e ao Instituto Genealógico Brasileiro. Descendente de Domingos Pinheiro Barreto e Catarina Rodrigues, da ilha do Faial.

- **Eloá Schmith,** nasc. 22.10.1932, em São Francisco de Paula, RS. Professora que atuou no meio rural de Criúva. Descendente de Teixeira de Azevedo e Maria de Assumpção, da ilha do Pico.

- **Adriana Webber,** nasc. 14.03.1959, em Porto Alegre. Genealogista. Descende de Luiz Manoel de Ávila e Catarina Bernarda, da ilha Terceira.

- **Véra Lucia Maciel,** nasc. 12.11.1948, em Taquara, RS. Historiadora com mestrado e doutorado, promotora do encontro Raízes de Santo Antônio da Patrulha. Diversos livros publicados. Professora universitária aposentada, é Membro do IHGRS. Descendente de João Lourenço Coelho e Gertrudes Maria do Rosário, da ilha Terceira.

- **Beatriz Corrêa Pires Dornelles,** nasc. 19.02.1960, em Alegrete, RS. Doutora em Comunicação/Jornalismo pela USP. Vencedora do prêmio Esso de Jornalismo, categoria equipe editorial/1985, Caderno Zero Hora. Diretora da Associação Rio-grandense de Imprensa. Descendente de Mariana Felícia da Encarnação e Antônio Francisco dos Santos, Continente, da ilha Terceira.

- Malgarita Marques Peixoto, nasc. 29.01.1932, em Santo Antônio da Patrulha, RS. Vereadora em Santo Antônio da Patrulha. Descendente de André Machado Fagundes e Rosa Francisca, da ilha de São Jorge.

- **Sílvia Gil Castilhos,** nasc. 28.10.1942, em Taquara, RS. Professora, Diretora do 32º Núcleo do Centro de Professores do Estado do RS em Taquara, gestão 1986/1987. Descendente de Manoel Dutra Fialho e Maria Garcia, da ilha do Pico.

- **Clélia Haidée Beltrão,** nasc. 30.07.1935, em Porto Alegre. Médica Pediatra e cidadã honorária de São Gabriel. Descendentes de Miguel Cardoso Ferreira, Açores, e de Ana Luiza de Queiróz.

- **Maria José Brito Telles,** nasc. cerca de 1894, em Santo Antônio da Patrulha, RS. Conhecida como Professora Zequinha. Levou à localidade de Criúva uma bandeira do Divino Espírito Santo com a qual teve origem a festa religiosa no distrito caxiense. Descendente de Manoel Pereira Fialho e Magdalena Rosa, da ilha do Pico.

- **Maria de Lourdes Brasiliense Mendonça,** nasc. em Cacequi. Fundadora do PDT, Vereadora e Secretária Municipal de Educação naquela cidade. Advogada. Descendentes de Miguel Cardoso Ferreira e de Ana Queiróz (já citados).

- **Carmen de Souza Soares Reis,** nasc. 07.01.1940, em Porto Alegre. Professora de Educação Física, formada pela UFRJ, em 1962. Psicóloga formada pela PUC/RJ em 1970. Pós-Graduada pela George Washington University em 1992. Reside nos Estados Unidos, desde 1988. Relações públicas, tradutora e intérprete. Genealogista voluntária no Centro de História da Família em Centreville, Virgínia. Descendente de Simão Gonçalves Fernandes e de Maria Francisca, da ilha de São Jorge.

- **Luiza Horn Iotti,** nasc. 23.10.1957, em Caxias do Sul, RS. Doutora em História, Professora. Organizadora do livro "Imigração e Colonização: legislação de 1747 a 1915" (EDUCS, 2001). Descendente de Mathias Gonçalves e Isabel Maria, da ilha de São Jorge.

- **Isabel Dossim Alves,** nasc. 21.11.1977, em Caxias do Sul, RS. Bacharel em Direito. Iniciou como Fiscal da Secretaria da Saúde. Assessora Jurídica do Ministério Público, desde 2004. Descendente de Manoel Ramos Nunes e Maria Ignácia, da ilha de São Jorge.

- **Cercy Rodrigues Cardoso**, nasc. 08.06.1931, em São Francisco de Paula, RS. Pioneira no artesanato de brinquedos de pano em Caxias do Sul. Mãe do escritor Luiz Antônio Alves. Descende do casal anterior.

- **Daniela Maldonado Braga**, nasc. 20.12.1983, em Uruguaiana, RS. Genealogista. Descendente de Diogo Pacheco Louro e Bárbara da Conceição, da ilha Terceira.

- **Laura Helena Mariante Cavalcanti,** nasc. 02.08.1931, em Antônio Prado, RS. No ano de 1958 formou-se em Música, pelo Instituto de Artes da UFRGS. Poetisa integrou a Divisão Acadêmica do Instituto de Poesia

Internacional, em Porto Alegre. Escreveu diversos livros e participou de antologias. Descendente de Amaro Luiz e de Maria da Conceição, da ilha do Faial.

- **Marli Carvalho**, nasc. 13.11.1949, em Ponta Porá, MS. Genealogista, autora do livro "Mattos – a saga de uma família". Descendente de Pedro Machado e Catharina da Conceição, da ilha Terceira.

- **Josefina da Silveira**, nasc. cerca de 1846, em Tupanciretã, RS. Cognominada "Treme-terra", pelo vozeirão que tinha. Casou três vezes. Estancieira no Espinilho. Descendente de Feliciano Machado e de Maria das Candeias, da ilha de São Jorge.

- **Alzira Saramanho Vargas**, nasc. 22.11.1914, São Borja, RS. Advogada, escritora, auxiliar de gabinete do Presidente da República. Descendente de Manoel do Rego Souza e Susana da Rosa Pacheco, da ilha Terceira.

- **Michella Dauzacker Marchi**, nasc. 22.04.1978, em Dourados, MS. Em março de 1978 ganhou o concurso Miss Dourados, Miss Mato Grosso do Sul e Miss Brasil 1998; na Miss Universo, realizado no Havaí, ficou no sexto lugar. Descendente de José Machado e Ana Maria de São Joaquim, da ilha Terceira.

- **Maria Augusta Silveira Neto,** nasc. 25.09.1912, em Tupanciretã, RS. Religiosa com o nome de Maria Felicidade da Ordem da Penitência e da Caridade Cristã de São Francisco de Assis. Professora e Diretora da Faculdade Imaculada Conceição em Santa Maria. Descendente de Pedro Teixeira Machado e Catharina de Souza, da ilha de São Jorge.

- **Lourdes Fermiano de Castilhos**, nasc. 07.12.1930, em Rincão das Flores (antigamente em São Francisco de Paula), Caxias do Sul, RS. Costureira e uma das mais antigas revendedoras da Avon. Descende do casal Manoel Machado Pacheco e Joana Lourenço D'Avila (ilha Terceira). E também descende de João Rodrigues Cavador e Maria Silveira (ilha do Faial).

- **Anita Garibaldi** (Ana Ribeiro de Jesus), nasc. 30.08.1821 (Laguna, Tubarão ou Lages?). "A Heroína dos dois mundos". Cantada em versos pela sua participação na Revolução Farroupilha. Descendente de Antônio José de Souza e Maria de São José, da ilha de São Miguel.

Figura 1 – Lourdes Fermiano de Castilhos Schmith

Fonte: acervo da autora.

Figura 2 – Cercy Cardoso Correa e seu esposo (Bodas de Ouro)

Fonte: acervo da autora.

Figura 3 – Anita Garibaldi

Fonte: Google.

ELIS REGINA: DESCENDENTE DE AÇORIANOS?

Diego de Leão Pufal[1]

Figura 1 – Elis Regina

Fonte: www.elisregina.com.br

A "Pequena Notável", como era chamada Elis Regina Carvalho Costa, nasceu a 17/03/1945, em Porto Alegre/RS, e faleceu a 19/01/1982 em São Paulo/SP. É considerada uma das maiores cantoras brasileiras e sua genealogia era até então desconhecida. Quando iniciei as minhas pesquisas, na década de 1990, sempre foi um desafio de muitos, o de saber maiores detalhes sobre os ancestrais de Elis Regina, chegando-se a se cogitar que seu sobrenome Costa seria uma variante do patronímico germânico Kötz/Koetz, o que é de todo equivocado, porém.

Mas quem procura acha, e acabei encontrando! Ainda que a pesquisa não tenha se encerrado, os antepassados paternos dela eram quase todos descendentes de açorianos, imigrados sobremaneira para o Rio Grande do Sul, no século XVIII. Alguns de seus ancestrais são conhecidos e já referenciados em obras de genealogia e, muito provavelmente, muitos dos leitores e interessados encontrarão algum grau de parentesco ou relação.

Quanto à genealogia materna de Elis Regina, apesar de já ser conhecida, não será abordada neste artigo, pois seus avós maternos, Gregório Carvalho Grade e Ana de Paiva Antunes, eram imigrantes lusitanos, vindos respectivamente de Arrifana e Miranda do Corvo, Coimbra, para Porto Alegre/RS, na década de 1910. Assim, por não serem açorianos, abordar-se-á a genealogia do senhor Romeu de Oliveira Costa, pai de Elis Regina.

1 Genealogista. Sócio Correspondente do IHGRGS, sócio do Colégio Brasileiro de Genealogia e do Instituto de Genealogia de SC. Analista jurídico do TJSC. Imbituba/SC.

Por serem muitos os nomes e informações, a genealogia será descrita por geração, iniciando-se com o pai de Elis Regina, avós, bisavós, e assim por diante. Para saber quem é pai ou filho de quem, basta dividir ou multiplicar o número que antecede cada indivíduo por dois. Assim, sabe-se que o n. 10 trata-se de um bisavô de Romeu, pai do n. 5 e filho do n. 20.

1ª Geração

1. **Romeu de Oliveira Costa** nasceu a 15/11/1918 em Porto Alegre/RS e faleceu a 27/12/1984 em São Paulo/SP. Casou-se em Porto Alegre a 21/07/1943 com d. **Ercy Paiva Carvalho**, nascida em 1922 em Porto Alegre e falecida a 05/12/2014 em São Paulo/SP, filha dos citados Gregório Carvalho Grade e Ana de Paiva Antunes, ambos portugueses. Romeu e d. Ercy foram pais de Elis Regina.

2ª Geração (pais de Romeu)

2. **Francisco Dias da Costa** nasceu a 02/12/1875 em Porto Alegre/RS. Casou a 29/11/1902 no Passo do Feijó (hoje Alvorada/RS) com Idalina de Oliveira Flores/Flor.

3. **Idalina de Oliveira Flores** ou **Flor** nasceu a 14/07/1878 em Viamão/RS.

3ª Geração (avós de Romeu)

4. **Bernardo Dias da Costa** nasceu, talvez na década de 1840, em Santo Antônio da Patrulha/RS. Casou-se com Ana Cândida da Silva.

5. **Ana Cândida da Silva** nasceu em Porto Alegre/RS.

6. **Francisco de Oliveira Flores** ou **Francisco de Oliveira Flor** nasceu a 22/08/1834 em Viamão/RS, onde casou a 27/11/1858 com Maria de Oliveira Fraga.

7. **Maria de Oliveira Fraga** nasceu a 22/11/1838 em Viamão/RS.

4ª Geração (bisavós de Romeu)

8. **Manuel Dias da Costa** nasceu a 24/02/1801, em Santo Antônio da Patrulha/RS, onde casou a 01/05/1822 com Maria Francisca de Lemos.

9. **Maria Francisca de Lemos** nasceu a 29/09/1802 em Santo Antônio da Patrulha/RS.

10. Capitão honorário **Antônio Francisco da Silva Rojão** nasceu a 15/09/1818 em Porto Alegre/RS, onde faleceu a 21/06/1873.

11. **Cândida Maria da Silva** nasceu a 05/12/1820 em Porto Alegre/RS.

12. **Gabriel José Flores** ou **Gabriel de Oliveira Flores** nasceu a 25/03/1788, em Porto Alegre/RS, e faleceu em outubro de 1844. Casou-se a 09/04/1834 em Viamão com Vicência Maria Garcia.

13. **Vicência Maria Garcia** ou **Vicência Joaquina de Oliveira** nasceu a 27/08/1806 em Mostardas/RS.

14. **Manuel José da Silva Fraga** nasceu a 08/04/1813, em Laguna/SC, e faleceu a 14/06/1889 em Viamão/RS. Ali casou a 23/11/1836 com Ana Joaquina de Oliveira Garcia.

15. **Ana Joaquina de Oliveira Garcia** nasceu por volta de 1817-1820 em Viamão/RS.

5ª Geração (trisavós de Romeu)

16. **Narciso Dias da Costa** nasceu em 1771, em Santo Antônio da Patrulha/RS.

17. **Ana Maria Joaquina** nasceu em Santo Antônio da Patrulha/RS.

18. **Antônio José de Lemos** nasceu por volta de 1760-1770, na Ribeirinha, ilha Terceira, Açores, Portugal, imigrou para o RS, radicando-se em Santo Antônio da Patrulha/RS.

19. **Francisca Maria de Jesus** nasceu por volta de 1772 em Santo Antônio da Patrulha/RS.

20. **José Francisco da Silva** nasceu por volta de 1790, em São Pedro do Sul, Viseu, Portugal. Imigrou para Porto Alegre/RS, onde casou a 27/02/1816.

21. **Francisca Bernardina de Jesus** nasceu a 17/01/1800 em Porto Alegre/RS.

22. **Miguel Silveira Gonçalves** nasceu a 23/03/1794, em Porto Alegre/RS, onde casou a 06/09/1819.

23. **Maria Joaquina da Conceição** nasceu a 09/09/1802, em Porto Alegre/RS, e faleceu a 14/09/1868 em Viamão/RS.

24. **João José de Oliveira Flores** nasceu a 05/05/1762, em Rio Grande/RS, e faleceu a 05/02/1843 em Capela de Santana/RS. Casou-se a 17/01/1783 em Viamão/RS.

25. **Ana Joaquina de Araújo** batizada a 24/06/1765, em Viamão, e falecida a 08/10/1823 em Capela de Santana.

26. **Manuel Vicente Garcia** nasceu a 09/02/1784 em Porto Alegre. Casou-se a 9/10/1805, em Mostardas/RS, que é o mesmo citado no n. 30.

27. **Ana Joaquina de Oliveira** nasceu a 12/03/1782, em Viamão, que é a mesma citada no n. 31.

28. **Simão José de Fraga** nasceu em 1754, em Santo Antônio de Lisboa, bairro de Florianópolis/SC e faleceu a 17/05/1858 em Viamão.

29. **Jacinta Clara de Jesus** ou **Jacinta de Souza do Sacramento** batizada a 10/05/1775, na Lagoa da Conceição, bairro de Florianópolis/RS, e faleceu a 1º/05/1858 em Viamão.

30. **Manuel Vicente Garcia** nasceu a 09/02/1784 em Porto Alegre. Casou-se a 9/10/1805 em Mostardas/RS.

31. **Ana Joaquina de Oliveira** nasceu a 12/03/1782 em Viamão.

6ª Geração (tetravós de Romeu)

32. **Manuel Dias da Costa** nasceu por volta de 1741 na freguesia de Fontinhas, ilha Terceira, Açores, Portugal, filho de Manuel Dias Faleiro e Maria de São Mateus. Manuel Dias da Costa casou-se a 05/12/1761, em Rio Grande/RS, com Josefa Maria da Conceição.

33. **Josefa Maria da Conceição** nasceu por volta de 1743 em Lajes, ilha Terceira, Açores, filha de Antônio Dias de Oliveira (nascido em 1700, nas Lajes, ilha do Pico, e falecido a 13/02/1791 em Rio Grande/RS) e Maria da Conceição do Espírito Santo (nascida por volta de 1713, nas Lajes, e falecida a 04/08/1783 em Rio Grande/RS).

34. **Antônio Silveira de Azevedo** nasceu em 1724, na freguesia da Piedade, ilha do Pico, Açores, e falecido a 04/01/1804 em Santo Antônio da Patrulha/RS. Filho de Manuel Teixeira de Azevedo e Maria da Silveira de Assunção.

35. **Maria da Silva da Assunção** nasceu por volta de 1750 em Laguna/SC, filha de Manuel da Silva, nascido na freguesia das Candeias, ilha de Santa Maria, Açores, e falecido a 10/09/1777, em Araranguá/SC, e de Ana Pereira, nascido em Laguna/SC.

36. **Manuel de Lemos** nasceu na freguesia da Ribeirinha, ilha do Faial, Açores.

37. **Teresa de São José** nasceu na freguesia da Ribeirinha, ilha do Faial, Açores.

38. **Amaro Teixeira de Souza** nasceu por volta de 1730, em Santo Amaro, ilha de São Jorge, Açores, e faleceu a 20/10/1801, em Santo Antônio da Patrulha/RS, filho de João Teixeira de Souza e Teresa de Jesus. Amaro casou-se a 07/06/1759 em Rio Grande/RS.

39. **Maria Rosa de Jesus** nasceu em 1743, nos Cedros, ilha do Faial, Açores, e faleceu a 09/02/1774, em Santo Antônio da Patrulha/RS, filha de Francisco José Goulart e Maria da Rosa.

40. **Antônio Francisco** nasceu em São Pedro do Sul, Viseu, Portugal, não imigrado para o Brasil.

41. **Maria Rodrigues** nasceu em São Pedro do Sul, Viseu, Portugal, não imigrada para o Brasil.

42. **João de Souza Machado** nasceu em 1769, em São Mateus, ilha Graciosa, Açores, e faleceu a 15/02/1835, em Porto Alegre/RS, onde casou a 26/07/1794. Filho de João de Souza Machado e Maria Baleeiro de Jesus.

43. **Josefa Bernardina de Jesus** nasceu a 22/10/1773, em Viamão/RS, e faleceu a 15/11/1837, filha de Inácio José de Souza (nascido em 1740 em Évora, Portugal, e falecido a 21/07/1816 em Porto Alegre) e de Tomásia Joaquina de Jesus ou Tomásia Joaquina de Ataíde (nascida a 30/12/1753 em Rio Grande/RS, filha de José Tomás de Aquino, pernambucano, e de Catarina Isabel de Ataíde, açoriana da freguesia de Santa Cruz, ilha Graciosa).

44. **Vicente Silveira Gonçalves** nasceu a 20/12/1761, em Rio Grande/RS, e faleceu a 29/05/1840, em Porto Alegre/RS, onde casou a 04/03/1783. Filho de Manuel Silveira Gonçalves (nascido em 1723 no Topo, ilha de São Jorge, Açores, e falecido a 20/02/1799 em Porto Alegre) e de Maria de Jesus ou Maria da Conceição (nascida em 1724, no Topo, e falecida a 11/07/1812 em Porto Alegre).

45. **Narcisa Inácia da Conceição** batizada a 14/06/1766, em Viamão/RS, e falecida a 30/05/1854. Filha de Francisco Nunes da Costa (nascido em 1721, em São Sebastião, ilha Terceira, e falecido a 1º/07/1810 em Porto Alegre) e Vicência Clara da Conceição (nascida em 1727, em São Sebastião, ilha Terceira, e falecida a 13/04/1805 em Porto Alegre).

46. **Francisco Furtado Fanfa** nasceu a 08/09/1753 na freguesia de Santa Cruz, ilha Terceira, Açores, e falecido a 29/03/1830 em Porto Alegre/RS, filho de Antônio Furtado e Maria da Conceição. Francisco casou em Porto Alegre a 29/11/1788.

47. **Inácia de Jesus** nasceu a 20/08/1773, em Porto Alegre/RS, e faleceu a 04/03/1864 em Viamão/RS, filha de Manuel Jacinto da Luz Perei-

ra (nascido em 1724, no Funchal, ilha da Madeira, Portugal, e falecido a 14/12/1774 em Porto Alegre) e de Antônia Maria (nascida a 11/09/1738, no Cabo da Praia, ilha Terceira, e falecida a 18/08/1773, em Porto Alegre, filha de Antônio Machado Neto e Maria Antônia, imigrados para Porto Alegre).

48. **Francisco José Flores** nasceu por volta de 1735, na freguesia de Santa Cruz das Flores, ilha das Flores, Açores, Portugal, e faleceu a 1º/12/1782 em Porto Alegre. Adotou o sobrenome Flores em razão de lá ter nascido, filho de Francisco Valadão e Maria Furtado.

49. **Luzia de Jesus** ou **Luzia de São José** nasceu em 1741, nas Velas ou Rosais, ilha de São Jorge, Açores, Portugal, e falecida a 9/01/1831, em Capela de Santana/RS, filha de Mateus de Oliveira (n. Rosais e falecido a 2/11/1766 em Viamão/RS) e Luísa de Quadros (n. Rosais e falecida a 07/11/1772 em Porto Alegre/RS).

50. **Manuel Gonçalves de Araújo** nasceu em 1723, na freguesia de Louro, Vila Nova de Famalicão, Braga, Portugal, e falecido a 30/01/1813 em Porto Alegre. Filho de Manuel Gonçalves e Maria de Araújo.

51. **Maria Josefa de Jesus** nasceu a 11/04/1741, na freguesia de Guadalupe, ilha Graciosa, Açores, e faleceu a 10/06/1810 em Porto Alegre. Filha de Manuel de Mendonça Pereira (nasceu em 1698, em Guadalupe, e faleceu a 10/01/1788, em Porto Alegre, filho de Francisco de Mendonça e Maria João de Aguiar) e de Antônia de São José ou Antônia de São Francisco (nascida por volta de 1717, em Santa Cruz, ilha Graciosa, e falecida a 25/10/1778 em Porto Alegre, filha de Francisco Martins e Maria de Ávila).

52. **José Garcia Pereira** nasceu por volta de 1750, em Pernambuco, e faleceu a 25/04/1830 em Porto Alegre, filho de Antônio Garcia Pereira (nascido na ilha do Faial) e Maria Josefa de Jesus (nascida em Pernambuco).

53. **Joana Margarida da Conceição** batizada a 07/02/1762 em Viamão/RS, filha de Antônio Machado da Silveira ou Antônio Machado Fagundes (nascido em 1749 na Calheta, ilha de São Jorge, falecido a 23/11/1819 em Porto Alegre, filho do sargento-mor Manuel Machado Fagundes e Isabel de Jesus ou Isabel Francisca da Silveira) e de Antônia de São Francisco (nascida em 1751, na ilha Graciosa, e falecida a 20/03/1809 em Porto Alegre, filha de Manuel de Mendonça Pereira e Antônia de São Francisco ou Antônia de São José).

54. **João de Oliveira Prestes** nascido cerca de 1740 em São Paulo (Santo Amaro/SP) e falecido a 18/06/1790, em Mostardas/RS, filho de

José de Oliveira Prestes e Teresa Branca Machado. Casou-se em 1780 em Viamão.

55. **Córdula Joaquina Dias de Souza** batizada a 19/10/1753 em Viamão/RS, filha de Antônio Dias Manso (nascido por volta de 1730 em São Mamede, Valongo, Porto, Portugal e Ana Maria de Oliveira (nascida no Rio de Janeiro/RJ).

56. **Martinho de Fraga Coelho** nascido em Santa Bárbara ou São Bento, ilha Terceira, filho de Francisco de Fraga Coelho e Maria das Candeias.

57. **Francisca Mariana de Souza** nascida nos Biscoitos, ilha Terceira, filha de Domingos de Souza e Clara Bernarda.

58. **Francisco Antônio de Barcelos** nascido em Agualva, ilha Terceira, filha de Manuel Barcelos de Aguiar e Josefa da Conceição.

59. **Ana Clara do Nascimento** batizada a 31/01/1754 na Lagoa da Conceição, bairro de Florianópolis/SC, filha de André Martins e Maria de São José, ambos de Agualva, ilha Terceira.

60. **José Garcia Pereira** nasceu por volta de 1750, em Pernambuco, e faleceu a 25/04/1830 em Porto Alegre, filho de Antônio Garcia Pereira (nascido na ilha do Faial) e Maria Josefa de Jesus (nascida em Pernambuco).

61. **Joana Margarida da Conceição** batizada a 07/02/1762 em Viamão/RS, filha de Antônio Machado da Silveira ou Antônio Machado Fagundes (nascido em 1749, na Calheta, ilha de São Jorge, falecido a 23/11/1819 em Porto Alegre, filho do sargento-mor Manuel Machado Fagundes e Isabel de Jesus ou Isabel Francisca da Silveira) e de Antônia de São Francisco (nascida em 1751, na ilha Graciosa, e falecida a 20/03/1809 em Porto Alegre, filha de Manuel de Mendonça Pereira e Antônia de São Francisco ou Antônia de São José).

62. **João de Oliveira Prestes** nascido cerca de 1740 em São Paulo (Santo Amaro/SP) e falecido a 18/06/1790 em Mostardas/RS, filho de José de Oliveira Prestes e Teresa Branca Machado. Casou-se em 1780 em Viamão.

63. **Córdula Joaquina Dias de Souza** batizada a 19/10/1753 em Viamão/RS, filha de Antônio Dias Manso (nascido por volta de 1730 em São Mamede, Valongo, Porto, Portugal, e Ana Maria de Oliveira (nascida no Rio de Janeiro/RJ).

Os antepassados paternos de Elis Regina, como referido, eram quase todos açorianos, imigrados de sete das nove Ilhas: São Jorge, Faial, Terceira, Pico, Graciosa, Santa Maria e Flores. Outro dado interessante é que dos

trinta e um tetravós do senhor Romeu, pai de Elis, quinze eram açorianos e outros dez filhos ou filhas de ao menos pai, mãe ou ambos açorianos.

Um desses ancestrais, José Garcia Pereira, nascido na década de 1750 em Pernambuco, migrou para o Rio Grande do Sul e estabeleceu-se em Porto Alegre, que era filho de um faialense, para lá imigrado. Outros antepassados de Elis Regina, por sua vez e a exemplo de inúmeras famílias de base açoriana, imigraram para Santa Catarina e, após, para o Rio Grande do Sul. Concentram-se em Porto Alegre e em seu entorno, seguindo o povoamento rio-grandense, no século XVIII e início do XIX.

Referências

BARROS, Dalmiro da Motta Buys de. *Colônia do Sacramento.* Rio de Janeiro: Vermelho Marinho, 2012, v. I.

DOMIGUES, Moacyr. O Rio Grande do Sul antes dos açorianos. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel. (Org.). *A presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: EST, 1993.

PUFAL, Diego de Leão; MANGANELLI, Ernani Raupp; ROSA, Gilson Justino da. Famílias Açorianas em Porto Alegre: 1772-1822. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel; PUFAL, Diego de Leão; ROSA, Gilson Justino da; MANGANELLI, Ernani Raupp. (Org.). *Açorianos em Porto Alegre:* história, genealogia e cultura. Porto Alegre: Evangraf, 2022. [E-book]. Disponível em https://www.chcsantacasa.org.br/servicos/publicacoes/?fbclid=IwAR14HktxjDqESTaCl_h2tcyk5o4hZ-jOu6mWyo4b7v__XadBokjG4MnMYR0

Fontes documentais e acervos

ARQUIVO HISTÓRICO MONSENHOR RUBEN NEIS – CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE (AHMRuN)

Acervo do genealogista Jorge Godofredo Felizardo.

Habilitações de Casamento de Porto Alegre, Viamão e Capela de Santana

Livros de Batismos de Porto Alegre, Viamão e Capela de Santana

Livros de Casamentos de Porto Alegre, Viamão e Capela de Santana

Livros de Óbitos de Porto Alegre, Viamão e Capela de Santana

Arquivos pessoais dos genealogistas Diego de Leão Pufal, Gilson Justino da Rosa, Hélder Oliveira, João Simões Lopes Filho e Luiz Antônio Alves.

FAMILYSEARCH. Sítio da igreja mórmon – igreja dos Santos dos Últimos Dias. Registros diversos, disponível em: https://familysearch.org/

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Arquivos dos genealogistas José de Araújo Fabrício e Moacyr Domingues.

ÁRVORE DE COSTADOS DE NELSON COELHO DE CASTRO

ERNANI RAUPP MANGANELLI [1]

As comemorações dos duzentos e setenta anos do povoamento açoriano no Rio Grande do Sul e dos duzentos e cinquenta anos da fundação de Porto Alegre, ocorridas em 2022, motivaram a geração de inúmeros trabalhos e eventos em diferentes áreas culturais do estado. Entre estas produções destaco o artigo "Famílias açorianas em Porto Alegre: 1772-1822", elaborado em parceria por Diego de Leão Pufal, Gilson Justino da Rosa e este autor. Tal trabalho é parte do livro "Açorianos em Porto Alegre: história, genealogia e cultura".

Ao longo das pesquisas que resultaram no citado artigo foram surgindo nomes de inúmeras personalidades, da atualidade ou não, que descendem destes pioneiros, como artistas, escritores, cientistas, esportistas, políticos, entre outros. Um desses nomes é o do cantor e compositor gaúcho Nelson Coelho de Castro. Esta constatação conduziu à idéia da elaboração da árvore de antepassados do artista, objetivando demonstrar sua importante ascendência açoriana. A genealogia daí resultante abrange dez gerações, alcançando os oitavos avós, sendo estes últimos, em sua grande maioria, nascidos no final do século 17.

Nelson é descendente de doze destas famílias que foram assentadas no estado na segunda metade do século 18, sendo que cinco delas estão entre as iniciadoras do povoamento de Porto Alegre. As outras sete foram destinadas a Rio Grande, Viamão, Taquari e Rio Pardo. Estas doze famílias são provenientes de seis, das nove ilhas açorianas: São Miguel, Santa Maria, Pico, Faial, Terceira e São Jorge.

Os portugueses continentinos também estão presentes na árvore. Aportaram no Rio Grande do Sul em diferentes épocas, muitos deles anteriormente aos açorianos, tendo percorrido variados caminhos antes de chegar ao estado; passaram por locais como Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Santa Catarina, entre outros.

O lado não luso, o qual representa cerca de metade da ascendência

1 Arquiteto e genealogista. Porto Alegre/RS.

do homenageado, é constituído por famílias com origem nas etnias alemã, holandesa e suíça, sendo amplamente predominante a primeira.

O sobrenome Castro foi adotado inicialmente por José Silveira de Castro (ESTRÁZULAS, 2002), pentavô de Nelson, nascido na freguesia de São Mateus, ilha do Pico, em 27.08.1748. O sobrenome da família, no século 17, era Goulart, tendo sido alterado no século seguinte para Silveira Goulart e, depois, para Silveira de Castro, fixando-se nesta forma a partir do final do século 18.

Observações para a consulta da árvore:

1. Foram utilizados símbolos e abreviaturas para reduzir a extensão do trabalho. São eles:

SÍMBOLO	SIGNIFICADO
*	nascido(a) em
†	falecido(a) em
pv	por volta de

SÍMBOLO	SIGNIFICADO
b	Batizado (a) em
∞	casou com

2. Relações entre as diferentes gerações. Para se saber quem é o pai de determinada pessoa deve-se multiplicar seu número por dois. Assim, o pai do número 4 é o 8; o pai do número 8 é o 16, e assim por diante. O inverso segue a mesma lógica: o filho do número 12 é o 6 (divide-se por 2).

3. Sobrenomes femininos: em genealogia é praxe a mulher constar com o nome de solteira para possibilitar que sua família seja identificada e, em consequência, a sua origem.

4. Há lacunas numéricas na árvore, pela dificuldade ou impossibilidade de terem sido encontrados determinados registros.

1. **NELSON CARLOS COELHO DE CASTRO**, nascido em 17.04.1954, em Porto Alegre. Nelson faz parte da geração de grandes compositores gaúchos surgidos no final da década de setenta do século 20, e tem seu trabalho reconhecido pelo público e pela crítica por seu talento e trajetória.

Na história recente da música popular gaúcha tem papel de destaque, por exemplo, ao fazer parte do antológico LP “Paralelo Trinta”, de 1978, e por lançar, em 1981, o LP “Juntos”, o primeiro disco independente produzido no Rio Grande do Sul. Já recebeu vários Prêmios Açorianos de Música, como compositor, por seus discos e espetáculos. Nelson pos-

sui ao longo de sua carreira diversos sucessos como: “Faz a Cabeça”; “Armadilha”, que fez parte da trilha sonora do filme “Verdes Anos”; “Zé, Aquele Tempo do Julinho”; “Vim Vadiá”: “Força D’Água; “Verte – Algo Teu”, entre outros.

Desde sempre, seguindo a linha evolutiva da música popular brasileira com distinta dicção e originalidade, Nelson possui uma discografia de 12 discos, entre trabalhos solos e coletâneas. Vem fazendo inúmeros shows por vários estados brasileiros e por países, como a Alemanha, França, Áustria, Uruguai e Argentina.

Nelson teve um primeiro casamento, com Almenara Rodrigues Hausen, filha de Emir Hausen e Vera Rodrigues. Deste consórcio nasceu Mariana Hausen de Castro, em Porto Alegre, em 13 de outubro de 1989. O segundo casamento foi com Luciane Barbiero Vieira Machado, filha de Ruy Vieira Machado e Luciana Barbiero, tendo o filho Nicholas Barbiero Machado Coelho de Castro, nascido em Porto Alegre em 10 de abril de 2002. Nelson casou pela terceira vez, em 18.01.2014 com Claunara Schillng Mendonça, médica e professora na Faculdade de Medicina da UFRGS, filha de Claudio Lopes Mendonça e Cinara Schilling.

Pais

2. ULYSSES PEREIRA DE CASTRO, *27.05.1928 e †05.04.1994, Porto Alegre, onde em 10.05.1952, ∞ Eunice Krüger Coelho.

3. EUNICE KRÜGER COELHO, *11.05.1934, Porto Alegre.

Avós

4. GASPAR PEREIRA DE CASTRO, *18.09.1902, Santana do Livramento-RS e †12.03.1983, Porto Alegre, onde em 03.09.1924 ∞ Maria Expedita Straatmann.

5. MARIA ESPEDITA STRAATMANN, *15.04.1904 e †30.03.1988, Porto Alegre.

6. DORIVAL COELHO, *01.01.1901, São Sebastião do Caí-RS e †25.01.1965, Porto Alegre, onde em 02.04.1927 ∞ Elsa Iracema Krüger.

7. ELSA IRACEMA KRÜGER, *01.01.1909, Santa Maria-RS e †08.08.1988, Porto Alegre.

Bisavós

8. JOSÉ SILVEIRA DE CASTRO (bisneto), *27.03.1863 e †1929, Santana do Livramento-RS. José ∞ Carolina Rodrigues Pereira.

9. CAROLINA RODRIGUES PEREIRA, *13.08.1873 e †fev 1925, Santana do Livramento-RS.

10. FRANCISCO STRAATMANN, *15.01.1874 e †27.01.1931, Porto Alegre, onde em 24.06.1895 ∞ Maria Guilhermina Hackenhaar.

11. MARIA GUILHERMINA HACKENHAAR, *04.09.1868, Santa Cruz do Sul-RS e †12.09.1930, Porto Alegre.

12. FRANCISCO COELHO, *23.07.1871, São Leopoldo, †25.10.1941, Porto Alegre. Francisco, em 09.08.1890, em São Sebastião do Caí-RS ∞ Rosalina Silveira Fróes.

13. ROSALINA SILVEIRA FRÓES, *10.08.1874, São Leopoldo-RS e † antes de 1914.

14. GERMANO NESTOR KRÜGER, *pv 1879, Paraná, †11.05.1911, Piraquara-PR. ∞ Joana Irene Saenger.

15. JOANA IRENE SAENGER, *13.10.1883, Caçapava do Sul-RS, †03.07.1943, Porto Alegre.

Trisavós

16. JOSÉ SILVEIRA DE CASTRO (neto), *pv 1795, Cachoeira do Sul-RS, †29.03.1864 Santana do Livramento-RS. ∞ Maria Angélica da Silveira.

17. MARIA ANGÉLICA DA SILVEIRA, †24.08.1892, Santana do Livramento-RS.

18. CLEMENTINO JOSÉ PEREIRA.

19. MANUELA RODRIGUES DO SOUTO.

20. JOSEPH STRAATMANN, *pv 1831 (no navio na viagem da Holanda para o Brasil), †03.09.1896, Porto Alegre, onde em 21.11.1857 ∞ Maria Joana Raupp.

21. MARIA JOANA RAUPP, *20.01.1842, Porto Alegre, onde †04.03.1883.

22. BERNHARD HACKENHAAR (Bernardo) *pv 1832, Amsterdam, Holanda, †20.06.1907, Porto Alegre. Bernhardt, em 25.10.1859, Billerbeck, Westphalia, Alemanha ∞ Gertrud Schroten.

23. GERTRUD SCHROTEN (Gertrudes), *pv 1837 Münster, Westphalia, Alemanha, †17.03.1916, Porto Alegre.

24. ANTÔNIO MANUEL COELHO FILHO, *12.06.1834, Porto Alegre, †19.10.1905, São Sebastião do Caí-RS. Antônio ∞ 02.07.1870, São Leopoldo, Emília Ferreira Bastos.

25. EMÍLIA FERREIRA BASTOS.

26. JACINTO SILVEIRA FRÓES, *02.03.1842, Porto Alegre. Jacinto ∞ 31.05.1873, São Leopoldo-RS, Jacinta Ferreira Bastos.

27 JACINTA SILVEIRA BASTOS, *26.02.1846, Porto Alegre.

28. HERMANN KRÜGER, *pv 1847, Alemanha, †11.03.1905, Piraquara-PR.

29. ANA VON DER OSTEN, *pv 1851, Suíça, †15.09.1938, Curitiba-PR.

30. RICHARD SAENGER.

31. ANA.

Tetravós

32. MANUEL DA SILVEIRA GOULART (neto), *São José-SC, †pv 1820. Manuel ∞ 11.05.1789, Taquari-RS, Florência Clara de Jesus.

33. FLORÊNCIA CLARA DE JESUS, b 26.03.1773, Florianópolis-SC.

34. SEVERINO DA SILVEIRA GOULART, *pv 1801, Caçapava do Sul -RS. †04.07.1874, Santana do Livramento-RS.

35. ESCLERENA ANGÉLICA DA SOLEDADE (ou da Silveira), †10.06.1897, Santana do Livramento-RS.

40. WILHELM STRAATMANN (Guilherme), †03.06.1842, São Leopoldo-RS

41. MARIA KATHARINA WINDHÄUSER, *16.03.1813, Alemanha, †07.04.1887, Dois Irmãos-RS.

42. JOHANNES RAUPP (João Henrique), *04.02.1812, Laudenbach, Württenberg, Alemanha, †14.01.1898, São Leopoldo-RS. Johannes, em 10.05.1833, Nova Friburgo-RJ ∞ Maria Ana Windhäuser

43. MARIA ANA WINDHÄUSER, *06.10.1816 Alemanha, †11.06.1897, Porto Alegre.

44. LAMBERT HACKENHAAR.

45. JOANA RAMSMANN.

46. JOHANN SCHROTEN.

47. ANA ELISABETH HUSMANN.

48. ANTÔNIO MANUEL COELHO, *29.04.1801, Gravataí-RS. Antônio, em 02.05.1827, Porto Alegre ∞ Joaquina Maria da Conceição.

49. JOAQUINA MARIA DA CONCEIÇÃO, *02.05.1803, Gravataí-RS.

50. FRANCISCO FERREIRA BASTOS, *pv 1814, Bahia, †06.07.1868, São Leopoldo-RS.

51. MARIA ENGRACIA DE JESUS, *Vila de Ubatuba-SP.

52. JOÃO DA SILVA FRÓES, *14.07.1815, Rio Grande-RS. João, em 13.06.1846, São Leopoldo-RS ∞ Aldina Maria da Silva.

53. ALDINA MARIA DA SILVA, *Porto Alegre.

54. FRANCISCO FERREIRA BASTOS, (já apresentada como 50, acima).

55. MARIA ENGRACIA DE JESUS, (já apresentada como 51, acima).

56. KARL KRÜGER.

57. AUGUSTA.

58. ADOLPH VON DER OSTEN.

59. ANA.

5ºs Avós

64. JOSÉ SILVEIRA DE CASTRO, *27.08.1748, São Mateus, ilha do Pico, Açores, Portugal. †01.08.1819, Taquari-RS. José, em São José-SC, ∞ Rosa Maria de Jesus.

> JOSÉ SILVEIRA DE CASTRO [...]. É nominado JOSÉ SILVEIRA nos registros de batismos de seus filhos nascidos em Taquari (Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre), tendo posteriormente acrescentado CASTRO ao sobrenome. O apelido Silveira de Castro e o nome completo José Silveira de Castro são também encontrados nos Açores, razão provável de sua adoção pelo pesquisado. No livro "São José do Taquari - A História da Minha Terra" (do General Riograndino da Costa e Silva, 1972), JOSÉ SILVEIRA DE CASTRO consta como integrante dos 30 casais de açorianos, primeiros moradores e verdadeiros fundadores do povoado "Tibycuaray" (na língua tupi-guarani: o rio das sepulturas), isto em julho de 1764, após a invasão da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul pelos espanhóis. (ESTRÁZULAS, 2002, p. 1).

65. ROSA MARIA DE JESUS, *pv 1750, ilha de Santa Maria, Açores, Portugal, †05.08.1773, Taquari-RS.

66. MANUEL MACHADO ÁLVARES, *20.04.1737, Ribeira Seca, ilha de São Jorge, Açores.

67. APOLÔNIA MARIA DE JESUS, *pv 1743, Topo, ilha de São Jorge, Açores.

68. MANUEL DA SILVEIRA GOULART (neto) (já apresentado como 32, na geração anterior).

69. FLORÊNCIA CLARA DE JESUS (já apresentada como 33, na geração anterior).

70. JOSÉ JOAQUIM BALSEMÃO, *Valpedre, Penafiel, Porto, Portugal. José, em 06.11.1810, Taquari-RS, ∞ Clemência Maria da Soledade.

71. CLEMÊNCIA MARIA DA SOLEDADE, *Triunfo-RS.

82. JOHANNES WINDHÄUSER.

83. MARGARETHA WEBER.

84. JOHANN GEORG RAUPP, *14.04.1782, Laudenbach, Würtenberg, Alemanha, †antes de 1854, no Rio Grande do Sul. Johann Georg, em 23.09.1812, Laudenbach, ∞ Apolônia Kuhn.

85. APOLÔNIA KUHN, *25.02.1784, Laudenbach, †antes de 1854.

86. JOHANNES WINDHÄUSER (já apresentado como 82, acima)..

87. MARGARETHA WEBER (já apresentada como 83, acima).

96. MANUEL ANTÔNIO COELHO, *20.11.1772, Viamão-RS, †01.05.1860, Santana do Livramento-RS. Manuel, em 07.03.1800, Gravataí-RS ∞ Escolástica Maria de Jesus.

97. ESCOLÁSTICA MARIA DE JESUS, *21.02.1778, Porto Alegre.

98. ISIDORO VICENTE, *Bucelas, Concelho de Loures, Portugal. Isidoro, em 11.02.1801, Gravataí-RS, ∞ Maria Rosa da Conceição.

99. MARIA ROSA DA CONCEIÇÃO, *Santa Bárbara, ilha Terceira, Açores, Portugal.

100. DOMINGOS FERREIRA BASTOS, *Bastos, Portugal.

101. ANA MARIA FERREIRA, *Chaves, Portugal.

102. JOAQUIM JOSÉ TENÓRIO, *Ubatuba-SP.

103. ENGRACIA MARIA DE JESUS, *Ubatuba-SP.

104. JOSÉ ANTÔNIO MACHADO, *Rio de Janeiro-RJ. José, em 12.05.1802, Rio Grande-RS, ∞ Maria Francisca da Conceição.

105. MARIA FRANCISCA DA CONCEIÇÃO, *Rio Grande-RS.

106. JOÃO SILVEIRA PEIXOTO, *04.03.1788, Porto Alegre, †23.12.1855, São Leopoldo-RS. João, em 19.10.1807, Porto Alegre, ∞ Albina Maria da Silveira.

107. ALBINA MARIA DA SILVEIRA, *16.10.1789, Porto Alegre.

108. DOMINGOS FERREIRA BASTOS (já apresentado como 100, acima).

109. ANA MARIA FERREIRA (já apresentada como 101, acima).

110. JOAQUIM JOSÉ TENÓRIO (já apresentado como 102, acima)...

111. ENGRACIA MARIA DE JESUS (já apresentada como 103, acima).

6ºs Avós

128. MANUEL DA SILVEIRA GOULART, *19.04.1716, São Mateus, ilha do Pico.

129. MARIA SILVEIRA, *pv 1710, Lajes, Ilha do Pico, †23.06.1781, Taquari-RS.

132. JOÃO MACHADO ÁLVARES, *04.05.1710, Ribeira Seca, ilha de São Jorge, onde em 21.11.1739 ∞ Joana de Jesus.

133. JOANA DE JESUS, *27.09.1712, Ribeira Seca, ilha de São Jorge.

134. BRÁS CORREIA DA SILVEIRA, b 08.05.1693, Topo, ilha de São Jorge.

135. ISABEL MARIA FIALHO, *Topo, ilha de São Jorge.

136. JOSÉ SILVEIRA DE CASTRO (já apresentado como 64, na geração anterior).

137. ROSA MARIA DE JESUS (já apresentada como 65, na geração anterior).

138. MANUEL MACHADO ÁLVARES (já apresentado como 66, na geração anterior).

139. APOLÔNIA MARIA DE JESUS (já apresentada como 67, na geração anterior).

140. MANUEL JOSÉ GARCEZ.

141. ANA MARIA DE SOUZA.

142. ANTÕNIO DE SOUZA LEITE, *24.05.1759, Rio Grande-RS. Antônio, em 02.08.1779, Taquari-RS, ∞ Rosaura Maria da Silveira.

143. ROSAURA MARIA DA SILVEIRA, *23.07.1763, São José do Norte-RS.

168. JOHANNES RAUPP, *05.02.1747, Laudenbach, Würtenberg, Alemanha, †26.05.1823. Johannes, em 06.11.1770, Laudenbach, ∞ Úrsula Gehring.

169. URSULA GEHRING, *07.05.1741 e †29.01.1817 Laudenbach.

170. JOHANN ADAM KUHN, *08.12.1759, Laudenbach, onde em 26.02.1781 ∞ Maria Magdalena Kraft.

171. MARIA MAGDALENA KRAFFT, *29.04.1749, Laudenbach, Württenberg, Alemanha.

192. FRANCISCO ANTÔNIO BORGES COELHO, *11.01.1746, Angra do Heroísmo, ilha Terceira. Francisco, em 1772, provavelmente em Viamão, ∞ Inês Francisca Teodora.

193. INÊS FRANCISCA TEODORA, b 10.05.1756 Florianópolis-SC.

194. VICENTE FERREIRA DA COSTA, *30.08.1749 Candelária, ilha do Pico, Açores. Vicente, em 07.01.1772, Triunfo-RS, ∞ Gertrudes Maria de Jesus.

195. GERTRUDES MARIA DE JESUS, b 20.02.1755, Florianópolis-SC.

196. JOSÉ VICENTE.

197. ANTÔNIA DA ENCARNAÇÃO.

198. JOÃO MACHADO DE ÁVILA.

199. ROSA DE SÃO JOSÉ.

208. ESTÊVÃO CORREIA MACHADO, *Magé-RJ. Estêvão, em 02.10.1741, Rio de Janeiro-RJ, ∞ Isidora Maria de Jesus

209. ISIDORA MARIA DE JESUS, Rio de Janeiro-RJ.

210. BERNARDINO PEREIRA DE SENA, *São Paulo-SP.

211. ANA FRANCISCA DA CONCEIÇÃO, *Viamão-RS.

212. JOÃO SILVEIRA MOTOSO, *20.06.1745, Capelo, ilha do Faial e †26.10.1834. João, em 16.10.1774, Horta, ilha do Faial, ∞ Brígida Inácia.

213. BRÍGIDA INÁCIA, *Horta, ilha do Faial, †08.03.1801, Porto Alegre.

214. ALEXANDRE JOSÉ DIAS, *1760, Enseada do Brito, Palhoça-SC, †21.12.1814, Porto Alegre, onde em 27.07.1781, ∞ Quitéria Maria de Jesus.

215. QUITÉRIA MARIA DE JESUS, *Enseada do Brito, Palhoça-SC.

7°s Avós

256. MANUEL GOULART, *03.09.1692, São Mateus, ilha do Pico, Açores, onde em 03.07.1713 ∞ Antônia de Ávila.

257. ANTÔNIA DE ÁVILA, *pv 1693, †03.05.1776, São Mateus, ilha do Pico.

268. MANUEL CORREIA DA SILVEIRA, *21.10.1661, Topo, ilha de São Jorge, Açores, onde em 23.09.1687 ∞ Apolônia Teixeira de Souza.

269. APOLÔNIA TEIXEIRA DE SOUZA.

272. MANUEL DA SILVEIRA GOULART (já apresentado como 128, na geração anterior).

273. MARIA SILVEIRA (já apresentada como 129, na geração anterior).

276. JOÃO MACHADO ÁLVARES (já apresentado como 132, na geração anterior).

277. JOANA DE JESUS (já apresentada como 133, na geração anterior).

278. BRÁS CORREIA DA SILVEIRA (já apresentado como 134, na geração anterior).

279. ISABEL MARIA FIALHO (já apresentada como 135, na geração anterior).

284. MANUEL DE SOUZA LEITE, *pv 1724, ilha de Santa Maria, Açores. Manuel, pv 1753, Rio Grande-RS ∞ Margarida dos Anjos.

285. MARGARIDA DOS ANJOS, *ilha de Santa Maria, Açores.

286. JOÃO PINTO CARDOSO, *Rio de Janeiro.

287. MARIANA DE JESUS, *ilha do Pico, Açores.

336. JOHANNES MICHAEL RAUPP, *pv 1709, †16.07.1771, Laudenbach, Württenberg.

337. KATHARINA GEHRING, *pv 1715, †27.02.1765, Laudenbach, Württenberg.

338. PHILIPP GEHRING, *06.01.1703 e †13.12.1773, Laudenbach, onde em 21.11.1728, ∞ REGINA HECH.

339. REGINA HECK, *13.05.1696 em Laudenbach, onde †17.07.1762.

340. BALTHASAR KUHN, *pv 1725. Balthasar †06.05.1772 em Laudenbach, onde em 28.06.1753, ∞ Anna Dürr.

341. ANNA DÜRR, *19.01.1719 e †03.06.1786, Laudenbach.

342. JOHANN GEORG KRAFFT, *23.04.1726 e †20.04.1801 em Laudenbach, onde em 24.01.1747, ∞ Margaretha Hoffmann.

343. MARGARETHA HOFFMANN, *12.03.1722 e †25.05.1775 em Laudenbach.

384. ANTÔNIO COELHO DA COSTA, *21.02.1714 e †22.12.1751, Angra do Heroísmo, ilha Terceira, onde em 06.09.1732, ∞ Antônia Francisca Luísa Borges.

385. ANTÔNIA FRANCISCA LUÍSA BORGES, *30.04.1713 e †14.10.1767, Angra do Heroísmo, ilha Terceira.

386. JOSÉ DE SOUZA MENDES, *Angra do Heroísmo, ilha Terceira.

387. JOANA MARIA ROSA, *Angra do Heroísmo,iIlha Terceira.

388. MANUEL FERREIRA DA COSTA, *30.08.1709, ilha do Pico, Açores, †29.09.1758, Rio Grande-RS. Manuel, em 15.11.1734, ilha do Pico, ∞ Águeda de Nazaré.

389. ÁGUEDA DE NAZARÉ, *16.08.1716, Madalena, ilha do Pico, †06.04.1760, Rio Grande-RS.

390. FRANCISCO MARTINS LAIA, *30.05.1729, Altares, ilha Terceira, †07.12.1801, Rio Pardo-RS, onde em 14.07.1757 ∞ Francisca da Assunção.

391. FRANCISCA DA ASSUNÇÃO ou FRANCISCA DA PAIXÃO DE JESUS, *09.03.1732, Altares, ilha Terceira, †30.05.1814, Rio Pardo-RS.

416. DOMINGOS CORREIA MACHADO.

417. ANTÔNIA DE ARÃO.

422. DOMINGOS MARTINS PEREIRA, *Portugal.

423. ANA FRANCISCA DA SILVA, *Rio de Janeiro.

424. ANTÔNIO PEREIRA DE MOITOSO, *pv 1710/1715 Capelo, ilha do Faial.

425. LUZIA SILVEIRA, *Capelo, ilha do Faial.

426. JOSÉ SILVEIRA PEIXOTO, *07.01.1721, Capelo, ilha do Faial, †antes de 1800. José, em 14.04.1755, Capelo, ∞ Rosa Maria Micaela do Nascimento.

427. ROSA MARIA MICAELA DO NASCIMENTO, *14.07.1730, Capelo, ilha do Faial, †21.05.1808, Porto Alegre.

428. ANTÔNIO DIAS DOS SANTOS, *08.05.1735, Vila Nova, ilha Terceira, †24.11.1774, Porto Alegre. Antônio, em 01.02.1761, Rio Grande-RS, ∞ Rita Bernarda do Espírito Santo.

429. RITA BERNARDA DO ESPÍRITO SANTO, *02.06.1745, Horta, ilha do Faial, †26.01.1826, Porto Alegre.

430. ANTÔNIO GARCIA DOS SANTOS, *13.06.1735, Horta ilha do Faial, †31.05.1814, Porto Alegre. Antônio, em 04.07.1755, Enseada do Brito, Palhoça-SC, ∞ Francisca Inácia de Jesus.

431. FRANCISCA INÁCIA DE JESUS, *pv 1742, Ribeira Seca, ilha de São Jorge, †01.06.1792, Porto Alegre.

8ºs Avós

512. MANUEL GOULART, *pv 1662, São Mateus, ilha do Pico, Açores, Portugal, onde †16.06.1741.

513. INÊS VIEIRA, * São Mateus, ilha do Pico, onde †26.02.1706.

514. ANTÔNIO PEREIRA ALVERNAZ, *pv 1650, São Mateus, ilha do Pico, onde †11.01.1713.

515. MARIA GOULART, *pv 1665, São Mateus, ilha do Pico, onde †04.01.1738.

536. ANTÔNIO GONÇALVES GATO, *pv 1638, Topo, ilha de São Jorge, onde em 16.08.1668 ∞ Maria Correia da Silveira.

537. MARIA CORREIA DA SILVEIRA, *pv 1637, Topo, ilha de São Jorge.

544. MANUEL GOULART (já apresentado como 256, na geração anterior).

545. ANTÔNIA DE ÁVILA (já apresentado como 257, na geração anterior).

556. MANUEL CORREIA DA SILVEIRA, (já apresentado como 268, na geração anterior).

557. APOLÔNIA TEIXEIRA DE SOUZA, (já apresentado como 269, na geração anterior).

568. ANDRÉ DA COSTA LEITE, *Ribeira Grande, ilha de São Miguel, †27.04.1780 Taquari-RS. André, em 13.08.1719, Vila do Porto, ilha de Santa Maria, ∞ Clara Maria de Souza.

569. CLARA MARIA DE SOUZA, b. em 12.04.1698, Vila do Porto, ilha de Santa Maria.

570. MANUEL CABRAL, *ilha de Santa Maria.

571. ANA DE MELO, *ilha de Santa Maria.

676. SIMON GEHRING, *pv 1669. †25.08.1735, Laudenbach, Württenberg, Alemanha, onde em 14.11.1702, ∞ Maria Leüx.

677. MARIA LEÜX, *04.07.1676, Laudenbach, onde †22.01.1739

678. JOHANN MARTIN HECK, *pv 1665, †31.10.1709, Laudenbach, onde em 15.11.1689 ∞ Margaretha Spenkuch.

679. MARGARETHA SPENKUCH, *pv 1662, †16.07.1728, Laudenbach.

680. BALTHASAR KUHN.

681. OTÍLIA.

682. GEORG ALBERT DÜRR, *13.07.1696 e †18.08.1743, Laudenbach, onde em 10.09.1716 ∞ Katharina Heydinger.

683. KATHARINA HEYDINGER, *07.04.1697 e †04.11.1768, Laudenbach.

684. NIKOLAUS KRAFFT, em 05.02.1715, Laudenbach, ∞ Anna Münch.

685. ANNA MÜNCH, *10.02.1697 e †06.06.1778, Laudenbach.

686. JOHANNES HOFFMANN, em 24.09.1715, Laudenbach, ∞ Apolonia Wirth.

687. APOLONIA WIRTH, *27.01.1698 e †13.12.1764, Laudenbach.

768. JOSÉ COELHO DA COSTA, b 17.08.1684, São Bartolomeu dos Regatos, ilha Terceira e †31.05.1743, Lisboa. José, em 02.07.1706, São Bartolomeu, ∞ Bárbara da Conceição.

769. BÁRBARA DA CONCEIÇÃO, b. 31.12.1685, São Bartolomeu dos Regatos, ilha Terceira, onde †20.04.1738.

770. MANUEL BORGES DA COSTA, em 11.10.1710, Angra, ilha Terceira, ∞ Francisca Luísa Josefa Cota Falcão de Barcelos Machado.

771. FRANCISCA LUÍSA JOSEFA COTA FALCÃO DE BARCELOS MACHADO, *02.04.1694.

776. VITAL FERREIRA, *12.05.1683, Candelária, ilha do Pico.

777. ÁGADA RODRIGUES, *Candelária, ilha do Pico.

778. MANUEL DA ROSA VIEIRA *Candelária, iIlha do Pico.

779. MARIA VIEIRA *Candelária, Ilha do Pico.

780. MANUEL MARTINS LAIA, *07.12.1698, Altares, ilha Terceira, onde em 15.08.1728, ∞ Maria da Assunção.

781. MARIA DA ASSUNÇÃO, *pv 1702, Altares, ilha Terceira.

782. ANTÔNIO NUNES CURVELO (filho), *16.04.1696, Altares, ilha Terceira, onde em 12.05.1729, ∞ Maria Francisca da Conceição Melo.

783. MARIA FRANCISCA DA CONCEIÇÃO MELO, *Biscoitos, ilha Terceira.

844. GERVÁSIO AFONSO, *Portugal.

845. POTÊNCIA MARTINS, *Portugal.

846. MANUEL FRANCISCO DA SILVA, *Portugal.

847. MADALENA DO ROSÁRIO*Portugal.

852. ANTÔNIO FURTADO DE MENDONÇA *Capelo, ilha do Faial.

853. JOSEFA MARIA DE FARIAS *Capelo, ilha do Faial..

854. MANUEL GARCIA DE MENEZES.

855. MARIA FURTADO.

856. MANUEL DIAS FERREIRA, *ilha Terceira.

857. MARIANA ANTÔNIA, *ilha terceira.

858. ALEXANDRE DA COSTA LUÍS, *27.12.1717, Horta, ilha do Faial, †09.06.1801, Porto Alegre.

859. JOSEFA MARIA DE SANTANA, *22.07.1716, Horta, ilha do Faial, †04.02.1783, Porto Alegre.

860. PEDRO GARCIA, *Pedro Miguel, ilha do Faial.

861. TERESA DUTRA, *Pedro Miguel, ilha do Faial.

862. MANUEL ALVES DO NASCIMENTO, *Ribeira Seca, ilha de São Jorge.

863. TERESA NUNES, *Ribeira Seca, ilha de São Jorge.

Referências

ARAÚJO FABRÍCIO, José de. A freguesia de N. S. Bom Jesus do Triunfo. *Revista do IHGRGS*, n. 105, 1947.

BORGES FORTES, João. *Os casais açorianos:* presença lusa na formação do Rio Grande do Sul. 2 ed., Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978.

BORGES FORTES, João. *Troncos seculares:* povoamento do Rio Grande do Sul. 2.ed., Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.

ESTRÁZULAS, José Bento Alves Lisboa. *Os Castro*. Porto Alegre: Ed do autor, 2002.

MENDES, Antonio Ornelas; FORJAZ, Jorge. *Genealogias da Ilha Terceira*. Lisboa: DisLivro, 2007.

MÜLLER, Armindo Lauro. *O começo do protestantismo no Brasil*. Porto Alegre: EST, 2003.

PUFAL, Diego de Leão; MANGANELLI, Ernani Raupp; ROSA, Gilson Justino da. Famílias Açorianas em Porto Alegre. In BARROSO, Véra Lucia Maciel; PUFAL, Diego de Leão; MANGANELLI, Ernani Raupp; ROSA, Gilson Justino da (Org.). *Açorianos em Porto Alegre:* história, genealogia e cultura. Porto Alegre: Evangraf, 2022.

RHEINGANTZ, Carlos G. *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979, v. II.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *A colonização açoriana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST; Instituto Cultural Português, 1979.

Acervos

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE Porto Alegre (AHCMPA).

Livros de Batismos, Casamentos e Óbitos de Porto Alegre, Viamão, Rio Pardo, Triunfo, Santo Amaro do Sul, Taquari, São Leopoldo, Gravataí

Processos de Habilitação de Casamento.

ARQUIVO DA IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ÚLTIMOS DIAS (Igreja Mórmon), pelo site *familysearch.org.*

Arquivos pessoais de Diego de Leão Pufal, Ernani Raupp Manganelli, Gilson Justino da Rosa, João Simões Lopes Filho, Paulo Jaurés Xavier (*In memoriam*), Paulo Keil Coelho, Sério Enio Buratto e Valdenei Silveira.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS)

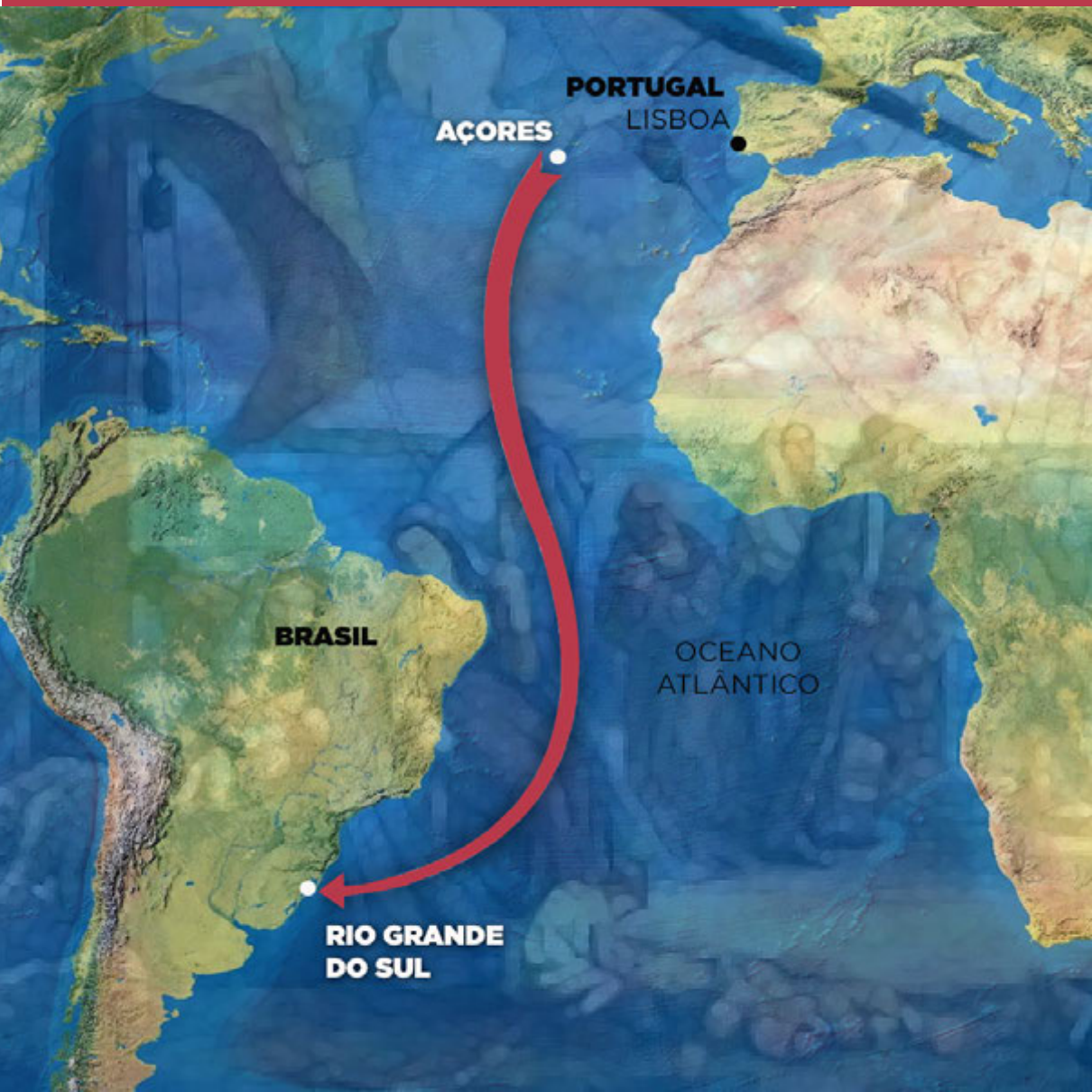
Inventários e Testamentos de Porto Alegre.

DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA. CENTRO DE CONHECIMENTO DOS AÇORES

Registros paroquiais. Disponível em http://www.culturacores.azores.gov.pt/ig/Default.aspx

PARTE V

RAÍZES CULTURAIS AÇORIANAS NO RIO GRANDE DO SUL



O MARCO ZERO DAS RAÍZES AÇORIANAS NA FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE: LARGO AÇORIANO, PONTE DE PEDRA E MONUMENTO AOS AÇORIANOS

Ricardo Ronchetti[1]

Introdução

Quando chegaram ao Brasil, parcela de colonizadores açorianos se estabeleceram em Porto Alegre, que veio a ser chamada de Porto dos Casais em alusão aos casais de imigrantes insulares, ampliando o povoamento do então Porto de Viamão. Assim, durante o século XVIII vieram outros tantos para o Rio Grande do Sul, estabelecendo-se em seu território, juntamente com sua cultura, seu modo de vida e suas crenças.

Nas datas que marcam o aniversário de sua chegada em território brasileiro, suas comunidades organizam comemorações, juntamente com os governos locais, regionais e nacionais. Durante os períodos de comemorações foram construídos monumentos representativos em homenagem aos povoadores pioneiros, marcando de forma definitiva essas datas. Esse estudo visa ressaltar a importância dos açorianos por meio do marco zero da sua história, sua cultura e de seus principais monumentos representativos em Porto Alegre, tais como, o Largo Açoriano, a Ponte de Pedra e o monumento aos açorianos.

Um esboço histórico

Segundo estudos sobre a história e a genealogia açoriana, estima-se que vieram para o Rio Grande do Sul um contingente significativo de ilhéus que na segunda metade do século XVIII, a sua representação numérica equivalia a cerca de dois terços da população gaúcha.

1 Advogado, especialista em Direito Ambiental. Porto Alegre/RS.

Os açorianos que vieram para o Brasil almejavam melhores condições e qualidade de vida, visto que nos Açores a pobreza extrema devastava a sociedade, por causa da infertilidade dos solos e, principalmente, por causa dos episódios sismográficos que aconteciam nas ilhas (ROCHA, 2005).

A chegada dos açorianos aconteceu em um contexto de ocupação portuguesa no espaço sulino, com o propósito de povoar um território em disputa com a coroa espanhola.

Naquela época, os casais de açorianos que chegaram pelo porto da Vila de Rio Grande não receberam as condições de vida satisfatória, assim como não tiveram a combinada distribuição de terras, tampouco ferramentas de trabalho e sementes para o plantio. O começo da vivência açoriana no Rio Grande de São Pedro foi precário e incerto. Em função dessa instabilidade, os açorianos tiveram que reinventarem-se, no dia a dia, nas suas composições familiares e relações interpessoais como destaca a historiadora Cleusa Graebin.

> Ao chegarem ao Rio Grande de São Pedro, as promessas que lhes haviam sido feitas não foram imediatamente cumpridas. Os casais açorianos e agregados tiveram de esperar, na maioria dos casos, em torno de vinte e cinco anos para conseguir a tão almejada data de terras. Destinados a trabalhar o solo, tiveram de exercer outras atividades e improvisar estratégias de sobrevivência, construindo, nesse processo, laços de solidariedade que lhes permitiram viver em regiões antes desconhecidas, enfrentando carências e dificuldades (2004, p. 178).

Segundo Geertz (1989, p. 15), a cultura humana consiste em uma teia de significados, ou seja, "o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assume a cultura como sendo essas teias [...]". Desse modo, é presumível pensar que vários elementos culturais trazidos pelos açorianos, em contato com a realidade rio-grandense, foram reinventados para suportar as más condições de vida a que foram subjugados no Rio Grande do Sul (WEIMER, 2000).

O Marco Zero das raízes açorianas na fundação do município de Porto Alegre/RS

Os açorianos foram o primeiro grupo étnico europeu, a de fato colonizar o Rio Grande do Sul. Após, vieram os imigrantes alemães, italianos,

poloneses, entre outros, que colaboraram para a formação da sociedade Riograndense (ROCHA, 2005).

> Os açorianos trouxeram vários elementos culturais das ilhas dos Açores, entre os quais apontam-se traços da culinária presentes na gastronomia, aspectos arquitetônicos que influenciaram as suas moradias e a religiosidade, que foi, sem dúvida, o aspecto cultural mais marcante trazido para o Brasil e para o Rio Grande do Sul. (SILVA, LAROQUE E MACHADO, 2017, p. 190).

Assim sendo, a formação cultural porto-alegrense, contou com significativa contribuição de elementos culturais açorianos, assim como uma parte representativa desses colonizadores esteve presente em diferentes regiões do Rio Grande do Sul, tais como, Porto dos Casais, Campos de Viamão, Santo Antônio da Patrulha, entre outros, e também, no Vale do Rio Pardo e do Vale do Rio Taquari (ROCHA, 2005).

O sítio originário e a obra fundante em Porto Alegre perfazem o "Marco Zero" da chegada dos casais provenientes dos Açores, pertencentes a Portugal em 1752 no, então, carinhosamente, batizado povoado de Porto dos Casais. No sítio originário, hoje, denominado Largo dos Açorianos (Figura 1) e, popularmente, chamado de Praça dos Açorianos, há a Ponte de Pedra (Figura 2), restaurada, há pouco, e o monumento dos Açorianos (Figura 3).

Figura 1 – Largo dos Açorianos, Porto Alegre/RS

Fonte: Franco, 2006.

Figuras 2 e 3 – Ponte de Pedra, no Largo dos Açorianos, Porto Alegre/RS

Fonte: Franco, 2006.

Além da Ponte de Pedra, há o monumento aos açorianos, no Largo de mesmo nome. Estas são as duas obras edificadas no Largo dos Açorianos, sendo este dividido pelo Viaduto dos Açorianos. Este Monumento aos açorianos foi criado no ano de 1973, pelo reconhecido escultor e artista plástico Carlos Thenius (AGRIFOGLIO, 2002).

Figura 4 – Monumento aos Açorianos, Largo dos Açorianos, Porto Alegre/RS

Fonte: Franco, 2006.

A representação é a de vários seres, posicionados de forma retilínea, metalizados e projetados em direção ao infinito. Há a alusão à figura de Ícaro, figura da mitologia grega, em forma de pássaro. De forma similar,

existe a interpretação das asas como sendo a evocação das velas das embarcações do passado e os corpos unidos, podendo trazer a memória do casco de um navio (AGRIFOGLIO, 2002).

Conclusão

Conclui-se que os colonizadores que aqui chegaram, provenientes das ilhas dos Açores, trouxeram esperanças, sonhos e vieram em busca da concretude de um ideal libertário na conquista de novas terras e de uma realidade de vida mais autônoma. Mas, as suas trajetórias no Rio Grande do Sul foram marcadas por muitas dificuldades e desafios, e por isso merecedores de reconhecimento, o que se faz em Porto Alegre no Largo dos Açorianos. Ali representação da importância dos açorianos na formação de Porto Alegre está materializada em obras e monumentos modernos e futuristas, onde se fundem, em perfeita orquestração, o passado, representado pela Ponte de Pedra, e o futuro expresso no monumento em metal em memória aos ancestrais açorianos.

Referências

AGRIFOGLIO, R. M. R. *Contribuições luso-açorianas no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Comissão Gaúcha de Folclore, 2002.

FRANCO, Sérgio. da Costa. *Guia Histórico de Porto Alegre*. 4ª. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

GRAEBIN, Cleusa. *Vida cotidiana dos açorianos pelas freguesias e caminhos*. Passo Fundo: Méritos, 2006.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

ISCMPA. *Guia de fontes documentais para a história e a genealogia açoriana*: *possibilidades de pesquisa nos Açores e no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Evangraf, 2022.

ROCHA, S. I. D. da. *Açorianos no Rio Grande do Sul*: Brasil. Porto Alegre: Caravela, 2005.

SILVA, C. da; LAROQUE, L. F. da S.; MACHADO, N. T. Tradições culturais açorianas e de seus descendentes na região vale do taquari, Rio Grande do Sul/Brasil. *Destaques Acadêmicos*, Lajeado, v. 9, n. 2, p. 185-205, 2017.

WEIMER, Günter. *A arquitetura açoriana popular dos Açores e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2000.

GENTES DAS ILHAS DOS AÇORES NO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO (SÉCULO XVIII): RITOS DA VIDA COTIDIANA

Cleusa Maria Gomes Graebin[1]

A partir de 1742, diversas representações[2] foram enviadas ao Conselho Ultramarino, tanto por parte de autoridades das ilhas dos Açores, como daquelas constituídas na América portuguesa, solicitando casais[3] para a colonização de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul (denominado na época por Rio Grande de São Pedro).

> [...] se das Ilhas se puderem remeter alguns Cazaes seria utilíssimo, e ainda alguas reclutas, por que assim se aumentaria as culturas destas Terras que são próprias, não só para todos os fruitos, da América, senão tão bem da Europa, e dos filhos dos mesmos Cazaes se reclutaria o Terço ou Tropas, que aqui acesticem, e seriam mais permanentes do que os de fora [...] (Carta de 23 de agosto de 1742 de José da Silva Pais a D. João V).

Em termos políticos, o esforço metropolitano de expandir o território no Sul do Brasil, bem como o de garantir a sua posse, ocasionou intensa mobilidade de ilhéus, vindos dos Açores para o espaço sul-rio-grandense. Esta foi uma das características do quadro em que se foi desenvolvendo a sua vida cotidiana.

Infere-se sobre o impacto que os contingentes de ilhéus sofreram ao chegar ao então Rio Grande de São Pedro. Cara (1995) afirma que nossa representação do mundo é construída a partir de lugares,[4] está ligada à

1 Doutora e Mestre em História pela Unisinos. Professora no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais e nos cursos de História e Teologia da Unilasalle, Coordenadora do Museu Histórico La Salle. Residente em Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil.

2 Documentação existente no Arquivo Histórico Ultramarino. Núcleo Açores.

3 O termo 'casais' ou 'casal de número', na linguagem do século XVIII, segundo Borges Fortes (1978), designava famílias de colonizadores e pessoas a elas agregadas.

4 Lugar é entendido aqui como espaço de referência do vivido, do percebido e do concebido. A Geografia da percepção, a Geografia das representações e a Geografia do tempo oferecem aportes metodológicos para trabalhar com o cotidiano. Ver a respeito: Raffestin (1977); Diaz Munõz (1991); Santos (1997).

experiência individual, ao que vivenciamos e às projeções relacionadas às nossas aspirações. Segundo Meneses, estes casais eram formados por "[...] gente pobre, mas ainda possuidora de capacidade de utopia, que converte mentalmente os sertões inóspitos do Brasil em herdades fecundas, talhadas à semelhança dos modelos e das produções da agricultura insular" (2001, p. 101).

Foi preciso que reconstruíssem vivências e utilizassem a tradição[5] como âncora para dar sentido ao desconhecido e às ameaças de um mundo concreto, diferente daquele que haviam concebido, a partir das imagens que lhes haviam sido transmitidas,[6] quando do alistamento para serem transportados ao sul do Brasil. Foi preciso decifrar nas paisagens do Rio Grande de São Pedro, sombras daquelas que haviam deixado nas ilhas, construindo relações com esse espaço que passavam a habitar, a partir do seu *horizonte geográfico.*[7] Ao fazê-lo, criaram, recriaram e organizaram espaços, dando significado ao que haviam encontrado, como prática social no plano do cotidiano.

Os ilhéus vindos das ilhas açorianas, no Rio Grande de São Pedro, de meados do século XVIII até o início do século XIX, viviam sob as determinações das autoridades coloniais, sendo o seu cotidiano invadido pelas pressões das conjunturas políticas, econômicas e sociais, criando situação de permanente instabilidade. Mesmo assim, era preciso viver, cuidar da família e atender às emergências do cotidiano. Além do trabalho, os ritos e as crenças foram outros fatores de agregação social.

O cotidiano é feito de pequenos ritos, mas também são a ele incorporadas "as grandes constantes da condição humana" (DARNTON, 1990, p. 237), como o nascimento, o casamento e a morte. Estas passagens eram acompanhadas de cerimônias que faziam parte do universo individual e grupal.

As vivências, as práticas culturais, as histórias de vida, a ação individual e coletiva são fontes para interpretar os processos sociais e territoriais. Raffestin (1982), afirma que o cotidiano pode ser considerado como sistema de coordenadas concretas para relatar sobre o espaço

5 Raffestin afirma que "la tradición es lo que permite actuar en límites determinados, sin distinguir conocimiento y practica. La cotidianeidad se presenta al hombre singular como una tradición, pues es eso que le es transmitido poco a poco por el cuerpo social" (1982, p. 186-187).

6 "[...] singolar beneficio [...] os tirar da mizeria, e indigência em que vivem transportando os *para onde passem abundancia* [...]." Biblioteca Pública e Arquivo da Horta, Câmara da Horta, Livro de Registo (1716-51), fls. 248-249, carta da Câmara ao Rei, Horta, 14 de Janeiro de 1747. (Grifo meu).

7 Esse conceito é aqui utilizado no sentido de designar a memória e a capacidade que cada pessoa tem para entender e se deslocar no espaço geográfico.

que definimos como território e que, ao mesmo tempo, define nossa identidade. Conforme Matos (2002), o espaço deve ser enfocado como elemento constitutivo da trama histórica, de seus fluxos e de sua dinâmica em permanente ação, interação, transformação e reconstrução.

Segundo Raffestin (1982), o homem nasce em condições concretas, em um mundo que já existe, independente dele, e deve aprender a utilizar as possibilidades que este mundo oferece, ao mesmo tempo, adaptando-se e construindo novas possibilidades de vivência, no contexto[8] de uma época historicamente determinada.

Foi no contexto de um Rio Grande de São Pedro do século XVIII que os casais de número vindos das ilhas açorianas reconstruíram suas vidas e procuraram dar sentido e significado à sua existência. Nos diferentes lugares e caminhos por onde passaram, reconstruíam seu cotidiano, lançando mão do que lhes era próximo, ou seja, os ritos que lhes eram familiares, os quais atualizavam na sua nova condição e que, de alguma forma, os mantinham agregados.

O cotidiano do nascimento

A primeira etapa da existência, o nascimento, era cercada de ritos. Temia-se a morte prematura da criança, sendo esta cercada de cuidados.[9] O imaginário estava povoado de perigos, como o das bruxas que poderiam vir à noite para 'chupar o sangue dos bebês', tornando-os atrofiados. Assim, era preciso não deixá-los sós, colocando uma tesoura aberta por baixo do travesseiro ou pendurada na porta de entrada do cômodo, onde dormia a criança para cortar qualquer malefício. Essas crenças podem ser encontradas, ainda hoje, tanto no Rio Grande do Sul, quanto nos Açores. Na ilha Terceira e na ilha de São Miguel, além da tesoura, a faca tem sido outro objeto preferido pelas pessoas, a fim de prevenir os malefícios das bruxas.[10]

8 Neste caso, entendido como meio envolvente, uma realidade no espaço e não como causa dos atos dos indivíduos. Sobre isto ver: PAIS, José Machado. *Vida cotidiana*: enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2001, p. 115-130.

9 Sobre crenças e superstições recolhidas entre descendentes de açorianos no Rio Grande do Sul, ver RAMÍREZ, Hugo. *Açores e Rio Grande do Sul*: Liames Históricos e Antropológicos. 500 Anos do Descobrimento do Brasil. Digitado. 2000; BUNSE, Heinrich A W. *São José do Norte*: aspectos linguístico-etnográficos do antigo município. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

10 Ver: MOTA, Valdemar. *História e Tradições dos Açores*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 1986; MARTINS, J. H. Borges. *Crenças Populares da Ilha Terceira.* Lisboa: Salamandra, 1994. v. 1 e v. 2.

Havia, também, o perigo do *quebranto* ou *mau-olhado*, quando uma criança aparenta ser saudável e é bonita; isto pode incitar a inveja de mulher ou homem, aparentados ou não com a sua família. Segundo as crenças, o *mau-olhado* ocasiona choros sem razão de ser, emagrecimento e tristeza no semblante da criança. A benzedeira, com suas rezas, resolveria o problema. Para cortar o *mau-olhado*, punham-se, nos pequenos, figas, escapulários, bentinhos e outros talismãs. Segundo Martins,

> as benzedeiras encarnam o papel de mães míticas que, através de fórmulas (palavras e gestos), manipulam a força invisível que liberta o mal da pessoa. [...] A sua função essencial consiste em benzer o quebranto (proveniente do olhar penetrante do ser humano), a erisipela (inflamação da pele com inchação, dor, calor e vermelhidão), o cobro (zona ou zoster) [...] curar as feridas quebradas (hérnia escrotal ou umbilical), coser a carne quebrada e nervo torto (deslocação anormal das extremidades articulares dos ossos), a impigem (doença da pele caracterizada por escamas ou crostas mareladas) [...]. Ainda podem receitar remédios caseiros (mezinhas) para debelar certos males causados por feitiços, praticando o trabalho inverso ao das mulheres que lançam sortilégios. (1994, p. 195).

O *quebranto* ou *mau-olhado* deve ser benzido por três dias seguidos, com fórmula[11] repetida por três vezes (existem diversas variantes nas ilhas e no Rio Grande do Sul). Como exemplo, aponta-se a reza praticada na Freguesia da Agualva (ilha Terceira):

> Filho meu/Eu te quero criar,/Se tens cobrante,/Ou mau olhar,/Ou ar de feitiçaria,/Ou de invejidade/Em nome de Deus/Eu te quero tirar./ Dois te deram,/Três te tiram/Na honra de Deus/E da Virgem Maria [...]. (MARTINS, 1994, p. 203).

No Rio Grande do Sul (Pelotas, Rio Grande, Canguçu, Mostardas, São José do Norte, Taquari), com variações, a fórmula é aplicada três vezes, por três dias, com auxílio de ramos de arruda ou de alecrim, fazendo três

11 Não é objetivo do trabalho, discutir questões relacionadas à manutenção, atualização ou invenção de mitos, ritos e crenças, mas vale lembrar Bourdieu ao se referir à *crença*: "[...] o poder simbólico não reside nos 'sistemas simbólicos' [...] mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras [...] é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras." (BORDIEU, 1989, p. 14-15).

cruzes sobre a criança doente[12] : "Fulano (nome da criança)/Eu te quero criar/Se tens quebranto/Ou mau olhado/Eu te quero curar/Dois te deram/Três te tiram/Em nome de Deus e da Virgem Maria."[13]

O comportamento social dos ilhéus, revelado no estudo do seu cotidiano é complexo, específico, ambíguo e, mesmo assim, portador de uma consciência social, ainda que fragmentária. Thompson (1989) informa que, com base no conjunto de normas, valores, obrigações, expectativas e tabus existentes, em cada grupo social é possível a reconstituição do seu processo histórico.

Um dos ritos que acompanhavam o nascimento era o batismo. A Igreja recomendava o batismo imediato das crianças, garantindo, em caso de morte, que as mesmas fossem direto ao Paraíso, sem passar pelo Purgatório. O batismo era ministrado pelos padres, mas na falta destes, um leigo poderia fazê-lo. Assim, Joaquim José de Aviz, filho de Antônio José de Aviz (ilha Graciosa) e de Apolônia Maria de Jesus (ilha de S. Jorge), residentes na freguesia de Triunfo, foi batizado por Lucrecia Leme Barbosa, parteira que assistiu ao parto, em 15 de março de 1768. Joaquim faleceu a 13 de março de 1820. José, filho de Mateus da Costa e Ângela da Conceição (ilha Terceira), teve registro no Primeiro Livro de Batismo da Vila do Rio Grande em 2 de novembro de 1752, com a ressalva de que "a qual criança foi batizada no mar, por ser caso de necessidade".[14]

O cotidiano da morte

Outro rito que marcava a vida cotidiana era o da morte. Entre os casais, como em grande parte da população do Rio Grande de São Pedro, no século XVIII e início do século XIX, a praxe era marcada por tradições portuguesas. As pessoas deviam ter sempre presente, que eram transi-

12 Na ilha Terceira, o raminho é usado para benzer animais, sendo que para as pessoas, é empregado o rosário fechado, numa das mãos, e o crucifixo entre os dedos polegar e indicador, fazendo-se cruzes sobre o doente. Ver MARTINS, J. H. Borges. *Crenças Populares da Ilha Terceira*. Lisboa: Salamandra, 1994, p. 202.

13 Obtida oralmente junto a descendentes de açorianos em Pelotas, Rio Grande, Mostardas, São José do Norte, Canguçu e Taquari pela autora deste trabalho. Sobre ritos e crenças semelhantes nos Açores e no Rio Grande do Sul, ver: MARQUES, Lílian Argentina Braga. Tradições no Rio Grande do Sul – contribuições açorianas. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). *Presença Açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: EST, 1997, p. 70-73.

14 FABRÍCIO, José Araújo. A Freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo – Seus primeiros povoadores, na segunda metade do século XVIII. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul,* no 105 e 108. Porto Alegre, 1947.

tórias, procurando, portanto, estarem preparadas para morrer. Sua vida precisava ser arrumada, acertando contas com os santos de sua devoção, parentes e amigos.

Em Rio Pardo, o moribundo Antonio Correia da Silveira (ilha de São Jorge) encomendava sua alma à

> Santíssima Trindade, que a Creou, e rogo ao Eterno Pai, que pella Morte e Paixão de seu Unigênito Filho a queira receber, e a Virgem Maria Nossa Senhora, e ao Santo Sumo nome, e ao de minha especial devosão o Divino Espírito Santo e Santa Bárbara, e a todos os Santos e Santas da Corte do Céu Sejão meos intersessores quando minha alma deste mundo partir, para que va gozar da Bem aventuransa para que foi Creada, porque Como verdadeiro Christão protesta viver e morrer em a Santa fé Catholica, e crer tudo o que tem, e Crê a Santa Madre Igreja Romana, em cuja fé espero salvar minha alma...[15]

Não sendo possível lançar mão da confissão dos pecados (em caso de morte súbita), estaria registrado, em testamento, que o indivíduo possuía a firme intenção, e se comprometia a viver, segundo as regras da fé.

A morte era anunciada pelos sinos das igrejas, com toques específicos para homem adulto, mulher adulta, menina virgem e crianças. Antonio Correia da Silveira, no testamento, deixou detalhes quanto a isto: "declaro que se darão três toques de Signal em o Sino do lugar onde eu for Sepultado".[16]

Existem indícios de que pessoas pobres e escravos não eram enterradas em caixão, pelo menos até a primeira metade do século XIX. Algumas irmandades e ordens terceiras possuíam caixões que eram destinados para conduzir os seus membros falecidos até a cova, onde eram retirados e baixados à terra. (REIS, 1991 e 1997). Também poderiam ser alugados para a cerimônia de sepultamento para não membros.

O morto era tratado, banhado, barbeado, vestido com mortalha de sua escolha; suas unhas e cabelos eram cortados e penteados. Este ofício era feito, muitas vezes, por compadres, comadres e parteiras, ou um parente muito próximo. A vigília contava com a presença de parentes, compadres, amigos, irmandade (caso fosse membro).

15 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - APERS. Testamento e inventário de Antonio Correia da Silveira. 1º Cartório de Órfãos, nº 259, maço 11, E 47.
16 APERS. Inventário e testamento de Antonio Correia da Silveira. 1o Cartório de Órfãos, n.º 259, maço 11, E 47.

Não se usavam as roupas habituais da pessoa para o enterro. Alguns requeriam, em seus testamentos, que fossem enterrados vestindo a roupa de algum santo da sua devoção – São Francisco de Assis, com seus trajes marrons —, era especialmente cotado. Mas, de maneira geral, usava-se a mortalha, pano cozido sobre o corpo do defunto, que obedecia a uma hierarquia de cores: branco para as moças virgens, roxo para as mulheres e homens adultos. Para estes fins, poderia ser usado um lençol feito de tecido de algodão ou de outra fibra, dependendo das posses do morto.

O fato de a mortalha ser cosida diretamente no corpo do defunto deu origem à superstição que, até meados do século XX, podia ser encontrada pelo menos na região de Rio Grande, Mostardas, São José do Norte de que não se devia costurar uma roupa que esteja vestida na pessoa, sendo preciso, primeiro, retirá-la. No entanto, se isso fosse inteiramente necessário, diziam os mais velhos, convinha repetir a seguinte quadra: "Vivo te coso/ Que Deus me valha./ Vivo te coso/ Não coso mortalha".[17] Na ilha Terceira, na Freguesia do Porto Santo, existe esta versão: "Coso vivo/Não coso morto/Coso aquilo/Que está roto"[18]

Antonio Correia da Silveira queria o corpo "amortalhado em hábito de São Francisco, se houver, ou em outro de qualquer fazenda similhante...".[19] Anna Maria simplesmente desejava que seu corpo fosse "amortalhado e sepultado segundo a dispozição de [seu] testamenteiro".[20]

A preparação para a morte englobava uma retrospectiva da vida, desvelando o que a tinha marcado: relações familiares e compadrios. Era preciso assegurar a vida eterna. A partida desse mundo com a vida arrumada e as contas acertadas garantiria a entrada no paraíso.

Relembravam-se aqueles que haviam sido muito próximos ou que, de alguma forma, tinham participado da vida de quem morria. Recompensavam-se amigos, caso se tivesse posses para tanto. Poderia ser, também, o momento de punir inimigos. Os testamentos refletem essas questões.

Observa-se, nos testamentos, a preocupação com o destino do corpo, indicando o local preciso da sepultura: "dentro da Igreja de minha Padroeira [...] a Bem aventurada Santa Bárbara...".[21] Quanto à cerimônia do

17 Obtida oralmente junto a descendentes de açorianos em Rio Grande, Mostardas, São José do Norte, pela autora deste trabalho.
18 MARTINS, 1994, p. 236.
19 APERS. Testamento e inventário de Antonio Correia da Silveira, já citado.
20 Centro de Estudos e Pesquisas de Alegrete - CEPAL. Livro de Registro da Comarca de Alegrete por Ordens Superiores. Testamento de Anna Maria, de 19 de fevereiro de 1822.
21 CEPAL. Livro de Registro da Comarca de Alegrete por Ordens Superiores. Testamento de Joze Barboza da Silva. 8 de novembro de 1831.

enterro, havia os que estabeleciam que "[...] falecendo em qualquer destino [desejavam] ser [sepultados] com a mais módica despeza de hum enterro simples e decente".[22] Ou como dizia outra, queria ter o corpo "[...] sepultado, segundo a dispozição de [seu] testamenteiro."[23]

O bem da alma estaria assegurado pelo número de missas, rezadas de corpo presente ou depois de sepultado, por parentes falecidos ou pelas almas do purgatório. Dependendo da consciência de cada um, este número poderia ser maior ou menor. Alguns desejavam que "a terça e toda a mais quantia que me tocar em terra será despendida em missas por minha alma".[24]

A forma como seriam conduzidos à sepultura também variava. Antônio Correia da Silveira queria ser "acompanhado pelo Reverendíssimo Senhor Cura, mais Sacerdotes e Sacristaens, que se acharem, e pelas minhas Irmandades do Santíssimo, São Miguel e Almas, e de Nossa Senhora do Rozario, das quais sou Irmão".[25]

Para aplacar a consciência e evitar ir para o inferno, tratava-se de reparar alguma falta. Ana Maria reconhecia que devia a seu "[...] cunhado Gabriel Machado de Souza o visto de huma escrava".[26] Antônio Correia da Silveira declarou que devia a quantia de sessenta mil réis para a "factura do Império do Divino Espírito Santo", dezesseis mil réis para João Correia da Silveira, à Irmandade de Jerusalém a quantia de oito mil réis, à Irmandade das Almas, oito mil, novecentos e sessenta réis de esmola que havia prometido e ao "Compadre Antonio Ribeiro Maxado, a quantia que ele diser".[27]

Havia, também, a necessidade de ser justo e equânime na repartição dos bens entre o cônjuge e os filhos. Anna Maria declarava que havia dado tudo o que podia a todos os seus filhos quando estes haviam casado, deixando para sua filha Anna Joaquina de Souza (solteira) tudo o que lhe restava, dizendo "minha filha Anna foi a única com quem me tenho achado, e igualmente seu Pai enquanto viveu, dando-nos de comer, de vestir e tratando-nos em nossas enfermidades com Sua agencia". Dizendo ela que os bens que lhe deixava eram pagamento por tudo o que

22 CEPAL. Idem nota anterior.
23 CEPAL. Livro de Registro da Comarca de Alegrete por Ordens Superiores. Testamento de Anna Maria, de 19 de fevereiro de 1822.
24 APERS. Testamento e inventário de Antonio Correia da Silveira, já citado.
25 APERS. Testamento e inventário de Antonio Correia da Silveira, já citado.
26 CEPAL. Testamento de Anna Maria, já citado.
27 APERG. Testamento e inventário de Antonio Correia da Silveira, já citado.

havia feito por seus pais em vida, não podendo os seus irmãos nada reclamar.[28]

Os testamentos mostram os vínculos de amizade com os parentes e agregados, como foi o caso de Joze Barboza da Silva, solteiro, que constituiu como herdeiro seu compadre, Joze da Roza Lemes, e duzentos mil réis de esmola à sua afilhada Anna Lima (enteada de Joze da Rosa Lemes) e à Carlota, filha de outro seu amigo, João Caetano Álvares de Miranda.[29]

Os vínculos com o grupo social em que vivia o moribundo e o papel social que exercia na comunidade, também eram expressos nos testamentos. O tenente-coronel João Maxado de Bittencourt deixou 200 mil réis para as obras da Capela do Alegrete, passando para a memória da comunidade como um dos seus beneméritos. As obras sociais foram outras de suas preocupações, declarando que sua mulher deveria dar "de Esmola a dez órfãos o vallor de vinte mil reis a cada hum".[30]

O cotidiano do casamento

A Igreja permitia que rapazes, a partir de quatorze anos e meninas, com doze anos contraíssem matrimônio. Tratava-se do momento de um importante rito de passagem, tanto na vida das mulheres quanto dos homens. Essa relevância era acrescida para os ilhéus que chegavam ao Sul do Brasil, no século XVIII, pois D. José, Rei de Portugal, expediu uma Provisão Régia, em 4 de abril de 1752, que dava privilégios aos novo casal.

> Faço saber [D. José] a vós Governador da Ilha de Santa Catarina [Manoel Escudeiro] que serviu a vossa carta de dezoito de Fevereiro do ano passado em que me expões[31] que eu fora servido ordenar por Provisão de vinte de Novembro de mil setecentos quarenta anos que aos filhos dos novos Colonos que no primeiro ano de sua chegada casassem se lhes distribuíssem terras, ferramentas, sementes e armas e porque de não terem idade muitos para dentro do ano tomarem estado e outros por se lhes não oferecerem ocasião oportuna de o fazerem como devem acontecer perderem a graça que eu lhe faço, ou com o interesse de observar se há razão

28 CEPAL. Testamento de Anna Maria, já citado.
29 CEPAL. Testamento de Joze Barboza da Silva já citado.
30 CEPAL. Livro de Registro da Comarca de Alegrete por Ordens Superiores. Testamento de João Maxado de Bittencourt. 20 de março de 1830.
31 No original expúnheis.

> inconsideradamente de que sucedia viverem ao depois mal defraudando-se também da mercê que eu concedo aos mais os que por menores não casam, por todas estas razões me representáveis que com a pobreza de todos era igual parecia ser de equidade que gozassem propriamente uns e outros enquanto necessitarem e assim mesmo os agregados que não deviam ser excluídos desta esmola sem outra alguma razão que a de não terem Seus Pais, e visto que neste particular respondeu o Provedor de minha fazenda e Coroa sou servido por resolução do primeiro do corrente em consulta do meu Conselho Ultramarino estender ao tempo de cinco anos o dito termo que até agora era de um e esta mesma graça permito aos agregados que casarem com declaração que os ditos cinco anos começarão a correr depois destes novos Colonos terem dezesseis anos completos e as mulheres quatorze, gozarão também dos sobreditos privilégios.[32]

Homens e mulheres precisavam submeter-se a um auto de justificação de casamento. Precisavam provar com testemunhos de amigos e/ou conhecidos que não eram casados ou que não se haviam comprometido com outra pessoa. Era uma espécie de devassa da vida íntima. Isto havia sido instituído pelo Concílio de Trento (1545-1563):

> [...] antes de se contrair um casamento, o cura da paróquia em que cada um dos dois nubentes reside deve anunciar o seu projecto 'três vezes publicamente na igreja, durante a missa solene, em três dias de festa consecutivos'. Depois das publicações, se não houver oposição legítima, procede-se à celebração do casamento na presença do pároco com duas ou três testemunhas. [...] reafirma-se o princípio de que a sexualidade pode legitimamente exercer-se apenas no interior da vida conjugal (SARTI, 2001, p. 45-46, grifo do autor).

Além das dificuldades impostas pela mobilidade, característica da vida dos primeiros anos após a chegada ao Brasil, outra era enfrentada pelas pessoas de menores posses para casar, ou seja, a despesa elevada feita com os papéis exigidos. Por isso, parte da população não recebia o sacramento do matrimônio, o que era uma grande preocupação da Igreja. Esta punia relações consensuais com admoestações, censuras, excomunhões e até prisões.

32 Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/AHRS. Códice F 1242. Provisão Régia de quatro de abril de 1752.

André Machado de Souza e Lucia Inácia, ambos com dezesseis anos em 1755, vieram da ilha Terceira e estavam vivendo, de forma consensual (não tinham como pagar os banhos),[33] nos campos de Viamão. Haviam passado de três a quatro anos em movimento, isto é, da Terceira para Santa Catarina, desta para a Vila do Rio Grande e de lá para o Porto do Ornelas (Porto Alegre), nos campos de Viamão. Apresentavam-se, em 1755, perante as autoridades eclesiásticas, para receber o sacramento do matrimônio.

André Machado declarava que

> seu desejo é casar pela questão da infâmia que sofre a mulher (por isso ele faz o pedido de dispensa): além de recompensar-lhe a infâmia que a ela se pode seguir por razão do parentesco que entre eles há [...]; de portas adentro com grande amizade além do parentesco.[34]

Lucia Inácia dizia ter vindo

> com seus pais, alistados, e [...] que se não casar com o dito [...] se lhe assegura infâmia grave pela razão do trato que eles têm de moradores de portas adentro além de muita pobreza com que vive [...] que se isso não ocorrer, ninguém mais irá querer casar-se com ela.[35]

A autoridade que anotou os dados dos nubentes informava que "são parentes em terceiro grau de consanguinidade[36] [os avós deles eram irmãos] e como estão infamados e são pobres carecem de ser dispensados [dos banhos] para efetuar o matrimônio".[37]

André e Lucia Inácia puderam casar-se, mas tiveram de pagar pela *infâmia em que viviam, de amizade de portas a dentro.* Sua penitência foi assistir "na capela mor com duas velas a missa conventual".[38] A peni-

33 Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre/AHCMPA. Auto de Justificação de matrimônio - AJM 1755/10, André Machado de Souza e Lucia Inácia.
34 Documento citado na nota anterior.
35 Idem.
36 Concílio de Trento, Sessão XXIV (11-11-1563), Doutrina sobre o sacramento do Matrimônio, 973. *Cân. 3.* Se alguém disser que só aqueles graus de consanguinidade e de afinidade que se declaram no Levítico (Lv 18, 6ss) podem impedir de contrair matrimonio e dirimi-lo depois de contraído; ou que a Igreja não pode dispensar de alguns desses impedimentos ou estabelecer outros [graus] que impeçam e dirimam – *seja excomungado.* Disponível em http://www.montfort.org.br/documentos/trento.html. Acessado em 16 de fevereiro de 2004.
37 AHCMPA. AJM 1755/10, já citado.
38 Documento citado na nota anterior.

tência, segundo as imposições daquela época, garantiria a santidade da família que se formava, limpando o pecado dos nubentes de uma união ilícita e não abençoada..

Rede imaginária cercava as jovens casadoiras que procuravam garantir saber quem seria o seu marido, quando iriam contrair matrimônio e até assegurar que este se concretizasse. Para tanto, havia uma série de adivinhações, simpatias e promessas a alguns santos, mestres no futuro amoroso, entre eles, Santo Antônio.[39]

As festas juninas foram um espaço de tempo propício para as *adivinhas* relativas à visualização do nome ou feições do futuro marido. Em Rio Grande, Taquari, Osório, Canguçu, Mostardas e Pelotas, há o costume de, ainda nos dias atuais, na véspera do dia de São João (vinte e quatro de junho), deitar uma clara de ovo em um copo de água. No dia do santo, ao amanhecer, se a clara tiver formado uma figura de altar ou igreja, é sinal de que o casamento está próximo.[40] Na ilha Terceira, na Freguesia de São Mateus, não só no dia de São João, mas em qualquer data, lança-se esta sorte, que aparece com outras variações na fórmula, em outras freguesias e ilhas dos Açores: "S. Pedro e S. Paulo/Em nome de S. João/ Dizei-me esta verdade/Nesta clara de ovo:/Se for para me casar, um altar;/Para eu viajar, um barco;/E para eu morrer, uma sepultura" (MARTINS, 1994, p. 181, v. 1).[41]

Acertado o casamento, era preciso resolver a questão do dote. Este ficava a cargo da família da nubente, obrigação a que não se furtavam os seus pais. Quanto à questão do dote, na documentação examinada, foram encontradas algumas menções, o que leva a indícios deste costume entre os açorianos. Como exemplo, cita-se o caso de André Pereira Maciel (casado com filha de açorianos), o qual requeria, em 1778, o registro de terras (que lhe coubera por dote). André era genro de Francisco da Fonseca Quintanilha, que havia sido contemplado com data na Vila Real de Santa Anna.[42]

O dote representava o contributo da mulher para a formação da nova família, ficando submetido à administração do marido, que geria os rendimentos obtidos. Mas, em caso de viuvez, o dote tinha de ser restituído à mulher. Só quando enviuvava, é que a mulher era livre de dispor dos

39 Ver Freyre, 1981.
40 Obtida oralmente junto a descendentes de açorianos.
41 Sobre sortilégios, crenças e ritos ver: Santyago, 1881; Basto, 1916; Cortes, S. D.; Spalding, 1949.
42 AHRS. Códice F 1229. Registro de terras aos casais das ilhas. 31 de julho de 1778.

seus bens de forma autônoma. Se morresse sem ter tido filhos, o marido tinha de devolver o dote à família da esposa, conforme Sarti (2001, p. 118).

Entre os ilhéus que chegavam, o fato de que os filhos, filhas de casal, agregadas ou agregados, ao casarem, poderiam receber as benesses da Coroa, em termos de terras, ferramentas, vacas, sementes e armas, deveria torná-los muito atrativos para o casamento.

A partir de pesquisas anteriores sobre a vida cotidiana dos ilhéus, sabe-se que havia, por parte do contingente masculino, uma procura por mulheres brancas. O número de casamentos nos quais os dois cônjuges são açorianos poderia estar relacionado ao fato da proximidade, conhecimento e constituição de uma família com base material sólida em função das promessas reais. Para homens que estavam em trânsito, sujeitos aos rigores das guerras e da instabilidade de algumas atividades, o casamento com uma açoriana era promessa de chegarem a ser proprietários de terras, visto que como filha de casal de número possuía direito à terra.

Os rapazes açorianos, apesar da disponibilidade de moças da mesma procedência geográfica, também casavam com índias, escravas e forras. O Alvará Régio de 4 de abril de 1755 favorecia os casamentos de portugueses com indígenas, declarando como dignos de mercê e honra os que com elas casassem. O governador Marcelino de Figueiredo, secundando um Alvará Régio, publicou, em 31 de julho de 1773, um Edital sobre a repartição de terras aos moradores da Capitania no qual ordenou:

> [...] toda pessoa militar ou particular de bom procedimento e de sangue limpo, que casar com alguma índia que tenha as mesmas circunstâncias será preferido para todos os empregos e cargos nas formas das Reais Ordens de El-Rei Nosso Senhor, para cuja execução todos devemos concorrer [...].[43]

Francisco da Rosa (ilha do Pico) contraiu matrimônio com Teodosia da Silva, "parda forra, filha de índia das Aldeias".[44] Como Teodosia não possuía *limpeza de sangue*,[45] Francisco não se enquadrava nos termos do Edital.

43 APERS. Rio Grande de São Pedro. Provedoria. Registo Geral. Viamão – Porto Alegre, 1771-80. Livro 4, fl. 95.
44 AHCMPA. AJM 1759/5. Francisco da Rosa e Teodosia da Silva.
45 Pelo documento depreende-se que o pai de Teodósia era negro escravo.

Algumas açorianas casaram com índios. Teresa Maria, agregada de casal, procedente da ilha do Faial, também transgrediu normas ao contrair matrimônio com Manoel das Neves, índio, viúvo de Leonor da Cruz, falecida em Laguna.[46]

Os casais de número eram formados pela família nuclear propriamente dita e agregados, havendo um incentivo, pela Coroa portuguesa, para o casamento dos solteiros e viúvos.

Considerações finais

Os ilhéus, de meados do século XVIII até o início do século XIX, viviam sob as determinações das autoridades coloniais, tendo o seu cotidiano invadido pelas pressões das conjunturas políticas, econômicas e sociais, criando situações de permanente instabilidade.

Ao chegarem ao Rio Grande de São Pedro, as promessas que lhes haviam sido feitas não foram imediatamente cumpridas. Os casais e agregados tiveram de esperar, na maioria dos casos, em torno de vinte a vinte e cinco anos para conseguir o cumprimento das promessas reais e as tão sonhadas terras. Destinados a trabalhar o solo, tiveram de exercer outras atividades e improvisar estratégias de sobrevivência, construindo, nesse processo, laços de solidariedade que lhes permitiram viver em regiões antes desconhecidas, enfrentando carências e dificuldades.

No âmbito do cotidiano, signos, objetos e ritos foram importantes na tessitura da trama da vida social dos ilhéus. Ritos e crenças pontuaram o cotidiano dos açorianos, auxiliando-os a se constituírem como sujeitos numa realidade histórica, social e culturalmente constituída, a partir das experiências comuns que trouxeram das Ilhas, reatualizadas no Rio Grande de São Pedro.

Referências

BASTO, Cláudio. Sortes Amorosas no São João. *Revista Lusitana,* V. XXXII. Lisboa: Livraria Clássica, 1916.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*: memória e sociedade. Lisboa: Difel, 1989.

BUNSE, Heinrich A W. *São José do Norte*: aspectos linguístico-etnográficos do antigo município. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

46 AHCMPA. AJM 1757/16. Manoel das Neves e Teresa Maria.

CARA, Roberto Bastos. Territórios de lo cotidiano: puntos de partida para la reflexión. In: MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos Rodríguez (Org.). *Territórios do cotidiano*: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Sta. Cruz do Sul: Ed. da UNISC, 1995, p. 67-75.

CORTES, J. C. Paixão. *Folclore Gaúcho*: Festas, Bailes, Música e Religiosidade Rural. Porto Alegre: Represon, s.d.

DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DIAZ MUNÕZ, Maria Angeles. *Unas notas sobre las posibilidades docentes y aplicaciones de la Geografia del tiempo.* Alcalá de Henares: Universidad de Alcala, Geografias Personales, Depto de Geografia, 1991. (Serie Geográfica, 1).

FABRÍCIO, José Araújo. A Freguesia de Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo: seus primeiros povoadores, na segunda metade do século XVIII. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, nº 105 e 108. Porto Alegre: 1947.

FORTES, João Borges. *Os Casais Açorianos*: presença lusa na formação do Rio Grande do Sul. 2. ed., Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 21. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

MARQUES, Lílian Argentina Braga. Tradições no Rio Grande do Sul – contribuições açorianas. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). *Presença Açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1997, p. 70-73.

MARTINS, J. H. Borges. *Crenças Populares da Ilha Terceira.* Lisboa: Salamandra, 1994. V.1 e V.2.

MATOS, Maria Izilda Santos. *Cotidiano e Cultura*: História, Cidade e Trabalho. São Paulo: EDUSC, 2002.

MOTA, Valdemar. *História e Tradições dos Açores.* Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 1986.

PAIS, José Machado. *Vida cotidiana*: enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2001, p. 115-130.

RAFFESTIN, Claude. *Pour une geographie du pouvoir.* Paris: Litec, 1977.

RAFFESTIN, Claude. Travail et territorialité. In: RAFFESTIN, Claude. *Demain le travail.* Paris: Economica, 1982, p. 147-154.

RAMÍREZ, Hugo. *Açores e Rio Grande do Sul* – Liames Históricos e Antropológicos. 500 Anos do Descobrimento do Brasil. Digitado. 2000.

REIS, João José. *A morte é uma festa*: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: ALENCASTRO, Luís Felipe de. (Org.) *História da vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 1997, v. 2, p. 95-142.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo; Hucitec, 1997.

SANTYAGO, D. Jorge de. *Constituições Synodaes do Bispado de Angra.* Terceira: Tipografia do Correio, 1881.

SARTI, Raffaella. *Casa e Família*: habitar, comer e vestir na Europa Moderna. Lisboa: Estampa, 2001.

SPALDING, Walter. Superstições comuns ao Brasil e aos Açores. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira,* v. II, n. 7. Angra do Heroísmo: Tipografia Andrade, 1949.

THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase.* Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Trad. Eva Rodríguez. Barcelona: Critica, 1989.

Fontes documentais e acervos

Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS). Testamento e inventário de Antonio Correia da Silveira. 1º Cartório de Órfãos, nº 259, maço 11 – E 47.

APERS. Rio Grande de São Pedro. Provedoria. Registo Geral. Viamão. Porto Alegre, 1771-80. Livro 4, Fl. 95.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS). Códice F1242. Provisão Régia datada de quatro de abril de mil setecentos cinquenta e dois.

AHRS. Códice F 1229. Registro de terras aos casais das ilhas. 31 de julho de 1778.

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA). Auto de Justificação de matrimônio (AJM) 1755/10, André Machado de Souza e Lucia Inácia.

AHCMPA. AJM 1759/5. Francisco da Rosa e Teodosia da Silva.

AHCMPA. AJM 1757/16. Manoel das Neves e Teresa Maria.

Centro de Pesquisa e Documentação de Alegrete (CEPAL). Livro de Registro da Comarca de Alegrete por Ordens Superiores. Testamento de Anna Maria. 19 de fevereiro de 1822.

CEPAL. Livro de Registro da Comarca de Alegrete por Ordens Superiores. Testamento de Joze Barboza da Silva. 8 de novembro de 1831.

CEPAL. Testamento de João Maxado de Bittencourt. 20 de março de 1830.

Concílio de Trento, Sessão XXIV (11-11-1563). Doutrina sobre o sacramento do Matrimônio, 973. *Cân. 3.* Se alguém disser que só aqueles graus de consanguinidade e de afinidade que se declaram no Levítico (Lv 18, 6 ss) podem impedir de contrair matrimonio e dirimi-lo depois de contraído; ou que a Igreja não pode dispensar de alguns desses impedimentos ou estabelecer outros [graus] que impeçam e dirimam – *seja excomungado.* Disponível em http://www.montfort.org.br/documentos/trento.html Acessado em 16 de fevereiro de 2004.

ARQUEOLOGIA NO ANTIGO CEMITÉRIO DA MATRIZ DE PORTO ALEGRE: POSSIBILIDADES DE ESTUDOS SOBRE OS LUGARES DO DESCANSO FINAL DE AÇORIANOS NO SÉCULO XVIII

Angela Maria Cappelletti[1]

Quando fui provocada por nossa querida Véra Lucia Maciel Barroso, a apresentar uma comunicação sobre a presença açoriana nas escavações arqueológicas do antigo Cemitério da Matriz, localizado sob o prédio da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, no encontro sobre Raízes Açorianas ocorrida em dezembro de 2022, confesso que fiquei bastante reticente, pois, na minha cabeça, não havia como fazer o *link* entre essa pesquisa e o tema do referido evento. Pois, não era o objetivo inicial do projeto de pesquisa elaborado para executar a pesquisa arqueológica[2] saber quais dos restos mortais inumados pertenciam aos primeiros habitantes açorianos. Pelo menos, não de imediato. Digo que de imediato não era possível, visto que, os objetivos preliminares do estudo eram executar o salvamento arqueológico de todos os vestígios que surgissem ao longo das obras de restauro do prédio da Cúria Metropolitana de Porto Alegre referentes a todos os momentos de ocupação do terreno, desde o período pré-colonial até os dias atuais, como também, e primordialmente, verificar se ainda existiam remanescentes dos enterramentos da antiga necrópole que incluiriam não só os açorianos, mas igualmente outras etnias que fizeram parte da população porto-alegrense. Pois bem, lançado o desafio fui quebrando a cabeça em busca da ligação desejada.

1 Arqueóloga, Licenciada em História e Especialista em Arqueologia e Patrimônio pela Pontifícia Universidade de Católica do Rio grande do Sul/PUCRS, residente em Porto Alegre/RS.

2 Antes de executar qualquer pesquisa arqueológica no Brasil é necessário apresentar um projeto de pesquisa no IPHAN, e somente após a divulgação da autorização desse órgão divulgado no Diário Oficial da União é que o/a profissional pode iniciar os trabalhos. No caso das obras de restauro na Cúria Metropolitana de Porto Alegre, o projeto aprovado pelo órgão federal foi intitulado "Projeto de Pesquisa de Monitoramento Arqueológico nas obras de Implantação de rede de drenagem pluvial e escavação para área de estacionamento no terreno da Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre, sede da Cúria Metropolitana/RS. Porto Alegre, 2011."

Porém, depois de algumas noites mal dormidas, uma luz se acendeu durante o sono: que tal então verificar a documentação primária examinada no decorrer da investigação e descobrir quais os locais escolhidos por essa população para seu descanso final? A princípio, os remanescentes ósseos não me trouxeram esta informação devido aos costumes funerários da época em que o cemitério funcionou. Mas calma, mais adiante apresento uma possibilidade para resolver esse problema referente aos restos mortais e suas ancestralidades. Inicialmente, preciso contextualizar a pesquisa.

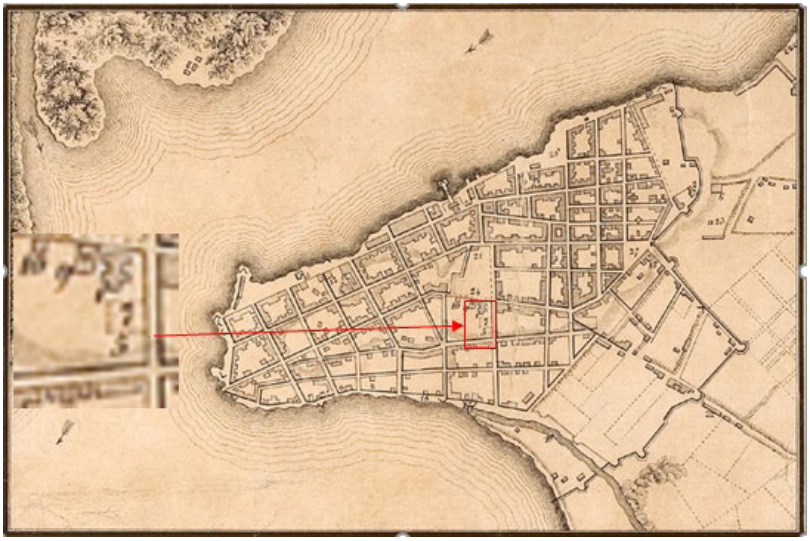
Contextualizando o antigo Cemitério da Matriz e as pesquisas arqueológicas

A área pesquisada, ou seja, o Cemitério da Matriz, caso alguém desconheça, estava localizada atrás da atual Catedral Metropolitana de Porto Alegre em terreno entre as ruas Espírito Santo, nº 92 (antigo Beco do Cemitério) e Fernando Machado (antiga Rua do Arvoredo) e, atualmente, sob o prédio da atual sede da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. O local foi utilizado como cemitério entre 1772 e 1850, e configurou-se como o primeiro cemitério oficial da cidade, localizado atrás da antiga Igreja da Matriz (Figuras 1 e 2).

Figura 1 – Antigo prédio da Igreja da Matriz, construído na segunda metade do século XVIII, e destruída na década de 1920, para dar lugar à Catedral Metropolitana de Porto Alegre

Fonte: acervo do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre – AHCMPA.

Figura 2 – Planta de Porto Alegre, de 1844, e, em destaque, a área onde se encontrava a antiga Igreja Matriz (nº 1), o Cemitério (nº 5) e as Catacumbas (nº 7)



Fonte: Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre, Século XIX e início do século XX, (IHGRS, 2005).

A área do antigo cemitério abrangia, no sentido Norte-Sul, o terreno dos fundos da Igreja da Matriz até a Rua do Arvoredo, e no sentido Leste-Oeste, do Beco do Cemitério até a Rua Dom Sebastião Laranjeiras.[3] Durante os 78 anos em que funcionou, a grande maioria dos falecidos pobres, escravos e indigentes da cidade, ou que estavam em trânsito, foram enterrados nesse local. As pessoas que possuíam um poder aquisitivo melhor ou que pertenciam a alguma irmandade religiosa, foram sepultados dentro e ao redor do prédio da antiga Igreja da Nossa Senhora Madre de Deus, inclusive na frente, pelo menos até o ano de 1828.[4] Segundo a tradição daquele tempo, os mortos eram enterrados perto dos seus entes vivos para que fossem sempre lembrados e para que seus parentes sempre fizessem orações pelas almas dos que já foram.[5] A partir de 1850, diante da superlotação do cemitério e das transformações referentes aos novos conhecimentos médicos e de higiene, foi proibido realizar enterramentos intramuros, ou seja, na área urbana das cidades.[6]

3 Esta rua atualmente está fechada e localiza-se entre o terreno do Palácio Piratini e a Catedral Metropolitana. Na Rua Fernando Machado, presentemente existe uma estação do DMAE.
4 Adiante trarei informações sobre esse dado.
5 Para entender melhor esse assunto ver Ariès (2012); Galvão (1995); Nascimento (2004); Pufal (2015); Reis (1991), entre outros.
6 Essa mudança já havia sendo efetuada há muito mais tempo na Europa e nos grandes centros ur-

Para tanto, a fim de suprir a necessidade de um novo local de enterramentos foi inaugurado o Cemitério da Santa Casa que está até hoje localizado no Bairro Azenha.[7]

Entre os anos de 1850 e 1865, a área ficou abandonada e, durante a pesquisa arqueológica, não foi encontrada qualquer informação sobre algum tipo de utilidade do terreno nesse tempo. Apenas em 1865 é que, sobre a área que era do cemitério, foi iniciada a construção do primeiro Seminário Episcopal da cidade. A obra somente foi terminada em 1888. O Seminário Episcopal esteve sediado neste prédio até 1912, quando foi transferido para São Leopoldo. Atualmente abriga a Cúria Metropolitana de Porto Alegre, tendo as escavações arqueológicas solicitadas em 2011, junto às obras de restauro, por se tratar de um monumento histórico relevante e ser tombado pelo município, desde 2009. As pesquisas arqueológicas ocorreram entre setembro de 2011 e janeiro de 2013, com o propósito principal de realizar o salvamento de todo e qualquer vestígio que pudesse ajudar a compreender as ocupações do terreno ao longo do tempo, bem como, de verificar se ainda existiam remanescentes dos indivíduos que foram sepultados naquela antiga necrópole, pois, haviam dúvidas sobre a total remoção dos enterramentos quando da sua construção. As investigações arqueológicas consistiram em acompanhar todas as intervenções que se realizaram no solo. Foram abertas canaletas para drenagem da chuva nos pátios a Noroeste e a Oeste; uma escavação para a colocação de elevador no subsolo da Sala C13, na ala Oeste e, uma grande e profunda escavação no pátio Leste com a finalidade de instalar uma central elétrica denominada por mim de Área A (Figura 3).[8] Em todos os locais escavados pela equipe de obras foram evidenciados vestígios ósseos humanos, e, na Área A, outros tipos de materiais remanescentes das ocupações do século XIX, como fragmentos de objetos de louça, vidro, metal, cerâmica, entre outros.[9]

---

banos do país. Em Porto Alegre, por determinação do então Barão de Caxias, Luís Alves de Lima e Silva, que mais tarde se tornaria Duque de Caxias, a partir de 1850 seria proibido o enterro naquele cemitério. Nessa ocasião, o Cemitério da Santa Casa, nos Altos da Azenha, passou a receber enterramentos.

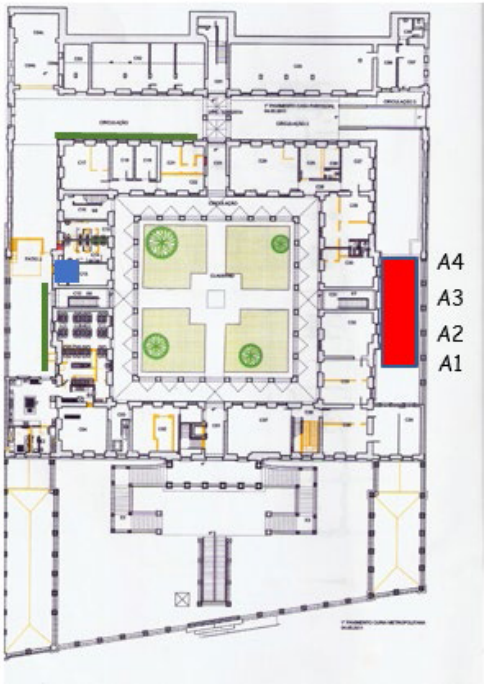
7 Ressalta-se que, além do Cemitério da Matriz, entre o século XVIII e início do século XIX, existiram outros locais de enterramento dentro dos muros da cidade, sendo que, os que ainda funcionavam em 1850, também tiveram seu funcionamento encerrado. Para maiores informações pesquisar a Dissertação de Mestrado de Oliveira (2005).

8 Maiores detalhes sobre a escavação arqueológica, pesquisar o Relatório Final Fase 1 (CAPPELLETTI, 2013) e o artigo nos Anais do IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais/ABEC (CAPPELLETTI, 2020, p. 86-98).

9 Em 1997, quando da abertura de uma canaleta ao redor da Catedral Metropolitana, junto da Rua Fernando Machado, para realizar a drenagem pluvial, foram evidenciados pelos operários restos ósseos hu-

As questões levantadas nos objetivos do projeto de pesquisa foram respondidas imediatamente ao início das escavações, posto que, na medida que eram efetuadas aberturas nas áreas com intervenções no solo, já iam sendo expostos ossos humanos misturados com o aterro realizado para a construção do prédio no século XIX. Assim, foram evidenciadas quatro tipos de deposição dos restos mortais humanos: 1 – Camada de aterro com ossos humanos misturados com outros objetos, como fragmentos de louça, vidro, ossos de animais, botões de metal, cachimbos de cerâmica, entre outros.[10] Esta camada corresponderia a de aterro realizado para nivelar o terreno na ocasião da construção do prédio, visto que, se refere à encosta de uma colina bastante íngreme, ainda hoje; 2 – Camada de Concentração de Ossos, localizada na subárea A4[11] (Figuras 4 e 5), ossos esses oriundos provavelmente de sepultamentos executados em outras áreas[12]; 3 –Vala Sul, vala aberta na subárea A1 para a construção de uma parede, posteriormente à

Figura 3 – Planta baixa do prédio da Cúria Metropolitana, destacando em vermelho a área com maior concentração de achados arqueológicos referentes aos enterramentos e remanescentes ósseos – Área A; em azul a Sala C13, e em verde escuro as valas de drenagem



Fonte: Plantabaixa do prédio da Cúria Metropolitana, disponibilizada pela empresa Arquium – Construções e Restauro Ltda., empresa responsável pelas obras de restauro e adaptada por mim.

manos, o que gerou uma denúncia na Polícia e uma reportagem. Os trabalhadores, por desconhecerem o histórico do local, acharam se tratar do resultado de um crime. Nessa ocasião, depois de esclarecida a confusão, o local foi registrado como sítio arqueológico no IPHAN, pela Arqueóloga Fernanda Bordin Tocchetto, na época funcionária do Museu Municipal Joaquim José Felizardo.

10 De toda a terra retirada das áreas escavadas que estavam sobre a camada referente ao antigo Cemitério da Matriz foram coletados ossos humanos fora do contexto original dos enterramentos.

11 Para localizar as áreas citadas, verificar a imagem da Figura 3.

12 Eu tenho como hipótese, de acordo com a boa conservação desses ossos, de que tenham sido retirados de dentro da Igreja da Matriz, das covas de fábrica ou das Irmandades ou, ainda, da Catacumba quando da destruição dessas antigas construções, a partir da década de 1920, para a construção da atual Catedral Metropolitana.

construção do prédio[13] e que, provavelmente, tenham identificado alguns enterramentos e cujos remanescentes humanos foram reagrupados a fim de preencher o espaço entre a nova parede e a escavação (Figura 6)[14] e, por último, 4 – Camada do Cemitério da Matriz – esta se refere aos enterramentos propriamente ditos, que foram evidenciados, na Sala C13e na Área A, nas subáreas A1, A2, A3 e A4 (Figura 6). Na imagem abaixo estão representados os sepultamentos das áreas A1 e A2 e, conforme pode ser verificado, as inumações foram realizadas sobre covas abertas diretamente no solo, com pouca profundidade e os corpos em decúbito dorsal, com cabeça voltada para o Altar-Mor da Igreja, isto é, para o Norte e, ainda, com as mãos sobre o ventre, com exceção de um enterramento onde o indivíduo apresentava as mãos sobre o coração (Figura 8).

Figuras 4 e 5 – Área A4 com a concentração de ossos identificada. Á esquerda, vista frontal, e à direita, lateral. Verifica-se que esses ossos foram colocados em uma abertura que possuía um desnível no terreno o que acarretou que eles tenham rolado

Fonte: acervo da autora.

13 Não encontrei nenhum documento que indicasse o período de construção dessa parede. Contudo, pelo tipo de construção acredito que tenha sido construída na mesma época das salas dos anexos do prédio original do Seminário Episcopal, localizadas no pátio Sul, no ângulo formado pelas ruas Espírito Santo e Fernando Machado.

14 É interessante ressaltar que, ao contrário dos ossos da Concentração de Ossos da área A4, as pessoas que escavaram a vala tiveram a preocupação em organizar os ossos dentro desta, de maneira mais respeitosa, a meu ver.

Figura 6 – Vala Sul, destacada em vermelho, junto à parede à esquerda, com os ossos humanos preenchendo o espaço entre esta e o aterro

Fonte: acervo da autora.

Figuras 7 e 8 – Áreas A1 e A2 com os enterramentos evidenciados nas covas abertas no solo. À direita, o único sepultamento, cujo indivíduo apresenta as mãos sobre o coração

Fonte: acervo da autora.

Observando as imagens acima (Figuras 6 e 7), se percebe que nessa época não era usual o enterramento individual, muito pelo contrário, não havia uma ordenação como existe hoje nos cemitérios atuais. A utilização

de caixões e lápides, de acordo com o que pode ser comprovado nas escavações, pelo menos nas áreas exumadas, foi nulo. Segundo Galvão "[...] os caixões eram, em sua maioria, de propriedade das irmandades [religiosas] e de uso coletivo dos irmãos. Apenas os mais ricos podiam arcar com a despesa de mandar fazer e armar um caixão particular para ser enterrado nele"(1995, p. 57). Evidenciamos somente covas rasas que, na maioria das vezes, foram reutilizadas por sepultamentos posteriores que, ora eram sobrepostos, ora aproveitando os espaços entre uma inumação e outra. Na época, no cemitério propriamente dito, não havia muito controle sobre os sepultamentos e nem sobre a organização e localização das tumbas, conforme existe atualmente. A normatização dos sepultamentos nos cemitérios só foi praticada e normatizada a partir de 1850 com a criação do cemitério da Santa Casa de Misericórdia, no alto do Morro da Azenha. Para além dos costumes da época, é importante destacar que, o território ocupado por aquela necrópole, era bastante limitado e, diante do crescimento populacional da cidade, aliado às crescentes epidemias, como a da cólera, e dos conflitos bélicos, como as guerras cisplatinas e a chamada Revolução Farroupilha, fizeram aumentar consideravelmente o número de mortos. Por outro lado, não havia como ampliar fisicamente o terreno do cemitério, já cercado por ruas e construções.

Bem, diante das evidências acima, resultantes das escavações arqueológicas, como então atender o desafio lançado pela Véra Barroso e fazer a ligação entre os restos mortais e a população açoriana que eventualmente tenha sido (e foi) inumada nesse cemitério? Efetivamente, essa resposta vai depender de outras pesquisas, mais profundas sobre os restos mortais, isto é, através das pesquisas com outras ciências associadas à arqueológica, como estudos genéticos, através dos exames de DNA, que podem informar sobre a ancestralidade e os locais de origem dos indivíduos; anatômicos, a partir dos ossos, a fim de indicar o gênero, a faixa etária, doenças adquiridas ou congênitas, causa da morte, entre outras informações. Somente a partir desses estudos será possível determinar a ancestralidade desses restos mortais, visto que, os enterramentos empregados na época de funcionamento do cemitério, como já exposto, não traziam informações sobre quem eram as pessoas ali inumadas. No entanto, felizmente, essa pesquisa não está totalmente descartada. De fato, algumas amostras dentárias foram coletadas pela equipe coordenada, na época, pela Professora e Coordenadora do Laboratório de Genética Humana e Molecular Drª Clarice Sampaio Alho, da Faculdade de Biociências da

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS.[15] No período em que a investigação arqueológica foi executada, entrei em contato com esse setor da PUCRS e, imediatamente, a equipe da Drª Clarice foi colocada à disposição a fim de se somar à nossa e coletar as amostras necessárias para a execução de seus estudos específicos. Assim, foram realizadas coletas de dentes molares, medições de crânios e de esqueletos e coletas de amostras de solo, entre outros.

Entretanto, para se executar a análise de DNA é primordial se ter em mãos amostras com qualidade de preservação e quantidades determinadas, preferencialmente de dentes molares, para se ter resultados mais precisos. Lamentavelmente, muitos deles já não estavam em boas condições, pelo tempo e tipo de solo em que foram depositados ao longo dos anos, convertendo-se essas análises, até o presente momento, em resultados não conclusivos. Quanto às análises craniométricas, a despeito de terem sido executadas em uma amostragem maior e em melhores condições do que dos dentes, os resultados igualmente não foram definitivos (GONÇALVES, 2012). Outro fator determinante para a continuação das pesquisas, se refere aos custos altos que esse tipo de análise dispende.[16] Nos últimos anos, as ciências de um modo geral e as biológicas, mais especificamente, têm sofrido cortes que refletiram no andamento das pesquisas de um modo geral e, nesta, particularmente. Espero que nos próximos anos esse quadro se modifique e que estas sejam retomadas até que resultados mais precisos sejam obtidos.

Das práticas funerárias ao descanso final

Assim, como já mencionei anteriormente, as práticas de sepultamento empregadas na época em que o Cemitério da Matriz esteve atuante, não permitiam o reconhecimento dos indivíduos que ali foram enterrados. Embora houvesse uma preocupação imensa com a morte e os desdobramentos dessa passagem para o bom encaminhamento da alma até a chegada ao Paraíso. Por essa razão, no período colonial até metade do século XIX "[...] as igrejas católicas foram [...] sinônimo de local de sepultamento de seus fiéis. O sepultamento em lugar sagrado consistia, praticamente, em

15 Infelizmente foi desvinculada no final do ano de 2022 dessa Universidade e suas pesquisas encerradas. No entanto, foram realizados alguns trabalhos de conclusão de curso, mestrado e doutorado sobre as ossadas das escavações na Cúria Metropolitana, e elas permanecem, atualmente, sob a administração de outra equipe.

16 Os testes de DNA são bastante custosos e, algumas vezes, é necessário adquirir kits do exterior.

condição essencial para a salvação da alma" (GALVÃO, 1995). Evidentemente que, não somente o interior das igrejas fossem considerados locais sagrados, embora sejam os mais valorizados e mais caros, posto que seria impossível abrigar todos os enterramentos no seu interior, principalmente em épocas de epidemias e conflitos bélicos. Todo o terreno que circundava o templo também o era. Assim, o cemitério, onde a maior parte da população foi sepultada, denominava-se de Campo Santo. É importante que se diga que a elevação dos templos religiosos no Brasil, nesse período, esteve, muitas vezes, a cargo das irmandades religiosas, como o templo de Nossa Senhora da Madre de Deus, antiga Igreja da Matriz; de Nossa Senhora das Dores; de Nossa Senhora da Conceição; de Nosso Senhor dos Passos, dentro da Santa Casa; da capela do Divino Espírito Santo e de Nossa Senhora do Rosário, citando as de Porto Alegre. Até a elevação de seus templos específicos, muitas das Irmandades da freguesia estavam sediadas na Igreja da Matriz. As Irmandades que pertenciam a este templo foram as Irmandades do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora Madre de Deus, a principal, e de São Miguel e Almas.

As Irmandades Religiosas[17] desempenhavam importante papel nas cerimônias católicas antes, durante e depois do falecimento de seus Irmãos, e conforme Nascimento (2004, p. 85-86):

> Desde os tempos medievais, o mundo português mantinha as atividades ligadas aos hospitais e às cerimônias de enterramento associadas à presença das irmandades religiosas. A importância dessas associações, formadas por leigos, crescia na proporção do recrudescimento das pestes, da agudez da fome e da devastação dos momentos críticos marcados por guerras no medievo. [...]
>
> Foram as irmandades também importantes agentes da propagação do catolicismo nos centros mais populosos do território. [...]
>
> Até o século XIX, excetuando as igrejas matrizes, todas as outras capelas e igrejas foram construídas e mantidas por suas respectivas irmandades, fato que coloca em evidência não apenas o grau de importância delas, como também o envolvimento concreto de leigos da população na realização prática da liturgia católica. Além das tarefas de preparação dos cultos católicos, eram de responsa-

17 Para estudos mais aprofundados sobre os detalhes das práticas funerárias da época e o papel das Irmandades religiosas nesses rituais existe uma infinidade de publicações de autores nacionais e estrangeiros sobre o tema, além dos relacionados no texto. Estes, embora tenham sido acessados por mim, não foram citados nessa pesquisa por não serem o foco principal.

> bilidade das irmandades os enterramentos e qualquer atividade que envolvesse gastos funerários.

Portanto, a afiliação a uma dessas confrarias religiosas era quesito indispensável para a salvação da alma, pois ficava sob a responsabilidade das Irmandades realizar a intermediação entre a boa morte e o encaminhamento da alma dos falecidos do Purgatório ao Paraíso, através da liturgia das missas, antes, durante e depois da passagem desta vida para a "vida eterna". Segundo a autora acima, os porto-alegrenses, até 1850, podiam fazer uso de quatro locais relacionados ao templo da matriz para seu descanso final, levando em conta sua classe social, religiosa e/ou etnia, são eles: "o cemitério, este geralmente destinado aos muito pobres; as "covas de fábrica", "para aqueles cujos familiares pagavam ao pároco pelo sepultamento; as catacumbas das irmandades, exclusivas aos irmãos das associações que se localizavam na Matriz, como a do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora Madre de Deos",[18] de São Miguel e Almas,[19]entre outras, e, por fim, *para alguns poucos privilegiados,* no interior da igreja (NASCIMENTO, 2004, p. 89). Contudo, de acordo com a mesma autora, durante o reinado de D. João VI (1818-1826), a prática de enterramentos dentro das igrejas foi proibida (2006, p. 117). Assim, os sepultamentos só puderam ser efetuados na área do Cemitério.

Por outro lado, de acordo com a documentação primária pesquisada no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana – AHCM, durante as escavações arqueológicas, mais especificamente no Primeiro Livro de Óbitos desse templo, onde estavam registrados os sepultamentos dos *homens livres* entre os anos de 1772 e 1795,[20] verifiquei a existência de nove locais onde foram realizados sepultamentos no local: 1 – *Nessa* matriz *e relativo às grades*, ou seja dentro da Igreja[21]; 2 – no *Adro*[22]; 3 – em *Cova ou sepultura de Fábrica*[23]; 4 – no *Cemitério*; 5 – em Cova da Irmandade do Santíssimo Sacramento; 6 – em Cova da Irmandade de São Miguel e

18 A irmandade relacionada à devoção de Nossa Senhora Madre de Deus, padroeira da cidade, foi criada em 1774, segundo Nascimento (2006, p. 20).
19 Irmandade mais antiga criada em 1773, segundo Nascimento (2006, p. 20).
20 Dentro desse período, também existe o Primeiro Livro de Óbitos de Escravos que abrangeu registros da população de escravizados entre os anos de 1772 e 1801. Por motivos óbvios apenas apresentaremos os dados do livro de óbitos referentes aos livres.
21 Dentro do corpo da Igreja e não no adro, alpendre, varanda, escada ou no cemitério.
22 O adro, segundo Nascimento (2006, p. 228) "era um espaço localizado na parte exterior da Igreja da Matriz. É bem possível que ficasse atrás do edifício religioso, mas nada impede que também pudesse estender-se para as laterais e até mesmo nos terrenos à frente deste".
23 "As covas de fábrica, ou seja, aquelas no interior do templo e que revertiam em rendimentos à igreja, foram as mais utilizadas" (NASCIMENTO, 2006, p. 222).

Almas; 7 – *Fora da porta, no alpendre ou varanda e 8* - na *Grade de Cima*. Na sequência, apresentarei parte desses dados concernente à população açoriana desse primeiro período de inumações, pelo menos nos relatos que apresentavam a nacionalidade. Entretanto, com exceção da indicação da área pertencente ao Cemitério, e assim mesmo sem referências precisas, não encontrei, até o presente, informações da localização exata desses outros locais, seja dentro, seja ao redor do templo. Dentro da Igreja teriam diversos locais para servir de sepultamento, podendo ser perto do Altar-Mor e, portanto, junto à Nossa Senhora Madre de Deus ou perto dos altares dos santos e santas, cujas irmandades estivessem abrigadas no interior desta. Galvão coloca ainda que, "[...] os sepultamentos *ad sanctus* permitiam que o morto fosse lembrado constantemente em sua comunidade, o que poderia possibilitar a realização de um maior número de orações em intenção de sua alma" (1995, p. 61, grifo do autor).

Nesses últimos meses, depois da apresentação no evento realizado no Centro Histórico-Cultural da Santa Casa de Misericórdia, em dezembro de 2022, e nas minhas possibilidades de tempo, tentei encontrar, sem sucesso, informações mais precisas sobre esses locais de enterramento que estão referidos no primeiro Livro de Óbitos,[24] através da pesquisa nos livros da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Madre de Deus,[25] como Livros de Compromisso, Receita e Despesas e Atas das reuniões, na maior parte deles manuscritos e, em função disto, demandam mais tempo para a leitura e apropriação dos termos e gramática da época em que foram escritos. Somente encontrei o Livro de Compromisso de forma impressa, escrito em 1857 e editado em 1861, ou seja, datas posteriores ao funcionamento do Cemitério da Matriz. Nesse documento encontrei uma única informação, todavia muito superficial sobre a localização dos enterramentos dessa Irmandade no seu Capítulo XVII, concernente às *Honras Fúnebres e Sufrágios dos Irmãos*, Artigo 229 (1861, p. 54):

> Tendo ficado extinctos os cemitérios das cidades por decreto nº 583 de 5 de setembro de 1850,[26] ficou a nossa irmandade privada do que *possuía atraz da igreja, quanto* ao uso a que era destinado; nestes termos nada mais resta à nossa irmandade, que promover

24 Me detive, nesta pesquisa, apenas nesse primeiro livro devido a compromissos com outros trabalhos, porém, existem mais outros seis livros que abrangem óbitos até o ano de 1853 no AHCM.

25 Os documentos pertencentes à Irmandade de São Miguel e Almas não se encontravam mais no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana, e sim na sede da Irmandade, na Rua Jerônimo Coelho, nº 102, onde infelizmente não tive tempo hábil de pesquisar.

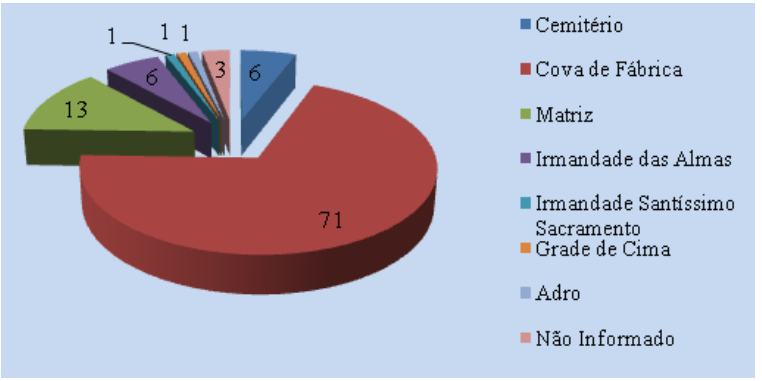
26 Esse decreto consta na Coleção de Leis do Império do Brasil, 1850, p. 273, v. 1, p. I.

> por todos os meios possíveis ao seu alcance, a fundação de um outro em lugar próprio, pedindo concessão dele às autoridades a quem competir, o qual será fechado de muro alto e guardado por um encarregado que o vigie de noite, e de dia, para que os jazigos não sejão violados, e haja nelle o aceio e decência que requer a morada eterna de nossos irmãos, parentes e amigos.[27]

Finalmente, os açorianos

Então, no levantamento realizado no Livro 1º de Óbitos de Livres da Matriz de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre foram registrados, entre os anos de 1772 e 1795, 800 mortos, destes,um total de 102 indivíduos constam como originários das ilhas do Arquipélago dos Açores, sendo 29 da ilha Terceira; 22 do Faial; 22 de São Jorge; 10 de São Miguel; 4 do Pico; 3 da Graciosa; 2 das Flores; 1 de Santa Maria e 9 pessoas, onde aparece apenas como originárias *Das Ilhas*, sem especificar qual delas. A única ilha que não aparece neste livro foi a ilha do Corvo. Dentre os locais escolhidos como última morada dos açorianos sepultados na área pesquisada evidenciei sete locais: 1 –*Matriz*, imagino que se refere ao interior da Igreja; 2 – Cova de Fábrica; 3 – Covas da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Madre de Deus; 4 – Covas da Irmandade de São Miguel e Almas; 5 – Grade de Cima; 6 – Adro e 7 – Cemitério. E, ainda, em três enterramentos de açorianos, o local não foi informado, conforme pode ser averiguado no gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Locais dos sepultamentos dos açorianos entre 1772 e 1795



Fonte: elaborado pela autora.

27 Grifo meu. Preservei a grafia da época.

Relacionando os indivíduos de cada ilha com os locais de sepultamento, verifiquei o seguinte resultado (Tabela 1):

Tabela 1 – Locais de Sepultamento em relação à ilha de origem

Locais de Sepultamento	Ilha Terceira	Ilha do Faial	Ilha S. Jorge	Ilha S. Miguel	Ilha S. Maria	Ilha Graciosa	Ilha do Pico	Ilha das Flores	Das Ilhas	Total
Cemitério	2	3							1	**6**
Cova de Fábrica	20	12	18	8	1	3	2	1	6	**71**
Matriz	3	5	3	1			1			**13**
Irmandade das Almas	3		1					1	1	**6**
Irmandade Santíssimo Sacramento		1								**1**
Grade de Cima		1								**1**
Adro									1	**1**
Não Informado	1			1			1			**3**
Total	**29**	**22**	**22**	**10**	**1**	**3**	**4**	**2**	**9**	**102**

Fonte: elaborada pela autora.

Na tabela acima se observa que a grande maioria dos açorianos foi enterrada em Covas de Fábrica (71 indivíduos); em segundo lugar estavam dentro da Igreja da Matriz, em lugar não especificado (13 indivíduos). Nas covas da Irmandade de São Miguel e Almas foram inumadas seis pessoas e o mais estranho é que, dentro das covas pertencentes à Irmandade do Santíssimo Sacramento Nossa Senhora Madre de Deus, padroeira da cidade, e cujo templo foi erguido em sua homenagem, apenas uma pessoa tenha optado; pelo menos no tempo que o primeiro livro de registros de óbitos foi preenchido. Em relação aos sepultamentos no Campo Santo, ou seja, no Cemitério da Matriz, local que nos interessa mais especialmente, estão registradas 06 pessoas. São elas: Mara Rosa de [ilegível] e Inácio Camargo, ambos da ilha Terceira; José Rodrigues, Caetano Garcia e André Pereira Guimarães, da ilha do Faial, e Manuel Leite, *Das Ilhas*, sem identificar qual ilha.

Considerações finais

Lamentavelmente os restos mortais que estavam depositados dentro do antecessor prédio da Igreja da Matriz, bem como, dos sepultamentos que estavam ao seu redor já não existem mais para serem estudados. Estes foram destruídos quando o antigo templo foi desmanchado, salvo os

que talvez tenham sido transferidos para o Cemitério da Santa Casa no Alto da Azenha. Como existem alguns poucos relatos, e se minha hipótese estiver correta, isto é, os ossos exumados na Concentração de Ossos da subárea A4, talvez tenham mesmo sido oriundos dos enterramentos de dentro da Igreja, conforme mencionei, anteriormente. Assim, a partir deles se poderá realizar um estudo mais preciso sobre a ancestralidade destes restos mortais a fim de ligar estes aos primeiros açorianos que habitaram esta cidade, bem como de seus descendentes. Contudo, para tanto, serão necessários investimentos substanciais na área das pesquisas genéticas que não se resumem somente às análises destes vestígios, como também um esforço enorme de se implantar um banco de dados genético de seus descendentes atuais a fim de comparação. Pesquisas estas que trariam informações muito relevantes para entender a ocupação pretérita e presente não apenas de nossa cidade, mas, igualmente, de nosso Estado.

Logicamente este artigo não pretendeu e nem poderia pretender esgotar a análise dos dados sobre o tema da morada final dos açorianos que vieram formar a cidade de Porto Alegre aqui abordado, principalmente em tão pouco tempo e sobre limitados documentos. Este foi um assunto que eu não esperava trabalhar, depois de passados 10 anos da pesquisa inicial. Todavia, graças ao desafio da Véra Barroso, me propus levantar outra possibilidade de análise do acervo referente aos vestígios ósseos escavados na área do que foi o antigo Cemitério da Matriz, cruzando com o acervo documental primário, ademais de todos os estudos que este acervo já proporcionou até o momento. Abriu-se, desta forma, uma nova janela de investigação, uma vez que, apenas um documento foi aqui examinado, ou seja, o Primeiro Livro de Óbitos.

Referências

ARIÈS, Philippe. *História da Morte no Ocidente*: da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

CAPPELLETTI, Angela Maria. Ossos do ofício: escavando o antigo cemitério da Igreja Matriz de Porto Alegre/RS. In: CASTRO, Elisiana Trilha et al. (Org.). *Cemitério:* gestão, culturas e religiosidades [recurso eletrônico]. Porto Alegre: ISCMPA, 2020.

COMPROMISSO DA IRMANDADE DO SS. SACRAMENTO, E NOSSA SENHORA MADRE DE DEOS DESTA CIDADE. Porto Alegre: Typ. do Correio do Sul, 1861. AHCM.

GALVÃO, Viviane. Religiosidade e Morte: instrumentos do projeto colonial português. *Historical Archaeology in Latin America*. Columbia, USA, The University of South Carolina, v. 9, 1995.

GONÇALVES, Pablo de Castro. *Histórico da população de Porto Alegre através de ferramentas anatômicas*: um estudo preliminar. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Biociências, PUCRS, Porto Alegre, 2012.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL/IHGRGS. *Cartografia Virtual Histórica-Urbana de Porto Alegre*: século XIX e início do século XX. CD-Rom. 2005. Porto Alegre.

LIVRO 1º DE ÓBITOS DE LIVRES DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA MADRE DE DEOS DE PORTO ALEGRE, 1772-1795. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre – AHCM.

NASCIMENTO, Mara Regina do. *Irmandades leigas em Porto Alegre:* práticas funerárias e experiência urbana séculos XVIII-XIX, Porto Alegre, Tese (Doutoramento em História) – Universidade de São Paulo, 2006.

NASCIMENTO, Mara Regina do. Irmandades religiosas na cidade: entre a ruptura e a continuidade na transferência cemiterial em Porto Alegre, no século XIX. *Estudos Ìbero-Americanos*. PUCRS, v. XXX, n. 1, p. 85-103, junho 2004.

OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte de. *Um estudo em Arqueologia Urbana:* a carta de potencial arqueológico do Centro Histórico de Porto Alegre. Porto Alegre, 2005. 242p. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, 2005.

PUFAL, Diego de Leão. O cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre antes de 1850. In: *Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre:* Histórias Reveladas IV. Porto Alegre: Evangraf; ISCMPA, 2015.

REIS, João José. *A morte é uma festa:* ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos*: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

TAVARES, Mauro Dillmann. Simbolizando a devoção: Irmandades, cemitério e enterramentos em Porto Alegre no século XIX. *Revista de História e Estudos Culturais*, v. 5, a. V, n. 1, p. 1-15, jan/fev/mar 2008.

Fontes documentais

CAPPELLETTI, Angela Maria. *Projeto de Pesquisa de Monitoramento Arqueológico nas obras de implantação de rede de drenagem pluvial e escavação para área de estacionamento no terreno da Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre, sede da Cúria Metropolitana/RS*. Porto Alegre, 2011.

CAPPELLETTI, Angela Maria. *Relatório Final Fase 1 - Monitoramento Arqueológico nas obras de Implantação de rede de drenagem pluvial e escavação para área de estacionamento no terreno da Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre, sede da Cúria Metropolitana/RS*, v. I, II e III, novembro de 2013.

Site

https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/issue/view/14 Acesso em 2012.

O AÇORIANO JOÃO BAPTISTA SOARES DA SILVEIRA E SOUZA E O MALAKOFF: O PRIMEIRO ARRANHA-CÉU DE PORTO ALEGRE

Leonor Carolina Baptista Schwartsmann[1]

> Em meados do século passado, ainda não havia sido construído o mercado que aí existe. O terreno onde está edificado o Malakoff era baldio, um depósito de imundícies. Uma vez, passando por esse ponto, o comendador João Baptista Soares da Silveira e Souza teve a ideia de levantar nesse local um sobrado de grandes proporções. Para isso não lhe faltavam recursos. Havia-os ganho nas obras da cadeia, quando presidente o desembargador Bello, na ponte de pedra do Riacho, na Bailante e em outras construções. Era um engenheiro que conquistara rapidamente a confiança pública pela seriedade de seu trato e perfeita execução dos trabalhos que lhe eram entregues. (PORTO ALEGRE, 1940, p. 35).

Muitas são as referências ao Malakoff, como era conhecido o primeiro arranha-céu de Porto Alegre. Elas aparecem em fotos, crônicas literárias, textos jornalísticos, relatos de acontecimentos históricos, guias históricos, teses, livros de arquitetura e reminiscências de antigos moradores da cidade. Desta maneira, pode-se dizer que o Malakoff possui as características de um lugar de memória, conforme foi definido por Pierre Nora, por possuir elementos destinados a fazer uma ligação entre o passado e o presente dos indivíduos. Ele permanece no imaginário mesmo não existindo mais (SCHWARTSMANN, 2003).

A concepção dos lugares da memória, segundo Pierre Nora (1984 apud BUSTILLO, 1998), é uma noção abstrata, puramente simbólica, destinada a recuperar a capacidade de lembrança dos objetos que podem ser materiais ou imateriais. Significa a exploração de um sistema simbólico e a construção de um modelo de representações. Nessa relação com o passado, é valorizada a maneira em que o presente utiliza o objeto e o

1 Médica, mestre e doutora em História. Contato: leonorschw@gmail.com

reconstrói. Trata-se de uma história crítica da memória através de seus pontos de cristalização (NORA 1884 apud BUSTILLO, 1998). Para Possamai, a investigação dos lugares de memória fornece possibilidades aos estudos históricos. Desta maneira, os processos de criação e perpetuação dos lugares, considerando o âmbito simbólico ou imaginário de uma sociedade, podem revelar sintomas sociais de camadas profundas (POSSAMAI, 2018 apud RECKZIEGEL; FÉLIX, 2002).

Um construtor açoriano

O fenômeno da modernização que ocorreu no Rio Grande do Sul é uma das marcas das transformações econômicas que ocorreram no Brasil, na segunda metade do século XIX. (PRADO JÚNIOR, 1965). Uma série de empreendimentos na área da construção surgiu após o término da Revolução Farroupilha, em associação com a reconstrução da província; assim Porto Alegre tornou-se uma cidade de muitas construções. Entre as obras destacam-se: a ampliação do Hospital de Porto Alegre, conclusão das obras do Liceu Dom Afonso (1850), Theatro São Pedro (1858), Assembleia e do antigo Mercado Público (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RGS, 1982). Também se iniciaram as obras da Câmara do Tribunal e do Colégio Santa Teresa, foram feitos grandes investimentos nas igrejas do Menino Deus, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Conceição e no Seminário de Porto Alegre. (WEIMER, 1999). Em 1854, concluiu-se a Ponte de Pedra, iniciada no governo provincial do Barão de Caxias em 1842 (PORTFÓLIO PORTO ALEGRE ANTIGO, 1972). Entre os empreendimentos, estava a construção de um aparato repressor que sustentasse as autoridades constituídas por ser a segurança pública a preocupação básica do governo provincial. Em 1855, durante o governo do Visconde de Sinimbu, ficou pronto o projeto de construção da Casa de Correção, em Porto Alegre (WEIMER, 1999 e FRANCO, 1998).

O construtor João Baptista Soares da Silveira e Souza (1800-1870) foi o responsável por uma parte das obras acima mencionadas, como as bases da construção do Theatro São Pedro, da Casa de Correção e da Ponte de Pedra. Também realizou a abertura das Docas e a Soirée Porto-Alegrense, localizada na Praça da Matriz, conhecida como Bailante, e o Edifício Malakoff, considerado o primeiro arranha-céu de Porto Alegre até a década de trinta do século XX (DUARTE, 2002). Ele era açoriano,

natural da ilha de São Jorge, seminarista de formação e estabeleceu-se em Porto Alegre em 1813. Reza a lenda que partiu dos Açores por não querer tornar-se padre. Em sua vinda ao Brasil, foi seguido por três sobrinhos, João, Manoel e José, que ficaram órfãos após um naufrágio. José acompanhou seu tio no ramo de construções e herdou o Malakoff. O Comendador João Baptista, como era chamado, casou-se duas vezes sem deixar descendência, foi empresário do ramo da construção, e era conhecido como o *homem dos mil escravos* devido à grande *troupe* de escravos que trabalhavam em suas obras (PORTFÓLIO PORTO ALEGRE ANTIGO, 1972). Ele acabou falecendo em Gravataí em 1870

É difícil identificar a data precisa da construção do Malakoff por este ser uma propriedade particular. Porém, sabe-se que João Baptista construiu suas principais obras na década de 1850 e as referências encontradas quanto à edificação citam os anos de 1856, 1865 e 1867 (COSTA FRANCO, 1992; SPALDING, 1967; REVISTA DO GLOBO, 1944).

Nesse contexto, as transformações que ocorriam em Porto Alegre eram motivo de discussão. Em 1862, a Cúria Metropolitana através de seu jornal *Estrela do Sul,* posicionou-se em relação às condições negativas do chamado progresso. No periódico, reproduz-se uma discussão entre dois amigos referentes às novidades que estavam sendo implementadas na capital. Provavelmente, há no diálogo abaixo, uma referência ao Malakoff pela sua grandiosidade e longo tempo de construção:

> As aldeias querem ser vilas, as vilas, cidades, as cidades, capitais de províncias, e estas querem ser uma Paris, uma Londres. Daí essa exuberância de projetos, de planos, de empresas gigantescas e fabulosas, linhas telegráficas, vapores, caminhos de ferro, aquedutos, correios até os tugúrios disseminados nas matas, teatros, casas de baile, pontes, estradas, diligências, associações para tudo; daí esse luxo desmarcado que se nota em todas as classes... inventa projetos e empresas tão altas e magníficas, que se tornarão irrealizáveis (A ESTRELA DO SUL, 1862, p. 41-4).

Machado (1998, p. 45-46) refere-se ao jornal *Actualidade,* de 1867, em que há uma referência "ao progresso espantoso, o tudo é possível", acontecendo em Porto Alegre. Segundo a autora, o jornal referia-se à construção do Malakoff, por ser um prédio de quatro andares, de proporções grandiosas e, por isso mesmo, digno da admiração dos habitantes da capital.

Um nome russo em Porto Alegre

Malakoff, um nome russo, originou-se de um episódio da Guerra da Criméia (1854-1855), sendo o nome da célebre fortaleza de Sebastopol, onde os russos resistiram durante meses ao cerco feito pelos britânicos, franceses e piemonteses (MALIA, 1999). A resistência do baluarte Malakoff, que estava em mãos russas, durou de fevereiro a setembro de 1855. Segundo Alain Gouttman (2003), este fato constituiu-se no *mito Malakoff* para o exército francês: "Morrer, pode ser, mas ver Malakoff, tocar Malakoff, acertar Malakoff com um tiro de fuzil, pois sabemos que é lá que faremos tombar Sébastopol" (GOUTTMAN, 2003, p. 316).

Devido à distância, as notícias provenientes do longínquo front chegavam com três ou quatro meses de atraso, com informações relacionadas à resistência do baluarte. As polarizações de opiniões referentes ao cerco originaram-se em Porto Alegre, com apoio à resistência heroica dos russos por um grupo e às forças aliadas por outro. Muitos encararam com simpatia o heroísmo dos soldados russos que defendiam o baluarte (FORTINI, 1962). Achylles Porto Alegre (1940) relata a repercussão na cidade de Porto Alegre dos combates travados na Criméia, que influenciaram na escolha do nome do Edifício. Segundo o cronista,

> Não se falava aqui noutra coisa. A luta na Europa era o assunto de todas as rodas. Nós aqui acompanhávamos com vivo interesse os episódios dessa tremenda campanha. Foi um dia de grande contentamento quando se soube que a cavalaria inglesa, sob o comando de Lord Ragla, havia batido os russos num encontro que tiveram em Batukluvu [...]. Os olhos de todos estavam voltados para a torre de Malakoff, que dominava a cidade e a bela baía de Sebastopol, tida pelos elementos de guerra como uma fortaleza inexpugnável. Daí veio o nome de "Malakoff' com que o povo batizou esta construção (PORTO ALEGRE, 1940, p. 36, grifo do autor).

Walter Spalding (1967), ao se referir aos equipamentos urbanos de Porto Alegre, na segunda metade do século XIX, faz um relato da guerra e de seu conhecido herói, o general francês Pélissier, vencedor em Malakoff, que oportunamente recebeu o título de Duque de Malakoff, para explicar a origem do nome do edifício e por ser o maior em área térrea e altura da cidade.

Características do edifício

A localização do Edifício Malakoff no centro de Porto Alegre revela o esmero de João Baptista em sua escolha. A edificação situava-se na Praça do Paraíso, posteriormente chamada de Conde D'Eu, Quinze de Novembro e Montevidéu. Pela proximidade com o Guaíba, a praça convivia com o movimento das docas, do mercado de comestíveis e com o elevado trânsito de pessoas que se dirigiam para o interior da província por meio do transporte fluvial (MACEDO, 1973). O naturalista americano Herbert Smith, ao passar por Porto Alegre em meados do século XIX, observou o comércio ativíssimo de atacados, o grande movimento de pessoas no porto, principalmente de estrangeiros, que se assemelhava ao do Rio de Janeiro ou Nova Iorque. Entre essas pessoas, os imigrantes alemães estavam em maior número e o idioma deles era corrente na cidade, o que impressionou o naturalista (SMITH, 1922).

O terreno do edifício media, aproximadamente, 13 metros nas faces norte e sul, por 31 metros na face leste, e 29 metros na face oeste (REGISTRO DE IMÓVEIS DA 1ª ZONA, 2003).[2] Devido às proporções da construção, os alicerces possuíam 25 palmos de profundidade na parte da frente e dos lados; a parte de trás, estava incrustada numa rocha (AMÁDIO, 1944). O material usado na construção, principalmente nas paredes externas, era composto de pedra granítica, originária dos arredores de Porto Alegre, associada ao barro, à cal e a tijolos; as paredes do térreo tinham quase um metro de largura; e a construção possuía as mesmas características que foram observadas na demolição da Casa de Correção (SCHWARTSMANN, 2003).[3] Escravos especializados, pertencentes ao construtor, trabalharam na obra do prédio. A valorização era medida pelas capacidades técnicas, entre elas a de calcular a quantidade de material a ser utilizado na construção, como, por exemplo, o volume necessário de tijolos. Essa prática de valorização já tinha sido usada na construção da Ponte de Pedra, quando um escravo mulçumano de origem sudanesa foi o responsável pelos assentamentos dos arcos (SCHWARTSMANN, 2003).[4]

2 Certificado de 12 de maio de 2003. Registro de Imóveis da 1ª Zona. Procedência: 3-AK, fls. 191, nº 31.759; 33-AM, fls. 142, nº 33.987 e Partilha de 1911.
3 Trecho de entrevista oral com Cláudio Baptista Todeschini, em 5 de maio de 2003.
4 Trecho de entrevista oral com José Baptista Neto, em 13 de abril de 2003.

Sabe-se que arquitetos alemães projetaram algumas construções públicas em Porto Alegre, neste período, incluindo duas obras de João Baptista, a Casa de Correção e o Theatro São Pedro, que foram projetados, respectivamente, por Friedrich Heydtmann e por Karl Philipp Theodor von Normann. Apesar disso, não foram encontradas informações sobre o autor do projeto arquitetônico do Malakoff, talvez por tratar-se de obra particular. Conforme Günther Weimer (1999), os dados disponíveis em relação às obras do período são bastante precisos quanto aos construtores e fiscais, mas, geralmente, omitem o nome dos arquitetos (WEIMER, 1999).

Mas sabe-se que a construção seguiu as características do sobrado de estilo colonial português, com frontão neoclássico. Havia duas frentes por estar localizado numa esquina, e ao total eram quatro andares: o térreo usado por lojas, em que as portas em arco abriam-se diretamente para a calçada, e eram fechadas por tampões de madeira; no segundo andar, na face norte, havia um balcão com gradil de ferro em que se abriam portas envidraçadas; e no resto da fachada estavam as janelas de guilhotina. Ainda se observa que, no quarto e último andar, as dimensões das janelas de guilhotina e do pé direito são menores que dos outros andares; o telhado possuía duas águas com óculo visível no oitão; não havia distanciamento com o prédio vizinho, nem recuo na calçada; e um poço interno servia para iluminação e arejamento. Não existem informações precisas sobre as divisões internas da construção. No andar térreo, existiam três lojas, entre elas a Casa Pavão, que era uma fábrica de cigarros. No segundo andar, encontravam-se escritórios de firmas especializadas em importação e exportação e as habitações, como eram chamados os apartamentos, que dividiam os andares restantes. A ligação entre os andares fazia-se por uma escada iluminada por claraboia; ela era de pedra do térreo ao primeiro andar e de madeira nos últimos andares. A finalidade principal do prédio, fracionado em lojas, escritórios e habitações era a locação, portanto nunca foi habitado por seu proprietário ou herdeiros. Entre seus habitantes encontravam-se vários inquilinos de origem alemã, italiana e comerciantes de origem armênia, que se estabeleceram no local, o que refletia a variedade de origens da população do Rio Grande do Sul.

A peste bubônica no Edifício Malakoff e a Diretoria de Higiene do Estado (DHE)

Após a fase de construção, símbolo de progresso da cidade, o Malakoff passa por seu primeiro momento de crise, que o conduzirá à decadência, quando em 1924 a peste bubônica atinge em cheio seus andares e o Edifício torna-se alvo das preocupações dos responsáveis pela saúde pública no Estado. Como exemplo de medidas consideradas essenciais pela Diretoria de Higiene do Estado, encontravam-se a notificação dos casos, a determinação de reforma de prédios com a impermeabilização do solo, isolamento dos enfermos, expurgo, observação e visitas da polícia sanitária e perseguição dos ratos. A recusa da população em aceitar o oferecimento do veneno contra ratos era conhecida, o que dificultava o serviço. (ARCHIVOS RIO GRANDENSES DE MEDICINA, 1922). Em 1924, houve a notificação de 27 novos casos de peste bubônica em Porto Alegre. Dez pessoas morreram acometidas pela doença e vários focos de ratos mortos prenunciavam a disseminação da doença, na região central da cidade.

O jornal *Correio do Povo* enfatizou o acometimento de três pessoas por peste bubônica no Edifício Malakoff, e sabe-se da ocorrência de óbito de duas pessoas que lá trabalhavam. Oscar Silva, 16 anos, contaminou-se ao retirar ratos mortos da firma R. J. da Silva e Cia, estabelecimento dedicado ao comércio de venda de gasolina e materiais para automóveis, que funcionava no andar térreo do prédio; ele faleceu em sua residência. A Diretoria de Higiene da firma, ao tomar conhecimento, mandou desinfetar não só o prédio, onde apareceram os ratos mortos, como a casa onde morreu o jovem. Na semana seguinte, M. A. Vasconcellos, 60 anos, comerciante estabelecido com escritório de comissões e consignações no segundo andar do edifício, ao apresentar os sintomas da doença, foi levado ao Hospital de Isolamento e faleceu. Um outro menor de idade, morador do edifício, também foi acometido, entretanto não se teve informação sobre o andamento da doença (CORREIO DO POVO, 1924).

A notificação de novos casos do *mal levantino*, como também era chamada a doença, no Edifício Malakoff, fez com que a Diretoria de Higiene do Estado tomasse as providências cabíveis, ordenando, como medida profilática, que se revestisse de concreto o assoalho de toda a parte térrea do prédio. A completa desinfecção do local obrigou a saída dos moradores dos andares superiores e o fechamento das firmas J. R.

da Silva, Casa Pavão e Lomando & Brandão pelo período de dois dias (CORREIO DO POVO, 1924). Em editorial do *Correio do Povo*, observa-se o impacto que a doença estava causando na cidade e as medidas tomadas para sua profilaxia. De acordo com o jornal de "[...] que valerá a impermeabilização do solo de alguns edifícios se os roedores podem continuar a prosperar da mesma forma nos sótãos, nos esgotos, em mil e um escaninhos?" (CORREIO DO POVO, 1924, p. 3).

Modificações na arquitetura do Malakoff

Nas duas primeiras décadas do século XX, o centro de Porto Alegre sofreu um surto imobiliário e construtor que contribuiu para dar um novo aspecto à cidade. Imponentes edifícios públicos, como a Prefeitura Municipal (1901), Palácio Piratini (1909), Biblioteca Pública (1916) e a Delegacia Fiscal (1914) foram construídos, obedecendo ao estilo eclético. Conforme Doberstein (1988), diferente do que estava ocorrendo na Europa, o historicismo arquitetônico ainda era adotado nos grandes centros, como em São Paulo, Rio de Janeiro e Buenos Aires. Em Porto Alegre, o gosto das elites refletiu-se nos padrões da cultura clássica e da arquitetura historicista, que acompanharam o grande crescimento econômico e de desenvolvimento da região.

Até a década de 1920, houve muita ênfase na decoração de edificações. Foi a época em que mais se investiu em escultura, quando ela gozava de maior prestígio, mas ao fim dessa década a escultura entrou em decadência. Segundo Weimer (2003, p. 146), nas decorações das fachadas, "as platibandas das casas requeriam balaustradas, pinhas e outros enfeites que também encontravam aplicações nos demais elementos da construção e que eram realizados individualmente ou em série".

O crescimento da cidade, as mudanças de hábitos e gostos e as reformas que estavam ocorrendo nas décadas de 1910 e 1920 foram identificados por Sandra Pesavento (1999) nas crônicas da revista *Kodak*. Nas descrições de cenas do cotidiano, observavam-se os sinais de modernidade, que exprimiam confiança na renovação urbana e na transformação de Porto Alegre na metrópole sonhada. A revista *Kodak* registra tais impressões:

> Porto Alegre vai atravessando uma época de verdadeiro progresso, de assombrosa atividade. Os melhoramentos se notam todos os

> dias, em toda parte, fazendo da nossa capital, uma cidade e onde há acurado gosto estético. A febre de construção avassala todos...O gosto artístico vai se aperfeiçoando, vendo-se em todos os novos prédios, ou nos reconstruídos, acentuada beleza de ornamentos e de estilo. A antiga construção espanhola de telhado caído, sem 'platibandas', tornava Porto Alegre uma cidade feia, com aspecto lúgubre e colonial (MOI MÊME *apud* PESAVENTO, 1999, p. 329-330).

Porto Alegre, ao potencializar sua capacidade de hipervalorização das marcas de sua renovação urbana, tal como acontecera no Rio de Janeiro, demonstra o seu contínuo desejo de ser metrópole. Pesavento (1999) identifica situações locais marcantes, de épocas distintas, que configuram os sinais de civilização, como o advento do bonde elétrico em 1908, o Edifício Malakoff, no século XIX, a abertura da Avenida Borges de Medeiros e a construção do viaduto, iniciadas no final da década de 20. O velho Malakoff, contudo, foi perdendo a sua força de identificação na cidade, ao lado do Edifício Guaspari e nas cercanias de outros prédios mais modernos, transformando-se num obstáculo ao progresso imaginado pelos administradores e empresários.

Figura 1 – Edifício Malakoff (Virgílio Calegari, década de 1910)

Fonte: acervo do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.

Além disso, as injunções acarretadas pelo surto de peste bubônica não poderiam deixar de provocar sérios abalos entre os moradores e os proprietários do Malakoff. As modificações exigidas pela DHE coincidem com a reforma arquitetônica que alterou a fachada de forma radical e apagou as lembranças ainda remanescentes do bombardeio de 1892, nos primórdios da Revolução Federalista de 1893. Ao ser o Centro de Porto Alegre bombardeado pela canhoneira Marajó e pelo vapor Cupi, várias balas dirigidas para o Palácio do Governo o atingiram, devido a sua localização próxima ao Guaíba, mas como não eram explosivas, os efeitos não foram mais sérios (SANHUDO, 1975).

Em 1924, o Edifício Malakoff passou por uma reforma arquitetônica da fachada e pelas adequações impostas pela DHE. Na perspectiva dos proprietários, isso tornaria o prédio mais atual e rentável e acompanharia as modificações correntes na cidade. Dessa maneira, o estilo eclético substituiu o estilo luso-brasileiro em sua fachada externa; uma parede de tijolos colocados a pique é sobreposta à antiga parede externa (SCHWARTSMANN, 2003),[5] o elegante frontão é alterado com elementos historicistas e o novo frontão surgiu na frente leste. Além disso, desaparece o óculo e a sacada com gradil de ferro da face norte, janelas francesas passam a substituir as tradicionais de guilhotina e pequenos terraços são acrescentados à fachada. Ainda são distribuídos florões e enfeites, uma platibanda contorna o telhado e as portas em arco das lojas do térreo, que foram fracionadas, dão lugar a vitrines. Porém, as janelas de guilhotina do poço interno não são modificadas e o interior se mantém o mesmo.

Todas essas alterações causam um descontentamento, já que o prédio tinha características históricas, de acordo com Amádio:

> Em 1924, um grande erro: remodelaram a parte externa do edifício – nesse tempo já era edifício. Substituíram as janelas de guilhotina. Os rococós emplastaram a sobriedade da fachada. Adaptaram o casarão ao estilo em voga, roubando, assim, as características daquelas deliciosas eras da lentidão (AMÁDIO, 1944, p. 30).

Mesmo assim, o Malakoff manteve-se como imponente referência do século XIX, no Centro de Porto Alegre até o ano de 1957, quando foi demolido.

Considerações finais

A grande obra particular de João Baptista foi o Malakoff. Durante cerca de 100 anos, o edifício fez parte da configuração urbana de Porto Alegre. Apesar de não existir mais, é considerado um lugar de memória e é um indício para a compreensão da história urbana de Porto Alegre e de sua origem açoriana.

O Malakoff, mesmo com as tentativas de modernização, não conseguiu evitar o espectro da decadência que se aproximava num momento

5 Trecho de entrevista oral com Cláudio Baptista Todeschini, em 5 de maio de 2003.

em que ocorriam várias renovações na cidade. Certamente fatores como a descaracterização arquitetônica associada à remodelação urbana, à especulação imobiliária, ao desenvolvimento da cidade e à fraca valorização do conjunto arquitetônico da Capital Gaúcha Porto Alegre favoreceram o seu desaparecimento.

Referências

ALGUNS dados do Relatório da Diretoria de Hygiene do Estado. *Archivos Rio Grandenses de Medicina*, a. III, n. 11, 1922.

AMÁDIO, José. A agonia do Malakoff. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 372, nov. 1944.

CUESTA BUSTILLO, Josefina. *Memoria e historia*. Madri: Marcial Pons, 1998.

DOBERSTEIN, Arnoldo. Porto Alegre: 1898-1920. *Estatuária fachadista e monumental, ideologias e sociedade* (Porto Alegre, 1898-1920). Porto Alegre, Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, 1988.

DUARTE, Miguel A. de O. Um "empreiteiro de obras" açoriano em Porto Alegre. In BARROSO, Vera Lúcia M. (Org.). *Açorianos no Brasil*: História, Memória, Genealogia e Historiografia. Porto Alegre: EST, 2002.

FORTINI, Arquimedes. Revivendo o passado. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 6 maio. 1962.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre:* Guia Histórico. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.

FRANCO, Sérgio da Costa. O sistema prisional de Porto Alegre em 1830. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RG do Sul*, n. 132, 1998.

JORNAL *A Estrela do Sul*. Porto Alegre, 1862, p. 41-44.

MACEDO, Francisco R. *Porto Alegre:* história e vida da cidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1973.

MACHADO, Nara Helena N. *Modernidade, arquitetura e urbanismo:* o Centro de Porto Alegre. Porto Alegre, Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1998.

PARECER sobre a fundação do "Theatro São Pedro". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul,* n. 122, 1982.

MALIA, Martin. *Russia Under Western Eyes*: From the Bronze Horseman to the Lenin Mausoleum. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

PESAVENTO, Sandra J. *O imaginário da cidade.* Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

PESTE bubônica. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 25 mar. 1924, p. 4-5.

PESTE bubônica, *Correio do Povo.* Porto Alegre, 1º abr. de 1924, p. 4.

PESTE bubônica. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 6 abr. 1924, p. 3.

PORTFÓLIO Porto Alegre Antigo. Porto Alegre: Painel, 1972.

PORTO ALEGRE, Achylles. Malakoff. In: VARELA, Deusino (Org.). *História Popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: s. ed., 1940.

PORTO Alegre, Achylles. *História Popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: s. ed., 1940. (Org. Deusino Varela).

PRADO Júnior, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1965.

RECKZIEGEL, Ana Luiza; FÉLIX, Loiva (Org.). *RS: 200 anos:* definindo espaços na história nacional. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2002.

SANHUDO, Ary V. *Porto Alegre:* crônica da minha cidade. Porto Alegre: Movimento; Instituto Estadual do Livro, 1975.

SCHWARTSMANN, Leonor C. Baptista. *Edifício Malakoff*: trajetória para o esquecimento. Porto Alegre, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2003.

SMITH, Herbert. *Do Rio de Janeiro a Cuyabá*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1922.

SPALDING, Walter. *Pequena História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967.

WEIMER, Günther. *A arquitetura*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

WEIMER, Günther *A vida cultural e a arquitetura na República Velha Rio-Grandense* (1889-1945). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

OS AÇORIANOS E SEUS REMANESCENTES NA REGIÃO DE PORTO ALEGRE: APONTAMENTOS SOBRE AS POSSIBILIDADES DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS

Alberto Tavares Duarte de Oliveira[1]
Fernanda Bordin Tocchetto[2]

Introdução

Sempre quando lemos e ouvimos sobre a história de Porto Alegre nos deparamos com os casais açorianos que, na região, aportaram em 1752. Ali fizeram suas vidas, já que a promessa de se instalarem para os lados das Missões Jesuíticas não se cumpriu. Isto provoca uma pergunta: tais imigrantes teriam deixado suas marcas no que hoje compreende o município de Porto Alegre? Onde estariam elas?

Este é o tema que abordamos neste artigo. Trazer informações que estimulem curiosidades e reflexões sobre as materialidades remanescentes relacionadas às pessoas vindas do Arquipélago dos Açores, bem como aos seus descendentes, que ocuparam lotes, chácaras, fazendas, e que circularam pelos logradouros públicos nas áreas urbana e rural ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Mas o que seriam tais materialidades e como delas nos aproximaríamos para tecermos interpretações com o intuito de conhecer um pouco mais sobre o protagonismo açoriano em Porto Alegre?

Respondendo em parte a esta pergunta, nos referimos às materialidades arqueológicas, aquelas que se constituem como memórias materiais, as memórias materializadas (BARETTA, 2015) em espaços, em objetos. São estruturas arquitetônicas, lixeiras, peças de uso cotidiano de

1 Arqueólogo, mestre em História, atualmente é técnico do IPHAN, Porto Alegre/RS. Contato: albertotavares.arqueologia@gmail.com
2 Arqueóloga, doutora em História, servidora pública aposentada da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Contato: fernandatocchetto@gmail.com

diferentes suportes e até mesmo restos humanos, entre outros. Segundo Baretta (2015, p. 62)[3] "a materialidade conforma elementos importantes no que diz respeito à identidade e à memória na configuração da história do indivíduo". Neste momento entra a arqueologia que trabalha, fundamentalmente, com a cultura material e que tem o potencial de poder "[...] fazer lembrar "as pequenas coisas esquecidas" (diríamos também grandes) (GONZALES RUIBAL, 2008, p. 248, apud BARETTA, 2015, p. 63).

Neste sentido, apresentamos, neste texto, as materialidades, já levantadas e registradas como sítios arqueológicos, seu potencial para estudos sobre a presença açoriana na região, bem como algumas questões que consideramos importantes para futuras investigações.

Preâmbulo sobre a presença açoriana em Porto Alegre no século XVIII

Ao percorrermos o Centro Histórico de Porto Alegre, pisamos em ruas desde há muito traçadas, fato que ocorreu no final do século XVIII, em 1772, ano da criação da freguesia de São Francisco dos Casais. Antes disso, porém, já viviam pessoas de diferentes procedências neste mesmo espaço, grande parte delas oriunda das ilhas dos Açores, convivendo e circulando por caminhos e arruamentos sendo constituídos pelo viver cotidiano.

A história da chegada e instalação provisória dos "casais de número" açorianos, enviados por El-Rei (MEIRELLES, 2016), no que seria uma área pública da sesmaria do madeirense Jerônimo de Ornellas Menezes e Vasconcelos, em 1752, é bastante conhecida. Macedo (1993) coloca que faixas de um quarto de légua (1.650m) margeando rios navegáveis eram consideradas, pela lei de sesmarias, áreas públicas.[4] O sesmeiro começou a ocupar as terras por volta de 1732, vindo a receber o título provisório de propriedade em 1740. Sendo assim, próximo às margens do Guaíba, os casais aguardavam o seguimento da viagem para a região das missões jesuíticas, o que não se efetivou em função da eclosão da Guerra Guaranítica. De Porto de Viamão ou Porto do Dornelles, a localidade passou a se chamar Porto dos Casais (MACEDO, 1993), sugerindo que os casais teriam ali se estabelecido. No entanto, o monsenhor Ruben Neis, segundo pesquisa em livros de registros eclesiásticos de Viamão,

3 Jocyane Ricelly Baretta (2015) escreveu uma dissertação de Mestrado, onde desenvolveu e aplicou o conceito de memórias materiais, relacionadas à ditadura militar em Porto Alegre, através do olhar da Arqueologia.

4 Ver comentário sobre este tema em Meirelles, 2021.

afirma que os anos de 1753 e 1754 foram os de maior presença de açorianos no "porto do Dorneles" e que, em 1755, já não se encontravam em quantidade. Muitos foram para Santo Amaro, Rio Pardo e Taquari, enquanto outros ficaram no Porto dos Casais sem possuírem terra própria (MEIRELLES, 2021, p. 48).

A historiografia apresenta muitas informações importantes sobre o século XVIII, mas considerando o objetivo deste artigo, não nos dedicamos no detalhamento e aprofundamento dos fatos ocorridos e interpretações relacionadas. A produção histórica considerada tradicional tem sido discutida por diferentes historiadores que se debruçam sobre a história de Porto Alegre (ver MEIRELLES, 2016 e 2021) e muitos avanços têm sido alcançados. Então, seguindo num panorama bem sucinto sobre o período relacionado aos açorianos, os encontramos novamente quando recebem meias datas de terra para assentarem-se oficialmente na região. A antiga sesmaria de Jerônimo de Ornellas, vendida a Inácio Francisco no início da década de 1760, foi desapropriada para tal fim. Isso ocorre quando da criação da Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais em 1772, desmembrada da Freguesia de Viamão, e demarcação das principais ruas na península junto ao Guaíba, onde é hoje o Centro Histórico de Porto Alegre.

Pedro Meirelles (2021) apresenta várias fontes que abordam o tema sobre a localização das meias datas de terras distribuídas aos açorianos, não necessariamente somente ao que restou dos casais enviados por El-Rei. Em termos gerais, o autor (MEIRELLES, 2021) coloca que as datas rurais estariam situadas entre a freguesia de Viamão e a península do Porto, delimitadas por duas estradas que partiam do Portão da fortificação existente – a Estrada do Meio ou Caminho do Meio (atual Av. Protasio Alves) e a Estrada do Mato Grosso (atual Av. Bento Gonçalves).

> Aos casais que finalmente receberam terras com a fundação da freguesia em Porto Alegre cabia a tarefa de ocupação do cinturão agrícola daquela povoação, a produção de alimentos para a área urbana (a partir da agricultura familiar) e a disponibilidade de homens para a defesa do território em caso de guerra. (MEIRELLES, 2021, p. 61).

Considerando esse breve preâmbulo sobre a presença açoriana no século XVIII, no que viria se constituir o núcleo urbano de Porto Alegre e na sua extensa área rural, passemos agora aos remanescentes materiais

relacionados às/aos imigrantes insulares e descendentes que, ao longo dos séculos XVIII e XIX, construíram suas vidas como comerciantes, lavradoras/es, criadoras/es de gado, construtores, entre outras ocupações do período.

Evidências arqueológicas relacionadas a açorianos

Os sítios arqueológicos conhecidos e que apresentam elementos que poderiam ser vinculados aos açorianos referem-se, com maior segurança, a sedes de chácaras e fazendas. Na área que corresponderia ao núcleo urbano original de Porto Alegre, considerando sua ocupação intensiva ao longo dos séculos, com frequentes interferências no subsolo e nas estruturas arquitetônicas, incluindo alterações e demolições, poucas evidências do remoto século XVIII parecem ter restado (período que poderíamos relacionar com maior precisão aos açorianos). Não podemos atribuir exclusivamente, o que até o momento foi identificado, à ocupação de origem açoriana. São logradouros públicos e objetos encontrados em áreas de descarte de lixo. Habitantes de diferentes procedências circulavam pelo local, como portugueses continentais, africanos e indígenas.

Já na região que se estendia para além da península e, a partir do final dos setecentos, da fortificação (região extramuros), vestígios da ocupação rural se preservaram, mas também relacionados ao século XIX. A documentação histórica apresenta os nomes das/os proprietárias/os das chácaras e fazendas, possibilitando relacioná-las a açorianas/os e seus descendentes.

A seguir, apresentamos alguns dos principais sítios arqueológicos identificados no núcleo urbano original de Porto Alegre (atual Centro Histórico) e na área rural dos séculos XVIII e XIX (que se estende para além dos limites atuais do município):

a) Núcleo urbano no século XVIII, Porto Alegre

• Praça da Alfândega (RS-4314902-BA-ST-00008[5]): no século XVIII, o local correspondia ao Largo da Quitanda, cujo limite oeste era o Lago Guaíba. O sítio arqueológico inclui o trecho da Rua dos Andradas, conhecida como Rua da Praia, na faceta leste da Praça. Ali foram realizadas

5 Número de cadastro do sítio arqueológico no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

duas pesquisas arqueológicas. A primeira, em 2002, ocorreu em função de obras de instalação de dutos para equipamentos de telecomunicações na Rua dos Andradas (THIESEN; POUGUET, 2004). A segunda, entre 2006 e 2007, esteve associada ao Programa Monumenta, visando evidenciar novos elementos para o projeto de restauração da Praça (OLIVEIRA, 2007). Os resultados que nos interessam neste artigo estão relacionados ao século XVIII, como a identificação de antigos níveis da via e da praça, e locais de deposição de refugos domésticos e de atividades realizadas na área. A camada arqueológica mais recuada está associada ao solo natural do terreno, à antiga praia. Nesta ocupação, que podemos associar ao período em questão, em local próximo ao limite com a rua, por exemplo, foram coletadas peças fragmentadas em faiança portuguesa[6] e em cerâmica de matriz africana e indígena. O período de ocupação e/ou de descarte de materiais com maior intensidade situa-se entre o final do século XVIII e início do XIX (LAZZAROTTI, 2013).[7] O Largo da Quitanda era uma área de comercialização de madeira, gêneros alimentícios, entre outros, e onde conviviam pessoas de diferentes grupos sociais, livres e escravizadas (LAZZAROTTI, 2013; OLIVEIRA; TOCCHETTO, 2010).

• Cemitério da Igreja Matriz (RS-4314902-BA-ST-00044): o antigo cemitério está situado no subsolo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, nos fundos da atual Catedral Metropolitana. O Cemitério da Matriz existiu entre os anos de 1772 e 1850, em um terreno em declive atrás da antiga Igreja da Matriz. Em função de obras de implantação de redes de drenagem pluvial e de instalação de uma área para estacionamento no terreno da Cúria, foi desenvolvida uma pesquisa arqueológica, entre 2011 e 2012, em duas áreas próximas às Ruas Espírito Santo e Fernando Machado (CAPPELLETTI, 2020). Foram identificados diversos enterramentos, em diferentes estados de conservação.[8] Os remanescentes hu-

6 Peças cerâmicas em faiança, de origem persa, começaram a ser produzidas em Portugal no final do século XVI (ETCHEVARNE, 2006). Em Porto Alegre encontramos esta louça em contextos arqueológicos associados ao século XVIII. Com a produção em larga escala da faiança fina, na Inglaterra, na segunda metade dos setecentos, e a abertura dos portos para importações em 1808, o consumo de peças em faiança portuguesa foi sendo substituído pelo de peças em faiança fina, de qualidade superior, variedade de padrões decorativos e preços acessíveis.

7 Recomendamos a leitura da dissertação de Mestrado de Marcelo Lazzarotti (2013), onde o autor apresenta, analisa e interpreta, através de fontes arqueológicas e históricas, a formação de Porto Alegre como uma cidade portuária. Aborda seis sítios arqueológicos situados na antiga orla do Guaíba, no Centro Histórico - Mercado Público Central, Praça Parobé, Praça Rui Barbosa (atual Centro Popular de Compras), Praça da Alfândega, Praça Brigadeiro Sampaio e Praça Júlio Mesquita, grande parte com contextos referentes a ambos os séculos XVIII e XIX.

8 Recomendamos a leitura da dissertação de Mestrado de Pedro von Mengden Meirelles (2016), onde aborda, para além do tema principal, aspectos da pesquisa arqueológica realizada por Cappelletti (2013).

manos coletados estão sob guarda do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo e foram emprestados, em 2013, ao Laboratório de Genética Humana e Molecular da Faculdade de Biociências da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (LGHM-PUCRS). Não foi possível relacionar os enterramentos encontrados com a documentação sobre as pessoas falecidas, existente no Arquivo da Cúria Metropolitana. Existem inúmeros atestados de batismos, de casamentos e de óbitos de indivíduos de origem açoriana, indicando a possibilidade de enterramentos associados a esses documentos.[9]

• Ruas e avenidas do Centro Histórico (RS-4314902-BA-ST-00022): em função da instalação de redes de telefonia em várias ruas do Centro Histórico, ocupadas desde o século XVIII, foi realizado o monitoramento arqueológico, em 2004, das escavações no subsolo. Foram identificadas áreas de descarte de lixo dos séculos XVIII e XIX, e refugos em camadas de aterros, sendo coletadas peças em faiança portuguesa, adquiridas e utilizadas principalmente no século XVIII, entre outros objetos (CARLE, 2004). As peças em faiança portuguesa foram encontradas, principalmente, nas ruas mais próximas da antiga orla do Guaíba, na parte baixa da cidade. Os locais corresponderiam, provavelmente, a áreas de descarte de lixo doméstico.

• Largo Glênio Peres e Praça XV de novembro (RS-4314902-BA-ST-00004): em função de um projeto de revitalização do entorno da Praça XV de novembro, entre 2014 e 2015, foi realizado o monitoramento arqueológico das intervenções no subsolo nas vias circundantes. Foram identificadas áreas de descarte de lixo (BISONHIM, 2015) que poderiam estar relacionadas a refugos domésticos e de atividades comerciais dos séculos XVIII e XIX. No local, nos setecentos, comercializavam frutas, legumes e peixes, junto a pequenas embarcações na orla do Guaíba. Logo a área ficou conhecida como Praça do Peixe e, ao lado, Praça do Paraíso (MACEDO,1993). Esta última veio a se chamar Praça do Mercado, a partir de 1844, com a construção do primeiro Mercado, onde, atualmente, é a Praça XV de novembro. Em alguns pontos da escavação das valas para substituição das redes de águas pluviais e de água e esgoto foram encontradas peças de faiança portuguesa, indicando uma ocupação da área, desde o século XVIII, corroborada pela documentação histórica.[10]

9 Informação pessoal fornecida por Ângela Maria Cappelletti em maio de 2023.

10 No livro "A Faiança Fina em Porto Alegre" (TOCCHETTO et al., 2001) encontramos considerações sobre a formação de lixeiras coletivas, no século XIX, em áreas limítrofes à orla do Guaíba em dois sítios próximos ao local em questão – o Mercado Público Central e a Praça Rui Barbosa, onde hoje está instalado o Centro Popular de Compras. Ver, também, em Lazzarotti (2013).

b) Área rural nos séculos XVIII e XIX

• Sítio da Chácara (RS-4323002-BA-ST-00004): o local foi registrado como sítio arqueológico pela grande probabilidade de, ali, ter sido instalada a sede da sesmaria de Jerônimo de Ornellas Menezes e Vasconcelos, oriundo da ilha da Madeira, (SPALDING, 1967). Atualmente está localizado numa propriedade particular, na Vila Santa Isabel, município de Viamão, vizinho ao de Porto Alegre. Duas evidências indicam tal possibilidade: 1) existência de remanescentes de uma parede e um alinhamento de pedras – as "ruínas da chácara" –, entranhada em uma imensa figueira. Tais "ruínas" fariam parte de uma grande casa construída de pedras que, segundo cidadãos viamonenses, seria muito antiga (TOCCHETTO; REIS, 2004)[11]; 2) documento histórico indicando que a sede da estância se localizava "[...] "ao pé da Capela de Viamão",[12] voltada para Viamão, ocupando a face leste do morro [...]" (NEUMANN, 1997, p. 17).

• Fazenda Lomba do Pinheiro (RS-4314902-BA-ST-00009): conhecida como Fazenda Boqueirão, foi alvo de pesquisa arqueológica em 2015 e 2016 em função de um projeto de instalação de um loteamento. Está localizada no Bairro Lomba do Pinheiro. Foram identificadas estruturas relacionadas à casa de moradia, cozinha, atafona, taipa de pedras, fundações de uma provável senzala, entre outras. Atualmente encontram-se em ruínas devido ao abandono e à depredação (OLIVEIRA, 2017). A Fazenda Boqueirão foi propriedade da família Mariante, do final do século XVIII ao início do XX. Entre 1789 e 1791, a terra foi adquirida por Manuel Lourenço Mariante, açoriano da ilha das Flores, e Maria da Silveira, sua esposa, da ilha de São Jorge (OLIVEIRA, 2017). Outrora pertencente à antiga Fazenda, outro sítio arqueológico foi registrado no mesmo bairro – Sítio Lomba do Pinheiro (RS-4314902-BA-ST-00028) –, que foi alvo de duas pesquisas. A primeira, que descobriu a existência do sítio, foi realizada em 2010 como exigência do licenciamento ambiental relacionado à instalação de uma adutora de abastecimento de água (OLIVEIRA, 2011). A segunda, em 2011, visava expandir e aprofundar o estudo anterior. As investigações evidenciaram contextos com a presença de variadas pe-

11 Informações sobre as "ruínas da chácara" foram fornecidas, em 1997, pelo então Secretário da Cultura de Viamão, o artista plástico e gravurista Wilson Furtado Cavalcanti, que conhecia o local, durante a pesquisa de campo, visando encontrar a sede da sesmaria de Jerônimo de Ornellas. O projeto era coordenado pelo Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.

12 APERGS. Anno 1779. Autos n 767, maço 23. 2º Cartório do Cível. Autor: Miguel Braz Lopez (Medição). In: NEUMANN, 1997.

ças cerâmicas de produção local, provavelmente confeccionadas por pessoas escravizadas pelos proprietários da Fazenda Boqueirão. Além da cerâmica de matriz africana, também foram coletadas peças produzidas por indígenas Guarani (TATSCH, 2015).

• Casa Branca (RS-4314902-BA-ST-00011): o local onde, até 1972, existia a denominada Casa Branca do Morro Santana, foi registrado como sítio arqueológico tendo em vista a implantação de uma praça em parte da antiga propriedade, na década de 1990. Está situada ao pé do Morro Santana, no Bairro Jardim Itália. Pertencera a Joaquim Estácio Bittencourt do Canto, neto do açoriano Joaquim Borges Bittencourt do Canto, de Angra do Heroísmo, ilha Terceira,[13] provavelmente ao longo da primeira metade do século XIX e, talvez, mesmo antes. A sede da fazenda, de estilo colonial luso-brasileiro, foi cedida aos revolucionários farroupilhas para ali estabelecerem seu quartel-general em 1835. Foi propriedade de Apolinário Porto Alegre, entre 1885 e 1904. Em 1972, a Casa Branca foi demolida pelo então proprietário Marcos Rubim que, por grande ironia, deu o nome ao lugar - Parque Marcos Rubim (CORRÊA; DOBERSTEIN, 2005). Na época do registro do sítio, pelo Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, eram visíveis, na superfície do terreno, vestígios de estruturas de habitação e fragmentos de peças em louça.

• Solar da Travessa Paraíso (RS-4314902-BA-ST-00015): o Solar, situado no Bairro Menino Deus, atualmente é propriedade da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e ocupado pela Secretaria da Cultura. A documentação pesquisada mais recuada se refere, em 1809, à existência da "Chácara no lugar do Christal". Em 1829 foi adquirida por Onofre Pires da Silveira Canto, alguns anos antes de se tornar general da Revolução Farroupilha, vindo a falecer em razão de um duelo com Bento Gonçalves em 1844. Onofre Pires era neto de açorianos – do Capitão-Mor José Francisco de Silveira Casado, natural de Santa Luzia, ilha do Pico, e de Bibiana Josepha Bittencourt do Canto, de Angra do Heroísmo, ilha Terceira. E mais: seu tio-avô Joaquim Borges Bittencourt do Canto era avô de Joaquim Estácio Borges Bittencourt do Canto, primeiro proprietário da Casa Branca do Morro Santana, e, também, bisneto de Jerônimo de Ornellas Menezes Vasconcelos.[14] Como vemos, há vínculos parentais de açoria-

13 Informação fornecida pelo incansável pesquisador da Casa Branca, Luís Zildo Severo Spadoni, em junho de 2023. A fonte utilizada foi o site https://wwwfamilysearch.org/pt/.

14 As informações genealógicas foram a nós fornecidas pelo pesquisador e colaborador deste artigo Luís Zildo Severo Spadoni, em junho de 2023. A fonte utilizada foi o site https://wwwfamilysearch.org/pt/.

nos e descendentes que relacionam três sítios arqueológicos aqui apresentados – o Sítio da Chácara (sede da sesmaria), a Casa Branca e o Solar da Travessa Paraíso. O Solar da Travessa Paraíso, um sobrado com características coloniais e influências da arquitetura neoclássica em sua fachada, foi alvo de pesquisas arqueológicas em diferentes momentos, no interior de suas estruturas e em áreas de descarte cotidiano de lixo doméstico (TOCCHETTO, 2010).

Os acervos arqueológicos provenientes dos sítios apresentados estão sob guarda do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, órgão da Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre.

Os sítios arqueológicos situados em Porto Alegre, apresentados acima, indicam as possibilidades de existência – mesmo apesar das intensas transformações no subsolo e nas estruturas edificadas da cidade, bem como da expansão da malha urbana – de remanescentes materiais da ocupação humana nos séculos XVIII e XIX. Haja visto que, no Centro Histórico, foram registrados sítios com presença de materiais indígenas pré-coloniais, anteriores à chegada dos colonizadores de origem europeia, e africanos escravizados. São poucos os sítios conhecidos vinculados a açorianos, considerando a contínua ocupação do núcleo urbano original e a instalação de chácaras e fazendas – de lazer e/ou produção – na antiga área rural, mas que nos indicam o potencial existente para desenvolvimento de futuras pesquisas arqueológicas sobre o patrimônio cultural relacionado à presença açoriana em Porto Alegre.

Um açoriano empreiteiro – João Baptista Soares da Silveira e Souza

Ao identificar vestígios remanescentes na região de Porto Alegre de alguma forma relacionados aos açorianos que por aqui viveram, um nome se destaca: João Baptista Soares da Silveira e Souza. Conforme Sérgio da Costa Franco (1998), este açoriano nascido na ilha de São Jorge teve um importante papel como empreiteiro de obras municipais em Porto Alegre no terceiro quartel do século XIX. Dentre essas obras se destacam: o aterro da Praça do Paraiso (atual Praça XV de novembro) para a construção do Mercado Público, a Ponte de Pedra do Riacho, o prédio da Bailante (onde hoje se encontra a Assembleia Legislativa) e a antiga Casa de Correção. Ligado à construção civil[15] também foi res-

15 Ver também Luiz Fernando Rhoden (2022).

ponsável por obras privadas, destacando-se pela construção do prédio mais alto da cidade à época, com quatro pavimentos, conhecido como "Malakoff", em frente ao Mercado Público.

Pelo uso de mão de obra escravizada, conforme Franco (1998, p. 392), ficou afamado como "homem dos mil escravos". Nesse sentido, cabe lembrar o papel desempenhado por africanos e seus descendentes na edificação da cidade. E longe de um texto laudatório a este empreiteiro, as construções a ele atribuídas também são o resultado do trabalho de homens e mulheres escravizados. Portanto, de alguma maneira tais vestígios igualmente permitem nos aproximarmos das obras de centenas de anônimos.

Na sequência apontaremos duas construções edificadas pelo açoriano empreiteiro, onde os remanescentes existentes foram ou podem ser estudados a partir da Arqueologia. Um destes corresponde a uma das suas obras públicas – a antiga Casa de Correção –, e o outro compreende à sede de sua estância.

A antiga Casa de Correção, construída em meados do século XIX, foi abandonada e demolida na década de 1960. Entre maio de 2016 e maio de 2017 foi realizada pesquisa arqueológica junto à obra de implantação do Parque Urbano da Orla do Guaíba, especificamente na região junto à atual Praça Júlio Mesquita e entorno do Centro Cultural Usina do Gasômetro. Nesse momento foram descobertas várias estruturas da antiga cadeia (OLIVEIRA, 2017). Tal região corresponde ao sítio arqueológico Complexo Usina Termelétrica e Casa de Correção (RS-4314902-BA-ST-00025).

As estruturas da Casa de Correção foram evidenciadas, registradas e preservadas. Hoje encontram-se encobertas. Como exemplos do que foi encontrado, destacamos a localização do portão de entrada da cadeia na Rua Salustiano (Figura 1) e o portão existente junto ao Guaíba (Figura 2).

O outro exemplo de edificação ligada ao açoriano João Baptista Soares da Silveira e Souza compreende o conjunto de prédios que compõe a sede de sua estância, conhecida como "Casa dos Baptistas". O local, hoje, é denominado "Mato do Júlio", no atual município de Cachoeirinha, vizinho a Porto Alegre. A Estância dos Baptistas é um dos raros remanescentes da arquitetura lusa do século XIX, relacionados à ocupação rural. Se observa, na planta apresentada por Riopardense de Macedo (1987, p. 81), a existência da atafona, tulha, casa do charque e senzala, junto da edificação principal. Este conjunto é um exemplo típico das estâncias

nesta região. Cabe ressaltar a referência à senzala, pois durante o século XX as senzalas foram paulatinamente sendo apagadas das unidades rurais, sendo raros os casos em que hoje se encontrem ainda em pé. Atualmente, o conjunto edificado encontra-se em processo de deterioração devido ao abandono pelos proprietários e pela municipalidade. O tombamento municipal dos bens ocorreu em 2022 e, em abril deste ano, a Prefeitura de Cachoeirinha informou que faria o escoramento das paredes que corriam risco de desabamento.[16]

Pelo grau de preservação deste local e pelos elementos existentes, a Estância dos Baptistas apresenta grandes possibilidades para estudos sobre o cotidiano de uma unidade rural e suas transformações ao longo dos séculos XIX e XX, especialmente para a compreensão sobre os diferentes grupos sociais presentes nessa estância. Por sua relevância foi cadastrado como sítio arqueológico em 2019 (RS-4303103-BA-ST-00001).

Figura 1 – Casa de Correção: muro e base do portão de entrada na Rua Salustiano

Fonte: arquivo de Alberto Tavares Duarte de Oliveira.

16 Jornal digital O Repórter: www.oreporter.net, em 04/04/23. A luta pela preservação do Mato do Júlio tem sido liderada, há muitos anos, pela Associação de Preservação da Natureza - Vale do Gravataí (APNVG).

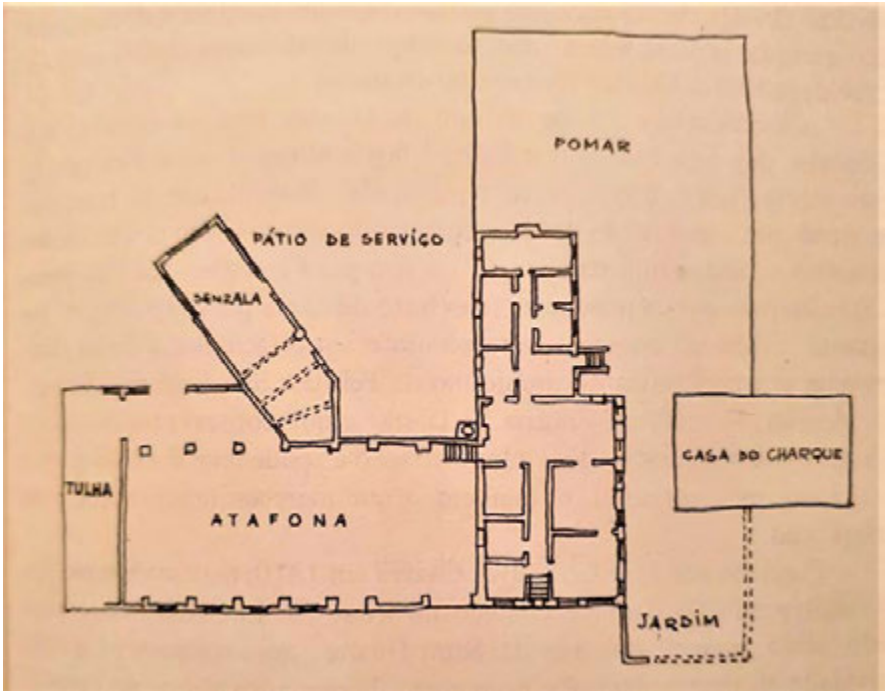
Figura 2 – Casa de Correção: portão junto ao Guaíba

Fonte: arquivo Alberto Tavares Duarte de Oliveira.

Figura 3 – Casa dos Baptistas: foto de drone com a situação atual

Fonte: imagem captada e cedida por Tuelho Post, em 20/01/2023, fornecida por Leonardo da Costa Silva, Tesoureiro da Associação de Preservação da Natureza - Vale do Gravataí (APNVG).

Figura 4 – Casa dos Baptistas, conforme Riopardense de Macedo



Fonte: MACEDO, 1987, p. 81.

Considerações finais

Os estudos arqueológicos sobre o início da ocupação europeia da região de Porto Alegre que compreende o período colonial, passam pela compreensão dos processos de fixação neste território dos imigrantes açorianos. Nesse sentido, identificar e estudar vestígios arqueológicos em contextos do século XVIII e início do XIX, como depósitos de lixo, estruturas remanescentes de edificações, entre outros, permitem trazer à luz aspectos sobre seu cotidiano, transformações culturais, relações com etnias indígenas e com os diferentes grupos africanos trazidos como força de trabalho escravo, entre inúmeras outras perspectivas.

Até o momento, pesquisas arqueológicas desenvolvidas sobre este enfoque não foram realizadas na região. Mesmo nos estudos sobre os sítios arqueológicos já identificados, o olhar sobre a presença açoriana e seus significados está ausente. A cultura material remanescente dos imigrantes insulares e seus descendentes, no contexto das relações sociais da época, pode ser interpretada quanto ao seu protagonismo em uma nova realidade.

Aqui encontraram uma colônia dependente de Portugal, uso de mão-de-obra escravizada, novos meios de subsistência, como a produção de farinhas de mandioca e de milho – plantas cultivadas pelos indígenas –, nas atafonas instaladas nas fazendas e chácaras. Os açorianos se tornaram escravocratas, como se evidencia nos vestígios materiais das senzalas e nas listagens de escravos nos inventários *pos mortem,*[17] por exemplo.

Neste sentido e buscando pelo protagonismo açoriano num contexto de desafios ao que era novo, diferente, de adaptações, de desejos de ascensão econômica e de disputas por poder e territórios, as materialidades arqueológicas sobrevivem como memórias materiais. São as memórias materializadas em espaços ocupados, usufruídos, construídos, em objetos. Como coloca Baretta:

> O universo material está presente na vida cotidiana das pessoas, nas coisas pessoais ou na casa em suas mais diferentes formas. A materialidade conforma elementos importantes no que diz respeito à identidade e à memória na configuração da história do indivíduo [...] (BARETTA, 2015, p. 62).

O que apresentamos neste artigo são possibilidades, ainda por explorar, no âmbito da arqueologia histórica, interdisciplinar – que envolve os campos da História, da Antropologia e da Arquitetura, entre outros. Nesta perspectiva, investigações sobre as memórias materiais dos séculos XVIII e XIX podem trazer à luz novas questões sobre os açorianos e seus descendentes, que se somariam e/ou se confrontariam com as informações contidas em documentos escritos. Importante salientar que tais possibilidades se estendem para além da região de Porto Alegre, considerando outras localidades do Rio Grande do Sul que receberam os imigrantes, como Rio Pardo, Santo Amaro, Triunfo, entre outros.

Há muito ainda para se pesquisar sobre a presença açoriana em uma perspectiva da Arqueologia. Contudo, para tal, é necessário que se preservem os lugares relacionados a suas memórias.

Referências

BARETTA, Jocyane Ricelly. *Arqueologia e a construção de memórias materiais da ditadura militar em Porto Alegre/RS (1964/1985).* Campinas, 2015. 193p. Dissertação (Mestrado em História/Área História Cultural) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP.

17 Sobre este tema, ver Gomes (2018).

BISONHIM, Kelli. *Relatório de Pesquisa*: Monitoramento arqueológico e curadoria - Praça XV - Município de Porto Alegre/RS. Porto Alegre, setembro de 2015 (Documento entregue ao IPHAN e ao Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo de Porto Alegre Joaquim Felizardo).

CAPPELLETTI, Angela Maria. Ossos do Ofício: escavando o antigo Cemitério da Igreja Matriz de Porto Alegre/RS. In: CASTRO, Elisiana Trilha Castro et al. (Org.) *Cemitérios:* gestão, culturas e religiosidades [recurso eletrônico]. Porto Alegre: ISCMPA, 2020, p. 86-98.

CARLE, Mirian. *Relatório Técnico Final*: Monitoramento arqueológico na área de instalação de linha telefônica da GVT Telefonia no Mercado Público, no seu lado sul, junto ao Largo Glênio Peres, no Bairro Central do Município de Porto Alegre/RS. Porto Alegre, dezembro de 2004 (Documento entregue ao Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo).

CORRÊA, João Alexandre; DOBERSTEIN, Juliano. *Memória em ruínas:* a Casa Branca do Morro Santana. Porto Alegre: Dacasa, 2005.

ETCHEVARNE, Carlos. Aspectos da cerâmica colonial do século XVII, em Salvador, Bahia. *Clio Arqueológica*, Recife, v. 1, n. 20, p. 53-79, 2006.

FRANCO, Sérgio. *Porto Alegre*: Guia Histórico. 3ª ed., Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

GOMES, Luciano Costa. *Camponeses e pequenos escravistas:* estrutura econômica, reprodução social e vínculos extradomiciliares de produtores rurais em Porto Alegre e Viamão, décadas finais do século XVIII. Porto Alegre, 2018, 332p. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS.

GONZÁLES-RUIBAL, Alfredo. Time to destroy an archaeology of supermodernity. *Current Anthropology*. v. 49, n. 2, abr. 2008.

LAZZAROTTI, Marcelo dos Santos. *Arqueologia da margem. Porto Alegre*: a formação de uma cidade portuária (do século XVIII a meados do século XIX). Porto Alegre, 2013, 308p. Dissertação (Mestrado em História, Área de Concentração em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre.* Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.

MACEDO, Francisco Riopardense de. Arquitetura Luso-Brasileira. In: BERTUSSI, Paulo Iroquez et al. (Org.). *A Arquitetura no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 53-94.

MEIRELLES, Pedro von Mengden. *Um terreno cheio de asperezas:* o Cemitério da Matriz de Porto Alegre no cotidiano da cidade (1772-1888). Porto Alegre, 2016, 250p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS.

MEIRELLES, Pedro von Mengden. *Os Filhos da Mãe Santíssima:* os Terceiros das Dores e os Irmãos da Misericórdia na Porto Alegre do século XIX (1800-1850). Porto Alegre, 2021, 439p. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS.

NEUMANN, Eduardo. *Relatório Final:* Atividades do Projeto Primeiros Povoadores de Porto Alegre. Porto Alegre, 1997 (Documento apresentado ao Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo/SMC/PMPA).

OLIVEIRA, Alberto. *Relatório Técnico Final:* Pesquisa arqueológica na Praça da Alfândega, Programa Monumenta – Porto Alegre/RS. Porto Alegre, fevereiro de 2007. (Documento apresentado ao IPHAN pelo Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo JF).

OLIVEIRA, Alberto. *Relatório Técnico Final:* Pesquisa e monitoramento arqueológico para implantação do Parque Urbano da Orla do Guaíba, Porto Alegre/RS. Porto Alegre, julho de 2017. (Documento apresentado ao IPHAN e ao Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo JF).

OLIVEIRA, Alberto. *Relatório Técnico Final:* Pesquisa arqueológica junto à obra de instalação da adutora de interligação Belém Novo - Lomba do Sabão, Município de Porto Alegre/RS. Porto Alegre, fevereiro de 2011. (Documento apresentado ao IPHAN e ao Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo).

OLIVEIRA, Alberto. *Relatório Técnico Final:* Diagnóstico arqueológico interventivo para o Loteamento Afonso Lourenço Mariante (antiga Fazenda Boqueirão), Município de Porto Alegre/RS. Porto Alegre, março de 2017. (Documento apresentado ao IPHAN e ao Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo).

RHODEN, Luiz Fernando. A presença dos açorianos e seus descendentes na construção de Porto Alegre. In: BARROSO, Véra Lúcia Maciel et al. (Org.). *Açorianos em Porto Alegre:* História, Genealogia e Cultura. Porto Alegre: Evangraf, 2022, p. 135-151, 9.09 Mb; ePUB. [recurso eletrônico].

SPALDING, Walter. *Pequena História de Porto Alegre.* Porto Alegre: Sulina, 1967.

TATSCH, Juliana Pozzo. *Arqueologia da escravidão em um sítio rural na Porto Alegre oitocentista:* as relações espaciais e materiais no sítio RS.JA-74. Pelotas, 2015, 143p. Dissertação (Mestrado em Antropologia/Concentração em Arqueologia) – Instituto de Ciências Humanas, UFPEL.

THIESEN, Beatriz; POUGUET, Martial. Monitoramento Arqueológico na Praça da Alfândega. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, v. 26, n. 35/36 (jan./dez.2002), p. 145-149, 2004.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin. *Fica dentro ou joga fora?* Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista. Porto Alegre: Oikos, 2010.

TOCCHETTO, Fernanda; OLIVEIRA, Alberto. Uma leitura arqueológica do Centro Histórico de Porto Alegre. In: POSSAMAI, Zita Rosane (Org.). *Leituras da Cidade.* Porto Alegre: Evangraf, 2010, p. 55-81.

TOCCHETTO, Fernanda; REIS, José Alberione dos. Práticas arqueológicas no Morro Santana e o estudo de uma chácara oitocentista. BARROSO, Véra Lúcia Maciel; OSMARI, Maria (Org.) *Do Morro Santana, a cidade de Porto Alegre*. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2004, p.27-55.

TOCCHETTO, Fernanda; SYMANSKI, Luís Cláudio P.; OLIVEIRA, Alberto; CAPPELLETTI, Angela M.; OZÓRIO; Sérgio R. *A faiança fina em Porto Alegre:* vestígios arqueológicos de uma cidade. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal de Cultura, 2001.

A VILA DE SANTO AMARO/RS – PATRIMÔNIO NACIONAL BRASILEIRO

Luiz Fernando Rhoden[1]

Introdução

O presente trabalho insere-se no contexto das comemorações dos 270 anos da chegada dos primeiros casais açorianos ao Rio Grande do Sul e trata da vila de Santo Amaro, localizada no município de General Câmara/RS, que foi um dos povoados criados *ex nihilo,* pelo governo português, para receber aqueles casais, no século XVIII. Esta vila foi reconhecida como patrimônio nacional brasileiro, em 1998, sendo atualmente o único conjunto urbano referente ao povoamento açoriano no Brasil, assim considerado.

Embora esse reconhecimento oficial seja muito importante no contexto da cultura nacional brasileira, as condições de seu estado de conservação não são boas.

Há muita retórica, mas efetivamente nada é feito para evitar o estado de arruinamento de alguns prédios de seu conjunto urbano. Pretende-se, portanto, além de evidenciar todo o processo de reconhecimento daquele bem cultural, reverberar mais um grito de alerta, dos muitos já dados, para que o atual estado de conservação da Vila de Santo Amaro seja de fato revertido por parte de todos os agentes públicos envolvidos e das pessoas que se interessam pela preservação da memória açoriana no Rio Grande do Sul e no Brasil.

1 Arquiteto/UFRGS, especialista em Restauração e Conservação de Monumentos e Sítios/UFBa, mestre em História Ibero-americana/PUCRS, doutor em Arquitetura e Urbanismo/UFBa, pós-doutor em História/PUCRS. Ex Superintendente do IPHAN/RS. Autor dos livros "Urbanismo no Rio Grande do Sul: origens e evolução" (EDIPUCRS, 1999) e "Urbanismo e arquitetura na região fronteiriça do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX" (Armazém Digital, 2013). Porto Alegre/RS.

Os valores reconhecidos

Possivelmente este texto será lido por uma parte razoável de leitores não brasileiros. Serão açorianos, portugueses em geral e mesmo por pessoas de outras nacionalidades.

É importante, então, apresentar a instituição responsável, no Brasil, pelos tombamentos dos bens culturais de valor nacional. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN é uma das mais antigas instituições nacionais, reconhecido em nível internacional e que recentemente completou 86 anos de existência, tendo sido criado em 13 de janeiro de 1937. Sua função é preservar e conservar o patrimônio cultural nacional, material e imaterial, através do tombamento (classificação), realização de obras de restauração e de conservação e por ações de divulgação e valorização desse mesmo patrimônio.

Sua atuação, ao longo de todos esses anos, contribuiu para a consolidação da nacionalidade brasileira, a partir do reconhecimento de importantes bens culturais, espalhados por todo o território nacional, que contam a nossa história. Esse trabalho teve sempre por base a preservação de bens móveis e imóveis originais, autênticos suportes materiais dos fatos que marcaram a história brasileira. A partir do início do século XXI, o IPHAN passou a se preocupar, também, com a preservação do rico patrimônio imaterial do povo brasileiro. Trata-se dos fazeres e saberes das diferentes comunidades e etnias formadoras da nacionalidade brasileira, que passaram a ser registrados como patrimônio nacional.

Cabe ao IPHAN, portanto, reconhecer a relevância dos valores de determinado bem cultural, móvel e imóvel, em nível nacional, para sua inscrição, no livro do Tombo, como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Desde a Constituição Federal de 1988, cabe também aos Estados Federados (26 no total), ao Distrito Federal (Brasília) e aos municípios legislarem e protegerem os bens culturais, no âmbito de seus territórios, e que tenham vinculação com as histórias regionais e locais.

Portanto, o reconhecimento da relevância da Vila de Santo Amaro, como patrimônio nacional brasileiro passou pela análise do IPHAN, que levou em consideração os valores atribuídos ao conjunto urbano e sua importância no contexto nacional. Trata-se de seu valor urbanístico, enquanto traçado urbano inédito no contexto português do século XVIII e histórico, como núcleo formado no processo de conquista e povoamento do território do Rio Grande do Sul.

Quando se fala em traçado urbano estamos falando de um assentamento humano, espontâneo ou planejado. É espontâneo se as moradias vão sendo construídas, sem uma orientação formal previa, uma ao lado da outra, conformando um caminho – as ruas. Nestes casos temos as ruas como resultado da localização das moradias. Não há um traçado predeterminado e quase sempre é irregular.

Será planejado, quando for resultado de um projeto, pensado previamente, com uma geometria, tem um traçado que se adapta, em maior ou menor grau, à topografia das áreas escolhidas. Nesses casos temos as moradias sendo construídas segundo um determinado desenho urbano, nas ruas previamente estabelecidas e sempre será regular. Porém, o que é ser um traçado regular? A regularidade é da forma ou da norma? É comum ver-se a expressão "traçado ortogonal" ou "traçado reticulado" como sinônimos de "traçado regular". Tal não é o entendimento aqui adotado, porque entende-se por regular ou regularidade, aquilo que está de acordo com as regras, as leis, ou seja, traçado regular, será associado aqui ao fato de existir previamente uma regra, ou lei que defina uma determinada configuração urbana. Assim, um traçado urbano será, sempre, a forma de uma norma. A norma é uma ideia, um conceito, que se tornará realidade quando for traçado o plano de um povoado que, por conseguinte, estará carregado de significados políticos e culturais implícitos ou explícitos na norma que lhe precedeu. Obviamente que este conceito é temporal, sendo, portanto, regular o que estiver de acordo com a lei ou regra vigente naquele momento histórico. Consequentemente, a configuração urbana de uma regra qualquer pode mudar, e mudou ao longo do tempo (RHODEN, 2014).

O valor urbanístico de Santo Amaro

Até meados do século XVIII, os traçados urbanos sempre foram fator de diferenciação, na América, entre o tipo de povoamento do território espanhol e o tipo português de povoamento, pois, enquanto do lado espanhol, desde o século XVI, existia uma norma rígida estabelecida pelo poder central, para a criação e o estabelecimento de novos povoados, no lado português essa norma foi sendo implantada, aos poucos, a partir do início do século XVIII. O resultado é que no Brasil, as cidades, vilas e povoados, fundados ou implantados antes desse período, não tiveram uma organização espacial previamente determinada, e seu traçado se

deu ao longo dos caminhos pré-existentes, ou seja as edificações eram construídas ao longo dos caminhos, sem nenhuma referência ao tamanho dessas edificações e das ruas, resultando em traçados orgânicos e, muitas vezes, extensos, conformando pequenos largos na frente dos quais ficavam as igrejas e prédios públicos (Figura 1).

A partir de meados do século XVIII, os documentos enviados pelo rei português, que criavam as novas vilas no Brasil começaram a trazer instruções mais detalhadas de traçados urbanos, evidenciando uma mudança teórica, baseada na filosofia iluminista, com definição de largura de ruas, tamanho da praça central, localização da igreja, traçados reticulados, mas com ruas de tamanhos diferentes, edificações das casas com a mesma aparência externa, dando unidade formal às novas povoações.

Figura 1 – Exemplo de traçado espontâneo implantado em Minas Gerais no início do séc. XVIII

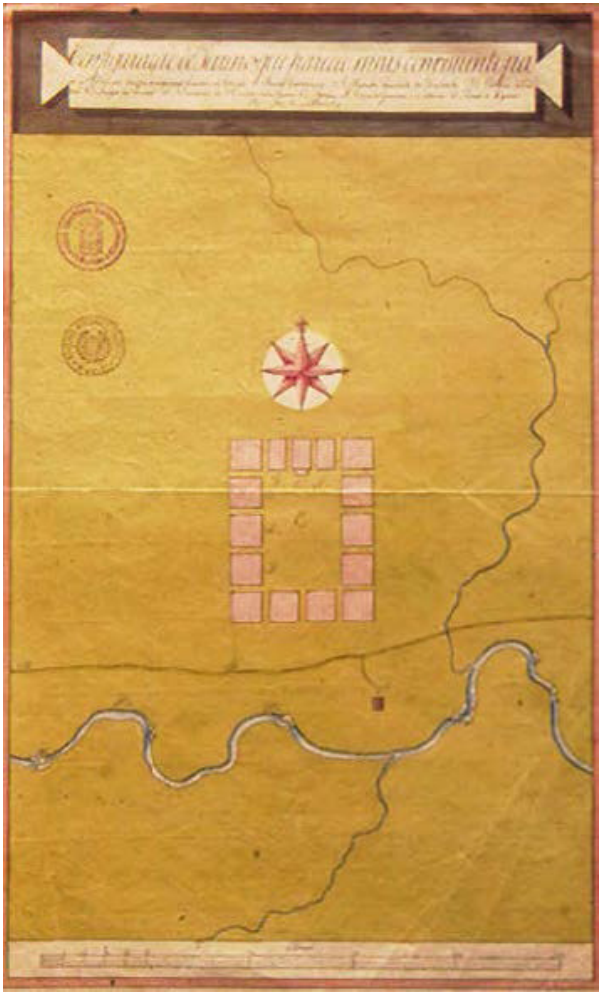
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino.

Entre esses documentos está a famosa Provisão Régia de 9 de agosto de 1747 ordenando o transporte e estabelecimento de colonos açorianos no sul do Brasil, primeiramente em Santa Catarina e, posteriormente, no atual território do Rio Grande do Sul. Essa Provisão é de grande importância, pois, entre outras determinações, havia uma descrição de como deveriam ser os povoados que receberiam, cada um, 60 casais de açorianos.

Mais importante foi o desenho feito pelos engenheiros militares, que estavam em Santa Catarina, interpretando o que estava escrito na Pro-

visão Régia, e que serviria de modelo para os assentamentos dos açorianos (Figura 2). Esse desenho foi encontrado nas pesquisas realizadas para a dissertação de Mestrado, defendida em 1995 e publicada em 1999, e estabeleceu um novo entendimento sobre a vinda dos casais açorianos e seus povoados, inserindo-os no contexto das novas ideias iluministas, que se desenvolviam em Portugal, e se espalharam pelo Brasil, via engenheiros militares que aqui trabalhavam.

Figura 2 – Desenho feito pelos engenheiros militares a partir da Provisão Régia de 1747



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino.

O que foi implantado em Santo Amaro, pode ser descrito da seguinte forma:

> Apresenta uma grande praça retangular. Numa das laterais menores encontra-se a igreja matriz, abrindo-se para a praça como se esta fosse o adro daquela. Nos demais lados da praça, casas geminadas ou em fita, muito parecidas com as que foram desenhadas para a povoação de Taquari. Junto do rio, na parte mais baixa da povoação ficava o porto, que foi bastante movimentado no passado. (RHODEN, 2010, p. 268).

E, esse é o primeiro grande valor a ser destacado no traçado de Santo Amaro, implantado em 1772.

Embora Taquari, também situado no Rio Grande do Sul, tenha sido o primeiro povoado desenhado e implantado para receber os casais açorianos, em 1764, resta muito pouco de seu traçado original.

É, portanto, em Santo Amaro que se encontra o traçado original, juntamente com a divisão dos lotes e alguns prédios do século XVIII, ainda intactos.

E esse valor foi reconhecido pelo IPHAN, pois até então não se conhecia esse projeto de traçado urbano, nem a sua relação com o de Santo Amaro, como podemos observar no texto da arquiteta Glenda Pereira da Cruz (1993, p. 56):

> Até onde temos conhecimento, por motivos diversos, estes núcleos, a não ser Taquari, nunca foram efetivamente implantados com este traçado planejado. Tem-se o registro do desenho de uma planta que teria sido do núcleo, perto de Porto Alegre, no Morro de Sant'Ana, que não prosperou.

No processo iniciado no IPHAN, para o tombamento de Santo Amaro foi inserida a dissertação de Mestrado referida, como forma de evidenciar o valor excepcional do traçado urbano da vila.

O valor histórico de Santo Amaro

O segundo grande valor que se destaca em Santo Amaro refere-se ao fato de que a vila está totalmente inserida no processo de conquista e povoamento português do Rio Grande do Sul ocorrido ao longo do século XVIII, pois a vinda dos casais açorianos tinha o objetivo explícito de po-

voar o território sulino, em especial a região da Missões, que passariam ao domínio português, conforme estabelecido no Tratado de Madri, de 1750.

O atual território do Rio Grande do Sul pertencia à Espanha, pelo Tratado de Tordesilhas, e foi palco de disputas entre portugueses e espanhóis por mais de um século. Essas disputas só foram resolvidas, parcialmente, pelo Tratado de Madri, já mencionado. É neste importante contexto, que se insere a vinda dos casais açorianos e a fundação de povoados, para seus assentamentos. Tratava-se da última conquista territorial portuguesa ocorrida no mundo e da consolidação das fronteiras brasileiras em relação aos territórios espanhóis da América do Sul. Esse valor foi reconhecido no processo de tombamento de Santo Amaro, tendo sido explicitamente mencionado.

Santo Amaro: patrimônio histórico e artístico do Brasil

A importância das características da Vila de Santo Amaro, já descritas, associada à iminente perda das mesmas, principalmente de seus exemplares edificados mais importantes e de seu loteamento original, alertaram, na década de 1990, os técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), para a necessidade de proteger legalmente aquele acervo histórico e artístico. Assim, em 30 de agosto de 1996 decidiu-se iniciar o processo de tombamento federal da Vila de Santo Amaro.

O processo foi instruído pela 12ª Superintendência Regional do IPHAN, sediada em Porto Alegre, constando, entre outros documentos, da dissertação de Mestrado já citada, que embasa os dados históricos referentes ao traçado urbano e à criação da vila, em meados do século XVIII. Também fazem parte daquele processo a definição de seu entorno e as “diretrizes para ocupação do núcleo histórico de Santo Amaro”, incorporadas ao processo em janeiro de 1997.

Levado à 15ª reunião do Conselho Consultivo do IPHAN, em 9 de novembro de 1998, o processo foi aprovado, com parecer do eminente e saudoso arquiteto Augusto Carlos da Silva Telles. Portanto, a vila foi reconhecida como tendo valor histórico e cultural para integrar a relação do patrimônio histórico e artístico nacional.

O tombamento abrangeu a igreja de Santo Amaro e seu largo contíguo, a praça central e 14 outros imóveis espalhados pela vila, que ainda

mantém características originais. A consequência direta, a mais conhecida do tombamento federal, é sua proteção legal, contra qualquer tipo de descaracterização de sua conformação original, ou seja, a manutenção de sua originalidade e dos elementos que deram origem ao tombamento. No caso da Vila de Santo Amaro preservaram-se sua arquitetura setecentista, o seu traçado urbano, compreendendo o arruamento original, e seu sistema de loteamento, típico do século XVIII.

Outra importante consequência é a não descaracterização do entorno dos bens tombados. A estratégia adotada no tombamento da Vila de Santo Amaro foi a de proteger os imóveis isolados e individualizados no processo e não a utilização de uma poligonal, dentro da qual tudo estaria tombado. O objetivo foi proteger especificamente os prédios mais antigos, uma vez que há outros prédios mais modernos entre esses tombados. Se houvesse um tombamento por poligonal, tudo o que estivesse dentro da poligonal estaria tombado, o que não era o objetivo.

Neste sentido, a proteção ao entorno dos bens tombados visa impedir a descaracterização da ambiência ao redor dos bens tombados e para tanto foram incluídas diretrizes elaboradas por técnico contratado pela Superintendência Regional do IPHAN. Essas diretrizes dividem a vila em setores, que têm diferentes critérios de ocupação, sendo mais rígidos na área da praça, onde se encontra a maioria dos bens imóveis tombados, e menos rígidos conforme o lote vai se distanciando dessa mesma praça.

A situação atual

Passados quase 25 anos de proteção legal federal do conjunto urbano de Santo Amaro, já se pode fazer uma análise mais consolidada das consequências, positivas e negativas, daquele ato.

A primeira consequência, óbvia, foi a preservação daquilo que deu origem ao tombamento: seu traçado urbano e o conjunto de prédios do século XVIII, que serviram de abrigo aos casais açorianos. Na maioria dos casos trata-se de prédios de propriedade particular, que devem ser conservados por seus proprietários, segundo a lei federal. No entanto, essas ações têm deixado a desejar e alguns imóveis estão bastante degradados. Mais preocupante é o fato dessa degradação acontecer em prédio de propriedade da Prefeitura de General Câmara, como é o caso da casa que sediava a Casa de Cultura de Santo Amaro. Em todos os ca-

sos, a falta de recursos financeiros por parte dos proprietários é a causa do descaso apontado.

Soube-se recentemente, que uma das principais casas, localizada nos fundos da igreja matriz, foi objeto de projeto de restauração, desenvolvido no curso de restauração de bens culturais na Universidade Federal da Bahia e que será doado ao IPHAN/RS, para execução do mesmo. Espera-se que os recursos federais não cheguem tarde demais, já que o prédio está em avançado estado de degradação.

A outra consequência que temos percebido é o da gentrificação da vila de Santo Amaro, ou seja, a expulsão da população local, pela compra de seus imóveis, por pessoas de outras localidades para utilizá-los eventualmente, como moradias de veraneio, revitalizando-os ou construindo novos imóveis na vila. O resultado é a mudança do perfil da população local e a perda de um patrimônio imaterial formado pelas festas religiosas, saberes e fazeres que passaram de geração para geração, desde os primeiros casais açorianos ali assentados (RHODEN, 2018).

Por fim, uma última consequência é a valorização cultural de Santo Amaro, por parte do poder público municipal e estadual, que ainda deixa muito a desejar. Primeiro porque parece que o poder público municipal não entendeu como pode desenvolver o turismo cultural baseado no acervo tombado, no artesanato, na religiosidade e na culinária local, inserindo-os no contexto regional e nos roteiros turísticos realizados por via fluvial e terrestre.

O mesmo se pode dizer em relação ao poder público estadual, a quem cabe coordenar esses roteiros, integrando os municípios e viabilizando percursos, atividades e eventos que se complementem ao longo dos rios Jacuí e Taquari, contanto principalmente a história da saga açoriana no território gaúcho. Quando se comemoraram os 270 anos da chegada dos casais açorianos ao Rio Grande do Sul, essa seria a ocasião de se implementar e consolidar um roteiro turístico açoriano no Estado.

Enfim, muito pode ainda ser feito, mas tudo será em vão se não houver uma atenção permanente com a preservação dos imóveis e com o traçado urbano de Santo Amaro.

A esperança ainda é grande! Que tudo possa ser revertido e se tenha um futuro mais promissor para a preservação dos bens tombados e para a comunidade local, finalidade última de toda ação cultural.

Conclusão

O reconhecimento da Vila de Santo Amaro como patrimônio nacional brasileiro foi um marco na atuação do IPHAN, porque este entendeu que a história da vinda dos casais açorianos e dos conjuntos urbanos construídos para recebê-los no território nacional são marcos formadores da nacionalidade brasileira. E isso aconteceu, pela primeira vez, somente no final do século XX, o que não deixa de ser impressionante.

Apesar disso, a preservação do conjunto tombado tem deixado a desejar, pela falta de cuidado, tanto dos proprietários, como do órgão nacional – IPHAN e das autoridades municipais e regionais.

Muito já se alertou sobre o estado de degradação do conjunto tombado. Muito deve e pode ser feito. O que se espera é que, com a união de esforços de todos os atores envolvidos sejam tomadas as atitudes urgentes, que preservem a Vila de Santo Amaro e deem uma perspectiva mais animadora, do ponto de vista econômico, aos seus moradores.

Referências

CRUZ, Glenda Pereira da. Arquitetura luso-açoriana no Rio Grande do Sul. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.) *Presença Açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: EST, 1993, p. 51-60.

RHODEN, Luiz Fernando. *Urbanismo no Rio Grande do Sul:* origens e evolução. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

RHODEN, Luiz Fernando. General Câmara, Santo Amaro (RS). In: MATTOSO, José (Dir.) *Patrimônio de origem portuguesa no mundo:* América do Sul. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 267-268.

RHODEN, Luiz Fernando. As ondas migratórias, os engenheiros militares e os traçados urbanos dos séculos XVIII e XIX no RS. In: VII Seminário de História do Rio Grande do Sul: Imigração e Cultura, 7, novembro de 2014, Pelotas: *Anais.* Pelotas: Núcleo de Pesquisa em História Regional do Departamento de História, Universidade Federal de Pelotas.

RHODEN, Luiz Fernando. O tombamento da Vila de Santo Amaro e suas consequências. In: FRAGA, Hilda Jaqueline de et al. (Org.). *Experimentações, políticas culturais e patrimônios.* Porto Alegre: EST, 2018, p. 67-78.

Fonte documental

Processo do IPHAN n. 1376/T-96 de tombamento de Santo Amaro.

AÇÕES DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA VILA DE SANTO AMARO

Flávio Luiz Seibt[1]

O rei de Portugal distribuiu lotes de terras aos militares e imigrantes açorianos, conhecidos como "Casais del Rey", que se espalharam pelo Rio Grande do Sul, criando os primeiros povoados, como Rio Grande, Viamão, Rio Pardo, Triunfo e outros núcleos às margens da Lagoa dos Patos, do Guaíba e do Jacuí, entre eles, Santo Amaro.

A Vila de Santo Amaro é uma das mais antigas do Rio Grande do Sul, fundada há mais de 250 anos por imigrantes açorianos.

A localização privilegiada e estratégica à margem esquerda do Rio Jacuí, entre Rio Pardo e Triunfo, recebeu a edificação de uma fortificação com armazém de munições e alimentos, em 1752, na disputa territorial com a Espanha na América Latina.

Junto à fortificação surgiram moradias e uma capela subordinada à paróquia de Triunfo até 1763. Em 1771, o lote de terra foi elevado à freguesia e demarcado o núcleo urbano pelo capitão engenheiro Alexandre José Montanha, sendo que é o único conjunto urbanístico com características coloniais açorianas, construído por engenheiro militar ainda existente no Rio Grande do Sul.

Santo Amaro elevado a município em 1881, com Venâncio Aires, seu 2º distrito, de quem foi desmembrado em 1891 e, em sequência, com a criação do Arsenal de Guerra no distrito de margem do Taquari, em 1939, foi transferida a sede do município, passando o nome a ser chamado de General Câmara.

Os habitantes da pequena vila perderam muitos postos de trabalho, mesmo tendo uma via férrea com uma Maria Fumaça para passageiros, a Festa de Santo Amaro com sua procissão e festejos na praça no entorno da igreja, assim como, mais tarde, a represa de Amarópolis no rio

1 Médico, ex-presidente do Núcleo de Cultura de Venâncio Aires e cofundador do Museu de Venâncio Aires.

Jacuí que se tornaram atrativos turísticos importantes para o desenvolvimento econômico local. São e foram alternativas para tirar a Vila do esquecimento e isolamento regional, pois ainda reúne seu casario açoriano, ao redor da praça e da igreja.

A tradicional Festa de Santo Amaro, realizada em janeiro, com procissões em homenagens a Santo Amaro, Nossa Senhora do Rosário, Divino Espírito Santo e Terno de Reis continuam trazendo grande número de turistas para visitarem essa vila histórica.

Também foram muito importantes as filmagens na vila de "Um Certo Capitão Rodrigo", do cineasta Anselmo Duarte, baseado na obra de Érico Veríssimo com grande sucesso nacional, na década de 1970.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em 1998 reconheceu como Patrimônio Nacional, a igreja, a praça e 14 casas do entorno, para fins de preservação com a valorização arquitetônica histórica.

Com a igreja e o casario necessitando de restauração, o Núcleo de Cultura de Venâncio Aires, uma organização não governamental mantenedora do Museu de Venâncio Aires – "o museu de muitos donos", foi convidado pelo IPHAN para liderar um projeto de restauração da Igreja de Santo Amaro.

Com ajuda da Dra. Ana Lúcia Meira, então Superintendente do IPHAN do Rio Grande do Sul, convidamos duas diretoras do BNDES a visitarem a vila, e ao abrirmos a porta principal da igreja foram saudadas por um violinista tocando solo uma música maravilhosa.

Enviado o projeto para restauração, ele foi analisado e aprovado, iniciando a captação pela Lei Rouanet, recebendo R$ 470.000,00 do BNDES, R$ 200.000,00 da ELETROSUL, e também apoio de empresas de Venâncio Aires em 2008.

Para executarmos o projeto tivemos acompanhamento e apoio incondicional do IPHAN, através do Professor Luiz Fernando Rhoden. Fizemos também parceria com a UNISC, através do Departamento de Arqueologia, assim como contratamos a empresa do arquiteto Júlio Cesar de Campos Ramos para executar a obra.

Sob orientação do IPHAN constatamos que o telhado e forros haviam sido trocados na década de 1930, por telhas francesas, assim como o forro original, sendo localizado apenas uma taboa antiga pintada à mão, que devido às infiltrações estavam podres e com cupim, obrigando a retirada das mesmas e substituídas pelas telhas capa canal, tipo original,

por barrotes e madeiras tratadas com cupinicidas com um sub telhado metálico.

Retirado o assoalho, o madeirame que era de madeira rústica preparado com enxó a partir de árvores, constatou se que também estava igualmente destruído, tal qual o restante do que foi descrito, assim como importante danos nos alicerces do prédio, ocasionados pelas raízes do entorno da igreja.

Enquanto era restaurada a parte superior, a área interna e o entorno da igreja passaram a ser investigados pela equipe de Arqueologia da UNISC, sob comando do Professor Sérgio Klamt, sendo encontradas ossadas humanas, durante mais de um ano de trabalho, confirmando as informações históricas orais dos habitantes da vila.

Também foi realizado um trabalho de Educação Patrimonial na escola e eventos na comunidade, visando reverter o sentimento depreciativo sobre a localidade em derrocada econômica há tantos anos, através de uma equipe de estudantes, professoras e palestrantes contratados ou convidados pelo Núcleo de Cultura de Venâncio Aires revertendo o abandono, assim como combatendo atos de vandalismo e um incêndio em um prédio tombado.

Dando continuidade foram editados dois livros relatando essas pesquisas patrocinados pelo Programa Monumenta (Convênio Ministério da Cultura/IPHAN com apoio do BID e UNESCO): o 1º, intitulado “Arquitetando Santo Amaro a partir de suas raízes”; e o 2º, “O Patrimônio da Fé: Santo Amaro do Sul”.

Para essas publicações foram feitas dezenas de entrevistas com habitantes locais, de idosos até crianças nas escolas, assim como exposições e palestras motivacionais num trabalho de valorização e inclusão da comunidade, aumentando sua autoestima, agora também valorizada pela chegada da ligação asfáltica à vila.

Que Santo Amaro do Sul – a nossa mais tradicional vila açoriana do Rio Grande do Sul seja preservada e reconhecida como um bem do passado colonial brasileiro, e não somente de nosso Estado; mas também nos Açores, de onde vieram seus povoadores!

AS RAÍZES AÇORIANAS ENTRE PERMANÊNCIAS CULTURAIS: A FESTA DE SANTO AMARO

ANGELITA DA ROSA[1]

O presente texto de Santo Amaro do Sul, distrito de General Câmara, trata da sua gente e suas tradições ligadas a um patrimônio imaterial local: a festa para o padroeiro Santo Amaro. Durante seu processo histórico, a partir do povoamento luso-açoriano, muita coisa ocorreu e a localidade cresceu, posteriormente passando por abalos e regressões, porém algo é perene e incontestável, a saber – a fé em torno de Santo Amaro, aborda o povoado.

Do ponto de vista histórico, a montagem da vila no século XVIII e seu desenvolvimento, como de costume da época, ocorreram em torno de um templo religioso. Desta maneira é possível compreender a importância do santo, que dá nome à localidade, e à igreja, desde a nascente da pequena comunidade até o potencial turístico, pouco explorado, nos dias atuais.

Além das particularidades ligadas à vila e à festividade, há igualmente algo bastante singular a ser frisado no processo, que é a existência da bicentenária Irmandade de leigos – a Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santo Amaro. Ela foi fundada em 1814, e é a entidade responsável pela festividade ao longo de toda a história, sempre no dia quinze de janeiro.

O trabalho que possibilita este texto está baseado no período em que atuava junto ao Núcleo de Cultura de Venâncio Aires (NUCVA), no qual foram realizados vários projetos em Santo Amaro do Sul, no período de 2005 até 2011.[2] Dentre os projetos executados, ocorreram múltiplas ações como restauros, pesquisas, educação patrimonial e a publicação

1 Historiadora e professora de História do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense/IFSUL, Campus Venâncio Aires, mestre em História (PUCRS), doutoranda em Educação (UFRGS). Venâncio Aires/RS.

2 Entre os projetos aprovados, patrocinados e executados estão ações como: Restauração da Igreja, Turismo Cultural, Educação Patrimonial e Pesquisa Histórica sobre a festa de Santo Amaro.

de dois livros,[3] entre os quais um deles é voltado para a pesquisa e o registro da festa de Santo Amaro.[4]

Santo Amaro: ontem e hoje e suas conexões com a fé

A vila de Santo Amaro é um dos povoados mais antigos do Rio Grande do Sul, e foi fundada no contexto das disputas territoriais entre Portugal e Espanha, a partir da demarcação do Tratado de Madri, de 1750. Sua trajetória inclui o seu crescimento a partir das necessidades de defesa da porção meridional do território lusitano, no final do século XVIII. Depois, passou por um rebaixamento político no final da década de 1930, chegando **à** elevação de patrimônio nacional, a partir do tombamento histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural/IPHAN, no ano de 1998.[5]

Porém, ao longo de todo este processo, apresentado acima de maneira extremamente resumida, há uma perenidade que ultrapassa as mudanças e a temporalidade que é a fé em torno do padroeiro Santo Amaro. A tradição e a religiosidade, bem como a homenagem a um santo para denominar os achamentos portugueses, são alguns dos vários costumes e aspectos culturais trazidos pelos povoadores açorianos para a localidade. Junto a isso, há uma das marcas da colonização luso-açoriana no Rio Grande do Sul que é o destaque dado às igrejas, consideradas o centro do povoamento e dos núcleos urbanos, que geralmente eram constituídos em torno das mesmas.

Santo Amaro tem a demarcação das terras (ocorrida a partir de 1754, pelo então engenheiro Alexandre José Montanha) com a delimitação do local das ruas, casas, praça e também o lugar da Igreja, buscando dar um ordenamento urbano.[6] Para quem não conhece a comunidade de Santo

3 Os livros são: "Arquitetando Santo Amaro a partir de suas raízes", organizado por Angelita da Rosa, Gabriella Martins de Brito e Véra Lucia Maciel Barroso, de 2008; e "O Patrimônio da Fé: Santo Amaro do Sul", organizado por Angelita da Rosa e Marcelo Augusto Mallmann, de 2011.

4 A festa de Santo Amaro do ano de 2011 foi acompanhada pela equipe do projeto, desde o início da novena, com fotografias, filmagens, entrevistas e trabalho de campo. Durante todos os dias, as ações de pesquisa e registro possibilitaram entender o âmago e a beleza da celebração para a vida da população de Santo Amaro.

5 A Vila é um dos poucos conjuntos arquitetônicos que mantém os traços da colonização luso-açoriana no Rio Grande do Sul. O reconhecimento da importância histórica de Santo Amaro ocorreu no ano de 1998, quando se processou o registro de preservação nacional (tombamento) pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, da Igreja, a praça e de mais 13 casas em seu entorno, sendo estes alvos da conservação não só arquitetônica, mas também da história e da memória local e regional.

6 Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS). Códice F1180, maço 1765-74, fls. 211-230.

Amaro, a Igreja situa-se em uma colina na sede da Vila, em um local privilegiado, tendo uma grande praça à sua frente e as casas do século XVIII em seu entorno, formando um quadrante muito interessante do ponto de vista arquitetônico.

Após a demarcação das terras tem-se que a capela da Vila foi primeiramente subordinada à Paróquia de Triunfo até o ano de 1763, quando foi elevada à Capela Curada.[7] Segundo registros no livro tombo, no ano de 1773 foi criada a Paróquia, juntamente com a elevação da Freguesia de Santo Amaro, que contava naquele momento com uma população média de seis mil oitocentos e oitenta e oito habitantes.[8] Em 1785, através de uma provisão, é passada a Paróquia de Santo Amaro ao padre José Joaquim Mariano que será responsável pelos rituais cristãos da Freguesia.[9]

No fronte da porta central da Igreja Matriz de Santo Amaro está a datação de 1787, sendo que a mesma não nos diz com certeza se corresponde ao início das obras ou a sua inauguração, mas o ano é usado como ponto de contextualização da edificação, já que os documentos oficiais não respondem a esta interrogação. Sobre a arquitetura, a igreja é uma edificação de nave única e capela-mor, com forro liso em abóbada e coro. No altar-mor destaca-se a imagem do padroeiro e os retábulos são de madeira com douramentos. O arco-cruzeiro possui ornamentação em relevo com motivos florais.

Desta maneira, o entendimento inicial acerca da histórica Santo Amaro do Sul é compreendê-la hoje como uma pequena e bicentenária vila, pertencente ao município de General Câmara, que tem dentro de sua história um importante período de 235 anos de existência voltado ao louvor em honra do seu padroeiro.

A Festa de Santo Amaro

A festividade anual em honraria ao padroeiro é o ponto social de maior relevância para a comunidade, atraindo um grande público, incluindo pessoas de outras localidades, ao ponto de triplicar a população local, que se deslocam à velha vila por devoção ao santo ou apenas para os

7 Termo que designa as capelas que têm um pároco ou cura, em caráter permanente, sendo um aspecto importante para que existisse o reconhecimento oficial como povoado. Após isto, somado ao aumento populacional, poderia ocorrer a elevação da localidade à categoria de Freguesia.
8 Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Livro Tombo (1872-1927), fl.1.
9 AHRS. Livro 245, fl. 92-92v.

festejos, entre os ritos cristãos e as atividades profanas. Mas é indubitável que a fé atrai uma grande quantidade de peregrinos. É possível afirmar que a festa é verdadeiro patrimônio, tanto material (como as casas e a igreja), quanto imaterial (como a culinária, as rezas e os rituais), onde a comunidade se molda e se volta anualmente em sua preparação.

O roteiro da festividade ocorre a partir do dia seis de janeiro, quando se dá o início da novena em preparação à festa. Durante nove dias, ocorre o processo de preparação espiritual, nos quais há um ônibus que transita por algumas localidades, trazendo os fiéis, de maneira gratuita, para a igreja. A cada noite da novena há uma temática a ser trabalhada pelos responsáveis pelas orações. Nos dias da novena, as casas da vila recebem a "visita" da bandeira do padroeiro, e nas semanas que antecedem a festividade, no horário diurno.

No dia catorze de janeiro ocorre uma tradição que não é acompanhada por sacerdotes, mas que é exemplo de religiosidade. Trata-se de uma caminhada de dezesseis quilômetros entre a entrada do município de General Câmara e a vila de Santo Amaro do Sul. É um momento bastante especial para os participantes, pois muitos fazem o trajeto conversando em pequenos grupos, como tradição; porém outras tantas pessoas realizam o percurso como forma de pagamento de promessas por graças alcançadas ou como uma maneira de pedir proteção ao santo para mais um ano. Há um momento, à tardinha, em que é dada a largada para a caminhada, e um grande número de pessoas fica a postos para realizá-la. Mas é interessante ver que esta atividade ocorre durante toda a noite, pois a cada momento saem pessoas para realizar o itinerário.

Na mesma noite de catorze de janeiro, quando as pessoas da inicial caminhada já estão chegando à vila, é dado o início à procissão luminosa na comunidade, com um padre a frente dos devotos que carregam velas acessas, realizando as orações em homenagem ao padroeiro. Após o fim da procissão luminosa, começa o baile, que vai até o próximo dia.

Chega-se ao grande dia, quinze de janeiro! É o dia do santo e a festividade ocorrerá, não importando em qual dia da semana em que esteja a data, pois sempre a festa e os ritos ocorrem no dia do Santo Amaro, independentemente de qualquer coisa. O dia do Santo Amaro inicia com a alvorada festiva de fogos de artifício, que ocorre às seis horas da manhã, quando a banda para de tocar o baile iniciado na noite anterior. É o início de um dia muito rico em cerimoniais e festejos, pois há uma ritualística marcante que é organizada pela Irmandade, ponto a ser tratado a seguir.

No roteiro do dia está o cortejo da busca do membro da Irmandade responsável pela festa. Ou seja, o festeiro, em sua casa, perpassando as ruas da vila com música e a bandeira do Santo Amaro, até a Igreja, onde ocorre a missa solene em honra ao padroeiro. A busca e condução do festeiro e da juíza, mulher que acompanha a organização dos preparativos, até a Igreja é uma forma de demonstrar que a festa está oficialmente aberta e que as pessoas responsáveis pela sua execução estão na mesma.

A missa solene em homenagem a Santo Amaro é uma ocasião muito concorrida, ainda que bastante longa, na qual chegam a faltar lugares nos bancos da igreja, deixando muitas pessoas em pé ao fundo, inclusive obstruindo a porta principal e as laterais. Após a celebração, as pessoas buscam as demais atrações, nas bancas que são montadas no gramado em torno da igreja, para lanches, jogos ou a compra de itens que estão sendo comercializados.

Durante a tarde, outro rito é muito significativo: a preparação do Santo Amaro e seu andor. Após a missa solene, a imagem é retirada do altar-mor pelos membros da Irmandade, para que o mesmo seja colocado na padiola,[10] e, posteriormente, serem ornados. Esta ornamentação fica ao encargo das mulheres, tanto as esposas dos membros da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santo Amaro, quanto por outras senhoras da comunidade, que utilizam as flores doadas para enfeitar enquanto conversam e cantam. O santo fica para apreciação pública, antes da procissão, e as flores, bem como as fitas que são colocadas, posteriormente, são disputadas pelos fiéis após o cortejo.

Ainda durante a tarde acontece outro atrativo, que é o leilão de animais doados para auxiliar na arrecadação de fundos para as comemorações, sendo igualmente uma tradição. Ocorre em via pública em frente à igreja, para o qual um grande número de pessoas se abriga na sombra das árvores ou do próprio templo, sentadas em cadeiras particulares, participando dos lances para arrematar todo o tipo de animal vivo, que são destinados para a festa.

O ponto alto da fé é a tradicional procissão do santo, sendo que esta percorre um trajeto, em nada longo, que contorna a praça central em frente à Igreja. O padre segue à frente do séquito, puxando as rezas e os cantos, que são ouvidos por todos em função de um sistema de sonorização que é colocado na vila para a festa.

10 É sinônimo de andor.

Poderiam ser analisadas as mudanças e as permanências relacionadas com a festa, mas antes de qualquer coisa é interessante pensar que para a comunidade a festividade é parte constitutiva de sua identidade e que muitas tradições são mantidas ao longo das gerações, dando o claro entendimento que a Festa de Santo Amaro é uma delas. Percebe-se claramente um traço de pertencimento na sociedade local, que leva a compreender como os moradores e/ou visitantes definem claramente, ao longo do tempo, a continuação de muitas reminiscências.

A Irmandade e a festa de Santo Amaro

As Irmandades Religiosas de Leigos é um dos traços culturais trazidos pelos povoadores açorianos, sendo uma prática religiosa e social originária de Portugal e que foi amplamente difundida na colônia lusitana. Dentre os objetivos das irmandades estão a invocação e o culto aos santos, bem como a caridade e a solidariedade para com seus integrantes.

Segundo Abreu (1994), as confrarias de leigos, onde encontramos as Irmandades, no contexto do Brasil do século XIX, prepararam-se para estimular a devoção ao um santo protetor, onde as festas por estas entidades organizadas eram consideradas o momento máximo da vida das referidas associações, misturando práticas sagradas e profanas, onde em meio a novenas e procissões, ocorriam "[...] as danças, os coretos, fogos de artifícios e barracas de comidas e bebidas. Em geral, a população escrava e/ou negra não perdia a oportunidade de tocar suas músicas e 'batuques' e suas danças". (ABREU, 1994, p. 184).

Santo Amaro é uma das poucas localidades que atualmente mantêm uma Irmandade atuante e responsável pela ligação entre a comunidade e a igreja, em especial pela dedicação às honrarias ao padroeiro. Trata-se da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santo Amaro, fundada em 1814, e que ao longo de toda a história até os dias atuais, é a entidade responsável pela festividade. Vale frisar que os processos ligados às Irmandades em Santo Amaro é anterior a 1814, sendo que esta é data da fusão de duas congregações de leigos que haviam na localidade: a do Santíssimo Sacramento e a do Santo Amaro, que após se fundirem, criaram um estatuto único,[11] e que segue até os dias atuais, como sendo uma única Irmandade.

11 Segundo alguns registros, os estatutos da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santo Amaro, foi modificado na década de 1950. A sua principal atividade é a devoção ao Santíssimo Sacramento da Eucaristia e ao santo padroeiro, Santo Amaro.

Anualmente, o grupo de Irmãos (como são chamados seus membros) organiza a festa, sempre no dia quinze de janeiro, e faz com que a Irmandade continue sendo um marco congregador da pequena comunidade local. Percebe-se que ao se aproximarem da confraria de leigos, as pessoas conseguem uma participação mais efetiva junto à Igreja, e vice-versa, pois a partir desta instituição as "leis" da Igreja teriam maior alcance na população local.

Cabe lembrar que historicamente é notória a grande representatividade da Igreja na vida do povoado de Santo Amaro, desde o século XVIII, pois os rituais religiosos como o batismo, casamento e óbito eram realizados pela via religiosa até o início da República, em todo o Brasil. Portanto, a única forma de registro das pessoas, até então, ficava a cargo da Igreja.

Segundo os Estatutos da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santo Amaro, no capítulo I, consta no artigo 1º a sua constituição, que lembra outra fraternidade, como a maçonaria, pois é destinada aos "católicos do sexo masculino". No parágrafo seguinte, apresenta a sua finalidade, qual seja: "prestar culto público ao Santíssimo Sacramento; celebrar todos os anos a festa religiosa e popular de Santo Amaro, padroeiro da paróquia, e promover o bem espiritual dos membros da Corporação e oferecer sufrágios pelas suas almas". (Estatutos da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santo Amaro, 1914, p. 1). Ou seja, a festa está entre as obrigações mais importantes da entidade.

Ao longo do processo da preparação e festa de Santo Amaro, é perceptível a distinção e as honras de ser membro da Irmandade. O uso do traje vermelho, sobre a roupa, chamado de "opa", é uma marca importante, bem como o local de assento dos Irmãos, junto ao padre ao longo da missa. Há um entendimento da relação tácita entre os membros da Irmandade e todo o desenvolvimento da festa em honrarias ao padroeiro, o que é considerado, neste caso, como um exemplo da cultura popular local.

No que tange à festa, todos os anos, a mesma é gerida por um festeiro escolhido pela Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santo Amaro, e sendo este membro desta; e por uma juíza, que pode ser uma senhora da comunidade local ou mesmo a esposa do festeiro. Porém, nos Estatutos da citada Irmandade aparece também outra informação sobre os festeiros e juízas no Capítulo VII, dando outras possibilidades dos/as mesmos/as serem escolhidos/as, na forma dos seguintes artigos:

Dos Juízes festeiros

Artigo 29º - A escolha dos juízes festeiros compete à Mesa Administrativa.

1 – Para ser escolhido, o Juiz Festeiro que não for membro da Irmandade deverá requerer sua admissão nos termos do Art. 6, parágrafo único, e do Art. 2, parágrafos 1, 2 e 3.

2 – A Juíza poderá ser nomeada pela Juíza da festa de Santo Amaro do ano anterior, ou eleita pela Mesa Administrativa, devendo em ambos os casos ser católica praticante.

3 – Tanto o Juiz Festeiro, como a Juíza deverão ter a aprovação da Cúria Metropolitana, ficando a cargo do Capelão da Irmandade fazer o devido requerimento.

Artigo 30º - Ao Juiz Festeiro compete:

1 – Apresentar à Mesa Administrativa, na sessão do último domingo de setembro, o programa das festas, tanto internas quanto externas, tendo em vista que a despesa não exceda a receita.

2 – Apresentar depois da festa de Santo Amaro, do relatório e balancete da festa à Mesa Administrativa e entregar o saldo da festa ao pároco que o depositará na "Fábrica" da Igreja Matriz de Santo Amaro.

Artigo 31º - Ao Juiz Festeiro não será permitido de forma alguma, despender com a festa quantias pertencentes ao Patrimônio de Santo Amaro.

Artigo 32º - À Juíza compete:

Parágrafo único – Encarregar-se da ornamentação da Igreja, do andor de Santo Amaro e pagar taxa devido ao orador sacro do dia da festa.

Compreende-se que os encargos do festeiro e da juíza são completamente práticos, pois ao festeiro cabe organizar a programação e pensar a festa de forma que a mesma aufira lucro; e à juíza está a parte feminina de organizar a decoração da igreja e do andor, que saí enfeitado às ruas para a procissão popular.

Embora os registros acerca das festas não sejam, nem de longe, completos, buscou-se entender o desenrolar da mesma, numa tríade que une a comunidade leiga (na figura da Irmandade), a representatividade eclesiástica e a população local para a realização da mesma ao longo de mais de dois séculos. Exemplo de continuidade também está presen-

te na Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santo Amaro, que hoje já conta com "Irmãos" que na verdade são pais e filhos, deixando um rastro de prosseguimento, às futuras gerações, para que assim possa durar, talvez, por mais alguns anos.

Seria interessante realizar uma investigação que possibilite relacionar a devoção a Santo Amaro nos Açores, com a devoção arraigada nesta comunidade tradicional de base açoriana, ao mesmo santo. Afinal, a Vila de Santo Amaro do Sul é a mais açoriana do Estado. Ela merece mais estudos e pesquisas, para afirmação da sua identidade insular.

Referências

ABREU, Martha. Festas Religiosas no Rio de Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, 1994, p. 183-203. Disponível em <http://dc262.4shared.com/doc/CPBfhbwm/preview.html>. Acesso em 01/12/2011.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja na crise final do império (1875-1888). In: *História da Igreja no Brasil: Segunda Época:* a Igreja no Brasil no s**éculo XIX**. Petrópolis: Vozes, 1980.

CLETISON, Joi**.** *Festa do Divino Espírito Santo*. Florianópolis: UFSC, 2006, p. 3. Disponível em: <http://www.nea.ufsc.br/artigos_joi.php>. Acesso em: 15/10/2006.

GAETA. Maria Aparecida Junqueira. *A cultura clerical e a folia popular*. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200010. Acesso em: 01/12/2011

GONÇALVES, José Reginaldo Santos*. Patrimônio, Memória e Etnicidade:* reinvenções da cultura açoriana*.* 2004. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/JoseReginaldoGoncalves.pdf>. Acesso em: 01/12/2011.

RODRIGUES, Francisco Pereira. *Um pedaço do Rio Grande*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1994.

SCHWINGEL, Majô. A Igreja em Santo Amaro: entre a vida cotidiana e a religião. In: BARROSO, Véra L. M.; BRITO, Gabriella; ROSA, Angelita da. (Org.). *Arquitetando Santo Amaro a partir de suas raízes*. Venâncio Aires: Traço, 2008, p. 205-223.

A IRMANDADE DA COMUNIDADE AÇORIANA DE SANTO AMARO DO SUL

Anajara Maria de Mello da Silva[1]

Com minha vivência na comunidade de Santo Amaro há mais de 40 anos, conhecendo a sua história, achei mais importante descrever sobre a Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santo Amaro. Ela mantém a fé viva entre a comunidade e os romeiros que vêm de outros municípios.

A herança do catolicismo vem desde a imigração dos açorianos, oriundos de Portugal. A comunidade precisava de uma organização que interviesse na construção da localidade, principalmente da fé e da estrutura da igreja. Essas confrarias foram de fundamental importância nas antigas comunidades, como a de Santo Amaro.

A Irmandade do Santíssimo Sacramento foi oficialmente aprovada em 08 de maio de 1814, pelo Monsenhor Miranda, na cidade do Rio de Janeiro. A Irmandade tem vários compromissos, cargos e funções que cada Irmão deve cumprir e seguir integralmente. Essas funções estão no Libro de Compromissos.

Figura 1 – Igreja Matriz de Santo Amaro

Fonte: acervo da autora.

1 Historiadora, gestora da Casa da Cultura da Vila de Santo Amaro do Sul, General Câmara/RS.

Neste ano de 2023, a Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santo Amaro está completando duzentos e nove anos. Dizem os livros que ela esteve presente muito antes dessa data. A sua estrutura é organizada e chamada de Mesa Administrativa que é dirigida por um Provedor, um Escrivão, um Procurador e um Tesoureiro.

O Provedor é escolhido pelo voto de todos os Irmãos, e o Provedor escolhe o secretário, o tesoureiro e o diretor do Patrimônio.

Hoje, a Mesa é composta pelo Provedor, Edson Luiz de Paula, Secretário, Anderson Gilberto Faleiro, Tesoureiro, Hilton Luiz Moreira Barreto, e Paulo César Lopes, diretor do Patrimônio.

Não é permitida a presença de mulheres na Congregação. Essa determinação foi mantida, desde que foi fundada. Isso não quer dizer que as mulheres não participem ativamente dos festejos, bem como das liturgias, orações e, principalmente, na ornamentação do Santo Amaro com flores como tarefa primordial.

Durante a Festa de Santo Amaro, a Irmandade destina espaços (tendas) que são alocadas para pessoas que queiram vender alguns produtos, principalmente relacionados à gastronomia. Essas arrecadações são para custear as despesas da festa.

E a Irmandade teve no ano de 1815 uma doação de terras feita por um homem de muitas posses no povoado. Era Sezefredo Cristóvão Azambuja, bastante devoto de Santo Amaro. Ele pediu ao padroeiro a sua cura e se fosse alcançada doaria uma área de terras, e essa cura se concretizou. Foi registrada no nome da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santo Amaro, cabendo esta administrá-la. Esses recursos deveriam ser aplicados na conservação da Igreja, na manutenção do culto e na remuneração do pároco, que era a vontade do doador.

Então, a Irmandade tem seu Império que leva o nome Sezefredo Cristóvão Azambuja doador das terras, em sua homenagem.

A Festa dedicada ao padroeiro Santo Amaro é realizada do dia 6 a 15 de janeiro, sendo a programação toda executada pela Irmandade. Cada Irmão realiza uma tarefa com suas esposas, sendo assim não fica tudo com a responsabilidade do Provedor.

No dia 15 de janeiro, o ponto culminante da festa é a missa, e à tarde a procissão em louvor ao padroeiro. Ao término da procissão são distribuídas fitinhas abençoadas para os romeiros.

A Irmandade recebe vários romeiros, antes mesmo do início das novenas, e durante os dias das novenas.

Figura 2 – Procissão da Festa (2013)

Fonte: acervo da autora.

Para a nossa comunidade, é muito importante a atuação da Irmandade, pois motiva a prática das virtudes cristãs, ajudando a comunidade que no tempo presente precisa muito.

Pela relevância do trabalho da Irmandade realizei uma entrevista com um dos Irmãos mais antigos da Irmandade. Seu nome é Enio Damasceno Vianna, nascido no dia 03 de agosto de 1931; hoje está com 91 anos de idade. Entrou na Irmandade do Sacramento e Santo Amaro no ano de 1988.

Fez parte da congregação por 30 anos. Significou para ele uma satisfação imensa participar do quadro de Irmãos porque sempre foi bastante devoto do padroeiro Santo Amaro. Esteve sempre disposto em ajudar e trabalhar no que era convocado.

Finalmente, deve ser destacado que os moradores de Santo Amaro do Sul têm uma relação muito ligada à Igreja da comunidade, assim como os que migraram para outros lugares. Quando acontece a festa, em todos os anos, os que partiram voltam à sua terra, para homenagear o padroeiro e reafirmar suas raízes à Vila mais açoriana do Brasil.

Figura 3 – Enio Damasceno Vianna

Fonte: acervo da autora.

MEU BAÚ DE GUARDADOS: QUADRINHAS AÇORIANAS DA MINHA AVÓ HONORINA SALDANHA

Gislene Monticelli[1]

O passado é um território cheio de possibilidades, visto daqui.
Posso ficar delirando e tecendo hipóteses ao infinito.
Júlia da Rosa Simões,
A estranha ideia de família, 2022.

Introdução

Perdi minha avó materna quando eu tinha 14 anos, e ela estava com 73 anos. Sessenta anos nos separavam, mas não puderam impedir um feliz encontro de gerações durante mais de uma década. Seu nome: Honorina Saldanha (ao casar Schröder). Na minha infância e início da adolescência tivemos tempo de ter convivência estreita, ainda que nós não morássemos juntas. Essa relação afetuosa de avó e neta me traz ainda hoje boas recordações. Éramos muito amigas. A ponto de ficar constrangida com demais primas, já que ela não escondia sua preferência. No caso, por mim. *Risos.*

Entre tantas recordações, lembro dela embaixo do parreiral, nos fundos de casa, e eu brincando de fazer-lhe penteados. Adorava ouvi-la contar histórias da família e compartilhar memórias com suas sete filhas, especialmente, com minha mãe. Nos encontros, elas passavam a vida de todos a limpo. Não a título de "fofoca" ou comentários maldosos e, sim, uma forma de atualizar as notícias. Lembra do fulano? Casou. Lembra do sicrano? Morreu. Estas conversas eram regadas a chimarrão, que depois de "lavado", rendia um mate (adoçado) às crianças.

Ocorrem-me ainda outras três ocasiões que vou compartilhar aqui, enaltecendo, com isso, a presença dos idosos na família e sua importância.

1 Arqueóloga, professora doutora do Curso de Graduação em História (PUCRS). Porto Alegre/RS.

Unindo os pontos: a história da família

Com minha avó materna obtive informações importantes que permitiram que eu descobrisse quem tinha sido meu avô (seu esposo, falecido precoce e tragicamente) e seu primo e, com isso, de onde eles teriam vindo, Stettin, hoje Polônia, antes Pomerânia. Estes dados foram obtidos quando eu tinha cerca de nove ou dez anos, e fiz minha avó percorrer todo o cemitério para me dizer quem era quem, enquanto eu anotava com letra de criança. Tenho ainda hoje estas anotações, que guardo como relíquia. Fiz isso em um dia de Finados. Minha mãe não aprovou muito a ideia...

Minha avó, ao ser questionada sobre sua origem, se dizia "brasileira". Ela não deixava de ter razão, já que era nascida por aqui mesmo (Santo Amaro, conhecido pela ocupação açoriana). Pesquisando mais sobre seus antepassados, descobri que eram todos (pais, avós, bisavós, trisavós, marido e sogra) descendentes de açorianos, estabelecidos no Brasil desde meados do século XVIII.

- Honorina Saldanha, nascida em Santo Amaro, em 1907; pai dela em Taquari; avô paterno em Estrela, morre em Roca Sales; avó paterna nasce em Estrela; seus tetravós paternos nasceram no Faial e na ilha Terceira, nos Açores. A mãe dela é de São José do Hortêncio (onde nasceu e morreu); avô materno de Capela de Santana, morre em Estrela; avó materna de Sant'Anna do Rio dos Sinos, onde morre, é enterrada em Mariante, Venâncio Aires, mas residiu em Azevedo e Porto Alegre. Bisavós nascidos em Enseada do Brito/SC e Viamão/RS. Seus tetravós nasceram na ilha das Flores e na ilha de São Jorge, nos Açores, e migraram para Porto Alegre.

- Carlos Schröder, meu avô materno: herda só o sobrenome do pai prussiano, mas se tivesse incorporado os sobrenomes da família da mãe, de origem açoriana (ou de Portugal, no continente) ainda teria: Junqueira, Ilha, Mariante, Costa Leite, entre outros. Oriundos de Junqueira, no Porto, falecidos em Taquari; outros passando antes por Santa Catarina, no Desterro e Laguna, falecendo em Rio Pardo, Viamão, Santo Amaro, Pelotas, Rio Grande, Porto Alegre. Seus tetravós nasceram na ilha de São Jorge e faleceram em São José do Norte, Rio Grande e Porto Alegre.

"Aniversário Natalício"[2]

Em outra ocasião, por conta do meu aniversário de 13 anos, em 1978, minha avó me presenteou com lindo e longo poema, composto por versos, formando quatro estrofes (de quatro linhas, cada), separadas por traço. Estimava que a composição fosse bem antiga, por conta da linguagem, como conjugação dos verbos e expressões utilizadas. Ela possivelmente o adaptou para relação entre avó e neta. A letra cursiva, bem desenhada, com poucos erros ortográficos (inversão ou exclusão de letras)[3] e sem pontuação. Repito aqui:

Hoje que colheis mais uma rosa
No precioso jardim de tua vida
Mais uma linda aurora de esperança
Desponta para ti ho[4] (*sic*) neta querida

O amor que colheis tranquila e meiga
Como eu colho de amor os teus beijos
Que vos traga futuras alegrias
São estes, cara neta os meus desejos

Desejara ofertar-te nesta ora[5] (sic)
Um penhor de grande apreço
Mas negando-me Deus esta ventura
Só um canto singelo eu ofereço

Recebe cara neta este meu canto
Inspiração de amor o mais sagrado
O teu aniversário natalício
Será sempre por mim remomerado[6] (*sic*)

2 Esta expressão antiga me chama atenção até hoje. O que parece uma redundância significa algo como "o dia em que o aniversário é comemorado". A palavra natalício deriva do latim "*natalicius*" que faz referência ao dia de nascimento, como o Natal em que comemoramos o nascimento de Jesus Cristo (NATALÍCIO, 2023). Aniversário vem também do latim, da junção das palavras *annus* (ano) e *vertere* (voltar): aquilo que volta todos os anos (A ORIGEM, 2023).
3 As três palavras que merecem correção para o melhor entendimento são: expressão "oh", na quarta linha, "hora", na nona linha, e "rememorado" na última linha (ver notas abaixo).
4 Leia-se a expressão: "oh, neta querida"
5 Leia-se hora, com a letra inicial "h", grafia possivelmente já usada na época em que os versos foram transcritos
6 Leia-se: "rememorado", já que houve inversão de sílabas

Em pesquisa, encontrei referência à primeira estrofe na dissertação de Mestrado, de autoria de Cláudia Fernanda de Barros Freitas (2007). Por seu intermédio, identifiquei tratar-se do poema "*Onze de Outubro*", de autoria de D. Francisca Sá V. Montenegro[7], publicado em 1891, por ocasião da celebração do aniversário da poetisa. Na versão original mencionada por Freitas (2007):

> Hoje que colheis mais uma rosa
> No precioso jardim da vossa vida,
> Mais uma linda aurora de esperanças
> Desponta para mim, ó mãe querida!

O poema foi publicado no Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul,[8] organizado pelo historiador Alfredo Ferreira Rodrigues. O Almanaque era anual, impresso em Rio Grande, entre 1889 a 1917. "O Almanaque proporcionava uma literatura vasta, que atingia todos os públicos, que iam desde senhoras da sociedade até cidadãos comuns, que "degustavam" suas páginas tão aguardadas. Assim, ele fazia parte do imaginário intelectual sulino" (FREITAS, 2007, p. 15).

Tanto o poema quanto as informações sobre sua publicação e detalhes do almanaque foram identificados na referida dissertação (FREITAS, 2007). Entre os anexos da dissertação, encontra-se o poema completo, endereçado mesmo a uma mãe, por ocasião de seu aniversário. Na versão manuscrita e adaptada por minha avó, faltou a quadra central, que possivelmente ela não lembrou e descrevia o que segue:

> Meu terno coração hoje em transporte
> Vos saúda pedindo a Deus clemente
> Que o dia feliz dos vossos anos
> Eu possa saudar sempre contente.

7 Na dissertação de Cláudia Freitas (2007), não há maiores informações sobre a poetisa. Nas pesquisas que fiz há uma poetisa, professora, que publicava no Piauí, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, e que se chamava Francisca Montenegro. Talvez se trate da mesma pessoa (a confirmar). Ver mais em: CIARLINI; MENDES, 2020.

8 Localizei exemplares do almanaque no Acervo Benno Mentz, Delfos – Espaço de Documentação e Memória Cultural, do Instituto de Cultura, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), para anos anteriores e posteriores, mas não para o ano de 1891.

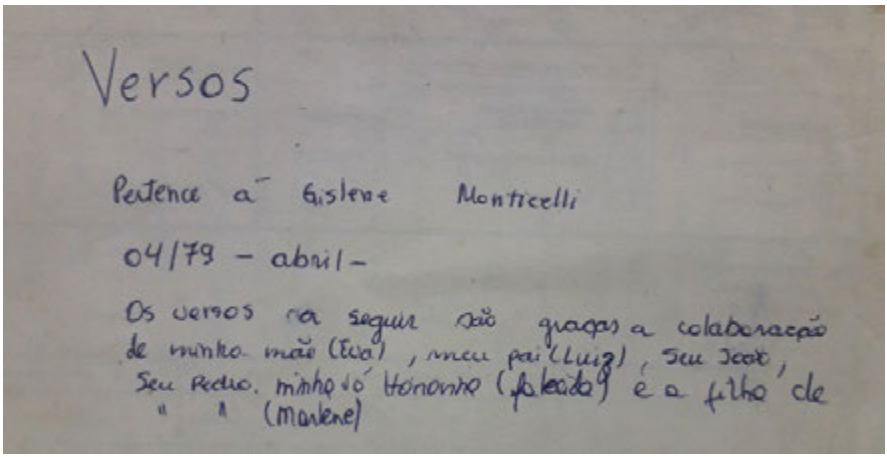
Chama a minha atenção que minha avó materna fosse alfabetizada, ainda que mulher,[9] e nascida no início do século XX, em família (que eu saiba) de poucas posses. Que tenha tido acesso à literatura e soubesse tantos poemas de forma decorada (*de cor*), tal como esse, mais longo e muitas outras quadrinhas, que veremos a seguir. Estimo que tenha tido acesso à publicação na biblioteca da escola, da cidade ou algum acervo privado.

Uma quadrinha puxa a outra

Por último, chegando agora ao tema principal deste artigo, apresento as quadrinhas que reuni, ouvindo minha avó trocar ideias com o pintor que estava a pintar a casa nova. Os dois passavam a tarde conversando e eu passei a anotar os pequenos poemas (de até quatro linhas) que eles lembravam a cada dia.

Além de serem muitas (mais de meia centena), algumas eram variações das outras, e a compilação (Figura 1) rendeu mais um pequeno rascunho (que passei a limpo, tempos depois, quando já tinha 14 anos e minha avó já havia falecido). Algumas imagens constam a seguir.

Figura 1 – Capa do bloco de anotações com a compilação das quadrinhas



Fonte: acervo da autora.

9 Mulheres com mais dificuldade de acesso e permanência na escola, nesta época e, especialmente, no interior do estado. As estatísticas demonstram o expressivo número de analfabetos no período. Havia mais de 500 mil mulheres, consideradas brasileiras, nascidas no Rio Grande do Sul em 1900. Destas, mais de 70% eram analfabetas. No censo seguinte (1920), não há menção ao número de alfabetizados. Havia 136 mil mulheres com a faixa etária da minha avó (entre 10 e 14 anos), naquele ano (DE PROVÍNCIA, 1981).

Ainda que não soubesse na época, só recentemente conversando com a Profª. Véra Lucia Maciel Barroso, identificamos que esta compilação, ainda inédita, poderia ser importante por reunir aspectos da tradição oral e da sabedoria popular, possivelmente herdada e herdeira da etnia açoriana.

É de supor que os versos tenham sido memorizados por repetição ao longo da infância e adolescência, por conhecimento transmitido oralmente entre parentes e amigos. Tais como avó, mãe, primas, entre outros. Tal como obtive com minha avó, pai, mãe e conhecidos. Eu, no entanto, só os consigo reproduzir aqui, porque tive a ideia de transcrevê-los na adolescência quando os ouvi uma única vez.

O que temos em comum com Cecília Meireles

Com Cecília Meirelles foi assim. Ela aprendeu e reconheceu a importância da poesia (se considerava poeta e não poetisa...) e do folclore açoriano com sua avó materna, Jacinta Garcia Benevides, que a criou, no Rio de Janeiro, onde Cecília nasceu, já que sua mãe morreu quando ela tinha três anos de idade. Tanto sua mãe como sua avó nasceram na ilha de São Miguel, nos Açores. Isso fez com que Cecília se interessasse por Portugal, escritores portugueses e folclore açoriano, "despertada pelas memórias da avó [...]". (MELLO, 2012, p. 381).

"Esse legado possibilita à escritora desenvolver estudos e comparações entre o folclore do Arquipélago português e o folclore dos imigrantes açorianos do sul do Brasil". (MELLO, 2012, p. 381), preocupada em preservar a memória cultural dos imigrantes açorianos, revelando "afinidades, consanguinidades de espírito, sentimento de nossa continuação no passado, que é o modo de fortalecer um povo no seu destino, como se chega terra à planta para consolidá-la e garantir-lhe vida". (MEIRELES, 1958, apud MELLO, 2012, p. 383).

Nas palavras de Cecília Meireles (1958): "Creio que nós descendentes de açorianos, no momento em que se celebra o fato da colonização, devemos relembrar os velhos hábitos familiares trazidos para o Brasil, e estudar a sua fixação no novo ambiente".

Com intuito semelhante, tal como a 'poeta', reuni neste artigo as quadrinhas que compilei na adolescência e que podem[10] demonstrar parte

10 Levanto aqui a possibilidade a ser comprovada com pesquisa mais profunda e específica quanto à origem das quadrinhas, e como eram incorporadas ao imaginário e ao cotidiano daqueles de etnia açoriana ou portuguesa do continente, de modo mais genérico. Assim, também, entre os descendentes que se estabeleceram no Brasil e em outras colônias, onde a coroa portuguesa exerceu seu domínio e/ou influência.

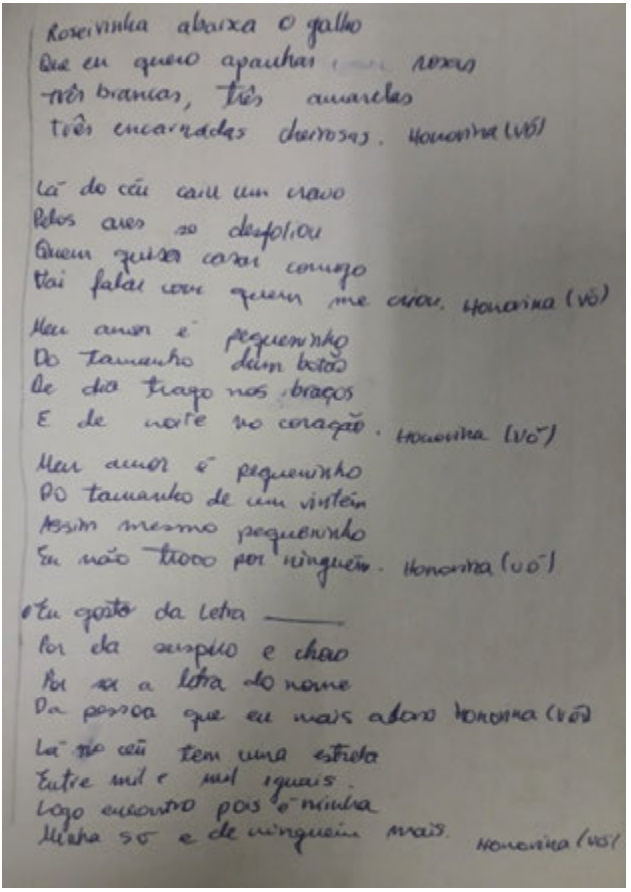
do universo cotidiano, crenças, costumes herdados pelos descendentes de açorianos estabelecidos no estado gaúcho, tal como a minha avó.

Minha compilação de quadrinhas

A seguir apresento as anotações (Figura 2) que fiz referentes ao apanhado das quadrinhas[11] obtidas por informação verbal com minha avó Honorina Saldanha, descendente de açorianos, meus pais e mais três pessoas (dois irmãos e sobrinha/filha).

Em abril de 1979, aos 14 anos, reuni 70 quadrinhas em um bloco de rascunho que guardo até hoje (VERSOS, 1979).

Figura 2 –Quadrinhas declamadas por minha avó materna (VERSOS, 1978)



Fonte: acervo da autora.

11 Se fossem cinco versos seria: quintilha, quinteto ou pentástico. Ver mais em Estrofes (2022).

Importante esclarecer que *Quadrinhas* são entendidas como: poemas populares ou folclóricos, caracterizados por quatro versos. Daí o nome, com trovas simples e rimas imperfeitas.

> Também conhecidas como poesias populares, as quadrinhas são trovas simples criadas pelo povo. Composta por quatro versos (daí vem o nome) se caracterizam por possuir rimas muitas vezes imperfeitas e escritas, muitas vezes incorretas. [...] São usadas para expressar desejos, admirações, sentimentos amorosos, reclamações, atitudes maliciosas ou de juízo. As quadrinhas são muito usadas em desafios, jogos de adivinhações e provérbios (BLOG, 2023).

Curiosamente chamei meu compilado de "Versos". Tecnicamente, *Verso* corresponde a uma linha do poema, rimado ou não. O conjunto de versos (com relação métrica e de sentidos entre si) forma uma *Estrofe*, estrutura da composição poética literária. As estrofes podem ser simples, compostas ou livres. *Quarteto ou quadra*: estrofe formada por quatro versos.

De forma mais específica, neste caso, tratam-se de poemas românticos, singelos, com inocência evidente, indicados para pessoas de qualquer idade.

Em publicação organizada pela Profª. Drª. Véra Lucia Maciel Barroso (1997), intitulada *Açorianos em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul*, encontrei um artigo de autoria de Sônia Siqueira Campos, que trata da *Literatura oral no RS: contribuições açorianas.* A pesquisadora menciona autores e cita alguns adágios (provérbios ou ditados), adivinhas e lendas,[12] poemas e quadrinhas,[13] indicando a ilha de origem e algumas adaptações existentes em alguns locais no Rio Grande do Sul.

> Nas quadrinhas, o quarto verso encerra a conclusão do pensamento, anunciado nos segmentos precedentes. Tem função na trova, nos improvisos, correio sentimental (espécie de carta amorosa, apresentando dobraduras e desenhos simbólicos), nas polcas de cantar, verso de peditório, Terno de Reis, etc.

12 A propósito, há publicação com *Lendas Portuguesas da Terra e do Mar*, selecionadas e organizadas por Fernanda Frazão (2004), reunidas por distrito em quase 300 páginas.

13 Foram quatorze (14) quadrinhas, compiladas originalmente por Armando Côrtes Rodrigues (apud CAMPOS, 1997, p. 66). Nenhuma, no entanto, corresponde àquelas que reuni, há quarenta e quatro anos atrás.

Apresento, a seguir, as quadrinhas compiladas a partir da contribuição da minha avó (e demais, incentivados por ela e a meu pedido), alguns semelhantes, com pequenas variações.

Tradição oral de Honorina Saldanha (1907-1980), em 1979, aos 72 anos

Roseirinha abaixa o galho
Que eu quero apanhar rosas
Três brancas, três amarelas
Três encarnadas cheirosas.

Roseira miudinha
Carregadinha de flor
Eu também sou miudinha
Carregadinha de amor

Limoeiro abaixa o galho
Que eu quero apanhar um limão
Para tirar uma magoa
Que eu tenho no coração

Laranjeirinha pequenina
Carregadinha de flor
Eu também sou pequenina
Carregadinha de amor.

Meu amor é pequenino
Do tamanho de um botão
De dia trago nos braços
E de noite no coração.

Meu amor é pequenino
Do tamanho de um vintém
Assim mesmo pequenino
Eu não troco por ninguém.

Lá do céu caiu um cravo
Pelos ares se desfolhou
Quem quiser casar comigo
Vai falar com quem me criou.

Lá no céu tem uma estrela
Entre mil e mil iguais.
Logo encontro pois é minha
Minha só e de ninguém mais.

Eu gosto da letra
Por ela suspiro e choro
Por ser a letra do nome
Da pessoa que eu mais adoro.

Mais e mais quadrinhas

Manjericão miudinho
No teu peito achei encosto
Quem te adora tem ventura
Quem te ama tem bom gosto

Águas claras correntinas
Corre por baixo do chão
Abre-te peito dourado
Quero ver teu coração
Lá do céu caiu um cravo

Dentro de um copo de vidro
Resolve teu coração
Que o meu está resolvido
(que eu quero casar contigo)

Alecrim da beira d'água
Não se corta com machado
Para de olhar para mim
Cara de sapo rajado
Alecrim da beira d'água
Jacaré do tremedal
Traz de lá um pau ligeiro
Para matar este animal

Coqueiro tão alto
Com esse laço de prata
Os olhos dessa morena
Tem um jeito que me mata

Que coqueiro tão alto
Que de alto se envergou
Que menina tão falsa
Que de falsa me deixou

Não te encosta na parede
Que a parede solta pó
Te encosta no meu ombro
Que tu dormes um sono só

Não te encosta na parede
Que a parede solta pó
Te encosta no meu relho
Que o meu relho tem dois nós

Eu tenho um lencinho branco
Bordadinho de abc
O dia que não te vejo
Nem água posso bebe(r)

Eu tenho um lencinho branco
Bordadinho de amarelo
Quem te dera casamento
Com uma vara de marmelo

Com A escrevo amor
Com R recordação
Com.... escrevo.....
dentro do meu coração
Atirei um limão n'água
Por cima da sacristia
Deu no cravo e deu na rosa
Deu na prenda que eu queria

Atirei um limão n'água
De vereda foi ao fundo
Pra buscar nossa senhora
Que estava no fim do mundo

Atirei um limão verde
De vereda foi ao fundo
Quem não ama as morenas
Não tem bom gosto no mundo

As estrelas miudinhas
São as que dão mais claridade
Esses amores pequeninos
São os que tem mais amizade

A pombinha com o pé na água
Para até quarenta dias
Eu longe do meu amor
Não posso estar nenhum dia

Lá de trás daquele morro
Tem um pé de conta-conta
Desengana moreninha
Que de ti não faço conta

Atrás daquele morro
Tem um pé de bananeira
Eu hei de casar contigo
Nem que o teu pai e a tua mãe não queiram

O sol já vai entrando
No Ouro Fino
Não te dou minha palavra
Sem saber o teu destino

Eu estava na janela
Comendo rapadura
Passou meu namorado
E me chamou de cara-dura

Casinha ladrilhada
Toda cheia de brilhante
Eu hei de casar contigo
Nem que a minha mão não alcance.

Se queres um bom conselho
Da sabedoria do povo
Nunca troque um amor velho
Por um amor novo

Amigo é um nome sagrado
Sagrado no coração
Amigo é um ser estimado
Amigo é quase uma ilusão

Quero ser tua amiga
Estendo-te minha mão
Contando sempre comigo
Aceite minha afeição

Se ama a Jesus Cristo
Que sofreu por tanta gente
Por que não amas a mim
Que sofre por ti somente?

Se queres saber meu nome
Dê uma volta no jardim
Pois meu nome está escrito
Numa folha de jasmim

Estava no portão
Fazendo minha lição
Passou meu namorado
Me chamou de coração

Teus olhos dizem sim
Tua boca diz que não
Gostaria de saber
O que diz teu coração

Estou zangada contigo
Não quero mais te ver
Os beijos que me destes
Hoje quero devolver

Recebi tua cartinha
Mas confesso que não gostei
Pois nela vinha de volta
O beijo que te mandei

A rosa para ser roxa
Não precisa duas cores
O homem para ser sincero
Não precisa dois amores

Sonhei que o gelo queimava
Sonhei que o fogo gelava
de tanto que sonhei besteira
Descobri que te amava

És para mim tudo que quis
És o que sempre sonhei
És a perfeição de pessoa
És o garoto que eu amei

És minha própria vida
És o príncipe do meu coração
És o meu fôlego, o meu desejo
És minha grande paixão

Adoro a letra.....
Por ela suspiro e choro
Amo porque forma o nome
Do garoto que eu adoro

Ainda vou subir ao céu
Pedir a Deus uma vingança
Hei de botar no eu dedo
Um dia uma aliança

Se quer me matar
Não precisa de punhal
Basta dizer que não me ama
Que a morte será fatal

Águas cristalinas e claras
Corre por baixo do chão
Nas ondas do teu cabelo
Não negou meu coração

Lá do céu tenho um amiguinho
Que trabalha com tesouro
Vou mandar fazer teu nome
Com dez letras de outro

O cravo também se muda
Do jardim para o deserto
A gente ama de longe
Quando não pode amar de perto

Meu amor é pequenino
Do tamanhão de um botão
De dia te trago no braço
De noite no coração

Quem quiser saber o meu nome
De uma volta no quartel
Que o meu nome está escrito
No chapéu do coronel

A saudade é minha amiga
Porque eu me apaixonei
Por alguém que não me ama
Ou se amava não sei

Dai-me a chave do teu peito
Quero abrir e entrar
Queria ver se tem outra
Em meu lugar

Escrevi no meu caderno
Com a folha do pavão
Sabe Deus e todo mundo
Que por ti tenho paixão

Lá de traz daquele morro
Tem uma mesinha de vidro
Para meu amor escrever
Quando quero falar contigo

As estrelas do mundo
São as que dão mais claridade
Assim com Deus não mente
Homem não fala a verdade

Os anjos estão no céu
As estrelas no firmamento
E teu anjo querido
No meu triste pensamento

Meu amor anda de branco
De longe conheço bem
Se não casar com ele
Não caso com mais ninguém

Tenho um caderno onde escrevo
Quando me esqueço de ti
É um livro de capa alegre
Onde nada escrevi

O rei recebe a coroa
A rainha, a aliança
E tua amiga querida
Está em minha lembrança

Se não tens saudades
Nunca errou
Se não tens ciúmes
Nunca amou

Felicidade palavra longa
Mas curta na realidade
Antes fosse uma só letra
mas que fosse felicidade

Meu amor é pequenino
Do tamanho de um botão
De dia trago nos braços
E de noite no coração

Meu amor é pequenino
Do tamanho de um vintém
Assim mesmo pequenino
Eu não troco por ninguém

Encerro com um adágio[14] português:

> Remenda o teu pano, que te dura mais um ano.
> Remenda outra vez, que te dura mais um mês,
> Se tornar a remendar, mais um dia vai durar.

Este adágio[15] também aprendi (e neste caso sei "de cor") com minha avó, e o considero simbólico quanto aos esforços dos imigrantes que aqui chegaram.

Considerações finais

Meu objetivo aqui foi oferecer pequena e modesta contribuição, a título de matéria-prima, para a pesquisa sobre o folclore e sabedoria popular, advindas dos açorianos e de seus descendentes, com os quais

14 Do latim *adagium*. Provérbio popular com uma mensagem de teor moral, ditado (ADÀGIO, 2023).
15 Em busca nas redes sociais aparece como "provérbio português" (Disponível em: quemdisse.com.br. Acesso em 09 nov 2022). Encontrei pequenas variações, especialmente como é concluído. Neste caso, não se trata de quadrinha, mas, sim, de *terceto* ou *trístico*.

minha avó materna aprendeu o poema, o adágio e, especialmente, as quadrinhas por tradição oral e os sabia "de cor".[16]

A expressão citada algumas vez neste artigo foi "de cor", e aqui cabe conhecer a etimologia da palavra: "*Cor*", em latim, quer dizer coração. Saber *de cor* é saber «*de coração*»: antigamente acreditava-se que a memória residia no coração (e os sentimentos no fígado).

Meu coração segue cheio de memórias da minha avó Honorina, e meu fígado cheio de bons sentimentos que dela herdei. Este artigo lhe dedico (*In memoriam*).

Referências

CAMPOS, Sônia Siqueira. Literatura oral no RS: contribuições açorianas. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). *Presença Açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1997. p. 61-69.

CIARLINI, Erika Ruth Melo; MENDES, Algemira de Macêdo. A produção de Luíza Amélia de Queiroz e Francisca Montenegro na imprensa: romantismo como estética de conflito dos séculos XIX e XX. *Letras em Revista*, Teresina, v. 11, n. 02, p. 198-125, jun./dez. 2020.

DE PROVÍNCIA de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1981.

FRAZÃO, Fernanda. *Lendas Portuguesas da Terra e do Mar*. [Lisboa]: Apenas, [2004].

FREITAS, Claudia Fernanda de Barros. *Aspectos da História e da Literatura na primeira década do Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul (1889-1900)*. Dissertação (Mestrado em História da Literatura) – Pós-Graduação em Letras. Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2007.

MEIRELES, Cecília. *Panorama folclórico dos Açores*. Especialmente da Ilha de São Miguel. Instituto Brasileiro de Educação, Ciências e Cultura. Edição Comemorativa de 10º Aniversário da Fundação da Comissão Gaúcha de Folclore, 1958.

MELLO, Ana Maria Lisboa de. A memória dos Açores na escrita de Cecília Meireles. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 47, n. 4, p. 381-86, out./dez. 2012.

MONTENEGRO, Francisca. Saudade eterna. Semana, Parnaíba, a. 1, n. 29, p. 2, 25 dez. 1910. In: SILVA, Erika Ruth Melo da; MENDES, Algemira de Macedo. O lugar da autoria feminina piauiense e o construto na história da literatura: algumas considerações. *Rev. Interd. em Cult. e Soc.* (RICS), São Luís, v. 4, n. especial - dossiê temático. 2018. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:EgKNaEFrXAoJ:periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/viewFile/9579/5579&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 09 mar. 2023.

16 Escreve-se separadamente (DE COR, 2022).

SILVA, Erika Ruth Melo da; MENDES, Algemira de Macedo. O lugar da autoria feminina piauiense e o construto na história da literatura: algumas considerações. *Rev. Interd. em Cult. e Soc.* (RICS), São Luís, v. 4, n. especial - dossiê temático. 2018. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:EgKNaEFrXAoJ:periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/viewFile/9579/5579&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 09 mar. 2023.

SIMÕES, Júlia da Rosa. *A estranha ideia de família.* Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

Fonte documental

VERSOS. Compilação de quadrinhas obtidas por tradição oral de Honorina Saldanha e outros, por Gislene Monticelli. Porto Alegre: manuscrito, abril de 1979. Inédito.

Sites

ADÁGIO. Disponível em dicio.com.br. Acesso em: 16 abr. 2023.

A ORIGEM do aniversário. 'Disponível em: origemdascoisas.com. Acesso em: 13 abr 2023.

DE COR. Ciberdúvidas da Língua Portuguesa. Disponível em: https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/de-cor/1021. Acesso em: 28 nov. 2022.

ESTROFES. Disponível em: todamateria.com. Acesso em: 08 nov. 2022.

NATALÍCIO. Disponível em: www.dicio.com.br. Acesso em: 13 abr. 2023.

PROVÉRBIO PORTUGUÊS. Disponível em: www.quemdisse.com.br. Acesso em: 09 nov 2022.

QUADRINHAS Populares. Disponível em: SuaPesquisa.com Acesso em: 13 abr. 2023

A TAQUARI DOS AÇORIANOS: A CONTRIBUIÇÃO DOS PRIMEIROS COLONIZADORES AO PATRIMÔNIO CULTURAL LOCAL

André Vanderlei da Silva[1]

O contexto histórico

Os Açores é um dos arquipélagos habitados que integram a república portuguesa. Está afastado cerca de 800 milhas da Península. Conta com um clima marítimo, temperado e bastante úmido (TORRES, 2004). Já no século XVI, a ausência de população nativa na Madeira e nos Açores, levou o governo português a enviar colonos peninsulares para ocupar os arquipélagos atlânticos, antes que outras potências o fizessem (FONTOURA, 2012). A vida insular tinha peculiaridades que a diferenciava da dos portugueses do Continente (SANTOS, 2007), expressadas, principalmente, na cultura imaterial e em alguns elementos de organização territorial. Desta realidade, proveio um "jeito de ser açoriano", definido por Vitorino Nemésio como "açorianidade" (LEAL, 1997).

Segundo Fortes (1999), ainda no ano de 1746, uma representação foi enviada ao rei D. João por moradores das ilhas, solicitando um programa de migração adequado para a população que se encontrava em agonia econômica. Nos Açores havia terras nas mãos de poucos. No Brasil, havia terras que precisavam ser ocupadas. Seria uma solução muito interessante para a coroa portuguesa. Assim, foi publicado, em 31 de agosto de 1746, um edital que trouxe uma nova perspectiva aos ilhéus. Abriu um processo migratório chamando a se inscreverem os interessados, sendo homens com menos de 40 anos e mulheres com menos de 30 anos.

Um ano depois, em 09 de agosto de 1747, a coroa portuguesa publicou a provisão que regulamentava o programa de migração. Essa primeira Provisão trouxe o número pretendido (quatro mil casais) para o

1 Mestre em Museologia e Patrimônio (UFRGS). Licenciado em História (UNILASALLE). Professor no Instituto Estadual de Educação Pereira Coruja e na Rede Pública Municipal de Taquari/RS.

processo, detalhou as ajudas de custo, bem como os critérios de idade previstas no Edital de 1746 e informou que, novamente, Feliciano Velho Oldenberg havia sido o contratado para operar o transporte. Em 1752 desembarcaram os primeiros migrantes ilhéus no território sulino da América portuguesa.

Após o acordo de paz entre as coroas portuguesa e espanhola, o novo vice-rei do Brasil, Conde da Cunha, recomendou um cuidado diplomático e uma reorganização militar em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. "Deveria mandar fortificar a linha demarcatória [...] do curso do Rio Taquari, distribuindo os dispersos da 'corrida de Rio Grande'" (WIEDERSPAHN, 1979, p. 96). O Coronel José Custódio de Sá e Faria foi o designado, pelo vice-rei, como governador e responsável por esta tarefa, iniciada com a instalação de um forte e um assentamento em 1764, na margem leste do Taquari. "José Custódio mandou que se arranchassem os casais açorianos, primeiros povoadores, de fato, da hoje cidade sul -rio-grandense de Taquari, um grupo de pouco mais de 60 pessoas [...]" (WIEDERSPAHN, 1979, p. 98).

Silva (1972) menciona os 14 casais açorianos que se estabeleceram às margens do Rio Taquari, sendo sete nesta margem esquerda, ainda no ano de 1760. Estancieiros se encontravam nos arredores do futuro povoado. O Tenente Francisco da Silva, estabelecido em grande estância junto ao Rio Tebiquary (Taquari), seu concunhado Luiz Vicente Pacheco de Miranda, estabelecido no Morro do Carapuça e o Capitão Francisco Correia Sarafana, estabelecido entre o Arroio Pinheiros e o Arroio Santa Cruz, especificando o genro de Francisco da Silva, Mathias Pereira da Silva que também se estabeleceu nas proximidades do rio, ainda antes da chegada dos açorianos. José Custódio de Sá e Faria prosseguiu na instalação de novos assentamentos, porém sem receber nenhum recurso do Vice-Rei, nem da metrópole.

As famílias colonizadoras vieram, mais adiante, a constituir, de fato, a Vila de São José. Parafraseando Heródoto, "uma dádiva do Taquari". Segundo Ferri (1991, p. 74), "O açoriano adaptou-se muito bem, por força do trabalho agrícola, sobretudo no cultivo do trigo e outros cereais, constituindo-se um dos alicerces da penetração portuguesa nos vales dos rios Jacuí e Taquari". Nesta perspectiva, usar o Rio Taquari como barreira natural a um eventual avanço militar espanhol, assim como assentar as famílias de açorianos que haviam ficado desassistidos, eram duas questões que se completavam. Foi neste sentido a determinação

do Vice-Rei ao então governador da Capitania de São Pedro, Eng. José Custódio de Sá e Faria (WIEDERSPAHN, 1979).

Assim, foi instalado em 1764, o Forte nas margens do Rio Taquari e, na sequência, fundado o povoado de São José, formado integralmente por migrantes açorianos. Esse recebeu uma capela, construída precariamente em madeira. Na devoção da mesma foi colocada a imagem do Senhor São José, esculpida em madeira, vinda de Portugal. Logo em seguida, a capela se tornou curada, ainda subordinada à Paróquia de Bom Jesus do Triunfo. Segundo Wiederspahn (1979, p.,98), o governador José Custódio de Sá e Faria "Foi pessoalmente escolher o local para a construção de um fortim no rio Taquari, [...] onde também iria fundar um núcleo para servir de base de um povoado [...] São José do Taquari".

Na mesma perspectiva, o Mons. Dr. João Maria Balem (1952) aborda a criação da paróquia e destaca uma carta do governador ao vice-rei do Estado do Brasil, Conde da Cunha, datada da Capela de Viamão a 10 de janeiro de 1768, dando conta da criação da primeira povoação açoriana, São José do Taquari. Esse documento faz referência às dificuldades encontradas para a instalação do povoado e construção da primeira capela de madeira, citando a imagem de São José recebida na ocasião.

> Foi o Senhor Conde da Cunha, ordenar-me arrumasse eu as famílias que das ilhas havia Sua Magestade mandado conduzir a este continente para o povoarem, as quais se achavam dispersas sem lhes haverem cumprido as promessas que Sua Magestade lhes fez, quando os mandou sahir de suas terras, e para eu as arrumarem povoações tirasse das fazendas, que se tivessem dado de sesmaria, as porções de terreno preciso para lhes inteirar as suas datas. Logo que cheguei a este governo procurei dar cumprimento a esta importante ordem [...] com effeito fundei a primeira povoação junto ao Passo do Rio Tebiquary em condições que achei própria para as utilidades e lavouras dos mesmos povoadores, e lhas fiz com toda regularidade, em ruas, casas e praças, e querendo dar princípio a igreja, só pude conseguir o tirar as madeiras para ella do matto, porém não tive meios para as ferramentas precisas [...] e só me mandou a imagem do Senhor São José, cuja invocação lhe puz em memória do nome do nosso augusto soberano [...] (BALEM, 1952, p. 19).

Fundado o povoado, no mesmo ano, Sá e Faria solicitou à metrópole a possibilidade para a construção de uma nova Igreja, maior e com

melhores técnicas construtivas, no alto da colina. Foi a partida para o desenvolvimento do projeto urbano da Vila de São José (FARIA, 1981). Como próximo passo, o novo Governador José Marcelino de Figueiredo tratou da regularização das datas de terras que, apesar de previstas desde a Provisão de 1747, nunca haviam sido concedidas corretamente. As famílias assentadas em Taquari passaram a ter a sua terra legalizada e o povoado crescia em tamanho, valorização e importância militar no contexto de tensão em que viviam (WIEDERSPAHN, 1979).

O encarregado desta organização territorial foi o capitão em exercício, engenheiro Alexandre José Montanha, homem de confiança do Governador José Marcelino (sucessor de Sá e Faria). Montanha foi o cartógrafo que desenhou o primeiro mapa das terras junto ao Rio Taquari, nas quais foram loteadas as posses às primeiras famílias de ilhéus que, como colonos, constituíram o povoado. Um território escolhido por sua perfeita localização, dentro do estrategicamente planejado pelo governo desta capitania. O plano do terreno destinado aos casais vindos dos Açores foi construído pela ação organizacional do capitão engenheiro José Montanha, demarcando e documentando lotes (FORTES, 1999). O agrimensor aferiu as bases do primitivo posseiro, Francisco da Silva, para sua indenização por nova sesmaria e levantou o projeto da nova Vila.

Considerando o crescimento populacional sul-rio-grandense, inclusive do povoado de São José, o desenvolvimento de todo o entorno rural foi também se desenhando. Balém (1952) destaca a evolução do assentamento, considerando as práticas vinculadas a tradições de fé, trazidas pelos povoadores, dentro de um sistema de governança diretamente ligado à religiosidade. O recém-criado povoado, em pouco tempo, passou ao status de freguesia e em seguida, desmembrado de Bom Jesus do Triunfo, se torna também uma paróquia (BALÉM, 1952).

A identidade cultural da comunidade foi moldada, ao longo dos anos, na relação direta com a fé católica. Santos (2007) também chama a atenção para a questão da força da cultura popular açoriana, que se manteve muito significativa e, ainda diante de toda a dificuldade de adaptação e até mesmo de mantimento, prevaleceu, gerando grande influência na formação da identidade do habitante da região e nos deixando muitos legados.

As Irmandades eram formadas em torno de uma devoção específica, com certas funções dentro da comunidade cristã. Havia grupos de orações e atividades sociais regulares. No entanto, este espírito religio-

so herdado dos açorianos não impediu a formação de uma sociedade dividida. Santos (2007) ressalta que as amizades entre as famílias eram muito selecionadas. Uma elite financeira e cultural extremamente conservadora. Esta, não surpreendentemente, passou a compor a elite política do mais novo município, situação refletida na primeira eleição para vereadores que formou a primeira câmara municipal para administrar o município por quatro anos, ainda no regime imperial.

Santos (2007) destaca que os açorianos são portugueses que foram obrigados a desenvolver algumas diferenças pontuais, ou providenciais. Isso porque a vida nas ilhas tem peculiaridades que a distingue da vida no Continente e, daí a explicação para toda a riqueza da cultura açoriana, presente nas origens do povoado. Em Becker (2001), é possível perceber que o desenvolvimento histórico de Taquari não se distancia das suas origens.

Outro aspecto importante do processo de colonização foi o socioeconômico. Santos (2007) ressalta a economia agrícola desenvolvida, tanto nas propriedades de terras nos arredores de Taquari, quanto na atual zona urbana da cidade, pelos açorianos. O destaque dado aos açorianos é referente à inserção do trigo, a sua produção de grãos, evoluindo mais tarde para a pecuária e, ainda para funções operárias, como carpinteiros, ferreiros ou outros ofícios. Também, a produção de frutos cítricos e laranjas de qualidade são destaques desde o tempo da colonização.

Atualmente, o setor de formação espontânea, onde Sá e Faria fundou o Forte Nossa Senhora da Conceição do Passo do Taquari, com os casais açorianos, corresponde ao Bairro Praia. E o setor projetado, no ponto mais alto da colina, onde o mesmo governador solicitou autorização para a construção da Matriz de São José, corresponde ao centro da cidade de Taquari. Ao redor do centro, a expansão urbana tem refletido no aumento da periferia. Porém, as marcas da açorianidade (LEAL, 1997) permanecem evidentes, inclusive neste padrão urbanístico.

É possível constatar que a narrativa destacada por Fortes (1999) de ter sido Taquari “a primeira cidade açoriana” devido ao povoado ter se originado do primeiro núcleo de açorianos assentados pelo Governador José Custódio de Sá e Faria, é superdimensionada pela historiografia disponível, em detrimento de outros, talvez ainda pouco trabalhados. Nesse sentido, Durán e Gutiérrez (2020), trazem uma outra questão relevante sobre a fundação do povoado, referente ao projeto urbano idealizado

pelo então governador. “Taquari é relevante na história do urbanismo luso-brasileiro por ser, até hoje, o único assentamento sulino do qual se têm um plano prévio, datado de 1767”. (DURÁN; GUTIÉRREZ, 2020, p. 76, 78). Nessa perspectiva, pode-se classificar Taquari como o único assentamento açoriano projetado com fonte preservada.

O Patrimônio Cultural

O conceito de *patrimônio histórico e artístico*, a partir do reconhecimento dos bens culturais imateriais, foi redefinido como *patrimônio cultural*. Nesta linha, este estudo buscou a relação do fenômeno histórico com o patrimônio cultural que o representa como meio de preservação da *memória* coletiva. Uma comunidade que se aproxima da sua memória e se apropria de seus bens culturais, aprende sobre si mesma e é condicionada a preservar o seu *patrimônio*. Conforme Ramos e Oliveira (2020, p. 122):

> Tais traços se apresentam não só na arquitetura de alguns de seus edifícios, mas, também em marcas do seu traçado urbano, na nomenclatura de seus bairros, nos monumentos à imigração e na sua gastronomia que se apresenta com sotaques, cores e sabores e/i/ migrantes.

Apresenta-se a paisagem histórica urbana (DURÁN; MARZULO, 2016), a implantação do povoado na cumeeira, o conjunto urbano de ruas, espaços públicos e edificações com seus bens móveis. Os açorianos modificaram a paisagem natural, desde a margem do Rio Taquari, com a edificação da fortificação e formação do primeiro povoado, até a vila projetada “em cima da colina” (SILVA, 2010), de onde saiu o barro para as futuras construções, formando a lagoa.

Identifica-se o patrimônio paisagístico existente nos dois principais núcleos da colonização açoriana em Taquari que, pela interação entre ser humano e natureza, constituem-se em bens patrimoniais, não somente de classificação natural, mas cultural. Conforme Durán e Marzulo (2016, p. 9): “Paisagem cultural é então, uma geografia culturalmente modificada, uma construção decorrente de uma prática social, seja interrompida ou com continuidade [...] um produto histórico”.

A paisagem diretamente modificada pela ação da migração e sua descendência na cidade de Taquari pode ser analisada pelo seu aspecto

topográfico, que possibilitou a formação urbana em dois núcleos, desde o povoado ribeirinho junto à foz do Arroio Tingueté até a cidade alta, assim como a estruturação rural ao redor, hoje progressivamente ocupada pela silvicultura. Topografia essa, que permite a visão, desde a margem do rio, onde outrora foi a construção do Forte, à visão do ponto mais alto da cidade, onde se formou a Lagoa Armênia. A paisagem cultural que precisa ser entendida e valorada.

Como já foi destacado, a escolha da margem do Rio Taquari para o assentamento dos casais açorianos teve motivação estratégica. Demarcar o território pela ocupação portuguesa era necessário. Essa demanda levou à transformação da paisagem natural em um núcleo populacional. Um povoado com casas e ruas (BALÉM, 1952). Além disso, foi instalado no local uma fortificação militar (FONTOURA, 2019), aproveitando a barreira natural do rio. O Forte Nossa Senhora da Conceição do Passo do Taquari (WIEDERSPAHN, 1979) representava um marco territorial, em tempos de conflito e de fronteiras, não seguramente definidas entre as coroas ibéricas.

Não existem registros precisos de como foi realizada a construção do Forte, como a mão de obra empregada e o volume de materiais. Embora existam menções nas cartas do Governador Sá e Faria ao Vice-Rei Conde de Azambuja, quanto ao trabalho de soldados e índios na edificação de fortificações do período (SILVA, 1972), é bem possível que no Passo do Taquari, a obra tenha contado com açorianos, pois ficava junto ao povoado recentemente instalado. A margem do rio foi moldada pela evolução urbana local e, já no início do século XX, a Navegação Arnt operava o porto da cidade, com a entrada e a saída de pessoas do município de Taquari em grande volume. Apenas em meados do século XX, com as ligações asfálticas consolidadas e o avanço do transporte rodoviário, a utilização do Rio Taquari para este fim se esvaziou.

De forma semelhante, no alto da colina (SILVA, 2010), ainda no século XVIII, com a extração de argila para a execução das primeiras construções da vila projetada, devido à constante retirada de material, formou-se uma espécie de bacia. Em meados do século XIX, o acúmulo de água no local foi se configurando em um lago permanente. A Lagoa Armênia é resultado da intervenção direta dos primeiros descendentes dos açorianos colonizadores, modificando a paisagem e construindo o projeto da Vila de São José. Ao longo dos anos muitas ações de infraestrutura foram sendo realizadas, tanto no lago como no parque ao seu

redor, até adquirir a configuração que possui hoje, de principal ponto turístico do município.

Destaca-se, também, a importância de Taquari na questão urbanística no Rio Grande do Sul. A estruturação em dois níveis, aproveitando a topografia, formando dois núcleos, cidade alta e cidade baixa, que vem de uma tradição milenar (DURÁN; GUTIERREZ, 2020). O traçado urbano que une o Bairro Praia ao Centro da Cidade de Taquari guarda a memória da cultura de matriz açoriana. A ligação da parte baixa, onde nasceu o povoado e a parte alta construída a partir de um projeto urbano, é patrimônio de valor histórico para a memória coletiva (MOTTA, 2000) deste grupo de colonizadores.

No Bairro Praia, é perceptível nos casarios resistentes à margem da via urbana, os sinais agressivos dos eventos de cheia do rio, nas quais toda a área chega a ficar submersa, salvando-se algumas exceções, graças a investimentos de proprietários em manutenção. Na entrada da antiga área portuária, encontra-se o monumento em homenagem ao patrono da extinta Navegação Arnt, que também empresta o nome à avenida. Atualmente, a via histórica dá acesso ao Estaleiro Couto e desemboca nas antigas escadarias de embarque e desembarque de passageiros dos antigos vapores, em um espaço inabitado junto à barranca do rio.

Tomando por base a Praça D. Pedro II, a Rua Othelo Rosa faz a ligação (em direção leste) com o centro da cidade, o núcleo urbano projetado. Essa via desemboca exatamente atrás da quadra onde está plantada a Igreja Matriz São José (1768), o ponto mais alto da colina. Considerando o projeto original, concebido ainda na gestão Sá e Faria, era avançado para a época, pois guardava os princípios do urbanismo pombalino, estilo implantado pelo primeiro-ministro português, Marquês de Pombal, na reconstrução de Lisboa após um terremoto no século XVIII. Entre as principais características encontrava-se o plano em grade.

A nave principal da igreja foi construída (com a frente em direção sul, com leve inclinação sudeste), mas os anexos laterais, previstos para ser a Câmara e a casa paroquial, nunca foram concluídos. As vias laterais principais do projeto correspondem, hoje, fiéis à planta original, à Rua Sete de Setembro e à Rua Osvaldo Aranha.

Figuras 1 e 2 – Projeto da Vila de São José do Taquari, Eng. Manuel Leão (1767), à esquerda. Sobreposição do plano original sobre o traçado urbano atual do centro de Taquari, Miguel Mendes, à direita

Fonte: (E) Durán (2009, p. 510) e (D) Durán e Gutiérrez (2020, p. 77).

No que se refere às praças previstas, apenas a maior foi construída. Esta corresponde, hoje, à Praça da Matriz, importante ponto turístico da cidade, bastante arborizada e que abriga importantes monumentos, inclusive o casal açoriano, recentemente instalado. A expansão urbana nas regiões periféricas da cidade veio, inclusive, a unir os dois núcleos iniciais que remontam a chegada dos migrantes açorianos neste território. O tecido urbano histórico apresentado guarda, com bastante clareza, a memória da colonização.

Com a evolução das técnicas construtivas e com os conhecimentos transmitidos de geração para geração, seus descendentes edificaram prédios mais resistentes, como uma memória documentada, a construção de uma paisagem urbana. “Na construção das moradias, desde as primitivas choças cobertas de capim aos primeiros prédios de alvenaria, os açorianos, gradativamente, impõem ao novo ambiente suas tradições insulares, tais como as janelas de guilhotina” (RAMIREZ, 2005, p. 16).

No assentamento açoriano do Rio Taquari, o começo foi muito desafiador. A cultura de matriz açoriana que acompanhou os ilhéus migrantes continuou sendo moldada, construída e reconstruída neste território. E o patrimônio, como processo dinâmico (FONSECA, 2005), permaneceu em constante evolução, pelas mãos dos primeiros colonizadores e de sua descendência. Segundo Santos (2007, p. 66):

Não se deve esquecer as dificuldades econômicas dos açoritas que fundaram o povoado de São José de Tebiquary, resultando disto uma arquitetura muito simples e pobre, refletindo a situação de carência em que viviam. A medida que o tempo passava, os recursos econômicos ampliavam-se para alguns, não só melhorando a qualidade de vida, como também as construções dos prédios. Passa a predominar uma arquitetura de forma retangular, geralmente com mais de uma entrada e janelas colocadas simetricamente.

Figuras 3 e 4 – Igreja Matriz de São José (1768), antes da construção da torre, à esquerda. Vista atual, à direita

Fonte: (E) Faria (1981, p. 76) e (D) acervo do autor, 2022.

A Igreja Matriz de São José é a edificação mais significativa da cidade. Na época da construção, apesar de não existirem registros diretos quanto aos trabalhadores da obra, mas certamente eles faziam parte das famílias de migrantes açorianos colonizadores. A cidade já possui alguns tombamentos, além de um Inventário de Bens Imóveis (2021), que relaciona 34 edificações existentes nos dois núcleos urbanos históricos. Porém, os dados ofertados são ainda muito escassos, e como o documento ainda não está instituído por lei específica, não possui poder de proteção.

Existem acervos integrados a imóveis tombados, com ligação direta à cultura de matriz açoriana e/ou ao desenvolvimento social da comunidade. A imagem de São José que chegou ao assentamento de casais açorianos junto ao Rio Tebiquary, é um exemplo. Ela trazia o objetivo de promover o fortalecimento social daquele grupo em torno da fé. Hoje, a mesma imagem guarda a memória dos colonizadores da cidade de Taquari.

Como bem cultural móvel da cidade, o São José de Taquari é patrimônio de valor histórico e, desta forma, torna-se representativo até mesmo para as comunidades não católicas. A imagem, que é totalmente esculpida em madeira, apresenta bom estado de conservação, com indícios de repintura somente no Menino Jesus que é sustentado no braço esquerdo da estátua. Por fazer parte do acervo da Paróquia São José, a obra caracteriza-se como um bem cultural material integrado.

A imagem encontra-se protegida na Igreja Matriz de São José (1768) que possui tombamento municipal, e não fica em exposição regular, só sendo vista, normalmente nas festas de São José. E, exatamente por se referir ao padroeiro da cidade de Taquari, ainda possui a representatividade religiosa. Esse significado associado à religiosidade, as outras imagens de gesso, e de posterior data, que existem na paróquia, também têm. A representatividade única da imagem original repousa na memória da fundação do povoado pelos primeiros migrantes ilhéus que vieram dos Açores.

Apesar de não termos conseguido mais informações sobre os antigos retábulos da Igreja, a mesma possui nos seus livros de registro bens culturais móveis representativos da formação e do desenvolvimento desta comunidade. Outro lugar relevante refere-se às oficinas tipográficas e todo o registro jornalístico histórico de O Taquaryense. Assim, destacam-se a existência de acervos documentais que, pelas informações que armazenam, guardam a memória dos colonizadores e seus descendentes, tanto nos arquivos eclesiásticos da secretaria da Paróquia, como nos arquivos de imprensa escrita da redação do Museu Vivo da Comunicação,[2] como é considerado o jornal desde 2005, quando teve seu acervo organizado em volumes.

Este encontra-se em boas condições de conservação, com todas as edições, desde julho de 1887, encadernadas em volumes bienais e parte digitalizadas. No caso do arquivo da Paróquia São José, este poderia conter registros desde a fundação do povoado, mas infelizmente, teve muitas perdas devido a um sinistro ocorrido na secretaria da Igreja no final do século XX. Foram encontradas atas de reuniões, desde a metade

2 Foi inaugurado em 16 de abril de 2005, o Museu-Vivo da Comunicação "O Taquaryense". O projeto integrou o 3º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho "Preservando a memória da Imprensa e construindo a história da mídia no Brasil", promovido pela Universidade FEEVALE, em conjunto com a Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES.

do século XIX, porém, os registros de batizados e matrimônios, só foram encontrados a partir de 1935. No caso do arquivo do jornal O Taquaryense, ele traz uma narração da vida social e cotidiana da cidade, desde o final do século XIX. Os dois acervos documentais em questão estão integrados a bens imóveis já tombados em nível municipal e estadual (Igreja Matriz São José e Jornal O Taquaryense), e, portanto, gozam desta proteção.

No que se refere ao patrimônio imaterial é fundamental mencionar a existência e a extinção do culto ao Divino Espírito Santo, tradicional na cultura açoriana, em Taquari. Conforme comenta Ramirez (2005, p. 19), "[...] o culto do Divino Espírito Santo, com a construção dos 'impérios' próximos às igrejas, com seu cortejo de imperadores, desfile de estandarte visitando as casas [...]", se destacava nas comunidades.

Apesar de a única ata da Irmandade do Divino encontrada constar o termo de abertura datado de 5 de outubro de 1853, esta foi formada logo com os primeiros açorianos colonizadores, e se configurou desde sempre, na mais popular de todas (BECKER, 2015). Isto porque eram em torno desta devoção que tinham vez todas as camadas da sociedade, inclusive os excluídos. Os festejos movimentavam toda a paróquia, na maior expressão da açorianidade trazida pelos ilhéus colonizadores (BALÉM, 1952).

A capela do Império ficava junto à Praça São José, no lado oposto à Igreja Matriz, posição de destaque no núcleo urbano projetado da Vila. Isso nos dá uma dimensão da relevância que tinha para a comunidade a festa do Divino Espírito Santo. Diversos grupos participavam das atividades festivas e as atividades mobilizavam toda a comunidade.

Por razões não plenamente identificadas, a Irmandade do Divino sofreu um enfraquecimento ainda na primeira metade do século XX. O último registro do evento em grandes proporções, nos arquivos da imprensa local, foi a Festa do Divino do ano de 1922. O jornal O Taquaryense trouxe uma ampla cobertura, distribuída em três edições do semanário, demonstrando a grande importância que o evento religioso ainda tinha para a sociedade local.

Na década de 1930, percebe-se claramente uma tentativa de resgate da tradição religiosa/cultural por parte de pessoas influentes da paróquia e segmentos da sociedade local. Foi possível identificar nos arquivos do referido jornal o empenho no sentido da realização dos festejos populares. Porém, sem a Irmandade atuante, a devoção ao Divino Espíri-

to Santo foi gradativamente perdendo o espaço no calendário de eventos da Paróquia.

Em meados do século XX, a festa do Divino Espírito Santo já não acontecia mais em Taquari. A paróquia local se desfez de aparatos e utensílios outrora utilizados nas celebrações da devoção (BECKER, 2015). O Império, em 1957 foi entregue para a utilização de um grupo escolar. Depois de ser usado para outras atividades da comunidade, já bastante danificado e semiabandonado, o antigo Império foi demolido na década de 1980.

A Irmandade de São José tem o seu primeiro livro de atas com o termo de abertura datado de 3 de setembro de 1806. O estatuto da Irmandade nunca foi alterado. "[...] o Culto do Glorioso São José e o serviço de sua Igreja, constituem-se no objeto principal da associação de todos os Irmãos e são objeto essencial dos deveres da Irmandade" (BECKER, 2015, p. 30).

As programações dos festejos em honra ao padroeiro local já se iniciam durante o período da Quaresma, após o carnaval. Os festeiros visitam as várias comunidades da paróquia, levando uma imagem de São José e convidando para a Novena de São José. Então, nos nove dias que antecedem ao feriado religioso, acontecem missas na Igreja Matriz de São José, sempre à noite, com a condução da Irmandade de São José e a imagem original, esculpida em madeira, recebida em doação do Rei de Portugal D. José, com a participação de diversas entidades e setores da sociedade local. Logo após as missas, sempre acontecem jantares especiais no Salão Paroquial.

No dia 19 de março, feriado municipal, as programações começam logo pela manhã. Por volta das 10h, acontece a missa, normalmente com a presença do bispo regional. Em seguida, os festeiros, a Irmandade, o pároco, os devotos e simpatizantes conduzem a imagem de São José em procissão pelas principais ruas do centro da cidade. O andor é conduzido até o Salão Paroquial, onde ocorre o almoço e os festejos se prolongam, com muita alegria, pela tarde até a noite.

Da mesma forma, por muitos anos, tivemos a festa de Corpus Christi, porém, com a inatividade da Irmandade do Santíssimo Sacramento, as manifestações populares também sofreram gradativo enfraquecimento, limitando-se à data as celebrações religiosas. Ainda na última década do século XX, a comunidade católica, juntamente com diversas entidades da cidade, resgatou a tradição da confecção dos tapetes coloridos.

Mais recentemente, com o apoio do poder público, os tapetes de Corpus Christi têm lugar na área coberta da Praça da Bandeira, próxima à Lagoa Armênia, onde a arte popular pode permanecer exposta por um tempo maior. Neste local, a procissão que vem da Matriz de São José, passa em todo o caminho de tapetes carregando o ostensório do Santíssimo Sacramento e recebe a bênção final.

Já o Natal Açoriano em Terra Gaúcha, tem se constituído no principal evento da cidade nos últimos anos, reunindo aspectos religiosos, culturais e turísticos. Atualmente, o evento conta com uma diversificada programação, que inicia na primeira quinzena de dezembro e se estende até o dia seis de janeiro. As árvores do parque ao redor da lagoa são enfeitadas e iluminadas pelas empresas e entidades que as adotam, completando o clima natalino. Entre as atrações têm espaço apresentações de escolas, instituições religiosas, artistas locais e regionais e diversos grupos representativos de segmentos da sociedade. Na noite principal, normalmente acontecem as encenações do presépio e da chegada dos casais açorianos colonizadores pelas águas. Em seguida, um extenso show de fogos sobre a Lagoa Armênia anuncia uma atração artística de amplitude nacional que é assistida por um grande público.

Outro elemento cultural de base religiosa trazida pelos açorianos tem seu ponto alto entre o Natal e o dia de Santos Reis em seis de janeiro. A tradição dos Ternos de Reis ressalta a cordialidade, a amizade e a doação do espírito cristão nas relações sociais, porém encontra-se bastante enfraquecida como prática social. Normalmente, o Terno era formado por três cantores que, acompanhados de acordeom e violões, entoavam cantigas em frente à casa do visitado até este abrir a porta e convidar para entrar.

Alguns grupos organizados permanecem ativos na comunidade e realizam encontros para confraternizar e praticar a arte. Atualmente, os Ternos de Reis têm lugar na programação anual do Natal Açoriano em Terra Gaúcha, fazendo o encerramento do evento no Dia de Santos Reis. Na noite dedicada a esta arte religiosa-popular, os grupos inscritos simulam a tradição original. Além das apresentações no palco principal do evento, às margens da Lagoa Armênia, os grupos circulam pelo parque ao redor da lagoa, fazendo visitas aos grupos familiares reunidos nas “casas” de diversas entidades e empresas da cidade, simbolizadas nas árvores que são adotadas e ornamentadas.

Destaca-se também a cultura culinária, que abrange principalmente, os alimentos desenvolvidos pelos descendentes açorianos a partir da tradição gastronômica das ilhas, com os ingredientes disponíveis nesta nova terra. Um exemplo bem claro desta adaptação era o uso de "atafonas", instrumento que servia para produzir a farinha de mandioca. "Produziam em casa feijoada, charque assado, milho verde, pirão de farinha de mandioca, quibebe (pirão de abóbora), carne de porco e de galinha, e morcela (morcilha) frita" (SANTOS, 2007, p. 57).

Esta realidade era fruto da adaptação forçada que os migrantes açorianos tiveram que enfrentar nas novas condições de vida. O clima diferente e o alcance econômico escasso tornavam necessárias as substituições de ingredientes alimentícios. Um caso bem característico em Taquari é a aproximação de pratos típicos portugueses bem conhecidos nas ilhas, como o "Caldo Verde", (RAMIREZ, 2005) e a "Açorda" (BECKER, 2010). Nasceu então o Fervido, prato típico taquariense de origem açoriana. Em 2021, o Fervido ganhou registro municipal. "Fica considerado como patrimônio cultural imaterial de Taquari o 'Fervido', como gastronomia típica taquariense com raízes açorianas" (TAQUARI, 2021, não paginado).

No entanto, os pratos mais comumente observados na comunidade local que são diretamente associados aos açorianos são os doces. Encontrou-se a "Cueca Virada com açúcar", o "Quindim", a "Polenta Doce", o "Arroz de Leite", a "Ambrosia", a "Paçoca de Amendoim" e outros sabores açorianos (GOMES, 2017), com receitas taquarienses, transmitidas e aprimoradas por gerações. Além de conhecidos e apreciados em praticamente todas as famílias, muitos deles também circulam consideravelmente no comércio local.

O "Pão de Milho" vem em uma intensidade menor, mais caseiro, com versões doce ou salgado. É acompanhado de outros exemplos mais simples, como os "Bolinhos de Chuva", normalmente servidos às visitas para acompanhar o chimarrão em dias de inverno, e o pão reaproveitado com ovo em fritura. As variações ficam por conta das quantidades dos ingredientes mais caros, ou menos disponíveis, assim como os "toques especiais" de cada família. A cultura culinária local demonstra claramente a influência da tradição gastronômica dos colonizadores açorianos, configurando-se em um patrimônio cultural de natureza imaterial de Taquari.

Figuras 5 e 6 – À esquerda, o busto e o calçamento histórico da Avenida Jacob Arnt, na entrada da antiga área portuária com casarios do Bairro Praia, ao fundo. À direita, a imagem original conduzida pela Irmandade de São José na procissão da festa do padroeiro com casarios do Centro de Taquari ao fundo

Fonte: acervo do autor, 2022.

Taquari, em seu patrimônio cultural local associado à cultura de matriz açoriana, tem ainda, grandes potencialidades a serem estudadas e valoradas. No estudo de bens culturais realizados na cidade, ficou clara a capacidade de ativação patrimonial (PRATS, 2005), ainda existente, e a necessidade de envolvimento da comunidade com seu próprio patrimônio, com a sua própria memória. Com as perspectivas de utilização do conhecimento até aqui produzido no gerenciamento sustentável e nas estratégias de proteção dos bens culturais, assim como da realização de novos estudos e do desenvolvimento de programas de educação patrimonial, os caminhos para uma política patrimonial local eficiente são promissores.

Referências

BALÉM, Monsenhor João Maria. *A Paróquia de São José de Taquari:* no bicentenário da colonização açoriana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: A Nação, 1952.

BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). *Açorianos no Brasil*: História, Memória, Genealogia e Historiografia. Porto Alegre: EST, 2002.

BARROSO, Véra Lucia Maciel. O povoamento do território do Rio Grande do Sul/Brasil: o oeste como direção. *Estudios Historicos*, Rivera, n. 2, p. 8-36, 2009.

BECKER, Augusto. *Paróquia São José 250 anos:* 1765-2015. Taquari - Tabaí: Ed. do Autor, 2015.

BECKER, Augusto. *Taquari, Terra da Gente.* Taquari: Ed. do Autor, 2001.

BECKER, Augusto. *Taquari, Terra da Gente***.** Taquari: Ed. do Autor, 2010, v. 5.

DURÁN ROCCA, Luísa. *Açorianos no Rio Grande do Sul:* antecedentes e formação do espaço urbano do século XVIII. 2009. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

DURÁN ROCCA, Luisa. GUTIÉRREZ, Ramón. *José Custódio de Sá e Faria:* um engenheiro na América além das fronteiras. Buenos Aires: CEDODAL, 2020.

DURÁN ROCCA, Luísa; MARZULO, Eber Pires. Paisagem como construção coletiva: um projeto inconcluso. In: *ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO*, 4., 2016, Porto Alegre.

DURÁN ROCCA, Luísa; SILVA, André Vanderlei da; WARPECHOWSKI, Camila. O imigrante entre o território e o lugar. In: *ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE TERRITORIOS POSIBLES, 2.; CONGRESSO IBEROAMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES Y AMBIENTALES, 9.; CONFERENCIA INTERNACIONAL DE INTELIGENCIA TERRITORIAL*, 18., 2021, La Plata.

FARIA, Octávio Augusto de. *Monografia do Município de Taquari.* Porto Alegre: IEL, 1981.

FERRI, Genuíno Antônio. *História do Rio Taquari-Antas***.** Encantado: GRAFEN, 1991.

FESTA do Espírito Santo**.** *O Taquaryense,* Taquari, a. 35, n. 1803, p. 2, 27 mai. 1922.

FESTA do Divino**.** *O Taquaryense,* Taquari, a. 49, n. 2512, p. 2, 30 mai. 1936.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio em Processo:* trajetória da política federal de preservação no Brasil**.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; MinC; IPHAN, 2005.

FONTOURA, João Paulo da. *Dai Velas aos Largos Ventos.* Taquari: Ed. do autor, 2012.

FONTOURA, João Paulo da. *São José de Tebiquary:* uma luz sobre teu passado. Taquari: Ed. do Autor, 2019.

FORTES, João Borges. *Os casais açorianos:* presença lusa na formação do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

GOMES, Carla Marques. *Rio Grande do Sul com sabores açorianos***.** Porto Alegre: Vivilendo, 2017.

GRAEBIN, Cleusa Maria. Vida Cotidiana dos Açorianos pelas Freguesias e Caminhos**.** In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *História Geral do Rio Grande do Sul.* Caxias do Sul: Méritos, 2006. p. 203-223.

LEAL João. Açorianidade: literatura, política, etnografia (1880-1940). *Etnográfica,* Lisboa, v. 1, n. 2 | 1997, p.191-211, 1997.

MOTTA, Lia. *Patrimônio urbano e memória social:* práticas discursivas e seletivas de preservação cultural 1975 a 1990. 2000. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. *Cuadernos de Antropologia Social,* Buenos Aires, n. 21, p. 17-35, 2005.

RAMIREZ, Hugo. *Paradigmas da Açorianidade no Rio Grande do Sul:* a obra pioneira dos luso-descendentes**.** Porto Alegre: Caravela, 2005.

RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz; OLIVEIRA, Luciana da Costa de. Sobre história, memória e patrimônio no Sul do Brasil: monumentos aos açorianos em Porto Alegre e Florianópolis. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 26, p. 121-142, 2020.

SANTOS, Nilda Rita. Taquari - Primeira cidade açoriana**.** In: ROCHA, Santa Inéze da (Org.). *Açorianos no Rio Grande do Sul – Brasil II.* Porto Alegre: Caravela, 2007. p. 39-70.

SILVA, André Vanderlei da. A histórica cidade de Taquari e os vestígios da arquitetura colonial luso-açoriana: uma proposta de educação patrimonial. *MUSEITEC – Museologia, Tecnologia e Patrimônio Cultural, UFS***,** Laranjeiras, v.1, n.1, p. 2-33, 2012.

SILVA, André Vanderlei da. Falando de História**.** *O Taquaryense*, Taquari, a. 124, n. 33, p. 2, 11 set. 2010.

SILVA, Riograndino da Costa e. *São José de Taquari:* a história da minha terra. Porto Alegre: Flama, 1972.

TAQUARI. *Lei nº. 4.423, de 05 de maio de 2021.* Disponível em: https://www.taquari.rs.gov.br/uploads/norma/35769/Lei_4423.pdf. Acesso em: 02 abr. 2022.

TORRES, Luís Henrique. A Colonização Açoriana no Rio Grande do Sul (1752-63)**.** *Biblos,* Rio Grande, n.16: p.177-189, 2004.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *A colonização açoriana no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: EST; ICP, 1979.

FAZENDA DA TAFONA, CASA DE MEMÓRIA, TAMBÉM AÇORIANA EM CACHOEIRA DO SUL: ÚNICO BEM DO SÉCULO XIX, SITUADO NA ZONA RURAL, TOMBADO PELO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MARIA IRTILIA VIEIRA DA CUNHA SILVA (MARÔ)[1]

Ato I – Olha quem está chegando

Estamos em 2016. Chega à Fazenda da Tafona uma caravana de carros, entre eles está o que leva Adriana Ribeiro, vice-cônsul de Portugal, convidada pelo Secretário Estadual da Cultura, Victor Hugo Alves da Silva. Eles têm uma missão que iria se completar naquela tarde de 16 novembro, quando seria assinado o tombamento da casa e do engenho de farinha pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Figura 1 – O canto da casa

Fonte: acervo da autora.

Adriana desce do carro, olha o cenário e exclama:

- "Me sinto no interior de Portugal!"

Para nós, que vivemos neste cenário, o reconhecimento veio como um elogio do tempo e da história. De onde viemos? Somos metade açorianos e metade portugueses do continente. Mas também somos afrodescendentes e indígenas, pois vivem em nossa pele e nos acompanham, não só a ascendência, mas também os costumes, as palavras, o tipo de alimento

1 Maria Irtilia Vieira da Cunha Silva – Marô – é funcionária pública aposentada, jornalista. Atualmente, ela e o marido Marco Aurélio Schntz são guardiões da Fazenda da Tafona.

dos povos originários da América e dos nascidos na África, trazidos para cá como escravizados.

Ato II – Vamos esmiuçar essa origem um pouco mais...

Na Fazenda da Tafona, a origem primeira de que se tem notícia é dos povos originários, que viviam no local há 12 mil anos. Eram caçadores e coletores. Após a vinda dos jesuítas, da Companhia de Jesus, temos na terra uma origem indígena aculturada. Nas terras do Piquiri, estava localizada a extensa fazenda da Missão de São Lourenço. A terceira origem é dos Açores. – da ilha Terceira e da ilha do Corvo. O casal Agueda, que desembarcou em Santa Catarina, em meados dos anos 1700, aqui teve muitos filhos. Um deles, em especial,[2] faz parte da ascendência da Fazenda da Tafona. João Pereira Fortes, (o d'Agueda do pai ficou para trás), que em Rio Pardo casou-se com Eugênia Rosa, também de origem açoriana.

Uma das filhas deste casal, chamada Rosa, contraiu matrimônio com José Vieira da Cunha, um português vindo de Aveiro – Castelo de Paiva, no interior de Portugal.

Então, temos na Fazenda da Tafona, responsáveis pela construção da casa que ainda existe, a nativa Rosa – descendente de "açorianos de raiz" e José Vieira da Cunha, português continental. Essa união trouxe uma grande fortuna em terra e gado para o casal, a partir do dote e da herança que Rosa ganhou. Por conta disso, atualmente, os da família Vieira da Cunha, que debatem sobre os destinos dos antepassados, chamam carinhosamente o João Pereira Fortes de "sogrão". Era ele o possuidor de terras, gado, muares e cavalos. Era ele quem podia doar e também quem podia exigir. Por sua vez, Rosa e José também deixaram muitas sementes. Uma delas é esta autora que, 200 anos depois, escreve esse texto, na cozinha da casa por eles construída.

Ato III – Mas o que é mesmo essa Fazenda da Tafona?

No mundo de dentro do Rio Grande do Sul, na região central do Estado, há uma casa, sem nenhuma sofisticação, erguida no início dos anos 1800, com arquitetura pensada e construída por gente que havia lutado pela terra. Pessoas escravizadas nela trabalharam, buscando encontrar uma narrativa de sobrevivência no meio da dor.[2]

2 Nesta mesma publicação, o artigo "O patriarca açoriano de Cachoeira do Sul", de Mirian Ritzel, Ione Sanmartin Carlos e Maria Lucia Mór Castagnino, dá conta da importância de João Pereira Fortes e Eugenia Rosa para a história do Rio Grande do Sul.

Figura 2 – A sede da Fazenda da Tafona ao entardecer, Cachoeira do Sul

Fonte: acervo da autora.

A casa faz parte do seleto número de 157 bens tombados em 61 dos 497 municípios do Estado, sendo que desses, apenas duas fazendas têm o vínculo oficial com o IPHAE/RS (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado). Além desse reconhecimento estadual, no âmbito municipal ela também é tombada pelo COMPAHC - Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural, desde 2013. A sua história é uma síntese da desigualdade da história brasileira. Assim como muitas outras, em qualquer lugar do mundo, a desigualdade está presente nos mínimos detalhes.

A naturalização do desequilíbrio social muitas vezes nos cega. Custei a me dar conta de que a casa que tínhamos fazia parte dessa realidade. Meus pais tiveram uma vida dura, mas as oportunidades foram aparecendo, por serem brancos e com acesso à educação. Mas, na minha adolescência, foi Brandina (Figura 3) que me deu a exata noção da realidade. Trabalhadora incansável, Brandina era descendente de escravizados e ganhava a vida lavando roupa e cozinhando em festas familiares na cidade.

Figura 3 – Brandina Ramos, descendente de escravizados que trabalhavam na Fazenda da Tafona (década 1970)

Fonte: acervo da autora.

A Fazenda da Tafona, antiga São José, com a estrutura tal como é hoje, foi construída entre 1820 e 1825. Antes, havia outra casa, mais perto da "Fonte da Cangerana", que ainda hoje abastece de água a casa.

Uma Associação de Amigos da Fazenda da Tafona – Casa de Memória – foi criada com foco na preservação do patrimônio histórico e está buscando o financiamento necessário para seu restauro completo. Enquanto isso não acontece, a visitação de pessoas interessadas em história e natureza está aberta.

Ato IV – E sobre a casa?

A sede da Fazenda da Tafona, exemplo da arquitetura rural rio-grandense, que vem de muitas regiões portuguesas, está localizada na Estrada da Porteira Sete, Cachoeira do Sul, RS. É uma construção térrea,[3] com uma ala principal, onde residia a família que a construiu, constituída por uma sala de estar, sete quartos e sala de jantar. Outra ala, dos serviços, está no fundo do prédio, conformando o segundo lado do pátio. Nesta ala ficavam a cozinha, a despensa e o quarto das mucamas, mulheres escravizadas a serviço da casa. Finalmente, no lado oposto ao prédio principal, está a Tafona. O conjunto arquitetônico foi implantado numa elevação a cerca de 200m da entrada principal. Trata-se de um exemplar da arquitetura colonial, inclusive com a sua unidade produtiva original, a tafona, ainda intacta.

A proposta de restauração visa resgatar todos os elementos originais, além de seu entorno, transformando todo o conjunto num museu que dará ênfase aos personagens invisíveis da história da fazenda – as pessoas escravizadas que trabalhavam para sustentar a zona de conforto dos senhores e senhoras de pele branca.

Ato V – Como é o projeto de visitação?

Existem vários motivos aos quais podemos nos reportar para justificar a importância da Fazenda da Tafona e o quanto é necessário o restauro que está sendo buscado. Nela está contida a luta pela demarcação de fronteiras do Estado do Rio Grande do Sul e parte da história de pessoas escravizadas. Ela é fonte de autoconhecimento e também um "lugar

3 Descrição feita pelo arquiteto Luiz Fernando Rhoden, do Escritório Recyklare, responsável pelo projeto de restauro que será implementado.

de fala" de seus descendentes – negros e brancos. É parte também de uma história que muitos não querem que seja contada, mas que é preciso, neste momento em que o debate sobre o racismo estrutural[4] está vivo e deve ser compreendido em toda a sua amplitude. Nesse sentido, contar a história local, sobre a atividade das pessoas escravizadas e, a partir daí propor um debate e motivar a conscientização dos que visitam a Fazenda da Tafona, faz parte do escopo do projeto de visitação.

Recebemos estudantes do Ensino Médio e Ensino Superior e, também, visitas de moradores do município e turistas. Com eles, trabalhamos a memória de todos os atores que viveram na casa. Para todos os públicos há um momento em que é projetado um vídeo sobre a história e, após, é encaminhado um debate sobre as questões históricas.

A proposta é para que também aconteça um turismo de experiência de pertencimento, no qual os visitantes se sintam parte de uma memória coletiva, que envolve todas as raças que formaram nossa cultura e nossa narrativa como região e como Estado.

Considerando o acima exposto, apontamos o que norteia este projeto. O primeiro ponto é a valorização do espaço e das suas digitais que o tempo vai deixando para que possamos entender a transformação (e as estagnações) da sociedade com o passar do tempo. Seguem presentes no espaço a indústria de farinha (Figura 4), o poço, a talha de água; referências de um cotidiano que já não mais visualizamos com facilidade.

Foto 4 – Tafona: engenho de produção de farinha de mandioca e polvilho

Fonte: acervo de Gilvan Peters.

4 Silvio Almeida, ver referências, ao final.

O segundo ponto é a valorização da sua história. Não só a história da frente da casa ou tão somente de seu projeto arquitetônico, que também nos fala da desigualdade, mas toda a história da casa e das vidas que por ela passaram e constituíram parte do que era o dia a dia no século XIX, nesta região. Não almejamos apresentar o patrimônio, suas belezas e unicidade, sem falar também sobre as mãos que o construíram; as mãos que moveram a tafona, na moenda da farinha, o suor e o sangue que rolaram neste mesmo local. Essa é nossa intenção. Queremos ressaltar os saberes e as tecnologias trazidas pelos africanos escravizados no campo do trabalho, determinante para o desenvolvimento dos ciclos econômicos.

A Fazenda da Tafona participou de três ciclos bem distintos: a) o da criação de gado e muares; b) o da economia baseada no plantio da mandioca e na fabricação manufaturada de farinha e c) também da lavoura de arroz irrigado, da qual Cachoeira é uma das primeiras cidades a aplicar esse tipo de técnica no plantio do cereal. Ela está inscrita como Museu no Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul e, por isso, temos uma tarefa imensa pela frente que deverá possibilitar a todos os personagens envolvidos nessa história o seu justo protagonismo. Ou seja, sem a totalidade dessas figuras e o reconhecimento das injustiças cometidas, o cenário não estará completo e nós, novamente, iremos reproduzir somente parte da história, como é contada em nossos livros escolares, com nosso *passado silenciado* (fazendo referência aos processos de silenciamento do passado que nos aponta Trouillot, citado em tese de Julia Landgraf).[5] Assim, tanto a casa, quanto a fábrica de farinha, fazem parte de uma grande diversidade social que deve ser entendida a partir da complexidade das relações econômicas e culturais que se estabeleceram para que nossa identidade, enquanto estado, fosse sendo construída. Viemos de muitas etnias e precisamos quebrar essa hegemonia cultural construída a partir do poder e da força da branquitude. Ainda hoje vemos atrocidades acontecerem. As notícias sobre o trabalho análogo à escravidão não param e se for para lutar contra essa realidade assustadora, que tenhamos uma casa açoriana e portuguesa continental, no interior do Rio Grande do Sul, para nos falar de um futuro de respeito às diferenças e acolhimento das diversidades.

5 Tese de Pós-Graduação de Julia Landgraf, da Antropologia/UFRGS, faz uma análise do projeto de visitação da Fazenda da Tafona.

A casa não pode ter vergonha do passado. A casa deve denunciar esse passado para que ele nunca mais aconteça.

A casa somos nós.

Figura 5 – Fazenda da Tafona, uma história de múltiplos atores

Fonte: acervo de Renato Thomsen.

Referências

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural.* São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

CONCEIÇÃO, Lisane Regina Vidal. *Marcas espaciais do tempo histórico*: as rugosidades da paisagem rural de Cachoeira do Sul/RS. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, 2018, 320p.

MACHADO, Ramão et al. *Fazenda da Tafona*: uma viagem ao mundo da memória do Rio Grande do Sul. 2ª Mostra de projetos da UFSM-CS, 2018. Cachoeira do Sul: Universidade Federal de Santa Maria, 2018.

RITZEL, Mirian. R. M. *Fazenda da Tafona*: razões históricas para o tombamento pelo conselho municipal do patrimônio histórico-cultural. COMPAHC. Cachoeira do Sul, Brazil, 2012.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado*: poder e a produção do passado. Curitiba: Huuya, 2016.

LANDGRAF, Julia. *Memória histórica e branquitude*: racialização de pessoas brancas no reconhecimento de um passado familiar escravista. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – UFRGS, 2023. https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/248066

TRAÇOS DE AÇORIANIDADE NA HISTÓRIA E NO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE JAGUARÃO

Hilda Jaqueline de Fraga[1]

Introdução

Nos últimos anos verificou-se o aumento significativo de estudos relativos à diáspora açoriana para o extremo sul do Brasil. Inúmeras pesquisas nos campos da Historiografia e da Genealogia socializadas em fóruns de debates, em sua grande parte promovidos por eventos de comemoração alusivos à emigração no Estado, têm contribuído sobremaneira para romper os silêncios e as invisibilidades desta presença na história e no repertório patrimonial de um percentual representativo de cidades do Estado.

No caso deste artigo, os 270 anos da chegada dos açorianos no Rio Grande do Sul, celebrados em 2022, integraram o município de Jaguarão ao conjunto das cidades com participação dos ilhéus em suas origens, chamando a atenção para a necessidade de se recuperar os traços inscritos desses grupos no território de fronteira, haja vista a escassez de trabalhos versando sobre o tema.[2]

Esta inserção representou um marco para a cidade ao mobilizar um conjunto de iniciativas, nas quais a Universidade Federal do Pampa / Campus Jaguarão somou esforços junto à Prefeitura Municipal – Secretaria de Cultura e Turismo e à comunidade com o objetivo de aprofundar debates em torno do legado açoriano na história e na memória local, contando igualmente com o apoio da Casa dos Açores do Estado do RS e da Direção Regional das Comunidades / Governo da Região Autônoma dos Açores / Portugal.

1 Historiadora e professora associada da Universidade Federal do Pampa / Campus Jaguarão/RS, e investigadora da REC LAC - Rede de Cooperação Acadêmica para o PCI da América Latina e Caribe.

2 Dentre os estudos que tratam especificamente dos açorianos na fronteira de Jaguarão destacam-se os realizados pela Profa. Drª Letícia Vieira Braga da Rosa.

A rede de cooperação formada por diferentes instâncias institucionais e governamentais salientou o papel do poder público e da universidade, no fomento de pesquisas acadêmicas e de políticas públicas no âmbito da cultura direcionadas à salvaguarda e à divulgação dos bens culturais associados à açorianidade, em um município situado na divisa com o Uruguai, que tem sua gênese atrelada ao contexto das disputas das coroas ibéricas – Portugal e Espanha, realidade na qual os "Casais de Número" se viram inseridos no século XVIII, pela política de ocupação do extremo sul brasileiro.

Os testemunhos desta diáspora encontram-se na religiosidade, nos saberes/fazeres cotidianos e na origem de grupos familiares, como demonstram alguns trabalhos realizados por historiadores e genealogistas jaguarenses.[3] Essa escrita representa, portanto, um movimento inicial que buscou dar a conhecer os elos existentes entre Jaguarão e o Arquipélago dos Açores, através das marcas deixadas por suas gentes que vieram para esta região em meio às dificuldades e desafios da conjuntura apontada.

Como instituição partícipe deste processo, a Universidade reafirma seu compromisso de polo irradiador de conhecimentos sobre o tema, buscando, conforme apontado por Barroso (2011, p. 6), auxiliar em sua função pública e social na reparação de uma dívida histórica para com aqueles que lançaram as bases do povoamento sul-rio-grandense e até então estiveram excluídos das produções acadêmicas e, consequentemente, da historiografia gaúcha.

Feitas as considerações iniciais, discorreremos sobre o percurso da escrita que se dará em três tempos. Primeiramente, abordará de forma breve a formação de Jaguarão e o cenário de instalação dos açorianos na localidade. Em seguida, apresentará uma primeira cartografia, a partir da qual se pode verificar a presença açoriana no município e suas ressonâncias nas práticas culturais da comunidade, entre elas as que se situam na esfera da religiosidade, um traço marcante destes grupos de imigrantes. Para finalizar, serão socializadas as propostas desenvolvidas pela Universidade, a partir das comemorações recentes da vinda dos ilhéus para o RS e os reflexos das ações e projetos em andamento decorrentes das parcerias e de diálogos estabelecidos.

3 Destacam-se as contribuições dos historiadores jaguarenses, Sérgio da Costa Franco, autor do livro *Origens de Jaguarão* (1790-1833), Eduardo Alvares de Souza Soares, através da obra *Igreja Matriz do Divino Espírito Santo de Jaguarão*, e da genealogista Maria Coleta Dutra da Silveira Almeida Couto sobre as famílias jaguarenses, cujas publicações constam atualmente no acervo IHGPEL.

1 A formação de Jaguarão: açorianos na fronteira

Como já mencionado, os antecedentes históricos da formação do município estão entrelaçados às constantes lutas entre portugueses e espanhóis quanto à definição dos limites da fronteira sul meridional, como atestam as tentativas de acordos diplomáticos estabelecidos por ambos os projetos expansionistas no período da vinda dos ilhéus, primeiramente com o Tratado de Madri (1750), e após com o Tratado de Santo Ildefonso (1777), sendo o último fundamental para a compreensão das origens da cidade e da migração de açorianos para seu território. Segundo Franco (1980, p. 9), as tramas históricas começaram com este tratado situando nos domínios espanhóis as terras localizadas ao sul do rio Piratini, as quais incluíam a atual área de Jaguarão, de seu vizinho Arroio Grande e parte de Herval. Todavia, os constantes desacordos das comissões demarcatórias de ambas as nações, quanto à definição dos limites da raia, fizeram com que a faixa territorial localizada entre o rio Piratini e o rio Jaguarão fosse definida como campo neutro, ou seja, terra de ninguém, originando os denominados "campos neutrais", na tentativa de coibir qualquer avanço de ambos os lados. Porém, a determinação expressa no artigo XIX do Tratado não impediu que os lusitanos ignorassem o acordo, através da concessão de sesmarias ao longo dos anos de 1789 a 1801, na região entre o Piratini e o Jaguarão. Através de investigações em requerimentos de sesmarias e em processos encontrados no Arquivo Histórico do Estado pelo historiador jaguarense Franco (1980, p. 11) tem-se acesso a uma lista de nomes daqueles que receberam terras neste período.[4]

Para Rosa (2012), tais concessões demonstravam a clara estratégia portuguesa de ampliação de seu território, diante da indefinição legal da faixa territorial que abarcava as áreas coloniais, incentivando, assim, a ocupação das terras não demarcadas. É nesse contexto de imprecisões que famílias açorianas da Vila de San Carlos, Maldonado, no Uruguai, revelam uma das tantas facetas das adversidades enfrentadas pelos grupos de ilhéus na região sulina do Brasil Colônia, fato que os ligará à formação não menos adversa da cidade fronteiriça de Jaguarão, tornando-se um dos grupos de povoadores.

A trajetória destas famílias começou com a chegada em 1752, na Vila de Rio Grande, o porto de entrada dos ilhéus no Continente de São

4 Na lista constam os nomes dos sesmeiros Antônio Cabral de Melo, José Francisco de Faria, Antônio Francisco dos Santos Abreu, Inácio Alves de Souza e Antônio José de Alencastro, entre outros.

Pedro (QUEIROZ, 1987, p. 8), em decorrência do Edito de 1746, que os fez empreender longa viagem, desde o Arquipélago do Açores,[5] pertencente a Portugal, desde o século XV, até a chegada ao Brasil passando por Santa Catarina. O referido documento divulgado nas ilhas dos Açores era direcionado a casais interessados em migrar para o Brasil e servia ao propósito da Coroa de assegurar geopoliticamente a expansão territorial e populacional do império ultramarino lusitano. Da parte dos imigrantes, a imigração representava a oportunidade de terem um destino melhor, diante da penúria na qual viviam nas ilhas, devido à promessa de receberem terras e ajuda de custo para que povoassem e defendessem o sul do Brasil.

Os únicos pré-requisitos do Edito Real para a seleção dos casais, como menciona Torres (2011, p. 14), eram o limite de idade e a prática da religião católica. A intenção primeira da coroa portuguesa era que os casais seguissem mais tarde da Vila de Rio Grande para o território a que foram destinados, no caso, a região missioneira, haja vista que vieram durante a prevalência do Tratado de Madri. Entretanto, a conjuntura desfavorável devido às Guerras Guaraníticas deflagradas por indígenas contrários à decisão das Coroas ibéricas que estipulava a troca das Missões Jesuíticas pela Colônia de Sacramento inviabilizou o projeto.

A essa realidade sucedeu uma longa espera que fez com que grupos de açorianos deixassem a Vila, dispersando-se para outras localidades, como Taquari, Santo Amaro, São José do Norte, Estreito, Mostardas e Santo Antônio da Patrulha, entre outras. Conforme menciona Ramos (apud ROBIN, 2008, p. 104-106), é possível inferir que, mesmo imersos em uma situação de conflito e de dificuldades extremas de sobrevivência devido ao total desamparo do governo português, com a dispersão os açorianos acabaram por imprimir outras cartografias de ocupação do espaço sulino ao estenderem as zonas de presença lusitana no Continente de São Pedro, para além daquela prevista pelo projeto inicial.

Todavia, nem todos partiram. Grupos de casais continuaram em Rio Grande até a invasão espanhola ocorrida em abril de 1763, pelo general e governador espanhol D. Pedro Cevallos, após a eclosão, um ano antes, da guerra entre Espanha e Portugal. Esse evento é o responsável pelo deslocamento forçado, antes referido, das famílias açorianas que compuseram a formação de Jaguarão.

5 O arquipélago formado por um conjunto de nove ilhas localizadas no Oceano Atlântico.

A partir de suas pesquisas sobre esse grupo em particular, Rosa (2020, p. 5) destaca que na ocasião cerca de 40 famílias foram transladadas para a banda espanhola, fundando assim o povoado de San Carlos / UY. Segundo a autora, ao longo dos anos de 1763 a 1777, o número aumentaria para 94. Todavia, essas famílias retornariam mais tarde para as terras brasileiras em pleno contexto do Tratado de Santo Ildefonso, ao receberem o indulto de Portugal que estava dentro do acordo, e se instalaram progressivamente na faixa territorial da fronteira de Jaguarão. (ROSA, p. 7).

A partir de algumas genealogias familiares jaguarenses encontram-se informações sobre esses açorianos e seus descendentes, como o tronco familiar de Manuel Dutra Silveira, nascido na Vila Feiteira,[6] na ilha do Faial, que acompanhou os pais no longo deslocamento para Maldonado, vivendo por lá cerca de 15 anos, casando-se com Isabel Maria Teixeira,[7] filha de naturais da ilha de São Jorge. Não se conhecem maiores detalhes, mas pode-se afirmar que do casamento resultaram 10 filhos, sendo que cinco deles deixaram sua descendência em Jaguarão, Herval e Arroio Grande. (BRETANHA, 2019, p. 158).

Todavia, as movimentações de ocupação lideradas pelos portugueses, abrangendo estas e outras famílias de ilhéus instaladas na região, não ficaram sem respostas. Em 1792, os espanhóis instauraram guardas na margem norte do rio Jaguarão, dentre elas a guarda Fortin de La Laguna, fundada pelo alferes de fragata e cartógrafo espanhol Joaquim Gudim (HORTÊNCIO; LUZ, 2010, p. 6), situada nos subúrbios da atual cidade.

A situação de inconstância e inseguridade na região da fronteira de Jaguarão só seria apaziguada, anos mais tarde, com a tomada desta guarda, em 1802, pelos portugueses, liderada pelo comandante Manoel Marques de Souza que lhe deu o nome de Guarda do Serrito. Dentre os que fizeram parte desta campanha militar encontram-se registros[8] de um documento redigido por este oficial militar, onde destaca a participação do Tenente Nicolau Machado Pereira, formador de uma das mais antigas e tradicionais famílias de Jaguarão. (BRETANHA, 2019, p. 109).

6 Localizada próximo da cidade de Horta.

7 Esta nascida em Rio Grande e, portanto, pertencente à segunda geração de açorianos migrados para o Sul.

8 Trata-se de registros compilados pela genealogista jaguarense, já mencionada, que fazem parte do artigo escrito por sua sobrinha Ana Rita Bretanha, publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão nos *Cadernos Jaguarenses*, v. 11, p. 109-192, 2019.

De acordo com sua árvore genealógica, Pereira era filho de casal originário da ilha de São Jorge, e veio na leva de imigrantes aportados em Rio Grande. Sua família, ao contrário das demais levadas para San Carlos, foi uma das que conseguiu fugir, refugiando-se no Estreito, recebendo 20 anos mais tarde a prometida data de terras na freguesia de São Luiz de Mostardas. Pelos serviços militares prestados no combate que ajudou no recuo da antiga guarda espanhola[9] para a outra margem do rio Jaguarão, o tenente de origem açoriana recebeu uma sesmaria situada entre o arroio das Pedras e o arroio Bretanha. Seria em torno da Guarda do Serrito que ajudou a fundar, a área do novo povoado, explicando o surgimento de Jaguarão a partir de um acampamento militar.

Instalada a Guarda, Franco (1980, p. 28) destaca como primeira medida tomada a criação da casa de residência[10] para os comandantes, assim como menciona, que a esta altura já se rezava missa no acampamento. Pouco a pouco, o clima de paz favoreceu o desenvolvimento do povoado e de uma economia local, como atesta o comunicado de meados de 1803 a que o historiador teve acesso. Nele, o comandante da guarda da época, o comandante o Sargento- Major Vasco Pinto Bandeira[11] relatava ao governador da Capitania o fato de pessoas já estarem povoando o campo reivindicado na ocasião da guerra, na extensão do rio Jaguarão, desenvolvendo a pecuária e o comércio.

A situação até certo ponto estável pelo estabelecimento do acampamento, certamente foi definidora para que mais gentes, não só os necessariamente vinculados às famílias retornadas de San Carlos, se estabelecessem na região, a exemplo de José Vargas, filho de casal açoriano da Vila de Rio Grande, instalado com os familiares, logo após seu estabelecimento. Um de seus filhos, o ilustre General Manoel Pereira Vargas, fora responsável pela resistência de Jaguarão à invasão uruguaia de 1865 pelos *"blancos"*.

Considerando a data do falecimento do general obtida a partir de seu inventário (1865), pode-se dizer que ele acompanhou os períodos de evolução do povoado para Freguesia (1812), e depois para Vila do Espírito Santo do Serrito (1832), vivenciando a fase de prosperidade dos negócios na fronteira e da melhor estrutura urbana decorrente da instalação da Câmara

9 Esta passou a se designar Guarda de Arredondo e, posteriormente, Pueblo de Arredondo, vindo a se tornar o que corresponde hoje à cidade de Rio Branco, situada no país vizinho UY.
10 Segundo o historiador, situava-se na atual rua General Marques.
11 Irmão do brigadeiro Rafael Pinto Bandeira.

Municipal, que passou a organizar a vida comunitária local e a dispor sobre a aquisição de terrenos urbanos e chácaras próximas à área povoada.

Pelas localizações das propriedades de Manuel Pereira Vargas constantes em seu inventário, todas elas residências, verifica-se que neste reordenamento urbano os imóveis se concentravam na zona do que se constituiu o núcleo urbano da vila, precisamente no entorno da Praça da Matriz, um deles fazendo esquina com a Rua das Praças (corresponde a atual 27 de Janeiro), e outro na Rua da Matriz (BRETANHA, 2019, p. 164), área que passou a ser predominantemente ocupada por classes mais abastadas de militares-estancieiros e comerciantes.

Além de favorecer o enriquecimento dos habitantes locais como o general, a movimentação econômica intensa na fronteira de Jaguarão, na segunda metade do século XIX, foi chamariz para todo tipo de gente, como viajantes e aventureiros de várias regiões, inclusive do Uruguai, igualmente interessados em explorar um lugar onde havia o latente potencial para os negócios através do gado, e da existência de um mercado consumidor facilitado pela posição estratégica favorecedora de relações comerciais entre dois países, e do escoamento por via navegável de produtos. (DUARTE, 2001, p. 87).

Com base nos dados apresentados sobre este filho da terra, é possível considerar que a aptidão da família para os negócios comerciais exercidos desde as bases do povoamento, somados ao serviço militar prestado e ao positivo cenário econômico do povoado, foram fatores que lhe permitiram alcançar prestígio, não só pela aquisição de um patrimônio expressivo, que contava também com uma chácara nos arredores da zona principal da cidade, mas também por seu heroísmo na defesa dos moradores, na já citada invasão uruguaia que rendeu a Jaguarão o título de Cidade Heróica, cultivado até os dias de hoje.

Pode-se citar outros ramos de familiares com ascendência açoriana[12] nos quais figuram não só os regressados de San Carlos Maldonado, após a reconquista do espaço fronteiriço do Continente de São Pedro. As genealogias de famílias evidenciam grupos de migrados diversos que se fixaram na fronteira, vista como uma possibilidade de futuro próspero, como uruguaios, espanhóis e alguns vindos de outras partes do Brasil.

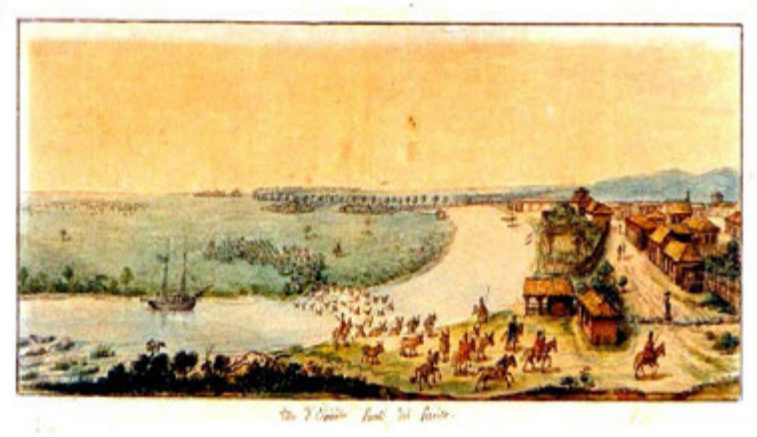
Contudo, Franco (1980, p. 96) destaca que, embora as várias procedências dos primeiros habitantes, é inegável a forte representatividade

12 Segundo publicações sobre as genealogias das famílias açorianas jaguarenses, da já citada genealogista Maria Dutra da Silveira, figuram as famílias Silveira D´Ávila e Dutra da Silveira.

açoriana no contingente populacional do povoamento. Tal fato pode ser percebido na fé dos moradores, tanto pregressos quanto atuais, na pessoa da terceira trindade evocada no nome da freguesia e depois da Vila, consolidando sua posição de protetor da cidade, o que torna razoável pensar que este aspecto seja uma consequência dos tantos desafios encontrados pelos ilhéus na fronteira, desde a luta pela obtenção da terra ao enfrentamento das precárias condições iniciais de estrutura do povoamento, e ao sentimento de inseguridade frente às constantes ameaças de invasões.

A devoção dos moradores mostra que a diáspora trouxe consigo, além de sonhos de uma vida melhor, a devoção ao Divino Espírito Santo cultivada no Arquipélago dos Açores em decorrência dos terremotos e dos vulcanismos que atemorizavam os habitantes. Recorrer a sua proteção, durante a adaptação em terras durante muito tempo desconhecidas e hostis, pode ter sido uma forma encontrada pelos imigrantes açorianos de ativar pela crença a alta capacidade de resiliência exercitada alhures. Sobre este aspecto, Soares (2011, p. 20) recupera em seu livro *Igreja Matriz do Espírito Santo da Cidade de Jaguarão* um documento datado de Cachoeira de 11/11/1891, narrando sobre a religiosidade dos moradores e os esforços em torno da edificação de uma capela dedicada ao Espírito Santo. Como único registro desta antiga capela há apenas a aquarela *Villa D´Espititu Santo Del Serrito*, pintada pelo artista francês Jean Baptiste Debret, durante sua estada no sul do Brasil.

Figura 1 – Aquarela de Debret - vista do povoado



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

A breve contextualização nos dá um panorama geral sobre o que foi o movimento de imigração açoriana para o território da fronteira de Jaguarão a partir de referências de pesquisadores, alguns deles contemplados nesta escrita, e seus valiosos subsídios sobre os elementos diversos que abarcam esta interface do povoamento sulino ainda por desvendar, uma perspectiva destacada em estudos de historiadores como Domingues (1994), Ramos (1994) e Barroso (2002).

Segundo estes historiadores, recuperar esses testemunhos através do levantamento de fontes sobre os múltiplos percursos delineados por este grupo, e as marcas deixadas nos bens e valores culturais materiais e imateriais, nesta região, implica incorporar a temática da fronteira de forma mais efetiva no rol de pesquisas sobre a diáspora açoriana no Estado, a fim de trazer novas cartografias sobre esta experiência migratória, extrapolando, assim, as coordenadas de estudos existentes sobre o tema. Na esteira dos autores citados aos quais se acrescentam as preciosas produções recentes de Rosa (2020), soma-se a assertiva de Barroso (2002) quando propõe a análise da regionalização das terras distribuídas aos açorianos e seus descendentes no século XVIII, como um dos tantos itinerários possíveis para pesquisas nessa direção. Segundo ela, estas informações são capazes de indicar espaços da ocupação ainda desconhecidos, mostrando-os em suas especificidades e ambiguidades.

A cidade de Jaguarão revela-se como um deles. Um espaço com uma rica história e um representativo patrimônio cultural resultante do contexto em que foi fundada, assim como dos tempos áureos de intenso intercâmbio comercial com a banda oriental e de produção do charque nas indústrias salgadeiras, aspectos que incidiram na configuração de um opulente e eclético conjunto de edificações composto por cerca de 800 prédios, construídos durante a segunda metade do século XVIII e início do século XX.[13]

A relevância desses bens inseriu o município na lista das cidades brasileiras reconhecidas como Patrimônio Histórico Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, *status* alcançado em 2011, após a elaboração do Dossiê de Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão por este órgão federal, entre os

13 Alexandre Villas Bôas menciona em sua tese "Formação e consolidação do patrimônio cultural da cidade de Jaguarão (RS): políticas patrimoniais e desenvolvimento urbano" que a adoção deste padrão de construção decorre do novo reordenamento urbano de 1880, impulsionado pelas elites locais, no sentido de imprimir às construções particulares e públicas o estilo eclético, alinhado às tendências europeias, bastante utilizados na época nas edificações das cidades de Pelotas e Rio Grande.

anos de 2009-2010, que constatou a existência de um dos mais extensos e bem preservados exemplares arquitetônicos ecléticos do Brasil. (INSTITUTO..., 2010, p. 160).

No entanto, o patrimônio cultural da cidade não se restringe aos bens de pedra e cal, como evidenciam as manifestações festivas introduzidas pelos açorianos e mantidas por seus descendentes na Jaguarão do tempo presente. A mais expressiva é a Festa do Divino Espírito Santo, que acontece todos os anos, desde 1994, e pela qual os moradores ativam a noção de patrimônio definida por Pereira (2015, p. 66) como vivente porque praticado na vida em curso da comunidade, de tal modo que se encontra integrada às políticas de salvaguarda voltadas para as dimensões imateriais da cultura e que se exporá a seguir como um dos traços mais fortes das dinâmicas de sociabilidade local.

2 A Festa do Divino Espírito Santo em Jaguarão: traços de um patrimônio cultural imaterial açoriano

A festa do Divino Espírito Santo encontra-se dentre as manifestações culturais açorianas mais significativas e se constitui, nas palavras de Graebin e Januário (2019, p. 127-128), como um componente que foi fundamental para a inserção dos ilhéus e com o tempo se transformou num elemento de construção identitária. Através de sua prática, os descendentes reafirmam a relação com os antepassados e estabelecem conexões entre o social e o simbólico num determinado território e sociedade.

Em Jaguarão, o registro mais antigo de que se tem notícia sobre o festejo data de 1856, em uma nota do jornal "O Jaguarense", citado por Soares (2011, p. 123); seu valor histórico está nas informações nela contidas sobre as comemorações do Divino Espírito Santo nos meados do século XIX. Na nota consta que, naquele ano, a organização visava angariar fundos para erguer a Igreja em obras, desde 1843. Como ressonância da celebração retomada, depois de um longo período de interrupção, está a sanção da Lei nº 6.106, de 11 de fevereiro de 2015,[14] reconhecendo a festa do Divino Espírito Santo como patrimônio cultural imaterial.

Com a aprovação da lei, a festa tornou-se o primeiro patrimônio cultural imaterial tombado de Jaguarão, visibilizando os açorianos e suas práticas culturais no território e abrindo caminho para o reconhecimento

14 Referida lei foi apresentada pelo atual vereador e presidente da Câmara de Vereadores da época, Sr. Renato Baucke.

de bens e valores intangíveis, uma vez que o reconhecimento em certa medida expande a perspectiva preservacionista da cidade focada no edificado. Como desdobramentos da lei ressaltam-se as novas formas de apropriação da festa construídas pelos habitantes, e as medidas de restauro que abarcam um acervo iconográfico com registros da festa, contando com a assessoria da Universidade junto ao Instituto Histórico Geográfico de Jaguarão.[15]

Pode-se dizer, então, que sua incorporação na lista dos bens e valores culturais imateriais contribuiu muito para valorar as raízes açorianas na cidade, mantidas pela vivência comunitária, e ao mesmo tempo pautou a preservação de fontes que ajudam e entender suas diferentes nuances e seus atores principais no decorrer do tempo.

A partir destas evidências, delineamos cartografias patrimoniais sobre as quais nos debruçamos, motivadas pelas comemorações dos 270 anos, tendo em vista que se tratam de alguns dos tantos traços da história do município.

2.1 Cartografia 1 - A festa, seus simbolismos e ritualística

Tradicionalmente, a festa ocorre na Paróquia do Divino Espírito Santo no mês de junho, nos dias de Pentecostes. Antigamente começava com a Folia do Divino visitando as propriedades rurais. No entanto, os moradores/moradoras ressaltam que hoje não se tem mais este costume. Muitos afirmam que a Folia precisa ser retomada sob pena de cair em total esquecimento.[16] Como em grande parte das cidades, a programação consiste em novenas, inauguração do mastro e colocação da bandeira na praça em frente da igreja Matriz. Segundo Santos (2012, p. 5), as festividades são abertas com a passagem da bandeira do Divino pelas casas dos paroquianos e lugares públicos nos 30 dias que antecedem o domingo festivo, e culminam com a teatralização do cortejo que, segundo Graebin (2012, p. 2) objetiva “mostrar o caráter mágico do qual se reveste a abundância dos bens, o reconhecimento de funções e de pa-

15 A catalogação e o restauro do acervo (este foi repassado pelo IHGJ ao Museu da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo de Jaguarão, compondo sua lista de acervo) inseriram-se nas atividades do Componente Curricular Estágio Supervisionado III - Educação Patrimonial, Curso de Licenciatura em História, pela discente Elizabeth Orestin, que contou com a orientação da Profa. Drª Giane Escobar.

16 No ano de 2022 foi realizada uma exposição sobre a Folia do Divino e a Festa, que teve lugar numa das salas do Museu da Matriz do Divino Espírito Santo, de Jaguarão, contando com a ampla presença da comunidade jaguarense, organizada pela Universidade Federal do Pampa.

péis sociais, o reforço de solidariedades e a intervenção em hierarquias".

Em Jaguarão, a figura principal da teatralização do cortejo é a Imperatriz escolhida todos os anos entre as jovens da paróquia. Uma vez coroada, ela percorre as ruas da cidade na última noite das festividades junto com sua corte composta por pajens, capitão do mastro, o mordomo que carrega a coroa, representando a figura do imperador,[17] as aias e os anjinhos. Acompanham a procissão os festeiros, juízes de devoção e o Estandarte do Divino carregado pelas senhoras.

Figura 2 – O Cortejo e a Imperatriz em seu trono

Fonte: autoria de Mara Lima, 2022. Fonte: autoria de Carlos Caetano, 2011.[18]

Os moradores observam a entrada da Imperatriz no templo religioso feita com toda a pompa e circunstância. Depois disso, ela segue o ritual assistindo a missa sentada em seu trono próximo do altar principal. A centralidade da festa em torno de uma personagem feminina é justificada pelos paroquianos como uma homenagem à Rainha Isabel, que era muito devota do Divino Espírito Santo. Além da ritualística e seus significados, destacam-se os símbolos medievais originários da península ibérica utilizados na representatividade desta personagem.

17 Em Jaguarão, a representação masculina do Imperador é somente representativa. É dado todo o destaque para a figura feminina, como poder secular e religioso.

18 Ver: SOARES, Eduardo. *Igreja Divino Espírito Santo da Cidade de Jaguarão*. Porto Alegre: Evangraf, 2011, p. 67.

Figura 3 – Coroa e Cetro da Imperatriz

Fonte: fotos de Elizabeth Orestin e da autora, 2021-2022.

Outro símbolo marcante da celebração é a distribuição aos paroquianos do famoso pãozinho do Espírito Santo, ao final da missa de encerramento. De acordo com depoimentos, ele representa a fartura material e espiritual para toda a família e a comunidade, assim como simboliza o sentimento de partilha. Antigamente, muitas pessoas os guardavam nas dispensas juntos aos alimentos para que estes nunca faltassem. Essa peculiaridade leva a conjecturar se não seria uma versão adaptada do *"bodo"* presente nas festas dos Açores, como uma prática que reforça a fraternidade e a compaixão na distribuição de comida como carne, vinho e pão.

Como se pode ver, os primeiros açorianos presentes na escrita da história do povoamento da fronteira de Jaguarão aqui deixaram um patrimônio que permanece vivo, revelador das dimensões materiais e imateriais da diáspora, numa cidade vista por muitos como um museu a céu aberto. Porém, o reviver da festa colocou como demanda a gestão do acervo acumulado sobre ela, composto por imagens e objetos tridimensionais.

Passa-se então para as cartografias que abrangem estas fontes, a partir das quais foram delineadas novas propostas de salvaguarda e registros envolvendo o ano de comemoração dos 270 anos da imigração no RS.

2.2 Cartografia 2 - A festa, seu acervo e as ressonâncias nos 270 anos

Como historiadores, sabemos o quanto o acesso e a preservação das fontes são imprescindíveis para o exercício de nosso ofício. Constantemente enfrentamos dificuldades em localizá-las e ter acesso a elas quando en-

contradas. Muitas instituições de salvaguarda convivem com a escassez de profissionais habilitados em catalogação e organização de acervos. Pensando nestas questões, o acervo existente sobre a Festa do Divino Espírito Santo em Jaguarão passou por um processo de recuperação, orientado pela Universidade por meio da prática de Estágio III[19] do Curso de História, dada sua relevância como patrimônio cultural imaterial e como fontes históricas relativas à açorianidade. O trabalho foi realizado pela discente Elizabeth Orestin, paroquiana engajada nas atividades da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo de Jaguarão, motivo pelo qual teve interesse em pesquisar sobre a festa. Ao acessar o material tomou conhecimento da condição precária de algumas delas, assim como a falta de uma descrição e de acondicionamento adequado deste acervo sob custódia do IHGJ.

O conjunto do acervo levantado é constituído por fotografias antigas e outras mais atuais de ex-imperatrizes, convites da festa, lembrancinhas e o desenho do vestido da imperatriz elaborado na década de 1990 pelo conhecido estilista jaguarense Pompílio de Freitas. (ORESTIN; ESCOBAR, 2021, p. 4).

O tratamento do acervo foi organizado em etapas: I – Higienização, II – Acondicionamento, III – Digitalização e por fim IV – Arquivamento. Mesmo com limitações, a recuperação buscou seguir os procedimentos técnicos de maneira a permitir sua maior durabilidade, acesso e descrição, facilitando assim o manuseio e a análise por futuros pesquisadores. Importante ressaltar que os originais permanecem no IHGJ e cópias dele foram repassadas ao Museu da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo de Jaguarão, outro lugar de consulta disponível. Nele se encontram hodiernamente o cetro da imperatriz, o antigo Ostensório do Divino Espírito Santo e vestimentas e adereços dos personagens representados na festa.

Figura 7 – Trabalho de acondicionamento

Fonte: produzida por Elizabeth Orestin, 2021.

O levantamento histórico e patrimonial sobre a participação açoriana na fronteira, somado ao reconhecimento da festa como patrimônio cultu-

19 O componente curricular oportuniza aos egressos situações de estágio com enfoque no patrimônio cultural e na organização de acervos institucionais.

ral imaterial e à preocupação com a preservação do acervo, ensejou três propostas formuladas pela Universidade Federal do Pampa que contemplaram as comemorações de 2022.[20]

No evento de extensão Ciclo de Palestras "Açorianidade no Sul do RS", ocorrido em outubro de 2022, este e outros trabalhos foram socializados por convidados/convidadas, entre eles pelo Diretor Regional das Comunidades, Dr. José Andrade, tratando das relações entre o Arquipélago e o Estado do RS.

O evento ofertado na modalidade on-line contou com a participação do reitor, da comunidade acadêmica e do público em geral. As mesas temáticas abordaram aspectos diversos da açorianidade na fronteira, assim como aspectos do patrimônio cultural e a Festa do Divino nos Açores, no RS e em Jaguarão, resultando na publicação de livro em formato e-book. No seguimento, foi desenvolvida a proposta do Vídeo Documentário História e Memória da Festa do Divino Espírito Santo em Jaguarão, com lançamento previsto para agosto de 2023. Ao todo foram 19 entrevistas realizadas com moradores/moradoras da cidade, cada uma recuperando elementos e sensibilidades sobre os festejos, as vivências e o engajamento da população, assim como a fé e a devoção da comunidade. A ideia é que sirva de material pedagógico para as escolas e de informativo para turistas. Será disponibilizado ao Centro Cultural Açoriano, cuja criação é fruto das ações da Universidade que serviu de mediadora nas tratativas de adesão do município a este projeto vinculado ao Governo da Região Autônoma dos Açores/Portugal – Direção Geral das Comunidades.

Considerações finais

Como foi afirmado na introdução, procurou-se oferecer um panorama geral sobre os traços de açorianidade na história e no patrimônio cultural da região da fronteira que persistiram à conflitiva trajetória de Jaguarão, marcada pela luta em torno da posse de terra e pelas relações de poder num espaço militarizado. Pelos motivos já expostos, são muitas as análises possíveis de serem aventadas com e a partir dessa presença e das sensibilidades envolvendo um dos bens mais representativos deste legado. Entre as futuras frentes de pesquisa salientam-se temas relacionados, por exemplo, ao expressivo protagonismo feminino

20 As ações fizeram parte do Projeto de Extensão Ciclo de Palestras: 270 anos de açorianidade no sul do Brasil, Curso de Bacharelado em Produção e Gestão de Políticas Culturais e Tecnólogo em Gestão em Turismo, coordenado pela Profª Drª Hilda Jaqueline de Fraga e Profª Drª Alessandra Buriol Farinha.

em sua ativação, seguido da urgência na adoção de políticas de gestão dos acervos imbricados à festa pelas instituições de memória.

Outro enfoque interessante refere-se às leituras que os festejos viabilizam quanto às dinâmicas das hierarquias sociais e políticas de uma determinada sociedade, haja vista que as celebrações coletivas são um material precioso para a reflexividade acerca dos quadros sociais em suas rupturas e permanências.

Sem dúvida, as cartografias esboçadas revelam uma série de lacunas a serem preenchidas desafiando os pesquisadores/pesquisadoras com novos e antigos temas relacionados ao movimento diverso da diáspora e à divulgação pública dos aportes produzidos não só em espaços acadêmicos, mas simultaneamente em outros espaços em que este debate público se faz necessário, repercutindo no enriquecimento da historiografia sul-rio-grandense e em políticas patrimoniais baseadas na concepção traduzida por Funari (2006), de patrimônio como aquilo que nos faz pensar as identidades no tempo.

Referências

BARROSO, Véra Lucia Maciel. Texto de Apresentação. In: SCHIAVON, Carmem G. Burgert; SENNA, Adriana Kivanski de; SILVA, Rita de Cássia Portela da (Org.). *Sul do Sul*: memória, patrimônio e identidade: presença luso-açoriana em Rio Grande. Porto Alegre: EST, 2011, p. 5-6.

BARROSO, Véra Lucia Maciel. (Org.). *Açorianos no Brasil*: História, Memória, Genealogia e Historiografia. Porto Alegre: EST, 2002.

BARROSO, Véra Lucia Maciel. Os açorianos no Rio Grande do Sul/Brasil: presença desconhecida. Jornadas "Emigrações e Comunidades". Portugal. *Anais...* Lisboa, p. 219-230, 2002.

BRETANHA, Ana Rita. História das famílias jaguarenses. *Cadernos Jaguarenses*, Jaguarão, Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, v. 11, p. 109-192, 2019.

DOMINGUES, Moacir. *Portugueses no Uruguai*. Porto Alegre: EST, 1994.

DUARTE, Roberto Martin. *A ocupação do espaço na fronteira Brasil – Uruguay:* a construção da cidade de Jaguarão. Barcelona*,* 2001.137p. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Escola Técnica Superior de Arquitetura, Universidade Politécnica da Catalunha.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Origens de Jaguarão.* 1790-1833. Porto Alegre: Evangraf, 1980.

FUNARI, Pedro Paulo. Educação Patrimonial: teoria e prática. In: SOARES, André Luis Ramos; KLAMPT, Sergio Célio (Org.) *Educação patrimonial*: teoria e prática. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007, p. 11-22.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Sensibilidades em festa: celebrando o Espírito Santo no Rio Grande do Sul. *Revista Fênix* (UFU. Online), v. IX, p. 1-19, 2012.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; JANUÁRIO, Ilda. Mapeando festas do Espírito Santo no Rio Grande do Sul (Brasil) e no Quebec (Canadá). *Revista Interfaces Brasil/Canadá*, Florianópolis / Pelotas / São Paulo, v. 19, n. 3, p. 125-148, 2019.

HORTÊNCIO, Leonardo Marques; LUZ, Maturino S. Santos da. Cidades originadas no processo de consolidação das fronteiras: o caso de Jaguarão. In: SEMANA DE EXTENSÃO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIRITTER, 2010, Porto Alegre. *Anais*... Porto Alegre: Ed. UniRitter, 2010.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Dossiê de tombamento do conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão*. Coordenação de Simone R. Neutzling. Porto Alegre, 2010, p. 159-174.

ORESTIN, Elizabeth Silva; ESCOBAR, Giane Vargas. *Relatório de Estágio Curricular III - Espaços Não-Escolares*. Curso de História Licenciatura, Universidade Federal do Pampa/Campus Jaguarão, RS, 2021, p. 1-20.

PEREIRA, Júnia Salles. Ensino de História e Patrimônio na relação museu-escola. In: ZAMBONI, Ernesta; GALZENARI, Maria Carolina; PACIEVITCH, Caroline (Org.). *Memória, Sensibilidade e Saberes*. Campinas/São Paulo: Alínea, 2015, p. 64-89.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. *A Vila de Rio Grande de São Pedro (1737-1822).* Rio Grande: EDFURG, 1987.

ROSA, Letícia Vieira Braga. Chegar e partir: a longa trajetória das famílias de imigrantes dos Açores a Jaguarão. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS, Pelotas. *Anais...* 2020. p. 1-12.

ROSA, Letícia Vieira Braga. *Trajetória açoriana em San Carlos*. Novo Hamburgo, 2012. 131 p. Dissertação (Mestrado em Processos e Manifestações Culturais) – Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais, Universidade Feevale, Novo Hamburgo-RS, 2012.

ROBIN, Sinara Santos. *Conversas com os açorianos*: entre memórias e conflitos. São Leopoldo, 2008. p. 104-120. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

SANTOS, Maria Roselaine da Cunha. Gentes de Fronteira e a Festa do Divino Espírito Santo – Cidade de Jaguarão, RS/Brasil. p. 1-13. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE AS FESTAS DO DIVINO ESPÍRITO SANTO, 5. *Anais...* Ilha Terceira / Açores, 2012.

SOARES, Eduardo Alveres de Souza. *Igreja Divino Espírito Santo da Cidade de Jaguarão*. Porto Alegre: Evangraf, 2011, p. 20-130.

TORRES, Luis Henrique Açorianos na Vila do Rio Grande de São Pedro (1752-1763). In: SCHIAVON, Carmem G. Burgert; SENNA, Adriana Kivanski de; SILVA, Rita de Cássia Portela da (Org.). *Sul do Sul*: memória, patrimônio e identidade: presença luso-açoriana em Rio Grande. Porto Alegre: EST, 2011, p.11-22.

VILLAS BÔAS, Alexandre. *Formação e consolidação do patrimônio cultural da cidade de Jaguarão (RS)*: políticas patrimoniais e desenvolvimento urbano. 2019. 277 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Ibero-Americana, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

A PRESENÇA AÇORIANA EM SANTA CRISTINA DO PINHAL

ANGELITA VARGAS PEIXOTO[1]

A história administrativa do Rio Grande do Sul (RS) deve ser entendida do ponto de vista de sua integração econômica e política ao restante do Brasil. A exploração e ocupação do RS, constituiu-se num caso diferenciado dentro do contexto de exploração colonial. Sendo uma área de pouco interesse econômico, sua exploração começou mais tarde que nas demais áreas do Brasil. Entretanto, o RS possuía uma posição de interesse estratégico e militar para a Colônia: era uma região da fronteira com os domínios espanhóis (PESAVENTO, 1985). Sendo assim, o governo central luso tinha interesse em manter o território sob controle, não constituindo, de início, uma Capitania independente. De 1535 a 1807, o RS fez parte e foi administrada por capitanias que estavam integradas à economia colonial.

Foi somente no final do século XVIII, com a exportação do gado para a região das Gerais, que se efetivou a integração como zona de economia periférica, mas de caráter imprescindível para o funcionamento da economia central. Houve o estabelecimento de estâncias, bem como o aumento no número de habitantes que se estabeleceram no RS. A chegada dos açorianos em 1752, estabelecendo-se, principalmente, nas regiões de Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Mostardas, Estreito, São José do Norte e Rio Pardo contribuiu, em grande parte, para a elevação do quadro populacional, bem como para a diversificação da produção, principalmente devido à cultura do trigo.

Assim, em 1807, o RS passou à Capitania independente, a Capitania do Rio Grande de São Pedro, ficando Santa Catarina sob sua jurisdi-

1 Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, conservadora/restauradora de acervos em suporte papel, membro do Colegiado Setorial de Memória e Patrimônio (gestão 2020/22 e 2023/24), pesquisadora associada do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, desenvolve atividades e cursos na área de conservação preventiva e gestão de riscos em acervos através da empresa Peixoto Conservação e Restauro.

ção. Tornou-se necessário facilitar a ação administrativa, principalmente porque o aumento da população e sua distribuição pela Capitania dificultava a administração de um único ponto. Portanto, em 1809 se procedeu a primeira divisão administrativa, de forma independente e autônoma, ficando a Capitania dividida em quatro Vilas: Porto Alegre, Rio Pardo, Rio Grande e Santo Antônio da Patrulha. Cada Vila possuía capelas e povoados que eram pequenos núcleos habitacionais. Além disso, estavam capacitados de todos os requisitos administrativos, judiciários e fazendários da época para facilitar a descentralização administrativa da Capitania.

A Capitania de São Pedro, até o período da Independência, apresentava uma produção diversificada e com um crescimento populacional incrementado com a chegada, a partir de 1824, dos imigrantes alemães, os quais vieram colonizar áreas até então pouco povoadas no Vale do Rio dos Sinos.

Com a mudança administrativa introduzida pela Constituição de 1824, a Capitania de São Pedro foi transformada na Província de Rio Grande de São Pedro do Sul. A partir de 1875, a chegada dos imigrantes italianos, que ocuparam principalmente a região da Serra, veio possibilitar a integração de novas regiões ao complexo produtivo gaúcho, então já bastante diversificado e com importância significativa no contexto da economia nacional. A segunda metade da década de 1980, portanto, foi marcada pelo crescimento econômico e populacional da província, propiciando o desdobramento e consequente surgimento de novas Vilas. Por volta de 1860, contava com 28 vilas e já entre os anos de 1873 e 1890, foram criadas mais 31 vilas, algumas extintas posteriormente. Com a Proclamação da República, em 1889, a Província foi transformada no Estado do Rio Grande do Sul, e já contava, então, com 61 municípios.

Santa Cristina do Pinhal: início do povoamento

Santa Cristina pertence atualmente ao município de Parobé (RS). Até 1938 era denominada de Santa Cristina do Pinhal e foi sede de um próspero município entre os anos de 1880 e 1892, quando foi extinto, principalmente, por disputas políticas com o município de Taquara, seu antigo distrito, passando a fazer parte de seu território. Em 1982, quando

Parobé se emancipou de Taquara, Santa Cristina passou a ser seu primeiro distrito.

A região de Santa Cristina do Pinhal teve seu povoamento iniciado por volta do final do século XVIII e início do século XIX. Há referências que na década 1780 já se encontravam algumas famílias luso-brasileiras no local, chamado na época somente de Pinhal. Neste período era um pequeno povoado que fazia parte da Vila de Santo Antônio da Patrulha e sobre essa época se possuiu poucas informações, na maioria são relatos de viajantes e padres missionários que percorriam o Rio Grande do Sul. Era um pequeno povoado de origem portuguesa, onde se encontravam açorianos que haviam se deslocado para a grande região originária de Santo Antônio da Patrulha. Dentre as famílias açorianas situadas em Santa Cristina do Pinhal, estavam: os Fernandes do Amaral (que descendem de Manuel de Ávila Machado e Madalena de Santo Antônio, bem como de Amaro Dias da Cunha e Isabel Teixeira Fagundes, todos da ilha de São Jorge; os Pires Cerveira (descendentes de um casal vindo da ilha do Pico); os Pereira Dias (descendentes dos mesmos Amaro e Isabel); os Duarte (descendentes de um casal vindo das ilhas do Faial e Pico); os Fernandes (descendentes de alguns casais vindos do Faial e São Jorge); os Philereno (descendentes de casais vindos do Faial, de São Jorge e Pico); os Ferreira Maciel (descendentes do mesmo casal Amaro e Isabel, além de outro vindo da ilha Terceira), dentre outras famílias.[2]

Seus habitantes viviam principalmente da produção para subsistência e da extração de madeira das matas que cobriam grande parte da localidade, notadamente de araucárias; parte era usada na construção das moradias e o excedente enviado para os centros consumidores próximos, através de balsas pelo Rio dos Sinos. Constata-se esse fato pela descrição de padres jesuítas que pregaram Missões Populares na localidade em 1842 e 1843, e fazem referência ao início do povoamento.

> O Pinhal [...] denominado de Santa Cristina, é um distrito situado ao nordeste de Porto Alegre, de onde dista de dez a doze léguas [...]. Há pouco mais de sessenta anos que começou a desmatar e povoar este distrito [...]. Era então todo o seu solo um espesso mato, povoado sobretudo por pinheiros, (que foram) reduzidos a madeira-

2 Agradecimento especial ao genealogista Diego de Leão Pufal pela generosidade dessas informações, que abrem possibilidade de ampliar a pesquisa sobre a dimensão dos açorianos no povoamento de Santa Cristina do Pinhal.

> mento e tábuas, de que por aqui se faz um uso extraordinário nas construções.[3]

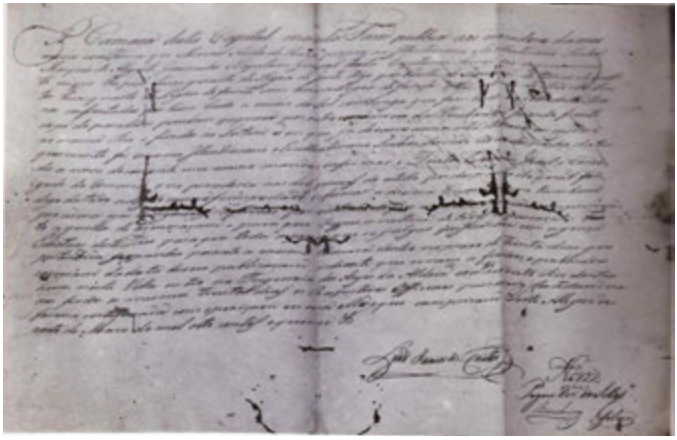
O final do século XVIII e início do XIX foi marcado pela distribuição de sesmarias na região. O número mais significativo delas se encontra, entretanto, até a década de 30 do século XIX. Essas sesmarias eram distribuídas principalmente a pessoas que habitavam o local ou na Capitania, que não tivessem recebido outra doação do governo e que pudessem tornar a terra produtiva. Açorianos que haviam se estabelecido em Santo Antônio da Patrulha ou Aldeia dos Anjos (Gravataí), requereram sesmarias para a região de Santa Cristina do Pinhal. Um exemplo desse fato foi Manoel de Ávila de Souza, açoriano residente na Aldeia dos Anjos, que requereu uma sesmaria de terras às margens do Rio dos Sinos, em 1815, cuja parte das terras se localizava no lugar hoje denominado Morro Negro.

> Diz Manoel de Ávila de Souza, morador no distrito desta Vila, que para ultimar as diligências de uma sesmaria de campos que anda requerendo, quer justificar perante V. S. o lugar. Que há domiciliário desta Capitania, e que tem possibilidades para as cultivar. Que nunca obteve outra graça desta natureza, e que esta é para seu desfrute, e não para transpassar a outra qualquer pessoa, portanto. [...] a Manoel Ávila de Souza, não aparece oposição, segundo cons ta [...] e a essa Câmara, não se opõe concessão da mesma. [...] A Comarca desta Capital manda fazer público aos moradores da mesma e seu termo que Manoel Ávila de Souza propôs ao ilustrís simo e excelentíssimo senhor Marquês de Alegrete, governador da Capitania Geral desta Capitania em seu requerimento em que lhe pede por carta de sesmaria de terras de matos um quarto de frente com uma légua de fundos no distrito do Rio dos Sinos, confronta- dos por um lado, a uma do sul. Com a sanga que faz barra no sobre- dito Rio ao pé do paredão pequeno por outro com o Arroio Timbaúvas frente ao rio, e fundos ao sertão, e em que já de vários anos está de posses em cujo requerimento foi o mesmo. [...][4]

3 Relatos encontrados no texto organizado pelo padre Santiago L. Villarubia, entre os anos de 1860 e 1864, se baseavam nas expedições de padres jesuítas que pregavam Missões Populares, entre os anos de 1842 e 1845. Relato das Atividades Jesuítas no período final dos Farrapos (1842-1845). (PEIXOTO, 1988 apud RABUSKE; AZEVEDO).

4 Sesmaria de Manoel de Ávila de Souza. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Figura 1 – Documento de concessão de sesmaria a Manoel d'Ávila de Souza (1815)



Fonte: acervo do Arquivo Histórico do RS.

Figura 2 – Marco imperial que fixava um dos limites da dita sesmaria

Fonte: acervo da autora (1988).

Outras terras foram distribuídas na região e se encontravam no local, no início do século XIX, algumas famílias povoadoras, como: a de Domingos Pereira Dias, na atual Santa Cruz, perto da sede do local; a de Rangel, que possuía uma casa fortificada contra os ataques dos indígenas, e a de Antônio José Farias, açoriano vindo de Laguna, dentre outras. Ao ocuparem a região, o conflito com os grupos indígenas, que eram os habitantes tradicionais desses territórios, foi praticamente inevitável. A área que compreendia os Campos de Cima da Serra e a Encosta Superior e Inferior do Nordeste, bem como o Planalto, durante o início e meados do século XIX estava ocupada por grupos indígenas denominados Kaingang, também conhecidos na época por Bugres e Coroados (BECKER, 1976). O processo de exploração econômica da terra "empurrava" constantemente os grupos indígenas para zonas mais retiradas. Os brancos, por sua vez, procuravam defender seus interesses econômicos, que entravam em contradição com os

indígenas, habitantes da região. Um exemplo desses conflitos está relatado pelos padres missionários.

> A casa do Sr. Domingos acha-se situada quase a uma légua distante do rio e da Igreja de Santa Cristina, que está no ponto mais elevado de todo o distrito, erguendo-se ela no meio de uma verde campina, rodeada de bosques e aberta à força de braços pelo próprio Sr. Domingos. Fixou ele ali sua moradia nos princípios deste século XIX, quando ainda vivia seu pai. Com isso, expôs-se a mil perigos, já devido às feras, que ali circulavam, como em sua própria casa, já por causa dos índios bravios, que frequentavam esses desertos em busca do pinhão. (PEIXOTO, 1988 apud RABUSKE; AZEVEDO; 1842, p. 39).

Determinar o crescimento populacional dessa região até meados do século XIX apresenta dificuldades, pois quase não se encontram dados sobre esse período. As Listas Eclesiásticas são as fontes de pesquisa, entretanto, não eram preenchidas e enviadas com regularidade. No período que compreende a Revolução Farroupilha, também os Censos Provinciais foram interrompidos. Pode-se fazer ideia sobre Santa Cristina, na década de 1840, através do relato das Missões Populares pregadas pelos padres jesuítas.

> De oitocentas a mil pessoas terá sido a presença a esta função religiosa. Era, de certo, um número extraordinário, tendo-se em conta o lugar quase deserto e a escassez de população própria, então daquele distrito montanhoso [...] E visto que então o distrito do Pinhal ainda carecesse da igreja ou capela própria, onde os fiéis se pudessem servir para os serviços de sua religião. (PEIXOTO, 1988 apud RABUSKE; AZEVEDO, 1842, p. 40-41).
>
> Abriu-se a missão do Pinhal pela tarde de 21 de fevereiro (1843), que era a quarta-feira de cinzas, havia já então a presença de gente das Paróquias de São Leopoldo e Aldeia dos Anjos em número crescido, além do próprio distrito pinhalense [...] atingindo o número de confissões superior a 600, o que não vem a ser pouco naqueles lugares ainda então de reduzida população, houve ademais cinco casamentos e 36 batismos. (PEIXOTO, 1988 apud RABUSKE; AZEVEDO; 1842, p 125-126).

Apesar da população reduzida, compareceram às Missões em Santa Cristina um número significativo de pessoas, se comparada a outras

Missões que foram pregadas em Viamão, Aldeia dos Anjos (Gravataí), Miraguaia (menor distrito de Santo Antônio da Patrulha), Conceição do Arroio (Osório), Torres e Maquiné (distrito de Conceição do Arroio). Encontram-se também, 29 assentamentos de batismo nos Livros de Batismos da Aldeia dos Anjos no ano de 1843. Os assentamentos de batismos são todos de origem portuguesa, não aparecendo nenhum nome de origem alemã.

Não se pode afirmar que para Santa Cristina não se tenham dirigido alemães até essa data. Em 1846 chegou a primeira leva de imigrantes alemães vindos de São Leopoldo, que desembarcou no porto de Santa Cristina; os demais continuaram chegando até os anos de 1847, 48 e 49. Alguns desses colonos acabaram se fixando na sede e a maioria indo habitar a recém-criada Colônia do Mundo Novo (Taquara); outros retornaram após algum tempo. Verifica-se, também, alguns alemães que já estavam radicados em São Leopoldo, Aldeia dos Anjos e arredores. Posteriormente se transferiram para a região de Santa Cristina do Pinhal ou Mundo Novo, transformando o panorama social e mesmo econômico do local. Os alemães geralmente formavam núcleos ou colônias, onde procuravam viver reunidos e mantendo os costumes do seu lugar de origem (língua, religião, etc.), dificultando a integração com os núcleos existentes de luso-brasileiros. Fixaram-se principalmente na Colônia do Mundo Novo, núcleos na Fazenda Fialho, Passo dos Ferreiros, dentre outros. Eram também, na sua maioria, protestantes, o que se agravava porque até a década de 1870 essa região era atendida exclusivamente por padres católicos. Apesar do número reduzido de alemães se vê um panorama diferenciado na região, pois a partir das décadas de 1860 e 70, se percebe um número significativo de casamentos entre famílias de origem luso-brasileiras e alemãs em Santa Cristina do Pinhal. Além disso, essa integração ocorreu também a nível econômico no local, através do comércio e da navegação. Muitas famílias uniram-se pelos casamentos e pelas relações comerciais. Como exemplos, se tem as famílias Fauth e Monteiro, Santos e Schirmer.

No ano de 1846, São Leopoldo foi elevada à categoria de Vila, pela Lei n. 4 de 1 de abril de 1846, passando o Pinhal a fazer parte como seu segundo distrito. O significativo crescimento do local, tanto em termos de população quanto em produção, fez com que em 25 de novembro de 1847, pela Lei n. 96, fosse criada uma capela com a invocação de Santa Cristina, passando o distrito do Pinhal, como era denominado até então,

a chamar-se Santa Cristina do Pinhal. Já em 1857, pela Lei Provincial n. 404 de 08 de dezembro, Santa Cristina do Pinhal foi elevada à categoria de Freguesia e passou a pertencer à Vila de Porto Alegre. Nesse mesmo ano, foi inaugurada a Igreja de Santa Cristina do Pinhal, que passou a atender toda a região. Em 1858 teve seus limites fixados como Freguesia. Entretanto, somente se encontram registros próprios a partir de 1864, com aprovação da Provisão Eclesiástica que a dotou de pároco permanente.

Em termos econômicos, Santa Cristina do Pinhal apresentava, nessa época, um comércio regular para a região de São Leopoldo e Porto Alegre, realizado por lanchões que desciam o Rio dos Sinos quando esse se apresentava navegável. Sua população era média se comparada a outros distritos, com 1676 habitantes, sendo 1477 livres, 7 libertos e 187 escravos.[5] E, em 1864, passou novamente a fazer parte do município de São Leopoldo, como seu 6º distrito, pela Lei n. 577 de 06 de maio de 1864.

Figura 3 – Interior da Igreja de Santa Cristina (aprox. 1940)

Fonte: acervo da autora.

A navegação fluvial, o desenvolvimento do comércio e a instalação do município

A origem das vias de comunicação do Rio Grande do Sul remonta ao período inicial da exploração econômica da terra. Os primeiros caminhos que surgiram foram abertos pelos tropeiros que faziam o transporte de gado para as feiras de Sorocaba (SP), de onde vendiam para a região mineradora das Gerais. A par desses caminhos que eram basicamente ligados à exploração econômica, surgiram outros na região litorânea, vinculados à ocupação militar da terra. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a economia rio-grandense se consolidou e se diversificou, mas o sistema

5 População da Província no fim do ano de 1858. In.: Quadro Estatístico e Geográfico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

de comunicação continuou extremamente precário. As dificuldades de vencer longas distâncias, associada à falta de investimentos no sistema de transportes, tornava penoso agilizar as comunicações e fazer circular os produtos. As dificuldades levaram a procurar alternativas de transportes, que suprissem a carência de vias terrestres. Nesse sentido, a navegação fluvial adquiriu grande importância.

A navegação fluvial foi beneficiada pelas próprias condições geográficas do Rio Grande do Sul. Dotado de bacias hidrográficas com boa navegabilidade, o transporte fluvial surgiu como uma alternativa lógica no contexto sulino. As primeiras notícias que se possuiu sobre navegação fluvial no RS estão relacionadas à fixação do elemento açoriano. Estes procuraram se estabelecer, preferencialmente, junto às margens dos rios de onde encontrariam melhores condições de escoar seus produtos. A navegação açoriana teve a sua base na iniciativa privada, não havendo participação do governo de início nesta atividade. Buscava basicamente transportar a produção para os centros consumidores, utilizando-se, inicialmente, de canoas e balsas.

Em Santa Cristina do Pinhal se vê esse processo. A atividade do desmatamento deu origem ao primeiro produto de exploração comercial da região: as toras de madeiras que eram transportadas em balsas pelo rio dos Sinos e comercializadas em outros povoados. Em meados da década de 1840, a atividade de extração de madeira se aperfeiçoou com a introdução das serrarias, que começaram a beneficiar o produto. A madeira passou então a ser comercializada em forma de tábuas e não mais em forma de toras. Relatos da época informam que já existia na região engenhos de serrar, movidos tanto por tração animal como por força hidráulica. “No caminho para Miraguaia (que é um lugar imediato ao do Pinhal) pararam num engenho hidráulico de serrar madeira de propriedade do Sr. André Machado”. (PEIXOTO, 1988, p. 154).

A par dessa produção de cunho comercial, a população desenvolvia uma economia de subsistência baseada em produtos cujo plantio se adaptava bem às características da região, como a mandioca, a cana-de-açúcar, o milho, o feijão, dentre outros. Alguns destes produtos, como a cana e a mandioca, engendraram o surgimento de uma pequena agroindústria que, com o passar do tempo, chegou a ser um dos principais produtos na pauta de exportação da região. Existiu um número significativo de atafonas, para a produção de farinha, e de alambiques, para a produção de aguardente. A maioria dos produtores de mandioca não

possuíam atafonas para beneficiar a farinha. A produção era transportada por carros de bois e vendidas aos donos das atafonas que depois encaminhavam a farinha beneficiada aos armazéns da região, onde era comercializada através do rio. A produção e comercialização da farinha de mandioca passou a ser o principal produto da região até meados da década de cinquenta do século XX.

Outros produtos de importância para a região foram as telhas e os tijolos. Devido à existência de solo argiloso nas margens do Rio dos Sinos, houve aí a difusão de várias olarias, cujos produtos, que de início eram destinados ao abastecimento local, passaram logo após a serem exportados para outras localidades como São Leopoldo e Porto Alegre, via fluvial. Às margens do rio, foram erguidos armazéns (sobre pilares, devido as frequentes enchentes) para armazenagem dos produtos e sua distribuição e transporte.

Figuras 4 e 5 – Olaria e peças de uma antiga atafona de farinha de mandioca

Fonte: acervo da autora (1988).

As décadas de 1850 e 60 foram marcadas por um incremento na produção. A ampliação do número de habitantes, principalmente com o estabelecimento de colônias, como a do Mundo Novo e arredores, propiciou tanto o desenvolvimento de mercados consumidores, como a diversificação produtiva, fazendo de Santa Cristina do Pinhal um entreposto comercial por onde se escoava a produção da região. A posição privilegiada, com porto natural, favoreceu o desenvolvimento da navegação fluvial, passando a integrar aos mercados de São Leopoldo e Capital.

O transporte fluvial se revestia de grande importância porque as vias terrestres eram precárias. Além do comércio de mercadorias, o transporte de passageiros era dificultado nas épocas de chuva, e as estradas ficavam intransitáveis. Quem desejasse chegar ou sair da região teria que enfrentar o transporte pelo rio, que era também perigoso, visto que os lanchões não ofereciam muita segurança. Além das dificuldades naturais que o rio apresentava, a própria atividade de extração da madeira acabou favorecendo o desmoronamento das margens e o consequente assoreamento do seu leito, dificultando enormemente a navegação regular. Os períodos em que a navegação podia ser realizada com maior frequência correspondiam à época das cheias. A importância da utilização do rio dos Sinos pode ser constatada através das várias solicitações para limpeza e drenagem do rio enviadas à Assembleia Legislativa, que em 1853, sancionou uma lei na qual a Assembleia destinava uma verba para a continuação da limpeza do rio. Entretanto, o problema persistia e a limpeza não era feita sistematicamente, gerando vários pedidos no decorrer dos anos seguintes.

A partir da década de 1870, Santa Cristina do Pinhal experimentou uma grande expansão de sua atividade comercial, fator este que repercutiu positivamente na sua vida política. O incremento da atividade comercial propiciou o surgimento dentro da sociedade de um segmento ligado basicamente ao comércio. Ao mesmo tempo, passou a se integrar completamente à região colonial de São Leopoldo e ao mercado consumidor da Capital da Província, especializando-se, principalmente, na exportação de farinha de mandioca, aguardente, produtos das olarias, madeiras, etc. Já, o comércio interno, estava dotado de lojas e armazéns que supriam as necessidades dos moradores com produtos trazidos de fora.

No que se refere à população, em 1872, Santa Cristina do Pinhal apresentava um número de habitantes significativo para a época: 5.773 habitantes. Pertencia à Vila de São Leopoldo, que contava, então, com 22.750 habitantes.[6] Em 14 de junho de 1880, pela Lei n. 12.251, a Freguesia de Santa Cristina do Pinhal foi elevada à categoria de Vila e sede, e estabelecida a Comarca de mesmo nome, com os termos de Santa Cristina do Pinhal e São Francisco de Paula de Cima da Serra.

6 Dados retirados do Quadro Estatístico e Geográfico da Província de São Pedro, Memória da Colônia do Mundo Novo. Relatório enviado por Tristão José Monteiro em 06/08/1858, para o Presidente da Província, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

O dr. Henrique D'Ávila, Presidente da Província do RS. Faço saber a todos. Os seus habitantes:

[...] Art.3 – Fica elevada à categoria de Vila a Freguesia de Santa Cristina do Pinhal.

$1. O município de Santa Cristina do Pinhal formará com o de São Francisco de Paula de Cima da Serra a Comarca de Santa Cristina do Pinhal, desligada da Comarca do Rio dos Sinos.[7]

Figura 6 – Ruína da casa do Cel. Santos, onde funcionou a Câmara Municipal e Cadeia do município de Santa Cristina do Pinhal (totalmente demolida em 1989)

Fonte: acervo da autora.

Figura 7 – Casa estilo luso-brasileiro, na praça central da vila de Santa Cristina

Fonte: acervo da autora (1988).

A evolução política

A instalação do município em 1880 coincidiu com a hegemonia do Partido Liberal na Província. Essa hegemonia se traduzia pelo controle que o Partido Liberal exercia sobre a rede de relações coronelistas que dominavam a política riograndense. O Partido Liberal oferecia apoio às reivindicações apresentadas pela localidade, onde o chefe político pertencia ao partido. No caso específico de Santa Cristina do Pinhal, a instalação do município teve relação direta com o apoio ao Partido Liberal, oferecido pelo Coronel Francisco Alves dos Santos e com o prestígio que esse gozava no meio político da Província.

7 Lei n. 1251 de 14/07/1880. Leis Provinciais de 1878 a 1882. Coleções das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. 1880, p. 107. Biblioteca da Assembleia Legislativa.

Por volta da década de 1880, a disputa política na região de Santa Cristina, se polarizava entre o chefe do Partido Conservador, o Cel. João Martins de Filereno e o chefe do partido Liberal, Cel. Francisco Alves dos Santos. Em dezembro de 1880, com a morte de João Martins, assumiu o cargo o chefe do Partido Conservador, seu genro, Cel. Francisco de Oliveira Neves.

Francisco Alves dos Santos, do Partido Liberal, era um grande fazendeiro na região e seu prestígio político extrapolava os domínios da vila, chegando a ter influência nos círculos políticos da capital da Província e no Império. O Cel. Santos contava com o apreço do chefe supremo do Partido Liberal, Gaspar da Silveira Martins. Calcado em seu prestígio político, o Cel. Santos influenciou à Assembleia Legislativa Provincial na criação da Vila de Santa Cristina do Pinhal. É evidente que ao PL interessava estender suas bases de apoio político para a região colonial. Para tanto, o PL estabeleceu uma espécie de aliança com os setores mais representativos da sociedade, notadamente os comerciantes. Por essa aliança, o Partido Liberal garantia o apoio a seu programa político, em troca da concretização das reivindicações dos setores coloniais. Logo após, Taquara do Mundo Novo foi desmembrada de Santo Antônio da Patrulha e passou a se incorporar como distrito da Vila de Santa Cristina do Pinhal, sendo elevada à categoria de Freguesia em 1882, pela Lei Provincial n. 1.382, de 27 de maio.

À instalação da Vila de Santa Cristina, se sucedeu um período no qual o Partido Liberal teve preponderância na Câmara Municipal. Até 1888, a presidência da Câmara foi exercida pelo Cel. Santos. Contudo não foi sem resistência, pois o Partido Conservador permanecia ativo no município. A par da divisão interna, também passou a conviver com o crescimento de Taquara do Mundo Novo. Em 1886, Taquara do Mundo Novo foi elevada à categoria de Vila e constituída município em 1888. Com isto, o território que compreendia a freguesia de Taquara foi desmembrado de Santa Cristina do Pinhal, o que significou por um lado a perda de arrecadação para os cofres municipais, e, por outro, a perda de eleitores. Essa mudança política acarretou também dificuldades administrativas, pois três Vereadores da Câmara Municipal de Santa Cristina, que eram residentes em Taquara do Mundo Novo, requisitaram sua transferência de município. Também o cargo de vice-presidente da Câmara ficou vago porque seu ocupante era morador de Taquara. Tendo se realizado eleições em 1888 para preenchimento deste cargo, foi eleito o Cel. Fran-

cisco de Oliveira Neves, do Partido Conservador.[8] Politicamente Santa Cristina continuava dividida, tanto que nas próximas eleições de 1889, o Cel. Neves assumiu a Presidência da Câmara Municipal de Santa Cristina do Pinhal.

No que se refere a Taquara do Mundo Novo, esta atingia um grau de desenvolvimento econômico que exigia maior parcela de participação nas decisões administrativas concernentes à região. Neste momento, a Câmara Municipal era a principal via de participação concreta dos imigrantes alemães, motivo pelo qual aumentava a pressão da elite de Taquara no sentido de obter total autonomia de Santa Cristina. A necessidade de representação política da população era tamanha, que diversas foram as solicitações junto ao Juiz para a transferência do domicílio eleitoral dos moradores de Taquara que ainda se encontravam circunscritos no Termo de Santa Cristina.

Nesta época, fim da década de 1880, a hegemonia do Partido Liberal estava sendo contestada pelos republicanos no governo central e da província, onde o Partido Republicano já existia desde 1882, desenvolvendo uma intensa campanha de combate à política imobilista do Partido Liberal. À decadência do Partido Liberal se sucedeu a proclamação da República, em 1889. Essa mudança de rumos na política significou para Santa Cristina, o fim de seus privilégios junto ao governo da ex-província. A política do Partido Republicano Rio-Grandense, de acordo com os ideais positivistas de desenvolvimento global da economia, voltou sua atenção para sua região colonial, procurando integrá-la, via desenvolvimento dos transportes, ao contexto gaúcho. Dentro desta filosofia, Taquara, como representante legítima deste segmento colonial, se viu privilegiada em detrimento de Santa Cristina.

Taquara do Mundo Novo apresentava um desenvolvimento significativo das forças produtivas, seja na agricultura, seja no comércio, seja em termos de um processo de industrialização, suplantou Santa Cristina do Pinhal que, embora possuísse uma agricultura diversificada, tinha sua base economia centrada no comércio. No que se refere a um processo de industrialização, Santa Cristina ficara restrita ao beneficiamento de produtos primários, principalmente a farinha de mandioca, sem dar aquele salto qualitativo que significava a passagem para a industrialização.

O processo de decadência política de Santa Cristina, pode ser com-

8 Ata de 04 de agosto de 1888. Correspondência Expedida (1881-1890). Câmara Municipal de Santa Cristina do Pinhal. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

preendido através das Atas da sua Câmara Municipal. Em 1889, o município de São Francisco de Paula de Cima da Serra, foi extinto, e seu território foi dividido entre Santa Cristina e Taquara. Entretanto, neste mesmo ano pela Lei Provincial n.1.804, de junho de 1889, grande parte do território que pertencia à Santa Cristina, e que se localizava à margem direita do Rio doa Sinos foi anexado à Taquara. Este fato suscitou diversas divergências entre as duas Câmaras. Ainda no ano de 1890, se encontram ofícios da Intendência de Santa Cristina, onde a Câmara continuava solicitando a devolução de territórios anexados a Taquara. Em maio de 1891, estes territórios foram devolvidos ao município de Santa Cristina, porém no Ato de n. 75, ele foi revogado, e os territórios foram novamente anexados ao município de Taquara.

O período de 1889 a 1892 assinalou o declínio político de Santa Cristina do Pinhal, consubstanciado com a perda de suas funções jurídicas como Comarca, na perda de territórios e da diminuição do seu orçamento e verbas destinadas à manutenção do município. Este processo culminou em 1892, com a extinção do município de Santa Cristina, o qual foi anexado ao território de Taquara.

Todavia, a decadência política de Santa Cristina do Pinhal não teve como contrapartida imediata a sua decadência econômica. A chegada da ferrovia no início do século XX a Taquara não significou o seu fim como porto fluvial, Santa Cristina permaneceu, ainda ao longo das primeiras décadas do século XX desempenhando importante papel no escoamento da produção da região. Sua importância econômica só começou a declinar a partir da década de 1940, quando o governo estadual construiu a rodovia passando por Taquara. Os fretes mais baratos, a falta de verbas para a limpeza do Rio dos Sinos, o término da produção de farinha de trigo das atafonas, contribuíram para a perda da sua função de centro comercial da região, sendo suplantada por Taquara.

Santa Cristina permaneceu como distrito de Taquara até 1982, quando o distrito de Parobé se emancipou e essa passou a ser seu primeiro distrito.

O comércio fluvial até a primeira metade do século XX

Nas décadas finais do século XIX e no início do século XX, encontramos diversas famílias cuja principal atividade se centrava no comércio e no transporte fluvial. Alguns destes comerciantes monopolizavam

o processo, desde a compra ao produtor, passando pela armazenagem e o transporte, até a venda direta aos atacadistas de São Leopoldo e Porto Alegre. Outros, entretanto, passaram a dedicar-se exclusivamente à atividade de transporte de mercadorias, vistos que os fretes até São Leopoldo e Porto Alegre eram altamente compensatórios. A navegação por lanchões foi sendo substituída, gradativamente, pelos vapores principalmente por transformar o comércio fluvial mais ágil e rápido, trazendo benefícios econômicos aos comerciantes. O incremento na atividade da navegação levou ao surgimento das Gasolinas ou Chatas/Lanchões Vapor, que eram embarcações movidas a combustível e não mais por remos ou vapor, que se tornaram o principal meio de transporte na região. Em Santa Cristina, se encontravam várias Gasolinas, dentre elas, a Taquarense, a Pinhal, a Magueri, a Martha, a Santa Cristina, a Sem Rival, a Não Tem Rival, a Terezinha, a São Gabriel, a Daimar, a Santo Antônio e a São José. Esse aumento do comércio fluvial fez com que no porto de Santa Cristina fossem construídos depósitos, chamados de Armazéns, onde eram guardadas as mercadorias

Figura 8 – Pilares dos antigos armazéns localizados às margens do Rio dos Sinos

Fonte: acervo da autora (1988).

Figura 9 – Balsa que fazia a travessia do Rio dos Sinos até o ano de 1959, quando afundou

Fonte: acervo da autora.

a serem transportadas; eram construídos sobre pilares de alvenaria devido às constantes cheias do rio. Dois destes armazéns pertenciam a Normélio Baptista, que também era proprietário de Gasolinas, sendo a principal a Não Tem Rival.

Figura 10 – Gasolina "Não Tem Rival" (década de 1940)

Fonte: acervo da autora.

Figura 11 – Gasolina "Martha" (década de 1940)

Fonte: acervo da autora.

Essa predominância da atividade comercial possibilitou o desenvolvimento, no início do Século XX, de uma infraestrutura que incluía, entre outras coisas, um sistema de telefonia, correio e telégrafo, consultório médico e farmácia. Os habitantes do local dispunham de condições e recursos necessários à sobrevivência na época.

A vida social em Santa Cristina era marcada pelas festas religiosas, a Festa do Divino, a Festa de Santa Cristina e a Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes, esta registrada desde o início do século XIX, com algumas interrupções. Esta religiosidade estava presente, principalmente, nos costumes trazidos dos Açores pelos primeiros povoadores da região. A Igreja de Santa Cristina do Pinhal por muito tempo foi a única igreja erguida da região. Os bailes, após as festas, reuniam pessoas que se deslocavam das regiões próximas, como Taquara, bem como de São Leopoldo, Gravataí e Santo Antônio da Patrulha.

Figura 12 – Festa do Divino (década de 1940)

Fonte: acervo da autora.

Figura 13 – Procissão dos Navegantes

Fonte: Parobé 40 anos: lanchões e a história da navegação pelas águas do Rio dos Sinos. Trilhando a história de Parobé. Jornal Repercussão, Parobé, março de 2022.

Segundo os mapas estatísticos do Rio Grande do Sul, a Central telefônica contava com um número de dez assinantes, a maioria ligados à atividade comercial. Havia também várias lojas e armazéns que comercializavam, desde tecidos, ferragens, louças etc., até gêneros alimentícios, como é o exemplo da Casa de Secos e Molhados de José de Souza Baptista e Filhos. Existiam outros estabelecimentos que faziam o beneficiamento da produção agrícola da região, como atafonas (farinha de mandioca), os engenhos (de moer grãos, serrar madeiras), uma fábrica de café e a instalação de um engenho de açúcar, que não chegou a entrar em atividade. Como exemplo de atafonas, se encontra a de Evaldo Santos e a de Manuel Antônio Farias, descendente de açorianos que vieram de Laguna.

A área de atuação dos comerciantes era ampla, se estendendo desde a circulação de produtos, seja pelo comércio interno da vila, seja pelo comércio de exportação e transporte, locador de imóveis, além de emprestar e guardar dinheiro (fazendo o papel de banco) e até o exercício de atividades públicas. Vemos que o transporte fluvial teve papel preponderante no desenvolvimento econômico de Santa Cristina. Os assentamentos do ano de 1940 da Gasolina Não Tem Rival dão conta de um movimento comercial entre Santa Cristina, Taquara, São Leopoldo e Porto Alegre, onde se destacam as firmas A. Schaffer & Cia Ltda., Moinho Riograndense, Cervejaria Continental, A. Silva & Cia., A. J. Renner, Atlantic Refining, Ritter e Rangel, dentre outras.

O final da década de 50 e início da década de 60 do século XX, marca o declínio da atividade comercial fluvial em Santa Cristina. As gasolinas paulatinamente foram deixando de fazer o transporte de mercadorias, o Rio dos Sinos passou por um processo de assoreamento acentuado e as limpezas efetuadas para sua manutenção foram se tornando cada vez mais raras. A produção de farinha de mandioca das atafonas foi interrompida e a localidade de Santa Cristina ficou praticamente isolada, quando a balsa que fazia a travessia no Rio dos Sinos afunda e não é mais instalada, obrigando seus moradores a percorrerem longas distâncias através da rodovia até a sede do município de Taquara. A localidade, a partir desse período, foi perdendo sua importância econômica e descaindo em termos de infraestrutura urbana. A atividade econômica ficou centrada na criação de gado de corte, na produção leiteira, nas olarias e, posteriormente, com a emancipação de Parobé, nas pequenas unidades de fabricação de calçados ligadas às fábricas na sede do mu-

nicípio. Somente na década de 1980, que foi construída a ponte e a estrada que passou a fazer a ligação com a sede do município e, somente, em 2022 que essa via foi asfaltada, respondendo à solicitação de melhorias no transporte e locomoção da comunidade.

O resgate das origens açorianas e da história de Santa Cristina do Pinhal tem sido de grande importância para o distrito de Santa Cristina. É a partir do conhecimento e difusão das histórias de família, da navegação do Rio dos Sinos, da importância política da região que se está fortalecendo a identidade do antigo município de Santa Cristina do Pinhal e seus descendentes.

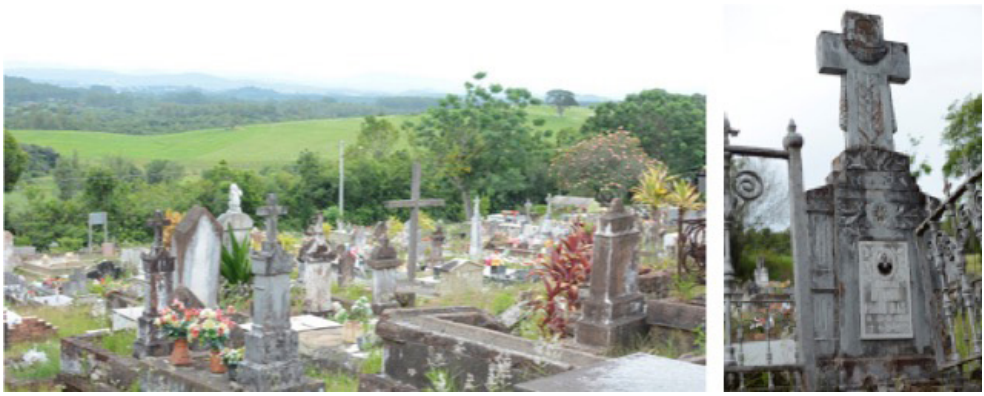
Figura 14 – Igreja Matriz de Santa Cristina do Pinhal

Fonte: acervo da autora (2022).

Figura 15 – Procissão de Navegantes

Fonte: acervo da autora (2023).

Figuras 16 e 17 – Cemitério



Fonte: acervo da autora (2022).

Referências

PEIXOTO, Angelita *et al. Apontamentos para a história de Santa Cristina do Pinhal*. Parobé: Prefeitura Municipal. 1988.

BECKER, Ítala. *O índio Kaingang e a colonização Alemã*. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas. 1976.

PESAVENTO, Sandra. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1985

Fontes documentais

LEITE, Michael. Trilhando a história de Parobé. *Jornal Repercussão.* Parobé, Março, 2022.

SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL (Província). Lei n. 1251 de 14/07/1880. Leis Provinciais de 1878 a 1882. Coleções das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. 1880, p. 107. Biblioteca da Assembleia Legislativa.

RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Histórico. Quadro Estatístico e Geográfico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul 1858. Rio Grande do Sul, 1858.

RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Histórico. Quadro Estatístico e Geográfico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul 1858. Memória da Colônia do Mundo Novo. Rio Grande do Sul, 1858.

RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Histórico. Sesmarias. Sesmaria de Manoel D'Ávila De Souza. Rio Grande do Sul, 1815.

FALARES PATRULHENSES: MEMÓRIA AFETIVA E PRESENÇA AÇORIANA

Maria Eloisa da Costa[1]

Guarda Velha de Viamão, Santo Antônio da Guarda Velha, Santo Antônio, Santo Antônio da Patrulha.

Primeiro, entre as décadas de 1740 a 1750, chegaram os luso-açorianos, juntando-se aos índios que aqui já habitavam. Depois, outras etnias também passaram a compor o que hoje é Santo Antônio da Patrulha/RS, atualmente com área de 1.048,904 km^2 e cerca de 44.000 habitantes, sendo um dos quatro primeiros municípios do Rio Grande do Sul, juntamente com Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo, criado em 7 de outubro de 1809, por uma Provisão Real assinada por D. João VI, e instalado em 3 de outubro de 1811, e do qual descendem 77 municípios, entre filhos, netos, bisnetos e trinetos – constituindo o "quadrante patrulhense". Tem uma identidade própria, formada por uma multiplicidade étnica – destacando-se a influência açoriana – que nos legou um modo de ser e de falar próprios.

Este artigo visa a resgatar a presença açoriana no município, que tem influência num linguajar peculiar: são crendices, ditos, expressões, frases, lendas, palavras, provérbios e versos. E esses termos característicos e curiosos, que formam um mosaico, vêm sendo transmitido de geração para geração.

Através de pesquisas pessoais e familiares e perscrutando as memórias dos ascendentes, principalmente às dos avós e pais, encontram-se influências da açorianidade no modo de ser e de falar patrulhense: é a expressão popular da nossa gente, dos nossos antepassados, daqueles que alicerçaram a nossa terra, agora relembrados como forma de não serem esquecidos, mas sim transmitidos à posteridade.

---

1 Natural de Santo Antônio da Patrulha/RS, Brasil. Advogada. É membro do Grêmio Literário Patrulhense e do Instituto Histórico e Geográfico Patrulhense. Escreveu o artigo "A Trajetória da Família Costa na Lavoura Orizícola". In: *Santo Antônio da Patrulha:* re-conhecendo sua história. Autora do livreto *Relembranças Infantis* e do livro *Falares Patrulhenses*. Tem publicações no livro *Suas Excelências, os Personagens*, v. 1, 2, 3 e 4.

Assim, é preciso conhecer para reconhecer, e, por isso, relatam-se e resgatam-se memórias, vivências, costumes, manifestações culturais e artísticas, tradições, enfim, heranças das memórias afetivas dos ancestrais pertinentes à presença açoriana, que se mantêm até hoje.

Destaque-se que muitos dos termos (dicionarizados ou não) que integram esse artigo não se constituem em exclusividade de Santo Antônio da Patrulha, sendo encontrados também no restante do Rio Grande do Sul, em outras partes do Brasil e inclusive nos Açores e em Portugal.

Ressalte-se que resgatei parte desse vocabulário e escrevi o livro, em formato de dicionário, "Falares Patrulhenses", uma obra autoral, que registra o que me foi passado por familiares, amigos e conhecidos.

No presente artigo, faço um cotejo entre alguns falares açorianos e falares patrulhenses que se interagiram, assemelhando-se e adaptando-se no espaço e no tempo. E essa herança de além-mar pode ser reconhecida na nossa formação, como:

- Histórica: Tropeirismo, sesmarias.

- Religiosa: Festa do Divino Espírito Santo, com a imperatriz coroadeira e o quadro das mordomas; Folia do Divino.

- Cultural/literária/folclórica: Brincadeiras – cinco marias, esconde -esconde, gata cega, jogo de anel, pandorga, rebola a bola. Baile de Masquê. Cantigas de Olarai e de Peitadas. Cavalhadas. Danças – pezinho, pau-de-fitas e chamarrita/chimarrita. Décimas. Jogos de cartas – bisca, burro. Terno de reis. Trovas.

- Arquitetônica: Casario em estilo colonial antigo; traçado da rua: rua larga com acesso à praça da igreja, situada numa parte alta, e da rua central saem estreitas ruas laterais.

- Gastronômica: Açorda ou sorda, arroz de leite ou arroz doce, bolo de coalhada, broa, farte, morcela ou morcilha, rosca de polvilho, rosquete.

- Econômica: Artesanato. Cana de açúcar e seus derivados — guarapa, melado, rapadura. Sonhos.

Assim, neste ano de 2022 em que ocorrem as celebrações dos 270 anos do povoamento açoriano no Rio Grande do Sul, passado, presente e futuro se irmanam, referenciando e homenageando esse marco histórico tão relevante ao município de Santo Antônio da Patrulha, com seus matizes peculiares.

A seguir, uma amostra de alguns termos, expressões e crendices *tão curiosos* e peculiares com traços culturais antigos projetados num linguajar cotidiano.

FALARES AÇORIANOS	FALARES PATRULHENSES
A alma do negócio é o segredo.	Bico calado em matéria de negócios.
A cavalo dado não se olha o dente. (Ao recebermos um presente, devemos ficar agradecidos e mostrar contentamento, mesmo que não seja do nosso agrado).	Cavalo dado não se olha os dentes.
Achar um trevo de quatro folhas traz sorte.	Achar um trevo de quatro folhas dá muita sorte.
Água mole em pedra dura, tanto dá até que fura. (A persistência vence até as dificuldades).	Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura.
Amanhã é domingo Do pé de cachimbo Do galo montês A rês é de barro Toca no adro O adro era fino Toca no sino O sino era douro Toca no touro O touro era bravo Mata o fidalgo O fidalgo era valente Mata a sua gente E enterra na cova dum dente.	Hoje é domingo O teu pai é um gringo Na porta da venda Fumando cachimbo O cachimbo é de barro Bate no jarro O jarro é de ouro Bate no touro O touro é valente Bate no tenente O tenente é fraco Cai no buraco O buraco é fundo Acabou-se o mundo.
Andaço (Virose)	Andaço
Atirei c'o limão verde À torrinha de Belém; Deu no cravo, deu na rosa Deu no peito de meu bem.	Atirei um limão verde Por cima da sacristia Bateu no cravo Bateu na rosa Bateu no moço que eu queria.
Atoleimado (Tolo)	Atulemado (Amalucado)
Bareja (Mosca varejeira).	Bareja (Mosca varejeira: termo usado para uma pessoa desassossegada, irrequieta).
Cá se faz, cá se paga.	Aqui se faz, aqui se paga.
Cachorro que come ovelha, de olho nela. (Analogia à pessoa que não tem mais jeito)	Cachorro que come ovelha, só matando.
Cada um estende a perna ate onde tem a coberta. (Não devemos fazer algo além das nossas condições).	Não se deve dar o pulo maior do que as pernas.
Carro de praça (Táxi)	Carro de praça
Céu pedrento, ou chuva ou vento.	Rabo de galo: quando no céu aparecem nuvens esgarçadas, apenas com uns fiapos, é sinal de chuva.
Comer o pão que o diabo amassou (Passar por dificuldades, por sofrimentos).	Comer o pão que o diabo amassou.
De pequenino, se torce o pepino. (Na infância é que se educa uma criança)	É de pequenino que se torce o pepino.
Dia de muito é véspera de nada.	Dia de muito, véspera de pouco.

Dedo mendinho, Seu vizinho, Pai de todos, Fura bolos Mata piolhos. (Dedos das mãos).	Dedo minguinho, Seu vizinho, Pai de todos, Fura bolos, Mata piolhos.
Durante a noite, não se varre a casa para não chamar as bruxas.	Não se deve varrer a casa à noite, pois atrai desgraça.
E depois? Foram-se as vacas e ficaram os bois. (Deixar para depois o que se deve fazer agora).	E depois? A galinha pôs.
Gadelha (Cabelo comprido)	Gadelha
Indes (Ovo que se deixa no ninho para atrair as galinhas para fazerem a postura. Chamam também indes ao filho único do casal).	Indez (Ovo que se deixa no ninho para atrair as galinhas para fazerem a postura. Chamam também indez ao filho mais moço do casal).
Lançar a pedra, esconder a mão. (Fazer algo e fingir que não o fez).	Dar o tapa e esconder a mão.
Lendas associadas à Nossa Senhora e à fuga da Sagrada Família para o Egito: Quando a Sagrada Família se dirigia ao Egito, algumas perdizes, escondidas nas moitas do caminho, levantaram voo, fazendo como sempre o característico e inesperado "trinar de asas". Desta maneira, assustaram o burrinho em que Nossa Senhora ia sentada, pondo-o em disparada. Irritada e, para castigar a falta de respeito das perdizes, Nossa Senhora proibiu-lhes, para todo o sempre, o uso da cauda que, até então, possuíam e muito linda. A codorniz, espantada com a passagem da burrinha, começou a gritar: Ela aí vai! Ela aí vai! Por isso, Nossa Senhora a condenou a nunca poder voar alto. A labandeira é que, ora à frente, ora atrás da burrinha, ia apagando as pegadas com a cauda e com o bico e, por isso, Nossa Senhora lhe prometeu que nunca os homens lhe fariam mal. Por este motivo, é que é pecado apanhar ou matar uma labandeira.	Lendas associadas à Nossa Senhora e à fuga da Sagrada Família para o Egito: Quando a Sagrada Família (José, Maria e o Menino Jesus) fugia para o Egito uma perdiz, espantada, começou a gritar, chamando atenção. Nossa Senhora, então, condenou-a a não poder voar alto. O Menino Jesus estava com fome e sede, quando atravessou a estrada uma mulita. Nossa senhora, então, pediu leite e a mulita amamentou Jesus. Assim, tal animal passou a dar mais de uma cria por parto. Também nessa ocasião, ao atravessarem por uma água, Nossa Senhora perguntou ao linguado se "essa água é rasa ou funda", e o peixe, debochado, não respondeu e imitou-a: "Linguado, essa água é rasa ou funda"? Ela disse que a partir de então ele passaria a ter a boca torta (tem esse peixe localização dorsal dos olhos e narinas).
Marrão (Porco ainda não adulto, mas já desmamado).	Marrão (Porco não castrado).
Marcela (planta com propriedade medicinal).	Marcela
Meio-dia, panela no fogo, barriga vazia.	Meio-dia, panela no fogo, barriga vazia.

Não suba o sapateiro além da chinela (Não dar opinião sobre o que não se conhece ou que não se está a par).	Não vá o sapateiro além das suas chinelas.
Não troques o certo pelo duvidoso.	Não se deve trocar o certo pelo duvidoso.
Para baixo todos os santos ajudam. (É muito fácil ir "para baixo", não precisa de esforço, mas "para cima" precisa de muito empenho).	Para baixo todo santo ajuda.
Para espantar uma visita, joga-se sal no fogo ou vira-se a vassoura atrás da porta.	Quando se quer que a visita vá embora, coloca-se uma vassoura virada atrás da porta, que logo ela sai.
Pés da cama em que se dorme não devem ficar voltados para a porta de saída, isto dá azar.	Pés da cama em que se dorme não devem ficar voltados para a frente da casa, pois isto dá azar.
Poia (Pessoa lerda, preguiçosa).	Poia
Quando alguém receber como presente uma tesoura ou faca, deve-se oferecer uma moeda em troca.	Quando alguém receber de presente uma faca, deve oferecer em troca uma moeda, para não "cortar a amizade" entre elas.
Quando estiver prestes uma tormenta, queima-se palma que foi benta no Domingo de Ramos.	Quando estiver trovejando, deve-se queimar uma palma benzida num Domingo de Ramos, pois assim não cairá raio na casa.
Quanto mais se tira, mais se cresce (Buraco).	Quanto mais se tira, mais cresce.
Que há de novo? Muita galinha e pouco ovo.	O que há de novo? Muita grita e pouca tosa.
Quem conta estrelas ou aponta para elas, cresce-lhe uma berruga no dedo.	Não se deve apontar para uma estrela, pois cresce uma verruga na ponta do dedo.
Quem tem janelas de vidro não anda a atirar pedras.	Quem tem telhado de vidro não atira pedra.
Quem toma o resto do copo alheio fica conhecendo os segredos do outro.	Não se deve deixar bebida no copo ou comida no prato, pois quem tomar ou comer descobrirá os segredos alheios.
Quem vai ao ar, perde o lugar e quem vai ao vento, perde o assento. (Quem não aproveita a oportunidade, perde a chance).	Quem vai ao ar, perde o lugar e quem vai ao vento, perde o assento.
Rabona (Diz-se da res sem cauda).	Rabona (Animal sem rabo. Também a pessoa que tem cabelo muito curto).
Se dois conhecidos se encontram duas vezes no mesmo dia, é sinal que nenhum dos dois morrerá naquele ano.	Se estiver falando sobre alguém e esta pessoa aparecer neste momento, é sinal de que ela não morrerá tão cedo.
Tás muito mal enganado.	Estás redondamente enganado.
Tramela (Taramela, tranca).	Tramela
Tratar burro a pão de ló. (Tratar bem).	Tratar a pão de ló. (Tratar bem uma pessoa).
Vais apanhar nas ventas.	Bem nas ventas.
Vou-me arranjar. (Vou evacuar).	Estou desarranjado. (Estou com diarreia).

Nesse evidenciar, com o presente artigo, contribui-se para o resgate da história local, através do reconhecimento de uma linguagem de criatividade e riqueza lexical.

Por fim, mencione-se o historiador inglês Walter Benjamin: *Quem não pode lembrar o passado, não pode sonhar o futuro, e, portanto, não pode julgar o presente*.

Em sendo nós seres em formação, a ânsia de saber permite conhecer saberes e vivências, voltando-se ao passado, para conhecê-lo e valorizá-lo, mas com os pés no presente, enquanto partícipe, podendo, assim, voltar-se para o futuro, com a finalidade da preservação da memória oral e do patrimônio histórico e cultural.

Referências

CAMPOS, Sonia Siqueira. Literatura Oral no RS: contribuições açorianas. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). *Presença Açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1993, p. 61-69.

COSTA, Maria Eloisa. *Falares Patrulhenses*. Porto Alegre: Pragmatha, 2015.

FUNK, GABRIELA; FUNK, Mathias. *Pérolas da Sabedoria Popular Portuguesa:* os provérbios açorianos nos EUA. Lisboa: Salamandra, 2001.

GARCIA, Rose Marie Reis Garcia. Cantos de Pixurum ou O-La-Rai. In: BEMFICA, Coralia Ramos et al. (Org.). *Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Caraá*. Porto Alegre: EST. 2000.

OSÓRIO, Getúlio Xavier; FIGUEIREDO, Lezia Maria. *A culinária no Quadrante Patrulhense*. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel; LAUCK, Fernando Rocha (Org.). *Raízes de Santo Antônio da Patrulha*. Porto Alegre: EST, 2020, p. 138-149.

OSÓRIO, Getúlio Xavier; FIGUEIREDO, Lezia Maria. O Pão Nosso de Cada Dia. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). *Raízes de Capão da Canoa*. Porto Alegre: EST, 2004, p. 559-562.

RIBEIRO, Paula Simon. Ternos de Reis – uma tradição que se perpetua. In: BEMFICA, Coralia Ramos et al. (Org.). *Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Caraá*. Porto Alegre: EST, 2000.

TROCHINSKI, Augusto. *Cantigas de Trabalho (Oi-La-Rai).* In: BEMFICA, Coralia Ramos et al. (Org.). *Raízes de Santo Antônio da Patrulha e Caraá*. Porto Alegre. EST, 2000.

Fontes eletrônicas

<https://almanaqueacoriano.com.br/index./php/dicionario> Acesso: 28-09-2022.

<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/atualidades/montra/livros/dicionario-de-falares-dos-acores/109#> Acesso: 02-10-2022.

<https://escolapt.wordpress.com/2016/12/28/falares-acorianos/> Acesso: 02-10-2022.

<https://mosteirosmiguel.blogs.sapo.pt/dicionario-de-vocabulario-acoriano-20037>. Acesso: 09-10-2022

<https://olharpovoacense.blogspot.com/2015/03/dicionario-do-vocabulario-micaelense.html>. Acesso: 09-10-2022

<https://orapazdasilhas.blogs.sapo.pt/15-expressoes-bem-acorianas-da-ilha-45448> Acesso: 02-10-2022.

<https://portalahora.com.br/noticia/6173/do-fundo-de-seu-bau-acoriano-escritor-e-pesquisador-ronaldo-pires-resgata-os-adagios-proverbios-ditos-populares-dentre-outros>. Acesso: 09-10-2022.

<https://visao.sapo.pt/opiniao/a/paralelo-38/2019-06-11-dicionario-do-acoriano-da-ilha-de-sao-miguel-de-a-a-z-1/>. Acesso: 09/10/2022

<https://www.vortexmag.net/80-expressoes-que-so-um-acoriano-entende/> Acesso: 1º-10-2022.

Fontes orais

Entrevista de Teresinha de Jesus Bemfica Bier, concedida a Maria Eloisa Costa em 2018.

Entrevista de Joana Josefina Costa, concedida a Maria Eloisa Costa em 2012.

Entrevista de Manoel Ferreira Costa, concedida a Maria Eloisa Costa em 2012.

FESTA DO DIVINO – UM LEGADO AÇORIANO EM SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA – MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS: REGISTROS DE PESQUISA

Maria Helena Gil Peixoto[1]
Rosa Maria Gil Gomes[2]

Introdução

As festas do Divino Espírito Santo fazem parte da história de Santo Antônio da Patrulha, desde seu povoamento, marcado pela presença açoriana em sua formação, e vem, há mais de 200 anos, se eternizando com seus rituais, mas incorporando uma multiplicidade de manifestações da cultura local.

Este artigo trata, em especial, da análise dessas festas, buscando compreender suas mudanças e permanências, ao longo de dois séculos. Do ponto de vista metodológico, orientou-se pela pesquisa bibliográfica, história oral e vivências como protagonistas das festas.

Pode-se dizer que as festas são uma repetição e, ao mesmo tempo, uma renovação que não se esgota. O registro do processo ocorrido por essas celebrações, desde o final do século XIX até hoje, se faz necessário à memória patrulhense, e se propõe também a servir de referência para pesquisas futuras, exigindo um detalhamento de informações que favorecerão a identificação das permanências e mudanças nestas festas. É oportunidade, primeiro, de propagar uma grande devoção ao Divino Espírito Santo na comunidade, e, a seguir, de um curioso e incansável resgate dessa tradição, que iremos seguir na pesquisa.

Registros de pesquisa

Muito da história das primeiras comunidades se identifica com a fé de seus povoadores. A religiosidade se constitui numa das marcas mais

1 Graduada em Pedagogia e Orientação Educacional, professora e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santo Antônio da Patrulha.
2 Professora e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santo Antônio da Patrulha.

expressivas da herança de nossos antepassados açorianos, vindos para o Rio Grande do Sul no século XVIII.

A vida no Arquipélago dos Açores exigia, e continua a exigir, sobrevivência à distância do continente, convívio permanente com o oceano e ameaça real do vulcanismo. Essa relação tão intensa com as forças da natureza acentuou no açoriano a fé, a devoção aos santos e, especialmente, o culto à Terceira Pessoa da Santíssima Trindade, o Divino Espírito Santo.

Para o sul do Brasil, essas manifestações religiosas acompanharam os ilhéus e aqui os fizeram suportar e superar as provações, com tantas promessas não cumpridas pela coroa portuguesa. Além das promessas, havia recomendações, entre elas, uma sobre a construção de capelas nos povoados. No caso de Santo Antônio, o bispo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, em documento de 4 de setembro de 1756, pediu aos moradores do "Registro da Serra" que construíssem uma capela. Atendendo ao pedido, foi construída a primeira "Capela de Santo Antônio da Guarda Velha de Viamão", que impulsionou o povoamento de nossas terras.

O pardo forro Inácio José de Mendonça, com mais de 40 anos, casou em 1755, em terceiras núpcias, com Margarida da Exaltação da Cruz, uma menina de treze anos, filha de uma escrava com o rico fazendeiro Manuel de Barros Pereira. O casal atendeu ao pedido do bispo Dom Frei Antônio do Desterro e ergueu uma capela em sua fazenda, onde hoje é a Pira da Pátria, com a invocação de Santo Antônio. O primeiro capelão foi nomeado em Portaria de 31 de agosto de 1760. Em 7 de outubro de 1763, o bispo do Rio de Janeiro instituiu a freguesia de Santo Antônio da Patrulha, elevando aquela capela à Igreja Matriz.

Assim, a religião católica acompanhou a formação de nosso município, expressando sua fé através de orações, celebrações, festas religiosas em honra ao padroeiro e a mais significativa devoção: o culto ao Divino Espírito Santo. "A festa do Divino ocorre em nosso município desde 1778, sendo a mais antiga do Rio Grande do Sul português, comprovada através de documentos" (FIGUEIREDO, 2000, p. 403).

Se essa devoção já era celebrada há menos de vinte anos após a instalação da Matriz, somos desafiados a refletir sobre a expressão atual da religiosidade dos patrulhenses. Retrocedendo há mais de dois séculos, procura-se compreender a permanência dessa tradição religiosa e das manifestações de folclore, a partir de 1872 até o final da década de 1960, nos festejos ao padroeiro e ao Divino Espírito Santo, este com especial simbologia: bandeiras, resplendor, coroa e cetro, imperatriz, orações e

hinos... A homenagem ao Divino constava de novenas, às vezes tríduos, missa solene na manhã de domingo festivo e a procissão à tarde.

Figura 1 – Quadro da Imperatriz e Mordomas (Festa de 1948). Festeiros: Astrogildo Peixoto da Silveira e Maria Bemfica Assis da Silveira; Imperatriz: Alice Peixoto da Silveira; Mordomas: Taciana Assis, Ana Clara Assis de Oliveira, Gládis Cardoso e Leda Laureano da Cunha

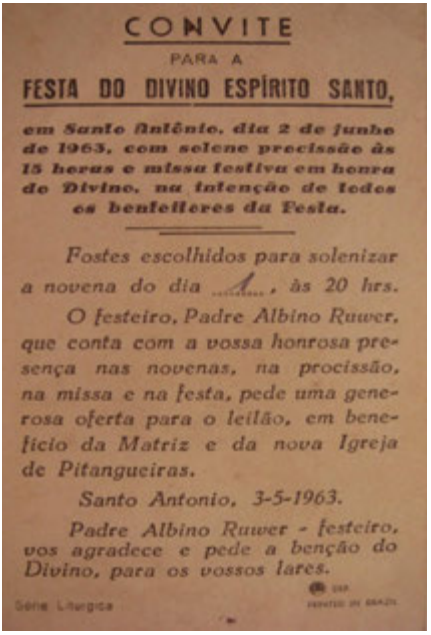
Fonte: acervo das autoras.

Um dos momentos mais apreciados dessa celebração era o ritual da entrada na igreja do "Quadro da Imperatriz Coroadeira e Mordomas", uma corte imaginária que remonta à história da Rainha Isabel, de Portugal.

O convite para ser noveneiro (a),[3] alferes ou mordoma da bandeira ou, ainda mais, integrar a corte da Imperatriz, era motivo de grande honra para os convidados e suas famílias.

Além da programação espiritual havia os aspectos profanos ou de caráter mais folclórico: coleta de ofertas, leilões, bailes, queima de fogos, culinária (assados, doces, bebidas...), Cavalhadas, Baile de Masquê...

Figura 2 – Convite para noveneiro da Festa de 1963, entregue pelo festeiro, na ocasião, Pe. Albino



CONVITE

PARA A

FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO,

em Santo Antônio, dia 2 de junho de 1963, com solene procissão às 15 horas e missa festiva em honra do Divino, na intenção de todos os benfeitores da Festa.

Fostes escolhidos para solenizar a novena do dia 4, às 20 hrs.

O festeiro, Padre Albino Ruwer, que conta com a vossa honrosa presença nas novenas, na procissão, na missa e na festa, pede uma generosa oferta para o leilão, em benefício da Matriz e da nova Igreja de Pitangueiras.

Santo Antonio, 3-5-1963.

Padre Albino Ruwer - festeiro, vos agradece e pede a benção do Divino, para os vossos lares.

Fonte: acervo das autoras.

3 Convidado especial, com lugar de destaque junto às bandeiras e aos festeiros. Recebia convite na forma de "santinho" e um envelope, onde deveria ser colocada uma oferta especial em dinheiro.

Através da pesquisa[4] realizada em 2005, para a mobilização da comunidade na campanha para reforma e ampliação da Casa Canônica e dos vitrais da Igreja Matriz, foi possível recuperar a relação dos benfeitores daquelas obras e também dos antigos festeiros e seus familiares. O firme apoio do então pároco, Pe. Jair Peres de Pinho, dado à comissão, foi muito importante. Assim, foi restabelecida a cronologia das festas, onde constam os nomes dos sacerdotes, dos festeiros das festas do Divino e de Santo Antônio, das imperatrizes e seus quadros, desde o final do século XIX, século XX, até os dias atuais.[5]

Foi uma missão longa e desafiadora, mas gratificante, pois durante vários meses, aqueles benfeitores, ex-festeiros ou seus familiares, foram contatados, muitos recebendo a visita dos representantes da comissão e do sacerdote. Tiveram seus nomes lembrados em homenagens ao longo da trezena da festa do Divino e de Santo Antônio, em 2005, recebendo o reconhecimento e o aplauso da comunidade e simbólicos presentes com a mensagem: "Com as bênçãos do Divino e Santo Antônio, a Paróquia agradece", 2005.

Retomando, então, a caracterização das festas da primeira metade do século XX, pode-se destacar as fortes relações entre as famílias que residiam na sede do município com aquelas que residiam no interior. As histórias contadas[6] falam da identidade cultural e religiosa do povo patrulhense, com a devoção ao Espírito Santo. Ao narrar suas histórias, referem-se com saudosismo as suas vivências ao virem para a "vila" e participarem daquelas festividades.

Alguns fazendeiros e pessoas com mais posses adquiriam casas ou se hospedavam com os amigos ou compadres, nas proximidades da Igreja, hoje Avenida Borges de Medeiros, de modo a participarem das cerimônias e dos festejos.

Conforme Backes (1992, p. 43), "A parte religiosa ficava exclusivamente a cargo do vigário, e a parte profana exclusivamente a cargo dos festeiros, assistidos pela diretoria da Matriz".

Analisando as lembranças e outros registros, observou-se que as festas mais antigas tinham datas muito variadas, não se realizando no ciclo de Pentecostes ou no dia do Padroeiro, 13 de junho. É interessante

4 Trabalho realizado pela advogada Ana Clara Maciel e as autoras deste texto, membros da comissão "Pró restauração da Casa Canônica", com o lema "Vamos dar ao futuro, o passado de presente".

5 Trabalho realizado através de pesquisa bibliográfica, leitura de atas, fotos, convites, lembranças, santinhos e outros impressos, entrevistas com festeiros ou seus familiares, pessoas mais idosas da comunidade e antigos moradores do município.

6 Memórias reunidas pelas autoras, de antigos patrulhenses.

a diversidade dos festejos[7], não ocorrendo nas datas ou próximas de Pentecostes e de Santo Antônio.

Tradicionalmente, aquelas festas apresentavam:

• **Mastro** – não é difícil imaginar os desafios para divulgar a festa, num tempo em que a comunicação se dava pelo contato pessoal, fazendo com que os festeiros, logo ao serem "sorteados" já iniciassem os convites, o pedido das ofertas, comprometendo os amigos, conhecidos e parentes com a programação.

Assim, o "Levantamento do mastro", isto é, um mastro era fixado em frente à igreja, exibindo ao alto, uma bandeira do Divino para anunciar a todos que a avistassem, que chegara o tempo tão aguardado. Lá permanecia, desde a abertura até o encerramento das festividades.

• **Novenas** – o espocar dos foguetes, a banda de música e o repicar dos sinos anunciavam que a corte, as damas com as bandeiras e os festeiros estavam prontos para se dirigirem até a Igreja, onde aconteciam as novenas, sempre à noite. Eram nove noites seguidas com liturgia própria, em latim, sendo que a comunidade se empenhava em acompanhar a todas,[8] destacando a recitação da ladainha e a bênção do Santíssimo.

Um canto e uma oração se destacavam naquelas cerimônias e, ainda hoje, são referência, especialmente no período de Pentecostes, e, também, como invocação nos momentos em que se necessita de luz, sabedoria, entendimento.

Canto:
"A nós descei"
A nós descei, Divina Luz
A nós descei, Divina Luz
//: Em nossas almas acendei
O amor, o amor de Jesus ://

Oração:

Vinde, Espírito Santo, enchei o coração de vossos fiéis e acendei neles o fogo de vosso amor. Enviai o vosso Espírito e tudo será criado e re-

7 25 de novembro de 1928 – Festa de Santo Antônio; 10 de agosto de 1930 – Festa da Santo Antônio; 21 de setembro de 1930 – Festa do Divino; 5 de fevereiro de 1935 – Festa de Santo Antônio, com uma curiosidade a mais por constar o mesmo festeiro, Felicíssimo Fettermann, em 11/10/1936; 17 de agosto de 1941 – Festa de Santo Antônio; 17 de janeiro de 1945 – Festa do Divino; 12 a 15 de agosto de 1945 – Festa de Santo Antônio; 18 de dezembro de 1955 – Festa de Santo Antônio; a mais curiosa é 25/12/1949, quando a comissão da igreja realizou a festa em honra ao Divino e ao Menino Deus.
8 Conclusões a partir de relatos de pessoas mais idosas da comunidade.

novareis a face da Terra. OREMOS: Deus, que instruístes os corações de vossos fiéis com a luz do Espírito Santo, fazei que apreciemos retamente todas as coisas segundo o mesmo espírito e gozemos sempre de sua consolação. Por Cristo, Senhor nosso. Amém.

• **Bandeiras** – as bandeiras, uma em cetim branco e outra em vermelho, ressaltavam ao centro uma pomba, de onde lançavam-se sete raios luminosos, simbolizando a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos com seus sete dons: Sabedoria, Fortaleza, Piedade, Temor de Deus, Ciência, Inteligência e Conselho. Presa a uma haste de madeira, ostentava na parte superior um laço de fita larga e arrematado por uma pomba de prata ou ponteira. Vê-se em fotos que, mais tarde, o arremate passou a ser um buquê de flores.

Figura 3 – Procissão da Festa do Divino em 1948

Fonte: acervo das autoras.

As jovens moças que recebiam o convite para levarem as bandeiras procuravam se apresentar com sóbrios, mas bonitos vestidos, pois cabia a elas abrir o caminho para o cortejo.

• **Anjos** – a presença de crianças vestidas de anjos geralmente significava o pagamento de promessas ou retribuição por graças alcançadas. É uma antiga tradição, mas não exclusiva das festas do Divino. Incluíam-se nos primeiros bancos da igreja na missa festiva e também se destacavam próximos do Quadro da Imperatriz. Muitos anjinhos eram levados ao colo ou pela mão de seus pais por sua pouca idade.

• **Coroa e cetro** – A historiadora e pesquisadora Lezia Maria Cardoso de Figueiredo, (2000, p. 404) registra sobre a Festa do Divino: "Em 1874 foi adquirido pelo capitão João Antônio de Jesus Neto, a coroa e o cetro de prata usados nas coroações nos imperadores festeiros do Divino Espírito Santo".

Em José Maciel Junior (Juca Maciel), historiador pioneiro da história patrulhense, (1987, p. 145) encontra-se referência ao ano 1872, quando diz**:** "Na Matriz se encontra uma coroa e um "scéptro" de prata, que desde o ano de 1872 vem servindo nas coroações dos Imperadores festeiros do Divino Espírito Santo".

Por um longo período, essas joias não ficaram na paróquia porque o Capitão faleceu e sua filha Antônia ficou aos cuidados de um tutor, Teodoro Barboza Telles, que assumiu também a responsabilidade de zelar pelas peças em sua casa. Entre os anos de 1890 e 1895, Antônia se casou com o Sr. José Juvenal Soares (Juca Soares) e o casal fez a doação da coroa e do cetro à Irmandade do Divino Espírito Santo. (MACIEL JÚNIOR, p. 146).

Somente em 1989, o então vigário da Matriz, Pe. Irineu Flack, resgatou as preciosas peças, e, desde, então lá permanecem guardadas, sendo apresentadas anualmente na tradicional participação do "Quadro das Mordomas e da Imperatriz Coroadeira", na missa e na procissão da festa.

Figura 4 – Coroa e cetro

Fonte: acervo das autoras.

A coroa é de prata, com desenhos em relevo, com seis imperiais ou braços, e tem no centro do aro, em maior relevo, uma pomba. No topo havia outra pomba sobre um globo, mas desde 2002, por iniciativa do festeiro José Luiz Silveira Gomes, foi adaptada, em substituição ao antigo símbolo já desaparecido, uma cruz em prata sobre uma base com pedras coloridas, esta oferecida pelo pároco Pe. Hilário Sozo, que a ganhou em Roma.

O cetro, também em prata, mede 47 centímetros e apresenta o punho liso com alguns detalhes em relevo na haste. Termina numa pequena esfera sobre a qual pousa uma pomba de asas abertas.

A coroa, o cetro e a capa provocam curiosidade e emoção nos fiéis que assistem a Imperatriz, suas Mordomas, Aias e o Pajem representarem uma "Corte Imperial Simbólica".

• **Quadro das Mordomas e da Imperatriz Coroadeira** ou **Quadro de Mordomas** – consistia num quadro feito com armação de madeira, revestido de fitas ou papel crepom branco, outras vezes demarcado por fita vermelha, dentro do qual se colocavam nos cantos, quatro jovens, amigas ou parentes da Imperatriz, ou ainda, convidadas dos festeiros. Todas trajavam ricos vestidos brancos, luvas e meias, também dessa cor, sapatos por vezes de outra cor. Usavam arranjo de flores e fitas nos cabelos e um buquê nas mãos, o que dava maior beleza ao quadro. Ao centro, a Imperatriz, geralmente filha ou familiar próxima dos festeiros. Seu vestido era o mais majestoso, e levava nos ombros a capa vermelha de veludo bordada com símbolos do Divino, segurada pelas pontas por uma menina menor, a "aia de capa", vestida igual às mordomas. A coroa se destacava sobre uma rica almofada levada pelas mãos da Imperatriz.

O pajem de estoque levava o cetro. Era convidado um menino de idade menor, que trajava túnica de veludo vermelho bordada de dourado, com calça curta branca, sapatos pretos e polainas ou meias, também pretas. Por vezes, o menino usava peruca, lembrando os homens da nobreza.

Figuras 5 e 6 – Pajem Dalberto Medeiros Caetano – Festa de 1944 (à esquerda) e Laerte Ramos Peixoto – Festa de 1947 (à direita)

Fonte: acervo das autoras.

A representação da Imperatriz e o seu quadro remete à história da Rainha Isabel:

> Segundo a tradição açoriana, o quadro do Divino ou da Imperatriz está vinculado à história da Rainha Isabel de Portugal. Neste país reinava a guerra e a discórdia entre o rei e seu filho. A rainha sofria com tal situação duplamente: como mãe e soberana. Devota do Divino prometeu que se a paz voltasse ao reino e ao seu lar, mandaria construir uma capela em sua homenagem, onde depositaria sua coroa e seu cetro de soberana e, ainda, distribuiria pão ao povo. O milagre aconteceu e a rainha cumpriu sua promessa. Reuniu sua família e dirigiu-se à capela, onde depositou sua coroa e seu cetro, enquanto seus servos distribuíram pão ao povo. Esta lenda chegou até nós através dos povoadores açorianos. Assim sendo, a Imperatriz representa a Rainha Isabel, no seu preito de gratidão ao Divino. As mordomas seriam a corte da soberana. A coroa e o cetro lembravam o poder temporal que se entrega diante do poder divino, soberano, que reina entre todas as nações. (FIGUEIREDO, 2000, p. 405).

E ainda:

> Adentrando nos meandros da memória da festa em Portugal, um marco histórico recorrente nas diferentes interpretações, é a devoção ao Espírito Santo da Rainha Isabel Aragão, de Portugal, esposa de D. Diniz, no século XIII, a "Rainha Santa", venerada pelos portugueses. Segundo os relatos, D. Isabel fez construir um templo, em 1325, na vila de Alenquer, em Portugal, em honra ao Divino, instituindo assim, a festa do Império do Espírito Santo. Entre estudiosos existe uma versão de que, embora a Rainha D. Isabel seja reconhecida como instituidora da festa do Divino, ela teria, de fato, sido uma continuadora e reformadora do culto ao Divino (BARBOSA, 2002). E, nesta via interpretativa, o instituidor do culto ao Divino Espírito Santo é o monge cisterciense Joaquim de Fiori, que viveu de 1135 a 1202, sendo considerado um santo e cujo ideário havia se difundido na Europa. A ele é atribuído a difusão de ideias que originou o franciscanismo, na defesa de uma igreja mais ligada aos pobres, constituindo uma perspectiva de ruptura, face à Igreja Medieval, violenta e voltada para o acúmulo de riquezas.
>
> Segundo registros históricos, o monge Fiori, depois de longos anos de retiro no deserto, teve uma revelação acerca da vinda próxima de

> uma nova era de relações entre os homens sobre a Terra: a época do Espírito Santo [...]
>
> Em verdade, quer tomando como referência de origens históricas Isabel Aragão ou Joaquim de Fiori, um fato é inconteste: é via Portugal que o culto festivo do Divino Espírito Santo chega ao então Brasil Colônia. (CARVALHO, 2008, p. 3).

- **Procissões**

> As procissões sempre revestiam uns ares oficiais e solenes, que, podendo embora ser classificadas de actos penitentes, se distinguem pelo esplendor, quando não pelo luxo, paradigmáticos, em que a pompa e o ambiente davam a impressão de majestade e solidez... (SARAIVA; DIAS, 1987, p. 14).

Nossas procissões, aqui também tinham e mantém ainda hoje, esse significado de ser penitência, mas sobretudo uma manifestação pública de ação de graças.

Figura 7 – Procissão da Festa do Divino de 1952. Festeiros: Armando Giordani e Maria de Lourdes Villa Verde Giordani; à direita, o grupo "Filhas de Maria"

Fonte: acervo das autoras.

Nas antigas festas, após o almoço, era realizada a procissão, que percorria um trajeto nas ruas próximas à igreja, descendo a Avenida Borges de Medeiros (antiga Rua Direita), até onde está a Pira da Pátria, e voltava até a igreja, novamente, cuja frente era enfeitada com cordões de bandeirinhas coloridas.

Jovens da sociedade abriam a procissão, conduzindo as bandeiras, seguidas pelo Quadro da Imperatriz e sua corte, os festeiros levando o resplendor do Divino, com a ajuda de alguns devotos ou pagadores de promessas, que se revezavam na sua condução.

O cortejo dos fiéis que se organizavam em duas colunas, sempre uma pessoa atrás da outra, indo à frente as mulheres e as crianças, e os homens em seguida. O foguetório anunciava o início e o retorno da procissão. Durante a caminhada, rezavam o terço, cantavam e respondiam invocações do sacerdote, alternando-se com o som da banda de músicos.

Figura 8 – Festa do Divino (1953). Festeiros: Aldo Osório da Rosa e Lucia Villa Verde da Rosa, representada pela filha Eneida, que levava o cetro; Imperatriz: Maria Terezinha Borges Lima; Mordomas: Ana Maria Gil Massulo, Beatriz Gil Baptista, Verônica Moraes; à direita, a porta-bandeira Teresinha Villa Verde

Fonte: acervo das autoras.

A vida social na “vila” (como se dizia, e ainda hoje alguns moradores do interior se referem à sede do município) era pacata, restrita a alguns bailes, jogos de futebol, casamento e, especialmente, às festas religiosas. Então, a presença na missa e o percurso da procissão levava os patrulhenses a se apresentarem muito bem: as moças e senhoras procuravam modelos com ricos detalhes em bordados à máquina, rendas, flores, plissês, babados... Já os homens trajavam “fatiotas” – o que hoje chamamos de ternos ou trajes, sempre com gravatas.

A festa promovia, assim, a aproximação social e espiritual das pessoas.

Merecem destaque, as festas de 1928 e 1947, pela diferenciação que apresentaram. A primeira, com o Quadro do Imperador e seus Mordomos, composto por meninos, conforme foto do acervo da família Baptista, na referida festa. O Sr. Pedro Luiz Baptista não tinha filhas, por isso, seu filho Homero, com oito anos de idade, foi o Imperador, cercado pela corte de meninos. Apenas "o" pajem de estoque era uma menina, naquele quadro (com peruca), e as mordomas das bandeiras também.

Figura 9 – Festa do Divino de 1928. Festeiro: Pedro Luís Baptista e Clarinda; Porta-bandeiras: à esquerda, Genita Piloto, e à direita, Gilda Rosa

Fonte: acervo das autoras.

Analisando a relação dos festeiros do final da década de 1920, vê-se somente o nome do festeiro e, apenas algumas vezes, "Sr. Fulano" e juíza. Conforme depoimento de senhoras mais idosas e antigas festeiras, cabia à festeira uma posição recatada. Ficava compromissada com o sucesso das iguarias para oferecer no dia festivo, os assados, os doces, os enfeites, as lembranças.

A foto datada de 25 de dezembro de 1920 mostra o festeiro Bernardo Luz, ao centro, cercado de treze homens de prestígio na sociedade patrulhense, da época. Hoje, identificamos alguns daqueles nomes na história local e nas ruas da cidade. Não há figuras femininas na comissão que prestigiava o festeiro.

Figura 10 – Festa do Divino (25 de dezembro de 1920). Da esquerda para a direita, em pé: José Juvenal Soares, Felicíssimo Fettermann, Pompílio Fonseca, Antônio Aguiar, Jorge Celistre, Bernardino Coelho Ramos, Florisberto Ferreira Saraiva. Sentados, da esquerda para a direita: Victor Villa Verde, Roberto Xavier da Luz, Francisco José Lopes, Bernardo Luz (o festeiro), Franklin Nunes Bemfica, Arnaldo Bier e Marcelino Soares Neto

Fonte: acervo das autoras.

A escolha dos festeiros e a divulgação dos seus nomes constituíam momentos importantes. Em Backes (1992, p. 43) encontra-se referência ao dizer: “Os festeiros eram escolhidos pelo festeiro anterior e um grupo de pessoas influentes da comunidade, sem a interferência do vigário, mas por ele nomeados oficialmente”.

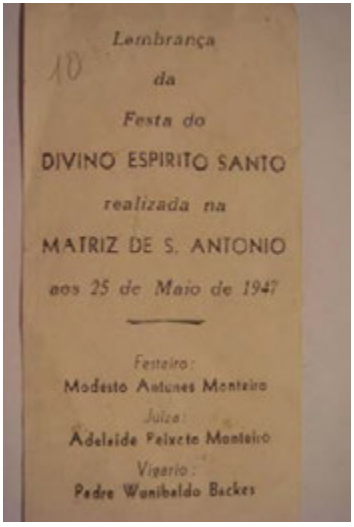
Os nomes indicados eram escritos em pequenos pedaços de papel, colocados dentro de um copo para serem sorteados na presença dos participantes da festa, geralmente durante o almoço ou celebração. Uma criança era chamada para escolher uma papeleta, sendo instantes aguardados com grande curiosidade, pois, às vezes, havia rumores sobre os prováveis nomes que concorreriam. O sacerdote anunciava os próximos festeiros que já se investiam da nova responsabilidade, iniciando o planejamento da sua festa, com o pronto comprometimento dos amigos e promessas de ofertas.

Outra festa marcante foi a realizada em 1947, pelo empenho do casal festeiro em inovar e surpreender com a programação e os detalhes

bem planejados. Ainda hoje é relembrada com comentários elogiosos como aquela que apresentou maiores atrativos, fartura de alimentos e o prestígio do grande público, quando os mais antigos dizem “a festa da Adelaide e do Modesto”, relembrando os festeiros Adelaide Peixoto Monteiro e seu esposo Modesto Antunes Monteiro, que foram conhecidos por serem proprietários do tradicional restaurante e Hotel Boas Vindas, nas Pitangueiras.

Em cada novena houve a presença da Imperatriz e o seu quadro, porém a filha do casal, a menina Marli apresentava sua corte composta por novas meninas. Houve ainda duas noites especiais, em que, numa, o quadro foi representado por homens, e, em outra, por alunas do Colégio Santa Teresinha. O mesmo aconteceu com as damas das duas bandeiras. Várias jovens puderam sentir a honra de portá-las, abrindo o cortejo. Ao encerrar a parte espiritual, bandejas de doces eram oferecidas graciosamente aos presentes.

Figuras 11 e 12 – Lembrança da Festa de 1947, na qual a festeira é citada como “juíza”



Fonte: acervo das autoras.

A intensa programação do domingo festivo iniciou com a missa, pela manhã, onde a Imperatriz apresentou-se com a capa e a coroa, cercada pelas mordomas que usavam vestidos de veludo vermelho bordados em dourado.

O menino Laerte Ramos Peixoto foi o pajem. Trajava túnica, também de veludo vermelho, e calça branca curta. Acompanhando a corte, doze aias vestidas de branco, como “noivinhas”, que carregavam cestinhas com pétalas de flores jogadas para abrir a passagem do Quadro.

Figura 13 – Festa do Divino de 1947. Festeiros: Adelaide Peixoto Monteiro e Modesto Antunes Monteiro; Porta-bandeiras: Neusa Wohlgemuth (à direita) e Corália Ramos (à esquerda); Imperatriz: Marli Monteiro (filha dos festeiros); Pajem: Laerte Luiz Ramos Peixoto; Mordomas: à esquerda: Maria Loydes Marques da Rocha, Ione Vilaverde; à direita: Marleni Castilhos Cardozo e Nara Maria Rodrigues Emerim; Aias: à esquerda: Solange Maria da Luz, Zeli Maria Soares de Moraes, Nilce Castilhos Peixoto, Maria Clara Soares, Lea Bier, Beatriz Freitas; à direita: Sirlei Collar, Marlene De Carli, Eronita Selistre, Lea Luz, Marta Selistre e Mariza Soares

Fonte: acervo das autoras.

Os arredores da igreja foram ornamentados com bandeirinhas coloridas.

Após o almoço, sob a sombra das árvores em frente à Matriz, bebidas e doces encantaram os presentes, que puderam saboreá-las graciosamente. Houve ainda a apresentação das Cavalhadas, o Baile de Masquê, a Dança da Jardineira e a Dança dos Balões.

O Cônego Wunibaldo Backes caracteriza as festas religiosas da década de 1930 até 1945 como festas para o povo, sendo a mentalidade daquele tempo.

> [...] por isso quase toda a renda era gasta em festejos exteriores, como fogos, cavalhadas e churrascos com bebidas à vontade, pouco ou nada sobrava para a igreja.
>
> Neste tempo, a renda da Matriz mal dava para as despesas comuns da manutenção do culto.
>
> De 1945 em diante, com a construção da parte inicial do hoje amplo Salão Paroquial, os festeiros começaram a se esforçar para deixar uma renda apreciável para os futuros aumentos do mesmo e, mais tarde, para a construção da nova Casa Canônica. (BACKES, 1994, p. 43).

Sabemos que, gradativamente, cada comunidade foi assumindo a manutenção, as reformas, a ampliação e os novos investimentos de sua paróquia. Assim, as festas passaram a ter, além da espiritualidade, maior necessidade de arrecadação.

Divino e Santo Antônio – unificação das festas

Em Santo Antônio da Patrulha, no início da década de 1990, as festas de Santo Antônio e do Espírito Santo foram unificadas, havendo apenas o registro de festa única em 1985.

A proximidade das datas, isto é, o Dia de Pentecostes e de Santo Antônio, motivou a escolha para os festejos acontecerem no domingo mais próximo do dia 13 de junho.

Com a chegada do Pe. Irineu Flack, na década de 1990, para assumir a paróquia, e o interesse das dedicadas professoras e pesquisadoras Corália Ramos Bemfica (já falecida) e Lezia Cardoso Figueiredo, que na época estavam na liderança do Museu Antropológico Caldas Júnior, a tradicional festa ganhou novo ardor. Começou um novo tempo, que parece se eternizar em momentos de grande espiritualidade, intercalados por momentos folclóricos que não se esgotam, mas modificam-se, atualizam-se em múltiplas programações.

Acontece a trezena, culminando no domingo festivo, a retomada da Folia, com a volta dos Tropeiros do Divino e a celebração de uma missa crioula, geralmente no dia 13 de junho, quando esta data não coincidir com o domingo da festa.

Também foi incluída na programação tradicionalista, uma cavalgada com a participação dos piquetes de laçadores do município. Nos primeiros anos, os cavaleiros (corredores de Cavalhadas, CTGs e piquetes

de laçadores) eram orientados pelo patrulhense Flavio Albano Holmer Rosa, e reuniam-se na Praça da Boa Viagem, nas Pitangueiras, seguindo pela RS 030, tomando a Rua João Pedroso da Luz – Várzea, chegando até a Matriz. O patrão ou representante do piquete com maior número de participantes carregava a imagem de Santo Antônio, durante o percurso. Aquela imagem permanecia com os integrantes daquela equipe e circulava pelos seus lares até a próxima cavalgada no ano seguinte. Na chegada dos cavaleiros era feita uma reflexão sobre o seu significado, culminando com a bênção aos participantes e a distribuição de pãezinhos bentos pelos meninos vestidos de "santo antoninhos".[9]

Figura 14 – Cavalgada e Tropeiros do Divino (Festa de 2000)

Fonte: acervo das autoras. Fotografia de Ivan de Paula.

Hoje fazem parte do quadro dos "santo antoninhos",[10] filhos, familiares dos festeiros, convidados e alguns que comparecem, espontaneamente, para pagamento de promessas.

Venerado pelos católicos, sendo considerado o santo mais popular, o nosso padroeiro recebe homenagem de todas as idades: desde bebês ainda no colo, gêmeos, crianças que alcançaram graças, meninos em idade escolar e até mesmo meninas. Todos vestidos com o hábito

9 Essa tradição remonta às festas do padroeiro, no início dos anos de 1950. Através de fotos, vê-se um grupo de crianças vestidas como o santo franciscano, acompanhando os festeiros e a procissão, nos anos de 1952 e 1953.

10 A comunidade é mobilizada a apresentar suas crianças através de convites pessoais, pela divulgação na Rádio Itapuí, que abre espaço para os organizadores e pela visitação às escolas. Desde 1994, a coordenadora do grupo de santo antoninhos é Rosa Maria, uma das autoras deste texto.

franciscano, o cordão branco cingindo a cintura e pendurado nele um rosário – são os "santo antoninhos" com cestinhas de vime repletas de pãezinhos bentos. As túnicas são doadas por pessoas da comunidade ou confeccionada por iniciativa das mães, ficando a maior parte delas sob a responsabilidade da coordenadora, e outras na matriz.

Figura 15 – Santo Antoninhos, desde 1994, distribuem pãezinhos abençoados

Fonte: acervo das autoras.

Em celebrações especiais da trezena, alguns santo antoninhos participam e distribuem os pãezinhos ao final do culto. No domingo festivo, abrem a procissão acompanhando os festeiros, trazendo graça e esperança, juntamente com o Quadro da Imperatriz e suas mordomas. Nesse dia, comparecem devotos, não só de nossa cidade como também de várias outras, que aqui se encontram pela fé e pela partilha simbólica do pãozinho bento.

O Divino no interior

Alguns meses antes do dia da festa, partiam os "foliões", um tamboreiro e um acompanhante a cavalo, peregrinando pelos campos e povoados que encontravam, levando a bênção "do Divino", e recebendo, em troca, esmolas – ofertas em dinheiro, alimentos ou animais e objetos para o leilão.

O som do tambor podia ser ouvido à distância e era sinal para reunir a família e aguardar a chegada da bandeira do Divino.

Ninguém dispensava a visita do Espírito Santo, acolhendo a bandeira com devoção, adentrando por todos os cômodos da casa, simbolizando a presença da Terceira Pessoa da Santíssima Trindade para protegê-los contra as forças do mal.

Conforme Figueiredo (2000, p. 406):

> Outrora a coleta de ofertas era feita pelos Foliões do Divino, que a cavalo iam em grupos, precedidos por um tamboreiro, e outro levando a bandeira do Divino, convidar as comunidades distantes para a festa e pedir um ajutório. Era comum fazerem promessas e que, se alcançadas, o cidadão juntava-se ao grupo, ou organizava um e saía a cumprir seu papel de divulgador da fé e da festa do Divino. As esmolas recolhidas eram entregues ao vigário ou ao festeiro.

Essa tradição foi perdendo-se com o passar dos anos, mas por iniciativa do Sr. Nadir Lino Senti, em homenagem a seu pai, um antigo folião, reuniu um grupo de amigos e reergueu aquele tão significativo folclore.

Desde meados da década de 1990, as festas contam com a colaboração dos "Tropeiros do Divino" que se trajam como gaúchos, com camisa branca, onde destaca-se o distintivo: a pomba com sete raios que significam o Divino e seus Sete Dons. Percorrem o interior a cavalo, levam a bandeira, e nas residências visitadas deixam a mensagem espiritual com uma oração de bênção:

> Oração dos Tropeiros:
>
> Estimada família,
> Pedimos ao Divino e a Santo Antônio que abençoem esta família.
> Que tenha saúde, paz e o pão necessário para o sustento.
> Querida família, receber a bandeira é sinal que a família tem fé e quer a proteção do Deus Divino.
> Tropeiro do Divino é um missionário enviado por Deus;
> O cavalo que também é protegido por Deus é para facilitar a chegada em todas as famílias;
> O toque do tambor é para avisar as famílias que o Divino vai chegando;
> A bandeira é o símbolo da fé e a religião que está no coração de cada um;
> A oferta dada pela família é um agradecimento por tudo que Deus dá;
> Obrigado e que Deus nos abençoe.
> Amém.

Figura 16 – Tropeiros e festeiros iniciam a visitação pela Prefeitura Municipal, Prefeito José Ferreira da Luz (Festa de 2002)

Fonte: acervo das autoras.

Considerações finais

A nossa pesquisa sobre as festas do Divino Espírito Santo não se esgota neste trabalho.

Há muitos anos estamos coletando e registrando informações sobre essa tradição de origem açoriana, tão presente em nosso município.

Em Santo Antônio da Patrulha, a celebração à terceira pessoa da Trindade passou por diversas fases, o que foi possível verificar na constante investigação por nós realizada.

O estudo proposto neste artigo é o de refletir sobre as mudanças e permanências das festas devotadas ao Divino, tendo como propósito, na sequência da pesquisa, registrar ano a ano, como que elas aconteceram e se mostraram, desde a sua preparação até a sua realização.

Algumas evidências devem ser aqui destacadas. Há mais de dois séculos, o esforço e a dedicação dos festeiros vem acompanhando aqueles que lhes sucederam, chegando aos dias de hoje com a festa fortalecida. Percebe-se a busca pela adequação aos novos tempos, a criatividade e a iniciativa na diversidade das programações, mas sem descuidarem do respeito às manifestações permanentes, e especialmente da espiritualidade.

Cada novo grupo de festeiros adquire uma empolgação crescente, com o desejo de obter sucesso ainda maior, procurando aproximar novas manifestações ou resgatando antigas tradições.

As festas mais contemporâneas, isto é, especialmente as realizadas a partir de 1989 até o tempo presente, promoveram mudanças, inovando na programação. Desse modo, ampliaram as possibilidades de maior mobilização da comunidade em torno dos festejos, que neles ela se identifica e se envolve, garantindo a permanência da devoção ao padroeiro Santo Antônio e ao Espírito Santo.

Numa análise atenta e reflexiva, constata-se que há expressões duradouras: a religiosidade dos patrulhenses, o comprometimento dos festeiros, os rituais – novenas ou trezenas, missas, procissões, bandeiras, resplendor do Divino, Quadro da Imperatriz com suas mordomas, aias e pajem.

As inovações dão uma nova identidade cultural às festas, articulando religiosidade e tradições patrulhenses. Tem-se então: tropeiros do Divino, noveneiros, bênção e envio das bandeiras, dos festeiros, noveneiros e tropeiros, trezenas com conferências temáticas, Sopão do Divino, almoço e baile da melhor idade, janta baile, carreata pelas ruas da cidade, cavalgada, Cavalhadas, Baile de Masquê, exposições sacras e fotográficas, noites culturais com artistas locais, intercâmbio com festas de outras cidades, resgate e homenagem aos ex-festeiros, santo antoninhos, distribuição de pãezinhos bentos, bingo, rifas...

A convivência que se estabelece entre os festeiros, nos frequentes encontros para o planejamento e a tomada de decisões, as visitas com as bandeiras e a participação nas diferentes etapas do programa fazem surgir um sentimento de afeto num novo tempo que passa a ser especial e prioritário em seu cotidiano.

Após a visitação com as bandeiras, que muitas vezes se prolonga até a noite, a culminância pode acontecer na residência de um dos festeiros ou de seus familiares, onde, em torno da mesa, refazem-se ao sabor da culinária patrulhense/açoriana, pois é época de evocar as raízes locais. São momentos fraternos, quando conversam sobre as famílias ou locais visitados, os fatos pitorescos acontecidos, as ofertas recebidas... tudo é agradavelmente comentado. Porém, o que mais encanta a todos é a devoção às bandeiras e a fé em Santo Antônio e no Divino, que a população manifesta.

Mas de onde vem esta coragem e perseverança dos organizadores para encarar a produção e a realização da festa?

Certamente é do fervor que o Espírito Santo infunde nessas pessoas, inflamando-as com o seu poder.

E, mesmo depois de passada a festa, ainda há o desejo do reencontro com o retorno das alegres lembranças: são calorosos abraços, datas que não são esquecidas, desejo de não deixar apagar a chama que ficou acesa.

Destacamos, aqui, as palavras de Gonçalves e Contins (2008, p. 3-4):

> O tempo das festas é fortemente demarcado por meio de uma série de alterações espaciais, comportamentais, emocionais, fisiológicas, usos de objetos materiais e que vêm estabelecer simbolicamente uma delicada e progressiva separação em relação a um tempo cotidiano, um tempo profano, voltado para as atividades mundanas. Nesse tempo das festas intensificam-se as trocas sociais e simbólicas entre seres humanos (ricos e pobres, homens e mulheres, vizinhos, compadres, parentes, amigos etc.) e entre estes e o Divino.

Assim, essa nova qualidade de tempo vai se instalando e passa a ser um tempo sagrado que permite aos organizadores e aos devotos, a experiência de um mundo de partilha, de esperança e de encontros. É um tempo sagrado de intimidade entre a terra e o céu, onde o olhar até aqui tão marcado pela horizontalidade, atrai os homens a experimentar a verticalidade, transcendendo-os a uma vida nova.

Animadas por este sentimento e fé, sobretudo com respeito ao legado açoriano à comunidade de Santo Antônio da Patrulha, a nossa pesquisa segue para uma futura publicação, atualizada e revisada, ofertada aos patrulhenses, irmanados com outras comunidades de base açoriana no Rio Grande do Sul, e com laços estreitos de reconhecimento e gratidão aos Açores, por esta herança tão expressiva que dignifica as nossas tradições.

Referências

ALMEIDA, Onésimo Teotônio. Açores, Açorianos, Açorianidade: um espaço cultural. *Açores*. Califórnia: Signo, jun/1989.

BACKES, Cônego Wunibaldo. *Santo Antônio da Patrulha nas memórias do Padre Wunibaldo*. Porto Alegre: EST, 1992.

BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). *Presença Açoriana em Santo Antônio e no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1993.

BARROSO, Véra Lucia Maciel. *Açorianos no Brasil*: História, Memória, Genealogia e Historiografia. Porto Alegre: EST, 2002.

BEMFICA Coralia Ramos et al (Org.). *Santo Antônio da Patrulha:* re-conhecendo sua história. Porto Alegre: EST, 2000.

CARVALHO, Maria Michol Pinho. Divino Espírito (re)ligando Portugal/Brasil no imaginário religioso popular. *VI Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, jun.2008.

GONÇALVES, J. R. S.; CONTINS. M. *Horizontes Antropológicos:* entre o Divino e os homens: a arte nas festas do Divino Espírito Santo, Porto Alegre, v. 14, n. 29, jan./jun. 2008.

HISTÓRIA ILUSTRADA DO RIO GRANDE DO SUL. Chegam os Açorianos. Porto Alegre: JA Editores, 1998.

LEAL, João. *Açores, EUA, Brasil:* Imigração e Etnicidade. Ponta Delgada: Direção Regional das Comunidades, Açores, out. 2007.

MACIEL JÚNIOR, José. *Reminiscências de minha terra:* Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre: EST, 1987.

MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira. *Festas Populares dos Açores*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985.

MÜLLER, Jaime Nestor. *Capela Curada da Guarda Velha:* 250 anos de fé e religiosidade. Santo Antônio da Patrulha: Ed. autor, 2010.

NEIS, Ruben. *Guarda Velha de Viamão*: no Rio Grande do Sul miscigenado surge Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre: EST; Sulina, 1975.

OLIVEIRA, Álamo. *Em louvor do Divino Espírito Santo*. Foto memória. Região Autônoma dos Açores: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1983.

REVISTA DÉCIMA ILHA AÇORIANA. Porto Alegre: Instituto Cultural Português; Centro Açoriano de Estudo, a. I, n. 1, jan./jun. 2010.

REVISTA RIO GRANDE. Portal de entrada da corrente açoriana no Continente de São Pedro. Rio Grande: Gráfica e Editora Comunicação Impressa, dez. 2007.

RIBEIRO, Luís da Silva. *Obras y Etnografia Açoriana*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira; Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1982.

ROCHA, Santa Inèze D. da (Org.). *Açorianos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST; Caravela, 2005.

SARAIVA, A; DIAS, T. *Romeiros, Peregrinos de hoje*. Açores: Serafim Silva Artes Gráficas, dez. 1987.

CAVALHADAS EM SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

ANA ZENAIDE GOMES OURIQUE[1]

Há vários séculos que em todo o mundo, cristão e mouro digladiam-se simbolicamente numa evocação à luta em que paladinos do Ocidente bateram-se com muçulmanos. Tais festas entraram para o folclore de vários países. Atingiam sua apoteose nos adros das igrejas, onde eram encenadas as batalhas, que sempre terminavam com a derrota dos mouros.

Na França havia comemorações, no fim do reinado de Carlos Magno, com o objetivo de reviver as vitórias de Cristianismo sobre o Islamismo em terras da Europa.

As Cavalhadas espalharam-se por vários países da Europa e chegaram ao Brasil. Entraram para o nosso folclore, por ocasião das festas religiosas. Há dificuldades para reviver uma tradição tão antiga, em Santo Antônio da Patrulha. Aos poucos, com dedicação, esta tradição tem procurado ser fiel na indumentária usada pelos antigos guerreiros mouros e cristãos. Conforme o historiador José Maciel (Juca Maciel) em entrevista à Lezia Lino Cardoso, a Cavalhada é uma tradição no município, desde 1845.

A Cavalhada é uma luta simulada entre mouros e cristãos, baseada nos feitos do Imperador Carlos Magno, grande defensor do Cristianismo, no século VIII. É, possivelmente, a mais antiga de nossas tradições e foi passando de uma geração a outra. Difícil relatar toda a história das Cruzadas ou quem foi Carlos Magno, sua vida, seus feitos e a fé de um ou de outro. (Maometismo e Cristianismo).

Interessa, neste momento, é a caminhada em Santo Antônio. Parece que aqui ou no Rio Grande do Sul encontraram ambiente propício destacando-se o amor pelos animais equestres e a lide campeira. Continuam, mesmo que não aconteçam a cada ano, graças à disposição de pessoas

1 Pesquisadora, folclorista, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santo Antônio da Patrulha.

que nada lucram com ela. As despesas para a manutenção desta tradição são incalculáveis. São os vistosos uniformes de veludo azul para os cristãos, e vermelho para os mouros, mais os aperos para a montaria e o trato com o animal.

Além dos corredores, há a Floripa que é a princesa Moura, o Espia e os palhaços. O Espia tem em sua roupa as cores azul e vermelha. Ele é cristão, mas se apresenta com as duas cores, parecendo não pertencer a nenhum dos grupos.

No início da Cavalhada propriamente dita, o Espia começa a rondar o Castelo e os cavaleiros mouros percebem que se trata de um inimigo. Não fica muito tempo por ali. Com a chegada do guia mouro, não pode mais fugir. Acontece um encontro entre os dois, no campo em que trocam tiros de pistola. Os cavaleiros mouros apresentam-se vestidos de vermelho e representam os guerreiros que seguem a doutrina do profeta Maomé, o Islamismo. O grupo se apresenta tendo como símbolo de sua religião uma meia lua que se pode ver na bandeira, e é conduzida pelo porta-estandarte. O símbolo de meia-lua aparece também na indumentária de todos os componentes do grupo. Em igual número e com a mesma formação dos mouros apresentam-se os cristãos, porém, vestidos de azul. Têm na bandeira uma estrela, símbolo do cristianismo. A estrela é vista na indumentária dos cavaleiros do grupo cristão.

Descrição

Dividem-se as Cavalhadas em duas grandes partes: a primeira, destinada a lutas e embaixadas nas tentativas de paz e a segunda dedicada à paz.

Na primeira parte, após fracassadas as tentativas de reconciliação em que os dois “exércitos” propõem a paz através da conversão à fé que professam, travam-se as lutas com pistolas, lanças e espadas. Esta primeira parte termina com a invasão do castelo, a prisão dos mouros e batismo na capela cristã.

Atualmente tem-se realizado Cavalhadas de uma forma reduzida, procurando fazer as duas partes no turno da tarde.

A segunda parte inicia-se com os cavaleiros a galope e sendo passado pelo ex-inimigo um ramo de flores simbolizando as bênçãos do céu para a aliança entre mouros e cristãos. Realizam-se em seguida competições individuais que demonstram suas habilidades de perfeitos cavaleiros.

O local escolhido é um espaço que deverá ser suficiente para 24 corredores, assistentes, banda e castelo. A forma correta são 24 corredores, mais os porta-estandartes. Atualmente, tem-se considerado os porta-estandartes como corredores por suas destrezas e habilidades no domínio dos animais.

Antes de iniciar as cavalhadas propriamente ditas, chegam ao campo quatro cavaleiros encarregados de dividir o público nos intervalos dos combatentes. Usam máscaras e vestem-se com roupas de palhaço. Um vestido de vermelho, outro de azul e um terceiro de roupa metade azul, metade vermelha. Este é o "espia", o traidor, que depois se vê tratar-se de um mouro disfarçado de cristão. Participa também da luta, vestido de mulher, o quarto cavaleiro chamado Sofia, mulher do espia. O espia, chegando ao campo, procura logo aproximar-se do castelo mouro e passa a observá-lo.

Os próximos a entrar em campo são o guia mouro acompanhado da Princesa Floripa.

Agora é o momento da entrada dos corredores. Ela é solene e esperada por todos. Entram primeiro os doze cavaleiros cristãos, trajados de azul, representando os cavaleiros da França, de Carlos Magno, e após entram os doze cavaleiros vestidos de vermelho, representando os mouros. Tomam posições básicas, colocando-se cada grupo nos extremos do campo. À direita, guia mouro, Floripa, guarda de honra, embaixador, guarda de honra, Porta estandarte, soldados, contra guia. Para cada cavaleiro há um pajem. Os guardas de honra são os dois soldados que mais tarde acompanharão o embaixador nos discursos das embaixadas. À esquerda, de forma igual aos mouros, formam os cristãos, porém sem Floripa.

O grupo apresenta-se tendo como símbolo de sua religião, o maometismo, a lua crescente, a qual pode-se ver também na bandeira conduzida pelo porta-estandarte. O símbolo da meia-lua aparece igualmente na indumentária de todos os componentes do grupo. Na frente, o guia comanda as evoluções. O segundo da fila deverá substituí-lo, caso seja necessário. É o guarda de honra. O terceiro é o embaixador. O quarto é o outro guarda de honra. O embaixador mouro transmitirá aos cristãos a proposta de reconciliação. Mais três soldados compõem a primeira metade da fila. A seguir posiciona-se o porta-estandarte, o contra guia e os cavaleiros.

Com igual número e com a mesma formação dos mouros apresentam-se os cristãos. Tem na bandeira uma estrela, símbolo do cristianis-

mo. A estrela, também, é vista na indumentária dos cavaleiros do grupo cristão. Na verdade, são "Doze Pares de França" mais o porta-estandarte.

Primeira parte

1. Entrada dos mouros

Os mouros são os primeiros a entrar no campo de luta. Com uniformes tendo casacos vermelhos e calças brancas apresentam-se montados em cavalos escolhidos e preparados para a tradicional luta simbólica. Seus arreios são cobertos de prataria como usavam antigamente. Ouve-se o tinir dos guizos. No galope e de lança na mão entram em campo, sendo saudados pelo público. Ao lado do guia mouro, vem a princesinha Floripa, personagem que, segundo a história, muito colaborou para que os cristãos alcançassem a vitória. Entre os mandamentos dos mouros estava a de guerra santa aos infiéis, prometendo o céu àqueles que tombassem na luta da defesa da propagação da fé, Maomé conseguia de seus soldados uma combatividade extraordinária. O guerreiro mouro não temia a morte.

2. Entrada dos cristãos

Agora é a vez dos cristãos entrarem em campo. Casacos azuis e calças brancas. Com aperos prateados apresentam-se os cavaleiros que representam os Doze Pares de França.

3. A morte do espia

É o momento do Espia ter sua participação na luta. Ele passa a observar mais de perto o castelo mouro. Sua presença ali é percebida pelos cavaleiros vermelhos. Um deles, o guia, entra em campo. O Espia já não pode mais fugir e resolve enfrentá-lo. Pega sua pistola e fica esperando que o inimigo se aproxime. O cavaleiro anda de um lado para outro, esperando o melhor momento para atacar, até que trocam tiros e o Espia cai ao chão. O guia mouro volta-se e dispara mais um tiro contra ele. Retira-se para junto de seu grupo que está ali perto. Os palhaços vão a socorro do Espia que está estendido na grama. Sofia, sua mulher chora sua morte.

O couro é trazido atado à cincha de um cavalo. Sobre este couro colocam o corpo do Espia e o arrastam para fora do campo.

4. Entrada dos mouros e cristãos ou entrada de rua

A morte do Espia provoca os primeiros combates com a entrada dos dois grupos, ao mesmo tempo, em campos opostos. Correndo pelas laterais, ao atingir a metade do campo, encaminham-se para o centro, onde se cruzam apresentando lanças. Continuam as evoluções em forma de um grande oito, com combates simulados nos cruzamentos na frente do castelo e na parte fronteira à capela cristã.

5. Embaixada cristã

Terminada a primeira série de combates, tentam a harmonia entre os dois grupos. Acompanhado por dois cavaleiros, o Embaixador Cristão encaminha-se, a cavalo, para o lado em que estão postados os cavaleiros mouros. Lentamente atravessa o campo. Com seus argumentos tentará conseguir a conversão dos mouros ao cristianismo. Vai propor a paz entre os contendores em troca do batismo dos mouros.

Num sentido contrário, destacam-se também três cavaleiros de suas fileiras; encontram-se. Dois cavaleiros de "cada terno" cruzam "lanças com seus oponentes, permanecendo imóveis, enquanto destaca-se do grupo o Embaixador Cristão, acompanhado do Mouro, e vai até as hostes inimigas".

De forma vibrante, o Embaixador fala em nome dos soldados cristãos. Em resposta recebeu voz de prisão, e é conduzido ao interior do castelo onde fica prisioneiro.

6. Castelo em cruz da fila toda

E a luta prossegue neste grande e colorido espetáculo. Tradição antiquíssima que tendo nascido na Idade Média atravessou séculos para chegar até nossos dias. É a vez do Castelo em Xis, de combates com evoluções em forma de uma grande cruz no centro do campo. Por esse motivo é também chamada de castelo em cruz.

Enquanto isso, aproveitando-se do fato das atenções estarem voltadas para o centro do campo, a princesinha Floripa entra no castelo para libertar o Embaixador Cristão. É neste momento que ela tem sua participação na luta simbólica. Segundo a história, Carlos Magno numa batalha que sustentou contra os mouros teve a colaboração da princesinha moura. Ela tendo se convertido ao cristianismo teria evitado que soldados cristãos prisioneiros, durante os combates, fossem executados. Com esse gesto, ela teria contribuído decisivamente para a vitória do exército do Imperador francês. Pode acontecer da briga ser no canto do Castelo.

7. Embaixada moura

Na luta simbólica, mais uma tentativa entre eles. Desta vez, a iniciativa é dos mouros. O Embaixador, com dois guardas, vai a cavalo, até o lado oposto do campo, onde estão os cavaleiros que representam os defensores do Evangelho de Cristo.

A troca das "Embaixadas" é o momento em que os embaixadores à frente dos respectivos exércitos adversários definem os ideais de sua fé religiosa, sobrepondo-se às grandezas materiais. O Embaixador Mouro propõe aos cristãos que aceitem como norma de vida, a doutrina do profeta Maomé. Em resposta, recebe ordens de se retirar. Os cristãos decidem lutar até o fim. Com seus dois guardas, volta para junto de seu grupo.

8. Bento Gonçalves

É uma das partes mais bonitas e perigosas. O cavaleiro deve manter a distância entre um e outro, de aproximadamente um metro, a fim de que não haja choques entre os animais. A luta "Bento Gonçalves" consiste em choques simulados e se deslocam para o campo adversário acontecendo o encontro entre eles.

A primeira briga é de lança, a segunda de garrucha (pistola), e a terceira de espada. Os pajens devem ficar atentos, pois no momento que o cavaleiro joga a lança ao chão, ele deverá recolher.

9. Castelo de quatro filas

Nesta série de evoluções, cada grupo divide-se em dois, partindo dos quatro cantos do campo em direção ao centro, onde se cruzam, havendo combates. Além dos detalhes da ornamentação dos participantes e das suas montarias com brilhos, flores e fitas, há também a habilidade e destreza dos cavaleiros que valorizam esta apresentação.

10. Prisão ou tomada do castelo

É o momento principal das Cavalhadas: a prisão dos Mouros. Com o choque total das duas forças, os cristãos vão dentro do domínio mouro; o Castelo vai ser invadido. Segundo a história de Carlos Magno, nesta batalha, ela teria a contribuição da princesinha Floripa que, tendo se convertido ao Cristianismo, muito colaborou para sua vitória. Os cavaleiros passam bem perto do castelo, se apoderam da Bandeira Vermelha que

tem por emblema a lua crescente. Continuam fazendo evoluções, esperando o melhor momento para atacar.

Chegam ao combate corpo a corpo. Desarmam o inimigo, tomando-lhe as espadas e entram no Castelo.

11. Batismo

Dá-se a prisão dos mouros e chega o momento do batismo. Deixam o castelo e cristãos levam os prisioneiros para a bênção. A cavalhada não visa somente a derrota dos mouros. Ela impõe ao vencido a cultura ocidental através do batismo. Simboliza a vitória do bem sobre o mal. A princesa Floripa fica ao lado do guia cristão com sua capa azul.

Segunda parte

1. Ramalhete

É o momento em que os dois grupos retornam ao campo e comemoram a paz. Os cavaleiros fazem passar de mão em mão um ramo de flores. A princesinha moura as entrega ao corredor cristão. Com o ramalhete na mão direita, o guia passa a todo galope pela frente de seus ex-inimigos e, no retorno para junto de seu grupo, e é seguido pelo guia mouro a quem entrega o ramalhete. E, assim sucessivamente, as flores passam por todas as mãos, numa manifestação de que existe harmonia entre eles.

2. Derrubada das cabeças

A derrubada das cabeças simboliza o mouro infiel. Derrubam com lanças, pistolas e espadas. Colocam-se as "cabeças" (máscara em cartolina ou papelão), uma em cada canto do campo, sobre pedestais móveis de madeira, na altura de um homem, e uma no chão, no centro do campo, para significar a cabeça do inimigo. Há neste espetáculo uma grande demonstração de bem ginetear. Atualmente, os grupos costumam realizar esta prova em duplas: um mouro e um cristão. Diminuem o tempo e tornam o espetáculo mais bonito.

3. Tirada da argolinha

Competição individual. Cada cavaleiro deve, a galope, enfiar a lança na argolinha que está no arco, suspenso por um cordão, numa estaca, no centro do campo. Poderão ser dois cavaleiros (um mouro e um cristão).

Outros, em vez de enfiar a lança na argolinha, preferem atirá-la por cima da estaca e, a todo galope, segurá-la no outro lado, antes que esta caia no chão. São duas formas de demonstrar suas habilidades e de arrancar aplausos, música ou toque de bumbo.

Após a retirada da argolinha, o soldado vai ofertá-la a sua namorada, esposa, mãe, assistente importante ou ao próprio pajem que auxiliou, desde o início.

A pessoa que recebe, às vezes dá em troca uma fita, uma flor, um lenço ou mesmo uma joia, a qual, na ponta da lança o cavaleiro exibe a todos.

4. Despedida

Talvez para muitos seja a parte mais bonita das Cavalhadas. E a mais comovente. Mouros e Cristãos percorrem o campo de forma intercalada, um cristão e um mouro sucessivamente, acenando com lenço branco ao público. É uma forma de demonstrar a paz entre os povos. Vão aos quatro lados do campo, onde tiram os chapéus (casquetes) e acenam com os lenços num gesto de respeito e agradecimento ao público e a Deus.

À noite há o baile dos corredores. Os cavaleiros entram lado a lado e param no meio do salão. Iniciam a música e um dos porta estandartes convida a Floripa. Os embaixadores são os primeiros que convidam seus pares.

É um espetáculo que emociona! Os animais são bem cuidados e muito enfeitados. Os arreios e aperos geralmente em prata ou alpaca, assim com os estribos, passador e esporas. A badana deve ser em veludo ou brocado azul ou vermelho.

E assim é nossa Cavalhada em Santo Antônio da Patrulha. Em épocas anteriores os cavaleiros eram de Santo Antônio, Gravataí e Glorinha. Mais tarde, por dificuldades de treinos é que o grupo se dividiu. Em 1981, o grupo (Santo Antônio, Gravataí e Glorinha) apresentou-se na Multifeira em Esteio/RS, E em 1983 por iniciativa da Capela Cristo Rei, no Parque dos Anjos em Gravataí. Em 1982, os embaixadores, guias e contra guias se deslocaram de Santo Antônio para montar grupo de corredores em Caçapava, Mostardas e Tavares. Isto demonstra o amor pelas tradições!

As fotos mostram a derrubada da cabeça, só ou em dupla, o discurso dos Embaixadores, a Floripa de 2010, e um corredor na ‘Tirada da argolinha”.

Figuras 1 e 2 – Derrubada da cabeça, no centro do campo e em dupla

Fonte: acervo da autora.

Figura 3 – Retirada de argolinha por um corredor cristão

Fonte: acervo da autora.

Figura 4 – Discurso do Embaixador Cristão e o Embaixador Mouro está ouvindo

Fonte: acervo da autora.

Figura 5 – Princesa Floripa e os dois Porta-estandartes: mouro e cristão

Fonte: acervo da autora.

Referência

JACHEMET, Célia Silva; OURIQUE, Ana Zenaide Gomes. *Cavalhadas:* uma tradição de raiz milenar. Porto Alegre: EST, 1997.

HERANÇA AÇORIANA EM CARAÁ: A ARTE DE CURAR NOS SABERES TRADICIONAIS

Erotildes Fofonka Cunha[1]

Resumo

O legado da cultura açoriana, em Caraá, Rio Grande do Sul, faz-se muito presente no cotidiano da população. Os costumes, as tradições no uso das ervas medicinais contribuíram para o alívio e a cura de doenças quando não havia a presença do médico no meio rural. Os cuidados com o doente, como de costume, eram feitos através da medicina caseira. De origem portuguesa, neste texto proponho trazer algumas lembranças de Carlota de Fraga Fofonka 1911-2017 (In memoriam), em especial, na prática da cura tradicional, dada a importância do conhecimento popular na ausência da medicina científica.

Introdução

O tema condutor deste texto é a herança açoriana impregnada no povo do Estado do Rio Grande do Sul, no Sul do Brasil, característica que define as experiências de apelo identitário, nos costumes e tradições vivenciadas nos Açores/Portugal e por comunidades de imigrantes e descendentes de açorianos localizados em vários lugares brasileiros. A comunidade de Santo Antônio da Patrulha, um dos quatro primeiros municípios da então Província do Rio Grande de São Pedro,[2] teve seu corpo social formado por influências portuguesas, em especial, por casais do Arquipélago dos Açores.

A presença açoriana no Litoral Norte do Rio Grande do Sul teve início em meados do século XVIII. Desde então tem se mostrado autêntica em diversos aspectos da cultura açoriana, envolvendo o folclore, o artesana-

1 Graduada em História e tem pós-graduação em História do Brasil (Lato Sensu). Porto Alegre/RS. Contato: tidafofonka2012@gmail.com

2 Municípios originários, em 1809: Santo Antônio da Patrulha, Rio Grande, Rio Pardo e Porto Alegre. (CUNHA; MORAES, 2018).

to, a gastronomia, a religiosidade e outras contribuições. Com o tempo, a açorianidade se dispersou na formação social do Quadrante Patrulhense – o território do primitivo município de Santo Antônio da Patrulha (nordeste do Rio Grande do Sul.

O município de Caraá[3] teve o seu povoamento territorial formado por várias etnias, como as dos poloneses, alemães, italianos, russos, austríacos, entre outras, através do processo público de colonização em área pouco habitada, no final do século XIX.

Em estudos demográficos também já foram destacadas as presenças de indígenas e de africanos. Apesar dessa miscigenação étnica, Caraá é palco de manifestações culturais e folclóricas bastante representativas da cultura de base açoriana.

Para os ilhéus, a centralidade da Igreja Católica e a manutenção dos seus saberes no contexto dessa nova sociedade conduziram uma ideia de nação além das fronteiras nacionais. Sobretudo, diante de incertezas, os males e as curas fizeram-se presentes nas preocupações entre os portugueses insulares no novo mundo.

A historiografia sobre a institucionalização da medicina acadêmica no Brasil do século XIX registra um período de convívio entre vários atores na arte de curar. Uma convivência sociocultural entre indígenas, africanos e portugueses. Ou seja, a medicina no Brasil Colonial quase sempre esteve a cargo de "curandeiros, feiticeiros, raizeiros, benzedores, padres, barbeiros, parteiras, sangradores, boticários e cirurgiões". (FERREIRA, 2003, p. 101).

Nos primeiros anos do século XX, no Rio Grande do Sul, médicos e população já estavam de certa maneira informados sobre a medicina oficial e seus conceitos básicos de atuação. Cabia à medicina empírica e tradicional um conhecimento restrito, com base em método experimental, tendo como objeto de estudo o ser humano e as doenças. Porém, "a Medicina letrada e erudita era profundamente marcada pela diversidade de práticas, não havendo consensos sobre o que era mais ou menos científico.". (WEBER, 1999, p. 89). Foi um tempo em que o progresso científico no saber médico se misturava com as práticas terapêuticas da medicina popular, porque a medicina não é só ciência.

> A arte de curar mostra-nos que as relações humanas, na sua historicidade peculiar, não podem ser lidas de forma linear. Para o

3 Caraá é originário de Santo Antônio da Patrulha. Foi emancipado em 28 de dezembro de 1995 e implantado em 01 de janeiro de 1997, através da Lei Estadual nº 10.641, com área de 292,5 km.

> historiador, a sensibilidade é um requisito fundamental. [...]. Além disso, o conhecimento da natureza precisa ter seu encontro com seu tempo, precisa ser historicizado, pois ele está relacionado com a cultura, não pode ser visto de forma isolada. [...]. Fazer história é lutar contra o esquecimento. (MIRANDA, 2017, p. 12-13).

Sem dúvida, há a necessidade de revisitar o método terapêutico de cada tempo histórico.

Este trabalho apresenta o legado da influência portuguesa, especialmente açoriana, nos costumes e tradições dedicados ao cuidado da saúde na prática da cura popular. Trata-se de uma pequena contribuição ao estudo das raízes açorianas no Rio Grande do Sul. A análise apresentada será com base nas fontes bibliográficas, bem como na codificação de memórias como fontes, apresentando as práticas populares de cura, através de chás e benzeduras nos saberes da senhora Carlota de Fraga Fofonka, moradora em Caraá/Rio Grande do Sul-Brasil, no século XX e início do XXI. Sua contribuição demonstra que na sociedade em que vivemos, ainda é comum o uso de ervas medicinais em ritos religiosos e tratamentos terapêuticos tradicionais e científicos.

Raízes açorianas identificadas na medicina popular

A saúde da população brasileira, historicamente, tem deficiência nos seus cuidados. A zona rural sempre manteve muitas dificuldades no acesso aos profissionais da saúde. A modernização das ciências médicas e o progresso técnico-científico não levaram ou levaram muito pouca melhoria ao campesinato. Da mesma forma, onde poderia ser um espaço saudável, na verdade a situação tem se agravado, ocorrendo efeitos nefastos às comunidades de agricultores, porque ocorre há décadas o envenenamento das matas, do solo, das águas, somando-se com a constante ausência do Estado na prevenção e tratamento adequado às enfermidades das comunidades do campo. Em geral, o país está minado pelas armas químicas. Os pesticidas e os agrotóxicos agrícolas são venenos feitos para matar. Também é negligenciado o uso indiscriminado de corantes, aromatizantes, conservantes e adoçantes sintéticos. Ou seja, toda espécie de cancerígenos, entre outras moléstias, estão presentes na alimentação dos brasileiros, refletindo-se no estado da saúde, onde nem toda a população pode buscar tratamento em saberes instituídos.

A medicina popular é proveniente dos tempos da antiguidade. O conhecimento de ervas medicinais como poder curativo é uma prática transmitida de geração a geração.[4] No Brasil, ainda é uma terapêutica bastante utilizada no tempo presente.[5] A prática da cura por métodos alternativos não se restringe ao meio rural ou às comunidades de menor poder aquisitivo. O uso das plantas medicinais também é muito recorrente em áreas urbanas, entre o público em geral.

> Sem se confundir desde a priori com o curandeirismo genérico com charlatanismo, pode-se perceber que as práticas de cura que concorriam com a medicina estavam longe de ser identificadas simplesmente como ignorância, atraso ou superstição. (WITTER, 2001, p. 19).

O território brasileiro contém uma flora com riqueza imensurável, através da qual, as plantas oferecem amplo campo de pesquisas científicas para medicamentos laboratoriais, além dos benefícios nas formas naturais através dos chás e das xaropadas. Mas para isto, as plantas medicinais a serem utilizadas com fins terapêuticos exige um conhecimento na diferenciação das espécies, para proporcionar segurança e eficácia das ervas.

> Plantas quando ingeridas na forma de chá ou ingeridas "in natura" também podem causar efeitos adversos como cardíacos, alérgicos, hormonais, irritantes e purgativos, em seres humanos e animais. A ingestão excessiva de algumas plantas pode causar problema à saúde. (ARGENTA, 2011, p. 55, grifo meu).

O conhecimento tradicional sobre as plantas medicinais tem contribuído com as pesquisas científicas para a produção de fármacos.[6] Estas

4 Enquanto na medicina popular e as suas tradições de cura coexistiam com a biomedicina e com as ciências farmacêuticas em vários períodos e lugares, o conhecimento popular foi frequentemente desprezado como supersticioso. (MATEUS, 2014). Da mesma forma, muito antes de o chá ser bebida de consumo no século XVII, na Europa, já os europeus o estudavam (e bebiam) na Ásia no século XVI. Será, porém, no primeiro quartel do século XVII que surgem as primeiras descrições e classificações botânicas desta *theacea* pela mão do helvético Gaspard Bauhin (1550-1624) e do português, seu contemporâneo, o jesuíta João Rodrigues (1562-1633). Havendo os europeus demonstrado um crescente interesse pelo comércio e consumo do chá, tal como sucedera com o café e o cacau pretenderam também cultivar e fazer chá. (OLIVEIRA, 2018, p.61-65).

5 Para dizer como são apontadas as viagens e a climatização do chá no Império Português e a relação com o Brasil, Mário Fernando Oliveira afirma que Maria de Jesus Lopes garante ter havido a intenção de aclimatar o chá no Brasil, na segunda metade do século XVII. Existiu mesmo um projeto de introdução das culturas da canela, cravo, noz-moscada, pimenta, chá, gengibre e anil no Maranhão, influenciado pelas ideias mercantilistas de Duarte Ribeiro de Macedo, Lisboa, 1618. (2018, p. 90).

6 As plantas medicinais e suas formas derivadas (extratos, xaropes, etc.) contribuíram durante séculos para a base da terapêutica. São exemplos os anestésicos desenvolvidos entre 1840-1870, os analgésicos introduzidos do final do século, os compostos de arsênio e antimônio com o antiparasitário, no início do século XX. Entre os anos 1920 e 1940 foram descobertas impactantes as sulfas (fármaco do tipo sulfanilamida, os antibióticos no tratamento de infecções e a cortisona no tratamento de doenças inflamatórias e

evidências são apontadas em inúmeras pesquisas acadêmicas, com as contribuições decisivas da fisiologia, da farmacologia, da química orgânica e da bioquímica. Ou seja, as plantas medicinais ocuparam espaço na medicina científica, no decorrer do século XX. A partir dos estudos e resultados comprovados cientificamente, o SUS – Sistema Único de Saúde – acolheu a agenda por uma Política de Plantas Medicinais e Fitoterápicas.[7] Assim, no cenário terapêutico, os saberes populares, a fé, e a ciência se cruzam no mundo das doenças.

> Aqui no Brasil são liberados mais de 40 mil medicamentos. A nossa fauna e a nossa flora nos oferecem produtos naturais com uma eficiência medicinal fantástica, mas a população é viciada na compra livre de drogas que apresentam efeitos colaterais os mais variados e de ação nefasta. [...]. (MELO, 2017, p. 214).

Na tradição da cultura popular, permita-nos vislumbrar o contexto global dos chás, das plantas medicinais, nos Açores e como legado açoriano em Caraá. Pela tradição nos usos e costumes, nas práticas de cura, uma variedade de ervas curativas utilizadas lá e cá, na medicina caseira, é preservada na arte de curar na sociedade em que vivemos. A utilização de ramos e sementes das ervas de chá, nas benzeduras e no curandeirismo estende-se a todos e ao atendimento de tudo. Em especial, essa prática segue acontecendo frente à constante ausência de políticas públicas amplas e eficazes, especialmente em relação à população mais carente.

A medicina popular nas memórias de Carlota de Fraga Fofonka

A seguir, apresento algumas lembranças e narrativas concedidas pela senhora Carlota de Fraga Fofonka (1911-2017, in memoriam) a respeito de prática populares de cura, como cidadã da comunidade de Caraá.

Sua vida profissional foi dona do lar e camponesa. Aliás, doméstica e trabalhadora rural foram apenas algumas das atividades dessa caraen-

alérgicas. Mesmo que os medicamentos sintéticos tenham substituídos até final do século passado (XX) as plantas medicinais e suas formas derivadas na terapêutica, tais recursos passaram a ser cogitados, por profissionais de saúde e órgãos governamentais, como uma forma de ampliar o atendimento das necessidades dos serviços de saúde. Afinal, as plantas os outros recursos da natureza fazem parte da vida do homem ao longo de sua história, como fonte de matérias-primas farmacêuticas. (SCHENKEL; SIMÕES, 1985).

7 Na atualidade, a Anvisa alerta que, como qualquer medicamento, o mau uso de fitoterápicos pode ocasionar sérios problemas de saúde. Os produtos fitoterápicos são obtidos a partir de plantas medicinais e podem ser produzidos por indústrias ou por farmácias de manipulação, seguindo as orientações da Anvisa. Os fitoterápicos manipulados são prescritos por profissionais de saúde habilitados. Deve-se sempre utilizar os fitoterápicos com registro da Anvisa.

se, que considero uma mulher extremamente generosa ao longo de sua trajetória de vida. Os tempos eram outros. Foram tempos difíceis. Particularmente, lembro quando ela era chamada ou visitada por pessoas de perto e de longe, de diferentes idades, para atender quaisquer doenças. Buscavam tratamento através de chás e de tradicionais remédios caseiros, resultado dos conhecimentos da cultura popular local, bem como a benzedura que muito ela exerceu. Ou seja, ela usava os chás e as benzeduras, com o aproveitamento das ervas, para a cura, cujos conhecimentos foram por ela adquiridos empiricamente.

As memórias[8] armazenadas por D. Carlota dão conta de que foi bastante recorrente o socorro por ela prestado em incontáveis situações com o costumeiro uso das plantas medicinais. O chá era por ela recomendado em forma de infusão das folhas ou flores e/ou o cozimento de raízes, sementes e caules. Ela registrou como ela fazia o processo da infusão. Colocam-se os ingredientes do chá numa xícara ou caneca e completa com água fervendo, cobre o recipiente e deixa descansar por alguns minutos; coar e beber o líquido ainda quente ou morno. O chá deve ser consumido durante as primeiras 24 horas. Na forma de cozimento, ela fazia assim: colocar porções das especiarias em uma chaleira, caneca ou panela adequada e ferver de 5 a 15 minutos. Após coar, beber aos poucos várias vezes ao dia. Se desejar, pode beber a xaropada ainda quente. Este preparado poderá ser consumido também no dia seguinte.

Narrou também como controlar o sangramento. Disse ser possível utilizar uma planta com alta toxidade. Lembrou que nos anos de 1970, a jovem senhora Fátima cortou o pé com o machado enquanto rachava lenha para colocar no forno de secagem de fumo. O estancamento de sangue foi feito com a planta Maria-Mole, também conhecida como Flor das Almas. Sob as orientações da Sra. Carlota, às pressas foi colhido um galho da planta, torcido até pingar o suco sobre o corte. Logo estancando o sangue, foi feita a limpeza e colocada uma pasta da própria erva sobre o ferimento para auxiliar na cicatrização. Amarrou-se o local do corte com uma tira de pano limpo para proteger o ferimento e segurar o curativo. A essência da planta trouxe alívio e cicatrização do ferimento muito rapidamente.

A senhora Maria argumenta que teve alívio imediato quando a Sra. Carlota lhe ensinou colocar mel morno e folhas de malva amassadas

8 Nesta perspectiva, a oralidade será fonte para a reconstrução da memória. (RICOEUR, 2007). A metodologia da História Oral é aqui suporte para apresentar alguns exemplos do uso de ervas medicinais como tratamento na medicina caseira, a partir da oralidade registrada com a Sra. Carlota.

sobre a mão muito inchada. A recomendação foi atribuída à causa como mordida de inseto, provavelmente aranha, ou o nervo machucado. O senhor João sempre teve muita gratidão, desde quando a Sra. Carlota benzeu uma junta de bois. Os animais poderiam estar acometidos por mau olhado, quebranto. Depois de benzidos com ramos de arruda, três dias seguidos, os animais mostravam-se mais saudáveis. A oração da benzedura era murmurada, e sempre mantida em segredo.

Também, escuta-se com frequência e tenho lembranças muito profundas e fortes de quando a Sra. Carlota preparava xaropada de folhas de laranjeira para aliviar o sistema nervoso, a dor da perda, quando presente em ocasião da morte de familiares ou vizinhos. Também, o uso indispensável da arnica, um composto de alho amassado com cachaça para o alívio da dor de dentes, como anestésico. Usava-se o xarope caseiro para gripe com tosse: alho e sabugueiro com mel, ou hortelã, poejo, tançagem (transagem, tranchagem), com mel, e também poejo com funcho. Ferver bem as folhas das plantas e adoçar com mel na hora de beber o xarope. Nunca ferver o mel.

Entre os usos e costumes, para mal-estar estomacal e náusea, a Sra. Carlota recomendava o chá da marcela (ou macela), uma erva abundante na região caraense. Fazer o chá por infusão com dente de cravo e consumir quente ou morno. Indicava o chá da erva-doce com funcho para cólicas menstruais, para aliviar gases de crianças e adultos, para cólicas de bebês. Bem como, ela preparava na forma de cozimento o gengibre com a raiz de salsa. É muito eficaz para infecção urinária. Para ferimento, fazer uma pasta com caules frescos de babosa bem amassados, como uma compressa. Também consistia em preparar o suco da babosa ou o chá bem apurado através da infusão ou cozimento das folhas e /ou flores da camomila. Orientava umedecer um pano limpo ou algodão para colocar sobre a ferida, a lesão ou queimadura, e amarrar com uma tira de pano. Deve ser repetida a aplicação duas ou três vezes ao dia. Para aliviar a dor de ouvido, recomendava a colocado de leite morno em algodão no local.

Para extrair berne ou espinho, a opção caseira era toucinho ou o bacon. Fazer uma atadura na região avermelhada prendendo o toucinho, até asfixiar e matar o inseto pela falta de oxigênio. Normalmente a larva ou o espinho sai grudado ao pano. Caso contrário, é preciso espremer até ficar completamente limpo o local. Era muito frequente a benzedura para dor de cabeça, ocasionada por várias razões. A Sra. Carlota usava a prática de 'tirar o sol'. Ela colocava água fria numa garrafa pequena e

fina. Protegia e pressionava a boca da garrafa com um pano claro. Virava a garrafa sobre a cabeça do doente, sem derramar a água. Fazia uma oração silenciosa. Desvirava a garrafa, fazia o sinal da cruz e colocava a água fora jogando-a para trás no terreiro.

São inúmeros os relatos testemunhais, as lembranças vivas que aqui não será possível mencioná-las na sua totalidade. Mas, entre outras abordagens sobre o tema, deve-se evocar permanentemente a relevância da medicina caseira por opção ou em espaço de comunidade do campo, de sujeitos invisíveis, em coletividades em que o sistema de saúde ainda é muito precário. Onde o único recurso continua sendo as terapias naturais. Porém é preciso haver o uso correto, para evitar más consequências pelo uso indevido das ervas curativas. Sempre preservando a medicina caseira como práticas terapêuticas alternativas, através do horto de ervas medicinais, aromáticas e condimentares. Motiva-se o cultivo de plantas terapêuticas que têm atividades biológicas, úteis à saúde humana, frente à carência de especialidades médicas convencionais locais e a falta de condições financeiras por uma parcela da população. Mas também como de inserção social e da experiência existencial, para se reafirmar legado açoriano da medicina popular, de fato e de direito.

Considerações finais

Considera-se que os açorianos desempenharam papel importante no povoamento e desenvolvimento do estado do Rio Grande do Sul e de outros estados brasileiros, desde os primeiros migrantes chegados no século XVIII. Esta afirmação está registrada em inúmeros estudos acadêmicos ou de estudiosos no tema.

Nas diversas bibliografias sul-rio-grandenses e em outras literaturas nacionais, aparece a cultura açoriana espalhada por todos os cantos do território do Brasil. Diversos pesquisadores observam ainda nas localidades de presença açoriana, traços característicos das ilhas, nos costumes e na cultura popular. Como exemplo, a arte de curar na prática da Sra. Carlota de Fraga Fofonka, moradora no Caraá, e que muitas curas ela realizou a partir da tradição açoriana presente na sua localidade, com base em ervas do campo ou mato.

Os açorianos, como todos os povos, têm uma longa tradição de uso das plantas medicinais. Apesar de essa prática ter sido reduzida, sobretudo pelo advento da medicina moderna, de certa maneira o seu inte-

resse tem crescido nos últimos anos. Estudos científicos realizados a nível internacional têm comprovado a eficácia das ervas medicinais, o que o saber empírico dos povos ancestrais já confirmara há tempos. Por isto, destaca-se o uso das plantas como recurso terapêutico que vem sendo incorporado em programas de saúde, por exemplo, no SUS (Sistema Único de Saúde). O objetivo é proporcionar uma relação universal no uso das plantas medicinais, com o propósito de trazer melhor qualidade de vida da população de menor poder aquisitivo. De qualquer maneira, o uso tradicional não é suficiente para validar plantas medicinais como medicamentos seguros e eficazes. Na atualidade, a produção de medicamentos fitoterápicos exige um conhecimento científico, visando maior segurança no uso destes produtos.

Mas, sem dúvida, apesar do avanço no saber médico técnico-científico, durante o século XX, a fé popular faz parte do poder da cura através das plantas e das ervas medicinais. Ainda persiste a crença de que algumas doenças têm a influência de maus espíritos, e por isso busca-se a proteção em amuletos, orações, benzeduras e outras práticas da tradição. A medicina caseira era e continua sendo um recurso fundamental na tentativa de remediar os males na esperança de curar as enfermidades que se passava e se passa em áreas rurais desassistidas por um corpo médico e/ou em localidades empobrecidas daquele tempo, e, consequentemente, no tempo presente. Na carência de recursos financeiros, na ausência do médico, ou opção pela crença, os agentes da medicina tradicional gozam de prestígios no meio das comunidades. Em sertões mais isolados, às vezes o único recurso são os portadores dos saberes curativos, os quais são procurados para exercerem vários procedimentos. Atuam receitando chás, fazendo benzeduras e orações.

O estudo da emigração açoriana, além, de abordar as questões políticas e socioeconômicas, é um convite a conhecer e a analisar histórias de vida e percursos de famílias. Uma amostra deste interesse é o trabalho ora apresentado.

Registra-se, também, que é notável a influência dos Açores sobre a produção agrícola, somando-se às várias manifestações socioculturais presentes nos costumes do povo rio-grandense. A religiosidade aparece nas superstições e diversas manifestações culturais: no culto aos mortos, nos ternos de Reis, na gastronomia, no saber curativo, nas comemorações festivas, entre outras. Assim, ao conciliar as fontes documentais escritas, com os testemunhos materiais e as memórias reveladas,

é possível construir uma história que amplia e dá visibilidades às raízes açorianas em nosso meio.

Referências

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FVG, 2006.

ARGENTA, Scheila Crestanello. Plantas Medicinais: cultura popular versus ciência medicinal. *Vivências*, Revista Eletrônica da URI ISSN 1809-1636, v. 7, n. 12, p. 51-60, maio 2011.

BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). *Raízes de Santo Antônio da Patrulha*. Porto Alegre: Evangraf, 2020.

BRAGA, Teófilo; PONTES, Gilda. *Plantas usadas na medicina popular*. Açores: São Miguel: EGA, 2005.

CUNHA, Laurie Fofonka. MORAES, Fernando Dreissig. (Org.). *Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre/RS: SPGG, 2018.

FERREIRA, Luis Otávio. Ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840). In.: CHARLHOUB, Sidney e outros (Org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas/SP: Unicamp, 2003.

MARQUES, Lilian. Tradições no Rio Grande do Sul: contribuições açorianas. In. BARROSO, Véra Lucia Maciel. (Org.). *A presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: EST, 1993.

MATEUS, Ilsa C. D. A. *Ervas que curam.* Lisboa: Universidade de Lisboa, 2014.

MELO, Maria Nazaré. *Caminhando com a medicina*: o descaso dos governos pela saúde marginaliza o médico e o povo. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

MIRANDA, Calos Alberto Cunha. *A arte de curar nos tempos da Colônia*: limites e espaços da cura. 3. ed., Recife/PE: Ed. UFPE, 2017.

OLIVEIRA, Mário Fernando. *Introdução da cultura do chá na Ilha de S. Miguel no século XIX.* Ponta Delgada, Açores: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2018.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2007.

SCHENKEL, Eloir: SIMÕES, Claudia M. et. al. O espaço das plantas medicinais e suas formas derivadas na medicina científica. *Cad. Farmácia*, Porto Alegre, UFRGS, v. 1, n. 2, p. 65-72, 1985.

WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar*: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense (1889/1928). Santa Maria: Ed. da UFSM, 1999.

WITTER, Nikelen Acosta. *Dizem que foi feitiço*: as práticas da cura no sul do Brasil (1845-1880). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

MULHER AÇORIANA NO CONTEXTO DAS MANIFESTAÇÕES POPULARES

Neusa Marli Bonna Secchi[1]

A valorização e redescoberta da colonização açoriana foi por muito tempo considerada como um fator de pouca importância, ultrapassado por outras etnias estudadas e divulgadas, principalmente pelos imigrantes alemães e italianos, economicamente relevantes na formação do povo sul-rio-grandense.

A partir da realização de eventos, como simpósios, pesquisas e estudos específicos, desencadeou-se um maior interesse no resgate e conhecimento da verdadeira importância da presença açoriana na formação da cultura regional gaúcha.

Sabemos que a influência açoriana se faz sentir amplamente, tanto no linguajar, como na arquitetura, música e religiosidade, nas festas populares, artes e crenças, nos hábitos e costumes e no fascínio pelo mar. Destaca-se que os descendentes açorianos, homens e mulheres, são muito hospitaleiros, religiosos, bastante supersticiosos e mantenedores de seus costumes.

O movimento de resgate da cultura açoriana nos municípios litorâneos do Estado revela-nos que a cultura popular tradicional é dominante no que se refere às festas populares e artesanato, □ algumas das expressões mais visíveis do movimento açorita local. Apresentam trabalhos, individuais ou em grupos isolados, que identificam a vida das atividades nas comunidades locais de pescadores, artesãos e agricultores, transformando uma identidade étnica, determinada, formulada e identificada dentro de um conceito de cultura açoriana.

Os colonizadores promoveram o primeiro processo de aculturação em que predominou a cultura lusa, e se fez sentir, tanto no campo da cultura material, como imaterial. No tocante à imaterial, a concepção moral, sob a qual se formou a "família açoriana", lastrou a vida dos primeiros povoadores, sob o caráter pacifico, trabalhador, afetuoso, hospitaleiro, destacando-se a

1 Graduada em História e pós-graduada em Folclore. Professora, pesquisadora e folclorista. Porto Alegre/RS.

verdadeira atuação da mulher como base familiar, realizando, não só atividades domésticas, mas outras que vieram complementar o sustento do lar.

A mulher na família tem participação corajosa. Em geral, elas são verdadeiros alicerces que atuam nas mais diferentes atividades. Mães responsáveis por prole muitas vezes numerosas exercem atividades rudes e pesadas, principalmente na pesca, trabalhando, desde o nascer do sol, em lugares muitas vezes insalubres e sem roupas adequadas ao trabalho e clima.

Na vida social, essas famílias reúnem-se em encontros familiares e participações em festas das comunidades.

No que se referem às crendices e superstições, a cultura popular, viva e espontânea, estão voltadas para valores imateriais e simbólicos na atividade da pesca, nas promessas, orações, benzeduras e simpatias. As benzeduras e simpatias são crenças generalizadas e muitas pessoas acreditam que têm "dom" para obterem curas.

No artesanato, procuram transformar a matéria prima disponível no seu meio, de forma prática e informal, não havendo uma instituição que estimule e proporcione aprendizagem ao artesão com habilidades e aptidões para tal.

As atividades artesanais das mulheres com as quais mantive contato, não são costumeiras nem intensas, mas, sim, pouco exploradas como meio de sustentação de renda familiar.

Das pesquisas de campo realizadas, posso afirmar que encontrei mulheres que na família se destacam na participação corajosa e destemida, verdadeiros alicerces que atuam nas mais diversas atividades, dentro do lar e fora dele: trabalho árduo, cansativo e, muitas vezes insalubre, principalmente no litoral. Nem por isso deixam de realizar trabalhos manuais criativos de grande expressão e beleza.

O espírito de solidariedade, sociabilidade e de ajuda estão pré-manifestadas no DNA da mulher açoriana, caracterizado pelas devoções, promessas e orações.

Das informações colhidas em alguns municípios, no que se refere a crenças, benzeduras e simpatias, o que mais me chamou a atenção foi no município de Cambará do Sul, pela diversidade, misticismo, catolicismo e crenças sobrenaturais, com predominância, exercida pela mulher, tanto na zona urbana como rural.

Mulheres que rezam "Responso de Santo Antônio", com fé, são católicas, e, muitas vezes, sofrem preconceito; são procuradas para encontrar coisas perdidas e até roubadas. Dizem que: "Aprendeu com a irmã". Na hora

da oração, sempre acendem uma vela, fazem o pedido só para achar coisas perdidas ou roubadas. O responso é rezado durante nove dias, e se achar o que está perdido tem que comunicar para parar de fazer a oração. A segunda informante aprendeu no livro de reza; pratica desde criança, hoje está com 86 anos, é muito procurada, tanto por pessoas da comunidade urbana, como na zona rural. Reza sempre em frente ao altar de Santo Antônio. O responso é feito para encontrar objetos perdidos ou roubados, durante nove dias. Acreditam, se a pessoa fizer o pedido e souber quem roubou, o pedido não funciona, o mesmo acontece se o objeto roubado for vendido.

Na Vila Picada encontrei uma senhora com mais de 100 anos que benzia para acabar com quebrante, terminar com vermes, para dor de dente e de cabeça. Disse-me que praticava há muito tempo, não só como benzedeira, mas também no seu dizer "psicola" (psicóloga), dando orientação e aconselhamento às pessoas que vinham ao seu encontro.

Encontramos benzedeira na Vila Esperança, cujas orações e pedidos eram mais direcionados para a zona rural. Realiza os atos à distância, recebe o dom de Deus, usando as mãos para invocar as orações sobre mau olhado, verrugas, espantar insetos de lavouras, espantar cobras, derrubar bicheira de gado e estancar sangue de animais quando castrados, e olho grande em animais que ficam abatidos e diminuindo a produção.

Observamos que a maioria das rezas e orações são realizadas pelas mulheres que, com seu espírito agregador e solidário, prestam serviço na comunidade, transmitido de geração a geração.

Na região litorânea (Pinhal, Quintão), após percorrer o espaço delimitado para a pesquisa, recebendo muitas informações, pessoas descrevendo suas atividades no meio que vivem, duas deixaram uma marca na minha trajetória de pesquisa que jamais esquecerei. Vamos denominar "Dona Divina": antes do amanhecer já está no trabalho da pesca, volta, prepara a matéria prima e vai vender. Realiza os trabalhos domésticos, ainda está fazendo sua casa de alvenaria e o tempinho que sobra trabalha com retalhos que são doados pela comunidade. Seus trabalhos são lindíssimos: colchas, tapetes, guardanapos que são procurados pelos visitantes. Essa senhora é exemplo de perseverança, trabalho, fortaleza, humildade, uma verdadeira guerreira que comanda; é o esteio da família.

A outra senhora representa as artes. Seus trabalhos em crochê embelezam sua casa e faz essa habilidade como prazer, e não como meio de sustentação econômica.

Encontrei mulheres líderes que agregam artesãos e proporcionam a formação de novas, como também resgatam o artesanato tradicional e o

divulgam, colocando a produção como uma renda familiar nas feiras, exposições e na própria casa.

Na feira de artesanato realizada no município de Taquara constatei uma riqueza de arte tradicional, confeccionada por mulheres talentosas e habilidosas que expõem a beleza das peças apresentadas: bordados à mão, em fitas, crochê e tricô, flores e o mais interessante artesanato – manifestações trazidas pelas primeiras povoadoras, e hoje estão em fase de desaparecimento: tear de prego, nhanduti, renda e filé.

A expressão artesanal é uma das características visíveis do movimento açorianista, cujos trabalhos individuais e feitos por grupos isolados identificam a vida em comunidade.

Concluindo, podemos afirmar que a herança açoriana ainda está presente nos hábitos sóbrios de tradição doméstica: conservadora, resistente e hospitaleira. Portadora de bons costumes, preservando a tradição que passa de geração a geração, fornecendo o lastro de vida do povo gaúcho.

Figura 1 – Almofada feita com retalhos de tecidos

Fonte: acervo da autora.

Figura 2 – Colcha feita com retalhos de tecido

Fonte: acervo da autora.

Figura 3 – Trabalhos em crochê

Fonte: acervo da autora.

Figura 4 – Trabalhos em crochê

Fonte: acervo da autora.

Referência

Apontamentos da pesquisa de campo realizada pela autora.

A COBERTA D'ALMA: COSTUME DE TRADIÇÃO AÇORIANA

Marina Raymundo da Silva[1]

Esta pesquisa está relacionada ao costume denominado Coberta d'alma, trazido pelo colonizador açoriano. É um tema repleto de crenças e fé, dentro da religiosidade cristã que se perpetuou em diversos espaços do Rio Grande do Sul.

Minhas buscas se concentraram através da oralidade. Trata-se de uma ferramenta essencial e respeitosa, para dialogar sobre um assunto tão particular, porque esta tradição não é uma festa que se propaga aos quatro ventos. É um momento contido que acompanha o luto entre membros de uma família enlutada, que acredita no costume e por isto realiza esta tradição.

Mas o que é a Coberta d'alma?

Uma determinada roupa, pode ser a melhor veste ou uma nova, que pertenceu ao ente querido, é dada para alguém vestir. Caso esta pessoa aceitar, deverá ir com ela à missa ou ao terço de sete dias ou de 30 dias do falecimento. A partir deste momento, a roupa doada passa a ser chamada de coberta d'alma, assim chamada no Brasil, e de roupa de alma nos Açores.

Uma das minhas pesquisas foi realizada com a Srª Maria José que guarda a sua coberta d'alma para doar a quem aceitar o convite. Porém, não tem certeza de que seus filhos cumprirão a tradição.

Figura 1 – Maria José, vestindo a roupa da coberta d'alma de sua irmã

Fonte: acervo da autora.

1 Graduada em História, pesquisadora, dirigiu o Arquivo Histórico de Osório, e tem várias obras publicadas. Osório/RS.

Ao iniciar minha pesquisa sobre este tema, decidi me embasar fazendo leituras sobre o cristianismo primitivo. Está registrada na Bíblia Sagrada em Números, a questão da *representação* de um ente querido que já se foi, e que é a mesma ideia contida no costume da Coberta d'alma.

Esta representação, através de uma determinada roupa, adquire diversos significados, como fé, crenças ou outras formas de crença ou pensamento. Quando alguém é convidado a usá-la, e com ela representar o falecido, há a intenção de salvar sua alma, e de fazer um bem por ele, caso não tenha feito em vida. Também, a representação do falecido, em outra pessoa, usando uma roupa que pertenceu a quem morreu, norteia ambivalências, acreditando conscientizar sua alma de que seu corpo morreu e que vai em paz. Mas ao mesmo tempo quer a permanência do ente querido entre os seus familiares, através da coberta d'alma. Tanto que, depois deste ritual, o convidado, conforme a fé da família enlutada, poderá ser considerado como sendo da família, e assim tratado, conforme a posição do falecido perante seus familiares.

Nos Açores, quando estive na ilha Terceira com o apoio do Governo das Comunidades para acompanhar as atividades culturais das Festas São Joaninas em Angra do Heroísmo, tive o prazer de conhecer a Srtª Maria Marcelina, trajada de viúva quando participava da encenação do sepultamento de São João Batista. Foi ela quem me ajudou a pesquisar sobre o costume da Roupa d'alma, na ilha Terceira, através de questionário que eu enviava por e-mail e ela, me devolvendo, com as respectivas respostas de quem havia dado ou recebido a roupa d'alma.

Figura 2 – Maria Marcelina trajada de viúva

Fonte: acervo da autora.

Também lá, tive a oportunidade de apresentar aos demais colegas brasileiros, participantes do evento internacional, a pesquisa e os depoimentos sobre a Coberta d'alma e suas nuances, praticada no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Figura 3 – Ao meu lado, mediando os trabalhos,
o Dr. Miguel Noronha (In memoriam)

Fonte: acervo da autora, 2006.

No encontro em Angra do Heroísmo, o padre e dois historiadores presentes desconheciam o costume. Acredito que os mais antigos e nascidos nas ilhas têm na oralidade, a preservação da tradição. O isolamento fortalece os laços espirituais. Lá a prática ainda persiste, mas não tanto quanto antes.

Figura 4 – No primeiro plano, sentados: o padre, historiadores
e a Srª Marcelina falando sobre o costume. De pé, prestigiando o evento,
o Sr. João Martins

Fonte: acervo da autora, 2006.

Atualmente, na Região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, o costume é esporádico, mas antes intensamente praticado entre descendentes de açorianos. Da mesma forma, entre os africanos que conheceram e praticaram o costume pelo convívio familiar. Enquanto que alemães e italianos, por exemplo, desconhecem a tradição.

A pesquisa recebeu desdobramentos importantes:

- O cineasta Henrique Montanari sabendo da pesquisa realizada por mim, desenvolveu um documentário com o qual ganhamos o primeiro lugar no Rio Grande do Sul pela DOC TVE, no ano de 2004. Por vários anos, ele rodou nesta emissora de Televisão.

- Com a cópia do Documentário: "A Coberta d'alma: um ritual para os mortos de Osório", tive oportunidade de desenvolver palestras sobre essa tradição.

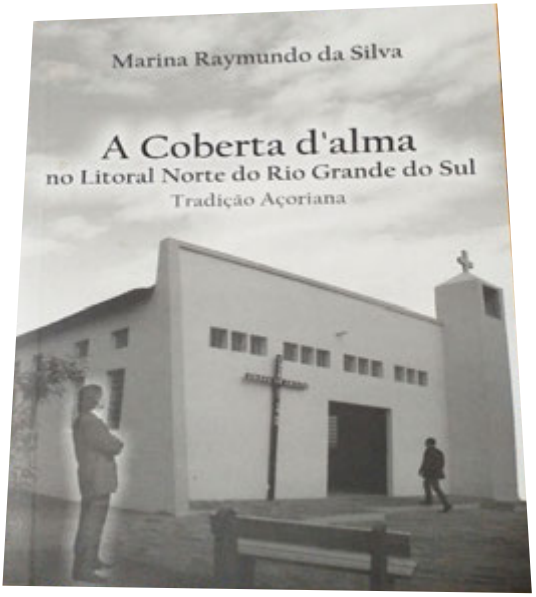
- Viagem aos Açores, na ilha Terceira, em 2006. Fui uma das estudiosas selecionadas para participar do Projeto das Comunidades, objetivando levar para fora da ilha Terceira memórias e práticas culturais ali desenvolvidas, através das festas São Joaninas. E também apresentar meus estudos sobre o costume da Coberta d'alma e buscar subsídios sobre esta tradição no meio comunitário da ilha Terceira.

- Em 2015 realizei o lançamento do Livro "A Coberta d'alma no Litoral Norte do Rio Grande do Sul: tradição açoriana".

Através do livro participei de palestras de cunho folclórico "A Coberta d'alma, tradição açoriana", consequentemente divulgando Portugal e as ilhas, das quais advém o costume que aqui se perpetuou.

O costume se manteve através dos séculos pela fé e crenças sobre a vida e morte, com representações e dádivas, manifestando o caráter da imortalidade.

Figura 5 – Capa do livro "A Coberta d'alma no Litoral Norte do Rio Grande do Sul"



Fonte: acervo da autora.

COBERTA D'ALMA: A FÉ QUE ALIMENTA O RITO

Paula Simon Ribeiro[1]

Herdamos a base de nossa cultura dos povoadores portugueses continentais e açorianos ilhéus que para cá vieram ocupar as imensas terras do território a ser desbravado. Trouxeram sua força de trabalho, sua cultura, religiosidade, suas crenças e seus ritos, herdados de seus antepassados. Os povos antigos ritualizaram sua religiosidade e os legaram aos seus descendentes. Nossas crenças são heranças que foram sendo reconfiguradas ao longo do tempo, adaptando-se ao momento vivenciado.

O que é um rito? Um processo, uma cerimônia que pode estabelecer e desenvolver costumes que alimenta e reforça as crenças e esperanças dos que o praticam. A contínua prática destes ritos forma a tradição. Acompanhado de certas práticas, fórmulas, gestos, músicas, cantos religiosos e outros elementos, o rito satisfaz a crença e traz esperança.

"Na religião, o rito representa um processo específico de comunicar-se com forças sobrenaturais". (Alceu Maynard de Araujo).

Para Câmara Cascudo, no Dicionário do Folclore, rito é um "conjunto de ações praticadas por tradição ou criado por necessidade e função específica em cada região". Esclarece ainda que Rito de Passagem é a comemoração popular de acontecimentos marcantes que indicam o término de uma fase ou início de outra: nascimento, batizado, namoro, noivado, graduação e morte".

O homem sempre buscou dominar as forças sobrenaturais, desde tempos imemoriais, e criou formas de enfrentar o desconhecido, em especial a morte. Seus temores eram amenizados com rituais com os quais procurava "manipular" forças que ele desconhecia.

As crenças ligadas à morte são encontradas em todas as culturas, e cada povo acredita e age de acordo com suas crenças.

Incontáveis ritos permeiam o momento final, desde os procedimentos durante o funeral, vestes adequadas, promessas que devem ser pagas, alimento das almas, recomendação de almas, missas, ex-votos, mo-

1 Professora, folclorista, membro da Comissão Gaúcha de Folclore. Porto Alegre/RS.

dos de comportamento e outros, entre eles a forma de como a alma deve se apresentar a Deus no sétimo dia.

No livro "Santo Antônio da Patrulha: re-conhecendo sua História", na p. 36, o autor, Pe. Leo Pedro Schneider, faz interessante comentário sobre os costumes religiosos relacionados com a morte. Ele reconhece a "Coberta d`Alma" como citação bíblica, e considera que este rito consiste "numa obra de caridade póstuma feita pelos familiares, e deve servir ao morto para que seja julgado benignamente por Deus".

Neste texto, em especial, vamos abordar a Coberta D`Alma...

Encontramos em diversos locais informações sobre este antigo rito que ainda hoje perdura em lugares mais afastados, e em rincões mais distantes.

Segundo Paixão Côrtes, "a mais antiga referência sobre este acontecimento está na obra de Antônio Stenzel Filho, intitulada "A Vila da Serra (Conceição do Arroio)", e que se refere a usos e costumes até 1872.

Quando fizemos uma pesquisa em Viamão, visitamos o município, durante quase um ano, cujo trabalho resultou no livro, publicado pela Câmara de Vereadores local em 1988. Tivemos a grata surpresa de encontrar fatos folclóricos que nem imaginaríamos encontrar tão perto de centros urbanos.

Sobre a Coberta D´Alma transcrevemos do livro "Viamão, Tradição e Identidade", o seguinte trecho (p. 203):

> Consiste na doação de uma muda completa de roupa de um familiar recentemente falecido para uma pessoa de mais ou menos o mesmo porte e idade para que a use na missa de sétimo dia. Existe a crença que a "alma do finado" se apresenta para Deus depois desta data, e a roupa usada no enterro, tantos dias após não está em boas condições. Por este motivo, alguém *simbolicamente deve usar "pelo falecido", uma roup*a digna de ir à presença divina.

Diversos informantes nos relataram que este fato é habitual na região. Não temos informação se atualmente o fato ainda está vigente.

A roupa não deve ser doada para outra pessoa, e deve ser usada enquanto durar, deve ser vestida no portador por pessoa da família. Relatou um informante que ele usou roupa de um primo falecido, era bem jovem e ficou muito assustado, pois enquanto era vestido, o tio, pai do falecido ia dizendo de forma monótona e repetitiva: "João (nome do morto) veste tua camisa, que é a última vez que tu vestes, João veste teu casaco que é a última vez que tu vestes...." E assim dizia a cada peça que vestia, até

as meias e o chapéu. Na família deste informante serviam uma refeição para o portador, dizendo: "João come este arroz com galinha (ou outro prato que o falecido apreciava) que é a última vez que tu comes..."

Nosso informante nunca mais comeu arroz com galinha que no caso dele foi servido, e só vai a enterro se não houver maneira de evitar.

Outro informante nos dá uma variante. Ele diz que se a família não usa a roupa do morto deve doar a um pobre da região.

Outras considerações podem ser registradas a partir de memórias de familiares que vivenciaram muitas situações ligadas a este fato de fé e religiosidade, durante o período da Gripe Espanhola que destroçou muitas famílias na localidade de Morro Grande, que à época pertencia a Santo Antônio da Patrulha.

Recebi informações de minha mãe e de tias que lembravam saudosamente dos parentes falecidos, do sofrimento pelas perdas e medo de novos focos da doença. Este medo era dominado através de atos de fé, promessas e penitências que deveriam ser rigorosamente cumpridas.

São fatos ocorridos e vivenciados pelas famílias de Simplício Apolo da Silva, Vicente Ferreira e Manoel Ferreira (Maneco), pai e tios de minha mãe (nascida em 1902 e falecida em 2000).

Estes fatos ocorridos, entre os anos 1918/1920, sempre foram relatados durante os serões em família, em tempos que não havia televisão e as famílias se reuniam para conversar após o jantar, contar causos e no convívio trocar experiências. Desta forma, transmitiam o conhecimento aos demais familiares. Assim, desde criança pude ter contato como era a vida no início do século XX, antes dos grandes avanços tecnológicos que trouxeram grandes novidades, mas diminuíram o convívio entre familiares.

Durante o período da febre amarela, a família de minha mãe foi duramente atingida. Moravam na fazenda, longe de recursos quando surgiu a gripe ou febre espanhola, (uns diziam gripe, outros, febre). Logo, alguns parentes apareceram com sintomas, mais outros e mais de 30 familiares sucumbiram à doença.

Uma semana antes de começarem os sintomas tinha havido uma festa na fazenda. Não tinha padre na capela local. E quando o padre vinha fazer a visita clerical, a cada três ou quatro meses, realizava muitos batizados e casamentos. Muita gente reunida, família grande e vizinhos, todos com muita alegria celebravam os sacramentos recebidos. E tudo era festa e alegria, com churrasco e muita música. Quando mais ou menos uma semana após a festa as pessoas começaram a adoecer, a tris-

teza chegou junto. Muitos adultos, jovens e até crianças morreram quase sem atendimento, sendo tratados a chás caseiros, pois no começo não tinham ideia da dimensão que "a gripe" tomaria. "Um santo remédio é o chá de pendão de milho com marcela e sabugueiro" dizia a avó bugra. E, como não havia muitas escolhas, esta infusão era bastante utilizada, junto com as orações e promessas e outros atos de fé.

As famílias seguiam suas crenças, muitas promessas eram feitas, muitas penitências cumpridas junto aos pedidos de ajuda divina. O Terço era rezado diariamente, com promessas de "Mesa de Inocentes" para que uma criança sobrevivesse. Promessas de participar da procissão ao Santo Padroeiro de pés descalços e muitas outras, como vestir a criança de anjinho para acompanhar os serviços religiosos.

Mas a principal ação para que o falecido pudesse seguir um caminho de luz era a Coberta d´Alma ou "Vestimenta d´Alma" ou "Trajo de ver a Deus", como é dito em Portugal.

Foi neste momento que muitos falecidos tiveram suas roupas usadas por parentes próximos. Minha mãe representou duas primas nas missas de Sétimo de Dia. Eram muito próximas e a morte das duas jovens a abalou muito, até porque os fatos aconteceram em pouco mais de uma semana. Na realidade, não foram no Sétimo Dia, foi quando o vigário pode vir e celebrar muitos "Sétimo Dias" juntos

Depois de ter cumprido esta obrigação, ela também adoeceu e garante que foi curada com o chá da avó. Ela lembrava que no delírio da febre, "via" os primos que haviam falecido e que uma prima a chamava do alto de uma janela pedindo o vestido de flores azuis.

Para cumprir este dever ela não pode comparecer no Sétimo dia, pois ainda estava doente, mas compareceu usando o vestido solicitado, na missa de trigésimo dia.

Outro episódio que contava era o de outra prima, que os pais deram como coberta D´Alma o melhor e mais bonito vestido da menina morta, um vestido de festa com rendas e babados, como se usava na época. Alguns meses depois, os pais ficaram sabendo que a menina teria ido a uma festa com o vestido. Ficaram muito zangados e pediram de volta, pois acharam que era desrespeito com a falecida....

Em algumas regiões, a pessoa que usa a roupa torna-se parente pela obrigação cumprida e assume encargos do falecido. Os sobrinhos e afilhados passam a "pedir a benção" e outras funções sociais, como presentear as crianças no Natal ou aniversários.

Um fato recordado pelas informantes foi quando uma pessoa da região perdeu uma criança de poucos meses e quis fazer este rito e outras mães não permitiram que suas crianças participassem. Elas não quiseram que seus filhos vestissem roupa da criança falecida. A mãe inconformada levou na missa o vestido e a vela do batizado, e permaneceu rezando com estes itens em mãos. Uma das mães que recusou o convite bem depois de terminada a pandemia realizou uma Mesa de Inocentes, convidando as outras crianças que teriam sido solicitadas e outra mais da vizinhança. Foi um ato de contrição e penitência.

Os informantes de Viamão não lembram de ter assistido à Coberta D´Alma para crianças. Citam que com menos de sete anos a criança é "Inocente" e quando morre vai direto para o céu. Até esta idade geralmente são enterradas vestidas de anjo e os presentes ao velório não devem chorar, para "Não molhar as asas do Anjo que buscar a alma inocente".

Os fatos da cultura popular têm muitas variantes. Cada região os realiza de acordo com suas crenças e influências recebidas. Ou seja, dizem:

- que a roupa deve ser usada normalmente até estragar;
- que ela não deve ser usada em festas;
- que deve ser um parente próximo a usá-la na missa;
- que não deve ser parente, mas que se torna parente ao usar a vestimenta;
- que o usuário da roupa do falecido deve assumir suas obrigações e dar assistência aos familiares enlutados.

Muito ainda poderia ser dito, mas em essência neste relato estão contidas informações recebidas de parentes próximos (mãe, tias, primas, etc.) e de informantes com os quais convivemos durante pesquisas feitas na capital e em cidades de interior do estado. Todas as informações estão transcritas com fidelidade, conforme narrado pelos interlocutores.

Referências

BEMFICA, Coralia Ramos; FIGUEIREDO, Lezia Maria Cardoso et al. *Santo Antônio da Patrulha*: re-conhecendo sua história. Porto Alegre: EST, 2000.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. São Paulo: Global, 2001.

CÔRTES, João Carlos Paixão. *Folclore Gaúcho*: festas, bailes, música e religiosidade rural. Porto Alegre: CORAG, 2006.

SANTOS, Julio Quevedo; RIBEIRO, Paula Simon; SANCHOTENE, Rogerio Fossari. *Viamão*: tradição e Identidade. Porto Alegre: Nova Dimensão,1988.

COBERTA D'ALMA EM VACARIA

Léa Maria Pereira Ribeiro[1]

Coberta d'alma é uma tradição passada de pais para filhos, de geração para geração, trazida para o Rio Grande do Sul com as primeiras famílias vindas dos Açores para povoar o nosso Estado há 270 anos.

Sou de origem açoriana com antecedentes que chegam a oito ilhas do arquipélago, com muito orgulho e gratidão.

Eu ainda pequena ouvia falar que uma amiga da minha mãe havia falecido e que tinha que ir na casa dela, antes dos sete dias para fazer uma visita de luto à família.

Chegando na casa, me recordo da residência toda fechada, pois não abriam as janelas que ficavam na parte da frente da casa, como sinal de luto. Fomos então recebidos com muita tristeza. Lembro que choravam e falavam na coberta d'alma (uma pessoa viva vestir as roupas da pessoa falecida).

Em 2011, a minha mãe faleceu e chegou a minha vez de fazer essa tarefa difícil, que é destinada sempre à pessoa próxima do falecido. No dia seguinte do sepultamento, se começa a mexer nos pertences do falecido. Em primeiro lugar se verifica as suas roupas. São separadas, uma peça de cada, desde as roupas intimas, blusa, casaco, calça, vestido, sapato, etc. São escolhidas as melhores peças que a pessoa falecida tivesse, como se ela fosse vestir para ir a uma festa ou ocasião muito especial; isso antes dos sete dias.

Figura 1 – Roupas da pessoa falecida a ser doada para a Coberta d'alma

Fonte: acervo da autora.

1 Produtora rural. Vacaria/RS.

Escolhe-se uma pessoa que tenha o mesmo porte físico, para que as roupas fiquem perfeitas no corpo. E que seja uma pessoa digna, com os mesmos valores da pessoa querida que acaba de partir. Isso se o falecido não tiver deixado escolhida a pessoa que receberia a Coberta d'alma.

Mas, como não é um assunto que se costuma falar, poucas são as pessoas que deixavam dito quem deveria receber as roupas; geralmente uma pessoa carente.

Antigos hábitos pós morte evidenciam uma relação entre os envolvidos, ou seja, a família do falecido e a família de quem recebera a Coberta d'alma, ao ponto que a família do falecido passava a tratar a pessoa como se fosse o falecido.

No dia que a pessoa recebe as roupas é chamada pelo nome do falecido. Também ocorre em algumas famílias como se fosse o falecido por anos.

Um dos motivos para as pessoas praticarem esse costume é o de acreditar que a alma fica liberta depois da morte e que a alma vai se salvar.

A Coberta d'alma tem peculiaridades de acordo com a crença de cada família.

Quem recebe a Coberta d'alma vai à missa de sétimo dia junto com a família, vestindo as roupas que pertenceu ao falecido, como se fosse o falecido rezar para a alma se salvar.

Após a missa, as roupas permanecem com a pessoa para seu uso pessoal. Tem pessoas que mantêm a relação para sempre com a pessoa escolhida.

Essa tradição chegou até os dias de hoje. Aqui em Vacaria, "a Porteira do Rio Grande", situada nos campos de Cima da Serra, são poucas as famílias que preservam esta tradição. Mas, a família do Sr. Altamirto Boeira de Vargas (Tio Miro, Mirão) que faleceu em 17 de setembro de 2022, de

Figura 2 – Altar da Catedral Nossa Senhora da Oliveira, Vacaria/RS, onde milhares de missas foram celebradas, nesta intenção

Fonte: acervo da autora.

família tradicional do interior de Vacaria, denominado Passo do Carro, antigo 8º distrito de Vacaria, hoje Monte Alegre dos Campos, realizou essa tradição.

Com muitas amizades, é difícil encontrar alguém que não o conhecesse, com seu caminhão boiadeiro cortando as estradas do município de Vacaria. Então, sua família manteve a tradição com a Coberta d'alma, aqui também conhecida como a Veste d'alma.

Mais recentemente, em 27 de novembro de 2022, faleceu a dona Olívia de Oliveira Borges, abalando a todos os familiares e a comunidade. Atuava junto à Paróquia Nossa Senhora de Fátima, como Ministra da Eucaristia, Zeladora da Capelinha da rua de sua casa, e, também, integrante do Grupo de Orações Legião de Maria.

A família da dona Olívia manteve a tradição. E quem recebeu a Coberta d'alma foi sua irmã, e juntas foram à missa de sétimo dia, onde rezaram para a alma descansar em paz e pediram a salvação de sua alma.

As filhas e noras prestaram uma homenagem, calçando sapatos que eram dela, já que ela gostava tanto de sapatos, e por ela estar feliz junto à Nossa Senhora de Fátima, santa de sua devoção.

Figuras 3 e 4 – Paróquia Nossa Senhora de Fátima, onde foi celebrada a missa de 7° dia da Dona Olívia

Fonte: acervo da autora.

CANTIGAS DAS EXCELÊNCIAS E ORAÇÕES POPULARES EM CARAÁ E REGIÃO

SANTINO TELMO GOMES[1]

Introdução

As Incelenças (na língua portuguesa, Excelência, por corruptela), *Cantigas de Guarda, Cantigas de sentinela ou Benditos de defuntos* constituem uma forma de expressão musical típica de localidades interioranas do nordeste brasileiro, e, em escala maior em outras regiões do Brasil, como no Rio Grande do Sul.

O termo Incelença remete a uma coletânea de pequenos cânticos executados, especialmente, em virtude de falecimentos. Podem ser executados à cabeceira dos enfermos terminais, substituindo a extrema-unção, na ausência do sacerdote. Credita-se às incelenças a propriedade de despertar nos agonizantes o remorso sobre os pecados, incitando-os ao arrependimento.

Desta forma, é possível sentir que esta herança cultural, cultuada no meio rural de regiões brasileiras, na região sul, sua difusão foi maior, onde inexistia por muito tempo uma simples capela. Logo, a consequente ausência do vigário, que visitava a região esporadicamente para batizados coletivos, o capelão exercia importância fundamental na comunidade.

Município de Caraá

Caraá, município com população estimada em 8.500 habitantes, que se distribuem em seus 295 km², emancipou-se de Santo Antônio da Patrulha em 1996. Localizado entre a região do Litoral Norte e a do rio Paranhana, do Estado do Rio Grande do Sul, caracteriza-se pela pluralidade étnica do seu povo, porém, com forte predominância açoriana.

1 Historiador, professor e folclorista. Caraá/RS.

A localidade do Rio do Meio

Entre as 24 comunidades do município, destaca-se a do Rio do Meio. O nome deriva do lugar que se situa: entre o Rio dos Sinos e o Caraá. A localidade iniciou a partir de meados do século XIX. Porém, no início século XX, ele se ampliou com a instalação de um forte estabelecimento comercial, liderado pelo descendente luso-açoriano, Joaquim Rabelo dos Santos (1875-1958). A comunidade adquiriu significativos avanços, com a instalação de uma serraria e moinho movidos à água. Era um homem dotado de forte liderança, fazendo funcionar, em 1911, uma escola de primeiras letras, inicialmente particular, em área doada por ele, para todos os moradores. Católico praticante mobilizou os moradores da região para a edificação de uma capela alusiva à Nossa Senhora da Conceição. Doou significativa área para o cemitério local, e evolui para a construção do "Império", assim denominado o atual Salão Comunitário do Rio do Meio.

O bucólico lugar é dotado de paisagens encantadoras, além da serra que o circunda, o rio com seus lajeados lindos, a ponte pênsil...

Figura 1 – Rio do Meio: capela, residência e casa de comércio; à direita, o império (1925 +-)

Fonte: acervo do autor.

Esta descrição simples se justifica, entre outras razões, a de encontrar pessoas que mantêm tradições que nossos povoadores e irmãos açorianos trouxeram e repassaram com invulgar tranquilidade, tal como as próprias depoentes afirmaram: "É preciso passar adiante o que nossos avós nos ensinaram..." E isso é tudo!

Figura 2 – Capelão "Tio" Pedro Jané

Fonte: acervo de sua neta Delurdes Cardoso Coelho, 79 anos.

As Excelências, cantiga tradicional na região, eram cultuadas no interior de Santo Antônio (região serrana) e Caraá, até os anos iniciais da década de 1960. Consultadas, as pesquisadoras patrulhenses, Ana Zenaide Gomes Ourique, Rosa Maria Gil Gomes e Eloisa Costa, informaram que nas localidades de Chico Lomã, Barrocadas, Morro Grande e Tapumes, regiões de campos ondulados (lombas) e planícies, são unânimes em dizer que não ouviram falar desta manifestação e que, segundo os pais e avós, eram outras cantigas.

Guardo na memória os cantos e orações nos velórios, nos terços de sétimo dia que se realizavam, geralmente, na residência da família do falecido. E nos cemitérios, em dia de Finados, a reza e os cantos das Excelências eram "puxados" pelo capelão, Sr. Pedro Cardoso da Silva (1882-1972) – o "tio" Pedro Jané –, figura popular e bem quista, que, aliás, por vezes se via em apuros para atender tantos chamados por familiares para a entoação junto às sepulturas. Por serem consideradas anjos até os sete anos, as Excelências não eram entoadas. O mais comum eram as *Mesa dos inocentes*.

Os cantos das excelências eram bastante emocionais e o cheiro de flores e velas de sebo, contribuíam para o ambiente se tornar mais tristonho, quer para os familiares ou parentes ou amigos que se reuniam para estes momentos de luto e de dor.

O rito das Excelências começa com o canto do *Senhor Deus*:
Senhor Deus!
Senhor, Deus misericórdia!
Pelas dores de Nossa Mãe Maria Santíssima!

Depois, o capelão reza um Pai Nosso e três Ave Marias e retorna completando o canto Senhor Deus:

Pelas dores de Nossa Mãe Maria Santíssima!
Misericórdia, Senhor!
Oh, Santíssimo Sacramento
Oh, Virgem Maria, Senhora Nossa!
És concebida sem pedado original! Amém, Jesus!

Após o canto inicial, o capelão entra com as Excelências:

*Com **uma** excelência, ó Virgem do Rosário,*
*Com **duas** excelências abriu-se o Sacrário.*
O Sacrário aberto saiu o Senhor fora,
Guiar esta alma que vai para a glória.
Que vai para a glória muito bem acompanhada
Com os anjos do céu todos eles arrodiados.

*Com **três** excelências, óh Virgem do Rosário,*
*Com **quatro** excelências, abriu-se o Sacrário.*
O Sacrário aberto saiu o Senhor fora,
Guiar esta alma que vai para a glória.
Que vai para a glória muito bem acompanhada
Com os anjos do céu todos eles arrodiados.
[...]

Com duas estrofes, exemplifico as quatorze excelências distribuídas em sete estrofes. Só se alterna a numeração de uma a quatorze.

Figura 3 – Cantadoras: Geci, 86 anos, Gilda, 84 anos, Leda, 83 anos e Érica, 68 anos (que não está na foto por estar realizando o registro fotográfico)

Fonte: acervo do autor.

As "Simpatias e orações"

Dona Gilda Rabelo Bestetti, além de cantadora, lembra e informa com riqueza de detalhes, as orações que seu pai lhe ensinou.

As simpatias são muito recorrentes na região. Eram orações, geralmente em rimas. *Santo Antônio pequeninho* é uma delas. Segundo a tradição, rezava-se três vezes, para encontrar objetos perdidos.

Oração de Santo Antônio pequeninho

Santo Antônio pequeninho
Se vestiu e se calçou
Seu caminho caminhou
Encontrou Nossa Senhora que perguntou:
Onde vais (aqui você fala o nome completo da pessoa que quer acalmar)
Vou falar com Deus Menino!
Vai, abrande bem para o lado do Jordão
Onde não cai pó nem grão
Sililianto de cristão.

Oração para alcançar uma graça

Levantei de madrugada,
Fui varrer a Conceição
Encontrei Nossa Senhora com um raminho na mão.
Pedi um galhinho
Ela me disse que não
Que me dava sete voltas
Ao redor do coração.

Oração para afastar tormentas e tempestades

Santo Antônio pequenino
Se lavou e se calçou,
Seu bordãozinho agarrou,
Seu caminho caminhou
Encontrou Antônio Bento;
- Antônio Bento, onde vais?
- Vou pras bandas do Jordão,
Espalhar tormenta e trovão
- Antônio Bento, espalha bem,
pra que não caia pó nem grão
e nem sangue de Cristão...
Para sempre, Amém!

As orações não eram rezadas nos velórios ou nos terços de 7º dia; eram individuais e em silêncio absoluto, pois exigia além da fé, o máximo de concentração.

Conclusão

A motivação da historiadora Véra Maciel Barroso inspira a quem, como eu, gosta da pesquisa de temas do folclore ou do cotidiano interiorano. Sair a campo e resgatar manifestações consideradas fora da convivência – é o caso do foco desta pesquisa –, é a de deixar às gerações que vem vindo, contribuições simples, mas de fé como esta.

Figura 4 – As irmãs Leda, Gilda, Érica e Geci

Fonte: acervo do autor.

Famílias mais antigas de Caraá têm suas raízes mergulhadas nos Açores. Exemplo disso é a família "Ilhéus"; não é sobrenome, mas uma identificação. Ao serem questionados do porquê deste acréscimo ao nome, respondem: "pois viemos dumas ilhas..." E isso impõe a quem se dedica à pesquisa ir mais a fundo!

Por ter encontrado pessoas do meu círculo familiar que viveram estas cantorias, e disposição para contribuir, todos têm o nosso reconhecimento!

Referência

Incelença: hpptps://pt.m.wikipedia

Fontes orais

Entrevistas de Geci Rabelo Menotti, Gilda Rabelo Bestetti, Maria Leda Rabelo da Silveira, Érica Rabelo de Souza e Dolírio Nunes da Silva (81 anos), concedidas ao autor, entre 22 de setembro e 11 de novembro de 2022, na localidade de Rio do Meio, Caraá.

RITOS FÚNEBRES EM BOM JESUS

LUCILA MARIA SGARBI SANTOS[1]

Introdução

Este estudo tem o objetivo de apresentar dois rituais fúnebres comuns nos Campos de Cima da Serra. A pesquisa está circunscrita ao município de Bom Jesus, situado a Nordeste do Rio Grande do Sul, na região dos Campos de Cima da Serra.

Na década de 1990 foi desenvolvido no referido município o projeto "Resgatando Nossas Raízes", com o objetivo de registrar memórias do município. O projeto foi dividido em subprojetos, um deles, intitulado "Ouvindo e Lembrando", que tinha como finalidade ouvir a história de vida de pessoas com mais de 60 anos de idade.

Os entrevistados, em sua maioria, estavam entre 75 e 90 anos, e as narrativas produzidas versavam sobre diferentes temáticas. Dependendo das especificidades de cada participante, os rituais relativos a falecimentos foram uma, entre as temáticas narradas.

Desses rituais, as homenagens especiais realizadas no decorrer do velório e/ou entre o 7º e 30º dia de falecimento de familiares e ou amigos foram registradas nas entrevistas. Os depoentes falaram que essas homenagens eram realizadas por meio do "Terço no velório e no 7º e 30º dia de falecimento", e não como habitualmente se faz em rituais católicos, nos dias atuais, com uma missa. Essa prática vinha de alguns motivos, entre eles, as grandes distâncias para o sacerdote percorrer com o propósito de rezar a missa. Nessas datas, portanto, os familiares e amigos participavam do terço que era rezado no decorrer do velório e no cemitério, onde o finado havia sido sepultado.

A empiria desse estudo é composta por oito entrevistas, que tratam, especificamente, de funerais e ritos fúnebres.

Quando foram realizadas as entrevistas, São José dos Ausentes constava como 3º distrito de Bom Jesus, razão pela qual algumas entre-

1 Professora, pesquisadora e idealizadora do SENATRO. Bom Jesus/RS.

vistas foram realizadas com moradores do hoje município de São José dos Ausentes.

Em se tratando da morte surgem com frequência os termos ritos e rituais. Cabe aqui estabelecer a diferença entre esses dois termos que, ao longo do tempo, são discutidos e até considerados como sinônimos.

Rito e ritual em suas definições pelos dicionários são semelhantes, muitas vezes se confundem, e até parecem sinônimos. Um ritual "[...] é um conjunto de gestos, palavras e formalidades, geralmente imbuídos de um valor simbólico, cuja performance é, usualmente, prescrita e codificada por uma religião ou pelas tradições da comunidade". Quanto ao termo rito, vários sentidos lhe são atribuídos, diferenciando-se do entendimento de ritual, dando continuidade ao que se entende por mito. No sentido mais geral, é uma sucessão de palavras e atos que, repetidas, compõem uma cerimônia. Apesar de seguir um padrão, o rito não é mecanizado, pois pode atualizar um mito, mantendo ensinamentos ancestrais e sagrados.[2]

Parece ser possível identificar a diferença de significado entre as duas palavras, embora essa diferença seja sutil. Concordamos com Dornelles (2002) quando entende que o ritual parece consistir em um conjunto de ritos, enquanto rito parece ser a unidade formadora do processo ritual.

Segundo Bayard (1996, p. 3), "O rito fúnebre é, em princípio, o gesto técnico de lavar, enterrar e cremar o cadáver. [...] mas é o seu prolongamento para ato simbólico que o torna abrangente em todo o seu sentido".

As memórias analisadas tratam de dois ritos ou rituais utilizados no município de Bom Jesus: as Excelências, pronunciadas por alguns entrevistados como "incelenças", e a Coberta d'Alma.

Excelências, incelencias ou incelenças

Dentre muitas outras, a tradição popular atribui às "*incelenças*" a faculdade de facilitar a morte do agonizante, de modo a minimizar-lhe o sofrimento.

> As *incelenças*, também denominadas *incelências, por corruptela,* e Excelência, Cantigas de Guarda, Cantigas de Sentinela ou Benditos de defuntos constituem uma forma de expressão musical. [...] O ter-

2 https://www.scielo.br/j/ptp/a/McMhwzWgJZ4bngpRJL4J8xg. Acesso em: 13/02/2023.

> mo incelença remete a uma ampla coletânea de pequenos cânticos executados especialmente em virtude de falecimentos [...]. A utilização destas cantigas fora dos contextos estritamente fúnebres é considerada um agouro de morte. (FONCA; BARBOSA, 1993, p. 1, grifo meu).

As excelências têm variações conforme as localidades onde são rezadas, mas devem ser em número de doze, referendando aos doze apóstolos de Cristo. Também é importante que sejam cantadas pelos mesmos executantes de início até o final. Elas não podem ser interrompidas, sob pena da pessoa falecida não encontrar a salvação eterna.

As excelências podem ser cantadas na saída do féretro, sendo o mais comum no cemitério, durante o sepultamento, bem como no terço de 7º e 30º dia.

Algumas vezes, o rito das excelências poderia ser cumprido na cabeceira de um agonizante. Esse ato apressaria o desenlace final, evitando o sofrimento do doente. Neste caso substitui a extrema-unção, na falta de um sacerdote que a ministre.

Atualmente, são poucas pessoas que conhecem ou ouviram falar nas excelências como rito fúnebre; estas sempre foram transmitidas por meio da oralidade

Das 8 pessoas entrevistadas e que falaram das Excelências, somente a Dona Dulcelíria lembrava o seu conteúdo. Coube a ela, em muitas ocasiões, ser a responsável pela execução das excelências, cantando sozinha ou acompanhada pelos participantes do velório. Em geral eram executadas por mulheres.

As excelências cantadas pela Dona Dulcelíria são as que seguem:
Uma excelência abre-se o Sacrário.
Sacrário aberto surge o Senhor morto.
Duas excelência abre-se o Sacrário.
Sacrário aberto surge o Senhor morto.
Três excelência abre-se o sacrário.
Sacrário aberto surge o Senhor morto
[...].

Repetem-se as estrofes até completar as doze excelências.

Coberta d'Alma

Entre os ritos de passagem da vida para a morte, e suas respectivas crenças, um ritual que esteve presente na região dos Campos de Cima da Serra foi o da Coberta da Alma, com a pronúncia local de *Coberta D'Alma*. Segundo esse costume antigo, a alma de quem morria devia ser coberta com uma roupa dada a uma pessoa necessitada, para poder aparecer vestida onde devesse aparecer

Há também registro desse costume, feito por P. Correa (1965), no município de Osório, no Rio Grande do Sul. Observa Correa que não encontrou vestígio dele nos municípios da Fronteira e da Campanha.

O mesmo pesquisador informa que, em 1935, no Primeiro Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense, comemorativo ao Centenário da Revolução Farroupilha, o escritor Manoel Estêvão Fernandes Bastos (também natural de Osório, onde é hoje patrono da Biblioteca Pública Municipal) apresentou trabalho sobre a *Coberta d'Alma*, com as seguintes conclusões, que constam dos Anais do evento:

> 1. A Coberta d'Alma é uma tradição açoriana;
> 2. Essa tradição envolve, encantadoramente, um ato de piedade cristã;
> 3. Pela sua piedosa significação e pela moralidade de seu alcance, esse costume deve ter influído na nossa formação social.

No caso do depoimento obtido em Bom Jesus, a informante diz que seu pai, que obedecia ao ritual dessa crença, era natural dos Ausentes (São José dos Ausentes); à época da entrevista era o 3º distrito de Bom Jesus.

Mas, é sabido que muitos hábitos culturais de origem açoriana, vindos do litoral, subiram até os Campos de Cima da Serra, seguindo o Caminho das Tropas.

Mesmo admitindo-se a fonte açoriana para essa tradição cultural, deve-se notar, no entanto, que ela aparece aqui relacionada, ou mesclada, com crenças típicas do ocultismo.

Do depoimento de Dona Naná, informante de Bom Jesus, conclui-se que diversas são as condições para que o ritual da *Coberta d'Alma* produza seus efeitos:

> A roupa dada em nome da pessoa falecida deve ser completa, incluindo as roupas íntimas e o calçado;

> Deve ser uma roupa nova ou, pelo menos, bem conservada;
>
> Deve ser dada a uma pessoa merecedora, não só pela pobreza, mas também pelos bons costumes;
>
> A doação deve ser feita até o dia do terço dos sete dias, para que, nessa ocasião, a pessoa beneficiada compareça vestindo a roupa dada.

A entrevista de Dona Naná fornece informações preciosas sobre esse rito fúnebre:

> Uma vez tinha a Coberta d'Alma. Se por acaso eu morresse, faziam uma roupa nova e davam tudo pra uma pessoa que aceitasse, né. Uma pessoa pobre. Mas faziam tudo completo, tudo. Sutiã, saia, calcinha, tudo completo. Fosse de morim, fosse de chita, mas era tudo. Aquela era a Coberta d'Alma, que eles diziam. O calçado também. Era tudo. Se a pessoa tinha uma roupa boa, não carecia comprar. Então a gente arrumava bem, passava bem passadinha e dava aquela.
>
> Mas tinha que ser uma coisa boa. Não assim trapo velho, roupa velha. Porque diziam, não sei se é certo, que com aquela roupa que a gente dá é que a pessoa aparece. Se ela vai aparecer no céu, ou onde aparece aquela alma, é com aquela roupa que a gente dá. Com a outra veste, com aquela que é enterrada não. Assim diziam, não é. Agora só estou dizendo o que os antigos diziam.

Em entrevista, Dona Naná me contou um fato por ela presenciado: Quando sua mãe morreu, ela era menina de uns 10 ou 12 anos. Lembra que seu pai deu a Coberta d'Alma de sua mãe a uma mulher, que não era digna de receber, uma mulher de vida fácil, ou seja, prostituta. Logo em seguida a mãe apareceu a seu pai dizendo que estava com frio, pois aquela *Coberta d'Alma* não tinha valor. Então seu pai providenciou e deu a uma mulher digna outra *Coberta d'Alma* completa e a sua mãe nunca mais apareceu. Ela não sabia se ele, o seu pai, sonhou ou se realmente apareceu. O não cumprimento implicava privar o espírito daquele que se foi do conforto necessário no caminho a outro plano de existência.

No Rio Grande do Sul, esse costume era preconizado nas comunidades do Literal Norte e em cidades de outras regiões com colonização predominantemente portuguesa.

A *Coberta da Alma* é um costume ambivalente, porque muitas famílias, dependendo da crença, faziam isso para conscientizar a alma de que

o corpo havia morrido e que ela poderia seguir em paz. Mas, ao mesmo tempo, era como se quisessem manter o falecido no convívio da família por meio daquele que recebeu a roupa

Sob outro aspecto, aqueles que se empenhavam em manter o costume também entendiam que era uma forma de garantir um bom juízo final àquele (a) que morria. Dar uma roupa era atitude benfeitora que não ficava creditada à família, mas ao morto. Assim, conta a professora Marina Raymundo, de Osório, que estaria assegurada no acerto de contas celestial, a pessoa falecida; ela teria uma boa obra a apresentar:

Era uma forma de salvar a alma do(a) falecido(a).

No entanto, existe um quase consenso em algumas dessas razões. A primeira, evidentemente, trata-se de prestar uma homenagem à pessoa morta, conferindo-lhe respeito e ritual na despedida. Mas, entre os que conhecem o hábito da *Coberta da Alma*, é comum a explicação de que essa tradição também tentava aplacar o receio de que a alma chegasse nua aos céus ou ao lugar que a fé de cada um julgava ser seu destino após a inanição do corpo.

Segundo algumas pessoas, a alma do falecido (a) permanece na terra e na casa até a realização da cerimônia da *Coberta da Alma*. A alma fica perambulando, vagando pelos arredores até a *Coberta da Alma* ser doada. Se a cerimônia não for feita, a alma ficará vagando, não encontra a paz e nem deixa ninguém em paz. Depois da cerimônia, a alma está livre para encontrar seu caminho no além. Ela é praticada por várias famílias brancas e negras, ricas e pobres do litoral de Içara, como outro exemplo.

Em Bom Jesus, esse costume foi muito comum. Mas atualmente não se ouve falar que seja respeitado.

Minha vó materna era nascida em Conceição do Arroio, atual município de Osório. No final da década de 1890, a família comprou terras em Bom Jesus, nos Campos e Cima da Serra. Adolcina, minha vó, já era mocinha, e conhecia bem as tradições da região onde nasceu e viveu um período de sua existência, tendo conservado ao longo da vida muitos costumes de sua terra natal. Entre esses estava a *Coberta da Alma,* o qual foi conservado por alguns familiares. Entre os familiares, estava sua filha Anita, minha mãe. Quando minha vó faleceu, ela fez a doação completa de roupa e calçado para uma pessoa de nosso convívio.

Às pessoas da minha família que tive oportunidade, também doei *a Coberta da Alma,* ou seja, aos meus pais e marido. Do meu marido doei para um amigo que muito conviveu conosco.

Referências

DE MELO SANTANA, M. H. Incelências: o povo canta seus mortos. *Revista Incelências,* v. 2, n. 1, 2011.

GZH COMPORTAMENTO. Coberta da alma: o ritual em que vivos usam roupas dos mortos. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2018/04/coberta-da-alma-o-ritual-em-que-vivos-usam-roupas-dos-mortos-cjg6rsvmf01ho01qlot0d2qcb.html. Acesso em: 17/04/2023.

José Clemente Pozenato, disponível em https://www.silvanatoazza.com.br/opiniao/detalhe/a-coberta-da-alma. Acesso em: 17/04/1923.

Rituais fúnebres no processo do luto: significados e funções. Disponível em https://www.scielo.br/j/ptp/a/McMhwzWgJZ4bngpRJL4J8xg 13/02/2023 20h) . Acesso em: 13/02/2023.

WIKIPÉDIA. *Incelença*. Apresenta conteúdo enciclopédico. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Incelen%C3%A7a. Acesso em: 15/02/2023.

Fontes orais

Entrevista realizada em Bom Jesus em 02/10/1993, por Lucila Maria Sgarbi Santos, com a Senhora Antonina Pereira da Silva (Tia Morena). Nascida em 10/05/1910.

Entrevista realizada em Bom Jesus em 06/02/2003, por Lucila Maria Sgarbi Santos, com a Senhora Georgina Pereira dos Santos. Nascida em 15/04/1898.

Entrevista realizada em Bom Jesus em 10/02/1992, por Lucila Maria Sgarbi Santos, com o casal José Idalino Pereira e Dulceliria Pereira. Ele nascido em19/03/1897, e ela nascida em 10/11/1911.

Entrevista realizada em Bom Jesus, nos dias 01 a 05/08/1995 e 10/11/1995, por Lilian Argentina Braga Marques e Lucila Maria Sgarbi Santos, com a Senhora Judith Camargo Kramer. Nascida em 10/04/1916.

Entrevista realizada em Bom Jesus em 01/08/1995, por Lilian Argentina Braga Marques e Lucila Maria Sgarbi Santos, com a Senhora Magdalena Ferreira de Mello da Silva. Nascida em 26/07/1929.

Entrevista realizada em Bom Jesus, nos dias 19/01/2003 e 08/02/2003, por Lucila Maria Sgarbi Santos, com a Senhora Nair Santos Camargo (Dona Naná). Nascida em 10/06/1923.

Entrevista realizada em Caxias do Sul em 28/08/1991, por Lucila Maria Sgarbi Santos, com Senhor Pedro Tietbhol. Nascido em 18/02/1913.

Entrevista realizada em Bom Jesus em 15/05/1994, por Lucila Maria Sgarbi Santos, com o Senhor Valmor Antônio de Brito (Seu Castelo). Nascido em 01/05/1923.

CONHECER PARA PRESERVAR: CANTORIAS DE TERNO DE REIS, UM LEGADO AÇORIANO

Cristina Maria de Oliveira[1]

Um laço de açorianeidade...

Em diversos municípios do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, que formam parte dos 77 municípios originários de Santo Antônio da Patrulha, entre esses Osório, ainda se mantém viva a tradição dos Festejos Populares nas comemorações dos Autos Natalinos, representados pelas Cantorias de Terno de Reis.

Os grupos de cantorias levam às famílias de sua região e aos visitantes a Mensagem de Paz, buscada pelos Magos do Oriente e universalmente referenciada através dos séculos. Conhecidas como *Cantorias Terno de Reis*, estas histórias foram trazidas pelos povoadores e soldados luso-açorianos ao Sul do Brasil, já antes do século XVIII: de terras longínquas de sua Pátria, aqui cantavam e cultuavam o que tinham aprendido com seus ancestrais, remontando aos tempos da Península Ibérica. Esses atos festivos populares e de religiosidade foram se enraizando e constituindo a cultura local. No período de migração interna para povoamento do estado do Rio Grande do Sul, esta cultura do Terno de Reis enraizou-se como parte dos festejos e celebrações entre povos açorianos e afrodescendentes trazidos pelos portugueses, bem como entre imigrantes de outras nações europeias que, com o passar dos anos, para cá emigraram.

O Terno de Reis, nas diferentes modalidades vigentes, é reconhecido entre os Festejos Populares do Brasil como parte do Folclore Brasileiro. Essa tradição chegou ao Rio Grande do Sul através dos açorianos há 270 anos. Nesse enlace de paz ultramar, ainda persistem, mesmo que poucos, os grupos familiares de cantorias aqui no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

1 Professora universitária aposentada, pesquisadora, escritora. Osório/RS.

Osório, reduto cultural das Cantorias de Terno de Reis...

O registro escrito das cantorias de Terno, em Osório, remete ao ano de 1862 (data identificada no livro Vila da Serra, de Antônio Stenzel Filho, de 1924). As Cantorias ocorrem no ritmo de toadas em Autos Culturais Natalinos, entre 8 de dezembro até o dia de Santos Reis, 6 de janeiro. Constituem-se numa riqueza histórica de sobrevivência desta tradição da cultura popular, aqui no Litoral Norte/RS. Na essência de sua temática, seguem a estrela guia dos milenares magos, identificando-se como mensageiros da paz universal, renovada pelo natalício do Menino Jesus.

No perímetro central urbano e nas localidades que compõem os distritos do município de Osório, vivenciam-se cantorias de Terno de Reis – uma longa história oral que precisa ser registrada e apoiada a sua vivência.

Dentre os muitos grupos familiares de cantorias em Osório, já registramos seis grupos que participam diretamente dos encontros culturais públicos, denominados de Festivais de Terno de Reis. Reconhecidamente possibilitam uma maior abrangência dessa tradição a toda a população do município e da região. Houve tempos, na década de 1960/70, em que o evento tinha um caráter de Festival Estadual. Passados alguns anos, foi interrompido, porém, em 2004/5, novamente, pela congregação de esforços de alguns Mestres de Terno e outros seguidores, a chama foi reascendida.

No acervo do Arquivo Público Municipal Antônio Stenzel Filho encontram-se vários documentos (reportagens jornalísticas, fotos, artigos e livros com registros dessa história). Nos últimos anos foram lançados os livros *Terno de Reis – Vozes da tradição* (2018) e *Terno de Reis – Patrimônio Histórico Cultural de Osório* (2020). Desde 2019, as Cantorias estão tombadas/registradas, no Livro de Festejos Populares, como *Patrimônio Histórico Cultural de Osório/RS,* Decreto Lei 04/2019.

Preservar o valor desses festejos populares que se constituem na identidade de grande parte da população regional e, também, socializar informações e depoimentos que promovam o bem-estar das famílias já envolvidas, é um ato de cidadania humanitária. É preciso que jovens e crianças, conhecendo sua história, se sintam pertencentes a esse Patrimônio Histórico Cultural de Osório e queiram preservá-lo, ou seja, conhecer a cultura para valorizar e preservar, evitando que seja dizimada pela cultura de massa mercadológica. A conquista e o engajamento dos

jovens e das crianças são essenciais à manutenção deste patrimônio e à construção de cidadãos cultos e conscientes de sua História.

Em pauta...

Com o objeto de valorizar para manter este jeito natalino osoriense, organizamos um projeto de Educação Patrimonial, iniciado em duas das Escolas da Rede Municipal, cujos resultados estão sendo socializados como um incentivo aos demais estudantes: para preservar é preciso conhecer. Conhecer as cantorias de Terno de Reis para que as famílias vivam suas tradições e a população toda possa prestigiar.

Como pesquisadora voluntária e autora dos citados livros, no segundo semestre de 2022, mantivemos contato com as direções da E.M.E.F. Cordeiro de Faria/bairro Palmital e de E.M.E.F. Tuiuti, localidade de Arroio das Pedras, no município de Osório, para apresentação da proposta de estudos sobre o tema. Na sequência, visitamos as escolas, contando a história do Terno de Reis aos alunos, em breve apresentação, efetivando a doação do livro *Terno de Reis – Patrimônio Histórico Cultural de Osório* (2020).

Professores e alunos interessados deram seguimento à leitura do livro e efetivaram pesquisas/entrevistas na busca de informações sobre a cultura açoriana/cultura osoriense em fontes diversas e entre seus familiares. Os alunos que participaram dos estudos e optaram por confeccionar cartões natalinos, chaveiros e móbiles (com a temática Reis Magos/ Terno de Reis) tiveram suas produções expostas na *Feira Cultural* da própria escola (nov. 2022) e na *37ª Feira Municipal do Livro,* de Osório (28/11 a 02/12/2022). Também, uma síntese das etapas efetivadas foi comunicada no evento *Raízes Açorianas no Rio Grande do Sul* (02 a 05 dez., Porto Alegre). E, depois de vários anos de ausência local, no *Encontro de Natal*, durante o encerramento das atividades da E. M. Cordeiro de Farias, a Comunidade do Palmital foi prestigiada por um *Terno de Reis* levado pelo Grupo de Cantadores *Osório, Cidade Luz*, um dos participantes com depoimentos e fotos do livro analisado.

Este projeto, em 2023 e ano subsequente, propõe-se a ser um incentivo à manutenção da tradição de cantar e receber o Terno de Reis, como um dos festejos populares que identificam e dão a conhecer marcas da cultura luso-açoriana, como cultura popular viva no Rio Grande do Sul. Para ter alcance a um maior número de famílias, através dos estudantes,

serão acrescentadas informações e sugestões de ações sobre a importância da Educação Patrimonial para desenvolver o senso de pertencimento ao lugar onde se mora, e a valorização da cultura, através do conhecimento e da participação em festejos populares.

Um pouco de prosa...

Uma prosa é coisa boa, né?! Inúmeras vezes já falamos, ouvimos e sentimos isto: uma sensação agradável de estar entre amigos, entre pessoas que conversam sobre suas vivências, seus saberes e trocam bons sentimentos, os quais nos despertam uma vontade de parar o tempo... É assim quando se está num bate-papo com gente que *canta* histórias, que *sustenta* a história, que *vive seus saberes* e que *se orgulha* do que faz. E quem são estas pessoas? Pois... estamos registrando um pouco das intermináveis histórias de vida dos *Cantadores de Terno de Reis* dos grupos do município de Osório/RS. Queremos integrar, cada vez mais, toda a comunidade na vivência do Natal, entre outros momentos, na cultura popular. São histórias tão significativas quanto significativo o é a história que eles cantam: mesclam-se na longínqua caravana dos 'homens de fé' que seguem a Estrela Guia em busca de paz para a humanidade. Nas suas histórias de vida, reconhecemos o sentido de Natal: nascer para difundir fé e viver em paz a exemplo do Cristo Jesus!

Os *cantadores*, no decorrer dos festejos populares natalinos, em Osório/RS, têm por tradição as Cantorias de Terno de Reis, quer em espaços familiares, quer em espaços públicos. A população e a administração pública compreendem o valor deste bem imaterial tombado/registrado como Patrimônio Histórico Cultural do Município de Osório – bens imateriais. As histórias destes grupos de cantorias precisam ser registradas por escrito e ter o reconhecimento desta cultura viva, com visibilidade de seus saberes populares que mantêm esta tradição profano – religiosa, através das cantorias narradas pelos nossos 'Reis Magos', na contemporaneidade; eles que sabem o que é, como é e como se aprende a ser um *Cantador de Terno*.

Quer-se, pois, que os cantadores cheguem até às escolas para 'ensinar', vivenciar uma atividade de Educação Patrimonial. Cada vez mais, quer-se dialogar com os cantadores que, muitas vezes, acabam deixando seus nomes e ações registrados através da oralidade, uma memória preservada pelas famílias mais antigas do município. Precisam ter seu

espaço cultural garantido; mesmo que caminhantes nas cantorias que se efetivam de casa em casa, e não somente nos eventos públicos dos festivais de Terno como festejos populares no Calendário de Eventos da cidade. E precisam também ter visibilidade em políticas públicas mais assíduas. Ao longo de suas narrativas, sempre reapareceram várias referências que merecem ser notificadas; uma caminhada de saber que leva ao sabor gostar / apreciar o que se conhece.

Reconhecemos que foi pela força da cultura popular que se mantiveram, ao longo dos anos, em Osório, muitos grupos de cantorias de Terno de Reis. Temos consciência de que estamos acrescentando somente mais uma etapa, e que outras tantas deverão seguir. Sentimo-nos agradecidos por ter sido possível produzir mais um registro escrito sobre esta tradição de festejos populares natalinos, o que nos incentiva a continuar doando nosso tempo, nesta causa, e em busca de novas oportunidades de ampliação do acervo histórico-cultural do município e da região.

Referências

LANDAU, B. *Os Manuscritos Perdidos dos Reis Magos:* um tesouro da Biblioteca do Vaticano finalmente revelado. (Trad. Fernando Effori de Mello). São Paulo: Matrix, 2013, 151 P. 13-05203, CDU 27-312.3.

OLIVEIRA, Cristina Maria de; PEREIRA, Estêvão Tertuliano; SILVA, Gabriel Fernandes Machado da; PACHECO, Jéssica Spitznagel. *Terno de Reis em (dis) curso***:** Vozes da Tradição. Osório: Cristina Maria de Oliveira/Editor, 2018.

OLIVEIRA, Cristina Maria de. Folias e Cantorias. In: *Poesia na Praça*: XXX Antologia Poética Patrulhense. III Antologia Poética dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre: Evangraf, 2019.

OLIVEIRA, Cristina Maria de. *Terno de* Reis: Tradição e Patrimônio Histórico-cultural de Osório/RS. Osório: Cristina Maria de Oliveira/Editor, 2020.

STENZEL FILHO, Antônio. *A Vila da Serra* (Conceição do Arroio). 2. ed., Caxias do Sul: UCS; Porto Alegre: IEL,1980.

VELAÇÃO DE SÃO BOM JESUS: RINCÃO DO HERVAL – SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

ANA ZENAIDE GOMES OURIQUE[1]

A Velação de São Bom Jesus é antiga em Santo Antônio da Patrulha. Atualmente, só existe na comunidade de Rincão do Herval, próximo à Capela de Santa Rita de Cássia. É uma devoção muito linda! Era comum no interior do município, pois meu pai, nascido em 1915 em Ribeirão do Meio, hoje município de Caraá, já contava sobre a devoção ao Bom Jesus como alguns diziam. Minha mãe, de 1921, da localidade de Morro Grande, também falava sobre a devoção que seus pais tinham por este santo. Meu avô materno é de 1844 e a avó de 1875. Tive a graça de conhecer os dois, pois ele faleceu com 105 anos e lúcido, e ela com 97. Dela, eu ouvia muito falar na fé em São Bom Jesus.

No Rincão do Herval, no dia 6 de agosto, é celebrada uma missa à noite, no Salão Paroquial da comunidade. Colocam a imagem de São Bom Jesus na mesa do altar e, as pessoas presentes levam pães ou biscoitos em cumprimento a promessas. Chama a atenção porque todos têm o formato antropomorfo ou zoomorfo, dependendo da promessa. Fazem as massas em forma de pés, braços, corpo inteiro, coração, pulmões, rins, conforme a graça alcançada. Outros, por ser interior e possuírem animais, trazem as figuras de cães, porcos, bois, cavalos, etc.

Após a missa, o padre dá a bênção a estes pães que são distribuídos aos presentes. Alguns levam sucos de sua produção ou mesmo artificiais. O povo confraterniza, e muitos dão seu relato das curas e agradecem a São Bom Jesus. Cada depoimento é acompanhado de agradecimentos e muitos vão às lágrimas. Há relatos que emocionam! Ali, naquele salão, os presentes procuram saber, em conversas que vão até umas 23 horas, aproximadamente, e das graças recebidas de cada um.

Sempre que acompanhamos a missa, deste dia, observamos que há a imagem em forma de quadro, muito antiga, que está sempre junto a

1 Pesquisadora, folclorista, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santo Antônio da Patrulha.

outra imagem, atualmente em gesso. A Figura 2 mostra o quadro, que era da família de Santino Cardoso da Cunha, pois pertencia aos seus pais que foram quem iniciaram a devoção nesta localidade. Em entrevista com o Sr. Santino, ele se emocionou ao fazer seu relato. O quadro que acompanha as missas, ao lado da imagem do santo em gesso, pertencia à sua família. Era de sua tia Flor Cunha. Seu pai, Bernardino Lopes da Cunha, nasceu em 1915 e sempre falava nesta devoção ao São Bom Jesus. De acordo com Seu Santino, muitos milagres foram alcançados.

Em 2022, meu marido e eu fomos assistir à missa e levamos, como sempre, um pão em forma de pulmão, pedindo o milagre da cura de meus pulmões, que após uma pneumonia e, no hospital, veio de "brinde" a bactéria Pseudomonas. Neste dia, 6 de agosto, ouvi a vereadora Eronita Andrade contar sobre o milagre de sua cura. Teve problema sério de saúde que, após tempo hospitalizada, estava caminhando sem ajuda de muletas.

Em 1982, no Curso de Pós-Graduação em Folclore, realizado pela Faculdade Palestrina, Paixão Cortes era nosso professor. Conhecia muito meus pais, pois era sempre onde se hospedava quando vinha a Santo Antônio da Patrulha. Sabendo desta devoção, o pai falou da forma como se festejava este dia. O professor ficou encantado e solicitou uma releitura com a orientação de meu pai, João Gomes dos Santos, de apelido Gita. Foi documentada pela equipe de pesquisa do IGTF (Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore). O documentário foi realizado na casa do sogro de Ana Maria Ramos Pereira, o seu Brazilino e Dona Robertina Pereira dos Santos.

A montagem do cenário foi autêntica. Colocaram uma toalha branca e sobre ela os pães, velas acesas, vasos com flores e a imagem do santo. Em outras épocas rezavam o rosário ou "rezas", liderada pelo "capelão", e depois das orações havia o leilão dos pães. Contam que viravam o santo para a parede e iniciava-se a dança. Atualmente é realizada somente a missa, e os pães são distribuídos gratuitamente. Muitos levam fatias para seus familiares, principalmente para aqueles adoentados. O que sobra depois da confraternização, ali no Rincão do Herval, é distribuído para a comunidade carente ou levam para lares de idosos.

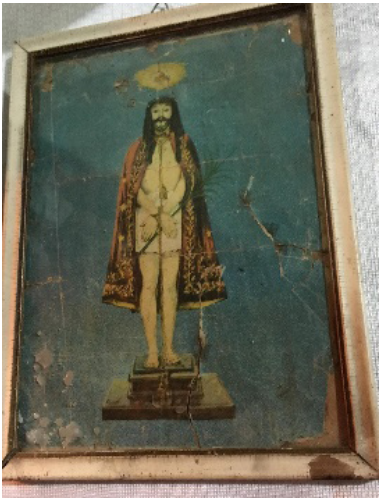
Esta é a devoção a São Bom Jesus, no Rincão do Herval em Santo Antônio da Patrulha. A devoção a São Bom Jesus tem suas raízes em Portugal continental e nos Açores, de onde foi levada aos países de colonização portuguesa.

Os primeiros vestígios do culto a São Bom Jesus remontam ao século XVIII, se organizando junto com os primeiros vilarejos que se tornaram cidades importantes (https;/arquisp.org.br santo do dia).

Figura 1 – Menina agradecendo a graça recebida

Fonte: acervo da autora.

Figura 2 – Quadro que acompanha as cerimônias, desde as primeiras Velações



Fonte: acervo da autora.

Figura 3 – Imagem atual de São Bom Jesus. Está sempre ao lado da antiga imagem

Fonte: acervo da autora.

Figura 4 – Ana Zenaide Gomes Ourique e Rosa Maria Gil Gomes, mostrando um pão na forma de pulmão

Fonte: acervo da autora.

Continuei em minhas pesquisas, buscando outras localidades ou até municípios próximos a nós. Por este motivo transcrevo o texto que fala sobre as mudanças das práticas culturais, mas isto não implica na sua extinção. Elas podem se modificar, no decorrer do tempo, e vão, aos poucos, se

adaptando às novas perspectivas sociais. É importante associar cultura com tradição, mas percebendo a cultura como herança e transformada em tradição.

Chamou-me a atenção, durante minhas pesquisas, a mesma devoção a São Bom Jesus, também em Ibitinga, São Paulo. Na íntegra, o texto intitulado "No dia 6 de agosto é feriado em Ibitinga":

Figura 5 – Pães com formato de animais

Fonte: acervo da autora.

> A imagem foi trazida para Ibitinga por Miguel Landim, fundador da cidade há 155 anos. É uma data importante para o município. A devoção ao Senhor Bom Jesus veio de Portugal, mas a imagem que está em Ibitinga veio por conta de Miguel Landim, por uma graça alcançada ao se recuperar de uma infecção palustre (infecção febril aguda, também conhecia por paludismo).
>
> Landim soube de uma imagem de santo de sua estatura e mandou que a resgatasse. Como agradecimento ao Senhor Bom Jesus construiu uma capela, onde hoje é a Praça Jorge Tibiriçá. Ibitinga, SP. Ficou lá, de 1886 até 1914, ocasião em que foi construída a atual Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus. (https://www.ibitinga.sp.gov.br).

Existe o Santuário de São Bom Jesus nos Açores e na ilha da Madeira, e também em Araranguá, Santa Catarina.

Referências

Cadernos Gaúchos-8 Folk. *Festas e Tradições Gaúchas.* Porto Alegre: Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore. (Obras editadas de 1979 a 1983).

Sites

https/ caminhos culturais.com.br

https;/arquisp.org.br santo do dia

Ibitinga, sp.gov.br/ 6 de agosto.

Wikipédia/wiki/Senhor Bom Jesus.

YouTube. 330 anos de Romarias. Lapa da Fé e Tradições: saberes e fazeres da Cultura.

Fontes orais

Entrevista de Santino Cardoso da Cunha, concedida à autora.

Registros orais da autora com frequentadores das Velações.

A VELAÇÃO “DA SANTA” NA ESQUINA DOS MORROS, SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

JOELSON MACHADO DE OLIVEIRA[1]

“Uma estrela caiu do céu
No ponto do meio dia
E formou mais uma conta
No rosário de Maria”.

Esse e outros versos eram cantados em muitas localidades do município de Santo Antônio da Patrulha, nas chamadas “Velações”.

Na década de 1940 e início dos anos 50 existiam as Velações das Santas em várias localidades do município patrulhense.

Na localidade de Esquina dos Morros, distrito da sede do município, distante cerca de cinco quilômetros da cidade, aconteciam frequentemente as velações. A santa padroeira do lugar, Nossa Senhora da Piedade, foi encontrada, anos atrás, em uma bica que ficava ao pé do morro. Ali próximo morava um casal de bugres, meio índios que acharam a imagem. Depois de um tempo, o casal veio a falecer e a Santa ficou com o morador mais próximo, o Sr. Valeriano.

O Sr. Valeriano mandou fazer um altar em sua casa para hospedar a Santa. Para lá, começaram a acorrer muitos fiéis que levavam presentes para a Santa, tais como velas, tecidos para o altar e manto para a Santinha. Todos os dias, no final de tarde, faziam a hora da Ave Maria, com rezas e cantorias para a Santa. Às vezes, em época de seca, faziam procissão e levavam a imagem até um passo, uma sanga, e lá molhavam os pés da Santa para que ela mandasse chuva para as lavouras, roças e campos.

Quando marcavam a Velação, em alguma casa, reservavam a data com o Sr. Valeriano. Ele tinha um caderno, onde agendava os dias para

1 Joelson Machado de Oliveira é patrulhense, administrador e advogado. É autor de três livros, Remoendo Sonhos (2007), Céu de Oceano (2009) e Rua Deserta (2017). Associado ativo do Grêmio Literário Patrulhense, participando de diversas obras literárias organizadas pela entidade. É um escritor ativo e engajado, participando sempre que possível de obras coletivas, bem como escrevendo em jornais.

a peregrinação da Santa. No dia marcado, iam em procissão buscar a imagem e levavam ao altar montado na casa destinada.

Pelo caminho iam rezando e cantando o terço. Existia, na época, um cantador de terços, o Sr. Francelino Catete, que sempre era convidado para conduzir a Santinha em seus deslocamentos. Após chegarem e colocarem a Santa no altar, começavam as rezas. Mais tarde vinham os quitutes e as comilanças, como: rosquetes, fartes, broas, merengues e queijadas. Quando a noite já tinha se estabelecido, viravam a Santa de costas e começava o baile. E assim passavam a noite, rezando, comendo, dançando e fazendo brincadeiras, como anéis e lencinhos.

Quando amanhecia o dia, escolhiam a nova casa onde seria a próxima Velação, e depois iam embora, alegres e felizes. Um dos meus tios tinha um amigo que trabalhava no comércio. Eles ficavam buscando informação de onde teria Velação no final de semana. Nos sábados à noite, pegavam um "carro de praça" e iam para esses eventos. Onde iam mais seguido eram nas localidades de Portão, Casqueiro, Esquina dos Morros e Passo do Sabiá; mas muitos outros lugares também tinham as Velações.

Assim como os alemães fundavam os clubes de canto para se reunirem socialmente e os italianos fundavam os clubes de bocha para a mesma finalidade, os açorianos misturavam a religiosidade com os festejos para arrumarem os seus namoros, prova disso, é que estes sempre construíam primeiro o salão paroquial para depois construírem a igreja.

As Velações eram o acontecimento social da época. Desses encontros saíram muitos namoros que resultaram em casamentos.

Ao amanhecer, iam embora para as suas casas, tiravam os sapatos e calçavam tamancos e chinelos, atalhando pelos campos, molhando os pés no sereno que tinha dormido sobre a grama. A cantoria caminhava junto nos campos orvalhados.

"Hoje teve Velação
Na casa do seu Josia
Daqui uns dias vais ter
Na casa do João Maria".

TRAÇOS DA INFLUÊNCIA AÇORIANA NOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA

EDGAR BUENO SILVEIRA[1]

Introdução

Desde os primeiros anos escolares, as crianças brasileiras estudam sobre a chegada dos portugueses ao nosso país. Estudam sobre a colonização europeia no Brasil e as influências de além-mar que aqui chegaram e se perpetuaram ao longo dos anos, algumas delas da mesma forma como vieram da Europa, outras com adaptações e contribuições dos diferentes povos que também participaram da ocupação do território e alicerçaram as bases da cultura nacional.

Os açorianos trouxeram inúmeras contribuições à região sul do Brasil, especialmente aos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. A identidade cultural do gaúcho acabou se formando e moldando, baseada nessas contribuições e influências.

A colonização açoriana no Rio Grande do Sul

A literatura específica da área de História, baseada em registros e documentos históricos, reforça a ideia de que a colonização açoriana no Rio Grande do Sul se deu sobretudo em 1752, quando chegaram os primeiros casais das ilhas, apesar de a data oficial da fundação de Porto Alegre ser 26 de março de 1772, quando houve a criação da Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais, sendo alterada em 1773 para Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre. A cidade chegou a ser chamada de "Porto dos Casais" em função dos açorianos que nela chegaram.

1 Licenciado em Pedagogia – Anos Iniciais: Crianças, Jovens e Adultos pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul/UERGS e em História pela Universidade Pitágoras/UNOPAR, Polo de Vacaria. Pós-Graduado em Estudo das Relações Étnico-raciais e Multiculturalismo pela Universidade do Planalto Catarinense/UNIPLAC/SC e em Tecnologias em Educação/PUC/RJ. Membro atuante e efetivo em Centros de Tradições Gaúchas/CTGs, pesquisador, historiador, membro fundador da Academia Vacariense de Letras, da qual é Primeiro Secretário na Gestão 2022-2024.

Evidentemente, não foi só na região da atual Porto Alegre que tivemos a colonização açoriana. Na verdade, a coroa portuguesa tinha a intenção de fazer com que os açorianos ocupassem a região dos povoados missioneiros e, assim, garantir a posse do território, após a assinatura do Tratado de Madrid, ocorrida em 1750, o qual determinava que a Colônia do Sacramento, no Uruguai, até então portuguesa, passaria ao domínio espanhol, enquanto que os povoamentos fundados por jesuítas espanhóis, nas missões, passariam para a posse portuguesa.

O autor e pesquisador Luiz Damo, confirma a tese de que a ideia do povoamento era "garantir e estabilizar as fronteiras meridionais", além de que os açorianos muita "influência exerceram na formação antropológica do Rio Grande do Sul.

A formação de famílias e a colonização do território, bem como a influência do povo açoriano no Rio Grande do Sul também são aspectos destacados por Márcia Cristina Borges da Silva, a qual registra:

> A presença de mulheres luso-açorianas no Rio Grande do Sul é inerente à própria ocupação e colonização da parte sul do Brasil a partir do século XVIII. [...] Iniciaram
>
> as povoações portuguesas com a vinda dos casais açorianos; para as solteiras e solteiros o governo abriu um espaço de cinco anos, a partir da chegada ao Rio Grande do Sul, para receber benefícios caso constituíssem matrimônio. [...] A mulher portuguesa impunha disciplina e os bons costumes, os limites, e era também guardiã da moral, da ética, dos valores das quais as mulheres tanto se orgulham. (SILVA, 2013, p. 17).

Foi grande e diversa a influência açoriana no Rio Grande do Sul. O pesquisador e autor José Machado Leal destaca a grande abrangência dessas influências:

> Agricultores e gente do mar, os açorianos se distinguiam por sua vivacidade natural, aliada a um caráter alegre, expansivo e hospitaleiro. Eram amantes da música, das danças, das cavalhadas, das corridas de touros e das Festas do Divino Espírito Santo. Eram religiosos, cristãos, apostólicos e romanos. [...] Formando a base da colonização do Rio Grande, esse povo influiu sobremaneira na formação dos usos e costumes da Província, concorrendo com suas qualidades e sentimentos para a criação do gênio rio-grandense. (LEAL, 2013, p. 116-117).

Outro aspecto importante a ser ressaltado como herança açoriana é o modo de falar da população rio-grandense. A folclorista Lilian Argentina Braga Marques nos deixou pesquisas destacando que é dos açorianos que herdamos, entre outros termos típicos, com significado especial para o gaúcho, a palavra "rancho". (MARQUES. In: KRAMER,1996, p. 45).

As músicas e as danças tradicionais gaúchas

Os gêneros musicais tradicionais do gaúcho se dividem em no mínimo três: os de salão, também conhecidos como fandangueiros ou ritmos de baile; os de projeção folclórica, resgatados e executados nos Centros de Tradições Gaúchas; o nativista, gênero que traz normalmente canções mais lentas, que destacam o sentimento, a reflexão, o amor à sua terra e ao seu povo.

Essas músicas, danças, letras e ritmos apresentam uma forte influência portuguesa e açoriana. No primeiro gênero, músicas e danças mais populares, comumente executadas nos bailes, temos a alegria e a vivacidade de ilhéus e continentinos. Já nas danças de projeção folclórica, temos muitos exemplos, como a "Chamarrita" e a Quadrilha, assim como o Rilo. Essas danças têm como característica um comandante, ou seja, alguém que dita os passos, como por exemplo: ao comando de "caminho da roça", na Chimarrita; de "caracol", na Quadrilha; e de "com o par da frente", no Rilo – os pares executam os respectivos passos. Ainda no gênero de "projeção folclórica", há que se destacar a Queromaninha, também conhecida como Mariquita. Em uma das versões de sua letra, temos o verso "Seu Mané tem uma prima, que inda vou mandar buscar, Mariquita". Sabemos que "Mané" refere-se a Manuel, tanto no Rio Grande do Sul, quanto nas ilhas dos Açores, quanto em Portugal continental.

Paixão Côrtes, conceituado folclorista do Rio Grande do Sul, destacou a influência açoriana na música e na dança de projeção folclórica gaúcha. Com os açorianos, diz ele:

> Começa-se, então realmente, um aconchego dos gaúchos-gaudérios com as lusitanas-açoritas e de uma nova vida comunitária na incipiente sociedade rural, gerada nas estâncias sesmeiras rio-grandenses. E a dança não poderia faltar, nesses núcleos familiares socioculturais nascentes, dando razão à chegada das Chamarritas (Chimarritas), Canasverdes, Pezinhos, Sarrabalhos (Cerra o Bailho), Tiranas, etc. do remoto populário colonizador português. (PAIXÃO CÔRTES, 2002, p. 14).

Como terceiro e último gênero, temos o nativismo. Tal ritmo nos remete ao fado, uma vez que destaca o sentimento e a reflexão, além de ser um ritmo lento, que nos permite imaginar, pensar e sentir o que o cantores e autores tentam transmitir. O amor à terra, à pessoa amada, aos usos e costumes do Rio Grande do Sul de antigamente são muito presentes nas músicas nativistas. De modo geral, foi muito grande a contribuição açoriana na música, na dança, nos versos e canções do gaúcho. Novamente parafraseando Marques, sabemos que os ilhéus, além da alegria tinham "[...] na dança um elemento de integração importante. É do açoriano que herdamos a cana-verde, a chimarrita, o caranguejo e o pezinho. Adivinhas, provérbios e quadrinhas são de origem açoriana." (MARQUES. In: KRAMER, 1996, p. 45).

Evidentemente, tanto danças quanto letras e ritmos, passaram por adaptações ao se estabelecerem no Rio Grande do Sul, algumas delas se fundindo com influências de outros povos e culturas.

A indumentária tradicional do gaúcho

Se portugueses e açorianos contribuíram na música, nos versos, nas canções e nas danças, também o fizeram nos trajes típicos do gaúcho. Sabemos, através da pesquisadora Véra Stedile Zattera, que:

> O ilhéu dos açores, homem rústico e simples, se introduziu no Rio Grande do Sul por volta de 1752, através de incentivos da Coroa. Foi ele quem veio cultivar a terra remota desses confins de mundo. De sua influência cultural e de sua união com os índios e destes com os espanhóis e portugueses ibéricos, foi se firmando o tipo do gaúcho. Sua indumentária era de uma simplicidade evidente, identificando bem sua índole singela e modesta. Os açorianos trouxeram consigo o abeiro (chapéu), trançado de palha de trigo ou de butiazeiro de abas largas, chinelos, bragas, tamancos, botas e véstias. Suas mulheres vestiam mantilhas, véus, fichus, mantas, espartilhos, cintos, meias, sapatos e um jaleco curto que chamavam roupilha. Alguns desses homens e mulheres trouxeram consigo vestes e ornamentos elegantes e rebuscados. Chapéus, gibões, casacos de seda, botas de couro de veado, sapatos guarnecidos de fivelas, saias longas com cauda, anáguas e espartilhos, meias de lã, mantos franjados, toucados de véu de tafetá, trabalhados, às vezes, com prata e ouro, pingentes, correntes e broches, pulseiras e gargantilhas. No entanto, essa terra não lhes foi generosa em sua vida, ligada a um ambiente hostil, obri-

> gou-os a optar por vestes mais campeiras, mais simples e de acordo com seu trabalho na terra. (ZATTERA, 1995, p. 55).

Se analisarmos os trajes típicos do gaúcho, tanto masculino quanto feminino, quer o atual quer o histórico, iremos perceber claramente a influência descrita pela pesquisadora na citação acima. O mesmo vale para o trajar dos tropeiros birivas (ou biribas), cuja indumentária também remete nosso pensamento às vestimentas açorianas e portuguesas continentinas, reafirmando assim sua contribuição cultural à indumentária do povo do Rio Grande do Sul, bem como de outros Estados brasileiros.

A religiosidade açoriana presente no Rio Grande do Sul

Sabemos todos que boa parte dos açorianos que se deslocaram para o Brasil Meridional eram católicos. Assim sendo, trouxeram para cá sua fé, seus santos e santas de devoção, além de festividades típicas da religião.

Uma das festas religiosas que chegaram aqui com os ilhéus foi a do Divino Espírito Santo. A Festa do Divino, como ficou popularmente conhecida, não se atém apenas ao Rio Grande do Sul, mas está presente em outras regiões do Brasil. Remetemos nosso pensamento ao folclorista Paixão Côrtes, o qual informa que a "devoção ao Divino, pelo povo brasileiro, é uma herança que nos vem do colonizador português [...] das ilhas lusas ultramarinas – Açores." (PAIXÃO CÔRTES, 1983, p. 7).

A simbologia da pomba e da bandeira do Divino também é uma influência dos açorianos no Estado gaúcho.

A arquitetura açoriana no Rio Grande do Sul

Iniciemos nossa análise da influência dos açorianos na arquitetura de construções do Rio Grande do Sul, atrelando o tema à religiosidade. Novamente mencionando Paixão Côrtes, temos as informações de que existiram (e ainda existem) pombas e imagens relacionadas ao Divino Espírito Santo, esculpidas ou moldadas em paredes e estátuas de construções no Rio Grande do Sul. (PAIXÃO CÔRTES, 1983, p. 25 e 28). O autor destaca ainda a forte presença de arquitetura típica açoriana no Estado (p.19 e 69), incluindo-se o modo de construção dos telhados (p. 70-72).

Ainda ligando a religiosidade à arquitetura, Günter Weimar explanando sobre suas pesquisas no II Encontro Internacional de História e Genealogia

Açoriana, realizado em Porto Alegre em junho de 2022, trouxe informações de que os "impérios" eram capelas de administração local, com características próprias, onde se realizavam festas locais. Segundo ele, em Triunfo, um império foi considerado como o último existente no Rio Grande do Sul. Muito provavelmente tenha sido restaurado para resistir ao tempo. Esse tipo de construção, apesar de ser um templo católico, como tantas outras igrejas, apresenta padrão arquitetônico tipicamente açoriano.

Além disso, a localidade de Santo Amaro, no município de General Câmara, a vila foi tombada como patrimônio histórico, a partir dos incentivos do arquiteto Luiz Fernando Rhoden.

Temos ainda, muitas "cidades açorianas" do Rio Grande do Sul, onde a presença de traços da arquitetura dos insulares é marcante.

Segundo pronunciamento de Luiz Antonio de Assis Brasil, durante o II Encontro Internacional de História e Genealogia Açoriana, os modelos arquitetônicos das casas das estâncias do início do século XIX seguiam padrões arquitetônicos da ilha Terceira.

Presença açoriana na economia gaúcha

A história nos conta que a maior parte dos açorianos que veio para o Rio Grande do Sul era ligada à agricultura e que muito contribuiu para alavancar esse segmento econômico do Estado. Contudo, muitos trabalharam na construção civil em Porto Alegre, uma vez que tinham habilidades manuais, tanto para realizarem serviços com madeira, quanto com pedras e argamassas.

Quando os ilhéus chegaram ao Rio Grande do Sul, depararam-se com uma sociedade escravocrata. Segundo o historiador Paulo Roberto Staudt Moreira, existiram açorianos com escravos na região de Porto Alegre. O Comendador João Baptista Soares da Silveira foi proprietário de muitos africanos escravizados na atual região metropolitana. A comprovação da posse de escravos por parte de açorianos se deu através de inventários e cartórios da região.

Anita Garibaldi: brasileira, açoriana, mundial

Ana Maria de Jesus Ribeiro, nascida no Estado de Santa Catarina, a qual se tornou conhecida internacionalmente por ter lutado na Guerra Civil dos Farrapos, no Brasil, e na Guerra de Unificação da Itália, ficou fa-

mosa ao ponto de ter monumentos nos dois continentes: um na América do Sul, e outro na Europa.

Os estudos de Adílcio Cadorin indicam que a "heroína de dois mundos", como ficou carinhosamente conhecida, é descendente de açorianos. De acordo com Cadorin:

> Pouco se sabe quanto à origem do pai de Anita, Bento Ribeiro da Silva. Melhor sorte foi obtida quando pesquisadas as origens da mãe de Anita, D. Maria Antônia de Jesus Antunes, restando comprovado ser filha de Salvador Antunes e de Quitéria Maria de Souza. [...] Quitéria Maria de Souza era filha de Antônio José de Souza, originário da ilha de São Miguel, nos Açores – Portugal. (CADORIN, 2020, p. 19).

Em resumo, uma das personagens mais conhecidas da história do Rio Grande do Sul e do Brasil, assim como da Itália, era descendente de açorianos.

A influência açoriana em Vacaria e nos Campos de Cima da Serra

Como vimos, a influência açoriana no Brasil e no Rio Grande do Sul é muito diversa. Em Vacara e na região Nordeste do Estado, conhecida como Campos de Cima da Serra, as maiores influências são as Festas do Divino Espírito Santo e as Cavalhadas. Em função da geografia, a região também é conhecida como planalto norte-rio-grandense.

As pesquisas de Francisco Appio apontam que por volta de "1780 havia no Estado 10.503 açorianos, constituindo 55% da população. [...] No Planalto, mais tarde denominado Campos de Cima da Serra, entretanto, a concessão de sesmarias fora feita ainda em 1738". (APPIO, 2007, p. 7).

Note-se a forte presença açoriana na região serrana.

Quanto às Festas do Divino, Paixão Côrtes afirma que estas são comemorações brasileiras, sendo que "em nosso Estado, se revestia de grande brilhantismo dentro dos eventos religiosos rio-grandenses, não só na nossa Capital como nas paróquias do interior, onde, nestas últimas, era enriquecida, frequentemente, com a corrida de Cavalhadas e outros folguedos". (PAIXÃO CÔRTES, 1983, p. 13).

Constata-se que as cavalhadas eram praticadas em eventos religiosos, principalmente no interior, como é o caso de Vacaria e cidades próximas.

No ano de 2022, no Tchêncontro da Juventude Gaúcha, promovido pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho, membros de Centros de Tradições

Gaúchas da região dos Campos de Cima da Serra apresentaram na Mostra Folclórica, justamente uma pesquisa sobre as Festas do Divino, com suas canções, procissões, bandeira, simbologia e manifestações de fé.

Figura 1 – Yasmim (CTG Alexandre Pato, Lagoa Vermelha), Emily (CTG Rancho da Integração, Vacaria), Anita (CTG Alexandre Pato), Lauri (CTG Pioneiros do Laço, Esmeralda), Pedro (CTG Rancho da Integração), Sandro (CTG Rancho da Integração). Tchêncontro da Juventude Gaúcha (2022)

Fonte: acervo de Lidiane Paiz de Souza Scaim.

Figura 2 – Lauri e Pedro (ambos de Costas), Anita (com a bandeira do Divino), Yasmim (vestido amarelo), Felipe, Emily e Sandro (de costas). Tchêncontro da Juventude Gaúcha (2022)

Fonte: acervo de Lidiane Paiz de Souza Scaim.

No Hospital Nossa Senhora da Oliveira, em Vacaria, a Bandeira do Divino é levada aos quartos de pacientes católicos.

As cavalhadas eram outra marca registrada da região. A folclorista Lilian Argentina Braga Marques nos ensinou que:

> [...] as cavalhadas são encenações montadas, que reelaboram os relatos das lutas de Carlos Magno e os Pares de França (cristãos) contra os mouros. A Cavalhada realizada desde 1885 no município de São Francisco de Paula, reproduz uma batalha, na França, entre cristãos e islamitas (mouros), quando a princesa moura Floripa, apaixonada por um soldado cristão, acaba por ser raptada pelas tropas cristãs de Carlos Magno. (MARQUES In: KRAMER, 1996, p. 65).

As cavalhadas eram praticadas em várias cidades dos Campos de Cima da Serra. A mesma autora supracitada alerta que elas não eram exatamente iguais, pois apresentavam "variantes nos diversos municípios em que se verificam. Não existe uma data prévia ou fixa na realização deste folguedo". (MARQUES, 1989, p. 120).

Outro folclorista, J. C. Paixão Côrtes afirma e reforça a presença das cavalhadas na região dos Campos de Cima da Serra:

> Numa região – Campos de Cima da Serra – no entanto, nunca chegou a morrer a tradição. Esteve apenas sob cinzas. [...] Nessa área, nos municípios de Vacaria e São Francisco de Paula, e mais especialmente nas vilas de Muitos Capões e Cazuza Ferreira (nesta, também, "corrida" exclusivamente por "morenos") essa festividade permaneceu mais ou menos viva e com apresentações periódicas. Vacaria (1907, 1927 e 1950) e em Muitos Capões, possivelmente anterior a 1946. (PAIXÃO CÔRTES, 1987, p. 34-35).

Paixão Côrtes também descreveu a chegada das Cavalhadas ao Rio Grande do Sul. O autor afirma que:

> A Cavalhada chegou pelos imigrantes portugueses. No entanto, não acreditamos que no Rio Grande do Sul esta festividade tenha sido introduzida pelos açoritas, gente que vivia apartada do Portugal Continentino, e cujas características de trabalho e de viver eram mais relacionadas ao homem a pé, afeito à explorado agrícola e atividades fluviais. A verdade é que, bem antes da Província de São Pedro ter sido "descoberta" pelos bandeirantes-paulistas e recebido a primeira leva de colonizadores lusos, já no quase outro extremo do território brasileiro, a Cavalhada tinha papel de relevo nas festi-

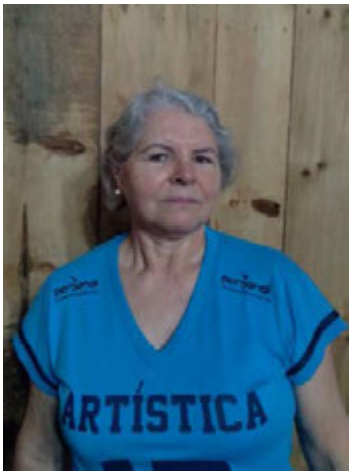
> vidades comemorativas populares. (PAIXÃO CÔRTES, 1987, p. 32, grifo do autor).

Como as pesquisas citadas afirmam, a prática das Cavalhadas não desapareceu completamente dos Campos de Cima da Serra. Os estudos realizados apontaram para a presença do folguedo na região, e entrevistas realizadas em 2022 com moradores de Vacaria confirmaram aquilo que os livros trazem. Clodi Fernandes Oliveira, nascida em 19 de março de 1954, contou que a irmã de seu esposo, Porcínio Borges de Oliveira (08 de julho de 1952), participou da encenação: "Minha cunhada participou das cavalhadas. Ela era a Floripa. Usava um vestido muito bonito". O filho do casal Clodi e Porcínio, Marcelo Fernandes Oliveira (02 de março de 1979), também participou das corridas de cavalhada, e registrou: "Eu corri cavalhada em Muitos Capões duas vezes, e uma vez em Passo Fundo, no Parque da Roselândia. Eu era dos vermelhos".

Figura 3 – Marcelo Fernandes Oliveira, participante de Cavalhadas em Muitos Capões e Passo Fundo

Fonte: acervo do autor.

Figura 4 – Clodi Fernandes Oliveira, mãe do Marcelo, e cunhada de uma participante de Cavalhadas como Floripa



Fonte: acervo do autor.

Os escritos de Elisabete Costa da Silva comprovam a prática das cavalhadas em Muitos Capões:

> Na segunda edição (1998), a Festa teve eventos com apresentações artísticas: Missa Crioula, Mostra Cultural, Gincana e Cavalhadas, entre outros. A festa foi realizada em diversos espaços do município:

> Museu, Prefeitura Municipal, Ginásio e Praça Central. Na segunda edição (1998), a festa teve eventos com apresentações artísticas, Missa Crioula, Mostra Cultural, Gincana e Cavalhadas, entre outros. A festa foi realizada em diversos espaços do município: Museu, Prefeitura Municipal, Ginásio e Praça Central. Nesta terceira edição (2001), a Festa do Pinhão contou com grande participação da comunidade prestigiando: apresentações artísticas, Cavalhadas, Gastronomia, entre outros, havendo envolvimento de todas as secretarias da Prefeitura Municipal. A festa foi realizada em diversos espaços do município: Museu, Prefeitura Municipal, Ginásio e Praça Central. E contou com o I Rodeio Crioulo Intermunicipal. (SILVA, 2013, p. 198-200).

Tanto a bibliografia quanto as entrevistas confirmaram a presença das Cavalhadas e das Festas do Divino Espírito Santo na região dos Campos de Cima da Serra. Contudo, não são apenas estes os aspectos de açorianidade que são marcantes em Vacaria e municípios vizinhos.

De acordo com as pesquisas de Lilian Argentina Braga Marques (1996), "O artesanato feito de retalhos e pedaços de tecidos, como as colchas e as bonecas ou bruxas de pano, é uma herança açoriana". A autora destaca ainda a culinária açoriana: "suspiros (merengue), arroz de leite, bolo de coalhada, papo de anjo, açorda (caldo de carne ou legumes, engrossado com farinha de mandioca e temperos), produtos da carne suína (morcela ou morcilha, linguiça, torresmo, toucinho, queijo de porco)". A lúdica açoriana também se faz presente nos Campos de Cima da Serra: "Brincadeiras de faz-de-conta, brincadeiras cantadas em roda, parlendas". Entre os folguedos populares, a folclorista afirma que antigamente "existiam os Ternos de Reis, a Folia do Divino, o Bumba-meu-Boi e as famosas Cavalhadas". (MARQUES, 1996, p. 46 e 231).

Não restam dúvidas da grande influência açoriana nos Campos de Cima da Serra.

Considerações finais

A cultura gaúcha é muito vasta e diversa. O gaúcho e sua essência formou-se e moldou-se sob a influência de vários povos: europeus, asiáticos, africanos e nativos indígenas. Os açorianos, como vimos, contribuíram grandemente para isso tudo.

Na região carinhosamente conhecida como Campos de Cima da Serra, a presença de açorianos foi marcante, comprovada através de docu-

mentos históricos e pesquisas. Diversos são os autores, pesquisadores, historiadores e amantes da temática açoriana que comprovam essa teoria.

A presença das Cavalhadas e das Festas do Divino Espírito Santo, na cultura gaúcha e nos Campos de Cima da Serra, é outro aspecto comprovado, tanto por pesquisas bibliográficas, quando por entrevistas e relatos de moradores da região que viveram e praticaram tais folguedos.

Outro aspecto a ser considerado, é a grandiosa importância dos Centros de Tradições Gaúchas – CTGs. Neles, as influências açorianas acontecem na prática, como nas danças (entre elas Pezinho, Chimarrita, Mariquita/Queromaninha, entre outras), nas letras das músicas, nos ritmos (como o nativista, que nos remete ao fado), no linguajar típico (muito comum nos CTGs), nos trajes (preservados nos CTGs, através de pesquisas históricas), na religiosidade das Festas do Divino, animadas ao som de acordeão e violão (instrumentos venerados no tradicionalismo) e as Cavalhadas (lembre-se do apego ao cavalo por parte do gaúcho).

Os centros de tradições gaúchas, os historiadores, pesquisadores, folcloristas, autores, músicos, dançarinos e intelectuais da área da História têm uma importância singular para preservar a cultura do Rio Grande do Sul, assim como pesquisar, preservar e divulgar a forte influência açoriana que esta apresenta.

A todos eles, nosso respeito e veneração.

Referências

APPIO, Francisco. *Vacaria Açoriana*: 243 Anos da Colonização Açoriana nos Campos de Cima da Serra. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado, 2007.

BRASIL, Luiz Antônio de Assis. Pronunciamento no II Encontro Internacional de História e Genealogia Açoriana. Porto Alegre: Teatro CHC Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, 10 a 12 de junho de 2022.

CADORIN, Adílcio. *Anita:* guerreira das repúblicas e da liberdade. 5 ed., Laguna: CulturAnita; Instituto Cultural Anita Garibaldi, 2020.

Conheça Porto Alegre. História. Prefeitura de Porto Alegre. Disponível em https://prefeitura.poa.br/gp/projetos/conheca-porto-alegre#:~:text=O%20povoamento%2C%20contudo%2C%20come%C3%A7ou%20em,margens%20do%20Rio%20da%20Prata. Acesso em: novembro de 2022.

DAMO, Luiz. *Povoamento e colonização no Rio Grande do Sul:* as etnias e suas contribuições. Caxias do Sul: LD, 2017.

LEAL, José Machado. *Rio Grande do Sul:* síntese da cultura popular, história & tradições. Porto Alegre: Rigel, 2013.

MARQUES, Lilian Argentina Braga et al. *Rio Grande do Sul:* aspectos do Folclore. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

MARQUES, Lilian Argentina Braga. Apontamentos sobre o folclore de Vacaria e região. In: KRAMER, Anamaria de Lemos et al. (Org.). *Raízes de Vacaria I*. Porto Alegre: EST, 1996.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Pronunciamento no II Encontro Internacional de História e Genealogia Açoriana. Porto Alegre: Teatro CHC Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, 10 a 12 de junho de 2022.

PAIXÃO CÔRTES, João Carlos. *Bailes e gerações dos bailares campestres.* Florianópolis: IOESC, 2002.

PAIXÃO CÔRTES, João Carlos. *Folclore Gaúcho:* festas, bailes, músicas e religiosidade rural. Porto Alegre: CORAG, 1987.

PAIXÃO CÔRTES, João Carlos. *Folia do Divino*. Porto Alegre: PROLETRA, 1983.

PEIXOTO, Priscila dos Santos. *O folclore da mulher:* crendices e superstições. Porto Alegre: Movimento Tradicionalista Gaúcho; Evangraf, 2003. (Coordenação editorial de Paulo Roberto de Fraga Cirne).

RHODEN, Luiz Fernando. Pronunciamento no II Encontro Internacional de História e Genealogia Açoriana. Porto Alegre: Teatro CHC Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, 10 a 12 de junho de 2022.

SILVA, Elisabete Costa da. *Festa do Pinhão.* Disponível em https://www.docsity.com/pt/muitos-capoes-sua-historia-nossas-historias/4912940/. Acesso em: novembro de 2022.

SILVA, Márcia Cristina Borges da. *A evolução da mulher gaúcha:* na sociedade gaúcha, na Revolução Farroupilha e inserção no tradicionalismo. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2013.

WEIMAR, Günter. Pronunciamento no II Encontro Internacional de História e Genealogia Açoriana. Porto Alegre: Teatro CHC Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, 10 a 12 de junho de 2022.

ZATTERA, Véra Stedile. *Pilchas do gaúcho:* vestuário tradicional, arreios e avios de mate. Porto Alegre: Pallotti, 1995.

Fontes documentais

Entrevistas concedidas ao autor por moradores de Vacaria e região.

Fotos do Acervo de Edgar Bueno Silveira.

Fotos do Acervo de Lidiane Paiz de Souza Scaim.

MANIFESTAÇÕES CULTURAIS AÇORIANAS EM SÃO FRANCISCO DE PAULA

Iva da Silva[1]

São Francisco de Paula faz parte do número de municípios açorianos do Rio Grande do Sul. Está situado nos Campos de Cima da Serra, região serrana do nordeste do Estado. Recebeu açorianos em seu território, vindos de Santa Catarina ou por consequência das migrações internas a que foram submetidos os ilhéus chegados na então Capitania do Rio Grande de São Pedro.

No ano de 2022, lembramos e comemoramos no Estado os 270 anos da chegada dos açorianos. Para a serra gaúcha vieram açorianos, principalmente, das ilhas Terceira, Santa Maria e São Miguel, todas do arquipélago dos Açores, Portugal.

As festas do Divino, as visitas às famílias, lembrando os Santos Reis e as Cavalhadas são legados da imigração açoriana, que fazem parte da cultura local do passado ou do tempo presente do nosso município.

Nos primeiros tempos da vila de São Francisco de Cima da Serra, esses festejos se realizavam anualmente. Mas, aqui na sede do município, esses costumes foram sendo deixados de lado, e se perderam no tempo. Ficaram para trás, melhor dizendo, foram extintos do calendário, tanto civil, como religioso. No interior, no distrito de Cazuza Ferreira, continuam acontecendo, especialmente, as Cavalhadas. Em Criúva, distrito que fez parte de São Francisco de Paula até 15 de dezembro de 1954 – quando pela Lei Estadual de número 2591 – foi anexado a Caxias do Sul, as festas do Divino e de Santos Reis continuam até os dias de hoje.

Festa do Divino

A festa do Divino Espírito Santo, em Criúva, é considerada símbolo da religiosidade local.

1 Professora e escritora. São Francisco de Paula/RS.

Pedro Rizzon, que se formou padre em 1942, veio para São Francisco de Paula em 1947, aqui permanecendo até 1957. Foi para Criúva em 1971 e lá trabalhou até 1993. Ele reestruturou a festa em louvor ao Divino Espírito Santo, além de reativar a fé dos moradores.

O padre Pedro Rizzon foi sacerdote e professor, sendo o primeiro Diretor do Ginásio São Francisco de Paula, aqui em São Chico. Lecionou História, Geografia Literatura e outras disciplinas. Foi mestre e conselheiro nas paróquias onde atuou. Firme e dedicado, sempre esteve à frente, buscando mobilizar a comunidade para a fé cristã e para a devoção com o Terno de Reis, as louvações ao Divino Espírito Santo e à Missa Crioula. Sua atuação comunitária foi um compromisso permanente.

O padre Rizzon iniciava as visitas nas casas, com a seguinte mensagem: "Prezados devotos do Divino. Estamos chegando a esta casa, a esta família, trazendo as bênçãos do Divino, através da bandeira e da louvação. Como membros desta família, cada um dos presentes e todos os que acompanham em casa essa solene louvação peregrina, pensem o que querem agradecer, ou invocar o perdão, a misericórdia e pedir uma bênção especial para a família, a fim de que todos os componentes tenham um bom entendimento, uma grande paz e muito amor". Após, seguia o canto de louvação, que podia ser conhecido, ou improvisado na hora. Para ilustrar, eis uma estrofe:

Bandeira do Divino
A bandeira do Divino vai entrar nesta morada, ai, ai.
Visitar a sua casa, pra que seja abençoada, ai, ai.
A bandeira do Divino vem trazer paz e amor, ai, ai.
Convidar vossa família para a festa em seu louvor, ai, ai.
(Jorge Oliveira Rodrigues – Boca de Sino)

Terno de Reis

Os Ternos de Reis foram feitos para comemorações natalinas, isto é, para festejar o nascimento de Jesus Cristo. Esses festejos ocorrem entre 25 de dezembro e 06 de janeiro do novo ano, data que lembra os Santos Reis.

O Terno de Reis é composto dos seguintes figurantes: mestre, ajudante do mestre, contramestre, ajudante do contramestre e tiple. O mes-

tre canta os primeiros versos, o contramestre repete e o tiple faz a voz aguda no final dos versos. Iniciam cantando, pedindo ao dono da casa que abra a porta. Antes de a porta ser aberta, cantam muitos versos, homenageando o Menino Jesus, que é o santo festejado. Os instrumentos usados são gaita, violão e tambor.

Depois de uma boa cantoria, é hora dos comes e bebidas, tudo com muita alegria. Às vezes acontecem algumas danças. No término, o mestre do Terno de Reis convida os donos da casa, para juntos cantarem no próximo vizinho. Assim, a folia de Reis continua até às duas horas do novo dia.

Em tempos mais remotos, os ternos seguiam a pé, ou a cavalo. Nos dias de hoje, onde ainda acontecem, é tudo motorizado.

Cavalhadas

As Cavalhadas seguem acontecendo no distrito de Cazuza Ferreira, município de São Francisco de Paula. Nesse dia, toda a comunidade se reúne para assistir e festejar esse acontecimento histórico, no qual se rememora a tradição e a cultura dos antepassados.

Em Cazuza Ferreira, as Cavalhadas passam de geração a geração, e guardam um grande significado, pois até o traçado da praça da Vila foi planejado com espaço próprio para as Cavalhadas; é conhecido até hoje, como “lugar das Cavalhadas”.

Cavalhada é uma luta simulada, onde participam vinte e quatro figurantes, formando duas equipes de doze pessoas em cada uma. Por meio de evoluções equestres e movimentos de lanças, garruchas e espadas é representada a batalha entre cristãos e mouros. Há um rito complexo com várias escaramuças, parte religiosa e o tiro das cabeças e das argolas, com lanças e espadas.

A principal personagem da Cavalhada chama-se Floripa. Ela é a princesa dos mouros, filha do rei mouro e o acompanha. No decorrer da folia, ela é raptada, e passa a acompanhar os cristãos. Aí se dá a parte religiosa e Floripa é batizada.

Termina com todos em paz, porém a vitória é dos cristãos, o que representa a submissão dos mouros e a supremacia da religião cristã.

Considerações finais

Estas manifestações culturais expressam a presença açoriana em nosso município.

Há que destacar também que a maior parte da nossa população tem sobrenome de origem portuguesa.

Fica a motivação para que se pesquise mais sobre a origem de nossas famílias, através de estudos genealógicos, vindo a comprovar que para os Campos de Cima da Serra se movimentaram muitos açorianos, fixando-se em seu território.

Com estas pesquisas, muitos irão descobrir as suas origens, para delas se orgulharem. Vamos aguardar que em breve se tenha esse retorno!

Referência

POSSAMAI, Osmar João et al. *Raízes de São Marcos e Criúva*. Porto Alegre: EST, 2005.

CAMBARÁ DO SUL: RAÍZES AÇORIANAS

Anita Licks Carvalho
Elga Trindade Prestes
Gesmar Borges
Neiva Titoni Silva
Rosimeri Aparecida dos Santos[1]

Figura 1 – Encontro do Ciclo Desvendário (2005)

Fonte: acervo de Gesmar Borges.

Este município do Planalto Campos de Cima da Serra, nordeste do Rio Grande do Sul, teve sua ocupação europeia desde ao redor de 1752, quando migrantes açorianos do litoral sul catarinense subindo as serras Pedra e Faxinal, aqui chegaram e se estabeleceram. Pouco após, açorianos de Santo Antônio da Patrulha por São Francisco de Paula, também vieram ocupar o nosso território.

Os bugres Xokleng, primitivos moradores, transferiram aos açorianos chegados os rudimentares conhecimentos de coleta e agricultura, bem como a transformação dos alimentos que a natureza prodigalizava, como batata, tomatinho gaudério, gila, milho, feijão marumbé. E nas

1 Pesquisadores. Cambará do Sul/RS.

partes baixas do planalto cultivavam aipim. Pinhão e mel são produtos proeminentes e tradicionais da nossa região.

Os jesuítas castelhanos haviam introduzido o gado vacum que se multiplicara selvagemente por toda a região, vindo a ser mais uma importante força econômica.

No âmbito industrial, em tempo mais recente, Cambará voltou-se para a extração e o beneficiamento de madeira. Já tivemos fabricação de celulose, lignosulfonato e calçados.

O foco deste trabalho é o açorianismo. Ele se manifesta de diferentes formas, como nos sobrenomes que a história registra e aqui segue perdurando.

Um dos primeiros proprietários de terras em nossa área foi Manoel de Barros Pereira, com a Fazenda Capão das Congonhas. Ele nasceu na Ilha de Santa Maria, uma das ilhas dos Açores, no ano de 1813.

O açorianismo também está manifestado no espaço cultural intitulado Sala Açorianópole, com um mini mostruário e biblioteca, instalada em 15 de julho de 2004. Ele funciona em local fixo e é também itinerante quando em ocasiões de eventos distantes.

Figura 2 – Aspecto da Sala Açoriana

Fonte: acervo de Gesmar Borges.

No ano de 2005, entre os dias 22 e 23 de abril, foi realizado o Ciclo Desvendário, em parceria com a Casa dos Açores/CAERGS. Foram proferidas 10 palestras, 14 comunicações e 5 apresentações de grupos artísticos. A empolgação e o interesse foram significativos.

Figura 3 – Face 1 do convite ao Ciclo Desvendário

Fonte: acervo de Gesmar de Borges.

Usos e Costumes

Seguem alguns registros de manifestações de base açoriana em nosso município.

1. Danças – Pau-de-Fita, Tatu, Quadrilha e Balaio. Numa ocasião foi apresentado por grupo de casais tradicionalistas o Pau-de-Fita a cavalo.
2. Religiosidade – Festa do Espírito Santo e a Coberta D'Alma, um costume que ainda hoje perdura: doar muda completa de roupa a alguém da estima do falecido com intuito de dar descanso à alma.
3. Gastronomia – Cuscuz, Pirão de caldo de soquete, pudim, canjica, arroz-de-Leite e ambrosia.
4. Renda de bilros e cardar lã.
5. Fabricação de velas de sebo.
6. Cantigas de Oi-larai. Eram cantigas de trabalho, combinadas em família. Os versos são cantados, principalmente em serviços de capinação. As localidades que ainda praticam as cantigas de Oi -larai são: Roça da Estância, Pedra Jacinto Machado, Pedra Branca, Praia Grande/Mampituba.

7. Turismo – As privatizações dos parques federais e estaduais incrementaram a demanda de estradas para passeios e assimilação de saúde devido ao clima; consequentemente com um aumento de pousadas e restaurantes, além da abertura de espaço para eventos alternativos de distração.

Famílias formadoras do povoamento

As famílias pioneiras chegaram nos anos de 1750 a 1850.

Cambará do Sul em solenidade no dia 10 de dezembro de 2005 homenageou as famílias originárias de Portugal continental e dos Açores, através das seguintes representatividades: Eneida Teixeira de **Aguiar**, Sílvia de Fátima **Albuquerque** Lima, Dr. Luiz de **Almeida** e Silva, Magda **Alves** de Oliveira Hein, Lélia **Amaral** Brentano, Ilka Rovena do **Amarante** Silva, Dinara Verona **Amaro** da Silva, Ana Zilda **Antunes** Velho, José Hamilton de **Azevedo** Velho, Evanir Conceição **Bittencourt** da Silva, Natália **Boeira** da Silva, Mauro **Borges** de Macedo, Izair Aguiar **Braz**, João Maria **Cândido** da Rosa, Tanice **Cardoso**, Anderson **Carvalho**, Liane de Oliveira **Castilhos**, Santo Bernardo da Silva **Córdova**, Flávio **Correia** da Rosa, Karina Brusch **Duarte**, Luiz Naide **Dutra**, Auro **Esteves**, Zeno **Fagundes** de Macedo, Jacy **Feijó** Córdova, Nara Seloí **Fernandes** Valim de Oliveira, Marcelo Klippel **Ferreira**, Luiz Carlos Monteiro **Flores**, Dr. Iran Danei **Fogaça** da Silva, Onilda Izidoro da **Fonseca**, Jucélia Fátima **Gomes**, Sergio de Lima **Homem**, Zely **Lemos** Monteiro, Ernani Osório de **Lima**, Luiza Esmeraldina **Lopes** da Silva, Lucila **Luz** Trindade, Ovídio Fagundes de **Macedo**, José **Machado** de Oliveira, Alda **Maciel** de Macedo, Valvite José **Martins**, Ely **Medeiros** Titoni, Márcia Fátima **Melo** Figueiró, Etelvina **Mesquita** Cardoso, Cleo José **Monteiro**, José Gentil **Mustardeiro**, Adão **Nunes** Duarte, Raquel de **Oliveira** Frasseto, Noé **Paim** dos Santos, Aldaíza **Pereira** Jaboinski, Glória Válkiria **Pinto** de Oliveira, José Cláudio Fogaça **Prestes**, José Júnior **Ramos** Mota, Adelino **Rodrigues** da Silva, Arci **Rosa** Mesquita, Enorina Neto dos **Santos**, Oscar **Saraiva** Bittencourt de Almeida, Dr. João Itamar da **Silva**, Daiane **Silveira**, Manoel Vilmar **Soares**, Sandro Valin **Teixeira**, Rogério Zinguer **Trindade**, Luciana Carvalho **Valim** Simonete, Nadir Fagundes **Varela**, Antônio Castelan **Velho**, Susana Maria Bittencourt **Ventura** e Valmor **Vieira** da Silva.

VESTÍGIOS DA CULTURA AÇORIANA NOS SEPULTAMENTOS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL CAMPO BONITO/TORRES

MARIA DO CARMO CONFORTI RODRIGUES[1]

A morte é o portal para uma nova vida.
Vivemos hoje, viveremos novamente.
De várias formas, voltaremos.
Oração egípcia da ressurreição

O presente estudo trata de identificar vestígios de hábitos e costumes de descendência açoriana nos sepultamentos do Cemitério Municipal Campo Bonito que tem cerca de pouco mais de 80 anos e local de transferência do antigo Cemitério do Farol. A área do cemitério foi doada por descendentes do pioneiro Manoel Ferreira Porto.

Percebemos diferentes maneiras da comunidade expressar o sentimento sobre a morte, sempre mantendo a ideia de conservar a memória do morto pela imagem, numa tentativa de manter viva sua identidade e memória. Assim como a necessidade de preservar a identidade cultural da comunidade através de sua história familiar. Como afirma Rolnik (1993a, p. 37), acolher a morte é "acolher o estranho em nós". A morte é o estágio final da vida, e nos acompanha durante todo o percurso.

A Coberta D'Alma é um costume ambivalente, porque muitas famílias, dependendo da crença, faziam isso para conscientizar a alma de que o corpo havia morrido e que ela poderia seguir em paz e vestida, já que as vestes que iam no corpo na urna funerária, apodreceria. Segundo antigos moradores, a Coberta D'Alma deve ser usada pelo escolhido nas missas de sétimo dia ou de um mês de falecimento.

1 Servidora Pública Municipal, Turismóloga, Pedagoga e Pesquisadora de ações de preservação histórica, registro do patrimônio material e imaterial e cotidiano de Torres/RS.

Essa pesquisa inicia pelo cotidiano encontrado no cemitério municipal Campo Bonito, a partir da observação de alguns ritos, mesmo que velados ou disfarçados pelo momento atual da sociedade. Lançar um olhar para a cidade através dos ritos, imaterialidade e arquitetura do cemitério é da maior importância.

Parte-se do pressuposto que a memória é um fenômeno social que se sobressai e o percebemos através de resquícios de ritos, ainda encontrados durante os sepultamentos e as visitas ao cemitério.

Morin, em 1970, já citava que o homem é o único ser com ciência de que a morte existe. E pela maneira como trata seu ente falecido revela como encara essa passagem da vida para a morte.

Os cemitérios foram pensados pelo homem como forma de manutenção da memória do morto e espaço para o descarte humanizado daquele ser. E, também, para proteger às cidades dos impactos que causam ao solo e águas subterrâneas. Pois se até o século XVIII os enterros eram dentro do espaço da igreja, o corpo humano muda de algo a ser protegido pelos santos das igrejas, para objeto ou coisas pestilentas e perigosas para a saúde dos vivos (FOUCAULT, 2010).

E numa tentativa de amenizar a dor do luto, as famílias edificam sepulturas e capelas, elencando símbolos que expressem essa dor, essa saudade e os valores de uma determinada época.

Encontramos memórias coletivas que ainda influenciam esta comunidade, onde grupos locais realizam ritos velados de passagem.

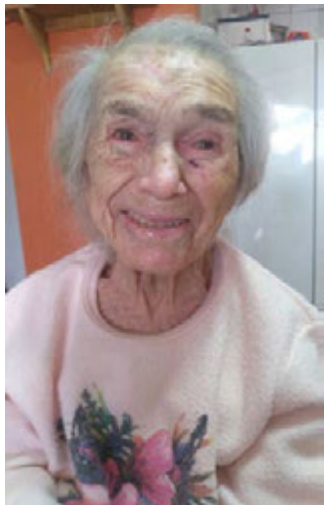
Citando Magalhães (2016), ele diz que a memória se ancora em quadros sociais e que há memórias coletivas exercendo papel ativo sobre a realidade.

Durante as ações corriqueiras do fazer diário em sepultamentos despertou o interesse quando os frequentadores desse cemitério trocam informações e narram costumes familiares em relação à morte. Através de seus relatos procuramos registrar informações, correlacionando os costumes familiares com a morte, e resquícios de replicação das crenças e tradições açorianas na comunidade local. E assim conseguimos registrar memórias em entrevista com algumas senhoras da comunidade que ainda realizam o rito da Coberta D'alma, conforme segue:

Dona Nair, a vó Bimba, inicia seu relato salientando com orgulho que era cunhada do antigo Prefeito Moysés Camilo de Farias, cuja gestão foi de 1935 a 1940 e reeleito em 1951 a 1955. Ele foi o primeiro advogado de

Torres, falecido em 29/05/1979, e sepultado no gavetário C-19, no endereço G79. E por ocasião do falecimento do cunhado, na missa de 7º dia, vestiram um vizinho com as melhores roupas do antigo prefeito para assim honrar a memória do falecido e orientá-lo no além-túmulo como manda o costume.

Figura 1 – Nair Gonçalves da Rosa (Vó Bimba, 106 anos, nasceu em 05/02/1916)



Fonte: acervo da autora.

Narrou que o costume entre as famílias locais mais antigas ainda persiste de vestir um vizinho mais carente ou familiar escolhido com vestes novas que lembravam o falecido, e levar aquela pessoa travestida na missa de sétimo dia ou mesmo no trigésimo dia. Algumas ainda levavam nos finados aquela pessoa em traje completo para passear junto no cemitério, e numa conversa junto ao túmulo do falecido para lhe lembrar que graças àquele rito não adentraria despido no reino dos céus.

Mesmo com a idade avançada de 106 anos, vó Bimba é bem lúcida e rememora seus falecidos. E todas as vezes que realizou a Coberta d'alma, lembra de quando faleciam crianças, o costume era sepultar travestidas em mortalhas brancas, azuis ou rosas com pequenas asas de penas de pato ou galinha, pois as crianças eram anjinhos voltando à casa do Pai.

Figura 2 – Helena Hahn Schoeffer (2022)

Fonte: acervo da autora.

D. Helena tem 63 anos e é responsável por realizar a limpeza e cozinhar na Casa Canônica. Também ajuda nas missas. Ela diz com muito orgulho que, atualmente, como representante da comunidade, tanto na organização de missas, onde o padre precisa de um ajudante, como nos rituais familiares, sempre é lembrada pelas famílias para se travestir das senhoras falecidas. E assim sempre ganha vestuário completo de antigas famílias para ir na missa de sétimo das senhoras e amigas falecidas. Ela registrou

que embora o padre saiba do ritual, ele não impede, pois esse é um arranjo local que a nova geração já não entende. Até cerca de 20 anos atrás, era muito comum na comunidade, porém, hoje em dia como as famílias estão diminuindo e envelhecendo, o ritual pode se perder pois a geração mais antiga realiza, mas não passa à geração mais nova. Sabe que atualmente é quase um segredo entre as famílias e que ocorre sempre que alguém morre, sendo que as famílias que realizam não comentam, embora a vizinhança toda saiba.

Dona Elis, 46 anos, presidente da comunidade do Faxinal, onde se localiza o Cemitério Municipal Campo Bonito, relata que quando criança realizavam o ritual da Coberta d'alma, muito mais. Disse que atualmente somente famílias mais antigas do bairro o realizam, numa espécie de segredo velado ou pacto entre as mulheres mais velhas da casa para garantir que a alma do falecido não chegue despida no céu, e nem que as famílias crédulas caiam em comentários daqueles que não entendem.

Figura 3 – Elis Regina Cardoso Machado Silveira (2022)

Fonte: acervo da autora.

Identificamos também no Cemitério Municipal Campo Bonito, durante exumação em antigos sepultamentos de crianças com menos de 7 anos nos seguintes locais: S-065, Figura 4; S-128, Figura 5; e S-728, Figura 6; todas sepulturas do Talhão 01. Os restos mortais de crianças que foram sepultadas há cerca de 70 anos ou mais vestiam mortalhas de tecido cetim ou tricoline, cujo modelo era o de vestidos longos e pequenas asas confeccionadas com penas de galinhas e patos. E em algumas covas, também do Talhão 01, com a base no fundo, encontramos areia da praia e conchas de marisco da pedra, e que segundo antigos moradores eram normalmente de pessoas que viviam do mar ou haviam falecido nele.

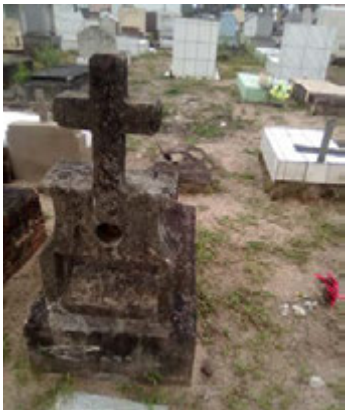
Figura 4 – Sepultura Infantil, S 128, Talhão 01

Fonte: acervo da autora.

Figura 5 – Sepultura Infantil, S 65, Talhão 01

Fonte: acervo da autora.

Figura 6 – Sepultura Infantil, S 728, Talhão 01



Os antigos moradores fazem uma alusão a esse tipo de tratamento dado aos seus mortos, como costumes que chegaram junto com os antigos europeus, e que já existiam antes mesmo da vinda dos alemães e italianos, portanto introduzido pelos portugueses.

Ainda perdura uma prática de visitar túmulos infantis e colocar cataventos (Figuras 7 e 8), principalmente em datas festivas. Na época de Páscoa ou no mês das crianças, muitos túmulos são decorados com cataventos numa alusão à criança que um dia viveu, e simbolizando a essência de pureza e alegria.

Figura 7 – Sepultura Infantil, S 283, Talhão 01

Fonte: acervo da autora.

Figura 8 – Sepultura Infantil, S 747, Talhão 01

Fonte: acervo da autora.

Conclusão

Entendemos que devemos intensificar as pesquisas sobre essa questão, a fim de podermos avaliar o papel dos açorianos na formação da cidade e o reflexo de sua presença através dos vestígios de seus sepultamentos e hábitos que se perpetuam entre seus descendentes.

Citando Beatriz Vasconcelos Franzen (2003, p. 135), "se a condição de agricultores, no que respeita àqueles colonos chegados dos Açores, não deixa, dúvida, o mesmo não acontece com seus descendentes (filhos, netos...) que são influenciados pelo meio ambiente e pelo contato com as populações já existentes na região...".

A presença açoriana na cidade de Torres faz-se notar, antes mesmo da vinda oficial citada em livros acadêmicos. Na cultura local percebemos inúmeras manifestações que nos remete claramente à influência desse povo, tais como o boi de mamão, benzeduras ou o antigo casario na primeira rua do povoamento, e mais ainda durante os ritos de sepultamento nas famílias locais. Costumes ligados aos ritos de passagem, sendo o mais conhecido o dos tabus que envolvem o nascimento, como o que impede a parturiente de pisar em escama de peixe, e a morte de crianças, quando se usava vesti-las de anjos e levar bandeirinhas e cataventos ao cemitério para espetá-las na sepultura.

Preocupa-nos, no entanto, que esses rastros vão se apagando e a memória local esquecendo a influência do povo açoriano no fazer diário, e nos momentos de dar adeus a seus entes, quando então as famílias que ainda realizam os ritos vão escondendo do restante da comunidade e não passando às gerações futuras. A memória carrega o esquecimento, e rastros são presentificações de ausência. Um sentimento do que não pode ser visto, e do que foi ocultado é o sentimento imanente da presentificação da ausência. Transformando esses ritos em situações secretas, as senhoras mais velhas guardam como rito caracterizado por "atos de tradição", ou seja, corresponde às práticas e crenças que se repetem assumindo proximidades, ainda que em tempos e espaços distintos, onde as praticantes estabelecem um contrato de confiança e sigilo. Cuidam, principalmente, de não expor as famílias, assim como desejam garantir a entrada da alma do falecido no paraíso, devidamente vestido, mas garantindo principalmente o resguardo das crenças dessa família.

Referências

DIAS, Vítor Manuel Lopes. *Cemitérios Jazigos e Sepulturas:* estudo histórico, artístico sanitário e jurídico. Porto: Tip. Editorial Domingos Barreira, 1963.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. Açorianos no Rio Grande do Sul: a identidade açoriana nas obras de cronistas, viajantes e historiadores sul-rio-grandenses. *História:* Arquipélago: 2ª série, VII, 2003.

DOI:https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/385/1/Beatriz_Franzen_p123-142.pdf

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir.* Petrópolis: Vozes, 2004.

MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha. História, Memória e a Educação: relações consensuais e contraditórias. *Revista Histedbr* On-Line, Campinas, v. 16, n. 67, p. 165-174, 2016. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v16i67.8646116>

https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2018/04/coberta-da-alma-o-ritual-em-que-vivos-usam-roupas-dos-mortos-cjg6rsvmf01ho01qlot0d2qcb.html

MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989, 2 v.

MORIN, Edgar. *O homem e a morte*. 2 ed. Lisboa: Europa-América, 1970.

RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos*: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Cultura; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural; Divisão de Editoração, 1997.

ROUNIK, Suely. A Morte de Félix Guattari. *Cadernos de Subjetividade*, São Paulo, v. 1, n. 1, p.35-40, mar.1993a.

AS RAÍZES AFRO-AÇORIANAS DE MOSTARDAS

Jorge Amaro de Souza Borges[1]

De onde partimos

O Estado do Rio Grande do Sul, na região Sul do Brasil, é reconhecido nacionalmente por sua colonização europeia, especialmente, alemã e italiana, a qual tem destaque no imaginário nacional. Porém, os primeiros que chegaram aqui foram os imigrantes açorianos, oriundos do arquipélago dos Açores.[2] Conforme Torres (2004), o ano de 1752 é o referencial cronológico que assinala o desencadear da imigração açoriana para o Rio Grande do Sul a partir da sua chegada no porto do Rio Grande de São Pedro.

Como somos vistos e percebidos no mundo, nem sempre diz efetivamente quem somos. Uma etnia, cuja representatividade na formação do povo gaúcho é invisibilizada são os africanos que aqui chegaram como escravizados. Nesta perspectiva, o que iremos apresentar em nosso texto é a forma como quilombolas (africanos) e portugueses (açorianos) ajudaram a formar o município de Mostardas, construindo uma narrativa que envolve território, parentesco e miscigenação sociocultural.

---

1 Quilombola dos Teixeiras, pós-doutorando em Desenvolvimento Rural/UFRGS, doutor em Políticas Públicas/ UFRGS, mestre em Educação/PUCRS, biólogo/IPA, especialista em Educação Ambiental/SENAC/RS, especialista em Audiodescrição/UFJF, especialista em Gestão Estratégica em Políticas Públicas/UNICAMP e técnico agrícola/ETA. Milita nos movimentos ambientalistas, pela inclusão das pessoas com deficiência e movimento negro. Foi vice-presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Rio Grande do Sul (COEPEDE/RS), coordenador geral do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), secretário executivo do COEPEDE/RS. Em Mostardas foi Secretário de Turismo, de Coordenação e Planejamento e de Meio Ambiente, recebendo os Prêmios Espírito Público, Zumbi dos Palmares, RAPS Inovação e Sustentabilidade e Direitos Humanos. Servidor licenciado da Faders, atualmente é vereador em Mostardas e professor e pesquisador do Instituto APAE Brasil de Ensino e Pesquisa, sendo editor científico da Revista Apae Ciência.

2 Os Açores são um arquipélago português de origem vulcânica, situado no meio do oceano Atlântico, mais ou menos na mesma latitude de Lisboa e a cerca de 1.450 km de distância desta. É formado por nove ilhas, divididas em três grupos geográficos: Oriental, composto por São Miguel e Santa Maria; Central, com o maior número de ilhas, incluindo Terceira, Graciosa, Pico, São Jorge e Faial; e Ocidental, formado por Flores e Corvo.

Do ponto de vista geográfico, Mostardas localiza-se a uma latitude 31º 06’ 25” ao sul e a uma longitude 50º 55’ 16” a oeste, estando a uma altitude de 17 metros, no litoral médio do Rio Grande do Sul, no istmo formado pela Laguna dos Patos e pelo oceano Atlântico. O clima é subtropical úmido. Possui uma área de 1.982,992 km² e sua população estimada em 2016 era de 12.976 habitantes, sendo que 33% mora na zona rural, e pretos e pardos representam 22,95%. O território está dividido em 4 distritos (Figura 1): 1º Distrito – Sede; 2º Distrito (Rincão do Cristóvão Pereira); 3° Distrito (São Simão) e; 4º Distrito (Dr. Edgardo Pereira Velho). É atravessada de norte a sul pela RST 101, conhecida por Estrada do Inferno.[3]

Figura 1 – Macrozoneamento. SEPLAN Mostardas (2023)

Fonte: SEPLAN.

O Rio Grande do Sul apresenta dois biomas – o Pampa e a Mata Atlântica. O município de Mostardas está localizado predominantemente no bioma Pampa[4]:

3 Foram necessários pelo menos cinco decênios de muita luta e três décadas de interrupções – por questões políticas, ambientais ou por falta de recursos – para pavimentar a conta-gotas 321 quilômetros de barro entre Osório e São José do Norte. Trecho que, de batismo, recebeu o nome de Estrada do Inferno. Foram tantos anos de atoleiros e cidades bastardas da civilização que dificilmente o trajeto perderá em pouco tempo essa alcunha.

4 Disponível em: https://www.biologianet.com/ecologia/pampa.htm. Acesso em: 08 abr. 2023.

> [O Pampa] se caracteriza por apresentar um relevo pouco acidentado, e sua vegetação é composta por plantas herbáceas, arbustos e árvores de pequeno porte, como o capim-forquilha, o trevo-nativo e o algarrobo. Dentre os animais que podem ser encontrados nesse bioma, podemos citar os veados, capivaras e pequenos roedores, como o tuco-tuco, uma espécie endêmica.

Porém, a natureza não é cartesiana e sequer exata, os biomas possuem entre si, correlações importantes e, Mostardas, além do Pampa, possui fragmentos de Mata Atlântica, podendo ser caracterizada como uma área de Ecótono. Conforme Milam e Moro (2016, p. 75):

> O termo 'ecótono' foi utilizado pela primeira vez em estudos da vegetação terrestre e cunhado por Clements (1905) para definir uma zona de tensão entre dois ecossistemas diferentes, o que é confirmado pela etimologia da palavra, sendo esta de origem grega, onde tono significa tensão, agregada do prefixo eco, indica área ou zona de tensão. Pela definição original, há necessidade de que pelo menos duas condições sejam atendidas, para que determinada área seja considerada um ecótono: transição entre dois ecossistemas diferentes e tensão entre ambos.

A origem do nome da cidade de Mostardas ainda é discutível. Várias hipóteses foram elencadas, sendo a mais aceita a da historiadora Marisa Oliveira Guedes, a qual afirma que:

> Em 1738, foi criada a 'Guarda das Mustardas', mais tarde com a criação da Freguesia é que passou a chamar-se Mostardas. O nome Mustardas teria surgido de trincheiras cavadas e cobertas com uma esteira de taquara e junco, as quais eram camufladas plantando-se mostarda, já que este vegetal não murcha. Desse modo abrigaria e camuflaria os soldados nas guerras em Portugal. (MOSTARDAS, 2023).

No período colonial, as constantes guerrilhas e invasões dos povoamentos no entorno da cidade do Rio Grande e outros mais ao sul, fizeram com que a população procurasse um local mais seguro. Um desses lugares foi o istmo entre a Laguna dos Patos e o Oceano Atlântico.

A "Freguesia de São Luis de Mostardas" foi criada por Alvará Imperial de 18 de janeiro de 1773. Neste mesmo ano começaram a chegar os primeiros colonos açorianos, marcando o costume e a cultura da população mostardense. Na época, já estavam estabelecidos na região militares e negros.

A Lei Estadual nº 4.691, de 26 de dezembro de 1963, criou o município de Mostardas, desmembrando-o de São José do Norte. A implantação do governo municipal e funcionamento efetivo da estrutura administrativa ocorreram em 11 de abril de 1964. Em 12 de maio de 1982, o distrito de Tavares emancipou-se, diminuindo a área territorial de Mostardas.

Com sua economia baseada na agricultura[5] e no comércio, Mostardas possui três comunidades quilombolas, pescadores tradicionais e colonização açoriana e é sede de um Parque Nacional (Lagoa do Peixe), contando com aproximadamente 100 km de costa oceânica (Oceano Atlântico) e de água doce (Laguna dos Patos), implicando desafios para a gestão do território na perspectiva socioambiental e cultural. De um lado, água doce em abundância, com a maior laguna do mundo, de outro, a costa marinha, e, no meio, dezenas de lagoas internas, em uma transição de campos nativos, floresta (Mato da Costa), banhados e campos arenosos de dunas.

A pesca artesanal é uma prática centenária na região. Ela é definida pela Lei n° 11.959, de 29 de junho de 2009,[6] e se diferencia da pesca industrial pelo tipo de técnica e escala de captura dos peixes. Em Mostardas, o assunto tem especial relevância devido à sensibilidade ambiental do território municipal, que inclui a delimitação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe e o exercício da atividade em diferentes ecossistemas aquáticos – Parque Nacional, Lagoas Internas, Laguna dos Patos.

Existem várias referências sobre a tradicionalidade da pesca na Lagoa do Peixe (BENEDETTI, 2018). O fato é que vários agrupamentos de pescadores artesanais habitam a costa oceânica e os perímetros urbanos em Mostardas.

> A prática da pesca tem por base um saber tradicional, passado de uma geração para a outra, que compreende a técnica de captura, a confecção e o reparo de redes, o ciclo biológico das espécies e o conhecimento sobre o regime de ventos e de marés. A própria dinâmica da vida social é determinada pelo ritmo da pesca (BENEDETTI, 2018, p. 202).

5 Os principais produtos produzidos em Mostardas são: o arroz, a soja e o milho. Podemos destacar a silvicultura (Pinus), para madeira e resinagem. Há ainda uma produção importante de bovinos e ovinos. Na agricultura familiar, cebola, batata-doce e variedades crioulas são as mais cultivadas. O principal produto da pesca artesanal é o camarão, mas destacam-se ainda o papa-terra, a tainha e o linguado.

6 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm. Acesso em: 08 abr. 2023.

A partir do trabalho desenvolvido pela Emater, junto aos pescadores, foi elaborado um mapeamento de suas moradias. Nestas localidades, a pesca pode ser considerada um saber tradicional, passado de geração em geração, estando vinculada também ao modo de vida dos pescadores (ADOMILLI, 2002), o que é descrito por Saint Hilaire em sua passagem pela região em 1821, no livro Viagem ao Rio Grande do Sul.

> A lagoa do Peixe se estende por detrás da casa em que nos hospedamos; têm pouca profundidade suas águas salobras. Como fica muito próxima do mar, os moradores da região habituaram-se a abrir, de quando em quando, um sangradouro que comunica com o oceano; a lagoa enche-se de peixes que se apanham sem dificuldade. Nos arredores de Guaritas, as terras são impregnadas de sal, e as pastagens transmitem um excelente sabor à carne das reses. (SAINT-HILAIRE, 1939, p. 84).

A cultura de um povo é o que constitui sua identidade, seus costumes, valores e, especialmente, a forma como vive em um território no tempo e no espaço! Ela é profundamente dinâmica, e ao mesmo tempo, multifacetada, porque estamos o tempo todo nos reconstruindo como sujeitos imersos em um mundo que se transforma todos os dias.

Conforme estudos de Claudia Daiane Garcia Molet (2013),[7] o "litoral negro" do Rio Grande do Sul é formado por uma faixa de terras situada entre a Laguna dos Patos e o Oceano Atlântico, e compreende as cidades de São José do Norte, Tavares, Mostardas e Palmares do Sul. Acrescentaríamos aqui Capivari do Sul. Atualmente, nessa região, há nove comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares[8]: Vila Nova em São José do Norte; Capororocas, Anastácia Machado e Vó Marinha em Tavares; Casca, Beco dos Colodianos e Teixeiras em Mostardas; Limoeiro em Palmares do Sul; e Costa da Lagoa em Capivari do Sul.

As comunidades da região reúnem-se bimestralmente no Fórum das Comunidades Quilombolas do Litoral Médio, espaço voltado à articulação política e reivindicação de direitos. Conforme Arnt (2016, p. 14):

7 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 08 abr. 2023.

8 No dia 22 de agosto de 1988, o Governo Federal fundou a primeira instituição pública voltada para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira: a Fundação Cultural Palmares (FCP), entidade vinculada ao Ministério da Cidadania. Ao longo dos anos, a FCP tem trabalhado para promover uma política cultural igualitária e inclusiva, que contribua para a valorização da história e das manifestações culturais e artísticas negras brasileiras como patrimônios nacionais, sendo esta sua missão institucional.

> Os eventos que constituem o Fórum das Comunidades Quilombolas do Litoral Médio, expressam, no campo político, uma unidade territorial e identitária da população negra rural da região. Além de espaço de atualização das relações internas às "comunidades remanescentes de quilombos", acumulam-se os encontros e confrontos entre estas e atores institucionais ligados à aplicação de políticas públicas específicas.

Mostardas tem sua formação intimamente ligada com o arquipélago dos Açores, os quais a presença marca significativamente a nossa história, que reflete em tudo que é construído (ou não) pelo ser humano, incluindo mitos, símbolos, ritos, crenças, associados a todo o conjunto de conhecimentos e comportamento social presentes na comunidade, estabelecendo assim, a autoafirmação dos que se assumem, e ao mesmo tempo se conectam com algo que nos identifica socialmente, como destaca Bauman (2012, p. 16):

> O conceito de cultura foi cunhado para distinguir e colocar em foco uma área crescente da condição humana destinada a ser "subdeterminada", ou algo que não podia ser plenamente determinado sem uma mediação das escolhas humanas: uma área que, por essa razão, abriu espaço para a liberdade e a autoafirmação.

Nesta perspectiva, os municípios do litoral negro, em especial Mostardas, podem ser considerados genuinamente *afroaçorianos*, porque carregam em sua construção sócio-histórica origens açorianas, por meio dos imigrantes que aqui chegaram (marcas presentes na arquitetura, culinária e modo de vida), e, ao mesmo tempo, uma forte herança africana, por meio das comunidades quilombolas, formadas pelos negros escravizados, com um modo de vida próprio, marcado pela pequena e média agricultura, o Ensaio de Pagamento de Promessas, o artesanato e a luta pela afirmação de suas origens através das relações de parentesco e territorialidade, perspectivas presentes na obra organizada por Patrícia Grossi *et al* (2021).

Assim, podemos compreender uma cidade *afroaçoriana* como aquela em que os valores e costumes da população estão impregnados de uma miscigenação portuguesa (açoriana) e africana (quilombola) que perpassa a cultura e afeta a forma como as relações se estabelecem no âmbito político, social, ambiental e econômico, formando, assim, a identidade de seu povo no território. Podemos destacar pelo menos três

marcadores da presença africana na cultura mostardense – o feijão sopinha, o Ensaio de Pagamento de Promessas e as origens do cobertor mostardeiro (cultura, religiosidade e sociobiodiversidade).

Com relação às comunidades quilombolas, é preciso compreender que a situação presente dos segmentos negros, em diferentes regimes e contextos, parte da utilização de um legado designado, uma herança cultural e material que lhes confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico (SCHIMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002).

Hoje, menos de 7% das terras reconhecidas como pertencentes a povos remanescentes de quilombos estão regularizadas no Brasil. Nos últimos 17 anos, 206 áreas quilombolas com cerca de 13 mil famílias foram tituladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Há no país, uma negação dos valores africanos por conta do passado escravagista, e, sobretudo, do racismo estrutural.

Desde 1988, o Estado brasileiro já reconheceu oficialmente cerca de 3,2 mil comunidades quilombolas. Quase 80% delas foram identificadas a partir de 2003, quando foi editado o Decreto nº 4.887/2003,[9] que traz os procedimentos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por quilombolas.

Segundo dados do Diagnóstico do Programa Brasil Quilombola, produzido pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) (BRASIL, 2012), sobre as ações realizadas pelo programa, estima-se existirem 214 mil famílias quilombolas em todo o Brasil, e mais 1,17 milhão de quilombolas. No Rio Grande do Sul, conforme levantamento da Emater, as comunidades quilombolas estão presentes em 68 municípios do Estado (EMATER/RS, 2009).

Comunidades quilombolas de Mostardas

As comunidades quilombolas, conforme dados da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, são grupos étnico-raciais segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003a).

Além dos quilombos constituídos no período da escravidão, muitos

9 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 08 abr. 2023.

foram formados após a abolição formal da escravatura, pois essa forma de organização comunitária continuaria a ser, para muitos, a única possibilidade de viver em liberdade. De um modo geral, os territórios de comunidades remanescentes de quilombos originaram-se em diferentes situações, tais como por doações de terras realizadas a partir da desagregação da lavoura de monoculturas, como a cana-de-açúcar e o algodão, compra de terras, terras que foram conquistadas por meio da prestação de serviços, inclusive de guerra, bem como áreas ocupadas por negros que fugiam da escravidão.

Há também as chamadas terras de preto, terras de santo ou terras de santíssima, que indicam uma territorialidade vinda de propriedades de ordens religiosas, da doação de terras para santos e do recebimento de terras em troca de serviços religiosos.

Por força do Decreto nº 4.887/2003, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) é o órgão responsável, na esfera federal, pela titulação dos territórios quilombolas. De posse da Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos, emitida pela Fundação Cultural Palmares, cabe às comunidades interessadas encaminhar à Superintendência Regional do Incra, no seu estado, uma solicitação de abertura do processo administrativo para a regularização de seus territórios (Quadro 1).

Quadro 1 – Etapas de Titulação de Comunidades Quilombolas

ETAPAS DA TITULAÇÃO
A primeira parte dos trabalhos do Incra consiste na elaboração de um estudo da área, destinado à confecção e publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território.
Uma segunda etapa é a de recepção, análise e julgamento de eventuais contestações. Aprovado em definitivo esse relatório, o Incra publica uma portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola.
A fase seguinte do processo administrativo corresponde à regularização fundiária, com a demarcação do território e a desintrusão de ocupantes não quilombolas. As áreas em posse de particulares serão desapropriadas e aquelas em posse de entes públicos serão tituladas pelas respectivas instituições.
O processo culmina com a concessão do título de propriedade à comunidade, que é coletivo, pró-indiviso e em nome da associação dos moradores da área, registrado no cartório de imóveis, sem qualquer ônus financeiro para a comunidade beneficiada.

Fonte: Incra.

As comunidades quilombolas guardam a memória africana presente na formação da identidade e da cultura do povo mostardense, o que inclusive é descrito por Saint-Hilaire (1939):

> Cada estancieiro possui um rebanho constituído, muitas vezes, de vários milhares de carneiros, e com a lã produzida as mulheres fabricam no tear ponchos muito grosseiros que se vendem a seis patacas, enviando-os a Porto Alegre, Rio Grande e outros lugares da capitania. Esses ponchos são brancos com listras pardas ou pretas, e usados exclusivamente pelos negros e índios. (SAINT-HILAIRE, 1939, p. 82).

Diversos autores têm dedicado-se a pesquisar essas comunidades, considerando diferentes aspectos, como território, religiosidade, relações de parentesco e desenvolvimento rural. A produção acadêmica tem dado voz e visibilidade a essas populações, sobretudo valorizando a história e a memória identitária dos sujeitos – destacando-se os trabalhos de Silva (2007), Prass (2008), Machado (2017) e Molet (2020).

Conforme Arnt (2016, p. 4), "O processo de autorreconhecimento destas comunidades e de certificação pela Fundação Cultural Palmares iniciou a partir da virada do século 21". Para Molet (2013, p. 10): "[...] a mão de obra escrava foi muito importante no litoral, pois atuou em várias atividades. Além disso, a localidade possibilitou inúmeras experiências de escravidão e liberdade".

Ao estudar a comunidade quilombola dos Teixeiras, Freitas (2016, p. 24) enfatiza que "[...] o território utilizado por essas famílias negras para viverem e reproduzirem suas práticas culturais é marcado pelas referências aos seus ancestrais, sendo o local onde se compartilham as identidades enquanto quilombolas". Conforme Ramos (2011), ao pesquisar a comunidade quilombola Beco dos Colodianos, existe uma referência à origem familiar na África e à escravidão e, da mesma forma, existem nas falas daqueles negros e negras referências à ancestralidade africana.

Comunidade Quilombola da Casca

A comunidade da Casca, localizada no quarto distrito (Dr. Edgardo Pereira Velho), possui em torno de 85 famílias em uma área de 2.387,8596 ha. O processo de titulação no Incra foi instruído em 2004

(54220.001202/2004-45). A certidão da Fundação Cultural Palmares data do dia 04 de junho de 2004; o edital de publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) é de 20 de abril de 2006; a portaria do presidente do Incra, de 26 de outubro de 2006; o decreto de desapropriação foi publicado em 23 de novembro de 2009; e o título de propriedade foi expedido pelo Incra em 20 de novembro de 2010. Essa foi a primeira comunidade quilombola do Rio Grande do Sul reconhecida como "remanescente de quilombos" (em 2001).

Pode-se começar a história da Comunidade Quilombola da Casca com a povoação do município do Rio Grande, em 1737, quando diversos casais açorianos chegaram à região, como Francisco Gonçalves Retorta e Ana Pereira de Jesus. Entre os filhos que esse casal teve na localidade, estavam Mônica e Quitéria. Mônica Pereira de Souza casou-se com Manoel Jorge da Silva, em 1759, na Matriz de São Pedro do Rio Grande, no município de Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

Manoel era natural da Freguesia Nossa Senhora da Barbarez da Vila Moreira, localizada em Portugal. Foi tropeiro e participou de lutas na Colônia do Sacramento que lhe renderam uma sesmaria em Palmares do Sul, possivelmente a da Charqueada. No mesmo ano do casamento, Manoel, segundo Marco Antônio Velho Pereira, comprou campos em Palmares que compreendiam também a sesmaria do Quintão, e, além dessas terras, ele possuía outras na Sesmaria da Charqueada. Ao que tudo indica, até então ele residia com a família em Rio Grande. Porém, com a invasão dos espanhóis, neste município, em 1763, fugiram de barco, atravessaram o canal do Rio Grande para São José do Norte e seguiram a estrada da praia. Assim, na década de 1760, Manoel residia em Palmares do Sul com sua mulher Mônica. Por sua vez, a irmã de Mônica, Quitéria Pereira do Nascimento, casou-se com o Capitão Francisco Lopes de Mattos, que era proprietário de algumas fazendas entre Palmares e Mostardas. Eles foram para esta localidade, juntamente com Mônica e Manoel, durante a invasão dos espanhóis em Rio Grande, conforme estudos de Claudia Daiane Garcia Molet (2013).

A comunidade de Casca foi originada de doações, neste período, pois Quitéria Pereira do Nascimento deixou no seu testamento terras e bens para seus escravos, em 1824. No momento das doações, Quitéria reconheceu em seu testamento as situações que se configuravam como posse e usufruto de famílias escravas. O testamento de Quitéria possi-

bilitou a mudança na condição civil e ainda garantiu legalmente a sua permanência nas terras, bem como alicerçou nessas mesmas terras os vínculos de sociabilidade e de autossustentabilidade.

As famílias vivem da agricultura e da pecuária e são organizadas por meio da Associação Comunitária Dona Quitéria, fundada no ano de 1999. Há, ainda, em seu território, a Escola Quilombola Municipal de Ensino Fundamental Quitéria Pereira do Nascimento.

Comunidade Quilombola dos Teixeiras

A comunidade quilombola dos Teixeiras, localizada no terceiro distrito (São Simão), possui em torno de 80 famílias. O processo de titulação no Incra foi instruído em 2007 (54220.002305/2007-75); a certidão da Fundação Cultural Palmares foi emitida em 19 de agosto de 2005; e a elaboração do RTID está em andamento. Essas famílias são organizadas por meio da Associação Comunitária Quilombola dos Teixeiras, fundada em 2006, e possuem em seu território a Unidade Básica de Saúde Antonio Zabela.

No caso da região de Mostardas, a reprodução socioeconômica e cultural do quilombo dos Teixeiras passa por criar condições para que se mantenham os modos e práticas agrícolas ancestrais e pela conquista de melhorias ligadas à infraestrutura material.

Além disso, ressalta-se a presença de manifestações culturais e religiosas como, por exemplo, o Ensaio de Pagamento de Promessa para Nossa Senhora do Rosário, também chamado de Ensaio de Quicumbi. É importante atentar para as manifestações culturais negras da região como forma de manter os laços consanguíneos e de amizade entre as famílias quilombolas.

Membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Mostardas vêm realizando um trabalho junto a estudantes do Ensino Fundamental, apresentando aos/às jovens as várias cantigas, danças, músicas e encenações feitas no Ensaio de Pagamento de Promessa.

Surgiu deste trabalho o “Grupo de Teatro Quicumbi”, com jovens estudantes negros/as e não negros/as que encenam parte do ritual de pagamento de promessa, em parceria com escolas públicas locais.

Quadro 2 – Testamento da açoriana Rosa Teixeira de Jesus

N. 756 – 28/07/1826 – Faleceu Rosa Teixeira de Jesus, solteira que fizera Testamento a 26/06/1826 na sua Estância da Caieira.

Nascida na ilha de São Jorge – filha legítima de Antônio Teixeira Batista e Dona Teresa Maria de Jesus. Solteira. Deixa os seguintes bens:

1 – um pedaço de campo no lugar denominado Caieira, onde tenho meu estabelecimento e benfeitorias e casa de moradia.

2 – outro pedaço de campo no lugar denominado São Simão Velho da Tapera para a parte do Pântano que extrema com Francisco Rodrigues de Mesquita, os quais vendi ao meu primo Antônio Luiz Teixeira, por preço e quantidade de setenta e seis mil e oitocentos réis (76$800), ficando-lhe só a metade do Mato, pertencentes a este campo e outra metade fica para os escravos, pertencentes a esta casa que ficarão libertos.

Declaro que deixarei dez braças de Testada e seu comprimento as quais meu Testamenteiro os entrega a cada destes meus escravos, que ficam forros na Caieira.

Declaro que as sessenta braças de terra que tocaram aos seis escravos do Falecido meu irmão Manoel Teixeira Batista, que ficarão libertos e meu Testamenteiro do Campo da Caieira.

Após estas repartições, tudo que sobrar seria distribuído igualmente entre os escravos da testadora e seus falecidos irmãos e para poderem vender, ficando de pais e mães para filhos e o meu testamenteiro ter conta para eles não venderem.

Todos bens que restarem, após outros legados ficaram para seu testamenteiro.

As testemunhas foram

1- Manoel Antônio Araújo

2- Antonio Luis Teixeira

3- Florência Valim de Azevedo

Fonte: Cópia extraída do Livro de Registros de Óbitos de Mostardas.

Comunidade Quilombola Beco dos Colodianos

A comunidade quilombola do Beco dos Colodianos, localizada também no terceiro distrito (São Simão), possui em torno de 36 famílias. O processo de titulação no Incra foi instruído em 2007 (54220.002304/2007-21), e a elaboração do RTID está em andamento. A Certidão da Fundação Cultural Palmares foi emitida em 30 de junho de 2005.

A comunidade se originou de "uma deixa" de terras para Claudina Antônia da Conceição, filha de uma escrava com um estancieiro. Ela deixou nove filhos como herdeiros, dos quais descendem os atuais moradores

do local. Claudina era chamada de Colodiana, por isso a denominação da localidade. As famílias dessa comunidade vivem da agricultura e da pecuária e são organizadas por meio da Associação Comunitária Quilombola Beco dos Colodianos, fundada no ano de 2006.

Artefatos quilombolas na cultura mostardense

No que diz respeito à cultura mostardense, enfatizaremos dois elementos que têm presença marcante e relacionam-se com raízes africanas do município – o Ensaio de Pagamento de Promessas através das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e a sociobiodiversidade regional, representada pelo feijão sopinha e o milho catete.

Figura 2 – Ensaio de Pagamento de Promessa na Comunidade Quilombola dos Teixeiras (2022)

Fonte: acervo do autor.

Conforme a historiadora Marisa Guedes, a devoção à Nossa Senhora do Rosário veio para o Brasil com os portugueses e praticada por seus escravos.

As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário que se manifestam, desde os tempos da escravidão, com o Ensaio de Pagamento Promessa na nossa região são os grupos das localidades de Teixeiras, do Rincão do Cristóvão Pereira e Casca, no município de Mostardas, e uma Irmandade no município de Tavares.[10]

10 Hoje estão ativos dois grupos – Teixeiras e de Tavares.

Quicumbi é uma designação relativa aos escravos que vieram para trabalhar nos campos do litoral gaúcho, trazidos compulsoriamente de reinos da África. Os escravizados desenvolveram ao longo dos séculos características culturais próprias, combinando as religiosidades negra e cristã. Nesse sentido, o ensaio de promessa é a expressão mais duradoura dessa combinação.

As danças encenadas são singelas, com pequena variação de passos. Eles iniciam os cantos em duas filas, que volta e meia se cruzam e se mesclam. O toque do tambor é repetitivo, assim como os versos entoados. Cada canto é repetido por 15 minutos ou mais, dando o sentido de "ensaio" do encontro – repetir até a perfeição o que foi ensinado pela santinha.

O feijão sopinha é uma leguminosa pertencente à espécie *Vignaunguiculata*, cuja vagem geralmente apresenta coloração marrom, contendo aproximadamente vinte sementes esféricas de cor bege. É largamente cultivado em regiões de clima úmido e quente, semiárido e tropical do Brasil, adaptando-se facilmente a diferentes tipos de solo.

Em Mostardas, é cultivado há pelo menos 200 anos pelas comunidades quilombolas, ultrapassando a questão agronômica e econômica, e significando um importante valor cultural, simbólico e religioso, que expõe o trabalho e a luta de grupos sociais que resistem a todas as adversidades. Da mesma forma, o milho catete e o arroz quilombola são produtos que merecem destaque por sua contribuição nutricional e na formação alimentar das comunidades. Uma das formas da perpetuação destas sementes se dá através das feiras de troca de sementes, nas quais participam quilombolas, pequenos agricultores e pescadores.

Os casais açorianos

Conforme Neis (2015), além dos fazendeiros com seus escravos e agregados, Mostardas recebeu muitos açorianos, que começaram a arranchar-se a partir de janeiro de 1774. Foram-lhes concedidas as terras mais próximas das terras do padroeiro. Conforme uma relação de 1776, feita pelo capitão Francisco Lopes de Matos, e a relação do recenseamento de 1784, o autor apresenta uma lista da maior parte dos açorianos que se radicaram em Mostardas.

> Arranchados em janeiro de 1774: Antônio Ferreira da Silva e Antônio da Silva. Arranchados em fevereiro de 1774: Francisco de São José, Manoel Teixeira, Manoel Teixeira Brasil, Simão Pereira da Sil-

> va, Manoel Machado, José de Souza, José Pereira Vieira, Francisco Pereira de Souza, Vicente José Francisco, José de Oliveira, André da Terra, Antônio Silveira Duarte, José Silveira, Antônio Teixeira Machado, Rosa Maria, Antônio Teixeira, Manoel dos Santos e Pedro Lopes de Matos. Arranchados em março de 1774: João Teixeira Brasil, João Batista, Bárbara Santa, José Vieira e Joaquim Vaz. Em maio de 1774: Antônio Batim (parece que é o mesmo que em outra lista consta como Antônio Valim de Azevedo). Em julho de 1774: Mateus de Souza e Estevão de Souza. Em setembro de 1774: José Pereira Brum (NEIS, 2015, p. 5).

Ele relaciona, ainda, outros açorianos que também receberam datas, sem especificar a época exata:

> Francisco Gonçalves Mascarenhas, Marcelino da Silva, Felipe Gonçalves Mascarenhas, José Tomaz, Miguel Antônio de Araújo, João Ferreira Sardinha, Manoel Marques da Silva, Manoel Teixeira Porto, Manoel Alves, José Rodrigues, Antônio da Piedade, Manoel Lopes, Manoel Nunes, Antônio de Quadros, João da Silva Carvalho e Cruz, João Nunes, João Inácio, José Antônio Veja, Apolinário Antônio, Antônio Francisco da Cruz, Pedro Gonçalves (NEIS, 2015, p. 5).

Já em Tavares, na fazenda de Luís Coelho Lopes, ficaram como agregados os casais

> Antônio da Rosa, José Correia e Inácio Joaquim. No Rincão de Cristóvão Pereira, sobre a fazenda de Pedro Nolasco da Cunha, estabeleceram-se os casais: José Francisco Pereira, Francisco dos Santos de Medeiros, José Francisco, José da Cruz, Antônio Francisco, Manoel Pereira, Antônio Gonçalves Cobaz, José da Costa, Agostinho Gonçalves, José Martins, Antônio Nunes, Rosa do Espírito Santo, Pascoal de Souza, Antônio Dias dos Santos e Antônio Silveira Goulart. Nas proximidades do mesmo Rincão, em 1779, João Antônio Tarouco Roxo recebeu uma data (NEIS, 2015, p. 5).

Para o autor, estes casais açorianos, acrescidos de outros, são o fundamento da maior parte dos atuais moradores de Mostardas, e, juntamente aos demais, eles legaram os usos e costumes das ilhas dos Açores.

> Gente pacata e trabalhadora, pode a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros referir-se a eles com as seguintes palavras: “Os aço-

> rianos que se localizavam nos povoados de Mostardas e Estreito trabalham diligentemente. Basta dizer que em matéria de quantidade de trigo plantado em 1780, logo após Rio Grande apareciam Estreito e Mostardas com, respectivamente, 996 e 995 alqueires. E a produção de trigo em 1787 foi de 15.848 para Estreito e 14.126 para Mostardas" (NEIS, 2015, p. 5).

A marca destes casais está na cultura, na arquitetura, na culinária (especialmente nos doces), na religiosidade e no modo de vida do povo de Mostardas, ao longo dos últimos 250 anos, expressos não somente nos sobrenomes, mas na forma como as pessoas se comportam e como as relações sociais foram constituídas.

Elementos para um debate mais profundo

Ao tratar nossos municípios sob um olhar mais ampliado, reconhecendo todos os atores no seu processo de constituição, percebemos a riqueza que nos formou. Ao longo das últimas décadas, as placas, os termos, as teses, tudo apontava para Mostardas, uma cidade açoriana. Porém, quando observamos como as pessoas vivem, quais seus atributos sócio-históricos, culturais e religiosos, nos damos conta que precisamos ir além do que o senso comum nos traz como verdade.

Neste sentido, a ideia de uma cidade *afroaçoriana* parte justamente de uma concepção de mundo que é reconstruído na perspectiva da diversidade humana, ressignificando o papel de todos os atores que formaram o nosso território. E essencialmente, importa dar visibilidade e protagonismo a aqueles historicamente invisibilizados, não somente pela história, mas pela vida e a cultura.

Recentemente, a Câmara de Vereadores de Mostardas aprovou e o prefeito municipal sancionou a Lei Municipal nº 4.443, de 06 de junho de 2022 que "Institui o Município de Mostardas como Cidade Afro-Açoriana". O documento é fruto de um amadurecimento da população mostardense, que com esta medida dá valor ao papel do negro na sociedade, para além de objetos da escravidão, mas sujeitos que se constituem como elementos importantes na identidade do município, sendo o fato, pioneiro em todo país.

O exemplo de Mostardas precisa ser aprofundado, inclusive em nosso Estado, que é por natureza afro-gaúcho, que precisa reconciliar-se com seu racismo, valorizando e reconhecendo as comunidades quilom-

bolas e o povo negro e seu legado na cultura e na economia, inclusive buscando dar um novo olhar para o Massacre de Porongos na Revolução Farroupilha, tratando de forma mais coerente os Lanceiros Negros, verdadeiros heróis esquecidos.

O que nós defendemos é que os negros não foram somente mão de obra escravizada, mas com sua intelectualidade, ajudaram a construir saberes que mesclaram conhecimentos tradicionais, ciência africana e resiliência com aquilo que aprenderam com os portugueses.

Em Mostardas, onde estão as melhores doceiras e artesãs? E os carpinteiros, tosquiadores? Descendentes de africanos e açorianos têm seus hábitos e práticas mesclados, e isso os tornam singulares em suas práticas.

A *afroaçorianeidade* é como identificamos este processo permanente de trocas entre as etnias e o que resulta de suas práticas culturais e sociais. Portanto, o que apresentamos até aqui, é o percurso de uma jornada que começou a partir dos Açores e de África, a qual formou um povo novo, cujos valores *afroaçorianos* os identificam, o que os torna único, mas precisa ser assumido como um patrimônio inegociável da sua constituição como *Mostardenses* ou *Mostardeiros*. E isso se dá, na batida do tambor do Quicumbi, nos passos dos dançantes, na fé em Nossa Senhora do Rosário, nas cantorias do Divino e nos terreiros da umbanda, sob a guarda da paróquia São Luiz Rei de França, onde tudo começa e nada termina, pois, o vento nos conduz o tempo todo para o mundo das incertezas, e a água nos apresenta a calmaria da natureza que sempre nos moldou.

Referências

ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. *Trabalho, meio ambiente e conflito*: um estudo antropológico sobre a construção social dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe - RS. Porto Alegre, Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, PPAS/IFICH/UFRGS, 2002.

ARNT, Mônica de Andrade. Mediações político-culturais e relações intercomunitárias quilombolas no Litoral Médio do Rio Grande do Sul. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 30., 2016, João Pessoa. *Anais da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia.* João Pessoa, 2016.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos

quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm>. Acesso em: 15 fev. 2021.

BAUMAN, Zygmunt. *Ensaios sobre o conceito de cultura.* [S.l.]: Zahar, 2012.

BENEDETTI, Adriane Cristina. O Parque Nacional da Lagoa do Peixe (RS) em perspectiva: turismo, pesca e conflito. *Revista de Extensão e Estudos Rurais*, v. 7, n. 2, p. 190-212, 2018.

EMATER/RS. Comunidades Quilombolas. [Portal da Emater], 2009. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/inclusao-social-produtiva/comunidades-quilombolas.php#.XuZnnUVKjIV>. Acesso em: 20 jun. 2020.

GROSSI, Patricia Krieger; BOHN Simone; OLIVEIRA, Simone Barros de; DUARTE, Joana das Flores Duarte*. Mulheres Quilombolas, Interseccionalidades e Políticas Públicas.* Porto Alegre: Faith, 2021.

MACHADO, Cauê Fraga. Agenciamentos da benzedura: O sistema de cura no Quilombo da Casca/RS. *ACENO – Revista de Antropologia do Centro-Oeste,* v. 3, n. 6, p. 87-102, 2017.

MILAN, Elisana; MORO, Rosemeri Segecin. O conceito biogeográfico de ecótono. *Terr@ Plural,* v. 10, n. 1, p. 75-88, 2016.

MOLET, Claudia Daiane G. Casca e Limoeiro: as comunidades quilombolas no litoral negro do Rio Grande do Sul, durante o século XIX. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 6., 2013. *Anais do VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.* Santa Catarina: UFSC, 2013.

MOSTARDAS. Institucional sobre a história de Mostardas. [Portal da Prefeitura de Mostardas], c2022. Disponível em: <https://www.mostardas.rs.gov.br/pagina/view/1/institucional-sobre-historia-de-mostardas>. Acesso em: 08 abr. 2023.

NEIS, Ruben. *A fundação de Mostardas.* Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015. Disponível em: < https://www.ihgrgs.org.br/artigos/membros/Ruben%20Neis%20-%20A%20FUNDA%C3%87%C3%83O%20DE%20MOSTARDAS.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2023

PRASS, Luciana. Músicos e músicas das comunidades quilombolas gaúchas na arena das políticas afirmativas. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA, 18., 2008, Salvador. *Anais do XVIII Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música.* Salvador: UFB, 2008.

SCHIMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília M.; CARVALHO, Maria Celina P. de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente & Sociedade,* n. 10, p. 129-136, 2002.

TORRES, Luiz Henrique*. A colonização açoriana no Rio Grande do Sul* (1752-63). Rio Grande: FURG, 2004.

MANIFESTAÇÕES POPULARES DE TAVARES

Luiz Agnelo Chaves Martins[1]

Tenho muito a contar sobre a cultura popular da nossa Tavares, principalmente das manifestações culturais herdadas dos nossos ancestrais açorianos e da sua interação com os afrodescendentes, no artesanato da lã, na pesca artesanal, na religiosidade e na agricultura familiar.

Quando Secretário da Cultura e Turismo do município de Tavares, desenvolvemos o projeto "A importância de ser Litoral – Tavares, sua gente e sua cultura popular" com a apoio do saudoso folclorista Paixão Cortes.

A herança açoriana nos fez mostrar pela primeira vez no Rio Grande do Sul os Cantadores dos Ternos Juninos de Santo Antônio, São João, São Pedro; Ternos do ciclo natalino de 25 de dezembro a 06 de janeiro, dia dos Santos Reis; Terno de São Miguel; Terno Senhora Santana; Corrida das Cavalhadas nas Festas de Santo Antônio (Padroeiro de Tavares); e Ordem dos Cavaleiros de Cristóvão Pereira de Abreu, representado pelo Presidente dos corredores, Jorge Paulo Martins Silvera, entre tantas outras manifestações.

Com a demarcação das terras entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico feita pelo Capitão dos Dragões Carlos Jose da Costa e Silva, com a concessão de "datas de terras" para os casais açorianos na nossa região de Tavares, Mostardas e São José do Norte, teve origem a agricultura familiar, assim como a propriedade privada no Rio Grande do Sul m nosso meio. A nossa península, na década de 1780, contribuiu muito para a produção de trigo no sul do Brasil. Infelizmente, foi criado o Parque Nacional da Lagoa do Peixe, em 1986, com 35 mil hectares, ficando 80% em Tavares, sem audiência pública. Foi a maior agressão socioeconômica e cultural, para a história regional. Afinal estamos nestas terras há mais de 250 anos, e ainda não somos reconhecidos como comunidades tradicionais.

Estamos desenvolvendo, atualmente, um projeto intitulado "Proprietário Rural: guardião do meio ambiente", para que as famílias consigam

1 Pesquisador autodidata. Tavares/RS.

permanecer em suas propriedades e desenvolver projetos de sustentabilidade, como: turismo rural, passeios equestres, observação de aves migratórias, trilhas na mata costeira – o maior corredor ecológico de mata nativa do Litoral do Rio Grande do Sul, atuação na pecuária sustentável nos campos salinos da Lagoa do Peixe, entre outras ações. Estudos comprovam a importância do pastoreio do gado para permanência dos "maçaricos canelados", aves que estão em extinção.

Como presidente da Associação dos Proprietários de Terras do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, venho buscando apoio para este projeto.

Tive a honra de ter participado do XI Curso "Açores, à descoberta das raízes" realizado de 10 a 16 de julho de 2004, nas ilhas do Pico e Faial, do Arquipélago do Açores. A Diretora Regional das Comunidades, na época, era a senhora Alzira Maria Serpa Silva.

Participar deste evento trouxe para mim o maior orgulho de ser descendente do povo açoriano e poder descobrir nossas raízes, que me motivou mostrar para as novas gerações a contribuição dos açorianos para formação da história do Rio Grande do Sul.

Temos muito ainda para resgatar e fazer este intercambio com os Açores em diversas áreas: gastronômica, artesanal, turística, educação e a história do povo gaúcho.

Neste trabalho, a seguir, registro algumas imagens de ações de preservação da memória açoriana em Tavares, diante de tantas manifestações que ficaram preservadas, como indiquei neste trabalho. A cultura afro-açoriana, como disse, é muito forte. É necessário divulgar nossas ricas tradições que ficaram conservadas, pelo isolamento a que Tavares ficou submetido, por muito tempo. Mas, com a possibilidade de inserir nosso município nas relações da região, com os projetos turísticos a serem desenvolvidos, teremos que ter o cuidado de não perder nossos ritos, nossas festas, nossas manifestações tradicionais.

Figura 1 – Uma das edições de antiga Cavalhada em Tavares

Fonte: acervo do autor.

Figura 2 – Cavalhada: corredores cristãos

Fonte: acervo do autor.

Figura 3 – Palhaços em edição de Cavalhada

Fonte: acervo do autor.

Figura 4 – Corredores em edição de Cavalhada

Fonte: acervo do autor.

Figura 5 – Cavalhada: embaixada cristã e moura

Fonte: acervo do autor.

PONTO DE CULTURA FREGUESIAS LITORÂNEAS: ESCALAS E AÇÕES EM PESQUISA-AÇÃO COM MANIFESTAÇÕES DO FOLCLORE DA CULTURA POPULAR NO LITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

José Fernando Almeida Costamilan[1]
Daniel Godoy[2]

Introdução

Este ensaio discute a importância de projetos, políticas e ações para a preservação e revitalização do folclore e das manifestações culturais autóctones na região litorânea do Rio Grande do Sul, através da exposição de uma geografia da ação cultural em sua contextualidade histórica, reconhecendo o Ciclo de Celebrações ao Divino Espírito Santo, como um fenômeno cultural complexo e de escala regional. O relato evidencia a sua relevância no contexto da paisagem cultural viva e das territorialidades culturais da região. Por meio de uma abordagem transdisciplinar, apresenta-se fatos e processos relacionados à vitalidade das manifestações da cultura popular, apontando algumas estratégias de valorização e salvaguarda do folclore e de referências culturais. O texto destaca a experiência bem-sucedida do Plano de Ações do Ponto de Cultura Freguesias Litorâneas, que resultou na produção de materiais como vídeos e dossiês, além da criação de um inventário cultural disponível para pesquisadores, organizado num *webdoc*. Este ensaio contribui para a compreensão da importância da preservação do folclore e das tradições na região litorânea do Rio Grande do Sul, trazendo elementos para discussão sobre a necessidade de políticas e ações que valorizem e fortaleçam

1 Pesquisador, diretor do Museu do Instituto Histórico e Geográfico de São José do Norte, radialista e acadêmico em Direito. Contato: fcostamilan@hotmail.com
2 Geógrafo, doutor em Geografia, pesquisador do Museu do Instituto Histórico e Geográfico de São José do Norte. Contato: contatodanielgodoy@gmail.com

as manifestações culturais autóctones. Ao apontar estratégias de apoio ao reconhecimento social das identidades locais e a articulação com as comunidades culturais em escala regional, demonstra como é possível alcançar a revitalização dessas expressões culturais e garantir a sua continuidade histórica.

Portanto, o presente trabalho apresenta o projeto Ponto de Cultura Freguesias Litorâneas,[3] que atua no litoral do Rio Grande do Sul. Essa região cultural abrange os municípios de Mostardas, Tavares, São José do Norte e Rio Grande, desde 2011. A região possui uma rica formação histórica multicultural e multiétnica. Desde o século XVII, com a ocupação portuguesa e a fundação das primeiras freguesias litorâneas, a região tem passado por transformações econômicas e sociais ao longo de uma matriz econômica baseada na silvicultura, cebolicultura, rizicultura, pecuária e pesca. Sendo que atualmente vive o início da industrialização pela presença de um polo de indústria naval, campos de energia eólica, expansão portuária e, aos poucos, vêm ocorrendo a inserção da soja que tende a impactar a paisagem cultural da região.

Figura 1 – Localização da região litorânea gaúcha do Brasil

Fonte: http://pontodeculturafreguesiaslitoraneas.blogspot.com/

3 Para uma melhor imersão do leitor na região cultural, objeto deste ensaio, compartilhamos o webdoc Geo Documentário Freguesias Litorâneas, onde é possível através do Google Earth ter uma experiência em diferentes níveis de profundidade e escala pelos territórios culturais onde atuamos. Acesse: https://earth.google.com/earth/d/1RCxppFY2r1mxgQOpps2lEjJpPSSD7Yjg?usp=drive_link

Para impulsionar os projetos políticos e econômicos nessa região litorânea do Brasil, entre os séculos XVII e XIX, populações africanas foram trazidas como força de trabalho escravo, atuando na produção de alimentos e no desenvolvimento das estâncias voltadas para a pecuária e produção de charque para exportação. Além disso, no século XVIII, uma significativa população açoriana (LAYTANO, 1969; TORRES; 2004), composta principalmente por casais muito jovens, chegou à região devido a movimentos populacionais decorrentes de pressões e conflitos relacionados a processos fundiários e sociopolíticos nas ilhas dos Açores. A cultura açoriana ainda reverbera na linguagem e vocabulário local, notando-se como uma influência nas pronúncias e palavras típicas nas cidades e localidades rurais. Por sua vez, a cultura africana vive entre territórios de comunidades quilombolas, espalhadas por toda a região (BUNSE, 1981; FRANZEN, 2003).

Essa mistura étnica e cultural resultou em um universo cultural único nas cidades, vilas e áreas rurais do litoral gaúcho, onde a universalidade dos lugares foi produzida por portugueses, espanhóis, açorianos, africanos, povos nativos, ingleses, franceses, alemães, pomeranos, entre outras etnias e de seus descendentes que conviveram e contribuíram para a formação da identidade local e regional. Nas zonas rurais da região litorânea do Rio Grande do Sul, ainda há um Ciclo de Festas aos Santos Padroeiros e uma forte influência das festas da tradição açoriana (GRAEBIN, 2007).

Figura 2 – Identidade Visual do Ponto de Cultura Freguesias Litorâneas

Fonte: acervo dos autores.

O objetivo central do projeto Freguesias Litorâneas foi promover a valorização e o reconhecimento social das diversas manifestações do folclore gaúcho típicas da região litorânea do extremo sul do Brasil. Para

isso, contamos com a ilustre orientação do folclorista gaúcho João Carlos D'Ávila Paixão Côrtes, cujo trabalho foi uma referência fundamental para o Movimento Tradicionalista Gaúcho desde o final da década de 1940. Representando a antiga escola de pesquisa dos folcloristas brasileiros por ter sido um especialista em danças folclóricas gaúchas (PAIXÃO CORTÊS; LESSA, 1961; PAIXÃO CORTÊS, 1983, PAIXÃO CORTÊS, 2006; MACEDO; GOELLNER, 2017).

Figura 3 – Matéria no Jornal Zero Hora (2012)

clicRBS
Rio Grande

Projeto irá resgatar origem da cultura açoriana do Estado

Fonte: acervo dos autores.

A inspiração veio da escola do Folclorismo Gaúcho Brasileiro, que ao longo do tempo se integrou às Ciências Humanas, como em áreas da Antropologia e áreas de conhecimento que se dedicaram com diferentes perspectivas e especialidades aos estudos da cultura regional (NEDEL, 2005). Tivemos como orientação para o projeto, as contribuições do folclorista Paixão Côrtes que atuou na elaboração das estratégias para a concepção e execução do plano de ação do Ponto de Cultura Freguesias Litorâneas.

A partir de reuniões com o folclorista, desenvolvemos então uma metodologia específica que utilizou diversas estratégias de radiocomunicação e comunicação cultural, incluindo a produção e apresentação de um programa radiofônico com alcance em escala regional, a produção de eventos culturais, redação e envio de textos para a imprensa, a produção de registros e conteúdos audiovisuais, além da pesquisa-ação como es-

tratégias-chave que nos permitiu nos tornarmos parte do fenômeno folclórico de nossas comunidades culturais, tendo como foco em fortalecer ações de valorização das Cantorias de Ternos Juninos e de salvaguardar as referências culturais das comunidades tradicionais, relacionadas ao culto e devoção do Divino Espírito Santo (ANGELO, 2017).

Figuras 4 e 5 – Esplendor do Divino Espírito Santo e bandeira do Divino, na Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Estreito

Fonte: acervo dos autores.

Uma das contribuições originais do projeto foi, portanto, lançar ações de pesquisa-ação com foco em manifestações típicas do folclore gaúcho litorâneo, a partir de um espaço de memória que é o Museu do Instituto Histórico e Geográfico de São José do Norte, mobilizando instituições como universidade, prefeituras municipais e órgãos públicos. O foco foi trazer na discussão pública a questão do Folclore da Cultura Popular Gaúcha, como algo vivo e do tempo presente, e não como um culto a um passado distante e romantizado.

No Rio Grande do Sul, destacamos o Ponto de Cultura Freguesias Litorâneas como um exemplo de ação de reconhecimento da importância de criar condições para que grupos e comunidades culturais, se percebam como detentores de um tesouro vivo composto por diversas referências culturais, necessários à sua existência. O Ponto de Cultura Freguesias Litorâneas faz parte do Programa Cultura Viva. Ele foi concebido como um projeto de ações culturais pelo Museu do IHGSJN, com o

intuito de concorrer a um edital do Ministério da Cultura em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande – FURG, no ano de 2010.

A proposta foi aprovada e, a partir de 2011, o projeto passou a ser executado, tornando o IHGSJN um Ponto de Cultura voltado para a salvaguarda do folclore e das tradições da cultura popular da região litorânea do Rio Grande do Sul e a compreendendo como uma região cultural com características de laços étnicos e territoriais comum (BRUM NETO; BEZZI, 2008). Mesmo sem a continuidade dos recursos financeiros, a entidade promoveu, com recursos próprios, o avanço do Plano de Trabalho e das atividades estratégicas até 2015, e vem desde então realizando ações culturais pontuais para manter sua agenda voltada à cultura local e regional.

A importância de um Ponto de Cultura, como política cultural no Brasil nessa região, reside no seu papel de reconhecer e valorizar a diversidade cultural presente no país e destacar as especificidades e os conjuntos de referências culturais vivas que estão presentes no dia a dia da vida das pessoas nos mais diversos territórios. Bem como, pode promover o acesso e a participação da população de forma mais ampla nas manifestações culturais de seus territórios. Essa iniciativa foi implementada pelo governo federal brasileiro, durante as gestões (2003-2016). Consiste em certificar entidades culturais como Pontos de Cultura, por meio de um processo seletivo, via editais públicos conduzidos pelo Ministério da Cultura - MINC.

Qualquer associação, museu, espaço cultural ou entidade social com fins culturais poderia buscar essa certificação, desde que apresentassem um projeto de ações culturais e um plano de trabalho que garantisse a aplicação efetiva da Política Nacional de Cultura. Dessa forma, os Pontos de Cultura atuam como mediadores entre grupos e comunidades culturais, o Estado e a sociedade brasileira, assumindo o papel de agentes de política cultural nos territórios onde estavam inseridos.

A inspiração para a criação da Rede de Pontos de Cultura e do Programa Cultura Viva veio do programa da UNESCO, chamado “Tesouros Humanos Vivos”, criado em 1994, na gestão de Gilberto Gil junto ao MINC. Esse programa tinha como objetivo reconhecer e valorizar o importante papel social desempenhado por grupos, comunidades e pessoas diversas na preservação e transmissão de tradições culturais coletivas, bem como garantir que seus conhecimentos e técnicas fossem transmitidos às novas gerações.

No contexto específico do Rio Grande do Sul, o Ponto de Cultura Freguesias Litorâneas foi concebido como um projeto de ações culturais pelo Museu do IHGSJN, para concorrer a um edital promovido pelo Ministério da Cultura em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande - FURG, no ano de 2010, e inspirado nos resultados do trabalho do folclorista João Carlos D'ávila Paixão Côrtes. A proposta foi aprovada e a partir de 2011 o projeto passou a ser executado, transformando o IHGSJN em um Ponto de Cultura dedicado à salvaguarda do folclore e das tradições da cultura popular da região litorânea do estado.

Desde 2006 pudemos acompanhar uma manifestação cultural revitalizada na comunidade do Estreito, quando a Corrida das Bandeiras do Divino (CÔRTES, 1983), foi retomada a partir uma ação do Museu do IHGSJN[4] em conjunto com a comunidade da Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Estreito. A ação consistiu em uma reunião para conversar sobre quais seriam as manifestações culturais da comunidade que sentia falta por não estarem mais vivas. A reunião teve a presença do folclorista Paixão Côrtes que ajudou os presentes a rememorar a vida cultural do passado do lugar. Como deliberação, foi decidido ali que as Bandeiras do Divino iriam voltar a correr.

As Bandeiras do Divino, na localidade, estavam adormecidas há mais de 50 anos. Voltaram a correr em 2006 para visitar as moradas da localidade, levando a presença do Divino e coletando doações para a Festa do Divino que acontece no dia 13 de maio. O fato foi considerado de grande importância afetiva, religiosa, simbólica e cultural pela população da localidade e do município (GODOY; COSTAMILAN, 2015).

A partir da revitalização das Bandeiras do Divino, em 2006, também, surgiu o desejo da comunidade que fosse revitalizada as Bandeiras de Nossa Senhora do Rosário. Através de entrevistas, fomos percebendo que as memórias e imaginários coletivos da comunidade em relação às corridas das Bandeiras eram em relação às Bandeiras do Rosário, pois, foi estas últimas a pararem na tradição. Percebemos que as memórias em relação às Bandeiras do Divino, já estavam quase perdidas da infância entre os mais velhos, e, muitas vezes, misturadas em imaginários sobre o que ouviram dos avós que vieram de localidades de Tavares e Mostardas, na década de 1980, para o Estreito.

4 A instituição faz parte da rede nacional de Institutos Histórico Históricos e Geográficos que são entidades autônomas com origem ainda no século XIX, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com sede no Rio de Janeiro, espaço que abrigou as origens do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e há muitos dos primeiros pesquisadores sociais do país.

Por sua vez, as Bandeiras do Rosário tinham sido promovidas por um senhor chamado Júlio da Morena, que tinha um galpão de festa para bailes e uma hospedaria até meados da década de 1970, na Vila do Estreito. Seu Júlio guardou a tradição das Bandeiras do Rosário até ficar debilitado pela idade; foi quando as bandeiras adormeceram na localidade.

Ao chegar a sugestão para o Museu do IHGSJN apoiar a revitalização das Bandeiras do Rosário, em fevereiro de 2012, pudemos através do Ponto de Cultura Freguesias Litorâneas contribuir a partir da pesquisa-ação, com investigação sobre a rede de memória cultural dessa manifestação, visitando e entrevistando pessoas que ainda tinham lembranças das últimas corridas das bandeiras, do rito, da forma, da ilustração, sentidos e significados. Inventariou-se os detalhes, buscando compreender melhor o processo de adormecimento das Corridas das Bandeiras.

Foi e é comum no catolicismo popular da região uma relação muito próxima entre às Irmandades do Rosário e às Irmandades do Divino, a exemplo de como ainda se mantém vivas essas Irmandades em Tavares e Mostardas. Contudo, com as mudanças da Igreja Devocional para a Igreja Social, o incentivo e o apoio a grupos religiosos com forte caráter devocional foi reduzido, sendo até em alguns casos proibido pelos padres, na época. Essa intrínseca relação depois de sete anos da volta das Bandeiras do Divino pode ser evidenciada na solicitação por apoio à revitalização das Bandeiras de Nossa Senhora do Rosário e na tradição mantida de ser, no mesmo dia 13 de maio, a Festa do Divino e a Festa do Rosário.

No contexto regional do litoral gaúcho brasileiro, a comunidade tradicionalista e o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) também precisam ser mencionadas por sua importância, pois, se inscrevem na matriz cultural dos lugares e da região, compartilhando das referências culturais autóctones. A população das comunidades tradicionais, quilombolas e de pescadores artesanais também participam de Centros de Tradições Gaúchas e de eventos, como os rodeios e outras manifestações típicas do tradicionalismo e do nativismo gaúcho.

As comunidades rurais e urbanas da região participam ativamente em eventos promovidos pelo MTG, como os diversos rodeios que ocorrem na região que, atualmente, são hoje mais de vinte por ano, sendo cada com características únicas da cultura campeira gaúcha contemporânea. Nesses espaços, as danças folclóricas de origem açoriana têm presença junto aos grupos de dança e invernadas artísticas.

Um novo campear nos antigos caminhos do mar no extremo sul do Brasil

Figuras 6 e 7 – Matéria de jornal sobre a revitalização das bandeiras do Rosário e apresentação do Programa No Compasso da Cultura

Fonte: acervo dos autores.

A partir do ano de 2011, o Instituto Histórico e Geográfico de São José do Norte (IHGSJN), em parceria com o Jornal Agora e a Rádio, deu início à primeira etapa do projeto, publicando na íntegra seu conteúdo, e através do Programa No Compasso da Cultura, transmitido pelas ondas da Rádio Nativa AM 740 KHZ, atualmente com o nome de Rádio Cultura Riograndina. Comunicando as ações executadas e interagindo com os ouvintes e atores culturais do litoral do Rio Grande do Sul traz os ouvintes para o processo de pesquisa. Essa estratégia permitiu que os ouvintes ao vivo pudessem sugerir pessoas a serem visitadas e, também, que falassem sobre suas próprias memórias.

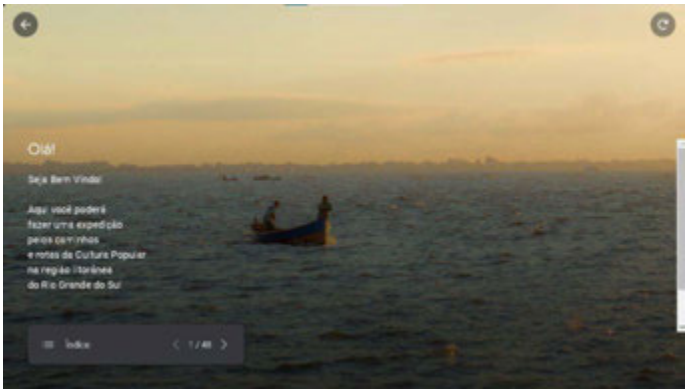
Na imagem da Figura 7, podemos ver um momento de apresentação do Programa No Compasso da Cultura. A rádio, percebendo a reação da audiência, abriu espaço na sua programação diária para divulgação do calendário de manifestações culturais das comunidades das zonas rurais da região. Esse fato contribuiu para o impacto em escala regional no campo das representações e do imaginário cultural, inscrevendo a presença e existência simbólica das comunidades tradicionais e seu folclore nas discussões públicas e no cotidiano.

Na Figura 8, a seguir, apresentamos um geo documentário que foi concebido como um *webdoc*, com conteúdos gerados ao longo do pro-

jeto. Durante esse período, foi possível viabilizar a visita de Paixão Côrtes ao Ponto de Cultura Freguesias Litorâneas. Ele realizou reuniões de orientação sobre as linhas de ação do projeto, visitou a 18ª Coordenadoria Regional de Educação e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG), em Rio Grande. No evento de lançamento, Paixão Côrtes proferiu uma palestra sobre o folclore da região litorânea do Rio Grande do Sul, destacando a importância de despertar a originalidade autóctone e a potencialidade criativa para promover uma cultura de salvaguarda cultural.

O lançamento do Ponto de Cultura Freguesias Litorâneas foi um marco memorável para a cultura do Rio Grande do Sul. Representantes do Ministério da Cultura e da reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul estiveram presentes, demonstrando que nos rincões do litoral do RS ainda existia um universo cultural rico em diversidade e cores, desconhecido da população urbana das cidades maiores da região e pelo restante do país e do mundo.

Figura 8 – Geo Documentário Freguesias Litorâneas



Fonte: Webdoc disponível para acesso em desktop e em smartphones com o APP do Google Earth[5]

Durante o evento de lançamento do Ponto de Cultura Freguesias Litorâneas, tivemos a oportunidade de ouvir uma palestra sobre o Folclore da Cultura Popular do Rio Grande do Sul, proferida por Paixão Côrtes, que chamou a atenção para a cultura quilombola e seus diferentes vocábulos, utilizados antigamente no estado e na região metropolitana de Porto Alegre, para se referir aos territórios e comunidades quilombolas. Foi dada especial atenção para as referências culturais açorianas inscritas

5 Acesse em http://pontodeculturafreguesiaslitoraneas.blogspot.com/

no território em um processo de construção do berço da cultura gaúcha. O folclorista chamou a atenção para o fato de que, o porto da Lagoa dos Patos era em São José do Norte, logo foi ali que desembarcaram os emigrantes açorianos no século XVIII.

Ele ressaltou a existência dos quicumbis[6] em várias comunidades na região metropolitana de Porto Alegre, nas décadas de 1940 e 1950, relatando que era uma prática cultural comum nas comunidades negras que viviam em áreas de transição, entre o urbano e o rural. O folclorista também falou sobre a relação entre os descendentes dos açorianos e dos africanos na região que foram formando uma identidade e jeitos de ser comuns.

Hibridismos culturais que podem ser observados nas Irmandades do Rosário e do Divino e das mais diversas manifestações culturais, como as Corridas de Cavalhadas e sua revitalização e manutenção da tradição de origens lusas em Tavares, Mostardas, São José do Norte e Rio Grande, destacando a originalidade das Cantorias de Ternos Juninos, com suas toadas para Santo Antônio, São João, São Pedro e Santa Ana, que ele só tomou conhecimento nesta região. Bem como os Ensaios e Pagamento de Promessas que caracterizam formas originais de Congadas, que nos dias atuais gerou uma cultura de matriz afro-açoriana, única e típica do litoral do Rio Grande do Sul.

No ato de lançamento, as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e Irmandades do Divino dos municípios de Tavares e Mostardas puderam se reunir. Os grupos culturais autóctones da cultura gaúcha ganharam visibilidade, nesse dia especial. Corredores de cavalhadas, cantadores de ternos, Tropeiros do Divino Espírito Santo, devotos da festa bicentenária de Nossa Senhora dos Navegantes, tradicionalistas, moradores de comunidades tradicionais e quilombolas, pescadores artesanais e cebolicultores foram o centro das atenções e homenageados. O salão paroquial da Igreja São José estava lotado, e a comunidade local celebrou suas origens e referências de identidade. O evento recebeu ampla divulgação, inclusive com uma matéria no Jornal Agora, de circulação regional, destacando sua importância.

6 Manifestação típica de comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul, caracterizadas por elementos de danças e performances voltadas à memória cultural de luta e resistência dessas comunidades.

Figuras 9, 10 e 11 – Cavalhadas de Tavares, RS

Fonte: acervo dos autores.

Figura 12 – Momento em ato de lançamento do Ponto de Cultura Freguesias Litorâneas

AGORA

Inaugurado o Ponto de Cultura Freguesias Litorâneas

Fonte: acervo dos autores.

O evento marcou uma ponte de aproximação dos grupos culturais de Mostardas, Tavares e São José do Norte, com a comunidade e agentes culturais urbanos de Rio Grande. Fato que gerou ampla divulgação e comunicação na imprensa e rádios locais. No ano seguinte, se demonstrou como um ponto de inflexão metodológica que permitiu promover uma mostra cultural na Feira do Livro, organizada pela FURG, no Balneário Cassino, um evento típico de classe média urbana que recebe cerca de 12 mil pessoas, dando mais um passo no objetivo de promover a visibilidade social e reconhecimento como patrimônio cultural imaterial em escala regional das manifestações e das comunidades culturais do litoral médio do Rio Grande do Sul.

Revitalização de manifestações do folclore na cultura popular de São José do Norte e região litorânea do Rio Grande do Sul

Dentre as ações que se destacaram na preservação do folclore e das tradições gaúchas autênticas, algumas obtiveram resultados significativos:

1. Uso da radiocomunicação: foi adotada a radiocomunicação como meio eficaz de divulgação e valorização das manifestações folclóricas. Através das ondas do rádio, foram transmitidos programas especiais, entrevistas com folcloristas e artistas locais, além de músicas e narrativas que retratam a cultura popular da região. Isso contribuiu para ampliar o alcance e a visibilidade dessas expressões culturais;
2. Ações educativas em escolas: foram promovidas atividades educativas nas escolas, com o objetivo de conscientizar os alunos sobre a importância do folclore e das tradições locais. Palestras, oficinas, apresentações e projetos interdisciplinares foram realizados, envolvendo os estudantes de forma participativa e estimulando o conhecimento e o respeito pela cultura popular.
3. Apoio a grupos e comunidades culturais:
   a) foram estabelecidas parcerias e promovidos incentivos para fortalecer os grupos e as comunidades que preservam e difundem o folclore local;
   b) foram oferecidos recursos, com capacitação, infraestrutura e apoio logístico, visando à continuidade das práticas folclóricas e ao desenvolvimento de ações culturais;

4. Organização de eventos criativos e mostras de Cultura Popular e Folclore: foram realizados eventos temáticos, como festivais, encontros e mostras, nos quais artistas, pesquisadores e comunidades puderam compartilhar suas expressões folclóricas. Esses espaços proporcionam o intercâmbio de conhecimentos, a valorização das tradições e a promoção da diversidade cultural da região;
5. Articulações com Conselhos Municipais e Ministério Público: foram estabelecidas parcerias e diálogos com os órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio cultural. Essas articulações visaram à implementação de medidas efetivas de preservação, respeitando as leis de proteção dos patrimônios culturais materiais e imateriais. Também foram discutidas alternativas práticas e sustentáveis para garantir a continuidade das manifestações folclóricas;
6. Promoção de eventos do tipo encontro com apresentações públicas onde os agentes da cultura popular são os protagonistas a exemplo dos encontros e oficinas de Cantorias de Ternos.[7]

Essas ações conjuntas têm contribuído para a revitalização e o fortalecimento das manifestações do folclore na cultura popular de São José do Norte e região litorânea do Rio Grande do Sul. A preservação dessas tradições representa não apenas a valorização da identidade local, mas também a salvaguarda de um importante legado cultural para as futuras gerações. O banner da Figura 13 ficou em exposição na Hidroviária de São José do Norte, onde passaram cerca de 5 mil pessoas por dia, durante cerca de 12 meses, como uma estratégia de divulgação da existência e presença da manifestação cultural no território.

A construção de uma visão regional de política cultural é de extrema importância, especialmente ao reconhecer o Ciclo de Celebrações ao Divino Espírito Santo como um fenômeno cultural complexo e de abrangência regional (TEXEIRA, 2013; GRAEBIN, 2019). Esse ciclo engloba um conjunto de manifestações culturais tradicionais e folclóricas que ocorrem nas comunidades do litoral gaúcho, representando o que na Antropologia é denominado de “fato social total”. Essa denominação reflete a capacidade desse ciclo em condensar a complexidade da paisagem cul-

7 Registro de oficina de Cantorias de Ternos Juninos https://www.youtube.com/watch?v=w5pNqh7f-1Zc&t=15s

tural viva e das territorialidades culturais e suas ancestralidades, abrangendo dimensões econômicas, políticas e simbólicas de uma extensa rede de comunidades litorâneas.

Figura 13 – Banner sobre as bandeiras do Divino

Fonte: acervo dos autores.

O Ciclo de Celebrações ao Divino Espírito Santo possui o poder de revitalizar memórias e manifestações da cultura popular nos recantos do litoral do Rio Grande do Sul. Bem como nessa região podemos ver ecos do passado na união das Irmandades do Divino e das Irmandades do Rosário. Esse potencial tem sido evidenciado através das ações de revitalização de manifestações folclóricas adormecidas em diferentes momentos históricos, como o caso da comunidade do Estreito, que por exemplo revitalizou as Bandeiras do Divino, em 2006, e em Tavares, onde as corridas de Cavalhadas foram revitalizadas na década de 1970. O cul-

to e a religiosidade em torno do Divino Espírito Santo, além de representar um ciclo anual de celebrações, é uma força cultural que, de certa maneira, ainda encontra ressonância e vida nas cidades e zonas rurais de toda a região, pois essa tradição guarda uma imensa potência criativa que vivifica o presente e lança esperanças para o futuro.

É fundamental valorizar e promover esse rico patrimônio cultural, reconhecendo sua importância, não apenas como uma expressão do passado, mas como uma fonte de inspiração e renovação para as gerações futuras. Ao preservar e promover o Ciclo de Celebrações ao Divino Espírito Santo, estaremos fortalecendo a identidade cultural da região litorânea e contribuindo para a preservação de um legado cultural único e significativo.

Discutir possíveis estratégias locais e regionais para a salvaguarda do Folclore da Cultura Popular, na região litorânea do Rio Grande do Sul, é de suma importância. Destacamos alguns pontos fundamentais para a promoção de políticas e ações voltadas à valorização, preservação e revitalização das manifestações culturais autóctones do litoral gaúcho. Essas ações devem ser orientadas por eixos estratégicos:

1. Inserir a valorização do folclore e da cultura popular de forma transversal na educação, integrando-os ao currículo e aos Projetos Políticos e Pedagógicos (PPP) das escolas e universidades;
2. Promover a conscientização sobre o patrimônio cultural, por meio de ações educativas nos meios de comunicação de massa, esclarecendo os significados e diferenças entre tradição, folclore e tradicionalismo;
3. Estimular o ensino do folclore e das tradições por mestres da cultura popular e do folclore em todas as comunidades escolares, sejam elas urbanas ou rurais, contribuindo para a transmissão das tradições, valores e saberes;
4. Reconhecer as identidades litorâneas como distintas da identidade platina e da gauchicidade da região de fronteira, considerando a região cultural como um novo espaço social e cultural que valoriza as diversas identidades gauchescas do Brasil, pautado nos princípios de diversidade e diferença;
5. Diferenciar tradição, folclore e tradicionalismo, permitindo que a sociedade reconheça as comunidades e grupos culturais autóctones, como guardiões do Tesouro Vivo da cultura gaúcha do Brasil, gerando visibilidade em âmbito estadual e nacional.

O projeto Ponto de Cultura Freguesias Litorâneas, iniciado em 2011 e organizado em três fases, teve como objetivo estabelecer uma rede cultural e o reconhecimento da existência de uma cultura afro e açoriana no litoral gaúcho brasileiro. Buscou-se promover a salvaguarda das tradições e do folclore do Rio Grande do Sul, de modo que o projeto possibilitou o incentivo a pesquisas e estudos para o reconhecimento e mapeamento das condições de vulnerabilidade dos patrimônios culturais imateriais da região litorânea, com ênfase nos municípios de São José do Norte, Rio Grande, Tavares e Mostardas.

O Ponto de Cultura também se dedicou à produção de materiais resultantes dessas pesquisas, como vídeos, dossiês e releases para a imprensa, bem como a elaboração de um Plano de Chancela da Paisagem Cultural, baseado no marco legal da legislação de patrimônio cultural do Brasil. Além disso, foi criado um banco de dados disponível para pesquisadores credenciados no Museu do IHGSJN.

Figura 14 – Fernando Costamilan e Luiz Agnelo Chaves em reunião e conversa de orientação com o folclorista Paixão Côrtes (2011)

Fonte: foto de Ana Meira.

As contribuições de Paixão Côrtes destacaram a originalidade da cultura litorânea sul-rio-grandense, suas origens afro e açorianas com potência para avançar no processo histórico de construção das representações e imaginários em relação à cultura gaúcha difundidos no mundo, pois na região litorânea do Rio Grande do Sul há uma *gauchicidade* típica e diversa.

Considerações finais

Neste ensaio, discutimos a importância de um projeto cultural e de políticas e ações voltadas para a preservação, valorização e revitalização do folclore, e das manifestações culturais autóctones na região litorânea do Rio Grande do Sul. Nossas notas e relatos buscam contribuir para as discussões sobre construção de políticas públicas para o folclore da cultura popular. Por meio de uma análise abrangente, destacamos aqui, com base em nossas práticas, vivências, evidências e análises de contexto local-regional, algumas estratégias que compreendemos como fundamentais para a salvaguarda dessas expressões culturais únicas.

A inserção transversal da educação para a valorização do folclore e da cultura popular no currículo escolar e universitário surge como uma medida crucial para transmitir conhecimentos e promover a apreciação das tradições folclóricas. Além disso, a necessidade de esclarecer as diferenças entre tradição, folclore e tradicionalismo, através de ações de Educação para o Patrimônio Cultural, é essencial para aumentar a compreensão, discussão pública e o respeito pelas manifestações culturais típicas da região, de modo, a melhor lidar com as atuais tensões de cunho ideológico, racial, de classe social e com a indústria cultural. Questões típicas dos tempos atuais e das relações entre local/global, lugar e território e suas posições geográficas, políticas e econômicas no mundo foram fundamentais nesse projeto.

Hoje vemos como grande desafio, a criação de formas de fomento do ensino do folclore e das tradições pelos mestres da cultura popular em comunidades escolares, e junto às suas bases de organização comunitária, sejam urbanas ou rurais. Vencer esse desafio é vital para fortalecer a transmissão de saberes, conhecimentos ancestrais, referências culturais necessárias ao pertencimento aos lugares e comunidades. Neste contexto, observamos que isto é uma reivindicação de mestres da cultura popular dessa região, que ainda não foi ouvida e que precisa ser escutada.

Nossas ações de campo e convivência nos permitiram perceber que há necessidade no campo das representações culturais, em diferenciar as identidades litorâneas das identidades platinas e da gauchicidade da região de fronteira do Rio Grande do Sul, para podemos reconhecer e valorizar as múltiplas identidades gauchescas do Brasil, promovendo, assim, a diversidade cultural e o reconhecimento dos valores culturais e das ancestralidades.

Os gaúchos e gaúchas do litoral têm uma maior influência cotidiana e simbólica da cultura açoriana e africana. Reconhecer tal fato e seu processo histórico cultural permite trabalharmos as representações sobre a diversidade da cultura gaúcha brasileira, para além do imaginário do gaúcho do pampa, abrindo porteiras à universalidade da cultura do sul do Brasil. Devemos mostrar ao mundo como as referências culturais de outros povos estão vivas e revitalizadas em nossos modos de viver e ser. Trata-se de fato cultural que expressa a manifestação viva da cultura humana e o particular e universal no regional.

Esta interconexão de escalas e de relações territoriais entre lugares são fundamentais no contexto regional hoje, pois, é imprescindível distinguir o folclore, de tradição e de tradicionalismo, a fim de garantir o reconhecimento das comunidades e grupos culturais autóctones como guardiões do Tesouro Vivo da cultura local e regional. Essa diferenciação contribui para a visibilidade dessas manifestações culturais em âmbito estadual e nacional, conferindo-lhes o devido espaço de visibilidade e existência, valor e apreço, seja junto à população em geral, seja nos movimentos tradicionalista e nativista. Ela potencializa discussões, reflexão e ações de salvaguarda do folclore da cultura popular gaúcha, junto ao MTG, como um ator cultural que guarda grande potência para agenciar salvaguardas de patrimônios culturais.

A experiência bem-sucedida do Plano de Ações do Ponto de Cultura Freguesias Litorâneas, por meio de pesquisas, estudos e produção de materiais, demonstrou a importância do reconhecimento e mapeamento das condições de vulnerabilidade dos patrimônios culturais imateriais da região litorânea do Rio Grande do Sul. Essa iniciativa foi fundamental para avançar no debate sobre a preservação das tradições e do folclore.

Em suma, a promoção de ações voltadas para a salvaguarda do folclore e da cultura popular na região litorânea do Rio Grande do Sul é essencial para preservar a riqueza cultural e fortalecer a identidade local em seus aspectos particulares e potência metodológica que permite ajudar no processo de revitalização das manifestações típicas dos lugares, mesmo estando estas adormecidas nas memórias culturais. A pesquisa-ação assegura revelar as escalas da ação e nos permite engajar nos fluxos das ações culturais para dar continuidade e enriquecimento coletivo à memória cultural nos territórios ainda, trazendo para a visibilidade social a diversidade cultural da região através do protagonismo comunitário. Tal fato, se manifesta com força social a partir de um inte-

resse e compromisso que é assumido por uma coletividade comunitária, visando preservar e valorizar o seu patrimônio cultural para as gerações presentes e futuras, encarnando um *ethos* pela cultural local através da ação cultural.[8]

Referências

ANGELO, Elis Regina Barbosa. As celebrações do Divino Espírito Santo: um elo entre Brasil e Açores nas relações de tradição e (res) significação da cultura. *Brasil-Portugal*: Pontes sobre o Atlântico: múltiplos olhares sobre a e/imigração. Rio de Janeiro: Eduerj; Faperj, p. 363-377, 2017.

BRUM NETO, Helena; BEZZI, Meri Lourdes. Regiões culturais: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha. *Sociedade & Natureza*, v. 20, p. 135-155, 2008.

BUNSE, Heinrich AW. *São José do Norte*: aspectos linguístico-etnográficos do antigo município. Porto Alegre: Mercado Aberto; Instituto Estadual do Livro, 1981.

COSTAMILAN, José Fernando; TORRES, Luiz Henrique. *São José do Norte*: o início de um povoamento. Rio Grande: Fundação Universidade do Rio Grande, 2007.

DE LAYTANO, Dante. *Colonização açoriana no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Globo,1969.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. Açorianos no Rio Grande do Sul: a identidade açoriana nas obras de cronistas, viajantes e historiadores sul-rio-grandenses. *Arquipélago*. Revista da Universidade dos Açores, p. 123-142, 2003.

GODOY, Daniel; *Blog: Freguesias Litorâneas, São José do Norte*, 2015. Disponível em: http://pontodeculturafreguesiaslitoraneas.blogspot.com/

GODOY, Daniel; COSTAMILAN, Fernando Almeida. *Freguesias litorâneas*: revitalização de manifestações do Folclore da Cultura Popular de São José do Norte e região litorânea do Rio Grande do Sul. Rio Grande: Instituto ISCA, 2019.

GODOY, Daniel; COSTAMILAN, Fernando Almeida. Revitalização de manifestações da cultura popular na região litorânea do Rio Grande do Sul: o caso da comunidade do Estreito, São José do Norte/RS. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul,* n. 149, 2015.

GODOY, Daniel. *Geo Documentário Freguesias Litorâneas*, São José do Norte, 2022. Disponível em: https://earth.google.com/earth/d/1RCxppFY2r1mxgQOpps2lEjJpPSSD7Yjg?usp=drive_link

GODOY, Daniel; *O Caminho do Divino na comunidade do Estreito.* São José do Norte, 2012. Disponível em: https://youtu.be/rPlSeDyQF9w

8 Registramos, aqui um agradecimento especial aos pesquisadores do Folclore da Cultura Popular da região litorânea do Rio Grande do Sul: Luiz Agnelo Chaves e Ivo Ladislau, por suas contribuições à cultura popular e às comunidades da região litorânea do Rio Grande do Sul.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Festas de origem açoriana no Rio Grande do Sul. ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, São Leopoldo, 2007.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Mapeando festas do Espírito Santo no Rio Grande do Sul (Brasil) e no Quebec (Canadá). *Interfaces Brasil/Canadá,* v. 19, n. 3, p. 125-148, 2019.

MACEDO, Christiane Garcia; GOELLNER, Silvana Vilodre. A dança e o movimento tradicionalista gaúcho: entrevista com Paixão Côrtes. *Motrivivência,* Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 295-304, 2017.

NEDEL, Letícia Borges**.** *Um passado novo para uma história em crise*: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965). 2005, 560 f., il. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

PAIXÃO CÔRTES, JC.; LESSA, Luís Carlos Barbosa. *Manuel de danças gaúchas* (com suplemento musical e ilustrativo). Porto Alegre: Irmãos Vitale, 1961.

PAIXÃO CORTES, J. C. *Tradição e folclore gaúcho*. Porto Alegre: Grafosul, 1981.

PAIXÃO CÔRTES, JC. *Folias do divino*. Porto Alegre: Proletra, 1983.

PAIXÃO CÔRTES, JC. *Folclore gaúcho*: festas, bailes, música e religiosidade rural. Porto Alegre: Corag, 2006.

TEIXEIRA, Evilázio Francisco Borges. A devoção do Espírito Santo na cultura luso-açoriana. *Navegações,* v. 6, n. 2, p. 237-243, 2013.

TORRES, L. H. A colonização açoriana no Rio Grande do Sul (1752-63). *Biblos,* Rio Grande, v. 16, p. 177-189, 2004.

RESGATES PESSOAIS DA CULTURA AÇORIANA NA REGIÃO DE TORRES, NO LITORAL NORTE DO RS: MEMÓRIAS AFETIVAS E CULINÁRIAS

Maria Luci de Mesquita Prestes[1]

Para começo de conversa

No final de 1968, em busca de melhores condições de vida, meus pais – Manoel Rene de Aguiar Prestes e Maria Luiza de Mesquita Prestes –, eu (então com cinco para seis anos) e meu irmão do meio – Mauro Luiz de Mesquita Prestes, então com três anos – nos mudamos de Torres (mais especificamente da comunidade dos Mesquita, que hoje faz parte do município de Três Cachoeiras) para Porto Alegre. Meu irmão mais novo, Márcio Leandro de Mesquita Prestes, só veio a nascer quase onze anos depois, quando já estávamos estabelecidos na capital.

Já nos anos 2000, professora universitária na área de Letras, revisando a brilhante tese[2] de uma então colega professora na Faculdade Porto-Alegrense (FAPA), a doutora Véra Lucia Maciel Barroso sobre a AGASA, vim a conhecer e entender melhor o contexto do Litoral Norte do Rio Grande do Sul na época de nossa mudança e pude compreender melhor o movimento migratório da época. Mas não foi só isso. Aprendi muito mais sobre diversos outros aspectos da região, ressaltando-se aqui a forte presença açoriana em sua constituição.

Essa aprendizagem me fez também me conhecer melhor e firmar meu caráter identitário. Do tempo em que lá vivi e dos retornos, em especial nos períodos de férias, são muitas as memórias. E aqui pretendo ressaltar as relativas à culinária.

---

1 Professora aposentada da Educação Básica e da Superior. Licenciada, Especialista (FAPA), Mestre (PUCRS) e Doutora (UFRGS) em Letras. Contato: malupre@terra.com.br

2 BARROSO, Véra Lucia Maciel. *Moendas caladas*: Açúcar Gaúcho S. A. AGASA: um projeto popular silenciado: Santo Antônio da Patrulha e Litoral Norte do Rio Grande do Sul (1957-1990). 2006. 733 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em:<https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2529>. Acesso em: 02 dez. 2022.

Em especial pelo lado materno, a influência açoriana, principalmente na doçaria, ainda é tradição na família. Vale ressaltar que, nas décadas de 1950 a 1960, e ainda no início da de 1970, em festas da Capela Santo Antônio, na Vila Fernando Ferrari (Três Cachoeiras, RS), as Valim e as Mesquita eram as encarregadas dos doces.

Lembro minha avó Quica (Maria Valim de Mesquita, também chamada de Mariquita, Mariquinha ou Quita) no dia de "cozer". E era sempre para muita gente, pois à família, já numerosa, se juntavam, quase sempre, peões e outros agregados. Num galpão especial, com forno de barro feito pelo vô Dé (Manoel Francisco de Mesquita), ela passava o dia fazendo pão de milho e de trigo (uma parte voltando ao forno para torrar, virando biscoito – no sentido original da palavra, duplamente assado – para conservar, já que não havia geladeira), rosca de polvilho, rosquete, merengue, esquecido, pão de ló (em pedaços cortados em losangos, cobertos com merengue e levados novamente ao forno – outro tipo de biscoito).

Arroz com leite, geralmente, era "mistura" para o café, assim como angu com leite e farinha de cadela (de mandioca, torrada com açúcar). Cozidos, pirão, açorda eram para o almoço ou o jantar. Ambrosia e doces em calda eram para sobremesa.

Lembro também minha avó paterna, Elza (Elça de Aguiar Prestes) com seus merengues, pães de ló, rosquetes, pães de milho e angus com leite. Não era tanta gente para alimentar, mas a vó também cozia no forno de barro. Não tive a graça de conhecer o vô Zé (Josué Prestes Fogaça), que faleceu antes de meus pais se casarem.

Minhas origens açorianas pelos lados materno e paterno

Ruschel e Delai (1996, p. 1), em seu livro *Três Cachoeiras e suas comunidades*, destacam "o componente 'português' e 'açoriano' da camada populacional do município." Mais especificamente sobre a localidade de Fernando Ferrari, em que se localiza a comunidade dos Mesquita – onde meus avós maternos, seus nove filhos (os que "vingaram", três homens e seis mulheres), eu e meu irmão do meio nascemos – os autores (RUSCHEL; DELAI, 1996, p. 110) reiteram: "As raízes históricas dos primeiros habitantes de Fernando Ferrari provêm de famílias açorianas, vindas de Laguna, São José do Norte e Serra." Entre as famílias listadas, se encontram Valim e Pereira. A família Mesquita não é citada, mas é feita referência a um engenho de cana com senzala justo no local conhecido por

Mesquita – e, se é assim conhecido, é porque nele foi forte a influência dos que respondiam por esse sobrenome. A proprietária desse engenho era Feliciana Rodrigues Mesquita Pereira, madrinha de minha avó Maria, que por ela foi criada, e de minha mãe, Maria Luíza. A madrinha Chana (seu apelido) faleceu solteira. Perdeu seu noivo na Revolução Federalista de 1893, e, até a velhice, nunca mais teve alguém. As terras onde funcionaram o engenho foram herdadas por minha avó, que repartiu parte delas entre seus irmãos. Em meados da década de 1970, meus avós venderam a propriedade e se mudaram para Cachoeirinha-RS, onde até hoje residem a maioria de meus tios e primos por parte de mãe.

Figura 1 – Manoel Francisco de Mesquita e Maria Valim de Mesquita, acompanhados do Pe. Rizzieri Delai e dos filhos. Da E para a D, atrás, Abrahão, Adão, Maria Luíza, Feliciana e Eva; à frente, Bernardete, Janete, Alcir e Clara (1959)

Fonte: arquivo da autora.

Fonseca ([s.d.], [s.p.]) atribui à chegada dos açorianos, em meados do século XIX, a "miscigenação no Povoado de Cima da Serra". Alves (2017, [s.p.]), ao realizar levantamento genealógico da família Fogaça, assevera que descendentes do casal paulista Felipe de Oliveira Fogaça (Sorocaba) e Maria Francisca de Godoy (Itu) são encontrados em diversas partes do Brasil, e, na região serrana do Rio Grande do Sul, entre outras cidades, especialmente em São Francisco de Paula. Ainda conforme o autor, nessa região, «com o tempo, muitos sobrenomes (troncos e linhagens familiares) foram se agregando" aos Fogaça. Entre eles, Aguiar e Prestes.

Meus avós paternos eram naturais de São Francisco de Paula, mais especificamente da localidade de Tainhas. Lá também nasceram suas três filhas e seus três filhos mais velhos. Em 1950, mudaram-se para Três Forquilhas, onde nasceu seu filho caçula; em 1959, para a Vila Fernando Ferrari, na parte mais povoada: a localidade chamada de Chimarrão.

Figura 2 – Josué Prestes Fogaça e Elça de Aguiar Prestes, com os filhos (da E para a D): Maria Nilda, Manoel Rene, Renato, Josué e, no colo, Rosita. O casal teve ainda Helena e Paulo Roberto (1947)

Fonte: arquivo da autora.

Como se pode depreender, sou descendente essencialmente de açorianos pelos lados tanto materno quanto paterno. Do lado materno, temos também um pouco de alemão, dos Lippert. Do paterno, conta-se, por cima, de uma bisavó «bugra», que foi «pega a cachorro no mato».[3] Mas, para os efeitos deste texto, o que interessa mesmo é a essência açoriana.

Figura 3 – Maria Luíza de Mesquita Prestes e Manoel Rene de Aguiar Prestes com seus filhos (da E para a D): Márcio Leandro, Maria Luci e Mauro Luiz (2005)

Fonte: arquivo da autora.

3 Reproduzo apenas a expressão, sem entrar aqui no mérito do absurdo desrespeito que ela representa aos povos indígenas.

Breves apontamentos para uma culinária de base açoriana

Maresch (2020), ao comentar sobre a influência açoriana na base da gastronomia de Florianópolis, nos traz informações que podemos tranquilamente transportar para essa relação na gastronomia do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, considerando a forte ligação existente entre essas regiões.

O autor salienta que as influências das culturas açoriana e indígena estão bastante presentes na construção dessa cozinha tradicional, considerando-se, então, uma "gastronomia de 'base açoriana', e não apenas açoriana pura" (MARESCH, 2020, [s.p.]).

Alerta Maresch (2020) que não se pode esquecer que já se passaram mais de 270 anos desde a fixação dos primeiros colonizadores açorianos no litoral do Sul do Brasil. Nem tampouco que, no arquipélago dos Açores, também ocorreram, ao longo desse tempo, transformações no modo de ser e de viver de deu povo.

Reitera o autor que a mandioca, no período da colonização, constituía o principal alimento dos povos indígenas. O colonizador açoriano desconhecia essa raiz, inexistente no Arquipélago dos Açores. Aqui chegando, com a dificuldade de plantio de trigo, centeio e cevada, passou a substituir muito das farinhas produzidas a partir desses grãos (matéria -prima não disponível para o povo em geral) pela farinha de mandioca – lembrando que a típica do litoral catarinense e do litoral norte gaúcho é mais fina e contém mais amido. Acrescento aqui outro derivado da mandioca importante nessa culinária, o polvilho.

Maresch (2020) lista ainda a influência açoriana nas sopas, nos cozidos de verduras e tubérculos com carnes, nas açordas, nos peixes ensopados.

Quanto às sobremesas, o autor cita os chamados doces conventuais portugueses, ressaltando que, para muitos, era difícil dispor da matéria -prima necessária para o seu preparo.

No que tange a temperos, em um artigo sem autoria declarada, publicado no site NSC Total em 2021, listam-se, como típicos dos colonizadores açorianos, alho, cebola, pimenta do reino, pimenta malagueta, alfavaca, orégano, cravo, louro, cheiro verde e açafrão. Em Maresch (2020), ressalta-se também o cominho. Esse autor ainda salienta o uso de especiarias, como cravo, canela e erva-doce.

Compartilhamento de receitas

Figura 4 – Forno de barro

Fonte: (<https://pxhere.com/pt/photo/1445469>). Domínio público.

Compartilho a seguir algumas receitas de origem açoriana que fazem parte do meu universo afetivo e culinário. A maioria foi aprendida "de olho". Então, procurei refazê-las colocando medidas de quantidade e de tempo para que possam ser reproduzidas por quem assim o desejar.

Como a maioria das receitas são assadas, partilho imagem que se aproxima dos fornos de barro que eram tão comuns no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Hoje já são raridade. Os fornos elétricos são os mais utilizados.

PÃO DE TRIGO

1 kg de farinha de trigo
1 xícara de açúcar
1 xícara de óleo (ou banha, manteiga ou margarina)
2 pacotinhos (10 gr cada um) de fermento biológico em pó
1 colher (chá) cheia de sal
2 xícaras de leite morno
1 ovo

Misturar os ingredientes secos em uma bacia. Acrescentar os ingredientes molhados e sovar bem a massa. Deixar descansar nessa bacia, coberta por plástico, deixando crescer até dobrar a quantidade de massa. Retirar da bacia e dividir em três porções. Dar mais uma sovada, moldar os pães e deixar crescer mais um pouco. Assar em formas individuais ou numa forma grande previamente untada, a 200 graus, por cerca de 45 min. Retirar do forno, pincelar por cima com margarina e cobrir com um pano até esfriar.

Uma dica que vale para untar: pincelar com banha, pois ela não deixa criar crostas de gordura nas formas.

Para torrar, não precisa pincelar com margarina. É só fatiar, ainda bem morno, colocar em uma assadeira grande e levar novamente ao for-

Figura 5 – Pão de trigo assado e depois torrado (biscoito, ou seja, duplamente cozido)

Fonte: arquivo da autora.

no pré-aquecido a 100 graus por 1 a 1 e 1/2h, até ficarem completamente desidratados e crocantes. Esses biscoitos (no sentido literal da palavra, de duplamente cozidos, assados) podem ser armazenados em potes bem vedados e consumidos por um bom tempo ainda. Podem ser molhados no leite ou reidratados no vapor. Para essa reidratação, coloca-se um pouco de água em uma panela e leva-se ao fogo, deixando ferver. Vira-se a tampa da panela para cima, acomodam-se fatias do pão torrado e cobre-se com um pano de prato, cujas pontas são torcidas junto ao pegador da tampa. Coloca-se essa tampa novamente na panela, em sua posição normal, até que o vapor reidrate o pão, que, preferentemente, se consome morno.

PÃO DE MILHO

Figura 6 – Pão de milho

Fonte: arquivo da autora.

2 xícaras de farinha de milho
1 xícara de farinha de trigo
1 xícara de açúcar
1/2 xícara de óleo
1 colher (chá) de sal
1 colher (chá) de erva doce
1 colher (sopa) bem cheia de fermento biológico seco
1 ovo

Misturar todos os ingredientes em uma bacia e bater bem com uma colher mesmo. Colocar em uma forma previamente untada e assar, em forno pré-aquecido, a 200 graus, por cerca de 40 min. Pode ser feito o mesmo processo de torração indicado na receita do pão de trigo.

ROSCA DE POLVILHO ASSADA (CORUJA)

1/2 xícara de farinha de trigo
1/2 xícara de farinha de milho
1/2 quilo de polvilho azedo
1 ovo
1 colher (sopa) rasa de sal
1 xícara de água fervendo
1/2 xícara de água morna
1 colher (sopa) de óleo, banha, margarina ou manteiga

Figura 7 – Rosca de polvilho assada (coruja)

Fonte: arquivo cedido por Sandro Rocha Severino.

Em uma vasilha, misturar as farinhas e o sal e escaldar com a água fervendo. Acrescentar o ovo e a gordura e mexer bem. Agregar o polvilho e a água morna. Sovar bem a massa e dividir em 4 partes. Fazer um rolo com cada parte e unir as pontas, formando uma rosca. Assar em forno pré-aquecido a 300 ou 320 graus, em folha de papel manteiga (antigamente se utilizavam folhas de bananeira para esse fim), diretamente na grade, sem colocar em forma. Depois de 10 min, abrir o forno e dar umas batidinhas nas roscas com o cabo de uma colher de pau. Fechar novamente o forno e deixar assar por mais 10 ou 15min, cuidando para não queimar.

ROSQUINHA LADINA (ROSCA DE POLVILHO AZEDO FRITA)

1 ovo
2 colheres (sopa) bem cheias de açúcar
2 xícaras de polvilho azedo
óleo para fritar

Figura 8 – Rosquinha ladina

Fonte: arquivo da autora.

Misturar bem os ingredientes em uma vasilha. Pegar pequenas porções da massa e sovar para obter o ponto de enrolar as rosquinhas. Se esfarelar, juntar a massa e repetir o processo. Fritar as rosquinhas e ir colocando em uma vasilha forrada com toalhas de papel para absorver a gordura. Rende umas 10 unidades.

MERENGUE (SUSPIRO)

4 claras
16 colheres (sopa) de açúcar refinado

Figura 9 – Merengue (suspiro)

Fonte: arquivo da autora.

Bater bem as claras em neve na velocidade máxima da batedeira (teste: virar a tigela da batedeira para baixo e não cair o conteúdo). Acrescentar o açúcar e bater bastante de novo, até não se sentirem mais os grânulos desse ingrediente. Em uma assadeira de 38x27cm forrada com papel manteiga, pingar os merengues (com bico de confeitar ou com colher) e colocar a assar por uns 30 a 40min, a 150 graus, em forno pré-aquecido. Rende uns 20 merengues médios. Depois de frios, podem ser conservados em potes de plástico ou de vidro bem vedados. Dica: guardar as gemas para outras receitas, como pães, bolos, ambrosia ou omelete.

PÃO DE LÓ

4 ovos
8 colheres (sopa) cheias de açúcar
8 colheres (sopa) cheias de farinha de trigo

Figura 10 – Pão de ló com merengada, tipo biscoito

Fonte: arquivo da autora.

Bater bem as claras em neve. Agregar as gemas e o açúcar e bater bem de novo, até ficar mais esbranquiçado. Acrescentar, aos poucos, misturando levemente, a farinha de trigo peneirada. Assar em forma untada (26x18cm), em forno pré-aquecido, a 200 graus, por cerca de 30min. Para ter certeza que está bem assado, fazer o teste do palito: se, depois de enfiado na massa, ele sair seco, está pronto.

Essa massa pode receber recheios e coberturas diversas, mas aqui vamos tratar dos biscoitos de pão de ló. Esfriada a massa, cortar em 12 pedaços e cobrir com merengue (ver a receita de suspiros). Colocar esses pedaços em uma assadeira maior, forrada com papel manteiga, e retornar ao forno pré-aquecido a 100 graus por cerca de 1 hora ou um pouco mais (o suspiro tem que formar uma casquinha sequinha). Esses biscoitos podem ser armazenados em potes de vidro ou de plástico bem vedados. Acompanham bem café, chá ou chimarrão.

ARROZ COM (DE) LEITE

1 xícara de arroz
1 litro de leite
1/2 litro de água fervendo
1 caixinha de leite condensado
2 colheres (sopa) de açúcar
1 colher (chá) de sal
2 gemas
5 cravos (sem a bolinha)
Canela em pó

Figura 11 – Arroz com leite

Fonte: arquivo da autora.

Em uma panela, colocar o arroz, a água o sal e o cravo para cozinharem. Quando estiver quase seco, acrescentar o leite e deixar cozinhar, em fogo bem baixo, mexendo constantemente. Nesse meio tempo, fazer uma gemada com gemas e o açúcar, batendo bem, até esbranquiçar. Quando já estiver bem cremoso, acrescentar o leite condensado e deixar cozinhar mais um pouco. Por fim, agregar a gemada, misturando bem, e desligar o fogo. Colocar, ainda quente, em uma travessa ou em pratinhos. Polvilhar com canela em pó. Rende de 8 a 10 porções, podendo ser consumido quente, na temperatura ambiente, ou gelado.

FARINHA DE CADELA

1 xícara de farinha de mandioca
1/2 xícara de açúcar
2 collheres (sopa) de óleo de girassol ou de soja (pode-se utilizar também banha, manteiga ou margarina)
canela em pó a gosto (opcional)

Misturar os três primeiros ingredientes em uma frigideira ou panela e levar ao fogo baixo, mexendo sempre, até começar a dourar. Optando-se por acrescentar canela, colocar ao final, depois do fogo desligado. Pode-se comer pura, com leite ou com banana, inclusive frita (não empanada). Rende 2 porções.

Figura 12 – Farinha de cadela

Fonte: arquivo da autora.

TOTÓ

2 xícaras de farinha de mandioca (fina, com porcentagem maior de amido)
1/2 xícara de açúcar
1 colher (chá) de sal
1 colher (sopa) de farinha de trigo
1 xícara de água fervendo
2 ovos
1 colher (sopa) de fermento químico em pó
Óleo para fritar

Figura 13 – Totó

Fonte: arquivo da autora.

Em uma vasilha, misturar 1 xícara de farinha de mandioca com a farinha de trigo, o açúcar e o sal. Acrescentar a água fervendo e formar uma massa escaldada. Deixar esfriar e agregar a outra xícara de farinha de mandioca, os ovos e o fermento. Misturar bem e enrolar em forma de croquetes. Fritar em óleo. Também é possível utilizar air frayer. Rende de 20 a 30 unidades. Acompanha bem um café.

FAROFA ÚMIDA

1 cebola média picada
1 dente médio de alho picado
1/2 xícara de óleo de oliva, girassol ou soja
1/2 xícara de farinha de mandioca

Sal, pimenta do reino, cominho, açafrão, orégano, alecrim e tempero verde a gosto

Figura 14 – Farofa úmida sobre cenoura cozida

Fonte: arquivo da autora.

Refogar a cebola e o alho, no óleo, em uma frigideira. Acrescentar a farinha e deixar dourar, mexendo sempre. Desligar, acrescentar os temperos e colocar ainda bem quente sobre legumes (como cenoura, chuchu, brócolis, moranga, abobrinha) cozidos no vapor ou até sobre macarrão.

AÇORDA

Figura 15 – Açorda

Fonte: arquivo da autora.

1/2 litro de água fervente
1/2 xícara de água fria
1/2 xícara de farinha de mandioca (fina, com porcentagem maior de amido)
2 ovos
1 cebola média picada
1 dente de alho médio picado
1/2 colher (sopa) rasa de sal
3 colheres (sopa) de óleo de oliva, girassol ou soja

Pimenta do reino, cominho, açafrão, orégano e tempero verde a gosto

Em uma panela, dourar a cebola e o alho no óleo. Acrescentar a água fervente e o sal. Cozinhar nesse caldo, no ponto desejado, os ovos (descascados). Com uma espumadeira, retirar os ovos e reservar. Hidratar a farinha de mandioca na água fria e juntar ao molho, mexendo bem, até ficar bem cozido (conforme o paladar, é possível corrigir o sal com alguma pitada a mais). No prato, colocar o pirãozinho da açorda, servido com arroz branco e o ovo por cima. Pode-se acrescentar mais um pouco de tempero verde. Rende duas porções.

Obs.: Essa é a maneira como aprendi com minha mãe, que assim também aprendeu. Como se pode verificar, há inúmeras outras receitas de açorda.

DOCE DE ABÓBORA EM CALDA

1 kg de abóbora de pescoço (preferentemente a paulista), descascada e picada em pedaços de aproximadamente 6 cm de diâmetro por 2cm de altura
600 gr de açúcar cristal
1 pedaço de canela em casca
4 cravos (sem as bolinhas)[4]

Em uma caçarola grande, colocar a abóbora no fundo e as especiarias. Espalhar o açúcar sobre a abóbora, cobrindo todos os pedaços. Deixar repousar por pelo menos 8h, sem mexer. Terminado o repouso, levar a panela destampada ao fogão em chama baixa, também sem mexer, até a calda engrossar. Feito isso, deixar esfriar destampada ou com um pano de prato por cima. Só depois de bem frio, servir ou armazenar. Rende umas 10 porções.

AMBROSIA

1 litro de leite integral
8 ovos
700 gr de açúcar
1 pedaço de canela em casca
8 cravos (sem a bolinha)
Suco de 1 laranja
1/4 da laranja que foi espremida cortado em pedacinhos bem pequenininhos

Figura 16 – Doce de abóbora em calda e ambrosia

Fonte: arquivo da autora.

Colocar todos os ingredientes em uma panela grande e misturar bem com um fuê. Levar ao fogo baixo, mexendo, de vez em quando, até separar a parte qualhada da do soro. A partir daí, permanecer nesse fogo, sem mexer, até o soro virar uma calda e a parte qualhada ficar dourada. Rende 10 porções generosas.

4 Dica preciosa passada pela vó Quica e válida para quaisquer alimentos preparados com essa especiaria, pois as bolinhas do cravo lhes conferem sabor mais amargo. Essas bolinhas podem ser juntadas e guardadas para a confecção de sachês que podem ser colocados em armários de roupas ou de alimentos, nos quais ajuda também a evitar traças. Ainda é possível colocar na geladeira, neutralizando odores.

Para o encerramento, por enquanto, da conversa

Muito do que procurei mostrar aqui aprendi com as minhas avós (de saudosa memória) e com a minha mãe, que também aprendeu com a dela. E, cada vez que preparamos algo dessas delícias e compartilhamos em família ou entre amigos, estamos perpetuando nossos laços com a colonização açoriana.

No resgate de receitas, de fotos das famílias e de informações sobre determinados fatos passados, bem como no preparo de algumas dessas receitas, para podermos precisar quantidades e termos material para fotografar, pude contar com a ajuda de familiares dos dois lados que constituem a família Mesquita Prestes. Muitíssimo obrigada a todos!

E quem não é muito afeito a "cozer", mas aprecia muitas das delícias que aqui procurei trazer (em especial no que tange a padarias e confeitarias), sugiro que, quando, rumo ao Litoral Norte, passar por Terra de Areia ou por Três Cachoeiras, adentre nessas cidades e procure por estabelecimentos onde é possível adquirir esses produtos que nos fazem manter viva nossa herança cultural açoriana.

Referências

ALVES, Luiz Antônio. *Genealogia da família Fogaça.* Caxias do Sul: 30 jan. 2017. Disponível em: <https://fuj.com.br/?a=postagem&p=genealogia_da_familia_fogaca_919>. Acesso em: abr. 2023.

FONSECA, José Carlos da. *História do município de São Francisco de Paula.* São Francisco de Paula: [s.d.]. Disponível em: <https://www.saochico.com.br/historia.htm>. Acesso em: abr. 2023.

MARESCH, Gustavo. Gastronomia tradicional da Ilha de Santa Catarina: açoriana ou manezinha? *SCC10.* Florianópolis, 27 out. 2020. Disponível em: <https://scc10.com.br/colunistas/gastronomia-tradicional-da-ilha-de-santa-catarina-acoriana-ou-manezinha/>. Acesso em: abr. 2023.

RUSCHEL, Ruy Ruben; DELAI, Pe. Rizzieri. *Três Cachoeiras e suas comunidades*. Três Cachoeiras: Ed. do autor, 1996.

SABORES AÇORIANOS: tradição revisitada. *NSC Total.* Florianópolis, 26 fev. 2021. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/sabores-acorianos-tradicao-revisitada>. Acesso em: abr. 2023.

LAVADEIRAS DE ARROIO DO SAL E DOS AÇORES: ÁGUAS E OFÍCIOS UNINDO NAÇÕES

Marta Maria da Silva[1]

A presente pesquisa teve origem em trabalho anterior que apresentamos no XXI Encontro dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha, realizado em 2010 no Balneário Pinhal/RS, organizado pela historiadora Véra Lucia Maciel Barroso. Naquela ocasião divulgamos o projeto "As Lavadeiras de Arroio do Sal". Essa pesquisa foi tema do curta metragem "Lavadeiras de Arroio do Sal, o viver das águas", hoje disponível na plataforma do Youtube.

Destacou-se, na ocasião, o peso histórico representado pelo ofício das lavadeiras da localidade nas águas do Arroio do Sal, recurso hídrico que deu origem ao nome do município. Naquele estudo constatou-se as ligações afetivas das lavadeiras com as águas daquele córrego e com os saberes próprios da atividade. Nesse vículo emocional vislumbramos, através do resgate histórico, a possibilidade de conservação do arroio, através da gestão ambiental e planejamento do uso das águas urbanas.

Sendo uma tarefa comum a todos os povos, a lavagem de roupas unifca valores como a água, o sabão e as atitudes coletivas e culturais dos que a ela se dedicam.

Prosseguindo em nossa pesquisa sobre o tema, encontramos nas ilhas dos Açores histórias de lavadeiras que vinculam, uma vez mais, Brasil e Portugal. Exemplo disso são as "Lavadeiras de Água de Pau", freguesia situada na costa sul da ilha de São Miguel.

Nessa vila, com o intuito de facilitar o trabalho das lavadeiras, foi inaugurado um conjunto de lavadouros públicos em 1948. Essa estrutura permitiu às lavadeiras do lugar otimizarem seu ofício, já que ao invés de trabalharem na ribeira reuniam-se no prédio que hoje sedia o Museu das Lavadeiras. Percepções e depoimentos locais enfatizam para a mudança social ocorrida com essa inovação: a aproximação das mulheres

1 Engenheira Agrônoma (UFRGS).

permitiu um maior convívio e concentrou as atividades, antes dispersas, da comunidade.

É uma grande responsabilidade despertar e estudar a memória coletiva dessas mulheres que faziam seu cotidiano de ofício nas bordas de arroios e ribeiras. Responsabilidade porque a memória grupal é feita de memórias e experiências individuais que podem nem sempre ser gratificantes.

Em depoimento de uma figurante no evento de reinauguração (1918) dos lavadouros de Água de Pau, registramos: "é uma característica do povo da Água de Pau, somos muito obstinados e quando temos que fazer, fazemos, sem ter que fazer muito esforço". Referia-se particularmente à restauração do lavadouros em 2018, hoje Museu das Lavadeiras, mas traduz, de modo abrangente, a tenacidade desse coletivo de mulheres. Nunca foi fácil deslocar-se até as águas limpidas para lavar as roupas, nunca foi simples lavá-las ajoelhadas nas margens de ribeiras, mas, para elas, qualquer desafio fazia parte do cotidiano. A recompensa – roupa limpa para alguém usar –, significava mais que qualquer esforço. Completavam-se com a alegria dos outros, muitas vezes desconhecidos, como no caso das "Lavadeiras de Arroio do Sal" que mantinham limpas as roupas dos frequantadores dos hotéis da cidade, durante o veraneio. "Não havia água melhor que a do Arroio...", era um bordão.

Transportavam as roupas em cestos junto ao corpo ou em jumentos de carga, mas não era isso uma grande dificuldade também – como se levassem sonhos para lá e para cá, alvejando suas almas no caminho.

Em Água de Pau, e em Lagoa das Sete Cidades – ambas na ilha de São Miguel ou na ilha Graciosa –, todas nos Açores, bem como em Arroio do Sal, no Brasil, as histórias das lavadeiras se confundem com os significados culturais de cada nação. Cada lavadeira carrega em si retalhos de vidas pelas quais passaram de raspão em algum momento da história desses lugares. São essas tangências que valorizam o ser humano, são esses breves encontros que criam laços infinitamente fortes entre brasileiros, açorianos, alemães, italianos e toda civilização. Os contatos impessoais, como o de alguém que trata com carinho o vestuário de outro alguém, ficam aquecidos e próximos quando se recorre à história para resignificá-los.

Talvez os resultados da investigação que fizemos em Arroio do Sal inspire, pesquisadores dos Açores e do Brasil, ao estudo detalhado e merecido do tema das lavadeiras e sua importância nas culturas locais, onde tais fenômenos sociais ocorreram.

Figura 1 – Lavadouro de Água de Pau (Ilha de São Miguel-Açores), reinaugurado em 2018

Fonte: https://www.acorianooriental.pt/noticia/lavadeiras-regressam-aos-tanques-de-agua-de-pau-292059

Figura 2 – Cena do curta metragem "Lavadeiras de Arroio do Sal: o viver das águas"

Fonte: acervo da autora.

Figura 3 – Cena do curta metragem "Lavadeiras de Arroio do Sal: o viver das águas"

Fonte: acervo da autora.

Referências

SILVA, Marta Maria da. As Lavadeiras de Arroio do Sal. In: FAISTAUER, Maria Cardoso et al. (Org.). *Raízes do Balneário Pinhal*. Porto Alegre: Pragmatha, 2012, p. 236-248.

Sites

https://www.acorianooriental.pt/noticia/lavadeiras-regressam-aos-tanques-de-agua-de-pau-292059Memória coletiva carrega significações culturais

https://soamaps.com/country/PT/87280/lavadeiras-dos-fenais

https://el.wikiloc.com/oreibasia-diadromes/fonte-da-rocha-fonte-das-lavadeiras-56823938

REGISTROS DA CULTURA AÇORIANA EM ARROIO DO SAL

JULIANA MOHR DOS SANTOS[1]

A pesquisa aqui apresentada é um recorte sintetizado de parte da monografia de conclusão de curso de bacharel em História que realizei na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tal pesquisa foi realizada ao longo do ano de 2019, e teve alguns aspectos destacados em apresentação oral, durante o evento 'Raízes Açorianas no Rio Grande do Sul', realizado em dezembro de 2022, e esta fala que gerou a atual escrita. Dessa forma, o presente estudo se propõe a refletir sobre a presença da cultura açoriana no município de Arroio do Sal. Trata-se de um jovem município, localizado no litoral norte gaúcho, que pouco conhece da intensidade da vivência da cultura açoriana entre sua população fundadora. Inicialmente, a pesquisa irá traçar aspectos geográficos e históricos do município, pontuando aonde se encontram traços culturais ditos açorianos nos registros documentais e na memória da comunidade. E finaliza com um momento de reflexão de como processos culturais são afetados por decisões políticas de instituições civis e públicas.

O território hoje ocupado pelo município de Arroio do Sal compreende uma área de 121 km², e passou por grandiosas transformações populacionais, desde a sua emancipação em 1988 até a atualidade. O ritmo acelerado das transformações sociais, na atualidade, e as diferentes formas de registro de informação contrasta com esparsos registros que dispúnhamos para reconstruir o que era a região quando no início de seu povoamento.

Arroio do Sal tem seu primeiro registro cartográfico num mapa militar de 1788 que registra o deslocamento de recuo das tropas portuguesas, do Marechal de Campo Gama Lobo, para a região do estado de Santa Catarina, depois da assinatura do Tratado de Santo Idelfonso, ocorrido em 1777. Nele a região é indicada como Campo de Nove Arroios. Entre os anos de 1766 e 1179, a região pertencia à Estância São Maurício, pro-

1 Licenciada em História (FAPA), bacharel em História (UFRGS) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPel), bolsista CAPES (finance-cod 001). Pelotas/RS.

priedade da sociedade do Capitão Manoel Bento da Rocha com Antônio Luís Escobar Araújo. E em 1779 passou a pertencer a Inácio José Araújo, que comprou a parte central da Estância São Maurício e passou a chamá-la de Estância do Meio. A Estância do Meio, região ainda hoje rural do município de Arroio do Sal, foi o núcleo fundador do 1º distrito de Torres.

Assim, no processo de constituição do território do Rio Grande do Sul, os moradores de Arroio do Sal estiveram ligados a três municípios até 1988, quando ocorreu a sua emancipação: de 1809 a 1857, ao município de Santo Antônio da Patrulha; de 1857 a 1878, ao município de Conceição do Arroio (Osório); e de 1878 a 1988 ao município de Torres. É sob a administração de Santo Antônio da Patrulha que acontece o processo do povoamento açoriano na região de Arroio do Sal, que até então era tida apenas como espaço pastoril.

No início do século XIX, o povoado em torno da organização militar do Forte das Torres começou a ganhar forma. Existem diversos estudos de Ruy Ruben Ruschel sobre estes primeiros moradores da região. Segundo ele, há um relatório sobre a passagem do bispo do Rio de Janeiro, D. José Cateano Coutinho, em visita pastoral ao Forte no ano de 1815, aonde cerca de quatrocentas pessoas, vindas do campo da Itapeva e Estância do Meio, se reuniram na casa do Alferes Ferreira Porto, para receber os sacramentos e solicitar a construção de uma capela. O pedido foi acatado pelo bispo, demonstrando a importância daquelas comunidades que se caracterizavam por serem de açorianos ou seus descendentes (1984, p. 50). Em outra pesquisa, Ruschel afirma que 70% dos açorianos de Torres seriam oriundos do estado de Santa Catarina e 10% do povoado de Mostardas, que se localiza também no litoral do estado do Rio Grande do Sul. Ele afirma que "seriam moradores de ambas as regiões com no mínimo sangue açoriano" (2004, p. 67).

Assim, é provável que esses açorianos fossem parte dos *Casaes da Terra,* os filhos solteiros dos *Casaes de Número*[2] que aqui constituíram família. Em outra publicação, alguns desses habitantes são nomeados por Ruschel (2001, p. 50-52) ao listar o nome de algumas famílias proprietárias de terras da região: família Cardoso e Vitorino Antônio Nunes, na Estância do Meio; o açoriano José da Silveira (natural da ilha de São

2 *Casaes*, *Casaes de Números, Casaes Del-Rey* eram grupos representados por homens, de até 40 anos e mulheres, de até 30 anos, seus filhos e dependentes que se enquadravam em caraterísticas definidas por edital real e recebiam da coroa portuguesa transporte marítimo e terrestre, com o ganho de um quarto de légua para cada cabeça de casal, valores em dinheiro, ferramentas, animais, sementes e alimento (farinha) no primeiro ano para migrarem ao Brasil.

Jorge ou Faial) e seus filhos, Elis Silveira (nascido no Desterro e genro de João Martins da Rocha, natural da ilha Terceira) e Alexandre da Silveira, em Areias Brancas (comunidade que hoje está na região central da sede do município de Arroio do Sal).

Dentro da constituição do município de Torres, num segundo momento, ainda no século XIX, foram recebidos imigrantes alemães católicos e protestantes. Esses grupos foram designados para áreas ainda não habitadas, constituindo comunidades distintas que mantinham contato com os demais moradores quase que exclusivamente através do comércio de seus produtos por via lacustre. Tal informação é relevante para compreender a manutenção das tradições culturais de cada um dos grupos étnicos até o final do século XX quando se iniciam os processos de emancipação dos distritos de Torres.

Através do mapa apresentado é possível perceber a posição de cada um dos municípios originários de Torres (Arroio do Sal, Mampituba, Morrinhos do Sul, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Dom Pedro de Alcântara) e que, desses municípios, Arroio do Sal era o mais isolado por estar entre o mar e a lagoa, tendo a travessia dessa como o acesso de via mais curto. Esse isolamento geográfico fez com que por mais de um século o número de habitantes na região fosse pequeno e maioritariamente originário da região, ou seja, de tradições culturais em comum.

Figura 1 – Litoral Norte do RS, em destaque municípios do entorno da Lagoa da Itapeva

Fonte: Arte roteiro Caminho dos vales e das águas.
Disponível em: http://caminhodosvalesdasaguas.com.br

Quando da emancipação de Arroio do Sal em 1988, segundo os dados do Tribunal Regional Eleitoral do RS (TRE-RS) havia 1.355 eleitores cadastrados. Em 2022, esses números subiram para 7.848 eleitores, com um aumento de 87%, evidenciando que o município recebeu um grande número de novos moradores que, naturalmente, trouxeram consigo novas dinâmicas culturais.

Assim, para registrar a cultura açoriana local, inicialmente foram buscados os registros oficiais de emancipação do município, seguidos de entrevistas para registro com antigos moradores pertencentes a famílias que ali habitavam, antes da emancipação.

Revisando relatórios disponíveis, chama a atenção a obra usada como base de referência para todos os documentos de histórico do município: "Os novos Municípios do Rio Grande do Sul: Arroio do Sal", coordenada por Kátia Heemann em 1988. Essa obra foi publicada pela Assembleia Legislativa Estadual, sendo resultado do levantamento técnico de dados para justificar a emancipação do território. Nela há a listagem numérica de quantos edifícios comerciais, animais, plantações e quais seus tipos existentes, mas também há informações sobre as festas e reuniões realizadas pela comunidade, contribuindo para caracterizar traços da cultura local. Entretanto, em nenhum momento aparece referência a açorianos. Nesse trabalho, ao citar a composição étnica local utiliza-se a definição de lusa ou portuguesa.

Essa falta de auto reconhecimento da cultura açoriana local existente pode ter ocorrido por diferentes fatores. Pode-se utilizar o que explica Martha Hameister (2005) em *Notas sobre a construção de uma 'identidade açoriana' na colonização do Sul do Brasil no século XVIII.* Segundo ela, a expressão "identidade açoriana" é utilizada associada à origem dos grupos de colonizadores enviados pela coroa portuguesa para povoar as terras do que hoje é o RS. Mas, nem sempre esses se identificavam como "Gentes das Ilhas" ou "Casaes de Sua Majestade". Como ainda não foi possível fazer uma extensa genealogia sobre os proprietários de terras do que hoje é Arroio do Sal, não é possível afirmar se a sua maioria era parte dos grupos de *Casaes* ou são famílias que escolheram migrar, podendo ser essa uma possibilidade explicativa. Outro fator seria que, como são relatórios técnicos estatísticos, pode haver o desconhecimento da diferença entre "ser luso" e "ser açoriano".[3]

3 Em 1932, o escritor português Vitorino Nemésio escreveu o artigo "Açorianidade", sobre o viver das Ilhas dos Açores. A partir de então fortalece-se a construção da diferenciação cultural do português insular do português continental. O termo açorianidade passa a ser expressão para diferenciação cultural e política.

Na construção da diferenciação étnica, pode-se conjecturar sobre a interação com as comunidades de colonização de origem alemã do município de Torres. Afirma-se culturalmente diferente na relação com essas comunidades vizinhas, inicialmente pela fala, e a língua é chamada de portuguesa. E, conceitualmente, devemos considerar que:

> [...] as afirmações sobre diferença só fazem sentido se compreendidas em sua relação com as afirmações sobre a identidade. [...] A identidade hegemônica é permanentemente assombrada pelo seu Outro, sem cuja existência ela não faria sentido. Como sabemos desde o início, a diferença é parte ativa da formação da identidade. (ALBERTI, 2005, p. 166).

Trata-se de um pensamento que complementa a ideia de Hameister (2005), quando defende que a construção do "ser açoriano" é um processo dinâmico que faz parte de um discurso construído para aproximar ou distanciar-se dos demais moradores da região, ou povoado, conforme oportunidade e benefícios se apresentam aos indivíduos. Portanto, considerando que as levas migratórias das ilhas para a região de Torres ocorreram no século XIX, é compreensivo que o grupo dos moradores da Estância do Meio e Areias Brancas se identificasse como lusos perante seus vizinhos germânicos.

Assim, para identificar os traços da cultura açoriana na população foram entrevistados alguns moradores da localidade da Estância do Meio, que permanece rural, para a partir da análise das suas vivências, destacar espaços culturais que podem ser nomeados como pertencentes à cultura açoriana. Ao todo, oito depoentes foram questionados sobre sua juventude na região, a fim de rememorar atividades e hábitos que vivenciaram e que hoje percebem como muito modificados ou dormentes. Nesse caminho, se destacam os hábitos religiosos ligados à Capela do Sagrado Coração de Jesus, erguida pelos próprios moradores da localidade em regime de mutirão. Consagrada na década de 1930, já possuiu mais de uma edificação, mas sempre no mesmo local, sendo um marco referencial importante para a identidade da comunidade.

Figura 2 – Atual Capela do Sagrado Coração de Jesus, na localidade da Estância do Meio/Arroio do Sal

Fonte: acervo da autora.

Ao rememorar as Festas do Divino registrou-se depoimentos, como de Celestino Pereira e Benta Medeiros, e a fotografia de Arlindo Cardoso e seus familiares recebendo a bandeira chegando via Lagoa da Itapeva.

> Tinha as bandeiras antigamente. Saíam uns caras lá de Santa Catarina cantando com a bandeira, com uma pomba do Divino naquela bandeira, né... e saíam a cantar nas casas. [...] E cantavam aqui, daqui cantavam lá noutro, visitando as casas e tinha um cara com violão que eu conheci muito ele... Vitorino, o falecido Vitorino era bom de violão e bom de gogó. (Celestino Faustino Pereira, 88 anos).
>
> E naquele tempo tinha umas bandeiras que vinham de Torres, cantavam assim e pediam pro Divino Espírito Santo [...] pois a festa era em Torres [...]. Vinha, passava por aqui cantando e pedindo, pedindo, angariando [...], pois vinham até os tambores, vinham às vezes esses tocadores de violão, cantavam, tocavam. Ah, a minha vó Esperança quando via chorava tanto, taaaanto que nem sei. E esperava e abraçava na bandeira e chorava. (Benta Vargas de Medeiros, 89 anos).

Figura 3 – Irmãos e pais de Arlindo recebendo a bandeira do Divino, via lagoa, na década de 1950

Fonte: acervo da autora.

Nas memórias de seu Arlindo, também estão claros os ritos fúnebres com o uso da "eçia" (eça) – taboa para depositar o corpo durante o velório, a reza das Exéquias pelo terço cantado, e a realização do rito da coberta d'alma. Esses ritos foram também complementados nas memórias de Lídia de Freitas e Maria da Glória Mota Vargas:

> Tão comum, geralmente tirava um pedaço da casa [...] um pedaço de repartição da casa ou de repente do forro e fazia o caixão [...] enquanto velava o morto ali na eça [...] na casa ali que morria. Na eça, eci, não sei como é o nome [...] no jirau ali que fazia com os bancos [...] botava o morto ali em cima, ali tapado com o lençol. [...] Fazia a encomendação em casa [...] fazia o terço cantado [...]. Eu ainda vi muito. [...] o tio Déca era um dos cantador, tio Antônio Vargas..., todos eram cantadores do terço cantado [...]. Esse terço era tradicional do cemitério nos finados [...] era cantado o 'nono em silêncio´. [...] o meu pai se viu atrapalhado que foi chamado na Bom Jesus pra fazer uma reza dessas de oito dias [...] sete, oito dias que a pessoa tinha morrido [...], já era pra entrega a coberta d'alma. Nem era coberta d'alma, era d'arma. E ele contava isso, que ele nunca tinha feito, foi chamado e exigiram nessa hora da coberta d'arma, que era pra chamar o que morreu: fulano vem vestir a roupa não sei como é que era... mais ou menos era para passar pro outro. Sempre um parente uma pessoa da família. [...] sei de guria que vestiu a coberta d'alma e passa a filha da família, a chamava de mãe. (Arlindo Cardoso de Oliveira).
>
> Tio Mané Fernandes... ele usava quando morria alguma pessoa né. No velório, ele usava reza, aquele terço cantado. :/Poe essa alma

> que vai para glória [...] que vai para glória do bom Jesus. /: [...] Fazia eça [...] uma caminha assim que botava o morto. (Lídia Otília Medeiros de Freitas, 84 anos).
>
> Lembro da coberta d'alma do falecido meu pai que foi dada [...] pro compadre dele. [Quem recebeu foi o] Joaquim, o tio Dino. [...] Na coberta d'alma, eles rezam um terço de sétimo dia, né. E ali eles dão a roupa. Toda a roupa pra aquela pessoa vestir. No terço, a pessoa vai com aquela roupa. Missa ou terço. [...] Escolheu [o tio Dino] porque eles eram compadres e muito amigo também. Ficava sempre aquela pessoa como que fosse da família. [...] Eu vi a do meu pai, a do Aurêncio (marido). [...] Isso era uma coisa antiga que vinha com os mais velhos e a gente continuava a fazer. (Maria da Glória Mota Vargas, 88 anos).

O senhor Manoel Martins de Oliveira, mestre de Terno de Reis. ainda hoje, também lembra de ter vestido a coberta d'alma:

> Eu cheguei a vestir a roupa duma criança quando eu era pequeno... tu tinha uma pessoa que era muito amigo, era conhecido assim... E tu dava uma roupa pra aquele, pra aquela pessoa usar, era a "coberta d'Arma"... [...] Eu vesti de um gurizinho lá de Santo Anjo [...]. Eu chamo a mãe dele de minha madrinha, e ela me tinha como um filho toda vida, né... Era um gurizinho que era da minha idade lá da gente de Santo Anjo... [...] Eu chamava eles de padrinho e eles me tinham que nem um filho toda vida. A avó desse guri era madrinha dele, e me dava páscoa toda vida, todo ano... (Manoel Martins de Oliveira, 70 anos).

Figura 4 – Terno de Reis Vargas em apresentação, durante missa na Paróquia Nossa Senhora de Lourdes

Fonte: acervo da autora.

Já quando o tópico eram os festejos, as memórias sobre os Ternos de Reis da região foram muitas. As senhoras Lídia, Benta e Maria da Glória tiveram os maridos e pais como cantadores. Já os senhores Arlindo, José, Artur, Manuel e Celestino participaram de ternos.

> Tinha muitos que esperavam. Gostavam de fazer doce pra receber. Uma vez estavam cantando ali [...] diz que vinham aqui pra casa, mas já estava clareando o dia, e eu me levantei e fui lá para a cerca escutar. As casas eram pertinho. E eu fui lá para a cerca escutar. (Lídia Otília Medeiros de Freitas).
>
> Não aconteceu comigo, mas com o meu irmão e meu pai aconteceu, de eles irem cantar numa casa, cantaram muito tempo, não abriram a porta daí eles já estavam tirando verso que iam se retirar... que o vizinho veio e avisou eles que os donos não estavam em casa. (Arthur Martins de Oliveira).
>
> Do dia 25 ao dia 6, nós cantava quase toda a noite. É para sair de casa a surpresa. Tinha alguém que pedia para avisar quando ia, mas nós não avisávamos... não tem graça, porque daí vai cantar uma coisa, vai cantar o cara já tá esperando... [...] a gente não avisava... Alguma vez a gente deu *'umas rata'*, mas não tem importância isso daí [risos]. Cantamos para os donos da casa, cantamos para abrir a porta, cantamos para acender a luz, graças a Deus que eu já vi nessa casa luz [risos]. Vai cantando, vai fazendo verso e vai cantando. Ah, quando tem um... quando o dono da casa gosta de judiar do cantador... é uma hora... uns 40 minutos mais ou menos, só para entrar. Só cantar na rua [risos]... Às vezes, tem uns que abrem só uma frestinha da porta e fica só chuleando o verso. E o cara dele a cantar, cantar e cantar... [...] quem é bom versista não se aperta. Quem é bom versista tira um verso e enquanto tu tá cantando aqui, ele cantou, ele já tá com outro, dois prontos, feito já na mente. (Celestino Faustino Pereira).
>
> A gente canta às vezes para uns estranhos também que às vezes pedem... que tem muito veranista que gosta disso aí... Então, pede para gente a cantar para eles...[...] Gente de Porto Alegre que tem casa aqui no verão, né...no tempo do Reis... Então, tão por aí e pedem para gente cantar pra eles. [...] Já tem uns caxienses também [...] [mas a] maioria é de Porto Alegre. [...] Areias Brancas e Arroio do Sal, já não tem mais quase lugar para eles então... (Manoel Martins de Oliveira).

Destacando a relação com a comunidade religiosa dessa tradição, três depoentes fizeram questão de salientar que o que se fazia na co-

munidade eram Ternos e Folias de Reis. Como o explicado por Paixão Cortês, o terno mantém-se dentro das caraterísticas da fé católica. Para eles é mais que uma visitação em serenata de amigos. É vivência religiosa, enquanto a folia traz versos desconectados da crença religiosa, mais aproximo de um jogo de rimas como acontece na trova gaúcha.

Dentre os relatos dos fazeres do cotidiano, pode-se destacar as técnicas de produção de doces a base de ovos, frutas desidratadas ou em compota, pesca marinha e lacustre com o uso do facho ou canoa, e a produção de peixe *tique* (o peixe salgado - bacalhoado). Também a produção de pães em formas de animais ou pessoas para as festas religiosas e os leilões dos festejos. Verifica-se o estímulo às crianças para produzirem rimas e fazerem danças de rodas.

Assim, com o depoimento desses membros da comunidade da Estância do Meio, ficou registrado que existem diversas marcas da açorianidade cultural na população fundadora de Arroio do Sal. Entretanto, são memórias que retrocedem a um passado, por muitas vezes recente, mas, quase na integridade, no passado. Poucos desses hábitos são mantidos na atual geração, o que traz a preocupação com o registro físico dessa cultura. Esta pesquisa, ao realizar a coleta de depoimentos, criou em meio acadêmico evidências da cultura açoriana local, mas entre a população comum no município questionam-se aonde estariam os marcos simbólicos para auxiliar no seu não esquecimento.

Percebeu-se que apesar da comunidade não perceber a origem das tradições relacionadas à sua fé, muito do legado açoriano que ali existe vai além dos fatores individuais de continuidade familiar de crença religiosa. Existe o importante fator da expressão coletiva que é a Capela do Sagrado Coração de Jesus. Entretanto, essa pertence a uma instituição privada, que auto regula seus interesses e define seus ritos independente da vontade da comunidade.

Nesta pequena reflexão que trago sobre a açorianidade em Arroio do Sal, não cabe explicar toda a complexidade estrutural que compõe a religião Católica Apostólica Romana, e os movimentos internos que ela passou nos últimos anos. Mas cabe destacar, a seguir, um dado relevante que tem impactado diretamente na manutenção desses ritos e tradições, não só de Arroio do Sal, mas do litoral norte do Rio Grande do Sul.

No ano de 1999, foi criada a Diocese de Osório, desmembrada da Arquidiocese de Porto Alegre e da Diocese de Caxias do Sul. Desde então foi sentido nas comunidades de pesquisadores sobre os temas relacio-

nados à expressão de fé popular, a não continuidade de ritos tradicionais mantidos pelas comunidades, independentes de seus referenciais étnicos. Então, aqui coloca-se que, para além dos desafios geracionais, essa instituição privada influencia diretamente na descontinuidade de tradições, como a visitação de bandeiras, os Ternos de Reis, o terço cantado ou a homenagem ao falecido com a coberta d'alma.

Devido a essas ações, se faz fundamental que existam fomentos à cultura e referencias públicos e cívicos, relacionados às diversas expressões culturais presentes no Brasil. Ao encontro dessa necessidade, existem dois monumentos criados que demarcam a açorianidade do município. O primeiro é a Estátua do Pescador, e o segundo é o pórtico de entrada da cidade.

Figura 5 – Estátua do pescador Joca Dino

Fonte: acervo da autora.

O primeiro foi criado para exaltar, inicialmente, a "Festa do Pescador", evento anual da cidade que ocorre no inverno e costuma atrair turistas para a degustação de peixes. A festa não oferece nenhum prato típico ou exalta os fazeres da pesca de caraterística açoriana. Mas a pessoa retratada na estátua é um pescador falecido às vésperas da emancipação em 1987, o senhor João Alves Valim, conhecido como Joca Dino. Apesar de ainda não existir os registros formais de gravação de depoimentos orais sobre essas caraterísticas, é possível afirmar que o senhor Joca Dino era muito conhecido pela peculiaridade de seus trajes, que traziam elementos característicos dos trajes dos habitantes das ilhas dos Açores – chapéu de aba larga, calças arremangadas, e seu profundo conhecimento em pesca.

Dessa forma, esse monumento é um importante auxiliar na manutenção das tradições da cultura açoriana, e na afirmação dessa cultura como fundamental na constituição da comunidade que originou o município.

Figura 6 – Pórtico da entrada da cidade (2018)

Fonte: acervo da autora.

O segundo marco representativo alusivo aos açorianos, na população fundadora de Arroio do Sal, seria a escrita no pórtico da cidade. Apesar do mesmo ter sido construído com linhas modernas, como é percebido no registro fotográfico exposto, deu-se destaque à presença açoriana na região. Entretanto, logo após esse registro ser realizado, tal mensagem foi mandada ser retirada pelo prefeito da cidade que entrava em novo mandato. Situação que exemplifica os jogos políticos pelos quais a manutenção de expressões culturais podem passar.

Para compreender como a existência de uma tradição está para além da vontade da comunidade que a preserva e à mercê das instituições sociais formais públicas e privadas, cabe esclarecer como ocorreu a construção desses dois monumentos. Ambos foram erguidos na gestão municipal de 2014-2017, por orientação do vice-prefeito, descendente de uma das primeiras famílias a habitar na Estância do Meio. Na gestão seguinte, entre os anos de 2018 e 2022, o prefeito foi reeleito, mas o vice-prefeito não; esse declinou de permanecer na chapa de reeleição. O prefeito de ambas as gestões, apesar de morador há muito tempo na localidade, não é natural da região, e possui referenciais culturais diferentes. Ele tomou a decisão da retirada da expressão “Região Açoriana” do pórtico da cidade e orientou a Secretaria de Turismo que não mais evidenciasse esse fato nos eventos organizados, pois ele não acredita que tal informação seja um atrativo para a movimentação de visitantes nos eventos turísticos. Essas são informações recebidas de forma não oficial, não registradas para o grande público, mas de tal importância que não deve ser ignorada nessa análise. Essa é uma decisão política que irá agir sobre a valorização e a manutenção das tradições, e seu impacto irá

reverberar em diferentes gerações e no futuro do próprio município e de seus habitantes, pois como afirma Moccelin:

> [...] delimitar quem pertence e quem não pertence ao grupo é presentificar uma identidade com elementos selecionados e estereotipados de um passado comum. O protagonismo dos intelectuais étnicos também se manifesta na produção de novos imaginários para velhos personagens: se, no passado, "descendente de italiano" remetia à pessoa com menos instrução formal, hoje significa o "empreendedor" (MOCCELIN, 2008, p. 28, apud WEBER, 2014, p. 723).

Ou seja, ao defender a ideia que valorizar os aspectos culturais que originaram o município são inatrativos, ele não permite que se reconstrua a própria imagem étnica municipal e coloca os grupos fundadores como inferiorizados perante descendentes de outros grupos que agora ali habitam. Por conseguinte, limita os processos de valorização dos indivíduos que compõem sua comunidade, indo em sentido contrário ao que foi definido na constituição federal sobre o direito à diversidade cultural e defesa das minorias. Pois, apesar dos descendentes de açorianos serem parcela expressiva dos moradores do território, quando da emancipação, hoje o município abriga uma população que passou a compor a comunidade municipal com referências culturais diferentes que suplantam expressivamente o número de descendentes dos habitantes de 1988.

Para concluir a pesquisa aqui apresentada, Arroio do Sal possui muitos traços da cultura açoriana na composição de seu povo. Mas passa por um momento difícil, visto a manutenção das tradições estar sendo interrompida e as memórias dos ritos esmaecendo na ausência dos depoentes que aqui registraram suas vivências. Essa situação é colaborada pelo não interesse das instituições privadas em exaltar os diferenciais da comunidade e a negação do poder público em assumir seu papel de agente protetor e fomentador da diversidade cultural.

Referências

AGRIFOGLIO, Rose Marie Reis (Org.). *Contribuições luso-açorianas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Comissão Gaúcha de Folclore, 2002.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas.* Porto Alegre: Contexto, 2005.

ALVES, Luiz Antônio. *Memorial Açoriano*: genealogia do século XVIII-RS. Porto Alegre: EST, 2005.

ALVES, Luiz Antônio. Gaúcho açoriano. In: ROCHA, Santa Inèze da; PRYM, Roberto Schimitt; SOARES, Carlos (Org.). *Açorianos no Rio grande do Sul - Brasil-III*. Porto Alegre: Caravela, 2011, p. 17-20.

BARROSO, Véra Lucia Maciel. Os açorianos no Rio Grande do Sul. In: NEUBERGER, Lotário (Org.). *RS no contexto Brasil*. Porto Alegre: CIPEL; EDIPLAT, 2000, p. 125-134.

BARROSO, Véra Lucia Maciel; QUADROS, Terezinha Conceição de Borba; BROCCA, Maria Roseli Brovedan (Org.). *Raízes de Torres*. Porto Alegre: EST, 1996.

CARDOSO, Eduardo Mattos. O processo de transformação sociocultural do Litoral Norte: 1910-1960. In: ELY, Nilza Hunyer (Org.). *Arroio do Sal:* marcas do tempo. Porto Alegre: EST, 2007.

CATROGA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Fronteiras do milênio.* Porto Alegre: Ed. da URGS, 2001.

CORTÊS, João Carlos Paixão. *Folias do Divino.* Porto Alegre: PROLETRA,1983.

DONNER, Sandra Cristina. *História local, memória e ofício do historiador*: entre Raízes e Marcas do Tempo (1990-2012). 2015. 220f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2015. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/142486/000993756.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 dezembro de 2019.

ELY, Nilza Huyer (Org.). *Arroio do Sal:* marcas do tempo. Porto Alegre: EST, 2007.

ESPINDOLA, Luis André; FLORENTINO; Renata Feldens, BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). *Raízes de Torres*. Porto Alegre: EST, 2004.

FARIAS, Marcia Regina Castro. *Arroio do Sal:* crônica de uma cidade. Porto Alegre: EST, 2009.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. Açorianos no Rio Grande do Sul: em busca de sua identidade. In: *I Jornadas Emigração/Comunidades – 2002, Lisboa.* Angra do Heroísmo, Portugal: Tipografia Moderna, v.1, p.167-171, 2002.

FENTON, Steve. *Etnicidade.* Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

HAMEISTER, Martha. Notas sobre a construção de uma ´identidade açoriana` na colonização do Sul do Brasil no século XVIII. *Anos Noventa*, Porto Alegre, UFRGS, v. 20/21, p. 53-101, jan-dez. 2005.

HEEMANN, Kátia. *Os novos municípios do Rio Grande do Sul*: Arroio do Sal. Porto Alegre: CORAG, 1988.

LACERDA, Eugenio Pascele. Notas para uma antropologia da diáspora açoriana. In: *I Jornadas Emigração/Comunidades – 2002, Lisboa.* Angra do Heroísmo, Portugal: Tipografia Moderna, v.1. p.173-179, 2002.

MAZZUCCHI, Maria Letícia; MICHELON, Francisca Ferreira (Org.). *Memória, patrimônio e tradição*. Pelotas: Ed. UFPel, 2010.

MARQUES, Lilian Argentina Braga. *O pescador artesanal do sul*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Folclore, 1980.

MARQUES, Lilian Argentina B. Ritos comuns ao Rio Grande do Sul e Açores. In: AGRIFOGLIO, Rose Marie Reis (Org.). *Contribuições luso-açorianas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Comissão Gaúcha de Folclore, 2002.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

OLIVEIRA, Cristina M. de; PEREIRA, Estevão T.; SILVA, Gabriel Fernandes Machado da; PACHECO, Jéssica Spitznagel. *Terno de Reis em (Dis)curso.* Osório: Vozes da Tradição, 2018.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Thomas Burton. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PIRES, António Machado. Açorianidade. In: *Enciclopédia Açoriana*. Disponível em: http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=566

PUFAL, Diego de Leão. *O processo de emancipação de Arroio do Sal/RS.* 2019. Mimeografado.

QUADROS, Terezinha Conceição de Borba. *Torres política:* entre os rochedos e o mar nasceu tua história. Torres: Gráfica, 2016.

RESES – Cânticos do Ciclo Natalino Rio-Grandense. Porto Alegre: Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, 1980.

RICCEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007.

ROCHA, Santa Inèze da (Org.). *Açorianos no Rio Grande do Sul - Brasil*. Porto Alegre: Caravela, 2005.

RUSCHEL, Ruy Ruben. *Os fortes de Torres*. Porto Alegre: EST, 1999.

RUSCHEL, Ruy Ruben. *Torres:* sua história, sua gente. Torres: Jornal Gazeta, 2005.

RUSCHEL, Ruy Ruben; RUSCHEL, Dalila Picoral. *São Domingo das Torres*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1984.

SANTOS, Juliana Mohr dos. *A identidade luso-açoriana do município de Arroio do Sal/RS (1778-2019)*: um percurso a ser percebido. Trabalho de Conclusão (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/205761. Acesso em: 15 fev. 2023.

SILVA, Mariana Raymundo da. *A coberta d`alma no Litoral Norte do Rio Grande do Sul*: tradição açoriana. Porto Alegre: Evangraf, 2015.

SILVA, Mariana Raymundo da. *Navegação Lacustre Osório-Torres*. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.

SOARES, Leda Saraiva. *A saga das praias gaúchas:* de Quintão a Torres. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

SOBRINHO, Justiniano Antônio da Silva. Primórdios de Arroio do Sal. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel; QUADROS, Terezinha Conceição de Borba; BROCCA, Maria Roseli Brovedan (Org.). *Raízes de Torres*. Porto Alegre: EST, 1996.

TORRES, Alessandro Medeiros. *Atos e relatos na história de Arroio do Sal*: a relação entre o imagético, a memória e os documentos. Porto Alegre: CORAG, 2011.

WEBER, Regina. Líderes, intelectuais e agentes étnicos: significados e interpretações. *Diálogos* (Maringá. Online), v. 18, n. 2, p. 703-733, mai./ago. 2014.

WEBER, Regina. Memórias locais e coletivas e a construção de identidades. In: PATRIOTA, Rosangela; RAMOS, Alcides Freire (Org.). *Memória coletiva, memória individual e história cultural*. São Paulo: Verona, 2018, p. 189-211.

WIEDERSPAHN, Oscar Henrique. *A Colonização Açoriana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/ Instituto Cultural Português, 1979.

Fontes orais

Arlindo Cardoso de Oliveira. Entrevista concedida a Juliana Mohr dos Santos. Estância do Meio - Arroio do Sal/RS, em 26 de setembro de 2019.

Arthur Martins de Oliveira. Entrevista concedida a Juliana Mohr dos Santos. Balneário Rondinha - Arroio do Sal/RS, em 23 de setembro de 2019.

Benta Medeiros de Mattos. Entrevista concedida a Juliana Mohr dos Santos. Estância do Meio - Arroio do Sal/RS, em 24 de setembro de 2019.

Celestino Faustino Pereira. Entrevista concedida a Juliana Mohr dos Santos. Arroio do Sal/RS, em 24 de setembro de 2019.

José Cardoso de Vargas. Entrevista concedida a Juliana Mohr dos Santos. Estância do Meio - Arroio do Sal/RS, em 26 de setembro de 2019.

Lídia Otília Medeiros de Freitas. Entrevista concedida a Juliana Mohr dos Santos. Estância do Meio - Arroio do Sal/RS, em 19 outubro de 2019.

Maria da Glória Mota Vargas. Entrevista concedida a Juliana Mohr dos Santos. Areias Brancas - Arroio do Sal/RS, em 25 setembro de 2019.

Manoel Martins de Oliveira. Entrevista concedida a Juliana Mohr dos Santos. Balneário Rondinha - Arroio do Sal/RS, em 27 de setembro de 2019.

Arquivos e acervos virtuais

AÇORIANOS NO RS. In: WEBER, Regina. Estudos sobre grupos étnicos no Sul do Brasil: Guia Bibliográfico. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: https://www.ufrgs.br/biblioestudosetnicos/rio-grande-do-sul/acorianos/

Biblioteca Pública Municipal de Arroio do Sal.

FERREIRA, Ana Beatriz Barbosa. As lavadeiras: o viver das águas - revelando os Brasis, a. V. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=sXko-2cYLzo

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/

TRIBUNAL DE JUSTIÇA ELEITORAL. Disponível em: http://www.tre-rs.jus.br/o-tre/memorial-da-justica-eleitoral-gaucha/acervo-do-memorial-da-je-gaucha/resultados-de-eleicoes-1/arroio-do-sal

ZAIB AGÊNCIA DIGITAL. Caminho do vale das águas. Disponível em: http://www.caminhodosvalesedasaguas.com.br/

REGISTROS HISTÓRICOS DA REINVENÇÃO DA FESTA DO DIVINO EM GRAVATAÍ NO ANO DE 2002

Jairton Ortiz da Cruz[1]

A Festa do Divino Espírito Santo, após 29 anos sem ser praticada, foi retomada no ano de 2002 pela comunidade de Gravataí. A tradição[2] é revivida, mas a "nova festa" vem involucrada em outra lógica que é a do mercado do turismo. Ela também está inserida em um contexto cultural açoriano que passou a ser valorizado na atualidade. A Festa do Divino Espírito Santo passa a ser então um produto no calendário festivo de Gravataí que divulga e traz dividendos ao município. A celebração e seu entorno pertencem agora a comerciantes, festeiros, memorialistas, pesquisadores das Festas do Divino e, também, a instituições como a Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS), a Igreja Nossa Senhora dos Anjos e a Prefeitura Municipal através da Fundação Municipal de Arte e Cultura (FUNDARC). Tal constatação nos leva a refletir sobre o avanço da modernidade e a percepção das alterações impulsionadas pela globalização.

Gravataí vai se tornar, na contemporaneidade, uma cidade polo no desenvolvimento industrial. Esse processo iniciado a partir dos anos de 1970 ganhará destaque no panorama socioeconômico sul-rio-grandense. Estes aspectos farão emergir a necessidade de (re)valorizar a cultura histórica gravataiense, reportando-nos às tradições, aos costumes e às suas "identidades"[3], estando entre elas a Festa do Divino Espírito Santo.

1 Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e acadêmico do Curso de Psicologia da Universidade La Salle em Canoas/RS. Residente em Porto Alegre/RS.

2 Esse conceito é apropriado para costurarmos com a Festa do Divino Espírito Santo e sua reinvenção no século XXI. A festa é atualizada pelos seus participantes com novos elementos e rituais. Nesse sentido, Hobsbawn (2014) nos orienta a pensar na "tradição inventada". Entende-se como um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (p. 8).

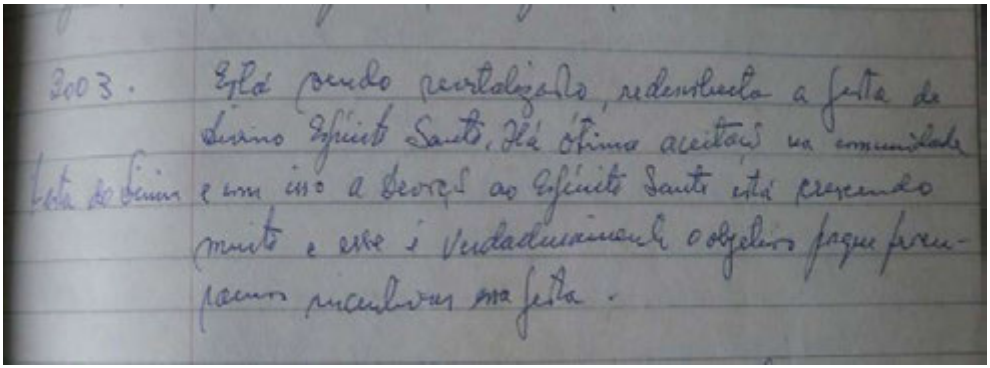
3 Compreendem-se identidades conforme Stuart Hall, como um processo do sujeito pós-moderno, conceituado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. (HALL, 1997, p. 13).

Ao pesquisarmos sobre a cultura de Gravataí, observamos que as práticas culturais da comunidade gravataiense passaram por alterações ao longo de sua história, em meio a mudanças nos campos sociais, políticos e econômicos. Isso afetou diretamente as relações, os comportamentos, os hábitos e os costumes da cidade. Assim, ela passa a ser não mais uma comunidade com hábitos rurais, com o tempo ordenado e a vida "na santa paz", mas, conforme aponta Baumam (2002, p. 36), "[...] ela segue agora outra rotina artificialmente projetada e coercitivamente imposta e monitorada".

Podemos pensar, então, que a comunidade de Gravataí no decorrer de sua história pode ser dividida em dois tempos: o que tinha um estilo de vida rural e era mais sereno e o dos dias atuais, onde a cidade precisa dar conta das transformações ocorridas no seu seio social e jogar com o local e o global, ou seja, abarcar as alterações da modernidade e conectá-las à comunidade, sem perder o norte e, ainda, assegurar a continuidade da tradição local, frente à sociedade de consumo. Nesse sentido é que a tradição é reinventada pelos sujeitos sociais.

Nessa linha de rememoração do festejo, apresentamos um dos registros históricos que fala da retomada da celebração, registrado pelo Padre Monsenhor Aloysio Irineo Flach, no livro Tombo II, referente ao ano de 2003, quando a celebração foi revivida e vem sendo aclamada pela população de Gravataí:

Figura 1 – Livro Tombo II



Fonte: Livro Tombo II, 2003, p. 46.

A Festa do Divino na comunidade (re)significa-se a partir das novas atualizações que foram registradas em um catálogo. Nesta documentação consta o registro fotográfico e os memorandos formulados pela FUNDARC ao incentivar o reinício da celebração na cidade, como consta abaixo:

Na documentação do "Catálogo da Festa do Divino 2002" é apresentado um dos elementos da alteração na festa. Falamos aqui, das "lembranças da Festa do Divino", que eram feitas de modo simples, conforme os recursos gráficos do início do século XX. Como podemos observar na notícia do jornal Correio de Gravataí de 2005, falando sobre a memória do festejo:

Figura 2 – Catálogo da Festa do Divino 2002: resgate da Festa do Espírito Santo

Fonte: Catálogo da Festa do Divino (2002).[4]

Figura 3 – A memória da Festa do Divino: convite de maio de 1926

REIO DE GRAVATAÍ

Cachoeirinha e Glorinha, 14/15 de maio de 2005

MOTEL FAROL

RELIGIÃO

A memória da Festa do Divino

Festa do Divino de Gravataí será neste domingo, na Igreja Matriz. Gente que participou ou que ouviu falar lembra as antigas festas

A Festa do Divino, neste domingo, 9h30min, na Igreja Matriz, faz gente de Gravataí lembrar das antigas comemorações. É o caso de Nilton Miguel de Souza, que guarda entre as relíquias um convite original de 23 de maio de 1926 – edição que teve como patrono Cássio Soares, avô do presidente do Paladino, Cláudio Fonseca, que fala do avô com orgulho.

O festeiro de 1926 era casado com Eulália da Silva Soares (Dona Prapita) e tinha quatro filhos e quatro filhas. Todos participavam da Festa do Divino. Cássio tinha um comércio na esquina da Andapo Gomes com a Coronel Fonseca, num [illegible] ainda existem

Convite de maio de 1926

te, de 1915. "Ele vendia de tudo, desde fazendas e ferramentas até feijão e arroz", conta Eulália Soares da Fonseca, poeta do Clube Literário. "E nos fundos existia um moinho de arroz", recorda o neto Cláudio

Claudio Fonseca

dio. "Lembro que a gente chegava na casa do vô e já sabia se ele estava, por causa do perfume da Glostora (marca de brilhantina) que ele usava e pelo cheiro perfumado dos charutos que fumava. A vó era mais severa com a gente. Mas o vô nos protegia em tudo", recorda. Dona Eulália faleceu aos 103 anos.

Fonte: Jornal Correio de Gravataí, 2005.

4 A referência de catálogo foi nomeada por nós, por assim estar estruturado com a documentação da Festa do Divino Espírito Santo, no ano de sua retomada em 2002.

No centro do documento, a imagem da lembrança da celebração, denominada na notícia do "convite de maio de 1926", permite verificar que o material gráfico não dispunha de grandes recursos, sendo impresso em preto e branco. Ao chegarmos ao século XXI quando temos as gráficas possuidoras de tecnologia avançada, são produzidos fôlderes elaborados com recursos digitais. Seguem, abaixo, exemplos do material impresso sobre a festividade: o primeiro em 2002, e em sequência, 2003, 2004, 2006, 2010 e 2014:

Figura 4 – Fôlderes da Festa do Divino Espírito Santo

Fonte: acervo do autor.

Os fôlderes são registros da força que a celebração do Divino conquistou, ou melhor, retomou no espaço social da cidade de Gravataí. É interessante observar que a cada ano, após a restauração da prática festiva, a publicação desse material gráfico segue um aprimoramento do design. Isto nos indica que o investimento econômico vem sendo crescente por parte das instituições envolvidas no festejo.

Nesse sentido, apontamos uma das instituições que teve um papel importante na revalorização da festa: a CAERGS (Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul), fundada no ano de 2003, com o propósito de resgatar as raízes açorianas da comunidade de Gravataí, bem como de promover a valorização e divulgação da açorianidade no mundo por meio do apoio a estudos e pesquisas sobre o tema.

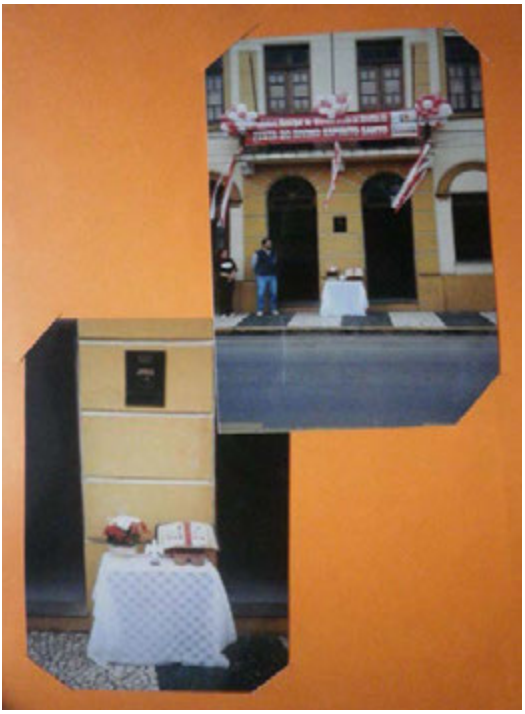
Figura 5 – Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS). Gravataí/RS

Fonte: acervo do autor, 2007.

A CAERGS faz parte das onze casas existentes no mundo que buscam representar a cultura açoriana e promovem diferentes ações culturais e educacionais, no sentido de reviver a tradição dos ilhéus nas localidades por onde passaram.

Temos, ainda, a Prefeitura Municipal de Gravataí (PMG), que reconhece a festividade como parte da história da cidade, havendo a participação e o incentivo do poder executivo na promoção do evento. Esta informação fica clara na imagem ao lado.

Figura 6 – Catálogo da Festa do Divino em 2002. Prefeitura de Gravataí

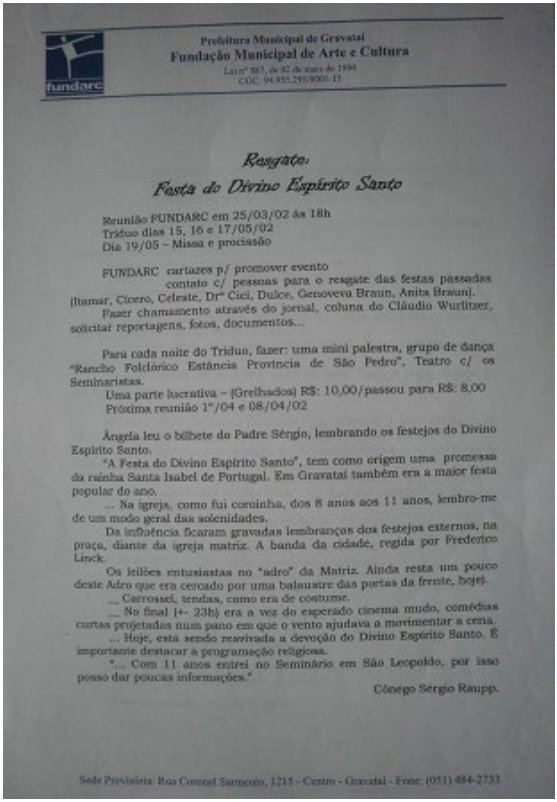


Fonte: acervo do autor.

A fotografia mostra não apenas um discurso de apoio, mas a materialização do mesmo, com a Prefeitura de Gravataí ornamentada com faixa, balões e um pequeno altar em louvor ao Espírito Santo, significando sua adesão ao evento. Devemos registrar que o apoio

não fica somente na manifestação alegórica referida, mas em ações políticas, como a criação de uma comissão chamada "Resgate: Festa do Divino Espírito Santo", via FUNDARC, como ilustrado no ofício que segue:

Figura 7 – Catálogo da Festa do Divino de 2002. Memorando da FUNDARC sobre a comissão de "Resgate: Festa do Divino Espírito Santo"



Prefeitura Municipal de Gravataí
Fundação Municipal de Arte e Cultura
Lei nº 885, de 02 de maio de 1990
CGC: 94.855.291/0001-15

fundarc

Resgate:
Festa do Divino Espírito Santo

Reunião FUNDARC em 25/03/02 às 18h
Tríduo dias 15, 16 e 17/05/02
Dia 19/05 – Missa e procissão

FUNDARC cartazes p/ promover evento
contato c/ pessoas para o resgate das festas passadas (Itamar, Cícero, Celeste, Drª Cici, Dulce, Genoveva Braun, Anita Braun).
Fazer chamamento através do jornal, coluna do Cláudio Wurlitzer, solicitar reportagens, fotos, documentos...

Para cada noite do Tríduo, fazer: uma mini palestra, grupo de dança "Rancho Folclórico Estância Província de São Pedro", Teatro c/ os Seminaristas.
Uma parte lucrativa – (Grelhados) R$: 10,00/passou para R$: 8,00
Próxima reunião 1º/04 e 08/04/02

Ângela leu o bilhete do Padre Sérgio, lembrando os festejos do Divino Espírito Santo.
"A Festa do Divino Espírito Santo", tem como origem uma promessa da rainha Santa Isabel de Portugal. Em Gravataí também era a maior festa popular do ano.
... Na igreja, como fui coroinha, dos 8 anos aos 11 anos, lembro-me de um modo geral das solenidades.
Da infância ficaram gravadas lembranças dos festejos externos, na praça, diante da igreja matriz. A banda da cidade, regida por Frederico Linck.
Os leilões entusiastas no "adro" da Matriz. Ainda resta um pouco deste Adro que era cercado por uma balaustre das portas da frente, hoje).
__ Carrossel, tendas, como era de costume.
__ No final (+- 23h) era a vez do esperado cinema mudo, comédias curtas projetadas num pano em que o vento ajudava a movimentar a cena.
... Hoje, está sendo reavivada a devoção do Divino Espírito Santo. É importante destacar a programação religiosa.
"... Com 11 anos entrei no Seminário em São Leopoldo, por isso posso dar poucas informações."

Cônego Sérgio Raupp.

Sede Provisória: Rua Coronel Sarmento, 1215 - Centro - Gravataí - Fone: (051) 484-2733

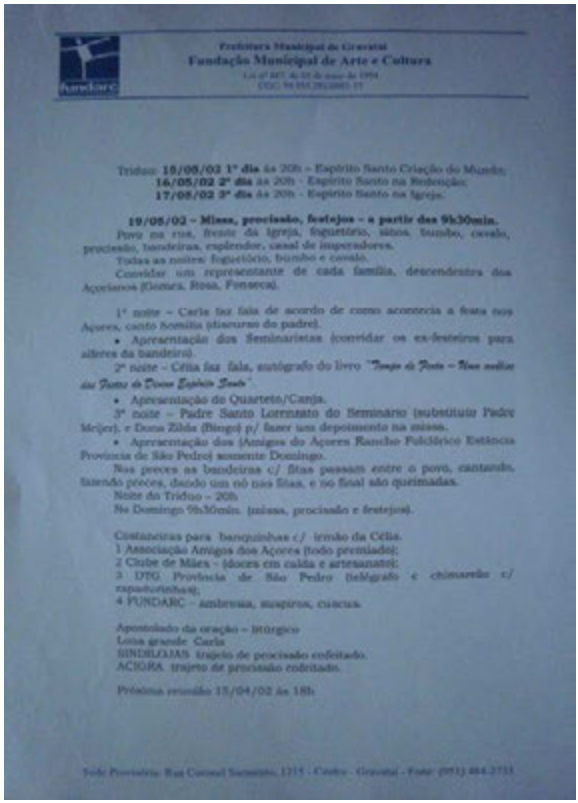
Fonte: acervo do autor.

O memorando, acima, apresenta as ações da FUNDARC e a mobilização dos grupos sociais em restaurar o festejo, como também quer levantar fundos para a Igreja Nossa Senhora dos Anjos, no sentido de continuar as suas ações sociais. Além disso, traz à tona as memórias do Cônego Sérgio Raupp, carregadas de lembranças da festa do seu tempo de criança. Neste sentido, conforme Jacques Le Goff[5] (1996), o documento referido também assume um caráter de monumento.

5 LE GOFF, Jacques. *História e memória.* Campinas: UNICAMP, 1996. ["Documento/Monumento", p. 535-553].

Outro documento descrimina a programação da festa, além de apresentar os grupos sociais que estavam presentes na organização da celebração, como segue abaixo:

Figura 8 – Catálogo da Festa do Divino de 2002. Memorando da FUNDARC sobre a comissão de "Resgate: Festa do Divino Espírito Santo"



Prefeitura Municipal de Gravataí
Fundação Municipal de Arte e Cultura

Tríduo: **15/05/02 1º dia** às 20h – Espírito Santo Criação do Mundo;
16/05/02 2º dia às 20h - Espírito Santo na Redenção;
17/05/02 3º dia às 20h - Espírito Santo na Igreja.

19/05/02 – Missa, procissão, festejos – a partir das 9h30min.
Povo na rua, frente da igreja, foguetório, sinos, bumbo, cavalo, procissão, bandeiras, esplendor, canal de imperadores.
Todas as noites: foguetório, bumbo e cavalo.
Convidar um representante de cada família, descendentes dos Açorianos (Gomes, Rosa, Fonseca).

1ª noite – Carla faz fala de acordo de como acontecia a festa nos Açores, canto homilia (discurso do padre).
• Apresentação dos Seminaristas (convidar os ex-festeiros para alferes da bandeira).
2ª noite – Célia faz fala, autógrafo do livro "*Tempo de Festa – Nas malhas das Festas do Divino Espírito Santo*".
• Apresentação do Quarteto/Carija.
3ª noite – Padre Santo Lorrinato do Seminário (substituto Padre Meijer), e Dona Zilda (Bingo) p/ fazer um depoimento na missa.
• Apresentação dos (Amigos do Açores Rancho Folclórico Estância Província de São Pedro) somente Domingo.
Nas preces as bandeiras c/ fitas passam entre o povo, cantando, fazendo preces, dando um nó nas fitas, e no final são queimadas.
Noite do Tríduo – 20h
No Domingo 9h30min. (missa, procissão e festejos).

Contaneiras para banquinhas c/ irmão da Célia.
1 Associação Amigos dos Açores (todo premiado);
2 Clube de Mães - (doces em calda e artesanato);
3 DTG Província de São Pedro (bebigrão e churrasco c/ rapaduriinhas);
4 FUNDARC – amêndoas, amapiros, cuscus.

Apostolado da oração – litúrgico
Lona grande Carla
SINDILOJAS trajeto de procissão confeitado.
ACIGRA trajeto de procissão confeitado.

Próxima reunião 15/04/02 às 18h

Sede Provisória: Rua Coronel Sarmento, 1315 - Centro - Gravataí - Fone: (051) 484.2733

Fonte: acervo do autor.

O documento apresenta duas informações importantes para relação da festa com o passado açoriano, na medida em que dá destaque ao convite às famílias descendentes de açorianos da cidade, e, também, quando informa sobre a colaboração de associações de comerciantes (Sindicato dos Lojistas/SINDLOJAS e Associação Comercial, Industrial e de Serviços de GravataíACIGRA[6]) de que estarão colaborando com a festividade.

6 Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Gravataí, fundada em 26 de agosto de 1928. Associação empresarial que atua representando e defendendo os interesses das empresas da cidade. Disponível em <http://interative.cc/portfolio/acigra/>. Acesso em: 27 out. 2014.

Os registros históricos apresentados ao longo do texto revelam a dimensão da Festa do Divino Espírito Santo na cidade de Gravataí/RS, como também a reinvenção da celebração por parte de diferentes grupos sociais, marcando o tempo da festa, a manutenção de uma memória festiva e a importância histórico-cultural do festejo para comunidade. Todos estes elementos contribuem para a escrita da história do legado açoriano no Rio Grande do Sul.

Considerações finais

A Festa do Divino Espirito Santo em Gravataí foi retomada no ano de 2002 por grupos sociais, instituições púbicas e privadas por reconhecerem a festividade como parte da cultura local, marcada pela contribuição das práticas culturais açorianas no Rio Grande do Sul.

Neste contexto, procuramos desenvolver uma narrativa que apresentasse a retomada da Festa do Divino na cidade com diferentes elementos e atores sociais, bem como através dos registros históricos que seguíssemos uma linha de reflexão em relação à importância da festividade para comunidade de Gravataí.

Sendo assim, a festa é uma tradição cultural açoriana que fala das relações sociais, das praticas culturais e do saber-fazer da comunidade; todos estes elementos criam a dimensão da celebração no espaço geográfico e social da cidade.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade:* a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HOBSBAWN, Eric J. *A invenção das tradições.* 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

LE GOFF, Jacques et al. *História e memória.* 4. ed., Campinas: UNICAMP, 1996.

Fontes documentais

Acervo do autor.

Livro Tombo II, 2003. Paróquia Nossa Senhora dos Anjos. Gravataí/RS.

AÇORIANIDADE NORTE-LITORÂNEA

ANTONIO CARLOS MACIEL MONTEIRO[1]

As primeiras famílias a desembarcarem no sul do Brasil, oriundas do Arquipélago dos Açores, em Portugal, contribuíram para a construção da identidade, para o desenvolvimento econômico e para a formação cultural do Rio Grande do Sul.

Recordando, os Açores é formado por nove ilhas, está localizado no Atlântico Norte e fica a 800 milhas da costa de Portugal.

A história da imigração açoriana começa em 1494, com o Tratado de Tordesilhas, que dividiu o território brasileiro entre Espanha e Portugal, sendo que o Rio Grande do Sul foi destinado aos espanhóis. A partir do Tratado de Madri, assinado em 1750, substituiu acordos anteriores e definiu novas fronteiras: a Colônia de Sacramento, no Uruguai, foi destinada à Espanha, e o oeste do Rio Grande do Sul, onde estavam localizados os Sete Povos das Missões, a Portugal. Para garantir a posse dos Sete Povos e colonizar a região, os portugueses mandariam para lá casais açorianos.

Os açorianos no Rio Grande do Sul

Mesmo antes da grande diáspora açoriana, já havia no Rio Grande do Sul os primeiros registros de terras em mãos de açorianos. No território, onde hoje está localizado o município de Santo Antônio da Patrulha, no Litoral Norte do Estado, encontram-se terras em nome dos açorianos Manoel de Barros Pereira – vindo da ilha de Santa Maria –, proprietário junto à lagoa que leva seu nome, Lagoa dos Barros, e Francisco Silveira, que tinha posse na Costa da Miraguaia.

O ano de 1752 marca o início da grande imigração açoriana para o Rio Grande do Sul. Famílias açorianas partiram, inicialmente, do Arquipélago dos Açores, entre 1747 e 1753 para povoar terras e constituir uma nova pátria no extremo sul da América Meridional. O objetivo do Império

1 Vice-prefeito de Santo Antônio da Patrulha, entre 1997 e 2000, fundador da Moenda da Canção e membro do Conselho Municipal de Cultura de Santo Antônio da Patrulha.

Português em trazer famílias para a Capitania de São Pedro do Sul era garantir o rápido povoamento do território, que dispunha de muitas terras e de poucas pessoas para sua colonização.

Estima-se que 6.300 açorianos foram trazidos para o extremo-sul brasileiro, partir de 1748, e a seguir muitos outros, vieram, inclusive no século XIX. É considerada a maior diáspora açoriana dirigida ao Brasil. Grande parte dos ilhéus vieram para o Rio Grande do Sul, conforme pesquisas mais recentes. Parcela deles instalou-se em Santo Antônio da Patrulha, o que foi determinante para a formação da cultura, da religiosidade, da economia e de diversos outros aspectos que são genuínos e singulares à açorianidade do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

A identidade cultural do Litoral Norte

Para além de Santo Antônio da Patrulha, o Litoral Norte do Rio Grande do Sul recebeu grande número de imigrantes açorianos que influenciaram a formação da cultura regional. Essa identidade traz suas influências nas atividades econômicas e turísticas da região até os dias atuais, como as diferentes festas religiosas e a musicalidade difundida nos festivais da Moenda da Canção realizados anualmente no município.

Vários aspectos envolveram a construção da identidade cultural açoriana do Litoral Norte do estado e, de certa forma, ajudam a explicar as particularidades locais. Assim, a partir do estudo da açorianidade do Litoral Norte, é possível perceber que a formação da identidade e da cultura de uma região está sempre em movimento.

Religiosidade como elemento central

A colonização açoriana no Rio Grande do Sul teve a religiosidade como um dos elementos centrais. Em sua maioria católicos praticantes, os açorianos reuniam-se em torno de amigos e familiares em salões paroquiais. Tanto as ocasiões religiosas como as sociais eram realizadas nesses locais.

Alguns contrapontos podem ser feitos com outras culturas, como a alemã, que foi construída a partir dos clubes de canto, ou a italiana, que se reunia nas canchas para o jogo de bocha.

Em Santo Antônio da Patrulha, a identidade açoriana é marcante nos hábitos, nos costumes e na religiosidade. O município chegou a ter cerca de 200 festas religiosas. Ainda há muitos salões paroquiais, que, inicial-

mente, cumpriam com a função social de reunião de familiares e amigos em bailes, festejos populares e festas de santos.

Para ilustrar a influência da religiosidade açoriana na formação cultural do Litoral Norte, pode-se citar os Tropeiros do Divino que coletam doações para a Festa do Divino até hoje. Ainda é comum tamboreiros com os cavaleiros circularem durante os festejos. Nos Açores, o tamboreiro ia a pé; aqui, a cavalo. Fez-se uma mescla das duas culturas.

O novo cristão

Algumas tradições, como a Coberta D'alma, são por alguns consideradas de base açoriana. Mais comum entre os homens, mas também praticada por mulheres, o costume trata da doação de objetos pessoais e roupas de um familiar falecido a um amigo, a um parente ou a uma pessoa da comunidade. Pesquisas vêm mostrando que esse rito de passagem da vida para a morte tem influência judaica, assim como o Pão por Deus e alguns hábitos como não acender fogo no dia do falecimento de um familiar.

Judeus chegados ao Rio Grande do Sul, alguns eram de origem açoriana.

O 'novo cristão' tem marcas claras do judaísmo que renunciou. Então, açorianos de origem judaica ao se deslocarem para a nova terra não esqueceram suas raízes. Em Santo Antônio da Patrulha, ainda é possível encontrar lápides com a estrela de Davi, indicando a data de nascimento e a cruz de Cristo e o dia do falecimento. Um exemplar encontra-se no Museu Antropológico Caldas Júnior, na cidade de Santo Antônio da Patrulha.

As insularidades na formação cultural

A insularidade é definida pela condição de ser ilhéu, de estar isolado, de não ter comunicação com o continente. Os açorianos, em sua terra natal, eram agricultores que cultivavam trigo e tiravam dele a sua subsistência. Com a perda da fertilidade dos solos, principalmente depois de calamidades naturais, a queda da produção de trigo, as dificuldades comerciais e econômicas e a fome, a vinda para o Brasil foi movida pela necessidade e pela crença em uma vida melhor.

Uma das características da insularidade é tirar o produto da terra e prepará-lo até a venda. O ilhéu plantava, colhia e preparava o trigo para comer, senão morria de fome. Tirava da terra e deixava pronto para o consumo. Essa característica acompanha o habitante do Litoral Norte até hoje com outra cultura que identifica o município, a cana de açúcar.

Da cana produz-se açúcar, açúcar mascavo, açúcar meio termo, esfregado, escorrido, cachaça. Até 1960, o açúcar consumido em Santa Catarina e no Paraná era produzido nessa região.

A tradição da rapadura

Santo Antônio da Patrulha chegou a ser um município, com forte representação manufatureira no Estado, pelo número expressivo de engenhos de cana de açúcar em seu território, instalados desde o século XVIII. Neste cenário, os açorianos foram seus difusores, como os continentais, e os alemães chegados depois, sobretudo para atender às demandas dos tropeiros em circulação no Litoral Norte e nos campos de Cima da Serra.

Atualmente, existem diversas fábricas de rapadura a partir do melado de cana e de derivados de amendoim e de coco, uma tradição muito forte na região, superando a produção de rapadura do nordeste brasileiro. As fábricas de rapadura do Litoral Norte geram milhares de empregos e refletem fortemente suas tradições, também na atividade econômica da região.

A insularidade no folclore

A insularidade também vai aparecer no folclore. Alguns hábitos ainda resistem, mas estão desaparecendo com a vida moderna, como a Mesa de Inocentes e o Terno de Reis. Nesses costumes, já era possível perceber que os açorianos não eram todos iguais, pois há diferenças entre os distintos grupos de ilhas que formam o Arquipélago dos Açores.

A tradição do Terno de Reis, da área do campo até Tapes, no Rio Grande do Sul, é realizada com gaita. Já o Terno de Reis da zona próxima dos morros é com violino. Essas peculiaridades são características das ilhas, de onde vieram os colonizadores açorianos.

Ainda hoje, é comum o morador do interior de Santo Antônio da Patrulha não se dizer ‘açoriano’, mas dizer-se ‘ilhéu’. Quando os imigrantes vieram para o Brasil, eles não tinham a ideia coletiva da formação de arquipélago. Cada núcleo ou família era originária de uma ilha e dessa forma carregaram para cá suas histórias e tradições.

A Moenda da Canção

A Moenda da Canção Nativa é um festival de música que acontece oficialmente em Santo Antônio da Patrulha, desde agosto de 1987. O

evento surgiu como uma novidade no cenário dos festivais do Rio Grande do Sul, pois trazia as peculiaridades da musicalidade do Litoral Norte gaúcho. Músicos locais pesquisaram e apresentaram sons e melodias que resgataram a música e o folclore regional, recuperando elementos das tradições afro e açoriana.

Na nona edição, o festival perdeu o rótulo de Nativa. Assim, a Moenda da Canção abriu-se para a cena musical brasileira e sul-americana, e tornou-se palco para variados ritmos e melodias.

O festival foi criado para resgatar a história, a cultura, o folclore e a religiosidade de Santo Antônio da Patrulha, pois o povoamento do Rio Grande do Sul começou com a imigração açoriana nessa região.

O palco da Moenda tem desempenhado um papel importante na difusão da história e cultura açoriana, através das letras e músicas apresentadas, ao longo da trajetória do festival.

A riqueza da formação cultural

Ao pesquisar elementos para a criação da Moenda da Canção Nativa, encontrou-se aspectos marcadamente açorianos, como os cantares. Mas, outros elementos não açorianos também surgiram, mostrando a riqueza da formação cultural do Litoral Norte.

Além das tradições judaicas e dos costumes carijós, o Litoral Norte é uma região de influência africana. Há registros de que Margarida Exaltação da Cruz, filha do açoriano Manoel de Barros Pereira, nascido na ilha de Santa Maria, junto com seu marido Inácio Mendonça, mandaram erigir uma capela, dando início à vida religiosa com um padre atuando na área da Guarda Velha de Viamão, um dos primeiros nomes do povoado de Santo Antônio da Patrulha.

Essa mescla multiétnica caracteriza a riqueza da formação cultural de nosso município, onde a açorianidade é uma marca peculiar e muito representativa, cuja herança mostra visibilidades no seu cotidiano. Seu reconhecimento e valorização vem se destacando nos projetos e ações de desenvolvimento local e de empreendimentos de turismo.

Referências

NEIS, Ruben. *Guarda Velha de Viamão:* no Rio Grande miscigenado, surge Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre: EST; Sulina, 1975.

PIAZZA, Walter F. *A epopeia açórico-madeirense:* 1748-1756. Florianópolis: UFSC; Lunardelli, 1992.

UM OLHAR SOBRE AS CALÇADAS PORTUGUESAS DE PORTO ALEGRE

Alice Rigoni Jacques[1]
Lucélia Adami Nunes[2]

> "Uma cidade precisa ser construída todos os dias, pedrinha por pedrinha, tal como os mestres calceteiros nos ensinaram ao longo da história das cidades. A força de cada pedrinha decorre da força do sistema como um todo gerado pelo fato de todas as pedrinhas compartilharem, solidárias, o mesmo projeto da cidade".
>
> *Cristovão Duarte (s/d)*

Introdução

Calçada portuguesa, ou mosaico português, é o nome consagrado de um determinado revestimento de piso, utilizado na pavimentação de passeios e espaços públicos. Essa arte em pedra foi iniciada em Portugal no século XIX, e é realizada pelos mestres calceteiros, também conhecidos como ourives do chão. Com suas mãos ágeis, sem utilizar máquinas, lapidam pedras com cuidado, procurando encontrar o local exato para firmá-las. Um trabalho que exige atenção, sensibilidade e muito talento.

Desenham nas ruas mais do que simples pedras, lembranças, legado. Esse trabalho teve início no Brasil em 1905, quando foram trazidos de Portugal calceteiros e pedras portuguesas nas cores branca e preta para construir as calçadas do Teatro Amazonas, em Manaus. O desenho

1 Graduada em Pedagogia/Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai, mestre em Educação/ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, doutora em Educação/Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, coordenadora do Memorial do Colégio Farroupilha de Porto Alegre/RS.

2 Pós-Graduada em Ginástica para academias/UFRGS, licenciada e bacharel em Educação Física/ UFRGS e licenciada em Dança/UFRGS. É bailarina do Conjunto de Folclore Internacional "Os Gaúchos". Coordenou as três primeiras edições do Concurso Escolar Luso-Brasileiro promovida pela Sala Açoriana Antero de Quental, durante sua gestão, de 2013 a 2016, na Coordenação da Sala Açoriana de mesmo nome. É professora do Colégio Farroupilha, onde desenvolve projetos da cultura açoriana com as turmas de 3º ano do Ensino Fundamental.

realizado forma ondas do mar – simbolizando o encontro do rio Negro com o rio Solimões. Em 1906, a construção do primeiro calçadão de Copacabana, no Rio de Janeiro, marcou a relação existente entre Brasil e Portugal. Essas duas obras foram realizadas por mestres calceteiros vindos de Portugal.

Em Porto Alegre, as calçadas portuguesas foram executadas mais tarde, mas também no início do século XX, e conservam os traços da arte portuguesa, reflexo lusitano, resquícios do início da cidade. A partir do século XX, iniciou-se a pavimentação da Praça da Matriz e todo seu entorno com as calçadas portuguesas. Diversos desenhos com ou sem simetria foram montados pelos mestres calceteiros, utilizando pedras irregulares de basalto e calcário em diversas calçadas de bairros de Porto Alegre.

Ao caminhar pelas ruas de Porto Alegre, deparamo-nos com estas calçadas portuguesas, que fazem parte do passado e continuam presentes em nossa cidade. O projeto "Um olhar sobre as calçadas portuguesas de Porto Alegre", desenvolvido com os 3º anos do Colégio Farroupilha, surgiu para complementar os estudos da matriz curricular. Além de proporcionar aos estudantes conhecer a história da cidade, desde a chegada dos casais açorianos até os dias de hoje, o projeto tem como objetivo incentivar, reconhecer e valorizar o patrimônio histórico e cultural de herança portuguesa por meio das calçadas. Através de uma metodologia própria criamos uma nova forma de introduzir os estudos da cidade e o povoamento açoriano. A proposta desenvolvida junto aos estudantes propicia conhecer e valorizar a história, nossas raízes açorianas e o patrimônio cultural da cidade em que vivem e que aprenderam a amar. Por meio da cultura açoriana, tendo como fio condutor as calçadas portuguesas, o projeto visa o compartilhamento das práticas desenvolvidas em nossa escola.

A cultura açoriana no Colégio Farroupilha

> Atravessar a ponte de pedras
> resistindo ao mundo moderno
> parece até um quadro
> emoldurado,
> o monumento e a ponte construídos
> há muitos...
> há muitos anos.
> (Hermes Bernardi Júnior, 1998).

No Colégio Farroupilha de Porto Alegre, desde 1991, a cultura açoriana é objeto de conhecimento de estudo das turmas do 3º ano do Ensino Fundamental. Em 2002, com a criação do Memorial,[3] o projeto passou a ser articulado com este lugar de memória, onde a cultura dos Açores foi apresentada de forma mais abrangente nas atividades promovidas junto aos estudantes. Ao longo dos anos, o projeto foi sendo aprimorado e novos elementos foram sendo incorporados no trabalho curricular, como por exemplo, a criação do espaço "Encanto Açoriano", no memorial da escola, com a exposição de vários elementos da cultura açoriana (artesanato, livros, vestimenta, etc.).

Em 2019, o projeto passou a explorar também as calçadas portuguesas de Porto Alegre. De lá para cá, o projeto tornou-se interdisciplinar. As atividades estão sendo realizadas e contempladas em todos os componentes curriculares presentes na matriz do 3º ano (Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Música, Artes Visuais, Educação Física e Língua Inglesa). Para inserimos o estudo sobre as calçadas portuguesas, como objeto de conhecimento, uma análise sobre patrimônio foi necessária, pois entendemos, segundo Meneses (1992) que buscar a história nas coisas, nos traz o foco na sociedade e nas relações sociais que são construídas pela educação. Ao levarmos para discussão, em sala de aula, a noção de patrimônio, contribuímos para pensá-lo como objeto de inves-

Figura 1 – Espaço Encanto Açoriano

Fonte: acervo do Memorial do Colégio Farroupilha.

3 O Memorial do Colégio Farroupilha foi fundado em 05 de junho de 2002. É considerado um espaço museológico, pedagógico e de pesquisa, que possibilita uma variedade de temas e objetos para analisar a trajetória de uma instituição de mais de 160 anos, configurando-se como um patrimônio cultural escolar importante e emblemático da história da educação da cidade de Porto Alegre e do estado do Rio Grande do Sul (BASTOS; JACQUES, 2014, p. 49).

tigação acadêmica e como campo de ação cultural. Assim, de acordo com Possamai "os patrimônios precisam ser estudados, usados, criticados e desconstruídos para então alcançar relevância social" (2012, p. 119).

Na sala de aula com as professoras titulares de cada turma, os estudantes aprendem sobre a história de Porto Alegre, em específico sobre a formação da cidade com a vinda de casais açorianos a partir de 1752. Por meio de um city-tour, os estudantes visitam os monumentos, os pontos turísticos e as calçadas nos quais estão inseridos. Em sala de aula, constroem um texto coletivo sobre a experiência vivenciada na saída de estudos.

O memorial sendo um espaço pedagógico, com seu patrimônio educativo preservado, organizado e disponibilizado, promove oficinas,[4] trazendo para os estudantes informações sobre: quem é o açoriano; conceito de arquipélago e a formação e localização das nove ilhas do Arquipélago Açores; apresentação das bandeiras de Portugal, Açores e Brasil; qualidades do povo açoriano; curiosidade sobre o pássaro açor; emigração para o Brasil; cidades fundadas pelos açorianos; famílias açorianas (estudo dos sobrenomes); espaços construídos em homenagem aos açorianos; gastronomia. Em um circuito lúdico, os estudantes são convidados a navegar pelas nove ilhas do arquipélago e participar de atividades que se relacionam a aspectos e costumes dos Açores (calçadas portuguesas, azulejos, bandeira do Divino, colcha de retalhos, Pão-por-Deus ou papel rendilhado, etc.

Na música, os estudantes conhecem a letra e a melodia do Hino de Porto Alegre, de autoria de Breno Outeiral, e visitam a história pela complexidade da música porto-alegrense. Aspectos da cidade são destacados também nas músicas de Kleiton e Kledir que reverenciam o pôr do sol do Guaíba. Compor suas músicas sobre a cidade é um desafio para os estudantes que exercitam os conceitos musicais de forma simultânea e coletiva, trabalhando em equipe e desenvolvendo habilidades musicais que se refletem na percepção de mundo, compreensão polifônica, resolução de problemas e produção musical.

Em Educação Física os estudantes têm experiências com as danças folclóricas do Arquipélago dos Açores, as quais servem como inspiração para as danças gaúchas, pois entendemos que a dança auxilia na repre-

4 As oficinas pedagógicas promovidas estão baseadas na obra "Açores: nossas origens nas ilhas de encanto (2018).

sentação das histórias e culturas de povos e seus ancestrais, no caso, o legado dos açorianos nas origens da formação do povo gaúcho.

Nas aulas de Inglês, em consonância com as habilidades linguísticas previstas, os estudantes são instigados a estabelecer conexões interculturais e interlinguísticas com as demais disciplinas do ano. Exploração de vídeos em língua inglesa, apresentando o interior e o exterior de casas açorianas, realização de desenhos e pintura de casas em estilo açoriano têm sido oportunizados aos estudantes com vistas a descreverem suas ilustrações em língua inglesa, colocando em prática o aprendizado sobre vocabulário e estruturas gramaticais que estudam.

Nas visitas das turmas à Biblioteca do Colégio, os estudantes vivenciam a cidade, por meio das lendas. A lenda das Setes Cidades faz parte deste circuito, pois se entende que as mesmas, "transmitem e ensinam novas formas sociais de comportamento, veiculando informações que são transmitidas de geração a geração, ou seja, as lendas preservam e comunicam tradições" (GOMES et al., 2010, p. 120).

Após a realização do city-tour pela cidade, nas aulas de Tecnologia Educacional e Computação, os estudantes utilizam um *Ipad*, uma folha -registro e cartões impressos com um QR Code que os direciona para um site seguro de pesquisa com imagens de alguns lugares visitados. Depois de acessar o material disponibilizado, cada estudante registra fatos importantes da pesquisa e desenha o ponto turístico e o monumento selecionado. No final da atividade, realizam um Game Show "Kahoot" sobre as pesquisas realizadas.

Nas evidências apresentadas na realização do projeto, onde as diferentes disciplinas se integram, a interdisciplinaridade está presente. A partir dessa costura, sobre o objeto de conhecimento estudado, inserimos ferramentas para enriquecer a visão de mundo dos estudantes. A partir dessa abordagem, os estudantes compreendem que um mesmo fato ou tema pode ser observado e estudado a partir de diferentes pontos de vista. Assim, a interdisciplinaridade possibilita a quebra de paradigmas, ultrapassa a sua área de formação para novos olhares sobre a forma de pensar um objeto de estudo, principalmente no despertar do trabalho em equipe, tornando as práticas em sala de aula momentos de debates, reflexões e olhares diferentes sobre temas como diversidade cultural.

As calçadas portuguesas

Pedacinhos de calcário e basalto
ali entrerrados
para conforto dos pés
e regalo dos olhos
pedras brancas
e pedras pretas,
calcário e basalto,
trabalho de calceteiros que,
de cócoras e com
seus martelos pontiagudos
e paciência de cão velho,
ali tricotaram
belíssimos padrões.
(Antonio Mota, 2010).

No final dos anos 1990, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) da Educação Básica definiram não apenas a necessidade de valorizar o patrimônio e a diversidade cultural brasileira, quanto situou essa exigência como forma de fortalecimento da cidadania e da democracia (POSSAMAI, 2018, p. 35). Assim, entendemos que inserir as calçadas portuguesas como objeto de conhecimento, faz com que voltemos nosso olhar para o patrimônio da cidade, valorizando, preservando e divulgando este lugar que nos acolhe todos os dias.

Dessa forma, o estudo das calçadas inicia com a apresentação nas aulas de Artes Visuais de uma série de registros fotográficos de variadas calçadas portuguesas, localizadas em diversos bairros da capital gaúcha. A análise das imagens aponta não apenas os aspectos técnicos, como a interpretação das figuras desenhadas a partir da disposição das pedras no chão. A leitura de imagem coletiva identifica as cores presentes nas calçadas, a simetria e repetição de padrões característicos. As imagens de calçadas antigas e contemporâneas permitem a realização de um paralelo entre os estilos de desenho em sintonia com a arquitetura das construções que os contornava. Vídeos de reportagens televisivas expõem o trabalho dos calceteiros, ampliando a compreensão do processo criativo e braçal que resulta nas paginações que encantam quem transita pelas calçadas.

Inspirados pelas referências visuais da aula expositiva e na observação das calçadas durante o city-tour, os estudantes desenham os padrões e as figuras que mais chamam a atenção, como uma espécie de registro do que foi apreendido. Também são convidados a observar e a fotografar as calçadas que encontram pelas ruas. Muitos trazem seus registros e apresentam para os colegas nas aulas seguintes. Um varal com os desenhos e com as fotografias impressas e reveladas é montado na sala de Artes. A sensibilização em aula estimula o olhar dos estudantes, para a percepção dos espaços por onde passam, mais precisamente, por onde pisam, envolvendo também as famílias no estudo e na identificação das calçadas portuguesas.

Individualmente, em duplas ou trios, os estudantes iniciam o projeto de uma calçada ao estilo português. Desenham em folha A4 com lápis grafite e, posteriormente, preenchem os espaços com papel picado nas cores vermelha, branca e preta, além de cascas de ovos limpas recolhidas nos refeitórios da escola para a atividade. A colagem remete à técnica do mosaico, em que os desenhos das figuras são delimitados pelas cores utilizadas, sem a necessidade de um contorno.

Uma segunda mostra de imagens na aula de Artes Visuais revela calçadas portuguesas, já danificadas, iniciando a reflexão e promovendo o debate sobre a necessidade de preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre. Nesse viés, o trabalho realizado pelos restauradores é discutido e induz à questão: o que nós podemos fazer para a melhoria das calçadas portuguesas de Porto Alegre? A pergunta provoca os estudantes a verem-se como integrantes e, portanto, responsáveis pela cidade. Não apenas apontando um problema, mas instigando a reflexão de soluções e ações possíveis.

Os trabalhos de Artes são reunidos e compõem um único painel que, remetendo à uma calçada portuguesa, é colado no piso da escola e protegido com papel *contact*.

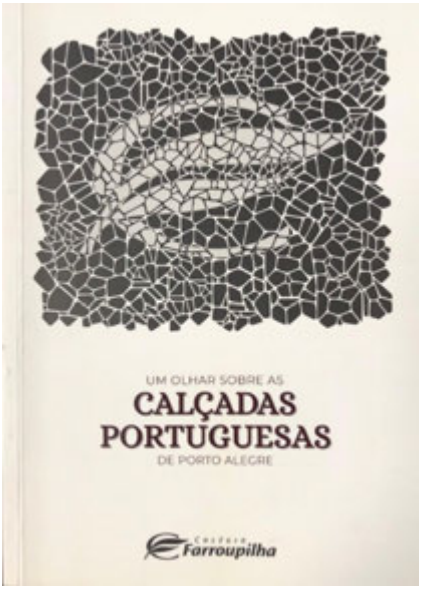
Em 2019, o projeto teve sua culminância com a realização de um livro intitulado “Um olhar sobre as calçadas portuguesas de Porto Alegre”, e lançado na 65ª Feira do Livro de Porto Alegre. A obra é um dos resultados de um projeto interdisciplinar desenvolvido com as turmas do 3º ano do Ensino Fundamental. Um convite para conhecer a história de Porto Alegre e reconhecê-la enquanto se caminha pela cidade.

Também, no mesmo ano, foi construída a calçada portuguesa nas dependências do Colégio Farroupilha. A técnica empregada foi a mesma utilizada nas primeiras calçadas portuguesas da nossa capital. A arte realizada remete ao arabesco de ferro que ornamentava a fachada principal do Velho Casarão,[5] primeira sede do Colégio Farroupilha na Av. Alberto Bins, onde atualmente está localizado o Hotel Plaza São Rafael.

Figura 3 – Calçada portuguesa do Colégio Farroupilha

Fonte: Memorial do Colégio Farroupilha.

Figura 2 – Livro "Um olhar sobre as calçadas portuguesas de Porto Alegre"

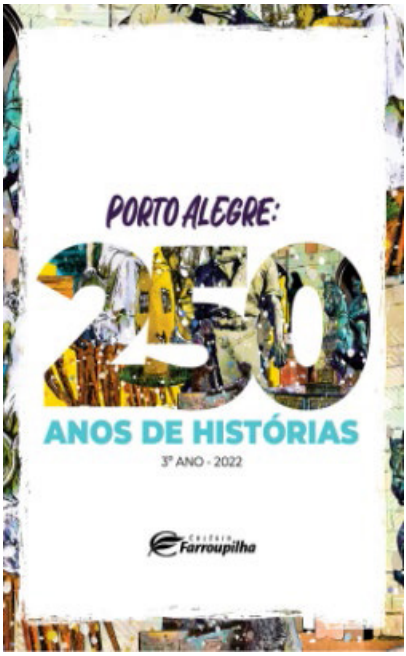


Fonte: Memorial do Colégio Farroupilha.

Em 2022, para celebrar os 250 anos de Porto Alegre e os 270 anos da presença açoriana no RS, o projeto interdisciplinar sobre as calçadas portuguesas também foi executado. Como resultado do trabalho, foi lançado um livro na 68ª Feira do Livro de Porto Alegre. Por meio do livro, levamos ao conhecimento da sociedade a história de Porto Alegre, com o compartilhamento das práticas desenvolvidas na escola e também com a intenção de inspirar educadores.

5 Sobre o Velho Casarão (antiga sede do Colégio Farroupilha), ver: BASTOS; JACQUES; BITTENCOURT, 2013 e 2015.

Figura 4 – Livro "Porto Alegre 250 anos de histórias"



Fonte: Memorial do Colégio Farroupilha.

Também em 2022, por meio da candidatura de projetos da Direção Regional das Comunidades do Governo da Região Autônoma dos Açores, o projeto sobre as calçadas portuguesas foi desenvolvido em parceria com o Museu da Emigração Açoriana, a Escola Básica da Ribeira Grande (Escola Gaspar Frutuoso) e o Colégio do Castanheiro na ilha de São Miguel – Arquipélago Açores.

O objetivo do projeto junto a estas instituições, além de apresentar o trabalho desenvolvido no Colégio Farroupilha sobre a cultura açoriana, e, em específico, as calçadas portuguesas, é o de ampliar nosso trabalho a partir de compartilhamento de experiências, de conhecimentos e culturas entre o Brasil e os Açores. A aproximação de culturas, de saberes, de experiências entre os dois espaços de memória, as duas escolas e dos povos dos dois lados do Atlântico, está sendo enriquecedor para a divulgação e a preservação da cultura açoriana em ambos os lugares.

Na Escola Básica Integrada da Ribeira Grande acordamos, com o apoio do Diretor do Museu da Emigração Açoriana, Sr. Rui Faria, a construção de uma calçada portuguesa nas dependências da escola, em comemoração aos 500 anos do patrono da escola, o historiador Gaspar Frutuoso.[6] Também foi definido um intercâmbio entre as escolas com os estudantes do 3º ano em 2023.

No Colégio do Castanheiro, em Ponta Delgada, o projeto sobre as calçadas portuguesas também foi compartilhado com o grupo de professores e direção da escola. Na ocasião, conhecemos o trabalho do professor Pedro Medeiros, da disciplina de Matemática, sobre o estudo da simetria através das calçadas portuguesas. Também visitamos nas dependências da instituição, a calçada portuguesa construída para fins pedagógicos.

6 Ver a obra: Notícia Biográfica do Dr. Gaspar Frutuoso (Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1991).

Com vistas a ampliar e inspirar os estudos sobre as calçadas portuguesas junto à disciplina de Matemática, especificamente a calçada existente no Colégio Farroupilha, na ocasião, buscamos orientações com o professor Ricardo da Cunha Teixeira,[7] da Universidade dos Açores, que possui ampla experiência com projetos desenvolvidos nas escolas dos Açores. Na ocasião, o professor nos brindou com uma aula sobre simetria a partir do estudo das calçadas portuguesas.

Considerações finais

Pretas, brancas e vermelhas, simétricas ou não, as calçadas têm formas e desenhos que narram uma época. Elas representam um símbolo de cultura e arte, pois através dos seus belos desenhos, muitas vezes conhecemos a história do seu povo.

O projeto envolvendo o estudo das calçadas portuguesas, além de contribuir para a recuperação da identidade, para a valorização e preservação do patrimônio da cidade, se configura em um subsídio provocador de novos olhares.

O projeto desenvolvido junto aos estudantes propicia conhecer e valorizar a história, nossas raízes açorianas e o patrimônio cultural da cidade em que vivem e que aprenderam a amar. Por meio da cultura açoriana, tendo como fio condutor as calçadas portuguesas, compartilhamos as práticas desenvolvidas no Colégio Farroupilha.

Acreditamos que o projeto se constitui em um trabalho instigante e de forte contribuição para os estudos da cultura açoriana no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul e Porto Alegre, pois está em destaque a valorização do patrimônio histórico e cultural da cidade, as práticas educativas desenvolvidas pelos professores da instituição, o protagonismo dos estudantes nas suas aprendizagens e as aproximações das culturas dos dois povos em questão. Em meio às dificuldades enfrentadas de diferentes tipos que atingem principalmente o cenário educacional no Brasil, que o trato com o patrimônio cultural e histórico possa cada vez mais nos aproximar de histórias transnacionais, nos quais os projetos sobre a cultura açoriana possam ser compartilhados ou reinventados no dia a dia das práticas educativas.

Para finalizar, consideramos que a parceria entre os projetos que atravessam o Atlântico, promove e aproxima a história da emigração açoriana entre os dois povos, pois acreditamos que, rompendo paredes,

7 Sobre simetrias, ver Teixeira, 2021.

abrindo portas e janelas, armários, gavetas e interagindo com o patrimônio deixado como legado, é possível criar e estabelecer vínculos de interação permanente e ativa com as comunidades do mundo afora, por meio de ações educativas e culturais.

Referências

ADAMI, Lucélia et al. *Açores*: nossas origens nas ilhas de Encanto. 3. ed. Porto Alegre: Caravela, 2018.

BASTOS, Maria Helena Camara; JACQUES, Alice Rigoni; ALMEIDA, Dóris Bittencourt (Org.). *Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha/RS:* memórias e histórias (1858-2008). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

BASTOS, Maria Helena Camara; JACQUES, Alice Rigoni. Liturgia da Memória Escolar – Memorial Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha. *Revista Linhas*, Florianópolis v. 15, n. 28, p. 49-76. 2014.

BASTOS, Maria Helena Camara; JACQUES, Alice Rigoni; ALMEIDA, Dóris Bittencourt (Org.). *Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha/RS:* memórias e histórias (1858-2008). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

BERNARDI JR. Hermes. *Abecedário Alegre do Porto.* Porto Alegre: Gráfica CV Artes Gráficas, 1998.

GOMES, E. S. L. et. al. As lendas nos livros didáticos: uma análise mítica. In: FERREIRA SANTOS, M.; GOMES, E. S. L. (Org.). *Educação e religiosidade:* imaginários da diferença. João Pessoa: Ed. UFPB, 2010, p. 119-140.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Rumo a uma história visual. In: MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornelia. NOVAES, Sylvia (Org.). *O imaginário e o poético nas ciências sociais.* Bauru: Edusc, 2005, p. 33-56.

MOTA, António, José Agostinho. *Coleção Retratos*. Ponta Delgada: Governo dos Açores, 2010.

POSSAMAI, Zita Rosane. Patrimônio e história da educação: aproximações e possibilidades de pesquisa. *História da Educação – RHE*, v. 16, n. 36, p. 110-120, 2012.

POSSAMAI, Zita Rosane. O lugar do patrimônio na operação historiográfica e o lugar da história no campo do patrimônio. *Anos 90*, Porto Alegre, UFRGS, v. 25, n. 48, p. 23-49. 2018.

TEIXEIRA, Ricardo Cunha. *Das calçadas aos ananases:* investigar o mundo com um olhar matemático. Lisboa: Letras Lavadas, 2021.

Site

INSTITUTO CULTURAL DE PONTA DELGADA. *Notícia Biográfica do Dr. Gaspar Frutuoso*. Ponta Delgada, 1991.

https://mosaicosdobrasil.tripod.com/id4.html. Acesso em: 02 jan. 2023.

A TRAJETÓRIA DE FAMÍLIAS AÇORIANAS E O CAMINHO DOCE EM SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

Luciano Gomes Peixoto[1]

Esta comunicação refaz uma trajetória de famílias açorianas que vieram para as localidades do 2º distrito de Santo Antônio da Patrulha, nos inícios do século XIX.

Realizei pesquisa genealógica da minha família, sobre os irmãos José e Francisco da Silveira Peixoto, vindos da ilha do Faial que se fixaram na localidade de Vila Palmeira (antigo Rincão da Palmeira, e também Fazenda da Palmeira) por volta de 1758. Eles receberam títulos de terra em 1772, e com a morte destes patriarcas, as terras começaram a serem vendidas pelos herdeiros. Um exemplo a ser citado, é o caso da filha do Francisco, Ana Joaquina Peixoto que vendeu parte das terras em 1808 e mudou-se para São Borja, onde recebeu grande quantidade de terras para ocupação daquele território. Iniciou-se, paralelamente, um processo migratório da vinda de filhos de açorianos da freguesia da Lagoa da Conceição para esta localidade.

Um dos primeiros que identifiquei foi Manoel Luiz da Silva Borges (pai do General Osório), que pedia umas terras nesta mesma localidade em 1806, e, posteriormente, os outros irmãos e as outras famílias que também vieram juntas e que iniciam os laços familiares com a família Peixoto que já estavam na localidade desde 1758.

Descrevendo esta localidade, para quem sai de Porto Alegre via Freeway (BR 290), ou pela antiga RS 17 (atual RS 030), em direção ao litoral, a partir da divisa entre o município de Glorinha e Santo Antônio da Patrulha, se observa as grandes plantações de arroz e soja, de ambos os lados. Ao fundo, à esquerda, se enxerga as coxilhas e os morros, e mais ao fundo, o alto da serra.

1 Historiador, professor, pós-graduado em História do Rio Grande do Sul e membro do IHGSAP. Santo Antônio da Patrulha/RS.

Estas famílias vindas de Santa Catarina se fixaram em pequenas propriedades de até 20 hectares na encosta dos morros e nestas coxilhas.

É neste contexto que se observa como eram divididas as plantações nos morros. Entre as coxilhas era plantação de trigo e arroz, nas coxilhas, a plantação da mandioca, e nos morros, a cana-de-açúcar.

Ao realizar a pesquisa da genealogia da família Luiz da Silveira Borges, há mais de 30 anos, quando ainda não se tinha acesso aos sites de Genealogia como hoje, observei, que muitas destas famílias em seus registros citavam ter vindo da Freguesia da Lagoa da Conceição, em Florianópolis; nos registros eclesiásticos e nos registros civis mais antigos de 1876, desta localidade.

Ao pesquisar os livros da Freguesia da Conceição da Lagoa foi como se os livros de registros familiares tivessem continuação nos livros de batismos, casamentos e óbitos em Santo Antônio da Patrulha.

Voltando às plantações, os açorianos quando chegaram em Santa Catarina, por volta de 1748, estavam acostumados com a plantação de trigo nas ilhas, enquanto que aqui no Brasil já havia a plantação de cana-de-açúcar e a plantação da mandioca que era nativa dos índios, principalmente na ilha de Florianópolis. Nesse período, iniciou um novo processo de aculturação, adaptando atividades econômicas sazonais e do calendário da igreja, como no período da quaresma. Nesse tempo, 1uase não eram gerados filhos e também havia reduções nas concepções em função das atividades da produção da farinha e a pesca da tainha.

Em decorrência da coroa portuguesa deter o monopólio dos produtos industriais até 1808 no Brasil, os açorianos foram impedidos de trabalhar em atividades industriais. Os teares foram todos queimados e as propriedades eram basicamente mini fundiárias, e seu sustento se baseava na pesca, plantação da mandioca, cana-de-açúcar e milho.

Em 1796, havia em Santa Catarina três vilas, nove freguesias, e em 1840, sete vilas e dezenove freguesias. É neste período que vai ocorrer a migração interna em direção ao Sul do Brasil, no mesmo período da imigração europeia de alemães.

Dentre estas famílias vindas para a localidade, em quase todas houve casamentos entre elas, como: Bento da Silva, Gonçalves de Oliveira, Martins da Rocha, Coelho da Costa, Ferreira, Cardoso, Souza, Marques, Medeiros e Luiz da Silveira Borges. Estas famílias eram identificadas por um sobrenome que evocava o patriarca, como os Luiz da Silveira Borges. Todas as mulheres assinavam “Luiza” e os homens “Luiz”, fato que se observa nessa genealogia e em outras, como a do Bento que era o nome

do patriarca. Mas por várias gerações, o Bento passou a ser sobrenome, e assim sucessivamente até hoje, como identificação das famílias.

Todas estas famílias se fixaram na localidade do 2º distrito, Miraguaia, e que mais tarde foram se dividindo, dedicadas mais à produção de arroz e à pecuária. A produção da cana ficou distribuída em toda a costa dos morros do Rincão da Palmeira, hoje Vila Palmeira, por ser a primeira vila formada depois da vila-sede (Cidade Alta de Santo Antônio da Patrulha); e também as localidades de Catanduvinha, Catanduva Grande e Costa da Miraguaia.

O caminho feito por estes açorianos desenvolveu nestas comunidades, principalmente, o cultivo do trigo, da cana-de-açúcar e na plantação da mandioca.

Fato curioso que chama atenção destas coxilhas limpas, sem mato e sem árvores, é a tradição de mais de 150 anos de plantação da mandioca em Santo Antônio da Patrulha. Nos anos de 1862 e 1863, ele foi o maior produtor de trigo e mandioca na Província, conforme a obra "Rio Grande do Sul: agropecuária colonial e |industrialização ", de Sandra Jatahy Pesavento. Santo Antônio aparece como maior produtor da região com 5.000 alqueires de farinha de mandioca.

Estas marcas deixadas nas terras comprovam a grande contribuição destes filhos e netos de açorianos no desenvolvimento do que podemos chamar hoje de caminho doce, promovido por eles durante esse processo de construção da sociedade. Até bem pouco tempo ainda restavam propriedades com plantação de mandioca nestas coxilhas com atafonas e moinhos de água. E nas encostas dos morros com plantação da cana-de-açúcar, engenhos de moenda e a produção artesanal das rapaduras embrulhadas com palha de milho, que passou a ser um dos produtos mais comercializados para cidades vizinhas e Porto Alegre.

Ainda cheguei a conhecer algumas destas fábricas familiares. Meu avô era carreteiro e vendia rapadura em Porto Alegre em viagem que durava uma semana. E foi com ele que conheci boa parte destes produtores e os que compravam seus produtos em Porto Alegre. No início era com carro de boi (carreta). Mais tarde, adquiriu caminhões para os filhos que passaram a transportar as mercadorias, de caminhão, na década de 1950. Tenho a lembrança de ajudar a colocar as rapaduras dentro de uma barrica de cachaça para o transporte, na qual, evitava de molhar com chuva ou pegar umidade. Isso nos finais dos anos 1970, pois ainda haviam poucas caixas de madeira. E chegando em Porto Alegre, se fazia o serviço de colocar as rapaduras nas caixas de madeira para entregar no comércio.

O processo de industrialização foi lento e adquiriu força, a partir do final da década de 1980. Hoje, as principais indústrias estão localizadas no 2º distrito, Miraguaia. Nos caminhos da encosta dos morros, no caso hoje, a localidade da Costa da Miraguaia, os empresários da cana foram adquirindo modernos equipamentos e proporcionando a diversificação dos produtos que chegam a mais de 70 tipos dos derivados da cana-de-açúcar, proporcionando mais de 2.000 empregos diretos e indiretos, e uma expressiva arrecadação de ICMS para o estado do Rio Grande do Sul.

No momento atual, está sendo implantado a Rota da Rapadura que possibilitará que o turista consiga fazer este caminho doce até as fabricas de rapaduras.

Os açorianos deixaram sua contribuição, sendo possível encontrar neste caminho a culinária e as doçarias, que além das rapaduras e seus derivados, são encontrados, também: cuscuz torrado feito com mandioca ralada e farinha de milho; biscoito torrado (pão que antes ir ao forno é fatiado e as fatias são untadas com banha, que após ser torrado se separa as fatias com as mãos); os rosquetes de cachaça; as broas de polvilho de mandioca com melado e o farte que tem recheio de melado com farinha de mandioca. Pode até se afirmar que o "farte" com recheio de melado com farinha é uma iguaria, assim como o "Sonho" de Santo Antônio, que têm suas origens na família Luiz da Silveira Borges e Peixoto, nessa localidade.

Ao encerrar deixo uma lembrança de um verso da minha avó (Amália) que ela sempre repetia, quando estava a fazer pães, bolos, merengues, roscas de polvilho, bolachinhas com coberturas variadas, cuscuz torrado feito de mandioca ralada com farinha de milho, biscoitos, broas e os fartes em forno de barro.

De tanto comer que te fartes,
Que não me causa espanto,
De fartes, farta a barriga,
E festeja a festa do Santo.

Figura 1 – Fartes com recheio de melado e farinha de mandioca

Fonte: acervo do autor.

Figura 2 – Cuscuz torrado, feito de mandioca ralada e farinha de milho; bolachinhas com cobertura de açúcar, canela e merengue com confetes; rosquetes escaldados com cachaça e biscoito torrado

Fonte: acervo do autor.

Figura 3 – Broa de polvilho doce com melado (receita da minha avó)

Fonte: acervo do autor.

Figura 4 - Localidade de Vila Palmeira, (local da sede da antiga Fazenda do Rincão da Palmeira, vista da RS-030. Coxilhas onde se plantavam a mandioca, e ao fundo o Morro da Boa Vista e Morro Agudo, locais dos engenhos e da plantação da cana-de- açúcar. À esquerda, as localidades de Catanduvinha, Roça Grande, Costa da Miraguaia e Passo das Moças, onde atualmente ficam as fábricas de rapadura. E à direita está a cidade de Santo Antônio da Patrulha

Fonte: acervo do autor.

Referência

PESAVENTO, Sandra. *RS*: agropecuária colonial e industrialização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

Fontes

Registros de memória de familiares.

BREVES APONTAMENTOS SOBRE SABORES VIAJANTES: AÇORES/BRASIL

MARIA EUNICE MACIEL[1]

Este texto procura abordar algumas questões relacionadas com imigração / emigração e comida Portugal / Açores / Brasil, constituindo-se em uma abordagem preliminar de um estudo que está sendo desenvolvido.

Enfocar uma culinária identitária (chamada de "típica", emblemática, característica ou outros termos, como no caso dos Açores e suas derivações brasileiras) pode seguir vários caminhos. Um deles, o mais comum, é elaborar uma lista de preparações, pratos e hábitos alimentares cotidianos e/ou festivos e verificar sua existência em território brasileiro, nas regiões onde os colonizadores e imigrantes açorianos foram instalados.

Porém, a listagem de pratos que podem ser chamados de "origem", no caso, das diversas ilhas que formam o arquipélago dos Açores e comparar com seus "vestígios" no Brasil, pode ser um caminho de engessamento de modos de fazer e comer. Por outro lado, quando vista de uma perspectiva crítica, pode ser rica em questões. Assim, querendo enfocar a relação histórica que envolve Açores e Brasil, no particular da Cozinha, cabe problematizar essa lista, contextualizando-a, social, histórica e culturalmente em sua dinâmica transformadora.

Em primeiro lugar, é bom lembrar algo do processo colonial português de apropriação deste território que viria a ser o Brasil. Neste, a população nativa acabou escravizada (em um primeiro período, substituída depois pelos africanos escravizados), usada na luta com outros conquistadores europeus (como contra os franceses) e, ao fim, "substituída" pela população vinda da Metrópole, como forma de garantir a posse da terra e sua exploração.

É comum ouvir-se da colonização europeia, que estes vieram povoar "uma Terra de Ninguém", negando-se aos nativos o estatuto de ser hu-

1 Doutora em Antropologia Social, professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, atualmente voltada à pesquisa sobre antropologia da alimentação.

mano. Como diz o historiador José Murilo de Carvalho, "De fato, só foi descobrimento para os europeus [...]", ou seja, implicava dizer que essas gentes e civilizações só tinham passado a ter existência real após a chegada dos europeus" (CARVALHO, 1999, p. 1).

Sem querer aprofundar este aspecto, é importante assinalar que os nativos já haviam domesticado várias plantas que lhes serviam enquanto base alimentar (como o milho, mandioca, abóbora, feijões, batata doce e a erva mate, por exemplo), e que, posteriormente, seriam absorvidos e adotados pelos colonizadores e que representam hoje, com alguns acréscimos importantes, a base alimentar brasileira. Assim, qualquer trabalho que enfoque a Cultura Alimentar brasileira, deve ter, como pressuposto, essa ideia.

A variedade alimentar da *Terra Brasilis* é muito grande. Seja por suas dimensões continentais, seja pelas diversas formas históricas de apropriação de seu território, seja pelos nichos ecológicos diferentes, a cultura alimentar brasileira é diversa e é muito discutido o que pode servir como denominador comum em termos da alimentação.

Nesse processo, é criado um conjunto que, dificilmente, poder-se-ia chamar de "Cozinha Brasileira", enquanto algo unificado, dadas as variações acima mencionadas, mas, também, as sociais, derivadas da composição desigual da sociedade brasileira.

Até mesmo o prato emblemático, o "cartão de identidade culinária" capaz de representar a unidade nacional, a "Feijoada Brasileira", foi alçada a este posto dentro de um processo de criação de símbolos nacionais no século XX, em vista da unidade nacional e do fim do poder das elites regionais empreendida no governo Vargas (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 378).

É muito comum ouvir-se que o Brasil, do ponto de vista da Cozinha, é fruto da "contribuição do Branco, do Índio e do Negro"; que encobre muitos aspectos. Essa afirmação é derivada da ideia de que várias influências construíram uma nação com harmonia. Ao mostrar a nação como uma "democracia racial", o que de fato não o é (e nunca o foi) reforça uma ideia de igualdade e harmonia que nunca existiu. A Cozinha seria mais um ponto que reforçaria essa ideia, cada um contribuindo um pouquinho.

Durante muito tempo essa foi a forma pela qual a nação brasileira foi mostrada. Porém, no século XX (talvez em sua segunda metade), essa imagem tem sido contestada enfaticamente embora ainda hoje esteja

presente no imaginário popular. E uma das dimensões mais significativas desta contestação é a volta dos estudos sobre os povos formadores do Brasil em seus mais diversos aspectos, inclusive, e, principalmente, por estudiosos e pesquisadores indígenas e negros com perspectiva crítica.

Esse processo histórico-cultural citado, procura construir e estabelecer uma cozinha identitária, a partir da cultura alimentar do local. Desta forma, é necessário estabelecer alguns parâmetros que balizam a perspectiva aqui operada. Primeiramente, a questão identitária. Identidade, aqui, é vista enquanto um referencial, um ponto focal (Lévi-Strauss) através do qual as pessoas e grupos constroem e justificam suas ações e ideias. Assim, não é possível pensar em uma identidade cultural enquanto algo cristalizado, engessado, no tempo e no espaço. Ao contrário, ela está sempre a se refazer, a mudar, cambiante pois a vida o é.

Durante muito tempo, a questão identitária foi tratada como algo que permaneceria da mesma forma no meio de transformações, do passar do tempo. Essa é uma visão essencialista que age como uma espécie de "naturalização" do que é cultural. É questionando essa concepção que podemos ver as diversas identidades sociais dentro de um processo de construção, o que implica na identificação, realizada em um movimento de conhecer / reconhecer/ refazer. E é a partir dessa dinâmica cultural que as culturas alimentares estão inseridas (MACIEL, 1994, p. 10).

Se a alimentação humana é culturalmente construída, isso implica em um processo que vai transformar o que encontra na natureza e que serve como alimento, em Comida, que seria, assim, a alimentação culturalizada. Essa é uma discussão que vai além dos objetivos deste trabalho, mas os dois, Natureza e Cultura estão intrinsicamente ligadas, o que pode ser visto no ato alimentar que a ambas envolve. Isso implica em escolhas eco- culturais e históricas as mais variadas, resultando em uma enorme diversidade de maneiras e modos de se alimentar.

Salienta-se que os grupos sociais não usam tudo o que encontram na natureza para alimentar-se. Há uma escolha em relação ao que vai ser transformado em Comida, relacionado ao significado que dão a certos alimentos. O que é considerado Comida por um determinado grupo social pode não o ser para outro, e esse é um ponto de partida importante.

Um aspecto que aqui interessa, particularmente, é o que se refere à existência de determinadas comidas elevadas à categoria de "típicas" ou "características", capazes de representar toda uma coletividade. Aqui,

estes elementos alimentares são chamados de emblemáticos, pois assim são entendidos – como símbolos e emblemas de um determinado grupo social. Algo que é visto e reconhecido como pertencendo ao grupo, tratando, portanto, com o sentimento de pertencimento (ou pertença), o que traz em si uma força muito grande.

Açores e Brasil

A colonização brasileira por pessoas provenientes dos Açores é antiga, enquanto uma política da Coroa implementada a partir da década de 1740 dirigida ao Brasil Meridional. Foi a partir de então que a coroa portuguesa estimulou a emigração de açorianos para ocupar e colonizar pontos estratégicos, especialmente o sul do Brasil, uma fronteira instável, um território de confronto com a coroa espanhola.

O emigrante (e seu grupo social) leva (ou trás) consigo inúmeras coisas, pertencentes à sua cultura material, mas, especialmente, uma "bagagem cultural" muito variada. O que é construído em novas terras não é, necessariamente, a vida tal e qual tinha na origem. E essa "bagagem" é acionada em função de suas necessidades de sobrevivência física e cultural, enquanto indivíduo com um passado, uma origem, que faz parte de um dado grupo. Mesmo aqueles escravizados que foram levados da África para o Brasil sem nada a não ser a roupa do corpo, levavam consigo uma vasta bagagem cultural que lhes permitiu viver e sobreviver construindo o que hoje é o Brasil (CARNEIRO DA CUNHA, 1986, p. 100).

Um dos principais grupos migrantes de Portugal – os açorianos – espalharam-se pelo mundo, em especial pelo Brasil, constituindo-se nos antepassados de uma parcela significativa da população brasileira que reivindica ser descendente de pessoas do Arquipélago.

É interessante verificar a cultura alimentar tradicional dos Açores que permanece atualmente, tida mesmo enquanto patrimônio alimentar através do que é, muitas vezes, chamado de "gastronomia açoriana". Há mesmo uma vasta gama de trabalhos e publicações a esse sujeito. A bibliografia sobre o tema traz publicações muito variadas, inclusive no espaço virtual.[2] Porém, podemos salientar, entre todos, as obras de Zita Lima, António Cavaco e Augusto Gomes.

Embora pouco conhecidos no Brasil, são obras muito significati-

2 Não é o objetivo deste trabalho realizar esse levantamento, porém cabe assinalar a grande produção sobre o tema.

vas. Augusto Gomes publicou quatro livros sobre o tema (o primeiro em 1979), tendo sido incumbido pela Direção Regional dos Assuntos Culturais para proceder ao Levantamento Gastronômico dos Açores. Trata-se, portanto, de uma referência básica.

Zita Lima é outra referência importante no que se refere à Cozinha Tradicional Açoriana, participando como convidada em diversos canais, da TV aberta ao Youtube. Seu livro, *Cozinha Açoriana* (2004) foi publicado em uma edição bilingue português/ inglês, tendo sido reeditado em 2006.

Antonio Cavaco é outro pesquisador com dois livros publicados sobre o tema, a saber, *Sabores das Ilhas – Gastronomia tradicional açoriana: um roteiro de afetos* (2013), e o livro *Gastronomia dos Açores* (2022) com sua versão em inglês, *Azorean Gastronomy*, tendo também um programa na RTP *Açores*, "Sabores das Ilhas".

No Brasil, alguns esforços foram feitos na busca da presença açoriana na culinária brasileira, tais como o livro de Carla Marques Gomes, *O Rio Grande do Sul com Sabores Açorianos*, onde a autora não busca apenas receitas, mas também registra memórias de descendentes de açorianos.

Na Academia também surgiram obras de pesquisa universitária com trabalhos defendidos em Portugal e no Brasil, como, por exemplo, a Tese de Rose Maria Martins Gomes de Souza, intitulada *Alimentação e culinária na cultura dos descendentes de açorianos em Santo Antônio de Lisboa – Florianópolis (Ilha de Santa Catarina/Brasil),* sob orientação do Prof. Dr. José Manuel Sobral, ICST/UL.

Também é importante salientar o livro *Doçaria Açoriana – da história que os gestos contam* de Teresa Perdigão, um trabalho extremamente significativo em termos de pesquisa. A autora não pretende explorar todos as receitas de doces tradicionais e não se atém apenas nas receitas, mas em histórias, memórias e no gestual das senhoras ao fazer determinados doces.

De fato, de uma receita pode-se dizer que ela é constituída por ingredientes e técnicas, mas é mais do que isso, é definidora de seus portadores, dos e das artesãs culinaristas que o fazem marcando cada uma, um determinado estilo de fazer que é individual e coletivo ao mesmo tempo.

Muitas outras publicações poderiam aqui ser citadas, mas estes parecem ser os autores mais significativos para pensar as questões aqui expressas. O que se pode dizer de uma cozinha enquanto tradicional e patrimonial que se espalhou pelo mundo?

Uma primeira questão: pode se falar em uma “Cozinha Açoriana”?

Podemos citar um dos autores que se debruçaram sobre o tema, Antonio Cavaco, que em entrevista disse:

> Não apadrinho a ideia de nove ilhas, nove cozinhas. Mas aceito a existência duma “trave mestra” transversal às nove ilhas dos Açores, que, a partir do mesmo apontamento, adaptado a circunstâncias, práticas sociais e escassez ou abundância, até pelo próprio povoamento e origem dos povoadores, se apresenta com uma particularidade, aqui e ali, que, em nada altera o apontamento. (CAVACO, Entrevista on line).

Ou seja, ao mesmo tempo em que há um denominador comum também há movimento de diferenciação. Embora existam características próprias em lugares diferentes, há também um conjunto maior, um ponto de referência operando na constituição de uma “identidade açoriana”. Ou se quiserem, para aquela comunidade de sentidos que se entende por açoriana. Trata-se da relação diferença / semelhança própria da construção identitária.

O mesmo autor segue com exemplos:

> O feijão assado, nas Capelas, em São Miguel, ou nas Flores, na Fajãzinha, é feijão assado! Veja-se, o caso paradigmático das “Sopas do Espírito Santo”. Como o próprio nome indicia, ao tempo da instituição, “sopas”, são sopas de pão, embebidas num caldo, de cozido, de unto, algum enchido, ou carne, aromatizadas, normalmente com hortelã. Contudo, de ilha para ilha, e até dentro da própria ilha, temos versões muito diferentes; mais ricas, ou mais pobres, veiculadas a duas premissas; a tradição do compósito e as posses do mordomo, sem esquecer o tempero.

Arquipélago constituído por nove ilhas em pleno Atlântico, colonizado por Portugal a partir do século XV com populações, principalmente do Minho, do Alentejo e de Algarve contou também com outros povos em sua formação, tais como, holandeses, franceses e espanhóis. Os Açores fazem parte do grande projeto colonial português e sua população, ao emigrar às Américas, construíram mais um desdobramento desse processo.

A alimentação das ilhas, como não poderia deixar de ser, tem forte presença do mar. Mariscos, ameijoas e cracas; peixes variados usados em pratos como Bife de Atum (atum cortado como bife cozido com vi-

nho branco) e Chicharros fritos (podendo levar um molho especial, como o Molho de Vilão); polvos e, é claro, as Caldeiradas, são alguns dos mais lembrados.

Porém, o gado bovino se faz presente com grande prestígio e a chamada Carne dos Açores possui Indicação Geográfica Protegida/IGP, concedida pela União Europeia em 2003. Essa carne está na base de diversos pratos famosos, como os bifes da ilha de São Miguel, reconhecido como uma "iguaria". Da mesma forma, a produção leiteira é tida como de alta qualidade, e o Queijo dos Açores também é famoso sendo produzido em várias ilhas.

É claro que as localidades apresentam certos pratos emblemáticos, como por exemplo, o Cozido das Furnas, da ilha de São Miguel que é feito nessa ilha em função de certas características geológicas, sendo cozido debaixo da terra com o calor dos vulcões.

Os variados ingredientes (em especial legumes) são colocados em uma panela, podendo ser intercalados ou misturados. A panela deve ser fechada, atada com cordas e colocada em um saco. Depois, no Vale das Furnas, na Caldeiradas das Furnas, é enterrada em um buraco no solo quente por várias horas.[3]

Quanto ao que se refere aos doces, dentro da tradição portuguesa de dar um lugar especial à doçaria, o patrimônio da Região dos Açores é farto, tanto em relação às diversas ilhas quanto às maneiras de fazer de alguns doces comuns. São muito conhecidos e citados: Orelhas, Espécies, Queijadas e Alfenins.

Quanto aos Alfenins, doces que são feitos com pastas feitas com água e açúcar, eles estão presentes em algumas localidades brasileiras e, em alguns casos, adquirem uma determinada importância, como em festas.

Os Alfenins

Os Alfenins são doces feitos de açúcar e água, basicamente. Porém, pode levar algum outro ingrediente, dependendo do local tal como vinagre, limão ou clara de ovo. Com esses ingredientes é criada uma massa que é trabalhada até ficar esbranquiçada, e então é moldada de formas diversas, tais como animais, pessoas, flores, cabeças, coroas, pombas

3 No site https://byacores.com há vídeos da preparação de livre acesso.

e mais ainda. Sua origem é árabe e tornou-se um referencial identitário dos Açores, onde tem uma presença muito particular, como também no Brasil, onde aparece de maneiras diferentes.

Como coloca Perdigão:

> As pombas, as flores, as cabaças, as rosquilhas e as vacas em miniatura são ícones identitários do grupo, do sítio ou da tradição. São representações de um sentimento de pertença, e um pretexto para a preservação da memória e da identidade, não só do grupo, mas também de práticas alimentares que, de outra forma, se perderiam. (2016, p. 32).

Nos Açores é uma tradição ainda muito presente, sendo um doce certificado em 2014. Faz parte da tradição das festas, mas também estão presentes em casamentos, batizados, como ex-voto ou como presente, ofertados aos amigos e parentes, enfim, nas mais diversas situações.

O grande segredo para a feitura do Alfenim, que faz com que a culinarista (são sempre mulheres) seja prestigiada e tenha reconhecimento como "arte" – é o ponto para que possa ser manipulado, criando formas, sendo este o saber-fazer da culinarista /artesã. O ponto não é algo que possa ser passado através da escrita, apenas. Embora existam vários "pontos" que fazem parte das técnicas gastronômicas, o "ponto" tradicional de determinados doces, como o Alfenim, é passado através da experiência e da experimentação, do ver e fazer junto e ao lado.

Um outro aspecto é relacionado à habilidade da culinarista /artesã em moldar as figuras. Algumas são simples, mas outras são verdadeiras esculturas em açúcar, com muitos detalhes, o que necessita de habilidade e de muito trabalho. É um trabalho especial e valoriza quem o faz e quem o encomenda ou oferta.

No Brasil, Alfenins eram encontrados de Norte ao Sul, mas agora são vistos apenas em alguns poucos lugares e em algumas ocasiões importantes, como em Festas do Divino Espírito Santo, de tradição açoriana. Há quem diga que a bala de coco, conhecida em todo o Brasil, seja uma transformação do Alfenim; e em alguns casos é mesmo chamada como tal, embora sua apresentação seja simples, sem ser moldada. Da mesma forma, outro doce muito comum no Brasil, o puxa-puxa, é semelhante ao Alfenim, mas sem ser moldado, nem ser esbranquiçado.

Gilberto Freyre, já em 1939, registrava o desaparecimento dos Alfenins.

> Os doces com feitio de homem e de animal, sempre muito encontrados nas feiras portuguesas, e dos quais Leite de Vasconcelos já escreveu que parecem "relacionar-se com antigas formas cultuais", comunicaram-se ao Brasil, sobrevivendo nos mata-fomes de tabuleiro e nos alfenins. Os mata-fomes em forma de cavalo, camelo, camaleão, homem ou mané-gostoso; os alfenins, em forma também de homem, menina, galinha, galinha chocando, pombinho, cavalo. Doces hoje raros, mas que ainda se encontram no Nordeste (FREYRE, 2007, p. 85, grifo do autor).

Mais adiante, o autor coloca;

> Deve-se ainda salientar: a forma irônica de palmatória, de certos bolos mais apreciados pelos meninos; o estilo de enrolar-se a alféloa, ou "alfelô", ou felô e de presentear-se o rebuçado; as formas mais prosaicas de alfenim: chave, sapato de noiva, pilãozinho, cachimbo. Tudo isso está desaparecendo. Tornando-se mera curiosidade etnográfica. (FREYRE, 2007, p. 89, grifo do autor).

Em alguns lugares e em algumas festas, os Alfenins estão ainda presentes. Entre as mais importantes estão as Festas do Divino Espírito Santo, uma tradição açoriana de grande importância para todo o Arquipélago, e que também "emigrou" para onde os emigrantes foram.

No Brasil, a devoção ao Divino foi uma das mais importantes, assim como suas festas, sendo que as Irmandades do Divino estavam entre as mais importantes das cidades e vilas, senão a mais importante. Porém, em muitos lugares, inclusive os de significativa colonização açoriana, como Porto Alegre, por exemplo, essas festas estão muito frágeis perto do que eram, em situação de desaparecimento.

No entanto, em vários lugares do país, as celebrações do Divino ainda são fortes (pelo menos até antes da pandemia de 2020), como, por exemplo, no Rio de Janeiro (Vila Isabel), em cidades do interior de São Paulo (Mogi das Cruzes), em Santa Catarina e, muito especialmente, em Goiás, no Brasil Central, onde ocorre a mais conhecida, a Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis.

De fato, é grande a importância da festa de Pirenópolis, realizada desde 1819 e, em particular, das Cavalhadas (encenação da luta entre mouros e cristãos) que fazem parte do ritual, que o IPHAN, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, concedeu a essa festa o título de Patrimônio Cultural do Brasil.

E, em Pirenópolis, estão presentes os Alfenins, mas com outro nome: Verônicas. São elas doces feitos com açúcar, limão e clara de ovo. Também aqui é importante o "ponto", sendo então que a massa é levada para uma superfície gelada para aprimorar o ponto, que deve ficar "puxa". É então que a massa doce é trabalhada pelas mulheres com as mãos, puxando e enrolando muitas vezes até ficar com uma cor esbranquiçada. Então, são colocadas em uma superfície, cortadas e estampadas com os motivos do Divino, pomba, coroa etc. As Verônicas são distribuídas no decorrer da Festa e não vendidas.

Em seu trabalho sobre a Festa de Pirenópolis, enfatizando sua dimensão comestível, Felipe B. Veiga assim escreve sobre as Verônicas:

> O cardápio salgado, cozido e bem reforçado da folia e das cavalhadas contrasta com a doçura e a fineza dos doces do Império. Suas medalhas brancas feitas do mais puro açúcar, as verônicas ou veronquinhas, com a pomba e a coroa em relevo representando os símbolos do Divino, de alimentos se transformam em verdadeiras relíquias, objetos de memória dos festejos. (VEIGA, 2008, p. 10).

Mas há um tipo de Alfenim que está presente no interior do Nordeste brasileiro, e está sendo registrado. De fato, encontra-se no Youtube[4] muitos vídeos com imagens dos engenhos tradicionais que produzem açúcar, rapadura, mel de engenho (melado ou melaço em outras regiões) e alfenim. Não se trata dos grandes engenhos industriais de produção de açúcar e álcool, mas sim de engenhos rústicos, pobres, artesanais.

Na produção tanto da rapadura quanto do Alfenim, também se encontram os especialistas no "ponto", que, no caso, podem ser homens quanto na massa trabalhada para embranquecer, neste caso, trabalho feminino. Mas não há a moldagem das formas, cortados apenas, como também não há uma relação direta com o Divino. São doces artesanais, assim como a rapadura. A produção é interessante por vários aspectos, entre eles o fato dos doces serem feitos diretamente do caldo da cana, antes de virar açúcar.

O uso do termo tradição requer alguns cuidados, pois ele implica em uma relação um tanto complicada entre o passado e o presente. Cabe observar que, muito frequentemente, a tradição é considerada uma "sobrevivência do passado", transmitida de geração em geração; como os" vestígios açorianos" que se busca nos lugares da diáspora.

4 Na bibliografia há alguns dos vídeos.

Nesse sentido, tradição é pensada como algo que mantém uma permanência, conservando-se no tempo, ou seja, mantendo configuração idêntica a um modelo original criado num momento distante. (LENCLUD, 1987, p. 110).

É frequente, assim, vê-la como resíduo de um passado que teria chegado e seria mantida no presente por determinados grupos (em geral, do "povo", termo ambíguo e nem sempre sinônimo de classes populares). Essa concepção está ancorada na ideia da existência de uma sociedade "tradicional", em geral, camponesa, capaz de manter uma "pureza", não contaminada pela modernidade, pelo presente. Essa "pureza" se traduziria como "autenticidade" e, dessa forma, seria capaz de revelar a "identidade" de um povo naquilo que ele teria de mais próprio e mais "verdadeiro".

Essa perspectiva remete à procura do exótico e/ou do arcaico, em suma, daquilo que aparece como "bizarro" e "pitoresco" (no sentido de diferente) para servir como expressão de uma identidade. A ideia que associa as manifestações chamadas de "folclóricas" à existência de tradições populares desaparecidas ou em vias de desaparecimento implica, frequentemente, no que já foi chamado de "espírito de antiquário" (ORTIZ, 1992, p. 15).

A coleta e preservação de determinados traços culturais, sem que isso seja acompanhado de busca de seu sentido para os sujeitos envolvidos parece ter sido a tônica de muitos estudos, nesta área, e ainda marca fortemente parte deles. Nessa perspectiva, há muito de boa vontade, mas também muito de paternalismo. Em outras palavras, trata-se de alguém proveniente de outra classe social, com outros valores (embora, na maior parte das vezes, seja proveniente do mesmo território que estuda, muitas vezes o "intelectual local") que vai ao encontro dos "menos favorecidos" (neste caso, as chamadas "classes populares" ou camponesas) para estudar sua "cultura", tentando preservá-la de possíveis "deturpações" que o tempo e as mudanças sociais trariam.

Essa noção é criticada por diversos autores com o argumento de que tais manifestações e práticas culturais teriam, no presente, existência diferente das que tiveram no passado, que as manifestações ditas "tradicionais" também têm uma história de mudança e transformações e, se elas se mantêm, não é da mesma forma que anteriormente, e seu sentido pode ser outro. Inclui-se mesmo a possibilidade de serem mantidas para que não sejam esquecidas – o que é feito não sem discussão –, pois

seria uma forma “artificial” de mantê-las em oposição à forma “natural”.

Sendo a cultura dinâmica, ou seja, está sempre em movimento, transformando-se constantemente, os portadores de uma “cultura tradicional” estão sempre recriando essa cultura e seus elementos (como seus saberes, suas crenças, seus valores), ao mesmo tempo os reproduzem mediante canais coletivos, comunitários e familiares.

Considerações finais

Há muito o que fazer. No Rio Grande do Sul há pouco material sobre aa práticas e manifestações culturais relacionadas com os açorianos. Alguns folcloristas registraram algumas danças ou mesmo Cavalhadas em alguns lugares. Mas já eram práticas em desuso, quase desaparecendo, quando da pesquisa.

No que concerne à Cozinha Açoriana e sua permanência nos dias atuais, há poucos trabalhos. Salienta-se o livro de Carla Marques Gomes, já citado. Como muitas das comidas são ligadas às festas, cabe ver como estas se apresentam ainda hoje.

Interessante ver que a Sopa do Divino é uma das mais fortes manifestações da Cultura Alimentar nos Açores, ligada à Festa do Divino Espírito Santo, Pentecostes. No Rio Grande do Sul, pelo que se saiba, permanece apenas em uma localidade, da zona de colonização italiana, chamada Criúva, distrito de Caxias do Sul.

Desta forma, a dinâmica cultural faz com que a cultura alimentar trazida pelos imigrantes açorianos estejam modificadas e, mesmo, desaparecidas. No entanto, permanece um sentimento de pertencimento, onde emoção e memória agem no sentido de reivindicar uma dada identidade, que pode ser difusa, longínqua, mas presente.

A cultura é, assim, vista como uma coisa viva, em permanente mutação, em que práticas e manifestações culturais são combinadas, apropriadas e ressemantizadas. E, vale o mesmo para a Cultura Alimentar e a Culinária Identitária, que traz em si todo um dinamismo histórico-cultural que não a deixa ser engessada e endurecida. Como a massa de açúcar dos alfenins, ela pode ser moldada da maneira como seus portadores quiserem.

Que esse trabalho encontre interesse e viabilidade para ser continuado por várias pessoas. Necessário é abrir um diálogo dos dois lados do Atlântico em busca de significados do Ato Alimentar, em um lado, e entre ambos os lados.

Referências

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARVALHO, José Murilo de. O encobrimento do Brasil. Brasil, 500 D.C.. Celebrações oficiais dos "500 anos" ocultam genocídio sobre o qual foi erigido o país. *Caderno + Folha de São Paulo*, 03 de outubro de 1999.

CAVACO, Antonio. *Gastronomia dos Açores*. Portugal: Letras Lavadas, 2022.

CAVACO, Antonio. *Entrevista.* https://cozinhaacoriana.pt/antonio-cavaco-ha-pouco-porinventarna-cozinha Acesso em: 01 abr. 2023.

CAVACO, Antonio. *Sabores das Ilhas:* Gastronomia tradicional açoriana, um roteiro de afectos. Ponta Delgada: Coingra Ltda, 2014.

CLETISON, Joi. *Festas do Divino Espírito Santo***.** https://nea.ufsc.br/artigos/artigos-joi-cletison/ Acesso em: 22 abr. 2023.

FREYRE, Gilberto. *Açúcar:* uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do Nordeste do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 [1939].

GONÇALVES, José Reginaldo Santos; CONTINS, Marcia. Entre o Divino e os homens: a arte nas festas do Divino Espírito Santo. *Horizontes antropológicos* 14 (29) • Jun 2008 https://doi.org/10.1590/S0104-71832008000100004

LEAL, João. *As Festas do Espírito Santo nos Açores:* um estudo de Antropologia Social. Lisboa: Don Quixote, 1994. (Portugal de Perto, 29).

LENCLUD, Gérard. "La tradition n'est plus ce qu'elle était...". *Terrain*, n. 9, octobre 1987, p. 110. Em Português: A tradição não é mais o que era... sobre as noções de tradição e de sociedade tradicional em etnologia. *Revista de História*, Histórias. Brasília, v.1, n. 1, p. 148-163, 2013.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Le Père Noël supplicié*. *Les Temps Modernes*, Paris, Les Éditions Gallimard, n. 77, p. 1572-1584, 1952.

LIMA, Zita. *Cozinha Açoriana*. Rio do Mouro: Everest, 2004.

MACIEL, Maria Eunice. Memória, Tradição e Tradicionalismo no Rio Grande do Sul. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (res)sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.

ORTIZ, Renato. *Românticos e folcloristas*. São Paulo: Olho d'Água, 1992.

PERDIGÃO, Teresa. *Doçaria Açoriana:* da história que os gestos contam. Ponta Delgada: Ed. Vice-Presidência do Governo dos Açores, 2016.

SOUZA, Rose Maria Martins Gomes de. *Alimentação e culinária na cultura dos descendentes de açorianos em Santo Antônio de Lisboa* - Florianópolis (Ilha de Santa Catarina - Brasil) – Lisboa, Tese (Mestrado em Antropologia Social e Cultural) – Universidade de Lisboa, 2010.

VEIGA, Felipe Berocan. Os Gostos do Divino: análise do código alimentar da festa do Espírito Santo em Pirenópolis, Goiás. *Candelária*. Revista do Instituto de Humanidades. Rio de Janeiro, IH-UCAM, a. V, jan.-jun., p.135-150, 2008.

Sites

https://byacores

http://www.portaldodivino.com/Sopas_2005/sopa.htm

http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/808/ Cavalhadas e Pastorinhas

http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4565/dossie-da-festa-do-divino-espirito-santo- e lancado-pelo-iphan-em-pirenopolis-go

http://www.portaldodivino.com/Pirenopolis_2006/veronicas.htm

Canal Youtube “Cozinha Açoriana” de Helio Vieira, https://www.youtube.com/watch?v=z3On4yKz-_s

Canal Youtube TV Portal CE. @tvportalce TV Portal - Portal de Notícias CE.

Canal Youtube SerTão TV. Conheça a história do engenho da comunidade de Retiro

https://www.youtube.com/watch?v=u_PjcsOKN2wSabor de Vida: Comidas tradicionais da Festa do Divino Espírito Santo TVAparecida

https://www.youtube.com/watch?v=Z-qgFmlUNMk.

YouTube · Blue Produções · ALFENIM - Receitas Antigas de Pernambuco.

YouTube · Casinha by Gaby - https://www.youtube.com/watch?v=jult2HO_O_w

Youtube Nadiel Cavalcanti ENGENHO DE CANA DE AÇÚCAR - MEL, RAPADURA

https://www.youtube.com/watch?v=mDGFdPiYPBg&t=2s&pp=ygUec29wYSBkbyBlc3BpcmI0byBzYW50byBhw6dvcmVz

https://www.youtube.com/watch?v=_bEVZPrVy14&pp=ygUTYWxmZW5pbSBkZS-Bhw6fDumNhcg%3D%3D World Pic-Nic - O Tradicional Alfenim dos Açores.

https://www.youtube.com/watch?v=MZjvVLYm2yA Aprender a fazer alfenim para preservar a tradição – Terceira Dimensão AzoresTV by VITEC

A ALEGRIA DE VIVER DA CENTENÁRIA FRANCISCA SALAZAR DE ARAUJO E SUAS TRADIÇÕES AÇORIANAS

Dinorah Araújo[1]

> Olhai como crescem os lírios do campo: não trabalham nem fiam! Pois Eu vos digo: Nem Salomão, em toda a sua magnificência, se vestiu como qualquer deles. Ora, se Deus veste assim a erva do campo, que hoje existe e amanhã será lançada ao fogo, como não fará muito mais por vós, homens de pouca fé? Não vos preocupeis, dizendo: 'Que comeremos, que beberemos, ou que vestiremos?
>
> (Olhai os lírios do campo, Erico Verissimo)

Cresci ouvindo a minha mãe falar no livro "Olhai os lírios do campo", de Erico Verissimo. Penso que estou contando esse fato para vocês porque quero apresentá-la da forma mais significativa e fiel possível, de acordo com os principais valores que sempre nortearam a vida dela.

Nascida num lugarejo de Santo Antônio da Patrulha, chamado Barrocadas – porque a avó materna morava lá, onde tinha uma parteira. Mas, ela se criou, construiu família e viveu grande parte da vida num lindo lugar, o 2º. distrito de Santo Antônio da Patrulha, que se chama Lombas, onde seus pais, Vitorino Pereira de Araujo e Maria Vicentina Salazar de Araujo viviam. Filha de uma família de 11 irmãos, seis mulheres e cinco homens, a minha mãe, Francisca Salazar de Araujo, era a segunda criança do casal. Ele agricultor, havia morado na casa dos padres, na cidade, quando era muito jovem, e ela uma modista de mão cheia que fazia, além do vestuário feminino, inclusive alfaiataria, também era crocheteira com perfeição e preparava comidas deliciosas, que incluía doces de casca de laranja azeda, de pêssego, suspiros, roscas de polvilho e tipos variados de pães caseiros.

1 Atriz, jornalista e produtora cultural. Os registros de fragmentos da trajetória de minha mãe, evocando as suas tradições de origem açoriana e as lições de vida que passaram aos filhos e amigos, também é uma homenagem em memória de meu pai, Rodrigo Inácio de Araujo.

Minha mãe tem 100 anos. É uma contadora de histórias, tem uma memória incrível, adora ler e seus olhos já percorreram as páginas e desvendaram obras do Erico Verissimo, Carlos Urbim, Maria Dinorah Luz do Prado – a quem meu nome de Maria Dinorá homenageia porque o meu pai trouxe um livro dela da cidade, quando eu estava quase nascendo –, Cora Coralina, Adélia Prado, Vitor Ortiz, Flávio Ilha, Conceição Evaristo, José Saramago e os livros do Mario Pirata que ela leu em voz alta. Adora poesia!

Ela nasceu no início da segunda década do século passado – dia 22 de abril de 1923. Outro dia eu perguntei para ela o que, no olhar dela, era o mais importante na sua longa trajetória, o que ela me diria sobre que é o mais relevante na vida de uma pessoa. Ela me disse que era investir na educação das crianças. Que o projeto da criança é a escola, que a criança tem que aprender, saber que tem que estudar, prestar atenção para saber o que vai fazer e que os adultos devem acompanhar as crianças e dar o bom exemplo. Salientou ainda, que as pessoas devem ter oportunidades para preparar suas vidas, e que não deixem nada pela metade.

Sempre conta que ajudou a criar os irmãos menores e com uma certa dose de descontentamento. Também frisa que a minha avó não a colocou na escola na hora certa, mas que aprendia muito com o irmão mais velho, o Teobaldo. Até o dia em que o professor Nazário Cardoso, que dirigia e ministrava as aulas da escola do lugar, foi até a casa dos meus avós e perguntou por que a Francisca ainda não havia ido para a escola? Segundo ela, a partir daí a minha avó ainda demorou uns dois meses para matriculá-la e que ela estudou uns quatro meses e, infelizmente, o professor faleceu. Faz poucos dias que numa conversa na casa dela, me descreveu em detalhes a sala de aula onde ela estudou, nos longínquos primeiros anos da década de 30 do século passado.

Nesse mesmo dia, ela também me disse que desde de muito pequena lavava a louça e fazia o fogo no fogão à lenha para preparar o café, enquanto o meu avô ia tirar o leite da vaca para o café da família. Falou que não gostava de brincar no pátio com os irmãos e as irmãs, mas adorava brincar com retalhos de tecido e papel, fazer moldes de roupas, e imitar o que a minha avó fazia. Conta que pegava o lapisinho, fazia desenhos de modelos e que um dia os meus avós a levaram na missa – ela tinha uns cinco ou seis anos – prestou muita atenção na saia de pregas, que uma mulher vestia, e quando chegou em casa desenhou a saia. Me contou também que ela adorava ver a minha avó fazer os moldes, cortar e costurar as roupas para as mulheres da vizinhança. Certamente vem

daí o gosto pela costura, que a tornou uma grande modista que, além das roupas femininas para o dia a dia, costurou figurinos para montagens de espetáculos teatrais que eu produzi com montagem da Companhia Te-Atuar, como Uma Graça de Traça, de Carlos Urbim, Panela no Fogo, Barriga Vazia, de Maria Dinorah Luz do Prado, O Santinho e o Bando da Bagunça, de Luiz Fernando Verissimo; Pele Nua do Espelho, de Patrícia Bins e Ardente Paciência -Uma carta para Neruda, do chileno Antonio Skármeta, dirigida pelo argentino Carlos Maria Alsina.

Minha mãe também costurou figurino para os atores Irani Zucatto (cinema), José Alberto Baldissera (teatro), para os atores da montagem Ali Babá, de Nelsinho de Magalhães (Jeffersonn Silveira e Marcelo Roncato), atriz Rosangela Batistella (peça Senhora dos Afogados, de Nelson Rodrigues), e para as cantoras Neusa Ávila e Muni. Além de corte e costura, ela fez muitos cursos.

Sempre teve muita vocação para outros trabalhos manuais, como o de confeccionar bolsas e bijuterias. Como não poderia ser diferente, cozinha muito bem a comida caseira, brasileira, como feijão, arroz, carne de panela e saladas.

Mas não fica por aí. Traz na sua raiz cultural de base açoriana, o talento de grande doceira, em especial do rosquete caldado em tacho de cobre, herança da culinária portuguesa. Além dos pratos da cultura indígena, já que na casa dos meus pais tinha a pequena tafona, onde era feita a farinha de mandioca para a tapioca e o preparo do delicioso beiju e farinha de araruta. Também preparavam o açúcar mascavo, derivados de suíno como a morcilha, torresmo e linguiça.

Sou filha de uma família de nove irmãos (Aldo Pedro, Geny, Waltor, Paulo José Francisco Sales, Ana Maria, Maria Dinorá, Jussara e Carmem). Na verdade, a minha mãe ganhou dez filhos, mas a terceira filha, Odete, morreu muito pequena, com alguns meses de vida. Não cheguei a conhecê-la porque sou a antepenúltima dos filhos. Um dos meus irmãos faleceu num acidente de trânsito, em 1988, três anos depois da morte do meu pai, ocorrida de câncer, em 1985.

Minha mãe ganhou todos os filhos de parto normal e a maioria em casa, atendida por parteiras. Somente duas filhas nasceram em hospitais: a Ana Maria, no hospital de Santo Antônio, e a filha caçula, Carmem, nasceu num hospital em Porto Alegre.

Além dos filhos do casal, os meus pais ajudaram a criar muitas outras crianças, tiveram muitos afilhados e a minha tia Eva Elisa -uma das

irmãs mais novas da minha mãe-, carinhosamente chamada por nós até hoje de tia Branca -apelido dado pelo meu avô materno-, foi para a casa dos meus pais e ficou até se casar, na década de 60.

Mãe, avó e bisavó muito amorosa, tem 12 netos (Marília – primeira neta e também afilhada dos meus pais; Lilian, Felipe, Denize, Everaldo, Dianini, Fabiano, Letícia Paula, Luciano, Marcelo, João Gabriel e Marina) e dez bisnetos (Matheus, Moreno, Júlia, Deyse, Andressa, Sofia, Isadora, Filipe, Gustavo e Flora), pelos quais é muito apaixonada. Dois netos (Luciano e Marcelo) e um bisneto (Matheus) moram na Europa; o Marcelo vive em Portugal onde nasceram seus dois filhos (Filipe, de três anos, e Gustavo, recém-nascido), o que traz muita alegria à minha mãe pela sua origem portuguesa na parte materna. O Luciano vive na República Tcheca.

A minha mãe e o meu pai, Rodrigo Inácio de Araujo, comerciante, com quem ela se casou aos 16 anos – ele tinha 27 –, sempre se esforçaram para que todos nós, os filhos e filhas, estudássemos. Minha irmã mais velha, a Geny, foi para a cidade com 13 anos estudar no Ginásio Santa Teresinha. Por isso, no final da década de 1960, a família veio para a capital. A maioria dos filhos cursou a universidade e na família temos jornalista, pedagoga, artista visual, atriz, economista, nutricionista e administrador de empresas.

O espírito comunitário e multiplicador dos meus pais

O empenho para as crianças estudarem e divulgar informações não foi somente em relação à nossa família. Desde sempre, os meus pais foram multiplicadores, uma referência para o lugar onde viveram, pois na nossa casa eram feitas as reuniões da EMATER – ASCAR – Assistência Técnica e Extensão Rural e Social para noções de higiene e saúde, e onde também funcionou a escola e a igreja do lugar.

Os meus pais hospedavam as professoras e as aulas eram dadas num compartimento grande da nossa casa, bem como onde eram rezadas as missas. Tenho uma vaga lembrança dos derradeiros anos dessa época porque, depois de terem sido fundadas a escola e a igreja, brincávamos na “Sala Grande”, local que funcionou como sala de aula e igreja, mas com o passar do tempo, sob a liderança dos meus pais, foram fundadas a escola e a igreja do lugar. Os mais novos da família, meus irmãos, irmãs e eu fomos alfabetizados na escola que ficava perto de casa. Nossa Primeira Comunhão foi na igreja do lugar. Mas, infelizmente, tanto a escola como a igreja de Lombas foram extintas alguns anos de-

pois da vinda da minha família para Porto Alegre. Ainda temos a chácara da família em Lombas.

Pelo fato do meu pai ter comércio, ele ia muito à cidade de Santo Antônio e à capital, de onde trazia novidades, entre elas jornais, revistas e livros. Minha mãe fala muito que o pai levava a revista Cruzeiro. Eles tinham catavento na propriedade, galena e rádio. Resumindo, tinham acesso à informação.

Sempre tiveram envolvidos com a comunidade. A mãe, na década de 1970, foi escolhida como Mãe do Ano do Clube de Mães Rubem Berta, localizado na Vila Jardim, em Porto Alegre, onde o pai tinha minimercado.

Católica – seguindo a tradição familiar, de base açoriana – ao longo do tempo foi do Apostolado da Oração e se dedicou a atividades sociais da Igreja Nossa Senhora do Trabalho e depois da Igreja São Pedro, em Porto Alegre.

Meus pais sempre foram curiosos, donos de interesse pela vida e olhar voltado para o coletivo.

A minha mãe, até hoje, do alto do seu centenário, guarda o dom de ler, conversar e cultivar amizades com pessoas interessantes, com os jovens, bem como tem preocupação com as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social. Por isso, sempre fez questão de votar em candidatos e candidatas humanistas, mesmo depois de completar a idade obrigatória para o voto. É fã contumaz do trabalho do Presidente Inácio Lula da Silva.

Lúcida e muito bem, dona de saúde plena, exceto a dificuldade para caminhar, entre os seus principais hábitos cotidianos estão a leitura, o encontro e a conversa com familiares, vizinhos e amigos, já que atualmente não se dedica mais aos afazeres de costureira e às lidas da casa, que continuava fazendo até quase completar seu centenário.

Entre seus amigos mais queridos que tem e teve, estão: o jornalista e escritor Carlos Urbim (1948-2015) que oferecia para ela, além de presenteá-la com seus interessantes livros, como Os Farrapos, e as ameixas que ele colhia no jardim e levava para ela fazer licor, a alegria de ter sido seu “vizinho de muro”; o cabeleireiro e maquiador Emílio Reck; a enfermeira Maria do Carmo Silveira; e o jornalista Marçal Alves Leite, os quais convivem com a nossa família faz muitos anos.

Minha mãe continua gostando de casa cheia, gente ao seu redor, panelas com muita comida, de receber as pessoas em sua casa – um apartamento na avenida América, no bairro Floresta, onde mora em Porto Alegre na zelosa companhia da filha, Ana Maria, e do filho Francisco.

A principal alegria são os encontros familiares; com os filhos, netos e

bisnetos. Todavia, continua lançando o seu olhar aos menos afortunados e nos pediu para, em comemoração aos seus 100 anos, que realizássemos a "Mesa dos Inocentes", na qual recebemos no Centro Cultural Vila Flores, crianças do Assentamento 20 de Novembro e da Ksarosa Centro Cultural dos Catadores, ambas de Porto Alegre. Eis mais uma tradição de base açoriana preservada por ela!

Faz um bom tempo que eu digo para a mãe que ela e o pai eram uma ONG – Organização Não Governamental, lá no interior. Mas, hoje tenho certeza de que eles, a nossa casa, seria um Ponto de Cultura do meio rural, do Brasil profundo.

Devo muito aos meus pais – o lado de produtora cultural, a comunicação por ter escolhido o jornalismo, a coragem de ser uma atriz, e o olhar voltado para o coletivo, mas, em especial, a alegria de viver. Gratidão, mãe, por teres superado tantas adversidades e por conjugares a esperança do verbo esperançar de Paulo Freire!

> "Recria tua vida, sempre, sempre.
> Remove pedras e planta roseiras e faz doces.
> Recomeça.
> Faz de tua vida mesquinha um poema.
> E viverás no coração dos jovens
> e na memória das gerações que hão de vir".
>
> ***Cora Coralina***
> *Trecho do poema Aninha e suas Pedras*

Depoimento da primeira neta

"O meu terço pode ser visto como uma mandala. Cada conta representa uma oração: um Pai Nosso, quatro Ave Marias... Essa reza, conduzida pela minha avó Francisca, é um momento de união que transmite, como se fosse por um fio de energia, a sutileza da oração. No nível simbólico, essa força imensurável vem dela, uma fé que aprendi como sua primeira neta, a meditar".

Profa. Dra Marília de Araujo Barcellos
Depto de Ciências da Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria/RS

Figura 1 – Francisca aos 15 anos, em Lombas – Santo Antônio da Patrulha

Fonte: acervo da autora.

Figura 2 – Rodrigo Inácio de Araújo, esposo de Francisca (década de 1940)

Fonte: acervo da autora.

Figura 3 – Em Lombas (Santo Antônio da Patrulha), com os pais, Vitorino Pereira de Araújo e Maria Vicentina Salazar, e o esposo, Rodrigo Inácio de Araujo

Fonte: acervo da autora.

Figura 4 – Francisca com o filho Francisco em Santo Antônio da Patrulha

Fonte: acervo da autora.

Figura 5 – Casamento civil da filha Geny (anos 1960). Da E para D: Virgínia Soares Barcellos, Adalberto Soares Barcellos, Geny Araujo Barcellos, Rodrigo Inácio de Araújo e Francisca Salazar de Araújo.

Fonte: acervo da autora.

Figura 6 – Mãe do Ano, no Clube de Mães Rubem Berta Porto Alegre (anos 1970)

Fonte: acervo da autora.

Figura 7 – Com os filhos no aniversário dos 90 anos. Da E para D: Jussara, Francisco Sales, Aldo Pedro, Maria Dinorá, Geny, Carmem, Paulo José e Ana Maria.

Fonte: foto - Sccopo.

Figura 8 – Francisca com os irmãos e cunhados (90 anos). Da E para D: Carmelita, Manoel (falecido), Mariazinha, Noemia (falecida), Ambrozina, Eva Elisa e as cunhadas, Maria (falecida) e Sirlei (falecida).

Fonte: acervo da autora.

Figura 9 – Aniversário dos 100 anos

Fonte: foto - Sccopo.

Figura 10 - Francisca com os netos Da E para D: Felipe, Marília (a 1ª), João Gabriel, Everaldo, Denize, Marina (a mais nova), Fabiano, Dianini, Luciano e Lilian.

Fonte: foto - Sccopo.

Figura 11 – Francisca com os bisnetos. Da E para a D: Moreno, Andressa, Deyse, Júlia, Sofia e Isadora.

Fonte: foto - Sccopo.

Figura 12 – Francisca com a neta Lilian e a bisneta Flora

Fonte: foto - Scoopo.

Figura 13 – Espetáculo Pele Nua do Espelho, de Patrícia Bins. Figurino da Francisca Salazar de Araujo. Atriz: Dinorah Araújo. Ator: Claudio Vizzotto

Fonte: foto – Luciane Garbin.

Figura 14 – Francisca e a Mesa dos Inocentes

Fonte: acervo da autora.

Figura 15 – Francisca, uma patrulhense centenária, com raízes culturais açorianas

Fonte: acervo da autora.

AÇORIANOS – ASPECTOS CULTURAIS COMO INSTRUMENTOS DE INCLUSÃO

Fabio Boni[1]

Introdução

Conheci os Açores em 2005, como professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a convite do Governo da Região Autônoma, para a participação do curso "Açores à descoberta das Raízes", na sua décima segunda edição, sediado na ilha Terceira, em Angra do Heroísmo.

Na mesma ocasião desenvolvia uma pesquisa comparativa sobre as prováveis adaptações tipológicas originais da arquitetônica açoriana, aos condicionantes climatológicos e técnico-construtivos brasileiros, nos movimentos migratórios daqueles ilhéus, frente às necessidades de assentamento em diversas regiões do Brasil. Desta forma, vinha a ser muito oportuna aquela viagem, pois nela praticamente estaria realizando um dos indispensáveis trabalhos de campo da pesquisa, como uma imersão nos locais de origem do açoriano, o conhecimento básico de seus costumes, e, por fim, de suas resultantes tipologias arquitetônicas originais.

Ao menos esses eram os meus objetivos acadêmicos, mas nem de longe imaginava a diversidade de costumes e a riqueza cultural daquele povo, que eu viria a me encantar. Mas não falo aqui em diferenças, mas acima de tudo das profundas semelhanças com o que reconheço sobre a vida no sul do Brasil, onde moro, e uma das regiões brasileiras que recebeu a participação e a contribuição do povo açoriano, desde o século XVIII.

Assim, decidi ao invés de apresentar neste trabalho a temática da Arquitetura e do Urbanismo, já extensamente pesquisada e publicada,

1 Arquiteto e urbanista, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS.

não apenas no meu estado, o Rio Grande do Sul (RS) ou em Santa Catarina, mas sim me dedicar aqui a outros aspectos culturais igualmente importantes, e que embora não sejam exatamente da minha especialidade acadêmica, são especialmente notáveis ao visitante das ilhas, como a sua gastronomia raiz, e seu folclore musical.

Naturalmente, então, busco explorar um olhar menos acadêmico, e mais turístico ou vivencial, trazendo aspectos que me surpreenderam pela felicidade de talvez encontrar uma das origens, se não a própria e única origem de alguns pratos, músicas, e danças que classificamos também hoje, como elementos da "Cultura Tradicionalista Gaúcha". Por evidente, este trabalho que pretende passear por tantos e diferentes aspectos culturais, sempre será um resumo, ou uma citação do que sempre possa ser futuramente desenvolvido mais profunda e detalhadamente.

Um outro aspecto que me atrai muito referir quando falo deste, e também de qualquer dos diferentes povos que vieram para estas terras forjar o povo brasileiro e o gaúcho, são percepções de cunho mais humanitário, da verdadeira saga a que todos foram submetidos, a começar pelas duras e longas viagens por mar na precariedade da época, assim como também no enfrentamento das óbvias e enormes diferenças da escala dimensional entre países europeus e os sul-americanos, em especial o Brasil, o maior deles, e em destaque apenas o seu estado mais ao sul, o Rio Grande do Sul, cuja área é simplesmente cerca de três vezes maior que toda a nação portuguesa ocupa no continente europeu, incluindo todas as suas ilhas. E se só isso ainda não fosse a suficiente preocupação, deve-se sempre contextualizar com o fato que o destino da viagem se tratava de uma terra selvagem, ocupada por povos nativos originais, e, adicionalmente, um território em franca beligerância entre povos colonizadores vizinhos, em sucessivas e sangrentas disputas territoriais, e especificamente nestas região e época, entre Portugal e Espanha – o aterrorizante ambiente da total insegurança!

O ambiente histórico

Antes de nos dirigirmos à temática cultural que propus na introdução, e, sem dúvida, o principal enfoque deste artigo, sinto que devo iniciar pela caracterização do cenário da região, destino daquelas famílias açorianas, e tentar melhor ilustrar algumas das condições que aqui os aguardavam.

Apesar do Brasil ter recebido por inúmeras vezes, desde a fundação da cidade de São Salvador (BA) (1541), a vinda de açorianos a diversos pontos de seu vasto litoral por mera motivação militar, foi no ano de 1752 que chegaram as primeiras levas de famílias açorianas ao Porto da Vila de Rio Grande. A primeira em abril daquele ano, pelo registro da chegada de uma frota de três sumacas[2] com 263 famílias provenientes da ilha Terceira, e a segunda, em agosto do mesmo ano, mais uma sumaca, com 75 famílias, totalizando nos dois momentos 833 açorianos (Cordeiro; Madeira, 2003).

A Vila de Rio Grande (RS), além de ser o único porto de mar na costa mais austral do Brasil, hoje do Rio Grande do Sul, e talvez por este mesmo motivo, até há poucos cinco anos antes da chegada daqueles emigrantes, fora a sede do governo regional. No entanto, o que ocorreu é a comprovação mais evidente da situação, e do estado de guerra dominante no local, ou seja, a sede governamental fora estrategicamente deslocada para a Vila de Viamão (RS) (mais ao norte), às vésperas da esperada invasão castelhana, e que realmente veio a ocorrer em 1763. Repelida esta invasão, a sede do governo regional fora novamente transferida em 1773 para o antigo Porto de Viamão – às margens do Lago Guaíba, e atual Porto Alegre. Destaca-se que, também por estratégia, desde a antiga Vila de Rio Grande, até a atual capital, são portos naturalmente interligados – considerando que a malha hidroviária interna existente entre esses dois centros, e o mar –, oportuniza o deslocamento mais direto e rápido, na época, ao centro do país.

Porém, cabe ressaltar que a primeira motivação dos nossos emigrantes não seria exatamente a de defender estratégias geopolíticas, ou a integridade de qualquer área em domínio português, ou de seu rei. Mas sim dos seus mais simples e urgentes objetivos, voltados à sobrevivência de suas famílias, encontrando-se naquela confusão territorial, uma forma de desembarcar, assentar, trabalhar, e talvez prosperar.

Neste cenário, imagino a apreensão e o desespero daqueles casais, alguns com filhos pequenos, após uma sofrida viagem por mar, seguindo para o interior de uma região absolutamente desconhecida, sob ameaças de toda a sorte, e sorvendo as desinformações constantes de qualquer conflito armado, sob os olhares de indígenas, em meio às fortes

2 Embarcação à vela, com dois mastros e velas latinas, muito utilizada em vários pontos na América do Sul, na navegação de cabotagem, marítima e lacustre até inícios do século XX, Ver a figura representativa, ao final.

chuvas e ventos constantes na região, singrando em direção ao norte, ou ao interior do Rio Grande do Sul, muitas vezes à noite, pelos ameaçadores baixios da Lagoa dos Patos, até encontrarem algo aparentemente seguro para estacionar, analisar, e talvez mesmo que provisoriamente, se assentar.

Realmente uma epopeia de proporções inimagináveis! Mas isso seria só o início.

Como já citei, apresento agora, as bases de uma possível união entre esse terrível cenário, e as características culturais que foco no presente artigo.

> Além da mobilidade social, o *capital cultural* é instrumento de inclusão, pois promove o contato entre pessoas de universos diferentes.
>
> Em todos os casos, esta "diferença", que causa o "estranhamento", pode ser capitalizado pelo imigrante, se tiver a habilidade de converter o "Estigma" em "Emblema". (BOURDIEU, 1999, p. 10, grifo meu).

De fato, essas pessoas não vinham das cavernas, não eram ignorantes. Pobres sim, até miseráveis, sofridos sim, mas nem de longe desprovidos do talvez mais importante "capital" que um povo possa ter: a sua cultura rica, diversa e milenar, e a profunda disposição de vencer, mesmo em ambientes ou cenários inóspitos, ou por mais agressivos que lhes apresentasse.

Quadro 1 – Linha do tempo das principais movimentações geopolíticas ao sul do Brasil (séculos XVII e XVIII)

1607	Expansão portuguesa a Oeste da Capitania de Santana (a mais ao Sul do Brasil). Toda a região ao sul de Laguna era território espanhol. As regiões do atual Rio Grande do Sul ainda não existiam como de domínio português.
1624	A Capitania de Santana foi anexada à Capitania de São Vicente, conforme alterações no Tratado de Tordesilhas.
1632	Bandeira de Raposo Tavares destrói parte das Missões espanholas e expande a região a Oeste da Capitania de São Vicente.
1633	Bandeira de Raposo Tavares invade a região costeira do atual Rio Grande do Sul, estendendo o Brasil ao Sul
1656	A região Sul da Capitania de São Vicente é transformada na Capitania de Paranaguá.
1680	Fundada pelos portugueses, a Colônia do Sacramento, nas margens do Rio da Prata, em frente a Buenos Aires. Iniciam-se assim as rivalidades, por ser uma provocação, e um anúncio das intenções de expansão Sul do Brasil até o Prata, que os espanhóis pretendem combater. Já no mesmo ano, a Colônia é retomada pelos espanhóis.

1681	Retomada da Colônia do Sacramento pelos portugueses.
1705	Novamente os espanhóis retomam a Colônia do Sacramento.
1715	Novamente os portugueses retomam a Colônia do Sacramento.
1738	Criada a Capitania de Santa Catarina, em área junto ao mar, mas com largura bastante reduzida ao interior, e subordinada à Capitania do Rio de Janeiro.
1750	Tratado de Madrid, reconhecendo novos limites portugueses, e trocando a Colônia do Sacramento aos espanhóis pela região das Missões aos portugueses.
1752	Chegam os primeiros açorianos ao Porto de Rio Grande, e a região era apenas uma parte da Capitania do Rio de Janeiro.
1760	Na região do atual RS, é criada a Capitania do Rio Grande de São Pedro, ainda subordinada à Capitania do Rio de Janeiro. O território, na ocasião, ao Norte e Leste estava quase igual ao atual, mas do centro ao Sul, apenas uma estreita faixa junto ao mar, que ia até a região de Maldonado, hoje do Uruguai.
1761	Após a guerra Guaranítica na região das Missões, os portugueses devolvem aos espanhóis esta região, em troca da Colônia do Sacramento (inversão da troca feita em 1750).
1762	Espanhóis novamente retomam a Colônia do Sacramento dos portugueses.
1763	Portugueses novamente retomam a Colônia do Sacramento dos espanhóis.
1777	Espanhóis invadem e tomam a Capitania de Santa Catarina. A região do RS fica sem ligação litorânea ao cento do Brasil.
1778	Tratado de Sto. Idelfonso. Portugal troca a região dos Pampas gaúchos e a Colônia do Sacramento pela devolução da Capitania de Santa Catarina. Até lá, a região do RS, sem SC fica ilhada do restante do Brasil, resumida a uma faixa junto ao mar. Mas no mesmo ano que é devolvida a Capitania de Santa Catarina, também é devolvida a região dos pampas gaúchos aos portugueses.
1804	A Capitania do Rio Grande de São Pedro anexa a região das Missões, Oeste, ficando com a configuração aproximada ao atual Estado do RGS.
1807	A Capitania do Rio Grande de São Pedro adquire autonomia, e passa a se chamar Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, ainda controlando a Capitania de Santa Catarina.
1821	A Capitania de Santa Catarina adquire autonomia. A Capitania de São Pedro do RS, expandida até o Rio da Prata, onde hoje é o Uruguai, com a região da Cisplatina, anexada ao Brasil.
1824	A todas as Capitanias do Brasil é concedido o *status* de Províncias.
1828	A Província da Cisplatina declara a sua independência, e passa a se chamar República Oriental do Uruguai.
1889	Com a Proclamação da República no Brasil, todas as Províncias passam a ser denominadas de Estados.

Fonte: elaboração do autor.

Como pode-se observar acima, a chegada dos açorianos se deu em um ambiente extremamente conturbado, onde em determinados momentos da história, alguns dos seus assentamentos nem mesmo situavam-se mais em território brasileiro, mas agora em regiões sob o domínio espanhol, onde eles simplesmente passariam a ser o inimigo.

Figuras 1, 2, 3 e 4 – Mapas do extremo-sul colonial

Fonte: acervo do autor.

Por estranho que possa parecer, trago o assunto deste capítulo com bastante veemência, com a intensão de melhor ilustrar as dificuldades, e as raras facilidades, se é que houve, presentes na vida destes nossos emigrantes. Mas o surpreendente é que de um modo geral, pelos relatos correntes, até que muitos deles conseguiram vencer tudo isso, e alguns até obtiveram alguma prosperidade maior do que sonhavam inicialmente, ou que o ambiente inicialmente lhes oferecia. Apenas posso creditar esta superação ao espírito aberto, de coragem e resiliência, franqueza, simplicidade, alegria, e disposição ao trabalho dessas pessoas, mas principalmente, como já citei antes, pelo fato de trazerem em sua bagagem uma enorme segurança cultural, ou como disse Bordieu, com "a habilidade de converter *o estigma em emblema*".

E este é o vínculo que pretendi, incialmente, ao trazer alguns aspectos culturais notáveis, que percebi ao conhecer, como características comuns naquele arquipélago. Ou seja, formulo como hipótese, que a socialização do emigrante, e a facilidade de cognição para com os demais que por aqui já habitavam (fundamental para qualquer integração), se deu principalmente por conta da positividade que o "diferente" em cultura e hábitos, deve ter se convertido em um pouco de felicidade a todos, frente a tantos percalços e decepções. Neste sentido, fica evidente que a *gastronomia*, a *música*, e a *dança*, como fortes aspectos culturais, produziram de fato a sua mágica, ou o alento necessário a todos. E de forma tão marcantes, que perduram até hoje como componentes notáveis da nossa cultura regional.

A música e dança como capital social

Não é como ter ou não ter dinheiro. Se damos dinheiro para alguém, ficamos sem ele. Cultura, como o "capital" a que me refiro, se possuo e passo a alguém, os dois ficarão com ela.

Impossível falar da música e dança com origem açoriana, sem lembrar, em primeiro lugar, o famoso "Pezinho", que por aqui, todos ao menos já ouviram, pois é habitualmente tocada em dançada em quase todas as nossas festas tradicionalistas, bailes regionais, e até nas escolas infantis. Fácil de lembrar, e lúdico em dançar, o Pezinho como letra e música não é hoje exatamente como nas ilhas, que inclusive encontrei em várias versões de uma ilha para outra. Mas os seus acordes clássicos imediatamente remetem a qualquer turista gaúcho, lembranças do seu Estado natal.

Mas isso não fica apenas aqui, enquanto também a *Chamarrita* (Chimarrita no RS), a *Tirana* (Tirana de Lenço no RS), a *Dança das Fitas* ou Cadarços (Pau de Fita no RS), a *Caninha Verde* (Cana Verde no RS), *Balaio*, e outras, também estão muito presentes, e a não ser em festas populares, como a de São João, costumam ser muito bem preparadas por grupos folclóricos, inclusive com vestimentas especiais e alguma cenografia para a ocasião.

> Segundo Dias (1981), todos os povos do mundo cantam e dançam à sua maneira. Nos Açores, nove ilhas habitadas por uma população que fala a mesma língua, embora com sotaques distintos, observa-se que costumes idênticos se expandem e distinguem-se em seus folguedos, pois cada ilha possui características próprias, em determinadas manifestações culturais. Ao mesmo tempo, há uma essência que as define e aproxima. Os "bailhos" açorianos (atuações artísticas, músicas ou danças açorianas) juntavam os povoadores, através de longas caminhadas, onde tudo era festa, uma alegria vivida na mais ampla exteriorização dos prazeres mundanos (ARRUDA et al., 2013, p. 14).
>
> *"A seleção das ditas "Musicas e Danças Tradicionais" prediletas do Gaúcho, formaram-se ao seu próprio gosto nos Bailes e Danças de Salão. (Paixão Côrtes e Barbosa Lessa).*

A seguir, apresento um comparativo apenas das letras de duas das mais populares no RS, e também em algumas selecionadas ilhas, sendo que, dependendo dos grupos que a apresentam, surgem às vezes versões diferentes na mesma ilha. Mas todas são igualmente apreciadas.

Quadro 2 – Letra do Pezinho em ilhas dos Açores e no Rio Grande do Sul

Ilha de Santa Maria	Ilha do Faial	Ilha do Pico	RS/BR
Dá-me lá o teu pezinho, Por cima café e canela; Vou-te falar espanhol: Caramba, mira lostela. Esta moda do pezinho, quem a havia de inventar? Foi a filha do padeiro, na cozinha a peneirar. Faz favor dá-me o pezinho aqui neste duro chão: Entrego minh'alma a Deus, o corpo ao teu coração. Não leves o pezinho... pelo sim ou pelo não; Deu um pulo, foi cair, dentro do teu coração. O Pezinho é mui bom pra quem no sabe cantar; Também tem seus requisitos, nem todos os sabem dar. Põe aqui o teu pezinho, põe aqui ao pé do meu; Que ao tirar do teu pezinho cada qual fica co seu. Risca aqui, dá-lhe o pezinho, ó vida, olaré, cortiça; Se é casada, arreda, arreda, se é solteira, atiça, atiça. Toma lá o meu pezinho, uma direita outra torta; Se tu gostas de me ver passa amanhã pela porta.	Faz favor ponha o pezinho Faz favor se o quer pôr Ao tirar o seu pezinho Fica sendo o meu amor Faz favor ponha o Pezinho Ponha aqui ao pé do meu Ao tirar o seu pezinho Cada qual fica com o seu Esta moda do pezinho Quem havia de inventar Foi a filha do padeiro Na cozinha a peneirar O Corvo é a nossa terra. Embora que alguém se zangue. Para a defender faço guerra. Derramo todo o meu sangue.	Ó meu amor nada, nada Ó nada, nada, ó meu amor nada, não (BIS) Nada tenho em meu peito Ó em meu peito, que não te faça quinhão (BIS) (CORO) Faz favor ponha o pezinho O seu pezinho ponha aqui, se o quiser pôr (BIS) Que não é de obrigação De obrigação é de quem faz o favor (BIS) Eu fui ao Pico, piquei-me Ó sim piquei-me, piquei-me lá num picão (BIS) O picão nasce da silva Ó sim da silva, e a silva nasce do chão (BIS) (CORO) Faz favor ponha o pezinho O seu pezinho ponha aqui na branca meia (BIS) Se a branca meia se suja Olé se suja há mais água na ribeira (BIS) Eu fui ao Pico, piquei-me Ó sim piquei-me, piquei-me lá num silvado (BIS) Nunca mais eu vou ao Pico Ó sim ó Pico, sem o Pico ser mondado (BIS) (CORO) Faz favor ponha o pezinho O seu pezinho ponha aqui que não faz mal (BIS) Que esta moda do pezinho Ó do pezinho foi do Pico pró Faial.	(Tudo em CORO) Ai bota aqui, ai bota ali o teu pezinho O teu pezinho bem juntinho com o meu. Ai bota aqui, ai bota ali o teu pezinho O teu pezinho, o teu pezinho ao pé do meu. E no chegar desse teu corpo Ai um abraço quero eu. (BIS) Ai bota aqui, ai bota ali o teu pezinho O teu pezinho bem juntinho com o meu Ai bota aqui, ai bota ali o teu pezinho O teu pezinho, o teu pezinho ao pé do meu. Agora que estamos juntinhos Dá cá um abraço e um beijinho. (BIS)

Fonte; Azeredo, 2019. Elaboração do autor. Escolhida como exemplo, por ser uma das poucas cantadas pelos bailantes no RS.

Como pode-se observar apenas pela distribuição das estrofes, existem coincidências e muitas variações, tanto nas letras, como nos ritmos, no desenvolvimento da dança, e postura cênica. Quanto ao ritmo, todas seguem o "binário", com algumas adaptações, conforme a partitura das danças (algumas partes em 2/4, outras em sextilhas).

Figura 5 – O baile (Óleo sobre tela de Pedro Weingärtner, 1892)

Fonte:

Figuras 6, 7, 8 e 9 – Danças de bailantes do Rio Grande do Sul

Fonte: acervo do autor.

A gastronomia e a mescla de culturas

Não conhecendo, ou reconhecendo algum estudo de aparente rigor científico ou acadêmico que fundamentasse redigir sobre a contribuição gastronômica direta do emigrante açoriano no sul do Brasil, e também, como já disse antes, não sendo esse o foco da minha formação específica, não vi motivos para deixar de abordar este igualmente importante tema no presente artigo, pois o considero como um traço cultural, ou um dos "capitais", trazido pelas populações açorianas a estas terras, e também de perceptíveis e notáveis consequências positivas para a "mescla" de contribuições à nossa cultura regional.

Antes de tudo, percebo que devemos ter uma ideia resumida da cozinha açoriana, no original, ou seja, sem entrar em muitos detalhes, elencar aqui os principais pratos tradicionais e gastronomicamente notáveis das ilhas, para que a simples leitura nos sensibilize o suficiente para que possamos após comparar com alguns dos nossos pratos regionais suspeitos da influência emigrante:

- **Sopa de Peixe** (geral das ilhas)
  Refogado de cebolas, azeite, tomate, salsa, e opcionalmente banha de porco.
  Batatas ou arroz, e sortido de peixes pequenos e médios.
  Servida com fatias de pão.
- **Caldeirada de Congrio** (típico das Flores)
  Refogado de cebolas, azeite, vinho branco, pimenta da terra moída, salsa, e dentes de alho picados.
  Adicionado ao peixe, gemas batidas com suco de limão.
  Servido sobre fatias de pão torrado.
- **Chicharros Fritos com Molho de Vilão**
  Molho com alhos, óleo, pimenta da terra, pimentão vermelho, vinho de cheiro, pimenta branca, e vinagre.
  O molho é deitado sobre os chicharros fritos em óleo.
  Acompanha batatas cozidas.
- **Polvo a Regional**
  Refogado de azeite e cebola, junta o polvo cortado em pedaços (tentáculos), cerveja, vinho de cheiro, sal, pimenta e piripiri.
  Acompanha batatas cozidas.
- **Ameijoas de São Jorge**
  Ameijoas criadas especificamente nas águas da Caldeira do Santo Cristo, e apreciadas de várias formas.

Servem-se com as cascas, e folhas de alface.

- **Cracas do Mar** (tipo mexilhões, mas com formato cônico, com musgos presos.
  Cozidas em água do mar, sem retirar os musgos, e com o bico virado para cima, (de preferencia, ainda vivas), com cebolas, cravinho, e vinho branco.
  Consomem-se retirando a carne das cascas (com o auxilio de um prego), e após bebe-se o molho das cavidades vazias.
- **Lapas com Molho Afonso**
  Refogadas em azeite, alho, pimentão, salsa, calda de pimenta malagueta, e vinho branco.
- **Tortas de Ervas do Calhau** (feitas de algas "erva-patinha") (Típico das Flores e também do Corvo).
  Trituram-se as algas, misturam-se alhos, cebolas em rama, salsa picada, e ovos.
  Frita-se tudo em banha, e conforma-se como uma torta.
  Acompanha batata doce, inhame ou sopa.
- **Morcela com Ananás**
  Morcela (aqui Morcília) fria em banha, cortada em rodelas grossas, até ficarem estaladiças.
  Serve-se sobre triângulos de fatias finas de Ananás (aqui abacaxi).
- **Bife a Regional**
  Carne de vaca, em bifes, fritos com pimenta da terra inteira, alhos, e molho de vinho.
- **Cozido das Furnas** (Típico da Freguesia das Furnas, em São Miguel)
  Chambão de vaca, carne de porco, galinha, chouriço, toucinho entremeado e fumado, toucinho gordo, repolho, batata, cenoura e couve.
  O cozido é feito com todos os ingredientes em uma panela, que é lacrada, e depositada nas Furnas, ou nas Caldeiras da Ribeira Grande, na Ilha de São Miguel. Após 4 a 5 horas, sem mexer nem abrir, pode-se servir.
  (**Obs**: Ver ao final, os comentários sobre sistema semelhante encontrado no RS).
- **Bolos Lêvedos** (Típico da Freguesia das Furnas, em São Miguel)
  Farinha, ovos, manteiga e levedura.
  Após levedados, vão cozer em uma sertã de barro bem quente.
- **Queijadas de Vila Franca** (São Miguel)
  Massa: farinha, gemas, banha, manteiga, açúcar, sal.
  Recheio: coalho, gemas, açúcar, manteiga, farinha.

Servem-se polvilhadas com açúcar de confeiteiro.

- **Sopas do Espírito Santo** (Típico nas festas do Espírito Santo em todas as ilhas).
  Carne de vaca, repolho, pão caseiro, hortelã.
  (Em Santa Maria acrescenta-se endro. Na Terceira contém pedaços da carne, fígado, e sangue de vaca coalhado, carne de galinha, e molho de alcatra, além do pão de trigo caseiro, repolho, e da frescura de hortelã. No Pico são temperadas com cominhos, pimenta Jamaica, pau de canela, canela em pó e colorau).
- **Queijadas Dona Amélia** (Terceira)
  Doce em tortinhas ou bolinhos, adaptado de receita que já existia (Bolo das Índias), e que também é confeccionado com especiarias. (Criado em 1901, pela visita do Rei D. Carlos e a Rainha Dona Amélia).
- **Queijadas da Graciosa** (Graciosa)
  Tortinhas em forma de estrela. Massa externa fina e estaladiça. Internamente, recheio de ovos e leite.
  (Marca Registrada, confeccionados por Maria de Jesus dos Santos Bettencourt Félix).
- **Espécies de São Jorge** (São Jorge)
  Rosquinhas pequenas e circulares (tipo *donuts*), feitos com massa de hóstias, golpeadas e decoradas na parte superior com o mesmo do recheio acastanhado, de pão torrado, canela, erva-doce, limão e pimenta Jamaica.
- **Massa sovada** (Típico das festas do Divino Espírito Santo e Páscoa)
  Pão doce de massa levedada, com açúcar, ovos, manteiga e canela.

Uma observação muito importante: os pratos acima são encontrados e prestigiados nos Açores hoje, mas na reprodução de qualquer prato, por mais fiel que se deseje às receitas herdadas do antigo, lembremos que a gastronomia é uma prática viva, ou seja, vai se alterando através do tempo. Além disso, muito da cozinha tipicamente açoriana, também veio de Portugal Continental, e de outros povos. Mas acredito que em sua essência, o seu tipo, e a sua apreciação em degustá-lo, perdure.

Portanto, não são frutos de uma espécie de gastronomia "arqueológica", no seu maior rigor científico, mas sim o prato que nos chegou até o momento, e, de certo, totalmente enraizado no passado.

A seguir, passo a citar, umas certas e outras prováveis contribuições no Brasil meridional, iniciando por Santa Catarina, primeiro lugar de des-

tino (Desterro) dos navios que por aqui chegavam, após a grande travessia do Atlântico, mesmo que com rápidas e/ou estratégicas paradas em outros portos brasileiros.

Observando a recomendação do rei:

> Em agosto de 1747, provisão real estabelecia que deviam ser fundados lugares para grupos de sessenta casais e dado um quarto de légua em quadro, por cabeça de casal, em terras em sesmarias. Assim chegados, os casais estabeleceram-se em Santa Catarina. Em 1750, após o Tratado de Madrid, a Coroa recomendou ao governador da Ilha de Santa Catarina que só enviasse casais para o Rio Grande, depois de povoada a Ilha de Santa Catarina (ESPÍRITO SANTO. In: BARROSO, 1993, p. 47).

Aqui, nesse passo intermediário, antes de finalmente chegar ao RS, e também, para fins de uma análise mais abrangente, e por se tratarem dos mesmos emigrantes atuando em regiões meridionais do Brasil, embora no estado vizinho, e com condições litorâneas um tanto diversas, simplesmente incluo abaixo alguns trechos de interesse, encontrados em artigos sobre a influência açoriana no estado de Santa Catarina, já apropriadamente concisos:

> Os açorianos trouxeram alimentos e costumes, mas tiveram que se acostumar às condições de clima e solo de Santa Catarina.
>
> Segundo Victor Américo Cabral, os açorianos dependendo do espaço geográfico em que se estabeleciam, plantavam trigo, abóbora, feijão, couve, cebola, mandioca, batata, milho, nabos, melancias, cana-de-açúcar, cevada, alpiste, aveia, ervilha, centeio. No pomar, cultivavam árvores de espinhos (laranjeiras, limoeiros, bergamoteiras, pessegueiros, bananeiras, amoreiras, pereiras); também cultivavam vinhas, cânhamo e erva-mate.
>
> Os portugueses carregaram a necessidade de produzir pão, um hábito alimentar já presente na cultura deles. Ao plantarem o trigo aqui, o grão não vingou, e foi observando os indígenas que eles perceberam o potencial da mandioca para panificação.
>
> E foram eles que trouxeram o modelo de engrenagem de engenho de moinhos de trigo, e adaptaram a moagem da mandioca nas fábricas. Até hoje a farinha de mandioca produzida em Santa Catarina possui características únicas; é uma farinha mais fina e polvilhada.
>
> Os açorianos estavam habituados a pescarem em grandes penhascos e não tiveram grandes problemas no litoral catarinense, mas

> as canoas e o modo de pesca artesanal são influências diretas dos povos originários.
>
> Os pratos dessa culinária são ensopados, fritos com cozimento a vapor, técnicas desenvolvidas pelos árabes, aprendidas pelos portugueses que aplicaram nos preparos aqui.
>
> A utilização do cozimento por água e moqueamento são técnicas indígenas muito presentes no litoral catarinense. Essa fusão de culturas entre indígenas e europeus que trouxeram hábitos e costumes fazem o que hoje é a gastronomia de Santa Catarina.
>
> Os frutos do mar continuam imbatíveis na culinária do litoral catarinense, mas o famoso pirão d'água com peixe frito passou a dividir a preferência com pratos contemporâneos.
>
> Quando os açorianos chegaram nestas terras d'além mar, trouxeram na bagagem as massas à base de mandioca e milho e os temperos de seus cozidos e caldos. Alho, cebola, pimenta do reino, pimenta malagueta, alfavaca, orégano, cravo, louro, cheiro verde e açafrão são alguns condimentos que atravessaram o oceano e os anos e, até hoje, fazem parte da mesa "açoriana" de Florianópolis, Itajaí, Palhoça, Laguna, Navegantes, São José e outras cidades litorâneas de SC.
>
> Nas terras dos carijós, os açorianos viram no mar uma fonte de renda e de alimentos e, logo, peixes, moluscos e crustáceos passaram a compor o cardápio e a identidade dos imigrantes e seus descendentes. Dos engenhos de farinha instalados pelos portugueses e da pesca, surgiu a combinação de pirão d'água com peixe frito, tão apreciada até hoje por moradores e turistas (https://idec.org.br/dicas-e-direitos/culinaria-acoriana).

Já vimos que, tanto em Santa Catarina, como no Rio Grande do Sul, igualmente as famílias pioneiras trouxeram na bagagem a sua culinária, mas esta teve que se adaptar às condições e aos gêneros existentes. E o que existia em maior número, de fato, eram povos indígenas com milhares de anos em sua constante adaptação àquela natureza, e, na sua maioria, nômades. Ou seja, de necessária agilidade e praticidade em seus deslocamentos. Portanto, de práticas alimentares quase da ocasião, colhendo o que lhes aparecia pelo caminho. Conheciam profundamente cada tipo de alimento ali existente, e suas aplicações, tanto na gastronomia quanto na sua medicina. Não portavam equipamentos de cozinha, mas improvisavam, sempre na melhor forma de utilização, os seus recursos, ou os que eventualmente também lhes apresentava. Por

exemplo: ao invés de panelas de vários formatos, potes ou pilões, cavavam um buraco no chão, das dimensões que lhes parecia suficiente, forravam esta cova com couro de gado abatido no campo, e com um macete feito de galhos moldados à facão, apiloavam grãos (milho e outros) ou qualquer outro produto que fosse necessário ser trabalhado previamente, como carnes de caça, peixes e mandioca. Para cozinhar, sobre um fogo de chão, estendiam também um couro de gado, amarrado a quatro galhos, como uma mesa, a uma altura certa do fogo, e coziam em água o que necessitavam, ou simplesmente uma grelha (moquém) para moquear ou defumar carnes, formada de varas colhidas no mato, ou espetos do mesmo tipo, cravados no chão, ao lado do fogo.

Assim obtinham iguarias, como:

- **Amendoim**, seco ao sol, ou torrado, ou misturado com outros ingredientes;
- **Batata Doce**, na produção de farinhas, ou assadas nas brasas;
- **Feijão**, cultivados junto com o milho;
- **Mandioca**, em farinha feita da raiz, seca ao fogo, ou ralada ainda fresca; obtendo uma massa empapada, que escorrida (o veneno) e prensada, originava o **Tucupi**, que se adicionava a carnes de caça;
- **Aipim,** tipo de mandioca "mansa" (sem veneno), consumido com mel silvestre;
- **Biju ou Beiju**, bolo ou bolachas assadas de massa de mandioca;
- **Cauim,** tipo de bebida da mandioca fermentada;
- **Milho**, base da alimentação de muitas tribos, que esmagado no pilão, obtinha-se a **Quirera**, ingrediente de várias receitas, e a **Pipoca**, que na forma indígena era jogada sobre brasas cobertas de cinza (borralho);
- **Assados**, moqueados, com farinhas de produção minuciosa.

Com a chegada dos novos habitantes, não apenas estes tiveram que improvisar com o que dispunham, mas os indígenas também sofreram adaptações em seus hábitos. Um dos principais foi a introdução dos "criatórios". O que certamente modificou (não sem resistências, é óbvio), os seus hábitos nômades, exigindo a criação de espécimes não nativos, e domesticados, como cães, bovinos, caprinos, ovinos, suínos, galináceos e equinos; novos por aqui.

Percebemos, neste particular, uma grande variação de hábitos, pois o fato do nômade migrar, é por conta de estratégias que envolvem a sua

defesa, no caso de ataque, o seu *conforto,* no caso de rigores climáticos, e a sua *alimentação,* no caso da sazonalidade de alimentos.

Assentados, agora sob a nova forma: *fortificada*, melhor *abrigada*, e com *criações* não apenas de animais de consumo, mas também das *plantações,* como frutas, grãos e hortaliças, imagina-se uma certa perda de identidade cultural para estes povos. O que, para uns, isto seria sinônimo de um avanço civilizatório, até pode ser contestado como uma "perda da sua liberdade".

Neste sentido, as Reduções Jesuíticas, apesar de representarem para uma civilização europeia ocidental uma forma de "abandono do selvagem", e sob a orientação de um "aculturamento necessário", não creio que isso tudo tenha representado um avanço para os povos originais, mas, sim, muito mais uma visão estratégica do *colonizador,* ou a seu gosto.

Mas, voltemos ao foco deste artigo, finalizando-o a seguir.

Sem dúvida, o "assentamento" resultou em "avanços significativos", na concepção europeia dominante. Não apenas no que se refere às Reduções (depois tomadas e destruídas), mas nas Estâncias que se criaram, e com notabilidade para as *charqueadas*. Com elas instala-se o comércio de trocas, não apenas regionalmente, com os seus tropeiros que levavam o gado rio-grandense para o centro da colônia, então no interior do Brasil, e até internacionalmente, enquanto o *charque*, como proteína de conservação e consumo fácil, passa a ser uma riqueza, cujo comercio chegou a evoluir até para a exportação (EUA e Caribe).

Neste contexto evolutivo, e apaziguadas as divisas da região, como já citamos, os nossos açorianos também se assentaram por aqui. Por volta de 1800, alguns abandonaram o cultivo, e no sul do estado também se dedicaram à pecuária, com rendimentos excepcionais.

A contribuição dos portugueses açorianos na alimentação gaúcha é variada, principalmente porque eram detentores de ótimas técnicas da agricultura, assim como também da criação de animais para o consumo, e seus produtos derivados.

> Vem deles o hábito de fabricar e comer queijo, requeijão, embutidos, defumados e doces.
>
> Também estenderam sua marca à fabricação de bebidas, dos licores, vinhos, aguardentes aos destilados de uva e cana de açúcar.
>
> Introduziram novos temperos e especiarias, como o cravo, canela, alho, cebola, cominho, noz-moscada, gergelim, gengibre, açafrão, salsa e sal. Trouxeram o azeite de oliva, o vinagre, a cana de açúcar, e, consequentemente, o açúcar. Novos métodos de preparar alimen-

> tos e equipamentos de cozinha, além de receitas, com guisados, cozidos de carne, caldeiradas de frutos do mar e peixes, vieram no pacote, os dois últimos, elementos da destacada culinária litorânea.
>
> Para alternar com a farinha de mandioca, os açorianos introduziram o arroz, de origem asiática, denominado de "arruz" pelos árabes. Segundo o historiador Câmara Cascudo, o grão foi plantado na Península Ibérica e, de lá, foi trazido para o Brasil, incorporando-se imediatamente ao cardápio do dia-a-dia.
>
> A doçaria portuguesa, bastante desenvolvida e respeitada na Europa, não tardou de desembarcar no Brasil. Com a matéria-prima do açúcar garantida, a adaptação das guloseimas foi facilitada. As técnicas portuguesas na produção dos quitutes (secos, em caldas, cristalizados, em compotas ou em passas), aplicadas a uma vasta variedade de frutas originou uma diversidade de receitas (Castilho, 2005, p. 14).

Não posso concluir este artigo sem citar novamente, com alguns comentários, o *exótico prato açoriano* "Cozido das Furnas" (ilha de São Miguel), não pelos seus ingredientes, mas pelas características do seu cozimento, pensava eu que seriam muito exclusivas de quem possuísse furnas vulcânicas, o que definitivamente não é o caso do RS, ou do Brasil.

A cocção do tal prato baseia-se nos efeitos do "forno úmido", pois talvez seja a forma mais própria para se cozinhar carnes e vegetais por 4 a 5 horas neste forno, em calor intenso, sem acesso ao mesmo, ou possibilidades de controle sobre o que estaria ocorrendo dentro daquela panela. No entanto, asseguro que nada de mal ocorre. Ao contrário, todos os ingredientes, principalmente os vegetais inseridos dissolvem-se em um caldo maravilhoso, e sem a possibilidade de secar, ou queimar, no longo tempo de cozimento, pois trata-se de um forno, que apesar de potente (geotérmico), é já saturadíssimo de umidade. O que evita que aquele cozido tenha a chance de dissipar água para o ambiente. Mas não é pelo ineditismo que volto a ele, mas pelo fato que *eu o encontrei* (sou testemunha e participante) sendo preparado e saboreado também no RS. Mas como?!? Simples! Sobre uma barranca de rio, cavaram um poço de uns 2,5m de profundidade, e dentro fizeram um fogo intenso por cerca de 4 horas, alimentando-o seguidamente. Após isto, o restante é semelhante ao que é feito nos Açores nas Caldeiras da Ribeira. O fato do ambiente do poço estar no subsolo, sobre uma barranca e longe do lençol freático, garante a umidade sempre presente, mas suficientemente longe da água de lençol do rio (o que provocaria uma troca de calor muito rápida e a consequente perda do cozido). Achei muito FANTÁSTICO, e saboroso!

Referências

ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lucia Amaral; MATOS, Maria Izilda Santos; SOUSA, Fernando de (Org.). *De colonos a imigrantes*: i(e)migração portuguesa para o Brasil. São Paulo: Alameda, 2013.

AZEREDO, Flávio Antônio de. *Herança açoriana nas danças tradicionais do Rio Grande do Sul*. [recursoeletrônico]. EDUNISC, Santa Cruz do Sul; 2019; www.unisc.br/edunisc.

CASTILLO, Carlos. *Fogão campeiro*: receitas gaúchas. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

CASTILLO, Carlos. *O Rio Grande em receitas*: origens históricas e sabores que formam a culinária gaúcha. Porto Alegre: RBS Publicações, 2005.

CORDEIRO, Carlos; MADEIRA, Artur Boavida. A emigração açoriana para o Brasil (1541-1820). *Arquipélago e História*, Ponta Delgada, 2ªsérie, v. VII, p. 99-122, 2003.

COSTA, João Vasconcelos. Cozinha das ilhas açorianas. Introdução. In: *O gosto de bem comer*. Alfragide: Editorial Caminho, 2005.

ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. Açorianos no sul do Brasil: da Prata do Potosi ao ouro das Gerais. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). *A presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: EST, 1997.

VIEIRA, Newton Machado. *De pijama na cozinha*. Porto Alegre: Sul Brasileiro Artes Gráficas, 1984.

Fontes eletrônicas

https://idec.org.br/dicas-e-direitos/culinaria-acoriana; Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC/DF.

www.nsctotal.com.br/noticias/sabores-acorianos-tradicao-revisitada; NSC Comunicação, Florianópolis/SC.

Sumaca

A IMPORTÂNCIA DA IMIGRAÇÃO AÇORIANA NO RIO GRANDE DO SUL PARA A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO GAÚCHO

Rogério Pereira Bastos[1]

A Comissão Gaúcha de Folclore, no ano das comemorações dos 270 anos do povoamento açoriano no Rio Grande do Sul, não poderia deixar de participar da construção de um material que contemplasse a importância que essa imigração teve para a cultura e identidade do povo gaúcho. A herança açoriana desempenhou um papel significativo no desenvolvimento histórico, cultural e econômico do estado do Rio Grande do Sul. A chegada deles, nos séculos XVIII e XIX, teve um impacto duradouro e profundo, moldando a identidade regional e garantindo o progresso social e econômico na região.

Os açorianos, vindos das ilhas do arquipélago dos Açores, em Portugal, enfrentam uma jornada árdua e desafiadora em busca de uma vida melhor. A terra fértil e abundante do estado se tornou um lar para esses imigrantes, que logo desenvolveram as atividades agrícolas e pesqueiras, consolidando a sua presença e influência. Uma das grandes contribuições foi o conhecimento e a experiência na agricultura. Com seu domínio das técnicas agrícolas, eles introduziram novas culturas, como o trigo e a uva, que se adaptaram bem ao clima e solo da região. Além disso, trouxeram consigo uma rica tradição de pescaria, impulsionando a indústria pesqueira e confiantes para a dieta local com abundância de frutos do mar.

A identidade açoriana também teve um impacto significativo na cultura e na identidade do Rio Grande do Sul. Os açorianos trouxeram consigo sua língua, costumes, tradições e festividades, enriquecendo assim a diversidade cultural da região. A dança, a música e as manifestações culturais açorianas foram preservadas e transmitidas de geração em geração, mantendo viva a herança desse grupo étnico. O folclore açoriano

1 Historiador, folclorista, presidente da Comissão Gaúcha de Folclore. Porto Alegre/RS.

gaúcho é uma admirável página a ser permanentemente estudada por conta de sua forte influência.

O folclorista Dante de Laytano escreveu sobre a chegada dos lusos-açorianos no Rio Grande do Sul, lembrando que, anterior a ida do Continentino para as Ilhas, estes receberam as influências diversas da Europa naquela época, como de Minho, Algarve, Alentejo e alguns flamengos. Minho guardou as heranças germânicas bárbaras da loura população que se deslocou do norte europeu (godos, visigodos, alanos e suevos). Já Algarve foi arabizante, com emir, califado, cultura etc. Os flamengos, que chegaram nos Açores através dos Flandres, preservando uma tradição que depois se espalhou pelo Rio Grande do Sul, que foi a Festa do Divino Espírito Santo.

O luso-açoriano entrou e ficou no Rio Grande do Sul de maneira avassaladora, na proporção maior de todas as outras etnias e correlação delas. O povoamento de Porto Alegre, a atual capital do nosso Estado, foi ampliado significativamente com a chegada dos açorianos. A linguagem é de influência açoriana, já com detalhes de povos que vimos anteriormente, na península Ibérica e, posteriormente, levada para as ilhas.

Dante de Laytano dizia que:

> Os gauchismos em plena circulação são de procedência açoriana, pelo menos 80%. Mas é abundantíssima essa influência. Alambre, alambrado: arame; apeiro: parte do arreio que serve para o governo do cavalo; badana; carneira; peão; empregado; brete: corredor de madeira para o gado ir pro banho; bombachas: calções largos e compridos do gaúcho; cola atada: rabo amarrado; sestro: manha; varar: cruzar o rio; talagada: quantidade grande; principalmente de bebida (dar uma talagada); riba: ribeira acima; arriba: acima; emborcar: cair de bruços; lerdo: tardio; [...] manjuá: balaio de pesca; tripulação: moradores de uma determinada zona; curar: ato de preparar o peixe para salgar.

A fala cantada, uma fonética própria, com pronúncia nas ilhas açorianas apresenta algumas características distintas em relação ao português falado no continente. O sotaque açoriano geralmente é descrito como melódico, suave e cantado. O professor Paiva Boléo, citado por Dante de Laytano em sua obra “Folclore no Rio Grande do Sul”, explica uma teoria, onde esse jeito de falar se origina no vento que modula a saída das palavras nas áreas todas das ilhas. Sempre tocadas pelo vento, o

mar que banha o vento e a força deste. Ilha de São Jorge ou São Miguel, de cantares em prosa, com as outras sete. O tipo do gaúcho, o físico, ainda guarda muito do açoriano, a mesma estatura alta, cor dos olhos e pele (LAYTANO, 1987).

O professor Harry Rodrigues Bellomo, em publicação da Comissão Gaúcha de Folclore no ano de 2002, reforça a chegada dos açorianos em Santa Catarina e, posteriormente, no Rio Grande do Sul, espalhando-se pela bacia da Lagoa dos Patos e pelos rios Guaíba, Jacuí e Taquari. Com a invasão dos espanhóis em 1763, os açorianos escapam pelo litoral e pelo Campos de Viamão. Durante este período, segundo Bellomo, surgiram as vilas açorianas de São José do Norte, Viamão, Conceição do Arroio, Osório, Santo Antônio da Patrulha, Porto Alegre, Triunfo, Santo Amaro, Rio Pardo, Taquari e Cachoeira.

A professora Lilian Argentina Braga Marques, que teve seu centenário homenageado juntamente com os 270 anos do povoamento açoriano no Rio Grande do Sul, escreveu que os grupos humanos quando migram, ao aportarem no local indicado para sua fixação, já iniciam o desbravamento utilizando todo o saber tradicional herdado de seu torrão de origem. E, assim, aconteceu com os açorianos que vieram para o nosso estado, buscando melhores dias e crentes nas promessas do edital real de 1747, que autorizava a imigração para o Brasil de casais que receberiam uma *data* de um quarto de légua, isenção de serviço militar, dispensa de pagar tributos por 5 anos, sementes e animais vacuns, além de implementos agrícolas.

Como o litoral gaúcho é arenoso e sem florestas que oferecesse material para a construção das primeiras habitações, fez com que os açorianos aqui chegados rememorassem a história do povoamento das ilhas e, aqui, erguessem cafuas (choupanas improvisadas) de colmos e palhas. E foi nelas que iniciaram sua luta laboriosa, retirando do mar, graças as experiencias trazidas das ilhas, como pescadores, e da terra, o sustento para as famílias.

Lilian Argentina lembra os ritos de passagem, vividos nas ilhas, que aqui foram sendo repetidos, mas sofrendo pequenas modificações. Modificações estas, que foram se acentuando, mas que ainda está no subconsciente do gaúcho, carregando consigo muitos valores trazidos pelos imigrantes, fosse no nascimento, namoro (hoje, completamente modificado), casamento, morte ou luto, entre outros.

Ampliando este preâmbulo, como forma da Comissão Gaúcha de Folclore homenagear os 270 anos do povoamento açoriano no Rio Gran-

de do Sul, lembrando que imigração açoriana também teve impacto demográfico, contribuindo para o crescimento da população do estado. Os açorianos se misturaram com outras etnias presentes na região, como os portugueses, os índios e os africanos, mais tarde, alemães e italianos, gerando uma diversidade étnica que deu as características do Rio Grande do Sul.

Nossa linguagem popular, ou oralidade, pesquisada e escrita pela professora Lezia Maria Cardoso e o professor Getúlio Xavier Osório, referente aos ditos populares, por exemplo, trazem alguns deles:

> No RS: "Quem pensa, não casa"
> Nos Açores: "Quem pensa, não casa; quem casa, não pensa"
> No RS: "Filho de peixe, peixinho é"
> Nos Açores: " Filho de peixe, sabe nadar"

Algumas variantes podem ser modificadas de uma ilha para a outra, bem como nos municípios do Rio Grande do Sul. No campo das superstições, crendices e magias, também as semelhanças estão presentes. O folclore do boi, presente em muitos estados brasileiros, fosse com um chifre, ou com três patas, ou mesmo, com a cabeça de fogo, lá estavam as histórias contadas pelos mais velhos, pelas proximidades das pessoas, vida pacata, e o estímulo para a contação destas nas reuniões familiares. Eram mulas sem cabeça, bois que cuspiam fogo, bruxas, lobisomens, mulheres de branco, que povoavam as mentes inocentes das crianças, tanto nas ilhas, quanto no Rio Grande. Não podemos esquecer das casas mal-assombradas, o pavor de nossas infâncias, fantasmas, correntes arrastando pela casa, entre outras assombrações.

Considerações gerais

Em resumo, a imigração açoriana teve uma importância significativa para o Rio Grande do Sul, contribuindo para o desenvolvimento econômico, cultural e social do estado. A herança deixada pelos açorianos ainda é presente na identidade gaúcha, sendo valorizada e preservada até os dias de hoje, em nosso artesanato, na culinária, tanto doce quanto salgada, nas brincadeiras infantis (quando se consegue fugir dos games) nas poucas cantigas de roda, na confecção de brinquedos, mas, ainda acentuados nos cânticos das mães para com os bebês, nas cantigas de ninar, que ouviam de suas mães e avós, e usam para acalentar os pe-

quenos. Lembremos ainda dos formuletes, trava-línguas, cantos cumulativos, danças, adivinhações e parlendas. Em seus objetivos e funções institucionais, a Comissão Gaúcha de Folclore busca promover o folclore gaúcho e torná-lo mais conhecido, destacando os povos que ao chegarem nas novas terras contribuíram com aquilo que trouxeram do seu torrão natal.

Referências

AGRIFLOGLIO, Rose Marie dos Reis (Org.). *Contribuições luso-açorianas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Comissão Gaúcha de Folclore, 2002.

BELLOMO, Harry Rodrigues. A colonização açoriana no Rio Grande do Sul. In: AGRIFLOGLIO, Rose Marie dos Reis (Org.). *Contribuições luso-açorianas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Comissão Gaúcha de Folclore, 2002, p. 11-15.

CARDOSO, Lézia Maria; XAVIER, Getúlio Osório. Legado açoriano no Rio Grande do Sul. In: AGRIFLOGLIO, Rose Marie dos Reis (Org.). *Contribuições luso-açorianas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Comissão Gaúcha de Folclore, 2002, p. 81-88.

LAYTANO, Dante de. *Folclore do Rio Grande do Sul*: levantamento dos costumes e tradições gaúchas; 2. ed., Caxias do Sul: EDUCS; Porto Alegre: EST; Nova Dimensão, 1987.

MARQUES, Lilian Argentina Braga. Ritos comuns ao Rio Grande do Sul e Açores. In: AGRIFLOGLIO, Rose Marie dos Reis (Org.). *Contribuições luso-açorianas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Comissão Gaúcha de Folclore, 2002, p. 16-23.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *A colonização a*çoriana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST; Instituto Cultural Português, 1979.

INFLUÊNCIAS GERMÂNICAS NA CULTURA AÇORIANA

Günter Weimer[1]

Nos últimos tempos vem sendo discutido um fenômeno que tomou conta de larga escala da sociedade nacional: o negacionismo. Uma pandemia que ceifou quase 700 mil concidadãos, foi considerada como uma "gripezinha" por altas instância do poder. Embora nossas florestas estejam sendo sucessivamente devastadas em quantidades cada vez maiores, conforme atestam entidades de vigilância internacionais, elas são apresentadas como continuarem intactas. Exemplos deste tipo podem ser enumeradas em quantidades.

Em verdade, este negacionismo não é um fenômeno recente. Durante quatro séculos a participação do negro na formação cultural do Brasil vem sendo escamoteada: o negro existe, mas tem sido entendido como pária, alegadamente, por culpa sua decorrente de sua falta de saberes, ainda que seja o herdeiro de culturas multimilenares. A exemplo, a área em que atuo, a arquitetura africana foi hegemônica, durante pelo menos três séculos de nossa existência, desde as invasões europeias. Mesmo assim, seu conhecimento continua em brancas nuvens. Com a cultura indígena acontece algo semelhante. Desde a mais remota antiguidade, estes povos foram os guardiões das duas maiores florestas do mundo, a "taiga", que se estende desde a Noruega até o estreito de Bering e mais adiante, até o extremo leste do Canadá, e, por outro lado, a maior floresta úmida do planeta, a Amazônia. De há muito os cientistas estão alertando da necessidade da preservação destas florestas, como imperativo de subsistência do gênero humano. Apesar disso, continuamos a destruir

1 Arquiteto e urbanista pela Faculdade de Arquitetura da UFRGS, em 1963. Especialista em Desenho Industrial pela Hochschule für Gestaltung de Ulm/Alemanha, em 1967. Mestre em História da Cultura pela PUCRS, em 1981. Doutor em Arquitetura pela FAU/USP, em 1991. Professor aposentado da FAU/UFRGS, da UNISINOS e da FA/PUCRS. Colaborou no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano (PROPUR) da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Autor de cerca de 40 livros de autoria exclusiva, e colaborador em aproximadamente de 80 livros e 200 artigos científicos e de divulgação. E-mail gunterweimer@gmail.com

nossas florestas num ritmo crescente. Somente em reservas indígenas percebe-se um esforço de preservação florestal, apesar de constantes e incessantes transgressões. Apesar desses e de outras qualidades exemplares que não podemos analisar, os povos originários ainda são apresentados como selvagens desnudos de ascendência antropófaga, que impedem o avanço do agronegócio devastador de nosso meio ambiente.

A questão que aqui se coloca é de onde vem esta endemia negacionista que assola o país? E aqui entro diretamente no tema da cultura açoriana e do germanismo. Para tanto, torna-se necessária uma revisão da presença germânica na Península Ibérica. Já fiz dez viagens de estudos em Portugal, e lá vivi algum tempo. Desde logo me chamou a atenção de que nas organizações culturais portuguesas, como museus e congêneres, havia algumas omissões marcantes, dentre as quais quero me restringir apenas à presença germânica na cultura daquele país. Como professor de História da Arquitetura Brasileira, senti-me obrigado a estudar a história da Portugal e fique sumamente intrigado pelo fato de que, à semelhança do que nos fazemos com nossos compatriotas nativos e de origem africana, eventuais referências à presença germânica no país têm sido escamoteadas. E isto é surpreendente pelo fato de que um desses povos, os suevos, desempenharam um papel fundamental na formação do povo português, como se verá adiante.

A história destes povos é muito interessante. Na época de Cristo, estes povos que eram de origem remota dos hoje chamados "países nórdicos", passaram por um movimento de expansão muito grande. Sua penetração ao sul foi contida pelas tropas romanas em razão de que foram se expandindo pelo lado setentrional do rio Danúbio em direção leste. Os mais vanguardistas acabaram por se estabelecer ao longo dos montes Cárpatos, na atual Romênia, numa região até hoje denominada Transilvânia que os alemães chamam *Sieben Burgen*, ou seja, Sete Cidades. Os godos se estabeleceram em ambos os lados desses montes, razão pela qual se tornaram conhecidos como Ostrogodos, os assentados no lado oriental e Visigodos, os do lado ocidental. Os suevos se tornaram vizinhos dos últimos pelo lado oeste. Os Vândalos[2] estavam estabelecidos pouco mais a norte, ao longo das nascentes dos rios Oder e Vístula.

Aconteceu que no fim do século IV, a Europa foi invadida pelos hunos sob o comando de Átila que se tornou conhecidos com "o flagelo

2 Consta que o nome Vândalos seria derivado do alemão *wandern*, ou seja, os que "estão se mudando" ou "os peregrinos", o que coaduna com os movimentos expansionistas vividos por estes povos.

de Deus". Este nome bem reflete o pavor que tomou conta destes povos que trataram que fugir para o ocidente – o extremo ocidente da Europa continental.

Nesta fuga os Ostrogodos penetraram no Império Romano onde foram aniquilados depois de terem causado muitas devastações. Os Vândalos foram os primeiros a chegarem à Península Ibérica, entre 401/402 a.D., e se estabeleceram no sul da Península, na Vandaluzia, nome que, no passar do tempo, assumiu a forma de Andaluzia. Estes foram seguidos pelos suevos que haviam se dividido em duas facções. Uma se estabeleceu junto à nascente do rio Reno (hoje denominada Badênia), e a segunda seguiu sua peregrinação até às margens do Atlântico, na Península Ibérica. Lá chegaram entre 409/410 a.D. Os visigodos vieram logo a seguir, e se estabeleceram no centro e nordeste da Península. Inicialmente, os suevos dominaram a região e chegaram a se expandir até o Sul da atual Espanha, pressionando vândalos, juntamente com os godos, a ponto de expulsá-los para o norte da África. Por questões de lutas dinásticas, os suevos se enfraqueceram e, a partir de 485, o domínio passou ao poder dos visigodos. Em decorrência, os suevos tiveram de recuar até a costa atlântica, ocupando o território da província romana da Lusitânia que corresponde ao atual território português, junto com a Galiza. Isso significa que a divisão entre os germanos foi decisiva para a diferenciação entre portugueses e espanhóis.[3]

Esta situação se manteve durante três séculos. Entre 709 e 711, a Península foi invadida por povos islamizados do norte da África, conhecidos como mouros, hoje denominados de berberes, que agiam sob o comando de uma facção de árabes que havia fugido de Meca, também por uma questão de desavenças dinásticas.

Resumindo, Portugal foi dominada pelos suevos durante três séculos, ao fim dos quais tiveram de ceder o governo aos berberes, mas não deixaram de continuar presentes. Enfatizando: a perda do domínio governamental não significou o extermínio da cultura da cultura sueva. Em questão temporal, ser domínio efetivo dos suevos correspondeu ao domínio português no Brasil.

Apesar disso, a historiografia portuguesa continua a fazer pouco caso da presença germânica no país. E aqui pergunto: seria possível omitir o domínio português na escrita da história de nosso país? É óbvio

3 A separação da Galiza de Portugal decorreu das influências islâmicas que se estenderam até o Minho, quando a primeira optou por se ligar aos demais povos cristãos do norte da Espanha.

que isso seria um absurdo. No entanto, é isso que a historiografia portuguesa vem fazendo com o domínio germânico de seu território. A razão alegada para esta omissão foi a de que os germanos eram demasiados "bárbaros" para terem deixado resquícios representativos na cultural peninsular. Segundo Flórido de Vasconcelos:

> Entre as primeiras hordas de bárbaros que invadiram este recanto do Império Romano e o advento das formas românicas da arquitectura, desenrola-se um período em que as interrogações e as incertezas são tantas que mal permitem se ultrapassem as hipóteses mais ou menos fundamentadas. No entanto, conhecemos hoje alguns edifícios que se podem atribuir sem sombra de dúvida àquele estilo que se convencionou apelidar de visigótico.[4]

Este texto bem caracteriza o pensamento português a respeito das migrações germânicas: tratam-se apenas de "hordas bárbaras", onde os suevos nem são citados e a arte produzida pode ser "apelidada" de visigótica. Com um passe de mágicas, as inúmeras e significativas obras arquitetônicas deixadas pelos suevos, realizadas na mais evidente arquitetura germânica, como as basílicas de Idanhas-a-Velha ou de Balsemão, dentre outras, ou as posteriores sés de Coimbra, Évora e Braga, além de outras tantas igrejas, todas atestam a sobrevivência da arquitetura germânica. Elas passaram a ser classificadas como "românicas", para se livrar das "bárbaras" influências germânicas, à semelhança do que nós, brasileiros, fazemos com nossos indígenas e nossos afrodescendentes.

Em visitas, constatei (para minha surpresa, por não ter encontrado referências bibliográficas específicas) a existência muito comum de construções em enxaimel. Esta técnica construtiva é de origem germânica, mas o fato de sua existência ser omitida na bibliografia sobre a arquitetura tradicional portuguesa, talvez possa ser depositado no fato de que aí as estruturas de madeira serem recobertas com argamassa, o que impede sua visualização, ao contrário da Alemanha, onde ela não só tem sido deixada aparente, mas, ainda mais, pintada de preto sob alegação de proteção contra a umidade, o que não impede de ter, também, qualificativos estéticos. Na Galiza, ainda se encontra esta forma de apresentação. Em terras lusitanas, só foram estruturas de madeira aparentes em balcões ou em avarandados. No entanto, há regiões portuguesas, onde o enxaimel é muito comum. Um exemplo típico é o da cidade de

4 VASCONCELOS, Flórido de*: A Arte em Portugal*, Lisboa: Verbo, 1973, v. I, p. 21.

Guimarães que ostenta o orgulho (verdadeiro ou imaginado) de ter sido o lugar "onde nasceu Portugal". À primeira vista, ninguém imaginaria que estas construções tivessem uma estrutura de madeira (Figuras 1 e 2). Somente uma observação mais cuidadosa permite constatar este fato devido à existência de fissuras ou irregularidades na argamassa. Mas, quando nos deparamos com uma reforma com a remoção do revestimento de acabamento, o sistema estrutural se tornou visível. Este aspecto se acentua ainda mais no fato de que as superfícies do madeiramento serem trabalhadas com o fim de a tornar mais ásperas para favorecer a adesão da argamassa (Figura 3).

Figura 1 – Casas de enxaimel no Largo do Toural, em Guimarães, Portugal

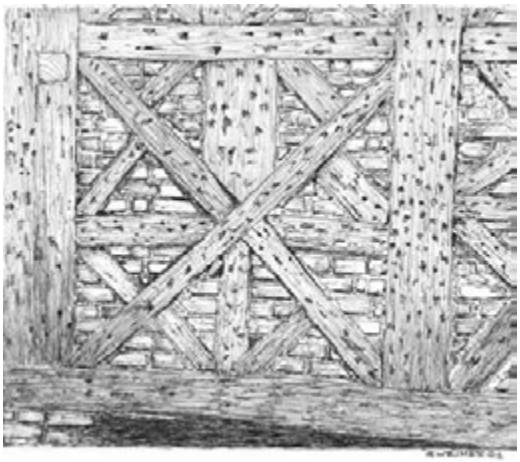
Fonte: desenho do autor.

Figura 2 – Casas esguias em Guimarães, Portugal

Fonte: desenho do autor.

O mesmo acontece com as cidades medievais portuguesas, apesar das inevitáveis adequações aos tempos posteriores. O centro histórico de Braga, ainda hoje permite identificar perfeitamente suas origens suevas em seu desenho; a cidade de Óbidos é a cidade germânica medieval mais bem conservada que conheço.

Figura 3 – A técnica do enxaimel aparece depois de retirada da argamassa de revestimento, em Guimarães



Fonte: desenho do autor.

Mais do que isso, chamou-me a atenção o fato de que a população rural de Portugal estava assentada em grande número de vilarejos que apresentavam insistentemente a forma que os alemães chamavam de *Strassendorf*, ou seja, aldeia-rua. São aldeias longilíneas com uma rua central que, em seu centro, apresentava um "largo" onde se localizavam a igreja, a prefeitura e demais edificações mais representativas. Esta forma divergia radicalmente da apregoada forma das "cidades novas" romanas, e deixavam evidenciada a tradicional forma germânica de urbanização. Além disso, as cidades que documentadamente foram erguidas pelos romanos, sofreram profundas transformações durante o domínio suevo, no sentido de adaptá-las aos conceitos germânicos de vida.

Movido por indagações sobre este negacionismo dos portugueses, foi que encontrei a tese de doutorado de Jorge Dias, intitulada *Vilarinho da Furna*, com o subtítulo Uma Aldeia Comunitária[5] que é tida como a obra pioneira da antropologia portuguesa. Este trabalho se constitui num estudo de uma aldeia situada num vale acanhado, na Serra do Gerês, no Minho, pertencente ao bispado de Braga. Seu aspecto foi descrito como um aglomerado de casas, por vezes alinhadas, mas, na maioria, dispostas segundo as necessidades das diferentes épocas. Estava situada nas margens da Ribeira da Furna que, pouco além, desembocava no Rio do Homem que, por sua vez, era um afluente do Minho. Segundo o autor, a terra era de propriedade comunitária e distribuída entre as diversas famí-

5 Lisboa, 2. ed., Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1981.

lias da comunidade. Como as terras agricultáveis eram poucas, as partes elevadas impróprias à agricultura, eram destinadas ao pastoreio. A comunidade era administrada por uma Junta presidida por um "zelador" com mandato de meio ano. Era atribuição da Junta tomar medidas referentes6 à repartição das terras, da organização pastoril, da distribuição das águas de rega, da exploração do mato e do corte de árvores, da caça aos lobos que atacavam os rebanhos, e outras iniciativas correlatas.[6] Com isso, Vilarinho se caracterizava como uma autarquia quase perfeita, que bastava a si mesma.

A aldeia, por volta de 1940, tinha uma população estimada em 250 habitantes, e hoje já não mais existe, por ter sito tragada pelas águas de uma represa hidroelétrica. A desapropriação resultou numa dispersão de seus moradores e a original organização comunal foi perdida.

Pelos levantamentos realizados por Dias, percebe-se que se tratava de um aldeamento com características claramente marcadas por origens celtas e germânicas. No entanto, em nenhuma passagem da obra de Dias há referências a estas origens.

A povoação apresentava "ruas e ruelas caprichosas, por vezes, nascidas ao acaso, segundo as necessidades... e a fantasia dos construtores". As habitações eram edificadas "sem que devesse haver nenhuma tendência especial para ordenar as ruas, salvo o largo central", e, junto a elas, havia hortas férteis. As habitações tinhas as quatro fachadas livres ao contrário das casas geminadas com telhados de duas águas que desaguavam na rua e nos fundos, onde havia pequenos pátios murados chamados de alforjas, cuja função se resumia em permitir algumas atividades domésticas ao ar livre.

Nas ruas de Vilarinho circulavam todo o tipo de animais domésticos que os pastores conduziam às "brandas" (áreas de pastoreio), e devolviam a "suas respectivas cortes", entrando pelo "eido", que era "um pátio quinchoso, junto ao quintal da casa". Este quintal ficava junto à horta, onde eram cultivadas verduras e hortaliças. Segundo o autor: "No Minho, o eido é um pátio grande para onde dão as cortes do gado, e onde os lavradores empilham os estrumes e guardam madeiras, carro, alfaias agrícolas e onde deixam os porcos chafurdarem de vez em quando."[7]

6 ANTUNES, Manuel de Azevedo & cols. *Barragens em Portugal:* de Vilarinho da Furna à Aldeia da Luz, com Passagem pelo Douro Internacional, www.aps.pt/-context/32017/08/ensaio_ensaio4648761c97611.pdf. Acesso em: 27 maio 2021, às 15 horas.

7 DIAS, Jorge: *Vilarinho da Furna*: uma aldeia comunitária, Lisboa: Casa da Moeda, 1981, p. 44.

As terras agricultadas estavam distribuídas em torno do núcleo urbano. Ora, estas são descrições que em nada correspondem às aldeias renanas e o eido corresponde, *ipsis litteris*, ao *Hof* (propriedade doméstica) da mesma região. A existência de uma horta ao fundo das casas, também é característica das aldeias germânicas, mas não às que os portugueses qualificam como "típicas".

Voltando a Dias e sua análise de Vilarinho da Furna, percebemos que a escassez de terras apropriadas à agricultura levou a que o pastoreio se transformasse numa atividade de maior importância. Todavia, nos meses de inverno, quando as pastagens queimavam com o frio, o gado precisava ser alimentado com o feno recolhido durante o verão. Isso fazia com que os pastores também se recolhessem e se dedicassem a atividades complementares durante o inverno. Passados os dias de frio, as pastagens produziam abundante alimento para os animais, e o leite abundante era transformado em manteiga e queijos que garantia o sustento e alguns recursos financeiros.

Aqui estamos novamente diante de um quadro nitidamente germânico: as terras eram comunais e distribuídas entre os moradores, de acordo com as necessidades das famílias. Do mesmo modo, as terras altas, pouco propícias à agricultura, eram reservadas ao pastoreio que era exercido de forma comunal. Os animais eram de propriedade privada, mas deixadas ao encargo dos diversos pastores que se encarregavam da supervisão dos animais, agrupados por espécie, independente da propriedade. Para definir os animais de cada proprietário, os mesmos eram ferrados a fogo na paleta.

O autor deixa claro que as reservas florestais também eram de propriedade comunal e se constituíam nas fornecedoras da lenha. Não fez menção das formas de administração de matos, mas deixa claro que a lenha era utilizada, além da cozinha, como combustível para a calefação das casas durante o inverno. Abstraindo das condições geográficas específicas de Vilarinho, temos informações de que na Baixa Idade Média que corresponde à ocupação de Portugal pelos suevos, era exatamente este o aspecto físico dos aldeamentos que iam sendo criados: as construções iam sendo construídas de forma livre nos limites físicos urbanos que iam se configurando de acordo com a topografia. Cada propriedade era constituída por um terreno cercado, com um portão de acesso a um pátio, junto ao que eram erguidas a moradia com seus respectivos complementos, como o celeiro e o estábulo. Atrás deste conjunto, eram

implantadas as hortas que eram separadas entre si por muros.

As pastagens eram comunais e se estendia por sobre as elevações. A presença de predadores do gado exigia a vigilância permanente dos rebanhos. Para o pernoite dos pastores construíam-se pequenas cabanas denominadas de "fornos". São construções simples, de pedra roliças, sem acabamento acurado, de juntas secas ou assentadas com argamassa de terra. O recobrimento de terra auxiliava no equilíbrio térmico interno e facultava o crescimento de uma vegetação rala superior. As dimensões giravam em torno de 2,5 a 3 metros de diâmetro interno, e a altura não excedia muito a altura de uma pessoa em pé. O acesso era feito por uma porta de pequenas dimensões, que constituía na única abertura, quando não havia uma ou outra fresta nas paredes que permitiam alguma ventilação cruzada (Figuras 4 e 5).

Figuras 4 e 5 – Dois "fornos" nas "brandas" (locais de pastoreio), respectivamente em Peneda e em Geres, em seu estado atual

Fonte: desenhos do autor.

O folclore que envolvia o uso destas construções se referia a refeições feitas à base de pão e queijo, que teria sido o local preferido para encontros secretos de enamorados, e servido de entreposto de produtos contrabandeados. Ora, estas descrições são idênticas às que são atribuídas às *Sennhütten* dos Alpes.

As casas de Vilarinho da Furna apresentavam o emprego de técnicas construtivas celtas, mas chama a atenção o fato de que a cozinha diverge totalmente das portuguesas tradicionais. Nestas, a cozinha se aproxima mais do que denominaríamos de comedor, enquanto o local de preparação dos alimentos nas ditas casas lusitanas tradicionais é chamado de "lar", que nada mais é do que um nicho com um forno de pão ao

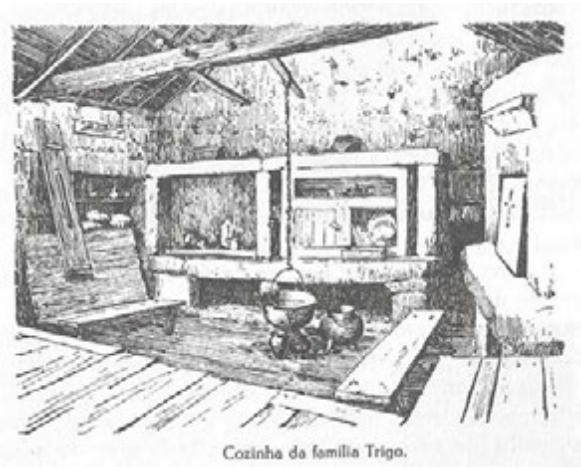
fundo, e duas mesas de pedra de cada lado, chamadas de “masseiras”. Sobre uma delas há um gradil de ferro sobre o qual se apoiam as panelas, e em baixo do mesmo é aceso o fogo aberto. Na vertical, este nicho termina em forma de chaminé.

Mas, em Vilarinho da Furna, a cozinha era bem diferente:

> Ao fundo da cozinha, em grandes lajes de granito que ficam ao nível do soalho, ou de preferência um pouco mais fundo, arde um grande fogo de toros de carvalho ou raízes de urse *(sic). Arde livremente, mesmo no verão porque lenha não falta e os fósforos custam dinheiro. À volta deste fogo, sentados no chão... ou em dois bancos grandes de amplo encosto de madeira, são os *escanos*.[8]

Para a preparação de alimentos, havia uma panela de cobre suspensa sobre o fogo por uma corrente metálica fixada ao teto, e a possibilidade de afastar ou aproximá-la da chama é facultada por uma cremalheira. Os bancos junto ao fogo serviam para a reunião da família, nas horas de descanso, e para a execução de trabalhos manuais nas noites de inverno (Figura 6). Ora esta era a forma tradicional da cozinha alemã que hoje só raramente ainda pode ser encontrada na Alemanha, mas que correspondia aos usos e costumes na Idade Média. Trata-se, portanto, de uma sobrevivência de formas de vida pálio-germânicas que nada tem a ver como o que, normalmente, é identificado com a tradição lusitana.

Figura 6 – Cozinha de uma moradia em Vilarinho da Furna



Fonte: desenho do autor.

8 Idem, ibidem, p. 69.

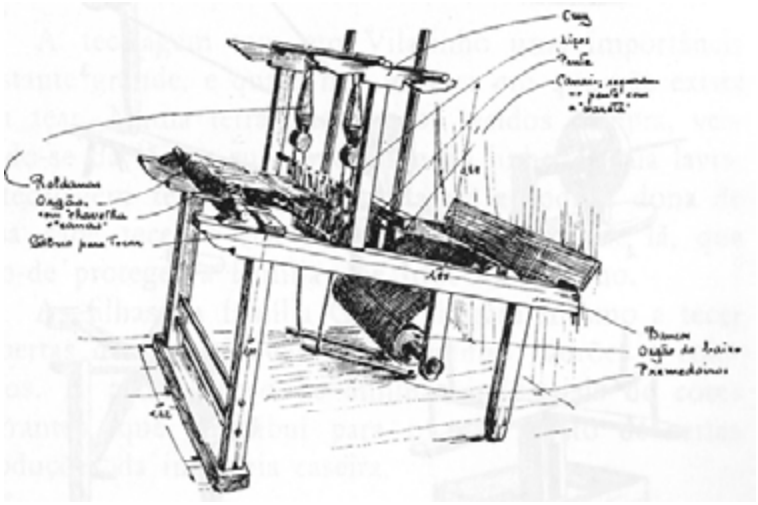
Dias pouco se referiu aos utensílios domésticos. Porém, descreve o processo de produção da manteiga. Depois de deixar o leite "descansar" durante um dia:

> Depois massam-no com rolhas de pau, isto é, um vaso tapado em cima por uma roda de madeira, com um orifício ao centro, por onde passa uma vara de madeira, com uma espécie de rolha de pau na extremidade inferior e com um cabo na superior, que se aciona com a mão, batendo para cima e para baixo. Quando a manteiga vem à superfície, colhe-se para um prato.[9]

Ora, esta é a mais perfeita descrição da forma de produzir manteiga utilizada pelos teutos, e se constituía numa das atividades que me era permitido participar na casa de meus avós, na minha infância.

Outra referência dizia respeito ao tear existente em quase todas as casas de Vilarinho. Por ser uma aldeia voltada para o maior isolamento possível, a confecção do vestuário implicava também na produção do tecido que podia ser de linho ou de lã. Não convém aqui fazer longas análises do processo produtivo. Esta é a razão pela qual me limito à reprodução gráfica do tear propriamente dito e dos utensílios complementares, como a roda de fiar e o fuso. Para não nos atermos na longa descrição das partes, limitamo-nos à reprodução iconográfica destes apetrechos (Figuras 7 e 8).

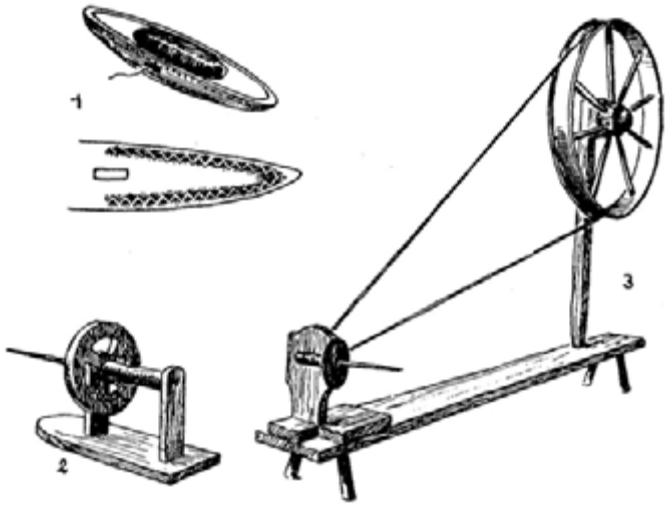
Figura 7 – Tear manual utilizado em Vilarinho da Furna



Fonte: desenho do autor.

9 DIAS, Jorge, op. cit. p. 125.

Figura 8 – Fuso e roda de fiar utilizados em Vilarinho da Furna



Fonte: desenho do autor.

No que concerne à imigração alemã no sul do Brasil, convém assinalar que um dos motivos para a vinda foi o desenvolvimento da indústria têxtil na Europa que tirou os meios de sobrevivência dos tecelões tradicionais que não podiam concorrer com os produtos industrializados. Muitos tentaram retomar esta atividade no Brasil, mas isto também se tornou inviável devido à importação de tecidos. Mesmo assim, ainda foi resguardado um desses teares e que está exposto no Museu Visconde de São Leopoldo, onde pode ser comparado com as figuras já apresentadas. A perfeita identidade, novamente, escancara a origem germânica desta aparelhagem.

O mesmo acontece com os instrumentos agrícolas, como a picanha, o "engaço de pau" (que entre nós é conhecido como ancinho), a enxada, a foice, o malho, a grade empregada para quebrar torrões de terra, a canga de boi, a padiola, etc.

Chamou-me a atenção que Dias fazia constantes referências às semelhanças das formas destes apetrechos com as encontradas em outros países, mas jamais levantou a hipótese de que elas poderiam ser de origem germânica, da mesma forma como, em lugar algum, se refere ao domínio suevo. Por isso procurei me inteirar do currículo desse autor. Ele foi filho de uma abastada família portuense. Passou um tempo de sua infância no Minho, onde tomou conhecimento da existência de algumas aldeias tradicionais da região. Estudou em Coimbra, onde se formou em

Filologia Germânica e Geografia. Em 1938 partiu para a Alemanha, onde se doutorou em Etnologia no Departamento de *Volkskunde* (cultura popular), na Universidade de Munique, em 1943, em plena II Guerra Mundial. De volta a Portugal, veio a lecionar Antropologia, na Universidade de Coimbra, mas seu contrato precário não permitiu que se estabelecesse em definitivo. Encontrou ocupação no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarina, quando surgiu seu trabalho mais importante que foi um estudo sobre os Marcondes, um povo nativo de Moçambique. De volta a Portugal, formou com Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Ennes Pereira um grupo de trabalho, que veio a ser conhecido como a segunda geração dos etnólogos portugueses.

Dias nasceu em 31/07/1903, sete anos antes da instauração da Primeira República Portuguesa (1910), que foi marcada pela grande instabilidade política e que terminou com um golpe ditatorial em 1926, quando começou a se projetar a figura que haveria de dominar a política portuguesa, durante quatro décadas: António de Oliveira Salazar. Este tomaria as rédeas do governo do país em 1933, com a proclamação do Estado Novo, e permaneceria à testa de um regime ditatorial até 1968, quando passou o comando da nação ao almirante Marcelo Caetano. Faleceu em 05/02/1973, quatro anos antes da Revolução dos Cravos que terminou com o regime ditatorial. Portanto, toda sua produção intelectual aconteceu sob o rígido controle estatal da ditadura do Estado Novo, que era marcada por um profundo nacionalismo que entendia que a formação do povo português tinha características especiais que derivavam de singularidades de sua constituição mais remota. Em verdade, esse entendimento não divergia dos que eram enaltecidos pelos regimes totalitários da época, como nazismo que julgava encontrar na origem dos germanos a evidência de sua superioridade racial, ou dos fascistas italianos que entendiam que a convergência das maiores lideranças mundiais para a Roma Imperial da época de Cristo teria formado uma raça excepcional de homens. Nestes mesmos termos:

> [...] o Estado Novo português procurou legitimação através da interpretação da cultura nacional. Para tanto, estimulou intelectuais que contribuiriam para a elaboração da ideia de nacionalidade ou de valores identitários nacionais que serviram de base para uma ideologia do próprio regime [...]. Estes trabalhos são caracterizados por serem descritivos e analiticamente pobres, sem suscitar análises aprofundadas da sociedade e do regime, uma vez que, ignorando a

> análise sociológica, fica facilitada a manipulação e propaganda dos que detêm o poder.[10]

Certamente, foi disso que decorreu sua recusa em admitir as origens germânicas (dentre outras) da cultura portuguesa, cuja formação primária era atribuída a povos longínquos que teria sido, no máximo, influenciada pela "superior" cultura católica romana. Isso aconteceu apesar de ter conhecimentos bem fundamentados da cultura germânica, como atestam seus estudos de germanística, tanto em Portugal como na Alemanha. A par de seus valores, hoje a obra de Dias vem sendo criticada pela singularidade atribuída à aldeia:

> Dias tornou a aldeia conhecida em todo o país, separando-a artificialmente de todo o contexto cultural e social, bem como das demais localidades [...]. O etnólogo aborda o motivo da seleção de Vilarinho das Furnas de maneira vaga, porém sem indicar quais trabalhos respaldaram sua afirmação [...]. Longe de oferecer uma interpretação mais ou menos crítica em termos sociais, enxerga de maneira idealizada a aldeia, como "uma espécie de estado independente" uma "ilha de exceção recuada no tempo.[11]

A crítica de João Leal é ainda mais contundente: "As etnografias portuguesas do período de 1870 a 1970 visavam a construção de Portugal como uma comunidade imaginada, ou seja, a constituição de um laço imaginário que torna os habitantes de Portugal portugueses.[12]

Segundo o mesmo autor, esta orientação folclorista da sociedade portuguesa procurava isolá-la com uma unidade, caracterizando-a como singular, para evitar a generalização de uma forma de organização comum, durante o primado suevo, o que comprometeria a teoria da singularidade do povo português a partir de suas origens mais remotas, desde a primária ocupação humana do território. Em verdade, estas características não eram exclusivas de Vilarinho da Furna, mas de toda a região ocupada pelos suevos que sofreu poucas influências do islamismo.

Aqui importa assinalar que a altamente mestiçada cultura portuguesa formada pelo amálgama de sucessivos contatos internacionais, pas-

10 ALVES, Osvaldo Marco. *As barragens e o patrimônio de Comunidades Afogadas:* Estudo comparativo de Vilarinho da Furna e Guape. www repositório-aberto.up.pt/bitstream/10126/81281/2/37068.pdf. Acessado em 27.05.2021, às 16 horas.
11 ANTUNES, Manuel de Azevedo e cols: *Barragens em Portugal: de Vilarinho da Furna à aldeia da Luz,* www aps.pt/wp-content/2017/08/ensaio_ENS4648761c97611Pdf. Grifo do autor. Acesso em: 21 maio 2021.
12 LELA, João: *Antropologia em Portugal:* mestres, precursores, tradições. Lisboa: Horizontes, 2006, p. 16.

sando por numerosas dominações de potências estrangeiras, a começar pelos celtas até a multissecular domínio berbere, passando por fenícios, minoicos, gregos, cartagineses, romanos, germanos e, mais recentemente, por espanhóis, durante o período da União das Coroas (1580 a 1640). Foi esta cultura que foi levada aos Açores a partir de sua ocupação, a partir de 1460, dentro da qual quero me restringir aqui apenas às origens germânicas.

Neste sentido, a primeira questão que me chamou a atenção refere-se à toponímia. Na Ilha de São Miguel existe uma cidade que tem o surpreendente nome de Sete Cidades, muito embora se constituísse numa conurbação única. Mais surpreendente era o fato de que este nome remetia diretamente à Transilvânia que somente em alemão é chamada de Sete Cidades. Isso me pareceu uma curiosidade que se tornou ainda mais intrigante quando desembarquei em Angra do Heroísmo, em cujas proximidades existe uma fortaleza que seria a de maiores dimensões do mundo português, e que incorporava uma grande elevação chamada de Monte Brasil. Segundo lendas locais, aí teria vivido um dragão que cuspia fogo. Pesquisas posteriores confirmaram minha suspeita de esta denominação era anterior à descoberta de nosso país.[13] Ora, um monte de brasas remetia diretamente a um lendário nome de um monte semelhante existente na Transilvânia, onde essa sinistra entidade teria sido morta por São Jorge. O culto a este santo é muito grande na Europa Oriental e Oriente Próximo e santificado pelas Igrejas Ortodoxas ao contrário do catolicismo romano que atribui este personagem ao mundo lendário, razão pela qual não é cultuado por esta facção do cristianismo. Apesar disso, o culto a São Jorge continua vivo nos Açores, e possivelmente foi trazido pelos ilhéus a nosso país, onde ele também continua a ser cultuado a tal ponto que, a despeito de sua exclusão dentre os santos reconhecidos, recebeu uma igreja a ele dedicada em Porto Alegre. As explicações mais razoáveis para estas transferências para os Açores, me pareceram evidentes por via das migrações germânicas para a Península Ibérica.

Outro fato que reflete estas influências foi de ordem paisagística-urbana. Ao contrário de estradas retas na forma como eram prescritas pelas leis romanas que têm sido invocadas como as mais fortes influências da cultura portuguesa, as mesmas receberam uma forma dita “orgânica” no linguajar dos urbanistas, ou seja, de um traçado “livre”, em constantes

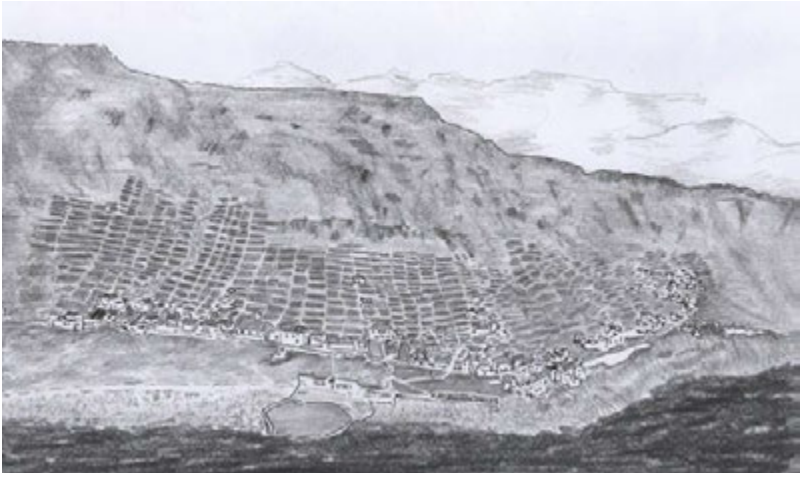
13 Isso levantou em mim a suspeita de que, possivelmente, o nome de nosso país tenha derivado desta toponímia açoriana.

redirecionamentos ditados pelas características do relevo. Ora, este era a forma com eram construídas as estradas germânicas. Os urbanistas portugueses atribuem este traçado a imposições do terreno, o que, no entanto, não invalida a persistência da tradição germânica.

O relevo muito acidentado das ilhas fez com que são poucas as estradas que não tenham sido abertas na forma de um contorno das mesmas, entre o mar e a montanha. Isso levou a que as aldeias assumissem uma forma linear, na tradição germânica das aldeias-rua, com uma via que se abria no centro do conglomerado na forma de um "largo", onde se encontravam as edificações mais importantes.

A ocupação territorial tomava a forma de uma sequência de aldeias -ruas (Figura 9) que se sucedem à semelhança das contas de um colar.

Figura 9 – Aldeia de Baia do Maia, na ilha de Santa Maria, em sua forma linear e suas plantações de uvas ao fundo, protegidas por paraventos (muros) de pedra para evitar malefícios da ventania constante



Fonte: desenho do autor.

Na forma de organização social das aldeias, ainda se percebe a prevalência dos procedimentos comunitários. Também aí a agricultura é praticada nos baixios. A pecuária também desempenha um papel importante na vida destas comunidades. Embora a propriedade tenha assumido a forma de domínio privado, o alto das montanhas, pouco propício à agricultura, é de propriedade comunal e reservada à pecuária, onde, ao que nos consta, não eram construídos "fornos" para o abrigo noturno dos pastores porque não havia predadores dos animais, o que dispensava

o pastoreio continuado. No entanto, ainda é conservado o costume de delegar a pessoas específicas a atividade de levar os animais para as "brandas" e trazê-los de volta, ao anoitecer. Isso significa que o translado para as ilhas dos continentais levou a conveniência de fazer certas adaptações funcionais, o que não excluía a viabilidade de conservar costumes tradicionais das culturas dominantes do passado.

O ferramental agrícola utilizado nos Açores é, na maior parte, idêntico ao que foi trazido pelos imigrantes da Europa Central; muitos aspectos idênticos no folclore açoriano são idênticos aos alemães; ditos açorianos bem como crenças e crendices se sobrepõem aos germânicos, entre as quais as rezadeiras, as benzedeiras, as simpatias, os maus olhados, os leilões religiosos, as rendas de crochê e de bilro, as adivinhas. Práticas de "fechamento de corpos" e a crença em seres sobrenaturais, como os fantasmas remetem diretamente aos cultos palio-germânicos. Malévolas práticas atribuídas às bruxas (sacerdotisas dos cultos da Germânia pré-cristã) foram divulgadas à época da cristianização, incutidas nos germanos remetem às mesmas origens.

Para concluir, quero assinalar que é possível reunir um verdadeiro dicionário de termos tidos como legitimamente portugueses que têm origem germânica. Em decorrência das invasões e domínio das tropas napoleônicas em Portugal, os linguistas têm atribuído muitos termos portugueses ao francês que é tido como uma das línguas latinas. Isso deve estar correto, mas importa assinalar que somente a Gália foi conquistava pelas tropas romanas que, posteriormente, seus habitantes celtas foram dominados pelos francos que eram um povo germânico, e que estes deram uma grande contribuição na formação desta língua.

Referências

ABREU, Maurício. *Açores*. Setúbal: [s.d.], 1987.

ALVES, Osvaldo Marco. *As barragens e o patrimônio de Comunidades Afogadas:* Estudo comparativo de Vilarinho da Furna e Guape. www.repositório-aberto.up.pt/bitstream/10126/81281/2/37068.pdf.

ANTUNES, Manuel de Azevedo & cols. *Barragens em Portugal:* de Vilarinho da Furna à Aldeia da Luz, com Passagem pelo Douro Internacional, www.aps.pt/-context/32017/08/ensaio_ensaio4648761c97611.pdf,

DIAS, Jorge. *Vilarinho da Furna*: uma aldeia comunitária. Lisboa: Casa da Moeda, 1981.

DUARTE, António. *Uma relação viável segundo estratégias e observação do saber.* Braga. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Minho, 1997.

DUARTE, António. A opção etno-folclorista e o Estado Novo. *Coleções e Antropologia*, 1999, v. 39.

LEAL, João. *Etnologias portuguesas (1870-1960):* cultura popular e identidade nacional. Lisboa: Dom Quixote, 2000.

LIMA, Diogénia de Bettencourt. *Os Açores*: o paraíso desconhecido. Lisboa: Bertrant, 1992.

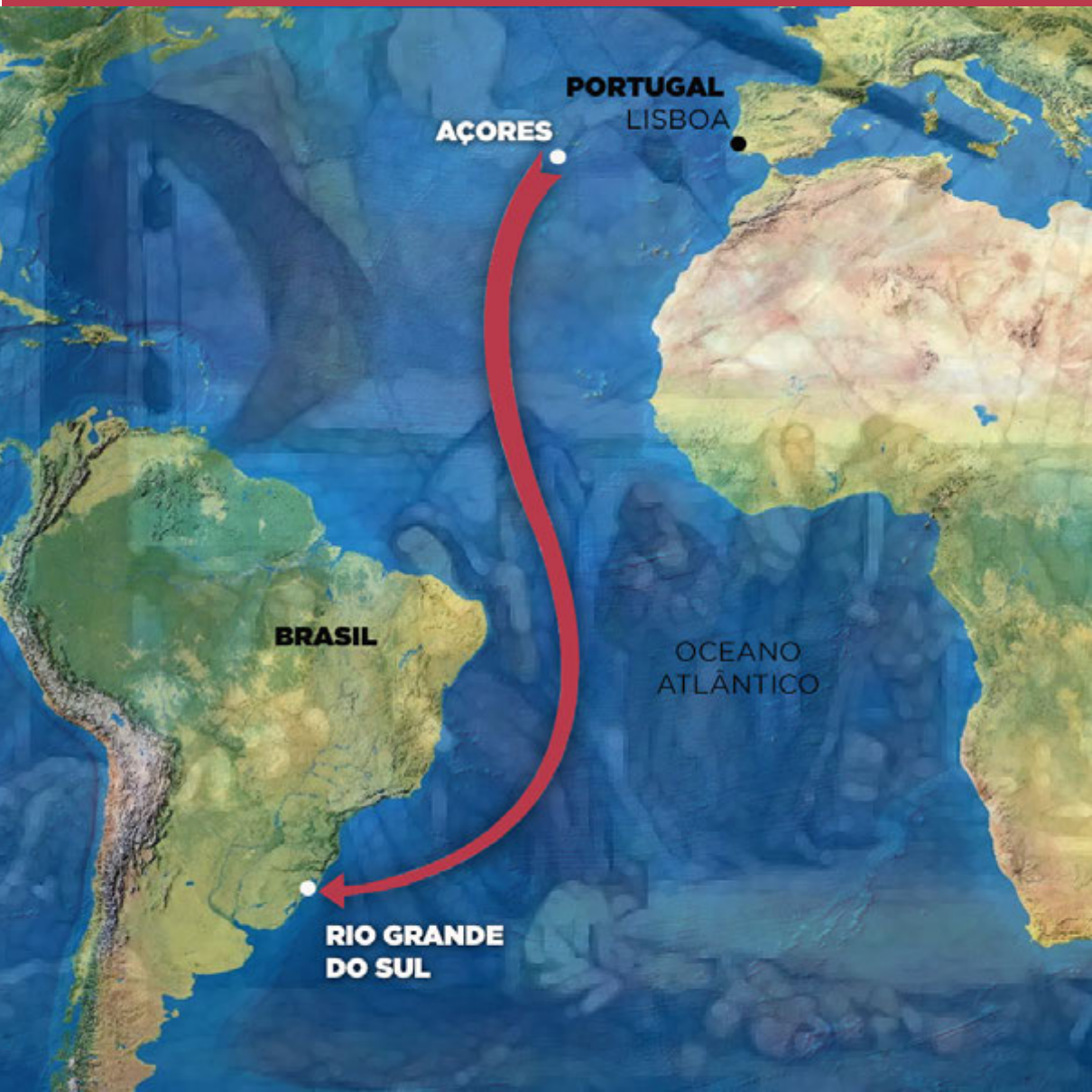
RIBEIRO, Orlando. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Coimbra: Ed. Coimbra, 1981.

TEIXEIRA, Manuel C. et al. *O Urbanismo Português*. Lisboa: Horizontes, 1999.

VALDEMAR, António. *Açores visto do céu*. Lisboa: Agementum, 1998.

PARTE VI

INSTITUIÇÕES, PROJETOS E DIFUSÃO DA AÇORIANIDADE



CONTRIBUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS PARA A AÇORIANIDADE NO RIO GRANDE DO SUL

LENORA HORN SCHNEIDER[1]

Introdução

A cultura luso-açoriana no Rio Grande do Sul é reconhecida no meio acadêmico e literário por vários escritores e pesquisadores, impacta e engrandece a gastronomia típica, valoriza o artesanato, agrega na música, diversifica o folclore e as danças e músicas, e gera uma identidade aos produtos e serviços especializados.

De forma organizada, os segmentos do turismo e da cultura vêm incentivando os gestores públicos e privados a oferecer experiências qualificadas para os visitantes, e, consequentemente incentivando o turismo interno gaúcho. A existência de atrativos turísticos e dessas significativas potencialidades culturais, que também se denominam de recursos históricos e culturais, já são uma realidade da mais alta relevância para o Sistema Estadual da Cultura e do Turismo. Estes recursos somados aos naturais proporcionam uma viagem turística mais valiosa, e com retorno econômico e social satisfatório à comunidade local, que recebe este público interessado na cultura e em novos conhecimentos.

A troca de informações eleva, também, a autoestima dos habitantes da localidade e agrega valor de pertencimento à cultura existente e dos usos e costumes deixados pelos antepassados das diversas etnias colonizadoras.

O planejamento do turismo étnico, rural, urbano, e de natureza e cultural são uma valiosa ferramenta para o desenvolvimento de um destino turístico que somam múltiplas informações históricas e geográficas com muitos olhares e percepções dos diversos agentes de desenvolvimento,

1 Turismóloga e economista, presidente do Instituto Cultural Português (Gestão 2021-2024).

para que seja atrativo o suficiente para competir e integrar num cenário de ofertas, tão completo e diversificado para as demandas internas do Estado, e, também, vale em âmbito nacional e internacional.

Apresentação da Instituição

O Instituto Cultural Português (ICP) é uma entidade sociocultural, sem fins lucrativos, fundada em 10 de abril de 1979 pelos professores: António Filipe Sampaio Neiva Soares, português de nascença, e Santa Inèze Domingues da Rocha Neiva Soares, brasileira, nascida em Quaraí/RS, e outros incentivadores e ativistas culturais, como Leandro Teles, primeiro presidente do ICP, Carlos Soares e outros ativistas culturais.

O Instituto Cultural Português tem como objetivos gerais, valorizar, difundir e integrar ações culturais e artísticas, visando preservar o conceito da "Luso-Brasilidade", e estreitar laços institucionais com Portugal e outros países de língua oficial portuguesa. Estuda e pesquisa o legado da herança deixada pelo povoamento dos luso-açorianos no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, criando vínculos com outras instituições culturais nacionais e internacionais, incluindo os arquipélagos dos Açores e da Madeira.

Entre os objetivos específicos estão: posicionar e qualificar a entidade perante as organizações públicas e privadas; fortalecer a cultura luso -brasileira no RS; promover e incentivar ações que auxiliem a valorização e preservação da tradição deixada pelo povoamento luso-açoriano; integrar e capacitar associados para temas do empreendedorismo, literatura, folclore, artesanato e da culinária típica ligada à cultura portuguesa em geral.

O ICP é conhecido como um importante Centro Luso-brasileiro de Estudos e Pesquisas, que prioriza a herança cultural com destaque para diversas ações e geração de eventos. Entre as atividades desenvolvidas no ICP estão: a edição do Jornal RS-Letras, uma publicação jornalística mensal que destaca atividades diversas promovidas pelas entidades e associações da comunidade luso-açoriana, que formam o conselho estadual específico destas causas e questões.

Como estratégia de comunicação e integração do meio acadêmico é produzida a revista CAOSótica, com mais de 56 edições, com a participação de acadêmicos de letras e escritores e poetas indepen-

dentes associados ao ICP. Além desta peça é realizada, semestralmente, a Revista Décima Ilha Açoriana com matérias das Salas Açorianas, eventos e assuntos ligados diretamente à presença luso-açoriana no Rio Grande do Sul, desde 2011. Através da criação da Editora Caravela foram produzidos muitos livros e organizadas coletâneas e antologias. Através do Departamento de Comunicação, a TV Luso-Brasileira Porto Alegre, realiza um projeto "Conversas Luso-Açorianas", com entrevistados especialistas em história e biografias de autores portugueses e brasileiros de renome. Os associados do ICP, luso-descendentes, gravam depoimentos e experiências de vida e se destaca também lançamentos de livros, entrevistas e debates, priorizando sempre a cultura da tradição luso-brasileira.

Na sede da entidade, ainda estão a Biblioteca Fernando Pessoa e o Museu Açoriano Sul-rio-grandense. Muitas outras atividades são organizadas como, exposição de livros, de artesanato dos municípios, onde estão as salas açorianas, além de realizar mensalmente o Encontro Sarau Literário, com apresentação de música e declamação de poesias, onde é oferecido o delicioso Caldo Verde, português, com pão e vinho colonial. Para capacitar os associados, são promovidas oficinas, como também fóruns para debates sobre cultura, artes e turismo e, na sede, é possível ter aulas de teatro pelo convênio entre o ICP e o Instituto de Ciências da Arte Brasileira - ICAB que tem sede compartilhada.

É possível a publicação e doação de livros, exposição de fotografias e artesanato luso-açoriano, assim como, proferir palestras sobre a história, cultura e turismo de Portugal continental e dos Açores.

Baseados na crença de que investir na cultura é essencial para o desenvolvimento de uma cidade, promover o diálogo entre diferentes grupos da sociedade e assim estimular o senso crítico e a criatividade para a economia criativa, assim se planeja as atividades em geral.

O ICP destaca em seu calendário dois eventos de premiação para valorizar as mulheres executivas da cultura e do turismo do Rio Grande do Sul, denominados assim: Troféu Mulheres Luso-brasileiras, no dia 10 de abril, para celebrar o país Portugal, dando sequência a Semana das Comunidades, com data específica de 22 de abril, e, no segundo semestre, o evento "Noite de Gala Pessoana", quando é entregue o Troféu Fernando Pessoa, em data de novembro, alusiva ao grande escritor.

Figura 1 – Troféu Mulheres Luso-Brasileiras

Fonte: arquivo do ICP.

Apoia institucionalmente, desde 2014, concursos escolares com a temática dos Açores, incentivando os alunos do Ensino Fundamental e Médio a escreverem e realizar obras artísticas artesanais sobre a cultura, história, geografia, português e folclore, além de valorizar os símbolos oficiais das tradições portuguesas.

O Instituto Cultural Português fica situado no bairro da Azenha em Porto Alegre, e desempenha um papel fundamental na promoção da cultura portuguesa e na construção de uma sociedade mais inclusiva e culta. É através de projetos que se pode fortalecer a cultura e as relações entre Brasil e Portugal, promovendo o diálogo e a valorização da diversidade cultural das regiões turísticas dos países. Por solicitação do gabinete da diretoria do Instituto Cultural Português foi criado e instituído o Dia do Povoamento Açoriano, pela Lei nº 11694, de 26 de novembro de 2001, em Diário Oficial, como sendo, o dia 16 de janeiro de cada ano, para as devidas comemorações. Cabe ressaltar, também, que o decreto governamental nº 56.300, de 05 de janeiro de 2023, instituiu a comissão oficial das comemorações dos 270 anos do povoamento açoriano no Estado do RS, e o ICP integrou esta comissão na função de secretariado junto à presidência diretiva assumida pelo Vice-Consulado de Portugal em Porto Alegre, e a Vice-Presidência pela Casa dos Açores, além das demais entidades luso-brasileiras e secretarias do governo estadual.

No Instituto Cultural Português, o maior comprometimento é com a cultura e com o reconhecimento dos municípios que valorizam e preservam os laços de amizade entre Brasil e Portugal. A motivação principal é fortalecer a presença da cultura luso-açoriana no sul do Brasil e conhecer o processo histórico-cultural e social das localidades, aliado ao conhecimento científico e da vida das pessoas nestas comunidades. Com isso, temos o Conselho das Comunidades Luso-Brasileiras, que integra a todos e todas pessoas jurídicas que se preocupam e proporcionam as relações e laços com Portugal.

Estrutura física

Figura 2 – Museu Açoriano Sul Rio-Grandense

Fonte: arquivo do ICP.

Pode-se afirmar que, a grande contribuição do Instituto Cultural Português para a açorianidade, o torna mais relevante no meio das associações portuguesas existentes no Rio Grande do Sul, porque desde a sua fundação procurou o relacionamento institucional com o Vice-Consulado de Portugal em Porto Alegre que busca através da Embaixada de Portugal, aqui no Brasil, as relações com o continente e os arquipélagos dos Açores e da Madeira, desde 1985, permitindo a expansão de relações comerciais e institucionais e com experiências positivas, pelos intercâmbios culturais, apoio a projetos comunitários, ações de formação, visitas de estudos, além do recebimento de doações de muitos livros, formando um importante acervo bibliográfico para a sede do ICP e sua biblioteca.

Figura 3 – Salão de Atos e eventos comemorativos

Fonte: arquivo do ICP.

Assim sendo, acontece a promoção, a integração e o partilhamento dos saberes e fazeres das comunidades das ilhas do Arquipélago dos Açores e as semelhanças do que aqui é feito no Estado do Rio Grande do Sul, através de Encontros Internacionais com as pessoas formadoras de opinião que repassaram os usos e costumes tradicionais do arquipélago, como também as ações e metas do governo luso-açoriano para difundir a economia e cultura local das diferentes ilhas do Arquipélago.

Foram muitos profissionais convidados pela intervenção e indicação do ICP, sendo eles gestores, líderes de organizações, profissionais da área da educação, historiografia, produtores culturais, jornalistas e fotógrafos e executivos dos municípios vocacionados para a valorização e preservação de culturas trazidas pelos primeiros colonizadores e povoa-

dores. O valor destas tradições e bens imateriais é imensurável, porque aqui plantaram em solo gaúcho a açorianidade, refizeram suas vidas e criaram famílias e raízes a duro suor, pelo trabalho e pela sobrevivência diária, no campo e nas cidades e, principalmente, em áreas rurais com plantações e colheitas. Muitas lágrimas de saudades pelo afastamento das suas terras de origem, mas o legado aqui se preservou e é valorizado pelas famílias das comunidades.

Ações Pró Cultura Luso-Brasileira e a Açorianidade

O Dia da Comunidade Luso-Brasileira iniciou com projeto de lei do Senador Vasconcelos Torres (1920-1982), criado através da Lei nº 5.270, de 22 de abril de 1967, que instituiu a comemoração, em todo o território brasileiro. Algumas comunidades portuguesas no Brasil, como a de São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão e do Rio Grande do Sul celebram a efeméride todos os anos.

Esta data serve para lembrar a fraternidade entre Portugal e Brasil, através do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, também conhecido como "Estatuto de Igualdade", assinado em 22 de abril de 2000. A data é extremamente simbólica, pois era o ano que marcou os 500 anos da chegada dos primeiros colonizadores, no território brasileiro.

O incentivo e a liderança do ICP para a criação da Semana Luso-Brasileira no Estado do Rio Grande do Sul tiveram o apoio da Assembleia Legislativa e do Governo Estadual, através da SETUR e da SEDAC. Assim estadualizou-se as comemorações pelo ex-deputado Teófilo Tufy Salomão, pela Lei 8.856, de 12 de junho de 1989, e pela iniciativa do Deputado José Sperotto. Através da Lei 13.082, de 20 de dezembro de 2008, criou-se, então, a Semana da Comunidade Luso Brasileira.

Figura 4 – Brasil e Portugal

Fonte: arquivo do ICP.

Brasil e Portugal, devido ao contexto histórico, possuem grandes semelhanças culturais e alianças comerciais. Muitas tradições, que atualmente marcam o povo brasileiro, nasceram a partir da influência dos portugueses, durante o período da colonização e até hoje são cultivadas. As influências na culinária com os pratos à base de bacalhau, pescados e doces à base de ovos têm origem portuguesa. Brasil e Portugal são "nações irmãs" com muitas semelhanças, como na arquitetura, nos traços étnicos, no folclore, religião cristã, e é claro pela língua portuguesa, etc.

Após a independência, o Brasil acolheu diversos portugueses que vinham em busca de uma vida melhor e se tornaram comerciantes, profissionais liberais, agricultores, estreitando os laços entre ambos os países, e até hoje os brasileiros também vão em busca de conhecimento, especializações e geram negócios de interesses comuns. A busca pela cultura e avanços pelo conhecimento europeu, através do Turismo, são uma realidade que só traz benefícios a ambos os países.

A realização de eventos anuais, como o Encontro Estadual das Salas Açorianas, Núcleos e Centros Culturais são fundamentais para incentivar e valorizar a cultura luso-brasileira para a sustentabilidade deste movimento da açorianidade no Rio Grande do Sul.

Exemplificando uma ação cultural exitosa, promovida pelo Instituto Cultural Português foi a realização do Fórum de Reflexões e Debates sobre Cultura e Turismo, na cidade de Gramado, e em paralelo a Mostra e Feira de Artesanato Luso-açoriano, nos dias 15,16 e 17 de outubro de 2021, com a participação de muitos artesãos da Região da Serra, através do CLARH- Centro Luso Açoriano das Região das Hortênsias e de outras regiões turísticas, como do Litoral, Vale do Rio Pardo e Taquari e Delta do Jacuí, incentivado pelos Núcleos e Centros Culturais e Salas Municipais Açorianas com o objetivo de valorizar a produção associada ao turismo de diversos destinos do Estado do Rio Grande do Sul. Foi uma

Figura 5 – Mostra e Feira de Artesanato Luso-açoriano

Fonte: arquivo do ICP.

grande experiência, para quem integrou o grupo e para a comunidade e os visitantes. Iniciativas como esta devem ser permanentes e apoiadas pelas instituições públicas e privadas.

Portanto, um dos elos, entre países, é o turismo cultural e os estudos e pesquisas são muito importantes. Entre as diversas definições deste segmento turístico, segundo a oferta baseia-se no consumo turístico de equipamentos e atrações classificados como culturais: sítios e centros históricos, festivais, gastronomia local, centros de interpretação patrimonial, mercados tradicionais, museus, entre outros espaços, objetos e eventos pelo fluxo e/ou demanda turística. O conceito técnico de turismo cultural da European Association for Tourism and Leisure Education (ATLAS) revela o foco no consumo turístico de elementos previamente classificados como culturais. Então, "Turismo Cultural é toda movimentação de pessoas em torno de atrações culturais específicas, tais como sítios históricos e manifestações artísticas e culturais, fora de seu lugar próprio de residência" (RICHARDS, 1997, p. 24). Mas, as pessoas se movimentam para conhecer novos destinos, costumes e tradições através da atividade turística. O porquê? Faz parte da natureza humana querer conhecer, experimentar o novo. Então, o turismo e a cultura proporcionam a realização deste desejo de explorar, vivenciar novos hábitos, expandindo assim o saber, o aprender a fazer. Considera-se primordialmente que todas as atividades culturais e artísticas, se somadas à produção artesanal, trazem uma identidade, novas influências e tendências socioeconômicas para as comunidades em geral. Pensar diferente, produzir criativamente são consequências do que vemos, do que sentimos e temos como insumo para produzir arte; experimentam-se momentos únicos que nos dão a possibilidade de comparar territórios e culturas.

As Salas Municipais Luso-açorianas foram criadas, estrategicamente, por iniciativa do Instituto Cultural Português, no início dos anos 1990, para criar um espaço especial, às vezes até substituindo um museu na ausência dele, para mostrar a cultura luso-açoriana de forma permanente. O documento oficial usado para tal iniciativa é o Protocolo de Intenções e Ação Conjunta, que registra historicamente a fundação das 14 Salas Açorianas, ainda existentes.

Em Viamão são duas salas: uma municipal e outra privada, em razão de estar instalada em escola pública da Rede Estadual de Educação. Segue em Gravataí, Rio Pardo, Santo Amaro do Sul - General Câmara, Tramandaí, Capão da Canoa, Osório, Mostardas, Santo Antônio da Patrulha, Tavares,

Taquari, Triunfo, Balneário Pinhal, Venâncio Aires. E em Porto Alegre temos dois espaços específicos para encontrar este acervo de forma organizada.

Foram também criadas salas em Pelotas e Rio Grande, mas estão inativas no momento, e existe um vínculo muito forte e parcerias junto aos demais Centros de Cultura Luso-açoriana, de Venâncio Aires, e Núcleo Luso-açoriano da Região das Hortênsias, e Casa Portuguesa de Gramado, além de outras entidades e associações portuguesas existentes no Rio Grande do Sul. A seguir, apresentam-se informações e imagens de alguns espaços das Salas Açorianas nos municípios.

Município de Viamão

Viamão foi fundado em 14 de setembro de 1741, palco de fatos históricos importantes do Rio Grande do Sul. Foi núcleo do povoamento luso-açoriano que deu origem ao Estado. Sua arquitetura chama a atenção e até hoje algumas construções do século dezoito podem ser apreciadas. Distância do centro de Porto Alegre: 15,7km; população estimada atual de 257.330, conforme IBGE. O Parque Estadual de Itapuã e o Centro Histórico da antiga capital gaúcha, se destacam e se aliam às paisagens que o Lago Guaíba traz pelo pôr do sol.

Figuras 6 e 7 – Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição e Farol de Itapuã

Fonte: site oficial da Prefeitura.

A Sala Açoriana foi fundada em 06 de maio de 1992, através de um Protocolo de Ação Conjunta entre o Governo Regional dos Açores, através do Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas, com a Prefeitura Municipal de Viamão e o Instituto Cultural Português.

Esta Sala Açoriana está instalada junto ao Centro Municipal de Cultura Carlos Pinto Mennet, na Avenida Açores, 951 – Tarumã. Possui um

acervo significativo de objetos utilitários dos séculos passados e de artesanato doados por luso-descendentes. Possui uma biblioteca de publicações dos Açores e do Rio Grande do Sul, e em especial de Viamão. As vestimentas típicas e muita documentação são encontradas neste espaço com fotos históricas de eventos comemorativos. O objetivo é divulgar a cultura luso-açoriana para professores e alunos, através do Projeto Cultura na Escola, levando informações das origens e raízes deixadas à comunidade local, sensibilizando para a preservação da cultura e elevando a autoestima da comunidade viamonense. Atualmente são atendidos neste espaço 7.800 alunos, por ano, e a meta é chegar a 10.000 alunos até o final de 2024.

Figura 8 – Sala Açoriana de Viamão

Fonte: arquivo do ICP.

A outra Sala Açoriana em Viamão chama-se Antero de Quental, fundada em 26 de agosto de 1993. Está dentro da Casa Açoriana, recuperada pela Escola Estadual Isabel de Espanha, da rede estadual de ensino, com mais de 1.300 alunos. Há um acervo bem conservado, com muitas peças referentes à cultura açoriana, além de bibliografia específica e objetos típicos cedidos pelo Governo Regional dos Açores. Esta organização resulta com um grupo de danças Ilhas de Encanto, com trajes típicos do Arquipélago, e pelos ensinamentos das professoras convidadas para se familiarizar com os usos e costumes das ilhas açorianas.

Município de Gravataí

Figura 9 – Aspecto do município de Gravataí

Fonte: site oficial da Prefeitura.

Gravataí, antiga Aldeia dos Anjos, recebeu indígenas a partir de 1763, vindos das Missões. Sua distância de Porto Alegre é de 29,9 km, e a população atual é estimada pelo IBGE em 285.564 habitantes.

A Sala Açoriana de Gravataí foi fundada em 14 de maio de 1992, através de protocolo de ação conjunta entre Prefeitura Municipal, Governo Regional dos Açores e ICP. Depois, em 25 de outubro de 1993, quando de outra vinda do Diretor Duarte Mendes, foram alteradas as instalações para o Museu Municipal, e fortalecido o Protocolo na gestão do Prefeito Edir Pedro de Oliveira, com Santa Inèze da Rocha, Presidente do ICP e autoridades locais. Atualmente, este acervo se encontra junto à CAERGS.

A edificação, onde está a sede da Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS), fundada em 2003, é um patrimônio arquitetônico histórico de Gravataí O município pertence à Região Turística do Delta do Jacuí e está muito próximo de Porto Alegre. Sua criação teve como base as raízes açorianas dos luso-descendentes e a valorização da cultura e da estrutura comercial e industrial que fomentam a economia local. Cabe destacar que o terreno do casarão histórico luso-açoriano foi doado pelo governo municipal e toda a recuperação e reforma foi através da Associação dos Amigos dos Açores e pelos empresários e comunidade em geral. O prédio histórico é tombado pelo município de Gravataí e possui excelente acervo histórico e bibliográfico, e onde acontecem eventos culturais, e se destaca o altar do Divino Espírito Santo.

Figura 10 – Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul

Fonte: arquivo do ICP.

Município de Porto Alegre

Foi povoada pelos casais açorianos, sobretudo a partir de 1752, adensando a população local. A data da criação da freguesia de Porto Alegre é 26 de março de 1772, que em 2022, comemorou seus 250 anos de fundação. Como capital do Estado do Rio Grande do Sul possui aproximadamente 1.500.000 habitantes, e é conhecida como Porto dos Casais. Se denomina como referência para os países do Mercosul por sua

posição estratégica, ao sul do Brasil. O Monumento aos Açorianos, no Largo com o mesmo nome, evoca a vinda de açorianos no século XVIII, conforme política do reino português. Possui uma diversificada vida cultural e muitas opções de passeios pelos parques, na orla do Guaíba e nos Caminhos Rurais, além de muitos shoppings comerciais e ampla rede de restaurantes e hotéis.

Figuras 11 e 12 – Monumento aos açorianos e Ponte de Pedra

Fonte: site da Prefeitura Municipal.

A Sala Açoriana de Porto Alegre também foi criada em maio de 1992, quando o Diretor do Gabinete das Comunidades Açorianas, Professor Duarte Bettencourt Mendes veio pela segunda vez ao Estado do Rio Grande do Sul com o intuito de firmar protocolos de intenções e ação conjunta com mais cinco municípios. O acervo disponibilizado para Porto Alegre foi emprestado, temporariamente, ao Museu Antropológico, e depois ao Museu de Artes do Rio Grande do Sul – MARGS. A seguir retornou ao Instituto Cultural Português, que até hoje expõe ao público e conserva no Museu Açoriano e na Sala Açoriana.

A Sala Açoriana Manoel Fonseca foi idealizada para resgatar a história da comunidade das ilhas de Porto Alegre. Foi fundada em 21 de novembro de 2011, e sua sede era junto ao Centro de Tradições Gaúchas - CTG Madrugada Campeira, na ilha da Pintada. O ICP sempre incentivou esta memória viva e a produção associada pelo artesanato aprendido nos Açores, que são feitos com as escamas de peixes nativos. Muitas autoridades açorianas visitaram este espaço e ofereceram acervo completo de trajes e objetos para exposição ao público visitante. Em 2014, a Sala teve nova coordenação e agora se insere dentro das estruturas do Museu das Ilhas de Porto Alegre, o único a céu aberto.

Figuras 13 e 14 – Sala Açoriana de Porto Alegre

Fonte: arquivo do ICP.

Município de Osório

Figura 15 – Município de Osório

Fonte: site oficial da Prefeitura de Osório.

Osório com 46.815 habitantes, aproximadamente, fica na região litorânea, onde os serviços e a cultura tipicamente açoriana são muito apreciadas pelos veranistas e visitantes. O município foi emancipado em 16 de dezembro de 1857, e dista apenas 101,9 km de Porto Alegre.

Figura 16 – Sala Açoriana de Osório

Fonte: arquivo do ICP.

A Sala Açoriana de Osório foi fundada no dia 22 de abril de 1992, e instalada no Centro Cultural José do Patrocínio, sendo mais um atrativo turístico e cultural da cidade. Com esta iniciativa do ICP realizou-se o III Concurso de Danças Gaúchas de Raízes Açorianas, ainda neste mesmo ano de 1992. O II Encontro das Salas Açorianas, aconteceu em 2017. Seu grande destaque é a realização da Festa do Divino Espírito Santo e outros eventos artísticos, históricos e folclóricos.

Município de Santo Antônio da Patrulha

Santo Antônio da Patrulha foi um dos quatro grandes municípios do Rio Grande do Sul, no passado. Inicialmente com colonização portugue-

sa – continentais e ilhéus – teu território passou a receber, também, já no final do século XIX, outros grupos europeus, como italianos, alemães, poloneses e outros tantos. Existem muitas atrações de lazer na área urbana como nas áreas rurais com excelente gastronomia e hospedagem.

Figura 17 – Lagoa dos Barros

Fonte: site oficial da Prefeitura Municipal.

A sala açoriana de Santo Antônio da Patrulha e Núcleo Luso-Açoriano foi fundada através do Protocolo de Ação Conjunta, assinado em 21 de abril de 1991, com as devidas assinaturas da Presidente do ICP - Santa Inèze Domingues da Rocha e Luís Manuel Dias da Silveira – Cônsul de Portugal, Duarte Manuel Bettencourt Mendes – Diretor do Gabinete das Comunidades Portuguesas dos Açores e Silvio Miguel Fofonka – Prefeito de Santo Antônio da Patrulha. Este protocolo foi confirmado em 25 de outubro de 1993 pelo Prefeito Ferulio Tedesco Netto. A localização atual é junto ao Museu Municipal.

Figura 18 – Sala Açoriana de Santo Antônio da Patrulha

Fonte: arquivo do ICP.

Município de Triunfo

Triunfo passou a ser município em 1832. Foi palco de várias batalhas da Revolução Farroupilha, em local conhecido como Ilha do Fanfa, onde aconteceu a dramática rendição do General Bento Gonçalves e suas tropas no ano de 1836. Prédios históricos e um pôr do sol no encontro dos rios Jacuí e Taquari chamam a atenção dos visitantes. Dista 105 km de Porto Alegre e possui 30.000 habitantes, aproximadamente.

A Sala Açoriana de Triunfo instalada em um belo sobrado do início do século XIX, com suas típicas janelas em arco abatido, nela nasceu Jacinto Guedes da Luz, um dos comandantes farroupilhas. Na sede da Secretaria da Cultura, se mantém a Sala Açoriana, com um acervo de livros, artesanato e indumentária referente aos Açores, com diversas peças doadas pelo governo açoriano e o Instituto Cultural Português.

Figura 19 – Igreja do Sagrado Coração do Bom Jesus

Fonte: site da Prefeitura Municipal.

Figuras 20 e 21 – Sala Açoriana de Triunfo

Fonte: arquivo do ICP.

Município de Rio Pardo

Rio Pardo está na Região do Vale do Rio Pardo, possuindo 38.257 habitantes, conforme estimativa do IBGE. Foi fundada em 13 de outubro de 1831, e a distância de Porto Alegre é de apenas 147 km. Trata-se de uma cidade histórica do século XVIII, fundada a partir de uma fortaleza militar

Figura 22 – Centro Regional de Cultura e Igreja Senhor dos Passos

Fonte: site oficial da Prefeitura de Rio Pardo.

em defesa do império português. Preserva seus monumentos e memória. Os turismos culturais, religiosos e gastronômicos são muito apreciados pelos visitantes.

A Sala Açoriana de Rio Pardo foi fundada em 02 de maio de 1992. Está localizada junto ao Centro Regional de Cultura com amplo e importante acervo histórico e objetos doados pelo Governo Regional dos Açores.

Figura 23 – Reinauguração da Sala Açoriana de Rio Pardo

Fonte: arquivo do ICP.

Município de Venâncio Aires

Venâncio Aires é um município situado na região turística do Vale do Rio Pardo. Foi emancipado de General Câmara em 1849, e instalado em 1891. O nome é uma homenagem ao jornalista Venâncio de Oliveira Ayres. Possui, atualmente, 72.373 habitantes, segundo último censo do IBGE. A data de fundação é de 11 de maio de 1891. Distância de Porto Alegre 129,9 km. É conhecida como a Cidade do Chimarrão.

O Centro Luso -açoriano de Venâncio Aires foi instalado em 10 de maio de 2019, na Associação Amigos do Centro Municipal de Cultura – AACEMUC. Juntamente com o Instituto Cultural Português foi assinado o Protocolo de criação e instalação na sede da AACEMUC.

Figura 24 – Igreja Matriz São Sebastião (Estilo Neogótico)

Fonte: site da Prefeitura Municipal.

Figura 25 – Centro Luso-açoriano de Venâncio Aires

Fonte: arquivo do ICP.

Balneário Pinhal

Figura 26 – Balneário Pinhal

Fonte: site oficial da Prefeitura de Balneário Pinhal.

Por decreto estadual de 22 de outubro de 1995, foi elevado à categoria de município, denominado Balneário Pinhal, constituído de distrito único e homônimo. Em 1998, por intermédio de ato municipal, foram criados os distritos de Túnel Verde e Magistério. O município passou a ser constituído por três distritos: Balneário Pinhal, Túnel Verde e Magistério. Possui uma área de 103,759 km² e sua população é estimada em 14 645 habitantes.

A Sala Açoriana do Balneário Pinhal foi primeiramente instalada na Escola Municipal. Atualmente está junto à Biblioteca Municipal sob a coordenação da Secretaria da Cultura. Foi fundada em 03 de maio de 1992, através de Protocolo de Ação Conjunta, assinado pelo Prefeito Domingos Antonio Tadeu da Silva Terra, pelo Diretor do Gabinete das Comunidades do Governo regional dos Açores, Professor Duarte Mendes, pela Presidente do ICP, Santa Inèze da Rocha e pelo Cônsul Luís Manuel da Silveira.

Figuras 27 e 28 – Igreja da cidade e Sala Açoriana

Fonte: arquivo do ICP.

Município de Taquari

Figura 29 – Município de Taquari

Fonte: site oficial da Prefeitura de Taquari.

A criação do município de Taquari ocorreu em 4 de julho de 1849, desmembrado do município de Triunfo. Sua distância até a capital é de 96 km e tem uma população de 26.907 habitantes, conforme estimativa do IBGE. O Natal Açoriano é o evento que comemora e traz a tradição dos seus povoadores.

A Sala Açoriana João Bosco Motta do Amaral, de Taquari, foi fundada em 1992. O ato de fundação e assinatura do protocolo aconteceu na Associação Comercial e Industrial de Taquari. Estavam presentes: o Presidente da época, Eduardo Wienandts, Santa Inèze e Carlos Soares, diretoria do ICP, e o Diretor Duarte Mendes dos Açores. Neste mesmo dia, o prefeito municipal recebeu o Presidente do Governo Regional dos Açores, João Bosco Motta do Amaral. Pela honraria da presença da autoridade maior, a sala foi assim denominada. Atualmente, todo o acervo está junto ao Museu Costa e Silva, que faz parte do Sistema Estadual de Museus. É conhecido, também, como Casa Costa e Silva, pois é o casarão típico português, onde nasceu o ex-presidente da república brasileira. Possui um acervo cultural muito interessante de ilustres personagens de Taquari.

Figuras 30 e 31 – Sala Açoriana de Taquari (fachada e acervo)

Fonte: arquivo do ICP.

Distrito Santo Amaro do Sul (General Câmara)

O distrito de Santo Amaro do Sul, no município de General Câmara, dista 80 km da capital gaúcha. É muito procurado por seu patrimônio histórico e arquitetura luso-açoriana preservada. Trata-se de uma localidade com pouco mais de 1.000 habitantes, mas que possui um grande valor histórico, turístico e cultural pelos eventos tradicionais.

Figura 32 – Igreja Matriz e Monumento Caravela aos açorianos

Fonte: site oficial de Prefeitura.

A Sala Açoriana Miguel José Pereira foi fundada em 21 de abril de 1991. O primeiro protocolo foi assinado pelo Prefeito Paulo Ramé, pelo Cônsul Luís Manuel Dias da Silveira, Santa Inèze da Rocha e Duarte Mendes, Diretor do Gabinete das Comunidades. A sala foi instalada junto à Biblioteca de General Câmara, nas dependências da Secretaria de Educação e Cultura. A segunda localização da sala passou a ser na Casa de Cultura, em 02 de maio de 1992, na rua General Câmara.

Figura 33 – Sala Açoriana Santo Amaro

Fonte: arquivo do ICP.

Município de Tramandaí

Tramandaí é um município litorâneo do Estado do Rio Grande do Sul. É uma cidade praiana do Litoral Norte, que se situa a 118 km da capital. Foi emancipada como município em 24 de setembro de 1965. As praias são muito procuradas pela estrutura instalada de serviços, e a plataforma de pesca em alto mar se destaca para os pescadores profissionais e amadores.

A Sala Açoriana de Tramandaí está instalada no Museu da Professora Abrilina Hoffmeister. Foi fundada em 22 de abril de 1990 pelo Protocolo assinado pelo Prefeito Eliseu Lemos Padilha, Cônsul Luís Manuel da Silveira, Presidente do ICP, Santa Inèze da Rocha, e Duarte Mendes, Diretor do Gabinete das Comunidades dos Açores. A testemunha de honra foi o Sr. Presidente do Governo dos Açores, João Manuel Motta do Amaral.

Figura 34 – Pórtico de entrada do município

Fonte: site oficial da Prefeitura.

Figura 35 – Sala Açoriana de Tramandaí

Fonte: arquivo do ICP.

Município de Mostardas

Mostardas é um município da costa litorânea do Oceano Atlântico situado no litoral médio do Estado. Com população de 12.888,00, sua emancipação foi em 26 de dezembro de 1963. Possui preservado o casario luso-açoriano no centro histórico e muitas belezas naturais, como o Parque da Lagoa do Peixe, em destaque. Os cobertores de lã de ovelha são famosos pela qualidade da tecelagem.

Figura 36 – Sala Açoriana de Mostardas

Fonte: arquivo do ICP.

Município de Tavares

Figura 37 – Município de Tavares (Farol Mostardas)

Fonte: site oficial da Prefeitura.

Sua população está estimada pelo IBGE em 5.353 habitantes, distribuídos em 604,26 km² de área. Com uma grande orla de praia marítima e duas lagoas (dos Patos e a do Peixe), Tavares é a cidade dos faróis, possuindo três. Também é conhecida pela grande plantação de cebola e pela produção de pescados, destacando-se o camarão. A distância até a capital é de 230 km.

A Sala Açoriana de Tavares foi fundada em 31 de maio de 2022, através de Protocolo de Intenções e Ação Conjunta, firmado entre a Prefeitura Municipal e o Instituto Cultural Português. Está instalada na Biblioteca Municipal. O Protocolo de Intenções e Ação Conjunta foi assinado pelo Prefeito Municipal Gardel Machado Araújo, pela presidente do Instituto Cultural Português, Lenora Horn Schneider, Secretária de Turismo, Jamile Brum Miranda, Vice-Cônsul de Portugal em Porto Alegre, Filipa Mendonça, e pelo Secretário do ICP, Sr. Moacir Roberto dos Santos. Estiveram presentes várias autoridades de Tavares e de Mostardas, além de coordenadores de salas açorianas de Rio Pardo, Triunfo, e muitos vereadores da Câmara Municipal.

Figuras 38 e 39 – Sala Açoriana de Tavares

Fonte: arquivo do ICP.

Município de Capão da Canoa

Figura 40 – Vista aérea parcial de Capão da Canoa

Fonte: site da Prefeitura Municipal.

Capão da Canoa é um município localizado no Litoral Norte do estado, localizado a 140 km de Porto Alegre. Conforme estimativa do IBGE de 2019, sua população é de 53.459 habitantes. Foi emancipado em 4 de dezembro de 1982. É destino turístico para morar e veranear, pela qualidade de vida e estrutura de serviços instalada. Possui 19 km de orla marítima.

A Sala Açoriana de Capão da Canoa foi fundada em maio de 1992, pelo Prefeito Amauri Magnus Germano, pelo Secretário de Turismo Itamar Trombetta e o Diretor da Casa de Cultura Egon Birlem, e testemunhada pela assessora turismóloga Izabel Cristina Santos Guerreiro. Está situada na Avenida Paraguassú, 1881, junto à Praça Flávio Boianovsky. Estiveram presentes, pelo Instituto Cultural Português, Santa Inèze da Rocha, presidente do ICP e os diretores Cultural e de Assuntos Portugueses, António Filipe Neiva Soares e Carlos Soares, além da honraria de assinar pelo Governo Regional dos Açores, o diretor do Gabinete das Comunidades, Duarte Bettencourt Mendes. Possui um acervo bem representativo e diversificado de objetos, bibliografias e artesanato típico luso-açoriano.

Figura 41 – Sala Açoriana de Capão da Canoa

Fonte: arquivo do ICP.

Considerações finais

Como resultados esperados pelas instituições e comunidades dos diversos municípios aqui descritos, pode-se elencar algumas considerações e proposições tais como:

- A necessidade da continuidade das Ações de Incentivo e Valorização da Açorianidade que podem ser executadas pelas salas instaladas e pelos núcleos e centros culturais. Por isso é tão importante estes protocolos de ação conjunta, firmados entre governos e entidades culturais.

- A motivação para os historiadores, pesquisadores e profissionais das mais diferentes áreas do conhecimento gerar mais estudos e pesquisas para o conhecimento geral das comunidades e entidades envolvidas, resultando em integração e intercâmbios sociais e econômicos.

- O crescimento das relações institucionais e comerciais de âmbito regional, nacional e internacional;

- A valorização dos Movimentos Tradicionalistas e Folclóricos - MTGs, gerados e criados com base em pesquisas sobre os usos e costumes comuns relacionados à cultura portuguesa e brasileira como um todo;

- A consolidação de eventos comemorativos religiosos e culturais e festas populares alusivas à tradição com base na economia local;

- Oportunizar às escolas a promoção de concursos educacionais e

de familiarização às diferentes culturas e de alta importância para todos os familiares dos alunos;

- Manter a memória viva e preservada por gerações e a história contada para todos.

Ao final deste trabalho, torna-se evidente a importância das contribuições das organizações e instituições, sejam públicas ou privadas, para dar continuidade às ações das gestões passadas, intensificando e preservando a memória desta cultura luso-açoriana no Estado do Rio Grande do Sul, dando incentivo às futuras gerações da sociedade.

Referências

AZEREDO, Flávio Antônio de. *Vertentes das danças açorianas*: a tradição do Grupo Central de Ilhas. Porto Alegre: Caravela, 2016.

DURAND, José. Turismo cultural: conceituação, fontes de crescimento e tendências. *Visão e Ação*, v. 9, n. 2, p. 185-198, maio /ago. 2007.

INSTITUTO CULTURAL PORTUGUÊS. *Integração Cultural Brasil/RS e Portugal/Açores*: uma herança cultural que une dois mundos. Porto Alegre: Caravela, 2015.

RAMIREZ, Hugo. *Paradigmas da Açorianidade no Rio Grande do Sul*: a obra pioneira dos luso-descendentes. Porto Alegre: Caravela, 2016.

ROCHA, Santa Inèze da. (Org.). *Açorianos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Caravela, 2007.

SANTOS, Danilo Assumpção. *Os açorianos em Alegrete*. Porto Alegre: Caravela, 2009.

Fontes documentais

Acervo do Instituto Cultural Português (ICP).

Sites

Prefeituras de diversos municípios.

MEMORIAL AÇORIANO

LUIZ ANTÔNIO ALVES[1]

A Genealogia Açoriana investigada e pesquisada desde a década de 1980 incorporou inicialmente informações relacionadas à memória familiar. A descoberta do tronco originário do Arquipélago motivou a curiosidade em aprofundar o conhecimento sobre antepassados que chegaram ao Rio Grande do Sul, notadamente na região da Serra Gaúcha.

Numa época que não existiam as ferramentas hoje disponíveis pela internet, o trabalho seguia em ritmo lento, pois outras atividades profissionais eram prioridades. No entanto, por uns dez anos as anotações eram feitas com base em contatos com familiares e pessoas que conheciam parentes. Tudo anotado nos conhecidos cadernos universitários e algumas entrevistas gravadas em fitas-cassete.

Exatamente no mês de julho de 1992, ao comemorar meu aniversário, recebi de meus pais um álbum com fotos antigas da família. Era um material que mostrava alguns parentes, como avós, tios e primos, que iniciava com raridades da década de 1880, e chegava na minha infância e juventude da década de 1970. Ali tive a inspiração para aprofundar a pesquisa, pois outros elementos e diferentes fontes enriqueceriam a formatação da minha própria Árvore Genealógica, envolvendo gerações mais antigas. O interesse sobre livros que abordassem a temática aumentou e vislumbrei que *os ilhéus* tinham uma participação muito maior do que eu imaginava, entre várias famílias conhecidas que se entrelaçavam com a minha linhagem.

A partir daí comecei a visitar periodicamente o Arquivo da Mitra Diocesana de Caxias do Sul, onde estavam guardados os livros de batismos, nascimento e óbitos de São Francisco de Paula, desde 1870. Decidi copiar dados de TODOS os registros, um por um, e não apenas do meu tronco paterno (Alves, Correa, Medeiros, Linck, Nunes, Mendes) ou materno (Cardoso, Ramos, Rodrigues, Palhano).[2] Acrescentei ao garimpo docu-

1 Genealogista, escritor, economista. Caxias do Sul/RS.

2 Cobria o período de 1870 a 1930, e distritos que hoje são municípios como Cambará do Sul e Jaquirana.

mental os microfilmes guardados pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Mórmons), principalmente com documentos de Santo Antônio da Patrulha, Rio Grande e Porto Alegre.[3] O acervo já passava de 5000 nomes e simploriamente usava o Word num antigo computador. Em 1997 descobri o *Brother's Keeper* (guardiães da irmandade), um software específico para a Genealogia e comecei o cadastramento de pessoas que encontrava na pesquisa documental e bibliográfica. Além disto, encontrei confrades e confreiras que oportunizaram o intercâmbio e troca de informações que enriquecia o levantamento. E o mais importante: a partir de 1998 ganhei uma contribuição imensa que foi da minha querida e amada esposa Sandra Maria Schimith (nome de solteira) que começou a ajudar na pesquisa. Como se diz aqui no fundo do sertão "foi uma mão na roda".

Os Guardiões Celestiais surpreenderam com a Luz que faltava para iluminar o caminho filosófico dos objetivos da pesquisa. Num belo dia descobri que a Sandra era minha prima em 5º grau! E pela vertente (ou costelinha) açoriana! Temos em comum alguns casais que tiveram uma descendência enorme pelo Sul do Brasil.[4]

> Diogo Pacheco Louro e Bárbara da Conceição (ilha Terceira)
>
> Bartholomeu Lourenço Dávila e Antônia Victória de São José (ilha Terceira)
>
> Manoel Cardoso Toste e Sebastiana Rosa de Sousa (ilha de São Jorge)
>
> Pedro de Oliveira Lopes e Catharina Maria Soares (ilha de S Jorge)
>
> Francisco Antonio de Oliveira (Graciosa) – Maria da Conceição (ilha do Pico)

Entre outros detalhes, enfrentamos discussões, tabus e preconceitos. Aqui na região de colonização italiana, pouco se conhecia sobre a epopeia açoriana. A questão se resumia no seguinte: "Ah, aqueles 60 casais açorianos que fundaram Porto Alegre!" Parecia que a história de nossa gente era só aquela, e a maioria desconhecia seu parentesco e afinidade com as nove ilhas. Outros historiadores apontavam estatísticas e levantamentos que provavam que os açorianos vieram em grande número para o Rio Grande do Sul, mas tudo era mistério, pouco divulgado.

3 Posteriormente foi escaneada, digitalizada e disponibilizada a documentação para formar o conhecido site Family Search.

4 Temos mais alguns casais açorianos ancestrais que não são comuns em nossas árvores.

Com o tempo houve o reconhecimento de que o povoamento no Estado teve uma contribuição étnica e cultural que deixou marcas profundas no seio das famílias mais antigas, e o assunto fluiu para outro patamar acadêmico e popular com maior destaque.

Em 2002, decidimos imprimir e encadernar o material até ali preparado. Foi uma tarefa e tanto! Já estava acumulado cerca de 170.000 nomes e a logística do "empreendimento" era rudimentar. Deslumbramos que o gigantismo da obra exigia fundamentos editoriais, pois estávamos provando que a quantidade de açorianos aqui chegados era muito maior do que se imaginava e as relações familiares com ramos, troncos e linhagens diferentes se entrelaçavam em proporções geométricas.

Figura 1 – Primeira impressão do banco de dados das famílias açorianas

Fonte: acervo do autor.

Optamos pelo título MEMORIAL AÇORIANO, tendo em vista que um dos objetivos principais da pesquisa era demonstrar o imenso acervo de nomes e sobrenomes que traziam uma costelinha dos ilhéus e que se espalharam por todo o Estado, ainda no século XVIII. E o significado da palavra "Memorial" lembra a memória eterna de personagens que ajudaram no povoamento de uma região praticamente virgem, sendo ainda espaço e natureza selvagem e desafiadora, ocupada por tribos de indígenas seculares.

Por tratar-se de um trabalho científico, adotamos conceitos inéditos como "parentes genealógicos" e "amostragem genealógica", tendo em vista que é impossível resgatar e documentar milhões de descendentes de açorianos, cobrindo, no mínimo, cinco séculos.

Em 2007, montamos a "Editora e Gráfica Artesanal Honra e Glória", para publicar o que era possível, incluindo o registro legal na Biblioteca Nacional. A tiragem foi pequena, dependendo do Tomo (volume), entre 100 e 300 exemplares, cada um. Inicialmente foram 51 volumes, acrescidos de mais 6 até o ano de 2012, contendo a ADENDA/ERRATA. Uma verdadeira Enciclopédia! A montagem obedeceu a ordem alfabética da família do açoriano e encontrado o maior número daqueles que chegaram ao Rio Grande do Sul, num total de 28 volumes. Os demais incluíram levantamento nos Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e "Outros Estados". Afinal, a produção chegou a cerca de 25 000 páginas em papel A4 (média 400 páginas, cada Tomo). Multiplique-se 25 000 x 57 e encontramos 1.425.000 folhas de papel, totalmente impressas em nosso escritório particular.[5]

A pesquisa básica não parou e continua até os dias de hoje. E durante a pandemia de Covid, em 2021-2022, resolvemos revisar toda a obra. Com o tempo percebemos que ajustes teriam que ser feitos, com complementos de casais que não tinham sido encontrados quando da edição do Memorial.

Em 2007, publicamos no Tomo I a estatística dos que chegaram ao Rio Grande do Sul, de acordo com o que foi possível encontrar. Foram totalizados 2085[6] casais distribuídos por ilha. Computando-se os filhos que ainda nasceram nos Açores, chega-se a 10.450 pessoas. Quase todos chegaram inicialmente a Santa Catarina e depois se transferiram para o nosso Estado, sem esquecer daqueles que vieram da Colônia do Sacramento. E, agora, neste ano das graças de 2023 verificamos que a obra – se fosse publicada novamente – teria cerca de 110 volumes e cerca de 90;000 páginas![7] E o número de pessoas cadastradas consideradas açorianas ou descendentes chega a 565.844. Entre eles está a riqueza do patrimônio nacional: a miscigenação. É um caldo maravilhoso, um modelo que une índios + brancos + negros de diversas origens geográficas, passando pelo casamento de portugueses-açorianos (e seus descendentes) com imigrantes italianos, alemães, poloneses, franceses, espanhóis, ingleses, holandeses, belgas, russos e, até mesmo, orientais, japoneses, chineses, indianos ou coreanos, e "misturados" com a cor-

5 Não foram computadas as horas empreendidas na impressão, e nem o número de cartuchos e *toners* de tintas em impressoras HP 2015, 2035, 3010 e 3015. A encadernação foi realizada pela Gráfica Ebema.
6 4.170 pessoas, não considerando os que casaram duas ou três vezes.
7 O somatório atual com os complementos chega a 2357 casais (4714 pessoas) ou com os filhos, 12.880 criaturas. E é possível que no prosseguimento da coleta de dados encontremos mais alguns.

rente africana, mourisca e judia. É realmente uma visão transcendental e que ajuda a conhecer melhor o ser humano e sua caminhada por este Planeta Azul.

O problema é que para publicar uma obra deste tamanho são necessários alguns anos a mais, a um custo pessoal e financeiro muito alto. Quem sabe, noutra encarnação poderemos concluir algo que está bem iniciado e não concluído. Para resolver em parte o desafio, disponibilizamos no nosso site o trabalho de ajustes, correções e complementos gradualmente. E gratuitamente.

P.S: A literatura permite alguns tons diferenciados, além de simbolismos construídos pela inspiração e imaginação e, por esta razão, deixamos de relacionar pessoas que contribuíram para esta pesquisa. Com a bibliografia consultada, seria mais um volume de 200 páginas...

Em todo o caso, lembramos em especial dos saudosos amigos e amigas que já passaram por este ciclo existencial: Gustavo Py Gomes da Silveira, Frei Rovílio Costa, Padre Osmar Possamai, Renato José Lopes, Loraine Slomp Giron, Mário Gardelim, Teresinha de Jesus Bemfica Bier, meus pais (Eraldo e Cercy) e a mãe da Sandra, Lourdes Fermiano de Castilhos.

"A gente faz o que pode; o que não pode a gente não faz".

EXPERIÊNCIAS SOBRE A CULTURA AÇORIANA NA REGIÃO SUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Regina Lucia Reis de Sá Britto Fiss[1]

Introdução

O tema apresentado pelo município de Pelotas/RS, pretende contribuir com o Projeto Raízes que vem sendo desenvolvido, sob a Coordenação da Professora Doutora Véra Lucia Maciel Barroso, e que no ano de 2022, ano dos 270 Anos do Povoamento Açoriano no Estado do Rio Grande do Sul, culminou com a reunião de historiadores, pesquisadores e estudiosos da cultura lusitana, quer do continente como das ilhas, de diversos municípios do estado gaúcho.

No ano de 2009 foi sugerida pela Casa dos Açores do Estado Rio Grande do Sul (CAERGS), a realização do Projeto o "*Projeto Sul do Sul, Memória, Patrimônio e Identidade: Presença Luso-Açoriana em Pelotas"*. De imediato, uma ressalva quanto a expressão "Luso-Açoriana", uma vez que somente após a conclusão do projeto tivemos novo entendimento sobre como devemos expressar essa composição do continente com as ilhas. Os Arquipélagos dos Açores e da Madeira pertencem a Portugal. Estes são lusitanos, o que não justifica dizer "Luso-açoriano" ou Luso -madeirense.

Luso é normalmente usado, no que se refere ao que seja lusitano, como por exemplo: "*Projeto Raízes Luso-Brasileiras*", que está sendo executado pelo Departamento Cultural do Centro Português 1º de Dezembro, Pelotas/RS.

Nesse contexto temporal e espacial de valorização dos antepassados que contribuíram para a ocupação territorial do sul do Brasil, julgamos pertinente sugerir aos municípios, participantes ou não do Projeto

1 Professora na área de Gestão, pesquisadora, diretora cultural do Centro Português 1º de Dezembro. Pelotas, Rio Grande do Sul.

Raízes, que realizem um trabalho de recolha, de pesquisa entre estudiosos, pesquisadores e pessoas de diferentes conhecimentos (acadêmicos ou não), para que possam executar um trabalho nas áreas de História, Geografia, Sociologia, Antropologia e demais áreas afins, valorizando a cultura lusa, tanto de Portugal Continental, como, principalmente, do Arquipélago dos Açores.

Portanto, apresentamos a seguir o projeto que foi executado, para que inspire outros estudos, se assim o desejarem, e mostrar que o "*Projeto Sul do Sul, Memória, Patrimônio e Identidade: Presença Luso-Açoriana em Pelotas"* foi importante e significativo. Este projeto seguiu a sugestão e o apoio da CAERGS, para a sua realização e conclusão, com a reunião dos artigos dos participantes, a realização do Seminário e publicação dos Anais. Sendo que, para este último item, tivemos o apoio da Direção Regional das Comunidades/Governo Regional dos Açores, bem como da Prefeitura Municipal de Pelotas.

Projeto Sul do Sul

Memória, Patrimônio e Identidade
Presença luso-açoriana em Pelotas

Apresentação

O Estado do Rio Grande do Sul, o mais meridional do país, iniciou seu povoamento mais de duzentos anos depois da descoberta do Brasil.

Com o Tratado de Madrid em 1750, em que Portugal troca a Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões, deviam os índios que ali viviam abandonarem as Missões para evitar a revolta contra Portugal. Em troca dos índios, Gomes Freire de Andrade[2] planejava instalar nesse local os colonos açorianos; sendo que as primeiras levas de ilhéus chegaram na Capitania em 1752, e se distribuíram no litoral e ao longo dos Rios Jacuí e Taquari.

Em 1760, a região foi elevada à Capitania, com o nome de Capitania do Rio Grande de São Pedro e a defesa do território português foi reforça-

2 Gomes Freire de Andrade (1685-1763), militar e fidalgo português foi Governador e Capitão Geral do Rio de Janeiro. Em 1752 foi à região sul, do país, para delimitar as fronteiras da região. Comandou as tropas luso-espanholas que venceram os índios guaranis, durante a Guerra Guaranítica (1754 a 1756), na região dos Sete Povos das Missões.

da com a concessão de novas sesmarias, onde os proprietários tinham poder e autoridade. Em 1762 Cevallos invadiu a Colônia do Sacramento e retomou-a para a Coroa Espanhola. Em 1767 com o bloqueio de entrada em Rio Grande houve um esforço de novamente povoar a região, surgindo as freguesias de Mostardas e a de Nossa Senhora da Conceição do Estreito. Em 1772 foi fundada a Freguesia de São Francisco dos Casais (Porto Alegre), em 1773, Santo Amaro, e em 1776 houve a retomada de Rio Grande. Em 1777, pelo Tratado de Santo Ildefonso, a Espanha devolveu a Portugal, a Vila de Rio Grande, e ficou com os Sete Povos e a Colônia do Sacramento.

Assim, os colonos açorianos foram-se fixando ao longo do litoral e do sul do Rio Grande do Sul e, de agricultores, alguns foram virando estancieiros e se destacando como a principal etnia formadora do sul do Rio Grande do Sul, tendo aí desenvolvido a pecuária, com ênfase nas charqueadas. Dedicaram-se à agricultura de subsistência, construíram vilas: futuras cidades.

Com a criação dos quatro primeiros municípios (Rio Grande, Porto Alegre, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha), em 1809, o Estado consolidou a sua fronteira.

Em 1824 chegou a primeira leva de imigrantes alemães para povoar, guarnecer, desenvolver a agricultura e neutralizar a oligarquia regional. Em 1875 chegaram os imigrantes italianos e a eles coube a zona da serra, ao longo do Rio Caí e os Campos de Vacaria, ficando situados, portanto, entre a região dos Campos de Cima da Serra e a Depressão Central.

Com o advento da indústria, alemães e italianos acabaram por conquistar espaço, tanto na área econômica como na propagação de sua cultura, ficando a cultura lusitana, tanto do continente como das ilhas, em esquecimento.

Porém, já passados dois séculos da chegada dos açorianos fez-se necessário resgatar o que de direito pertence àqueles que foram os pioneiros no desenvolvimento do estado, com ênfase na organização familiar.

Os primeiros cronistas do Estado, e viajantes, como Saint Hilaire, historiadores como Dante de Laytano, Araújo Porto Alegre, Manoelito de Ornellas e outros, deixaram registros importantes sobre a etnia açoriana no nosso Estado do Rio Grande do Sul.

Mas, foi somente a partir do último quartel do século XX que políticas culturais propostas pelo Governo Regional dos Açores passaram a pro-

porcionar a participação de professores e de pesquisadores em cursos promovidos no Arquipélago, pela Direcção Regional das Comunidades, fazendo com que a participação de muitos gaúchos nesses cursos despertasse uma nova visão sobre a identidade açoriana no Estado do Rio Grande do Sul.

Ao descobrir-se mais açoriano do que se imaginava, o Rio Grande do Sul agora voltou a reconhecer e valorizar esta raiz étnica que o compõe. Vale dizer que no Sul do RS, a presença dos portugueses continentais foi e é relevante na construção e no desenvolvimento de muitas cidades, mas este é um momento de ênfase aos açorianos nessa composição.

Diante desta visão, e de todo o trabalho que anda nessa direção nos últimos trinta anos, esse olhar para o Sul do Rio Grande do Sul é de que a cultura e a identidade luso-açoriana continuam evidentes e vivas nas cidades sulinas.

Como referem Arroteia e Fiss, (2006, p. 177), a "[...] emigração "transoceânica", entre os destinos preferidos, o Brasil continua a ser o país onde a presença portuguesa é mais relevante e onde os laços de consanguinidade com a sociedade portuguesa oriunda do continente, dos Açores e da Madeira, se faz sentir com maior intensidade".

Há então que se propor ações para o resgate e a preservação deste patrimônio, a fim de firmar, dentro do mosaico étnico cultural, a luso-açorianidade dos gaúchos, no seu tempo e no seu espaço, sem desprestigiar a contribuição das outras etnias.

Segundo Semprini, (1999, p.180),

> É no grupo étnico que se partilham as emoções e as solidariedades mais profundas e mais estruturantes. Definida deste modo, a identidade cultural é vista como uma propriedade essencial inerente ao grupo porque é transmitida por ele e no seu interior, sem referências aos outros grupos. A identificação é automática, pois tudo está definido desde seu começo.

Considerando o início da ocupação territorial do solo brasileiro, é necessário que se retorne ao início de nossa colonização e que se faça uma análise do processo histórico e suas transformações. Lembrando que muitas etnias se fizeram presentes nesse panorama, mas aquela que mais se destacou na nova civilização brasileira, nos últimos 500 anos, foi a etnia portuguesa tanto do continente como das ilhas.

Objetivo Geral do Projeto Sul do Sul

Promover estudos e pesquisa sobre a origem luso-açoriana que contemplem aspectos culturais e históricos, do município de Pelotas, visando a participação dos vários setores da sociedade, com vistas a reforçar a identidade e despertar o sentimento de pertença da população.

Objetivos Específicos

- Evidenciar as temáticas da história de Pelotas nos seus diferentes períodos;
- Valorizar os diferentes saberes e fazeres da comunidade;
- Levantar os aspectos culturais presentes na comunidade pelotense;
- Dar visibilidade a trabalhos acadêmicos ou não;
- Socializar o conhecimento;
- Prover novas fontes de pesquisa para a comunidade;
- Descentralizar o conhecimento;
- Reforçar a contribuição da identidade luso-açoriana
- Apropriar-se e reconhecer-se como agente de sua própria história

Justificativa

As distintas etnias, que por diversas gerações contribuíram para a formação do povo gaúcho, não foram esquecidas, mas na presente proposta de estudo foi objetivamente enfocado o processo de identidade cultural da região sul do Rio Grande do Sul, localizando neste momento, especificamente o município de Pelotas, através da sua identificação com o povo lusitano, mais diretamente com o povo açoriano.

Pelotas, através de sua histórica tradição cultural e econômica, em muito tem se destacado no cenário nacional e internacional, desde o seu surgimento, em 1758, com a doação de terras às margens da Lagoa dos Patos, ao Coronel Thomaz Luiz Osório, por Gomes Freire de Andrade, Conde Bobadela. Mais tarde, em 1763, fugindo da invasão espanhola, muitos habitantes da Vila de Rio Grande se refugiaram nas terras de Thomaz Luiz Osório e, ainda, em 1777 vieram os retirantes de Colônia do Sacramento. Em 1780, o português José Pinto Martins, vindo do Ceará, iniciou o importante ciclo econômico das charqueadas nessa região, contribuindo para o seu enriquecimento.

Por solicitação de seus moradores e por iniciativa do padre Pedro Pereira de Mesquita, em 7 de julho de 1812, Pelotas passou à condição de freguesia com o nome de São Francisco de Paula, e ainda com este

nome se tornou Vila em 7 de abril de 1832. Em 1835, a Vila passou a ser cidade com o novo nome de Pelotas.

A mobilidade geográfica do povo açoriano serviu para que diversos núcleos de famílias fossem sendo implantados em território brasileiro, sem esquecer que a vinda de colonizadores açorianos para o território sulista partiu da necessidade de povoar o sul do Brasil. O não recebimento das terras prometidas logo que desembarcaram, obrigou as famílias a se dispersarem pelo litoral e adjacências, resultando na criação de diversos municípios, entre eles Pelotas.

Como bem salienta Nascimento, (1989, p. 9), professora, historiadora e descendente de açorianos, "os açorianos foram, em grande parte, pioneiro-colonizadores e fundadores de várias localidades e, consequentemente, antepassados de famílias pelotenses, que muitos deles herdaram, outrora, em religiosidade e costumes".

Ainda a mesma autora (1989, p. 9) faz referência que entre o pouco que trouxeram não esqueceram as sementes, principalmente, de trigo, contribuindo para o suprimento alimentar da população através deste cereal. Salienta, ainda, que, por serem muito religiosos, faziam das festas religiosas o ponto alto de suas diversões, das quais se destacavam as Festas do Divino Espírito Santo. Quanto aos hábitos e costumes menciona: "Os homens ilhéus usavam compridos gorros de lã e vestias de belbute. As mulheres vinham modestamente embiocadas em negros capotes faialenses ou nos tradicionais mantos da ilha Terceira".

Através de diferentes aspectos nota-se a raiz luso-açoriana em Pelotas, desde o início do seu povoamento.

Portanto, foram os estudos acadêmicos e aqueles que, no anonimato, presenciaram o transcorrer dos tempos, através da história oral, da preservação de documentos, de pequenos fatos e objetos, que mostraram uma parte dessa trajetória ainda desconhecida. Pessoas a quem foi dada a oportunidade de contar a sua história, de deixar o seu registro para que esse espaço de tempo seja reconhecido pelos seus descendentes.

A história, de geração em geração, de descendente para descendente, nos proporciona a volta às origens, nos leva às raízes de quem se transportou das longínquas ilhas do Arquipélago dos Açores, para este solo gaúcho, e fez a sua história.

Tema Central

Memória, Patrimônio, Identidade.

Enfoques Temáticos

- História e Desenvolvimento Econômico e Social;
- Patrimônio Material e Imaterial;
- Memória, Folclore e Movimentos Artísticos, Desportivos e Culturais.

Sugestão Preliminar de Temáticas para Estudo

- Gastronomia – doçaria: do sal ao açúcar;
- O papel das benzedeiras na herança cultural;
- O legado étnico luso-açoriano na formação de Pelotas (artesanato, benzeduras, religiosidade);
- Festas populares: Carnaval, Culto ao Divino Espírito Santo, Festa do padroeiro da cidade, Festa de São João, Festa de São Pedro e Santo Antônio e Festa de Nossa Senhora dos Navegantes;
- Ciclos econômicos (Charqueadas e outros);
- Bairros e vilas;
- História da educação em Pelotas;
- História do esporte em Pelotas;
- Aspectos geográficos de Pelotas;
- Influência da arquitetura lusa em Pelotas;
- Luso-descendentes que marcaram a história de Pelotas;
- Transportes (ferroviário, fluvial e rodoviário);
- Petróleo na bacia do rio Pelotas - Anélio Saraiva;
- Genealogia das primeiras famílias pelotenses;
- Produções literárias, históricas e artísticas;
- Dinâmica populacional.

Público

Pesquisadores, professores, estudantes e interessados em geral.

Instituições Promotoras e Operacionais

- Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul - CAERGS
- Prefeitura Municipal de Pelotas
- Secretaria Municipal de Cultura
- Secretaria Municipal de Educação
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
- Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas
- Centro Português 1º de Dezembro

Instituições inicialmente convidadas

Universidade Federal de Pelotas; Universidade Católica de Pelotas; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense; 5ª Coordenadoria Regional de Educação;

Faculdade Anhanguera; Museu do Charque; Instituto João Simões Lopes Neto; Estância Nossa Senhora dos Prazeres; Conselho Municipal de Cultura; Faculdade SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; SENAC – RS – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial;

SESI-RS – Serviço Nacional da Industrial; SESC – Serviço Social do Comércio; SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Centro das Indústrias de Pelotas; Associação Comercial de Pelotas; Câmara de Dirigentes Lojistas; AZONASUL – Associação dos Municípios da Zona Sul; Sociedade Portuguesa de Beneficência; Expresso Embaixador; Imprensa escrita e falada (TV Nativa, TV Cidade, TV Pampa, RBS – Rede Brasil Sul de Televisão/Jornal do Almoço, Jornal Diário Popular e Jornal Diário da Manhã); GPTUR – Grupo Pelotense de Cultura e Turismo; Secretaria de Estado da Cultura; Secretaria de Estado do Turismo.

Coordenação Geral

Foi composta pelos representantes das instituições promotoras e apoiadoras:

- Anibal Santos Carreira – Centro Português 1º de Dezembro
- Célia Silva Jachemet – Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul
- Cristiane Marryam de Matos Quiumento – Secretaria Municipal de Educação
- José Costa Fróes – Centro Português 1º de Dezembro
- Maria Roselaine da Cunha Santos – Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas
- Paulo Fernando Peter – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
- Regina Lucia Reis de Sá Britto Fiss – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
- Samuel Cunha do Sacramento – Secretaria Municipal de Cultura

Teve como função organizar as comissões, realizar reuniões para a análise do projeto e a elaboração do evento em suas diferentes etapas e

facilitar o fluxo de informações e encaminhamento das demandas.

Comissões

- *Secretaria/Expediente* – ficou encarregada do expediente e todo o procedimento de expedição de convites, além de dar informações, fazer as inscrições, dar avisos e atender assuntos de protocolo, cerimonial e recepção.
- *Divulgação* – forneceu todas as informações sobre o projeto à Secretaria Municipal de Comunicação, para criação de material de divulgação (folders, sites, releases, cartazes, convites), bem como à imprensa em geral.
- *Pesquisa* – realizou levantamento das instituições, grupos sociais e pessoas-fonte para o delineamento e a organização posterior dos enfoques temáticos e subtemas relativos aos aspectos históricos e culturais do município, bem como auxiliou nos desdobramentos metodológicos do projeto.
- *Promoção de eventos paralelos* – organizou, conjuntamente com as demais comissões, a programação do projeto e as atividades artísticas.
- *Publicação* – organizou o material escrito e iconográfico resultante do projeto, bem como a editoração, a correção, elaboração da arte e a publicação dos anais do *Projeto Sul do Sul – Memória, Patrimônio e Identidade, Presença Luso-Açoriana em Pelotas.*
- *Avaliação dos trabalhos* – elaborou orientações e critérios para aceite e inclusão dos trabalhos e apresentações artísticas inscritos, trabalhando em conjunto com as comissões de pesquisa e eventos paralelos.
- *Busca de patrocínios e apoios* – elaborou o projeto para captação de recursos.

Metodologia

Reuniões preparatórias propostas pela coordenação geral e pelas comissões executivas.

As atividades do evento partiram de um tema central – Memória, Patrimônio e Identidade que foram desdobradas em enfoques temáticos que atenderam a diversos subtemas.

Os subtemas foram apresentados em seminário de culminância previsto e realizado em novembro de 2009, em forma de relatos, comunicações, palestras e painéis.

Os assuntos foram disciplinados pelas comissões executivas e pela comissão geral que cuidou dos encaminhamentos necessários à realização de cada etapa.

O trabalho foi executado levando em conta os aspectos quantitativos e qualitativos, com a utilização das técnicas de pesquisa, história oral e fontes documentais.

O projeto foi considerado concluído quando da publicação dos textos apresentados pelos diferentes autores, ocorrido em julho de 2010, por ocasião do aniversário da cidade de Pelotas.

Cronograma

Abril de 2009 – reuniões para elaboração do Projeto (Casa dos Açores, Prefeitura Municipal, Centro Português 1º de Dezembro e Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas) e convite às demais instituições executoras e apoiadoras;

Maio de 2009 – apresentação do Projeto às instituições e ao prefeito de Pelotas;

Julho de 2009 – lançamento do Projeto durante a Semana do Município de Pelotas. Abertura das inscrições para palestras, relatos e comunicações no evento de culminância (Seminário);

Julho a outubro de 2009 – recebimento de inscrições, reuniões das comissões para preparação do Seminário;

Novembro de 2009 – evento de culminância (Seminário) durante a Feira do Livro de Pelotas;

Novembro de 2009 a março de 2010 – sistematização do material do Seminário, organização e preparo da publicação dos anais;

Julho de 2010 – lançamento dos anais durante a Semana de Aniversário de Pelotas.

Projeção de Despesas

- Auditório (Empréstimo – sem ônus – Escola Técnica Estadual João XXIII)

- Trabalhos de divulgação, editoração, gráfica; Publicação dos Anais (estimando 1000 exemplares – com 200 páginas). Total de R$ 12.400,00 – Apoio da Direção Regional das Comunidades, Governo Regional do Açores, e da Prefeitura Municipal de Pelotas.

Tabela 1 – Programa do Seminário com os temas publicados nos Anais e exposições referentes ao Projeto Sul do Sul

Atividade e/ou Tema	Orador/Palestrante/Responsável
Abertura (08.11.2009) – saudação	Comissão Organizadora
A Trajetória dos Portugueses do Continente e dos Açores para Pelotas.	Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo/ Porto Alegre.
Atividades Artísticas.	Anna Morisson/Rio Grande – Canto de Fados. Rancho Folclórico da CAERGS/Gravataí/ Coordenação Adm. Régis Albino Marques Gomes/ Gravataí – Danças do Folclore Açoriano. CTG Raízes do Sul/Pelotas – Danças Gaúchas de Raiz Açoriana.
As charqueadas e a familia Rodrigues Barcelos.	Profa. Dra. Ester Judite Bendjouya Gutierrez/Pelotas.
A preponderância da influência luso-açoriana sobre a influência espanhola no uso de adágios pela população pelotense.	Educadora Marisa Cedrez Bittencourt/ Pelotas.
Hygino Correa Durão: a herança portuguesa no saneamento de Pelotas.	Pesquisadora Janaina Silva Xavier/ Pelotas.
Comunicação: A Casa e o Torres.	Profa. Diná Duarte Lourençon/Pelotas.
A importância de Manoela Amália Ferreira para Pelotas.	Prof. Pedro Luiz Brum Fickel/Pelotas.
Filme sobre o continente/Portugal.	Comissão: Promoção de Eventos Paralelos.
O legado português no patrimônio imaterial pelotense: a cultura doceira.	Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira/ Pelotas. Profa. Dra. Flávia Maria Silva Rietch/ Pelotas Profa. Dra. Maria Letícia Mazzucchi Ferreira/Pelotas
A influência portuguesa na doçaria pelotense.	Sra. Maria Alzira Carreira/Pelotas.
Minha alma é lusitana.	Sra. Arlinda de Carvalho Magalhães Nunes/Pelotas.
Os frades de pedra.	Cel. Alberto Rosa Rodrigues/Pelotas.
Filme sobre os Açores (Ilha de São Miguel).	Comissão: Promoção de eventos paralelos.
Formação do sistema fluvio-lagunar Patos-Mirim-São Gonçalo no processo de ocupação e povoamento lusitano no território meridional do Rio Grande do Sul.	Prof. Dr. José Costa Fróes/Pelotas.
De Pedro a Z3 construindo um sonho com um toque em português.	Profa. Nara Elisa Perez Vaz/Pelotas.
A influência portuguesa no desenvolvimento da cidade de Pelotas.	Educadora Vera R. Abuchaim/Pelotas. Historiador Leandro Ramos Betemps/ Pelotas.

Padre Pereira de Mesquita – relato de sua estadia como prisioneiro – ano 1777.	Dr. José Antônio Mazza Leite/Pelotas.
A contribuição portuguesa para as fábricas de compotas de pêssego na Colônia de Pelotas.	Prof. Alcir Nei Bach/Pelotas.
A herança portuguesa, em Pelotas, através do azulejo	Profa. Regina Lucia Reis de Sá Britto Fiss/Pelotas.
A presença açoriana na cidade de Pelotas: contribuição para as fachadas do patrimônio histórico edificado.	Profa. Viviane Moraes Moreira/Pelotas.
No rastro dos luso-açorianos: a devoção ao Divino Espírito Santo.	Profa. Célia Silva Jachemet/Gravataí. Profa. Maria Roselaine da Cunha Santos/Pelotas.
Mãos portuguesas nas rendas gaúchas.	Prof. Dr. Gilberto Demari Alves/Pelotas.
Encerramento – agradecimentos.	Comissão Organizadora do Evento.
Exposição: Museu do Charque –– no hall de entrada da Escola Técnica Estadual João XXIII.	Responsável: Técnica Daniela Pieper/ Pelotas.
Exposição: Transformações urbanas –– na Secretaria Municipal de Cultura/ Prefeitura Municipal de Pelotas.	Responsável: Artista Plástica Norma Alves/Pelotas.
Exposição: Banners - A Arquitetura Luso-açoriana em Pelotas – SECULT – no hall de entrada da Escola Técnica Estadual João XXIII.	Responsável: Bel. Artes Visuais Samuel Cunha do Sacramento/Pelotas.
Venda de livros com títulos referentes ao Rio Grande do Sul e Açores – no hall de entrada da Escola Técnica Estadual João XXIII.	Responsável: Profa. Regina Lucia Reis de Sá Britto Fiss/Pelotas.

Fonte: tabela organizada de acordo com o programa realizado no Seminário.

Figura 2 – Capa dos Anais Seminário Projeto Sul do Sul: Memória, Patrimônio e Identidade – Presença Luso-Açoriana em Pelotas

Fonte: acervo da autora.

Conclusão

Assim, a CAERGS, somando-se a estudiosos e administradores dos municípios de base açoriana do Sul do Rio Grande do Sul, com a preocupação de evidenciar a contribuição e a formação étnica como fatores preponderantes na construção da história, propôs o desenvolvimento do presente trabalho. O mesmo, no nosso entender, cumpriu a meta de contribuir para a cultura e a historiografia do Estado e disponibilizar novas fontes de consulta aos estudantes, pesquisadores e aos demais interessados.

Referências

ARROTEIA, Jorge Carvalho; FISS, Regina Lucia Reis de Sá Britto. *Anais do Seminário sobre a Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto, Portugal: Rainho e Neves Ltda. 2006.

BARBOSA, Fidélis Dalcin, *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro. 1985.

BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). *A presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1993.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUC, 1999.

FORTES, João Borges. *Os casais açorianos*: presença lusa na formação sul-rio-grandense. 2. ed., Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978.

NASCIMENTO, Heloisa Assumpção. *Nossa cidade era assim*. Pelotas: Livraria Mundial, 1989.

SEMPRINI, Andrea. *Multiculturalismo*. Tradução Laureano Pelegrin. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CATALOGAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA: POSSIBILIDADES DE PESQUISA DA AÇORIANIDADE EM JAGUARÃO (PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA)

Alexandre dos Santos Villas Bôas[1]

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo apresentar o Programa de Extensão Universitária denominado "Catalogação e Digitalização de Documentação Histórica" (PRODDOC), desenvolvido no Campus Jaguarão da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), assim como as possibilidades de pesquisa referente ao tema da colonização açoriana e suas manifestações culturais, dentro do acervo digital de periódicos e atas da Câmara de Vereadores da cidade de Jaguarão, datados de 1845 até meados do século XX.

Este programa de extensão universitária (PRODDOC) surgiu com a finalidade de preservar os documentos armazenados no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (IHGJ),[2] entidade de cunho privado responsável pela guarda do acervo de relevância histórica para as pesquisas sobre a cidade de Jaguarão, sendo uma das premissas do Programa, a catalogação desse acervo, a sua digitalização através de *scanner* planetário de uso profissional, e sua difusão por meio de uma página eletrônica institucional na Internet.

Os documentos armazenados no IHGJ versam sobre a cidade de Jaguarão, localizada na fronteira do Brasil com o Uruguai, a qual surgiu após o estabelecimento de um acampamento militar em 1802, às margens do rio Jaguarão, que servia de limite entre as coroas portuguesa e espanhola, dentro do contexto de disputas da região do rio da Prata,

1 Doutor em História/PUCRS e mestre em Patrimônio Cultural/UFSM. Historiador da Universidade Federal do Pampa. Jaguarão, Rio Grande do Sul.
2 Fundado em 23 de novembro de 1966.

tendo a povoação um importante papel na consolidação da ocupação portuguesa no extremo sul do Brasil.

Por sua posição estratégica, a localidade teve importante papel no comércio de mercadorias entre o Brasil e o Uruguai, tendo ao final do século XIX se beneficiado da indústria do charque que se desenvolveu no município de Pelotas, tornando-se a cidade de Jaguarão em um dos principais centros urbanos do Rio Grande do Sul, no período.

Desta forma, a cidade de Jaguarão produziu, ao longo de sua história, diversos tipos de documentos de relevância histórica, sendo os principais deles, as atas da Câmara de Vereadores, a qual foi instalada em 1833. Por conta da Revolução Farroupilha, os primeiros dois livros de atas foram perdidos, que compreendiam o período de 1833-1845. Sendo iniciado outro livro de atas em 1845, quando do término da revolução, estes se encontram sob a guarda do IHGJ, perfazendo todos os livros da Câmara do período imperial.

Outros documentos importantes para a história do município são os periódicos que circularam a partir de 1855, totalizando 101 títulos, tendo como temática assuntos políticos, literários, partidários, religiosos, sendo que somente na década de 1910, circularam 20 jornais diferentes. Conjuntamente com as atas da câmara, constituem um acervo ímpar para a pesquisa sobre a história de uma cidade limítrofe entre dois países, com características diferenciadas dos demais núcleos urbanos do Rio Grande do Sul.

Assim, no ano de 2012, uma equipe de servidores da UNIPAMPA do Campus Jaguarão, de diversas áreas do conhecimento: História, Biblioteconomia, Letras, Turismo, Produção Cultural e Tecnologia da Informação, iniciaram o programa de extensão universitária com vistas a catalogar, digitalizar e difundir os documentos históricos do IHGJ, permitindo que, após serem digitalizados, os documentos físicos fossem preservados do manuseio direto pelos pesquisadores.

Inicialmente, o grupo constituído para essa tarefa, buscou realizar uma revisão bibliográfica sobre os processos de catalogação e digitalização de documentação histórica, assim como do levantamento dos equipamentos necessários para a digitalização de documentos históricos, especialmente o scanner profissional adequado a essa tarefa, realizando visitas técnicas a outras universidades que tinham esse equipamento em uso, para que pudesse ser adquirido pela UNIPAMPA.

Iniciado o processo de reconhecimento dos documentos históricos no IHGJ, verificou-se que havia uma grande quantidade de acervo, tendo

sido realizada uma sequência de prioridades para a catalogação e posterior digitalização: 1) antiguidade do documento; 2) estado de conservação; 3) importância histórica. A partir dessa sequência de prioridades foram elencados os seguintes documentos: a) Atas da Câmara de Vereadores de Jaguarão (1845-1889) e b) Periódicos que circularam na cidade de Jaguarão (1855-1889).

A seguir, será apresentada, de forma sucinta, a metodologia empregada nas fases do processo de catalogação e digitalização de documentos históricos, de forma a contextualizar o objeto deste trabalho.

Catalogação e digitalização de documentos históricos

O processo de catalogação de documentos históricos iniciou-se com a separação dos objetos por uma ordem de prioridades, e a seguir, determinando a natureza e tipo de dados que seriam extraídos dos documentos, para uma posterior classificação de metadados que pudessem ser utilizados no processo de organização e consulta por palavras-chave. Segundo Mey; Silveira (2010, p. 126):

> Os registros bibliográficos, produtos de catalogação que constituem um catálogo, ou base de dados, entre outros possíveis, normatizam-se por meio de padrões internacionalmente acordados, como a International Standard Bibliographic Description – IBSD (IFLA, 2007) e os Princípios de Catalogação de 2009. (DECLARAÇÃO..., 2009). Cabe ressaltar que as normas para metadados, embora aparentemente não se assemelhem à IBSD, têm com esta total compatibilidade quanto à transcrição de elementos.

Ou seja, em se tratando de uma quantidade considerável de documentos históricos a serem identificados, a importância desta etapa se tornou imprescindível para compreendermos a natureza do objeto a ser analisado, assim como a organização desses metadados seriam importantes na busca por temas, que seria realizada pelos pesquisadores no banco de imagens resultantes da digitalização.

Desta forma, elencou-se uma série de características que se tornaram necessárias para uma boa catalogação (MEY; SILVEIRA, 2010): a) integridade na representação, passíveis de verificação; b) clareza, que significa uma mensagem compreensível aos usuários; c) precisão, com cada informação representando um único conceito, sem dubiedade ou

dúvidas; d) lógica, com informações organizadas de modo lógico; e) consistência, com a mesma solução sendo adotada para informações semelhantes.

No caso das atas da Câmara, os dados pertinentes para sua catalogação foram organizados da seguinte forma: a) nome do documento, b) número do livro, c) número da ata, d) paginação. No caso dos jornais, alguns dados se somaram aos dados das atas: a) data de publicação; b) assuntos tratados, c) editor do jornal, c) local de publicação. Essa catalogação foi devidamente preenchida em uma planilha eletrônica, totalizando 1900 documentos históricos.

Desta forma, o programa de extensão pretendeu constituir um catálogo que fosse possível de ser utilizado pelo IHGJ e outras instituições interessadas na pesquisa histórica sobre a cidade de Jaguarão, de forma a padronizar algumas informações dos documentos que sejam de interesse dos pesquisadores.

No que tange à digitalização de documentos históricos, o programa de extensão se deparou com a dificuldade de as séries documentais estarem em precário estado de conservação, assim como de possuírem grandes dimensões, sendo necessária a aquisição de um *scanner* que atendesse essas características, além de apresentar um *software* adequado ao tratamento das imagens e dados gerados na digitalização. Em consonância com essas premissas básicas, foram descartados alguns *scanners*, assim como soluções alternativas de digitalização, por meio de câmeras fotográficas, que demandariam a adaptação de processos, que para a realidade em campo, se tornaria inadequada aos objetivos do programa.

Optou-se, então, pela aquisição de um *scanner* planetário com um *software* integrado, que permitisse transformar as imagens em diversos formatos de imagem digital, TIFF,[3] JPEG,[4] PDF,[5] com o objetivo de constituir um repositório digital que atendesse às normas do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ, 2010):

3 TIFF (Tagged Image File Format), que apresenta elevada definição de cores sendo amplamente conhecido e utilizado para o intercâmbio de representantes digitais entre as diversas plataformas de tecnologia da informação existentes, utilizado no armazenamento digital das imagens originais.

4 JPEG (Joint Photographic Experts Group) tem sido apreciado para a geração de matrizes quando os originais em outro formato continuam a serem preservados, mas tem atualmente limitações em navegação WEB, devendo ser gerada uma imagem derivada de acesso em JPEG.

5 PDF (Portable Document Format), padrão aberto mantido pela International Organization of Standardization (ISO), mantendo as características da imagem, porém com tamanha menor de armazenamento digital.

> Antes do início do projeto, pressupõe-se que o tratamento arquivístico dos documentos e a avaliação e seleção dos conjuntos documentais a serem digitalizados, já tenham sido desenvolvidos, e que o acervo arquivístico selecionado tenha sido previamente higienizado, identificado e organizado (arranjo, descrição e indexação). A fim de se gerar um representante digital fiel ao documento original, deve-se identificar o menor caractere (linha, traço, ponto, mancha de impressão) a ser digitalizado para a determinação da resolução óptica que garantirá sua legibilidade na versão digital. Para a definição do tipo de equipamento de captura digital a ser utilizado, deve-se observar os tipos documentais existentes no acervo e sua quantificação, além das características físico-químicas de cada tipo de documento, para reduzir os riscos à integridade física do original.

Ainda, sobre os *scanners* planetários, se obtém algumas vantagens em relação a outros tipos de soluções para a digitalização, a seguir descritas pelo CONARQ (2010, p. 9):

> Este tipo de equipamento utiliza uma unidade de captura semelhante a uma câmera fotográfica, uma mesa de reprodução que define a área de escaneamento e uma fonte de luz. São usados para a digitalização de documentos planos em folha simples, de documentos encadernados que necessitem de compensação de lombada, de forma a garantir a integridade física dos mesmos, bem como para os documentos fisicamente frágeis, já que não ocorre nenhuma forma de tração ou pressão mecânica sobre os documentos.

Tendo em vista que a maioria dos documentos do IHGJ são encadernados, inclusive os jornais, e a sua fragilidade, a adoção do *scanner* planetário foi a mais adequada ás finalidades do projeto. Após o devido processo licitatório foi adquirido pela UNIPAMPA, um *scanner* planetário de origem alemã, conjuntamente com todos os *softwares* de captura de imagens e tratamento, permitindo o domínio completo dos formatos de imagem, e sua fidedignidade, elemento este fundamental para o pesquisador. Este equipamento foi instalado nas dependências do Campus Jaguarão da UNIPAMPA.

Difusão do acervo digitalizado

Tendo sido adquirido o *scanner* planetário pela UNIPAMPA, em 2014 foi iniciado o processo de digitalização do acervo histórico do IHGJ, ten-

do prioridade as atas da Câmara de Vereadores, a partir do primeiro livro datado de 1845. Logo em seguida, foram digitalizados os periódicos que circularam na cidade de Jaguarão, a partir de 1855. As imagens digitais dos documentos foram armazenadas localmente, nos discos rígidos dos computadores, e em DVD, os quais constituíram uma biblioteca digital com acesso físico pelos discentes e pesquisadores interessados, na sala do programa de extensão. Conforme Oliveira; Lira (2017, p. 02):

> O projeto de catalogação e digitalização de documentação histórica desenvolveu seu trabalho digitalizando jornais e atas da Câmara de Vereadores de Jaguarão, datados a partir do século XIX. Até o presente momento foram digitalizados cento e onze exemplares de jornais, gerando cinco mil e duzentas e cinquenta imagens digitais.

Após essa etapa, foi realizada a pesquisa para utilização do *software* necessário para a difusão do acervo digitalizado na Internet, através da página institucional do programa de extensão, que era baseada em *Wordpress*[6] utilizada nos sítios institucionais da UNIPAMPA. Essa pesquisa foi realizada em três etapas, conforme Figueiredo (2020): 1) levantamento dos sítios eletrônicos de acervos digitais localizados no Rio Grande do Sul, vinculados a dois tipos de instituições: a) ensino superior; b) arquivísticas, bibliotecas ou de memória; 2) levantamento dos referidos acervos digitais que possuem softwares de gerenciamento; 3) tabulação, em planilha eletrônica, dos dados coletados nas duas primeiras fases da pesquisa quantitativa.

Dentro das características do *software* que eram desejadas para serem utilizadas no programa de extensão, estava a de ser um *software* gratuito, assim como dotado de uma interface amigável ao usuário, com suporte permanente e capacidade de adaptação aos sistemas informatizados da UNIPAMPA. Um dos *softwares* que atendiam essas características foi o *software* Tainacan, o qual foi desenvolvido pelo Laboratório de Inteligência de Redes da Universidade de Brasília, com apoio da Universidade Federal de Goiás, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e do Instituto Brasileiro de Museus.

A Diretoria de Tecnologia e Informação (DTIC) da UNIPAMPA realizou a implantação do *software* no site do PRODDOC, onde foi criado um repositório para alocação do acervo digitalizado. Este repositório foi

6 O WordPress é um projeto de código aberto, desenvolvido para a criação de sites de conteúdo.

sendo alimentado com as atas da Câmara e os periódicos do século XIX da cidade de Jaguarão, com a inserção de metadados, tais como: a) título; b) descrição; c) Assuntos; d) Periodicidade; e) Local de Publicação; f) Editor; g) Idioma.

Dentro do repositório foram criadas duas coleções: a) Jornais de Jaguarão (século XIX); b) Atas da Câmara de Vereadores da Cidade de Jaguarão, podendo ser encontrados no seguinte endereço: https://acervo.unipampa.edu.br/proddoc/colecoes/. Cada coleção tem uma descrição dos objetos; em se tratando das atas, uma contextualização da importância destes documentos para a vida cotidiana dos municípios durante o Império. Em relação aos jornais, uma descrição sobre o conteúdo destes veículos de comunicação, que condensavam em suas páginas os acontecimentos da cidade de Jaguarão, bem como notícias reproduzidas de outros jornais no âmbito nacional e internacional.

Paulatinamente, os documentos digitalizados estão sendo alocados no repositório, de acordo com a capacidade técnica de armazenamento dos servidores da DTIC, onde são salvas as imagens, bem como da disponibilidade da equipe do programa, que ao longo do tempo ficou bastante reduzida. Ainda há a possibilidade de consulta física do acervo digital no Campus Jaguarão da UNIPAMPA. A seguir será apresentado um exemplo de pesquisa no acervo digital do PRODDOC da temática da açorianidade na cidade de Jaguarão.

Possibilidade de pesquisa sobre a açorianidade em Jaguarão

No acervo digital do PRODDOC se encontram possibilidades de pesquisa sobre a açorianidade na cidade de Jaguarão, notadamente por ter sido colonizada por famílias que advinham em seu início, da cidade do Rio Grande, dentre as quais muitas eram oriundas do arquipélago dos Açores. Este fato pode ser comprovado pela permanência de tradições na cultura local, passadas de geração em geração. Para exemplificar este fato, coloca-se a temática da Festa do Divino Espírito Santo, padroeiro da cidade de Jaguarão, realizada anualmente, desde o estabelecimento da Igreja Católica na localidade.

Neste sentido, uma busca por este tema “Festa do Divino”, pode ser realizada no acervo digital, por meio da tecnologia OCR,[7] que permite a

7 Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR, na sigla em inglês) é uma tecnologia que extrai texto de imagens, que podem estar em formato GIF, JPG, PNG, TIFF e PDF.

busca por caracteres dentro dos textos digitalizados, sendo que somente documentos de periódicos se adequam a essa função, por conta da impossibilidade de reconhecimento óptico de manuscritos do *software* utilizado para essa tarefa. No caso dos jornais, aliada à busca por reconhecimento de caracteres, há a descrição por metadados e a análise qualitativa, que foi efetuada pela equipe do programa.

Com o tema delimitado, se realiza a filtragem dos jornais disponíveis no acervo digital, tendo em princípio dois jornais que poderiam ser realizadas as pesquisas: a) Jornal Mensageiro Parochial (1907); b) Jornal Mensageiro Católico (1917-1929). Poderia também ser realizada a pesquisa nos demais jornais, mas por ser a temática de uma festa religiosa, poderia se iniciar por estes dois periódicos dedicados aos assuntos religiosos da cidade de Jaguarão.

Realizada a pesquisa no jornal "Mensageiro Católico", no campo de buscas de palavras por OCR, chegou-se a 58 resultados. Dentre estes, foi destacada a notícia da Festa do Divino Espírito Santo ocorrida no ano de 1932, que contêm características importantes deste evento religioso, conforme descrito a seguir (Jornal Mensageiro Católico, 1932):

> Domingo, 15 do corrente, realizou-se nesta cidade, a solene festividade do Divino Espírito Santo, Orago de nossa Matriz, sob a direção dos respectivos festeiros Srs. Cap Reduzino Silveira de Avila e Exma. Esposa D. Palmyra Esteves de Avila e dos juízes de devoção Sr. Lourival Tavares Leite e sua Exma. Esposa D. Joaquina Tavares Leite. A festa foi precedida de uma novena e de um tríduo solene, com muita concorrência.

Deste pequeno trecho da notícia aparecem pessoas de famílias abastadas da cidade de Jaguarão, denotando a importância dada a este evento religioso dentro da sociedade local, ainda fortemente marcada pelas tradições católicas, especialmente no que tange ao padroeiro da cidade. Este fato pode ser comprovado pelo seguimento da notícia no jornal:

> Às 17 horas teve lugar a procissão, que se realizou com grande acompanhamento, percorrendo diversas ruas, tomando parte no préstito as crianças vestidas de santos e anjos e a rainha com seu séquito, como já descrevemos, recolheu-se ao templo com a máxima ordem e respeito. Foram sorteados festeiros para o próximo ano os Srs. Zózimo Faustino Correa e Exma. Esposa e juízes de devoção, o Sr. João Simplício Carduz e Exma. esposa.

Esta breve pesquisa realizada em apenas um jornal demonstra as possibilidades para o pesquisador envolvido com a temática da açorianidade na cidade de Jaguarão, podendo ter inúmeros aspectos desta influência cultural registradas nos jornais que circularam no município, assim como nas atas da Câmara, constituindo-se em excelente fonte de pesquisa.

Considerações finais

O Programa de Extensão Catalogação e Digitalização de Documentação Histórica (PRODDOC), desenvolvido no campus Jaguarão da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), tem por finalidade preservar e difundir o acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (IHGJ), por meio da digitalização dos documentos históricos. Para esta finalidade, a UNIPAMPA adquiriu um *scanner* planetário profissional, que permite a digitalização de documentos de grandes formatos, além de possibilitar armazenar a imagem em diversos tipos de arquivo, bem como a utilização do Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR em inglês).

Desta forma, o acervo do IHGJ foi catalogado, seguindo uma ordem de prioridades, destacando-se no acervo, as atas da Câmara de Vereadores da cidade de Jaguarão, datadas de 1845 a 1889; e os jornais que circularam na cidade, de 1855 até meados do século XX. Para uma melhor organização da documentação, os metadados destes documentos foram classificados de forma quantitativa e qualitativa, para serem utilizados na difusão do acervo pela Internet.

Para a difusão do acervo digitalizado, foi criada uma página eletrônica no sítio institucional da UNIPAMPA, utilizando o *software* Tainacan para gerenciamento do repositório, tendo sido separados em duas coleções; Atas da Câmara e Jornais, com as devidas descrições de cada item, proporcionando ao pesquisador as informações necessárias para realizar o mapeamento de temas dentro do acervo digital. Até o momento foram digitalizadas aproximadamente 1900 imagens de documentos históricos, sendo alocadas paulatinamente no repositório na Internet.

Por sua vez, este acervo digitalizado pode abrir possibilidades para a pesquisa sobre a açorianidade na cidade de Jaguarão, tendo em vista sua origem como parte do esforço português de ocupar a região sul do Brasil, onde grande parte de sua população foi de descendentes de açorianos, oriundos da Vila do Rio Grande. Uma das manifestações desta

cultura açoriana foi a Festa do Divino Espírito Santo, padroeiro da cidade, que se manteve ao longo de sua história, com grande relevância na sociedade local.

Como exemplo desta possibilidade de pesquisa foi realizada a busca temática em um jornal católico que circulou na cidade em meados do século XX, onde através da tecnologia OCR foram identificadas várias alusões ao tema Festa do Divino, escolhendo-se uma que continha a notícia sobre a festa, com características interessantes sobre como era celebrada, e os atores que participavam do festejo, permitindo inferir aspectos da cultura açoriana que ainda estavam presentes nesta celebração.

Referências

FIGUEIREDO, Vitor Luiz Soares. Levantamentos dos sítios eletrônicos e softwares de gerenciamentos de acervos digitais no Rio Grande do Sul. In: *Anais do 38. Encontro Anual de Extensão Universitária da Região Sul* – UEL [online]/ Universidade estadual de Londrina. Pró Reitoria de Extensão – Londrina-PR: UEL, 2020.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofoletti. *Considerações teóricas aligeiradas sobre a catalogação e sua aplicação.* InCID: R. Ci. E Doc., Ribeirão Preto, v.1, n.1, p. 125-137, 2010.

OLIVEIRA, Tatiane Marques de; LIRA, Bruna Cordeiros. A digitalização atuando no fomento de novas narrativas históricas em Jaguarão/RS. *Anais do III Encontro Multidisciplinar e II Congresso Latino-americano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares*, Jaguarão, p. 1-4, 2017.

Fontes documentais

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes.* Resolução n. 31, de 28 de abril de 2010.

REPOSITÓRIO DIGITAL PRODDOC. *Jornal Mensageiro Católico.* 22 de maio de 1932.

MINHA ILUMINADA CAMINHADA RUMO À AFROAÇORIANIDADE[1]

Ivo Ladislau Janicsek[2]

Figura 1 – Ivo Ladislau Janicsek com parcela de seus troféus

Fonte: acervo do autor.

Pesquisar é resgatar ou tentar manter acesas e bem vivas as memórias e tradições de um povo. Tenho realizado isso, nos últimos 60 anos, e, então, peço vênia, para viajarmos no túnel do tempo e num voo histórico e cultural, com pousos intercalados, pelos lugares por onde incansável e seguidamente cruzei; e maioria é onde mora a simplicidade. Iremos, num indo e vindo, pelas ruelas, e revendo as riquezas dos fatos, acontecimentos e depoimentos, que consegui captar e registrar. Foram muitos e atenciosos os informantes, sobre a rica e ainda viva açorianidade, os quais me apontaram bons caminhos, e, até que um dia, alcançamos a afroaçorianidade. Penso, entendo e acredito que a diversidade dos relatos envolvidos ficará bem mais clara, vibrante e translúcida, nessa

1 As expressões afroaçorianidade, afroaçoriano/a e similares não seguem a regra da Língua Portuguesa, mas, sim, o conceito que expressa a unidade das duas origens.
2 Empresário e compositor. Capão da Canoa/RS.

gratificante e viageira tarefa, se eu conseguir reportar, claramente, meus momentos passados. Iniciarei, pelos meus fortes laços familiares, que julgo extremamente necessários, pois imaginem, como o sexto filho e temporão, da união de um húngaro e de uma alemã, ambos imigrantes, tornou-se um dedicado pesquisador das raízes açorianas no Rio Grande do Sul, e, ao passar dos anos, viu-se, um dia, em meio à indelével riqueza cultural e musical da afroaçorianidade.

Sim, meus saudosos e queridos pais traziam consigo, o carácter, os valores morais e a sua cultura marcante, que se mantiveram, sempre bem acesos e que muito vivenciei, enquanto estiveram neste plano. Meu pai, Josef Janicsek, nasceu em 1900. Foi soldado no período da 1ª guerra, de 1914 a 1918, e participou de outras revoluções ou escaramuças. Finda essa fase de vida, foi trabalhar na Siemens, na área de eletrotécnica, e, posteriormente, enviado para o Brasil, pelos idos de 1927. Está no seu diário em húngaro, como técnico responsável para a montagem da Usina do Gasômetro, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. E, ainda, foi alertado que seriam necessários, no mínimo, dois anos fora. Nunca mais voltou para a rever sua família, na sua terra natal, a do povo Magiar e de Átila, rei dos hunos. E a razão de tudo, foi a de ele ter conhecido minha mãe, que foi criada pela família Berta, após a morte prematura do seu pai.

Ele era obreiro e criativo nato, de mão cheia, e parecia que as horas do dia lhe eram poucas. Minhas três primeiras irmãs, quando pequenas, viam-no mais aos finais de semana, porquanto saía ao amanhecer e retornava já à noite, e elas já estavam dormindo, pois saíam também cedo para às escolas. A família se encontrava mais aos finais de semana. Eram tempos de muitos deveres, e poucos direitos. Eu já respirei ares um pouco melhores. Mas ele, ainda trazia serviços para casa, penso que por amor ao trabalho. Por vezes cantava umas óperas em húngaro, e colocava na eletrola discos de obras de Franz Liszt e outros gênios musicais. Recordo que até arriscava tocar num violino as suas Czardas – dança tradicional húngara, viva e alegre. Violino que ao tempo não ouvi mais o seu som. Certo dia, eu bem pequeno, e sempre curioso, ao ouvi-lo cantarolar no galpão, gostei e me aproximei para assistir. E ele ao me ver parou, me chamou e disse: o que está errado aqui? E eu que queria só ouvir ele cantar e que nunca tinha visto um dínamo de um motor, que ele tinha à sua frente, fiquei por instantes mudo, mas ele fortemente repetiu bem alto e sério, meio em português e meio em húngaro, algo assim:

"Olha, pensa, foco sempre". E eu bem nervoso olhei, olhei e arrisquei dizer: tá bem preto ali! E senti no seu olhar, brilhar e vibrar, com meu acerto, dizendo isso! Com um pequeno tapinha nas costas, ele sorrindo me disse assim: - Vai brincar filho, e seguiu cantando. Eu só queria assistir o cantor, e ele silenciou o seu cantar e me inqueriu. Entretanto, foi uma grande lição para vida, aquelas três palavras. Ao tempo, descobri o gênio criativo que ele era, na área de eletrotécnica, e nada lhe era impossível. Com sua genialidade estava sempre criando coisas novas. Era discípulo do Tesla e suas experiências, e possuía muito material técnico dele. E para os filhos, muitos livros. Eu me lembro do Thesouro da Juventude. O H foi proposital, que muito folhei e li e foi lá que li e vi, pela primeira vez, a palavra Açores, num texto que apontava a passagem dos cabos submarinos, pela tal ilha do Faial, que por lá passavam, rumo aos Estados Unidos. Coloquem tempo nisso, e sinto e percebo hoje, que algo no meu destino já me sinalizava as mágicas ilhas açorianas.

Portanto, meu pai me ensinou a pensar e ser criativo, não abraçar mesmismos, e sim as novidades. Portanto, nunca mais parei de observar e a pesquisar profundamente. Fiquei carimbado, para sempre, de ser um ser inquisitivo e incansável pesquisador.

Evidentemente que também relembro dos cantares e ações de minha querida mãe, Eva Domiks, nascida em 1909, filha de um pastor, que cedo faleceu, e a família muito pobre desmoronou. Ela foi adotada pela família Berta. E me recordo de uma canção que sempre cantava; se chamava "Muss i Denn", de estilo bem folclórico alemão e que aos dez anos fiz uma versão. Ah... tempos que o linguajar alemão sofria restrições e ela trazia a teimosia de sua raça. A Dona Eva adorava cozinhar e fazer suas doçarias, e claro acompanhar os jovens. Estava sempre nas nossas serenatas. Era uma pessoa doce, mas severa na nossa educação, porquanto estava sempre em casa, para orientar os filhos e com muita disciplina.

O relato, acima, foi necessário para apontar, como foi minha formação educacional e a forte influência obreira e cultural que herdei de meus pais, que me sinalizavam futuros caminhos. Mas, certo dia, tudo que eu tinha absorvido familiarmente, mudou completamente, e, claro, todo o rumo da minha prosa cultural e amorosa, e que descreverei a seguir.

Desde muito pequeno já veraneava na Praia do Barco, um balneário da cidade de Capão da Canoa/RS. Naqueles idos tempos, nosso pai nos levava, para lá, durante os verões, e ficávamos até o final da temporada. Lá era onde reencontrávamos amigos, pois a maioria só se revia durante

os veraneios, visto que, boa parte deles, passada a temporada, retornava paras suas regiões e nos comunicávamos somente por cartas. E nosso ponto de encontro, na maioria das vezes, era no Hotel Vendaval, e a proprietária era uma professora e viúva, a Dona Laura Leal, que dirigia o estabelecimento, após o falecimento prematuro, aos 33 anos, do seu esposo, grande empreendedor, Adão Menger. O hotel só funcionava durante as férias de verão, e o litoral fechava após a temporada. E os "pelos duros" os "faiz tudi" praticamente tinham que sobreviver com sua alta criatividade, desde a pesca, reformas e pequenas construções ou o que lhe surgia pela frente. A habilidade morava neles. E meu pai sempre tinha ou inventava uma obrinha para ajudá-los, e até inflacionava o mercado, pagava todos muito bem, e ainda os convidava para "bebericar", em alguns finais de tarde, e conversavam e riam muito, naqueles tempos de muitas dunas brancas e mar piscoso e boas amizades.

Então, certa noite, minha nova luz se fez e eu estava com 12 anos. E lá no salão do Hotel Vendaval, que era o nosso ponto de encontro, de repente, não mais do que de repente, aconteceu o grande fato que impulsionou a grande mudança de minha vida cultural familiar. Ao se abrir as cortinas do palco, o meu destino, definitivamente entrou em cena. Imaginem o quadro: mesas do hotel todas lotadas de hóspedes e veranistas, se divertindo a jogar cartas, víspora, rindo de piadas, na sua a maioria eram veranistas do SESC (Serviço Social do Comercio), e ficavam temporadas de 15 dias. Então, o fato se fez e eu sempre ligado. Notei aquele senhor, o seu Antônio Catarina adentrar rapidamente no salão, e se dirigir à Dona Laura, e eu sempre curioso. Li e percebi no olhar dele, que algo não estava normal, e o metido aqui se dirigiu na direção dela e ainda ouvi ele balbuciar baixinho: tem que desligar a luz! E me arrepiei todo, com medo ou de emoção, com o que poderia acontecer. Ela, calma e silenciosamente, foi se dirigindo para a cozinha e desligou a chave de luz do salão e ouviu-se um ah! Geral. E, então, a cantoria se fez do lado de fora do salão do Hotel:

"Meu Senhor dono da Casa, com licença da chegada"

E algo bateu em mim, tomado pela emoção do momento, e até o final da apresentação, e durante a encenação, fiquei hipnotizado, tomado de encantamento, e fui "todo ouvidos" e atenção. No final, o povo emocionado vibrou; afinal era um 6 de janeiro, dia de Santos Reis, que ao tempo vim descobrir o que representava. A partir dali nasceu o pesquisador

das raízes açorianas, e que carinhosamente guardou, para sempre, nos cofres da mente, as tradições herdadas pelo seus pais e abriu um novo arquivo.

Dois pormenores

O primeiro fato foi que o Seu Antônio se sentiu "poderoso", pela vibrante acolhida e os aplausos. E, tempos depois, com a emocionante encenação do boizinho ou boi de mamão, tema que ao passar dos anos escrevi a letra de "Cantigas de Mar", e que o magnifico Carlos Catuípe musicou e vencemos mais um festival de música, a Tafona da Canção de Osório. Nela obtivemos, com nossos parceiros, no total cinco primeiros lugares e outros prêmios paralelos.

O segundo fato: com o passar dos anos, a lindíssima e iluminada filha da Dona Laura (dona do Hotel), a Conceição ou *Ceição*, como a chamam, até hoje, carinhosamente todos os amigos, e que na época do Terno tinha apenas seis anos, e eu doze, com o passar dos anos brotou o namoro e o enlace se fez, e juntos estamos há mais de 52 anos. Ao tempo descobrimos que ela e nossos dois filhos têm um pedacinho do sangue açoriano no seu DNA, visto que o seu bisavô, ou avô da Dona Laura, Pedro Borges Leal, havia nascido na ilha Terceira, na freguesia da Praia da Vitoria, Açores, Portugal. Angra do Heroísmo, patrimônio da humanidade, é uma mágica ilha, que ao passar dos anos a conheci e visitei, posteriormente, algumas vezes. Portanto, como já perceberam, são milhares de informações, e tenho que me conter, para não perder o rumo da prosa da afroaçorianidade; mas algumas colocações se fazem necessárias.

Após aquele abençoado Dia de Reis, a minha mente foi abduzida e acendeu-se, no seu interior, aquela linda luz e a semente fértil da açorianidade foi bem plantada, para brotar um novo rumo. Desde aquele dia, comecei a observar, me apegar e ler mais, certos pormenores do litoral, desde os termos ao linguajar cantarolado, e saliento algo importante, pois meu pai, se apegou tanto à Praia do Barco, que sempre tinha umas obrinhas e vínhamos seguido à praia em pleno inverno. E quem eram meus amigos nas invernias e muitos até hoje o são, com seus cantares e falares? Eram os "pelos duros" ou "papa areia", (apelidos dados a moradores nativos do litoral), como até eu fui chamado um dia, pois, muitos deles falavam "cantadinho", num linguajar bem parecido com alguns do além-mar, das lindas ilhas que um dia vim a conhecer. Enfim, nas idas e

vindas, fui agregando outros fatos e jeitos, que foram regando carinhosamente a semente, tão fértil, mas ainda adormecida em mim, e que aguardava só o "sol da criatividade" fazê-la germinar, varando uma madrugada e acordando o dia, e o litoral, com um lindo AMANHECER.

Minha vida seguia meio que descompassada, quando distante do belo cantarolado do litoral, mas a sementinha sempre lá. Aos 15 anos, eu já arranhava um violão e era um metido compositor e cantador. Foi quando comecei a escrever algumas pecinhas. Umas abraçavam as modernidades, outras eram para as noitadas da Praia do Barco. E uma dessas, compus especialmente para serestas e noites enluaradas e para nosso grupo de guris e gurias cantarem, que foi Ladainha. Lá em Porto Alegre, onde vivia e estudava, escrevi algumas canções e algumas de protesto, para acalmar meus momentos de rebeldia, que o meio estudantil me apontava, mesmo tendo tudo de bom em casa. Eram os arroubos dos jovens... E uma destas loucas composições batizei de "Sou Beatinick", e que ensaiei, para cantá-la, numa hora cultural do Colégio Rosário, e ao piano estava o colega e amigo Marco Aurélio Raimundo. Foi ele quem fez os arranjos e era bom, quebrava tudo e vocalizava junto. E este amigo das antigas, que chamávamos de Morongo, se tornou, posteriormente, um vitorioso e criativo empresário, da mundialmente conhecida Mormaii. Ao final da nossa épica apresentação, uma intensa vibração e o bis se fizeram presentes, pois uns coleguinhas "pôco bobos", queriam mesmo é "matar" aulas. Mas o tempo avançou e cada um buscou seu rumo e espaço nessa vida, e de poucos tenho notícias hoje.

Pelos idos de 1968, com o namoro em andamento, conheci Osório, que só cruzava de passagem, mas que no dia que lá pisei, de fato, a natureza daquela linda cidade, tão mágica e tão mística, religiosa e profana, sacudiu fortemente aquela latente semente, que fora bem plantada, mas ainda estava adormecida em mim. Percebi que na minha mente ela começou definitiva e fortemente a germinar, e até arrisco a dizer, que a primeira mensagem musical para acordar o litoral, musicalmente, para as suas ricas memórias, eu compus, tempos depois, chamada AMANHECER:

"é o amanhecer do meu litoral, que me viu crescer cá neste pontal"

Assim, despertei definitivamente para açorianidade. Casado e indo seguido a Osório, e até mesmo por um tempo moramos por lá, fui agregando saberes e conhecendo bons orientadores, e sendo apresentado a

alguns pesquisadores e músicos. Recordo da saudosa tia Marli Scholl, ensaiando as invernadas do CTG Estância da Serra, que muitas ricas dicas ela me repassou. E lembro do chão batido do CTG, onde me reunia com um grupo de pesquisas, que criamos, o Rodeio dos Ventos, com os irmãos Lauri e Heitor Scholl, o Bel e outros, que, neste momento, não me ocorrem na lembrança. Também vim a conhecer o querido e saudoso Tio Gica, com suas cantorias, seus ternos e oilarais, e que nos orientava, e até nos levou para assistir uma tafonada, ou a fabricação da farinha, e, posteriormente, a outros lugares mais. Daí surgiu a inspiração da letra musicada pelo Catuípe "Tafona". Esta canção, ao tempo, foi premiada num dos maiores festivais do Brasil, o Viola de Todos os Cantos, onde participavam milhares de composições, em diversas eliminatórias, e por municípios entre Minas Gerais e São Paulo, com final, dois anos seguidos, em Poços de Caldas, no estado de Minas Gerais. "Tafona" chegou em segundo lugar com o fantástico Grupo Chão de Areia. No ano seguinte, vencemos com a Canção "De Volta a Sorocaba", que escrevemos para homenagear o maior dos tropeiros, tão esquecido, e que nasceu em Ponte de Lima, Portugal, sendo enviado, por desavenças, pela família, para a Corte no Rio de Janeiro. Não sendo afeito às riquezas, saiu a circular pelo Brasil, e acabou no Rio Grande do Sul, vindo a serviço do rei, para cobrar os quintos dos couros, mas, ao tempo, abraçou outro fantástico caminho de tropeiro de mulas até Sorocaba. Falo do inesquecível Cristóvão Pereira de Abreu, que, infelizmente, faleceu em Rio Grande/RS, e ninguém sabe onde foi enterrado. E olha que o grande pesquisador de São José do Norte, Fernando Costamilan e outros têm tentado, e nada.

Ainda em Osório, jamais esquecerei da paixão e a identificação imediata e a magia mística, que se apoderaram de mim, me arrepiando completamente, quando conheci o auto dos Maçambiques. Confesso que me vi lá em alguma reencarnação, com plena certeza, pela quantidade de trabalhos, que, posteriormente escrevemos, com diversos parceiros, e concorremos nos festivais e fomos premiados. Posteriormente, falarei do gênero musical Maçambique, que ao tempo, com muita luta, ganhou o mundo.

Os Festivais e os nossos projetos culturais

Festivais foram imprescindíveis para as minhas pesquisas, pois acredito que as composições são páginas no livro da minha vida, onde os

ouvidos se tornam olhos, porquanto os olhos se fecham, por vezes, para viajarem com as letras das canções. Letras que quase sempre buscaram resgatar um pedaço da história e da memória de alguma região, desde as manifestações religiosas e profanas, até pequenos fatos que poderiam passar despercebidos, se o historiador, pesquisador, não tivesse observado e recolhido e reacendido novamente essa linda luz em algumas comunidades. Saliento que muitas cidades já haviam esquecido, e muitas ainda estão, das suas antigas memórias e muitas tradições familiares ou não. Eu citaria várias canções, que acordaram certas localidades, que já percebiam muito, ou mesmo esquecido parte de seu passado. Não só eu, mas vários pesquisadores tinham ou ainda têm percebido este fato. Por isso, muito das 70 premiações que tivemos, nos festivais, reportavam isso. E necessitamos citar algumas, pois a afroaçorianidade nos aguarda para relatarmos e destacá-la. Mas, ela bem sabe que os festivais fizeram ou trouxeram de volta certas tradições esquecidas. Mesmo que tenha participado de festivais, antes da Moenda da Canção, da nossa querida Santo Antônio da Patrulha, lembro que foi ela, que, primeiro, deu guarida aos compositores litorâneos, abrindo os caminhos para a música da região e sua açorianidade, e, posteriormente, a afroaçorianidade, fazendo elas alçarem lindos voos e cruzarem oceanos. Vou lembrar de duas, em meio a tantas que participamos neste evento. Cito a primeira premiada, em parceria com Carlos Catuípe, e que foi interpretada pela magnífica Clea Gomes e grupo, sendo a vencedora da 5ª Moenda da Canção, da cidade de Santo Antônio da Patrulha, e escolhida tanto pelo público, como pelo Júri, intitulada “Tropeiros do Divino”. Emocionou a todos e segue muito executada, principalmente durante a época dos festejos do Divino Espirito Santo. Os tropeiros, que não mais circulavam, buscando as suas oferendas, voltaram a fazê-lo, em muitas regiões. E essa ação, para mim, é a maior recompensa, de um historiador, pesquisador, poeta ou compositor. É quando ele consegue sensibilizar pessoas de uma comunidade e voltar a reacender a chama de uma tradição ou manter, ainda de pé, a sua memória. A segunda história vem da 7ª Moenda, e foi um forte divisor de águas, e de como vim a conhecer o incansável e iluminado Régis Albino Marques Gomes. Reporto que na 7ª Moenda, eu e o músico e compositor, Pedro Guisso, classificamos a canção “Minha Tirana Açoriana”. E como não sou afeito a mesmismos, no meu imaginário já pulsava a ideia de levar para o palco uma encenação ou dança dessa Tirana, e necessitava de ao menos um par. E saí a campo atrás, até que uma bendita alma me

citou um tal de Régis, da cidade de Gravataí. De imediato, fiz o contato telefônico e nem sonhávamos, naqueles tempos, com celulares e outras modernidades, e de imediato ele topou e nos encontramos no Mercado Público de Porto Alegre. Repassei-lhe uma fita K7 com a canção, e uma semana depois, junto ao grupo de músicos, ensaiamos em conjunto, música, dança e coreografia, e levamos para o palco do festival. Foi um sucesso total e recebemos algumas premiações. Até a Carmem Monteiro, uma das criadoras da Moenda, com seu esposo o querido Belocão, me reportaram, dia destes, que ainda têm um dos pandeirinhos usados pelos filhos, na época bem menininhos, do músico Carlitos Magallanes, que participou da canção com o Victor Hugo, Veco Marques, Paulo Deniz Jr e outros bons parceiros. Ah! da mesma forma fizemos coreografias com a música "Manjericão", "Chamarrita Viajeira", que me lembro. A partir dali, Régis Albino e eu nunca mais nos separamos. Ele se casou, neste ínterim, com uma linda açoriana, a Carla Cedros Marques Gomes, e seguimos trabalhando e até viajando com o grupo da CAERGS (Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul), por este mundo de Deus; tudo em função e muito amor pelos Açores. Também criamos ou fundamos com um grupo de abnegados a AAA/ Associação dos Amigos dos Açores, que foi, posteriormente, elevada à Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul, a CAERGS, que já completou 20 anos há poucos dias e seguimos fortemente unidos.

Seguindo, nos festivais, as músicas afro encontravam seus tambores no Candomble e nos Maçambiques. Os jurados, nem ouvidos davam ou eram descartados, porquanto muitos dos jurados, nas triagens desconheciam este lado do litoral, e o carimbavam como alienígenas ou nada a ver com as tradições, e, no fundo, tinham tudo. Por isso, reporto como surgiu a ideia de lançar ou transformar o auto em gênero musical.

Certo dia, ao preencher uma ficha técnica de um festival e pedia o gênero musical, consultei o Catuípe, qual colocaríamos na ficha, pois havíamos composto um afro de nome Morro Alto. Calmamente ele disse: Congada! Eu retruquei, dizendo que Congada tem por todo Brasil e porque não Maçambique, que é nosso, é regional e esse compasso ou batida é característica daqui e reforcei; existe um verso dos maçambiques, que o vejo até como um desafio à igreja ou o padre da vez, porque nem sempre as portas da paroquia eram abertas e lhe recitei:

Oh, seu padre santo, desça do altar, e venha "arrecebê", o Maçambique real.

O Catuípe de imediato concordou. Inscrevemos e persistimos, por diversas vezes e NADA. E me lembro que intérpretes e músicos iam se chegando, gostando e se agregando. A Cléa Gomes foi a primeira intérprete de um Maçambique e o primeiro foi Prainha, do Catuipe e minha, que acabou na Cartografia Musical Brasileira, no ano 2000, de 10 Cds e com músicas e músicos de todos estados brasileiros, fato este, que já foi um ótimo reconhecimento para nosso inovador trabalho afro. Em seguida, a Loma Pereira, Kako Xavier, Paulinho de Casa e até Serginho Moah que interpretou "Capão da Negrada", na Moenda da Canção, também vibrou intensamente, com o balanço deste ritmo litorâneo. Outros bons músicos e intérpretes alinharam-se à nossa causa, e alguns radialistas e jornalistas da região litorânea foram se integrando ao movimento, e de fora outros já apoiavam. Cito os radialistas Paulo Deniz e Glênio Reis. E seguimos na sina da insistência, até que um dia a luz de Deus unida à dos orixás, o religioso e o profano se fizeram, e com toda nossa fé, finalmente, aconteceu a explosão e a segmentação do gênero Maçambique. Foi no festival Califórnia da Canção, em Uruguaiana, fronteira com a Argentina, na voz da magnifica cantora Loma Pereira, para mim uma afroaçoriana, toda linda e de branco, no imenso palco do festival e lotado, quando soltou a sua voz iluminada, libertou o nosso Maçambique, com Marés, ao retumbar dos tambores. O povo caiu na graça e na dança, e até o conhecido jornalista Juarez Fonseca postou meia página do jornal ZH, com os dizeres: *"Finalmente, algo novo nos festivais".* Lembro de repórteres de diversas rádios presentes, e até de fora do estado, que se encantaram com o balanço da "novidade", e perguntavam de onde era o Maçambique. E fortemente se respondia; do litoral do Rio Grande do Sul, que é afro-açoriano. Com o passar do tempo, o Maçambique ganhou o mundo e o vemos por aí pelos festivais e colorindo horizontes. Claro, que com o Maçambique a vento pleno, por dois anos consecutivos, nos classificamos e vencemos, num dos maiores festivais da América Latina, o Musicanto Sul-Americano de Nativismo da cidade de Santa Rosa/RS. E a premiação do primeiro lugar era um carro ou seu valor em moeda corrente. E os dois Maçambiques vencedores reportavam o litoral do Rio Grande do Sul com "Senhora Rainha Negra", em parceria com Beto Bollo e Kako Xavier, e "Maçacaia, minha", do Beto Bollo e do Luiz Agnelo Chaves Martins. Além de tudo, fomos contemplados para participarmos do grande festival de Cosquin, na Argentina, representando o Brasil, e

levando os Maçambiques. Ah! e até em Itacaré/BA, na FM Itacaré, ele foi mostrado.

E recordo outro momento de explosão do Maçambique e da nossa constante luta. Eu me lembro quando fomos convidados em 1996, pela Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, cujo Secretário era o Professor Carlos Appel – pessoa de ampla visão cultural – ao ouvir relatos da Diretora da Casa de Cultura Mario Quintana, Jeanete Moraes, sobre nosso trabalho, apoiou de imediato a ideia de realizarmos a encenação e a teatralidade do auto dos Maçambiques, com canções compostas já com este ritmo, e fomos à luta. O espetáculo se fez no verão de 1997 à beira mar de Torres, totalmente lotada, sendo Kako Xavier, o Rei de Congo, e a Loma Pereira, de Rainha Ginga. Encerrou com show do magnifico Carlinhos Brown, que a tudo assistiu e ainda nos comentou de sua felicidade, de presenciar um grande espetáculo e com canções cujo gênero ele desconhecia. Respeitoso e atento vibrou ao saber de nossa preocupação com os negros existentes no Rio Grande do Sul. Hoje o Maçambique viaja o mundo, além do Quicumbi e outros gêneros.

Também não poderíamos deixar de falar do Ponto de Cultura Coração de Tambor, que a Rota Afroaçoriana instalou em Tavares, e fomos contemplados, em primeiro lugar, com o projeto Embaixadas, no ensaio de Promessas Quicumbi. O link está no glossário e é possível perceber no grupo, alguns dançantes e músicos afroaçorianos.

Também pelos caminhos do Rio Grande do Sul e festivais, vim a conhecer grandes pesquisadores, como Paixão Côrtes, Barbosa Lessa, Nico Fagundes, dentre outros grandes e ilustres. Entretanto, o que me marcou e me ensinou mais, me dando puxões de orelhas para não ser afoito e acertar o rumo da prosa, foi sem dúvida nenhuma, um de saias, a preciosa, querida, humilde, amada e de imensos saberes, a professora Lilian Argentina Braga Marques, que jamais a esqueceremos. Temos o vídeo com suas últimas e emocionantes palavras, para o público presente ao receber significativa e merecidíssima homenagem com o Prêmio Imortais, durante uma edição do Festival, O Rio Grande Canta os Açores; evento da Casa dos Açores do RS e da Rota Afroaçoriana. Na ocasião, ela proferiu suas últimas palavras que ficaram eternamente gravadas, e vale apena assistir, pois tempos depois ela faleceu. O vídeo está no link, do glossário final.

Algumas premiações importantes

Figura 2 – Grupo da canção Amanhecer, a 1ª composição falando do litoral, há mais de 45 anos e vencedora de um festival num rodeio de Osório, bem antes da 1ª Tafona. Da E para D: Gilberto Almeida (Giba), Sebastião Teixeira, Marcio Leal Menger, Adão Leal, Ivo Ladislau, Luiz Silveira Leal e Lauri Schol.

Fonte: acervo do autor.

Figura 3 – Troféu do bicampeonato do Festival Musicanto Sul-Americano de Nativismo, com a canção Maçacaia, em parceria com Beto Bollo e que proporcionou, também, ao grupo até o grande festival internacional de Cosquin-Argentina

Fonte: acervo do autor.

Figura 4 – Matéria de Juarez Fonseca alusiva à vitória da música Maçacaia, no Musicanto, em Santa Rosa

MÚSICA

Musicanto tem os seus primeiros bicampeões

Com "Maçacaia", música afro-gaúcha, Beto Bollo e Ivo Ladislau vencem o festival pela segunda vez consecutiva.

Fonte: acervo do autor.

Figura 5 – Recebendo o Troféu na 29ª Tafona da Canção, de Osorio, em 27 de maio de 2023. Grupo musical (da E para D): Anderson Oliveira, Ivo Ladislau, Mário Tressoldi, Chico Saga, Flavio Souza (Flavio Pureza), Renato Jr, o interprete, e Maikel Luz

Fonte: acervo do autor.

Figura 6 – Troféu Carlos Catuípe entregue na 29ª Tafona (2023)

Fonte: acervo do autor.

Rumo a afroaçorianidade!

Em certa feita, e lá se vão mais de 35 anos, e já tínhamos alcançado alguns prêmios e bom reconhecimento, eu fui convidado para ser jurado de um festival em Tavares, de Ternos Juninos, dos santos padroeiros, pelo amigo e fantástico pesquisador, Luiz Agnelo Chaves Martins, que sempre afirma, mesmo com os imensos saberes agregados, ser um simples autodidata, sem canudos ou em outras palavras – é aquele que ensina algo a si mesmo, que busca aprender algo sem a ajuda de outra pessoa. E o Luiz Agnelo, o nosso Gordo de Tavares, é assim, e muito ainda tem guardado em si e que deveria escrever num livro seu, pois tanto já lhe tiraram, visto que, muitas de suas palavras circularam em outras bocas sem o devido crédito. E quem não registra, não pode reclamar. O tempo urge e ele TEM que escrever seu livro. Já o trouxe para parcerias musicais e até prêmios recebemos, e outros projetos sendo encaminhados, o da saga da cebola, que foi segmentada pelos açorianos, aqui e em Santa Catarina, já sendo elaborado.

E aceito o convite, na data combinada, me fui estrada afora, conhecer a região lá para as bandas de Tavares, que ainda não conhecia bem, a antiga "estrada do inferno", na época em construção, pela região da Península. Península? É uma porção de terra de certa extensão, cercada de água por todos os lados, salvo por um, através do qual se une a uma área maior de terreno, e a que me refiro inicia na cidade de Capivari do Sul e se vai quase em linha reta, até a linda e histórica São Jose do Norte, separada de Rio Grande, o primeiro povoado oficialmente fundado do Rio Grande do Sul, por Silva Paes, em 1737, por um canal, que é a imensa laguna dos Patos, por isso chamada, por muitos, de mar de dentro, que deságua, se entregando nos braços fortes do mar.

Ao cruzar por Palmares do Sul, a memória acendeu sua linda e inquietante luz e pensei: aqui foi resgatada a dança do Pezinho e o Rio Grande do Sul renasceu, fortemente, para as suas ricas tradições, E foram dois dedicados, folcloristas, historiadores, pesquisadores e escritores, João Carlos D'Ávila Paixão Côrtes, acompanhado de Luiz Carlos Barbosa Lessa, que resgataram essa dança e outras, posteriormente.

Muito já se ouviu e falou, e se escreveu sobre este mágico momento. Mas, de repente não mais do que repente, um fato novo aconteceu e agregarei algumas novas pitadas do que soube, recentemente, sobre o fato, porquanto, por pura coincidência, ou por estar no lugar certo e na hora exata, algo de novo aconteceu e repasso: o fato aconteceu num domingo, dia 14 de maio de 2023, data festiva das queridas mães. Ceição e eu fomos comemorar este dia, na morada de uma prima-irmã da Conceição, a Anna Eulália, a querida Nanaia e filhos. O lindo recanto se situa à beira da mística Lagoa dos Barros e suas lendas. E uma bela e inesperada surpresa, se fez presente, visto que reencontramos um querido amigo das antigas, Clairton Marques, o Tinho, que há um bom tempo não nos víamos e que estava acompanhado de seu sempre aceso e inteligentíssimo filho, o Leonardo Azevedo Marques, o Leléo, com o qual iniciei uma longa conversa, num magnifico, construtivo e cultural diálogo. E no rumo da prosa, citei duas palavras mágicas – Palmares e Pezinho – e então a boa luz se acendeu, e, de imediato, o Leléo soltou o verbo, com todas perfeitas conjugações e me disse: - sei de muitos fatos dessa história, que meus avós e minhas tias avós, muito comentavam, devido sempre este dia ser alvo ou razão de eternas indagações ou inquirições, em reuniões familiares, e mesmo fora dela. Afinal, este dia, se perpetuou na história da nossa família e da nossa imortal tradição, porquanto elas foram personagens ou artistas fundamentais e atuantes, naquele iluminado dia ou

daquela cena inesquecível e da nossa imortal peculiar tradição. E aos poucos Leléu começou a semear na nossa boa conversa, relatos que eu desconhecia e o silêncio se fez necessário em mim. Mas, os ouvidos e sentidos mais aguçados e as emocionantes horas avançando e abraçadas ao entusiasmo marcante do Leléu, ao nos trazer boas e novas pitadas daquele passado, e claro, em certo momento o metido pesquisador e *perguntão* aqui, começou a inquiri-lo, e encerramos conversando, a respeito. Entretanto, o assunto não foi esgotado, e pormenores ficaram no ar, do que já conhecíamos e do que poderia ainda uma pitada se agregasse, na cronologia familiar, daquele dia, mas nada de quem conta um conto, aumenta um ponto. Trocamos os whats para continuarmos o assunto. No dia seguinte, seguimos a dialogar e em certo momento o Leléu, para enriquecer ou redimir alguma dúvida, me repassou o contato da atenciosa Aninha Fonseca, nora da professora aposentada Áurea Azevedo da Fonseca, que é a Tia avó do Leléu, já com seus noventa anos, e dona de altos saberes e ainda muito lúcida, recordando bem de todos os pormenores daquele dia tão iluminado. Portanto, transcrevo, a seguir, as colocações, que o Leléu e a Aninha me repassaram "ipsis literis": o seu Ivo Azevedo, muito amigo do Paixão Côrtes e que, certo dia, numa boa charla lhe perguntou, se sabia ou conhecia, na sua região do litoral, alguma dança, canções ou algo relativo aos açorianos. Seu Ivo Azevedo lhe sinalizou, que num lugarejo próximo à Vila Palmares, na Casa Velha, hoje distrito do município de Palmares do Sul, volta e meia aconteciam alguns bons e divertidos bailes, e que, por certo, dançavam ou cantarolavam algo relativo aos Açores, devido a estas fortes raízes de boa parte do povo da península. Claro que o Paixão, como atento pesquisador, de pronto, lhe falou, que gostaria de conhecer. E, certo dia, seu Ivo convidou-o para uma festa no salão paroquial de Palmares e ele concordou. E no dia marcado Paixão Côrtes, acompanhado de seu parceiro cultural, o Barbosa Lessa, chegaram ao evento, e lá foi feita apresentação do Pezinho: As jovens Eunice Azevedo, ou Nice, como carinhosamente era chamada, abriu sua "cordeona" afinada, solou os primeiros acordes do Pezinho, e por outro lado a sua mana Izabel Pereira de Azevedo, com seu par e amigo Osvaldo Bins, iniciaram o bailar do Pezinho, com sua singela coreografia, e, claro, com alegre coro familiar. Então, após a apresentação, a Izabel ensinou ao Paixão, os passos desta marca inesquecível, linda e tão rica da nossa tradição, que ganhou o mundo e o Rio Grande do Sul. A partir daquele dia, renovou, para sempre, suas ricas tradições. Ah! até a maravilhosa Inezita Barroso gravou o Pezinho em 1962.

"ai bota aqui, ai bota ali o teu pezinho, o teu pezinho, bem juntinho com o meu".

A antiga gaita ou acordeão do Pezinho, ainda viva em algum fandango!

E toda história e saga açoriana no Rio grande do Sul levantou seu dedo e disse: cá estou. Afinal, lá nas lindas e mágicas ilhas, em cada uma delas, deve de ter o seu Pezinho, diferentes, mas verdadeiros e de raiz. Segui meu caminho cantando:

"Ai, bota aqui, ai, bota ali o teu pezinho".

Figura 7 – A antiga gaita

Fonte: acervo do autor.

Seguindo estrada afora, e rumo ao cerne da afroaçorianidade, mas sempre sinalizando que foram os ilhéus açorianos, que, nesta "antiga terra de ninguém", semearam o sentido de família e seus valores e costumes, e também iniciaram, mais fortemente, a agricultura familiar e suas festas religiosas, que foram se incorporando, aos costumes, do Rio Grande antigo.

E seguindo, pela longa estrada e por não estar totalmente asfaltada, o inferno começou a abrir suas portas, mas a beleza natural e estonteante me incentivava e dizia: siga em frente e encorajado fui, pela paisagem estonteante da península e suas aves migratórias. E vim a conhecer, de passagem Mostardas, e com o tempo bem mais, com seu lindo casario açoriano em linha, e rumei para Tavares. E a estrada, já mais madrasta e a nos judiar, com o tempo aprendi que a gente ia, mas não sabia se voltava. Bastava uma chuva ou ventos que levavam as areias e afofavam estradas; entretanto o pesquisador não escolhe caminhos. E, finalmente, cheguei a Tavares. Depois de boas horas de viagem, me acomodei e o irrequieto aqui já saiu a caminhar, antes do evento, e me adaptando por aquela calma e envolvente freguesia, e sendo cumprimentado por todos, sem eu conhecer ninguém, e como se fosse um dos moradores. Então, ao ver a mescla dos casais e a docilidade ao falar, já me inquiri: - quem é essa gente tão pura e vestida duma cordialidade fantástica? E a curiosidade passou a me fazer perguntas, e respostas ainda não as tinha. Durante o festival de Ternos Juninos, o Gordo me informou que aquela festividade de junho coincidia com os grandes festejos nos Açores dos santos padroeiros, e com a época das colheitas lá. Observei os grupos na sua simplicidade, alguns voltando da lavoura, outros a cavalo, todos se chegando com seus instrumentos nas mãos. Então me lembrei de uns versos que um dia escrevi:

simples é meu povo, simples é seu verso, no meu lugarejo
o simples é universo"

E, de imediato, me identifiquei com Tavares, e durante os dias que lá permaneci, com todo carinho e assistência do Luiz Agnelo – o Gordo de Tavares –, como até nossos dias o chamam, as perguntas se fizeram. A principal delas era a harmonia de sua população de negros e brancos, e suas famílias mescladas harmoniosamente, que me encantou. E a sua educação e acolhimento e o profano e o religioso abraçados, no ensaio de pagamento de promessas. E ele foi me reportando fatos sobre os 250 anos de isolamento de negros e açorianos e toda ritualística, sendo absorvidas, de um lado e do outro, nas uniões e casamentos. E, enfim, pensei: aqui temos, após essa osmose familiar e cultural, entre eles, com tantos anos de quase pleno isolamento, uma conclusão muito evidente, para mim mesmo, e eu me disse: se tornaram afroaçorianos. E como todo atento compositor, rabisquei de imediato, na minha mente, a ideia de uma letra, e na volta conclui e levei para o Catuípe. Contei-lhe toda história e os fatos, e ele fez uma linda canção, que acabou vencedora da III Tafona da Canção, de Osorio, aliás festival, que tivemos a felicidade de vencermos por cinco edições. Ah! como no festival os jurados davam suas notas, e, no final, a soma apontava o vitorioso, numa delas com a canção Império, na voz magnifica do Renato Jr, empatamos com outra composição. Coube a um jurado desempatar e escolheu a outra canção, também muito linda. A Tafona, que por uns anos ficou sem ter algumas edições, voltou agora e tivemos uma canção classificada, que escrevi juntamente com Mário Tressoldi e Renato Jr que presta uma justa homenagem, ao grande músico e maestro e um dos maiores responsáveis no resgate da musicalidade litorânea, com a canção: Canção de Céu e de Mar! É ele Carlos Catuipe – maestro, músico e compositor. Todos autores da canção em sua homenagem foram seus parceiros, e eu em mais de 150 canções. Ah! a 29ª Tafona da Canção se encerrou e fomos contemplados com o segundo lugar, como bem mostram as fotos e o troféu.

A Estância Real do Bojuru

O Rio Grande do Sul era chamado de "terra de ninguém", pela incessante luta pela terra, entre portugueses e espanhóis, e pela posse definitiva da Colônia do Sacramento. Por todos motivos e razões, foi criado ou fundado, pelo Brigadeiro Silva Paes, Rio Grande, em 1737, primeiro povoado oficial do Rio Grande do Sul. E ele ordenou que, para alimentar

e movimentar as tropas, um contingente saísse à procura de bons campos de boas pastagens para gadaria e cavalos, para estes fins. Então cruzaram a barra, tida como diabólica, e na localidade de Bojuru foi que os ditos bons campos foram encontrados e indicados. Bojuru ou Bujuru, no linguajar indígena, quer dizer, "Boca da cobra", ou se referindo ao arroio que foi assim batizado, devido a sua forma que lembra uma boca de cobra, quando desagua na imensa laguna dos Patos, ou uma mata ciliar com estas características. A Estância Real do Bujuru foi estabelecida em 1738, com muitos escravos, e a natureza já começou a conspirar a favor da afroaçorianidade, porquanto o primeiro gestor era um açoriano, que já circulava pela região, e conhecido por lidar com cavalos e outras lides campeiras. Ele foi contratado por Silva Paes, para gerir o tal empreendimento real, que alguns afirmam ter sido a nossa primeira estatal. E este primeiro gestor foi Cosme da Silveira e Ávila, originário da ilha de São Jorge, Açores. Trouxe sementes de trigo, para um ensaio, e também produzia lá seus queijos e presenteava os amigos. Claro que Silva Paes saboreou alguns. Cosme da Silveira, ao tempo se foi, depois de alguns atritos, e terminou em Rio Pardo, e lá ajudou a fundar aquele povoado. Passou o restante de seus dias por lá. Assim, como eterno aprendiz e curioso, ainda estou a pesquisar ou perguntar, se alguma receita deste queijo ficou pela península, para se saborear, passados 285 anos.

Evidentemente que com o passar dos anos, a grande leva de açorianos, após 1752, começou a chegar pelas cercanias, e recebendo suas datas prometidas na península, com 272ha, ou bem menos, como dizem. Já os protegidos do rei é que receberam uma sesmaria ou mais sesmarias com 13.000 ha. Sobre o tratamento dado aos açorianos na região, ouvi por estudiosos dali, que eram tratados que nem escravos, mas sem amarras, por isso a aproximação com os negros, e as mulheres entre si se encarregavam dessa tarefa. Até me arriscaria a pensar, não afirmar, que as senhoras açorianas trabalhavam nas casas, enquanto maridos e filhos, no campo ou na pesca. E tanto lá ou fora, a aproximação deles aos poucos se fez, foram se identificando, e acolhendo suas tristezas, e ao tempo suas famílias, mais unidas se fizeram, mesclando o profano com o religioso, cantorias, gastronomias, culinárias, artesanatos, temperos, e, claro, suas uniões familiares. Na península, até hoje, eles são agricultores e pescadores. Encontramos, pelas estradas, canoas em frente às casas e galpões, nos fundos com suas encilhas e maquinários de trabalho, para o plantio da cebola, e pesca de camarões e outros pescados. Mas,

algumas colocações minhas são meras suposições, mas pode ter algum sentido, ali no Bojuru (distrito da cidade de São José do Norte), hoje com em torno 2.200 moradores e com a marca latente da afroaçorianidade.

A linda, rica e obreira península afroaçoriana

Antigos escritores e historiadores, dentre eles destaco Dante Laytano, aponta no seu livro "Origem da propriedade Privada no RS e da agricultura familiar", que teve seu início, em boa parte, nesta rica região da península, onde o trigo vicejou por bom tempo. Lembram do Cosme da Silveira e seus ensaios, nos tempos da Estancia Real? Também o sabor diferenciado de sua carne ovina e muito elogiada, e até comparada ao tipo pré-salé, pré salgado, lembrando à da Normandia na França, pela alta salinidade dos campos, e a pastagem agregada com sal. Já dá uma pequena temperada por dentro, inclusive no gado, dando um sabor diferenciado e cito não o pesquisador, mas o zootecnista Paixão Cortes, que de há muito afirmava este fato. A cebola da região é magnifica, com premiações até na Espanha. Não podemos esquecer também do arroz desta região, pois foi o primeiro produto agrícola brasileiro a ter certificado de origem. E complementaria, o que a península vem demonstrando, em seus ricos campos de mar a mar, pelo seu solo e formação, que em se plantando tudo dá. Ultimamente, a soja ali alcança alta produtividade. As frutíferas que vemos em quase todas propriedades, como parrerais e até pitayas de magnifico sabor e qualidade; as oliveiras sendo testadas e sei lá quantos outros tipos, nos seus quase 300km de extensão de Capivari do Sul a São José do Norte. Além de tudo, fortes características culturais afroaçorianas, ainda permanecem vivas na região, graças a abnegados pesquisadores e historiadores e fatos que foram confirmados e filmados, por dois amigos açorianos da RTP-Açores, o jornalista Vasco Pernes e o cinegrafista Rui Machado, desde o modo como penduram as cebolas e o seu linguajar, ainda bem insular, e até de certas culinárias de raízes açorianas, feitas pelos negros e vice-versa. Vasco e Rui realizaram uma série de filmagens, na sua passagem pelo Rio Grande do Sul e na península, e verificaram, ao vivo e a cores, essa interação fantástica, e homenagearam a região com o nome dos vídeos de Corações de Tambores, ao verificarem, ao vivo, os Quicumbis, no seu ensaio de pagamento de promessa, e os Ternos Juninos e as Cavalhadas, que dentre os grupos existem afroaçorianos.

Alguns peninsulares, com a estrada sendo asfaltada, e hoje já totalmente e muito boa, aos poucos foram buscando novos caminhos, e, por

motivos diversos, desde oportunidades melhores de trabalho, namoros, casamentos, ou mesmo por pura aventura, e o seu DNA se mesclou no litoral afora, e por certo por outros estados, e, no mínimo, eu afirmaria hoje, que o nosso litoral do RS é fortemente afro-açoriano.

Quase finalizando!

Reitero aos novos pesquisadores, poetas, músicos, historiadores e professores, que circulam pelo nosso litoral, que ainda existem jazidas de diversas raízes a serem pesquisadas. Acredito que já perceberam pelos trabalhos apresentados, e fico feliz. Atualmente, corro contra o meu tempo, para tentar aprofundar estudos sobre os cristãos novos. Lembro que em Santo Antônio da Patrulha, no Museu Caldas Jr, há uns bons anos, buscava algo sobre esta pesquisa e encontrei uma lápide, com a estrela e a cruz de um Oliveira, e sigo o rastro para os lados de São José do Norte, perto de uma localidade chamada Turpim. Entretanto, em Santo Antônio da Patrulha, muito existe ainda por se pesquisar. Lembro sempre, nessa hora, e digo aos iniciantes, que a minha orientadora, de imensos saberes, mormente, daquela rica região, é a iluminada professora e historiadora, Véra Lucia Maciel Barroso, que poderá orientá-los, pois sempre tem um minuto da sua extensa agenda para ajudar em novos e ricos rumos e, quem sabe, iniciando pelo município do Caraá. Conforme ela aponta, uma infinidade de etnias por lá cruzaram ou se estabeleceram, parece que mais de 12, e até os patrícios húngaros de meu pai por lá ficaram; estou querendo verificar também essa nova frente de pesquisa. Afinal, devemos olhar todas as raízes que marcaram o nosso litoral, e pelo Rio Grande do Sul e seus rumos e mesclas familiares. Os açorianos são o grande exemplo, por todo nosso Estado, e dificilmente não encontramos um que não seja descendente das ilhas, nos municípios do Rio Grande do Sul. A cada dia novidades nos chegam ou mesmo nos encontros organizados pela CAER-GS, e que nos energizam a vontade de sempre ficar atento para pesquisar.

Claro que me sinto realizado, quando viajo em pensamento há 60 anos passados, desde o dia do primeiro Terno de Reis de minha vida, quando eu tinha 12 anos. Sigo até hoje, e, neste trabalho, por certo não falei de um terço da minha trajetória, por ser este trabalho mais dirigido ao tema exposto. Nem citei, me lembrei agora e reporto, muito agradecido da minha emoção, no dia que recebi, na sede da Casa dos Açores do RS e das mãos do Sr. Presidente, Carlos Cesar, uma linda medalha, que foi outorgada pela Assembleia Legislativa da Região Autônoma dos Açores, em parceria com

o Conselho Mundial das Casas dos Açores, em reconhecimento pelo nosso trabalho, com os seguintes dizeres: "Os Açorianos no Mundo Prestam-lhe Homenagem", e as lágrimas se fizeram e a felicidade me abraçou.

Figura 8 – Medalha concedida pela Assembleia Legislativa da Região Autônoma dos Açores e Conselho Mundial das Casas dos Açores ao autor

Fonte: acervo do autor.

Quem sabe no livro, que estou rabiscando, o Coração de Tambor, que complementará todo nosso trabalho, com partituras de canções que recolhemos e assistimos, nos ensaios de pagamentos de promessas diversos, e, também, sobre os cristãos-novos sefaraditas, que temos anotados e gravados, bons relatos e passagens, não caberiam neste trabalho, e minha arte final, penso, que estaria completa.

Uma pequena sugestão, aos novos pesquisadores e afins. Muitas vezes chegamos num lugarejo e verificamos pessoas sentadas numa mina de ouro, mas seus olhares estão noutras searas de outras regiões, que nada tem a ver com a sua cultura herdada, e começam humildemente a garimpar ricas pepitas e elas elevam teu patamar e teu nome às alturas e a localidade agradecida começa a despertar. Já os que vestiam a roupa pronta, muitos ficarão por certo enciumados, e tentam te desdenhar, mas não conseguem. Afinal, a tua obra já está pelo mundo e assinada com teu nome, pois de fato resgatou ou deu um sopro de vida cultural e acordou a freguesia. Vivi situações assim. Mas enquanto a cachorrada ladra, a carreta cultural passa. Repasso isso aos novos investigadores culturais, que feliz, tenho constatado, a cada ano se chegando mais, como compositores, músicos, historiadores, escritores, intérpretes, pela nossa, sempre rica região litorânea do Rio Grande do Sul, e que tem levado adiante nossa boa luta. E sei que os que nos antecederam, a maioria, já nos deixaram, seguem de lá de riba, a nos iluminar e abençoar, para que continuemos a levar, sempre vivas, as nossas tradições litorâneas e na área que atuam. Porquanto seguirei até o último dia neste plano, sempre atento para "algumas novidades" que não recolhi ou vibrando com quem o fez e que me reponta aos tempos do meu primeiro Terno de Reis, que indelevelmente marcou minha caminhada. Estou feliz, pois sou daqueles que sempre deixaram de lado os EUS, para abraçar o NÓS, e todo aquele que comigo conviveu sabe bem disso.

Repito o que um dia escrevi. Não importa o lugar que ocupamos nesta vida, se é maior ou menor, pouco importa. O que vale é o quanto, de

NÓS mesmos, iremos deixar, depois que de nós somente restar, a nossa obra e sua extensão.

Meus agradecimentos a todos que nos ajudaram e seguem a construir essa linda estrada da afroaçorianidade no Litoral, e mesmo por este nosso Rio Grande de tantas diversidades culturais e sotaques, mas que é um SÓ e que via CAERGS, com os CCA Centos Culturais Açorianos, a cada dia alcançamos e conquistamos mais parceiros obreiros, por este Rio Grande do Sul de imensa luz.

Mensagem aos novos pesquisadores e historiadores

Neste momento da nossa existência, onde a inteligência artificial já comanda quase tudo e com rapidez estonteante, e onde a palavra tem poder, palavras distintas, resultados distintos, e que pessoas, sem vocabulário ou palavra certa, não têm ou terão futuro, até pode assustar. Entretanto, por mais inteligente que seja ou será a máquina, novidades das "antigas", só quem pode descobrir e repassar, somos nós historiadores, pesquisadores e afins. Afinal, a máquina não sairá a garimpar ou cavoucar. E, sim, somos nós meros mortais, que sempre a abasteceremos, e até que um dia, sozinha, ela consiga fazê-lo. Evidentemente que não podemos deixar de abraçar e conviver com o NOVO, porquanto devemos preparar o amanhã para os iniciantes, que estão aí, e ele será um dos caminhos. Por fim, saudades dos tempos de antanho, onde tudo era mais verdadeiro e não tão artificial. Mas vida que segue, tempos que avançam e os que virão, cruzarão o espaço sideral, na sua nave clandestina, a relatar quem fomos, a anos luz, Universo afora.

Claro que não poderia encerrar sem homenagear, e merecidamente, nossas mulheres, desde as tataravós das avós, das mães e filhas, que mantiveram sempre a casa em pé e a criar seus filhos. Foram outras grandes Anitas, como a Ana Maria de Jesus Ribeiro, descendente de açorianos, também a mãe e guerreira Anita Garibaldi, enquanto homens lutavam por seus ideais do nosso Rio Grande do Sul. Por isso escrevemos, juntamente com o fantástico poeta Martim César essa pequena mensagem em versos que serão, em breve, musicados:

AFROAÇORIANAS

Na luz do tempo, areia e vento,
Uma península no Sul nasceu
Mundo girando num catavento
Eras rodando, em movimento,
Um povo distante te conheceu...

Afroaçorianas, mulheres-terra
Uniram elos num só compasso
Plantaram vidas, domaram feras
E nem a força insana da guerra
Pôde romper o nó de seus laços.

Mulheres-luta nos cativeiros
Mulheres-planta pelas searas
As renascidas desde os negreiros
As que guerrearam o tempo inteiro
Por uma vida mais justa e clara.

Afroaçorianas, mulheres fortes
Com suas perdas, suas cicatrizes
As que mudaram sua própria sorte
E não morreram nem com suas mortes
Pois nos deixaram suas raízes...

Mulheres-ninho destas lonjuras
De mãos calosas com suas sementes
De olhos profundos, de almas puras
Mas que às vezes se fazem duras
Quando em defesa de sua gente...

Afroaçorianas, mulheres-templo
Com suas ternuras, suas canções
Ninando a vida, cruzando o tempo
Para que sempre sirvam de exemplo
Mesmo que passem mil gerações.

Ivo Ladislau/Martim César

Links importantes de momentos históricos do nosso trabalho, e os links de barras musicais e vídeos de algumas canções ou trabalhos de campo, onde nasceram de nossas pesquisas, das mais de 400, que já escrevemos, com parceiros ou solo, sendo que mais da metade são de temas ligados fortemente às raízes açorianas e afroaçorianas, que além das violas trouxeram o ritmo dos tambores e percussões.

Também podem acessar nossos trabalhos, via vídeos e canções diretamente no LINKTREE, https://linktr.ee/ivoladislau

Vídeos

Vide, a seguir, o da historiadora Lilian Argentina, sua última entrevista, recebendo o prêmio Imortais, que homenageia pessoas em vida. Buscar no Youtube: Rota Açoriana Prêmio Imortal Lilian Argentina, 1 e 2 ou:

https://www.youtube.com/watch?v=h3nHBiDnsYs&t=44s; continuação parte 02: https://www.youtube.com/watch?v=1zGUbPyGB1c&t=12s

Vídeos da Rota afroaçoriana, que é a responsável pelo Ponto de Cultura Coração de Tambor de Tavares, sobre os quicumbis e afroaçorianos. Embaixadas - o Ensaio de pagamento de promessa Quicumbi: Making of da Embaixada: https://www.youtube.com/watch?v=OutlLjPzTkk e Projeto por inteiro: https://www.youtube.com/watch?v=-YLnlhi4HH4 ou https://youtu.be/-YLnlhi4HH4

Afroaçorianos na bateção de junco até a arte da réstia da cebola:

https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=jE7H1pm6Riw&t=41s#-searching

Afroaçorianos- agricultores e pescadores:

m.youtube.com/watch?v=66KDM8FcAtc&t=24s#searching

Video da nossa premiação mais recente na 29ª Tafona da Canção de Osorio-Canção de Céu e de Mar

https://www.youtube.com/watch?v=YRkqv04yDTg&feature=youtu.be

Seleção de algumas das 400 canções em parceria ou minhas:

Algumas canções que mostram o lado mais açoriano, e outras já com batidas ou percussões da afroaçorianidade.

01) Afroaçoriano www.rotaacoriana.com.br/cantosdemaramar/afroacoriano Em parceria com Carlos Catuípe na interpretação de Cléa Gomes

02) Tropeiros do Divino - Em parceria com Carlos Catuípe e na interpretação de Cléa Gomes www.rotaacoriana.com.br/cantosdemaramar/tropeirosdodivino

DIÁSPORA SUL-AÇORIANA

I – Partida

De repente não mais que de repente
Todo o mar abriu-se em trilhas
E os que sempre foram ilhas
Foram buscar continentes
Ao Sul apontaram quilhas
No desvario das correntes
Zarpando sonhos e gentes
A cruzar léguas e milhas
Buscando essas maravilhas
Que só havia em suas mentes

Não há quem possa pintar
Tão tremenda travessia!!!...
Sonhavam todos com o dia
De, enfim, poder aportar
Num mundo que se abriria
Nessas terras de além-mar

II - Chegada

Aos que quisessem plantar...
Mas em promessas vazias
Foi naufragando a utopia
Restou lutar.... e lutar!

Desbravando campo e serra
Plantaram novas sementes
Resistindo bravamente
Em tempos duros de guerra
Sempre na luta insistente

III – A luta

Que toda epopeia encerra
Criando uma nova era
Para que um dia sua gente
Tivesse um chão finalmente
Para chamar de sua terra.

E assim passaram os anos
As vidas e as gerações...
Novos sonhos e ilusões
Novos caminhos e planos
Renovando as tradições
Em rituais cotidianos

IV – As cidades

E nestes pagos pampeanos
As cidades e os rincões
Ouviram a voz das canções
De mil ilhéus açorianos

V – O reencontro

O tempo seguindo em frente
Cruzou mares e coxilhas
E distantes filhos e filhas
Daquela primeira gente
No ir e vir dessas ilhas
Se encontraram novamente
Descobrindo claramente
Serem águas da mesma bilha
Crias da mesma família
Árvores da mesma semente.

Ivo Ladislau/Martim César/Mário Tressoldi/Pedro Guisso

Figura 9 – Uma das palestras realizadas pelo autor com Luiz Agnelo Chaves Martins (Gordo) em escolas da Península Afroaçoriana

Fonte: acervo do autor.

Figura 10 – Grupo de Ensaio de Pagamento de Promessas Quicumbi, do qual, afroaçorianos estão presentes

Fonte: acervo do autor.

A CULTURA LUSO-AÇORIANA COMO ELEMENTO DA MÚSICA LITORÂNEA

MÁRIO TRESSOLDI[1]

Desde o nascer nossas vivências artísticas e musicais vão recebendo uma carga de informações e emoções que irão influenciar nosso fazer artístico, durante toda nossa existência. Pensando assim, vou escrevendo este artigo tentando redescobrir, dentro do meu viver musical, o que tem origem na raiz luso-açoriana do nosso estado, e como estas vivências comuns de um lugar e uma época influenciaram tanto o meu fazer musical, quanto o trabalho de toda a geração atual de artistas e compositores da música do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Desde muito pequeno, a cada ciclo natalino, vivenciei a rotina de ensaios, apresentações e visitas dos Ternos de Reis; este acredito que tenha sido o meu primeiro contato com alguma tradição lusitana. Meu saudoso pai Mario Simas Tressoldi, assim como meu avô Pedro Tressoldi foram conceituados mestres de Ternos de Reis do Litoral Norte gaúcho. Me lembro que entre a noite de Natal e o dia 6 de janeiro, eu saia ou juntamente com o meu pai para as apresentações, ou ficava triste em casa pela ausência dele, durante todo o ciclo natalino, pois na época o terno Estrela do Mar tinha uma agenda lotada.

O substantivo "terno" é utilizado para remeter aos três reis magos, Baltazar, Melchior e Gaspar. Em outros lugares do país é mais utilizada a expressão folia de reis. Os ternos de reis são grupos de músicos e cantores que a cada ciclo natalino se reúnem para cantar, de casa em casa, a linda história do nascimento de Jesus.

Com o meu pai aprendi através de explicações e exemplos práticos, as funções de cada integrante do terno, e assim pude compreender e vivenciar esta tradição. Aqui vou falar um pouco de cada uma destas funções nos ternos de reis da região de Osório, Tramandaí e arredores:

1 Músico, compositor, arranjador, maestro e produtor cultural. Bacharel em Música pela UFRGS, integrante dos grupos Chão de Areia e Violas ao Sul.

O mestre do terno cantava a melodia principal e tinha a função de escolher e compor os versos que melhor se encaixavam para o dia da cantoria. Assim sendo, na noite de Natal cantava-se o nascimento de Jesus, e nas noites seguintes cantava-se a caminhada dos reis, a visita dos pastores, etc., sempre levando em consideração os relatos bíblicos. Muitas vezes meu pai improvisava versos ao chegar nas casas, levando em consideração o acontecia naquele momento, as pessoas que ali estavam, os presentes que o terno recebia, etc.

O ajudante de mestre cantava uma segunda voz – terça acima da voz do mestre. O ajudante do mestre tinha uma missão difícil porque ele cantava simultaneamente ao mestre, mas não sabia o verso que o mestre iria cantar. Por esta razão se fazia necessária a repetição dos versos cantados pelo contramestre e seu ajudante;

O contramestre cantava a mesma melodia e o mesmo verso que o mestre tinha cantado instantes antes, com o objetivo de fazer o público compreender o texto que o mestre tinha cantado;

O ajudante de contramestre cantava a mesma linha melódica do ajudante do mestre, com o mesmo objetivo do contramestre.

O tipe entoava um “ai” uma oitava acima da voz do ajudante, no final de cada parte melódica, com o objetivo de fortalecer a sonoridade da entonação final da estrofe.

A instrumentação podia variar bastante. Era sempre constante a presença do violão e do acordeom, mas tinha ainda a presença da rabeca, do cavaco, da viola e do tambor. A inclusão destes instrumentos dependia da disponibilidade de tempo das pessoas que fariam parte do grupo de terno, daquele ano.

Quando eu tinha cerca de 13 anos comecei a aprender a tocar acordeom e não demorou para que meu pai me colocasse para fazer parte do terno na ausência do gaiteiro oficial. Acabei não me tornando um acordeonista e buscando a aprendizagem dos instrumentos de cordas o que me levou a tocar também violão e viola com o grupo em algumas oportunidades. Todos os meus relatos até aqui estão no passado. Mas, nos dias atuais, as funções dos integrantes dos “Ternos de Reis” continuam as mesmas, apesar de uma ou outra variação melódica e harmônica que tenha surgido com o passar dos tempos.

Minha experiência com o Terno de Reis Estrela do Mar foi um tempo de muita aprendizagem, não somente pelas vivências musicais, mas principalmente pelo nascer de um sentimento de respeito às tradições

passadas de pai pra filho. Hoje, quando vou compor uma música que conta determinada história estou fazendo o mesmo tipo de pesquisa que meu pai fazia, lendo as passagens bíblicas para colocar em seus versos.

As funções dos instrumentos melódicos e harmônicos estão presentes em minhas composições. A forma de arranjar as vozes, muitas vezes em terças paralelas, os contracantos instrumentais, tudo isto é a base da minha formação musical que inicia com esta vivência prática, e acaba me incentivando a buscar conhecimento maior sobre música.

Outra parte importante de minhas vivências de infância são os grupos de danças tradicionais gaúchas. Desde muito novinho passei a frequentar os CTGs (Centro de Tradições Gaúchas), seja dentro da Escola General Luiz Dêntice ou nas entidades de Tramandaí (CTG Rincão do Litoral e CTG Potreiro Grande). Nos CTGs tive meu primeiro contato com músicas e danças tradicionais de origem luso-açorianas, como chimarrita, pezinho, cana verde, caranguejo... Lembro que naquela época eu nem sabia da origem destas danças, mas estar participando dos grupos de danças me dava um orgulho de ser gaúcho. Acho que muitas crianças são apresentadas a este sentimento de bairrismo nestas entidades tradicionalistas.

Um número grande de artistas da música regional gaúcha, a partir dos anos 1950, tiveram no mínimo uma pequena passagem por dentro de algum CTG. Estas entidades possuem grupos de danças tradicionais que são alicerçados em danças de origem luso-açoriana. Aqui eu falo esta origem, pois considero quase inseparável as manifestações que chegaram ao Rio Grande por intermédio das ilhas dos Açores, daquelas que chegaram via continente.

Quando as músicas chegam em outros lugares na bagagem cultural de algum imigrante, começam a sofrer alterações do lugar onde estão inseridas. As execuções musicais passam a sofrer alterações apenas por conviver com outras raízes étnicas, outras paisagens geográficas, outro contexto histórico, outros instrumentos musicais, etc., tudo isto vai transformando linha melódica, harmonia, ritmo e poesia. Podemos dizer que assim como na biologia o passar dos anos vai sugerindo uma miscigenação genética, a arte promove uma fusão artística que acaba enriquecendo os elementos musicais e culturais de um determinado lugar. Por outro lado, por questões geográficas, muitas vezes uma determinada manifestação cultural acaba ficando isolada, promovendo então uma manutenção cultural maior que no próprio lugar de origem. Acredito que tudo isto aconteceu com a cultura musical açoriana e portuguesa

continental aqui no Rio Grande do Sul. Algumas manifestações açorianas chegaram aqui no sul do continente americano, sofreram alterações do ambiente e foram preservadas mais aqui que propriamente nas nove ilhas dos Açores.

Na minha vida, a prática da dança tradicional teve uma passagem muito curta, pois não demorou para que eu me encantasse com a possibilidade de tocar e cantar para os grupos dançarem. Passei então a tocar para os grupos de danças tradicionais gaúchas, e, nesta lida, passei mais de 20 anos de muito aprendizado e troca de informações com outros artistas. Tive a honra de ser um dos músicos que gravaram o CD "MTG – Danças, Hinos e Costados" que se tornou referência para os grupos tradicionalistas do estado. Quando passei a tocar para os grupos de danças, acabei conhecendo o trabalho de Ivo Ladislau e Carlos Catuípe que juntamente com alguns parceiros foram os primeiros responsáveis por divulgar a essência da musicalidade afro-açoriana do litoral em suas composições. A partir dos anos 30 os grupos de danças do litoral norte gaúcho se tornaram amplos divulgadores das composições que eram executadas nos festivais de música da época.

Com a minha entrada no meio do musical de grupos de danças comecei a compor canções para entradas e retiradas dos grupos que eu trabalhava, quase sempre em parceria com o amigo Chico Saga. As músicas encomendadas para entradas e retiradas, geralmente partem de pesquisas históricas o que leva a gente a buscar as origens de determinados assuntos. Uma das nossas primeiras encomendas foi quando o CTG Estância da Serra de Osório escolheu a festa do Divino Espírito Santo como tema e nos pediu uma música que falasse sobre a origem desta festa religiosa. Assim sendo, fomos buscar a história da Rainha Santa Isabel como enredo principal da composição intitulada Promessa. Esta música tem várias partes distintas, por este motivo vale a análise musical das partes para entender as inspirações escolhidas. Esta composição foi coreografada também por vários grupos de danças gaúchas, tanto no estado do Rio Grande do Sul quanto nos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul. Para melhor entendimento deixo aqui o link do áudio da composição: https://www.youtube.com/watch?v=naWkSbUTayc

"Iluminai, Divino Espírito,
Abençoai, Santa Isabel,
O mundo cumpre tua promessa
Com toda luz que vem do céu..."

A composição traz a sua primeira estrofe cantada à capela lembrando a sonoridade do cantochão (ou canto Gregoriano), na intenção de remeter aos primórdios da música sacra, onde apenas homens cantavam uma melodia sem acompanhamento harmônico.

A nobre mulher das terras de além-mar
Com toda sua fé pedia pra Deus
-Não deixe brotar discórdia entre os meus

O cheiro de guerra pairando no ar
A sua família a se destruir
A Rainha Santa rezando no altar:
"- A paz no meu reino venho lhe pedir"

Já a melodia e o acompanhamento da segunda parte remetem a uma toada tipicamente portuguesa ao som de viola e violões com vocal aberto distribuído em terças. Esta passagem logo vai se transformando numa música mais tensa, sugerindo a discórdia familiar que o texto relata, para isto agregamos também o tambor que ajuda nesta sensação.

"- Prometo teu nome levar
Pro mundo inteiro saber
Da força que vem dessa luz
Que emana de todo teu ser"

...E o céu se abriu e a terra iluminou
Não houve guerra e o reino festejou

Já na terceira parte, a Rainha Isabel pede a intercessão divina para que não haja guerra entre pai e filho. Na busca de demonstrar este sentimento musicalmente fizemos uma linha que remete à tradição gaúcha dos "Tropeiros do Divino", onde os festeiros saem cantando fazendo o peditório da festa, sempre ao som de uma batida característica do tambor, batida esta utilizada nesta sequência da canção.

Traz a coroa, a bandeira,
E vamos sair pelo mundo afora,
O Imperador já está pronto
A Reino enfeitado, vem chegando a hora.

Qualquer distância é pequena
Pra quem traz no peito a luz do divino,
Segue a folia na estrada
No seu peditório, cumprindo o destino.

As últimas duas estrofes falam da festa do Divino que se popularizou ao redor do mundo. Para musicalizar o refrão usamos uma levada bem brasileira, com bastante fusão musical, onde o tambor absorve uma levada sincopada mais característica da origem africana, apesar da instrumentação como um todo ainda ser a mesma utilizada no folclore de origem açoriano. Buscamos aqui uma levada dançante para caracterizar as confraternizações das festas religiosas que geralmente culminam com um baile.

Esta resumida análise musical se fez necessária para exemplificar o pensamento que os compositores buscam ao fazer uma obra que retrata os tempos mais antigos, buscando trazer um pouco de sonoridades tradicionais que hoje se encontram sucumbidas pelas mídias de massa, mas que já deixaram sementes até mesmo na música atual feita para entretenimento.

Muitas das canções que apresentei, juntamente com diversos parceiros, nestes 30 anos de carreira versam sobre as raízes açorianas e africanas do litoral norte gaúcho. São diversos parceiros em quase uma centena de composições apresentadas nos palcos dos festivais. São temas constantes nas nossas obras a festa do Divino, os ternos de reis, as Cavalhadas, as danças típicas, a viola, a culinária, a religiosidade, a vida do pescador, entre outros, estes temas são comuns, tanto aqui no Rio Grande do Sul quanto nas Ilhas dos Açores, com as peculiaridades transformadoras do tempo e da distância geográfica.

Uma das coisas que marcou minha carreira foi quando em 1996, juntamente com o maestro Paulo de Campos, idealizamos o Grupo Cantadores do Litoral, que tinha por objetivo apresentar a outros recantos a música que vinha sendo feita no Litoral Norte do Rio Grande do Sul que tinha relação com a cultura afro-açoriana. Este trabalho foi pautado na obra do Ivo Ladislau e do saudoso Carlos Catuípe, e passando por uma nova geração de compositores que surgia na época, a qual eu me incluo. O “Cantadores do Litoral” passou cerca de 15 anos fazendo esta projeção cultural, ganhando notoriedade por onde se apresentava, dentro e fora do estado.

O Grupo Chão de Areia que iniciou suas atividades em 2002, e que está em plena atividade, é de suma importância no registro da música feita no litoral norte gaúcho nos últimos 20 anos. O grupo é formado por mim, pelo Chico Saga e pelo Flavio Junior. O Chão de Areia trabalha uma música mais voltada para a sonoridade da viola e com uma instrumentação mais autêntica, buscando uma sonoridade mais interiorana. O grupo possui vários trabalhos ao lado da cantora Loma. Destaca-se o show intitulado "Paixão de Viola e Tambor", onde o Chão de Areia representa a raiz açoriana através da viola, enquanto a Loma traz sua essência afro-brasileira. Além destes grupos, outros tantos artistas do litoral gaúcho e de outros recantos do estado se fazem importantes no registro desta musicalidade de origem luso-açoriana.

Por causa de minhas composições em parceria com Ivo Ladislau foram se estreitando laços com aqueles que cultivam a açorianidade no estado do Rio Grande do Sul, até que em 2004 fui convidado a compor um grupo de gaúchos que iria participar de uma série de eventos em quatro ilhas dos Açores. Nesta oportunidade, tive o prazer de conhecer as ilhas de São Miguel, Terceira, Faial e Pico, sempre acompanhado da pesquisadora Véra Barroso, dos compositores e músicos Ivo Ladislau, Renato Junior e Carlos Catuípe, além de um grupo de artistas e pesquisadores do vizinho estado de Santa Catarina. Nesta visita aos Açores, pude vivenciar as distinções entre aquelas culturas que permanecem ativas no sul do Brasil e sua localidade de origem. Podemos traçar paralelos entre as culturas "de lá e de cá", encontrando similaridades e distinções. Vou relatar alguns exemplos destas características comuns e suas distinções: A viola de dois corações nos Açores, assim como outras violas do continente português, influenciou a construção e os toques da nossa viola brasileira; lá nos Açores, as festas do Divino são essenciais, mas não possuem particularidades encontradas no sul do Brasil, como o uso de tropeada indo de fazenda em fazenda com o peditório para a festa, tradicional no município de Osório. O "terno de reis" é um termo utilizado no sul do Brasil e não nas ilhas. Lá nos Açores também se canta "reis", mas de outra forma e com outras particularidades. É muito comum nos Açores se cantar as "janeiras" próximo ao dia 6 de janeiro; aqui no Rio Grande do Sul era comum cantar "serenatas", assim como nos Açores são comuns as "serenadas". Acredito que este nome seja por cantar a noite e ao sereno. Além disto, a culinária, os costumes, as quadrinhas

populares também se adaptam com o passar do tempo e vivem em processo de constante transformação.

A música é quase sempre um motivo para o convívio coletivo, seja em festas religiosas, folguedos, bailes ou em cantigas de trabalho. Muitos dos primeiros relatos da prática musical, tanto no Rio Grande do Sul quanto nas nove ilhas dos Açores são destes ambientes. Apesar destas práticas serem em épocas e ocasiões distintas, sabemos que as pessoas que praticavam canções de trabalho também eram aquelas que cantavam em festas religiosas. Assim sendo, melodias, instrumentações e modos de cantar possuem características comuns em diversas ocasiões.

As diversas etnias formadoras de um povo se fundem culturalmente e impulsionam a formação de uma nova identidade cultural. Assim, a musicalidade cultural do litoral gaúcho vem desta mescla transformadora de sonoridades étnicas, tendo suas fontes principais nas raízes luso-açoriana e africana. Hoje, ainda encontramos originalidade étnica nas manifestações artísticas produzidas no litoral do sul. Mas me preocupa que a evolução e as novas tecnologias possam massificar as atividades musicais, e cada vez mais transformar a nossa musicalidade em uma pratica globalizada. Precisamos fazer que as novas gerações não se afastem tanto das nossas raízes e das nossas essências.

Figura 1 – Mário Tressoldi

Fonte: acervo do autor.

AZULEJARIA LUSO-AÇORIANA – ÍCONE DO ATELIER GRAÇA E ARTE: SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

MARIA DA GRAÇA GOULART OURIQUE[1]

Conhecida como Graça Ourique, sou natural de Viamão, e, hoje, cidadã patrulhense, título que me foi honrosamente concedido pela Câmara de Vereadores em 18 de dezembro de 2006.

Sou professora estadual aposentada e proprietária do Atelier Graça e Arte Cerâmica, desde 2004.

Fazendo um breve histórico de como passei a me interessar e me dedicar às pesquisas, à manufatura e releitura de azulejos coloniais portugueses, eu diria que foi no ano de 1990. Quando de uma viagem a Portugal, Espanha e Marrocos, eu desconhecia a história da arte em azulejaria, bem como a arte dos painéis de mosaicos bizantinos. Ignorava as técnicas de manufaturas e decoração, bem como da importância cultural e econômica desta significativa arte. Confesso que mexeu com as minhas emoções, e, desde então, vim decidida a conhecer e buscar qualificação em cerâmica e fazer dela o meu ofício.

Foi lá o meu despertar para esse mundo fantástico da arte em azulejaria, do design e da pintura, que se mesclam e se completam na arquitetura, há séculos.

Fiz o curso de cerâmica e o de projetos especiais no Atelier Livre da Prefeitura de Porto Alegre, ao longo de doze anos (1997 a 2009).

Dedico-me à pesquisa, como autodidata (estudos, cursos e viagens), sobre o artesanato e a azulejaria luso-açoriano, tendo como base a herança cultural. Meu trabalho em cerâmica é voltado a esse resgate, por considerar o artesanato tradicional e típico, produto turístico atrativo e de referência para o turismo regional. Em busca de conhecimento e de contato com esta milenar arte da azulejaria, já visitei Portugal em três oportunidades, bem como as ilhas açorianas de São Miguel, Terceira,

1 Ceramista. Santo Antônio da Patrulha/RS.

Faial e Pico. Resta um sonho: o de realizar um curso no berço da azulejaria lusitana, com profissionais do oficio.

Elegi o azulejo como suporte para linguagem de minha arte e, através de painéis, transmitir emoções, crenças, conceitos, espiritualidade, cultura...

Em minhas andanças por salões de arte cerâmica e em exposições em museus, espaços culturais de nosso município, da região do Litoral Norte, Porto Alegre e outras fronteiras, está sempre presente a temática de Santo Antônio, impressa em painéis de azulejos ou na forma de obras de arte tridimensionais, sempre divulgando a nossa cultura luso-açoriana e o município.

Porém, o carro-chefe do meu trabalho são as incontáveis numerações residenciais e comerciais, as placas cerâmicas com identificação profissional, os painéis de azulejos com imagens sacras, com brasões, ou com temáticas diversas, souvenirs, dentre outros trabalhos artesanais espalhados pelo município, ou levados por clientes e turistas, ultrapassando fronteiras.

Alguns exemplos do meu ofício aqui em Santo Antônio da Patrulha, e que muito me orgulha, foram os trabalhos realizados em diversos pontos turísticos e para empreendimentos da cidade, a saber: Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Casa da Colônia, Posto Santo Paradouro, Igrejas, dentre outros.

O meu mais recente e relevante trabalho, recém-inaugurado (12/06/2023), foi a imagem de Santo Antônio pintada em peças cerâmicas, em monocromia com a técnica do azul de cobalto, em um painel medindo 1,20 m X 3,00 m, aplicado junto ao monumento do Oratório de nosso padroeiro.

Figura 1 – Painel cerâmico de Santo Antônio, localizado junto ao oratório de mesmo nome em Santo Antônio da Patrulha

Fonte acervo da autora.

Meu atelier está localizado na Cidade Alta, junto ao Centro Histórico e Cultural, onde trabalho, com uma lojinha de artesanato. Atendo clientes e recebo turistas, divulgando a minha arte e a nossa cultura. É um espaço de criação e trabalho. Também são oferecidos trabalhos personalizados, sob encomenda, bem ao gosto do cliente.

A seguir apresento algumas fotos de trabalhos realizados:

Figura 2 – Painel de azulejos com flores azuis

Fonte: acervo da autora.

Figura 3 – Numeração

Fonte: acervo da autora.

Figura 4 – Painel de azulejos em Morro Grande - Santo Antônio da Patrulha

Fonte: acervo da autora.

Figura 5 – Painel na Cabanha Santa Úrsula em Glorinha/RS

Fonte: acervo da autora.

Figura 6 – Painel com aves

Fonte: acervo da autora.

Figura 7 – Souvenirs com temática da azulejaria

Fonte: acervo da autora.

Figura 8 – Aspecto do atelier de Graça Ourique

Fonte: acervo da autora.

Figura 9 – Exposição individual de Graça Ourique. "Pratos com temática de azulejaria portuguesa" – Tramandaí/RS (2015)

Fonte: acervo da autora.

CASA AÇORIANA ANTERO DE QUENTAL APROXIMANDO VIAMÃO, PORTO ALEGRE E OS AÇORES POR MEIO DA EDUCAÇÃO

Adriana Corrêa Soares[1]
Carina Petry Armani[2]
Conceição Benta dos Santos[3]
Lucélia Adami Nunes[4]
Viviane Procaska Bilo[5]

O presente texto visa relatar o trabalho realizado, através da Casa Açoriana Antero de Quental e do grupo de danças "Ilhas de Encanto" do Instituto Estadual de Educação Isabel de Espanha, localizado no município de Viamão, no Estado do Rio Grande do Sul, ao longo de 32 anos de atividades, aproximando os Açores e a Comunidade Escolar, por meio da valorização e manutenção da memória cultural através da Educação.

Nossa ligação com os Açores iniciou a partir de 1990 e possibilitou a construção de uma ponte de saberes e fazeres entre Viamão, Porto Alegre e Açores. Ao longo desses anos, fomos registrando experiências e vivências com nossos alunos, com os estudantes do Curso Normal, viagens de estudos aos Açores, nos motivando e inspirando na criação de uma nova metodologia com base em oficinas lúdico-pedagógicas, tratando de temáticas referentes à cultura açoriana.

Nas dependências do Instituto Estadual de Educação Isabel de Espanha, escola pública da rede estadual de ensino, há um espaço de preservação patrimonial, denominado Casa Açoriana Antero de Quental, que constitui um referencial de cultura em nossa escola, abrigando a Sala Açoriana Antero de Quental, fundada em 26 de agosto de 1993, pelo Governo dos Açores em parceria com o Instituto Cultural Português (que

1 Professora do Curso Normal - Projetos da Cultura Açoriana.
2 Diretora Artística do Grupo de Danças - Ilhas de Encanto.
3 Professora dos Projetos da Cultura Açoriana junto às Escolas de Santa Catarina.
4 Professora pioneira dos projetos sobre a Cultura Açoriana na Escola.
5 Coordenadora da Sala Açoriana Antero de Quental.

conta com acervo recebido da Direção Regional das Comunidades Açorianas), um Memorial referente aos 68 anos da escola e a passagem do tempo, e, um espaço para exposição de atividades pedagógicas.

A Sala Açoriana Antero de Quental (a única instituição de memória açoriana fundada nas dependências de uma escola, e pública) tem mais de vinte e nove anos de trabalho, voltada à valorização da cultura açoriana através da educação. Seu objetivo é celebrar nossas raízes açorianas, por meio de divulgação de ideias e informações, capazes de estimular nos alunos um maior interesse por suas origens, buscando no passado as explicações para as suas indagações. Desde 2014, esse trabalho vem sendo incrementado por meio de um livro, fruto de pesquisa e ações pedagógicas, escrito pelas cinco professoras atuantes na Casa Açoriana, e pelo "Concurso Escolar Luso-Brasileiro" (uma feliz parceria com o ICP - Instituto Cultural Português) que está na 7ª edição, seguido de oficinas e palestras realizadas dentro e fora da nossa escola.

Este trabalho de preservação da memória cultural dos imigrantes açorianos é realizado em nossa instituição, por meio de atividades lúdico-pedagógicas ofertadas aos alunos e professores das redes pública e privada dos municípios de Viamão e Porto Alegre, seguida da visitação e pesquisa em nosso acervo, além do trabalho sobre cultura açoriana de forma incisiva no currículo dos alunos do Curso Normal. Também contamos com as apresentações de nosso grupo de danças o "Ilhas de Encanto". Desta forma, conseguimos valorizar as inúmeras contribuições trazidas pelos imigrantes na diáspora do século XVIII.

A nossa Sala Açoriana, pelo fato de se encontrar dentro de uma escola, é um "espaço-vivo" de preservação da memória do patrimônio cultural de nossos povoadores oriundos do Arquipélago dos Açores.

Por patrimônio cultural entende-se "toda a produção humana de ordem emocional, intelectual e material, independentemente de sua origem, época ou aspecto formal, bem como a natureza, que propiciem o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia". (GODOY, 1985, p. 72).

O patrimônio cultural pode ser dividido em três categorias distintas que se entrelaçam para compor o conjunto etnográfico de cada povo. São eles os "Bens Naturais" (que contemplam a natureza de determinada região); os "Bens de Ordem Intelectual" (que expressam a forma de obtenção do sustento diante dos desafios apresentados pela natureza) e os "Bens de Ordem Emocional" (que refletem os sentimentos individuais

e coletivos do cotidiano de determinada população). (GODOY, 1985, p. 72).

A Casa Açoriana Antero de Quental é um setor cultural de nossa escola, que abriga o acervo doado pelo Governo dos Açores, no ano de 1993, por ocasião da fundação da Sala Açoriana Antero de Quental e é organizado por cinco professoras ligadas pelo coração à esta instituição, pois contempla professoras aposentadas que iniciaram este movimento e professoras que estão no atual quadro de professores do Instituto. Nós nos intitulamos as professoras "açorianas de coração", pelo amor às nossas raízes culturais, recebidas dos fundadores do município de Viamão, chegados na leva imigratória de 1752, que se integraram com os povos originários locais e os demais que ali se encontravam.

Vejamos na prática como estas ações afirmativas de identificação, manutenção e valorização do legado cultural açoriano é introduzido nas atividades escolares do Instituto Estadual de Educação Isabel de Espanha, através das atividades realizadas pela Casa Açoriana Antero de Quental.

Grupo de Danças Ilhas de Encanto

O grupo de danças do Instituto Estadual de Educação Isabel de Espanha foi fundado em 1981 pela professora Lucélia Adami Nunes sob o nome de "Grupo de Danças Isabel de Espanha", com o objetivo de oportunizar às crianças da comunidade escolar a "vivência da arte da dança". Durante muitos anos, o grupo também acompanhou o corpo coreográfico da banda da escola. Em 1990, o nome do grupo mudou para "Ilhas de Encanto" pois o folclore açoriano passou a ter destaque nas apresentações do elenco, dedicando-se a pesquisar a dança e cultura açoriana.

Figura 1 – Jeniffer Brandão e Luiza Mainieri, na II Romaria Portuguesa de Porto Alegre (2018)

Fonte: acervo da Casa Açoriana Antero de Quental.

Nossos alunos já participaram de diversos eventos culturais em grande parte das diferentes cidades do Rio

Grande do Sul. Atualmente, o "Ilhas de Encanto" tem cerca de 50 alunos, entre eles crianças das séries iniciais, ensino fundamental e médio. Ao longo destes anos passaram pelo elenco centenas de estudantes que se tornaram apreciadores da dança e da cultura açoriana. A direção artística do grupo está desde 2005 sob a coordenação da professora Carina Petry Armani. Os trajes do grupo são autênticos e foram doados pelo governo dos Açores.

Ambas as professoras que estiveram à frente do grupo durante estes mais de 30 anos já estiveram nos Açores, algumas vezes.

A escola se destaca na rede pública estadual por ser a única a realizar este trabalho. As professoras responsáveis pelo grupo seguem atuantes em busca de manter este trabalho, cada vez mais necessário na formação de nossos estudantes.

> A Dança se constitui como prática artística pelo pensamento e sentimento do corpo, mediante a articulação dos processos cognitivos e das experiências sensíveis implicados no movimento dançado. Os processos de investigação e produção artística da dança centram-se naquilo que ocorre no e pelo corpo, discutindo e significando relações entre corporeidade e produção estética. Ao articular os aspectos sensíveis, epistemológicos e formais do movimento dançado ao seu próprio contexto, os alunos problematizam e transformam percepções acerca do corpo e da dança, por meio de arranjos que permitem novas visões de si e do mundo. Eles têm, assim, a oportunidade de repensar dualidades e binômios (corpo versus mente, popular versus erudito, teoria versus prática), em favor de um conjunto híbrido e dinâmico de práticas. (BNCC, 2018, p. 195).

Este trabalho mediante nossas expectativas de apenas oportunizar a vivência da arte da dança aos nossos alunos, o grupo através de suas apresentações levou a cultura açoriana por meio da dança a centenas de estudantes das redes públicas municipais, estaduais e privadas do Estado do Rio Grande, formando estudantes admiradores deste nosso trabalho. Hoje temos ex-alunos, atualmente professores, que dão continuidade a esta riqueza pedagógica que construímos em nossa escola.

Figura 2 – Encontro das Escolas com Cursos Técnicos, promovido pela SEDUC/RS, Gravataí

Fonte: acervo da Casa Açoriana Antero de Quental.

Açores na Escola

Para que tenhamos legitimidade no trabalho realizado na escola, através das atividades da Casa Açoriana Antero de Quental, que aproximam o Arquipélago dos Açores à comunidade escolar como um todo, vejamos o que nos diz a BNCC, Base Nacional Comum Curricular, que norteia os trabalhos com os alunos das redes de ensino de todo o Brasil.

> Um dos importantes objetivos do Componente Curricular História no Ensino Fundamental é estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania (2018, p. 400).

A Base Nacional Comum Curricular é um documento lançado pelo Ministério da Educação que define as aprendizagens essenciais que os alunos brasileiros devem ter no Ensino Básico, e encontramos no componente curricular dos anos iniciais (3 º ano) que a história deverá ser trabalhada em unidades temáticas abordando: as pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município.

Os objetos de conhecimento desenvolvidos são as pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município: " O " Eu", o " Outro" e os diferentes grupos sociais e étnicos que compõem a cidade e os municípios;

os desafios sociais, culturais e ambientais do lugar onde vive; os patrimônios históricos e culturais da cidade e/ou do município em que vive; o lugar em que vive; a produção dos marcos da memória: os lugares de memória (ruas, praças, escolas, monumentos, museus, etc.); a produção dos marcos da memória: formação cultural da população, a cidade e o campo, aproximações e diferenças. E a noção de espaço público e privado da cidade e suas áreas de conservação ambiental; a cidade e suas atividades: trabalho, cultura e lazer (BRASIL, 2018).

Diante desse contexto, fica demonstrado a importância de conhecer a cultura açoriana e sua contribuição para formação do povo gaúcho, pois nossa escola está situada na cidade de Viamão que teve impulso de povoamento com a chegada dos açorianos em seu território a partir de 1752, especialmente.

No 3º e no 4º ano das séries iniciais, contemplam-se a noção de lugar em que se vive e as dinâmicas em torno da cidade, com ênfase nas diferenciações entre a vida privada e a vida pública, a urbana e a rural.

No curso de formação de professores de nossa escola, procuramos promover um resgate e valorização da cultura açoriana por meio de palestras, oficinas de artesanato e confecção de materiais didáticos que beneficiam a educação de diferentes formas. No ano de 2022, por ocasião das comemorações dos 270 anos do povoamento açoriano no Rio Grande do Sul, lançamos o I Encontro Formação de Professores "Açores - Nossas Origens nas Ilhas de Encanto", com palestras sobre Açores e os motivos que fizeram com que houvessem levas emigratórias para o Brasil. Os participantes realizaram o circuito de atividades, contemplando dança, decoração de violinhas açorianas, montagem do Império do Divino Espírito Santo, entre outros assuntos.

Figura 3 – Oficina no I Encontro - Formação de Professores

Fonte: acervo da Casa Açoriana Antero de Quental.

Os materiais pedagógicos são conjuntos de objetos e brinquedos desenvolvidos para a utilização em sala de aula. O uso desses materiais

pedagógicos envolvendo o tema Açores, auxilia no desenvolvimento das aulas, pois através deles podemos dinamizar a nossa prática, tornando as aulas mais interessantes e eficazes, com a finalidade de ampliar as possibilidades de materiais didáticos, introduzir o artesanato nas oficinas sobre os Açores e incentivar na comunidade escolar, a prática do artesanato, como alternativa de geração de renda, troca de experiências, lazer, integração e autovalorização.

Essa formação com o Curso Normal permite uma divulgação da cultura açoriana no município de Viamão, pois é importante se conhecer para se reconhecer. Pensar, falar, escrever e pesquisar sobre o folclore é sempre muito prazeroso, porque se trata de vivências antigas ou atuais, compartilhadas ao longo de gerações. Afinal, traduz o pensar do povo, como definiu o escritor Luís Câmara Cascudo (1954).

A cultura popular, quando faz parte do currículo escolar, desperta na criança o amor pela terra e sua gente.

O folclore na escola pode ajudar a enriquecer as experiências de aprendizagem em diferentes componentes curriculares, considerando-o um amplo campo de ação para estudos e prática da multidisciplinaridade.

Figura 4 – Caixa Pedagógica e seu conteúdo

Fonte: acervo da Casa Açoriana Antero de Quental.

É necessário valorizar o passado, para que os valores arduamente trazidos do Arquipélago dos Açores, não se percam no tempo, descaracterizando a comunidade, pois “esquecer o passado é negar toda efetiva experiência de vida; negar o futuro é abolir a possibilidade do novo a cada instante”. (NOVAES, 1992, p. 9). Em nossa escola, são muitas as

atividades realizadas pela Casa Açoriana Antero de Quental, com ênfase na preservação da memória trazida pelos açorianos e sua adaptação na atualidade, sempre estabelecendo um elo de ligação entre o passado e o presente, garantindo desta forma a perpetuação dos valores culturais de nossas origens açorianas.

Além do rico material pedagógico desenvolvido pelos alunos do Curso Normal de nossa Escola, material este que será utilizado nas escolas de Educação Básica de Viamão e arredores, a Casa Açoriana, ao longo do seus vinte e nove anos de existência, vem desenvolvendo um riquíssimo trabalho interdisciplinar, no trato das diferentes contribuições dos açorianos que chegaram em Viamão, por volta do ano de 1752, inclusive estabelecendo a ligação entre Açores e Viamão, por meio de cartas de estudantes daqui (Viamão) e de lá, mais precisamente da ilha de São Miguel.

Atualmente, temos como nosso principal instrumento de ação, para a celebração das nossas raízes culturais açorianas na comunidade escolar, o Concurso Escolar Luso-Brasileiro, que está na sua sétima edição. Neste concurso, que agrega toda a comunidade escolar de nossa escola, desde os alunos do primeiro ano do Ensino Fundamental até os alunos do Curso Pós Médio Normal, incluindo professores e funcionários, são trabalhados diversos temas, como viola de “dois corações”, Galo de Barcelos, lenda das Setes Cidades, gastronomia, artesanato, arquitetura, literatura, arte e história, entre outros aspectos herdados e que tanto nos fascinam. São atividades propostas pelas cinco professoras atuantes na Casa Açoriana Antero de Quental (autoras deste texto e do livro “Açores: nossas origens nas Ilhas de Encanto”, que formam a Comissão Coordenadora do Concurso) próprias para cada nível de ensino. As atividades contam previamente com palestras sobre o legado cultural açoriano, podendo ser específica sobre o tema da atividade a ser desenvolvida no concurso. Posteriormente à votação dos trabalhos, faz-se uma solenidade de premiação, onde nosso parceiro de jornada proponente do Con-

Figura 5 – Trabalho apresentado no VII Concurso Escolar Luso-Brasileiro (2022)

Fonte: acervo da Casa Açoriana Antero de Quental.

curso, o Instituto Cultural Português (ICP), entrega o troféu e livros, cabendo à Escola entregar certificado e medalha aos vencedores e seus professores mentores. Para incrementar ainda mais nosso concurso, o ICP doa uma bicicleta para sorteio dos alunos participantes, bicicleta esta, que além de transportar as pessoas para seus lugares de estudo e trabalho, transportam sonhos, expectativas e metas de vida.

Livro " Açores: nossas origens nas Ilhas de Encanto"

A caminhada aproximando Açores - Viamão - Porto Alegre é apaixonante, mas faltavam no mercado subsídios capazes de auxiliar o professor no conhecimento da cultura açoriana. Estava tudo muito fragmentado e quando não estava, eram materiais muito extensos, de leitura praticamente impossível para os estudantes, principalmente para os das séries iniciais. As professoras atuantes na Casa Açoriana, ao longo do tempo, foram pesquisando e buscando soluções práticas que resolviam momentaneamente. Então, em 2014, lançamos um livro paradidático "Açores: nossas origens nas Ilhas de Encanto", oferecendo aos professores um material para enriquecer e complementar os estudos sobre o Arquipélagos dos Açores e seu legado cultural. O objetivo era fornecer subsídios aos professores e aos alunos formandos do Curso de Magistério de nossa Escola. Este trabalho de pesquisa, realizado por professoras "açorianas de coração" sugere atividades que visam auxiliar o trabalho do educador sobre a cultura açoriana e sua contribuição na formação do povo gaúcho. Organizamos os conteúdos com sugestões de atividades, para enriquecer e complementar os estudos sobre o povoamento do Rio Grande do Sul pelos açorianos. O livro foi lançado em 2014, nas Feiras do Livro de Porto Alegre (60ª Feira do Livro) e Viamão (11ª Feira Literária). E, em 2017, ganhou o título de Melhor Livro de temática açoriana, atribuído pelo Instituto Cultural Português.

Figura 6 – Publicação das cinco professoras atuantes na Casa Açoriana Antero de Quental/Viamão

Fonte: acervo da Casa Açoriana Antero de Quental.

Figura 7 – Lançamento do livro, na 60ª Feira do Livro de Porto Alegre (2014)

Fonte: acervo da Casa Açoriana Antero de Quental.

Figura 8 – Lançamento do livro na 11ª Feira Literária de Viamão (2014)

Fonte: acervo da Casa Açoriana Antero de Quental.

Em 2016, o livro cruza o Atlântico e chega aos Açores, através de Projeto contemplado pela Direção Regional das Comunidades do Governo da Região Autônoma dos Açores. As cinco professoras foram vivenciar uma viagem de estudos no Arquipélago, aprofundando aspectos do cotidiano, nas ilhas visitadas. Foram recebidas na (EBI) – Escola Básica Antônio José de Ávila, situada na Horta/Faial, onde ministraram uma aula para a turma do 3º ano do Ensino Fundamental, que nos aguardava ansiosa. Foi uma troca de informações, conhecimentos e constatação de que o livro encantou as crianças!

Figura 9 – Alunos da EBI Horta Escola Básica Antônio José de Ávila, com o livro recebido

Fonte: acervo da Casa Açoriana Antero de Quental.

O livro foi feito no formato artesanal com poucos recursos financeiros, mas com inúmeras sugestões de aprendizagens sobre os Açores e a cultura trazida por aqueles que se lançaram na imensidão do oceano azul, munidos de muita incerteza e esperança na busca de melhores condições de vida, agarrados à sua fé inabalável.

Como vimos ao longo do presente texto, o trabalho pioneiro realizado pelas professoras fundadoras da Casa Açoriana Antero de Quental, a partir de 26 de agosto de 1993 e outras que marcaram época tanto pelas atividades ligadas à casa, quanto ligadas ao grupo de danças "Ilhas de Encanto", frutificou. Somos a única instituição de preservação do patrimônio cultural (material e imaterial) do povo açoriano, exclusivamente voltada para a educação, por ter sido fundada dentro das dependências de uma escola. Este fato, nos alicerça e incentiva, ainda mais, a seguir nossa missão na educação.

Nossas metas e objetivos são compartilhar nossos saberes e fazeres, através de uma metodologia própria que muito nos orgulha! Seguimos nossa caminhada nas escolas, com atividades que desenvolvemos ao longo desses vinte e nove anos de atividades, sempre inovando, criando e compartilhando cultura açoriana - arte - educação, aproximando Açores- Viamão - Porto Alegre em um só coração, o coração da Casa Açoriana Antero de Quental. Que venham mais trinta anos desta belíssima história de amor por nossas raízes culturais.

Referências

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 10. ed., Rio de Janeiro: EDIOURO, 1954.

GODOY, Maria do Carmo. Patrimônio Cultural: conceituação e subsídios para uma política. *Anais* do *IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA*: História e Historiografia em Minas Gerais. Belo Horizonte: ANPUH/MG, 1985.

NOVAES, Adauto. Sobre tempo e história. In: NOVAES, Adauto. *Tempo e História.* São Paulo: Cia das Letras; Secretaria Municipal de São Paulo, 1992.

Site

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf> Acesso em: 20 mar. 2023. p. 195 e 400.

À REDESCOBERTA DAS RAÍZES:[1] RELAÇÕES ENTRE OS AÇORES E A DIÁSPORA: CASO DO RIO GRANDE DO SUL (1976-2016)

Célia Silva Jachemet[2]

Introdução

À Redescoberta das Raízes tem como foco principal as relações entre o Rio Grande do Sul (RS) e os Açores, especialmente as ocorridas após o ano de 1976, quando o Arquipélago alcança a sua autonomia político-administrativa perante o continente português. Discute sobre o povoamento açoriano no Rio Grande do Sul (RS), as questões de etnicidade, atlanticidade, açorianidade e a construção da identidade gaúcha e açoriana, a partir de análise da escrita produzida sobre o assunto, no Rio Grande do Sul e nos Açores, especialmente no século XX. Apresenta dados sobre o processo de construção da autonomia do Arquipélago dos Açores e os movimentos de integração com a diáspora, destacando o caso do Rio Grande do Sul e a participação de gaúchos em congressos, cursos, intercâmbios e ações preparatórias para multiplicadores culturais lá e cá. Registra os desdobramentos das relações oficiais em eventos, com a participação do presidente dos Açores e de integrantes do Governo Regional, em visitas oficiais ao RS e desdobramentos dos movimentos dedicados à cultura de base açoriana no Estado. Atribui que o movimento pró-açorianidade, evidenciado pelo contributo das instituições públicas e privadas, constituídas a partir das novas relações entre os Açores e o Rio Grande do Sul e mesmo com outras unidades da diáspora, nas ações desenvolvidas, pode ser visto como contrapartida ao Governo Regional dos Açores, pelo investimento despendido no reforço das relações interdiaspóricas. Analisa os

1 Tese de doutorado defendida na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS: Programa de Pós-Graduação em História, Migrações e Políticas Culturais. O título foi inspirado em programa de cursos e congressos organizados em 2002, pela DRC-Açores, dos quais muitos gaúchos participaram.

2 Historiadora e professora de Língua Portuguesa e de Literatura Brasileira. Gravataí/RS.

conceitos de memória e tradição, exemplificando-os nas suas práticas, no contexto das relações contemporâneas.

Construção das relações e outros temas

Discutir a questão das relações e aproximação entre açorianos e gaúchos nos conduz a olhar para a ascendência dos açorianos que primeiro habitaram as ilhas do Arquipélago dos Açores, pela sua diversidade étnica, à semelhança do que aconteceu também com a formação da população sul-rio-grandense. Então discutimos etnia ou etnias, uma vez que tratamos de povos de diferentes procedências e, não raro, que falavam idiomas diferentes. Ao desenvolver este estudo, propomos repensar conceitos de etnicidade e apontamos o que refere Hobsbawm: "Não podemos equacionar etnicidade e nacionalismo ou etnicidade e quaisquer outros interesses que visem a criação de Estados territoriais. No entanto, as duas coisas são com frequência confundidas". (HOBSBAWM, 2021, p. 170).[3]

Por hipótese, a etnia se faz pela unidade, pela similaridade e tempo decorrido e por aspectos em comum de um grupo étnico. Etnia seria um problema aleatório para os migrantes, quando o que lhes importava era a sobrevivência. Definição étnica, para os migrados nas condições que o foram os açorianos do século XVIII, não era linguagem corrente. Nós, historiadores, antropólogos, sociólogos é que passamos a nos ocupar com essa questão. Também, apontamos que a territorialidade não se constitui fator primordial para atribuirmos etnicidade. E, do termo etnicidade, refletimos sobre uma distância curta entre a açorianidade e o seu uso nas chamadas "Décima Ilha": as comunidades da diáspora. [4] Almeida fala de equívocos quanto ao termo etnicidade e atribui o seu uso, entre outros fatores, à "necessidade de identificação cultural que as pessoas sentem". (ALMEIDA,1986, p. 147).[5]

O vínculo étnico atribuído pela escrita de autores e pesquisadores açorianos e gaúchos, em documentos e em descrições relacionadas e publicadas sobre o século XVIII, possibilita costurar uma relação de continuidade de costumes, ofícios e profissões trazidas pelos povoadores

3 HOBSBAWM, Eric. *Nacionalismo*. Lisboa: Presença, 2021, p. 170, 218 e 324.

4 Expressão usada como autoidentificação nas comunidades da diáspora, como uma atribuição de pertença, lembrando um adjetivo pátrio. Assim, todas as comunidades açorianas no mundo são, cada uma a "Décima Ilha".

5 ALMEIDA, Onésimo Teotônio. Usos e Abusos do conceito de açorianidade. In: *II Congresso de comunidades Açorianas*. Direcção Regional das Comunidades, Angra do Heroísmo, 1986, p. 547-548.

açorianos e aqui exercidas, como costumes domésticos, suas festas e devoções e, ainda, na questão da genealogia. Consideramos que esses assuntos têm sido discutidos e apresentados em encontros de municípios gaúchos, dos quais destacamos o movimento Raíze,[6] importante contribuição para o entendimento do perfil dos povoadores açorianos e seus descendentes, no Rio Grande do Sul.

Também, quando falamos da imigração açoriana, naturalmente vem o tema atlanticidade, o que não se justifica somente pelo fato de os Açores estarem dentro do Atlântico, mas de as migrações e as comunidades da diáspora, no presente, despertarem para essa inclusão como povos transatlânticos, haja vista que o Oceano Atlântico, tanto está nas Américas do Sul, do Norte e na Europa. A perspectiva de atlanticidade se insere nesse contexto, apesar da consciência da lonjura e da largueza atlântica, que separa os Açores de comunidades açorianas originadas além-mar. Essa união-relação pressupõe o sentido de pertença, da ideia de conservação, de elo de identidade étnica assegurada ou identificada com uma relação pretérita, reconsiderada no presente. Assim, o sentido desse termo, perpassa o espacial, a Geografia e se põe na História.

Ao considerarmos os motivos apresentados pela escrita sobre a imigração oficial de açorianos para o sul do Brasil, podemos dizer que foram eminentemente mais políticos que sociais, no intuito de atender aos dois lados: o povoamento do Sul do Brasil e a diminuição necessária do contingente populacional das ilhas. Conquistar terras, mesmo à custa de perder vidas, era coisa comum na formação dos países. Importante lembrar Daniel de Sá quando se refere ao despovoamento das ilhas açorianas, "em que se fala das causas que levaram muita gente a sair das ilhas e de como era feita uma viagem para a Terra de Vera Cruz": (DE SÁ, 1995, p. 185).

> Mal haviam os habitantes dela tomado o gosto à terra e perdido o medo de viver nela, e já saudades de outra não tinham porque esta haviam feito sua, quando as ilhas tão penosamente povoadas começaram a despovoar-se da mais forte gente, pois os fracos não seriam capazes de ir muito longe e limite veio a pôr El-Rei na idade e qualidades dos que, a seu mando, estivessem dispostos a colonizar

6 RAÍZES de... Encontros criados e coordenados, desde o ano de 1990, pela professora doutora Véra Lucia Maciel Barroso; iniciando em Santo Antônio da Patrulha e estendido aos municípios dele originados. Esses encontros registram a recolha de assuntos de história, memória, folclore e outras áreas do conhecimento, por historiadores, professores de história, memorialistas e populares e têm objetivo de oportunizar a participação de membros da comunidade, com seus conhecimentos empíricos, vivenciais ou acadêmicos.

> o Brasil, porque era preciso ter nele portugueses bastantes para o chamar nosso.[7]

Pensando na "Terra Permitida", para usar ainda uma expressão do escritor português, Daniel de Sá, os açorianos vão ocupando o sul e o litoral do Brasil e as gerações posteriores vão se estabelecendo no Rio Grande do Sul.

Reforçamos, com isso, que a ideia de que uma imigração/povoamento coletivo, como consideramos tenha sido a imigração açoriana do século XVIII e, depois, passada por uma hibridização, tanto física quanto cultural, terá perdido referências iniciais, durante esse processo e se reinterpretando através das gerações. Nesse contexto, podemos alegar que a memória coletiva com suas crenças, saberes, fazeres e práticas, que um grupo desenvolve de forma espontânea, para sobreviver num espaço cultural diverso daquele de que procede, tem de assimilar, reverter e se revestir de uma nova força cultural. Isso poderá gerar interpretações em vários campos da História e de outras ciências.

As relações entre o Rio Grande do Sul e os Açores podem ser revistas a partir da segunda metade do século XX, quando estudiosos começam a incluir em seus escritos, ações como visita ao arquipélago e contatos ligados à política de integração, especialmente as comunidades migradas durante o século XIX e XX, como os casos expressivos de São Paulo e Rio de Janeiro. No Rio Grande do Sul, isso é evidente na construção de monumentos, no estudo das tradições e do folclore atribuídos à herança dos imigrantes/povoadores do extremo sul do Brasil. A própria obra do escritor brasileiro, oriundo do Rio Grande do Sul – Luiz Antônio de Assis Brasil – dada a sua intimidade com os Açores, estabelece um reforço no vínculo das relações, no período acima referido, como uma resposta na busca de uma pretensa identidade étnica atribuída à ascendência açoriana.

DIAS (2008), ao estudar a formação populacional dos Açores lembra a questão dos "antecedentes" dos primeiros povoadores e de suas diversas procedências, vendo isto como uma questão a considerar ao afirmar-se "identidade açoriana" como se fosse única. Esse autor apresenta mais sobre os Açores, além da Geografia. Fala da época mítica, das lendas sobre a identidade das ilhas e da formação da sociedade açoriana, fazendo uma retrospectiva do que se passou no espaço continental por-

7 DE SÁ, Daniel. *Crónica do Despovoamento das Ilhas e de outras cartas de El-Rei*. Lisboa: Salamandra, 1995, p. 185.

tuguês, para introduzir a história dos Açores: o reconhecimento, o povoamento e origem dos povoadores, a organização política e administrativa, a produção econômica e a organização social do arquipélago. Lembra que a Capitania e hoje Estado do Brasil foi povoada por casais, na maioria açorianos descendentes de pequenos grupos que saíram das suas terras de origem para povoar o arquipélago. Então, o termo "açorianos" seria a eles atribuído de forma genérica, com relação à ascendência. Discute o nível do autorreconhecimento do termo, ao longo do tempo.

Consideramos que o autorreconhecimento do termo, como refere Dias, ocorre por força de uma necessidade de autoafirmação da procedência para reforçar um sentimento de pertença, de origem, valorizados no ambiente social.

No contexto do século XX, na situação do Rio Grande do Sul relativa às imigrações, ressaltou-se, a partir da década de 1970, a supervalorização dos imigrantes e descendentes de alemães e de italianos. Aí surgem comemorações atribuídas aos feitos desses imigrantes, através das festas e publicações que denotam o prestígio despertado na comunidade sul-rio-grandense, em reconhecimento à contribuição dessas etnias no desenvolvimento do Estado. Isso fez com que as comunidades rio-grandenses de ascendência lusa buscassem ressaltar a sua colaboração e reivindicassem posição de pioneiros, ao chamar atenção para o seu contributo ao Estado.

Especialmente, a partir da década de 1970 surgem manifestações a evidenciar Porto Alegre como a maior capital do mundo fundada por açorianos, a construção, na Capital, do Monumento aos Açorianos e o sul do Estado sustenta e destaca a bandeira lusa, especialmente nas cidades do Rio Grande e Pelotas.

Surgiram, nesse período de valorização étnica, já na primeira metade do século XX, comemorações como a FESTA DA UVA (1931), em Caxias do Sul, FESTA DO VINHO (1967), em Bento Gonçalves, a *OKTOBERFEST* (1984), em Santa Cruz do Sul. Da parte lusa, a FESTA DO MAR (1965), em Rio Grande, a FENADOCE (A Festa Nacional do Doce (1974), em Pelotas; a FESTA DO PEIXE (1974), em Tramandaí, e, em Taquari, o NATAL AÇORIANO EM TERRA GAÚCHA, teve sua primeira edição em 1991.[8] Por todo o Estado, ressignificada em suas festas populares, a cultura de base açoriana passa a ser valorizada. Já, do outro lado do Atlântico, os Açores caminhavam para a Autonomia Regional do Arquipélago. Essa situação irá provocar maior interesse pelos lugares nas Américas que haviam re-

8 Dados retirados das páginas das prefeituras municipais desses municípios. Acesso em: 9 set. 2022.

cebido imigrantes açorianos, como é o caso do Rio Grande do Sul.

Ainda, quanto ao termo "açorianidade", usado largamente hoje pelas comunidades da diáspora, completou, em 2022, o nonagésimo ano do seu primeiro uso, proferido pelo escritor açoriano Vitorino Nemésio, na sua palestra em Coimbra, a 19 de julho de 1932, texto do qual destacamos:[9]

> Quisera poder enfeixar nesta página emotiva o essencial da minha consciência de ilhéu. Em primeiro lugar o apego à terra, este amor elementar que não conhece razões, mas impulsos; – e logo o sentimento de uma herança étnica que se relaciona intimamente com a grandeza do mar. [...]. Um dia, se me puder fechar nas minhas quatro paredes da Terceira, sem obrigações para com o mundo e com a vida civil já cumprida, tentarei um ensaio sobre a minha açorianidade subjacente que o desterro afina e exacerba.

Nemésio, ao usar o termo, certamente não teve a intenção de o estar criando e, talvez nem imaginasse que o vocábulo se tornaria de uso comum na diáspora; tanto na linguagem escrita quanto na linguagem falada. Esse sentimento de açorianidade perpassa, hoje, para além das "paredes" de cada ilha do Arquipélago, ou seja: de uso comum em cada uma das "Décima Ilha".[10]

No contexto de nosso estudo, recorremos a reflexões sobre o conceito de açorianidade, atualmente como definidor de pertença ou de relação com as comunidades açorianas pelo mundo. Relaciona-se à busca de identidade com a necessidade de identificação que as pessoas nutrem a esse sentimento e a uma imagem positiva de valores culturais do passado individual ou coletivo.

Almeida (1986)[11] analisa algumas das possíveis utilizações do conceito ou ideia de açorianidade, e usa o exemplo a uma busca de afirmação cultural que as pessoas em geral sentem em ser daqui ou dali, como relação de uma imagem positiva de reconhecimento de si própria e do seu passado, num contexto amplo, beirando a uma propriedade.

9 DIAS, Jorge. *Estudos de Antropologia*: temas portugueses, Prefácio de Vitorino Nemésio. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1950, v. 1, p. 134.

10 Termo comum na diáspora açoriana, mas usado no Brasil, por primeiro, ao referir-se à Ilha de Florianópolis, por seu povoamento ostentar origem açoriana.

11 ALMEIDA, Onésimo Teotónio. Usos e abusos do conceito de açorianidade. In: *Congresso de Comunidades Açorianas*, 2, Angra do Heroísmo, 1986, p. 547, 553.

Sobre o processo autonômico do Arquipélago dos Açores

No século XX, dada a importância da transatlanticidade para as ilhas açorianas e para a economia de Portugal e, passados cinco séculos entre os achamentos e povoamento das nove ilhas, ganha espaço a ideia de autonomia administrativa. Dentro da ideia de autonomia despontam as questões econômicas e políticas descentralizadas da metrópole. O fenômeno autonômico vem de uma construção secular. A Constituição da República Portuguesa tinha regime especial para os arquipélagos da Madeira e dos Açores. As ilhas conquistam uma determinada autonomia, em 1895.[12]

Nesse contexto surge uma comissão de ilustres que busca meios para criar um regime próprio e funda o jornal *Autonomia dos Açores,*[13] que se constitui um porta-voz dos movimentos autonômicos.

Em 1910 é proclamada a República Portuguesa e há um espaço de espera, enquanto as lutas entre monárquicos e republicanos repercutem também nos Açores e, na década de 1920, surgem novos ideais autonômicos, incluindo o ideal separatista de ligar os Açores ao Novo Mundo americano. Em 1926 é criado o Estado Novo e, em 1933 é reconhecida a especificidade da Região Autônoma. Em 1940 é elaborado um Estatuto dos Distritos Autônomos das Ilhas Adjacentes[14] que vigoraria até a Revolução de 25 de Abril de 1974.[15]

Nos caminhos de busca da autonomia surgem manifestações como o Congresso Açoriano de 1938, semente da campanha lançada pelo "Jornal Micaelense" em 1908, intitulada "Pelos Açores", mas somente trinta anos mais tarde a ideia se concretiza na realização do segundo congresso. Nesse ano, uma comitiva de açorianos dirige-se, em um barco, para Lisboa e lá recebe o apoio do Grêmio dos Açores e da Casa dos Açores em Lisboa,[16] bem como de muitos açorianos que viviam no continente. Os trabalhos do congresso desenvolveram-se entre os dias 8 e 15 de maio de 1938.

Dando sequência aos resultados do Congresso de 1938, em 1947 reúnem-se as conferências da Administração Pública em cada um dos distri-

12 Os Açores e a Madeira conquistam autonomia consignada na Constituição Portuguesa, por Decreto de 2 de março, emanado de Lisboa, em 1895.

13 Jornal Autonomia dos Açores. Fundado em 1893, foi o principal veículo de comunicação na divulgação dos movimentos autonômicos.

14 Ilhas adjacentes é a denominação dada aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, pela sua proximidade.

15 25 de abril: a revolução de 25 de abril de 1974, que depôs o regime ditatorial do Estado Novo, conhecida também como Revolução dos Cravos, evento da história de Portugal.

16 Casa dos Açores em Lisboa: associação fundada em 27 de março de 1927, por Decreto de Utilidade Pública. É a mais antiga Casa dos Açores, dentre as existentes no mundo da diáspora açoriana.

tos e se verifica que os problemas eram comuns: pesadíssimos impostos sobre a produção agrícola, desvalorização da moeda insulana, em relação a do continente e a consequente emigração em massa. Persistindo, em 1954, a Conferência Insular reúne-se, de 25 de julho a 1 de agosto, na cidade de Ponta Delgada. Na oportunidade, foram discutidos os temas: Administração Pública, Assistência, Economia, Turismo, Imprensa e Rádio.

E, de 3 a 8 de abril de 1961 ocorreu em Ponta Delgada a primeira Semana de Estudos, dinamizada por um grupo de clérigos formados em Roma, e alguns católicos laicos, e os temas foram de índole religiosa. A segunda Semana de Estudos foi realizada em Angra do Heroísmo, ilha Terceira, entre os dias 3 e 10 de abril de 1963. Além de motivos religiosos, foram motivos de reflexão a arte e a agricultura. Já não eram discutidos apenas aspectos teóricos e o contributo desses "pensadores" começou a dar frutos. A Terceira Semana ocorreu na cidade da Horta, ilha do Faial, entre 19 e 25 de março de 1964 e o tema foi "Mentalização das classes dirigentes". Alerta, ainda, para o ressurgimento das tradições das comunidades insulares, o desenvolvimento do turismo, a criação da zona franca e a inserção da história local (Açores), na História de Portugal. Todo o processo até então foi semente para reorientar a política açoriana. E a autonomia político-administrativa ainda estaria dez anos à frente.

Porém, o movimento que adota a sigla FLA (Frente da Libertação dos Açores), traz o sentido de independência das ilhas. As ideias dominantes do movimento apontam para uma autonomia mais alargada que a de 1895. Em 25 de abril de 1975 dão-se as primeiras eleições livres em Portugal continental e nas ilhas. A 6 de junho de 1975, manifestações de lavradores em Ponta Delgada, ilha de São Miguel, pedem a demissão do governador António Borges Coutinho.[17] Foi, então, estabelecido um governo provisório para os Açores.

A Assembleia Constituinte inicia a discussão sobre a autonomia das ilhas e, feito isso, os Açores passam a ser considerados uma região. Os projetos apontam para a autonomia financeira, administrativa e política. É criado o Estatuto da Autonomia (provisório) promulgado pelo Decreto -Lei 318-b/76 de 30 de abril, a lei eleitoral para os Açores e as primeiras eleições regionais têm lugar a 27 de junho de 1976, no mesmo dia da eleição para presidente da República.[18]

17 DIAS, 2008, op. cit. António Borges Coutinho, governador civil de Ponta Delgada, depois do 25 de abril de 1974.

18 Análise Demográfica 1970-1981. Açores Região Autônoma dos Açores, Presidência do Governo, Departamento Regional de Estudos de Planeamento, Ponta Delgada, 1984, p. 99.

Em novembro de 1974, o deputado da Assembleia Nacional Portuguesa, João Bosco Soares da Mota Amaral apresentou no Parlamento as bases do Estatuto Político-Administrativo da Região Autônoma dos Açores. O processo de autonomia segue e em 8 de setembro de 1976 é eleito o primeiro Governador Regional dos Açores. Foi eleito presidente dos Açores, o Doutor João Bosco Soares da Mota Amaral, que governou o Arquipélago de 1976 a 1995.

A 26 de junho de 1980, a Assembleia Regional dos Açores aprovou o Decreto Regional 13/80A, consagrando o dia da Região Autônoma dos Açores, a Segunda-Feira do Espírito Santo, feriado móvel do Pentecostes. (DIAS, 2008).[19]

Em viagem aos Açores, em novembro de 2021, com a intenção de buscar documentos sobre a autonomia, as relações com o Rio Grande do Sul e a (re)aproximação com os Açores, entre 1976 e 2016, tivemos a honra de conversar pessoalmente com o Doutor João Bosco Soares da Mota Amaral,[20] que nos recebeu em seu gabinete, na Universidade dos Açores. Falamos a ele da pesquisa e da nossa preocupação em encontrar um documento que indicasse como havia iniciado o processo de aproximação dos Açores com a diáspora, e se ele lembrava algo com relação ao Rio Grande do Sul.

Disse-me que "não havia nem Lei, nem Decreto, mas um programa de Governo que se cumpria. Uma decisão de ordem política, na busca da projeção açoriana espalhada pelo mundo". Lembrou que as relações com os açorianos na América do Norte eram já bastante avançadas, por terem sido contínuas e pelo número de migrados. Então solicitou ao professor Duarte Manuel Bettencourt Mendes, responsável pelo Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas (GEACA), que promovesse esse relacionamento, e, referindo-se ao Sul do Brasil, disse: "Temos de procurar essa gente".

Nesse intuito de reforço das relações com a diáspora, ordenou a busca de contatos e de relações com as mais antigas comunidades de migrantes. Cita o Rio de Janeiro, Santa Catarina, Bahia e, Porto Alegre como um "tapete", onde está o Paço dos Açorianos e outros elementos visíveis da açorianidade, que provam que os açorianos no Rio Grande do Sul contribuíram na fixação das fronteiras do Brasil. Cita a chimarrita

19 DIAS, José Maria Teixeira. *A História do Povo Açoriano.* Ponta Delgada: Publiçor, 2008.
20 João Bosco Soares da Mota Amaral, primeiro presidente dos Açores e professor da Universidade dos Açores. Observo que meu contato com o Dr. Mota Amaral não foi propriamente uma entrevista, mas uma conversa em seu gabinete, na Universidade, no dia 04 de novembro de 2021, das 15 às 16h.

americana[21] e a chimarrita brasileira (gaúcha).

Mota Amaral lembrou, em nossa conversa, que os açorianos criaram uma personalidade própria, resultante do caldeamento; pelo isolamento de 500 anos e pela inclemência da vida insular. Lembra que as ilhas estão viradas para o ocidente, projetadas para onde estão os açorianos. "Fomos para a busca e o alicerce das origens redescobertas." Mota Amaral é chamado de "O grande timoneiro da Autonomia". E, sobre a consolidação da Autonomia, diz:

> Considero que o segredo da resistência e sobrevivência no passado, em condições por vezes invisíveis de miséria e opressão, e também da vitalidade no futuro, está para os povos insulares, na força da sua identificação cultural e na relação desta com a ilha. (MOTA AMARAL, 1976, p. 16).[22]

Os congressos organizados pela (GEACA) e, depois pela Direcção Regional das Comunidades (DRC)[23] seguiram por mais de três décadas, com o envolvimento de participantes de toda a diáspora. Essa foi uma forma de fortalecer as relações com os migrados e seus descendentes.

Destacamos nessas relações os Congressos das Comunidades Açorianas, os Congressos Sobre as Festas do Divino Espírito Santo e de outros eventos "preparatórios", nos quais houve a participação de instituições e de estudiosos gaúchos, que viriam a dar contrapartida aos incentivos e investimentos do Governo dos Açores despendidos à comunidade do Rio Grande do Sul e a outras comunidades da diáspora açoriana.

O governo dos Açores incentivou ações das comunidades, ao apostar nas evidências da cultura açoriana nos seus lugares de destino; mesmo passados séculos da imigração. O Rio Grande do Sul se fez representar em todas as ações de integração no Brasil, nos Açores, nos Estados Unidos, no Canadá e no continente português, no período em questão: 1976-2016. Em contrapartida, recebeu representantes açorianos em eventos realizados no Estado, desde os anos de 1980, como caravanas de cultura, de estudantes, de políticos, de escritores e de animadores culturais.

O II Congresso de Comunidades Açorianas ocorreu na cidade de An-

21 Chimarrita americana – refere-se às variantes da(s) chimarrita(s)açorianas dançadas na América do Norte e no Rio Grande do Sul.

22 AMARAL, João Bosco Mota. A Consolidação da Autonomia. In: *O Desafio Insular*, Horta, 1976, p. 16.

23 Órgão do Governo Regional dos Açores, que se ocupa das políticas culturais referentes às comunidades açorianas no exterior e no continente português.

gra do Heroísmo, ilha Terceira, de 26 a 30 de novembro de 1986, passados dez anos da conquista da Autonomia Político-Administrativa. O Rio Grande do Sul esteve representado pelo Instituto Cultural Português[24] de Porto Alegre, na pessoa da sua então presidente, a professora Santa Inèze Domingues da Rocha.

Com o crescimento das relações dos Açores com a diáspora, após a Autonomia, muitas manifestações culturais de base açoriana foram ressaltadas no Rio Grande do Sul. Nesse rol, destacamos os congressos sobre as festas do Divino Espírito Santo, como eventos e ações que aproximaram a diáspora em encontros internacionais. E, neles, a participação dos gaúchos foi marcante como ouvintes e na apresentação de estudos relativos ao tema. Destacamos que os gaúchos participaram de forma a mostrar como essa festa, atribuída a uma herança açoriana, está integrada em todas as regiões do Estado, nas suas 18 dioceses católicas.

A motivação e o interesse pelas relações entre os Rio Grande do Sul e os Açores estavam latentes nas comunidades de muitos municípios gaúchos e, a partir de 1986 vemos o movimento de "Redescoberta das Raízes" transformar-se em realizações sustentadas por pessoas e grupos particulares, tendo a sua frente não órgãos do Governo mas, sobretudo, professores, artistas e estudantes, na liderança do movimento; especialmente ao atingir escolas e despertar interesse de jovens e de adultos como seguidores da causa. Assim, surgem as instituições de base açoriana no Rio Grande do Sul, unidade da hoje chamada diáspora.

Apresentamos duas destas instituições: O Instituto Cultural Português (ICP) e a Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul (CAER-GS) e suas principais atividades e desdobramentos em outras instituições coordenadas pelos municípios, órgãos estaduais e mesmo as de iniciativa particular. Todas elas são voltadas para a divulgação e sustentação da cultura de base açoriana, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Instituto Cultural Português (ICP)

Como já exposto, foi pelo Governo dos Açores, após a sua autonomia político-administrativa, que houve o despertar para as novas relações com as comunidades da diáspora. No Rio Grande do Sul essa iniciativa foi acolhida, por primeiro, pelo ICP, fundado a 10 de abril de 1979, Dia de

24 Instituto Cultural Português, instituição fundada nos anos de 1970 em Porto Alegre, pelo professor Doutor António Soares e sua esposa, a professora Santa Inèze Domingues da Rocha.

Portugal, pelo professor Doutor Antônio Soares, português, radicado no Rio Grande do Sul, e pela professora Santa Inèze Domingues da Rocha, sob a denominação de "Centro Luso-Brasileiro".

Em 1986, a presidente do ICP, tornou-se a pioneira do movimento no Rio Grande do Sul, ao participar, nos Açores, do Congresso das Comunidades Açorianas, expondo sobre a presença açoriana no Estado. Em 1987, o ainda existente Consulado de Portugal em Porto Alegre (hoje, vice-consulado) e a Assembleia Legislativa do Estado, reuniram-se com o ICP para homenagear o Dia de Portugal, e essa comemoração tornou-se permanente na instituição, abrangendo todos os municípios de origem açoriana, ao promover atividades relacionadas com os Açores e com as comunidades açorianas, na cultura do Rio Grande do Sul. O convite do ICP, a participar foi estendido às secretarias de Educação e Cultura dos municípios e do Estado do Rio Grande do Sul e a universidades.

Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS)

A ideia sustentada de início pelo ICP, de fundar a Casa dos Açores, veio a concretizar-se, mas a sua sede é na cidade de Gravataí e foi fundada em 07 de dezembro de 2003. Após uma restauração-reforma do prédio que a abrigou, foi inaugurada a 23 de março de 2007.[25] O prédio-sede da instituição data de 1877 e foi construído por um neto de açorianos, o senhor Manuel Rodrigues da Fonseca que fizera morada em Gravataí. Esse cidadão teve somente um filho que faleceu ainda criança, mas o senhor Manuel tinha irmãos e sobrinhos. Construiu esse sobrado, que foi sede de uma fazenda e onde Manuel morou até a sua morte. A propriedade situa-se junto à estrada RS 30, na porta da cidade. Por muito tempo serviu para pousada dos carreteiros e tropeiros que por ali passavam. Junto à casa havia galpões, lugares para os escravos e ferraria para atender às necessidades com o campo e com o gado. O seu proprietário, o Sr. Manuel, dedicava-se à profissão de ourives. A casa foi ocupada

25 Manuel Rodrigues da Fonseca nasceu em Rio Grande a 22 de novembro de 1828 e faleceu em Gravataí em 27 de setembro de 1902, profissão ourives, casado, teve apenas um filho que faleceu ainda criança. Designou herdeiro da sede que mais tarde foi chamada "Casarão dos Fonseca", seu sobrinho Bernardino Fonseca, pai de Edy Fonseca que dele herdou a propriedade. Ely era casada com Dario Gomes da Fonseca. Esse casal constituiu família e aí morou até 1970. Manuel era filho de José Ângelo da Fonseca, natural do Rio de Janeiro e de Zeferina Antônia de Jesus. Seus avós paternos; Ângelo da Fonseca Velho, natural do Rio de Janeiro e Maria Rosa da Encarnação, natural da ilha do Pico e Maria Úrsula do Nascimento, natural da ilha Terceira. Casaram-se no Rio Grande em 1762, mudando-se para a Aldeia dos Anjos. Maria faleceu na Aldeia (Gravataí), a 20 de julho de 1787. Este casal nasceu no Rio Grande em 1762, mudando-se para a Aldeia dos Anjos. Maria faleceu na Aldeia (Gravataí), a 20 de julho de 1787. Este casal deu origem à família Fonseca de Gravataí. (Fonte: Árvore genealógica da família Fonseca).

por descendentes de seu herdeiro, que nela viveram até 1970. Abaixo, foto antiga e foto atual da casa que sobrevive diante de uma cidade que cresceu, enquanto a propriedade (fazenda) encolheu e, em seu entorno, loteamentos foram edificados.

A Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul é uma instituição cultural sem fins lucrativos, órgão representativo do Governo Regional dos Açores. Situa-se no centro da cidade de Gravataí.

A CAERGS desenvolve um trabalho que busca amparo na memória coletiva, no sentido de não deixar que se rompam essas redes de relações que, no total dos intercâmbios realizados há mais de trinta anos entre gaúchos e açorianos, certamente andam próximos para mais de mil pessoas que daqui foram e de lá vieram, alicerçando muitas amizades e aprendizagem, com fios entrelaçados, como diz o *slogan* da CAERGS: "Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul: um elo entre os povos e os tempos".

Enfim, por todos os aspectos que serão apresentados na tese, a construção a partir do título "À Redescoberta das Raízes" fez-me retornar a momentos vividos, desde há mais de trinta anos, em constante relação com os Açores e com outras comunidades da diáspora, acompanhando, promovendo e colaborando com as ações de reforço ao movimento. Estou há mais de 30 anos nessa lida. Muitas coisas podem ter passado despercebidas. Sinto que olhar de dentro pode ser menos produtivo que olhar de longe ou de fora. Fica a discussão.

Figura 1 – O "Casarão dos Fonseca"[26] ou "Solar da Magnólia" [27]

Fonte:https://historiaculturaepatrimonio.blogspot.com/2017/09/casarao-dos-fonseca-na-cidade-de.html. Consulta em fevereiro de 2023.[28]

26 A magnólia, árvore de grande porte que produz grande flores brancas e perfumadas, foi plantada quando da construção da casa.
27 Referência aos antigos moradores e proprietários e à presença desta família em Gravataí.
28 Professor e escritor açoriano.

Figura 2 – A Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul, na atualidade

Fonte: acervo da CAERGS.

Quadro I – Instituições e eventos de base açoriana no Rio Grande do Sul

Nome da Instituição	Data, fundação e cidade	Atividade Principal
Instituto Cultural Português	1979, Porto Alegre	Divulgação da cultura luso-açoriana
Salas Açorianas em Tramandaí, Santo Antônio da Patrulha, Osório, Rio Pardo, Triunfo, Taquari, Mostardas, Capão da Canoa, Viamão, Gravataí, General Câmara, Porto Alegre e Rio Grande.	1991/92	Exposição de objetos do artesanato açoriano, vestimentas típicas. Visitas orientadas e oficinas sobre a cultura açoriana nos Açores e no Rio Grande do Sul.
Prêmio Açorianos de Música – Porto Alegre	1991	Criado pela Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre e considerado o principal prêmio da cidade, na área musical.
Natal Açoriano em Terra Gaúcha	1991, Taquari	Festa anual que envolve toda a região.
Casa Açoriana Antero de Quental, junto à Escola Estadual Isabel de Espanha	1993, Viamão	Memorial, espaço pedagógico, oficinas, intercâmbios culturais e grupos de danças açorianas, gaúchas e de outros estados brasileiros.
Prêmio Açorianos de Literatura	1994, Porto Alegre	Promovido pela Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre, um dos prêmios mais importantes do Estado do Rio Grande do Sul.

Criação da Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul	2003, Gravataí	Instituição representante oficial do Governo Regional dos Açores no Estado.
Sala Açorianópole	2004, Cambará do Sul	Encontro açoriano de cultura (2004.). Exposição permanente de objetos, mapas e livros gaúchos e açorianos, junto a *Shopping* e hotel da cidade.
Rota Açoriana: Ponto de Cultura Coração Tambor	2009	Agrega pesquisadores de culturas populares do RS e também tem cunho turístico com a Rota Afro-Açoriana no Litoral do Estado
Centro Luso-Açoriano da Região das Hortênsias/Casa Portuguesa	2004, Gramado	Ponto turístico de divulgação da cultura luso/açoriana na serra gaúcha.
Vinícola Fazenda Santa Rita	2015, Muitos Capões	Produção de vinhos de castas açorianas, casas, igreja e vinícola em arquitetura açoriana, passeios turísticos aos parreirais e à produção de vinhos e espumantes premiados internacionalmente.
Geminação de cidades do RS, com cidades nos Açores.	Porto Alegre Gramado Gravataí	Ribeira Grande, ilha de São Miguel Angra do Heroísmo, ilha Terceira Cidade da Horta, ilha do Faial[29]

Fonte: elaborado pela autora.

29 Histórico para o processo de geminação de Gravataí com a cidade da Horta, elaborado pela CAERGS por Célia Silva Jachemet, historiadora, e Moacir Dutra, em pesquisa sobre o primeiro açoriano a residir em Gravataí com sua família, já na década de 1740 – o açoriano João Garcia Dutra, natural da ilha do Faial.

AÇORES EM DEPOIMENTO – VIAGENS SOB O OLHAR PATRULHENSE

Maria Rosalva Oliveira Rocha[1]

Esta comunicação tira proveito de parte dos projetos idealizados, neste ano de 2022, para comemoração dos 270 anos do povoamento açoriano no Rio Grande do Sul, pela Fundação Museu Antropológico Caldas Junior, de Santo Antônio da Patrulha.

Em parceria com a Secretaria da Cultura, Turismo e Esportes, a Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal e o Instituto Histórico e Geográfico de Santo Antônio da Patrulha, o Museu convidou alguns dos patrulhenses que visitaram os Açores, para exporem as suas diversas impressões em relação ao seu povo, costumes, território e, em especial, ao legado que foi incorporado e pudemos identificá-lo no nosso dia a dia.

Essas impressões foram passadas através de *lives* que aconteceram mensalmente, contando com a participação de cada convidado, em número de sete, com um mediador e um organizador.

Em todas as *lives*, extremamente interativas, já que o número de ouvintes foi sempre expressivo, pudemos constatar o entusiasmo dos patrulhenses ao relatarem as suas impressões, compartilhando detalhes que, em muitos casos, foram amplamente discutidos.

Ressaltamos que a maioria dos convidados fizeram parte de um momento muito forte de integração da cidade de Santo Antônio da Patrulha com os Açores, especialmente nos anos 1990 e 2000, e que os relatos são retalhos importantes da interatividade de aproximadamente quarenta minutos em cada *live.*

Fernando Lauck (Historiador e Assessor de Cultura do Município)

Abertura: Sergio Alexandre Airoldi (Secretário da Cultura, Turismo e Esportes)

1 Presidente de Fundação Museu Antropológico Caldas Júnior, de Santo Antônio da Patrulha/RS.

Organização: Jassira Castro / Mediação: Rosalva Rocha

Quando estagiário no Museu Caldas Junior em 1995, Fernando já percebia a necessidade da busca de identidade junto aos Açores. Na época existia um programa que levava pessoas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, anualmente, para qualificarem-se em cursos por lá. Saiu do estágio e ingressou na Faculdade de História da FACOS, em Osório. Candidatou-se por 3 anos para tais cursos e nunca foi selecionado. No último ano da faculdade fez novamente a inscrição (desta vez pela faculdade) e, finalmente, acabou sendo aceito. Dessa forma, a visita ocorreu em 2002. O voo foi marcado somente quatro dias antes da viagem e, através da Faculdade foi feito contato nos Açores de última hora para a sua acomodação por lá.

Ficou na ilha Terceira, na residência da família Álamo, da qual nutre um carinho imenso. Uma parte da família trabalhava com plantação de milho e a outra com produção leiteira. A ilha é dividida em dois distritos, que são divididos em freguesias. A acessibilidade era já muito fácil, na época e, por essa razão, acabou visitando todas as freguesias. Constatou que a forma de vida das pessoas era muito próxima da que vivíamos na época.

Uma curiosidade apontada foi a Tourada à Corda. Eram montados tapumes com as pessoas em volta e atores direcionando o touro com cordas. Uma característica muito forte da ilha Terceira.

A ilha tem uma identidade muito própria do Brasil em razão da Guerra Civil Portuguesa, guerra entre Dom Miguel e Dom Pedro após a morte de Dom João VI – sobre quem assumiria o trono de Portugal. Dom Pedro estava fora porque já tinha proclamado a independência do Brasil. O que ocorreu? Fez a filha, uma criança, ser a rainha, a Dona Maria II.

Fernando passou pela Fonte do Alto da Memória, destinada à passagem de D. Pedro na ilha Terceira. Essa fonte tem grande semelhança com a Fonte Imperial em Santo Antônio da Patrulha. A Fonte de lá é de 1846 e a daqui de 1847.

Também visitou a Praia da Vitória, local onde D. Pedro IV foi aclamado rei de Portugal (aquí era D. Pedro I).

Quando finalizou o curso, viajou de barco até a ilha do Pico, quando constatou um cenário bem mais rural. Importante ressaltar que cada ilha é conhecida por uma cor e a ilha do Pico é conhecida como ilha preta. Conheceu também a cultura da vinha, patrimônio cultural da UNESCO. Cultivavam as uvas em pedaços de terra separados por taipas. Um pro-

cesso bem diferente do nosso.

Após, conheceu a ilha do Faial. Comentou que, dependendo da ilha, o visitante consegue enxergar a outra.

Considerou a religiosidade açoriana muito forte, similar à nossa. Cada freguesia tem uma igreja. De igual forma percebeu grande semelhança na forma como faziam as procissões, as rezas e à forma de preparar o alimento. Faziam muita sopa que, junto com o pão, tinham tamanha importância na Festa do Divino.

A receptividade que teve no aeroporto, Fernando não esquece. Foi recepcionado com uma plaquinha com o seu nome. Ele próprio falou: "Imaginem um jovem com 25 anos, com algumas atrapalhadas, chegar lá e ter alguém esperando? A filha da família, de nome Alda, saiu do quarto para eu ocupá-lo. Tem como esquecer?"

Fernando considera, para maior disseminação da cultura açoriana, duas ações práticas: a pesquisa, para sustentação e a sua divulgação, para que consigamos entender melhor a nossa herança cultural. Comentou que em 2002, muitas pesquisas já existiam e de lá para cá muito mais foi feito. Hoje, já é possível mapear de onde as famílias saíram e em qual o ano. Com a pandemia houve uma transposição da tecnologia, abrindo maior espaço para divulgação.

Entende que o artesanato precisa ser mais pesquisado, a exemplo do *frivolitê*, que é sabido que foi uma transmigração do francês, chegando até nós como uma herança açoriana. A Festa do Divino, da mesma forma. Há um olhar técnico inicial, sem pesquisa fundamentada. O envolvimento da comunidade patrulhense em qualquer ação, na sua opinião, coroaria todo e qual estudo a respeito.

Fernando comentou também sobre a entrada dos açorianos no Brasil. Ela foi fixada por historiadores e eles vieram através de programa do seu governo. Até é considerada a hipótese de que tenham vindo antes. Eles precisavam trabalhar e não fizeram um processo de industrialização porque a Inglaterra era considerada a "Senhora do Mundo", com muitas pessoas com pouco trabalho. Por outro lado, havia a necessidade de povoar o sul do Brasil. Portugal queria o domínio do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Antes eram destinados para a região das Missões. Em razão da guerra guaranítica acabaram ficando por aqui.

Por fim, com entusiasmo falou sobre a Comissão de Folclore, criada pela Secretaria da Cultura, Turismo e Esportes, da qual faz parte, com o objetivo principal de resgatar as Cavalhadas no município.

Ana Zenaide Gomes Ourique (Professora aposentada e folclorista)

Organização: Jassira Castro / Mediação: Fernando Lauck
Zenaide esteve nos Açores em 2005, nas ilhas Terceira e Graciosa

Verificou grande identidade do casario da ilha Terceira com o nosso casario da Borges de Medeiros. A taxa de desemprego, na época, era muito baixa. A agricultura e pecuária dominavam, com queijos maravilhosos. Os campos eram muito verdes.

Identificou uma enorme semelhança da ilha Terceira, recortada por campos formando figuras assimétricas com cercas de pedras, com o nosso Montenegro (localidade de Santo Antônio da Patrulha). Verificou também um crescimento turístico muito grande.

Percebeu, por parte dos açorianos, a ausência de preocupação extrema com a venda dos seus produtos; e sim em manter viva a sua história e costumes. Destacou a beleza das igrejas, impérios, casario, museu, artesanato, praças, freguesias, os vinhedos crescendo entre as pedras, as rochas e o aspecto ambiental. Nesse sentido comentou sobre um projeto que conheceu nas escolas de "Jovens Repórteres", com o objetivo de sensibilizar os alunos sobre a beleza das paisagens e possíveis soluções para um equilíbrio sustentável.

Falou sobre a pontualidade que os açorianos levam tão a sério e também sobre a sua autoestima elevada. Têm orgulho do que possuem, muita alegria, enorme sinceridade e tamanha religiosidade. A gastronomia é recheada de paladares como a queijadinha – muito parecida com a nossa –, o pão sovado, a fava, o vinho, o arroz doce e os doces em calda.

Teve a oportunidade de assistir aos festejos do Divino, na Freguesia dos Altares, com um número incontável de Impérios do Divino. Encantou-se com o colorido, a harmonia do casario, as varandas com grades de ferro e o caminho das vinhas.

Na ilha Graciosa foi servida de Sopa do Divino, com carne de porco e muito pão. Depois foi servida de alcatra, que é o prato típico deles e no dia posterior o alguidar fez parte da mesa. A sobremesa foi arroz doce.

Zenaide também visitou a Vila Nova. Lá pequenas carretas distribuíam pães. Na época, ela lembra, foram entregues gratuitamente, 546 pães. Cortavam os pães com as mãos e os distribuíam com enorme simplicidade.

Identificou também muitos rituais com repentistas, o que valeu muito à pena pelo encontro de costumes, através de ditos populares e a vontade de atender bem o outro. De tudo, considerou a religiosidade o fator mais bonito.

No artesanato viu muito crochê e belíssimas colchas de retalhos.

Como é folclorista, especializada no estudo das Cavalhadas, falou sobre o livro que escreveu em 1997 com a Célia Silva Jachemet, intitulado "Cavalhadas: uma tradição de raiz milenar", no qual é encontrado até mesmo um manual para que a tradição não se perca.

E, por fim, finalizou com uma poesia sobre os Açores, escrita por ela na XXXIII Antologia Poética Patrulhense, de 2022, a Antologia com edição ininterrupta por mais tempo que se tem conhecimento.

Rosa Maria Gil Gomes (Professora aposentada e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santo Antônio da Patrulha) e Maria Helena Gil Peixoto (Professora aposentada e atual Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santo Antônio da Patrulha)

Organização: Jassira Castro / Mediação: Fernando Lauck

Os Açores oportunizaram, há alguns anos, a ida de patrulhenses, para conhecer sua cultura. Rosa Maria tentou candidatar-se várias vezes enviando material que a credenciaria, mas não foi selecionada. Através do encontro "Raizinha", em Santo Antônio da Patrulha começou a sonhar com a visita, desistindo de se candidatar e pedindo ao "Divino" que a levasse. Assim comentou: "Pouco tempo depois veio a resposta ao meu pedido. Um dos meus filhos falou, em agradecimento por sua formatura, que gostaria de me presentear com algo que eu quisesse muito. Logo contei o sonho. Foi então que meu marido e eu ganhamos a viagem."

Na época, a Casa dos Açores de Gravataí organizou uma turma para o III º Congresso do Divino Espírito Santo, na ilha Terceira, abrindo as portas para que a Rosa participasse em 2008. Visitou o Monte Brasil, formado por um vulcão localizado na margem da baia de Angra dos Reis. Conheceu também a zona balneária dos Biscoitos, formada da lava do vulcão. Viu inúmeras parreiras, cercadas por taipas de pedras com o objetivo de prevenir a salinidade do mar e ficarem mais aquecidas. Participou de uma celebração no Império da Freguesia do Raminho, numa linda igreja de São Francisco Xavier, restaurada em 1890. Salientou que lá usam a "pomba", como símbolo nas bandeiras, mas a "Coroa" é mais va-

lorizada. Ao lado do Império existe uma pequena casa com muitos pães, bonecas e pombas de açúcar – alfenins, para distribuir aos visitantes e comunidade, externando alegria e prazer. Considerou algumas semelhanças com nossas Festas do Divino: Quadro da Imperatriz e mordomas – lá, é o Imperador que usa a coroa. Cada Freguesia possui seu Império e eram sessenta e nove, na ilha. Visitou alguns, em que as famílias depositam suas coroas devidamente enfeitadas nos altares. A devoção é contagiante. Também visitou algumas casas e observou semelhanças entre elas, com relação às lembranças religiosas. Os símbolos do Divino e outras imagens ficavam dentro de uma vitrine e o acolhimento para com o visitante era sem igual.

Conheceu também a "Tourada a Corda", uma evidente tradição. O animal descia de um reboque, com uma corda enorme e saía pela cidade, sem que povo tivesse medo. Foram vistas muitas hortênsias, onze horas, margaridas, assim como aqui.

Rosa falou na sua devoção ao Espírito Santo e Santo Antônio, festas que são muito próximas, pelas datas. A partir de 1989, as festas em Santo Antônio da Patrulha foram unificadas e ganharam um novo estímulo. No ano de 1993, as festeiras a convidaram para organizar a procissão dos "Santo Antoninhos" e colaborar no Quadro da Imperatriz e Mordomas. Desde lá vem fazendo isso ininterruptamente.

Maria Helena comentou que, certa vez, recebeu a visita de uma comitiva de festeiros com a bandeira. Como de costume, passou a bandeira em todos os cômodos da casa e, nesse dia, foi convidada para ser festeira. Nesse ano, 2000, sentiu que o Espírito Santo agia em si. No ano seguinte foi convidada a organizar a apresentação das meninas no "Quadro".

Em 2002, Rosa e o esposo foram festeiros do Divino e, junto com os outros festeiros, buscaram reviver as tradições das antigas festas: As Cavalhadas, O Baile de Masquê. Aquelas festas eram tão prestigiadas que o pessoal do interior alugava casas na Vila para participarem das comemorações.

Em Santo Antônio da Patrulha há uma "Coroa e Cetro" do Divino comprada pelo imperador festeiro em 1872 ou 1874. A história das Festas em nosso município e a preciosidade desses símbolos justificaram o ousado pedido ao Dr. Paulo Teves, Diretor Geral das Comunidades dos Açores, de uma nova Coroa e Cetro, devido à antiguidade das peças. Em 2015, a Casa dos Açores – Gravataí, com sua então presidente Célia Ja-

chemet incentivou e oportunizou a entrega do histórico e a solicitação.

No início do ano seguinte, Rosa falou que soube que seríamos premiados com uma nova coroa. Juntamente com a Prefeitura Municipal, a Câmara de Vereadores, o Museu Caldas Júnior, a Biblioteca Pública e o Instituto Histórico e Geográfico organizaram uma recepção à comitiva oficial que traria o aguardado presente. A festa foi linda, com foguetes, tambores dos Tropeiros do Divino, autoridades, crianças vestidas de Santo Antoninhos, Piquete de Laçadores, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, a Liga Feminina de Combate ao Câncer, convidados, vários representantes de entidades, grande número de patrulhenses... formaram verdadeira e emocionante festa. Desde então, a coroa antiga fica exposta na igreja e a nova sai nas procissões.

Rosa comentou que Santo Antônio gostava muito de crianças e, para agradar nosso padroeiro, organiza os meninos. Muitas famílias também vestem seus meninos como o Santo. Há inúmeras histórias de graças alcançadas. Existem registros com fotos nas Festas de Santo Antônio em 1952 e 1953, depois a partir de 1993. O primeiro Quadro da Imperatriz com Mordomas que temos conhecimento é uma foto de 1911. Lembrou também de uma curiosidade sobre um casal festeiro em 1928, que não tinha filha, fez o quadro com meninos e o filho sendo o Imperadorzinho, reforçando a tradição.

Maria Helena lembrou que o lírio e a açucena são símbolos de Santo Antônio, bem como o pão. Ele é um santo português e os açorianos trouxeram a sua história e tradição, assim como o Divino Espírito Santo. As irmãs lembraram da florzinha de cortiça com pavio de cera que, quando crianças, viam a vó colocar em um copo com água e algumas gotas de azeite para receber a capelinha, que passava de casa em casa. O azeite não permitia que apagasse a florzinha. Era um tipo de lamparina. Na viagem, a Rosa encontrou em uma loja e trouxe como recordação.

Por fim, deixaram registrado um versinho sempre recitado por seu pai, possivelmente de origem açoriana: “Lindos sobrados com altas janelas / se abrem e se fecham/sem ninguém tocar nelas.” Quem são? Os olhos!

Antonio Carlos Maciel Monteiro (Pesquisador e Produtor Cultural)

Organização: Jassira Castro / Mediação: Carla Cunha

Antonio Carlos, mais conhecido por Belocão, participou de dois Congressos das Comunidades Açorianas. Foi convidado para essas partici-

pações muito mais pelo Arte e Brilho dos Santos Reis, evento realizado no nosso município, do que pela própria Moenda da Canção, da qual foi um dos idealizadores. Na Moenda teve que destacar as categorias de folclore patrulhense e folclore litorâneo. Em função disso produziu um trabalho para o Arte e Brilho, e Paixão Cortes, renomado folclorista e pesquisador, identificou aspectos açorianos dentro do movimento tradicionalista. Foi convidado para o I Congresso em função de trabalho sobre a cultura açoriana, dos Ternos de Reis.

Para a apresentação levou um vídeo de uma entrevista com um senhor da localidade do Montenegro, que falava que ele era ilhéu e a mãe ilhoa, deixando muito claro que eles não tinham a mínima ideia do que seria um arquipélago. Levou também um vídeo do Terno de Reis da família Machado Ramos, tradicionalmente conhecida por essa arte.

Na época o Presidente do Museu Açoriano falou que havia encontrado o "elo perdido" – mudou a fonética. O pessoal de Santa Catarina, já na época, muito pesquisava sobre a migração para o sul do Brasil desde a década de 1970, trabalhando em cima da biblioteca portuguesa e do Arquivo Ultramarino. Sem dúvida abriu-se outra dimensão.

Junto com ele estavam muitos canadenses com histórias anteriores à nossa.

Belocão participou do I Congresso na ilha de São Miguel, uma ilha extremamente diversificada, com muitas atrações turísticas e uma vida muito próxima à nossa em torno de 1940, pelo que percebeu. Lá, as mulheres usavam lenço preto na cabeça. O luto das viúvas era curtido por um ano e, para aliviá-lo, usavam *petit pois*, xadrez ou listrado de preto e branco.

Na Vila Rabo de Peixe, as mulheres tinham acima de 10 filhos, mulheres estas com 35/40 anos, com aparência de 60 anos. O papa da época proibira o processo contraceptivo e elas continuaram seguindo por muito tempo.

O Belocão foi acompanhado de sua esposa Carmen, e o casal aparecia pilchado. Chamou tanto a atenção das pessoas que ele lembra de muitos canadenses e hawaianos se aproximarem para fotos. "Tu tá nos trinques". Foi uma expressão muito usada nessas ocasiões, expressão de muito uso na nossa terra e muito utilizada em uma novela que estava sendo transmitida lá, muitos anos depois da transmissão no Brasil.

No I Congresso, ele assistiu muita discussão sobre o folclore; já no II mais sobre o açoriano no mundo nas áreas política e econômica. Houve muita discussão sobre comportamento, vida social e contato dos açorianos com o mundo. Os Congressos expunham uma noção incrível das

pequenas ilhas que, no centro do Oceano Atlântico, foram cobiçadas por muitos. Havia muita disputa e um aspecto muito importante era o quando tudo fica mais "apurado" em função da insularidade.

O açoriano era muito próximo da religião, assim como era próximo da vida social. Os salões paroquiais eram vistos ao lado da igreja, como vemos aqui. Os CTGs aqui dão destaque para a nossa cultura. Nesse caminho, o açoriano criou as Casas dos Açores.

Somos tão conservadores quanto eles. Na área política sempre brigaram pela independência de Portugal. Ganharam autonomia administrativa, mas continuaram portugueses.

Belocão apontou duas similaridades: em tempo correlato, em Santo Antônio da Patrulha a produção de açúcar era farta, enquanto nos Açores era o plantio da laranja. Chegaram no Brasil e não conseguiram plantar o trigo, mas acabaram levando o aipim daqui.

Outra grande influência veio da Semana da Quaresma com a palma para queimar. A proximidade com Deus para a salvação. Na ilha de São Miguel há um monumento que foi construído em homenagem aos que saíram para outros países.

Em relação às Festas do Divino, Belocão também chamou a atenção em relação às carretas que vinham do interior nos Açores com as famílias para os festejos.

A sua participação no II Congresso ocorreu em 1995, e a segurança foi considerada a maior identificação. Na época, não tinha uma cadeia sequer nos Açores.

Lembrou que na década de 1990, no 2º distrito de Santo Antônio da Patrulha, no Morro Agudo, algumas pessoas também se reconheciam como ilhéus.

Outra curiosidade é que a ilha do Faial comportava os cabos de comunicação do mundo que passava para a América (nestes tempos, grande parte das comunicações ainda são por cabos).

Em relação ao sonho, lá nos Açores falaram que, em determinado período simplificavam as coisas com a farinha e o ovo; o "bater" era o que dava o bom resultado. Não tinham fermento químico.

Em termos de alimento, muitos tiravam da terra e aprontaram para vender, exercendo uma grande semelhança com a insularidade.

Por último, foram deixadas duas curiosidades muito interessantes: nos Açores, a referência tradicional é o vós (convosco), enquanto no Rio Grande do Sul falam o "tu" (contigo), assim como o gerúndio é falado no

Brasil, e nos Açores a expressão usada é o verbo ativo com o infinitivo. Ex.: estou a dizer (Açores) – estou dizendo (RS).

Carmen Alminhana Monteiro (atual Diretora de Turismo da Secretaria da Cultura, Turismo e Esportes, Ativista Cultural e Design de Embalagens)

Organização e mediação: Rosalva Rocha

Carmen visitou os Açores em 1991, em companhia do esposo, Antonio Carlos Maciel Monteiro, com o qual participou de Congresso. Ficou na ilha de São Miguel, na cidade de Ponta Delgada. Considerou todo o encontro extremamente produtivo para ambas as partes. Percebeu o quanto o povo de lá tinha sede por saber dos nossos costumes, da nossa cultura, o que efetivamente herdamos e continuamos mantendo por aqui.

A beleza das ilhas a encantou. As casas brancas contracenavam com as manhãs com leve chuvisqueiro. No contraponto brotava o verde para contracenar com elas. A poluição, na época, não existia. As hortênsias abundantes denotavam o quanto gostavam do clima. Eram encontradas nos campos, com imensas cercas de pedras distribuídas em quadrados. O gado se misturava à paisagem de forma harmoniosa. Havia muitos arbustos com "pontas de lança", usadas para cercas em função dos espinhos, evitando a passagem do gado.

Percebeu o quanto eles usavam a dança, com uma constatação muito interessante: a dança do Pezinho é diferente em cada ilha. A cultura era viva demais com o Folguedo, o Boi de Mamão, o Pau de Fita, entre outros.

Havia muitos poetas. A Carmen foi presenteada com vários livros. Inclusive, quando estava no aeroporto para retornar, recebeu uma poesia das mãos de uma poetisa, de nome Lídia Mendonça, feita para ela e o marido.

Na área do artesanato, viu trabalhos manuais e bordados extremamente caprichados.

Identificou o luto e o tira luto, já falado anteriormente, como uma característica que herdamos.

Percebeu que "a vida na ilha é na ilha", ou seja, eles se fixam, por razões óbvias, no seu lugar e dele tem um orgulho imenso, levando uma vida muito serena.

Identificou também muitas plantações de chás e um ritual bonito na colheita, na época.

O fervido, nas Furnas de São Miguel eram feitos em caldeiras na terra, de onde brotava um cheiro de enxofre. As caldeiras tinham uma torneira com água quente e outra com água fria, algo muito peculiar.

Lembrando da Festa do Divino nos Açores, falou do quanto as nossas festas são bonitas e o quanto a Comissão de Folclore, criada neste ano, pode incrementar com detalhes que tragam mais beleza.

Em relação às Cavalhadas fala que é sonho de muitos anos e também aguardada por elas, por aqui.

Na bagagem, trouxe todo o material recebido lá e o entregou à Escola Santa Inês, que fez um excelente trabalho, na época, produzindo, inclusive, um livro que a Carmen guarda com imenso carinho.

Por fim, comentou que, em relação ao artesanato dos Açores, a nossa cidade ainda precisa aprender muito para chegar perto, mas, em compensação, somos muito fortes nos fuxicos.

Graziela Peixoto (Professora Aposentada)

Organização: Jassira Castro / Mediação: Rosalva Rocha

Graziela esteve nos Açores em 1998, participando de um curso, a convite, e em 2001, também a convite para participar de uma reciclagem.

Na segunda ida foi recebida na residência da família Álamo, conseguindo conviver e entender muito mais do que na primeira viagem.

Visitou cinco ilhas com a família e também participou de diversas atrações folclóricas. Participou da Festa do Divino, da Sopa do Divino e da matança de porco, que lembrou demais a sua infância na fazenda de seus avós.

O que mais chamou a atenção da Graziela foi a solidão deles, pois a maioria ficava somente nas ilhas. Na época era muito caro para eles saírem para viajar.

Nos finais de tarde, eles se reuniam em determinada freguesia para fazer as touradas, buscando maior socialização. Aconteciam muitas festas de uma freguesia na outra para se reunirem e conviverem.

Graziela identificou na primeira viagem, a sopa do divino, a grande entrega de pães, quermesses de rua, feirinhas de rua, matança do porco, um folclore muito parecido com os nossos CTGs.

Já na segunda viagem, ela visitou escolas. Levou um trabalho com alunos do Colégio Santa Teresinha sobre um livro pesquisado de um autor catarinense. No retorno fizeram uma releitura com os alunos e, a partir daí, houve muita troca de correspondências com os alunos de lá.

"Essa aproximação com as escolas deveria acontecer mais nos dias de hoje", comentou Graziela.

Divagou sobre a seguinte questão: "Naquele momento, o relacionamento com os Açores era melhor?" Comentou que muitas coisas não se fazem mais, a exemplo da matança de porco. Em uma época, as festas do Divino pararam; agora retornaram. Há necessidade de união para maior resgate, retrato do mundo moderno e suas correrias. Mas temos condições de buscar mais. O fato de serem ilhéus contribuem para maior relacionamento. De tempos em tempos há necessidade de um novo fôlego com ideias novas.

A nossa mesa farta, os nossos doces, as nossas bolachinhas, os nossos biscoitos, pães e rosquetes são uma identificação pura com eles, assim como a mesa sempre muito arrumada.

Por fim sentenciou: "Que as pessoas conheçam os Açores. Vivenciar a sua cultura é algo maravilhoso".

Graça Goulart Ourique (Professora aposentada e Ceramista)

Organização: Jassira Castro / Mediação: Carla Cunha

Viajou aos Açores em junho de 2019. Sempre teve o sonho da visita e, através da Casa dos Açores uniu-se a um grupo organizado por ela. Considerou esse fator preponderante para que tenha aproveitado tanto.

Esteve primeiro na ilha de São Miguel, depois na ilha Terceira, depois na ilha do Faial e, por fim, na ilha do Pico.

Percebeu muita proximidade no trabalho visto lá. Os azulejos com a identificação das ruas, por exemplo, com a mesma técnica usada aqui.

Visitou um ateliê renomado na ilha Terceira e lá percebeu que a técnica já contava com o processo em andamento, o que diferiu do seu trabalho, já que ela faz o processo inteiro. Lá já compravam os azulejos com os esmaltes prontos.

Queria emergir nos livros de lá, aproveitar ao máximo a oportunidade do contato com eles. Viu muitos painéis com tons de azul, usando uma concentração mais alta. Encontrou outro óxido, o óxido de manganês, que vai de uma cor fraca a forte. São aspectos que interferem no aspecto final. Percebeu também muitos painéis grandes com poesias, bem como com aspectos familiares, também usando o óxido de manganês. Visitou uma ceramista também … de uma forma muito similar.

Em meio à interação, a Graça comentou "A obra não é tua, mas a arte

sim, o teu fazer", caracterizando o seu olhar artístico.

Destacou algumas curiosidades.

Na ilha de São Miguel viu hortênsias nas cores branca e vinho, bem como várias nuances do roxo ao azul.

O cozido é cozido na terra quente e era feito com folhas de couve, bacon, morcela, chouriço, batata doce, batata inglesa, cenoura, carne de vaca, entrecot de porco e repolho. Virava um ritual, com muita expectativa. Os vinhos de lá são maravilhosos. Os pratos com bacalhau, de igual forma. Os cafés contavam com muitas iguarias. Destacou que os rosquetes e os biscoitos são perfeitamente reproduzidos no Brasil. E os sonhos eram diferentes e bem menores.

Comentou que na arquitetura fazemos jus às nossas raízes. As casas brancas pintadas com tons de azul eram maravilhosas. Os muros de pedra com muita semelhança aos nossos. Encantou-se com as cercas vivas de hortênsias nas colinas e no colorido em geral. Ela acompanhou, com o grupo, as Festas Joaninas pela calçada e percebeu que todas as ruas e casas eram delicadamente decoradas.

Encantou-se tanto com um guardanapo que o trouxe e fez uma bandeja.

Esteve em uma piscina com água grossa e amarelada na ilha de São Miguel, no Parque Terra Nostra.

Teve a oportunidade de estar na ilha de São Miguel e ver a vista panorâmica das Sete Cidades.

A ilha do Pico tem uma súbita elevação. A sua parte mais superior é coberta de nuvens. Foi onde encontrou o artesanato mais sofisticado. As finas rendas de *frivolitê,* bordados com escama de peixe, bordados para roupas de gala (nos véus e em tecidos finos). Bordavam com fibra de trigo. Eram bordados delicadíssimos. Trabalhavam com ossos de baleia e cortiça. Viu muitos lindos panos de prato com barras largas e delicadas peças de cerâmica, umas inclusive com ouro em pó.

Já na ilha Terceira viu muita cestaria com fibra de milho e bonecas com palha de milho.

Percebeu que lá há uma grande preocupação com a identidade do artesanato. Encontrou folders com descrição e autoria dos trabalhos de forma bem detalhada.

Um aspecto que a chamou muito a atenção foram as peculiaridades dos portugueses em cada ilha. "Cada ilha é muito própria"

Finalizou, falando que "não se faz turismo sem artesanato".

AÇORIANIDADE NO RIO GRANDE DO SUL: RECURSOS CULTURAL E TURÍSTICO

Lenora Horn Schneider[1]

O turismo é o produto de exportação que registra índices elevados de crescimento, que se preocupa com a preservação e valorização do patrimônio natural e cultural, gerando riqueza em receitas diretas, e geradora de milhares de empregos. O fenômeno turístico promove muitas atividades e que se beneficiam de uma ampla oferta de serviços, gerando uma força econômica, benefícios sociais para uma comunidade e localidade. Sem dúvida, é responsável pela geração de empregos e aumento de renda, gerando riqueza a destinos.

"A cultura é um dos motores do crescimento do turismo", segundo Zurab Polloli Kashvilli, Secretário Geral da Organização Mundial do Turismo - OMT, frase de destaque na Terceira Conferência sobre Turismo Cultural, organizada pela OMT e UNESCO. Diante desta consideração, é necessário um repensar sobre as atividades desenvolvidas nos dois setores para o futuro, valorizando o patrimônio material e imaterial e refletir sobre as consequências geradas no local de destino, principalmente se é vocacionado para o turismo. Muitos estudos e pesquisas do mercado turístico vêm sendo observados nestes últimos 50 anos, quando da criação do primeiro Curso Superior de Turismo, em São Paulo, na Faculdade Morumbi. Desde então, os egressos destes cursos, os turismólogos e demais profissionais vem organizando a oferta de produtos e serviços, e satisfazendo a demanda de turistas e visitantes.

Os resultados gerados pelo setor turístico são muito positivos e elevados, e justificam maiores orçamentos públicos para programas nacionais para o incremento do turismo e da cultura. A economia é favorecida, em específico a economia criativa nas regiões e municípios vocacionados para a atividade. Destacam-se, nesta reflexão, muitas atividades como: comércio, hospedagem, transportes, gastronomia, lazer e anima-

1 Turismóloga e economista, diretora da Noratur Trade Turístico e Negócios. Porto Alegre/RS.

ção. E os eventos representativos com identidade e motivação popular gera recursos culturais que se associam ao turismo de forma complementar e de forma a se perpetuar numa cidade criativa. Os espaços são necessários para as mais diversas apresentações e atividades, junto aos centros urbanos culturais, como museus, anfiteatros, teatros, casas de culturas, para que os artistas apresentem a música tradicionalista e as danças folclóricas, e todos os costumes das etnias e tradições históricas que identificam uma sociedade.

Diante do grande potencial turístico existente no território brasileiro e no território português, se percebe o crescimento de infraestruturas e movimentos culturais para que a atividade aconteça entre os países, e beneficie os setores da cadeia produtiva, como transportes de hospedagem e de alimentação, e de toda estrutura social e econômica de suporte a complementar tais investimentos públicos e privados. O setor turístico vem se organizando há séculos como uma das atividades que mais agregam para a economia nacional, para a cultura e para o meio ambiente, uma vez que uma das diretrizes para seu desenvolvimento é a preservação e a sustentabilidade de produtos e negócios com a preservação do meio ambiente. Entre as diretrizes e metas para o setor, de forma generalizada, está a oferta qualificada e diversificada para o consumo turístico, o incremento da qualificação dos prestadores de serviços, para que se instale a " sadia" competitividade dos produtos e a valorização dos recursos naturais e culturais existentes nas localidades.

Os princípios norteadores da política nacional do turismo brasileiro, recomendados pelo Ministério do Turismo-Mtur, estão baseados no incentivo para o empreendedorismo com iniciativas individuais e coletivas planejadas, sempre voltadas à valorização do patrimônio natural e cultural de forma a preservar e identificar os insumos e a produção responsável. A cultura e o turismo andam juntos neste processo de desenvolvimento porque necessitam um do outro, para serem mais atrativos e disputarem visitantes ávidos de conhecimento e experiências. Na verdade, são o grande diferencial para aumento da permanência média num destino turístico, seja num pacote turístico, ou em um passeio turístico cultural, visando a apreciação da arquitetura, história da arte local, apreciando a singular gastronomia típica regional, os produtos com suas identidades de origem, na indumentária folclórica com forte presença dos elementos simbólicos do país e/ou município, seja qual for a motivação da viagem.

O consumo turístico consciente é necessário, para a efetiva valori-

zação destes patrimônios que merecem reconhecimento e preservação. De acordo, com os Ministérios do Turismo e da Cultura, toda a produção associada pode de alguma forma agregar valor a uma imagem da localidade turística e se denomina como produção associada ao turismo. São as riquezas, os valores, os saberes, os sabores, o desenho, o estilo, a técnica, unindo o moderno e o tradicional que chamam a atenção do cidadão e do visitante e turista. Produção e os artigos artesanais, produtos agropecuários ou industriais que sejam característicos de determinada região podem ser naturais ou culturais. Por exemplo, no Brasil, temos as famosas rendas, trazidas pelas tradicionais rendeiras e bordadeiras dos Açores, fabricação de cuias para o chimarrão no Rio Grande do Sul, costumes dos povos indígenas, cestas de vime e chapéus, e nos municípios de colonização açoriana encontram-se comidas salgadas e doces diversos de influência portuguesa. Enfim, uma infinidade de produtos típicos, associados ao imaginário das pessoas quando associam ou planejam viajar para uma cidade ou em outros continentes.

Ainda se identifica, segundo o autor Cássio Garkalns, que a produção associada agrega e desperta a valorização cultural sob o aspecto da cadeia produtiva do turismo. Portanto, é importante investir na estruturação e qualificação da Produção Associada ao Turismo (PAT), enquanto importante pilar sociocultural para o desenvolvimento sustentável da atividade turística é imprescindível.

Produção associada ao turismo

O artesanato expressa a cultura e a identidade de um povo. Cada produto artesanal traz impresso a sua origem, matérias-primas e técnicas, sendo capaz de traduzir a sua identidade regional. E os produtos artesanais reforçam sentimentos de pertencimento a identidades regionais.

Artesanato é toda produção resultante da transformação de matérias-primas em estado natural ou manufaturada, através do emprego de técnicas de produção artesanal, que expresse criatividade, identidade cultural, habilidade e qualidade.

Assim, os artesanatos de outras regiões do país são diferentes apesar dos insumos serem os mesmos, mas os artesãos são únicos com personalidades e técnicas diferentes adquiridas pelos antepassados. Exemplificando, no caso específico do produzido no Rio Grande do Sul, dentro do estado há muitas variações: o que se faz nos pampas, talvez

não se faça no litoral, nas missões ou na serra; os descendentes de portugueses, alemães, italianos, poloneses e japoneses cultivam técnicas diferentes que já foram transmitidas pelos povos originários, indígenas ou quilombolas.

O saber-fazer, as mãos habilidosas e a destreza em manipular matérias-primas, não raro, transmitem-se de geração a geração e garantem a multiplicidade na riqueza dos produtos. Artesão é toda pessoa física que, de forma individual ou coletiva, faz uso de uma ou mais técnicas no exercício de um ofício predominantemente manual, por meio do domínio integral de processos e técnicas, transformando matéria-prima em produto acabado que expressam identidades culturais brasileiras.

No estado do Rio Grande do Sul, o Programa Gaúcho do Artesanato (PGA) incentiva a profissionalização e fomenta a atividade artesanal com políticas de formação, qualificação e apoio à comercialização. Este Programa é desenvolvido pela Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS). Entre muitos objetivos tem como meta identificar, qualificar e quantificar os produtores de cultura, através da arte e dos talentos pessoais diversificados por culturas familiares e do ambiente onde vivem.

Assim sendo, a Fundação é a instituição governamental responsável pela emissão da Carteira Profissional de Artesão, que viabiliza a isenção do ICMS para circulação dos produtos, a emissão de notas fiscais e até exportação de produtos, como pessoa física, além de incentivar a participação dos artesãos, em exposições e feiras para comercialização dos produtos. A Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social é vinculada à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Profissional (STDP), que promove uma série de oficinas gratuitas para apresentação e aprimoramento de técnicas artesanais. Entre os eventos, acontece a Semana do Artesão, inserida no Programa Gaúcho de Artesanato para divulgar a cultura e a arte produzida pelas diversas etnias. Se destaca neste artigo em especial, a indígena e a luso-açoriana do Rio Grande do Sul.

As instituições e organizações, públicas e privadas, existentes nos municípios têm a responsabilidade de identificar e promover a aproximação dos produtores com o consumidor final, e, assim, gerar interesses e incentivos ao crescimento da comercialização turística com valor agregado pela identidade dos destinos e de suas etnias respectivas. O propósito de oferecer espaços para o artesanato em geral é fundamental, para assegurar a geração de renda familiar e dar emprego e propósito para a existência dos milhares de artesãos e artistas das diferentes modalida-

des, junto ao Portal do Artesanato Gaúcho.

Esta visão auxilia e aproxima as relações comerciais e culturais com as comunidades e acompanha a tendência de preservação e de dar continuidade desses saberes e fazeres ancestrais que compõem cada peça, e que, no processo de produção, também envolve as famílias, nas suas diferentes etapas, sensibilizando a consciência em geral para a preservação do patrimônio material e imaterial, com responsabilidade social, cultural e econômica.

No caso específico dos povos indígenas, segundo o Atlas Socioeconômico do RS, ano de referência de 2010, ou seja, há mais de 23 anos atrás, já se identificava mais de 18,5 mil indígenas de grupos étnicos Guarani, Mbya Guarani, Kaingang e mistos. Pode-se dizer que a maioria destes povos sobrevivem da produção artesanal e que sustentam grupos familiares. Portanto, a existência dos centros culturais, de eventos e espaços públicos com permissão para a comercialização e exposições são essenciais para a sustentabilidade desses povos originários. As características dos usos e costumes dos ancestrais que passaram para as novas gerações, e que se fazem presentes em cada peça no seu processo de produção, envolve todos os membros das famílias nas suas diferentes etapas e específicas artes.

Esta oferta de produção cultural associada promove a visão dos visitantes para a importância de heranças culturais e suas raízes, dando consciência para a preservação ambiental dos insumos da natureza do entorno territorial.

Divulgar, então, esta cultura miscigenada e os artefatos produzidos pelos indígenas e pelos luso-descendentes no Rio Grande do Sul, ajuda a identificar produtores. Este é o propósito do espaço para o artesanato, dentro do Portal do Artesanato Gaúcho e das Salas Açorianas nos municípios de nosso Estado.

Artesanato luso-açoriano

A tradição dos teares e bordados nos Açores remonta quase aos primórdios do povoamento provindo do Continente. Em 1947, por exemplo, foi criada a fábrica dos Bordados de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, que até hoje é procurada pelos turistas internacionais, pela genuinidade e pela certificação de qualidade e origem, desde 1998, através da Portaria nº 89/98. Os bordados micaelenses são conhecidos pela cor

de matizes de dois azuis, pelos desenhos e pela qualidade do tecido de linho bordado, inspirados nas porcelanas chinesas e de algumas aves. Mas a herança foi deixada pelos casais açorianos que vieram ao sul do Brasil. No Estado do Rio Grande do Sul aprendemos, com o tempo, a fazer artesanato figurativo, pintado a mão que representa os principais atrativos turísticos das cidades. As especialidades de produção de licores, cachaças, vinhos, chás e doces em compotas também remontam desta colonização.

As bonecas em palha de milho são uma especialidade e as semelhanças são perceptíveis, tanto aqui no Rio Grande do Sul quanto as produzidas lá nas ilhas do Arquipélago.

Figura 1 – Boneca de palha de milho

Fonte: acervo do ICP.

Outra peculiaridade nos Açores é que além dos vulcões existem os espaços rurais, onde as casas das famílias estão dispersas na natureza. Às vezes estão em grupos, formando aldeias, vilas e cidades, motivando a vontade de caminhar junto à natureza para observar o mar e as lidas do meio rural. O turismo de natureza e o rural estão cada vez mais procurados pela demanda internacional.

O artesanato com a argila se compõe pela substância terrosa proveniente da degeneração de rochas feldspáticas, que adquire plasticidade quando umedecida com água, e rigidez após secagem, e dureza após a queima em temperaturas elevadas gerando a cerâmica. É muito utilizada na confecção de objetos utilitários ou decorativos. A argila é manipulada, especialmente por meio de entalhe, escultura, modelagem ou outras técnicas artesanais.

Figura 2 – Artesanato gaúcho com identidade luso-açoriana

Fonte: acervo do ICP.

Figuras 3 e 4 – Exemplos de artesanato com argila

Fonte: acervo do ICP.

As escamas de peixe são usadas para compor flores e bijuterias, e são técnicas muito usadas nos Açores. Cada uma das lâminas de escamas que cobrem o corpo de certos peixes e peles, também de alguns répteis, são utilizadas como matéria-prima para a confecção de acessórios e adornos pessoais e decorativos.

Figura 5 – Exemplo de artesanato com escama de peixe

Fonte: acervo do ICP.

Desde a década de 1990, vem acontecendo a valorização das populações ribeirinhas no Rio Grande do Sul, inclusive de ascendência luso-açoriana, etnia que povoou Porto Alegre, e que se deslocou para muitos municípios gaúchos. Esta técnica artesanal dedica-se à transformação dessa matéria-prima, encontrada junto à região turística do litoral, bem como nos recursos hídricos das lagoas, lagos e rios, onde subsistem estes animais da natureza.

A escama de peixe é manipulada, especialmente, por meio da técnica artesanal de modelagem. Foi trazida pelos colonos provindos do arquipélago dos Açores ao sul do Brasil, e através das técnicas e práticas desenvolvidas, lá em Portugal, foram estendidas para os artesãos e aos profissionais convidados das áreas das artes, da educação, da cul-

tura, e do turismo, e também aos executivos dos municípios. O Governo Regional dos Açores, nas décadas de 1980 e 1990, apoiou e incentivou esta qualificação, para assim divulgar e ensinar a fazer com adaptações, conforme características específicas e recursos existentes, com o objetivo de perpetuar estas práticas e experiências, visando a valorização do artesanato herdado pelas comunidades gaúchas dos municípios, com evidentes raízes açorianas.

Outro tipo de artesanato muito produzido pelos descendentes luso-açorianos são os de fibras naturais, que possuem estruturas filamentosas, geralmente sob a forma de feixe, extraídas de vegetais, e beneficiadas de forma manual. São matérias-primas moles e flexíveis e que, quando entrelaçadas, possuem diversos usos utilitários.

No Rio Grande do Sul temos a produção de cestarias, chapéus, bolsas, tapeçarias e esteiras, a partir das fibras vegetais. As fibras são manipuladas especialmente por meio do trançado.

Figura 6 – Cestos de fibras vegetais

Fonte: acervo do ICP.

Economia criativa e a cultura local

Economia Criativa é um termo criado para nomear modelos de negócio ou gestão que se originam em atividades, produtos ou serviços desenvolvidos a partir do conhecimento, criatividade e capital intelectual de indivíduos com vistas à geração de trabalho e renda.

O termo economia criativa começou a ser usado na década de 1980, quando Margareth Thatcher, que era primeira-ministra da Inglaterra, divulgou um relatório reconhecendo a importância e a força da tecnologia e cultura, dentro do contexto econômico do país inglês.

O conceito de Economia Criativa, ou Creative Economy, em inglês, tem uma figura paterna clara em John Howkins, e seu livro "The Creative Economy: How People Make Money From Ideas", publicado em 2001 e traduzido para diversas línguas, inclusive o português.

A Economia Criativa envolve todos aqueles setores criativos, cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo que vai gerar valor econômico e social, com preço, e que tem como resultado uma produção de identidade cultural.

Portanto, é um setor que abrange diversos ramos do conhecimento e do empreendedorismo e de práticas, como a gestão administrativa, o design, a publicidade, mídias e redes sociais, moda, tecnologia da informação e biotecnologia, marketing de relacionamento, cinema, teatro, enfim, apoiando o turismo criativo, inteligente e sustentável.

Nos últimos anos, houve mudanças e transformações no perfil de empresários, das micro e pequenas empresas devido ao cenário do pós-pandemia, com novas formas de vender produtos e de adequação ao comportamento dos consumidores, cada vez mais exigentes, ao novo modelo de consumo, visando a sustentabilidade do planeta e a responsabilidade social. Em Porto Alegre foi criado o Comitê Municipal de Economia Criativa (CMEC), pelo decreto nº 21.203, de 14 de outubro de 2021, órgão colegiado de participação interinstitucional, de caráter consultivo, para estabelecer diretrizes para o desenvolvimento de atividades da economia criativa, mediante estudo cultural, econômico e social. Entre as competências estão o fortalecimento das iniciativas, elaborar um plano municipal de economia criativa, mapeamento, elaboração de políticas públicas e cooperação técnica em âmbito regional, nacional e internacional. Este Comitê, fica a cargo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SMDET), e o Instituto Cultural Português é membro deste grupo que integra o ecossistema criativo local entre outros representantes.

O impacto social das iniciativas está diretamente ligado aos produtos e serviços oferecidos na sociedade. A economia local é impactada diretamente na inclusão de novos negócios e atinge profissionais com menor renda na cadeia de distribuição e de produção.

Compromisso com a Agenda 2030

A Agenda 2030 é um plano de ações desenvolvido no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). Ela visa a erradicação da pobreza

e a promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental, em escala global, até o ano 2030. A ONU, por meio de discussões na Assembleia Geral, estabeleceu, em 2015, 17 metas globais para os próximos 15 anos, chamadas de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Naquele ano, 193 líderes mundiais se comprometeram em enfrentar os problemas mundiais, tal como organizados pela ONU, assinando a Resolução 70/1.

Figura 7 – Objetivo para o desenvolvimento sustentável

Fonte: Site Oficial da ONU.

Qualquer ação cultural ou educativa deve focar no crescimento das organizações públicas ou privadas para o desenvolvimento da humanidade, como um todo, conforme os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da ONU, que representam uma visão global e contemplam as principais áreas para o desenvolvimento sustentável de toda a humanidade do planeta, a seguir descritas.

Pessoas: acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável;

Planeta: proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais, e tomando medidas urgentes sobre a mudança climática, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras;

Prosperidade: assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza;

Paz: promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, para que estejam livres do medo e da violência. Então, a solução é realizar parcerias

e pesquisas para melhor diagnosticar e prospectar o futuro do mundo dos negócios responsáveis. Acredita-se que as pessoas são o capital social e o diferencial para qualquer atividade empresarial ou comercial, e que se trabalharem em parceria o resultado logo aparece.

Mais especificamente, trata-se de um documento que orienta ações de governos e demais atores sociais para lidar com os tantos desafios enfrentados pelo mundo, desde reduzir desigualdades sociais e garantir a manutenção da paz, até lidar com as mudanças climáticas e evitar a degradação ambiental. A Agenda torna esses desafios menos abstratos, estabelecendo metas concretas e definindo prazos para o atingimento dos resultados.

Turismo e a contribuição da açorianidade

O turismo urbano nas cidades e o de natureza nas áreas rurais, neste cenário atual, voltam com força total, neste período pós-pandemia, mostrando a procura do viajante e da população pela cultura e vivências na cidade e no campo, nas montanhas, além de buscar manifestações artísticas, festivais culturais, museus e patrimônios históricos presentes nos destinos históricos, inteligentes e criativos. Destinos ricos em arte e elementos culturais serão prioridade, neste novo momento, e o Ministério do Turismo e as Prefeituras Municipais e as instâncias de governança, não poderiam ficar de fora dessa tendência destes recursos turísticos e culturais.

Recentemente, ainda em 2023, a Rede Brasileira de Cidades Criativas (RBCC), apresenta um projeto desenvolvido em parceria com o Ministério da Cultura, o Sebrae e a CNC- (sistema “S”), objetivando promover a cooperação entre cidades que se identificam com a “criatividade”, como um fator estratégico para o desenvolvimento socioeconômico e turístico de forma sustentável.

E, essa criatividade, se encontra na gastronomia, na cultura, na música, nas artes e religiosidade. Muitos elementos são encontrados em algumas cidades brasileiras que foram consideradas Cidades Criativas pela Unesco. Então, a “Cultura da Açorianidade” é mais um recurso para esta produção associada com identidade, que vem ao longo do tempo sendo repassada por gerações, que com garra e determinação de vencer na América atravessaram o Oceano Atlântico, apesar de todas as dificuldades encontradas no trajeto, e quando chegaram ao território brasileiro. A assimilação e as trocas simbólicas de conhecimentos resultam ao longo dos séculos pela fundação de culturas, pelas diversidades de modos

de fazer e de aprender. Somos todos herdeiros de sonhos dos povos nativos, colonizadores, imigrantes de muitas etnias.

A Matriz Cultural e Econômica Açoriana é constituída pela diversidade e singularidade, por suas raízes e seu legado repassado com tradição e memória, escrita e falada por mais de 270 anos deste povoamento no Estado do Rio Grande do Sul. Cabe relembrar a natureza exuberante do Arquipélago, numa situação geográfica singular no meio do Atlântico Norte. E estas condições e características concedem um valor geopolítico e geoestratégico que se constata desde o século XV até os dias atuais. Sua posição nos remete a um local de encontro e de cruzamento das rotas de descobertas marítimas e espirituais. E, atualmente, os possíveis acessos pelos transportes aéreos com boas estruturas receptivas e de comunicações nos fazem sonhar com esta viagem ao paraíso ainda intacto e preservado. No arquipélago dos Açores com suas nove ilhas, a segurança e a limpeza são pontos fortes, além da cultura local, com gastronomia diferenciada pelos insumos e materiais existentes. Os momentos de contemplação da terra, do mar e do ar puro pela natureza preservada nos proporcionam experiências muito especiais. As comunidades das diferentes ilhas nos acolhem de forma familiar e oferecem esta troca de culturas facilitadas pela língua portuguesa ser semelhante. O idioma português e o sangue que correm em nossas veias nos une. E graças à língua portuguesa nos dois países – e sabe-se que é a terceira mais falada no mundo ocidental e a sexta no planeta –, é possível esta interação e integração entre povos e culturas.

O que se considera importante é a oportunidade de interagir com estas organizações e produtos e serviços tão singulares e especiais por todas as características apresentadas. E pela oferta disponível com todo o conforto ao visitante, seja por motivação de estudos, comerciais, ou simplesmente de lazer e férias para descobrir as origens e razões de sermos quem somos luso-descendentes. E para sempre nos conhecermos melhor como luso-brasileiros.

Considerações finais

Conforme apresentado nesta análise situacional sobre o processo de aculturação da açorianidade, pode-se acreditar que muito já foi estudado, pesquisado e realizado, desde 1979, e mais fortemente na década de 1990, para justificar o termo da Açorianidade e o da Luso-brasilidade, através de estudos e pesquisas das diferentes instâncias de governan-

ças, instaladas no estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que também receberam os casais e famílias provindos de Portugal Continente e dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, para fins de povoar o sul do Brasil, conforme determinação da coroa portuguesa, no século XVIII.

Nossos registros foram baseados em atos e eventos realizados, em documentos firmados entre os governos dos países envolvidos, instituições criadas ao final da década de 1970, como o caso do Instituto Cultural Português e dos governos estadual e municipais que apoiaram iniciativas inovadoras, com base na cultura existente, e na trazida de além mar. Pode-se identificar vários tipos de iniciativas públicas que geram produtos e serviços para as comunidades luso-brasileiras. Os atos de geminação turística e ou irmandades entre cidades são bons exemplos que se tem no Rio Grande do Sul e em Portugal Continente e Arquipélago dos Açores.

Brasil - Rio Grande do Sul	Portugal

Figuras 8 e 9 – Monumento aos Açorianos e Ponte de Pedra

Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Brasil

Fonte: acervo do ICP.

População estimada (2023): 1.492.530 Pessoas
População no último censo (2022) 1.332.570 pessoas
Densidade demográfica (2022): 2.689,94hab/km²

Principais atrativos turísticos: Monumento aos Açorianos e Ponte de Pedra, Cais Embarcadero, Mercado Público de Porto Alegre, Usina do Gasômetro, Orla do Guaíba, Praça da Matriz, Parque Farroupilha (Redenção), Praça da Alfândega, Casa de Cultura Mário Quintana, Palácio Piratini, Museu de Ciências e Tecnologia da PUCRS, Museu Iberê Camargo, Museu de Arte do Rio Grande do Sul. Tour na Arena do Grêmio, Tour no Estádio Beira-Rio, City Tour pelo Centro Histórico, Passeios Náuticos pelo Guaíba, Teatro São Pedro.

Figuras 10 e 11 – Aspectos de Portalegre em Portugal continental

Portalegre - Continente - Portugal

Fonte: acervo da autora.

Área: 447,14 km²
População: 22 368 hab. (2022)
Principais atrativos turísticos: Sé Catedral de Portalegre, Parque Natural da Serra de São Mamede, Castelo de Marvão, Menir da Meada, Capela dos Ossos de Campo Maior, Barragem do Caia.

Figuras 12 e 13 – Aspectos de Alegrete, município do Rio Grande do Sul

Alegrete - Rio Grande do Sul - Brasil

Fonte: acervo da autora.

População total (est. IBGE/2022): 72 409 pessoas
Densidade demográfica: 9,28 hab./km²
Principais atrativos turísticos: Muro do Palácio Ruy Ramos (estação férrea), Largo da Viação Férrea.

Figuras 14 e 15 – Aspectos de Alegrete em Portugal continental

Alegrete - Continente - Portugal

Fonte: acervo da autora.

População total (2022): 1 746 habitantes
Densidade geográfica: 20 hab./km²
Principais atrativos turísticos: Castelo de Alegrete, Igreja de São João Baptista - Matriz de Alegrete.

Figuras 16 e 17 – Aspectos do município de Novo Hamburgo

Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul -Brasil

Fonte: acervo da autora.

População estimada (2023): 247.303 Pessoas
População no último censo (2022): 227.732 Pessoas
Densidade demográfica (2022): 1.023,35 hab./km²
Principais atrativos turísticos: Santuário das Mães, Catedral Basílica São Luiz Gonzaga, Praça 20 de Setembro, Monumento ao Sapateiro.

Figuras 18 e 19 – Aspectos de São João da Madeira em Portugal continental

São João da Madeira - Continente - Portugal

Fonte: acervo da autora.

Área: 7,94 km²
População: 22.162 habitantes
Principais atrativos turísticos: Vi Arco, Torre da Oliva, Museu do Calçado, Museu da Chapelaria, Alimentos regionais.

Figuras 20 e 21 – Aspectos de Gramado

Gramado - RS - Brasil

Fonte: acervo da autora.

População estimada (2023): 36.864 Pessoas
População no último censo (2022): 40.134 Pessoas
Densidade demográfica (2022): 167,69 hab./km²
Principais atrativos turísticos: Lago Negro, Igreja São Pedro, Parque Knorr - Aldeia do Papai Noel, Largo Borges, Rua Torta, Rua Coberta, Fonte do Amor Eterno, Praça das Etnias, Pórtico via Nova Petrópolis e Taquara, Parque da Ferradura, Terra Mágica Florybal, Super Carros, Parque Olivas de Gramado, GramadoZoo, MiniMundo, Igreja de São Pedro, Natal Luz, Le Jardin Parque de Lavandas.

Figuras 22 e 23 – Aspectos de Óbidos em Portugal continental

Óbidos - Continente - Portugal

Fonte: acervo da autora.

Área: 141,55 km²
População: 11 772 habitantes
Principais atrativos turísticos: Vila Medieval; Castelo, Porta da Vila, Praça de Santa Maria, Igreja de Santiago.

Figuras 24 e 25 – Aspectos de Angra do Heroísmo na ilha Terceira/Açores

Angra do Heroísmo - Ilha Terceira - Açores

Fonte: acervo da autora.

Área: 239 km²
População: 35 402 habitantes
Principais Atrativos Turísticos: Santíssimo Salvador da Sé, Igreja da Misericórdia, Paços do Concelho, Palácio dos Capitães Generais, Monumento da Memória, Castelo de São Sebastião, Castelo de São João Baptista, Museu de Angra e o Monte Brasil.

Figuras 26 e 27 – Aspectos de Rio Grande no Rio Grande do Sul

Rio Grande - Rio Grande do Sul - Brasil

Fonte: acervo da autora.

População estimada (2023): 212.881 habitantes
População no último censo (2022): 191.900 Pessoas
Densidade demográfica (2022): 71,53 hab/km²
Principais atrativos turísticos: Molhes da Barra, Porto Velho, Porto Novo, Superporto, Lagoa dos Patos, Estação Ecológica do Taim, Praia do Cassino, Navio encalhado, Centro Histórico, Museus e Praças de Rio Grande.

Figuras 28 e 29 – Aspectos de Águeda em Portugal continental

Águeda - Continente - Portugal

Fonte: acervo da autora.

Área: 335,27 km²
População: 14.000 habitantes (2022)
Principais atrativos turísticos: Festival AgitÁgueda – Art festival, Pateira de Fermentelos, Centro de Artes de Águeda, Jardim do Cais das Laranjeiras, Agitours, Umbrella Sky Project, Maior Pai Natal do Mundo, Museu Nacional Ferroviário, Montanhas de Águeda.

Figuras 30 e 31 – Aspectos de Pelotas no Rio Grande do Sul

Pelotas - Rio Grande do Sul - Brasil

População (estimativa IBGE/2023): 343 132 hab.
Densidade geográfica (2022): 202,44 hab./km²
Principais atrativos turísticos: Centro Histórico, Catedral Anglicana do Redentor - Igreja Cabeluda, Lagoa dos Patos, Praia do Laranjal, Catedral Metropolitana de São Francisco de Paula, Museu Municipal Parque da Baronesa, Cachoeira do Imigrante.

Figuras 32 e 33 – Aspectos de Aveiro em Portugal continental

Aveiro - Continente - Portugal

Área: 197,58 km²
População: 80 880 hab. (2022)
Principais atrativos turísticos: Casas da Costa Nova, andar de moliceiro pelos canais de Aveiro, Salinas de Aveiro, Gastronomia com frutos do mar, Rota Art Nouveau, Centro Histórico de Aveiro, Museu de Aveiro.

Acima se exemplifica as cidades criativas que iniciaram este processo de geminação turística com base em características e interesses econômicos e sociais.

Então, muito foi semeado nestas décadas seguintes e o processo de valorização e de qualificação pode ser dimensionado, pela contribuição dos agentes culturais e turísticos que fomentam a cadeia produtiva da economia local e regional. A validade desses atos e iniciativas se vislumbra a cada ano que passa, com oferecimento de oportunidades para os agentes econômicos e atores responsáveis pela preservação da cultura portuguesa geradora da nova cultura luso-brasileira, através da miscigenação dos povos e suas consequências para a contemporaneidade instalada, desde então.

Há um sentimento de que muito ainda se tem a fazer e a integrar, e que uma boa governança é necessária para a continuidade destas relações. Tudo depende muito das pessoas, de boas intenções entre governos e entidades dos Conselhos da Comunidade Luso-brasileira. Para o prosseguimento do trabalho, é necessário diálogo entre a oferta disponibilizada e a demanda curiosa e sedenta de informações, destes *clusters* culturais e turísticos, existentes no Estado do Rio Grande do Sul, como a promoção de eventos de integração e de conscientização para ampliar e significar identidades e peculiaridades identificadas no território, onde os casais deixaram suas marcas na história para seus descendentes. É preciso envolvimento das comunidades e dos fomentadores e geradores de produtos e serviços, para que além do sentimento de autoestima sejam oferecidos produtos com qualidade e identificação de origem e procedência, dando mais valia à produção associada ao turismo, seja na gastronomia, no artesanato, nos vinhos, cachaças e bebidas artesanais e industrializadas. O sabor e os aromas se percebem pela distinção da apresentação e pela forma de venda com explicações e informações específicas, a cada módulo do processo de fabricação e dos insumos utilizados.

Diante destas contestações e questões a serem estudadas e pesquisada, vimos propor um Observatório da Cultura Luso-Açoriana para apresentação de dados em geral e a evolução estatística. Valorizar os produtos locais e espaços culturais para que se perpetue ações de inclusão social, uma consciência e prudência para com o meio ambiente e a instalação dos devidos processos produtivos, conforme sugere a agenda 2030 da ONU e os seus 17 ODS, e, principalmente, para o desenvolvimento do turismo cultural sustentável, como sugerem os governos brasileiro e português, e, regionalmente, o Governo Autônomo do Arquipélago dos Açores.

O Instituto Cultural Português tem proposto esta questão, através de Projeto para a Produção Associada ao Turismo e à Economia Criativa, para inserir na cadeia produtiva os talentosos artesãos e artistas plásticos, os pescadores artesanais, os cozinheiros especializados, escritores, poetas e contadores de causos de histórias das gerações passadas, que tornam um destino ou espaço único e atrativo para os visitantes. Os benefícios são muitos, para todos os que se envolverem nesta missão deixada pelo legado do povoamento luso-açoriano. Ressalta-se a necessidade de instâncias de governança e de monitoramento, através de inventariação específica para reconhecimento e geração de identidade cultural, junto aos núcleos e centros culturais.

Com certeza, o turismo nos Açores proporciona atividades de observação de natureza (trekking, montanhismo, observação de cetáceos, de aves, pesca esportiva, mergulho, espeleologia, e vulcanismo, etc.). Mas, o turismo cultural e o de eventos corporativos e científicos são uma grande tendência motivadora para estas experiências e vivências. Da mesma forma, aqui no sul do Brasil se encontram estes segmentos organizados e disponíveis, para este intercâmbio cultural e de trocas para o bem-estar. Consolida-se, então, o turismo cultural como setor estratégico para o desenvolvimento sustentável regional entre os dois países.

Referências

Descobrindo o Brasil dos Negócios Sociais: https://youtu.be/K8uc9lUEVSU

Lei Estadual do Rio Grande do Sul, n ° 13.516/20.

Manual de Orientação do Artesanato Gaúcho; Portaria PAB n° 1007/2018; Manual da Base Conceitual do Programa do Artesanato Brasileiro.

Organização das Nações Unidas [ONU], Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/17 Acesso em: 11 jul. 2023.

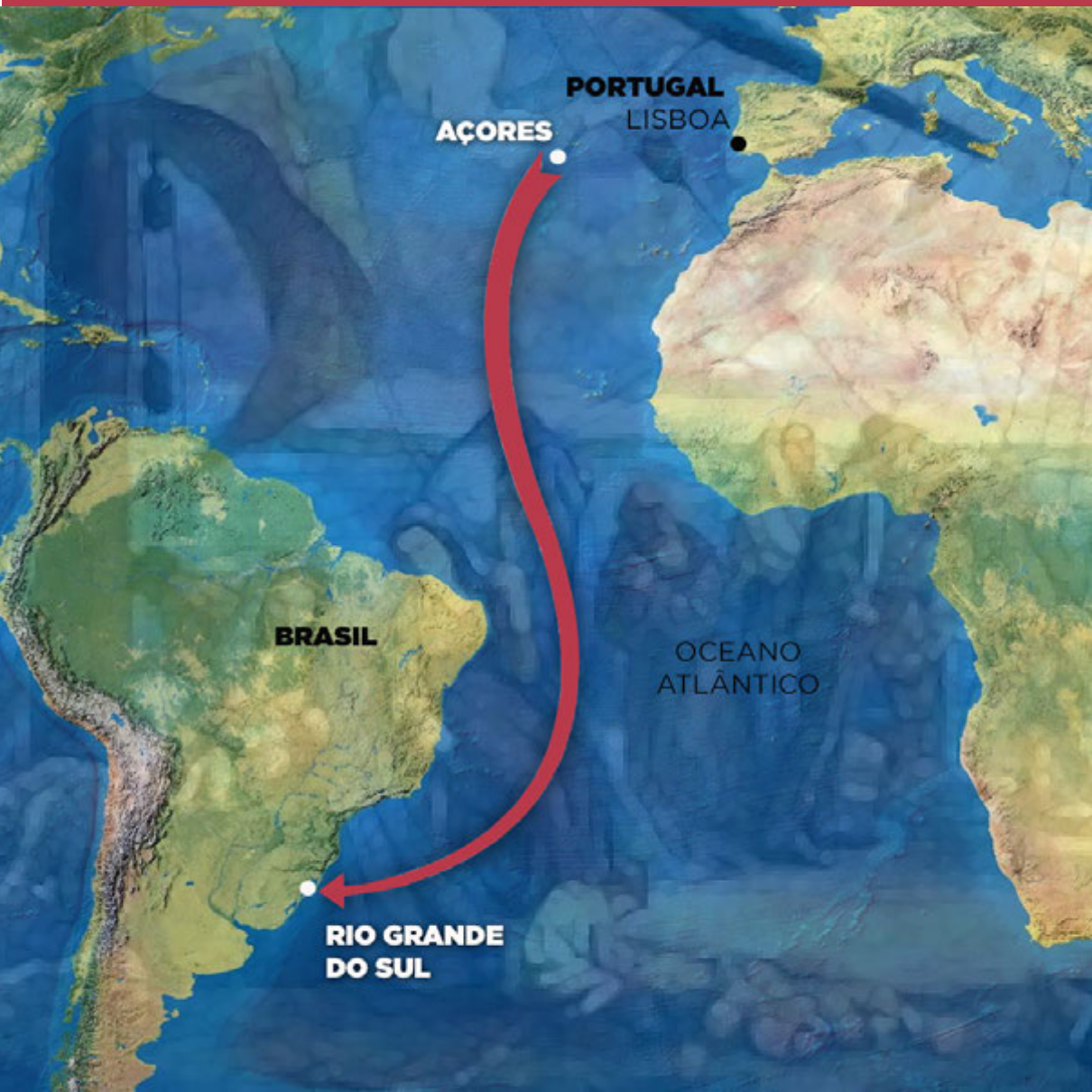
Portaria do PAB, n ° 1.007. SEI/2018. Disponível em: https://vlex.com.br/vid/portaria-n-1-007-863291574 Acesso em: 28 jun. 2023.

PROGRAMA DO ARTESANATO BRASILEIRO. Base Conceitual do Artesanato Brasileiro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2012. Disponível em: https://manosdeartesano.files.wordpress.com/2013/06/base-conceptual-del-artesano-brasileiro.pdf Acesso em: 28 jun. 2023.

Tudo que você precisa saber sobre economia criativa-20 de maio de 2022.cni.com.br https://nac.cni.com.br › blog › tudo-que-voce-precisa-sa...

PARTE VII

A CASA DOS AÇORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



FRAGMENTOS DA TRAJETÓRIA DA CASA DOS AÇORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CAERGS): DA FUNDAÇÃO AO TEMPO PRESENTE

Régis Albino Marques Gomes[1]

A fundação da Casa dos Açores do Estado do Estado do Rio Grande do Sul se deu em 23 de março de 2003 na cidade de Gravataí, onde tem sua sede. Mas, a semente foi plantada no ano de 1992, quando da criação do Rancho Folclórico no clube social Estância Província de São Pedro, ocasião que se realizava um Café Açoriano na entidade. Lá ocorreu a primeira atuação do Rancho com danças açorianas, pois, na verdade, o grupo de danças já existia desde 1984, mas apenas com danças gaúchas. Foi a partir desta data que se oficializou a existência do Rancho Folclórico de Danças Açorianas.

Desde então, o Rancho começou a receber inúmeros convites para atuações em festas, semanas culturais, festivais, escolas, universidades e em outras tantas situações. Enfim, o grupo de danças passou a ser uma referência da cultura açoriana, e não só nas danças, mas também recebeu solicitações para participar de encontros culturais e dar palestras sobre a influência açoriana na cultura gaúcha. Neste mesmo ano de 1992, na condição de coordenador do grupo, participei de um Curso de Ensaiadores de Danças Açorianas na ilha Terceira-Açores, promovido pelo Governo Regional dos Açores, onde aprendi muito. Pude perceber a forte influência açoriana na formação do nosso Estado e também trazer coreografias das danças, as músicas e o modo de bailar das diferentes ilhas. Nos anos seguintes, outros integrantes do grupo também participaram deste curso nos Açores. Assim, o amor pelas nossas raízes açorianas só ia aumentando, e cada vez mais éramos solicitados para representar os Açores em várias cidades do Rio Grande do Sul, e também em Santa Catarina, o que ampliava o nosso

1 Conselheiro da Diáspora Açoriana no Rio Grande do Sul.

compromisso de continuar pesquisando e se dedicando muito em difundir e valorizar a cultura açoriana.

No ano de 1994, o Rancho Folclórico venceu o Concurso de Danças Gaúchas de Raízes Açorianas, promovido pelo Instituto Cultural Português e Governo Regional dos Açores. A premiação para o vencedor foi participar do *Festival Internacional de Folclore da Ilha Terceira*, nos Açores – Portugal. Esta primeira viagem aos Açores trouxe uma experiência inesquecível, e que marcou uma grande mudança no grupo. A participação do Rancho foi tão importante, que o presidente do COFIT – Comitê Organizador do Festival da Ilha Terceira convidou o grupo para participar novamente no ano seguinte, representando o Brasil, pois fomos considerados o grupo destaque do Festival, pela postura, desempenho, pontualidade, autenticidade e relacionamento com a organização e demais grupos, proporcionando, assim, ao nosso grupo essa honraria. Então, voltamos ao Festival, o que não era comum, pois não se repetia um grupo em dois anos seguidos.

A partir daí o grupo foi amadurecendo, e participando de muitos Festivais no Brasil e no exterior. Esta representação açoriana projetou o grupo e seu crescimento fez com que ele se tornasse independente. Assim, no ano de 2001, com coordenação do pesquisador Ivo Ladislau e minha, fundamos a *Associação Amigos dos Açores do Rio Grande de do Sul* - AAAÇORES, congregando pessoas de várias cidades do Estado, com um trabalho de divulgação dos Açores, através da dança, de palestras, cursos, atuações e representações que passaram a despertar a atenção do Governo Regional dos Açores.

A visita dos Srs. João Martins e Miguel Noronha, representando a Direção Regional das Comunidades ao Estado, nos incentivou a transformar a AAAçores em *Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul*, pois entenderam que por todo nosso trabalho e dedicação deveríamos ter a representação oficial dos Açores. Era muita responsabilidade!

O desafio foi aceito. Foram feitas todas as tratativas até que em 23 de março de 2003 foi, enfim, fundada a Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul - CAERGS.

A partir de então, os grupos de danças passaram a ser departamentos da CAERGS, utilizando duas denominações: a) Danças Gaúchas, representada pelo *Departamento de Cultura Gaúcha Província do Quero-Quero*; b) Danças Açorianas, representada pelo *Rancho Folclórico da CAERGS.*

Iniciamos um novo caminho, e no mês de junho do mesmo ano apresentamos nossa candidatura para integrar o CMCA – Conselho Mundial das Casas dos Açores, que é o órgão que congrega as Casas dos Açores espalhadas pelo mundo. Na reunião e Assembleia Geral do CMCA, realizada em Ponta Delgada – ilha de São Miguel – Açores, foi aprovado por unanimidade o ingresso da CAERGS no CMCA.

Mas ser uma Casa dos Açores que representa todo o Estado do Rio Grande do Sul não era pouca coisa e tínhamos que ter uma sede. Até então nos reuníamos na garagem da minha casa.

Fomos, então, até a Prefeitura Municipal de Gravataí solicitar a cedência de um terreno para construirmos a nossa sede. Após muitas reuniões, tratativas e negociações tivemos a aprovação na Câmara de Vereadores de Gravataí, e, finalmente, recebemos um terreno no bairro Guaianuba. A nova etapa era preparar um projeto para a obra e alguns impasses aconteceram. Passados alguns meses, recebemos um telefonema de parte da Prefeitura nos oferecendo um casarão quase em ruinas, conhecido como Casarão dos Fonseca, e também como Solar das Magnólia, para que fizéssemos o restauro. Restaurado, ele passaria a ser a sede da Casa dos Açores. Foi frisado que o prédio fora construído por açorianos, no ano de 1877, e que teríamos uma sede digna e com um valor histórico muito grande. Mais uma vez aceitamos o desafio, que era ainda maior, o de recuperar um prédio simbólico e de um valor histórico incalculável, não só para o município, como para o estado, pois para além da bela arquitetura edificada, foi ali um ponto de parada dos tropeiros que levavam suas tropas para o centro do Brasil.

Em outubro deste significativo ano de 2003, recebemos oficialmente o prédio das mãos do então Prefeito Municipal de Gravataí, Sr. Daniel Luiz Bordignon, com a presença do então Presidente do Governo Regional dos Açores, Exmo. Sr. Carlos Manuel Martins do Vale César, que, na ocasião, estava em visita ao Brasil. Agora, o desafio era bem maior que todos os anteriores, pois tínhamos um prédio quase em ruínas, sem dinheiro para iniciar as obras, e nem mesmo o projeto de restauro.

Figuras 1, 2, 3 e 4 – Condições do interior e do exterior do Casarão dos Fonseca, quando ofertado à CAERGS

Fonte: acervo da CAERGS.

Passamos três anos realizando promoções, como rifas, bingos, bailes, jantares, cachês de apresentações, pedindo doações, solicitando ajuda técnica para arquitetos, engenheiros, restauradores até chegarmos ao curso de Arquitetura da UFRGS, onde a Professora Anna Busko nos apoiou e fizemos um convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para que os estagiários de Arquitetura nos dessem um suporte, fazendo todo o levantamento fotográfico e estudo de materiais para que em meados de 2006 iniciássemos o restauro do casarão.

Nestes quase vinte meses de obra, muitos foram os que nos ajudaram de diversas formas, mas, sem dúvida o nosso mestre de obras Sr. Adélio Fries foi incansável e grande parceiro de toda a jornada de restauro do Casarão.

Figura 5 – Visão externa do Casarão, antes de entrar em ruínas (aproximadamente, década de 1930)

Fonte: acervo da CAERGS.

Figuras 6, 7 e 8 – Casarão, após o restauro

Fonte: acervo da CAERGS.

A inauguração da sede e a consolidação da CAERGS

No dia 07 de dezembro de 2007, inauguramos a sede da Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul com a presença de muitas autoridades, se destacando os Presidentes das demais Casas dos Açores espalhadas pelo mundo e do Presidente do Governo Regional dos Açores, Exmo. Sr. Carlos César. No seu pronunciamento disse que tinha estado presente quando recebemos o Casarão, quase destruído, e imaginou que seria muito difícil que nós pudéssemos recuperar aquele prédio. E que passados quatro anos ele ali estava presente para inaugurar esta "linda e majestosa Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul".

A CAERGS, então, passou a funcionar na sua sede e iniciou uma nova etapa que era a de se consolidar como a entidade que representa a comunidade açoriana no Rio Grande do Sul. Embora a grande importância dos casais açorianos, que aqui chegaram por volta de 1752, no povoamento da Capitania, não se tinha este reconhecimento por parte da comunidade e das autoridades locais. Era necessário se dar luz e uma maior divulgação desta importância histórica e geográfica da presença açoriana no Rio Grande do Sul.

Além dos Departamentos, já citados na área do folclore, ou seja, o Departamento de Cultura Gaúcha Província do Quero-Quero e o do Rancho Folclórico açoriano, foi criado o Departamento Intercidades, com o objetivo de desenvolver nos municípios de origem açoriana este sentimento de ser açoriano, buscando pessoas que se interessassem em pesquisar nos seus municípios sobre as manifestações de origem açoriana e procurar divulgar estas manifestações através de encontros e publicações nos próprios municípios, e, não só, para trazer estas informações e divulgar por todo Estado.

O Departamento de História que é dirigido pela professora Véra Lucia Maciel Barroso, desde a criação da CAERGS, tem um papel fundamental para o desenvolvimento da entidade, pois é este que através da pesquisa, realização de encontros, seminários e publicação de livros tem norteado muito do que se tem sobre o legado açoriano nestes 270 anos da presença açoriana no nosso Estado.

O Departamento de Projetos, o Departamento Social, o Departamento Jovem, o Departamento de Parceria e o Departamento de Relações Institucionais completam as importantes frentes de atuação da CAERGS, que nestes vinte anos de vida fazem com que a entidade chegasse ao

reconhecimento que hoje tem não só aqui no Rio Grande do Sul, mas perante o Governo dos Açores e às demais comunidades açorianas espalhadas pelo mundo.

Atividades e ações da CAERGS

Muitas são as atividades, projetos e trabalhos que a Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul vem realizando, desde a sua fundação. A seguir, são citados alguns que mais se destacaram e que em parceria com outras entidades, como o Centro Histórico- Cultural Santa Casa de Porto Alegre, SESC/RS, Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul, Fundações de Cultura, entre outras tantas instituições e diversas Prefeituras Municipais nos auxiliaram a realizar importantes eventos para divulgar a influência açoriana na formação cultural do nosso Estado, além é claro do Governo Regional dos Açores que é o grande parceiro e incentivador de nossa ações.

Dentre estas inúmeras atividades podemos citar:

- As dezoito edições do *Festival Internacional de Folclore de Gravataí*, trazendo grupos folclóricos de diversos estados do Brasil e do exterior, reunindo centenas de músicos e bailarinos, desde 1996;
- O *II Seminário Internacional sobre as Festas do Divino Espírito Santo*, realizado em outubro de 2006, na Santa Casa em Porto Alegre, com participação de palestrantes dos Açores e outros estados do Brasil;
- Três edições do *Festival O Rio Grande Canta os Açores* – o primeiro realizado em 2003 –, coordenado pelo Diretor Ivo Ladislau e que reúne músicos com composições inéditas que tratam exclusivamente da temática açoriana, incluindo o lançamento de CD com as músicas classificadas;
- Três edições do *Prêmio Imortais* – a primeira realizada em 2004 –, que faz homenagem em vida para aquelas pessoas que mais se destacaram na área cultural e que contribuíram para o desenvolvimento da identidade do povo gaúcho;
- O lançamento do livro Anais do *Seminário Projeto Sul do Sul*, realizado na cidade de Pelotas, no ano de 2010, em parceria com a Prefeitura Municipal de Pelotas, Centro Português 1º de Dezembro e o Instituto Histórico de Pelotas, trazendo aspectos importantes da presença açoriana na região sul do Estado;

- O Encontro *Raízes de Gravataí*, realizado em 2010, que contou com a participação de grande parte da comunidade e de instituições do município, narrando suas histórias e registrando momentos importantes da construção da cidade sede da Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul; o evento resultou na publicação da obra com o mesmo título, em quatro volumes, lançada em 2011;
- Duas *edições do Seminário Internacional de História e Genealogia Açoriana* (15 a 17/06/2019 e 10 a 12/06/2022), realizadas em parceria com o CHC Santa Casa de Porto Alegre que reuniu historiadores, genealogistas, ativistas culturais e pesquisadores brasileiros e açorianos, com o apoio do Governo Regional dos Açores;
- Publicação da Cartilha Infantil *Os Viajantes AÇORIANOS no Rio Grande do Sul* lançada em 2021, que conta de forma lúdica a história da chegada, dos desafios e do legado dos açorianos no Rio Grande do Sul;
- A edição e o lançamento do e-book intitulado *Guia de Fontes Documentais para a História e a Genealogia Açoriana: possibilidades de pesquisa nos Açores/Portugal e no Rio Grande do Sul/Brasil*, que contou com a participação dos arquivos dos Açores e de arquivos estaduais e municipais, públicos e privados do Rio Grande do Sul – lançado no II Encontro de História e Genealogia Açoriana em 2022;
- O Encontro *Raízes A*çorianas do Rio Grande do Sul, evento realizado em dezembro de 2022, também em parceria com o CHC Santa Casa de Porto Alegre, que trouxe mais de uma centena de comunicações, apresentando um novo cenário da açorianidade no Rio Grande do Sul;
- A organização do e-book, intitulado *Açorianos em Porto Alegre: História, Genealogia e Cultura*, lançado durante o Encontro Raízes Açorianas no Rio Grande do Sul em dezembro de 2022;
- A edição do e-book *Raízes Açorianas no Rio Grande do Sul*, com lançamento em 23/03/2024, reúne os trabalhos apresentados no evento com o mesmo nome, em dezembro de 2022
- As *Quintas Culturais* que é um podcast realizado todas as quintas-feiras às 19h30min, desde 2008, no formato presencial na sede da CAERGS. Com a pandemia, elas passaram a ser realizadas on line. Traz convidados/as para entrevistas e é transmitido e grava-

do pelo Youtube e pelo Face book da CAERGS;
- Desde 2010, anualmente, é realizado o *Café no Solar*, evento social que promove o congraçamento de comunidades e entidades com objetivo de divulgar a CAERGS e os Açores;
- As "Noites no Solar", evento iniciado em 2008, com música ao vivo em formato de happy hour, vem sendo realizado dentro da Casa dos Açores com culinária açoriana;
- Participação na organização das Festas do Espírito Santo em Gravataí, que foi resgatada por nós depois de mais de 30 anos sem realização, como também apoio em outras festas do Divino de diversas cidades do Estado, bem como a retomada naquelas que não realizavam mais, para a divulgação deste legado açoriano;
- Feirinhas de artesanato e produtos orgânicos realizadas nos jardins da Casa dos Açores com produtores locais;
- Lançamentos de livros e exposições dando a oportunidade para autores e artistas de divulgarem seus trabalhos na estrutura física da Casa;
- Acolhida de inúmeras comitivas dos Açores, destacando-se grupos de música, grupo coral, artistas plásticos, alunos de escola para intercâmbio, escritores, grupos folclóricos e diversas confrarias do Governo Regional.
- Atuações do grupo folclórico da CAERGS, que já esteve representando o Brasil em nove países, totalizando mais de 80 atuações fora do Brasil e, inclusive, já se apresentou nas nove ilhas dos Açores.
- Importante também a recente criação dos CCAs – Centro Culturais Açorianos – em 10 municípios do Rio Grande do Sul em parceria com o Governo Regional dos Açores e as Prefeituras que vêm aproximar ainda mais municípios de influência açoriana com a Casa dos Açores;
- Realização do curso online *AÇORES: NOVE ILHAS, NOVE HISTÓRIAS,* ministrado pela Professora Dra. Susana Goulart Costa, entre março e novembro de 2023, com encontros nas últimas quartas-feiras de cada mês, e que contou com 135 inscritos.
- Visitas guiadas na Casa dos Açores e seu entorno para escolares, universitários e visitantes, na perspectiva da Educação Patrimonial.

Estas são algumas das muitas atividades realizadas pela Casa dos Açores, ao longo de sua trajetória até o tempo presente.

Diretorias da CAERGS

Desde a sua inauguração, estiveram à frente da CAERGS, as seguintes diretorias:

Gestão 2003 – 2006
Presidente: *Régis Albino Marques Gomes*
Vice-Presidente: *Ivo Ladislau Janicseck*
Primeira-Secretária: *Sandra Braga de Medeiros*
Segunda-Secretária: *Célia Silva Jachemet*
Primeiro-Tesoureiro: *Ireneu Winter*
Segundo-Tesoureiro: *Getúlio Xavier Osório*
Diretor de Patrimônio: *Bem Hur Benites Alves*
Diretora do Intercidades: *Célia Silva Jachemet*
Diretor de Relações Institucionais: *Francisco Peretto*
Diretor Jurídico: *Juares Vargas Júnior*
Diretor Financeiro: *Luiz Florêncio Castilhos Albano*
Diretora Social: *Neiva Terezinha Pereira Costa*
Diretor de Cultura Gaúcha: *Paulo Ricardo de Medeiros*
Diretor do Rancho Folclórico: *Régis Albino Marques Gomes*
Diretora de História e Pesquisa: *Véra Lucia Maciel Barroso*
Comitê Organizador de Festivais: *Marcelo Mendes*

Gestão 2006 – 2009
Presidente: *Régis Albino Marques Gomes*
Vice-Presidente: *Ivo Ladislau Janicseck*
Primeira-Secretária: *Sandra Braga de Medeiros*
Segunda-Secretária: *Célia Silva Jachemet*
Primeiro-Tesoureiro: *Luiz Florêncio Castilhos Albano*
Segundo-Tesoureiro: *Getúlio Xavier Osório*
Diretor de Patrimônio: *Bem Hur Benites Alves*
Diretora do Intercidades: *Célia Silva Jachemet*
Diretor de Relações Institucionais: *Francisco Peretto*
Diretor Jurídico: *Juares Vargas Júnior*
Diretor Financeiro: *Luiz Florêncio Castilhos Albano*
Diretora de Informática: *Mayra Regina Fava*
Diretora Social: *Neiva Terezinha Pereira Costa*
Diretor de Cultura Gaúcha: *Albino Pereira Marques Gomes*
Diretor do Rancho Folclórico: *Régis Albino Marques Gomes*

Diretora de História e Pesquisa*: Véra Lucia Maciel Barroso*
Comitê Organizador de Festivais: *Marcelo Mendes*

Gestão 2009 – 2012
Presidente: *Régis Albino Marques Gomes*
Vice-Presidente: *Célia Sila Jachemet*
Primeira-Secretária: *Sandra Braga de Medeiros*
Segunda-Secretária: *Célia Silva Jachemet*
Primeiro-Tesoureiro: *Luiz Florêncio Castilhos Albano*
Segundo-Tesoureiro: *Getúlio Xavier Osório*
Diretor de Patrimônio: *Bem Hur Benites Alves*
Diretora do Intercidades: *Célia Silva Jachemet*
Diretor Financeiro: *Luiz Florêncio Castilhos Albano*
Diretora de Informática: *Mayra Regina Fava*
Diretora Social: *Neiva Terezinha Pereira Costa*
Diretor de Cultura Gaúcha: *Márcio André Morais da Silva*
Diretor do Rancho Folclórico: *Régis Albino Marques Gomes*
Diretor de História e Pesquisa: *Véra Lucia Maciel Barroso*
Comitê Organizador de Festivais: *Marcelo Mendes*

Gestão 2012 – 2015
Presidente: *Régis Albino Marques Gomes*
Vice-Presidente: *Luiz Florêncio Castilhos Albano*
Primeira-Secretária: *Vera Lúcia Alves Dias*
Segunda-Secretária: *Viviane Peixoto Hunter*
Primeiro-Tesoureiro: *Admar Tavares Dias Filho*
Segundo-Tesoureiro: *Kleber Luhl*
Diretora do Intercidades: *Célia Silva Jachemet*
Diretora Cultural: *Evanir Marcos*
Diretor Administrativo/Financeiro: *Luiz Florêncio Castilhos Albano*
Diretor de Cultura Gaúcha: *Márcio André Morais da Silva*
Diretor do Rancho Folclórico: *Régis Albino Marques Gomes*
Diretora de História e Pesquisa: *Véra Lucia Maciel Barroso*
Diretora de Comunicação: *Viviane Peixoto Hunter*

Gestão 2015 – 2018
Presidente: *Célia Silva Jachemet*
Vice-Presidente: *Viviane Peixoto Hunter*
Primeira-Secretária: *Evanir Terezinha da Silva Marcos*
Segunda-Secretária: *Luciane Aparecida Teixeira Lima*

Primeiro-Tesoureiro: *Luiz Florêncio Castilhos Albano*
Segunda-Tesoureira: *Anelise Dutra Costa*
Diretor de Cultura Gaúcha: *Alessandro Margutti*
Diretora de Cultura e Folclore: *Evanir Terezinha da Silva Marcos*
Diretor de Comunicação: *Jason Furquim de Almeida*
Diretor Financeiro: *Luiz Florêncio Castilhos Albano*
Diretora de Literatura: *Marione Reinheimer*
Diretor Institucional/Rancho Folclórico: *Régis Albino Marques Gomes*
Diretora de Núcleos: *Simone Luz Ferreira Constante*
Diretora de História e Pesquisa: *Véra Lucia Maciel Barroso*
Diretora Social: *Viviane Peixoto Hunter*

Gestão 2018 – 2021
Presidente: *Carla Veronica Cedros Fernandes Marques Gomes*
Vice-Presidente: *Viviane Peixoto Hunter*
Primeira-Secretária: *Cátia Kuhn*
Segunda-Secretária: *Lucélia Adami Nunes*
Primeiro-Tesoureiro: *Renato Rosa de Oliveira*
Segundo-Tesoureiro: *Luiz Florêncio Castilhos Albano*
Diretor de Cultura Gaúcha: *Alessandro Marguti*
Diretora do Intercidades: *Aline Lírio*
Diretor de Parcerias: *Amon da Costa*
Diretora de Eventos: Ângela Fonseca
Diretora de Comunicação: *Cibele Carvalho*
Diretora Jovem: *Giovana Germano*
Diretor de Projetos e Captação de Recursos: *Ivo Ladislau Janicseck*
Diretor de Relações Institucionais/Rancho Folclórico:
Régis Albino Marques Gomes
Diretora de História e Pesquisa: *Véra Lucia Maciel Barroso*

Gestão 2021 – 2024
Presidente: *Viviane Peixoto Hunter*
Vice-Presidente: *Carla Veronica Cedros Fernandes Marques Gomes*
Primeira-Secretária: *Aline Lirio Germano*
Segunda-Secretária: *Ana Lúcia Godoy Dantas*
Primeiro-Tesoureiro: *Luíz Florêncio Castilhos Albano*
Segundo-Tesoureiro: *Renato Rosa de Oliveira*
Diretor de Parcerias: *Amon da Costa*
Diretora Social: Ângela Fonseca

Diretora do Intercidades: *Carla Veronica Cedros Fernandes Marques Gomes*
Diretora Jovem: *Giovana Germano*
Diretor de Cultura Gaúcha: *Ilton Paviani*
Diretor de Projetos e Captação de Recursos: *Ivo Ladislau Janicseck*
Diretor de Patrimônio: *Leandro Pereira*
Diretor de Comunicação: *Marcos Eckel*
Diretor de Relações Institucionais/Rancho Folclórico:
Régis Albino Marques Gomes
Diretora de História e Pesquisa: *Véra Lucia Maciel Barroso*

Considerações finais

A Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul, desde seus antecedentes, sua criação e durante sua trajetória, através do trabalho de suas diretorias, tem pautado sua conduta e propósitos de propagar a importância da história e da cultura açoriana, como fundamentos da formação do nosso Estado.

Sediada no município de Gravataí, ela tem mantido relações de pertença com o município em que se situa e, por sua responsabilidade de representação, com municípios do Rio Grande do Sul, reconhecidamente de base açoriana, e vem prospectando outros tantos a partir de pesquisas, estudos e descobertas, mantendo relações e intercâmbios crescentes, significativos e de relevantes resultados.

O trabalho coletivo e com parcerias, somado ao apoio importante do Governo Regional dos Açores, vêm mostrando a força da nossa entidade. A Direção Regional das Comunidades, através dos diretores que estiveram à sua frente, tem prestigiado as ações da CAERGS, e destacado sua trajetória no cenário das comunidades açorianas. Gratidão!

Na atualidade e para o futuro, projetos em andamento e em construção sinalizam a afirmação e a consolidação da nossa Casa.

Finalmente, registra-se o agradecimento a todos/as que, ao longo da jornada da Casa dos Açores, dedicaram voluntariamente seu tempo e trabalho para o êxito da nossa entidade. E, também, aos apoiadores públicos e privados, que viabilizaram sonhos e concretização de projetos da CAERGS, reconhecendo que juntos podemos muito em benefício das comunidades. Afinal, história e cultura são valores de cidadania! Em sua defesa e proteção, a Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul segue rumo ao futuro, já agora no tempo presente.

A CASA DOS AÇORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL NO CONSELHO MUNDIAL DAS CASAS DOS AÇORES

VIVIANE PEIXOTO HUNTER[1]

As Casas dos Açores

As Casas dos Açores espalhadas pelo mundo são a expressão mais representativa e abrangente da identidade na diáspora açoriana. E há quem as considerem como embaixadas da açorianidade no mundo. Elas, atualmente, compõem uma rede de 16 instituições espalhadas por diversos países: Portugal, Estados Unidos da América, Canadá, Bermuda, Uruguai e Brasil. Seis delas são brasileiras, presentes nos seguintes estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Maranhão e Espírito Santo.

Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul

Teve o seu embrião nas atividades culturais de motivação açoriana propostas pelo Governo da Região Autónoma dos Açores, desde a década de 1980-1990, quando das ações de intercâmbios culturais em que muitos gaúchos, dentre eles vários gravataienses, participaram nos Açores, vindo a interessarem-se e promoverem aqui a expansão da cultura de seus antepassados ilhéus.

Em Gravataí foi primeiramente fundada a Sala açoriana, iniciativa do Governo Regional dos Açores, Instituto Cultural Português e da Prefeitura Municipal de Gravataí. Este espaço deu lugar a propostas mais ousadas e, com o concurso de grupos de danças gaúchas tradicionais a participarem do Festival Internacional de Folclore da Ilha Terceira, foi um dos vencedores, o atual Departamento de Cultura Gaúcha Província do Que-

1 Presidente da Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul.

ro-Quero. Esse último, liderado por Régis Albino Marques Gomes trouxe a semente, não só do festival, mas deu também origem à "Associação dos Amigos dos Açores", e, logo depois, a Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul (CAERGS), fundada em 23 de março de 2003.

A sede da Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul é protegida pela Lei do Tombamento do Patrimônio Histórico Municipal de Gravataí, e está em vias de Tombamento, também a nível Estadual. Dentre as principais atividades da CAERGS, além de estar aberta no turno da tarde para visitação e atendimento ao público, disponibiliza o espaço para reuniões e conferências. Desenvolve o Projeto Escola, onde proporciona uma visita guiada, com alunos de várias faixas etárias e modalidades de ensino. Promove, ainda, atividades divulgando e prestigiando as áreas de Literatura, História, Genealogia, Artes Plásticas, Artesanato, Teatro, Folclore, Música, entre tantos outros seguimentos. Além disso, realiza parcerias em projetos culturais com outros municípios de raiz açoriana no Rio Grande do Sul.

A CAERGS foi admitida no Conselho Mundial das Casas dos Açores (CMCA) em 2003, na cidade de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, sediando em Gravataí por duas oportunidades as Assembleias Gerais do CMCA, em 2007 e 2018.

Figura 1 – Visão panorâmica da sede da Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul

Fonte: acervo da CAERGS.

O Conselho Mundial das Casas dos Açores

O Conselho Mundial das Casas dos Açores tem a sua criação em primeira reunião promovida pela Casa dos Açores do Norte, na cidade do Porto, em junho de 1996, com representantes das Casas dos Açores de Coimbra, Lisboa, Nova Inglaterra e Quebeque.

Em fevereiro, de 1997, o presidente da Região Autônoma dos Açores, na ocasião Carlos Manuel Martins do Vale Cesar, promoveu e dirigiu uma reunião na cidade de Coimbra com os presidentes das Casas dos Açores em Portugal, estabelecendo princípios orientadores de colaboração e estreitamento das relações entre as Casas dos Açores, e destas com a Região Autônoma, defendendo de forma conjunta interesses coletivos do povo açoriano, chamando-se "declaração de Coimbra".

Em junho do mesmo ano, foi realizado o II Encontro das Casas dos Açores, em New Bedford, organizado na oportunidade pela Casa dos Açores de Nova Inglaterra, reunindo todas as representações existentes em Portugal, Brasil, EUA e Canadá.

Fundação

Em novembro de 1997, foi definitivamente fundado o Conselho Mundial das Casas dos Açores (CMCA), na oportunidade de um III Encontro na cidade da Horta, na Ilha do Faial/Açores, com a participação das representações das Casas dos Açores, elencados como fundadores do CMCA: Lisboa, Rio de Janeiro, Hilmar, Quebeque, Norte, São Paulo, Toronto, Nova Inglaterra, Algarve, Coimbra, sendo assinado e aprovado o ato constitutivo como "Declaração da Horta".

Assim, o Conselho Mundial das Casas dos Açores tem como missão a incumbência de "articular a ação das Casas dos Açores entre si e entre estas com a Região Autônoma dos Açores", além de promover e desenvolver todas as atividades que, direta ou indiretamente, contribuam para a afirmação dos Açores e sua diáspora no mundo, e para a manutenção e o desenvolvimento das raízes e relações sociais, culturais e econômicas entre o Arquipélago e as regiões de implantação de cada uma das Casas dos Açores, com os seguintes objetivos:

- Congregar as comunidades açorianas;
- Dar a conhecer os Açores, os açorianos e a sua cultura às populações das suas respetivas áreas de influência;

- Defender os interesses dos Açores e dos açorianos e seus descendentes;
- Servir de elo entre a Região Autónoma dos Açores e os países ou regiões onde permanecem;
- Afirmar a identidade regional açoriana como parte integrante da nação portuguesa.

Estrutura orgânica

O Conselho Mundial é composto por dois órgãos: a Assembleia-Geral e o Secretariado.

A Assembleia-Geral é constituída por todas as Casas dos Açores pertencentes ao Conselho Mundial, representadas pelo respetivo presidente da direção ou por quem o mesmo delegue, e pela Direção Regional das Comunidades, não tendo direito de voto, mas apenas direito a pareceres ou recomendações.

O secretariado é constituído por quatro elementos da Casa dos Açores que assume a presidência do Conselho (Presidente do Conselho Mundial, Vice-presidente, Secretário e Tesoureiro).

Membros

São membros do CMCA todas as Casas dos Açores fundadoras, bem como todas aquelas que ao longo dos anos foram aderindo ao mesmo, desde que completados dois anos de efetiva atividade após sua fundação, para então incorporar o referido conselho; enquanto isso acompanham as assembleias na condição de observadores.

O Conselho é presidido, sucessivamente e de forma itinerante, por todas as casas que o compõem e reúnem-se anualmente de forma presencial em Assembleia Geral, sendo de 04 em 4 anos sua realização no arquipélago dos Açores.

Assembleias Gerais

1ª Assembleia Geral – organizada pelo Governo da Região Autônoma dos Açores, através da Direção Regional das Comunidades, de 12 a 15 de novembro de 1997, na cidade da Horta, Faial;

2ª Assembleia Geral – organizada pela Casa dos Açores de Lisboa, de 20 a 21 de novembro de 1999, na cidade de Lisboa;

3ª Assembleia Geral - organizada pela Casa dos Açores de Quebeque, de 18 e 19 de maio de 2000, na cidade de Montreal;

4ª Assembleia Geral – organizada pela Casa dos Açores do Norte, de 2 a 4 de junho de 2001, na cidade do Porto;

5ª Assembleia Geral – organizada pela Casa dos Açores de São Paulo, de 22 a 24 de junho de 2002, na cidade de São Paulo;

6ª Assembleia Geral – organizada pela Casa dos Açores do Algarve, de 8 a 10 de junho de 2003, nas ilhas de São Miguel e Terceira;

7ª Assembleia Geral – organizada pela Casa dos Açores de Nova Inglaterra, de 22 a 24 de outubro de 2004, na cidade de Fall River;

8ª Assembleia Geral – organizada pela Casa dos Açores de Winnipeg, de 11 a 13 de novembro, na cidade de Winnipeg;

9ª Assembleia Geral – organizada pela Casa dos Açores de Nova Inglaterra, de 2 a 4 de junho de 2003, nas ilhas do Faial e Pico;

10ª Assembleia Geral – organizada pela Casa dos Açores do Estado do RS, de 6 a 10 de dezembro de 2007, na cidade de Gravataí;

11ª Assembleia Geral – organizada pela Casa dos Açores do Ontário, de 5 a 10 de junho de 2008, na cidade de Toronto;

12ª Assembleia Geral – organizada pela Casa dos Açores em Lisboa, de 19 e 20 de novembro de 2009, na cidade de Lisboa;

13ª Assembleia Geral – organizada pela Casa dos Açores do Algarve, de 22 a 27 de setembro de 2010, na ilha da Graciosa;

14ª Assembleia Geral – organizada pela Casa dos Açores do Rio de Janeiro, de 1 a 4 de setembro de 2011, na cidade do Rio de Janeiro;

15ª Assembleia Geral – organizada pela Casa dos Açores de Santa Catarina, de 30 a 3 de setembro de 2012, na ilha de São Miguel;

16ª Assembleia Geral – organizada pela Casa dos Açores do Norte, de 3 a 6 de outubro de 2013, na cidade do Porto;

17ª Assembleia Geral – organizada pela Casa dos Açores de Hilmar, de 28 a 31 de agosto de 2014, na cidade de Hilmar;

18ª Assembleia Geral – organizada pela Casa dos Açores do Quebeque, de 24 a 27 de setembro de 2015, na cidade de Montreal;

19ª Assembleia Geral – organizada pela Casa dos Açores de São Paulo, de 8 a 11 de setembro de 2016, nas ilhas das Flores e Corvo;

20ª Assembleia Geral – organizada pela Casa dos Açores de Ontário, de 13 a 17 de setembro de 2017, na cidade de Ontário;

21ª Assembleia Geral – organizada pela Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul, de 05 a 8 de dezembro de 2018, na cidade de Gravataí;

22ª Assembleia Geral – organizada pela Casa dos Açores da Bermuda, de 9 a 13 de outubro de 2019, na Bermuda;

23ª Assembleia Geral – organizada pela Casa dos Açores do Norte, em outubro de 2021, na cidade do Porto;

24 º Assembleia Geral – organizada pela Casa dos Açores de Winnipeg, de 05 a 7 de setembro de 2022, em Winnipeg;

25 º Assembleia Geral – organizada pela Casa dos Açores de Santa Catarina, de 01 a 2 de dezembro de 2023, em Florianópolis.

Principais deliberações em Assembleias realizadas

1997: é aprovado o Regulamento do Conselho Mundial das Casas dos Açores;

1999: é deliberado excluir do CMCA a Casa dos Açores de Coimbra, "por inexistência de atividades";

2000: é deliberado distinguir um "produto açoriano de qualidade", mediante proposta da Casa que preside a Assembleia Geral do CMCA;

2001: é deliberada "atribuição de Medalhas de Mérito do CMCA" a, pelo menos, uma pessoa e uma associação/pessoa coletiva na área de influência da Casa que preside, indicando os respetivos nomes, com efeitos retroativos aos anos de 1999 e 2000, sendo que "quando o CMCA for realizado nos Açores, as medalhas poderão ser atribuídas a qualquer pessoa ou associação a nível mundial";

2001: é deliberada a admissão da Casa dos Açores de Santa Catarina e a Casa dos Açores de Winnipeg como membros do CMCA;

2002: é deliberado excluir do CMCA a Casa dos Açores de Hilmar, "por reiterada falta de participação no CMCA", a não aprovar candidatura da Casa dos Açores de Silicon Valley, "por ausência de representantes e falta de participação;

2002: é deliberado que "de quatro em quatro anos a Assembleia Geral terá lugar na Região Autónoma dos Açores";

2003: é deliberada a admissão da Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul como membro do CMCA;

2007: são aprovados os Estatutos do CMCA e alterado o seu Regulamento;

2011: é deliberado admitir a Casa dos Açores do Uruguai como membro do CMCA;

2016: é deliberado admitir a Casa dos Açores da Bermuda como membro do CMCA;

2021: estabeleceu-se como principais objetivos a análise e o debate acerca dos principais desafios que as Casas dos Açores enfrentam atu-

almente; e deliberado admitir as Casas dos Açores do Maranhão e da Madeira como membros do CMCA.

Medalhas de Mérito

O Conselho Mundial das Casas dos Açores, em parceria institucional com a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, instituiu uma Medalha de Mérito destinada a entidade individual (atribuída, anualmente, a indivíduos que se tenham distinguido na área geográfica de influência da Casa que preside o Conselho) e destinada a entidade coletiva (atribuída, anualmente, à associação/pessoa coletiva que se tenha distinguido igualmente na área geográfica de influência da Casa que preside ao Conselho), no número máximo de três em cada ano.

A Medalha de Mérito do CMCA foi atribuída às seguintes personalidades:

1999 – Pedro da Silveira

2000 – João da Ponte

2001 – Alexandre Linhares Furtado e, a título póstumo, João Costa

2002 – Leonilda Jacob e Paulo Bonfim

2003 – Emanuel Felix

2004 – João Luís Morgado Pacheco e ao Grupo de Amigos da Terceira

2005 – José Carlos Teixeira

2006 – Alzira Maria Serpa Silva e Emília Isaura Soares de Mendonça

2007 – Ivo Ladislau, Irmandade do Divino Espírito Santo de Porto Alegre e, a título póstumo, José Albano Volkmer

2008 – Francisca Carreiro, José Melo e Mário Silva

2009 – Jaime José Matos Gama

2010 – Carlos Manuel Martins do Vale César e Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa

2011 – Orlando dos Santos Dinis e, a título póstumo, António da Silva Rezende

2012 – António Machado Pires, João António Branco Martins e Ruben Ramiro da Silva de Mendonça Santos

2013 – Carlos Carreiro, José Manuel Tavares Rebelo e Rui Medeiros Silva

2014 – Indústria Agropecuária dos Portugueses nos Estados Unidos da América, Jornal "A Tribuna Portuguesa" e Rádio "KLBS"

2015 – Caixa Portuguesa Desjardins (Montreal), Jornal "A voz de Portugal" (Montreal) e José António Morais

2016 – Arpex – Equipamentos para pintura MAJAM Limitada (São Paulo), Manuel de Medeiros e Universidade dos Açores

2017 – Susana Amaral, LIUNA Local 183, Maria Conceição Casimiro

2018 – Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Rio Grande do Sul, Régis Albino Marques Gomes e João Carlos Paixão Côrtes

2019 – Isaura Reis, Roberto Pires e Octávio Cordeiro

2021 – Duarte Mendes, Fernando Aguiar-Branco e João Bosco Mota Amaral

2022 – Bee-Clean Building Maintenence, Banda Lira De Fátima Winnipeg

Produto açoriano de qualidade

Com o objetivo de promover produtos genuinamente açorianos, o Conselho Mundial das Casas dos Açores instituiu a menção "Produto Açoriano de Qualidade", atribuída anualmente por ocasião da sua Assembleia Geral. Os grifados foram proposições da CAERGS.

2000 – Vinho Lajido do Pico

2001 – Licor Mulher de Capote" (Ezequiel)

2002 – Chá Gorreana

2005 – Queijo São Carlos (Terceira)

2007 – Queijadas da Graciosa

2008 – Atum Bom Petisco

2010 – Vinho Pedras Brancas

2011 – Bordados a Matiz de São Miguel

2012 – Leite dos Açores

2013 – Ananás

2014 – Artesanato em Osso e Marfim de Baleia (Scrimshaw)

2015 – Peixe dos Açores

2016 – Miolo de Hortênsia

2017 – Carne dos Açores

2018 – Viola da Terra - Ilha Terceira - Açores

2019 – Meloa de Santa Maria

2021 – Destino Turístico Açores

2022 – Compota de Figo - Quintal dos Açores

Símbolos

O CMCA tem símbolos próprios – bandeira e logótipo que foram aprovados em Assembleia-Geral, cuja atualização da logomarca foi lançada nos seus 25 anos.

Considerações finais

A Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul, desde seu ingresso no Conselho Mundial das Casas dos Açores, em 2003, tem pautado a sua atuação, no sentido mostrar o trabalho consolidado que sua diretoria realiza, atendendo os objetivos de seu estatuto, assim como busca sua integração com as demais coirmãs, para a difusão da açorianidade e seu reconhecimento no âmbito mundial.

Nas duas oportunidades em que a CAERGS sediou a Assembleia Geral – a 10ª, em 2007, e a 21ª, em 2018, além de apresentar seus relatórios de trabalho, procurou acolher os membros visitantes, para que sentissem em casa e, também, percebessem que mesmo transcorridos mais de dois séculos da chegada dos açorianos no Rio Grande do Sul, sua história, memória e cultura estão vivas e conservadas.

Quando da próxima Assembleia a ser realizada em nosso Estado, em data ainda não definida, muito a CAERGS terá a apresentar sobre suas profícuas ações desenvolvidas nos últimos anos – especialmente por ocasião das comemorações dos 270 anos do povoamento açoriano no RS (2022) –, demonstrando ser um ente vivo, dinâmico e pró ativo, honrando as origens históricas e culturais herdadas dos Açores no Rio Grande do Sul.

GOVERNO
DOS **AÇORES**

CAERGS
Casa dos Açores
do Estado do Rio Grande do Sul

CHC
CENTRO HISTÓRICO
CULTURAL SANTA CASA
PORTO ALEGRE

ISBN 978-65-5699-295-2